



# A **Ve**z e a Vo**z** do campo cultural a partir da Lei Aldir Blanc

Luiz Augusto F. Rodrigues  
Ana Lúcia R. Pardo  
Marcelo Silveira Correia  
Organizadores

**Luiz Augusto F. Rodrigues  
Ana Lúcia R. Pardo  
Marcelo Silveira Correia  
(organizadores)**

**A VEZ E A VOZ DO CAMPO CULTURAL A  
PARTIR DA LEI ALDIR BLANC**



**editoras associadas  
Maricá e Niterói, RJ  
2023**

Copyright 2023

Direitos desta edição reservados ao LABAC e Instituto Grão.

É permitida a reprodução e distribuição gratuita desta obra, contanto que se respeitem os direitos autorais.

Capa (ilustração e arte): Marcelo Correia

Projeto gráfico e editorial: LABAC e Instituto Grão

Coleção Mirante, 10 - ISBN: 978-65-00-78290-5

Dirigida por Luiz Augusto Rodrigues, Marcelo Correia e Deborah Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Bibliotecária: Simone Conceição da Silva Costa CRB-7/6301

V597 A vez e a voz do campo cultural a partir da Lei Aldir Blanc. / Luiz Augusto F. Rodrigues, Ana Lúcia R. Pardo, Marcelo Silveira Correia (Organizadores). – Maricá: Instituto Grão; Niterói: LABAC, 2023.  
1193 p. ; 21 cm. (Mirante, 10)  
Digital.

ISBN 978-65-00-78290-5

1. Lei Aldir Blanc – LAB. 2. Políticas públicas de cultura. 3. Projeto APOENA. 4. Entrevistas e grupos focais.

I. Título. II. RODRIGUES, Luiz Augusto F. (Org.). III. PARDO, Ana Lúcia R. (Org.). IV. CORREIA, Marcelo Silveira (Org.). VI. Coleção.

306.0981

Editoras Associadas



**LABAC** - Laboratório de Ações Culturais da Universidade Federal Fluminense

**INSTITUTO GRÃO** - Programas ambientais e Ações culturais

**Editores da Coleção MIRANTE**

Luiz Augusto F. Rodrigues  
Marcelo Silveira Correia  
Deborah Rebello Lima

**Conselho Editorial da Coleção**

Alexandre Barbalho  
Ana Lúcia Pardo  
Clarissa Semensato  
Deborah Rebello Lima  
Guilherme M. dos Santos  
Lisbeth Araya  
Luana Vilutis  
Luiz Augusto F. Rodrigues  
Marcelo Neder Cerqueira  
Marcelo Silveira Correia  
Maria Betânia A. Pereira  
Marisa Schincariol de Mello  
Pâmella Passos  
Rachel Carvalho  
Rodrigo Vieira Costa

**Endereço para correspondência:**

Universidade Federal Fluminense / Instituto de Artes e Comunicação Social  
Laboratório de Ações Culturais  
Rua Lara Vilela, 126 - São Domingos - Niterói, RJ –  
CEP 24290-510 - Brasil

## SUMÁRIO

Os donos da voz e os protagonistas da vez (Introdução) Organizadores .....	11
Links dos vídeos (entrevistas e grupos focais) .....	32
Quadro tipológico das entrevistas e grupos focais (sub-sumário) .....	37
Entrevistas e Grupos focais (na sequência do quadro tipológico)	
Sobre os organizadores e demais pesquisadores do projeto Apoena .....	1189
Sobre a obra .....	1192
Sobre a coleção Mirante .....	1193

## Os donos da voz e os protagonistas da vez

### (Introdução)

#### . Elencando nossos sujeitos/agentes entrevistados:

Intitulamos este livro de “A vez e a voz do campo cultural a partir da Lei Aldir Blanc” por entendermos a grande importância que a lei de emergência cultural trouxe para os trabalhadores culturais, acenando a possibilidade de atender aos mais precarizados, isto é aqueles que quase nunca têm vez nas políticas públicas de cultura, e por este livro trazer a público o conjunto de entrevistas realizadas pelo projeto, ou seja que deram voz a muitos agentes culturais nem sempre “ouvidos” pelas mesmas políticas. Este livro apresenta mais alguns resultados do projeto **APOENA - Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações Culturais - foco RJ**<sup>1</sup>. Uma rede multidisciplinar e multi-institucional destinada ao estudo da implantação e impactos da Lei Aldir Blanc, em especial no estado do Rio de Janeiro. O nome APOENA vem do tupi-guarani, e significa “aquele que enxerga longe”. As ações do projeto são centralizadas no Laboratório de Ações Culturais da Universidade Federal

---

<sup>1</sup> <https://apoenaredecultural.wordpress.com>

Fluminense (LABAC-UFF)<sup>2</sup>, contemplando pesquisadores de diferentes instituições públicas. Viabilizado com recursos financeiros oriundos de Emenda Parlamentar concedida pela Deputada Federal Benedita da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT-RJ), nossa ação produziu estudos, levantamentos, entrevistas, debates, reflexões e produção de dados sobre a Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (LAB), e sua aplicação e impactos principalmente nos municípios fluminenses. No site do projeto apresentamos a *Linha do tempo* da construção da Lei Aldir Blanc, disponibilizando a partir dela os principais documentos ao longo do processo. Em publicações anteriores o projeto **Apoena** já disponibilizou em detalhe a implementação da LAB em todos os 92 municípios do estado do Rio de Janeiro (RJ), tanto através de Boletins parciais<sup>3</sup> e em especial no livro *Métricas culturais municipais: o RJ a partir da pandemia*<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> <https://labacuff.wordpress.com>

<sup>3</sup> Boletim Expresso n. 3 e n. 4, disponibilizados em <https://apoenaredecultural.wordpress.com/boletins-etc/>

<sup>4</sup> Disponibilizado em <https://apoenaredecultural.files.wordpress.com/2023/04/m9-metricas-culturais-municipais.pdf> o livro foi organizado por Luiz Augusto F. Rodrigues, Clarissa Semensato e Steven Dutt-Ross.

O projeto aglutinou pesquisadores do campo cultural<sup>5</sup> e graduandos do curso de Produção Cultural<sup>6</sup> da UFF em Niterói e teve seu desenvolvimento principal entre agosto de 2021 e janeiro de 2023. Como metodologias foram utilizadas técnicas diversas, como levantamentos em sites oficiais dos municípios, contatos diretos (por telefone, tendo em conta o período pandêmico), sites governamentais como a plataforma +Brasil. Para a constituição do *corpus* trazido aqui neste livro foram feitas entrevistas e “conversas” (grupos focais) de maneira *online* utilizando-se o aplicativo Google Meet e seguindo procedimentos que serão detalhados a seguir. Como universo dividiu-se em dois grandes eixos: 1) escopo nacional da construção da LAB e 2) implementação da LAB no RJ. Para o conjunto de entrevistas buscamos uma abordagem inspirada na história oral e seguimos roteiros prévios divididos em dois

---

<sup>5</sup> Integraram a equipe de pesquisadores do projeto Apoena os seguintes pesquisadores: Luiz Augusto F. Rodrigues (UFF/LABAC, coordenador), Alexandre Barbalho (UECE e LABAC), Ana Lúcia Pardo (UFF/CAPES/PPCULT e LABAC), Deborah Rebello Lima (UFPR e LABAC), Clarissa Semensato (UFF/LABAC), Lia Calabre (UFF/PPCULT e LABAC), Marcelo Correia (UFF/LABAC) e Steven Dutt-Ross (UNIRIO e LABAC).

<sup>6</sup> Clarice Heringer, Eri Alencar, Ester Miranda Lemos, Giullia Romeira Antunes, Gustavo Hiebert, Izabella Ladislau Campos, Juliana Leite, Manuela Beser, Paula Roberta Correia e Renato Costa dos Santos.

blocos: a) bloco com a trajetória pessoal do entrevistado/a e b) bloco sobre a Lei Aldir Blanc.

Para as entrevistas definimos como tipologia dos entrevistados cujos escopos foram do nacional ao municipal. De início já indicamos que muitos agentes importantes nos processos da LAB não chegaram a ser entrevistados/as, seja por dificuldade de agenda seja pela total impossibilidade do projeto conseguir incluir todas as vozes que gostaria nem tampouco dar vez a um conjunto maior de importantes protagonistas de todos o processo de construção e implementação da LAB, no país e no RJ. O escopo nacional foi subdividido em agentes do I) legislativo – neste caso a deputada federal **Benedita da Silva** (PT-RJ), autora do projeto de lei inicial (PL 1075 de 04/06/2020) que resultou na Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, lei 14.017 de 29/06/2020<sup>7</sup>; II) gestores estaduais, neste caso os secretários estaduais que presidiram o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura, respectivamente: **Fabiano Piúba** (CE, 2017-2018), **Úrsula Vidal** (PA, 2019-2020) e **Fabício Noronha** (ES, 2021-2022); III) técnicos

<sup>7</sup> Toda a arquitetura de construção da lei encontra-se em detalhe no Boletim Expresso n. 2, disponível em <https://apoenaredecultural.files.wordpress.com/2021/11/boletim-expresso-02.pdf>

legislativos: **Christiane Ramirez**, da Comissão Nacional de Cultura da Câmara Federal e **Marcos Souza** do Senado, a também **Ana Clarissa Fernandes**, técnica de cultura da CNM/Confederação Nacional dos Municípios; IV) militantes e articuladores da LAB em dimensão nacional: **Célio Turino**, **Alexandre Santini** e **Ana Lúcia Pardo**. Para o escopo estadual entrevistamos a Secretária de Cultura e Economia Criativa do RJ **Danielle Barros** e os dez Conselheiros Estaduais representantes das 10 regionais nas quais o RJ é dividido (indicados mais a frente). Como escopo municipal buscamos entrevistar secretários de cultura (**Marcelo Bravo**, de Barra Mansa, presidente do Fórum Municipal de Secretários e Dirigentes de Cultura do RJ), **Sady Bianchin** (Maricá) e os secretários de Niterói que estiveram à frente da Secretaria das Culturas no período de implementação da LAB entre 2020 e 2021: **Victor De Wolf** e **Leonardo Giordano**). Foram entrevistados técnicos de cultura de alguns municípios, como a seguir: **Cleise Campos** (Rio de Janeiro e São Pedro d'Aldeia), **Carlos Henrique Pimentel** (Rio das Ostras e Saquarema), **Raphael Moreira** (Rio de Janeiro) e três da cidade de Niterói (**Roberta Martins**, **Júlia Pacheco** e **Mateus Lima**).

Os artistas e trabalhadores culturais foram mobilizados principalmente através de cinco grupos focais. Foram realizados segundo enfoque territorial (Belford Roxo), por setorial de linguagem artística (segmentos da Dança e do Audiovisual) e por expressão cultural (Circo de Lona, Arista de rua).

Seguimos o seguinte esquema geral e quantitativos de entrevistas e grupos focais – que se replica nas entrevistas transcritas e disponibilizadas também em vídeo:

### **Tipologia**

#### Entrevistas (31)

A: escopo nacional .... (10)

A1: legislativo (1)

A2: gestores (3)

A3: técnicos (3)

A4: militantes (3)

B: escopo estadual (RJ) .... (11)

B1: conselheiros (10)

B2: gestora (1)

C: escopo municipal ..... (10)

C1: gestores (4)

C2: técnicos (6)

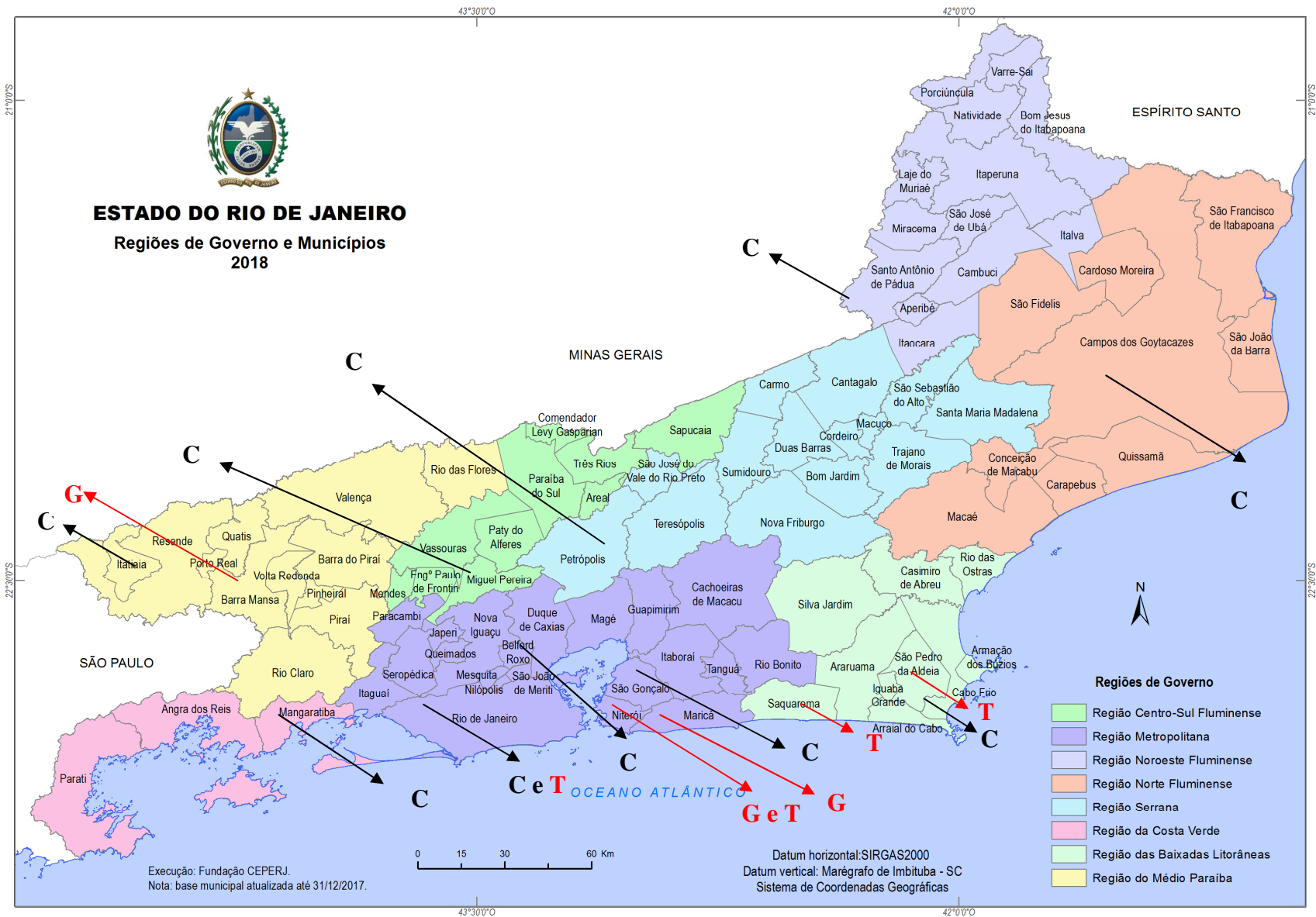
#### Grupos focais (5)

D1: Territorial: 1

D2: Linguagem artística: 2

D3: Expressão cultural: 2

Apresentamos em seguida o Mapeamento dos agentes do estado do Rio de Janeiro entrevistados e em seguida a relação nominal dos dez Conselheiros Estaduais de Política Cultural do RJ entrevistados e suas regiões, e também a relação detalhada dos integrantes dos grupos focais, que totalizaram 25 trabalhadores do campo cultural. O Mapa expressa a territorialização das entrevistas com agentes do RJ - conforme a legenda identificando a tipologia dos agentes entrevistados.



Fonte: Mapa retrabalhado pelo projeto APOENA, a partir da Base municipal da Fundação CEPERJ, atualizada até 31/12/2017, alterada pela incorporação de Petrópolis à Região Metropolitana pela Lei Complementar nº 184 de 27/12/2018.

**Legenda:** C = Conselheiro/a estadual de cultura da região / G = Gestor/a municipal de cultura / T = Técnico/a municipal de cultura



Relação nominal dos dez Conselheiros/as Regionais junto ao Conselho Estadual de Política Cultural do RJ entrevistados/as:

Região Metropolitana I/Capital: **Sandra Pedroso**  
Região Metropolitana II/Baixada Fluminense: **Wildson França**  
Região Metropolitana III/Leste Fluminense: **Arethusa Dória**  
Região da Costa Verde: **Wolney Rocha**  
Região do Médio Paraíba: **Oswaldo Castro**  
Região Centro-Sul Fluminense: **Renata Bezerril**  
Região Serrana: **Diana Iliescu**  
Região Noroeste Fluminense: **Eliane Carreiro**  
Região Norte Fluminense: **Iara Lima**  
Região das Baixadas Litorâneas: **José Facury**

Identificação dos trabalhadores/as culturais envolvidos em cada grupo focal, indicando o município e a inserção:

#### . Grupo focal de Belford Roxo

**Charles Queiróz** ou Ch – artista grafiteiro  
**Dida Nascimento** (Centro Cultural Donana) – diretor, músico, artista visual, capoeirista  
**Gaby Benvindo** – produtora cultural, poeta (Coletivo pós-poesia)  
**Palhaço Wil Wil**, Wildson França – performances no trem, na rua  
**Paula Roberta** – fotógrafa, arte-educadora, integrante do coletivo de mulheres fotógrafas na Baixada  
**Renata Cobre** – produtora cultural, integra o coletivo de músicos Baixada Nunca Se Rende

#### . Grupo focal da Dança

**Edson Luiz** (Miracema) – coreógrafo e bailarino  
**Hebe Rachel** (Teresópolis) – academia  
**Marianne Mockdece** (Três Rios) - Diretora Artística da Canal 5 de Televisão, Diretora e Coreógrafa da Cia. de Dança AME e Diretora Artística, Professora da Escola de Dança Maria Emília  
**Neiva Voigt** (Petrópolis) – academia Movimento ART & Cia Ltda

#### . Grupo focal do Audiovisual

**Cíntia Lima** (Nilópolis) – coletivo de produtores audiovisuais  
**Luciano Andrade** (Maricá) – ator e produtor audiovisual  
**Thiago Tavares** (Rio de Janeiro) – produtor audiovisual

#### . Grupo focal Circo de Iona

**Adriano Sampaio Evangelista**, Adriano Didi (Itaguaí) – Artistas e grupos independentes de Circo do RJ (AGICIRCO); Turma em Cena  
**Aline Barbosa** (Macaé) - integra a Chirulico, companhia de Arte Pública que atua nas linguagens da Palhaçaria, Música e Teatro de Bonecos  
**Jonatan Cericola** (Niterói) – Circo de Iona, Circo Saltimbanca  
**Jonatas Lopes** (Armação dos Búzios) – Circo Social, Circolo Social  
**Letícia Lisboa** (Duque de Caxias) – Artista independente, Grupo Sol sem Dó

## . Grupo focal Artistas de rua

**Aline Barbosa** (Macaé) - integra a Chirulico, companhia de Arte Pública que atua nas linguagens da Palhaçaria, Música e Teatro de Bonecos

**Carla Wendling** (Rio de Janeiro) – Bloco “Largo do Machado, mas não Largo do Copo” e Bloco “Largo do Machadinho, mas não Largo do Suquinho” - Associação Folia Carioca (Rio de Janeiro)

**Eduardo Duwal** (Maricá) - Companhia Horizontal de Arte Pública (CHAP) e Movimento dos Artistas de Rua do estado do Rio de Janeiro (MAR)

**Fabiano Freitas** (Macaé) – Festivais de Circo, Incrível Encontro de Palhaços e Circo de Sana

**Fernanda Gomes da Rocha** (Rio de Janeiro) – Ponto de Cultura Viva Zona Oeste e Cia 2 Banquinhos – Rio de Janeiro

**Vinicius Longo** (Rio de Janeiro) – Ponto de Cultura Viva Zona Oeste e Cia 2 Banquinhos – Rio de Janeiro

**Wildson França** (Belford Roxo) – Palhaço Will Will

## . Abordagem e tratamento metodológico das entrevistas e grupos focais

Fizemos as entrevistas e grupos focais pela plataforma Google Meet, gravando e depois tratando cada material de modo que eles pudessem ser disponibilizados publicamente tanto em texto quanto em vídeo. Durante a pesquisa, fomos publicizando pelo Instagram pequenos trechos das entrevistas e trazemos agora, a partir deste livro, a integralidade de todo o *corpus*. Os vídeos foram editados pelo graduando Gustavo Hiebert e receberam um breve tratamento; estão

disponibilizados na canal YouTube do LABAC UFF (listados um a um mais a frente neste livro). Foram extraídos pequenos trechos, basicamente aqueles provocados por interrupções casuais (queda de conexão; problemas de trabalho etc. – lembrando que estivemos todos envolvidos em *home office* durante a pandemia do Covid-19 e que grande parte das entrevistas se deu nesta conjuntura) e receberam capa e créditos finais.

As transcrições tiveram tratamento mais detalhado e envolveram toda a equipe de pesquisadores e de graduandos ligados ao projeto **Apoena**. O primeiro recurso foi submeter cada gravação para transcrição pelo aplicativo Transkriptor (<https://app.transkriptor.com/>), no qual fomos contratando minutos de conversão. Este aplicativo nos foi bem oportuno, mas dele ainda permanecem muitas necessidades de ajustes, num trabalho cuidadoso de escuta das gravações e correções e separações das diferentes falas ao longo de todo o texto. A primeira versão de ajuste foi feita prioritariamente pelos graduandos e cada material passou por mais outras miradas, em torno de duas, pelos pesquisadores mais “experientes”. Por fim, para esta publicação final, fizemos mais um último tratamento. Cada “movimento” ficou registrado com nome e data de quem fez o ajuste. O processo será brevemente detalhado em seguida.

Cada etapa seguiu e foi ampliando um cabeçalho-padrão, como a seguir.

Projeto APOENA

Entrevistado (E):

Data:

Pesquisador entrevistador (P):

[se houve intervenção de outro pesquisador, então P1:....;

P2:...]

Ajuste da transcrição/responsável:

Data:

Conferência do Ajuste/responsável:

Data:

Ajuste final/responsável:

Data:

. Primeiro “movimento”: ajustes na transcrição

Para a primeira edição de cada transcrição, separou-se as falas entre o entrevistador e o entrevistado e utilizou-se marcações por cores, sendo:

**PRETO** para trechos do entrevistado;

**VERMELHO** para trechos que o entrevistado **não** quer publicar;

**AZUL** para as perguntas e falas do(s) pesquisador(es);

**[AZUL]** manchado em amarelo para observações sobre a transcrição que possam estar em dúvida.

Obs. Neste primeiro momento indicamos não retirar/modificar os cacos/vícios de linguagem, nem fazer correções linguísticas/gramaticais no texto.

. Segundo “movimento”: Conferência do ajuste feito

Nesse momento já foram retiradas palavras e às vezes trechos duplicados e seguiu-se como critérios

- indicar com aspas quando o entrevistado fizesse referência a uma fala de outra pessoa

- acertar vírgulas, pontos etc.

- indicar entre colchetes e manchar de amarelo quando quisesse indicar entonação de ironia, deboche etc.

- indicar [sic] quando o entrevistado utilizar conteúdo equivocado e com erro (por ex. datas erradas e coisas do tipo)

- indicar entre colchetes complemento de nome ou explicação de siglas

- inserir em rodapé *Nota da pesquisa*: ....., sempre que necessário explicar algum termo, pessoa, etc.

. Terceiro “movimento”: formatação e ajuste final

Nesse momento foram retirados boa parte dos vícios de linguagem (né?; então, sabe, etc.), pausas de pensamento e mesmo incluída uma ou outra Nota de rodapé e/ou indicação entre colchete de explicações sobre a fala. Nesse momento foram feitas correções linguísticas/gramaticais no texto (reflexo da “correria” de falas coloquiais), assim como correção de contrações coloquiais – tá por está; tão por estão; tava por estava, etc. Extração dos trechos manchados em vermelho e verificação final de trechos manchados em amarelo.

Utilizou-se roteiros bem uniformes entre cada entrevista, divididos em dois blocos. Variações mais significativas foram feitas conforme a tipologia de entrevistados: escopo nacional, escopo estadual/conselheiros, escopo estadual e municipal/gestores e por diante. Cumpre destacar que com os técnicos do município de Niterói incluiu-se questões específicas sobre a territorialização de políticas culturais que o município vinha implementando antes da pandemia.

Em linha geral, o entrevistador fazia uma Abertura: Dia e hora, entrevista pela plataforma Google Meet, com ..... dada ao projeto “APOENA – Rede de Diagnóstico e Avaliação

de Políticas e Ações Culturais – foco RJ”, coordenado por Luiz Augusto Rodrigues junto ao Laboratório de Ações Culturais – LABAC-UFF. Apontando o nome do entrevistador(es), e de quem mais estivesse na sala acompanhando e reforçando que a entrevista estaria sendo gravada e se houvesse alguma parte que o/a entrevistada/o não quisesse que fosse publicizada, que indicasse no próprio momento.

. Exemplo de roteiro geral:

### **Bloco 1 – Trajetória pessoal**

01. Nome completo, lugar de nascimento e formação?
02. Quando e como você começou a atuar ou militar no campo cultural de uma maneira mais ampla?
03. Quando e como você começou a se envolver com política cultural mais estritamente falando e que passagens você destacaria de sua trajetória como agente da política cultural?

### **Bloco 2 – Lei Aldir Blanc**

04. Como se deram as primeiras articulações em torno da defesa dos trabalhadores da cultura logo no início da pandemia?
05. Como você descreveria seu papel nesse processo inicial e que ações / articulações você destacaria?

06. Como ocorreram os desdobramentos que levaram a articulação específica da Lei de Emergência Cultural? Quais eram os principais atores e recursos acionados no processo?
07. Poderíamos dizer que o caminho que nos levou até a aprovação da Lei, é fruto dos processos de aprendizagem da sociedade civil no campo das políticas culturais e das experiências participativas que as antecederam? Quais e como?
08. Qual o papel das webconferências?  
(pergunta complementar caso não tenha sido respondida: Que grupo ficou responsável por essa articulação e coordenação dos trabalhos? Como eram divulgadas, que redes ou grupos foram acionados nesse processo?)
09. Voltando um pouco para os atores envolvidos, temos o pessoal do legislativo (vários projetos e assessorias), do executivo (os secretários de cultura), a sociedade civil (os trabalhadores da cultura). Você poderia nos falar sobre a atuação/papel cumprido e elementos que se destacaram no processo de construção e aprovação da Lei?
10. Pensando nas várias etapas da Lei, há um longo processo de convergência dos projetos de Lei existentes, propostos por diversos deputados de diferentes partidos. Como foi sendo construído o consenso em torno da Lei única? Como foi feita a costura seguinte da aprovação criando um consenso progressivo até o Senado?
11. Como você avalia o formato final da LAB?
12. Agora, um pouco mais distante e observando a execução e prestação de contas, você pensaria em modificações ao formato final? Em caso positivo, quais?

. Exemplo de Roteiro RJ / gestores:

### **Bloco 1 – Trajetória pessoal**

01. Nome completo, lugar de nascimento, formação e vinculação institucional.
02. Você participa ou participou de algum movimento político e/ou militância no campo cultural?
03. Quando e como você começou a se envolver com política cultural mais estritamente falando e que passagens você destacaria de sua trajetória como agente da política cultural?
04. Como avalia os limites e as potencialidades da participação da sociedade civil? E também numa perspectiva fora da gestão pública?

### **Bloco 2 – Lei Aldir Blanc**

05. Como se deram as primeiras articulações no RJ? E em sua região e/ou município?
06. E quanto a ações do Legislativo estadual e municipal em torno da defesa dos trabalhadores da cultura logo no início da pandemia?
07. Como você descreveria papel do Conselho Estadual de Cultura e do Conselho Municipal (caso exista) nesse processo e que ações / articulações você destacaria? E dos fóruns (regionais, locais, temáticos...)?
08. Como se deram as ações da LAB no seu município?
09. Houve devolução de recursos? Se sim, por que?
10. Como avalia os processos participativos de discussão/implementação/efetivação das ações resultantes da LAB, no estado e no município?

11. Que caminhos e/ou antecedentes poderiam representar processos de aprendizagem da sociedade civil no campo das políticas culturais e das experiências participativas que as antecederam?
12. Participou dos debates virtuais sobre a LAB, no estado e no município? E se sim, qual a avaliação sobre os processos das lives e webconferências?
13. Que processos formativos poderia elencar sobre a execução da LAB, tanto em relação aos trabalhadores e artistas quanto em relação aos gestores governamentais? Como avalia tais ações?
14. Como você avalia o formato final da LAB?
15. Considerando a execução e prestação de contas, você pensaria em modificações ao formato final? Quais?
16. Como a LAB auxiliou (ou não) a gestão pública posterior no município?
17. Como avalia o papel do legislativo municipal no enfrentamento das políticas culturais?

. Exemplo de Roteiro RJ / conselheiros:

### **Bloco 1 – Trajetória pessoal**

01. Nome completo, lugar de nascimento, formação e vinculação institucional/comunitária.
02. Você participa ou participou de algum movimento político e/ou militância no campo cultural?
03. Quando e como você começou a se envolver com política cultural mais estritamente falando e que passagens você destacaria de sua trajetória como agente da política cultural?

04. Se estiver inserido na gestão pública, como avalia os limites e as potencialidades da participação da sociedade civil? E numa perspectiva fora da gestão pública?

### **Bloco 2 – Lei Aldir Blanc**

05. Como se deram as primeiras articulações no RJ? E em sua região e/ou município?
06. E quanto a ações do Legislativo estadual e municipal em torno da defesa dos trabalhadores da cultura logo no início da pandemia?
07. Como você descreveria papel do Conselho Estadual de Cultura nesse processo e que ações / articulações você destacaria? E dos fóruns (regionais, locais, temáticos...)?
08. Como avalia os processos participativos de discussão/implementação/efetivação das ações resultantes da LAB, no estado e no município?
09. Que caminhos e/ou antecedentes poderiam representar processos de aprendizagem da sociedade civil no campo das políticas culturais e das experiências participativas que as antecederam?
10. Participou dos debates virtuais sobre a LAB, no estado e no município? E se sim, qual a avaliação sobre os processos das lives e webconferências?
11. Que processos formativos poderia elencar sobre a execução da LAB, tanto em relação aos trabalhadores e artistas quanto em relação aos gestores governamentais? Como avalia tais ações?
12. Como se deu a LAB no seu município e como você avalia o formato final da LAB?

13. Considerando a execução e prestação de contas, você pensaria em modificações ao formato final? Quais?
14. Gostaria de abordar algum ponto a mais?
15. Indicaria alguém agente referencial que devêssemos entrevistar?

. Exemplo de Roteiro – Grupos focais:

0. Apresentar o projeto e pedir que cada um se apresente (nome, nome artístico, área de atuação, município)
1. Como foi a utilização do recurso da LAB? Houve dificuldades ganhos? Quais os enfrentamentos?
2. No que o recurso da LAB foi importante para sua atividade\coletivo? Sua setorial
3. Quais as especificidades do segmento? A LAB correspondeu a elas?
4. Vocês avaliam que a Secretaria/Órgão de Cultura implementou o que foi deliberado pelo Conselho ou nos fóruns e/ou lives em relação à LAB? Em caso negativo, o que não foi implementado e por que?
5. Como vocês avaliam as ações implementadas? E sobre as contrapartidas solicitadas?

Grandes categorias de incentivo ao debate:

1. Percepção pessoal na gestão da LAB
2. Como se deu o processo de participação social e engajamento
3. Qual a visão da operação governamental no uso da LAB (inclusiva, clara, facilitou o processo)

4. Há uma visão de que o uso da LAB possibilitou o surgimento de outras políticas locais? Outros editais?

Convidamos os leitores a acompanhar conosco as transcrições das entrevistas e grupos focais a seguir apresentadas, indicando que estão disponíveis também os links de acesso do conjunto dos registros em vídeo. Esperamos, ainda, que o corpus aqui disponibilizado possa receber tratamento por pesquisadores e estudiosos diversos sobre o campo cultural e suas políticas públicas. Boa leitura!

Luiz Augusto F. Rodrigues  
Ana Lúcia R. Pardo  
Marcelo Silveira Correia  
(organizadores)

Inverno de 2023

**Links dos vídeos das Entrevistas e Grupos focais:** (disponíveis no canal youtube do LABAC UFF)

### **Tipologia**

Entrevistas (31)

A: escopo nacional .... (10)

A1: legislativo (1)

A2: gestores (3)

A3: técnicos (3)

A4: militantes (3)

B: escopo estadual (RJ) .... (11)

B1: conselheiros (10)

B2: gestora (1)

C: escopo municipal ..... (10)

C1: gestores (4)

C2: técnicos (6)

Grupos focais (5)

D1: Territorial: 1

D2: Linguagem artística: 2

D3: Expressão cultural: 2



<b>Data</b>	<b>Tip.</b>	<b>Nome</b>	<b>Link Youtube</b>
-	-	Playlist	<a href="https://www.youtube.com/playlist?list=PLI81Mr-zhT5uKLvwSWsfzT5pG_nXi0H4C">https://www.youtube.com/playlist?list=PLI81Mr-zhT5uKLvwSWsfzT5pG_nXi0H4C</a>
2022-06-23	A1	Benedita da Silva (PT-RJ)	<a href="https://youtu.be/4t_0DCxDDVM">https://youtu.be/4t_0DCxDDVM</a>
2022-04-08	A2	Úrsula Vidal (PA - Fórum 2019-2020)	<a href="https://youtu.be/TmNRje3eg-8">https://youtu.be/TmNRje3eg-8</a>
2022-04-19	A2	Fabício Noronha (ES – Fórum 2021-2022)	<a href="https://youtu.be/hIMxKiYZa7w">https://youtu.be/hIMxKiYZa7w</a>
2022-10-17	A2	Fabiano Piúba (CE – Fórum 2017-2018)	<a href="https://youtu.be/xv4iz2GG45w">https://youtu.be/xv4iz2GG45w</a>
2022-01-31	A3	Christiane Ramirez (Câmara Deputados)	<a href="https://youtu.be/FcEMaUQbyVk">https://youtu.be/FcEMaUQbyVk</a>
2022-03-18	A3	Marcos Souza (Senado)	<a href="https://youtu.be/H6mBO9US6K0">https://youtu.be/H6mBO9US6K0</a>
2021-12-07	A3	Ana Clarissa Fernandes (CNM)	<a href="https://youtu.be/785OB2xFcZQ">https://youtu.be/785OB2xFcZQ</a>
2022-01-28	A4	Célio Turino	<a href="https://youtu.be/lZyusn82aPs">https://youtu.be/lZyusn82aPs</a>

2022-01-21	A4	Alexandre Santini	<a href="https://youtu.be/pqmckBq5Nil">https://youtu.be/pqmckBq5Nil</a>
2021-11-11	A4	Ana Lúcia Pardo	<a href="https://youtu.be/XYJT2-7b78A">https://youtu.be/XYJT2-7b78A</a>
2022-09-06	B1	Metropolitana I: Capital - Sandra Pedroso (Rio de Janeiro)	<a href="https://youtu.be/Swt-luACkwM">https://youtu.be/Swt-luACkwM</a>
2022-05-31	B1	Metropolitana II: Baixada Fluminense – Wildson França (Belford Roxo)	<a href="https://youtu.be/9oWHsbB8tno">https://youtu.be/9oWHsbB8tno</a>
2022-04-14	B1	Metropolitana III: Leste Fluminense – Arethuzia Dória (São Gonçalo)	<a href="https://youtu.be/bRoiOQszNFI">https://youtu.be/bRoiOQszNFI</a>
2022-09-02	B1	Noroeste Fluminense - Eliane Carreiro (Santo Antonio de Pádua)	<a href="https://youtu.be/Kl0U4Ftgv4g">https://youtu.be/Kl0U4Ftgv4g</a>
2022-07-26	B1	Norte Fluminense - Iara Lima (Campos dos Goytacazes)	<a href="https://youtu.be/NLHJ525B9LU">https://youtu.be/NLHJ525B9LU</a>

2022-03-04	B1	Baixadas Litorâneas – José Facury (Cabo Frio)	<a href="https://youtu.be/XjVQ951CwrA">https://youtu.be/XjVQ951CwrA</a>
2022-05-06	B1	Centro Sul – Renata Bezerril (Miguel Pereira)	<a href="https://youtu.be/qAP3CgZpISl">https://youtu.be/qAP3CgZpISl</a>
2022-09-06	B1	Serrana – Diana Iliescu (Petrópolis)	<a href="https://youtu.be/l4vUnXkZLWU">https://youtu.be/l4vUnXkZLWU</a>
2022-06-10	B1	Médio Paraíba – Oswaldo Castro Jr. (Itatiaia)	<a href="https://youtu.be/lzwfKGhyW7k">https://youtu.be/lzwfKGhyW7k</a>
2022-08-03	B1	Costa Verde – Wolney Rocha (Mangaratiba)	<a href="https://youtu.be/2CEngrlGjHo">https://youtu.be/2CEngrlGjHo</a>
2022-05-03	B2	Danielle Barros SECEC-RJ	<a href="https://youtu.be/dDaR2bl3Ryk">https://youtu.be/dDaR2bl3Ryk</a>
2022-04-26	C1	Marcelo Bravo (Barra Mansa – Fórum Municípios)	<a href="https://youtu.be/gamvwG8Y-Hw">https://youtu.be/gamvwG8Y-Hw</a>
2022-04-12	C1	Sady Bianchin (Maricá)	<a href="https://youtu.be/0HyrGMzF7cl">https://youtu.be/0HyrGMzF7cl</a>
2022-02-16	C1	Victor De Wolf (Niterói)	<a href="https://youtu.be/f3ogFBxH6TE">https://youtu.be/f3ogFBxH6TE</a>
2022-04-06	C1	Leonardo Giordano (Niterói)	<a href="https://youtu.be/J0iwVjt0aB0">https://youtu.be/J0iwVjt0aB0</a>
2022-03-28	C2	Cleise Campos (Rio de Janeiro e S. Pedro d'Aldeia)	<a href="https://youtu.be/SFHnNVe-sQY">https://youtu.be/SFHnNVe-sQY</a>

2023-03-01	C2	Raphael Moreira (Rio de Janeiro)	<a href="https://youtu.be/vof3YxLQn3c">https://youtu.be/vof3YxLQn3c</a>
2022-06-06	C2	Carlos Henrique Pimentel (Rio das Ostras e Saquarema)	<a href="https://youtu.be/ZssF7-VGYgY">https://youtu.be/ZssF7-VGYgY</a>
2022-02-17	C2	Roberta Martins (Niterói)	<a href="https://youtu.be/CEaao3HLKoU">https://youtu.be/CEaao3HLKoU</a>
2022-02-18	C2	Júlia Pacheco (Niterói)	<a href="https://youtu.be/HPh-gCskgxs">https://youtu.be/HPh-gCskgxs</a>
2022-02-24	C2	Mateus Lima (Niterói)	<a href="https://youtu.be/vXCUu9CB09s">https://youtu.be/vXCUu9CB09s</a>
2022-07-04	D1	Belford Roxo	<a href="https://youtu.be/_fAOoU7M-34">https://youtu.be/_fAOoU7M-34</a>
2022-10-03	D2	Dança	<a href="https://youtu.be/GmYKh2HOUQ4">https://youtu.be/GmYKh2HOUQ4</a>
2022-11-11	D2	Audiovisual	<a href="https://youtu.be/kruVXkWWtSk">https://youtu.be/kruVXkWWtSk</a>
2022-11-07	D3	Circo de Iona	<a href="https://youtu.be/bvwr4s5A5S4">https://youtu.be/bvwr4s5A5S4</a>
2022-11-14	D3	Artista de rua	<a href="https://youtu.be/gQEiu3dD7QY">https://youtu.be/gQEiu3dD7QY</a>

**Quadro Tipológico das Entrevistas e Grupos Focais  
(sub-sumário)**

<b>Data</b>	<b>Nome</b>	<b>Pág.</b>
<b>Escopo Nacional / Legislativo</b>		
2022-06-23	Benedita da Silva (PT-RJ)	39
<b>Escopo Nacional / Gestores</b>		
2022-04-08	Úrsula Vidal (PA - Fórum 2019-2020)	59
2022-04-19	Fabício Noronha (ES – Fórum 2021-2022)	83
2022-10-17	Fabiano Piúba (CE – Fórum 2017-2018)	107
<b>Escopo Nacional / Técnicos</b>		
2022-01-31	Christiane Ramirez (Câmara Deputados)	149
2022-03-18	Marcos Souza (Senado)	205
2021-12-07	Ana Clarissa Fernandes (CNM)	235
<b>Escopo Nacional / Militantes/Articuladores</b>		
2022-01-28	Célio Turino	281
2022-01-21	Alexandre Santini	317
2021-11-11	Ana Lúcia Pardo	345
<b>Escopo Estadual / Conselheiros de Cultura</b>		
2022-09-06	Metropolitana I: Capital - Sandra Pedroso (Rio de Janeiro)	373
2022-05-31	Metropolitana II: Baixada Fluminense – Wildson França (Belford Roxo)	387
2022-04-14	Metropolitana III: Leste Fluminense – Arethusa Dória (São Gonçalo)	413
2022-09-02	Noroeste Fluminense - Eliane Carreiro (Santo Antonio de Pádua)	455
2022-07-26	Norte Fluminense - Iara Lima (Campos dos Goytacazes)	477
2022-03-04	Baixadas Litorâneas – José Facury (Cabo Frio)	499

2022-05-06	Centro Sul – Renata Bezerril (Miguel Pereira)	535
2022-09-06	Serrana – Diana Iliescu (Petrópolis)	559
2022-06-10	Médio Paraíba – Oswaldo Castro Jr. (Itatiaia)	585
2022-08-03	Costa Verde – Wolney Rocha (Mangaratiba)	605
<b>Escopo Estadual / Gestores</b>		
2022-05-03	Danielle Barros SECEC-RJ	623
2022-04-26	Marcelo Bravo (Barra Mansa – Fórum Municípios)	661
2022-04-12	Sady Bianchin (Maricá)	699
2022-02-16	Victor De Wolf (Niterói)	741
2022-04-06	Leonardo Giordano (Niterói)	789
<b>Escopo Estadual / Técnicos</b>		
2022-03-28	Cleise Campos (Rio de Janeiro e S. Pedro d'Aldeia)	809
2023-03-01	Raphael Moreira (Rio de Janeiro)	851
2022-06-06	Carlos Henrique Pimentel (Rio das Ostras e Saquarema)	877
2022-02-17	Roberta Martins (Niterói)	907
2022-02-18	Júlia Pacheco (Niterói)	923
2022-02-24	Mateus Lima (Niterói)	947
<b>Grupos Focais</b>		
2022-07-04	Belford Roxo	983
2022-10-03	Dança	1027
2022-11-11	Audiovisual	1057
2022-11-07	Circo de Iona	1095
2022-11-14	Artista de rua	1141



Universidade Federal Fluminense - UFF  
Laboratório de Ações Culturais - LABAC  
APOENA – Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e  
Ações Culturais – foco RJ  
[pesquisa.apoena@gmail.com](mailto:pesquisa.apoena@gmail.com) – <https://apoenaredecultural.wordpress.com>

Projeto APOENA  
Entrevistado (E): **Benedita da Silva**  
Data: 23/06/2022

Pesquisador entrevistador (P):  
P1: Luiz Augusto F. Rodrigues  
P2: Ana Lúcia Pardo

Transcrição/responsável: Juliana Almeida Leite - Data:  
15/07/2022  
Ajuste da transcrição: Alexandre Barbalho - Data: 12/09/2022  
Conferência final: Luiz Augusto F. Rodrigues – Data:  
08/05/2023

**P: Estamos aqui, hoje, reunidos pela plataforma Google Meet. Hoje são vinte e três de junho de dois mil e vinte e dois, na entrevista do projeto Apoena - Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações Culturais, com foco no estado do Rio de Janeiro. Um projeto que vem investigando, pesquisando os impactos da Lei Aldir Blanc, da LAB, no estado. E estamos aqui hoje, num conjunto de entrevistas que a gente vem fazendo para o projeto. Hoje vamos fazer a entrevista com a Deputada Federal Benedita da Silva, do Partido dos Trabalhadores pelo Rio de Janeiro, autora da lei, a protagonista principal da lei. Vamos estar dividindo as perguntas entre mim [Luiz Augusto Rodrigues] e Ana Lúcia Pardo, também pesquisadora do**

**projeto. O projeto inclui mais um conjunto grande de pesquisadores, tanto alunos da graduação da Universidade Federal Fluminense, quanto pesquisadores ligados à universidade e outros ligados até a outras instituições, já que é um projeto que se pretende interinstitucional, inclusive. Então, agradeço imensamente... agradecemos! Eu falo em nome da instituição, eu falo em nome do Laboratório de Ações Culturais. Agradecemos imensamente sua disponibilidade. A entrevista está sendo gravada, porque é um registro importante para gente depois poder disponibilizar em vídeo ou em transcrição no todo ou em parte. Então, qualquer interrupção que precisar fazer ou algum comentário que prefira que não seja publicizado, é só nos avisar: “nessa parte fica somente entre nós.”. Depois a gente vai editar e poder fazer uma limpeza. Ou mesmo se precisar parar algum momento, a gente interrompe a gravação e volta em seguida. Então, fica à vontade, a senhora que conduz a cena aqui hoje seguramente. Então, vamos! São dois blocos que estruturam essa entrevista: um primeiro bloco pequenininho, pegando um pouco a trajetória da pessoa Benedita da Silva, da parlamentar, e depois o segundo bloco, mais longo um pouco, tocando a Lei Aldir Blanc, a LAB. Então, deputada, eu vou pedir pra senhora começar dizendo o nome completo e lugar de nascimento.**

E: Olá, é um prazer poder estar com vocês nesse momento e dizer que eu sou conhecida como Benedita da Silva, mas o meu nome é bem extenso: Benedita Souza da Silva Sampaio, depois eu explico os S.

**P: Nascida em? Onde? No Rio?**

E: Eu sou carioca. Nasci no Rio de Janeiro.

**P: Deputada, quando e como você começou a fazer militância no campo político?**

E: Muito cedo! Primeiro, política comunitária que era importante. Eu tenho oitenta anos e então por conseguinte peguei alguns períodos duros do Brasil. Então, era preciso que as comunidades estivessem organizadas e ali nós nos organizamos em forma, primeiro, de comitês de favelas e depois como associação de moradores de favela, mas veio primeiro esse momento. E, ali, nós lutávamos já uma batalha pela questão do saneamento básico e pela urbanização da comunidade. Então, eu venho deste meio, desta batalha, eu venho desta luta.

**P: E, agora, pensando no campo do setor da cultura. Envolvimento político com o setor da cultura. Quando e como ele acontece na sua carreira política e que momentos você destacaria?**

E: Olha, é muito interessante, Luiz Augusto, o que você me pergunta, porque a gente tem que emendar isso aí. Na verdade, a minha primeira fala é uma fala política, de política de exclusão, de organização das comunidades. E, no momento em que nós batalhamos, fizemos mutirões para ter algo melhor na comunidade, enfrentamos um período difícil de 1964 [regime militar], nós vimos que não bastava a nossa reunião, que era preciso que nós tivéssemos um outro instrumento para ajudar a comunidade, fazer com que o poder público pudesse subir a comunidade. E foi, então, que surgiu a criação, a formação do Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras, e muitas lideranças das comunidades foram convidadas para estar ali, para ver as ideias lá no ABC [paulista], do que eles estavam criando... se nós iríamos nos interessar, que era um partido diferente, que seria para as trabalhadoras e os trabalhadores.

Nós então fomos para esse local. Fomos para lá, e conversamos e vimos que se nós juntássemos todas as nossas preocupações e objetivos, e fizesse uma boa campanha de filiação, o partido iria surgir. Então, fomos, que já tínhamos trabalhos comunitários em todas as favelas, eu era da Federação das Favelas, também. Então, conseguimos conversar com as comunidades e fomos fazendo a filiação comunitária. Muito interessante por sinal. Bom, nós precisávamos participar das eleições de 1982, mas antes eu quero lhe dizer o seguinte: com essa coisa da cultura, nós tivemos dois métodos muito importantes nas nossas organizações comunitárias: foi o método Paulo Freire, de alfabetização, e foi o teatro do [Augusto] Boal. Então, nós já viemos com essa parte cultural dentro da nossa organização. Tivemos as nossas peças, teatro... depois bem mais tarde tivemos até filmes que foram feitos pelos cursos que foram dados viajando na telinha, na comunidade. Então, só para a gente encontrar aqui como é que essa mistura de política, de cultura, dentro da comunidade. Da luta pelo samba, da luta para que a polícia não levasse, quer dizer, é uma luta muito grande. Moral da história: quando chegou 1982, o PT estaria nas urnas e as comunidades, no Rio de Janeiro, se reuniram para fazer o seguinte: vamos oferecer para o PT as candidaturas das favelas. E aí nós fizemos uma grande assembleia. Foi uma coisa tão bonita... Hoje, a gente fala em mandato coletivo, mas a escolha foi uma escolha coletiva, não foram muitos, porque a gente dizia assim: “se for todo mundo não vai acontecer nada”. Então, foi assim que aconteceu, realmente... trabalhamos, foram, fomos... éramos poucos candidatos e candidatas, me lembro bem que era só eu e a Jurema Batista, duas mulheres, e os demais eram alguns homens da liderança comunitária. Numa aliança com a classe média, Deputado Estadual e outros a Federal. Então, foi assim que em 1982, eu fui a primeira mulher negra da favela na Câmara de Vereadores e Vereadoras da cidade do Rio de

Janeiro. Ali começa, então, eu ter aquele espaço de mais visibilidade nas coisas em que estaria, por diante, fazendo.

**P: E a Presidência da Comissão de Cultura. Como é que isso chega? Qual é a importância disso na sua trajetória?**

E: Ah, nós pegamos um momento muito difícil. 2019 foi um momento difícil para a cultura e o que nós queríamos era minimizar essa situação, os problemas que foram sinalizados pelo abandono do Governo atual na questão da cultura. E nós tínhamos... Aí o PT me escolheu como presidente... Tem lá um rodízio de ano em ano, nós vamos mudando. Então, eu fui escolhida a presidenta lá da Comissão de Cultura e, através da Comissão de Cultura, nós chegamos e encontramos o resultado de uma CPI que tratava da questão do audiovisual e tudo. Nós fizemos uma boa leitura ali, e criamos o partido da cultura, porque o momento era difícil, eles estavam chegando com todo gás, para não deixar passar nada, para não deixar acontecer nada, as coisas mais simples nós tínhamos uma dificuldade. Aí eu chamei todo mundo, falei: “vamos fazer aqui o partido da cultura, nessa Comissão vamos criar esse partido, não vamos falar de outra coisa que não seja a questão da cultura”. Claro que pra falar da cultura naquele momento ia ter que falar sobre as atitudes do governo, mas, pelo menos, nós conseguimos ali efetivar realmente uma aliança, sei lá, uma parceria. E fomos recebendo, então, as denúncias do que estava realmente acontecendo na cultura. Ali, nós pedimos... A Chris [Ramirez] teve um papel importante, porque sem uma boa assessoria também fica difícil você trabalhar num contexto pequeno, numa conjuntura difícil. Então, o governo foi, na verdade, efetivando as suas medidas de desmonte do estado da cultura. Nós não tivemos mais. Não tínhamos mais Ministério da Cultura e já estava destituindo a questão dos conselhos, e evitando a participação, claro, social

nesse momento, criminalizando a arte, a cultura. E esse movimento foi um movimento interessante, porque aí a Comissão de Cultura passou a ser a porta-voz do movimento cultural brasileiro. Porque ali fizemos vários seminários, fizemos fora também, né? Tivemos ali a cultura colocada de uma forma que todos se sentiram participantes, e, com a pandemia... nós estávamos também num pandemônio, porque a cultura, vocês sabem mais do que eu, foi a primeira a fechar suas portas. Então, fechamento que foi necessário pela pandemia foi um momento também que o governo aproveitou pra fazer o desmonte da instituição. Aí começou a nomear dirigentes com uma visão dele [governo Bolsonaro] sobre cultura e nós começamos a ver o que estava acontecendo no Brasil, um escândalo, e um dos exemplos para mim, mulher negra, que vinha trabalhando, conhecendo o que foi feito no governo de Lula e de Dilma, aquela questão da Fundação Cultural Palmares botar alguém que era racista para uma Fundação que deveria tratar da cultura racial da população negra, então era destruir realmente toda a cultura desse país. Então, ali nós nos vinculamos. Foi um grande momento, porque a Lei Aldir Blanc, quando nós começamos a discutir, era o Brasil inteiro. Vocês ficaram numa, que eu chamo, assembleia permanente. E nessa assembleia permanente, nós discutimos ali tudo, tudo, tudo que estava vinculado à cultura, dentro dos segmentos. E nós, então, fomos impondo, nos impondo até que conseguimos tirar um pouco do sufoco naquele momento. Os trabalhadores e trabalhadoras, fazedores, como a Chris gosta que eu diga mesmo, fazedores e fazedoras de cultura pudessem ter um pouco de alívio, porque vocês naquele momento já estavam fazendo, também, vaquinha para dar cesta básica, porque nem todo mundo é Ivete Sangalo. Eu sempre falo isso. Eu digo: “olha gente, nem todo mundo é Ivete Sangalo”. Então, é preciso ver o pipoqueiro, a pessoa do camarim, quem ajuda lá... e essas pessoas. Pessoas assalariadas, se não tem espetáculo, não tem como pagar



essas pessoas e não tem recurso. E vocês também deram uma demonstração muito grande de boa vontade, porque nós caímos num desânimo muito grande. Estávamos muito tristes e vocês, exatamente a cultura, mesmo naquela situação com um governo destituindo, querendo desmorrar tudo, vocês foram capazes de entrar na nossa casa, de trazer alento, de estar na telinha falando, trazendo informações... na música. Nós tivemos, onde eu moro, nós tivemos assim, gente que toca, ia pra janela tocar. Era filme... nós passávamos uns pros outros: "assistam"! Criamos grupos: "assistam esse filme"... Então, foi uma coisa muito solidária. Muito solidária. Então, essas manifestações foram manifestações que também referendaram, sem dúvida, o esforço que os vários secretários de cultura do país estavam ali conosco fazendo. Então, foi um trabalho muito coletivo, muito forte, muito interessante a Lei Aldir Blanc.

**P: Ótimo, você já começou a falar sobre a Lei Aldir. Algumas perguntas podem parecer que são redundantes, por questão de um certo roteiro, assim se sinta à vontade de complementar mais um pouco a partir do nosso estímulo.**

E: Olha, eu acho que eu falei um pouco dessa linha do tempo da criação da Lei Aldir Blanc. Porque eu falo do que nós... pode parecer redundante, mas foram as manifestações com a preocupação do setor cultural diante da pandemia. Esse é o mote que espalhou pelo Brasil a fora e que a cultura foi a mais prejudicada nesse momento porque foi a primeira a fechar as suas portas. E é interessante, também, de que, eu como constituinte que fui, eu gosto sempre de dizer isso, como constituinte que fui, foi o primeiro momento em que eu vi uma mobilização nacional: foi na Assembleia Nacional Constituinte. Pois bem, na questão da cultura, para a Lei Aldir Blanc, eu vi

essa mesma manifestação no Brasil inteiro. E depois, os resultados que nós encontramos por aí. Era não sei quem do Maracatu... não sei quem do teatro de rua, era mais não sei quem que falava da comédia, de Folia de Reis, outro estava falando de forró, outro não sei o que. Nós fomos encontrando, nessa pluralidade cultural, de musicalidade, de cenas teatrais, muitos, mas muitos municípios, mais de... eu acho que chegamos a alcançar mais de três mil municípios com milhões e milhões de pessoas que foram beneficiadas nesse momento. Eu acho que é bom a gente lembrar que no início dos decretos sobre o cancelamento das atividades em 2020... Eu queria falar um pouquinho sobre a medida de enfrentamento de emergência da saúde pública. A sua importância internacional decorrente do coronavírus e responsável realmente pelo surto tremendo. E a congregação de trabalhadores e trabalhadoras... porque quando a gente puxa a Lei Aldir Blanc, é porque nós já tínhamos tomado outras medidas em relação a outros segmentos de trabalhadores e trabalhadoras. E a cultura estava realmente ali ficando de fora. E vocês enfrentando politicamente um governo que tinha brigado com vocês. Então, aquele momento foi um momento terrível, cruel. Achando que todo mundo pegava dinheiro, todo mundo não fazia nada... Foi difícil, foi muito difícil. Mas a cultura sempre foi uma cultura de resistência. O que é que aconteceu? É que todos os parlamentares, de todos os partidos políticos, que estavam na comissão de cultura, abraçaram isso. Levamos emergencialmente essa questão para Plenário, e no Plenário nós tivemos então no Presidente da Câmara, na ocasião, que disse que seria apresentado um orçamento para tratar exatamente das medidas necessárias devido à expansão do Covid. E lá, com muita alegria nesse período, nós já tínhamos o diagnóstico de que não havia fundos orçamentários vinculados e que não tinha como... nenhuma medida prevista - é bom a gente contar isso - nenhuma medida prevista pra atender a especificidade do setor cultural como resposta a essa coisa

toda, calamidade. Muitos artistas morreram, nós sabemos, decorrente do Covid. Então, de novo, quero nesse momento, não só homenagear, como sempre faço, a minha querida Chris Ramirez, mas a assessoria competente, técnica, do trabalho da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, mas sobretudo de vocês. Vocês se instalaram na Câmara dos Deputados. Foi muito bonito isso, gente. Para dar aquela contribuição, para que fosse uma análise compartilhada do grupo. Para que a gente chegasse ao alcance e desconstruísse aquela fala de que não tem dinheiro, de que não pode, de que não tem orçamento, quando nós sabíamos que tínhamos lá os recursos parados e que era importante naquele momento a gente tratar de fazer com que o Governo não boicotasse a cultura e foi isso. Eu acho que foi aprovado o requerimento de urgência e depois foi isso que vocês tiveram a oportunidade de assistir.

**P: Ainda sobre esse contexto, você quer complementar alguma coisa, fica à vontade. Como ocorreram os desdobramentos que levaram à articulação específica para junção dos PLs que originaram a lei de emergência cultural? Quais foram os principais agentes sociais e os principais agentes políticos nesse processo, tanto na Câmara quanto no Senado? As articulações construídas para que esses PLs fossem juntados, essa participação toda. Conta um pouquinho mais para gente sobre isso.**

E: Olha, foi exatamente este conagraçamento que eu digo dos profissionais da cultura com os técnicos da casa e as contribuições advindas das assembleias e reuniões que o setor cultural fazia. Então o ponto de partida fundamental desse Aldir Blanc, saiu da Comissão de Cultura que já tinha um acúmulo para conversar com os fazedores de cultura, com os secretariados, com os conselhos e foi criado um grupo de assessoria técnica Legislativa, também, para acompanhar junto

às lideranças a partir da autoria, dos coautores, de relatora do PL da emergência cultural que, nesse caso, foi a deputada Jandira Feghali, que foi a relatora. Então, aprovado esse requerimento de urgência, nós começamos. Primeiro a compilação das contribuições que vieram. Então, todos, mas todos foram muito importantes nesse processo. Não é uma coisa de uma pessoa, é uma coisa coletiva. Então, esses acúmulos... eles foram todos compilados. E vindo desse diálogo nacional e em relação ao substitutivo que nós fomos elaborando que era com essas contribuições que vinham chegando. Então, início dessa história: Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados. E por que? Porque já estávamos discutindo sobre a questão do Fundo Nacional de Cultura, estávamos discutindo sobre o audiovisual, estávamos discutindo sobre uma série de coisas e baseado numa CPI que deixou uma contribuição. Nós puxamos essa CPI, e dentro dessa CPI, nós tínhamos ali indicações, orientações de como seria importante tratarmos de vários projetos que nós tínhamos naquele momento, de vários programas até, que foram tirados pelo governo. Então, eu penso que aprovar esse requerimento de urgência foi um esforço da Casa. Todo segmento, até segmento do governo veio junto na aprovação. Foi uma coisa inédita mesmo, inédita. A Lei Aldir Blanc foi uma coisa inédita. Todos aprovaram o requerimento de urgência que solicitava a inclusão na ordem do dia, foi colocado na ordem do dia e assim aconteceu. Saindo da Câmara, imediatamente, o Senado Federal fez a mesma coisa. Aí foi para o Senado Federal, o senador Jaques Wagner foi o designado para relator, então, começou ali, o Senado acelerou o máximo que ele pôde e afinal de conta foi aprovado por unanimidade no Senado Federal. Então, nós ficamos num estado de graça. Agora, vocês é que tiveram que dar um duro tremendo para conseguir realmente trabalhar com... instruir também que muitos municípios não tinham nem uma referência cultural ali para que houvesse o repasse dos recursos. Então... mas vocês... com

agenda, uma abertura grande... que contou também, com a cartilha. Tem uma cartilha, uma cartilha de memória da lei, da análise da lei Aldir Blanc. E através dessa cartilha, o objetivo foi dialogar com o setor cultural, com o Ministério do Turismo, detentor da pasta. E a cultura, coitada, ficou para lá e para cá. Cada hora... Assistência social, nunca vi, mas foi para Assistência Social, depois foi para o Ministério do Turismo, e enfim, a lei foi sancionada com apenas um veto. Só tivemos um veto, quando houve então a publicação de uma série de diplomas para essa implementação nas quais nós relacionamos para melhor visualização, as pessoas entenderem melhor dos trâmites.

**P: Deixa eu te colocar uma última questão para depois passar para Lúcia Pardo conduzir a parte seguinte. A LAB foi um momento de muita mobilização da sociedade civil, dos trabalhadores da cultura e também de articulações legislativas que puderam combinar em uma única lei, num único projeto. A senhora destacaria momentos anteriores que tenham facilitado, pavimentado, um caminho para a gente chegar nessa grande mobilização e nessa possibilidade de uma articulação grande? Momentos anteriores que ajudassem a isso?**

E: Teve momento que ajudasse a que nós buscássemos essa congregação, essa mobilização que acabou criando essa LAB. Veio da própria luta dos fazedores de cultura, porque, através da Câmara Federal, eu já disse: nós encontramos na Comissão de Cultura um ambiente hostil, nós criamos as condições do Partido da Cultura. Existia uma CPI engavetada que nós desengavetamos para ver o que que estava acontecendo com a cultura. Aí vimos o que estava acontecendo com a cultura e começamos a chamar os técnicos para junto conosco formar realmente uma assessoria e a mobilização ficou realmente por

conta de vocês. Esse foi o ponto alto. É que vocês conseguiram ficar em assembleia permanente. Vocês conseguiram alcançar lá os rincões que nós falávamos tanto, que um dos fatos era que “não, só tinha no Sudeste, não tinha mais cultura em lugar nenhum”. Todas essas culturas se apresentaram e ao se apresentar nós vimos que era preciso cumprir, necessariamente, o que estava ali estabelecido. Agora houve fatos... Nós tivemos, por exemplo, o Governo Federal tinha emitido quatorze diplomas, sendo diversos documentos, entre as MPs, as portarias, comunicados, não sei o que. E vocês lembram bem que, eu até fiz uma anotação aqui... eu emitei um documento, um requerimento, de indicação ao Ministério da Economia, pedindo ajuste nos documentos que regulamentavam a execução da LAB. Para que pudesse cumprir inclusive o acórdão do Tribunal de Contas da União, aquele acórdão 11/18 de maio de 2021. Então, diante dessas dificuldades...

**P1: Dando continuidade, Bené em que medida as políticas públicas de cultura, no seu entendimento, foram importantes, decisivas, ou embasaram, essa elaboração da Lei Aldir Blanc?**

E: Foi na medida máxima da competência, do acúmulo e da mobilização que o setor cultural fez. Sem esta mobilização é evidente... Quando a Chris [Ramirez] fala que tivemos a... que são técnicos, foram vocês que se debruçaram junto com a assessoria da Câmara dos Deputados e também do Senado. Foram vocês [os trabalhadores da cultura] que se dedicaram a fazer com que... e isso provou o seguinte: quando se quer, faz e pode. Tem que se permanecer nessa vigilância. Agora, têm os vetos para derrubar? Vamos insistir na derrubada dos vetos. Porque isso vai ser também muito importante. Porque nós fizemos campanhas, muitas colocadas até mesmo para as

universidades, através dos seus observatórios de cultura, para que eles também tivessem o direito, o apoio, de emendas parlamentares para a continuidade do mapeamento que estavam fazendo, da questão da construção dos dados para o setor cultural. Então, nós tivemos muita coisa feita aí junta também, sabe? Que essa campanha deu origem ao projeto da rede Apoena, que está sendo realizado hoje pela Universidade Federal Fluminense.

**P1: Sim, sim! Temos vários boletins, entrevistas, formulários... está indo muito bem. Temos um seminário semana que vem, então... realmente um projeto muito potente.**

E: Tem uma pessoa chamada... um pesquisador chamado Luiz Augusto, você conhece?

**P1: É o nosso coordenador aqui.**

E: Claro! Para mexer com ele, né?

**P1: Você já meio tocou na pergunta seguinte Bené... você já tocou um pouco, mas... seguindo um pouco mais em relação aos atores sociais envolvidos, como é que você falaria um pouco sobre esse pessoal do Legislativo, das assessorias? Que você já meio que tocou.**

E: Olha, foi um movimento, também, que antes não tivemos Legislativo. Por isso que a Casa... um ano de Presidência... agora vou falar uma coisa sem modéstia porque foi a verdade. No ano como presidenta da Comissão de Cultura, a cultura nacional não tinha outro ou outra forma para se expressar, a não ser pela Comissão de Cultura. Mas, também, os técnicos

da área de cultura não tinham tido também as oportunidades que eles tiveram nesse ano por conta do diálogo aberto com a... entendeu? O diálogo aberto. Muitas pessoas se aperfeiçoaram, né? Nem todo mundo que achava que sabia tudo, não sabia, e alguns trocaram. Foi totalmente diferente. Esse processo não foi um processo só de você ter o fundo pra cultura. Isso mexeu toda uma estrutura. Uma linha de visão, de comportamento, de debates políticos, necessários entre vocês, fazedores da cultura, e também dentro do próprio Legislativo. De você ver pessoas que não se expressavam de forma nenhuma, mas que, no entanto, se mostraram pessoas sabidas sobre cultura. De que estava ali, mas que não teve essa energia para chegar e vamos fazer, e vamos fazer e vamos fazer. Então, é importante colocar, porque nós não podemos nos acomodar. Se nós queremos de volta o Ministério, se nós queremos o Fundo Nacional de Cultura para Cultura, se nós queremos mais, o orçamento mais robusto pra cultura... Porque cultura não é só entretenimento, nós sabemos perfeitamente bem disso. Você tem a cultura que tem entretenimento, mas também tem o rendimento, tem gente que bota comida na mesa com os recursos da produção cultural. Então, é uma coisa muito séria. E se nós fizermos isso, nós vamos pegar milhões e milhões de pessoas num país de desemprego como nós estamos vivendo. Então, a cultura, na minha avaliação, ela deverá ser o carro chefe para 2023, como o primeiro instrumento com mais estrutura, mais estrutura que eu digo... tem o espaço, têm os elencos, têm as pessoas produzindo na sua base. Então, é uma coisa que você pode, de uma hora pra outra, aquecer. Primeiro aquecer, aquecer e então você começar a trabalhar no orçamento, para que você tenha então, uma cultura robusta e que venha alcançar os nossos desejos que é de todo mundo ter cultura no prato. Porque isso é importante.

**P1: Com certeza. Ainda na instância legislativa, na sua avaliação, qual foi o papel das audiências públicas da Comissão de Cultura nesse processo de aprovação e também da execução da Lei Aldir Blanc. Foram muitas audiências públicas, qual foi o papel que você achou?**

E: As audiências públicas foram a troca de informações, e foram a sistematização dos produtos, das conversas e da expertise das pessoas. Então, era aquilo. Nós tínhamos um setor, um dia era um setor audiovisual, outro dia era música, outro dia era teatro. E eu só sei que nós recebemos esta contribuição e tivemos essa troca com os técnicos legislativos, com os que... e eu volto a falar na Chris [Ramirez], porque foi uma coisa que a Chris falou, eu... foi a primeira vez, a primeira vez na minha vida que eu me tornei presidente de uma Comissão. Apesar desses anos todos de mandato, e pego justamente a cultura. Então, o processo de aprendizado meu foi muito grande, muito grande ali. Mas não foi só eu. Os outros também aprenderam ali, e a troca para Câmara. Hoje, eu posso lhe dizer que temos assessores legislativos com muito mais entendimento... não vou dizer qualificação, mas com muito mais entendimento sobre cultura para nos assessorar lá na Câmara dos Deputados. É o papel parlamentar hoje, nós podemos... Porque antes tínhamos dificuldade, até mesmo nas lideranças dos partidos, você não tinha uma representação de cultura nas lideranças de partido, inclusive de esquerda. Então, é difícil. Então, por isso que esse fator é um fator muito importante que às vezes não entra na nossa análise, mas nós acabamos também qualificando, eu não estou achando outro termo, né? Fizemos um grande treinamento com as pessoas, com os assessores internos da Câmara dos Deputados. No final eles já estavam trocando... “não, mas isso não deve ser, não... porque isso... não deixa isso, não deixa aquilo”, porque ficaram animados, ficaram felizes de estarem fazendo aqui. E nos ajudou também para que as nossas lideranças tenham

representação da cultura, porque a cultura é o grande mote e nós precisamos é dela. Então, é importante, também, que nós tenhamos para estar... para que nós estejamos em condição de dialogar o tempo todo, necessariamente, mesmo que o próximo governo possa ser a pessoa que eu quero que seja. Eu quero dialogar com muito mais conhecimento a questão cultural.

**P1: Muito bom. Benedita, agora indo um pouco para o olhar do Executivo. Agora, nos conte um pouco sobre o papel dos agentes do Executivo, secretários de cultura e outros gestores, nas discussões... nesse processo todo da Lei Aldir Blanc, como que você avalia? A gente falou muito do Legislativo, você falou muito bem falado. Nesse papel do executivo, como você avalia?**

E: Olha, o Executivo... vocês sabem mais do que eu. O Executivo brigou com a cultura como eu já tinha dito. Foi perverso com a cultura. Não deu a atenção devida, não quiseram em alguns momentos comparecer ao convite que nós fizemos para a presença. A Fundação Palmares foi a mais ostensiva nessa questão: “não, não vou, não quero”. Nós encontramos um abandono enorme do Executivo pelas artes de matriz africana. Nós estivemos visitando os locais onde eles disseram que estavam os arquivos da Fundação Cultural Palmares. Chegamos lá, estava jogado lá, sabe? Em algum canto, é vergonhoso, mais vergonhoso o que nós vimos: o desrespeito com a cultura. O Executivo foi muito desrespeitoso com a cultura. Mas eu entendo, as pessoas aparentemente preparadas, que diziam estar preparadas, elas não estavam preparadas. E o Governo Federal, ele mesmo, ampliou a sua campanha de criminalização pra cultura. Ele estimulou, ele incentivou e as pessoas quando faziam denúncias, elas pediam socorro. “Como é que nós vamos fazer agora? O Governo

tomou essa medida. Agora o Governo vai tomar mais essa...” e o Governo fez o maior aparelhamento, mas o maior aparelhamento das instituições culturais. Quem está com ele, está com ele, quem não está, não está. Que cultura é essa? Que cultura é essa? Então, esse... o desmonte que ele fez, porque quem fez o desmonte não foi o Legislativo, quem fez o desmonte foi o Governo Federal, foi o Executivo, sabe? Quando ele quis trocar... quando ele trocou gente inteligente, qualificada, dos setores e colocou gente que ia falar o que ele quisesse que falasse, pelo amor de Deus. É um desrespeito à cultura. A cultura é coisa muito rica. E lida com a identidade das pessoas. Então, você não pode tratá-la dessa forma. Então, o Executivo é um Executivo despreparado. Entende? Ele é despreparado e como despreparado que ele é, ele então foi para cima da cultura e tornou a cultura sua inimiga. E foi muito escândalo, também, que eles fizeram a nível de gestores. Os gestores demonstraram na área da cultura que eles pouco entendiam daquilo que estavam fazendo. As pessoas chegavam a dizer: “não... estou aqui agora, estou chegando aqui agora, fui convidada pelo presidente, eu estou aqui...” mas você queria fazer... aprofundar um diálogo com ele, você observava que não tinha preparo para tal. Então, quando você não tem preparo, você não dialoga, você fala assim: “vai fazer desse jeito, nós vamos fazer desse jeito e pronto e está acabado. Nós não vamos ficar dando dinheiro para essa gente rica. Dinheiro do Estado.” Então, uns argumentos chulos, sabe? Então, realmente, o Poder Executivo deixa uma tristeza profunda no coração de quem já foi ministro, de verdade, de cultura, de quem passou pelo Ministério da Cultura, de vocês, fazedores de cultura, que deram tanta contribuição pra que a cultura fosse prioridade e, no entanto, o Poder Executivo ele só não fez porque não pode, mas se ele pudesse, ele realmente ia destruir essa memória histórica linda que é a cultura brasileira.

**P1: Muito bom. Benedita, a gente falou então da instância legislativa. A instância executiva você já meio que tocou, mas vamos aprofundar um pouco mais sobre a questão da sociedade civil. Sobre a sociedade civil, os trabalhadores e trabalhadoras da cultura, você poderia nos falar sobre atuação, o papel cumprido, que elementos você destacaria nesse processo todo de construção e aprovação da Lei Aldir Blanc com relação à sociedade civil?**

E: A sociedade civil foi magnífica. Eu ficaria tempos e horas e dias ouvindo, com muita propriedade, vendo os vídeos que eram mandados. Assisti, era prazeroso assistir, e eu fico pensando assim: “puxa... se pudesse juntar toda essa gente com toda essa coisa, nós íamos fazer mais uma revolução sem arma nesse país”, só de pensar, de ver o pensamento, como vocês veem a cultura, como a cultura pode mudar a vida das pessoas, como a cultura pode fazer a diferença. Então, vocês foram protagonistas dessa coisa e isso foi muito importante. Eu digo que foram, porque foram realmente o protagonista disso aí. Então, eu não tenho nenhum reparo a fazer quanto à contribuição que vocês deram para esse processo. Agora, se deram para esse, podem dar para outros. Isso eu tenho que dizer, se deram para esse, podem dar para outros. Tem que pensar, pensar muito bem, porque você tem uma cultura de ódio, uma cultura de raiva, de ira, de... sabe? Que não respeita o ser humano, uma cultura que os direitos humanos não significam absolutamente nada, uma cultura que destruir as pessoas é melhor... Eu quero ganhar de qualquer maneira, então eu vou sair destruindo as pessoas, desqualificando as pessoas, injustificando as pessoas. Então, é preciso que a cultura entenda também a força que ela tem. E o poder de mobilização que ela tem. E se a gente quer ou não quer mudar essa situação do país. Porque cultura mexe com a identidade do povo. Então, é uma responsabilidade muito grande. Cultura não é uma coisa qualquer. A cultura fala de nós, do nosso

amor, dos nossos sentimentos, de nossas lágrimas, de nossas insatisfações, da nossa satisfação, faz uma leitura completa. Senão você não se sentiria identificada com os dramas que passam. Você viveu e alguns vivem dramas reais. Então, você tem que ver uma cultura assim, dessa forma. Ela é bem plural. Ela é muito plural e vai muito além do que nós possamos imaginar a título de criatividade, o reforço dos sentimentos, e que cada um tem o seu. Então é preciso unir essa energia positiva bacana, entendeu? E ver o que vão fazer com a cultura nesse país.

**P1: Uma pergunta final Benedita. Avaliando esse formato final da Lei Aldir Blanc, observando a sua execução, a prestação de contas, uma lei que praticamente ela já está na prestação de conta final, praticamente quase que a totalidade sua foi executada, você faria alguma modificação na Lei? Se você fosse elaborá-la novamente, pensá-la novamente e se em fazendo, quais seriam essas mudanças no seu formato? E já aproveito para pedir caso você tenha alguma outra fala final pra aproveitar e fazer suas considerações finais.**

E: Olha, eu faria o que nós demos... tivemos a iniciativa... A Lei Aldir Blanc foi uma lei emergencial. E a Lei Paulo Gustavo é também emergencial, na medida em que temos prazos e podemos perder esse recurso. Então, o que faríamos? Nós faríamos uma revisão no Plano Nacional de Cultura. E essa não é tarefa para esse Governo e nem tarefa para este Congresso. E quando eu digo que estou empurrando com a barriga porque nós estamos... e aí é delicado dizer isso, mas eu vou dizer, nós estamos com o Governo com uma máquina na mão ele pode sim criar uma situação muito embaraçosa para quem vai substituí-lo. Então, o que eu faria era ter muita calma nessa hora, pensar bem o que eu vou evitar que

aconteça mais adiante. Porque existe por parte do Governo as armadilhas. E eu quero de volta aqueles nossos programas, nossos pontos de culturas. Estou com um projeto aí pra que isso aconteça nas escolas públicas. Nós queremos que o Fundo Nacional de Cultura seja para a cultura e que ele seja robusto. Nós queremos que o Ministério da Cultura volte porque é importante com os seus recursos e os seus programas. Não é para este Governo. Então eu quero canalizar a minhas energias para mudar o Governo. E eu tenho a certeza que nós já temos acúmulo suficiente para propormos ao novo Governo uma nova política, um novo Plano Nacional de Cultura para o Brasil. É o que eu faria.

**P1: Nossa. Muito bom. Agradecemos muitíssimo Benedita da Silva. Vou passar para o nosso coordenador Luiz Augusto.**

**P: Agradecemos demais, fechou magnificamente A fala anterior já tinha sido de uma magnitude enorme, a fala final foi outra. Então só temos a agradecer. Vamos refazer alguns trechos e depois no futuro editar algumas dessas pausas. A fala final, por exemplo, é uma fala lindíssima. Deputada, agradecemos muitíssimo. Falo isso em meu nome, em nome de todos os pesquisadores que estão envolvidos no projeto Apoena. Volto a agradecer e ressaltar a importância do Legislativo, em especial sua iniciativa em nos conceder uma emenda, ou seja, permitir fortalecer a pesquisa no âmbito das universidades. Muito obrigado, vou fechar a gravação e muito obrigado.**



Universidade Federal Fluminense - UFF  
Laboratório de Ações Culturais - LABAC  
APOENA – Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações  
Culturais – foco RJ  
[pesquisa.apoena@gmail.com](mailto:pesquisa.apoena@gmail.com) – <https://apoenaredecultural.wordpress.com>

Projeto APOENA  
Entrevistado (E): **Úrsula Vidal**  
Data: 08/04/2022

Pesquisador entrevistador (P):  
P1: Alexandre Barbalho  
P2: Luiz Augusto Rodrigues  
P3: Ana Lúcia Pardo

Transcrição/responsável: Ana Lúcia Pardo - Data: 30/08/2022  
Ajuste da transcrição: Marcelo Correia - Data: 24/10/2022  
Ajuste final: Luiz Augusto Rodrigues – Data: 15/05/2023

**P1: Então boa tarde, estamos aqui para mais uma entrevista da Rede Diagnóstico e Avaliação de Políticas Públicas e Ações Culturais, Foco Rio de Janeiro, Projeto APOENA, do LABAC com Úrsula Vidal. Estamos presentes, Luiz Augusto, coordenador do projeto, Ana Lúcia pesquisadora, Giullia bolsista, eu Alexandre Barbalho e a entrevistada Úrsula. Então Úrsula, começo perguntando para você, seu nome completo, lugar de nascimento e formação.**

E: Meu nome é Úrsula Vidal Santiago de Mendonça, eu tenho cinquenta anos e sou jornalista.

**P1: E Lugar de Nascimento?**

E: Ah sim, eu nasci em Recife, Pernambuco.

**P2: Esse primeiro bloco só sobre sua trajetória pessoal, então são questões mais rápidas focadas nisso. Você participa ou participou de algum movimento político, não necessariamente partidário?**

E: Olhe, a minha militância - digamos assim de forma mais organizada - ela se projeta na direção da sociedade civil quando nós começamos a fazer uma pressão política para garantir mais diálogo com o governo anterior na formulação de políticas públicas de cultura. E junto com a carreira de jornalista, de trinta anos que eu fiquei no jornalismo, mais ou menos dos quinze anos até os quarenta e poucos, até os quarenta na verdade. Eu também desenvolvi um trabalho na área de documentário. Então, eu dirigi muitos documentários, séries documentais, produzi documentários. Então eu atuava dentro de um coletivo que abraçava representantes de muitas manifestações e expressões de linguagem. Mas eu também atuava dentro de coletivos mais ligados à luta pela educação ambiental, sustentabilidade, principalmente na gestão de resíduos sólidos num ambiente urbano dentro da região metropolitana. Então eu atuava como jornalista num canal aberto, no SBT, mas ao mesmo tempo eu também fazia documentários com a TV pública, documentários institucionais e eu também tive o envolvimento muito profundo com coletivos de catadores e com coletivos ligados à sociedade civil de diversas, digamos assim, diversos matizes ou de sindicatos ou de servidores públicos, ou de moradores mesmo de territórios afetados pela falta de políticas públicas ligadas à gestão responsável e compartilhando os resíduos sólidos do ambiente da região metropolitana de Belém (que eu passei 2 anos fazendo um documentário depois de uma série documental), no segundo maior lixão a céu aberto do Brasil: foi o Lixão do Aurá.



Então foi um período de fechamento desse lixão [agosto de 2014], transição pro aterro sanitário e abandono de duas mil famílias. Então isso foi inclusive o que me trouxe pro ambiente político.

**P2: Ótimo. Complementando então para quando e como você começou a se envolver mais estritamente falando com política cultural? E que passagens você destacaria da sua trajetória como agente da política cultural?**

E: Veja, eu era uma realizadora, de realizadora eu comecei a exercer um papel de porta-voz junto com outros companheiros e companheiras de um movimento que lutava por mais democratização no processo de construção da política pública. Tanto na prefeitura quanto no governo passados. E enquanto isso acontecia, de maneira concomitante eu também concorria à primeira eleição em dois mil e quatorze pela Rede, já envolvida com essa temática da sustentabilidade. Eu faço... eu sou uma liderança climática da Fundação Al Gore<sup>1</sup> e eu participo muito de eventos ligados a essa temática da sustentabilidade. Estive na COP<sup>2</sup>, embora, por exemplo, eu tenha exercido durante três anos esse papel como secretária de cultura nessa estruturação ou reestruturação de certa maneira da política pública, quando nós entramos nesse novo governo e também nessa luta da Lei Aldir Blanc, eu também continuo permanecendo nesse diálogo de construção de um modelo mais sustentável, tanto do ponto de vista da

---

<sup>1</sup> Nota da pesquisa: Referência á Albert Arnold Gore Jr., político, empresário e ambientalista americano que atuou como vice-presidente dos Estados Unidos de 1993 a 2001 durante a presidência de Bill Clinton.

<sup>2</sup> Nota da pesquisa: Conferência das Partes (COP – Conference of the Parties) é o órgão supremo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, adotada em 1992.

governança quanto do novo modelo de desenvolvimento econômico para a Amazônia. Porque eu sou dessa região, então eu estudo muito isso e tenho muita articulação com movimentos sociais, quais sejam: movimentos quilombolas, movimento indígena, federações, associações. Eu coordeno grupos de trabalho dentro do governo, de estruturação de políticas públicas para povos e comunidades tradicionais. Então, a cultura está dentro da minha atuação política, como agente político ou servidora pública ela transversaliza muito essas temáticas. Então eu trabalho cultura na perspectiva dos direitos humanos, na perspectiva do desenvolvimento sustentável de cadeias produtivas e economia criativa, no fortalecimento da presença da sociedade civil organizada dentro dos fóruns de construção de política pública. Então, digamos, eu transito muito, sabe?

**P2: Maravilha. Agora em termos do fórum. Qual foi o período que você presidiu o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura? Foi junto com a sua entrada como Secretária de Cultura do Pará? Em que período exatamente?**

E: Eu e o novo governo. Essa nova gestão para qual eu fui convidada a fazer parte. Ela entra em dois mil e dezenove, então na primeira reunião do fórum, em março de dois mil e dezenove, foi a minha primeira experiência, era a minha primeira experiência como servidora pública, eu fui pra essa reunião e por uma circunstância de articulação, naquela primeira reunião em Brasília, eu acabei sendo eleita presidente do fórum, então eu fiquei em dois mil e dezenove e dois mil e vinte, no biênio.

**P2: E qual envolvimento que você mantém com o fórum agora após a presidência?**

E: Olha total, porque nós temos um colegiado muito ativo. Nós nos reunimos. Agora nós já tivemos duas reuniões presenciais depois da pandemia, mas durante a Lei Aldir Blanc que o fórum já tinha uma importância muito grande, ocupou um espaço muito protagônico dentro da articulação política para a construção da Lei Aldir Blanc, evidentemente ela é uma construção que passa por essa ampla e profunda escuta da sociedade civil como conformação da letra dessa lei. E que foi uma lei muito disruptiva. Ela não é disruptiva... porque a gente na verdade, nós não apresentamos para o Brasil um modelo absolutamente inovador, ele já estava pronto com o Sistema. Então, ele foi um modelo que possibilitou a operação do conceito do Sistema Nacional de Cultura, dos fundos, o que a gente precisa colocar em prática agora efetivamente, eu acho que de maneira mais detida, é o Plano. Como é que nós vamos aprofundar as políticas públicas? Por quê? Porque o Sistema funcionou irrigando recurso de maneira atomizada, descentralizada para todos os territórios do país, para todos os municípios e estados. Então eu digo, ela foi disruptiva do ponto de vista da mobilização popular, de ter entrado de maneira muito determinante na pauta política em Brasília, mas o formato já vem sendo construído há muitos anos. Desde que centenas de conselheiros e conselheiras se reuniram em Brasília para desenhar esse modelo de aplicação do recurso público no fortalecimento da cultura através de uma política de fomento.

**P2: Você me desculpe se alguma pergunta ficar superposta à outra, eu vou seguir nosso roteiro. Como algumas coisas você já possa ter falado, você complementa se achar que faz falta em função da pergunta. É que agora a gente vai entrar num bloco sobre a Lei Aldir Blanc especificamente. Esse bloco vai ser um pouco mais longo. Então, como se deram as primeiras articulações do Fórum em torno da defesa dos trabalhadores da cultura logo no início da**

**pandemia e como é que você descreveria o papel do Fórum na articulação da LAB e o que você destacaria nessa articulação?**

E: Bom, quando a pandemia nos atravessa nós percebemos que essa paralisação da cultura precisava de uma irrigação de recursos imediata, emergencial, fazendo com que o recurso chegasse muito rapidamente a esses fazedores e fazedoras de cultura que estavam numa situação de profunda vulnerabilidade. Então, houve uma primeira, um primeiro desenho dessa lei, apresentado pela deputada Benedita da Silva, e nós como Fórum começamos a dialogar então com a Comissão de Cultura da Câmara Federal, no sentido de pensarmos uma forma do dinheiro que estava ali retido no Fundo Nacional de Cultura, porque a política pública parou e nós ficamos sem ministério; a política parou, os editais pararam. Então, como é que nós faríamos esse recurso do Fundo Nacional de Cultura chegar efetivamente na conta dos trabalhadores e trabalhadoras de Cultura? Daí nasce uma mecânica muito democrática de construção de uma lei. Eu não me lembro de uma lei ter tido uma participação efetiva tão grande da sociedade civil num momento tão desafiador. Então, nós começamos com o auxílio evidentemente do corpo técnico do Congresso Nacional, tanto do Senado quanto da Câmara, a pensar no modelo. Primeiro, uma forma de financiamento. De onde sairia esse dinheiro? O que a legislação... como é que a legislação nos ampararia? O que o decreto do presidente, que estabelecia aquele período como período extraordinário do ponto de vista da legalidade... Não é da legalidade, mas assim, nós estávamos com um colchão diferente do amparo legal. Nós estávamos num período de exceção, de excepcionalidade. Período de exceção nem é bom falar porque sempre lembra coisa ruim. Vamos falar, estávamos num período de excepcionalidade, de emergência. Então quer dizer, nós estávamos amparados por uma legislação muito específica que

nos garantiria uma dinâmica muito mais rápida da descentralização desses recursos. Então, enquanto nós construíamos, a partir dessa escuta profunda, radical e ampla, o desenho das necessidades do país para amparar essa cultura, ou seja, como esse curso cultural se dá no Rio Grande do Sul e como ele se dá na Amazônia profunda... Há imensas diferenças, assimetrias históricas, inclusive, como é que essa lei poderia ser o mais democrática possível para se assentar nessas realidades locais. Então, nós partimos desta escuta para trazer para a letra da lei esse Brasil e sua imensa diversidade cultural, mas ao mesmo tempo construindo um arcabouço legal amparado nesse período da emergência em que nós nos encontrávamos para que nós tivéssemos uma lei segura, para que ela tramitasse pelas comissões e não sofresse nenhum tipo de fragilidade do ponto de vista legal. Então, nós fizemos isso de maneira simultânea. Enquanto conversávamos com o Tribunal de Contas da União, enquanto conversávamos com os técnicos da Câmara Federal, do Senado da República ouvíamos a sociedade civil, trazíamos para dentro inclusive das nossas PGEs, das nossas Procuradorias Gerais do Estado, para entender como a própria legislação estadual ou as constituições estaduais nos fariam girar aquele recurso. E foi um ambiente muito colaborativo, entendeu professor? Porque enquanto nós construíamos a lei nós também já nos preparávamos para executar. Aí também seria um desafio gigante. Então como é que nós assentávamos em realidades também que não eram absolutamente simétricas. Nós tínhamos, por exemplo, legislações que foram compreendidas, tivemos notas técnicas jurídicas, pareceres jurídicos diferentes de estado para estado. Então por isso que a LAB ela girou de forma diferente. Alguns estados recolheram imposto de renda, outros não recolheram, uns conseguiram que a Receita desse essa orientação. Outros não pediram essa orientação pra Receita. Uns exigiram CNPJ, os outros fizeram só com o CPF. Uns exigiram Certidão Negativa. Os outros não

exigiram Certidão Negativa. Por quê? Porque nós fomos amparados por pareceres jurídicos que nos garantiram girar a lei dentro de uma legalidade construída pelos nossos órgãos de fiscalização e controle, inclusive porque estávamos o tempo inteiro dialogando com os Ministérios Públicos, De contas, Ministério Público Estadual.

**P2: Quais os principais atores do Fórum envolvidos com a LAB? E que mecanismos outros foram acionados por eles nesse processo?**

E: Olha, o fórum é composto, o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura é composto pelos representantes que giram a cultura, sejam presidentes de Fundações onde não há secretaria, sejam secretárias ou secretários. Eu posso te dizer especificamente, professor, que houve um grupo de atores mais relevantes. Porque o ambiente era extremamente colaborativo. Quer ver as porta-vozes? Então, por exemplo, eu era presidente, eu era porta-voz de um colegiado. Mas tudo que eu trazia para dentro das articulações com o Senado, com a Câmara, com o Ministério do Turismo, com a Secretaria Especial de Cultura, com o Tribunal de Contas da União partia de uma construção de uma formulação discutida, debatida dentro do Fórum. Então todos foram muito importantes.

**P2: Ótimo. Poderemos dizer que o caminho que nos levou até a aprovação da LAB é fruto dos processos de aprendizagem da sociedade civil, campos das políticas culturais e das experiências participativas que as antecederam? Se sim, quais e como?**

E: Sim e aí a gente volta para aquela minha primeira resposta. Nós já tínhamos um caminho galvanizado para percorrer. Nós não abrimos uma picada no meio da floresta. Nós sabíamos onde nós estávamos indo. Nós sabíamos como tínhamos chegado até ali. Nós tínhamos um modelo do Sistema, nós tínhamos o modelo do Plano, nós tínhamos o modelo do Fundo, nós tínhamos o Programa Cultura Viva, a Lei Cultura Viva. Então, nós sabíamos que a cultura ela tem uma característica de informalidade e ela se dá a partir de uma dinâmica muito... dependendo do território evidentemente, da expressão e manifestação cultural, ela se dá a partir de uma dinâmica de transmissão de conhecimentos e saberes muito assentado na oralidade por exemplo. Então, você trazer a cultura para dentro de uma planilha de Excel, você trazer a cultura para um modelo formal de prestação de contas e execução de projetos culturais, você trazer a cultura para dentro de um planejamento muito cartesiano que o Estado faz a partir de contas, a partir de projeções, estatísticas... é claro que a gente precisa disso. Nós precisamos mapear a importância da cultura, a diversidade da cultura, o endereço que essa cultura tem, ah o endereço, eu quero dizer de onde ela vem, quem são esses atores, como atuam, qual a sua bagagem cultural, o impacto que essa manifestação cultural tem no território do ponto de vista simbólico, do ponto de vista econômico também. Mas a cultura ela não... o Estado brasileiro não formatou, digamos assim, uma política cultural de fomento que respeite essa dinâmica da cultura, principalmente da cultura popular e das comunidades e povos tradicionais, porque ela se dá no espaço onde não há internet, ela se dá num espaço onde a oralidade é que é esse corredor de transmissão de saberes. Ela se relaciona com o meio ambiente muito no território do simbólico, você não necessariamente tem uma edificação, muitas vezes o que é importante naquela comunidade é uma árvore, é uma floresta, é um rio. Então, é uma compreensão do ponto de vista do direito à cidadania que

é inclusive do elemento imaterial, do elemento simbólico. Aquele rio tem um direito, ele é um sujeito de direito. Aquele árvore é um sujeito de direito. Aquele ramada, aquele espaço de construção é um sujeito de direito. Porque além de um espaço delimitado territorialmente, ele tem uma carga simbólica muito importante, de ancestralidade que constrói esse ambiente cultural. Então, quando a cultura derrama poeticamente todas as suas cores, o seu tempo, que é atemporal e imemorial, dentro da política pública brasileira ela nos reconecta com a nossa brasilidade. Então, a Lei Aldir Blanc ela poetizou muito a dinâmica do Congresso Nacional, ela fez com que o Congresso Nacional se voltasse para esse Brasil muito violado, muito expropriado da sua memória e da sua história. Então, ela foi muito importante também nesse aspecto. E essa dinâmica social foi extraordinária porque foi isso que a sociedade civil nos trouxe. A sua fala, o seu olhar, as suas histórias, a sua memória, as suas dores inclusive. Então, essa foi uma construção muito marcada também por cicatrizes de um povo brasileiro extremamente excluído. De uma população extremamente vulnerabilizada e silenciada. E que pôde ter voz nesse processo de construção dessa lei.

**P2: Então, pensando essa voz que a sociedade pôde assumir, essas articulações possíveis, que papel você atribui a isso às webconferências, por exemplo?**

E: Ah, [as webconferências] foram fundamentais. Foi um espaço de construção, foram as nossas manifestações, as nossas passeatas. Foram as nossas sessões especiais, foram as nossas audiências públicas. Foram os nossos protestos, foram as nossas instalações. As webconferências, elas tiveram um caráter multidimensional, inclusive, porque não eram somente falas dentro de uma tela, eram performances, eram poesias, eram músicas, eram dinâmicas, as coisas aconteciam

dentro das webconferências. Era como se nós tivéssemos ocupado a pele do país dentro de telas de computadores onde cada um de nós despendia o seu perfume sabe? E foi muito bonito o que aconteceu.

**P2: Que grupo ou grupos você percebe que ficou ou ficaram responsáveis por essa articulação, coordenação dos trabalhos das webconferências por exemplo? Como que elas eram divulgadas? Que redes ou grupos foram acionados nesse processo? Pensa um pouco nesse protagonismo e a execução desse processo das *lives*.**

E: Tivemos os conselhos e fóruns como pontos de difusão e irradiação. Então, os conselhos foram muito importantes porque os conselhos são a sociedade civil representada. Onde não havia conselho, onde o conselho estava em processo de transição, havia sempre fóruns ou coletivos. Então, assim acredito que os conselhos tiveram um papel muito importante, os fóruns tiveram um papel muito importante e os coletivos que atuam muito no território da urbanidade, por exemplo, os coletivos de juventude, também tiveram um papel muito importante. Fora as associações e federações, por exemplo, de povos e comunidades tradicionais. Então, no caso, por exemplo, da Amazônia, e do Nordeste, você tem uma exclusão social muito provocada por essas dimensões territoriais que vivem apagamentos digitais muito graves. Então assim, como é que você trazia as comunidades tradicionais? No Pará, por exemplo, onde você tem mais de quinhentas comunidades quilombolas, onde você tem mais de cinquenta e quatro etnias, setecentas comunidades indígenas? Então, essas representações também foram muito importantes nesse processo de escuta de construção dessa cartografia da cultura brasileira. Então, os conselhos tiveram um papel protagônico muito importante, mas nós tivemos uma contribuição mais

ampla ainda desses atores, desses grupos organizados e representados.

**P1: Luiz, por favor, deixa eu só fazer uma pergunta. Úrsula, você tem ideia de quantas webconferências foram feitas? E qual era a média de pessoas que participavam dessas webconferências?**

E: Olha professor, eu tenho um certo temor de palpar, porque vejam, cada estado teve uma dinâmica. A gente sabe que o Nordeste, por exemplo, é incrivelmente ativo. Quem é que pode te dar essa resposta com mais precisão? A Jandira. Porque a Jandira estava em quase todas. Às vezes ela entrava numa oito da tarde ou então entrava numa às duas, depois entrava numa outra às seis, depois entrava noutra às oito. Entrava noutra às dez. Eu participei de webconferência com mil pessoas. Outras tinham cem, outras tinham duzentos e cinquenta. Então assim, eu não sei te precisar quantas pessoas, talvez eles tenham esse levantamento. O Santini também, da Escola de Políticas Culturais, deve ter um levantamento mais preciso, eu posso partilhar com a professora Ana Lúcia também, a professora Ana Lúcia só me passa um “oi” no Zap se você puder, eu acredito até que vocês tenham esse contato com o Santini. Vocês estão aí na UFF pois é, eu acredito que o Santini deva ter esse número aproximado com um pouquinho mais de precisão, se não precisão pelo menos mais perto do real. Mas a gente está falando da casa dos milhares... De webconferências: centenas e de participantes: na casa dos milhares.

**P2: Pensando sobre essa cartografia da cultura brasileira que você estava falando antes, que obstáculos o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais [SNIIC] paralisado ou o Cadastro de Pontos e Pontões de Cultura**

**paralisado, que obstáculos isso efetivamente provocou na implantação da LAB, na sua opinião, no levantamento dessa cartografia?**

E: Professor, a gente teve que fazer cada um o seu SNIIC. Cada um teve que fazer. Então, professor, o que acontece? Como a gente não tem, não tinha o SNIIC funcionando, e tínhamos essa dificuldade de mapear e o que acontece? Alguns estados tinham o seu sistema estadual. Quem não tinha teve que implementar. Nós, por exemplo, contratamos, fizemos um contrato, é um contrato que está ativo até hoje inclusive. É o Hacklab<sup>3</sup>, que é uma plataforma que funcionou muito bem. Então nós fizemos uma pesquisa: onde é, quem é, o que tem? Porque o ambiente foi sempre assim sabe professor? E quem é que tem uma experiência dando certo? “control C control V” [alusão às teclas do computador que permitem “copiar e colar”], traz aqui. Quem é que tem um parecer jurídico que funcionou bem e que tornou mais simples esse acesso ao recurso e mais rápido de tirar o edital? Me empresta aqui: “control C control V” e a gente ia partilhando nesse ambiente colaborativo, as experiências. Então, nós fizemos isso aqui no caso do estado do Pará. Então, nós não tínhamos nada e nós temos hoje um mapa cultural do estado do Pará com mais de trinta e quatro mil trabalhadores e trabalhadoras da cultura. Um outro trabalho que foi um legado extraordinário que a LAB nos trouxe: é que nós fizemos uma busca ativa numa parceria com a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa e da Universidade Federal do Pará. E nós fomos a setecentas comunidades extrativistas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas para cadastrar na comunidade em setenta municípios esses trabalhadores e trabalhadoras, inclusive na língua nativa.

<sup>3</sup> Nota da pesquisa: Hacklab é a empresa de tecnologia responsável pelo projeto Mapas Culturais, uma plataforma de dados abertos e gestão colaborativa. É a plataforma que estrutura o SNIIC.

Então, nós fizemos o edital, nós contratamos, no caso essa Fundação, nós modelamos durante quatro meses e essa Fundação contratou duzentos e vinte cadastradores mediadores, que alguns demoraram três dias para chegar na comunidade indígena no Médio Xingu por exemplo. Então eles preenchem a ficha, espelhada no modelo da plataforma na língua nativa, gravavam o depoimento, depois traziam o processo da cidade e já com uma senha criada por cada trabalhador, trabalhadora da cultura, alimentavam a plataforma, entregavam depois isso pra universidade que nos entregou esse material e depois esse trabalhador, trabalhadora da cultura, depois de passar por todo aquele pente fino que teve que passar para poder validar, foi no Banco do Brasil e retirou os seus três mil reais. Então, isso pra nós foi revolucionário. Além de termos essa cartografia, no caso do Pará, essa busca ativa que visibilizou essa cultura extraordinária e ancestral, feita, mantida e preservada por esses agentes de cultura, mulheres e homens absolutamente invisibilizados pela política pública. Então, alguns estados fizeram as suas plataformas, mantiveram ou fizeram só plataformas cadastrais, outros fizeram plataformas de busca e pesquisa, outros plataformas com essa capacidade como a nossa de uma cartografia mais detalhada. Enfim, tivemos que fazer. Agora vamos precisar ver como é que a gente unifica tudo isso dentro do SNIIC.

**P2: Deixa eu insistir um pouco nessa questão desses processos formativos. Você está falando de uma forma mais informal, de um gestor para outro, foi vindo o que deu certo e que não deu. Processos formativos formais foram implantados, que você conheça? Tanto na perspectiva dos gestores e pensa também a questão dos processos formativos, de apoio aos trabalhadores em si.**

E: Certo. Veja professor, isso realmente ocorreu de maneira muito... não é individual, mas vamos dizer o seguinte, de maneira muito assentada na realidade local. Por exemplo, alguns estados estavam muito mais maduros nesse processo. Outros estavam lidando com a política pública, com esse volume de recurso e com esse diálogo com a sociedade civil pela primeira vez. Então, por exemplo, eu não posso lhe dizer que isso foi equânime, que foi semelhante de uma região para outra. Não houve semelhanças nem nas mesmas regiões. Então, era bem estado para estado. Então por exemplo, só nesse aspecto eu posso lhe falar, somente pelo Pará: nós fizemos processos formativos com gestores, nós contratamos por meio de uma parceria com a FAMEP, a nossa federação de municípios, uma consultoria para os gestores que aprenderam a elaborar editais e a fazer a execução e ir para dentro da Plataforma Mais Brasil e a colocar o seu plano de trabalho, a fazer o seu decreto, mudar o seu orçamento, enfim. Nós fizemos ao longo de meses isso. Além disso, nós fizemos também uma contratação de oficinairos monitores para produtores culturais, pra que elaborassem os seus projetos. Nós premiamos aqui mais de três mil projetos no estado do Pará. Então, essa foi uma experiência no Pará. Ela funcionou também em outros estados? Sim, alguns outros estados fizeram isso com os seus gestores, seja pela sua federação, seja diretamente o estado fazendo com os gestores. Seja por demanda, seja oferecendo, seja de maneira presencial, seja de maneira remota. Então, assim nós tivemos realmente experiências muito específicas de estado para estado.

**P2: Você já falou um pouco, mas fala mais sobre como foi a aplicação da Lei Aldir Blanc no Pará.**

E: Olhe, foi um extraordinário momento de luz e de algum sofrimento, porque foi um aprendizado coletivo pra todos nós.

O que que foi muito bonito? O dinheiro chegou. Nós tivemos o estado, a nossa metade, vamos dizer assim, dos nossos cento e vinte milhões, só o estado premiou mais de três mil projetos. A maioria coletivos, de coletivos que eu quero dizer é o seguinte, com muito impacto social na comunidade. Muito impacto social na comunidade, em dezenove linguagens de expressões artísticas, editais construídos pelos setoriais. O nosso Comitê de Emergência Cultural, que substituiu o conselho aqui foi o comitê específico da Lei Aldir Blanc, ele era formado por dois representantes de cada linguagem de expressão cultural das dezenove representadas no Conselho Nacional de Cultura e eles apresentaram o modelo dos editais para nós. Nós queremos prêmios de dez mil pra isso, de cinquenta mil pra isso, de setenta mil pra isso, de quinze mil pra isso. Então, e nós aqui para conseguirmos dar conta da complexidade desses editais que cada linguagem de expressão tinha, por exemplo, prêmios diferentes, em linhas diferentes, nós parceirizamos por oito entidades da sociedade civil que giraram os editais junto conosco. Então, mil nós premiamos diretamente pela SECULT e dois mil nessa parceirização.

**P2: Vamos chegando no final...**

E: Fique tranquilo, não estou achando nada ruim falar não, professor, por favor, vamos embora, até de noite.

**P2: Na sua avaliação, pensa agora pontos positivos e pontos negativos que você destacaria em relação à LAB?**

E: Olha, pontos positivos professor: democracia profunda como nunca se viu antes na construção da política pública de cultura no país, descentralização real de recursos, consolidação de um Sistema Nacional de Cultura, profissionalização das secretarias

municipais fragilizadas dentro da estrutura da gestão do município. Essas secretarias foram enxergadas. Elas se estruturaram, muitas delas... E qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras da cultura na elaboração de projetos. O objetivo, o plano de trabalho, o modelo de entrega, uma defesa de um modelo de contrapartida social. Como eu interajo com o território. Então assim o território passou a estar muito mais presente no processo criativo inclusive, que é desse trabalhador e trabalhadora da cultura. Não é o meu CD, ok?. Mas é como que o meu processo criativo, a minha música, o meu espetáculo ele se integra a esse território que me cerca e os problemas desse território, como é que eu interajo politicamente também nesse território, como uma arte transformadora de realidade. O fortalecimento do fórum, que sempre foi muito importante. Da partida do trabalho desse fórum que se criou inclusive o Ministério da Cultura, mas esse fórum ele começou... não, porque ele não começou nada, mas eu digo a emergência cultural nos provocou a termos uma interação política muito forte dentro do Congresso Nacional, seja com o Senado seja com a Câmara Federal. Esse mapeamento da cultura, essa cartografia da cultura brasileira, essa emergência no sentido do que emerge, do que se faz presente à vista do povo brasileiro. Eu sou um trabalhador da cultura numa casa de farinha, eu sou uma trabalhadora da cultura na manutenção de uma tradição da capoeira ou do carimbó, eu tenho um trabalho de educação ambiental a partir das tradições da minha manifestação cultural ligada, por exemplo, ao meu trabalho como marisqueira numa área de reserva extrativista que trabalha, por exemplo, na preservação de manguezais e o meu artesanato, a música que a nossa comunidade produz... Então, assim nós enxergamos um Brasil que sempre existiu, que está aí lutando, resistindo, preservando, conservando e falando muito sobre esse modelo de desenvolvimento, extremamente violento, que aprofunda desigualdades e que aparta uma parcela extraordinariamente

rica da sociedade brasileira do acesso às políticas públicas. Então a cultura, nesse momento da emergência cultural, ela não falou só sobre o que dizemos no meio da arte, do traço, da língua, do corpo ela também falou sobre o território, sobre rios, sobre água, sobre memória, sobre edificações, sobre espécies da nossa biodiversidade. Então, o que emergiu foi muito mais rico, inclusive, porque é disso que é feita a cultura do que habitualmente estávamos acostumados a enxergar como cultura. O que nós colocávamos na caixa da cultura, a cultura se amplifica como campo simbólico na vida brasileira.

## **P2: Apontaria pontos negativos ou questões a serem melhoradas?**

E: Olha, eu acho que a LAB 2 ela já vem com essa, com esse refinamento, sabe? Para que a regulamentação federal não nos impresse no *corner*. Para que nós não fiquemos pendurados no pincel por conta de uma burocracia que é mais um instrumento de um Estado excludente. Então, eu acho que a LAB nos ensinou sobre inclusão. Sobre a forma como a cultura é importante, não só para manutenção das nossas tradições, da nossa memória e da nossa história, mas também para a manutenção do humano em nós. Para que nós não nos desumanizemos nesse cotidiano tão volátil, tão líquido, tão feito do simulacro da realidade. Esse ambiente virtual nos empurra pra o simulado da realidade. E a cultura é real, ela está ali, ela está no tambor, ela está no traço, ela está na resistência da arte urbana, ela está nas histórias que são contadas pelos mestres e mestras e guardiões e guardiãs da cultura. Então, eu acho que ela nos reconectou com a realidade, com a realidade física dos territórios, mas ao mesmo tempo simbólica dos nossos sonhos, dos nossos desejos desse universo arquetípico que nos humaniza. Então, eu acho que pela cultura nós estamos reumanizando a política sabe?



**P3: Poderia fazer uma pergunta professor?**

**P2: Isso que eu ia perguntar, se você e o Alexandre querem colocar mais alguma coisa?**

**P3: São esclarecedoras todas as questões trazidas até aqui evidentemente e estamos chegando ao final. Mas gostaria de perguntar como que você avalia Úrsula o trâmite de toda essa luta, essa mobilização no campo legislativo? No trâmite da Lei Aldir Blanc, tanto na Câmara, no Senado, na sanção, no veto? Como que a lei tramitou, aconteceu, ela demorou um pouco mais para ser sancionada. Enfim, como que você avalia toda essa caminhada, digamos assim, da sociedade civil, da gestão, do Fórum, dentro desse universo de diálogo, nesse processo de construção e mobilização junto ao legislativo?**

E: Professora, houve uma mobilização popular muito forte e que falou bem alto aos ouvidos dos nossos representantes no Congresso Nacional. Então, a imprensa nos ajudou bastante e os governadores e as governadoras tiveram um papel importante também nessa interlocução com a nossa representação legislativa, mas foi a sociedade civil que fez pressão. Então, nós conseguimos uma vantagem no placar eleitoral, digamos assim, como ela tramitou no Congresso com uma adesão extraordinária que nos surpreendeu porque praticamente uniu o Congresso inteiro, uniu a Câmara inteira. Nós conseguimos passar sem nenhuma emenda, com muita facilidade no Senado, ela chegou muito madura, do ponto de vista das articulações de políticas públicas no Senado. E o nosso trabalho, isso foi bastante trabalhoso, foi de garantir uma regulamentação feita pelo Governo Federal nesse diálogo com o Ministério do Turismo e que não desfigurasse a intenção do legislador. Ou seja, que não desfigurasse o processo de

construção e a finalidade dessa lei. Então isso é bastante trabalhoso. E esse diálogo que foi muito intenso, demorado, mas eu não posso cometer a desonestidade de não reconhecer o empenho e o valor dos servidores públicos como o ex-secretário Aldo Valentim, o ex-secretário Gil, do Ministério do Turismo que foram sensíveis. Eles acataram as nossas sugestões, vinham com modelos pré-formatados, digamos assim, pelas orientações jurídicas que eles tinham no ministério e que iriam dificultar sobremaneira a execução da lei. Mas nós tivemos três reuniões de três horas cada uma com esse grupo de técnicos e nós conseguimos mostrar que se a regulamentação ela viesse da forma como o governo federal desejava, nós iríamos comprometer terrivelmente a finalidade da lei. Então, o processo mais complexo, principalmente por conta de um governo federal que sempre deu todos os sinais de uma desestruturação da nossa política pública de cultura no sentido dos próprios órgãos. Das próprias instituições que foram sendo desfiguradas ficando raquíticas, sem gente, sem estrutura, sem edital, sem parecerista. Não tinha gente para girar a política pública de cultura para fazer o recurso chegar na ponta e é isso que a gente tem hoje. Acaba com o ministério, acaba com a secretaria. Não tem mais gente lá dentro. Acaba com os conselhos, acaba com tudo. Então quer dizer, como é que você conseguia gerar uma lei com esse volume histórico de recursos com uma estrutura institucional completamente raquítica e com uma, digamos, uma má vontade política expressa por esse governo federal? Mas dentro dessa estrutura nós tivemos servidores e personalidades políticas, mesmo ocupando cargos, que foram porosos aos nossos apelos e às nossas propostas e conseguimos girar a lei. O que nós precisamos fazer, professora? O que é o nosso desafio agora? Um diálogo com os órgãos de fiscalização e controle. Com o TCU, com o CGU, com o Ministério Público de Contas para dizer o seguinte: não dá para exigir nota fiscal de um barqueiro que vai atravessar o rio Arapiúns no extremo oeste

do Pará, porque muitas vezes essa pessoa não tem CPF. E o que vai comprovar? Não estão fazendo malversação do recurso público. Não estão prevaricando com recurso público. O que precisa ser a comprovação? A execução do objeto. Se essa pessoa não executar o objeto ela fica inadimplente, ela fica obrigada a devolver o recurso, como toda a legislação brasileira nos obriga quando você faz uso do recurso público. Mas você não pode exigir de quem constrói o “Minha Casa, Minha Vida” com tijolo, argamassa e tinta o mesmo processo porque ele compra de um fornecedor que tem uma licitação e o mesmo processo, por exemplo, de prestação de contas de um guardião da cultura popular que mora numa ilha. Então a gente precisa entender do que estamos falando. E o Programa Cultura Viva já foi um avanço nesse sentido. De colocar a política pública confrontada com esse Brasil real.

**P3: Alexandre quer colocar alguma coisa a mais?**

**P1: Não. Não, pra mim está ótimo. Está de bom tamanho.**

**P2: Úrsula, eu tinha que ter começado perguntando da autorização da gravação e se você nos autoriza a usá-la no todo, em parte, por escrito, em áudio...**

E: Tudo autorizadíssimo, fico muito feliz assim de ver que amor, que respeito, que contribuição importante da academia para essa política pública de cultura assim. Agradecer imensamente, não só o acompanhamento que vocês tiveram, as contribuições importantes, os grupos de trabalho, mas a leitura, o refinamento do resultado disso tudo, como uma narrativa sobre a história brasileira. A academia está produzindo isso, essa narrativa extraordinária sobre esse

capítulo doloroso e dramático, mas ao mesmo tempo revolucionário da história da cultura brasileira

**P2: Eu não posso deixar de dizer que só está sendo possível fazer essa pesquisa, que envolve oito pesquisadores de instituições diferentes, não só da Universidade Federal Fluminense, que envolve um conjunto grande de alunos, por conta - de novo - do legislativo federal brasileiro, que foi uma emenda da deputada Benedita da Silva que está viabilizando a gente poder estar fazendo a pesquisa Apoena. Tem um site: [apoenaredecultural.wordpress.com](http://apoenaredecultural.wordpress.com). Se você tiver interesse, a gente já está construindo alguns documentos sobre essas pesquisas, que vai do nacional ao foco no estado do Rio, que é onde somos sediados e a deputada também é do estado do Rio. Mas de novo é o Legislativo brasileiro que está ocupando as brechas que o executivo federal não ocupa. Muito pelo contrário. Queria te agradecer imensamente.**

E: Eu acredito que é sempre pela política, professor. Eu acredito, como uma otimista incorrigível, eu acho que é pela política, é o lugar onde as decisões são tomadas, é o lugar onde as vozes ecoam de maneira mais determinante nas transformações sociais. E que bom que é o legislativo, e que bom que apesar de você Bolsonaro, governo federal, e retrocessos colocados para nós como sociedade para que inclusive nós entendamos que momento é esse que nós estamos e porque chegamos até aqui, que nós ainda temos um legislativo sensível. Ainda temos não, temos um legislativo sensível e comprometido, corajoso e inspirador, porque se não fosse Benedita, se não fosse Alice Portugal, se não fosse Jandira Feghali, se não fossem tantos senadores e senadoras também que abraçaram e deputados e deputadas que

abraçaram de maneira apaixonada e responsável com o seu compromisso público esse desafio, nós não estaríamos aqui.

**P2: Eu concordo plenamente. E reforçar o Estado como dimensão da política e não como mais uma empresa que o neoliberalismo quer: Estado enquanto gestor, enquanto eficiência de gestão que nem isso consegue ser. Muito obrigado.**



Universidade Federal Fluminense - UFF  
Laboratório de Ações Culturais - LABAC  
APOENA – Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações  
Culturais – foco RJ  
[pesquisa.apoena@gmail.com](mailto:pesquisa.apoena@gmail.com) – <https://apoenaredecultural.wordpress.com>

Projeto APOENA  
Entrevistado (E): **Fabrizio Noronha**  
Data: 19/04/2022

Pesquisador entrevistador (P):  
P1: Alexandre Barbalho  
P2: Luiz Augusto Rodrigues

Transcrição/responsável: Clarice Heringer - Data: 11/05/2022  
Ajuste da transcrição: Alexandre Barbalho - Data: 22/09/2022  
Conferência: Marcelo Correia – Data: 25/10/2022  
Ajuste final: Luiz Augusto Rodrigues – Data: 15/05/2023

**P2: Boa tarde. Entrevista com Fabrizio Noronha, 19 de abril para o projeto APOENA do LABAC. Fabrizio, por favor, gostaria que você começasse dizendo para nós seu nome completo, lugar de nascimento e sua formação.**

E: Meu nome é Fabrizio Noronha, completo é Fabrizio Noronha Fernandes. Nasci em Vitória, no Espírito Santo. Sou formado em Artes Plásticas pela Universidade Federal do Espírito Santo, a UFES. Esqueci alguma coisa ou não?

**P: Não, não. Correto, obrigado. Você podia falar pra gente, Fabrizio, se você participou ou participa de algum movimento político e quando eu falo movimento político**

**não necessariamente partidário, pode ser partidário, mas se não for partidário... a gente está pensando aí no sentido mais amplo do movimento político. Se você participa, como e quais?**

E: Eu estou Secretário Estadual aqui do Espírito Santo e participo ativamente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura, que eu fui por um tempo, desde o início da minha gestão em 2019, vice-presidente quando a Úrsula [Vidal] era então presidente, e em 2021, no ano passado, eu assumi a presidência do Fórum e de alguma maneira o Fórum tem o papel bem atuante no papel político, importante no debate público da cultura no Brasil de hoje.

**P: E quando é que você começou, e como, a atuar no campo cultural de maneira mais ampla? Como é que foi a sua entrada no campo cultural, Fabrizio?**

E: Então, minha história começa assim muito jovem, antes mesmo de entrar na universidade para cursar Artes Plásticas, como eu disse. Comecei com uma banda que trabalhava com música e poesia, e logo no começo da universidade eu montei junto com outros colegas um coletivo de cinema, com a prática cineclubista. Então, de alguma maneira, minha entrada se dá pelo cinema, pelo audiovisual, tanto da produção quanto da exibição, com a prática cineclubista e pela música através da minha banda. Então foi assim, depois comecei a produzir. Então, eu tenho também uma carreira larga como produtor cultural e desde 2019 estou nesse desafio da gestão pública aqui, a convite do governador [Renato] Casagrande.

**P: De certa maneira você já antecipou um pouco a próxima pergunta, mas você pode desenvolver mais, que eu quero**

**Ihe perguntar exatamente isso. Quando e como você começou a atuar, se envolver com a política de cultura propriamente dita e que passagens dessa sua atuação você destacaria?**

E: Então de alguma maneira assim esse meu trabalho dentro da arte, da cultura, da toda essa trajetória, desde o início, ele sempre teve muitas nuances e cruzamentos com os movimentos sociais, movimentos da cultura. Então, quando da época da banda, da época do cineclube, a gente discutia e debatia muito aquele período, Brasil de 2000 e pouco, as questões relacionadas ao midiativismo, cultura livre, as questões relacionadas à reprodução de bens culturais a partir dos meios digitais, início da popularização da internet do Brasil e depois a organização dos festivais sempre discutindo e pensando o Brasil, a cultura a partir de um lugar central dela na vida, na vida comum, então a gente... eu sempre nessas atividades trazia um pouco - óbvio, dentro do limite de cada uma dessas ações - mas um pouco desse debate público, esse debate do comum. E eu tive uma breve passagem na gestão em 2012, coordenei um espaço da prefeitura de Vitória durante um ano e meio, um antigo armazém do porto em que nessa época aconteciam shows. Era centro cultural, espaço não só de shows, mas de espetáculos e tudo mais. Chamava Estação Porto que funcionou durante um tempo no Armazém Cinco do Porto de Vitória, eu fui um dos coordenadores no ciclo final aí desse projeto durante um ano e pouco. E agora em 2019 passado aí bastante tempo eu voltei, aí sim com uma responsabilidade incomparável - digamos assim - de conduzir aqui, a convite do Casagrande como eu falei, a cultura, a pasta da cultura do governo do estado.

**P: Certo Fabrício, você também já respondeu o que eu vou perguntar agora, mas só para deixar registrado de forma**

**mais clara. Quando você iniciou a sua gestão como presidente do Fórum? E aí você pode também já na sequência dizer qual era o seu envolvimento com o Fórum antes de assumir a presidência.**

E: Então, eu fui o vice-presidente do Fórum antes de assumir a presidência. Tinha um envolvimento bom, assim, bem ativo na gestão da Úrsula. A gente “batia muita bola”, trocou bastante, aprendi muito nesse processo todo. Essa experiência e essa troca com os outros gestores são muito importantes não só do ponto de vista da luta política das pautas, mas dos aprendizados mesmo diários do trabalho da gestão, da lida com a burocracia, com a estrutura, com os processos de liderança, então é muito bom estar junto a outros secretários. Então começa aí, como vice-presidente já ainda em 2019, logo que assumi aqui a gestão e depois no ano passado assumindo a presidência sucedendo aí a Ursula nesse processo.

**P: Ótimo. Esse primeiro bloco, Fabrício, foram questões mais digamos pessoais. A gente vai entrar agora num bloco ligado mais à questão da Lei Aldir Blanc, está certo?**

E: Está bom.

**P: E a primeira pergunta nesse sentido é quais foram as primeiras articulações do Fórum em torno da defesa dos trabalhadores da cultura logo no início da pandemia, ou seja, ainda antes da LAB. Quais foram os primeiros movimentos que vocês fizeram nesse sentido?**

E: Então, cara, a gente, como todos, fomos pegos de surpresa com o processo da pandemia. Vale lembrar que naquele começo a gente tinha uma perspectiva muito mais breve desse

processo todo, a gente achava que apesar de toda a gravidade a gente conseguiria sair mais rápido disso. O que a gente começou a fazer e a perceber era que o Governo Federal não estava se posicionando à altura do que estava por vir, do que estava acontecendo. A gente nos planos estaduais, nos planos municipais, nós gestores nos movimentando no sentido de pensar ações, aqui nós fizemos edital emergencial, no aditamento de prazos, para não prejudicar os fazedores que estavam... enfim, com uma série de ações, algumas muito simples, outras mais elaboradas no sentido de proteger. E nós tivemos uma reunião com a Regina Duarte, então Secretária Especial da Cultura, em que a gente saiu assim meio vendo que daquele lugar não ia sair de fato uma liderança desse processo. E acabou que a gente de alguma maneira viu isso se reproduzir, nos outros setores, inclusive na própria Saúde, o setor central aí do processo da pandemia, uma falta de liderança do governo central nesses processos. No momento onde isso seria muito importante, porque os problemas e os desafios eles são comuns, nada mais óbvio e inteligente do que você compartilhar isso e você centralizar esse enfrentamento. Isso não aconteceu, nós saímos dali sem nenhuma perspectiva. Aos poucos isso foi tomando forma e até que se inicia aí uma articulação para se pensar numa lei de emergência, entendendo que o Governo Federal, por sua capacidade orçamentária muito maior do que a dos estados e, sobretudo, dos municípios, teria essa capacidade naquele momento de enfrentar. Então, tentando me ater à pergunta e a esse momento pré, todo o start dessa articulação toda da Lei Aldir Blanc, era um momento de muita angústia, de muitas conversas. A gente se encontrou muito durante esse período todo, então eram reuniões quase semanais e conversas e telefonemas e, enfim, num sentido mesmo de apoio lateral. Então, foi muito importante também esse suporte do Fórum. O Fórum foi ganhando relevância, pouco depois ele foi ganhando relevância no debate público, mas nesse momento, ainda antes

de ganhar essa relevância no debate público, ele foi ganhando uma relevância na nossa irmandade, digamos assim, ali, sabe? Um se apoiando no outro, porque, como eu falei, os problemas, os desafios eram parecidos, as dúvidas, os questionamentos e a gente nesse apoio, a gente conseguiu, tateando um pouco de uma perspectiva, mesmo num momento de pouquíssima perspectiva.

**P: Ótimo, aí é um gancho com a sua fala e com a LAB: qual foi a articulação, quais foram as articulações que o Fórum teve com a LAB desde o início e que momentos você destacaria desse processo, Fabrício?**

E: Eu acho que esse processo foi muito... esse processo de construção da LAB foi um processo muito bonito, muito importante, eu acho, pro campo democrático para além da cultura até, sabe? Eu acho que a experiência que a gente teve de construir coletivamente num momento como o que a gente teve, com os desafios todos que a gente lidava, um processo de fato, de uma construção coletiva, de fato, de uma construção democrática e aberta, e tendo como resultado uma lei tão ampla, tão abrangente, que abarque de uma maneira tão intensa e ampla o campo da cultura. Eu primeiro... eu destaco esse processo sabe, esse processo foi muito interessante. Acho que a gente tem que se debruçar porque a cultura de uma maneira geral ela já carrega elementos e uma tecnologia social e criativa muito intensa nos seus fazeres, sejam nas suas mobilizações, seja na sua dimensão de transformação de territórios e me parece que toda essa experiência, essa expertise foi aplicada ali naquele processo, sabe. Então a gente conseguiu, numa coisa que o Célio Turino falava em consenso progressivo, tentando entender quais eram os sentidos convergentes, o que que a gente tinha de comum e não o que a gente tinha de divergência. A gente foi fazendo exercício a

partir de *lives* e de encontros e o Fórum sempre presente eu acho que em todo esse processo, e isso aproximou também os gestores dos movimentos sociais da cultura, das entidades, dos conselhos, da própria rearticulação de muitos desses movimentos, isso é importante também destacar. Então, um outro ponto que eu destacaria nesse processo amplo, bonito, democrático e aberto e colorido e diverso, é que muitos começaram a se articular e muitos se rearticularam, o Conecta, por exemplo, o Fórum dos Conselhos Estaduais, a Abrafin - a Associação Brasileira dos Festivais Independentes - e outros grupos que estavam ali atuando, se rearticulando ou sendo criados a partir desse processo, desse processo tão bonito. E a nossa participação foi trazendo os governos estaduais que também dentro dos seus espectros políticos, a gente também tinha ali governos da base do presidente, enfim. Era um ótimo exemplo e uma ótima forma de demonstrar, digamos assim, que quando a gente estava falando de emergência cultural, quando a gente estava falando do enfrentamento da pandemia, a gente não estava falando de alguma questão ideológica, alguma questão de um grupo ou de um partido político assim. Era uma questão da emergência do enfrentamento mesmo da cultura e de tudo que o campo da cultura consegue trazer. Então acho que o Fórum, por carregar em sua essência essa convergência, esse sentido amplo aí de uma frente ampla do ponto de vista do espectro político, ele serviu muito para ser um exemplo bem didático de como o que a gente estava falando era de fato para além, porque a cultura acabou sendo capturada por um debate ideológico nos últimos anos do Brasil, por um debate que a criminaliza muita das vezes. A gente não pode esquecer que, além dos desmontes, além da pandemia a gente vinha de um processo, sobretudo nas eleições de 2018, de criminalização da prática cultural, de uma série de *fake news*, de construções e narrativas que foram sendo criadas para colocar o artista como vagabundo, como mamador de teta do governo, enfim. É muito em torno da Lei Rouanet, o debate

da Lei Rouanet, então a gente vinha dessa energia, então dessa energia a gente conseguiu transformar num processo de construção aberto e amplo.

**P: Você destacou na sua fala agora Fabrício, sempre falando que foi um processo coletivo do Fórum e tal. Mas eu perguntaria se houve um ou outro secretário ou secretária que se destacou nesse processo, teve uma liderança maior e se, em caso positivo, qual recurso, qual contribuição ele/ela deu com essa liderança? Se isso aconteceu?**

E: É, tem um elemento fundamental antes de responder sua pergunta, só para complementar um pouco esse contexto geral que eu acabei não citando de maneira enfática que foi o Congresso Nacional, que foi para onde toda essa energia desse estado de emergência encontrou abrigo, encontrou lastro. Então, tudo isso que eu falei, de todo esse processo de uma construção democrática, isso é uma construção de um marco legal que foi proposto por um conjunto de deputados na Câmara de Deputados e aprovado nas duas Casas, enfim, depois não sancionado, depois derrubado o veto. Foi um processo que foi abraçado e foi lastreado, digamos assim, do ponto de vista da política efetiva ali do real e da consequência pelo Congresso e aí depois eu posso destacar algumas deputadas e deputados desse processo. Agora, no nosso Fórum, sem dúvida, a nossa presidente Úrsula, a secretária do Pará, então secretária, ela saiu recentemente, pela forma como ela conduziu os trabalhos. E também dos vice-presidentes e de todo mundo ali que esteve nessa linha de frente; também, além dos secretários, muitos técnicos. Eu acho que vale a gente destacar isso, de como... que também não foi uma construção só política, do ponto de vista da articulação, da votação e do não sei o que. Teve também um trabalho ali de técnicos das

secretarias que foram disponibilizados, que montaram grupos de trabalho, que viraram a noite discutindo minuta de projeto de lei e alterações de artigo e questões jurídicas e questões ligadas aos marcos legais e, enfim, então foi também um trabalho de dezenas aí de técnicos, de subsecretários, secretários executivos, de jurídicos, de gerentes, enfim das equipes das secretarias que se dispuseram também. Eu acho que, sem dúvida, destacar o papel da Úrsula, porque foi ela que conseguiu liderar isso, organizar essa tropa e posicionar a gente também, porque a demanda era muito grande, então eram dezenas de *lives*, dezenas de reuniões, idas a Brasília, articulações, conversas e reuniões de noite, de manhã. Então a gente jogava ali nas onze também junto, junto com os vice-presidentes, pra ir dando conta de cumprir essa agenda e da gente estar em todos esses debates, estando ali também trazendo a institucionalidade do Fórum, que foi muito importante pelos mesmos motivos que eu disse antes, do ponto de vista de trazer esse sentido amplo do espectro político no diálogo direto com os parlamentares para aprovação. Então foi muito importante o nosso papel com as nossas bancadas e aí eram papéis mais individuais, porque cada secretário com as suas bancadas, mas liderado aí pela Úrsula Vidal sem dúvida nenhuma, um superdestaque para a atuação dela.

**P: Você falou agora que poderia citar alguns deputados e deputadas que foram importantes nesse processo, se puder nos fazer essa indicação agora Fabricio, talvez seja interessante.**

E: Claro. É, nós tivemos de início ali a deputada Benedita da Silva, a deputada Jandira Feghali, como duas figuras centrais nesse processo, nesse processo de início, vale lembrar que a Lei Aldir Blanc eram vários projetos, eram, se eu não me engano, cinco projetos de lei que foram apensados, que foram

reunidos aí nesse projeto que foi aprovado, que teve relatoria da deputada Jandira Feghali. E esse processo da relatoria aí destacando um pouco mais o trabalho da Jandira, ele foi feito, ela se prestou, digamos assim, a fazer essa escuta, aí em determinado momento participar tanto dessas reuniões mais técnicas de conversar com setores das secretarias, de ouvir o que que a turma que executa ali na ponta o fomento achava e tinha como melhoria em pontos a pontos ali, quanto do ponto de vista mais amplo da escuta, da participação em *lives* com seis mil pessoas até onze horas da noite, estava lá, a deputada Jandira escutando, anotando e, de alguma maneira, recebendo essas informações e essas sugestões incidindo sobre o processo, sobre a relatoria dela, fazendo de fato uma escrita coletiva, tecendo ali esse projeto de uma maneira muito colaborativa. Entendendo esse sentido coletivo que esse movimento deu para exigir, para reivindicar uma lei emergencial, e no momento que aquilo avança essa energia é convertida numa escuta ativa para construir efetivamente aquela lei, para que ela seja ampla, para que ela atinja aquele determinado grupo que “putz, a gente não tinha pensado, faltou isso aqui, ah, se melhorar isso aqui, incluir essa palavra, isso aqui vai facilitar para que essa questão ampla seja garantida”, ou seja, foi esse processo que foi sendo costurado e aí eu destacaria o trabalho dessas duas deputadas aí.

**P: Fabricio você falou em especial agora também uma questão da mobilização, não só da classe política, mas também do campo cultural. Da mobilização social essa grande mobilização em torno da lei. Você acha que essa mobilização vem de movimento anterior, de um processo anterior? Se acha que sim, que momentos de inflexão você apontaria nesse processo que resultou nessa grande mobilização em torno da LAB?**



E: É, sem dúvida, assim, todos esses processos eles são acúmulos de outros, são somas. O campo da cultura ele sempre foi muito aguerrido, muito atuante, eu acho que a grande novidade aí que tem nessa mobilização, duas grandes novidades assim, uma é a agenda digital, esse processo todo que as nossas vidas foram tomadas, não só os movimentos políticos, mas todos os processos, do trabalho, da experiência artística, do jornalismo, enfim, que é um fator importante, ou seja, como que esse movimento e essas mobilizações iam se virar dentro de um mundo de possibilidades. Tinha só de ferramentas como essa aqui de conversa, tinham dezenas e aí como é que transmite? Em que canal? E aí se cria o canal Emergência Cultural, que tem um papel importante aí dentro desse processo histórico, com apoio da Mídia Ninja, então a Mídia Ninja traz um pouco de uma bagagem de comunicação e mobilização digital pra ajudar esse movimento, esse é um aspecto. O outro é um aspecto para além dos segmentos, o debate da cultura, por muitas vezes ele era também um debate segmentado, então a turma da música com as pautas da turma da música, os coletivos do circo com as pautas do circo, os pontos de cultura com as pautas dos pontos de cultura, tudo muito importante, muito relevante, óbvio, sem entrar no mérito de nenhuma das pautas, mas uma grande novidade desse processo todo foi que a emergência ela era uma emergência que atingia a todos. Inclusive não só o setor cultural, o conjunto da sociedade, e no mundo inteiro, não só o Brasil. Então eram sobreposições de camadas de uma consequência coletiva que foi fazendo também, dentro desse processo de construção política, que fossem sempre buscando esse consenso, esses pontos de convergência, quais são as dores comuns, como que a gente pode trabalhar e se articular junto, o que que você tem de ponto forte que pode me ajudar aqui num ponto de atenção que eu tenho. Então esses movimentos, eles foram se juntando até também, um fenômeno também muito curioso disso é que gestores públicos, como o nosso Fórum lado a lado nessa luta,

nessas conversas, nesses grupos de WhatsApp, nessas *lives*, com turmas de gestores, de sociedade civil ali discutindo lado a lado esses temas. Isso também eu acho que é interessante dentro desse processo todo e a gente também com isso tudo, com esses dois pontos que eu destaquei, a gente conseguiu também um amadurecimento para tratar com o Parlamento - também outro. Então a gente sai desse processo todo com uma aproximação, não só do ponto de vista da aproximação efetiva, de estar próximo, mas também de uma aproximação de entendimento. Hoje eu acredito que os parlamentares, os deputados, os senadores, o campo político aí, ele entende muito mais os meandros e a complexidade do campo da cultura. A cultura é sempre meio deixada de lado, mas tem a sua complexidade, tem as suas questões, tem as suas temperaturas variadas, as suas formas de fazer. Quando se fala no campo da cultura, a gente está falando de uma coisa muito ampliada dentro do ponto de vista da formação política, dos fazeres, dos saberes, das práticas. Então, o mundo político de alguma maneira começou a entender melhor isso e isso eu acho que tem um valor importante como legado para esse processo.

**P: Bacana. E Fabrício pegando aí essa questão das ferramentas digitais que você destacou, que o movimento utilizou, e pensando aqui especificamente nas webconferências. Qual o papel delas nesse processo todo? Como é que funcionavam essas webconferências, como é que elas eram articuladas, quem é que participava, como é que elas se conectavam? Enfim, se puder falar mais pra gente aí das webconferências.**

E: É. Tem alguns elementos assim importantes dessa história do bastidor disso. Assim, tem algumas figuras assim importantes nesse processo, o Marcelo Ferreira, o Alexandre

Santini, o Célio Turino, o Tales Lopes da Mídia Ninja, e dentro disso assim o que que a gente tinha? Tinha um grupo que se formou no WhatsApp, muito grande, deve ter umas duzentas pessoas chamado MinC Popular que surge nesse momento, essa articulação a partir dessas tecnologias que a Mídia Ninja traz, através do Tales, colocada à disposição, digamos assim... O que eu estou falando é uma sala Zoom com sistema de transmissão pro YouTube, com alguém organizando, mediando quem fala, quem não fala, trocando a tela, fazendo essa parte, esse backstage do digital, digamos assim. E mobilização e produção de cards, produção de correntes de WhatsApp, grupos de WhatsApp, uma inteligência assim social mídia, digamos assim, em torno desse canal de Emergência Cultural, tanto no YouTube, onde aconteciam as webconferências, mas sobretudo no Instagram e no WhatsApp onde aconteciam as mobilizações, onde acontecia o mapa do voto, onde acontecia o que mobilizava para as webconferências e os encaminhamentos da webconferência. A webconferência era esse momento de união, de alinhamento, mas muito acontecia a partir dali, então, “daqui a gente precisa derrubar o veto. Então vamos lá, uma campanha pra derrubar o veto. Não, daqui a gente precisa sensibilizar os senadores, então vamos sair daqui sensibilizar os senadores, cada um conversar com as suas bancadas”. Então esse processo foi muito interessante, e aí sempre também em diálogo com os fóruns, os fóruns dos gestores municipais, com o nosso fórum dos secretários estaduais, essas entidades. Então sempre dentro dessa mesma lógica, que eu estava falando desse consenso, e disso a gente ia batendo bola, discutindo essas campanhas, pensando, “ah, agora a estratégia pode ser essa, pode ser aquela”. Então, tinham também reuniões assim mais operativas, digamos assim, onde esse mesmo campo convergente ali representado, onde se discutia esses passos e a gente conseguia mobilizar através de uma inteligência de rede essas entidades e esses atores todos.

**P: Então você falou de duzentas pessoas que estavam nesse grupo de WhatsApp no início. Quantas pessoas você diria que estavam envolvidas com frequência nas webconferências especificamente, que me parece que foi um lugar muito de deliberação do movimento, não é isso?**

E: É, não tem duzentos não, o MinC Popular da Cultura tem noventa participantes. Então, cara, não sei bem assim quantas... Você diz o que? Ativamente organizavam, tipo isso?

**P: Não. Que participavam com mais frequência, o número mais estável de participante das webconferências.**

E: A webconferência ela tinha vários formatos, tinha essa questão dos diálogos, o diálogo do audiovisual, o diálogo do circo, o diálogo da capoeira, da cultura popular, então tinha ali esse núcleo dos parlamentares que sempre estavam ali disponíveis e atuantes, um núcleo dos gestores que, como eu falei anteriormente, a gente ia se revezando para dar conta dessa agenda, então às vezes eu participava, às vezes a Úrsula participava, às vezes Fabiano Piúba participava, às vezes estávamos todos lá, a Arani e outros mais secretários e essa turma das entidades. Então acabava que essa das entidades ela variava muito dependendo desse foco de mobilização, “ah, do circo, então as entidades do circo”. Então é difícil de mencionar, mas era em torno, talvez por webconferência, de quinze a vinte convidados, que falavam. Então eram *lives*, às vezes, que duraram muitas horas por conta dessa dinâmica aberta, então as pessoas também entravam, pediam pra falar, então era uma coisa bem livre assim.

**P: Só para também deixar registrado pra gente Fabricio, você falou de uma pessoa que também é importante nesse processo, que foi o Marcelo Ferreira, você pode só situar quem é Marcelo Ferreira?**

E: Marcelo Ferreira, ele é de Campinas, tem o nome artístico Marcelo das Histórias, ele tinha um Pontão [de cultura] em Campinas e ele entrou aí nessa articulação do Canal de Emergência, ele era um dos articuladores ali, cuidava de muita coisa junto com o Santini, uma figura legal de vocês conversarem, depois eu posso fazer essa ponte também. Ele teve um papel fundamental aí nesse processo todo.

**P: Legal. Estamos terminando Fabrício, só tem mais duas. A próxima é como é que foi a aplicação da Lei Aldir Blanc no Espírito Santo?**

E: Do ponto de vista orçamentário?

**P: Orçamentário e prático também, como é que se deu isso, como é que conseguiu chegar nos municípios e como é que chegou no campo cultural, quais são as opções, no caso do estado que você pode responder com mais tranquilidade, as opções que vocês fizeram em torno da lei?**

E: Vamos lá então. Primeiro, a gente tomou uma decisão aqui muito arriscada naquele primeiro momento, mas que, olhando agora, ela deu muito certo. Nós fizemos uma lei estadual reproduzindo a Lei Aldir Blanc, trazendo alguns elementos novos, cobrindo ali alguns pontos que ficaram... hiatos da regulamentação. Vocês devem recordar como foi complexa e demorada e uma labuta muito grande pra gente ter a

regulamentação federal da lei. Esse caminho acabou dando uma tranquilidade jurídica pra gente maior, porque a gente conseguiu trazer pro Espírito Santo esse mesmo entendimento aprovado na Assembleia Legislativa. A gente parte também por um processo de construção de um plano integrado de aplicação dos recursos. Então, já num momento da tramitação da lei, a gente começa a articular com os municípios para que eles criassem os seus fundos e os seus conselhos municipais. Nesse movimento, a gente, em três meses, consegue sair de 15 pra 30 fundos, leis municipais, fundo e conselho aqui no Espírito Santo. Porque, mesmo que a Lei Aldir Blanc não exigisse a questão do fundo e do conselho, do ponto de vista da gestão é muito melhor que se tenha. Você tem muito mais segurança jurídica de aplicação de um recurso de fomento, se você tem uma lei de fomento ali regulamentada no seu município. Então, a gente assumiu esse processo aqui enquanto Secretaria de Estado junto com a Associação dos Municípios com o apoio da CNM [Confederação Nacional dos Municípios] também que... - é outro parêntesis aqui, eu acabei não citando, mas a CNM, na pessoa da Ana Clarissa [Fernandes], que é outra figura, se vocês não conversaram, fundamental de conversar -, também teve um papel muito importante nessa construção toda aí, entendendo que essencialmente a Lei Aldir Blanc é uma lei municipalista. Então, faço essa correção à minha fala anterior adicionando aí a CNM como elemento fundamental desse processo. Voltando ao Espírito Santo, então, nesse momento aí a gente, no processo, se aproxima dos municípios nesse sentido deles, e também da gente, aproveitar do ponto de vista político esse exercício do Sistema Nacional de Cultura da Lei Aldir Blanc para deixar legados, em termos de marcos legais nos municípios do Espírito Santo. Tem algum sucesso disso, saindo de 15 pra 30, e parte dessa articulação para criar um plano de implementação integrado entre o estado do Espírito Santo, o nosso recurso, e os municípios interessados. Nesse mesmo

momento, a gente investe no Mapa Cultural que também foi um movimento ousado de ser a plataforma oficial de cadastro, então a gente contrata uma empresa para trazer pro nosso servidor, para melhorar o Mapa Cultural e disponibiliza, dentro dessa ideia do plano integrado, o mapa através de um termo de colaboração aos municípios interessados em rodar a Lei Aldir Blanc de lá, utilizando a nossa plataforma de cadastro e de lançamento de editais que é o Mapa Cultural. Então, isso era de alguma maneira uma contrapartida, que a gente tinha nessa articulação, e assim a gente foi, paralelo a isso, do ponto de vista do controle, nós fizemos um comitê de monitoramento e acompanhamento da Lei Aldir Blanc a partir do Conselho Estadual de Cultura, mas não só com membros do Conselho. A nossa proposta foi de uma quantidade de representantes do Conselho Estadual, de conselheiros, e cinco representantes das regiões com eleição direta. Então, nós abrimos um formulário onde as pessoas que queriam participar dessa comissão se inscreveram, as pessoas que se inscreveram naquele lugar, numa reunião, ou em comum acordo ou através de votação, elas tiravam o nome daquela representação. Então, a gente fez assim com cinco regiões do estado, elegeu esses representantes regionais que fizeram parte depois... - óbvio que tudo confirmado, deliberado pelo Conselho Estadual de Cultura, que chancelando esses nomes e chancelando todo esse processo -, nós tivemos essa comissão que acompanhou todo o processo e que acabou que teve um papel muito importante para além do que ela inicialmente foi prevista, que era o controle e o monitoramento da aplicação do Governo do Estado. Acabou que ela teve um papel também de acompanhamento, de conversa com os municípios, também, de alguma maneira, foi curioso isso, ela se empoderou ali desse processo e foi pra cima, perguntando e fazendo reunião com o gestor e trabalhando assim de maneira bem proativa nessa construção. E disso, num primeiro momento, sai esse desenho de investimento de como nós iríamos investir. Aqui

nós optamos por chamadas, quatro chamadas para organizações sociais e quatro editais, todos eles com uma perspectiva, ou boa parte deles, com uma perspectiva bem transversal, bem aberta, entendendo que o tempo era curto, a segmentação dentro das linguagens poderia tornar mais burocráticas as inscrições, tornar mais desafiadora o processo de seleção. Então a gente foi... até pela própria essência da lei, uma lei emergencial ampla, generosa, abrangente, a gente buscou essas oito linhas, dentro dos recursos todos, e nós aplicamos plenamente esse recurso já na primeira oportunidade no ano de 2020 e em 2021 inclusive nós chegamos a complementar algumas coisas com recurso do Governo do Estado para atingir mais pessoas. Então, agora me fugiu aqui o valor exato em milhões, mas alguns milhões de reais foram alocados além do recurso que nós recebemos para poder, ou contemplar mais pessoas, ou expandir alguma política ali, e nós tivemos, como eu disse, plenamente os recursos aplicados, até além, e em torno de setenta por cento dos inscritos no Inciso 3 tiveram o seu projeto aprovado. Então, foi uma taxa de aprovação bem alta. E no Inciso 1 - como aconteceu em muitos, eu acho que quase todos os estados -, nós tivemos uma procura bem abaixo da imaginada inicialmente, muito por conta da expansão, na minha avaliação, da expansão do auxílio emergencial, que foi acoplado e expandindo a sua abrangência, ao mesmo tempo que a lei estava tramitando, e a Aldir Blanc excluía da sua participação beneficiário que já recebia outro auxílio. Então, com isso no tempo aí de tramitação acabou que muita gente embarcou no auxílio emergencial e na hora da Aldir Blanc, lá na frente, quando ela aconteceu, esse público já estava coberto, digamos assim, pelo auxílio da Caixa, como ficou conhecido. Era isso?

**P: Era isso, ótimo. Maravilha, Fabrício. E a última pergunta, na sua avaliação quais os aspectos ou pontos positivos e**

**negativos da lei? E se você fosse reescrever a lei, que mudanças você traria?**

E: É muito, é muito difícil falar, é muito difícil não: é muito fácil você falar depois de um processo todo desse. Assim, eu acho que o que fica é esse aprendizado desse processo todo. Eu acho que muito do que eu poderia sugerir como melhorias estão abarcados agora na Lei Aldir Blanc 2 que inclusive a gente, o nosso Fórum, teve um papel ativo nessa construção. Eu acho que o que fica de lição maior, assim desse ponto de vista da execução, é de como esse processo emergencial e o desafio que foi a aplicação disso, do ponto de vista dos créditos, das equipes, da estrutura mesmo das Secretarias de um modo geral, não só da nossa, mas dos municípios todos, de como a cultura carece de um ecossistema de política pública robusto. Ou seja, de marcos legais, de secretarias estruturadas, de técnicos capacitados para esses desafios. Então imagina a gente tendo vivido essa experiência da pandemia, sem o Governo Federal centralizando os processos todos, como a gente viveu, se a gente não tivesse o SUS, se a gente não tivesse uma política pública estruturada na saúde com formato de repasses de fundo a fundo estruturados, com técnicos capacitados de ponta a ponta nesse processo. Então, um pouco da situação que a gente viu na cultura, assim, estruturas frágeis, marcos legais frágeis, pouco tempo e uma emergência muito grande, uma sobreposição de urgências de todos os lados. Então, foi um corre-corre danado para conseguir levantar isso tudo, isso significa gestores e equipe virando a noite para trabalhar, muita dedicação, muito risco também do ponto de vista dos gestores que estão ali colocando seus nomes, seus CPFs na reta aí de um processo tão atribulado. Então, o que, olhando assim, o que a gente poderia ter melhor não é nem tanto a questão da lei, era ter aproveitado outros momentos pra gente ter estruturado melhor as nossas políticas de cultura, os nossos sistemas municipais, estaduais e

o Sistema Nacional para que a gente pudesse ter enfrentado isso com um pouco mais de tranquilidade e segurança jurídica.

**P: Fabrício, obrigado pela sua disponibilidade, pela ótima conversa.**

**P2: Só um instantinho Fabrício. Esquecemos no início de perguntar se a gente pode estar usando trechos ou no todo dessa sua entrevista, se algum trecho que você prefere que não seja publicizado.**

E: Não tem problema não.

**P2: Coloquei no chat o link do nosso projeto. A ideia é que o Apoena seja um repositório de informações sobre a LAB. O foco principal é o estado do Rio, mas não só. Ainda está muito no início, a gente já tem os primeiros documentos, os primeiros textos, mas estamos ainda muito no início. Eu ia te perguntar algo que você acabou falando que era o papel da CNM nesse processo. Eu te perguntaria se você destacaria algum papel dos técnicos da Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo? Se eles tiveram algum elemento alavancador também junto aos gestores, como é que você vê isso?**

E: A CNM, aproveitando aí para falar um pouquinho melhor, teve um papel muito importante porque da mesma maneira, aquele elemento que eu trago, que eu trouxe do Fórum, do ponto de vista político, ser bem convergente, ser bem amplo, a CNM também carrega isso com uma articulação muito direta, com prefeitos da própria base do presidente Bolsonaro, deputados, enfim. E trazendo esse sentido municipalista, defendendo muita das vezes a abrangência, a oportunidade a

todos e que no final se mostrou importante, a gente atingiu mais de 4.600 municípios. Dentro do Governo Federal, destacaria o Aldo Valentim, o então secretário de Economia Criativa que foi na verdade quem carregou esse piano e o Aldo era o nosso elo, assim, era quem a gente podia contar, quem atendia ao nosso Fórum, que participava das reuniões, que tirava as dúvidas, que foi ajudando a gente nesse processo todo de execução e quem de fato assinou lá a ordenadora de despesa dos 3 bilhões de reais. Ele saiu recentemente, pouco antes das trocas lá que tiveram no Governo Federal, mas ele é uma figura interessante até de vocês entrevistarem também. Depois eu posso ajudar nessa ponte também.

**P2: Posso explorar só mais um pouquinho? É porque eu assisti uma apresentação dessa plataforma dos Mapas de Cultura. O Pará usou, vocês usaram, fala um pouquinho mais pra gente se isso aí vai ser uma plataforma definitiva, a adesão dos municípios, como é que isso aí está auxiliando a gestão estadual e municipal, pós-LAB inclusive?**

E: É, dando histórico um pouquinho para quem não conhece, o Mapa, ele foi criado pelo Ministério da Cultura a partir de um termo de ajustamento de conduta da TIM, que fez essa plataforma digital e o software livre para vários estados e municípios e tudo mais. Nós aqui já utilizávamos o Mapa no sentido de que qualquer um que se inscrevesse nos nossos editais precisaria ter um login no Mapa, um perfil no Mapa, melhor dizendo, mas a inscrição não era pelo Mapa, a gente utilizava o Prosas [plataforma de seleção e monitoramento de projetos sociais] como plataforma de inscrição, mas o Mapa ficava linkado ali. A gente, em determinado momento nesse desafio, principalmente do inciso 1, da questão do cadastramento, do mapeamento de artistas, a gente viu o Mapa

como uma oportunidade, pela característica técnica, uma análise técnica assim do ponto de vista da programação, da linguagem e da abertura que dava para as melhorias. A gente também... - foi uma decisão muito ousada ali naquele momento - nós optamos pelo Mapa junto com outros estados, então isso também é um pouco do exemplo daquilo que eu vinha falando de como esse ombro a ombro aí é importante. Então, em determinado momento, numa dessas conversas se falou “olha, a gente tem o Mapa, a gente também, aí bota os técnicos para conversar, a gente daqui de Pernambuco, do Ceará, do Pará”. E um grupo de estados optou por assumir o Mapa. No nosso caso aqui específico, o nosso Mapa estava no servidor do Governo Federal. O Governo Federal não achou isso dentro dos arquivos lá, a gente pediu várias vezes. No final das contas, a gente fez de novo, digamos assim, a gente fez uma nova instalação aqui, perdeu, inclusive, a nossa base de dados anterior porque o Governo Federal não localizou isso dentro dos seus servidores. Isso criou até um mal-estar junto aos fazedores da cultura, mas como resultado hoje a gente tem quase três vezes mais usuários do que naquele início, e deu super certo a utilização do Mapa pelos municípios dentro do processo da LAB. Aqui no Espírito Santo, nós desenvolvemos no mesmo movimento assim da Lei Aldir Blanc, olhando já pro legado, a gente pensou “poxa, vamos começar a fazer transferência do nosso fundo pros fundos municipais, bora”, aí o que que a gente fez? A gente fez uma alteração legal no nosso fundo. Ano passado, finalizada a LAB, nós lançamos um programa de investimento pros fundos municipais e aí aqueles 30 que eu falei, de 15 viraram 30 sistemas municipais, hoje nós chegamos a mais de 50, porque a gente fez um programa de investimento que cada um real que o município coloca no fundo a gente complementa com até quatro vezes, com até quatro reais. Então, nesse caso, a gente obriga o município a ter um fundo, uma lei, obviamente, com o fundo e com conselho. O plano ainda não, por conta do tempo de

produção do plano, mas o fundo e o conselho são obrigatórios e o plano de ação de aplicação do recurso precisa passar pelo conselho e com isso a gente tem hoje 46 municípios recebendo recursos do Estado para executar as suas leis e o mapa cultural é um ativo disponibilizado também. Agora mesmo, antes dessa nossa entrevista, o secretário da cidade de Vila Velha, que é uma cidade importante aqui, me mandou uma mensagem falando sobre isso, porque eles querem utilizar o Mapa Cultural lá nos editais que Vila Velha vai lançar do fundo a fundo. Então, isso já é um desdobramento e a gente está fazendo novos investimentos agora. Uma nova contratação de melhorias pro Mapa porque a gente sabe, essa coisa de tecnologia, o tempo todo a gente pode está melhorando, então a gente está implementando uma nova solução. A gente lançou uma lei de incentivo à cultura também de ICMS que utiliza o Mapa, uma rede de espaços culturais que utiliza o Mapa. Então, a gente está centralizando todas as chamadas, as oportunidades da Secult no Mapa, entendendo que é uma plataforma livre, que a gente consegue ter uma coleta de dados primorosa. É incrível assim a velocidade que a gente tem e a qualidade dos dados que a gente consegue levantar para a tomada de decisão. Bem legal, eu super recomendo.

**P2: Agradecido Fabrício.**



Universidade Federal Fluminense - UFF  
Laboratório de Ações Culturais - LABAC  
APOENA – Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações  
Culturais – foco RJ  
[pesquisa.apoena@gmail.com](mailto:pesquisa.apoena@gmail.com) – <https://apoenaredecultural.wordpress.com>

Projeto APOENA  
Entrevistado (E): **Fabiano Piúba**  
Data: 17/10/2022

Pesquisador entrevistador (P):  
P1: Lia Calabre  
P2: Luiz Augusto Rodrigues

Transcrição/responsável: Paula Roberta - Data: 03/11/2022  
Ajuste da transcrição: Alexandre Barbalho - Data: 10/01/2023  
Conferência: Lia Calabre – Data: 12/06/2022  
Ajuste final: Luiz Augusto Rodrigues – Data: 17/05/2023

**P1: Bom dia Fabiano, hoje são 17 de outubro de 2022. Estamos aqui para realizar o depoimento de Fabiano Piúba, realizado pela plataforma Meet do projeto Apoena - Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações Culturais Foco Rio de Janeiro. Já quero começar a te agradecer muito, Fabiano. E também te deixando à vontade, a ideia do projeto é depois transcrevermos e disponibilizarmos, tanto em texto quanto em vídeo, o material. Então você se sinta à vontade para depois nos indicar se alguma coisa que você deseja, ou não deseja que fique em rede, mas quero agradecer muito essa brecha de agenda nesse tempo confuso. É um enorme prazer estar aqui com você, quer dizer, como secretário, como pessoa do Fórum e como colega do campo da cultura, colega do MinC. Super bom dia.**

E: Bom dia, Lia, bom dia, Luiz Augusto, é um prazer estar aqui com vocês, falar da importância, da relevância desse trabalho, dessa pesquisa que vocês estão realizando, porque quanto mais informações, indicadores, estudos a gente tiver sobre as políticas culturais, mais a gente vai qualificando, mesmo em tempos sombrios como esse em que estamos vivendo.

**P1: Eu queria aqui registrar que estamos na plataforma, eu Lia Calabre, professor Luiz Augusto coordenador, Ivna Girão [assessora de comunicação da Secult-CE] que está acompanhando com a gente, assessorando o Fabiano, e vamos dar início. Bom, Fabiano estamos dividindo em dois blocos, basicamente. No primeiro, a trajetória pessoal. E eu queria que você nos dissesse o seu nome completo, lugar de nascimento, formação e um pouco dessa primeira experiência profissional.**

E: Está legal. Bom, meu nome é Fabiano dos Santos Piúba. Eu digo que eu sou um paraibano potiguar, cearense, só falta Pernambuco para ser um nordestino ali da gema total. Meus pais são paraibanos, eu nasci no sertão do Seridó, no sertão do Caicó, no Rio Grande do Norte e aos dezesseis anos me erradiquei em Fortaleza. Então eu sou um cearense também, sobretudo um cearense, a minha identidade cultural é cearense. Sou formado em graduação em História pela Universidade Federal do Ceará, depois fiz um Mestrado na PUC São Paulo em 95, 96, por aí, e com a tese na linha de pesquisa “Cultura e cidade”, onde eu saí com um gravador e uma máquina fotográfica à deriva pela cidade, a configuração e a representação da memória da cidade e, assim, na parte de encontros que eu ia tendo com pessoas velhas na cidade de São Paulo. Depois fiz um Doutorado, uma tese coletiva com dois grandes amigos, a Andrea Havt Bindá e o Eduardo Loureiro Júnior, na Faculdade de Educação aqui da UFC, onde



nós utilizamos o labirinto como metáfora do conhecimento e da formação. Fui durante uns quinze anos professor na universidade aqui, na Universidade Vale do Acaraú. Também estive como professor na Universidade Federal do Ceará, substituto, à época em que o FHC [Fernando Henrique Cardoso] fazia só concursos para professor substituto. Ralei, estudei, para ter um contrato de dois anos, depois parti para um mestrado, enfim. E em 2005, fui convidado para colaborar na Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, à época a secretária Cláudia Leitão, na coordenadoria, à época chamava Coordenadoria de Política de Livros e Acervos que tinha à frente a professora da UECE [Universidade Estadual do Ceará] Cleudene Aragão. Ela, na verdade, quem me fez o convite. Fiquei ali um período e a Cleudene foi para Espanha concluir seu Doutorado, em Barcelona, e a Cláudia me chamou para assumir essa coordenadoria onde fiquei de 2005 a 2006. Em 2007, fui para a Seduc [Secretaria de Educação do Ceará], colaborei com o pensamento, a formulação, do PAIC, que é o Programa de Alfabetização na Idade Certa, que começou em 2007, que hoje tem uma repercussão importante na melhoria dos indicadores do Estado. Colaborei na formulação de um eixo chamado "Formação leitora". O programa tinha ali uns eixos já pré-estabelecidos e eu propus um eixo de "Formação leitora", tanto para formar a formação leitora na vida dos professores e das professoras, mas também uma estratégia, uma definição, de um plano para a atuação. Em 2007 fui surpreendido quando fui convidado para trabalhar no Ministério da Cultura, ainda quando o Gil era ministro. Fui colaborar com o programa "Mais Cultura", você lembra, né Lia e Luiz? Foi um programa lançado em agosto de 2007. Em novembro, o Marco Acco veio aqui, me fez o convite para ir trabalhar no Ministério, inicialmente com ele, depois com a Silvana Meirelles, onde minha primeira função no Ministério foi como coordenador de articulação federativa no programa Mais Cultura. Eu fui, inicialmente, para colaborar com o programa de formação,

tanto na formação de gestores, como na ideia de um desenvolvimento de agentes culturais. Desenvolvemos lá uma ação, inclusive em parceria com o SESC, se não me engano, de formação dos gestores, inicialmente. E os agentes de leitura também foi um programa que aconteceu no Mais Cultura. Eu fiquei ali um ano como coordenador da articulação federativa, promovendo uma difusão do Mais Cultura junto aos estados naquele ano que estavam aderindo e desenvolvendo seus planos de ação, de desenvolvimento. Mas em 2009, o Juca Ferreira já ministro, me chamou para assumir a Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas que recentemente tinha sido criada na reestruturação do MinC. Foi uma experiência muito rica no Ministério, foi um grande aprendizado, ao mesmo tempo que uma sensação de um serviço prestado no governo Lula, ali nas gestões Gil e Juca, na política de livro, leitura. Foram investimentos bem expressivos que a gente contava com o que era antes essa política no Ministério, com ações de, por exemplo, implantação de uma biblioteca em cada município brasileiro que era uma meta que estava vinculada inclusive à Presidência da República. A gente trabalhou muito para que implantássemos uma biblioteca em cada município que não tivesse esse equipamento, modernização de bibliotecas, agentes de leitura, pontos de leitura, dentro de outras ações. E o que me fez depois receber um convite em final de 2011... E eu fui em fevereiro de 2012, para o Cerlalc que é o *Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e o Caribe*, é um Centro vinculado à resolução da Unesco de 1969 para criação de centros para a promoção do livro e da leitura em continentes, em regiões que tivessem baixo índice de leitura, taxas de analfabetismo elevadas e foi criado na América Latina. A Colômbia foi a candidata na América Latina que foi eleita e por isso que a sede é em Bogotá. É um organismo intergovernamental com sede lá, em Bogotá, e que tem ali uma função de colaborar com os programas na área da educação e de cultura nos países membros. São 21 países membros da

América Latina, Caribe, mais Espanha e Portugal onde, por exemplo, um programa de leitura na primeira infância do Chile pode ser interessado por Costa Rica, que desenvolve a partir desses parâmetros, ou de um programa na Costa Rica que é desenvolvido em Bogotá, na Colômbia, enfim. E foi uma experiência muito rica. Fiquei um ano e meio nesse Centro. Tinha acabado de renovar o que eles chamam de mandato, o contrato por mais dois anos. Era 2012, 2013, tinha renovado 14 e 15, quando eu recebo uma ligação da então ministra Marta Suplicy, que estava recentemente chegada ao Ministério, dizendo pra eu voltar pro Ministério para colaborar com a reconstrução das políticas de livro e leitura que tinham sido deslocadas para a Fundação Biblioteca Nacional. Um quase descalabro administrativo-jurídico naquela época e eu tive que voltar pro Ministério, aquele período, porque o nosso diretor geral disse que um convite desse, da ministra, não era um convite, era uma convocação, um país membro. E eu fiquei animado com o que estava ali, prometendo naquele momento. Voltei para o Brasil, então. Fiquei uma parte de 2013 e 2014 no Ministério da Cultura e em 2015 recebi o convite aqui, do então governador Camilo Santana, recém-eleito, para trabalhar na Secretaria da Cultura. Meu primeiro ano foi como secretário adjunto e já no princípio de 2016 até a data de hoje estou como titular da pasta na Secretaria da Cultura do Estado do Ceará que é tida como a primeira secretaria estadual do país, criada em 1966, quando se desvincula da Educação e cria um órgão próprio para as políticas culturais no Ceará e que teve grandes gestores, grandes pessoas. E aqui eu cito alguns que são muito referências para mim. A Violeta Arraes, que chegou ali no processo de democratização, no primeiro governo do Tasso Jereissati, e que implantou um pensamento de política cultural no Ceará que reverbera até hoje. Ela formou algumas gerações de jovens que hoje são gestores. Ela plantou um pensamento importante de uma política cultural. Ela que, na ditadura, se exilou na França, então ela tinha uma experiência também ali,

de referência, de parâmetros das políticas culturais na França, mas por exemplo fez o grande restauro do Teatro José de Alencar que estava em situação muito crítica e se ela não tivesse feito mais nada isso já era o suficiente. Então, a Violeta é uma pessoa que nos inspira até hoje. Inclusive o governador Camilo Santana sancionou a medalha Violeta Arraes, agora em novembro a gente vai estar outorgando para algumas personalidades essa medalha. Como também o Paulo Linhares, que foi com ele que se inaugurou o Centro do Dragão do Mar de Arte e Cultura, se criou a primeira OS [Organização Social] também voltada para gestão aqui no Estado. Também um grande pensador, um grande intelectual que teve um papel importante na nossa política cultural cearense. E a Cláudia Leitão. Então, eu acho que nós temos grandes gestores que passaram por essa pasta, eu estou lembrando esses três porque com eles três eu consegui... - com a Violeta, ainda jovem estudante da Universidade Federal do Ceará - usufruir dessa política cultural, mas depois com o Paulo, mas principalmente com a Cláudia, colaborar também com esse pensamento e ação. Então uma linha de tempo bem breve, Lia e Luiz. Eu sou um escritor, um historiador, um professor e educador sobretudo, e um gestor cultural que fez esse percurso de ir pra Secretaria da Cultura para uma passagem breve. Isso me levou depois para essa jornada nas políticas culturais e estou aqui encerrando um ciclo também na Secretaria da Cultura.

**P1: Passando pro campo da política, você participou de algum movimento político? Não precisa ser necessariamente um movimento partidário. Vamos dizer assim, como é que é a sua trajetória política?**

E: Essa trajetória, ela começou com a música. Eu tenho um irmão, que é gêmeo comigo, que é padre da teologia da

libertação. Ele coordena a Comissão de Justiça e Paz ali da Arquidiocese de Recife e Olinda, do que ainda tem ali do espírito da força do Dom Helder Câmara na igreja de Pernambuco. Eu tinha muito claro uma carreira na minha vida, que era ser jogador de futebol, mas um jogador de futebol meio metido à besta, meio intelectual, porque eu já gostava de uma literatura, já gostava de uma boa música e ali em 82, eu acho que eu devia ter quatorze anos de idade, e o Sócrates era minha grande referência, aquela história da democracia corintiana e tal. E o meu irmão, ele já nessa idade, quatorze anos, se envolveu nos movimentos de pastoral da juventude, fez parte da Jufra, que é a Juventude Franciscana, e participava anualmente do encontro em Campina Grande e voltava subversivo para uma cidadezinha do sertão do Seridó com materiais e coisas do tipo. Eu me lembro quando ele chegou lá em casa com o disco Missa dos Quilombos do Milton Nascimento, Dom Pedro Casaldáliga, nosso querido Hamilton Pereira, o Pedro Terra, e disse: “Fabiano, senta aqui que a gente vai ouvir esse disco” e como aquilo nos mobilizou! Depois, ele veio para Fortaleza e creio que em 83, 84, vocês vão me lembrar, houve a Campanha das Diretas - foi 83 ou 84? 84, né?! Pois bem, então Fábio estava morando aqui em Fortaleza em 84 e me liga um dia e disse: “Fabiano é o seguinte, vai ter o comício das diretas aqui em Fortaleza no dia tal, vai estar aqui o Ulisses [Guimarães], Franco Montoro, Tancredo Neves, Lula, [Leonel] Brizola etc. etc. e tal, e você tem que vir para esse comício. Você tem que vir para esse comício e se você não vier nós vamos ficar intrigados para o resto da vida”. Então, ainda deu um ultimato assim. Obviamente como sempre cumpro as ordens do meu irmão, vim pra Fortaleza naquele ano, 84, e foi um comício belíssimo aqui na Praça José de Alencar. Estavam todas essas personalidades que eu mencionei, mas duas pessoas me pegaram na veia. Uma foi o Darcy Ribeiro, inclusive quem organizou o comício aqui em Fortaleza, e o Patativa do Assaré.

O Patativa do Assaré recitou poemas naquele dia. Entre eles, um poema que se chama “Mundo Novo”, em que ele vai falar “o pinto quando nasce, belisca e nasce o mundo,” - eu vou já buscar esse poema aqui no Google. Então ele traz uma poesia sertaneja, cabocla, nordestina, e põe essa praça numa grande força política e vibração. Resultado, volto de Fortaleza com as estrelinhas de plástico do PT, com aquele manifesto do PT, com aquele discurso do ato de fundação do Lula. Compramos alguns daqueles - eu até devo ter em casa -, que eram como se fosse um folhetozinho em que tinha ali aquele discurso do Lula e o estatuto do PT, alguma coisa ali e saí de camisetas, alguma coisa... Eu sei que meu dinheiro acabou, ficando só o da passagem para voltar para Currais Novos, que é a cidade onde eu nasci. E chegando lá, me reuni com os amigos também jovens, eu estava com quinze anos, talvez ali, 84, quinze ou dezesseis. Eu nasci em 68. E criamos um núcleo do PT na cidade. Então, tem essa atividade, que tem esse vínculo partidário. Em 1985, eu venho morar em Fortaleza. Faço aqui o ensino médio. Em 1986, eu colaboro com a candidatura do João Alfredo, que foi o primeiro deputado do PT aqui estadual no Ceará, João Alfredo Telles Melo. Foram dois deputados eleitos naquele momento, João Alfredo e Ilário Marques. Trabalhei na campanha. Eu era o menino da gráfica, tinha dezoito anos. Foi meu primeiro voto também. Eu era o menino da gráfica que ia pegar o material na gráfica, trazia pra um comitê aqui no centro da cidade e fazia ali o plano de distribuição desse material. E a gente fazia uns lambe nas ruas de madrugada etc. etc. e tal. Foi o ano em que o Tasso Jereissati foi eleito Governador do Ceará e o João me chamou para trabalhar no gabinete dele, como um assessor ali do gabinete. Então, foi uma experiência incrível, porque eu tinha dezenove, vinte, vinte e um e vinte dois anos, e foi também o momento que eu estava entrando na universidade. Então, a minha atuação no gabinete, ela tinha um trabalho que era mais ali funcional, que era o João lia os jornais, a época era o *Folha*

de São Paulo, o *Jornal do Brasil* e os jornais aqui da cidade, dentre eles o *Diário Nordeste*, *O Povo*... Não tinha assinatura do *Globo* porque o *Globo* era um jornalzinho, àquela época, muito inexpressivo para além do Rio de Janeiro e o João ia montando umas pastas sobre reforma agrária, sobre meio ambiente, sobre questão indígena, sobre educação. E eu era a pessoa que ficava ali na tesoura, recortando aquilo que João marcava, colava, dobrava. E a gente fez ao longo de quatro anos um acervo incrível, sabe Lia e Luiz, de temas que eram pautas, agendas lá do mandato do João Alfredo. Logo de imediato, João percebeu que não precisava mais estar marcando o jornal, eu já tinha sacado qual eram os temas, e fomos criando várias pastas ali com recortes de jornais, desses que eu mencionei. Então o *Globo*, perdão, o *Jornal do Brasil*, a *Folha* e os jornais daqui, então a gente.. inclusive, ao final do mandato, o João doou para o IMOPEC que era o Instituto de Memória do Povo do Ceará todo esse material. E a minha atuação no mandato era colaborando com a pauta das questões indígenas que é algo que eu tenho um vínculo muito, muito forte. A gente criou aqui um comitê de culturas indígenas, lançamos os editais de culturas indígenas. Então, eu tenho uma relação forte com esse movimento indígena e foram essas as minhas atuações. Depois de 90, eu me afastei da militância partidária, não me desfiliei nunca, está lá a minha filiação de 1986. Então, eu sou uma pessoa filiada ao Partido dos Trabalhadores. Mais recentemente, quando eu fui para o Ministério da Cultura na eleição de 2010, aí eu retomei um pouco mais a atividade partidária, mas sem participar de direção, nem ali dos núcleos de decisão. Então, um militante que está mais ali na rua e colaborando nas gestões e nas políticas públicas.

**P1: Você já fez uma rápida narrativa da sua trajetória profissional, mas eu queria que você desse ênfase como você começa a se envolver com a política cultural mais**

**estritamente porque aí a gente vai passar pra questão da própria Secretaria hoje, do Fórum. Como é que a questão da política cultural entra no *hall* das suas questões e preocupações?**

E: Entrou na questão da leitura. Eu sou um militante da promoção da leitura. Como professor, eu trabalhei aqui, durante onze anos, na formação de professores do estado e do município. Coordenei um curso de formação na Universidade Vale do Acaraú. Então, tive aquela proximidade muito próxima e direta com os professores. Então, percebi que faltava uma dimensão cultural da leitura. A leitura funcional, instrumental, que também é necessária e vital nos processos de aprendizagem, mas faltava repertórios na formação dos professores, repertórios culturais. E que parte dessa ausência de repertórios culturais, ela tinha a ver com a ausência da leitura na vida dos professores e professoras. Então, comecei a imaginar uma ação de uma dimensão mais cultural da leitura. Comecei a trabalhar com projetos aqui na cidade, tanto na formação de professores, mas também com atividades de poesia. Faço parte de um grupo chamado “Os Internos do Pátio”, onde a gente realizava saraus, leituras abertas, rodas de poesia e que isso foi nos levando cada vez mais... a gente ali bem jovem..., e isso foi me levando muito para um pensamento de uma responsabilidade da poesia, da leitura, da literatura enquanto política pública também. E foi isso que nos levou para a Secretaria da Cultura em 2005. Eu sempre estava muito atuante na Bienal do Livro. Nós vamos realizar agora a 32ª. Bienal do Ceará. A pandemia não deixou a gente realizar em 2021. A Bienal que foi ali em 94, eu acho, que ela foi criada, tem uma história, então eu, muito jovem, já ia para essa Bienal. Depois, aos 20 anos, fui pai e ia com dois meninos para a Bienal, colaborava no pensamento da Bienal nas atividades de promoção da leitura, principalmente pra infância, também pro Salão do Professor. E foi isso, Lia, que me levou pra política

cultural. Foi esse direito à leitura, como um direito fundamental de cidadania, ou como diz o Antonio Cândido, como um fator indispensável de humanização. Ele tem aquele ensaio belíssimo, “Direito à literatura”, quando ele diz que assim como o ser humano não consegue viver sem um sono, para o equilíbrio físico, ele não consegue viver sem a literatura, sem o universo da ficção, da fabulação para seu equilíbrio psíquico-social. Daí que a literatura se constitui como um direito, um fator indispensável de humanização. E eu creio que esse ensaio do Antônio Cândido foi que me pegou. Disse, “não, tenho que atuar também um pouco nessa perspectiva”. E na Secretaria da Cultura surgiu essa oportunidade, com o convite lá da Cláudia de assumir a Coordenadoria de Política de Livros e Acervos. Comecei a pensar e a colaborar com a política cultural, mas também de como a política própria de livro, leitura, literatura e bibliotecas ela tem que se vincular na política cultural como um todo, do patrimônio cultural e memória, fomento às artes, da formação artística, da cidadania, da diversidade. Mas não era algo que estava tão presente, e essa chegada na Secult naquele período, que eu achava que era uma passagem rápida de 2 anos, porque eu resisti ao convite... Embora a Cláudia, e é uma grande referência pra gente, estava fazendo um trabalho incrível, muito alinhado, eu acho que era o estado mais alinhado com a política cultural ali na época do Gil, mas era um governo que era do PSDB à época. Isso para mim foi um conflito. Então, eu fui muito mais no sentido de estar colaborando com a política cultural e ela me deu também autonomia para que eu tivesse as minhas posições políticas.

**P1: Fabiano, a gente vai passar agora para o segundo bloco sobre a Lei Aldir, mas eu queria que você antes falasse pra gente sobre o Fórum dos Secretários. Na sua visão o que é o Fórum? Qual o papel dele na articulação nacional das políticas culturais como um todo? Fala um**

**pouquinho do Fórum e depois a gente então vai passar um pouquinho para falar dessa ação pra Lei Aldir e a pandemia.**

E: Certo. O Fórum, ele teve um papel muito importante, por exemplo, para a criação do Ministério da Cultura. José Aparecido, acho que então Secretário de Cultura de Minas Gerais, ali naquele processo de redemocratização, foi uma das pessoas que teve um papel muito importante para a criação do Ministério da Cultura dentre os proponentes, os pensadores, os formuladores da necessidade de um Ministério próprio para a cultura<sup>4</sup>. O José Aparecido, enquanto Fórum, teve essa contribuição. Eu gosto de dizer que o Fórum é uma instância, que tem ali, dentre vários papéis ou atribuições ou competências, primeiro de como pode se buscar cooperação, integração entre as políticas desenvolvidas nos estados que possam ser compartilhadas. Algo que o Acre, por exemplo, está desenvolvendo no fortalecimento do seu Sistema Estadual de Cultura. Em 2010, o Acre, na minha avaliação, era o estado que tinha melhor estruturado uma política pública de cultura com o Sistema ali fortalecido, com ações e investimentos expressivos pra política cultural. Então, como uma experiência com o Sistema Estadual do Acre, ou o Sistema Estadual do Ceará que foi implantado por lei em 2006, pode ser uma referência ou um parâmetro para um estado, sei lá, do Amazonas ou do Pará, ou do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul ou de programas do Rio Grande do Sul que pode vir para o Rio Grande do Norte. Então, eu acho que o Fórum tem um pouco esse primeiro papel de integração, conhecimento, compartilhamento de políticas públicas e estaduais que podem

---

<sup>4</sup> Nota da pesquisa: José Aparecido de Oliveira (1929-2007) foi o primeiro ministro da Cultura do Brasil, e também o primeiro secretário de Cultura de Minas Gerais. Em 1983, a criação do *Fórum Nacional de Secretários da Cultura* foi articulada por *José Aparecido*.

estar sendo ali construídas em processos. Mas ele também tem um papel político, e importante, no federalismo cultural, na relação sobretudo com o Governo Federal e vamos imaginar aqui com o Ministério da Cultura e na sua retomada, porque a gente vai ter o Ministério de volta de novo, né?! Então, ele tem um papel muito importante de uma cooperação federativa entre o Governo Federal e os governos estaduais e mesmo municipais. Então, na construção de políticas públicas que vão para além de descentralização de recursos, mas do pensamento das políticas públicas e o papel do Sistema Nacional de Cultura para o fortalecimento dos sistemas estaduais e municipais também. Então se tem algo que nos reúne, que nos dá coesão enquanto Fórum, é o Sistema Nacional de Cultura. Eu lembro que em 2019, perdão - 18, 19, eu estive como presidente do Fórum e num momento muito crítico pra gente. Veio ali o golpe, com perdão, 17, 18, eu estive em 2017-18. Aquelas mudanças ali se o Temer faria extinguir ou não o Ministério; manteve, mas era um ministro a cada semana. E era também um cenário que o Fórum tinha uma diversidade política partidária, digamos. Então, a gente percebeu ali que tinha um núcleo de direita muito forte, e que não adiantava a gente estar discutindo muitas políticas culturais, e percebi, enquanto presidente, que tinha uma coisa que nos reunia que era o Sistema Nacional de Cultura. Então vamos com essa pauta e todas as nossas cartas entregues aos ministros do Temer elas eram muito nesse sentido, do Sistema Nacional de Cultura, do Plano Nacional de Cultura e obviamente dos convênios que estavam paralisados ali, e repasse de recursos, então tinha uma agenda pragmática também. Até chegar o Sérgio Sá Leitão, que também houve momentos muito tensionados ali com o Sérgio. E, depois, já no Governo Bolsonaro, o Fórum ganhou um outro relevo político também importante, obviamente porque era um contraponto. Em 2019, na primeira reunião, algumas pessoas queriam que eu continuasse como presidente do Fórum e eu obviamente

recusei a isso, primeiro porque dá um trabalhinho danado, burocrático, de organizar uma reunião, isso interfere na Secretaria, mas segundo porque que era importante..., a gente propôs, porque... mas aí não é nem um segredo eu vou dizer para vocês: há uma coesão muito forte no Nordeste, então, antes de uma reunião do Fórum Nacional a gente se encontra, combina ali coisas, pactua posições, entendeu?! E são nove votos, ou nove posições coesas, para qualquer coisa que a gente possa querer ali propor e que chega com muita força. Propus para Arany [Santana] ser a presidente, ela não quis. Arany, secretária da Bahia. O Gilberto Freyre [Neto, então secretário de Cultura de Pernambuco] também não topou, mas na primeira reunião a gente observou muito a Úrsula [Vidal], que estava recém-chegada ali como secretária do Pará; vinha de uma eleição de senadora com votação expressiva no PSOL; depois se desvinculou do partido para assumir ali a Secretaria. Eu disse, “pessoal, temos aqui a Úrsula”. A Úrsula resistiu, mas na hora H, queriam que a gente levasse isso pra outra reunião, no segundo semestre, que a gente ficasse à frente pra ter uma outra reunião e eu disse: “não, vamos colocar agora, está na pauta, então vai ser agora”. Então, assim, o Fórum - desculpe que eu divaguei, está certo?! -, mas o Fórum tem esse papel político. Ele está ali se articulando, se mobilizando para o fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura, das políticas nos estados e municípios e também numa relação que não é plenamente harmoniosa, ela é construtiva e colaborativa e respeitosa. Mesmo na época da gestão Gil e Juca, tivemos reuniões ali difíceis e finalizo dizendo assim que um outro papel do Fórum é de como ele pauta o Ministério da Cultura, mas também de como o Ministério da Cultura pode estar pautando esse Fórum no pensamento das políticas culturais e na sua execução e investimento. Então são parceiros, secretários, secretárias estaduais, junto com os ministros e ministras e também os secretários e os presidentes das vinculadas em todas as políticas culturais. Então eu creio que, para os

próximos quatro anos, acreditando que a gente vai ter uma mudança no país e vamos retomar não só o Minc, mas também as políticas culturais, o Fórum vai seguir como papel político institucional muito relevante.

**P1: Antes de passarmos para o contexto nacional, Fabiano, eu queria que você falasse, contasse um pouco pra gente sobre o início da pandemia, no caso do Ceará, e das ações da Secretaria em relação aos trabalhadores da cultura. Depois, a gente vai passar para a articulação nacional, mas era interessante que você falasse um pouco da experiência de vocês.**

E: Certo. Bom, todos nós fomos pegos ali... Eu estava, Lia e Luiz, em Quixeramobim, que é uma espécie de umbigo do Ceará, portanto, se é o umbigo do Ceará é o umbigo do mundo, que é onde nasceu o Antônio Conselheiro e conhecido também de ser a terra do Fausto Nilo, que é compositor. É uma casa construída pelo pai de Antônio Conselheiro. A casa onde ele viveu, onde, quando casado, ele ainda estava em Quixeramobim, e depois da história de quando ele saiu para peregrinar e até fundar Canudos. Esse era um equipamento do estado, estava cedido à Prefeitura há muitas décadas. Estava um pouco deteriorada, a gente retomou de novo, fizemos uma reforma, um restauro, uma modernização da casa. Estamos com uma exposição muito bonita chamada “Tramas do Belo Monte”, que conta um pouco dessa história, conectando com os tempos atuais. Porque a gente iria inaugurá-la no dia 13 ou 12 de março de 2020, que é a data do nascimento do Antônio Conselheiro, 12 ou 13 de março é o dia do seu nascimento. A gente estava ali organizando para uma inauguração, quando a gente recebe uma ligação para uma reunião extraordinária e urgente do governador Camilo Santana com os secretários porque ia sair o decreto ali emergencial de enfrentamento à

pandemia no estado. E que dentre as ações desse decreto era o fechamento de toda a nossa rede pública dos equipamentos culturais do estado, então a programação e tudo mais. Então ali foi um baque muito grande. A gente não fechou no dia seguinte, a gente fechou na hora, e ficamos ali, na Secretaria da Cultura, pensando o que fazer. Por outro lado, esse pensamento era um pensamento muito articulado e integrado com o Fórum, porque a gente não pensou sozinho enquanto o Ceará, a gente também pensou enquanto uma rede de dirigentes estaduais de cultura, nas soluções alternativas e saídas. E a primeira ação que a gente realizou ali de enfrentamento foi uma ação que a gente chamou de “Cultura *dendi* casa”, dentro de casa, né?! Que é uma expressão aqui nordestina, cearense, que a gente fala “que é pra ficar dendi de casa”, tem quase uma sonoridade mineira também. Então a gente lançou uma ação, um edital chamado “Cultura dendi de casa” que depois a gente fez uma parceria massa com o Sergio Sá Leitão está certo? Porque eles fizeram lá uma ação parecida também, a plataforma de São Paulo com a nossa plataforma aqui, a gente cruzou e compartilhou a programação nossa, lá, e a deles aqui também, e um termo que a gente assinou e tal. Então a gente lançou um edital. Ivna [Girão, coordenadora de Comunicação da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará] foram três milhões esse edital? (Você lembra o valor? Não sei se a Ivna está aqui conosco...) Posso pegar essa informação com melhor precisão, Lia. Então, a gente lançou um edital, na minha cabeça foi algo como três milhões, que foi voltado para fomentar a produção de conteúdos artísticos em plataformas digitais. Nas plataformas, nas redes dos próprios artistas, coletivos, grupos e companhias, mas numa plataforma que a gente criou, que chamava “Cultura dendi casa”. E que nós selecionamos, eu acho que quatrocentos projetos, acho que três mil ou dois mil e quinhentos cada projeto desse. E o que foi mais importante pra gente, 89% das pessoas que foram selecionadas neste edital

nunca tinham se inscrito em editais anteriores da Secretaria da Cultura. Então, a gente conseguiu chegar, Lia, num público que estava ausente, que sequer sabia que existia uma Secretaria da Cultura, muito menos políticas culturais e muito menos ainda os editais. Eu digo que os editais, eles têm duas cabeças. Uma cabeça que é democrática, de democratização do acesso, porque se extinguiram as políticas de balcões que existiam nas secretarias. Mas ele tem uma outra cabeça muito grande que é excludente. Então, você tem um limite orçamentário, você tem um limite de orçamentos ali aprovados, e muitas pessoas não conseguem chegar, através do acesso aos editais, aos recursos públicos e ao fomento dos seus projetos. E essa primeira ação, e a lei Aldir Blanc como um todo, fez com que as Secretarias Estaduais e Municipais de Cultura chegassem num público para além daquele que ele já atuava. Por que? Porque nós estávamos num contexto de emergência cultural mas também de proteção social. As políticas culturais, elas trouxeram para sua agenda a proteção social numa perspectiva não assistencialista, mas de que “olha, os trabalhadores e trabalhadoras da cultura têm agora a necessidade de um outro tipo de atenção”. Então, o “Cultura dendi casa”, nossa primeira ação, ela teve esse papel de manter viva a cena. Eles produziram isso, teve desde as produções mais simples a produções mais rebuscadas, de gente que produziu com audiovisual, outros que produziram ali com celular, e a gente depois fez essa plataforma, um festival, e que foi muito bacana. E também deu para segurar ali uma onda de um recurso que naquele momento foi importante para essas pessoas. Houve também uma atitude muito bacana, puxada pelo Fórum, de linguagens artísticas aqui do Ceará, de que alguns grupos ou artistas que já estavam mais inseridos nesses processos não se inscreveriam. Isso é de arrepiar, disse “não, não vamos”. Então muitos artistas, grupos, preferiram não se inscrever no “Cultura dendi casa”, também numa ação solidária. Dentre os vários conceitos e sentidos da

cultura, para mim essa é muito cara, a cultura como solidariedade, a cultura como saber fazer comum, portanto solidário e comunitário. E a gente começou a tatear nisso. Foi quando veio, aí sim, um outro contexto. Nós fizemos esse “Cultura dendi casa”, como eu falei, e depois a gente começou a realizar atividades *online*, digamos assim, na programação dos nossos equipamentos. Mas isso custou um pouco, porque não tínhamos a experiência de fazer isso. E isso gerou muito conteúdo também, Lia e Luiz, mas foi a Lei Aldir Blanc que deu a grande virada.

**P1: E como você descreveria o papel do Fórum nesse processo inicial da Lei Aldir. Quer dizer, como é que vocês pensam e discutem? Foi tudo muito rápido, mas como que vocês se articulam?**

E: A primeira articulação foi essa que eu mencionei. O que é que a Bahia, o Espírito Santo, o Pará, o Rio, São Paulo, enfim, Rio Grande do Sul, estavam pensando. Esse edital que nós lançamos quase que simultaneamente outros estados realizaram, não tem aí uma autoria disso. Porque também foi a própria sociedade que mobilizou as Secretarias para pensar algo emergencial que garantisse manter a programação de seus equipamentos, mas também a cena artística ali ativada, inclusive de como a cultura, em especial as artes, tinha e tem um papel na proteção da saúde, na promoção da saúde, melhor dizendo. Nós não daríamos conta de atravessar a pandemia, nos seus momentos mais críticos, sem o universo artístico em nossa vida, sem a música, sem a literatura e sem os espetáculos que foram compartilhados pelas várias pessoas, artistas, em nosso país. Eu não tinha dado conta, sem a arte ter nos ajudado na promoção da saúde, principalmente da saúde mental também. Então, o Fórum começou a pensar “o que vamos fazer?”. Então, fizemos



reuniões mais do que em qualquer tempo de existência do Fórum. Mas aí teve um momento que se articulou com o Congresso. A gente vinha participando, Lia e Luiz, das audiências públicas no Congresso Nacional, ainda no golpe. Eu lembro que, não sei se foi em 2019, mas ali em 2018, 2017, vou lembrar 2019 porque era a Benedita da Silva, Bené era presidente da Comissão e Áurea Carolina era vice. Eu estou querendo me lembrar quem era em 2018 a presidente da Comissão de Cultura. Então, não sei se era Alice Portugal, num vou lembrar, talvez se fizer uma busca aí a gente consegue. Porque houve alguns debates em que a Comissão de Cultura convidava o Fórum, e convidava ainda o Ministério da Cultura, ali na época do Temer, para estar discutindo ali essas políticas do audiovisual, a questão dos convênios que estavam ali de repasse para os estados em aberto, que também foi um passivo que se recebeu, nosso, ficou ali um passivo de parcelas para convênio de pontos de cultura, dentre outros investimentos nos estados. Então, eu lembro que a Comissão de Cultura, ela teve um papel importante ali em 2017 e 18 nisso. Mas também começou a discutir legislação, para além daquelas que já estavam estabelecidas. Mas em 2019, eu acredito que foi 2019, finalzinho de 2018, acho que já era 19, a Benedita me chamou para participar de uma mesa, fomos eu, a Maria Marighella e tinham outras pessoas do segmento e outras pessoas do segmento artístico e cultural, e a Benedita já estava ali, na tramitação da regulamentação do Sistema Nacional de Cultura. Num está esse projeto em tramitação?! E a gente tava discutindo esse projeto, inclusive. E eu lembro que eu fiz uma fala, e que disse pra Benedita, eu disse, “Deputada, na ausência do Ministério da Cultura, e na ausência de uma certa política cultural” - porque eu acho que esse governo tem uma política cultural, embora o Albino, naquele dia fez uma ponderação, e eu fiquei com ela na cabeça -, “mas na ausência das políticas culturais, de fomento às artes, o patrimônio, aquilo outro, esse Congresso vai ter um papel fundamental não só na

mobilização, na articulação, mas no pensamento, na elaboração de leis que possam ser executadas na extinção do MinC. Fiquemos atentos para isso, da importância etc. e tal”. Quando vem a Aldir Blanc, começa a se articular ali um projeto de lei que era da Benedita da Silva, um projeto de lei que vai sendo apensado do deputado daqui, o José Nobre Guimarães. Aí eu vou ter que falar dele, porque ele, para nós do Nordeste, teve um papel importante nessa articulação, e o papel da Jandira Feghali. Então, você tem ali a Jandira Feghali, que dentro do contexto da emergência, do estado de emergência no país, e que vem uma renda básica emergencial para os trabalhadores e trabalhadoras... No geral, começou a se discutir a importância de uma lei. A Benedita tem uma lei original, digamos assim, voltada para esta dimensão da proteção social aos trabalhadores, a Jandira, como relatora, tem um papel vital e pulsante de mobilizar e de articular isso, junto tanto com o Fórum de secretários, mas também com o canal de emergência cultural que se criou com o Mídia Ninja, ali com a rede dos pontos de cultura, ali o Célio Turino e o Guimarães também que é o autor, quando põe ali a proposta também dos espaços culturais. Então, assim, Lia, tem um grau de bastidores em torno da Lei Aldir Blanc que deve ser contada, deve ser contada um dia, esse bastidor, porque ele foi muito vitorioso. Mas também com tensionamentos ali, disputas de protagonismos etc. e tal, e que faz parte do jogo da política. Mas que havia uma coesão também pra fora. Então, você tem um projeto da Jandira, tem ali a Bené, tem o Guimarães e esses três deputados foram os três deputados que tiveram um papel mais atuante, principalmente nos bastidores. Foi o Guimarães, juntamente com a Jandira que conseguiu aquele encontro com o César [*sic* – Rodrigo] Maia; e foi a Jandira, foi o Guimarães, foi também a Zélia Duncan, ali outras figuras, ali foi um primeiro canal. E nós começamos a discutir o projeto de Lei pra dentro, ali com grupos que foram criados. O Fórum participou ativamente. Nós tivemos a pessoa mais certa nesse

momento que foi a Úrsula Vidal. Então, a gente tinha ali a Úrsula como presidente do Fórum, então isso foi ali uma coincidência muito feliz, pela força, pela vibração da Úrsula. E nós tínhamos um grupo... Então, eu acho que teve ali um grau de articulação, da gente compreender o papel do Congresso, dessas duas deputadas do Rio de Janeiro e que são deputadas do Brasil, do Guimarães que é um estrategista, um grande articulador, foi líder do PT, foi líder da oposição, foi líder da minoria, foi líder do Governo da Dilma, é irmão do Genuíno, então tem ali uma herança de estrategista e de articulador muito conhecido. Então, a gente foi usando um pouco disso. E o projeto original ele era tímido, eram 600 milhões de reais. E a gente achando que era uma dinheirama enorme, esses 600 milhões de reais, que era ali para a renda básica. Aí foi quando vem a ideia de colocar os espaços culturais também, aí quando vem também uma ideia de ter uma linha de fomento. Então você tem a renda básica, você tem ali os espaços culturais depois o espaço cultural no seu sentido mais amplo. Eu escrevi um artigo, se você quiser eu posso te mandar depois, “Os espaços orgânicos do Brasil”<sup>5</sup>, defendendo essa linha, porque a gente foi fazer uma reunião com o Ministério do Turismo e eles não concordavam com aquela linha e não queriam compreender e eu fiz uma fala que depois transformei num artigo, porque a gente foi publicando essas coisas. E teve um outro grande momento, que aí foi o pulo do gato. E nesse caso eu dou os créditos mesmo ao Marcos Souza [assessor da liderança do PT no Senado]. O Marcos Souza chega pra gente, me liga, diz, “Fabiano vocês estão pensando com a cabeça pequena, 600 milhões não é nada, vocês podem chegar a três bi e eu fiz essa conta, do orçamento de guerra, o crédito extraordinário etc. etc. etc.”. Eu disse, “Marcos, tu topa apresentar isso pra gente numa reunião do Fórum de

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/2020/07/19/opiniao-os-espacos-organicos-da-cultura-no-brasil-por-fabiano-piuba/>. Acesso em: 16 maio 2023.

Secretários?” E ele veio e fez a apresentação. Já estava também sendo articulado com a Jandira que era a relatora, mas a Jandira também se posicionou como autora, apresentou um relatório com uma lei substitutiva que chama, se eu não me engano... Então ela teve um papel ali de tecelã incrível, certo?! Ela teve um papel ali formidável. Tanto quanto a Bené. E aqueles 600 milhões foram para três bi. Isso gerou uma crise de protagonismo, então ali etc. e tal. Mas nos bastidores. O importante é que pra fora estarmos coesos. Isso me lembrava muito MinC, o sistema MinC ali na gestão de Gil e Juca, tinha aquelas diferenças, aquelas divergências, né Lia?! Mas quando a gente ia pra rua, era um discurso coeso, muito unificado. Então, assim, além dessa articulação com o Congresso Nacional junto aos Fóruns dos Secretários, Secretários estaduais e também dos Fóruns das capitais, dos associados, mas sobretudo com a sociedade civil, foi que a gente foi ganhando uma força que nós nem mesmo contávamos com ela, ou achávamos que não tínhamos. Em plena pandemia, em pleno contexto de isolamento social, se cria um estado que eu chamei de Conferência Nacional de Cultura. As minhas falas eram assim, e o papel do canal de emergência, ali liderado pelo Santini, o Marcelo, o Midia Ninja, a gente estava dentro desse núcleo também. O Ceará estava muito enfurnado ali nesses bastidores também, o Fórum também, principalmente com a Úrsula e também o Fabrício de Noronha do Espírito Santo. E aquele momento das webconferências foram momentos incríveis porque a gente abria uma sala e de repente tínhamos mil pessoas, e isso foi perdendo o controle. Nós, aqui no Ceará, começamos a realizar nossas webconferências, a nível de estado, com os gestores municipais, com as sociedades. Fizemos 8 ciclos aqui no estado concomitantemente ao nacional. A Bene participou, a Jandira participou, outras pessoas... o Célio Turino participou também, onde a gente botava muitas pessoas na sala já pensando... Antes da lei ser aprovada, eu liguei para 22 deputados, inclusive para dois

bolsonaristas... (no dia da posse deles no TRE aqui, levantaram o livro do Ustra, sabe?! No dia que eles foram receber o mandato, né?!) Eu liguei pra esse cara - ele não foi reeleito, Heitor Freire, eu acho – “e olha estamos com esse projeto”. Liguei pra um, liguei pro Tasso Jereissati, liguei pro Cid Ferreira Gomes que era o senador e liguei pra um outro bolsonarista, que é aquele senador lá da pandemia, lá da CPI da Pandemia - não sei o quê Girão [Eduardo Girão] - um cara riquíssimo daqui, morava nos Estados Unidos, veio pra cá ser candidato ao Senado e se elegeu. E a gente teve ali 100% dos votos do Ceará. A gente fez um mapazinho do voto, então em dois dias o Ceará partiu ali com todos os parlamentares já favoráveis com o voto. Então teve esses bastidores. E essas conferências, Lia, foi o grande momento. E as minhas falas, eu participei de todas elas, eu, a Úrsula, o Fabrício participou também, os secretários municipais, personalidades também dentro das artes, gestores, parlamentares. A minha fala, eu tracei, eu, como professor, educador, então eu defini muito bem o que eu ia falar. E minha fala ela tinha uma dimensão técnica, começava com uma coisa bem técnica mesmo, vinha depois com o componente mais político e um outro que era poético. O Gil nos ensinou muito isso, das metáforas. Então, essa história... Uma das minhas primeiras falas foi utilizar “De onde vem o baião, vem debaixo do barro do chão”. Então eu dizia que a Lei Aldir Blanc era uma lei que vem do barro do chão. Até salvei aqui, se você permite eu posso recitar esse poema cantado do Gil, pode ser?! Se eu tiver extrapolando dá um corte, vai cortando aí minhas asinhas, viu?! Esse poema, é um poema, uma canção do Gil, que ele pergunta, ele mesmo, ele mesmo responde, que diz assim: “Dabaixo do barro do chão da pista onde se dança/Suspira uma sustança sustentada por um sopro  
divino/  
Que sobe pelos pés da gente e de repente se lança/Pela sanfona afora até o coração do menino//Dabaixo do barro do chão da pista onde se dança/É como se Deus irradiasse uma

forte energia/Que sobe pelo chão/E se transforma em ondas de baião, xaxado e xote/Que balança a trança do cabelo da menina, e quanta alegria!//De onde é que vem o baião?/Vem debaixo do barro do chão/De onde é que vêm o xote e o xaxado?/Vêm debaixo do barro do chão/De onde vêm a esperança, a sustança/espalhando o verde dos teus olhos pela plantação?/Vêm debaixo do barro do chão”. Aí eu escrevi pra esse dia: “Dabaixo do barro do chão até o coração do menino, como entremeio, tem a pista, um sopro divino que se envolve, se lança pela sanfona. Dabaixo do barro do chão até chegar à alegria tem um sagrado que se irradia em ondas sonoras de baião, que balança a trança da menina. Dabaixo do barro do chão até chegar o verde na plantação tem a esperança, a sustança, os olhos, a visão. A cultura é aquilo que ocorre entre o coração do menino e o sopro da sanfona. A cultura é o entremeio, é o centro, é um rio, ou melhor, talvez a correnteza, a água que corre no meio e vai atravessando por vias e veias. A cultura é o meio, o meio de vida, o meio ambiente. A cultura é um meio de se chegar, de se atravessar, é uma travessia. Então a cultura é aquilo que atravessa a chegada e a despedida, entre o começo e a saída. Melhor dizendo, a cultura é a saída para o Brasil. E por aí ia. Mas não tem fim, mas ao tempo em que a cultura entremeio, ela é a origem, raiz, para usar a palavra mais bonita que vem debaixo do barro do chão, da terra mãe e da mãe terra. A cultura e as artes vêm debaixo do barro do chão”. Então assim, a Lei Aldir Blanc ela veio debaixo do barro do chão, mas veio mesmo, certo?! Houve uma articulação com o Congresso, mas aquela base comunitária dos Pontos de Cultura, do Cultura Viva, se mobilizou e se articulou no mais então do Nordeste do Brasil, da Amazônia brasileira, do Sul Brasileiro. Um gestor, uma artista estava dentro dessas salas defendendo o direito à cultura, defendendo a proteção social aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura e foi uma construção social e coletiva linda. Foi assim do que depois a gente chamou, que aí teve um

determinado momento em que um dos textos que eu escrevi para falar, eram textos falantes, era “Estamos em um estado permanente de cultura.” Um estado político, espiritual, mas sobretudo de mobilização, e que esse estado não podia perder a sua vibração. Então foi uma vitória muito bonita, e que a gente foi ganhando uma adesão. O que parecia ser dos trabalhadores, trabalhadoras da cultura, dos artistas, ou dos gestores, ganhou uma adesão, repercutiu além das redes, nas grandes mídias. Então, foi uma vitória importante. E finalizo, desculpe, voltando de novo pro papel do Fórum dos gestores. Porque nesse contexto do Fórum, havia resistência em relação à descentralização. Porque sabia, como a gente diz aqui no Nordeste, que estaríamos assumindo uma bucha, “olha, são três bilhões”. O Lula esteve aqui conosco, antes mesmo do início das eleições do primeiro turno. Ele estava fazendo aquele encontro com os artistas, fez um encontro lindo aqui com os artistas contemporâneos, com os mestres, as mestras da cultura, um momento bem abençoado. Foi o bendito dia que, depois que ele saiu daqui, ele foi para Icapuí e teve aquela foto com a sunga, com a Janja e a lua aqui prateando ele. E aí eu disse: “Lula, você tem...” - a gente teve ali uns minutinhos de fala - “Lula, você tem dito que vai botar o pobre no orçamento de novo. Junto com essa tua frase, a gente quer dizer que a gente tem que colocar a cultura também no orçamento, e a base é 3 bi. A gente não debate mais política cultural, no Ministério da Cultura, com esse tetozinho menor de três bi”. Então, assim, teve um momento em que o Fórum ficou ali na dúvida se a gente tinha capacidade de execução naquele curto tempo. E nós, enquanto o Nordeste, eu mencionei para vocês, já chegava meio dando um tom nas coisas, e esse tom não era de presunção, era porque a gente sabia que tinha ali alguns grupos, ali um pouco mais centro e de direita que não apostavam tanto inicialmente. Então a gente chegava: “pessoal, vamos chegar dando o tom”. Combinava com a Ursula. Então, a gente chegou numa primeira reunião, eu disse

“olha, se esse recurso não for descentralizado...”, que uma primeira possibilidade, Lia, era que parte desse recurso seria executado pelo Governo, certo?! E uma outra - eu tenho todas as minutas dessa lei, as propositazinhas que foram sendo elaboradas - e uma outra parte descentralizada. E eu disse: “pessoal, se não descentralizar, ela não vai acontecer. E se nós, enquanto secretários estaduais e secretarias não assumirmos isso, essa lei ela não vai ser viabilizada. Então, vamos dizer lá pra Jandira, pra Benedita, para o Guimarães que, sim, essa lei tem que ser descentralizada, como também a gente estabelecer ali algumas premissas como a gente não pegar parte desse recurso para parte administrativa. Não, tem que ser cem por cento para descentralizar e chegar na ponta”. E estabelecemos ali algumas diretrizes que a gente foi pensando junto, várias pessoas, dentre elas, a questão da cidadania, da diversidade e das políticas afirmativas. Então, todos os nossos editais eles partiram dessas três linhas. E o Fórum teve esse papel de garantir a descentralização, mas também de cooperar com os municípios. Aqui no Ceará - não sei se você tem esse material, mas a gente pode lhe mandar - nós publicamos um... Tem um site da LAB Ceará e nós publicamos oito cartilhas. Abrimos nosso Mapa Cultural para os 184 municípios. Desses 184 municípios, eu acho que 181 ou foi 179 executaram a renda básica, perdão, renda foram os estados, os subsídios aos espaços pelo nosso Mapa. E nós fizemos cartilhas de como eles podiam regulamentar a lei no município. A gente fez cartilhas com minutas de editais para os municípios realizarem, dentre vários outros aspectos. E realizamos um comitê de gestão articulada, integrada, que se chamava Plano Integrado da Lei Aldir Blanc no Ceará, com o Dicultura, que é o Conselho dos Dirigentes Municipais de Cultura do Ceará, com a Aprece que é a Associação dos Municípios do Estado do Ceará, e com os Conselhos. Então, a gente não pensou nos 71 milhões que veio pra Secretaria da Cultura do Estado. A gente pensou nos 140 milhões, porque

foram 70 milhões que os municípios receberam e a gente pensou isso de uma maneira integrada e articulada no acompanhamento, no monitoramento. O Conselho Estadual de Cultura aprovou a lei, que foi para a Assembleia e foi regulamentada. Inclusive foi uma lei importante para o que veio depois, nessa nova Lei Orgânica do Sistema, que a gente toma como base a minuta da Bené, da Áurea e também da Clarice Calixto, que foi aprovado recentemente. Então eu acho que foi uma experiência muito rica, que nos permitiu um exercício do Sistema Nacional de Cultura. Pode ter sido precário, emergencial, mas foi um exercício real.

**P1: Duas questões complementares, que você até adiantou algumas outras perguntas que eu ia fazer. Realmente, nos outros depoimentos, o trabalho técnico e, possivelmente, as cartilhas, a tua equipe foi bastante citada como importante nesse apoio nacional. Fala um pouco dessa articulação. Porque, você mesmo disse, o Fórum tinha dúvidas sobre a capacidade de execução ou não dessa verba descentralizada. Então fala um pouco desse trabalho conjunto. O Ceará participou muito com a experiência dos técnicos, dessa, na verdade, teia que foi tecida nessa grande articulação nacional, para uma qualidade dessa execução no limite, inclusive, do próprio momento pandêmico.**

E: Eu acho que essa foi uma coisa construída no Fórum, porque a dúvida também não perdurou. Quando se colocou, no primeiro momento, tanto a Úrsula como eu, a gente trabalhava muito junto, a gente criou uma amizade muito bonita, porque ela me ligava todo dia, eu ligava para ela: “mano, aqui, vamos ter essa reunião, como é que a gente...” Então, assim, a capacidade de liderança dela, a Úrsula tem uma capacidade de comunicação, porque ela além de ser atriz,

ela também é comunicadora, é jornalista, ela tem uma capacidade de comunicação, de convencimento, incrível. Essa concertação da descentralização do recurso, porque ela precisava ser concertada e pactuada, porque não adiantava as parlamentares ou o Congresso propor isso sem combinar conosco. E a gente receber algo em que não havia uma adesão. Então foi um trabalho muito rápido também. A gente não tinha muito tempo. Os Conselhos Estaduais de Cultura se reuniam quase que diariamente. O nosso fórum se reunia quase diariamente. Criamos grupos. Teve momentos, por exemplo, a regulamentação da Lei Aldir Blanc, aí vou pra um bastidor. Estávamos nós, criamos um grupo de procuradores, as assessorias jurídicas das Secretarias Estaduais, a PGE de cada estado. Então, assim, a PGE da Bahia, a procuradora da Bahia, o rapaz lá do Pará, a nossa procuradora aqui, do Espírito Santo e do Rio Grande do Sul fizeram um trabalho formidável. Criou-se um grupo técnico e, entre eles, eu fazia parte desse grupo, mas eu ia ali acompanhando e quando chegavam os momentos a gente se reunia. E até vale citar esses nomes porque eu acho que fazer os agradecimentos.

**P1: Acho que sim, acho que a gente precisa nominar e a gente precisa conhecer esse trabalho que dá sustentação, que coloca o trabalho na ponta e na rua.**

E: Isso. Porque a gente sabe que a PGE, as PGEs na verdade, elas são mais conservadoras. Então, a gente fazer um trabalho de convencimento e trazendo as próprias Procuradorias para estarem conosco, além das assessorias das Secretarias, foi também um papel importante, porque os governadores, governadoras podiam dizer, “olha pessoal, é uma loucura, prefiro não receber esse recurso porque tem um custo na sua execução ou não.” Mas teve um momento que a gente ficou discutindo entre nós essa regulamentação. Eu disse, “olha

pessoal, se a gente combinar com os russos, como diz o Garrincha, se a gente ficar aqui discutindo e não chegar no governo...”, porque não conseguíamos chegar, a Jandira não conseguia chegar, a Bené também não conseguia chegar. E eu lembrei de Domingos Neto que é um deputado federal aqui, que era da base do Governo aqui do seu partido no estado, mas ele era da base do Bolsonaro e foi o relator do orçamento. Essas histórias devem estar aí... Aí eu liguei para o secretário da Casa Civil, o Nelson Martins. Eu disse, “Nelson, cara, a gente precisa chegar no Governo Federal e eu não tenho o menor contato com o Domingos Neto. O que você acha? Você acha que ele consegue articular uma reunião nossa com o ministro do Turismo?”. Ele disse, “só um minutinho”. Dois minutos depois, Lia, foram dois minutos depois, quem me liga foi o próprio deputado. A gente nunca tinha se falado. “Olá, secretário, tudo bem? Não sei o quê, diga lá, estou aqui às ordens. O que que vocês estava precisando? Que que vocês estão...?” Eu disse, “cara, tem um Fórum aqui, nacional. A gente está precisando discutir a regulamentação da Lei, e a gente não está conseguindo chegar no governo”. E ele tinha estado com o ministro do Turismo, o Marcelo alguma coisa [Marcelo Álvaro Antônio], um dia antes, eu vi uma postagem dos dois em Minas Gerais, se eu não me engano. “Você tem como marcar uma reunião?” No dia seguinte, o ministro estava nos recebendo. Formamos uma comissão, fomos eu, Úrsula, o Fabrício, eu acho que o procurador da Bahia ou do Rio Grande do Sul, formamos um grupo mais técnico. A Bené não pôde, porque a Bené, não sei se você lembra, ela, naquele momento, ela teve umas perdas. Também como teve mais recentemente, então ela num estava tão envolvida. Então a gente chamou a Jandira. Eles não gostaram muito, mas a Jandira foi e depois que ela entrou, ela se articulou lá com o líder do Governo, do Senado, acho que Eduardo alguma coisa [Eduardo Gomes], o nome do cara lá. E fizemos essa reunião. E por sorte nossa, um dos secretários executivos do Turismo era um cara da

Paraíba, com o *sotaque* bem carregado e meio simpático e tudo mais. E ali criou-se uma liga. Formou-se um grupo de regulamentação que foi difícil. Não é que tenha sido fácil, foi difícil esse processo de regulamentação. Mas saímos... Uma delas era a resistência dele com a questão dos espaços. Foi quando eu escrevi esse artigo, e fiz uma fala também e saímos com a regulamentação que a gente achou que foi bacana. E, como a gente diz... - eu não falei isso pro Lula, quando ele estava aqui, eu falei do orçamento. Mas, por exemplo, não precisa mais de SICONV [Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse], tem uma Plataforma Brasil que você inclui um plano de trabalho - ele chama de simplificado, mas não é tão simples -, inclui ali um plano de trabalho. Isso é descentralizado, é quase fundo a fundo. No nosso caso, foi fundo a fundo porque a gente fez através do nosso Fundo Estadual de Cultura. Essas articulações, elas foram importantes... mas, só refaz a pergunta de novo, Lia, pra eu pegar o fio da meada de novo...

**P1: Na verdade, a pergunta era exatamente sobre essa colaboração técnica. Você falou antes das cartilhas e do trabalho do Ceará, o trabalho técnico foi citado. Inclusive eu já deixo aqui o registro, se você puder mandar as cartilhas a gente quer sim, a gente tem uma plataforma onde está tudo disponível. Sempre quando a gente fala sobre o processo de regulamentação, esse processo mais técnico, várias pessoas citaram: “Ah... tinha também aquelas pessoas, tinha gente do Ceará.” E o trabalho de vocês de articulação, fortalecimento e até mesmo formação de outros estados e de outros municípios de transferência de informação para os outros, porque muita gente se sentiu inseguro, você mesmo colocou. Havia uma insegurança jurídica e havia uma insegurança administrativa por aqueles que não tinham o hábito...**

**Vocês tinham fundo a fundo, vocês tinham Fundo, mas a grande maioria não tinha.**

E: É, e lembrando que isso é um legado desses anos todos de Secretaria. Foi na gestão da Cláudia... O Paulo Linhares criou a Lei Jereissati, que era a nossa lei de fomento. Ela não tem mais esse nome. A Cláudia criou o Sistema Estadual de Cultura, essa pactuação com os municípios. Então, essa relação com os municípios é uma relação que tem uma certa presença aqui no Ceará. Estava desarticulado quando a gente assumiu, inclusive o Dicultura, que é o Conselho dos Dirigentes Municipais, tem acento, mas estava sem representação no Conselho Estadual de Política Cultural. E em março - assumi em fevereiro de 2016 -, em março, a gente realizou o primeiro encontro dos gestores municipais, e ali mesmo disse "olha, vocês criem, retomem aí, façam a diretoria e nos digam quais são os nomes dos representantes no CEPC-CE [Conselho Estadual de Política Cultural do Ceará]. Então, essa liga, ela já vinha de antes da Lei Aldir Blanc. Isso nos deu certa facilidade dessa ação mais federativa aqui no Ceará. E a gente combinou também, Lia, esse grupo que eu falei, sabe?!, Ceará, Bahia, Pará, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, estava ali muito coeso. Então nós, ao chegarmos nas reuniões, eu pelo menos dizia isso, "olha pessoal, a gente vai produzir aqui conteúdos, produzir cartilhas, nosso Mapa Cultural está disponível e vocês podem hackear o que o Ceará fez, como também a gente quer que a gente possa hackear o que vocês estão produzindo". Então, assim, as nossas cartilhas, algumas foram literalmente copiadas com a nossa autorização. Alguns ali até colocavam o agradecimento, mas outros não, só mudavam a logo do Estado. E a gente ficava super feliz com isso, porque o espírito colaborativo, Lia, ele predominou. Então, não havia competição entre os estados, muito pelo contrário. Essa coesão do Fórum foi muito bonita, foi um aprendizado muito bacana. Então, não havia isso. O Mapa Cultural, quando eu

falei dos mapas culturais, é porque o Ceará, até 2016, todos os nossos editais eram no papel. O proponente tinha que mandar cinco cópias daquele projeto, ou dependendo do edital, dez. Uma comissão se reunia aqui dentro de uma sala para analisar os projetos. E quando a gente viu o Mapa Cultural, - foi o Uirá Porã [artista gráfico e designer] quem trouxe pra gente, porque ele já tinha implantado na prefeitura aqui de Fortaleza, na gestão da Luizianne [Lins] do PT, mas logo quando mudou o governo foi abandonado -, a gente usou o Mapa Cultural para, além de mapear os agentes, os projetos e os espaços... Então vamos fazer os nossos editais por aqui. Os editais passaram a ser por meio dessa plataforma. O nosso banco de pareceristas passou a ser um banco nacional. A gente tem pareceristas em vários lugares do país que faz a sua análise na sua casa ou no seu trabalho e depois essas notas são computadas e sai ali um resultado. E a gente ofereceu o Mapa também para os estados. "Olha pessoal, a gente já investiu até aqui", e investimos mesmo, foi um investimento ali, que para nós, como um estado pobre, foi ralando, disputando o orçamento dentro do governo. Então, o que Pernambuco fez, o que o Pará fez e o Espírito Santo fez, a partir daqui, soma-se também a essa plataforma como um ganho. E é uma plataforma livre também. A Úrsula investiu lá umas coisas. Pernambuco tinha o Danilo, que era um cara lá super hacker também. Aqui a gente é cheio de meninos e meninas hackers aqui no Ceará e a Bahia... Esses estados - eu acho que o Rio Grande do Sul, não estou lembrado se o Rio Grande do Sul também entrou no Mapa Cultural - esses estados, a gente compartilhou recursos humanos e de investimento para fortalecer um pouquinho o Mapa. E era muito nessa perspectiva de integração e de cooperação técnica. Essas cartilhas, junto aos gestores municipais, ela era um componente desse processo, porque os outros eram as reuniões, era o comitê de gestão da própria LAB aqui no Ceará. Então, assim, foi muito importante pra

gente essas cartilhas. Eu acho que a Ivna até compartilhou algum link, eu imagino que sejam elas...

**P1: Ela ficou de mandar pra gente mais tarde. E deixa eu te fazer uma outra questão, porque um outro ponto fundamental, da Aldir, e você mesmo colocou, foi a questão da articulação também da sociedade civil. E você esteve nas webconferências, e as webconferências tinham representantes, na verdade, da sociedade civil, do poder público, do Fórum de Secretários, do Legislativo. Fala um pouco dessa articulação pensando no campo da sociedade civil.**

E: Eu acho que fortaleceu as instâncias de representatividade. A gente vinha, acho que até vem, mas eu acho que para política cultural houve alguns saltos, alguns passos importantes... A gente vinha numa crise de representatividade. O CEPC-CE, quando a gente chegou, estava muito pra baixo, muito esvaziado, alguns conselheiros que foram eleitos com dois votos, três votos. E, às vezes, os fóruns de linguagens... Aqui a gente tem, Lia e Luiz, os fóruns de linguagens. Tem o fórum de dança, o fórum de teatro que são os... e de audiovisual que são os três mais... O de dança, para você ter uma ideia, são dois fóruns, tem aí as diferenças e tal. São fóruns que quando se reúnem têm muita força. E tem um outro fórum que é o de linguagens que é todo mundo. Que é onde cria ali as tensões, os embates e os bons debates, construções aqui conosco. Uma vez eu falei para um colega, ex-gestor, que ele achava que o conselho estadual era um ambiente, uma instância para *ficar batendo palma* para o que o estado faz. Eu digo, “não, aqui é um espaço de tensão mesmo, dos embates, e de como essa tensão, essa fricção, ela mobiliza, movimenta o Estado, que no Brasil ele é acomodado”. Afonso Romano de Santana é que diz que “trabalhar em políticas públicas é mover

a roda quadrada”, como ele diz. Ele tem uma crônica chamada “Movendo a Roda Quadrada” que ele conta do tempo que ele foi da Fundação Biblioteca Nacional. Ele diz que é uma carruagem, com quatro rodas quadradas, e que a gente tem que fazer essa carruagem mover assim mesmo. Até depois brinquei com ele e disse, “rapaz, é isso mesmo, agora quando a gente começa a movimentar aí a roda, que é quadrada vai ficar redondinha, às vezes chega uns tecnocratas põem quatro rodas quadradas novinhas pra gente começar de novo”. Porque a gente não tem as políticas de Estado consolidadas. Então assim, Lia, eu acho que esse contexto de mobilização política e social, esse estado de conferência que se estabeleceu, acabou promovendo e fortalecendo as instâncias políticas de participação social, os conselhos municipais, os conselhos estaduais. Então, assim, esses conselhos se reuniam quase que diariamente. Quando vem uma outra eleição do CEPC-CE depois da LAB, para você ter uma ideia, um segmento que às vezes quinze pessoas se inscreviam para ser eleitoras e uma ou duas se elegiam para ser candidatas a conselheiro ou conselheira, isso triplicou. Eu creio que é fruto também desse processo. Então, a sociedade civil, eu acho, acho não, penso substancialmente, que foi a grande protagonista desse processo. Nós, gestores, fizemos um papel de potencializar isso e fazer acontecer. A gente sempre dizia aqui para o pessoal que essa Lei, o êxito ou o fracasso dela, era a compreensão que ela era uma execução do poder público e da sociedade civil, mas até o fim, do começo até o fim. Não era um mero repasse de recursos, era algo que tinha que ali no passo a passo. Então, aqui, os comitês, eu falo do Ceará, mas acho que no Brasil isso reverberou também, acompanharam, fiscalizaram, monitoraram, foram os embates. Mas nós não faríamos sem o apoio do Governo, em especial do governador Camilo Santana. Eu liguei pra ele - acho que essa é uma história importante porque tem a ver com o sucesso das coisas -, eu disse, “governador, foi aprovado essa lei, o Ceará vai



receber 71 milhão de reais...” - porque a gente teve cortes aqui, o nosso contrato de gestão, dos equipamentos culturais, houve um decreto linear de que se cortou acho que quinze ou vinte por cento - “não vamos demitir, não vamos demitir ninguém”, mas ações finalísticas foram ali prejudicadas. Quando a gente teve que reinventar uma programação diferenciada, a gente estava fazendo com o cenário do corte. “Vamos receber 71 milhões, governador, e nós não podemos devolver um centavo”. O que é que ele fez, para minha surpresa?! Ele me chamou lá no gabinete dele - todo mundo ali de máscara para segurança - e abriu um painelão que ele tem assim na sala dele, para ele ficar monitorando as coisas, aí entrou a Secretária da Fazenda [do Ceará], a Fernanda Pacobahyba, entrou o Secretário de Planejamento [do Ceará], entrou a Procuradora Geral do Estado, o Controlador Geral do Estado, CGE. Aí ele não tinha dito para essas pessoas o que era a reunião. Disse, “olha, é o seguinte, o Ceará está recebendo 71 milhões”, eu até disse, “na verdade, Governador é 140 que ainda tem o dos municípios”, “e nós não vamos devolver um recurso, estou me comprometendo aqui com o Fabiano, certo?! que vai se comprometer...”. Ele fez uma live depois. Então, os projetos da Lei Aldir Blanc na CGE, a Controladoria Geral do Estado, que a gente tem o sistema aqui do “Eu Parcerias”, e quando chegar na SEPLAG [Secretaria de Planejamento do Ceará] pelo orçamento, pela questão orçamentária, e na Fazenda, pelo financeiro, é prioridade. Lia, foi prioridade em todas as horas. O secretário da CGE me ligava, “Fabiano, está tendo aí, etc. e tal”. Então, assim, nos fortaleceu. Aí a gente deu um “migué”, como a gente chama aqui, um “H” bem bacana. Disse, “Governador a gente precisa aqui de 17 pessoas para fortalecer a equipe meio, ali e tal, pra área administrativa, jurídica, financeira, para esse período da Aldir Blanc”. Obviamente, a gente estava dando ali uma de sabido, sabendo que esse grupo ia ficar conosco. Depois aprovou esse limite, porque tinha cortado, e depois contratou

pessoas na área administrativa, jurídica, financeira que estão aqui conosco e fez isso rodar. E aí, Lia, a gente só rodou por causa dos funcionários e servidores da Secretaria. A gente tinha acabado de fazer um concurso público. Então as pessoas ainda não tinham experiência. Os terceirizados eram quem deram mais conta, mas os servidores todos participaram como membros das comissões de seleção e no acompanhamento e monitoramento. Secretaria é uma outra depois da chegada desses novos servidores e servidoras com mestrado, doutorado, mestrando e doutorando. Mas os servidores aqui, os funcionários, deram o sangue mesmo, de trabalhar de noite. Isso deu problema nas vidas conjugais, amorosas, não sei o quê. As pessoas ali se comprometeram. Então eu acho que em outros estados, os governadores, governadoras, também imagino que teve esse comportamento, porque aí vai um compromisso político, vem para um grau ali de compromisso político também.

**P1: Bom, essa é a última questão. Eu queria que você fizesse uma avaliação mais geral, da Lei, dos desdobramentos. A gente já está finalizando a Lei, na prestação de contas, e trouxe vários pontos positivos, mas também fazendo algumas críticas, que você tenha pensando no aprimoramento dos modelos e dos desenhos. Falando um pouco desse legado da Aldir no campo das políticas culturais.**

E: Bom, um dos primeiros pontos críticos da Lei Aldir Blanc foi a questão da renda emergencial. E a Lei, ela trazia ali uma certa matemática de que 70% disso iria para renda básica emergencial dos trabalhadores, trabalhadoras da cultura e 30%, no caso dos estados, para as ações de fomento. E o município, 70% para o apoio aos espaços e 30% para o fomento. Isso nos induziu a um erro, porque quando a gente foi

perceber, os trabalhadores e trabalhadoras da cultura já tinham sido beneficiados pela renda emergencial que estava em execução. Então, a gente teve um número muito abaixo do que a gente imaginava. Para você ter uma ideia... (deixe ver se eu tenho...). Não, num estou com ela aqui. Mas foi bem abaixo, acho que chegou a quatro mil só de beneficiários o que fez com que a gente tivesse que refazer todo um trabalho de remanejamento para as ações de fomento. E os editais que a gente tinha no primeiro momento com aqueles 30%, foram editais mais tímidos. Por exemplo, Cultura Viva, a gente poderia ter feito um grande edital do Cultura Viva. Então, isso foi construído com a própria Comissão Cearense de Cultura Viva. Aqui nós temos a Lei do Cultura Viva, que é uma lei de 2018, que institui também a Comissão e que tem aquele processo de cadastro e tal. E a própria Comissão colocou um valor baixo, acho que foi cinquenta mil pra cada Ponto [de Cultura], um edital acho que inicialmente de três milhões. O próprio edital que a gente lançou também de festivais, para fomentar, potencializar os festivais de arte, dentre outras coisas... Então, essa matemática nos induziu a um erro que teve um preço. A gente teve que ajustar depois com a coisa já em processo e muito próximo de finalizar. Então, assim, nós não tínhamos experiência com a política de proteção social. Ela chegou, no nosso caso aqui, inclusive, é um capítulo, eu não sei se o Luiz e a Lia leram... A nossa lei nova do SIEC, do Sistema Estadual de Cultura - a gente pode te mandar - tem um capítulo só voltado para proteção social, que a gente cria as estruturas legais para a área de proteção social, seja uma renda emergencial, seja subsídios aos espaços culturais. Então, essa questão da proteção social, nós não tínhamos uma experiência, embora eu diga que a assistência social sem cultura é só assistencialismo. Essa questão da transversalidade, da intersectorialidade, mas não tinha essa experiência. Então, acho que por isso cometemos equívocos, lacunas e erros. Mas eu acho que a Lei, ela teve um papel

muito bacana de estar mapeando esses trabalhadores e trabalhadoras que estavam ausentes, ou distantes, das políticas culturais. Para você ter uma ideia, além dessa emergencial, dessa renda, nós fizemos, aqui no estado, uma outra, no valor de vinte milhões de reais, onde foram destinados para trabalhadores, nesse caso era para os trabalhadores do circo, artistas circenses, músicos, porque os restaurantes, a cena, as casa fechadas... músicos, artistas circenses e técnicos, técnicos de som, de luz, enfim, essas pessoas que atuam ali por trás do palco, e também para trabalhadores dos eventos socioculturais, cinegrafista, fotógrafo, cerimonialistas, essas pessoas que trabalham nesses eventos. Então, foram 19 mil, 19.830 pessoas beneficiadas. Para você ter uma ideia, desses 19 mil, um pouco mais de 10 mil, um pouquinho só mais de 10 mil eram de músicos. Então, assim, isso também... aí a gente já fez com a mão na roda, porque já tínhamos feito a LAB I, fizemos com o Banco do Brasil, fizemos com mais calma, com mais apuração. Eu acho que a Lei Aldir Blanc, as políticas culturais, melhor dizendo, ela é uma antes e depois da LAB, certo?! Porque ela traz essa agenda da proteção social, mas eu acho que o resultado... por isso, quando eu disse que a sociedade civil e o poder público têm até o fim, porque tem execução, tem os produtos, a nossa lei, a gente colocou a prestação de contas na ênfase do cumprimento do objeto, com plano de trabalho simplificado. Mas tem uma prestação de contas da sociedade junto ao Estado, como a gente junto ao Governo Federal. Então, ela não acabou ainda. Ela merece estudos e louvo e parabenizo o que vocês estão fazendo. Porque isso vai gerar informações, indicadores, análises desses dados e desse processo. Porque tem uma prestação de contas que pode vir daqui a três, quatro, cinco anos. Mas eu acho que o resultado, o supramundo, eu acho que foi muito importante pras políticas culturais no Brasil. Aí isso nos leva à LAB II. Eu acho a LAB II extremamente importante, mas eu tenho muitas ponderações

com ela. Uma das ponderações que eu faço é em que medida o Ministério pode ficar refém também só disso. Porque a gente vai retomar esse Ministério da Cultura e temos reconstruções para fazer nas políticas de fomento às artes, nas políticas de patrimônio e memória, na área de formação, da cidadania e diversidade, enfim, as políticas afirmativas. E eu fico ali meio com receio da gente ter uma LAB para executar e qual é a margem que a gente vai ter para esse processo. Falo das questões técnicas, políticas, mas também orçamentárias. Considero uma Lei extremamente relevante, mas acho que poderia ser uma Lei feita com mais calma e com o Ministério restabelecido. Não tiro, em nenhum momento, a relevância dela, para deixar aqui bem evidente. Já a Lei Paulo Gustavo, ela é uma lei que está no contexto emergencial ainda. Ela se diferencia. Ela, sim, é uma LAB 2 no sentido de uma lei emergencial, mas eu também tenho as ponderações. Nela, eu até colaborei mais diretamente. Como era uma lei de iniciativa de um parlamentar do PT, o Marcos Souza, que foi o redator principal dessa Lei, então eu participei na elaboração e fiz uma proposta, Lia e Luiz, que... Primeiro, assim, o primeiro artigo está ali, o Sistema Nacional de Cultura, ali foi uma proposta nossa, a redação foi nossa de fazer essa articulação, que é a crítica que eu tenho à LAB de não citar. Eu falei pra Jandira, “põe o Sistema aí na LAB II”. Acho que cita de uma maneira muito rápida, muito avexada. E na Paulo Gustavo estava lá. E colocava, além disso, contrapartida dos estados e municípios. A minuta original, se vocês tiverem acesso, está lá. Eram contrapartidas às vezes até ridículas, zero, zero, zero, alguma coisa, mas que o município e/ou estado, dependendo de variáveis, de indicadores, de um IDH, por exemplo, ou do PIB, dados dos municípios e/ou estado. E veio a Confederação Nacional dos Municípios e derrubou isso. Ou seja, os estados e municípios têm que ter um compromisso orçamentário com a cultura. Não é porque temos uma LAB I ou uma LAB II, uma Paulo Gustavo, que os municípios vão se eximir de colocar

recursos também e somar. De repente, eu vou receber 10 milhões, mas se eu tiver um milhão aqui, eu vou fazer onze. Não compreender que é apenas o papel de execução, de receber e executar. É fortalecer o órgão para que o prefeito ou a prefeita compreenda, “olha, é importante ter uma secretaria, um órgão próprio de cultura, porque vai ter agora umas fontes, umas vias e veias aqui que vai irrigando o nosso orçamento, é importante ter o fundo, é importante ter o conselho, é importante ter lá o plano”, como diz o nosso querido, nosso querido [Roberto] Peixe, o CPF da cultura. Porque senão a Lei virou um evento, uma coisa pontual que aconteceu e o Sistema não se fortaleceu. Na Lei Paulo Gustavo a gente também colocou isso, da importância de compreender que é uma ação do Sistema Nacional de Cultura, de colaboração e cooperação entre União, estados, municípios e sociedade civil. Traz a importância da participação, da sociedade civil e de que a decisão dos recursos passa por essas instâncias, inclusive de como os estados e municípios que não aderiram, podem estar aderindo ao Sistema e cumprir lá aquele manual. Isso a gente conseguiu manter, mas a cartilha, mas a contrapartida eles retiraram. Eu acho um absurdo! Eu achei um equívoco e disse pra eles da Confederação Nacional dos Municípios. Mas obviamente o lobby foi grande, mas quem sabe a gente vai poder avançar ainda mais com o Sistema e, seja LAB II ou qualquer outra, possam estar condicionadas também a compromissos não só políticos, mas também institucionais, administrativos e orçamentários por parte dos estados e municípios. E a LAB I foi uma experiência muito rica pra gente, muito concreto, tanto que a gente vai aprender com os erros, principalmente, mas do que a gente pode está deixando de um legado, de resultados, de impactos para o fortalecimento e qualificação das políticas culturais no Brasil.

**P1: Bom, Fabiano, muito obrigada, é isso. Queremos muito todos os materiais que você tem. Luiz até já**

escreveu que a gente já usa, mas é legal receber de vocês que aí a gente já verifica se tem tudo e disponibilizou. Muito obrigada. Essa entrevista foi gravada, vai também ser disponibilizada e vai ser disponibilizada depois também no site do Apoena. A gente vai fazer a transcrição para que a partir daí a gente possa produzir mais informações, mais análises, mais diagnósticos. Muito obrigada.



Universidade Federal Fluminense - UFF  
Laboratório de Ações Culturais - LABAC  
APOENA – Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações  
Culturais – foco RJ  
[pesquisa.apoena@gmail.com](mailto:pesquisa.apoena@gmail.com) – <https://apoenaredecultural.wordpress.com>

Projeto APOENA  
Entrevistado (E): **Christiane Ramirez**  
Data: 31/10/2022

Pesquisador entrevistador (P):  
P: Lia Calabre

Transcrição/responsável: Renato Costa - Data: 18/09/2022  
Ajuste da transcrição: Marcelo Correia - Data: 23/05/2022  
Conferência: Marcelo Correia – Data: 19/09/2022  
Ajuste final: Luiz Augusto Rodrigues - Data: 21/09/2022

**P: Bom, boa tarde. Hoje é dia trinta e um de janeiro de dois mil e vinte e dois. São dezesseis horas e estamos aqui para gravar o depoimento com Chris Ramirez, a quem eu já previamente agradeço, pro projeto Apoena. Estão presentes na sala: Eu, Lia Calabre pesquisadora do projeto, Luiz Augusto Fernandes coordenador do projeto, Alexandre Barbalho também pesquisador, Ana Lúcia Pardo pesquisadora do projeto e o bolsista Eri e a bolsista Giullia. Bom, Chris, boa tarde, primeiro a gente quer te agradecer muito a tua disponibilidade de vir conversar com a gente.**

E: Eu que agradeço, uma boa tarde a todos e vai ser uma honra e um prazer poder cooperar com esse projeto que é tão importante pra todos nós.

**P: Bom, nós queríamos que você começasse nos falando um pouco: seu nome completo, lugar de nascimento, uma apresentação formal e a sua formação acadêmica, e uma supersíntese da experiência profissional daquilo que você quiser e depois a gente vai falar mais especificamente de**

E: Está bom. Bom, eu sou... meu nome é Christiane Montes Ramirez, eu sou conhecida como Chris Ramirez há muito tempo. Eu nasci em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Eu nasci no dia nove do doze de setenta e dois, estou com quarenta e nove anos agora. A minha vida sempre foi muito atribulada em função do meu pai na época ser servidor do Banespa numa época de expansão que foi nos anos oitenta e noventa. Então nesse período eu vivi em quatro estados brasileiros e especificamente em São Paulo, em mil novecentos e noventa e um, quando eu cheguei, foi o período que eu fui trabalhar numa empresa chamada Reflexo Texto e Foto e, nesse período, existiam duas questões muito específicas no Brasil. Primeiro, que São Paulo tinha a prefeita Luiza Erundina que, na época, era do Partido dos Trabalhadores, o que era uma questão muito inovadora, digamos, muito desafiadora na época, principalmente no estado de São Paulo. E Marilena Chauí era secretária de cultura. Então, digamos que eu comecei me familiarizar com essa questão do simbólico e econômico..., das três dimensões da cultura nesse período. E o Sérgio Rouanet estava discutindo na ocasião as políticas de fomento que era a Lei Sarney que se transformou hoje na nossa lei Rouanet dentro do contexto do PRONAC. Então, a partir desse período de mil novecentos e noventa e um, eu me inscrevi... eu havia passado no vestibular de Publicidade e Propaganda pra UNIP Objetivo, é a minha primeira formação, Comunicação Social: Publicidade e Propaganda e eu me inscrevi pelo CIEE. As aulas começavam em março, mas em janeiro já estava inscrita. Aí, eu entrei nessa empresa e a primeira conversa: ela estava levando então uma exposição da cultura brasileira pra uma fala

do então presidente da república Fernando Henrique em Londres. E eu assumi o meu primeiro trabalho na área cultural de carteira assinada, que eu já havia trabalhado na cultura desde os meus quatorze anos, mas entendendo o contexto político e também essa questão das políticas públicas desde mil novecentos e noventa e um. A partir daí, eu me especializei na área e participei de todos os cursos na época promovido pela delegacia regional ainda em São Paulo. Eu tenho até o certificado do primeiro curso de políticas de fomento. E depois eu tenho alguma... mais de vinte e três especializações que foram promovidas tanto pelo Sesc quanto pela própria FGV-MinC-Senac durante um período. Então, todos os cursos que foram promovidos eu fiz e alguns cursos também de especialização em gestão cultural, produção cultural que eram... que, digamos assim... a partir do momento do ano dois mil essa questão da gestão pública pra cultura, ela foi um pouco mais, digamos, incentivada e, inclusive, diversificada, e com acesso. A gente tinha acesso a essa questão e passou a entrar na grade curricular a cultura, como uma perspectiva de uma área de crescimento no Brasil, sendo ela aprimorada a partir da gestão Gilberto Gil, que, na verdade, eu chamo da segunda revolução cultural no país que mudou toda essa estrutura. Então, eu venho dessa área da cultura, sempre trabalhei com cultura até dois mil e onze eu trabalhava com carteira assinada, atuei especificamente, pra vocês pesquisadores, aí na área de fotografia, artes visuais, documentando o patrimônio cultural brasileiro. Durante dezesseis anos eu construí o banco de imagens da região sul do grupo S e para produção industrial brasileira trabalhando como produtora diretamente. Então, a partir daí, eu realmente fui aprimorando as condições de direito autoral, até tenho algumas participações na universidade, na UFSC. Na ocasião, do grupo de doutorado em direitos autorais, eu tenho alguns até alguns trabalhos, alguns artigos ali com o professor Marcos Wachowicz que voltou pra Universidade do Paraná. Mas essa,

digamos, é a minha área. Eu atuo até hoje. Em dois mil e onze em razão de questões de saúde da minha mãe eu saí de Florianópolis, eu morei no Rio, morei em São Paulo e voltei pra Florianópolis dez anos. Normalmente o período dezesseis, dez anos cada estado. Em Porto Alegre, eu voltei em dois mil e onze por razões realmente de saúde da minha mãe. E, na ocasião, a primeira-dama do estado na gestão Tarso Genro tinha optado por trabalhar com a cultura, com a documentação também do patrimônio do estado do Rio Grande do Sul, que possui um acervo muito defasado, e eu fui convidada então pra compor o quadro, foi meu primeiro contato direto com cargo político e estando dentro do contexto dos três poderes. E a partir dali eu fui convidada pra trabalhar com Juca Ferreira no Ministério da Cultura quando eu assumi o Conselho Nacional de Nacional de Política Cultural, não só pra fazer as eleições, mas também para fazer um novo fluxo. Na ocasião, Lia Calabre era da Casa Rui, nós até conversamos sobre a possível organização do acervo do CNPC e é uma ação que hoje estando com a deputada Benedita da Silva estamos tratando dessa ausência, desse trato de, digamos, um protocolo pra tratar os acervos públicos no país de um contexto geral e quando teve o golpe de dois mil e dezesseis, com o impeachment da presidenta Dilma, o Distrito Federal, os produtores culturais não me deixaram sair de Brasília, eu assumi diversas produções culturais e eu confesso pra vocês que mesmo estando na gestão pública, eu gosto de produzir, continuo produzindo cultura, tenho feito alguns trabalhos, também tenho colaborado muito pra consolidação de fóruns, pra explicar pras pessoas como é que é essa participação social e pra que as pessoas se mobilizem nisso. E eu fui gestora da Fundação Brasileira de Teatro, e a Faculdade Dulcina de Moraes que é o legado deixado por Dulcina de Moraes, que foi a primeira faculdade de artes do país e a Academia Brasileira de Artes, a partir daí eu fui convidada pra trabalhar com a deputada Benedita da Silva na Comissão de

Cultura, nós não nos conhecíamos, mas com um objetivo muito específico, já pra encerrar, que seria... Como já havia sido prometido em dois mil e dezoito, que haveria uma guerra cultural e seriam destruídas todas as bases das políticas públicas construídas principalmente pra área social e em especial, em destaque ali pro setor cultural, a deputada Benedita da Silva estava à busca de uma pessoa que estava no Ministério, que tinha essa relação com a participação social a nível nacional, estando ela então presidente da Comissão de Cultura e havia decidido na ocasião, que ela iria construir ali o "Partido da Cultura", digamos, com uma ferramenta digamos um pouco mais sensata pra defender - como ela mesmo chamou - a linha que o equilibrista anda, que seria a gente poder manter as políticas públicas da cultura pra que pelo menos as políticas, as bases constitucionais não fossem destruídas, já visando uma possível reconstrução do Brasil. E a partir da Comissão de Cultura - eu fiquei até março de dois mil e vinte e um - quando, lembrando que dois mil e vinte não houve composição das comissões somente as presidências através de atos administrativos, e em dois mil e vinte e um a deputada Benedita me convidou pra seguir no mandato dela defendendo a cultura brasileira na Câmara dos Deputados junto à bancada do Partido dos Trabalhadores. E a partir daí, a gente fica então junto nessa luta e construindo as ferramentas necessárias pra defesa da cultura brasileira.

**P: Chris, voltando um pouquinho antes; você participou, ou participa de algum movimento político? Não necessariamente político-partidário, mas como é que você definiria a sua atuação política?**

E: Bom, eu quando eu comecei a entender, na época em São Paulo, que foi, digamos, que foi meu o meu primeiro contato direto pra compreender o quê que era a política pública e essas

construções e o que que é o liberal, o neoliberal, progressista, essas questões todas. Eu, digamos, que eu optei pela assim, eu sempre acreditei, eu passei a entender que a minha luta seria a cultura brasileira como estrutura do país. Eu tenho na minha descendência os índios Charrua. A minha família vem da fronteira do Rio Grande do Sul. O meu avô foi um grande... ele interferiu na constituição do Rio Grande do Sul na ocasião. Criando inclusive a questão da cultura das tradições e a etimologia indígena do Rio Grande do Sul. Ele defendia essa diversidade já, da população do Brasil além da imigração europeia. E eu tenho um contato muito grande com os meus primos que são franceses. Eu tenho descendência francesa. E também alemã. Então assim a gente na nossa digamos que na mesa do almoço os meus primos comentavam - e eles moram na França - eles comentavam que na França a cultura é defendida com unhas e dentes, ela é parte da composição das estratégias de desenvolvimento do país. Então eu tinha muito isso digamos nas minhas raízes e eu acho que eu trouxe esse contexto na luta realmente com a sociedade civil. Então eu sempre me posicionei, digamos dentro de fóruns de cultura, eu fui presidente de alguns fóruns de cultura, especificamente em Florianópolis quando eu cheguei eu tinha acabado de ser mãe e eu saí de São Paulo pra poder ser mãe inclusive e na época o Brasil tava uma confusão, a questão da inflação... depois do Plano Real ali acabou aumentando muito a minha vida ficou realmente insustentável em função de estar com o filho, ser uma mulher sozinha, eu estava separada do pai do meu filho e ali nós, então assim, eu sempre tive muito envolvida nos movimentos sociais, em defesa da cultura. Especificamente na área do direito autoral e depois as artes visuais; dentro de um contexto maior defendendo as políticas públicas, com uma análise mais crítica a Lei Rouanet específica como política de fomento e depois em Santa Catarina eu realmente foram dez anos de luta política muito grande até porque com a entrada do Gil e com o avanço da participação social nós realmente fomos

incentivados a constituir grupos mais, digamos, formalizados dessas áreas. Então na ocasião eu compus o fórum de cultura de Florianópolis. O nosso objetivo era criarmos dois conselhos, o conselho municipal de cultura e o Conselho Estadual de Cultura do Estado de Santa Catarina e também organizar os setores culturais já em setoriais pra que a gente pudesse então assumir a luta que viria, a partir da implementação do sistema e do plano que eram somente comentados. Aqui em Porto Alegre também eu me vinculei aos movimentos de defesa da cultura mesmo estando no poder executivo estadual. Atuava em defesa da cultura brasileira e aqui em Brasília eu vivo desde dois mil e quinze, eu moro em Brasília hoje e eu também atuo na frente de defesa da cultura do Distrito Federal e no Fórum de Cultura do Distrito Federal. Essa é a minha atuação política. E no ano de dois mil e vinte eu optei por me filiar ao Partido dos Trabalhadores e pretendo seguir nessa filiação; na ocasião não só pra poder ajudar a construir essa reconstrução do país, mas também em função das perseguições que se sucederam a partir do golpe de dois mil e dezesseis que nós fomos realmente de alguma forma perseguidos até com a impossibilidade de conseguir trabalho e com algumas difamações. Então por eu sempre atuar dentro das políticas do Partido dos Trabalhadores eu achei por bem então me filiar e, digamos, ter essa bandeira um pouco mais clara apesar de eu sempre usar esse broche da cultura [mostrando o broche] que eu ganhei na primeira reunião do Sistema Nacional de Cultura com Fred Maia e o [Roberto] Peixe e também sempre atuar na defesa das políticas dos manifestos dos partidos dos trabalhadores, mas por acreditar no mecanismo, principalmente da cultura como desenvolvimento e do avanço a partir do governo Lula para o país. Eu acredito que houve assim realmente um paradigma muito grande sobre como era tratada a cultura antes de uma forma muito mercadológica e o que se estabeleceu depois como possibilidades da cultura ser parte desse desenvolvimento econômico e social. E é por isso que

eu estou nessa luta, e é por isso que... eu acredito nisso e luto por isso.

**P: Você falou que fez toda a sua trajetória como agente de política cultural. Você gostaria de dar destaque a alguma dessas experiências? Você passou rapidamente, tem alguma que você gostaria de aprofundar ou destacar?**

E: Olha, eu acho que eu vou pegar uma positiva e uma negativa. Eu gostaria de falar assim, eu acho que entre todas as políticas que foram implementadas, especificamente o Sistema Nacional de Cultura, ele dá uma base muito segura, eu acho pro país. Eu acho que é um avanço muito grande em termos de política pública. Porque primeiro ele tira aquele poder de Brasília, eu digo Brasília, dentro daquele contexto ali da Esplanada dos Ministérios e dos dois poderes ali, dos três poderes colocados naqueles dois prédios onde fica a Câmara e o Senado. Ele traz esse processo descentralizado com uma política que você escuta o município. Quer dizer, você cria uma equidade de relações que estabelece condições de você abrir mão, você tipo de fato cria um anti... Como é que eu vou te dizer? Um antidirecionamento, é uma política tão completa que ela repele o “amigo do rei”, ela repele aquela política de balcão de você só ter acesso às políticas culturais e a possibilidade de recursos se você tem algum conhecimento mais próximo de algum político ou de um dos poderes então eles desmistifica, essa palavra que eu queria dizer, ele também cria essa equidade na relação das políticas públicas principalmente por trabalhar com as metas, com as ações colhidas através da participação social. Então, eu acredito que o Sistema Nacional de Cultura, ele de fato garante uma equidade de participação e também que os três... que os três poderes - eu digo da União, estados, municípios e o federativo, o federal - estejam mais bem relacionados, possibilitando então mecanismos políticos



de desenvolvimento nas comunidades muito mais justo e de uma forma equânime. Eu acho que isso é muito bacana e essa é uma política que eu defendo prioritariamente. E agradeço muito porque o destino, assim, digamos que mesmo com o bebê no colo, eu lutava, a gente ia com chuva, com frio, com tudo pras reuniões e eu fiz a primeira relatoria da reunião do Sistema Nacional de Cultura. Inclusive, na época amamentando o meu filho e os meus amigos na época Tiago Iscárnio, que era do Cultura Digital que depois transformou no Pontão Alquimídia, e o Denilson Machado que foi representante na segunda conferência de cultura do estado de Santa Catarina, os dois levantaram o meu braço e eu acabei fazendo então essa relatoria e aprofundando um pouco mais essa questão da sistematização da cultura a partir de uma compreensão tanto do servidor público, que é o *do-in* que o [Gilberto] Gil fez, como também esse retorno e a participação, você dar voz pros fazedores de cultura, que é aquela questão que o Juca [Ferreira] muito bem coloca, assim: dentro de um gabinete você não pode estabelecer políticas públicas. Você tem que ter essa participação da sociedade e eu vejo o Sistema que ele atende a essas necessidades fundamentais de ligar esses dois pontos, o país em toda a sua magnitude. E aí, no ano passado o Paulo Teixeira devolveu o relatório, em dois mil e vinte e um eu estando com a deputada Benedita ela solicitou pra fazer a relatoria do projeto de lei então que apresenta uma proposta pro Sistema Nacional de Cultura e nós fizemos esse debate em todo o Brasil. Eu também sou uma defensora da participação social, gosto do conflito. Acredito que a divergência é a base da democracia. Se todos nós concordássemos com a mesma coisa não teríamos democracia, seríamos robôs. Então eu gosto dessa provocação. Acho que há uma má compreensão ainda, acho que, como nós sabemos, a nossa democracia é muito jovem e as pessoas muitas vezes trazem pro lado pessoal esse lado. E depois, no CNPC no momento de um Brasil tão ali revolto pré-

impeachment e durante o impeachment eu acho que eu conduzi muito bem esses debates e me sinto muito orgulhosa e tenho certeza também que pude aprender muito com todos os conselheiros dos quais muitos deles se tornaram meus amigos até hoje. E essa é a parte positiva das políticas públicas. E a segunda parte que eu coloquei que eu falaria de uma forma, digamos, um pouco chamando atenção pra não dizer negativa é a forma da qual é tratada as políticas de fomentos sabe? Porque muita gente demoniza a Lei Rouanet - e eu não estou falando das *fakenews*, eu estou falando da estrutura política mesmo - por causa daquela centralização na região sudeste que ela é muito... digamos, ela é sempre muito... ela fica sempre em muito destaque. Setenta por cento da região sudeste consegue patrocínios. Mas eu acho que a própria lei - eu também acompanhei com a deputada Benedita da Silva em dois mil e dezenove o relatório da CPI da Rouanet - é uma lei que eu posso dizer que é quase um filho pra mim porque eu conheço ela desde mil novecentos e noventa e um. Acompanhei todos esses processos. Durante dezesseis anos fiz, realizei projetos pela Lei Rouanet, mesmo não vivendo disso até porque a gente não consegue viver de produção cultural pela descontinuidade dos governos e das políticas que, assim, nós passamos a entender num estudo - era um grupo muito grande inclusive com ex-secretários executivos do ministério e ex-secretários da SEFIC, da Secretaria de Fomento - que um dos problemas do fomento que ele sempre é colocado como se fosse culpa da região sudeste o problema da descentralização de recursos. Primeiro lugar, eu vejo o seguinte, políticas de fomento, se você pegar os países desenvolvidos, e eu tenho estudado aí cento e vinte e três países, até porque hoje o cargo que ocupo como técnica legislativa dentro de um mandato de uma Benedita da Silva você tem que estudar e aprender o tempo inteiro. E o VoD [Vídeo on Demand], a questão da Ancine e da Lei Rouanet me fez me aprofundar um pouco disso e aprender também, com o

nosso querido Marcos Souza que é o colega que está no Senado. Então a gente vê ali que por exemplo os Estados Unidos existe uma obrigatoriedade, quer dizer: vocês são empresas que poluem vocês tem um percentual que é obrigatório. E o Estado, digamos, faz essa divisão. A França tem outros mecanismos através do fundo da venda dos próprios produtos e do próprio desenvolvimento, o que a gente faz muito parecido aqui na Ancine a partir das taxas dos impostos pagos você tem então aí o seu CONDECINE, o seu Fundo Setorial do Audiovisual. Então, eu vejo assim, há mecanismo sim da gente tirar a decisão política das políticas de fomento do setor de marketing. Mas voltando à questão da centralização e de como é “vendido esse peixe” pra sociedade, inclusive entre muitos de nós gestores, é que dentro dos estudos com consultorias dentro da Câmara Legislativa pra gente fazer o relatório da Lei Rouanet, nós vimos o seguinte: o lucro real, digamos, só podem patrocinar projetos pra Lei Rouanet empresas que optaram pelo lucro real e nós sabemos que isso é menos de quatro por cento de empresas no Brasil. E essas empresas estão centralizadas na região sudeste. Então é natural que a região sudeste tenha um número maior de desembolso desses valores. Mas por exemplo... nós, inclusive no relatório consta uma proposta que eu sei que já foi derrubada na comissão de tributação, na CTASP, que a gente chama. Hoje esse projeto, que é o projeto [7619/2017] sete meia dezenove de dois mil e dezessete, ele está na CCJ e foi retirada essa questão, mas de você prever patrocínio de empresas de lucro presumido também, o que abriria um leque de possibilidades de patrocínio pra outros estados e municípios. Eu gostaria de chamar a atenção e dar um destaque, Lia, principalmente pra esses dois pontos, porque foi muito estudado, e a gente pode aprofundar mais esse estudo. Então, eu vejo ali que o Pró-cultura que foi apresentado, ele tem falhas, ele não trata no caso dessa política do Fundo Nacional e das políticas de fomento como deveriam e ele

mantém aquele meio que “x-tudo” ali no PRONAC que tem aquele Fundo Nacional - que é super mal resolvido -, que tem uma política de fomento - que é mais estabelecida e precisa de ajustes - e nós temos o Fundo Setorial do Audiovisual dentro, sendo que a própria política do audiovisual ela é muito resolvida, ela tem uma agência controladora, ela tem uma secretaria específica e ela tem leis e políticas vigentes que a gente viu no decorrer desse período, vamos dizer desde dois mil e dez quando foi aprovada a lei do SEAC de dois mil e onze, e o Fundo Setorial do Audiovisual, que elas funcionam. Nós chegamos a seis ponto sete por cento do PIB nacional. Só falando do cinema brasileiro. Então eu acredito que talvez separar, criar dentro desse PRONAC uma política específica dentro das agências reguladoras que trabalhasse o Sistema Nacional de Cultura cuidando do Fundo Nacional, fazendo esse repasse e trabalhando com as políticas de fomento um pouco mais semelhante com a política do audiovisual, que ela apresentou excelentes resultados. Esses são os meus destaques.

**P: Chris, descreve pra gente o quê que é o papel da assessoria parlamentar de uma maneira geral? E as especificidades dessa no caso, dessa ação no campo da cultura. Conta pra gente que mundo é esse?**

E: Está bom, vamos lá. É muito diferente. Aqui inclusive é o Regimento da Câmara dos Deputados. Eu faço questão de mostrar porque durante vários períodos que eu estive na Câmara a galera diz assim: “não, mas isso é dessa...” e eu digo: “não gente, aqui nós seguimos um regimento e quem responde administrativamente é o deputado” então a gente tem que ser muito correto nesse ponto. Bom, o papel do assessor parlamentar assim ele tem obviamente de dar um suporte ali pro parlamentar, pro deputado, pra deputada ou pro senador.

Seja ele qual for. Então ali você tem o assessor de comunicação, você tem o chefe de gabinete que cuida de todo o mandato. Você tem a pessoa que cuida especificamente das políticas de plenário e da bancada, que recebe orientações dos partidos. E digamos que a minha relação com a deputada Benedita ela fugiu um pouquinho da curva porque a deputada, como era uma atenção muito grande em função da promessa da destruição do setor cultural a partir das eleições de dois mil e dezoito, ela me pediu pra que eu coordenasse com ela junto com a bancada do PT toda essa parte das políticas. Então digamos que eu era ali a ninja com olhos desse tamanho e ouvido. Pura percepção. Tudo que acontecia na cultura. Então eu criava uma relação com a bancada e a gente criava então notas técnicas, análises e tudo mais. Mas especificamente o papel do assessor, eu sou uma assessora técnica legislativa. Então quer dizer, a minha relação é especificamente de cuidar do que acontece na Câmara dos Deputados, de todas as políticas, tudo que trata das leis da cultura e das áreas correlatas e transversais como por exemplo estar discutindo comunicação, comunicação faz parte da cultura. Estão discutindo os fundos sociais e os fundos - que inclusive foi aprovado o projeto que retira esses fundos pra pagar a dívida da União. Então o departamento de orçamento: “quem que é a assessora que cuida da parte da cultura?”, Porque nós temos que encaminhar junto essas notas e essas análises. Então digamos que nós somos os olhos do deputado pra compreender o que está acontecendo, o que que está sendo proposto pelo governo, o quê que está sendo encaminhado pelo contexto político dentro do legislativo. O quê que o executivo diz sobre isso e como que vai ser encaminhado ali dentro das orientações do deputado. E a partir daí nós criamos então soluções. E eu sei que nós vamos chegar mais a frente na Lei Aldir Blanc - que a Lei Aldir Blanc é uma dessas soluções, como da mesma forma o relatório da Lei Rouanet como eu comentei com vocês. Ali a orientação da deputada

foi: “nós precisamos entender a Lei Rouanet, entender o porquê que nós chegamos nessa auditoria, nós precisamos ouvir as consultorias legislativas”, que são vinte e cinco consultorias... não, são dezoito, desculpa, são vinte e cinco comissões e dezoito consultorias legislativas dentro da Câmara dos deputados. Então essas consultorias legislativas são especialistas nas áreas, a da cultura é a área quinze, e eles fazem toda uma análise de um contexto. Aí o assessor conversando com o deputado apresenta esses encaminhamentos ali, como é que foi visto pela consultoria, e ali você então faz uma análise e a deputada dá as diretrizes; no caso da Bené, da deputada Benedita que é a nossa querida “Benedita” como ela é chamada na Câmara, ela pediu que a gente tivesse um olhar atento principalmente às acusações, aquilo que implicava em dizer que a lei não funcionava e que não era produtiva, e também o quê que ela tinha de bom e tentar achar dentro das políticas ali dentro do plano geral do governo do Partido dos Trabalhadores, obviamente, porque a gente tem que ter esse parâmetro: o quê que está posto, o quê que o partido na ocasião de sua gestão estando então gestor do país pensou sobre essa política, o porquê que ela está sendo criminalizada, o quê que aconteceu de fato e quais as soluções que nós vamos apresentar. Então o nosso contexto especificamente técnico é esse. Mas existem outros assessores que obviamente têm outras atribuições; no caso do mandato da deputada, ela tem outra assessoria da comissão de seguridade social e família e assim, digamos, que esse mais ou menos é o mecanismo. Você tem ali assessores específicos pra fazer esse acompanhamento da vida política e da vida daqueles temas que a deputada opta. Normalmente cada deputado opta entre oito a vinte temas por ano pra trabalhar, acompanha de duas a oito comissões e a gente então dá esse suporte pra esse debate. Também, pra complementar, todas as atividades, por exemplo, de audiências públicas, existem tanto quando você cria um projeto legislativo

como quando você discute uma pauta que envolve grande parte da população ou atinge diretamente os entes federativos é de bom tom, é recomendado que o parlamentar faça audiências públicas pra que a gente aponte então o olhar seja do governo, seja dos entes federados que estão diretamente ligados àquela política e do setor e a partir dessas definições nós encaminhamos um relatório pro deputado, muitas vezes - como foi o caso do debate do Sistema Nacional de Cultura, a vocês que acompanham - nós fizemos uma audiência e depois da audiência foi concedido vinte dias - que eu quase enlouqueci porque eu recebi dezoito contribuições e ali eu tive que compilar e compreender tudo e discutir com cada um, cada grupo. Foram feitos vários comitês de atenção, alguns que a deputada pôde participar diretamente. Então ela prefere que seja uma reunião digamos com o assessor, com o técnico junto com a comunidade, ali junto com o setor porque você consegue com certeza aprofundar temas muito mais... de forma proveitosa, muito mais rica e trazer esse contexto pra criação de políticas públicas. Então digamos que nós somos o elo entre o que acontece no legislativo e com a sociedade pra definição das políticas públicas encaminhadas pelo deputado.

**P: Bom, a gente passa agora então pro bloco da lei, da lei Aldir. E aí eu queria que você narrasse pra gente como é que se deram as primeiras articulações? Porque o tempo vai ficando longe... Como se deram as primeiras articulações no legislativo em torno da defesa dos trabalhadores da cultura, logo naquele comezinho, naquele março de 2020?**

E: Eu nunca vou me esquecer disso, porque eu tive uma grande missão. Bom, na ocasião, nós já estávamos trabalhando desde o dia seis de fevereiro se eu não me engano de dois mil e vinte. E nós estávamos no processo de entrega do relatório da

comissão de cultura. Então nós tínhamos ali toda uma análise do que acontecia na cultura brasileira, inclusive já pra gente analisar políticas que a gente deveria trabalhar em dois mil e vinte. Ninguém imaginava uma pandemia e ali nós fomos realmente naquele processo ligando pras pessoas, pegando endereço. O relatório - que infelizmente eu não tenho aqui, que eu fui viajar pra participar de uma conferência e deixei esse... o que eu tinha em casa eu entreguei, mas esse relatório tem o link, eu posso encaminhar pra vocês depois. E aí em seguida teve aquela viagem do presidente da república e ele chegou em Brasília com quinze pessoas contaminadas de covid e logo na terça-feira nós já tínhamos em torno de doze pessoas na Câmara dos Deputados contaminados e normalmente os deputados chegam na terça-feira e vão embora na quinta porque eles tem agenda segunda e sexta nos seus estados com as suas comunidades pra trazer as pautas então pra discussão dentro da Câmara, dentro do plenário. E ali a deputada já havia me passado uma série de documentos. Nós até fizemos o relatório, depois tem um bloco de instituições. Porque havia duas questões graves acontecendo na época. Primeiro a censura imposta. O cancelamento do patrocínio das estatais no Brasil. Nós já tínhamos ali a negativa de incentivo cultural do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e da Petrobras. Nós já sabíamos ali que... que houve um comando do Governo Federal que não era mais pra patrocinar diversos projetos, mais de quinhentos projetos já estavam absolutamente riscados, que continham as palavras afro-brasileiro, mulheres e LGBTQI+ ou a palavra gênero. Então aonde tinha “você trabalha cota, negros, indígenas, mulheres e gênero” estava proibido mesmo já aprovado, mesmo já com agenda. Inclusive foi um caos porque a Caixa Econômica, o Banco do Brasil com centros culturais estabelecidos e com um público imenso, já tinham inclusive apresentações realizadas antes das festas de final de ano. Então eram trabalhos com continuidade. E foram todos suspensos e cancelados o

pagamento também. Com as pessoas tendo que devolver dinheiro. Quer dizer, tu já contratou os equipamentos, tu já pagou os atores, tu já mandou fazer os figurinos, tu já pagou o direito autoral, tu já pagou o ECAD e tu tem que devolver esse dinheiro sem perspectiva, porque todos os teus projetos foram cancelados. E ali se soma a isso que a partir do dia treze de março já começaram os decretos. Se eu não me engano aqui no DF foi no dia treze ou quatorze de março que já tinham os decretos cancelando todas as atividades de aglomeração por causa da covid até porque o Distrito Federal, como você sabe, é um distrito que recebe o mundo inteiro. Nós não tínhamos controle ainda de barrar pessoas com vacina ou não. Tanto que a primeira família tinha vindo da Itália, a que matou aquela senhora que era empregada doméstica, mesmo doente obrigaram ela a trabalhar. Então assim nós já vínhamos nesse processo de censura e de cancelamento de atividades. Quando veio esses decretos nas cidades foi um boom, gente. Mas assim bolos de documento. E nesse dia dezessete de março, foi uma terça-feira, eu estava doente - pra quem não sabe, Brasília é um lugar muito seco, ele tem período de seca e você realmente passa mal, você mal consegue respirar. E era esse período. Nós estamos entrando nesse período agora, inclusive. E eu estava... então você ficou com aquele resfriado, nariz sangra, você fica como se fosse uma sinusite crônica, e a deputada estava doente e eu também. E já havia casos dentro da Câmara, inclusive o assessor do Rodrigo Maia também tinha, estava contaminado com covid. E ali foi suspenso, todas as atividades foram organizadas de acordo com a condição de saúde dos servidores, porque iam resolver como é que ia ser trabalhado o Congresso Nacional porque não podia parar inclusive em função da pandemia que ninguém sabia direito o quê que era. Em seguida, vinte e quatro horas depois desse dia dezessete, a Itália apresentou aquele quadro trágico de muitas mortes. E nós cancelamos a entrega dos relatórios, até porque a gente não sabia o que fazer, a maioria dos nossos colegas de

trabalho com filhos pequenos e com pais idosos morando junto. Resumindo, eu e a deputada Benedita fomos mandadas pra casa. E aí nós estávamos saindo, fui levá-la até o carro e ela me entregou uma pasta cheia de documentos e disse assim: “Chris, aqui estão os pedidos das pessoas pra que a gente resolva alguma coisa pra cultura porque a gente vai ter que criar uma solução.” Porque a gente já tinha feito PDL pra suspender os atos de censura do governo. Nós já havíamos denunciado no TCU, no STF, no Ministério Público, já tínhamos feito tudo que tinha que ser feito sobre esse tema, inclusive a deputada participou da audiência pública Censura Nunca Mais, a Cármen Lúcia fez uma audiência pública no STF com vários representantes dos setores em função desse processo. Então, a gente sabia que a coisa ia ficar muito difícil, muito mais difícil. E o setor já estava praticamente obrigado a parar, os profissionais não poderiam mais exercer suas atividades. Aí ela falou: “Chris, vamos fazer o seguinte, como a gente está com tudo quentinho, e vocês fizeram aí o relatório da comissão”, e na época eu tinha feito um relatório só pra ela, que eu posso divulgar, na época, como havia já o da comissão, nós optamos por não imprimir um novo relatório, mas eu fiz um balanço de cada audiência pública e de cada reunião porque eu achei que seria importante pra ela, era a primeira presidência de comissão da deputada Benedita da Silva, mesmo estando deputada constituinte desde oitenta e seis. Então eu fiz um relatório muito completo de todos esses dados, então eu tinha digamos todos esses dados, a gente sabia quais eram as políticas que não tinham orçamento vinculado, que não existia vontade política de resolver o setor cultural e como a gente sabe, apesar de ser um grande equívoco, a cultura é tratada como a cereja do bolo, mesmo a gente sabendo que ela é o bolo, ela é quem faz o trigo, quem colhe o trigo e tudo mais. E quem cria inclusive os mecanismos pra plantar o trigo. Então a gente sabendo de tudo isso a deputada diz: “Chris, faça o seguinte: vá pra sua casa, se cuide, mas eu preciso que você

converse com a liderança e você crie então uma solução”. Ela me deu uma missão, “cria uma solução pro setor cultural. Eu vou conversando com você, eu vou avisar a liderança porque nós vamos ter que achar aí mecanismos, vamos ver o quê que o Congresso Nacional vai fazer sobre isso. Obviamente vai ter alguma medida pra tratar os trabalhadores brasileiros. Principalmente a questão de saúde popular...” E nós nem imaginávamos a tragédia que foi essa questão da saúde popular, mas ela sabia que ia ter alguma saída. E aí eu vim pra casa e realmente cheguei em casa e eu tenho isso prova no meu computador, a pasta sendo aberta e eu comecei então a fazer a pesquisa. Pesquisei o defeso da cultura pros pescadores, pesquisei o INSS, comecei a baixar as leis de artistas do teatro pra ver se achava alguma questão, e também a renda básica do [Eduardo] Suplicy pra gente criar uma renda pra todo trabalhador da cultura. Aí teria que achar uma solução por causa daqueles que não são formalizados - que nós temos um grande lapso do setor cultural dessa informalidade. Tanto por questões do poder legislativo e executivo realmente de... eu acho que essa é uma questão que nós vamos ter que trabalhar um pouco melhor, mas também na questão de orçamento que nós não tínhamos recurso pra isso. E nós sabíamos também que descontingenciar um recurso como o Fundo Nacional de Cultura estava, que não daria pra nada, era quinhentos e quarenta e cinco milhões, cento e cinquenta milhões liberado, mas para o cumprimento de algumas atividades obrigatórias como obras do IPHAN e algumas questões pontuais que não tinha como tirar aquele recurso mas seria muito mais difícil brigar pra descontingenciar porque não havia nenhum tipo de vontade política da parte do governo federal de ceder nada pro setor cultural mas também achar soluções. Era a minha missão que ela me deu era isso. Como técnica eu fiquei encarregada como assessora da presidente da comissão de cultura de achar essa solução. Pois bem, no dia dezenove o Célio Turino me procurou porque ele soube que havia... que eu já estava

encarregada na Câmara dos Deputados de fazer esse trabalho e ele me encaminhou então o programa dele de dois mil e dezoito quando ele se candidatou pelo PSOL em São Paulo e ele fez uma renda básica da cultura espelhado no projeto do Suplicy. Mas que não resolveria só aquilo também. A gente sabia tanto que o próprio presidente da república vetou, quando a gente incluiu aquela emenda, a Medida Provisória pra salvar aí os trabalhadores. Aí fui no PSOL, conversei então com a liderança eles falaram: “não, quem vai fazer esse projeto é a deputada Benedita e nós vamos manter como nós trabalhamos na comissão, nós vamos trabalhar juntos”. Eu cheguei em casa, liguei pra deputada e na época o Rodrigo Maia, nesse mesmo dia, foi no dia dezenove de março, o Rodrigo Maia disse o seguinte: “olha, nós vamos elaborar propostas de orçamento”, provavelmente na época foi chamado de orçamento de guerra, “pra que a gente tenha recursos ali, que a gente possa trabalhar com a saúde pública e também com setores que serão atendidos através desse orçamento Aí o que que eu fiz? Falei com o Célio, dei a devolutiva pra ele, falei: “olha, Célio eu já tinha feito isso aqui, eu já tinha uma minuta que chamava renda básica da cultura” e o mecanismo que a gente havia pensado - vocês aí que estão ouvindo - seria uma lei muito legalista, ela seria vinculada às políticas públicas vigentes, mas tratadas de uma forma emergencial. Então nós tínhamos todos esses técnicos prevendo, por exemplo nós tiramos ali da base do Programa Cultura Viva que teria as premiações e o repasse pros espaços culturais, um teto de cinco mil porque a gente sabia que se a gente ficasse divulgando valores o governo federal viria, digamos, com a sua gangue toda ali pra não deixar a coisa andar então a gente queria não fazer promessas, mas a gente queria ali utilizar as bases legais até pra dar uma tranquilidade pros entes federativos. Importante a gente considerar que as regionais foram destruídas, a maioria dos estados e municípios não estavam aplicando os seus sistemas municipais e estaduais de

cultura mesmo sendo noventa e nove por cento dos estados e nós já estamos em quarenta e nove por cento dos municípios, quarenta e nove ponto sete por cento dos municípios que aderiram, as principais capitais todas haviam aderido já ao sistema, quer dizer, dá um suporte mesmo sem as regionais. Mas então a gente queria criar uma coisa um pouco mais certa pra não haver desvio, e pra que esse recurso de fato chegasse à base. E dentro desse contexto nós chegamos então na elaboração. Eu fui a técnica responsável pela elaboração do primeiro projeto de lei que foi o PL 1075/2020 sobre a autoria da deputada Benedita da Silva e outros parlamentares e nessa ocasião eu falei: deputada vamos convidar todos os deputados amigos da cultura porque os membros da comissão de cultura já haviam sido... em dezembro já havia sido destituído. Então era só o corpo ali presidente e vice-presidente e assessoria de cada comissão pra criar ali os atos administrativos necessários pra continuidade durante dois mil e vinte até o Congresso Nacional entender o tamanho do problema e poder conduzir as orientações com o regimento extraordinário que a gente seguiu - e eu até tenho um decreto, eu estou fazendo um novo relatório, nós estamos fazendo o relatório da deputada e nós vamos apontar cada detalhe disso e cada decreto que depois eu posso passar pra vocês pra não interromper agora inclusive perder o raciocínio. E a partir dali a deputada - isso já foi no dia vinte - a deputada falou: “Chris então elabora um ofício pra nós a partir dali a gente então começou a elaborar, a deputada mandou o convite pros deputados, ligou pra alguns, inclusive pra deputada Jandira Feghali, foi a primeira deputada que ela ligou por ser uma grande guerreira em função da defesa da cultura no Brasil, já reconhecidamente. E ali foi então... se estabeleceu o que na época somando pelas lideranças foram mais de cento e onze deputados que assinaram e alguns outros deputados falaram: “olha, nós não vamos por aqui, mas eu vou criar uma proposta, um plano B. Caso não dê certo, a gente tenta descontingenciar o fundo. Então a gente criou ali

uma estratégia de legislativo, de propostas que pudessem então ajudar a solucionar o problema. Pra resumir essa etapa, no dia vinte e cinco de março... tudo começou no dia dezessete, dia dezenove oficialmente com o grupo criado - mais de cem pessoas nesse grupo. Inclusive nós chamamos na época ex-secretários da SEFIC por entender um pouco mais essa questão de fundo e de repasse de recursos, chamamos ex-secretários executivos entre eles e prioritariamente foi o João Brant que nos ajudou ali a estudar como que a gente poderia fazer aquele repasse... e quais seriam ali... seria o fundo de municípios, o IDH... Então, o João Brant foi muito importante, ele e o Carlos Paiva nessas conversas. E junto eram trinta assessores que faziam parte desse grupo também e as nossas duas bancadas. O Emílio pela bancada do PT que ele é da área de orçamento, que seria a parte que, digamos, precisaria de um pouco mais de atenção até pra gente ter estratégia em função do governo e do Partido Novo que a gente sabia que seria...que armaria ali um exército contra essa política, tanto que foi o único partido entre todos que não votou a favor. E também o nosso querido e colega Marcos Souza que é servidor da casa, é do Ministério do Planejamento, daquele concurso “mais difícil” [com ênfase], um especialista na área. E Marcos Souza então foi, e também junto com o Leo Lessa que foi o nosso diretor da Funarte que estava criando a política nacional pras artes na ocasião da última gestão Dilma, e através da Áurea Carolina que estava em licença maternidade mas cedeu a equipe dela inteira. Nós trabalhamos ali com a base da equipe da Áurea Carolina, eu coordenando esse processo, Célio Turino, Américo [Córdula], Brant, toda a turma, chamamos a gangue toda da cultura, diversos fazedores de cultura, a APTR atuou, o pessoal do cinema negro... Foi todo mundo. Todo mundo foi ouvido. O Portal das Favelas. Foi geral, de norte a sul, do Oiapoque ao Chuí, nós tivemos contribuição pra lei. E no dia vinte e cinco às oito e meia da noite projeto de lei mil e setenta e cinco então foi protocolado e

ele se transformou na base então da Lei Aldir Blanc; depois foram protocolados mais cinco projetos de lei que são apensados - pra quem não conhece isso é um mecanismo natural, é um regime da casa os temas, as leis, projetos de lei, que possuem assuntos correlatos eles são todos apensados, como se fossem anexados ao projeto primeiro, ao projeto principal (que se torna, por ser o primeiro, o projeto principal) e a partir dali o relator tem que fazer essa análise desse primeiro projeto, normalmente se estabelece ali uma conversa entre autores e relator e aí se constrói ou um substitutivo com uma nova proposta... - que foi muito feliz, porque obviamente (importante lembrar pra vocês) nós não tínhamos a renda básica nem o projeto de lei, ele só veio entrar em abril já com requerimento de urgência porque foi um pedido do presidente da casa, então Rodrigo Maia, apoiado pelo Davi Alcolumbre e depois nós tivemos então o orçamento de guerra que era a Emenda Constitucional cento e seis. Então quando a Lei Aldir Blanc foi... e todos os projetos foram protocolados, não existiam esses mecanismos no Congresso, estava sendo estudado o que fazer. E nós fomos muito felizes em ter chamado ali... eu fui bem espertinha em pedir pra deputada acesso à CONOF porque eram eles que estavam desenhando as saídas econômicas pro país e eles falaram: "nós vamos botar todas as fontes de renda possível inclusive com as que não existem ainda mas nós estamos criando e à medida que o Congresso Nacional aprovar, essa lei vai poder se beneficiar dela" e assim foi feito.

**P: Ainda lá no comecinho. Porque assim você falou que chega uma série de demandas... assim... que você recebe um bolo de demandas da Benedita. Fala um pouquinho assim da região, origem, atores sociais, quem são essas pessoas? Porque é interessante a gente pensar que é um novo canal, o acesso da sociedade civil ao legislativo.**

**Quem são essas pessoas? Que grupos são esses? Que caminhos são esses? Fala um pouco.**

E: Eu vou falar, mas eu vou ter que fazer uma colinha. Porque olha aqui, gente, é tudo isso aqui de gente, oh [mostrando parte do Relatório]. E aqui é só instituição. O outro lado é que são pessoas, oh. Aqui tem mais, aqui são pessoas. Aqui então aqui pra começar nós recebemos o primeiro Rede Brasileira de Teatro, APTR, Movimento Nacional em Defesa da Cultura do Pará, Democracia e Liberdade da ATAC, então nós recebemos do Pará, Fórum Brasileiro pelos Direitos Culturais, do nordeste, Rio Grande do Norte, Comissão de Política Cultural do Amazonas, a APTR pra quem não sabe, acho que a matriz é no Rio de Janeiro ali que é mais com o Eduardo Barata, com a Márcia mas ela tem várias...), o Artigo Quinto também, que é a rede de teatro, a OAB, principalmente o grupo que trabalha com a com a reparação da escravidão negra porque nós já estávamos em diálogo com eles e eles especialmente já tinham sido cancelados as atividades. Então assim, dos setoriais pra ser um pouco mais objetiva dos setoriais teatro, música e artes visuais por causa inclusive do Queer Museu, que já estavam sendo censurados. Todas os artistas performáticos, artistas de rua. Todos eles já tinham sido tolhidos e são as pessoas que fazem atividades, digamos, que dependem...e a música...pra aglomeração. Então essas pessoas foram os primeiros a entrar com esses documentos. Aí veio oh, Conselho Estadual de Política Cultural do Rio de Janeiro, Ordem dos Advogados Brasil do Amapá, Fórum de Culturas do Pará, que são ativistas culturais, agentes culturais e coletivos culturais paraenses. Trezentos e sessenta instituições, trabalhadores e trabalhadoras da Baixada Fluminense que a Cultura BXD de quarentena, eles criaram esse coletivo. Isso já foi no dia dezessete de março mesmo. Esses documentos que eu estou lendo aqui pra vocês. Foram mais de cem mil assinaturas no total. Trezentos e sessenta instituições. Recebemos a questão



da articulação nacional de escala de artistas, produtores e músicos autônomos com vistas ao recebimento do salário de afastamento de suas atribuições via o Instituto Nacional de Seguro do INSS. A galera também que a gente estava discutindo MEI... até porque houve aqueles eles queriam não só excluir as atividades culturais do meio mas eles queriam excluir atividade do artista. Eles queriam tirar toda área das profissões de artista inclusive da regulamentação nacional aí de profissões. Então a gente estava em contato com esse pessoal, SATED Rio de Janeiro, SATED São Paulo, Manifestação da Comissão de Direitos Autorais da OAB Ceará. Esse do INSS foram dezenove mil assinaturas. Articulação Nacional em prol da isenção das contas de músicos produtores de eventos e equipe autônomos: sessenta e nove ponto cinco mil assinaturas desse grupo. Rede de produtores culturais de fotografia do Brasil. Medidas de contenção de impacto econômico jurídico da pandemia emitido pelo Fórum Brasileiro dos Direitos Culturais. O Fórum Nacional de Secretários de Dirigentes de Cultura, produtores culturais autônomos que também autônomos e microempreendedores individuais. Agentes do Cultura Viva, Rede Cultura Viva, produtores e técnicos de eventos que criou aí o Coletivo Backstage, o grupo da graxa em todo o Brasil, gente. E esse grupo inclusive eles estão organizando agora um trabalho espetacular. Fui convidada pra participar da conversa deles, porque o deputado Paulo... Alexandre Padilha eu sempre troco, Paulo Teixeira e Alexandre Padilha por causa de São Paulo, que a gente é muito demandado por São Paulo, também o pessoal entrou direto, o que mais? Aqui tem vários. MEI, microempreendedores, tem vários estados, Fórum de Cultura do DF, Comissão de Política Cultural no Amazonas em tempos de covid, foi um grupo específico além do Conselho do Amazonas. Fórum de secretários e gestores de cultura de capitais e municípios, Associação Brasileira de Museu, a Frente Unificada de Cultura do DF e o grupo criado, um comitê pela

Secretaria de Cultura do Ceará pra já fazer a escuta com os Conselhos e Fóruns do estado do Ceará e ali eles trabalham através do Fórum Nordeste uma série de cartas. Esse em especial foram as pessoas esses primeiros documentos que nós recebemos. E dizia o seguinte já pra gente avançar um pouquinho nisso. Eles diziam o seguinte: “olha Chris, com essas políticas nós somos afetados assim, nós precisaríamos de uma renda básica que fosse um salário mínimo, nós precisaremos de isenção de impostos” (ou seja, que houvesse um perdão dessa dívida ou que tivesse um parcelamento a partir do momento do relaxamento dessa pandemia porque depois da Itália, a Grécia, a Espanha, os Estados Unidos entrou em calamidade pública geral, o Brasil já começou a ter três mil mortes por dia então a galera viu que o negócio não era uma brincadeira de três meses, não seria um semestre). Então foram todos muito pontuais: “A gente precisa disso, disso e disso”. Todos os contratos também, os gestores, gente, é importante falar disso, as redes de ponto de cultura que houve ali um remanejamento de emenda de comissão, houve ali digamos que o Osmar Terra ainda do Ministério da Cidadania - é importante dizer que a pasta da cultura ficou entre o Ministério da Cidadania, vai pro Ministério da Damares que é dos “sem”Direitos Humanos e depois vai pro Turismo. Nesse período bem ali na pandemia mesmo, tem portarias que comprovam isso que eu estou dizendo eles dividiram os seiscentos cargos ali da pasta da cultura por três ministério. Aí botaram um grupo da cultura no lugar. Inclusive dos próprios servidores. Os servidores, AsMinC [Associação dos Servidores do Ministério da Cultura] também mandou carta pedindo ajuda pra gente ajudar eles, que eles estavam ali com as mangas arregaçadas pra trabalhar, aguardando o comando, já que o executivo não se mobilizava. Ainda era Regina Duarte, a secretária, até aquela trágica entrevista e depois... a gente já tinha perdido inclusive no dia que eu fui no PT apresentar o projeto, que eu fui na liderança eu estava sentada do lado da

Chica que é a nossa coordenadora ali do líder, ela é a chefe de gabinete do líder, a gente assistiu o Goebbels, o Alvim ali incorporando Goebbels. Foi no dia inclusive que eu fui levar a minuta ali e tal. Aí a gente viu que ele saiu, aí entrou Regina Duarte, depois saiu e entrou agora essa pessoa que está até hoje. Então a gente, digamos, que já tinha muito ali pontualmente o que era e o que eles queriam, que era essa questão da prorrogação então dos contratos com o governo federal pra mais um ano. Foi isso que os gestores públicos pediram porque muitos tinham conseguido receber o repasse dos pontos de cultura com a obrigatoriedade de atividades nas comunidades e nas escolas que estavam fechadas. Então como é que eles vão utilizar esse recurso? E a Bahia foi pioneira nisso, a Bahia foi o primeiro estado que pediu pra falar com a deputada Benedita, ligou, a deputada disse: “atenção, vamos botar isso na lei, vamos pensar sobre isso”. E também os produtores da Lei Rouanet, muitos produtores culturais aí, por isso que eu fiz uma página com os nomes das pessoas porque eu acho que é importante a gente dar nome também, as pessoas têm nome, elas têm profissões e muitos de nós trabalham de forma autônoma, que às vezes fica muito difícil você não tem um trabalho contínuo pra você ficar pagando imposto, então às vezes tu tem que... ou paga o aluguel ou paga a luz ou come ou paga o telefone. Então é sabendo que essa é a realidade do setor cultural ali nós tivemos então esse cuidado de criar uma lei que atendesse todos esses pedidos. E no caso esse específico sobre a questão da prorrogação de um ano - se eu não me engano foi o artigo treze da lei que prorrogou por um ano - e a prorrogação da lei no Senado prorrogou pra dois anos todos esses contratos e muitos estados e municípios se beneficiaram porque eles deram retorno agradecendo à deputada.

**P: Chris você, lá atrás, falou inclusive do Sistema e tudo. Assim, a gente pode dizer que o caminho que levou até a**

**aprovação da lei também colhe frutos do processo de aprendizagem da sociedade civil no campo das políticas?**

E: Sim, cem por cento. Eu me espelhei, eu me espelhei no Sistema [Nacional de Cultura] para desenhar esse projeto e eu falei pra deputada isso. Na verdade, ela havia me dito também: “Olha o Paulo Teixeira me entregou o relatório que ele vai devolver porque ele não vai ficar na Comissão de Cultura esse ano”. E porque a gente não sabia que não teria comissão, Lia. Então é importante apontar isso. Ninguém sabia, porque as comissões normalmente elas começam ser organizadas em março. E no final de março, primeira semana de abril é que é designado então esse novo presidente, essa nova composição. Até porque como tinha... não, foi dois mil e vinte que teve a questão das eleições. Mas, sim. Ele foi. Na verdade, Lia, eu sou uma apaixonada pelo Sistema, como eu disse; eu voltei pra luta cultural a partir do momento, eu fui mãe com trinta anos, e foi o que me deu vontade de voltar pro setor cultural falando realmente assim, o meu estímulo e estar com a Benedita ali, ter podido construir todo o processo de dois mil e dezenove e vendo ali a necessidade, sabendo que nós temos a PEC cento e trinta que vincularia o orçamento... nós não quisemos, a bancada ali de oposição ao governo obviamente tinha medo de mexer em qualquer coisa da cultura, poderia fragilizar mais o setor. Então a gente não quis abrir esse debate sobre a questão do vínculo orçamentário e optamos por trabalhar dentro de uma via emergencial ali, de guerra, pra que a gente pudesse achar essa solução. Então, mas foi sim, o desenho. Por isso que eu falei toda a base do Sistema que o PL 1075, como eu disse ele não tinha nada ainda definido no Congresso, mas ele foi criado dentro das bases legais e constitucionais. Entre elas o Sistema Nacional de Cultura, que é a nossa grande política, e a partir então das metas e das conversas que nós tivemos com os gestores durante o ano de dois mil e dezenove e das cartas recebidas inclusive pelo Fórum... pelos

fóruns principalmente de gestores e dirigentes de estados e municípios e a CNM [Confederação Nacional dos Municípios] também depois entrou junto e construiu e nos ajudou a apontar coisas muito especiais. Foi de fato o exercício do Sistema Nacional de Cultura funcionando com recursos como ele deveria. Mas ali a gente não quis também, é importante colocar pra vocês que houve ali uma certa crítica entre a questão da obrigatoriedade dos cadastros e inclusive da parte principalmente do PT, que foi quem apresentou ali o Sistema Nacional e defendeu essa política logo no início do governo Lula. Porque o seguinte: o SNIIC [Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais] ele foi destruído, a política foi destruída. Quer dizer, a própria adesão ao Sistema Nacional parou tudo. Estava tudo parado e dizendo o seguinte: “esqueçam, nós vamos destruir tudo porque nós vamos fazer outra coisa”. Então, não tinham mais secretarias de cultura. É importante a gente lembrar que dois mil e dezenove, a partir dessa ascensão da extrema direita, muitos municípios acabaram com as secretarias e com as pastas de cultura e diziam que ali não tinha cultura. Então a gente tinha que se deparar com isso. E o mecanismo seria: a partir do modelo do Sistema Nacional de Cultura, criar ferramentas pra que as pessoas tivessem ali, a partir do Plano que seria uma coisa mais estrutural e mais geral, criar ali os seus mecanismos, mas muitos já tinham a Cultura Viva, digamos a política Cultura Viva permanente ali, então... que talvez até por uma cobrança social, então nós vinculamos a lei do Sistema que, não estando regulamentada, ela é uma lei, portanto, vigente. Os mecanismos de repasse da política cultura viva, mas a gente não defendia o vínculo de homologação de beneficiários a partir do cadastro por causa disso, porque não existia recursos pros municípios. A maioria não tinha nem telefone, gente. Não tinha cadeira. E eu atendi pessoas do Brasil inteiro. E a professora do município que trabalha em casa, porque a prefeitura não tem uma sala ou o teto por causa da chuva está

com furo... O telefone não funciona. Então foi dentro dessa perspectiva pra que as pessoas pudessem se agarrar em alguma coisa palpável e tivessem segurança de negociar com a sua controladoria. Estando na Constituição como o artigo duzentos e dezesseis A [Art. 216-A da CF 88], a gente achava que seria uma forma com toda certeza mais fácil tanto de defender a política como de executá-la.

**P: Fala pra gente o papel das webconferências. Eu acho que é um capítulo especial.**

E: Olha, foi muito especial essa parte. Eu também sou uma apaixonada porque eu confesso que eu usei toda a galera do CNPC. Eu tenho contato com todos eles ainda. E quando a deputada me chamou, eu avisei: “está saindo do forno o negócio aí vamos se mobilizar”. E aí chamando os demais, a nossa turma toda que estava no MinC em dois mil e dezesseis a gente acabou criando de fato aí um grupo bem grande. E o pessoal do Emergência Cultural, do Mídia Ninja e da Escola de Políticas Culturais que já tinha estruturado isso, porque é uma área independente portanto não conseguiu ser destruída. Eles então atuaram nas conferências de uma forma de não só abrir a escuta - que foi muito bacana, que a deputada Jandira ela, digamos, respeitou aquele processo coletivo da deputada Benedita, e ela fez essas conferências. Porque a gente já vinha... como foi criado assim... pra começar... o primeiro PL já teve um grupo de cento e poucas pessoas que ele continua, a gente continua conversando nesse grupo e ele hoje tem mais de duzentas pessoas. Eu acho que no final da lei, gente, ele já tinha mais de trezentas pessoas de todos os lugares do Brasil. E a partir daí se tornou necessário, porque primeiro, o país mudou as suas formas de relacionamento; o Congresso Nacional conseguiu fazer ali a Câmara Virtual, o Senado Virtual e a gente ter atividades a partir então dos mecanismos, das

tecnologias de informação. E aí nós optamos por nos apropriarmos delas mesmo e criar essa relação de cursos, oficinas, reuniões técnicas. No período de elaboração dos relatórios da deputada Jandira, foram mais acho que de vinte ajustes nos relatórios. Foram vinte e três dias de que nós que estávamos ali representando as lideranças, as análises desse relatório... Porque, imagina, a relatora tem que ouvir cada mudança da lei e aí a consultoria legislativa diz: “não, mas aqui pode aqui não pode”, porque já estava sendo tratado pela mesa. E nós com todo o know-how das escutas porque a gente sabia o que estava acontecendo, a gente tinha esses documentos. Então a gente fazia... digo: “não, isso aqui não pode”. Aí teve uma época que a lei era seiscentos mil, e o relatório ia ser gerido pela Secretaria Especial de Cultura. Aí nós: “não, pelo amor de Deus! A Regina Duarte!”. Aí: “não, vamos! Tem que ser!”. Daí chamamos o fórum, chamamos a relatora: “tem que ser via Sistema, tem que ser descentralizado no modelo do Sistema, isso tem que ser repasse direto”. Aí eu nunca vou me esquecer a fala de Pedro Vasconcelos e de Fabiano Piúba, que falaram assim: “gente, quem está mantendo a cultura desde dois mil e dezesseis são os municípios e os estados. Nós não temos apoio do governo federal. Então, nós temos que utilizar essas ferramentas pra nós, não podemos deixar, porque se deixar pra Secretaria Especial de Cultura nós nunca vamos ver esse dinheiro”. Então assim foram, digamos, foram reuniões de escuta e aí a cada relatório ela maravilhosamente fazia uma grande webconferência e ali validava e aí apontava: “mas isso aqui não pode. Mas isso aqui pode”. E ali a gente ajudava a construir essa redação e saiu então aquele... o projeto Lei Aldir Blanc, porque a gente tinha um prazo também lembrando que teria uma, digamos uma luta muito grande junto com o governo federal pra poder aprovar e a poder executar a lei, que depois a gente vai... eu sei que a gente vai chegar lá.

**P: Chris, diz uma coisa, tinha assim, a gente pode dizer que tinha um grupo responsável por essa articulação, havia uma coordenação dos trabalhos, como é que isso era divulgado nas redes e pelos grupos, como é que era isso?**

E: Bom, foram criados comitês estaduais, porque como eu disse: como já havia o processo de censura, todos os grupos que eu citei aqui, e citei alguns porque é uma lista imensa, eles já estavam organizados. Então quer dizer, todo mundo já tinha sido atacado de alguma forma. Então as pessoas não estavam conseguindo mais sobreviver mesmo em dois mil e dezenove. O ataque foi brutal. Tanto que a coisa chegou no STF. E a própria Cármen Lúcia disse: “eu não tenho como lidar com isso sozinha, eu não tenho como ministra do Supremo definir o que está acontecendo. Eu preciso ouvir a base.” Para você ver como a coisa estava grave. A própria Cármen Lúcia abriu o STF pro setor cultural. Isso em novembro de dois mil e dezenove porque estava feio o negócio. Então nós já estávamos... e digamos, que os ataques deles nos ajudaram a nos organizar. Eu acho que nós fizemos do limão uma grande limonada brasileiríssima, maravilhosa. Pra não dizer uma caipirinha, mas também caipirinha, fizemos limonada e fizemos caipirinha sim. [afirmando categoricamente] Porque a situação estava muito feia. Então a partir dali foram criados comitês, nós tínhamos o núcleo de organização desses comitês que era eu, Célio Turino, Pedro Vasconcelos e Alexandre Santini, que foram as quatro pontas, que era parte da autora e também a parte da relatora. Todos os assessores da bancada do Partido dos Trabalhadores movimentou ali os seus municípios, os seus fóruns, os seus conselhos e a partir desses links pra criação dos comitês estaduais, então se falava com a base. E a partir dali nós marcávamos agendas estruturais que chegavam a ter cinco mil pessoas numa webconferência de definição de relatórios. Mas foi construída a partir dessa forma. Foi

construído junto a quatro digamos quatro pessoas assim cabeça de fato, até pra organizar conteúdo. “Chris precisa de um texto base. Chris, o quê que está acontecendo agora?” Daí eu passava os links. O Alexandre Santini se preocupava com a parte da comunicação porque ele tinha ali o Mídia Ninja que também estava em contato com a gente, mas a gente dividiu as tarefas. Eu, digamos, eu estava ali representando a autora e os cento e onze demais autores das políticas, conduzindo ali, organizando e repassando as informações do trâmite dentro da Câmara. Jandira e Santini ali conduzindo essa articulação de: “vou apresentar o relatório, precisamos articular a turma”. Eu, Marcelo, Brant, Paiva, Maria Marighella, Márcio Tavares, Pedro Vasconcelos e o fórum de secretários de estado. Todos eles atuaram juntos, junto. Esse era o grande comitê. Nós tínhamos ali o Fórum de Secretários, o Fórum, a ABM, a CNM e esse grupo do comitê da Lei Aldir Blanc. A partir dali, tudo saía dali e era divulgado pro Brasil inteiro nesses comitês estaduais.

**P: Fala um pouquinho pra gente sobre essas articulações, um pouco mais sobre essas articulações internas da Câmara que de alguma maneira vão levar ao processo de aprovação e à própria aprovação.**

E: Sim, bom, quando a deputada Benedita me deu a missão de achar uma solução pra cultura. Eu até citei, ela falou: “eu já vou avisar à bancada”. Então, ela avisou à liderança do Partido dos Trabalhadores que conversou com as outras lideranças e falou: “olha, nós vamos criar uma lei pra cultura”. Então quer dizer, a partir do momento que ela já convida os parlamentares pra participar desse processo, a mobilização já está feita. Que ela diz: “olha, nós vamos fazer uma lei pra cultura. Eu estou chamando os deputados, todos amigos da cultura porque nós precisamos defender essa base de trabalhadores”. Porque aí já estava sendo elaborado o projeto ali de alterar o projeto de

amparo ao trabalhador, e nesse processo então inicia essa articulação. Eu acho que dentro dessa pauta legislativa é importante a gente colocar que foi tudo muito diferente pra todo mundo, porque a Câmara nunca havia trabalhado dessa forma. Forma remota. Os presidentes das duas casas lidando com uma pandemia no Brasil. A gente nunca imaginava isso. E muito menos que o Governo Federal fosse negar a pandemia. Então os próprios presidentes das duas casas, mesmo a gente sabendo que eles são apoiadores dessa tragédia que se transformou o Brasil, eles sabiam o que estava acontecendo e eles tinham uma responsabilidade com a população brasileira de que algumas medidas teriam que ser feitas. E que essas medidas deveriam sair do plenário. Então quando o Rodrigo Maia faz o chamado e diz a todos: “nós estamos preparando um bloco de soluções pro país pra gente mitigar os efeitos dessa pandemia. Então nós precisamos que vocês articulem as suas bases e apresentem os projetos pra gente poder defender”. Então o bloco da cultura ele entrou dentro desse bloco, desse bloco de defesa dos trabalhadores e da sociedade brasileira. Então a partir do momento que nós cumrimos o prazo... nove dias, oito dias depois do pedido do presidente a lei estava protocolada e dentro dela caberia qualquer solução que o Congresso Nacional desse pro país, ali já foi dado o sinal. Aí, depois a gente fazia carta aberta. Viu, Lia? Nós fizemos muitas notas técnicas, a cada encaminhamento, a cada definição tipo: o presidente aprovou com veto. Então ali fazia carta de... Eu tenho todos esses documentos que eu fazia, digamos, as minutas iniciais. Até a própria bancada do PT dizia: “olha, Chris você está a frente, então, pra gente não ficar adivinhando, encaminha aí o que está acontecendo que a gente aprimora e vamos pras cabeças”. Então era mais ou menos desse jeito, Lia. A gente fazia ali as cartas abertas, as notas técnicas. Comunicava todo mundo por e-mail pelos grupos das lideranças e aí a mobilização dos estados a gente divulgou ali então os e-mails e telefones dos deputados, dos

senadores e é isso. Como o Partido dos Trabalhadores tem a bancada dentro do Senado que tem o setor de cultura que é o nosso querido (e eu acho ele fantástico, extraordinário como diz a Benedita), o Marcos Souza, ele já alinhou, então os senadores, tanto que foi unânime. Quando o Jaques Wagner pega o projeto, já havia um acordo porque, inclusive, com a reprovação do presidente da república a retirada daquela emenda de todos os trabalhadores da cultura, inclusive, manicure, pescadores, pessoas catadores de lixo, quer dizer, uma crueldade... foi assim. Então todo esse bloco de pessoas já estava... já havia essa articulação, inclusive, pra aprovação dessa emenda. Tanto que depois a gente tentou derrubar, mas houve acordo ali que acabou beneficiando a educação e o governo realmente manteve o veto, nós não conseguimos derrubar, foi a única perda da cultura dentro do Congresso Nacional, inclusive nos dois anos que se sucederam. Mas foi dessa forma, Lia, a partir do momento que nós conseguimos cumprir o prazo dado pelo presidente. A deputada Benedita falou com o presidente, pediu atenção. Nessa época, o líder da minoria que é o deputado José Guimarães junto com Benedita e junto com Jandira que era vice-presidente de minoria fizeram ali um bloco então e que fizeram essa costura interna reafirmando a importância dessa pauta. Então quando ela foi elaborada ela já estava dentro desse bloco e depois nós só alimentávamos todas as estruturas, todos os partidos com as cartas abertas em função não só do que a lei propunha, mas dos impactos dela pros municípios e estados que a gente sabe que os deputados são cobrados por isso. Então quer dizer, como que um deputado não vai querer dar amparo pros seus trabalhadores da cultura do seu município, ali do seu estado? Então, é porque a lei foi uma lei social ela, não foi uma lei de fomento cultural. Ela foi uma lei que utilizou uma Emenda Constitucional que é o orçamento de guerra, a Medida Provisória novecentos e noventa que destina esse recurso ela fala isso. Então ali as medidas de fato deveriam ser medidas

simplificadas de amparo ao trabalhador da cultura. Era esse o objetivo da lei porque ela veio de um orçamento que tinha essa perspectiva e esse objetivo também. Então isso já estava consolidado a partir do momento que o presidente da casa deu o comando e ele defendeu; o Rodrigo Maia defendeu a lei da cultura até o último momento, e conseguiu aprovar de uma forma muito bacana, sendo só um partido que não aprovou a lei dentro da Câmara dos Deputados. Mas, com certeza, sem a pressão da sociedade, isso não aconteceria. Foi esse elo, que Juca Ferreira, dentro das suas conjunturas, ele diz – isso eu não vou dizer, não são palavras minhas -, mas ele nas mais de trezentas lives que ele fez, ele fala isso, que ele viu ali a Lei Aldir Blanc foi o trabalho começado em dois mil e dezenove quando a gente ali estabelece quase um CNPC legislativo pra cultura e através dessa costura, quer dizer, da confiança das pessoas, de entregar os seus documentos e dizer: “olha pelo amor de Deus deputado, a gente precisa de uma lei assim”. E ela foi cumprida. Então eu acho que isso deu uma confiança das pessoas mobilizarem as suas bases e ter esperança de novo de que a gente ia conseguir. E o resultado foi esse que a gente sabe aí que, realmente, eu me emociono até hoje, porque a gente sabe que pensão alimentícia, aluguel, comida e entre outras, até muitas vezes pra poder cuidar de um ente que partiu as pessoas utilizaram a Lei Aldir Blanc.

**P: Chris, fala pra gente desse valor, assim, que é um outro ponto de destaque da lei. Essa questão do valor do cálculo, da origem e do trabalho pra chegar a isso e dentro do legislativo.**

E: Sim. Bom, primeiro que, assim, você, Lia, já fez estudos e você sabe. Você fala que orçamento, orçamento pra cultura você já não tem, é ponto. “Vermelho, não tem, esquece” Sabe que eu fiquei amiga inclusive do coordenador da CONOF,

porque eu me descabelava. Eu dizia: “como não tem, tem que ter. O Estado tem e nós vamos tirar da onde tem. Vamos, Brant, me ajuda”. E aí porque realmente não tinha, então a gente... mas tem que ter! Se é uma pandemia, se é uma medida faz um orçamento, dá um jeito, dá um jeito de politicamente descontingenciar esse negócio. Mesmo sabendo que seiscentos milhões não faria nem cosquinha, mas ali o quê que a gente pensou? Dentro do que se transformou, do que a gente conseguiu então construir por unanimidade, porque assim, como a gente é técnico, a gente passa a compreender, inclusive, porque é assim: são duas Bíblias que regem aquela casa. Essa [mostra a Constituição] e essa [mostra o Regimento] que é o regimento e a constituição federal. Ponto. Não tem outro mecanismo que rege aquela casa. E obviamente os acordos políticos. Então se nós temos uma tranquilidade constitucional e se nós temos um regimento interno que já disse: “vamos ter um orçamento de guerra e nós estamos estipulando três bilhões, cinco bilhões por setor e ali o número de trabalhadores e dos impactos”. Lembrando que pra cultura todo mundo dizia: “É muito dinheiro! A cultura nunca chegou, pá pápá.” Aí eu dizia: “mas daí você vai dar e como é que você vai dividir então? Esses seiscentos milhões pra dez milhões de pessoas. Então você me dá o cálculo, vocês têm que me dizer como é que a gente vai fazer isso? Porque a gente, eu preciso dar resposta pra deputada. A gente tem cento e onze autores querendo resposta. Como é que eu vou fazer?” E ali o que que fez? O Marcos Souza então no Senado que é uma praia bem dele que eu acho que vocês deveriam também dar uma conversada com ele. O Marcos disse o seguinte: “olha, temos até três bilhões pra cultura. Dois bilhões novecentos e noventa e poucos. Vamos lutar pelos três bilhões”. Foi isso. Porque quando foi aprovado o orçamento de guerra... meio que eles estipularam. Sabe, Lia? Ali mais ou menos quanto seria; pra saúde obviamente tinha que ter um valor maior. Eles queriam acabar com as universidades, então nada pras

universidades, quer dizer, a parte da pesquisa que deveria ser mais incentivada, que é quem faz todo o estudo, quem faz, quem forma inclusive médicos e enfermeiros. Eles: “Não, tira da educação!”, mas ali, assim então, houve meio que um acordo. Nós vamos conseguir tantos bilhões, eu não me recordo agora, peço desculpas porque eu trabalho num volume também, é muito projeto de lei, muito valor. Mas havia um acordo da casa já de quanto poderia liberar pra cada setor. Isso veio a partir da fatia do bolo quando eles conseguiram definir ali o valor que eles iam fazer desse orçamento de guerra. E pra cultura teria os três bilhões. Eu realmente eu não sei, desculpa a minha ignorância, mas como são critérios muito específicos do próprio orçamento, muitas negociações com a Economia [setores da área econômica e do Ministério da Economia], acho que vocês lembram que atrasou um pouco essa decisão, que a Economia não aceitava, acabou destinando três trilhões pros bancos privados e nós, os servidores aqui sem nada, nada, nada. Mesmo aqueles que estavam morrendo de covid, em frente ali a pandemia. Então nós enfrentamos tudo isso no orçamento. E como não parava a guerra contra a cultura porque eles em nenhum momento pararam de fazer medida provisória alterando os comitês, fazendo medida provisória alterando a função da [Fundação] Palmares, a função do IPHAN, por exemplo. Então tudo isso continuava. Então eu tinha essa missão de estar defendendo - obviamente ali como técnica - a Lei Aldir Blanc, mas também fazendo outros projetos de lei. E como eu tinha a equipe o Emílio que eu falei que é a base de orçamento da bancada do Partido dos Trabalhadores. A Lizete, que é a nossa técnica da nossa liderança também, que acompanha a pauta e ela já me entregava praticamente isso já pronto, que seria a única coisa que eu realmente não... eu me dediquei mais em fazer uma política cumprindo a legislação e a possibilidade dos fazedores de cultura entenderem e se apropriarem dessa lei pra lutar por ela, que foi uma missão que eu recebi, inclusive, colocando todos os

elementos do Sistema que cabia, como você muito bem pontuou. E essa questão do orçamento tendo ali Marcos Souza e a nossa bancada com técnicos especialistas acompanhando essa negociação com a Economia eu realmente eu não tomei conta, mas eu sei que na época conseguimos os três bilhões foi o que eu recebi da bancada. Foram acordos sim políticos, acordos com o Ministério da Economia, que foram acordos firmados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal não foram acordos partidários isolados com o Governo. Foram acordos globais, como solução pro país de verdade e a partir dali nós tínhamos três bilhões. E tanto que a gente até em um dos relatórios saiu três bilhões e seiscentos milhões. Aí o próprio Rodrigo Maia disse: “Não, o acordado com a cultura era três bilhões”. Então, criamos os nossos três bilhões. E porque seria aí o valor do... misturaria o Fundo Nacional... e a gente falou: “gente, nós não vamos lutar pra descontingenciar que vai ser um inferno. Vamos botar o dinheiro na rua pra essa galera. Porque a gente já vai ter que lutar contra o veto”. Então foi mais assim dentro dessas perspectivas que nós chegamos nesse valor.

**P: Você já falou um pouco, mas como é que você avaliaria o comportamento do governo federal, do executivo, com relação aos trâmites da votação na Câmara e no Senado, quer dizer, esses tensionamentos e esses direcionamentos?**

E: Ah, olha, pra cultura, eu vou falar um pouco geral também, mas eu vou citar que acho que a Lei Aldir Blanc eles não esperavam. Eles não esperavam que nós fossemos tão competentes. Nós fomos muito rápidos. Nós fomos muito rápidos. Nós estávamos na hora certa, no momento certo e nós sabíamos as informações certas. Quer dizer, nós aproveitamos todo o acordo que o Congresso Nacional fez e nos

aproveitamos deles no *timing* certo. Nós fomos muito rápidos e muito perspicazes nesse sentido. Eu acho que eu parableno muito a equipe técnica da Câmara que, como eu, foram diversos assessores. As lideranças que estavam ali de olho atento e nós tínhamos a diretriz no caso específico da Lei Aldir Blanc... ajudado ali por aquela entrega daquele relatório da comissão. Nós sabíamos o problema e sabíamos por onde correr. Então esse eu acho que foi um... eles não esperavam. Eu acho que eles meio que não sabiam nem como combater aquilo, porque como eu disse, foi um acordo para o país, foi um acordo para minimizar os impactos do que a gente não sabia ainda o tamanho daquele bicho que vinha. Então, acho que isso nós fomos muito, muito, muito vitoriosos nesse sentido e eu fico muito feliz por ter encabeçado e conseguido. A deputada ligava de madrugada: “tu vai me deixar louca! Temos que apresentar essa lei, tu é perfeccionista, o quê que falta?”. Aí eu debatia com ela e ela dizia: “Chris, aqui vai pra lá!” Ela é um monstro sagrado. Sabe demais! “Vamos pra cá, aqui a gente pode entender assim” e ali a gente foi. Então realmente foi assim, a forma da construção da lei e o *timing* de nós conseguirmos realmente, porque se a gente não conseguisse, se a gente protocolasse essa lei eu acho que um dia depois ela seria mais uma lei, como as demais que estão aí até hoje tramitando. Mas a gente conseguiu cumprir o que o presidente da casa mandou e isso é bem bacana. Nos demais projetos gerais, eu acho assim gente, eu vou colocar o seguinte pra vocês: as eleições de dois mil e dezoito elas nos mostrou uma face do Brasil que eu particularmente acho que tudo sempre tem um lado, eu não vou dizer positivo, mas é um lado que ele pode ser aproveitado. Nada é absolutamente descartável. Eu acho que esse povo da extrema-direita, esse ódio, esse preconceito a gente sabe que sempre tivemos. Eu acho que nós mulheres e os negros e negras desse Brasil, os indígenas sentem mais... e eu acho que porque a mulher em todas as épocas, com a mulher é permanente, com a mulher nunca em



todas as instâncias, em todos os séculos da criação da humanidade a mulher sempre é atacada, ela sempre é, digamos assim, violentada de alguma forma, seja com palavras, seja com atitudes. Então, digamos que a gente já vinha dentro desse processo de luta e eu acho que todo esse preconceito, tudo aquilo, aquela falsa cordialidade do brasileiro ele precisava aparecer em algum momento. É como aquele câncer que a gente não descobre, que a gente sabe que pode ser um câncer maligno, mas a gente então dizia assim: “ah, o ano que vem eu trato”. Eu acho que foi importante esse processo. Dois mil e dezoito nos revelou um Brasil que nós não queríamos ver, muitos de nós. É triste ver isso. Como a gente vê aí crianças não podendo ser vacinadas. Mulheres que não podem ser vacinadas. O feminicídio aumentou mil e sessenta e sete por cento só em dois mil e vinte. Então a gente vê que esse câncer precisava de alguma forma aparecer, da mesma forma que seria impossível qualquer governo de oposição a esse golpe militar econômico que se implantou novamente, que eu digo que é, eu acho, o grupo aquele de mil novecentos e sessenta e oito aquele ano que não terminou e se estabelece agora a partir de dois mil e dezoito já com uma força política muito grande. Eles elegeram três quartos do Congresso Nacional, gente. São trezentos e cinquenta parlamentares contra cento e vinte, cento e cinquenta ali, entendeu? Então, quer dizer, o Congresso diante de uma pandemia e o compromisso dos parlamentares porque muitas vezes as pessoas apontam: “ah, o político é corrupto!” Não é o político que é corrupto, é você que não sabe votar, é você que não assume a sua cidadania direito porque esse cara não chegou lá sozinho. Ele não disse: “eu vou ser político e hoje vou fazer isso”. Alguém colocou essa pessoa lá, e alguém permitiu a impunidade, e alguém permitiu que ele chegasse onde ele está. Então eu acho que a gente tem que fazer um pouco mais essa *meaculpa* e participar mais desses processos. Então eu acredito que a partir desse processo que nós vivemos que dois

mil e dezenove foi muito agressivo, parte da sociedade acordou e passou a assumir ali o seu contexto de cidadania e a pressionar os seus deputados. Eu acho que eu nunca vi tanta gente pressionando deputado e eles mesmos dizem que os e-mails não param, o telefone não para, o assessor não dorme. Então, o Congresso Nacional assumiu um compromisso com o país. Eu acho que houve, houve sim, de fato, essa defesa porque a gente sabe, se dependesse do poder executivo não aconteceria nada. Então, assim, eu fiz questão de fazer esse histórico Lia, porque é importante a gente lembrar que a gente até dois mil e dezoito, “ah, eu não quero copa, não vai ter copa, o problema era os vinte por cento do ônibus, o problema era a presidenta Dilma Rousseff”, que fizeram ali uma campanha horrorosa, interna mesmo. Então não era só isso. Existia uma coisa muito maior que precisava sair. A gente precisa curar as doenças. Então eu vejo que ali Congresso Nacional, vendo que não haveria nenhum tipo de generosidade de olhar, de olhar, de cuidado, de zelo pela população ali que é o que diz a Constituição Federal não haveria do governo executivo e do poder executivo essa atenção. Então o Congresso Nacional optou por defender os trabalhadores e trabalhadoras senão com certeza seria uma hecatombe. Nós teremos praticamente um novo holocausto feito de uma forma diferente através do negacionismo, da mentira, da incapacidade do país de atender com saúde, com vacina ou mesmo com recursos como uma Lei Aldir Blanc à sua população. Então eu vejo que o Congresso Nacional se uniu em prol da sociedade, claro dentro das suas especificidades, que da mesma forma que ele deu com uma mão, ele tirou direitos trabalhistas, ele ainda defende a privatização de instituições como os Correios que tem mais de trezentos e cinquenta anos. Então a gente segue ainda um grupo defendendo o Brasil Colonial, mas nós também vimos aí que aquelas políticas afirmativas que nós tanto lutamos e implementamos nesse país elas estão muito vigentes e elas aparecem quando a gente consegue aprovar uma Lei Adir

Blanc e quando a gente consegue fazer com que abra o diálogo com o governo federal pra atender estados e municípios. E eu acho que isso é o resultado das políticas que nós em tão pouco tempo conseguimos avançar. Mas elas aparecem da mesma forma que aparece a doença, vão aparecendo ali os mecanismos de cura pra que a gente possa então sair dessa, desse buraco que a gente está que parece que cada vez mais fundo, mas com certeza houve ali uma responsabilidade sim do Congresso Nacional em defender a população nesse momento de pandemia.

**P: Chris, como é que você avalia, quer dizer, que repercussão tem o formato final da LAB no próprio Legislativo, quer dizer, é também um processo novo? Eu queria que você falasse um pouco, como é que esse processo que você já falou, mas complementasse a questão dessa construção de consenso em torno de uma lei única com um volume grande de projetos com interesses particulares... Como é que toda essa experiência, primeiro assim, como é que... falar um pouco mais dessa costura pra lei única e um pouco da repercussão depois da aprovação e a execução. Querida que você falasse um pouco da execução e da repercussão da própria execução de volta, quer dizer, o quê que isso traz de volta na experiência ou acrescenta na experiência do legislativo?**

E: Bom, eu vejo o seguinte, a partir do momento que houveram as leis pra cultura, que houve realmente esse impacto, que o Congresso Nacional definiu defender a população. Ali já foram meio que definidos pelas bancadas que seriam atuados em bloco. Em blocos de soluções e blocos de possibilidades e apoio mútuo. Um apoiaria o outro. Então isso já tinha sido acordado quando os dois presidentes das casas, do

Congresso, eles resolvem então já abrir um diálogo com o governo pra que houvesse uma consolidação e uma conciliação ali de soluções pro país. Do qual o ministro da economia era contra, mas não tinha muito o que fazer. O Congresso Nacional... e ele obviamente tem que acatar e respeitar esse poder. A partir do momento que se consolida esse processo, que a lei então ela entra... e na época até eu falava pra deputada, dizia: “deputada, vamos convidar, porque nós vamos ter cinquenta leis, isso não vai dar em nada, a gente precisa de uma lei forte”. E isso meio que foi implantado... é importante a gente colocar isso aqui, que quando eu cheguei inclusive na Câmara, eu meio que eu fui aquele ponto e vírgula assim, fora da curva porque eu acredito na construção coletiva e eu gosto, como eu disse, eu gosto da divergência. E a deputada Benedita ela é uma deputada de conciliação. Por ser constituinte ela gosta do debate, ela gosta da provocação, ela gosta de chamar os pares e do jeito dela ali. Então até o próprio Alexandre Frota foi um dos autores e estava com a gente e lutou pro PSDB não derrubar a lei e votar junto, porque era importante. Então essas costuras de respeito e históricos também e o próprio perfil dos deputados que fizeram essa costura no caso o Guimarães, a Benedita, Jandira, entre outros deputados, ali o Chinaglia, eles ficam mais na frente, no debate ali, na hora do plenário. Mas essa costura junto ao presidente, reunir presidente da casa, chamar os grupos, chamar os artistas. Então essa costura você dá nomes aos parlamentares, você chama as pessoas e então quer dizer, todo mundo fica feliz. Esse foi um processo muito importante, e eu defendi muito com a deputada. Disse: “deputada, nós vamos ter que fazer uma lei com muitas assinaturas. Nós precisamos de pelo menos seis partidos”. E nós conseguimos. Então eu acho que isso já é uma boa base. Pra que você consiga então seis partidos, não é uma lei qualquer né gente? Vamos combinar. É uma lei que poxa vida ela tem ali suporte, ela tem base, ela tem escopo pra ela... brigar pra fazer parte de um orçamento de

guerra. E o número da cultura e os dados que a gente tinha da comissão, isso foi muito positivo pra gente avançar. Com o desenrolar da lei, quando as pessoas passaram a entender e a pandemia ia piorando e as pessoas iam ficando mais pobres e a fome voltando ao ponto que nós chegamos mais de cinquenta e um milhões de pessoas sem ter o que comer nada, nem uma vez por dia que é o que se estabeleceu em algum momento. Hoje parece que diminuiu um e meio por cento, quer dizer, quase nada. Mas era essa a realidade. A parte principalmente do setor cultural, as pessoas entregando imóveis, sem ter dinheiro pra pagar aluguel, entregando filhos pros avós, pros pais. Então essa situação ela se transformou muito latente. Os deputados quando estando nas suas bases porque não vinham mais pra Brasília, recebiam essas pessoas, gente. As pessoas batiam na porta, estavam pedindo cesta básica. “Pelo amor de Deus, paga a minha luz. Eu tenho um neném. Acabei de ser mãe.” Então isso tudo meio que se somou a esse socorro. E a lei ali, a gente falava meio que uma linguagem que todo mundo entendia, e esses comitês foram essenciais. E aí o quê que faz o governo? O governo emite quatorze diplomas. O que são diplomas? São vários documentos, várias normativas. Ele publicou lei, ele publicou decreto, ele publicou comunicado, ele publicou medida provisória, ele publicou portaria, ou seja, inclusive portaria que era mais reguladora do que a lei, decreto que substituía a lei, quer dizer, é uma coisa fora do regimento total de qualquer administração pública. Mas eles emitiram quatorze diplomas. Então era muito difícil. O quê que se estabeleceu? O fórum de secretários junto com a CNM... A ABM, o Fórum de Secretários de Estado e a CNM, e depois com a saída da Ana Clarissa da CNM, o fórum de municípios e dirigentes de municípios de cultura veio e fechou ali com a turma. Então eles orientavam. Então existiam os comitês gestores também. Que davam as bases. Então por exemplo eu via que os municípios que não tinham nada... que o município lá Butiá no Rio Grande do Sul...

Cara, a comunidade conseguiu em onze dias eleger conselho, fazer o prefeito designou fundo, montou ali um plano, pegou o Plano Nacional, botou diretrizes pra realidade local e conseguiu. Então, esse modelo a gente ligava essa pessoa com a Elba da Bahia que falava com a dona Pimenta lá de Canaã de Carajás entendeu? E assim... e aí o quê que a gente fazia? “Ah, porque a interpretação disso...”, “não, aqui é controladoria não...”, então os deputados passaram a ficar muito mais próximos das suas comunidades e isso foi muito positivo, porque a turma batia na porta do carro mesmo. Aquele calhamaço de papel e dizia: “ô Benedita, não consigo isso”. E aí o quê que a gente fazia? Eu pedi uma nota técnica da consultoria legislativa, a gente entregava pro gestor público, mandava oficialmente pelo e-mail da deputada para esse gestor público, encaminhava pra pessoa que fazia esse pedido, que fazia um fórum, que fazia uma reunião técnica virtual, chamava toda a sua turma lá do setor cultural daquela comunidade e discutiam com o controlador. Eu falei com mais de cinquenta controladores. A gente ia, ia Fabiano Piúba, ia Pedro Vasconcelos, a gente se dividia, Marcos Souza... Se falava com o controlador, falava com o jurídico de governo, com jurídico de prefeitura e ali a gente ia então orientando as pessoas que tinham muito medo de mexer com recurso da cultura. E uma coisa que é importante destaque que eu gostaria até de colocar isso pra vocês é que a grande maioria de pessoas achava que era do Fundo Nacional de Cultura. Não tinha mistério mas houve toda uma complicação, porque o problema era o setor cultural. Mas a mobilização era tão grande e com a fome crescendo, os desesperos, aí as pessoas passaram a entender. E um discurso muito grande que inclusive a Ana Lúcia [Pardo] que está aqui que a gente passou a pluralizar. Fabiano Piúba muito, a Luisa Cela também do Ceará, Silvana Meireles que criavam comitês pra ajudar a galera no Brasil mesmo, gente. A gente fazia: “vamos ajudar o pessoal a executar essa lei. Vamos conversar com gestores

públicos”. A gente criou ali meio que assim umas orientações básicas sabe? Então tudo isso era em cartas oficiais assinadas pelos deputados, assinadas pelas bancadas, assinadas pelos consultores pra que a gente pudesse então fazer essa devolutiva. Nessa ocasião foram feitas inclusive reuniões, *lives*. As reuniões técnicas virtuais com o Tribunal de Contas da União, que também orientavam; eles mesmos falaram como é que eles entendiam como que deveria ser aplicada a lei. Então, quer dizer nós chamamos todo mundo mesmo, assim a gente chamou todo mundo pra ajudar porque havia, por exemplo, municípios que tinham sistema municipal de cultura e plano e não queriam usar. Pra vocês ter noção, outros municípios o prefeito gritava no telefone. “Mas eu não tenho cultura!”. Digo: “mas você faz o quê”? “A gente planta milho”. “E você tem agricultor rural então você tem cultura. Você tem aí a cultura alimentar. Isso faz parte dos setoriais de cultura”. Quem são essas pessoas? “Ah, é verdade tenho o violeiro. Tenho o senhor que faz não sei o que”. Aí começava a identificar. Então, muitas vezes tipo a costureira, o cenógrafo, o segurança de festas que estava desempregado há um ano. Então todas essas pessoas começaram a acordar e se sentir parte do setor cultural. Por isso que eu disse assim, eu acho que foi um despertar, sabe? Foi uma coisa ruim, mas que trouxe essa comoção das pessoas se sentirem parte de alguma coisa. Eu acho que a Lei Aldir Blanc deixou esse processo histórico e da mesma forma que muitos parlamentares batiam no peito no plenário, dizia que estava dando dinheiro pra vagabundo, pra mamata. Nos municípios, o dono da farmácia, o dono do mercadinho, o cara que tinha os aluguéis, via ali a economia girando, via que as pessoas estavam comendo, via que os filhos estavam tinham ali o dinheirinho pra comprar o sapato ou pra comprar o remédio pra gripe. Então quer dizer, porque esse recurso que foi destinado ele teve um retorno obviamente econômico muito grande. A pesquisa que o IBGE fez em dois mil e vinte em dezembro de dois mil e vinte o IBGE publicou

uma pesquisa junto com a FIRJAN e junto com o IPEA que a cada um real, um e oitenta e nove mais ou menos era o valor de circulação, porque aquilo ali girando ele incentivava a farmácia que comprava mais remédio, que aumentava a importação, que aumentava o transporte pra atender aquele município e também comprava mais comida, que incentivava... Então, quer dizer, é mais petróleo, é mais roupa, as pessoas passaram a comprar um celular melhor, a fazer um plano de internet melhor, pra poder atuar mais. Então quer dizer, houve ali também um fomento da economia muito grande e a gente apontava isso também nessas reuniões técnicas e nessas *lives*, de uma forma que as pessoas pudessem se apropriar e que orientava também que seria muito importante esse prefeito que estava com muito medo, mandávamos link de todas as políticas públicas, da Constituição Federal apontando ali os mecanismos inclusive apontados pelo TCU pra que ele tivesse tranquilidade de tratar essas políticas dentro do seu município e não tivesse medo de uma improbidade administrativa. Até porque nós tínhamos um outro problema, as eleições de dois mil e vinte. Então muitos municípios não utilizaram a lei, mas é importante dizer pra vocês que foram quatro mil setecentos quinze ou treze municípios que utilizaram. Muito pouco, menos de quatorze por cento que não utilizou a lei, ou seja, foi um sucesso absoluto esse recurso, ou seja, nós experimentamos o Sistema com dinheiro e eu sorrio assim porque é uma alegria. Além de ouvir muitos retornos, de ver projetos culturais pra crianças deficientes que não podiam mais ter o seu acompanhamento na APAE, na AACD ou ali dentro do SUS do acompanhamento de deficientes que tinham ali nas leituras de história, no circo virtual, um bem-estar, uma tranquilidade. Nós víamos pessoas comprando comida e conseguindo manter os seus filhos perto ali do pai e da mãe, as famílias não se desfazendo. Então tudo isso impactou o setor cultural nesse momento porque ele passou a ser um trabalhador. Então eu acho que isso melhorou até a visão das pessoas, que eu já

chamaria isso de pós. As pessoas viram que a cultura dá dinheiro, ou seja, dá retorno econômico, ela dá retorno em termos de cidadania e que o simbólico... de cada um que dizia “não, mas aqui não tem cultura” viu ali o seu cantor, viu ali o senhor que fazia performance ou que fazia... ou que é o Luthier. Poder fazer ali o seu instrumento e ter esse amparo da cultura, então como ela abrangeu muitos setores que as pessoas foram aprendendo que eram parte disso eu acho que o que a colheita disso vai ser muito positiva nesse futuro próximo que a gente luta tanto e quer que mude logo e logo logo. E que esse ano voe muito rápido. Porque as pessoas passaram a ter um contexto. Eu diria que o resultado da Lei Aldir Blanc foi que... eu acho que nunca na história... primeiro, o recurso foi único nunca que a Cultura recebeu um dinheiro tão grande de mecanismo direto pra execução. Segundo, que o retorno em termo social das pessoas passarem a se compreender parte do setor cultural e que a cultura faz parte sim da economia brasileira e como economia da cultura. Acho que isso é uma lição que ficou pra todos nós. E os trabalhadores da cultura que não se viam parte desse grupo e que passaram a ter voz. Como a gente viu aí do *backstage* que envolve todos aqueles trabalhadores que a gente não enxerga mas sem eles nada acontece. Então eu acho que esse é o pós. E se você for analisar, ninguém fala mal da Lei Aldir Blanc. As pessoas criticam porque o município não usou dinheiro direito, mas aí é uma questão de gestão pública mesmo. E eu acredito também que aquela regulamentação do governo federal, dez, quatro, meia, quatro que eles colocaram, que o administrador que não fizesse o processo direito seria punido, civil e penal que obviamente a gente viu ali que tinha um recado pro campo progressista, mas a gente percebeu que pós, os municípios que eram mais de extrema-direita foram os que mais distribuíram recurso errado, inclusive, pra servidor público com renda, e essas pessoas obviamente o tribunal... porque eles vão passar e os recursos estão lá e o tribunal de contas tem

dez anos pra analisar. Então essas pessoas com certeza esses dados serão cruzados e essas pessoas vão responder algum dia. Mas todos foram denunciados. A comunidade inclusive eu gostaria de colocar nessa pesquisa que eu tenho muito orgulho e é uma luta também pessoal que eu acho que a cultura compõe esse campo da cidadania. As pessoas passaram a se sentir parte de um país que os defendeu. De verdade. E eles viram isso a partir do momento que eles receberam ali o dinheirinho suado num momento tão difícil e eles se sentiram parte de algo que realmente funcionou. Então a gente viu pessoas discutindo lei, discutindo Regulamento, fazendo denúncia no Ministério Público sem dó, geral, mas geral fez. Eu acho que o Ministério Público nunca trabalhou tanto pra cultura, além da controladoria. Porque os gestores públicos acabavam... e eu mesmo dizia: “chama todo o corpo da casa civil e vão conversar com o controlador e leva esses documentos”. Eu tenho até um documento com todos os links dos quatorze diplomas do governo e das leis básicas que regulamentam essa lei. E ali eles iam com aquela cartilhazinha ali com a colinha e conseguiam fazer de fato que diversos setores fossem atendidos, inclusive os povos indígenas, rádios comunitárias e os demais fazedores de cultura. Então acho que isso é o pós. Acho que como ela ainda está sendo desembolsada e o prazo dessa prorrogação de prazo é junho e os estados e municípios vão ter então até o final do ano pra prestar contas, eu acho que a gente ainda vai ter mais coisas pra analisar. Mas eu observo no contexto social uma grande mudança nesse sentido pro setor cultural que eu acho que vai ser muito positivo pra quando a gente voltar e puder desenvolver aí o Ministério da Cultura de verdade pro setor cultural.

**P: Chris, na verdade, a última pergunta eram pontos negativos e positivos e de alguma maneira você adiantou, mas eu queria que... você tem mais alguma coisa a**

**destacar sobre a lei, sobre o processo. Porque a pergunta era sobre pontos negativos e positivos e que melhoras seriam possíveis ou necessárias? Vamos pensar um pouco aí nessa brecha que você terminou a sua resposta anterior, de perspectivas para o futuro. De aprendizagem e futuro.**

E: Olha, eu vejo o seguinte: eu vejo que o ponto positivo eu acho que foi muito mais relacionado a uma questão ideológica do que a da própria lei. Obviamente que a lei poderia ter sido melhor, ela poderia ter tido uma redação talvez um pouco melhor no sentido... foi uma lei pensada pra atender as pessoas de uma forma emergencial no meio de uma pandemia. A própria relatora ali com essa... desde a autoria da Benedita com todos os parlamentares que foram maravilhosos. Eles construíram e aprovavam: “Bené, é contigo o negócio”. E depois Jandira pegou e disse: “vamos junto todo mundo também”. E com essa escuta eu acho que a gente obviamente... não conseguimos fazer uma lei perfeita em três meses gente. No meio de uma pandemia com o governo lutando contra em todos os estados brasileiros. Porque a própria base do ódio contra a cultura ela está estabelecida em todo o país. Mesmo tendo focos menores, focos maiores a gente sabe ali que havia. E as *fakenews* também, porque enquanto as pessoas diziam “uma mamata” do outro lado a pessoa entendia que o marido dela era um trabalhador daquele setor de eventos e que não tendo show, que não tendo teatro esse cara não tem trabalho e que ele faz parte desse corpo, ele é parte de algo. Então esse cara até saiu mais bonito na foto, sabe? Depois desse processo. Porque ele é um trabalhador da cultura. Ele não é o segurança do evento. Então eu acho que teve assim essa desmistificação de nomenclaturas, mas também foi travada uma guerra muito grande que como eu já disse a sociedade acho que respondeu muito bem e as políticas afirmativas no contexto da cultura como um todo, da identidade brasileira, de todos ali se sentirem iguais. Eu

confesso assim pra vocês, de todas as pessoas que eu atendi – e foram milhares e milhares de pessoas - em nenhum momento eu ouvi direita ou esquerda, em nenhum momento ouvi que era a política do PT, em nenhum momento, nem um, nem uma vez, assim, nenhuma insinuação sobre isso. Porque era uma lei que as pessoas se viram, elas estavam dentro daquilo, era delas e a Benedita foi muito feliz porque ela - como é que eu vou dizer? - Isso é um objetivo dela. E eu acho que também do Partido dos Trabalhadores porque quando eu comecei a trabalhar ali como parte dessa construção, a partir da eleição do governo de dois mil e dezenove [em realidade, 2003], era que as leis são feitas pra que a sociedade se aproprie delas. Lei não é minha nem do partido, a lei é pro povo, a lei é pra sociedade. E ela foi muito feliz da forma que ela conduziu e me orientou pra que isso fosse passado pra sociedade. E as pessoas de fato realmente passaram a perceber que essa lei era deles, não era de um deputado ou de outro. Eu acho que essa é uma vitória em relação a esse contato da sociedade com o Congresso Nacional com o seu deputado. Não só naquele momento do voto e depois xingar. Quer dizer, você passou a ter ali uma construção coletiva e esse exercício da cidadania eu acho que vai nos colher frutos muito bons. O lado negativo eu acho que foi a questão dos gestores que não acreditam na cultura. E isso foi um tiro no pé pra eles. Porque quem não acreditou no potencial da cultura e dessa lei para o seu município prejudicou o seu município porque esse município não teve a evolução, não vai ter o desenvolvimento e não vai colher os frutos que poderia a partir de um amparo. Aí outra coisa também que eu ouvi até nesse final de semana na conferência que eu estava. Uma colega assim muito... ela ficou até um pouco acabrunhada assim de falar meritocracia. “Se isso era uma meritocracia”. Aí eu lembrei pra ela que o papel do Estado é proteger e desenvolver a sociedade. Não existe outro papel. Somente esse. É o desenvolvimento da sua população. Porque sem território e

sem população que de uma forma errada a ordem econômica chama de produção, a população e o território é o que mantém uma sociedade, é o que mantém o Estado. Quer dizer se você tem uma sociedade ativa e capacitada e incentivada pelo Estado você tem aí um país com certeza muito diferente desse do que nós estamos vivendo hoje. Então não existe a meritocracia. E eu acho que essas questões que mesmo as bases de extrema-direita que não quiseram o recurso da lei muito por inabilidade, outros por medo em função até do processo eleitoral que aconteceria, ou por de fato acreditar que a cultura não vale mesmo, que a cultura é o cara que já nasceu pronto no palco, que não tem formação, que não tem nada. Essas pessoas com certeza serão cobradas historicamente. Porque ali o próprio município ao redor, ele teve um amparo e essa comunidade com certeza vai trazer esse processo de evolução para os demais municípios e aí você cria uma rede de consciência, de desenvolvimento social e capacidade intelectual de compreensão da política mesmo. Eu acho que, mesmo dentro da análise negativa da lei que foi feita com pressa, mas foi feita com muita atenção no que as pessoas precisavam - eu acho que esse é um ponto muito positivo - esse princípio desse vínculo sociedade e poder legislativo foi fantástico e o exercício da cidadania que desmistificou muitos equívocos. Então acho que nós tivemos ali uma vitória em todos os sentidos. E aqueles que não acreditaram se prejudicaram e a história vai fazer o papel aí, o seu dever de casa de cobrar dessa turma. Eu acho que é isso assim, acho que realmente... e eu vejo uma coisa maior nisso. Eu vejo essa reconstrução. Então eu já dando esse... contando pra vocês aqui um pouquinho, a Lei Paulo Gustavo ela traz um pouco dessa continuidade da Lei Aldir Blanc porque ela inclusive cria o vínculo orçamentário por isso que é um PLP. Um PLP é uma lei complementar. É um projeto de lei complementar que ele tem o poder de alterar uma lei vigente. Ele não precisa mudar a Constituição Federal, mas ele pode mudar ali um item, no caso,

da Paulo Gustavo é da Lei Orçamentária, porque ela está fragilizada. O governo federal aprovou um projeto de lei, uma lei que já está vigente que ele pode utilizar os recursos dos fundos, todos eles, para pagar dívidas da União. Ele faz isso, então quer dizer, a Paulo Gustavo ela vincula o superávit, quer dizer, o recurso da cultura pra cultura, esse dinheiro vai ter que ser usado via Sistema Nacional, que está com a regulamentação pronta já na CCJ pra ir pro Senado. Então, a parte boa é, nós temos a lei Paulo Gustavo, que só falta uma votação pra ela ser aprovada, então nós temos que defender essa lei. Essa lei agora tem que ser votada em fevereiro, porque senão ela não vai conseguir mais alcançar os objetivos que deveria porque daí vai virar a jogada governamental eleitoral. E nós não queremos. Ela tem o mesmo objetivo da Lei Aldir Blanc. A segunda questão é que, a partir da Lei Aldir Blanc, nós vimos várias questões que nós temos que corrigir inclusive na legislação brasileira pra cultura. E a Lei Paulo Gustavo ela já corrige muito isso. É uma coisa curiosa, porque quando eu estava desenhando o relatório do Sistema junto com a deputada Benedita ali com todo o Brasil, o Marcos Souza estava fazendo o PLP com o senador Paulo Rocha bem quietinho. Lembrando que o senador Paulo Rocha é o autor da PEC cento e cinquenta, que trata especificamente do recurso da cultura. Que está parado lá. Então quer dizer quando você tem esse vínculo e já sabia as coisas que precisavam serem feitas e coloca uma equipe top de orçamento do Senado Federal pra tratar essa lei com o coordenador que é "o cara", quer dizer, ele já sabia ~~ali mais ou menos~~ o que ele estava fazendo. Então essa lei vai propiciar um vínculo orçamentário, essa lei vai propiciar usar o dinheiro da cultura que é o superávit que está parado e que pode ser usado pra pagamento da União, então nós não queremos isso. Ela defende que o recurso da cultura seja cumprida a Constituição Federal. O dinheiro da cultura vá pra cultura. E ela também trata da reafirmação, ou seja, ela exige o cumprimento do

Sistema Nacional de Cultura, daqueles que existem ou de você criar ali um mecanismo mesmo que seja emergencial, mas você já tem ali o exemplo da Lei Aldir Blanc, então você pode se utilizar desse mecanismo pra você executar a Lei Paulo Gustavo. Ele é uma lei muito justa dentro da legislação da lei orçamentária nacional, portanto as controladorias e o setor jurídico dos gestores vão ter muito mais tranquilidade pra trabalhar porque ela é uma lei muito... eu digo que o Marcos foi o maestro, ele foi ali... tipo, ele acertou as notas certinho e ele fez obviamente após esse resultado da Lei Aldir Blanc e dentro disso nós trabalhamos uma lei que nós chamamos de marco regulatório das políticas de fomento pra cultura. Que foi criada inclusive com a visão de como a PGR vê a cultura, em conversas com várias outras pessoas e técnicos. Ela já está protocolada é o PL trinta e nove zero cinco de dois mil e vinte e um que ele cria uma caixa de ferramentas pra você trabalhar, por exemplo, é uma premiação? Quê que é uma premiação? Qual é a lei que regulamenta essa premiação? Quais os documentos que devem ser criados pra essa regulamentação? Ou seja, a Lei Aldir Blanc nos deu condições, Lia e demais pesquisadores, pra que a gente então.... só pra concluir, que eu e o Marcos a gente não se falou e quando eu mandei o meu relatório pro Marcos - que eu mandei de manhã ele mandou a Paulo Gustavo de tarde pra mim -, aí eu falei: “caramba, tu me leu”. Foi uma coisa respeitando a Constituição Federal e as políticas constituídas na nossa gestão no país. Então isso foi muito muito muito muito positivo. Porque é uma lei já amarradinha. Então o futuro é isso. Nós termos o Sistema funcionando, nós termos um orçamento vinculado que a Paulo Gustavo nos permite isso, que já está aprovado no Senado. É só mais uma batalha e ela já está no bloco de projetos pra ter pra derrubada de veto. Então não tenham medo de lutar pela Paulo Gustavo porque senão o [Paulo] Guedes pode pegar esse dinheiro a qualquer momento. Enquanto essa lei estiver com força ele não vai mexer. Mas quando essa lei perder a

força ele vai tirar esse dinheiro da gente. E ter o projeto da caixa de ferramentas, que começa a circular agora inclusive nós pretendemos abrir o ano com uma audiência pública sobre isso e pra gente poder reconstruir o Brasil e a cultura a partir de dois mil e vinte e três já com algumas pecinhas do jogo já encaminhadas.

**P: Chris, é isso. Se você quiser acrescentar mais uma coisa...**

E: Não, eu acho que eu estou satisfeita, sim. Falei pra caramba, acho, não sei se era isso mesmo. Mas esse é o processo que aconteceu e essa é a visão de uma assessora técnica que trabalha sobre o comando de uma deputada que é a nossa deputada Benedita da Silva junto com a bancada dos trabalhadores e junto com todo o setor cultural do Brasil. Não tem uma vírgula que não foi construído com todo mundo. E o objetivo de fato é a gente ter a retomada do setor e a gente conseguir fazer aquilo que a gente ficou de fazer ainda em dois mil e dezesseis e não deu tempo, mas muito melhorado, porque a Lei Aldir Blanc, com certeza, com o Sistema funcionando, a gente vendo ali a operacionalidade dele na real, a gente viu o quê que poderia ser melhorado. E a gente está com isso prontinho circulando, agora temos que aprovar pra gente voltar direitinho e conseguir reconstruir o Brasil. Da minha parte, é isso.

**P: Chris, muito obrigada.**

E: Obrigada também.





Universidade Federal Fluminense - UFF  
Laboratório de Ações Culturais - LABAC  
APOENA – Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações Culturais  
– foco RJ  
[pesquisa.apoena@gmail.com](mailto:pesquisa.apoena@gmail.com) – <https://apoenaredecultural.wordpress.com>

Projeto APOENA  
Entrevistado (E): **Marcos Souza**  
Data: 18/03/2022

Pesquisador entrevistador (P):  
P1: Lia Calabre  
P2: Luiz Augusto F. Rodrigues  
P3: Ana Lúcia Pardo

Transcrição/responsável: Manuela Queiroz Beser - Data:  
04/04/2022  
Ajuste da transcrição: Alexandre Barbalho - Data: 16/07/2022  
Ajuste final: Luiz Augusto F. Rodrigues – Data: 12/05/2023

**P1: Boa tarde. Rio de Janeiro, são 17 horas, 18 de março de 2022. Estamos aqui pra gravar um depoimento do Marcos Souza, que está sendo pela plataforma para o projeto “Apoena - Rede de diagnóstico e avaliação de políticas e ações culturais com foco no Rio de Janeiro”. Estão presentes na sala virtual eu, Lia Calabre, Luiz Augusto, coordenador do projeto, e a pesquisadora Ana Lúcia. Primeiro, Marcos, muito obrigada por ter aceito e estar compartilhando. A ideia é termos uma entrevista usando a metodologia de história oral, então a gente vai fazer um pouco de perguntas de um bloco de trajetória pessoal e depois a gente vai então fazer uma segunda**

**parte mais focada na lei. Obrigado, já a princípio, por você estar aqui com a gente.**

E: Beleza, estou à disposição de vocês.

**P1: Bem, eu queria que você começasse dizendo seu nome completo, lugar de nascimento, formação, a sua experiência profissional de forma sintética, aquilo que você acha que é importante.**

E: Está bom. Meu nome é Marcos Alves de Souza, eu tenho 56 anos. Eu sou candango, eu sou brasileiro da primeira geração que nasceu aqui em Brasília quando a cidade tinha cinco anos. Eu sou filho de servidores públicos. Minha formação é antropólogo... em Antropologia. Eu tenho também mestrado em Antropologia Social. Eu fiz o doutorado, mas não defendi a tese. Eu tenho todos os créditos concluídos e qualificação também, mas eu tive um problema de saúde durante o doutorado e eu não concluí, também em Antropologia, tudo na UnB aqui. Eu sou servidor público da carreira de especialista em políticas públicas e gestão governamental desde 2002. É uma carreira do Ministério da Economia. Era do Ministério do Planejamento, agora é do Ministério da Economia, de exercício descentralizado em qualquer órgão público federal. Então, por exemplo, Lia e Ana Lúcia trabalharam com um colega meu, da minha carreira, que também trabalhou comigo que é o José Vaz. A Lia lá na casa Rui e a Ana Lúcia na representação do MinC [Ministério da Cultura] no Rio. Então, essa carreira tem essa possibilidade de exercício descentralizado em qualquer órgão público federal do Poder Executivo, da administração direta e da administração indireta. Eu, durante a minha carreira no serviço público, a maior parte do tempo, eu trabalhei no Ministério da Cultura. Eu tenho passagens pela Funai [Fundação Nacional do Índio], pelo Ministério do

Desenvolvimento Agrário, até antes da Funai. Antes de ser servidor, eu também cheguei a trabalhar no Ibama [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis]. E a maior parte, então, foi no Ministério da Cultura nas gestões Gil, Juca, Marta e Juca de novo [ministros da Cultura], até 2016, de 2004 a 2016, com a exceção do período da Ana de Holanda, quando eu fui para o Ministério da Justiça, onde eu trabalhei na Secretaria de Assuntos Legislativos e depois eu fui para o CAD, eu trabalhei no CAD, no Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Depois do golpe de 2016, eu fui pra Ancine [Agência Nacional do Cinema], eu trabalhei no escritório da Ancine daqui de Brasília. E desde 2018, eu estou no Senado, para onde eu fui, primeiramente para o gabinete do senador Humberto Costa que foi quem me convidou pra trabalhar com ele a partir de 2019, assessorando a liderança do PT no Senado. Então, meu trabalho é assessorar todos os senadores da bancada em alguns temas específicos, porque a liderança trabalha com, vamos dizer assim, com os setorialistas. Tem a equipe de economia, tem, enfim, de saúde, de segurança e por aí vai. E eu sou o setorialista para a área de cultura, de, vamos dizer, direitos digitais, regulação da Internet porque, pelo meu trabalho lá no Ministério da Cultura, eu acabei tendo muito contato com esse tipo de coisa e me aprofundei lá no Senado. Aí coisas como Lei Geral de Proteção de Dados, PL [Projeto de Lei] das Fakenews, essas coisas assim sabe?! E também direito autoral e propriedade intelectual. Então, eu acompanho esses assuntos. Falando então do Ministério da Cultura, eu construí a minha trajetória lá, toda no setor de direitos autorais. Eu fui para lá integrar a equipe do direito autoral e também para trabalhar com a negociação na Unesco que resultou na Convenção da Diversidade Cultural, porque era o único setor lá no MinC que tinha experiência em negociação internacional. Só que depois que eu fui para lá, em pouco o tempo o meu chefe ficou doente e veio a falecer. Ele desenvolveu um câncer

terrível, esse mesmo que levou o Luiz Melodia e essa jornalista da Globo que morreu recentemente, como é que é o nome dela mesmo?! Eu vou lembrar no decorrer... Como se chama... Mieloma múltiplo, o câncer. Então, em pouco tempo eu tive que assumir a chefia do setor porque não tinha quem assumisse. E eu acabei me especializando nessa área de direito autoral, me especializando assim, estudando sozinho, aprendendo, lutando e, enfim, acabei sendo uma das referências nesse campo aí no Brasil, mesmo não sendo jurista, advogado. Mas, enfim, mais no campo da política pública sobre direito autoral e é isso, esse sou eu [risos].

**P1: Marcos, você já falou, mas eu queria que você falasse um pouco sobre seu envolvimento, acho que você já veio fazendo uma descrição sobre a política cultural mais estritamente. Só queria saber se você quer destacar mais alguma trajetória, algum momento da tua trajetória como agente da política cultural.**

E: Obrigado, Ana Lúcia, Cristiana Lobo. Cristiana Lobo, que foi a jornalista da Globo que eu estava citando. Enfim, que que eu posso dizer mais? Eu, na verdade, eu tinha um plano para uma vida acadêmica, eu me preparei pra ter uma vida acadêmica no campo da Antropologia. E acabou que eu tive algumas decepções e, por outro lado, eu vi que não era exatamente aquilo que eu queria. Eu queria dizer, assim, eu não tenho nenhuma inveja de vocês que são professores [risos] porque, nossa que vida difícil, essa coisa de a gente estar sempre devendo alguma coisa quando é professor. Sempre tem que fazer artigo, tem que corrigir trabalho de aluno, nossa, um inferno! Eu não, eu vi que eu não queria isso. Eu, então, tive, como falei, uma passagem pelo Ibama, no governo Fernando Henrique [Cardoso - FHC]. Antes disso, eu até ainda, quando eu estava fazendo doutorado, eu identifiquei uma terra

indígena, eu criei uma terra indígena lá em Roraima. Então eu tenho uma passagem nesse campo da etnologia indígena e tudo. É um grupo, foi na terra indígena que chama Muriru, para o grupo Wapixana. Na época, eu aprendi a falar um pouquinho de Wapixana. Eu conheci a Joênia naquela época, a hoje deputada federal Joênia Wapichana. Enfim, eu tive essa experiência. Depois, quando eu cheguei à conclusão que eu não queria ser professor, não queria seguir uma vida acadêmica, eu passei pelo Ibama, num daqueles contratos PNUD [Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento] que era comum no governo FHC. E quando eu vi, eu trabalhava com licenciamento ambiental e eu fazia análise então da parte socioeconômica, de empreendimentos, junto com outras pessoas. E eu estava vendo que eu ia perder o emprego, porque eu dava cada pau nos empreendedores. Só Belo Monte eu rejeitei quatro vezes, e os empreendedores já chegavam lá no Ibama falando que “olha, mas não passa para aquele tal de Marcos viu?!” [risos]. Então, vendo aquilo, eu cheguei, acho que eu preciso de estabilidade, eu vou fazer um concurso [risos]. E aí está, tinha esse concurso aberto. Eu nunca planejei “eu queria ser gestor”. Era o concurso que estava aberto ali naquele momento que eu trabalhava no Ibama. Aí eu me inscrevi e acabei passando, enfim, é isso. Eu acho que no campo do direito autoral eu consegui fazer várias coisas. Eu consegui, por exemplo, enfrentar com sucesso o Ecad [Escritório Central de Arrecadação e Distribuição] e colocar o Ecad sob regulação estatal. Eu consegui criar um tratado que não foi para dar mais direitos a titulares, não, mas para limitar os direitos dos titulares de direitos autorais em face, em benefício de grupos como os cegos, disléxicos etc. chamado Tratado de Marraqueche. Eu consegui estruturar o setor, criar uma equipe e estabelecer com a ajuda do Vaz, do José Vaz, que eu mencionei aqui, do Samuel Barichello, outro gestor, outro também da minha carreira, uma inteligência estatal para lidar com o tema do direito autoral, mas que

infelizmente depois do golpe o que sobrou disso, dessa inteligência, foi usado para o mal, o lado mal da força, vamos dizer assim [risos]. Então é isso, eu sou facinho... [risos]

**P1: Marcos, descreve para gente um pouco mais desse papel da assessoria parlamentar de uma forma geral, se você identifica alguns elementos que têm que sejam específicos pra essa ação de assessoria no campo da cultura. Porque assim, você falou é “setorialista”, um pouco assim, como é que é fazer assessoria em geral e se tem especificidades fazer assessoria no campo da cultura?**

E: Tem sim, viu Lia?! Bom, primeiro assim, por que que eu fui parar lá? Então eu vou contar um pouco essa história aí mais detalhada da minha trajetória a partir do golpe, ou chegando no golpe. Naquele momento, em 2016, quando se afigurava que teríamos um golpe, mesmo sendo servidor de carreira, eu falei com o Juca, com o ministro, com o secretário executivo João Brant. Falei, “eu vou entregar meu cargo, eu não fico, eu não concordo, não é que eu ache que o governo Dilma era uma maravilha, mas ela ganhou a eleição e não é desse jeito que você tira um governante, tem que esperar na próxima eleição, ela não fez nada e eu não fico”. Aí eles insistiram muito comigo, “você desenvolve política de estado, você é servidor de carreira, você tem que ficar com não sei o que, blábláblá”. Enfim, eu, tolo que fui naquele momento, dei ouvidos a eles. Eu fiquei. Naquele momento do Temer entrando, extinguindo o MinC. E eu, sem falsa modéstia, porque vocês sabem que aquele movimento todo aí no Capanema dos artistas importantes foram puxados em larga medida por minha causa e a minha política que eu desenvolvia, não é?! O Caetano [Veloso], a Paula Lavigne levando aquela galera lá toda... Aí entra Marcelo Calero, que é logo no começo. E eu esperei ele entrar, pedir reunião pra entregar meu cargo e me colocar à

disposição dele. Ele me convidou para ficar de uma forma meio torta e estranha, mas, enfim, fui ficando. Mas logo, muito muito rapidamente, deu pra perceber que haveria uma reestruturação do MinC. E a principal fonte dos cargos era o setor que eu tinha lutado pra estruturar, aí eu falei “ah, vocês querem saber, vocês vão à merda”. Aí eu fui, descobri isso e pedi exoneração. Eu fui chamado até na Secretaria Executiva, eu falei “ah não, não quero, olha, vocês façam o que vocês quiserem, eu não tenho nada a ver com isso né?! Mas eu não sou obrigado a ficar com vocês, eu quero respirar outros ares”. E assim foi, fui sair. Naquele momento então, a Ancine era um porto seguro pra mim, porque nós tínhamos ali o Manuel Rangel ainda na Presidência, com seu mandato ainda vigente. Eu conversei com ele e ele me convidou. Eu fiquei lá no escritório de Brasília, aqui de Brasília, sem cargo nem nada, só, vamos dizer, um técnico ali. Só que foi um período difícil pra mim porque aí o Marcelo Calero ficou com raiva de mim e ele não liberava. Essa minha ida pra Ancine, porque ele tinha, apesar de eu ser do Ministério do Planejamento na época, ele tinha que dar o “de acordo”, porque a Ancine está vinculada ao Ministério da Cultura. Então, eu passei oito meses tendo que bater ponto na Esplanada lá no Ministério do Planejamento e ir pra Ancine, que o Ministério falou, “você pode ir pra lá, vai pra lá, mas você tem que bater ponto aqui”. Assim, uma coisa desagradável. Enfim, mas tudo bem, né?! Eu fui fazendo isso até que o Calero, em função daquela coisa lá com o Geddel [Geddel Quadros Vieira Lima, então deputado federal], ele saiu. E quando entrou depois dele o Roberto Freire. Foi o primeiro ali. Ele assinou então a autorização para eu ir para Ancine, aí acabou essa situação. Aí fiquei tranquilo lá até o fim do mandato do Manuel, aliás até um pouquinho depois porque depois do Manuel, a Débora Ivanov, ela ainda assumiu ali a Presidência, eu acho que em caráter interino durante um tempo. Aí quando o Sá Leitão e o Cristian entraram ele virou os homem forte ali no escritório. Aí esse cara me botou de castigo.

Eu fiquei meses, acho que foram seis meses, na seguinte situação: eu tinha que ficar numa sala lá no cantinho do escritório sozinho. Ninguém podia falar comigo, os outros servidores e tudo e eu não tinha tarefa nenhuma, mas eu tinha que ficar oito horas ali. É assim, castigo, sabe?! Eu quase enlouqueci com aquilo. Mas ao mesmo tempo eu era a pessoa mais informada que você pode imaginar. Eu passava o dia lendo os jornais do mundo todo, lendo coisas. Mas foi um inferno. E eles prepararam porque não é uma coisa simples você devolver um gestor contra a vontade dele para o Ministério do Planejamento. Então, eles preparando o terreno para me devolver para o Planejamento, e aí surgiu esse convite do Humberto Costa, pelo seguinte: lá em 2012, na gestão Ana de Hollanda, teve a CPI do Ecad no Senado. Essa CPI resultou num PL. Esse PL é o PL129, eu acho que era isso, resultou numa lei que foi construída, que ele foi adiante só quando a Marta [Suplicy] entrou. A Marta entrou, eu fui uma das primeiras pessoas que ela convidou, eu nunca tinha visto Marta na vida nem nada. Foi assim, gente como Molon [Alessandro Molon, então deputado federal], como o Randolfe [Randolfe Rodrigues, então senador], como os artistas também que falaram, “olha, traz ele de volta”. E aí ela me convidou, voltei e a gente... eu toquei esse PL lá pelo Ministério, a lei 12.853, essa que regula o Ecad. E o relator desse PL lá no Senado foi o Humberto Costa, que era líder do Governo naquele momento em 2013 e ele ficou muito impressionado comigo porque eu dei uma dobrada no Aloysio Nunes [então senador] que estava irredutível com aquelas coisa de tucano contra a regulação do Estado. Ai que pecado aquela coisa toda... Aí, eu dobrei ele. E isso ficou na memória dele e quando estava em 2018, 2017 para 2018, ele estava procurando uma pessoa que lidasse com digital, com cultura, com não sei o quê e ele pediu sugestões ao Juca [Ferreira], ao João Brant e ao Alfredo Manevy. E os três falaram, Marcos Souza. Aí foi isso que aconteceu. Aí ele, “ah, será que ele topa?” - eles me falaram depois - “será que

ele topa trabalhar comigo?!” “Ah não sei... está aqui o contato dele, pergunta pra ele” Aí foi o que me salvou, daí eu fui para lá. Então quanto à especificidade do trabalho, é assim, realmente são os PLs, não tem jeito. Primeira coisa, é bom que se diga que a liderança do PT é famosa lá no Senado como assessoria da liderança, como de altíssimo nível, porque ela é especializada. Lá não tem gente assim... aquelas pessoas que caem de para-quedas, não tem, é tudo carregador de piano no seu campo de atuação, no seu campo de conhecimento, melhor dizendo. E não tinha para cultura, não tinha, era tocada de forma amadora, porque não tinha um assessor para isso. E aí foi isso. Não é porque eu trabalhava só com direito autoral que eu não tinha conhecimento dos outros assuntos, inclusive porque eu fazia parte de núcleo estratégico, núcleo galáctico [risos], reuniões de segunda do Juca, aquelas coisas todas. E, aí, claro eu tive que estudar mais os outros assuntos da cultura. Mas aí levei e aí, sabe o quê?: eu sou o único, o único assessor do Senado de parlamentar ou de bancada que é só pra cultura. Eu sou o único. Além de mim, só tem os consultores e a consultoria do Senado também é por área. É separada por área. Os de cultura - tu não tem ideia - aquelas pessoas que nunca, nunca tocaram uma política pública, sabe?! Então é tudo assim, teórico, e à distância. Sabe aquela coisa completamente dissociada... Então, eu canso de dar pancada naqueles caras que ganham 35 conto para falar besteira, então é pau neles [risos]. Batendo escanteio e correndo pra cabecear, e a bola batia na trave, eu ainda fazia uma bicicleta e mandava pro gol. Não sei se eu respondi, mas é esse o universo de trabalho lá. Não tem como, se tem assunto de cultura que passa no Senado, vai passar por mim e eu tenho que dar uma opinião balizada e de acordo – isso que é interessante, que é uma regra não escrita, vamos dizer assim – de acordo com a perspectiva do PT, de esquerda. Um olhar do PT sobre aquilo ali. O que que seria um olhar do PT sobre esse PL?! “Ah tem que ser assim”. É isso.

**P1: Agora a gente vai passar um pouco para a Lei Aldir. Fala para gente um pouco como é que se deram as primeiras articulações no Senado, na verdade, em torno da defesa dos trabalhadores da cultura logo no início da pandemia. Mesmo antes da lei estar andando, a gente tem várias mobilizações nas diversas casas legislativas nos diversos níveis. Como é que é isso no Senado?**

E: A primeira coisa que é bom que se diga... vamos lá resgatar o que que aconteceu em 2020. A grande novidade foi a pandemia. Então, a primeira coisa que aconteceu que tem influência sobre a Lei Aldir Blanc foi a decretação da calamidade pública. Isso é importantíssimo. Então, a primeira coisa foi isso aqui que eu vou botar aí para vocês, o Decreto Legislativo n. 6 de 2020. Está aqui o link dele no chat. Então, esse Decreto reconhece a calamidade pública em todo território nacional decorrente da pandemia. Por que que isso é importante? Porque por força disso, lá no artigo 167 da Constituição, olha só onde é que eu estou buscando, tem um parágrafo 3º que fala isso daqui que eu vou botar aí no chat. Veja o que diz esse parágrafo 3º, isso é o artigo 167 da Constituição: *a abertura de crédito extraordinária somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública*. Por que? Porque crédito extraordinário não pode ordinariamente, até o nome diz isso, porque tem as regras fiscais... Notadamente, são três as regras fiscais mais importantes: a meta de resultado primário, o teto de gastos e a regra de ouro. Quando se decreta a calamidade se abriu a possibilidade de você ter MPs [Medidas Provisórias] de crédito extraordinário para fazer frente à Covid, aos efeitos da Covid. Veja que o decreto de calamidade, o decreto legislativo é do dia 20 de março, bem no iniciozinho ali da pandemia, 20 de março de 2020. Aí a outra coisa que aconteceu foi o orçamento de guerra. Isso é fundamental para entender as coisas. O

orçamento de guerra que foi a Emenda Constitucional 106 de 2020 (está aí o link). Eu estou matando a cobra e mostrando o pau, viu?! [risos]. Assim, tudo é registradinho aqui. O orçamento de guerra cria, vamos dizer, ele ajuda, ele completa o serviço no tocante à suspensão dessas principais regras fiscais, está bom?! Mas, assim, para efeitos da Lei Aldir Blanc eu considero o decreto legislativo da calamidade até mais importante do que o orçamento de guerra, mas o orçamento de guerra também foi importante. Eu estou colocando aqui na ordem mais ou menos cronológica. Lembrando que essa emenda constitucional ela só sai em 7 de maio, mas ela começou, foi o Rodrigo Maia que começou com essa história ainda ali em março também quando a pandemia explodiu. A coisa relevante, que aí sim começa a movimentação toda no Congresso, foi o PL 873 do Randolfe (nossa estou dando mastigado pra vocês [risos]. O PL do Randolfe foi o que criou o auxílio emergencial, aquele que o Bolsonaro queria dar duzentos e o Congresso subiu a quinhentos e aí então “eu vou dar seiscentos” [em referência ao Bolsonaro]. Aquela história toda. Todo mundo sabe dessa história. Isso resultou desse PL, o auxílio emergencial. Esse PL juntou - eu vou abrir aqui, eu vou pegar aqui o outro -, ele teve apensado a ele, o PL 1064 - nossa eu abri esse PL cadê ele? - de 2020 de autoria do Humberto Costa. Aí o escriba fui eu, e eu vou mandar aqui para vocês esse PL. A gente tinha apresentado esse PL no final de março, no dia 27 de março, uma semana depois do decreto legislativo da calamidade pública. O nosso PL, o 1064, ele criava um auxílio emergencial para os trabalhadores da cultura de um salário mínimo. Só que o PL que comandou foi o 873 do Randolfe. Então o nosso 1064 foi apensado ao do Randolfe. Ele tramitou junto. E aí o 1064, aliás o 873, além de estar ali apensado, eu apresentei algumas emendas. Vocês podem olhar aí na página do PL 873 as emendas, tem 53 emendas. Tem uma emenda que eu apresentei, o Humberto Costa apresentou, e eu fiz, que pegava já uma parte do 1064 e o fato

é que o relator lá no Senado foi o Esperidião Amin. No seu relatório, ele teve que analisar o 1064 também porque estava apensado. Aí ele diz o seguinte no relatório (estou passando os links tudo pra vocês não duvidarem de mim) ele fala assim: “com relação ao PL 1064 de 2020 do senador Humberto Costa acrescentamos os trabalhadores da área das artes e da cultura no rol dos beneficiados pelo auxílio emergencial desde que cumpridos os requisitos do artigo blábláblá”. Enfim, ele botou umas coisas aqui. Aí ele falou: “quanto às isenções dadas, acreditam devam ser verificadas em outras proposições de temáticas semelhante que em breve serão analisadas por essa Casa”, porque no 1064 eu fazia barba, cabelo e bigode para o setor cultural. Eu dava esse auxílio de um salário mínimo; a gente colocava também a suspensão da cobrança de tributos federais para casas de espetáculos, cinemas etc.; suspensão de tributo federal para as pequenas empresas do audiovisual - menos Condecine [Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional], a Condecine continuou. Aí ele falou essa história de que “vejam em outras proposições”. Está aqui o momento no relatório dele, do Esperidião Amin, quando ele fala do PL 1064. O fato é que no auxílio emergencial, o dos 600 contos, entrou já aí no Senado porque é um PL de iniciativa do Senado, os trabalhadores da cultura. Já foi uma coisa e tanto.

**P1: Marcos, isso significa que os recursos que você havia localizado, eles continuam a existir na medida em que não foram eles que foram...**

E: isso. Eu aí, eu usei agora na Lei Paulo Gustavo, Lia. Entendeu? A Lei Paulo Gustavo tem aqueles que eu localizei como fonte, porque aí depois... [risos]. A Lei Paulo Gustavo é outra história, chegou, não tinha mais orçamento de guerra nem calamidade decretada, porque a calamidade foi até 31 de

dezembro de 2020. E na Lei Paulo Gustavo então eu tive que fazer uma engenharia, uma arquitetura para dar conta das regras fiscais. Que eu até mudo a LRF [Lei de Responsabilidade Fiscal]. Você sabia que, de agora em diante, com a Lei Paulo Gustavo, ela sendo sancionada ou mesmo que vete depois a gente derruba, toda vez que tiverem pandemias, calamidades, desastre etc. que afetem, que causem efeitos socioeconômicos sobre o setor cultural, as ações que forem emergenciais, que forem direcionados para ele, não computam na meta de resultado primário e devem ser direcionadas por meio de uma MP de Créditos Extraordinários? Já pensou? Olha, eu só vou contar isso [risos] depois da sanção... que ainda está para sanção, mas eu passei isso lá na Paulo Gustavo. Mas voltando para a Aldir Blanc que é o objeto da pesquisa. Enfim, foi isso, nós, no final das contas, por conta dos caminhos que eu fui dando e porque o Fórum de Secretários Estaduais de Cultura me escutaram, confiaram no meu taco é que a coisa foi três bi.

**P1: Marcos, você consegue identificar, por exemplo, você mesmo contou a sua passagem pelo Ministério e uma série de ações e políticas que foram tendo continuidade e que foram descontinuadas a partir do golpe. A gente pode dizer que o caminho que leva à lei de alguma maneira se aproveita dos processos de aprendizagem em especial da participação da sociedade civil? Porque a gente está pensando pelo campo de dentro, da construção, dos técnicos. E como é que é essa questão da presença da sociedade civil, da mobilização sobre o Legislativo, como é que isso soma, como é que a gente poderia pensar ou se a gente pode pensar sobre isso ou se a gente não pode pensar sobre isso, enfim.**

E: Sobre a participação da sociedade civil, é inegável que a Jandira fez uma escuta da sociedade civil que se mobilizou, participou, fez sugestões, sim, foram incorporadas, mas claro, uma coisa é o que a sociedade civil fala - “eu quero, me inclua aí”. Aí tem aquele artigo enorme com não sei quantos incisos fala, não sei quem está, eu não sei quem, não sei quem, não sei quem, não sei quem... Aquilo ali foi devido a esse processo de oitiva que ela fez. Mas isso tem que ser traduzido para linguagem legislativa. Sim, a participação da sociedade civil principal... Agora, não é em qualquer processo legislativo que isso acontece. A Jandira fez na Lei Aldir Blanc, nós fizemos na Lei Paulo Gustavo, no campo cultural isso é comum, esse tipo de mobilização, participação e oitiva, mas em outros PLs não têm nada. Às vezes é assim, tem um PL, tem uma audiência pública. Aí a audiência pública [risos] na Câmara e no Senado vai um presidente, um parlamentar, dois, ninguém dá bola. Na verdade, a audiência pública é mais um recurso que é usado para você ganhar tempo, entendeu? Para não ir à votação uma coisa que você não quer e você “não, vamos fazer uma audiência pública”. E, claro, depois você vai usar os pedaços da audiência pública que te interessa, na defesa da posição que você já tinha. Mas não é comum no Parlamento então a oitiva. Aquele lá no site do Senado, todo PL, toda proposição, tem a votação. Ah isso é uma coisa interessante, Lia, que eu vi que acontece. Com esse Governo, antes desse Governo já, aí em 2018, começou isso, os robôs deles é quem votam, aquilo está automatizado, sabe? A gente consegue levar as pessoas para votar “sim” e é automatizado... Eu acho que eles têm uns robzinhos que ficam vendo assim, analisa, autoria de quem do PL, que está tendo muito voto ali. Ah, se a autoria é da oposição, aí eles acionam o robô. Aí é impossível concorrer. Você pode ver que sempre quando é PL da oposição tem mais *não* do que *sim* nas votações do Senado. Mas claro, quem ganha sempre fala “inclusive eu ganhei”, mas aquilo ali não quer dizer nada. Ninguém dá a mínima para aquilo ali. E no

caso da cultura que é mais marcante, que é muito devido assim também ao processo todo que o setor ficou, vamos dizer, acostumado em função das gestões Gil e Juca... Aí é normal, acontece e é efetivo porque é uma coisa que eu fico explicando para os meus colegas da liderança e para os parlamentares lá da minha bancada... [queda de conexão]

E: Bom, então, eu estava falando pra vocês sobre a participação social. Então, não é comum para todas as áreas lá no Congresso, mas na cultura a gente pode falar que é comum, por uma cultura criada pelas gestões Gil, Juca etc. E uma coisa que eu costumo dizer então para os colegas da liderança e pros parlamentares da bancada é que na cultura o processo é quase tão importante quanto o resultado. Entendeu?! Ou seja, é fundamental você ter essa participação social porque as pessoas têm que se sentir, as pessoas do universo cultural, não só como participantes, mas como agentes daquele processo que vai resultar então numa lei aprovada etc. E a lei então passa a ser também dessas pessoas. Então, assim é que eu percebo essa questão.

**P1: Marcos, por exemplo, mais especificamente no Senado, vocês articularam? Porque na Assembleia houve uma série de articulações, de webconferências e de discussões. E a gente sabe que no momento em que o processo transita pro Senado, essas discussões continuam com as participações dos senadores, enfim, da assessoria que é você e de mais algum colega da assessoria. E uma segunda questão é: houve uma grande mobilização por uma pressão sobre os parlamentares em geral: e-mails, cartas, enfim, como é que isso efetivamente repercute?**

E: Isso efetivamente repercute. É isso que repercute. Ainda mais nesse Governo e com esse Congresso, é só na pressão da sociedade civil que a gente consegue aprovar, entendeu?! Ainda mais, olha, Lia, três bi agora, mais 3.8 bi, quando?! Quando?! Foi a pressão em cima, no calcanhar dos parlamentares. Aí vamos lá, falando da Aldir Blanc e na Paulo Gustavo foi a mesma coisa. Aldir Blanc então foi um PL da Benedita que começou na Câmara, então os passos todos fundamentais disso da articulação, da participação social, foram dados lá. Quando foi para o Senado, o PL, enfim... - lembrando que demorou meses e a pandemia correndo solta e o setor cultural sofrendo, então.. não é que a gente estava com pressa, a gente tinha uma urgência – então, assim, a coisa quando foi pro Senado foi “vambora”, entendeu?! Ainda assim, até votar... porque vocês lembram que quem foi o relator no Senado foi da minha bancada, foi o Jaques Wagner. Então, foi isso no Senado. Foi mais rápido porque havia uma pressa. Teve essa mudançazinha aí da capoeira que foi colocada como uma emenda de redação, mas era uma emenda de mérito e foi para a sanção. Aí, por exemplo, igual agora, a Paulo Gustavo é um PL de iniciativa do Senado, então todas as costuras foram feitas no Senado. Quando foi para a Câmara ficou pouco tempo lá, não teve mil *lives*, não sei quê... não, vamos, vamos embora. Foi mais uma luta política lá para ganhar a pauta e aprovar. Aprovou com duas emendas impostas pelo Governo que depois quando voltou pro Senado a gente derrubou. Então foi uma característica das leis emergenciais isso, onde elas iniciaram, elas terem a maior parte da discussão ali e a outra Casa apressar.

**P1: E Marcos, eu queria saber um pouco como é que esse desenho final da Aldir repercute no Senado? Acho que de alguma maneira você já falou um pouco desses arranjos e dessa finalização e aí eu queria uma avaliação sua, até porque exatamente depois a gente vai fazer uma**



**perguntinha sobre a Paulo Gustavo, o Luiz vai entrar pra fazer uma perguntinha sobre a Paulo Gustavo. Mas na sua avaliação que pontos positivos e negativos você destacaria em relação à lei Aldir levando em consideração uma conjuntura de emergência? Que melhoras poderiam ter sido feitas ou que melhoras estão sendo feitas pensando nesse aprendizado e nos desdobramentos?**

E: Ok! Eu acho que, enfim, nós pensamos muito sobre isso ao fazer a Paulo Gustavo, não é Ana Lúcia?! A Paulo Gustavo é uma evolução da Aldir Blanc, os pontos que a gente achou mais problemáticos na Aldir Blanc a gente procurou dar uma solução na Paulo Gustavo. Então, por exemplo, o que é bom que se diga é que de forma nenhuma esses pontos problemáticos são coisas que podem... Você pode falar que assim “ah porque tem pontos positivos e pontos negativos”, numa avaliação geral diria que a Aldir Blanc é toda positiva porque naquele contexto, pandemia, um Governo desse, o substituto do MinC trabalhando contra, sabe?! E você não podendo contar com o órgão federal de cultura, então fez-se o que deu. Só que a vantagem da Paulo Gustavo foi ter visto isso. Aí veio depois, a gente, “ah então vamos resolver as coisas mais problemáticas”. Quais são? A coisa dos cadastros. A coisa de você estar num cadastro federal, estadual, municipal para você poder se inscrever, a gente acha que isso é um problema, isso criou muito problema, e a gente não tem isso na Paulo Gustavo. Tem um cadastro dos agentes culturais pós e não pré, entendeu?! Se você faz a inscrição, aí que você vai fazer parte do cadastro. Bom, a questão do cadastro é uma. A questão da total desarticulação com o Sistema Nacional de Cultura. Não tem nada da Aldir Blanc sobre o SNC [Sistema Nacional de Cultura]. E se você está tratando de transferência de recursos para os entes federados no campo cultural tinha que ter um diálogo ali com o SNC, com os normativos do SNC. Então isso foi uma outra coisa que a gente procurou sanar na

Paulo Gustavo. A ausência de algum mecanismo que garanta a participação social junto aos gestores locais de cultura para a formulação dos editais e dos regulamentos. Ficou muito meio a Deus dará e aí teve muita heterogeneidade na implementação porque teve..., você tinha que lidar..., foram 27 jurídicas estaduais diferentes interpretando a Lei e 5.500 jurídicas municipais interpretando a Lei e cada uma com suas histórias. Então, por exemplo, teve estado que teve edital de premiação e você sabe que premiação para muita coisa no mundo cultural é mais adequado porque não tem contrapartida, não tem prestação de contas. Então, teve estado que foi tranquilo, teve outros que a jurídica encencou e disse que não podia, estados e municípios, estou falando entes federados em geral. Então, não tinha na Lei Aldir Blanc dispositivos, artigos, que uniformizassem determinadas coisas como, por exemplo, a possibilidade de ter premiações. Claro, não é propriamente uma falha da Lei, mas representou um problema nessa heterogeneidade da sua interpretação e aplicação pelas jurídicas dos entes federados. Isso foi uma outra coisa que a gente procurou dar solução na Lei Paulo Gustavo. Outra coisa, que não é uma falha, não tem jeito de você controlar 5.500 ou 4 mil e tanto que foi no final. Então, teve município, sim, que o dinheiro acabou na mão do pastor. Teve, né?! Por isso que a gente botou na Paulo Gustavo essa coisa de obrigação do gestor local fazer uma oitiva da sociedade civil. Uma outra coisa que não teve na Aldir Blanc, e que quando a gente estava discutindo a Paulo Gustavo reclamaram bastante, foi o seguinte: bom, como você sabe melhor do que ninguém, Lia?!, edital como principal instrumento de política pública é um problema porque o edital é o quê? É uma seleção, ou seja, é um instrumento seletivo. E muitas vezes as pessoas não ficavam sabendo porque elas não fazem parte do universo que fica sabendo que a Secretaria de Cultura abriu um edital. São povos indígenas, quilombolas, mestres e mestras da cultura popular. Claro que, em se tratando de leis emergenciais, você

não pode resolver todos os problemas da cultura, a proposta não é essa. Claro, eu recebi, escutei muita reclamação sobre a Lei Aldir Blanc que eu considerei assim injustas por conta disso, porque eram problemas estruturais, que têm que ser tratados no âmbito de um marco legal novo da cultura. Por exemplo, toda a questão da prestação de contas e tudo, como a gente fez com a Paulo Gustavo. Isso não era uma falha da Aldir Blanc, mas a gente vendo os problemas que teve, a gente foi lá e botou, infelizmente ou felizmente para mim, na Paulo Gustavo. Depois você olha, Lia, eu até te aconselho a ver isso, ficou lindo, sabe?! A Clarice Calixto ajudou a construir a parte da prestação de contas, está lindo! Está baseada na lei cultura viva de BH, sabe? Olha, ficou... dá gosto de ver lá, mas é uma coisa. Agora, a coisa de não chegar nos grupos vulneráveis, vamos dizer assim, foi uma coisa que não foi pensada ali porque enfim foi a primeira vez também que fez uma lei dessa. Então, aí a gente inovou, olha lá na Paulo Gustavo, a gente botou busca ativa. Você acredita? Passou, além da prestação de contas focadas no cumprimento do objeto, que é o que precisa a cultura. Tem busca ativa do gestor local para os grupos vulneráveis, já pensou [risos] Não é... de novo, como eu te disse, eu acho no conjunto a Aldir Blanc só positiva, mas ninguém tem bola de cristal para saber. Foi a primeira vez que aconteceu uma coisa dessa e a primeira vez que se implementou uma lei dessa. Então, foi se mostrando que algumas coisas poderiam, podem ser acrescentadas em novas leis. Não nela, porque ela não tinha culpa, é a primeira vez. Ninguém tem bola de cristal para saber que ia ser desse jeito. Que mais? Acho que... acho que isso... talvez a coisa da divisão dos recursos, a 80% pelo critério populacional e 20% pelos critérios dos fundos Robin Hood, que é o fundo de participação dos estados e os fundos de participação dos municípios. Poderia ter um critério diferente, mas isso daí foi solução política, foi costura política com a Confederação Nacional de Municípios, com os secretários de estado. Então,

isso não é também um ponto negativo. Tanto assim que eu repeti, para não ter de novo, porque isso foi pesado pra resolver. Foi pesado. A Jandira deu duro para resolver isso daí e chegar nessa solução negociada. Vamos ver, aí é isso, é basicamente seriam esses os pontos que eu acho que... não é que são negativos mas que na implementação da lei, vieram a tona que questões que se a gente soubesse antes e se Benedita e Jandira soubesse antes, certamente teriam incorporado à Lei Aldir Blanc, entendeu?!

**P1: O Luiz tem uma questãozinha para finalizar.**

**P2: Marcos, deixa eu te colocar duas questões. Uma delas é assim, essa vinculação ao SNC, é que eu queria entender um pouco melhor, como é que a Paulo Gustavo está pensando nisso ou construiu isso? Se é de uma forma com exigências de adesão dos entes, exigência de fundos regulamentados ou não? Esclarece um pouco melhor para mim como é que essa vinculação maior com o SNC vai se dar na Paulo Gustavo. E outra questão, que na Aldir Blanc gerou muito impasse foi que, na regulamentação, como a lei em si não amarrou, o executivo depois “brigou” com prazos muito curtos e teve toda uma mobilização para editar e pensar prazos mais prolongados etc. Se a Paulo Gustavo regulou também prazos para que não deixasse isso vulnerável para o executivo “maldito” fazer o que ele quiser fazer.**

E: Perfeito! Então, para falar a questão da regulamentação e de como o Governo atua em relação a uma lei que ele é contra, a gente não tem controle. Não tem controle. Isso vai acontecer também comigo. Mas a gente procurou, vendo o que o Governo fez, restringir a margem de regulamentação. Tanto que a Paulo Gustavo é substancialmente maior do que a Aldir

Blanc. Por exemplo, toda essa parte da prestação de contas caberia melhor em um decreto do que em uma lei, mas a gente foi lá e botou ali: “você não venha querer fazer gracinha aqui com a gente não, que já está aqui na lei e o decreto não pode ir contra a lei”. Então, detalhamento, acrescentando a questão anterior da Chris, um detalhamento maior de como implementar me parece que é uma coisa importante, não é uma falha, como eu disse, não é negativo, ninguém tem bola de cristal, mas é uma coisa que poderia ter sido feita. E a outra coisa sobre a Paulo Gustavo é bem interessante, Luiz, e é bastante complexo e complicado. Mas vamos lá. Como eu disse, é o superávit financeiro de um fundo público, e aí eu vou falar o FNC em geral porque o FSA está dentro do FNC, ele vai sendo alimentado ao longo dos anos, ano após ano, ele é cumulativo com dinheiro que não é executado ou é contingenciado ou, às vezes, também é o dinheiro que teve uma execução irregular e aí o proponente teve que devolver. Entendeu?! Não tem nada a ver com restos a pagar, nada. Restos a pagar faz parte do jogo da execução. Restos a pagar é executado; é o tanto que todo mundo... aqueles índices assim noventa e tantos por cento de execução e quando você vai ver, oitenta e tanto é restos a pagar, mas faz parte do jogo, é executado, é considerado executado. Não tem nada a ver com isso. O dinheiro vai entrando, não executou ou essas outras, contingenciamento ou devolução de proponente, ele vai ficando acumulado ali. Então, o superávit financeiro do FNC tem a idade da Lei Rouanet. É desde o primeiro ano, sabe?! E depois, ele cresceu muito, a partir de 2016. Ou seja, o FNC é 91 [1991] e o FSA a partir de 2006, ele cresceu muito com o FSA, esse superávit financeiro, porque o FSA, diferente do FNC, ele tem fonte segura, é dinheiro.. tem um imposto para ele, um tipo de imposto. Ele tem um imposto ali. Só de Condecine, da grana da Paulo Gustavo que entrou no superávit financeiro do FNC, tinha dois bi ponto três, dois bilhões e trezentos milhões, por isso que é Paulo Gustavo tem uma ênfase maior no audiovisual porque a maior

parte do superávit financeiro do FNC era do FSA e todo ano, vocês lembram, a Lia deve lembrar, a Ana Lúcia também, que tinha a tungada de todos os governos no FSA, contingencia, um pedaço, e depois isso ia lá pro superávit financeiro. Esse recurso então não é executado, ele fica, ele é uma fonte contábil, mas ela não é financeira, apesar de chamar superávit financeiro. Ela é uma fonte contábil, ele é o orçamentário, vamos dizer assim, não acessível. Por que não acessível? Porque entra dinheiro novo todo ano e o resultado primário das contas nacionais, das contas do Governo, ele tem sempre... o governo na LDO, ele bota uma meta, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na meta a se atingir, e o resultado primário, grosso modo, é a receita menos despesas. Via de regra, sempre se buscou ter um superávit primário. Quantas vezes a gente não escutou isso na era tucana, “o superávit primário que eu não sei que” aquela história toda. Mas isso mudou um pouco nos últimos anos, acho que começou com a Dilma, a primeira vez que se projetou uma meta de resultado primário que era um déficit, um déficit primário. Hoje, o orçamento desse ano tem déficit de cento, quase cento e oitenta bi. Então, a meta de resultado primário é essa. Aí, no Fundo, como você tem dinheiro novo todo ano que vai alimentar o Fundo, se você bota o superávit financeiro desse Fundo para gastar no ano seguinte, o que vai acontecer é que você vai afetar o seu resultado primário, porque a arrecadação é só o dinheiro novo, mas o seu gasto é maior que o dinheiro novo, muito maior, porque você incorporou o seu superávit financeiro do Fundo, entendeu?! Então é uma fonte inacessível. Isso ficou pior. Isso já existia, essa coisa de resultado primário, é coisa da LRF, Lei de Responsabilidade Fiscal. Já era virtualmente impossível você usar um superávit financeiro. Depois do teto de gastos, é impossível. Porque com o teto de gasto além de tudo é um teto de que? de gastos. Para você aumentar um gasto usando um superávit financeiro do FNC, você tinha que cortar de outra área, saúde, educação, segurança, para ficar só em três

exemplos que soaria inadmissível você tirar, cortar gasto dessas áreas, por exemplo, para você dar, para aumentar o gasto na cultura. Então é isso. Aquele dinheiro está ali. Aí que que a gente fez na Paulo Gustavo? A gente usou esse dinheiro que, naquele momento, já em 31 de dezembro de 2020, tinha três ponto oito bi de superávit financeiro no FNC. Então, o que que a gente fez na Paulo Gustavo? A gente pegou e colocou aí. Isso é uma fonte. Aí você pode me perguntar assim, “mas então como é que você fez?” Porque se em 2021 não tinha calamidade pública oficialmente decretada e não tinha o orçamento de guerra, ou seja, com regras fiscais, aquelas três vigentes. Aí que que a gente fez? Primeiro, não sei se vocês viram que a Paulo Gustavo é um PLP, não é PL, é PLP! E o que essa sigla diz? É um projeto de lei complementar. É uma lei complementar, a Paulo Gustavo. Por que? Porque a gente vai lá.. é aquilo que eu estava falando pra Lia naquele momento, a gente mexe na LRF, que é uma lei complementar também, e aí uma lei complementar só pode ser mudada por outra lei complementar, lembrando que uma lei complementar ela não é igual à lei comum porque ela tem determinadas matérias que são reservadas à lei complementar e ela exige para sua aprovação um quórum qualificado, é a maioria absoluta das Casas. Então no caso do Senado que tem 81 senadores, uma lei complementar para ser aprovada ela tem que ter 41 votos, e na Câmara tem que ter no mínimo 257. Não é que nem um PL normal que é a maioria dos presentes. Entendeu? Aí a gente muda a Lei de Responsabilidade Fiscal introduzindo um artigo muito similar a um que já tinha, porque nada disso eu fui inventando sem ter [respaldo], vendo como é, “ah, como é que vocês fizeram aí?” Aí, no caso por exemplo, tem um artigo similar para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico que diz o seguinte... aí, o artigo que eu botei, que muda a LRF: “sempre que tiver, em outras palavras, sempre que tiver uma catástrofe, uma pandemia, uma calamidade pública que gerem, que gere

efeitos socioeconômicos sobre o setor cultural, as ações culturais, para fazer frente a essa tragédia, melhor, as ações emergenciais direcionadas ao setor cultural para fazer frente à tragédia elas não são computadas na meta de resultado primário”. Foi que nem o governo fez, que por sugestão nossa do PT, foi uma emenda do PT no orçamento desse ano para comprar vacina, lembra que o dinheiro da vacina não entra na meta de resultado primário?! Pois é, a gente pegou o exemplo e botou na Lei Paulo Gustavo e desde que, complementando o artigo, “seja feito por meio de uma MP de créditos extraordinários”. Entendeu?! É isso que a gente fez na Lei Paulo Gustavo. Então, ela já aplica esse dispositivo da LRF que a gente introduziu nela e dribla a LRF porque a gente mudou o teto de gastos porque nós estamos falando que tem que ser por meio de uma MP de créditos extraordinários. E a regra de ouro também, porque no caso da Paulo Gustavo, eu estou apontando a fonte: “aquela ali ó, não é título da dívida”. Porque a regra de ouro ela impede você [de] ações ordinárias emitindo títulos da dívida. Aí a gente aponta “a fonte é aquela ali, o superávit financeiro do FNC”. Entendeu. Ou seja, foi uma engenharia fiscal, sem pedalar [risos], sem pedalar, bolada lá na liderança por mim e pelo cara, porque aí como eu disse é setorial, aí eu chamei meu amigo Bruno Moretti, que é um cara de uma carreira irmã da minha, ele é analista de planejamento e orçamento, e é um fracasso, sabe?! Ele é amigo do Glênio. Lembra do Glênio, Ana?! Pois é..... ele é da carreira. Ele é não só da carreira, mas da turma do Glênio. É aquela carreira ali, que é a galera disso e o cara além do que é um craque. Vocês não têm ideia de como esse cara é bom. E aí a gente bolou, “ah vamos fazer assim, está aí, a consultoria do Senado disse que não pode, é inconstitucional”, foda-se.

**P2: Não esquece a vinculação com o Sistema, hein?!**

E: Olha, a Lei [Paulo Gustavo], ela está sólida nesse sentido, ela respeita e segue todas as regras fiscais. Foi assim que a gente fez. E não interfere em nada com o FNC e com FSA desse ano, do ano que vem, porque isso está o quê?! na LOA, a grana deles. A nossa não é da LOA. Não é dinheiro novo, é dinheiro velho, e é dinheiro que já foi direcionado para a cultura antes. Só que não foi gasto, entendeu?! Modéstia à parte, foi assim uma solução da porra [risos], essa da Paulo Gustavo. E assim, o pessoal ficou babando. Agora, já tem gente apresentando a mesma coisa para outras áreas [risos], o governo ficou puto. As notas técnicas do Ministério da Economia, eles não podem deixar, “isso vai abrir um precedente” [risos]. Eu me diverti com essa história. Aí é isso, Luiz.

**P2: Mas agora só mais um pouquinho... a vinculação com o Sistema. Ali, da Paulo Gustavo com o Sistema.**

E: Você sabe que as regras, assim, um tipo de classificação das normas... uma classificação de normas legais, enquanto a sua é força normativa, vamos dizer assim... O que eu quero dizer é que existem regras que são *soft law* e tem regras que são *hard law*. Ou seja, tem regra que você tem uma obrigação porque se você não cumprir, você vai sofrer uma sanção e tem regras que, assim, é obrigado a fazer não sei o quê. É qual é a sanção por descumprimento? Nenhuma! Entendeu?! E no caso das obrigações quanto ao SNC de fazer o CPF - conselho, plano, fundo - é *soft law*. Não tem, não vincula o recebimento a ter isso. Então, tem sim uma articulação, a gente fala que “olha, devem se esforçar, devem fazer, devem...” mas não fala “que se não fizer, não vai sob pena de não receber o recurso”. Então é isso. É uma *soft law*. Ela não tem uma punição, um *punishment*, ou um *enforcement* dela para ela ser cumprida. É quase que uma declaração de princípios. Façam, mas a gente

tem ciência. É assim, tem município... eu descobri que tem município de menos de oitocentos habitantes. Menos de oitocentos! Como é que você vai falar pro município deles que você tem que ter conselho, plano e fundo de cultura? Não dá. Não dá. É irreal isso. Então é assim, é uma articulação e têm outras coisas lá na Lei Paulo Gustavo. A gente cita o artigo 216-A e fala que “olha, naqueles termos tem que o plano, fundo, o plano tem que ter um caráter plurianual ou seja, pode ser plano de dois anos já é plurianual”. Por que? Porque se for plano anual [risos] é a ação ordinária daquele ano, não é um plano. E coisas desse tipo, mas efetivamente a gente não quis amarrar o repasse à implantação do CPF.

**P2: Entendi, ou seja, com o fato de ser capilarizado pelos entes e de ser um repasse fundo a fundo - não necessariamente de um fundo de cultura regulamentado - ela estaria caracterizando essa vinculação ao Sistema.**

E: Não, de jeito nenhum. Nem tem essa coisa do fundo a fundo. É o modelo Aldir Blanc. O ente federado abre uma conta específica para isso e o governo vai transferir, aquela coisa ali da Plataforma Brasil etc. Mas não é fundo a fundo. Primeiro que a fonte não é o FNC. O superávit financeiro do FNC não é o FNC. O FNC é o FNC da LOA. Isso não é! Então não; já daí descaracteriza o fundo a fundo porque não parte de um fundo e não há obrigação de receber por um fundo a ser criado ou existente. É uma conta que tem que criar, ponto final. Uma conta específica pra receber o recurso. Eu espero que tenha sido útil pra vocês. Eu não sei qual o grau de utilidade das coisas que eu falei aqui, mas espero que seja útil. Não sei.

**P1: Não, Marcos, foi ultra, ultra esclarecedor e a função é essa. A gente vai cruzando na verdade. A gente ouviu a Chris [Ramirez], te ouviu, vai ouvir a Benedita, vai ouvir a**

Jandira. A gente está pensando em ouvir o Jaques [Wagner]. Depois, até a gente conversa um pouco com você. Eu sei que em ano eleitoral a coisa vai ficando mais complicada, enfim... A gente vai voltar um pouco a pesquisa para dentro do estado mas a gente quer de alguma forma reconstruir essas teias porque a ideia de usar no projeto exatamente a metodologia da história oral é porque isso, se não o que fica no registro são os últimos atos. Entretanto, o processo ele se perde. E a ideia era exatamente isso. É capturar os processos, as contradições dos processos, para que a gente possa de alguma maneira fazer análises que possam resultar, na verdade, em aprimoramentos futuros com todo o distanciamento de tempo e tudo que a Academia pode ter e de uma urgência que não é urgência do Legislativo. Eu estou aposentada, então eu estou numa outra posição mais confortável, em termos das urgências do tempo. Por isso a ideia é o quanto do processo se perde quando depois você vai analisar só pelos documentos finais, que é isso que fica.

E: Eu mesmo, se essa pesquisa ocorresse daqui a um ano ou dois, boa parte das coisas eu teria esquecido.

**P1: Exatamente.**

E: É, então assim, enquanto o “alemão” ainda permite... [risos]

**P1: É próprio do processo de lembrar e esquecer, tanto que essa é uma discussão da história oral. Então é isso, é próprio de outros processos. Por exemplo, você está com o processo da Paulo Gustavo muito mais fresco do que do acesso... você vai afastando no tempo e você não vai conseguir reproduzir no conjunto das nuances porque**

**você teria que reproduzir o tempo. É mais ou menos isso ou...**

E: Pois é... Aí, vocês olham aí... Eu sugiro... eu sei que tem essa ênfase na história oral, mas essas coisas que eu mandei aí, os links, fazem parte da história toda, porque é onde as coisas surgiram, de onde que saiu e não sei o quê, porque a gente tinha que formalizar. E várias ideias foram foi “ah isso daqui saiu daqui, isso daqui ou veio dali”, está aí, eu mandei os links. Vocês podem procurar aí que vocês vão ver que assim... eu falava desde 2020 em usar o superávit financeiro do FNC, sabe?! Eu tentei em outras vezes, não fui aprovado, agora foi e, assim, eu estou muito satisfeito. No final das contas, [risos] indiretamente eu sou culpado de seis ponto oito bi da cultura [risos], eu vou carregar isso. Fica entre nós. Eu não preciso ter os louros disso, mas o fato é esse. Que no caso da Aldir Blanc foi a minha luta ali insistindo, “ah, é crédito extraordinário, crédito extraordinário, está saindo pra todo mundo porque que a cultura não?” E no caso da Paulo Gustavo foi mesmo, fui lá, cavei essa coisa. Então eu estou, eu fico satisfeito. Assim, eu acho que minha contribuição eu dei. Sabe?!

**P1: Lá atrás no tempo da questão do direito autoral e agora. Na verdade, nesse espaço que lhe é possível e no qual que você pode atuar...**

E: E é interessante, aí dando um *feedback* em termos pessoais, eu fiquei, eu estou afiadíssimo, Lia. Afriadíssimo [risos] em políticas culturais. Eu estou atualizado. Eu estou por dentro [risos]. Eu estou um Barnabé assim capacitadíssimo agora para recriação do MinC. Vamos embora.

**P2: Marcos aproveitando o ensejo que a gente está trocando informações e documentos, coloquei ali no chat o link dos do site do projeto. A gente tem algumas coisas lá que são interessantes**

E: Eu já vi, a Ana já tinha me mandado. Já dei uma olhada lá, bacana, gostei. Eu topei também por conta disso. Eu vi “ah legal” e assim, “minhas duas colegas, minhas colegas de trabalho, como diria o Silvio Santos” [risos, se referindo à Ana Lúcia Pardo e à Lia Calabre que passaram pelo MinC].

**P2: A gente criou uma linha do tempo que remete para alguns documentos e algumas...**

E: Eu vi. Bem legal, bem legal!

**P2: Você acessou aqui outros documentos e vou depois confrontar o que que a gente já tinha localizado, o que que vale a pena estar incorporando aí a médio prazo. Aqui tem a própria arquitetura da lei, a gente fez um boletim sobre ela Então, assim, a gente está tentando... acho que o papel da academia também é esse, sistematizando informações que possam aí servir para balizar em algum momento as próprias políticas públicas.**

E: É, com certeza.

**P2: estamos na expectativa disso.**

E: Não, muito legal. Isso.

**P1: Marcos, muito obrigada. Estamos na luta. Vamos agora aproveitar das experiências para o futuro e vamos sobreviver esse ano para poder construir anos, reconstruir processos e construir anos melhores. Super obrigada você está aqui compartilhando com a gente.**

E: De nada, foi um prazer.



Universidade Federal Fluminense - UFF  
Laboratório de Ações Culturais - LABAC  
APOENA – Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações  
Culturais – foco RJ  
[pesquisa.apoena@gmail.com](mailto:pesquisa.apoena@gmail.com) – <https://apoenaredecultural.wordpress.com>

Projeto APOENA

Entrevistado (E): **Ana Clarissa Fernandes**

Data: 07/12/2021

Pesquisador entrevistador (P):

P: Alexandre Barbalho

Transcrição/responsável: Eri Alencar e Giullia Romeira - Data:  
08/05/2022

Ajuste da transcrição: Lia Calabre - Data: 09/10/2022

Conferência: Marcelo Correia – Data: 17/04/2023

Ajuste final: Luiz Augusto F. Rodrigues – Data: 07/05/2023

**P: Fortaleza, Rio de Janeiro 15 horas do dia 7 de dezembro de 2021, depoimento de Ana Clarice Fernandes realizada pela plataforma Meet para o projeto Apoena - Rede de diagnósticos e avaliação de políticas e ações culturais, foco Rio de Janeiro. Estão presentes na sala os entrevistadores Alexandre Barbalho e Lia Calabre e o coordenador do projeto Luiz Augusto Rodrigues. Boa tarde, Ana.**

E: Boa tarde!

**P: Obrigado por você estar aqui conosco. Bom, a primeira questão: eu queria que você se identificasse, dissesse seu nome completo, sua idade e o local de nascimento.**

E: Eu sou a Ana Clarissa Fernandes nascida e criada em Niterói, Rio de Janeiro, e tenho 30 anos.

**P: Clarissa, qual a sua formação no que diz respeito à organização da cultura. A formação que você tem na área de produção, gestão e/ou política cultural? Qual sua trajetória formativa?**

E: Formação acadêmica?

**P: Não só... Não necessariamente acadêmica, mas que esteja ligada com essa atuação na área da organização da cultura.**

E: Sobre a minha formação acadêmica especificamente, eu cursei a graduação de Produção Cultural na UFF e, lá também cursei o mestrado em Cultura e Territorialidades. A graduação eu finalizei em 2013 e o mestrado eu finalizei em 2016. E para além da formação acadêmica, eu posso sinalizar durante a minha pequena trajetória, eu atuei como produtora cultura, eu atuei como pesquisadora, atuei também - em termos aí mais voltados para o campo profissional - como técnica voltada aí, para tanto a capacitação quanto, também, para a relação interfederativa entre municípios, estados e união voltado para o campo da gestão pública de cultura, acho que isso resume um pouquinho.

**P: Ok, você já, de uma certa maneira, colocou a sua resposta, mas se você pudesse pontuar, inclusive, dizendo os locais da sua trajetória profissional antes de entrar na Confederação Nacional dos Municípios? O que é que você fez profissionalmente... se pudesse explicitar os locais...**

E: Vou até pegar aqui, porque é tanta coisa, gente... eu fico... eu estava, engraçado, hoje mesmo eu estava atualizando o



currículo... fazendo as ações. Bem, antes de atuar na Confederação, eu trabalhei na Secretaria Municipal de Cultura de Niterói e lá a minha atuação foi, sobretudo, de relação com Conselho Municipal de Cultura, estabelecer ali o apoio e o desenvolvimento dos trabalhos com Conselho. Lá também, na Secretaria, eu desempenhei aí um papel também de colaboração na organização, na criação, na instituição, do Sistema Municipal de Cultura e dos seus elementos constitutivos. Lá também eu promovi, em termos de produção mesmo, a Conferência Municipal de Cultura, que no caso foi a terceira que Niterói realizou, isso foi em 2013. E além disso, também lá, eu desenvolvi algumas políticas, algumas ações mais pontuais, que a Secretaria realizava junto com comunidades do município, enfim, vinculado aí a realização de oficinas de linguagens artísticas com jovens. Então foi basicamente um trabalho que eu desempenhei lá durante um ano. Isso antes, na transição entre a saída da graduação e o início do meu mestrado, e anterior a essa atuação profissional na Secretaria de Cultura ainda enquanto estudante de produção cultural. Como eu sinalizei agora, eu inicio a minha..., o trabalho lá nessa Secretaria, um mês, mais ou menos, um mês e meio, depois que eu havia me formado em Produção Cultural. Então minha atuação profissional anterior ela, sobretudo, foi de estágios e um dos estágios que eu posso destacar foi o educativo no Museu de Arte Moderna do Rio, no MAM, onde lá eu também trabalhei com produção e outras diversas... assim, eventos pontuais, aí, que eu também trabalhei na figura de produtora, eu trabalhei em festivais de cinema, é... enfim, eventos pontuais, prêmios, enfim esse universo mesmo da produção cultural mais voltada a eventos. E, é isso, eu acho, basicamente, gente, de uma forma resumida, assim. Também posso sinalizar, uma atuação que não foi profissional, mas também fez parte da minha formação, que foi no movimento que existia em Niterói, movimento Arte Jovem Brasileira, o AJB. Era um movimento aí que realizava

várias ações desde encontros quinzenais, era uma espécie de mostra multiarte aonde o objetivo, ali, era proporcionar visibilidade para artistas não só locais, mas, enfim, que também eram aí de todo país mas que, enfim, precisavam dessas oportunidades para poder apresentar seu trabalho, e também a gente desenvolvia lá outras ações. E, aí, era, digamos, uma organização da sociedade civil que promovia essas atividades e também fomentava, digamos assim, em termos mais políticos, algumas pautas na cidade como por exemplo a questão da Cantareira, da “Cantareira é nossa”<sup>6</sup> que é uma questão que, enfim já há muito tempo não é tão debatida, mas em algum momento foi na cidade. Entre outras pautas aí mais políticas, digamos assim, que o Arte Jovem de alguma maneira contribuía. E é isso, mais ou menos...

**P: Ok. Quería só registrar a presença também da Giullia Romeira e do Erisvelton Santana também na nossa sala. Ana Clarissa, quando e como se deu seu recrutamento pela Confederação Nacional dos Municípios?**

E: Foi um processo seletivo de alguns meses, que participaram, aí, cerca de 1.400 pessoas. Foi um processo seletivo que ocorreu em 2016. Quando eu sai do mestrado eu estava, ali, em busca de oportunidades e... oportunidades que tinham a ver com aquilo que eu desenvolvi enquanto pesquisa no mestrado<sup>7</sup>. Então apareceu essa possibilidade de processo seletivo numa entidade que eu não conhecia e que era em

---

<sup>6</sup> Nota da pesquisa: Maiores informações podem ser conhecidas em alguns vídeos no YouTube, como por exemplo: <https://www.youtube.com/watch?v=eGi08MeXVGQ>

<sup>7</sup> Nota da pesquisa: A dissertação de mestrado em Cultura e territorialidades desenvolvida na UFF pela entrevistada encontra-se disponível em: [https://130207df-6276-4373-bab9-9a84a3620549.filesusr.com/ugd/bba3f8\\_23ee50d6736b4c8eb45932f53e6e58cd.pdf](https://130207df-6276-4373-bab9-9a84a3620549.filesusr.com/ugd/bba3f8_23ee50d6736b4c8eb45932f53e6e58cd.pdf)

Brasília, sendo que eu nasci e sempre vivi em Niterói... Então eu participei desse processo seletivo e fui aí selecionada após alguns meses de algumas etapas nesse processo. E aí foi tudo muito corrido porque na semana seguinte eu já estava mudando de mala e cuia para Brasília e lá eu comecei em novembro de 2016 e fiquei até agora setembro de 2021.

**P: Ok, Ana. Eu vou fazer aqui um conjunto de quatro questões aqui, relativas à Confederação. Aí você fica, é... Como ex-técnica, a visão de quem trabalhou lá dentro, e um olhar de quem... privilegiado em relação à Confederação. Então, eu perguntaria pra você, o que é a Confederação Nacional dos Municípios? O que é a Confederação?**

E: O que é a Confederação? A CNM, ela é, hoje, e já há algum tempo, de forma consolidada, uma entidade de representação de todos os municípios brasileiros. Na CNM, aí, ela tem uma história de mais de 40 anos, e ela se consolidou como líder do chamado movimento municipalista, ao qual integram aí, outras entidades municipalistas tanto em nível nacional, como estadual e também as chamadas microrregionais, são associações de municípios, ali, em termos mais locais. E essas entidades, elas congregam isso que a gente chama de movimento municipalista, no qual no Brasil a CNM é a líder. O movimento municipalista ele não é algo apenas do Brasil, ele é algo que existe em vários e vários países, em especial na América Latina. Inclusive na América Latina, a gente tem a entidade latino-americana de municípios, a qual a CNM já presidiu também. E... basicamente, é isso. A atuação da Confederação, ela é uma atuação em prol da defesa dos interesses dos Municípios. E, além disso, também ela desenvolve esse trabalho técnico e em vários setores de política pública, é na expectativa de poder de alguma maneira apoiar o trabalho cotidiano dos gestores municipais de todo o

país.

**P: E, Ana, qual a relação da Confederação com essas demais entidades representativas dos municípios aqui no Brasil?**

E: Ela é essa relação mesmo de liderança. Existe, para ficar mais claro, em termos nacionais a Confederação Nacional de Municípios, que é essa entidade que atua em prol de todos os 5.568 municípios brasileiros. Além disso, também existe a FNP, que é a Frente Nacional de Prefeitos, que é uma entidade que tem uma atuação mais voltada para municípios grandes, enfim, de grande porte e também a gente tem a ABM, que é Associação Brasileira de Municípios, que é uma outra entidade em termos nacionais. Mas hoje já e há muito tempo, a CNM, dessas três aí, ela se consolidou como essa entidade de representação Nacional, liderança do movimento. E, além disso, em termos nacionais a gente tem as entidades em nível Estadual, cada estado brasileiro tem pelo menos uma entidade municipalista que congrega os municípios daquele respectivo estado. Então, por exemplo, Goiás, ele tem duas e a maioria dos Estados tem apenas uma, mas todos os estados brasileiros têm uma associação. Então, por exemplo, aí no Ceará é Aprece [Associação dos Municípios do Estado do Ceará], aqui no Rio de Janeiro é a AEMERJ, enfim, todos os estados têm uma. E, além disso, também existem as chamadas microrregionais, que são cerca aí de mais de 300 no país e essas associações microrregionais elas têm uma atuação, digamos assim, territorial, mais localizada. Então, por exemplo, lá em Santa Catarina a gente vê muitas associações microrregionais, a gente tem a GRANFPOLIS [Associação dos Municípios da Grande Florianópolis], por exemplo, que é de uma região específica do estado de Santa Catarina, onde ali dez, quinze municípios se reúnem e ali instituíram essa associação. Então essas entidades de representação dos

respectivos municípios, elas congregadas aí atuam em defesa dos interesses dos respectivos municípios e nesse caso então a CNM tem esse papel aí de liderança, de puxar, de deixar mais claras as pautas nacionais e de trazer aí cada entidade para poder refletir sobre as necessidades dos municípios, aquilo que deve ser considerado como pauta prioritária do movimento e a partir disso, então, desenvolver aí sua atuação, não só nesse campo, digamos assim, mais político da representação, ou seja, nesse diálogo com os atores externos necessários para defesa e atuação em torno dessas pautas como por exemplo o governo federal, o Congresso Nacional e qualquer outra instituição necessária que, a CNM, nesse caso precise dialogar para poder apresentar, defender esses interesses desses municípios... Mas também, internamente, o movimento ele se alimenta. A CNM, ela não tem como estabelecer quais são as pautas sem ouvir essas entidades, sem ouvir os respectivos municípios, então, é um desdobramento aí em torno dessa troca para que se compreenda quais são as necessidades reais do país nesse aspecto e assim a CNM possa procurar quem deve procurar, dialogar com quem deve dialogar, em prol da defesa disso.

**P: Então só pra tentar dar uma outra perspectiva para essa pergunta, Ana, assim: qual a relação, então, da Confederação com as outras duas instituições nacionais que aparentemente já, pelo que eu entendi, atuam no mesmo campo, então... é especificamente em relação a essas duas instituições nacionais, qual a relação da Confederação com elas?**

E: É, isso eu não posso te responder de uma maneira muito, enfim, clara. Porque essa é uma relação mais... digamos assim, política, entre as lideranças de cada uma dessas entidades. Mas existe sim uma relação, até mesmo em termos históricos aonde houve a origem, num primeiro momento da

ABM, que é essa Associação Brasileira de Municípios, enfim, e depois disso daí o movimento, ele foi se desenvolvendo, mas existe sim uma relação entre elas, mas cada uma, digamos assim, num campo de atuação, em nível nacional.

**P: Ok. Então pegando também um gancho, algo da sua fala, do finalzinho que você falou da questão política... Eu perguntaria, qual a relação da Confederação com o sistema partidário brasileiro? Com os partidos?**

E: É, isso é uma, era uma coisa que a gente não se relacionava, eu enquanto pessoa que trabalhava lá, a gente não se relaciona com esse tipo de coisa. Uma coisa que para nós servidores, pessoas que trabalham, que são chamados de colaboradores da entidade, o que sempre era colocado era que a entidade é uma entidade apartidária até porque ela dialoga com prefeitos e prefeitas, vereadores, vereadoras, de todos os partidos políticos do país. Então uma coisa que era muito clara como uma diretriz para nossa atuação é que sempre a nossa relação com o externo fosse uma relação pautada nessa questão de uma entidade de representação dos municípios apartidária onde a gente não pode se posicionar politicamente a partir de algum espectro ou então em um partido em específico porque a atuação da CNM, o trabalho dela, é em prol da defesa dos interesses coletivos dos municípios, independente de que partido o prefeito X esteja vinculado ou que partido a vereadora Y esteja vinculada, essa era uma questão que pra gente era sempre muito colocada, então a gente nem participava nesse aspecto assim dessa relação mais político-partidária que você está colocando aí na sua pergunta.

**P: Então, uma última pergunta desse bloco, é... que não é em relação ao partido, mas ainda é uma pergunta em relação à política num sentido mais amplo. Qual a visão da Confederação acerca do papel do Estado? Havia uma**

### **elaboração sobre isso que vocês seguiam? O papel do Estado, num sentido amplo...**

E: É, assim... é, digamos uma questão conceitual como a CNM percebe o papel do Estado, isso não é uma questão, assim, uma coisa que era muito colocado para nós colaboradores é que a entidade trabalha com municípios. É uma entidade que tem como missão apoiar os pleitos, enfim, as pautas dos municípios. E quando eu falo dos Municípios eu digo dos prefeitos, que são as lideranças em termos de representação, eu digo dos vereadores e eu digo da população e diz respeito, e também dos gestores locais. Então é um congregado, digamos assim, de interlocutores mais voltados aí à necessidade de olhar as demandas locais, e junto a isso pensar a relação interfederativa e o que a CNM sempre coloca, digamos assim, que é grande missão aí do trabalho, que é a mudança de como hoje se desenvolve o pacto federativo. E isso era, digamos assim, a questão... a grande “bandeira” da CNM nas suas falas, no seu posicionamento, na busca aí pelas pautas é uma compreensão, um olhar de Brasil que é diferenciado normalmente, aí, como a gente se relaciona... E, com essa, digamos assim, com esse conceito do papel de Estado digamos. Então quando eu falo dessa questão do pacto federativo é de enxergar que os municípios brasileiros muitas vezes aí são colocados em situações, em contextos aonde precisam ser desenvolvidos determinados trabalhos, determinada atuação, sobretudo em termos constitucionais, ao qual recursos financeiros associados não existem ou existem de forma subfinanciada e, por conta disso os municípios não conseguem desenvolver o trabalho aí ao qual necessitam e que a população merece. Então sempre a atuação da CNM é sempre voltada, nesse termo assim mais conceitual, em relação à necessidade de pautar mudança do pacto federativo. Sobretudo em termos de acesso a recursos financeiros para poder desenvolver esse trabalho nos territórios. Então, uma

questão que era sempre colocada é o acesso a tributos. Então os municípios ali, basicamente, em termos de recurso financeiro próprio desenvolvido, tem ali o ISS, o ITBI e o IPTU, como recurso próprio e isso era uma coisa que sempre era colocada: que o âmbito da União ele tem muito mais acesso a recursos, ele promove em termos de tributo, muito mais recursos e aquilo não é repassado da forma condizente às necessidades, de maneira equilibrada. Então a atuação da CNM nesse aspecto é uma atuação de busca de reverter isso para que esse pacto federativo seja colocado em um patamar de maior equilíbrio em termos de competência e acesso a recursos.

**P: Ótimo, Ana, então agora vamos fazer um bloco de questões, o último bloco, relativo mesmo ao papel da sua atuação quando você estava na Confederação, em relação especificamente à LAB. Então como funciona o cargo de analista técnica de cultura na Confederação? Há quanto tempo ele existe? Se havia uma equipe trabalhando com você, qual grau de autonomia você tinha? Enfim, como é que funciona esse cargo de analista técnica?**

E: A CNM, ela tem áreas técnicas. Áreas técnicas de vários setores de política pública. Temos lá cultura, tem turismo, tem... deixa eu pegar aqui porque... assistência social, contabilidade, cultura, desenvolvimento rural, inovação em municípios inteligentes, meio ambiente e saneamento, planejamento territorial, habitação, turismo, consórcios públicos, defesa civil, educação, finanças, internacional, previdência, mulheres e juventude, saúde, trânsito e mobilidade. Falei rápido, mas se você entrar no site da CNM, você vai lá em áreas técnicas, você vai ver todas as áreas. Então só para poder ilustrar que existem diversas áreas técnicas de diferentes setores da política pública... E no caso da cultura, existe antes de eu entrar na CNM em 2016. Ele teve aí, eu não sei exatamente em

que ano essa área foi criada na Confederação, mas existia já há alguns anos antes de eu entrar. E eu entrei porque o técnico que era responsável pela área havia saído, havia passado num concurso público e saído, e eles fizeram então um processo seletivo para contratação de uma nova analista. E aí então eu assumi a área e era eu sozinha desde o início, até o dia que eu saí de lá. Em termos de responsabilidade da área técnica. Então eu era analista técnica de Cultura, responsável pela área técnica de cultura da Confederação e, claro, eu me relacionava com os demais setores, setores ali internos, não só as áreas técnicas, mas outros setores que a Confederação dispõe também em termos profissionais. Mas enquanto área técnica, eu que desenvolvia as atividades. Mas que mais você quer saber, Alexandre, sobre isso?

**P: Qual grau de autonomia que você como analista tinha de... tomar iniciativas... Como é que era agendado o seu trabalho? Se você podia ter autonomia de propor e de realizar coisas ou se era uma coisa que já vinha determinada pela...**

E: É, não, eu sempre tive chefes. Eu não tinha autorização para fazer absolutamente nada sem a anuência dessas chefias. E normalmente as ações eram realizadas a partir daí de uma sinalização de necessidade minha e aí então há esse diálogo com a chefia, que há então autorização pra gente poder realizar as atividades... Seja ela de maneira individual ou então em conjunto com outros profissionais que lá trabalham. Basicamente é isso.

**P [Lia Calabre]: Ana, só um complemento. Então, a forma na Cultura, ela é padrão? As outras áreas são assim? Essa é uma forma do conjunto das áreas técnicas? Você tem os analistas e eles... ou havia alguma diferença, assim, existiam áreas maiores? Porque é interessante a gente**

**pensar assim, algumas áreas que demandavam uma equipe maior que a área de cultura. Porque a gente sempre pensa um pouco sobre como é a área de cultura em cada um desses organismos.**

E: Sim, eu entendi o objetivo de vocês. Mas assim, para dizer que existe área sim, que tem mais de um profissional compondo a área. É... cada área tem uma necessidade também de atuação específica então, por exemplo, o meu trabalho é um trabalho diferente da necessidade, por exemplo, da área técnica de municípios inteligentes, sabe assim? Cada uma ali tem as suas especificidades, mas de maneira geral o trabalho das áreas técnicas é um trabalho para poder apoiar tecnicamente gestores municipais que necessitem de algum respaldo ali para o trabalho deles. E também para desenvolver pesquisas, enfim, desenvolver ali dados que possam subsidiar as pautas municipalistas. Então, por exemplo, uma dessas frentes de atuação da área era a análise de proposições legislativas, o acompanhamento disso no Congresso. Vamos falar de Lei Aldir Blanc... digamos, uma das facetas aí desse trabalho foi de acompanhar as proposições, de mapear, de analisar, de elaborar emendas, de dialogar com os parlamentares e assessores, em defender essas emendas para que isso fosse incorporado no texto que fosse aprovado... Em gerar mobilização para que aquilo fosse aprovado, é... então assim... é uma conotação um pouco diferente de outras áreas então a necessidade de atuação delas... então só para vocês entenderem um pouquinho assim... como é que era esse trabalho... Não sei se eu respondi.

**P: E, Ana, qual foi, dentro dessas possibilidades sua... dessa margem de atuação sua... qual foi o seu papel no agendamento, se teve ou não teve, qual foi, se ia existindo um agendamento da questão da Lei Aldir Blanc para a Confederação?**

E: Ai... olha Alexandre, é tanta coisa... Assim, sabe? Assim... Foi um trabalho muito extenso, de muitas frentes...

**P: Só pra deixar claro a pergunta, porque pode ser que esteja antecipando uma outra pergunta...**

E: É, por favor...

**P: Agora é... qual seu papel, como técnica lá dentro, de agendar, para a Confederação, a questão da LAB? Ou se isso já tinha acontecido, se você tem um papel nesse agendamento? A questão de colocar a LAB como um ponto importante para a discussão municipalista...**

E: Dentro, você diz dentro da Confederação? Então... É interessante sinalizar que a Aldir Blanc ela... os debates da Aldir Blanc, eles se iniciam em um momento específico... que é ali o das eleições municipais. E, concomitante a isso, era o último ano do mandato do atual presidente da Confederação. E além disso existiam demandas emergenciais absurdas, em torno, sobretudo, do contexto da pandemia. Então vocês podem imaginar tudo que a Confederação teve que atuar no espectro mesmo do enfrentamento para poder se colocar, sobretudo, junto ao Governo Federal. Muitas vezes ali a CNM teve um papel de chegar com "o pé na porta" para poder cobrar, para poder sinalizar as demandas dos municípios que estavam ali vivendo todo aquele caos, em relação à pandemia. Então assim, naquele momento em específico, a questão da saúde, digamos assim, e da assistência social, era algo muito latente... como um foco de atuação então existia essa necessidade de se colocar uma energia nisso porque essa era a grande demanda nacional naquele momento em específico. E aí ao longo desse início do desenvolvimento em torno dessas duas demandas mais urgentes que se colocaram, surgiu esse debate da Lei Aldir Blanc... Então é, num primeiro momento, eu

acho que para pessoas fora do nosso universo da cultura, era algo que ninguém imaginava que fosse acontecer. Era uma coisa assim muito "não! De onde que vai sair esse dinheiro? Isso aí não existe!" Enfim, a pandemia está aí rolando solta, o pessoal está focado nessas questões e tudo mais... Mas digamos assim... eu tive um não vamos chamar de pressentimento, mas assim, eu entendi ali que aquilo ali ia acontecer. E aí internamente eu levei "olha, gente, temos aqui um projeto X e isso daqui tem grandes chances de realmente prosperar. Desse dinheiro aí realmente ser disponibilizado. E a gente tem que desenvolver isso aqui". E foi me dado, então, essa possibilidade de tocar essa questão, mas sempre como eu sinalizei, em diálogo com as minhas chefias superiores mas eu ia ali analisando as necessidades. Não só em termos de atuação política, mas também em relação à atuação técnica. Então... eu acho que a gente vai falar mais sobre isso, mas só de uma maneira mais geral, para tentar te responder que chegou o momento ali... bem vou dizer... que foi o que? maio... acho que maio de 2020, aonde realmente assim "Não, isso aqui vai acontecer e a gente vai ter que atuar nisso aqui fortemente! porque realmente é uma sugestão de solução para essa necessidade específica dos municípios, que é muito importante, a gente precisa dar atenção para isso, isso daqui realmente vai acontecer". Então uma parte disso que houve, essa oportunidade de poder tocar aquilo dali e daquilo dali acontecer e se desenvolver junto aí com a contribuição da Confederação.

**P: Pronto, então um pouco isso. A pergunta seguinte, Ana, tem a ver com isso: com a contribuição da Confederação em relação ao processo de desenho da lei, se vocês chegaram a tempo de pautar o próprio desenho da lei... e da construção dela no processo na câmara federal? Como é que foi a participação da Confederação nesse processo... no processo anterior à efetivação da lei, estou aqui no**

## **processo de construção da lei ainda.**

E: No processo de elaboração...

### **P: Isso, no processo de elaboração!**

E: O projeto, ele foi apresentado na Câmara dos Deputados, especificamente na Comissão de Cultura. Era um projeto de autoria da Benedita [da Silva] com outros parlamentares... E a gente, digamos assim, começa a influenciar nesse processo, no dia que a Jandira Feghali vira relatora do projeto. Foi até uma coincidência porque no dia que ela assumiu a relatoria foi o dia que a gente realizou um evento, digamos assim, *online*, aonde a gente chamou gestores municipais para poder dialogar, não só sobre esse projeto, mas sobre alguns outros apensados a ele. E aí, eu lembro que foi um evento de tarde, a gente reuniu ali alguns gestores. Apresentou o texto original, como foi ali apresentado na Câmara, é apontamos ali alguns posicionamentos ali já, e a gente queria ouvir esses gestores para ver o que que a gente poderia refletir sobre esse texto, e assim começar o processo de elaborar uma emenda, uma coisa para ser sugerida aí, nesse texto original. E aí foi engraçado que naquela mesma tarde a relatoria foi assumida pela Jandira. E aí, nesse mesmo dia a gente já teve esse contato com um grupo de pessoas que foi colocado ali, digamos assim como pessoas que estavam em torno da Jandira, em prol de pensar o que que seria o substitutivo que ela iria apresentar que foi, no final das contas, o que foi aprovado posteriormente, na Câmara. Aquele substitutivo tem várias, digamos assim, versões internas até realmente ser apresentado por ela. E a gente participou desse momento, e tudo isso que eu estou falando não é nenhuma novidade, tudo isso está publicizado em todas as matérias que a CNM publicou. Isso é uma outra coisa também que é interessante de mencionar, toda atuação da CNM ela é publicizada, o que a

gente faz estão nas notícias. Então, assim se você quiser depois, eu posso separar essas notícias específicas sobre essa atuação nos textos dessa legislação e das legislações posteriores, que alteraram e incluíram textos na principal. Mas especificamente nesse primeiro momento da "elaboração", da primeira versão do que era... do que foi a Lei Aldir Blanc a gente conseguiu participar e... mas participar assim... de uma maneira um pouco pontual, com aquilo que chamava a atenção nossa, em termos de, digamos assim, de entidade representando os municípios. Temos até um vídeo. Isso foi até interessante também nesse processo de elaboração, porque ela em grande medida, ela foi publicizada também. Teve a criação do canal de Emergência Cultural<sup>8</sup>, esse canal, é... eu acho muito interessante mencionar porque em termos de tramitação de política pública, a comunicação que se deu a partir desse canal, ela foi decisiva no processo da tramitação porque ela atuou não só na frente da mobilização em torno da aprovação do projeto, mas também em torno, aí, de reunir sugestões, digamos assim, para poder incorporar no texto substitutivo. Então, eu acho que é bem interessante, assim, é enquanto caso, digamos assim. Então, em uma dessas "plenárias" virtuais que aconteceram promovidas pelo canal, junto a esse grupo, junto a Jandira e tudo mais... Teve uma em específico que a gente foi convidado para participar e aí eu fui representando a CNM e naquele momento estava sendo debatido um texto, uma das versões do texto, e, aquela versão específica daquele dia estabelecia um recorte de acesso à recurso para os municípios, que foi um recorte de municípios com mais de 50 mil habitantes... E a CNM por ser uma entidade que representa todos os brasileiros, e não só por

---

<sup>8</sup> Nota da pesquisa: Canais do grupo Articulação Nacional de Emergência Cultural, no Youtube - <https://www.youtube.com/@EmergenciaCultural> ; no Facebook - [https://www.facebook.com/leiemergenciacultural/?locale=pt\\_BR](https://www.facebook.com/leiemergenciacultural/?locale=pt_BR) - no Instagram - <https://www.instagram.com/leiemergenciacultural/>

isso... por entender que essa demanda dos trabalhadores e agentes culturais, naquele momento em termos de serem afetados pela pandemia, não era lá uma coisa apenas de municípios com mais de 50 mil habitantes... - que vale dizer aqui, que isso excluiria cerca de 88% dos municípios brasileiros, porque 88% dos municípios brasileiros tem menos de 20mil habitantes. A gente se posicionou ali colocando a necessidade de que o acesso ao recurso fosse para todos os municípios do país, que essa não era uma demanda, uma necessidade, apenas de municípios com mais de 50 mil habitantes... E aí, naquilo que a gente se posicionou, outras pessoas que estavam participando dessa reunião pública, virtual enfim... que tinha muita gente acompanhando, também reforçaram essa demanda. E por conta disso ao final dessa audiência... E era muito engraçado que essas reuniões começavam nove hora da noite, terminavam meia noite, uma hora da manhã, era uma loucura aquilo lá. E a gente naquela coisa de... "Meu deus! Vamos aqui tentar resolver, fazer alguma coisa... Enfim, tentar dar uma resposta para esse problema". O pessoal topou mesmo, foi uma coisa, assim, impressionante... Mas aí, eu me lembro a gente... lá pela meia-noite, e ela falando "gente, então beleza em respeito aí à CNM, a gente vai acatar essa sugestão e a gente vai incorporar isso no texto?", e foi incorporado. E o substitutivo final, aí, que foi apresentado e aprovado na Câmara incorporou essa sugestão da Confederação, que mudou, digamos assim eu acho... o caráter da posterior implementação, porque a legislação seria muito diferente se ela tivesse, aí, sido possível apenas para municípios com mais de 50 mil habitantes. É, que mais que eu posso te falar? Em termos de elaboração foi isso, então assim, a CNM nesse sentido, ela teve mais um papel de..., e aí eu te falei desse de mais de 50 mil habitantes, mas a CNM fez outras indicações mais pontuais, mais técnicas. Era prazo, coisas assim, que estavam no texto original e tudo o mais que eu não vou entrar aqui senão a gente vai ficar muito tempo. E aí a

CNM fez algumas provocações de alteração no texto original ali e tal, mas eu acho que a mais importante é essa da questão do recorte do acesso aos municípios. E aí após isso houve aí a aprovação na Câmara, que foi uma aprovação muito rápida, em termos comparativos com outras tramitações de outras legislações. Logo depois teve essa tramitação no Senado. E aí nesse sentido, o que eu posso te dizer que o nosso papel, neste momento, foi muito mais de "técnico", no sentido da provocação de alterações no texto, do que de mobilização política em torno da aprovação. Essa mobilização em torno da aprovação, ela se deu, aí, sobretudo, pela sociedade civil por esse grupo de comunicação que estava atuando em torno disso que eu já mencionei e... em algum nível também acho que é importante, relevante, de gestores municipais e estaduais de cultura. Então só pra você entender mais ou menos o papel da CNM nesse aspecto.

**P: Obrigado, Ana... Só uma questão antes de passar... uma questão primeira antes da segunda questão... Você falou que teve uma coincidência de quando você chamou um grupo para discutir a lei, que foi exatamente na época que a Jandira...**

E: Vou até procurar a matéria para mandar pra vocês!

**P: Mas depois você manda, Ana, fique tranquila. É... você falou que houve uma coincidência quando você chamou um grupo para discutir a lei, foi o momento que a Jandira assumiu a relatoria... E aí vocês conversaram com um grupo que dava apoio à Jandira... Você poderia nomear essas pessoas? Você lembra essas pessoas que estavam com a Jandira especificamente?**

E: É, também é uma informação pública. Era o Alexandre Santini, o Célio Turino, enfim, outras pessoas, aí, que também



integraram... Acho que o que eu posso falar é isso, assim, que vocês... que é de conhecimento nacional que todo mundo sabe do papel e tudo mais e que estiveram à frente de todas essas primeiras ações do canal de emergência, mas basicamente, é isso, eram os integrantes ali, daquele canal que provocou mesmo, que teve esse papel chave em termos de comunicação para mobilização,... De poder explicitar do que se tratava, a intenção daquela sugestão de solução, de comunicar o que que era aquele projeto, de comunicar..... E aí aquilo tomou uma proporção gigantesca assim... a gente teve os gestores sendo informados por aquele canal de comunicação, mas a gente teve agentes culturais de todo país, acompanhando aquilo dali. Aquilo dali foi uma coisa, era impressionante assim, a quantidade de gente que assistia... Eram os horários mais improváveis, era assim... definia de manhã que ia acontecer uma audiência, uma reunião, enfim, de noite todo mundo acompanhava aquilo... Aquilo foi bem... foi bem louco.

**P: É... A minha pergunta, Ana, era mais se havia alguém de destaque, digamos assim, da assessoria técnica mesmo da deputada... Do grupo do gabinete dela**

E: Ah... Existia sim esse grupo, é... Sim, os assessores parlamentares... da Jandira...

**P: Mas você lembra de algum nome especificamente? Da Jandira... Que você pudesse...**

E: Que eu me lembre... Tinha a Bia, tinha o Vitor, que eram assessores da Jandira, mas assim normal... Eram as pessoas que trabalhavam, ali, com ela dentro do gabinete dela... E alguns agentes, externos, como eu coloquei aqui, o Célio [Turino]. O Célio ele... em várias falas públicas, ele sinaliza que a relação dele com a "elaboração" dessa legislação, é até anterior a constituição desse grupo, que não sei se vocês já

viram... uma fala da... várias vezes, a assessora da Benedita, ela sinaliza isso... a Chris Ramirez, que e o Célio procurou a Benedita, enfim a Chris, para poder pensar uma alguma possível legislação que pudesse apoiar o setor no momento que estava aí sendo vivido, da pandemia. Acho que foi em março, tanto que o projeto, ele foi apresentado por aí, em março, se não me engano... É... de 2020, e é isso, assim... Mas foi um grupo aí de várias pessoas, assim incluindo esses que eu mencionei que foram ali fazendo sugestões, sinalizações, para poder pensar esse texto. E as próprias sugestões que foram aparecendo mesmo ao longo desse caminho, nessas audiências públicas. As coisas eram ali recolhidas também para poder chegar nessa versão final. E tanto que você pega a página da tramitação desse projeto e você vê que o substitutivo teve algumas versões públicas, imagina, internas até chegar à versão final.

**P: Ok... E, Ana, qual foi o papel da Confederação no processo já de execução da LAB nos municípios brasileiros? Qual foi o papel de vocês junto com os municípios em relação à execução?**

E: Esse papel foi o papel, eu acho, que... a CNM desenvolveu de forma mais efetiva, se a gente for pensar a questão da elaboração. Então, é um papel de várias frentes, Alexandre, e aí que essa vai ser a resposta que eu mais vou demorar, mesmo, para poder te responder, mas vou tentar te responder ela de uma maneira completa, tá?

**P: Fique tranquila, pode levar seu tempo.**

E: É... Vamos tentar dividir nas duas frentes principais, que é a do apoio aos gestores em termos técnicos, para operacionalização daquela legislação em âmbito local, e a segunda frente que é a atuação da representação dos

municípios em diálogo com diferentes instâncias para que aquilo dali fosse possível ser operacionalizado. Então vou começar por essa segunda frente, que ela é a mais complexa. Isso envolveu a necessidade, por exemplo, de diálogo com diferentes instâncias do governo federal. Então, por exemplo, a legislação foi aprovada, eba, bacana, show... Como transfere esse recurso para os municípios? A gente nunca teve transferência federal desse porte ao mesmo tempo para todos os municípios brasileiros. O governo federal não faz noção de que conta cada município tem para receber essa transferência. Estou falando assim questões operacionais mesmo. Quais municípios tem fundo? Qual é a conta do fundo? Manda para o fundo, não manda... Então, assim, foi uma loucura aquele momento assim... E a gente... e a gente ficou muito preocupado com isso... E aí a gente tomou para a gente uma solução. E aí eu preocupada com isso, eu liguei para consultora da CNM que é a nossa consultora em transferências voluntárias. Aí eu liguei para ela e falei "Marli, então... como é que vai fazer com que esse dinheiro chegue para os municípios? Qualquer sugestão, Marli. Porque o governo federal não tem absoluta noção de como é que vai transferir..." E aí, existe ainda o agravante que é: esse recurso tem que chegar o quanto antes... Porque, enfim, é uma necessidade emergencial. E aí quando a gente chega na questão mais operacional, do dia a dia das coisas, se, por exemplo, "ah vamos aqui fazer um... mandar os municípios sinalizarem uma conta para receber..." lá ser um caos porque assim, aí o município mandou... 553 traço x, mas era traço y, e até voltar a informação... quanto tempo que isso ia perder no meio do caminho para fazer a transferência... Aí até o município queria sinalizar a conta do fundo da Saúde porque ele achou que era recurso de Covid, e não é pra isso... E aí ia misturar com outro recurso do fundo, sabe assim, estou te sinalizando algumas coisas para entender o problema operacional que isso significa... Para além de uma simples realização de uma

transferência,. E se tinha muito claro que não se tratava de um convênio um recurso emergencial, é... E aí essa ligação com a Marli eu falei "E aí? Que a gente vai sugerir? Vai ter que sugerir alguma coisa...", e aí ela sugeriu "Ana, a forma hoje que tem, que vai ser a mais rápida, que vai ser a que vai dar menos problema em termos operacionais, vai fazer com que esse recurso chegue é operacionalizar por meio da Plataforma Mais Brasil. É utilizar a modalidade fundo a fundo, mas não necessariamente ser a modalidade fundo a fundo, porque nem todos os municípios brasileiros têm fundo municipal de cultura. Inclusive a maioria deles não tem,... E os que têm, também, não necessariamente têm uma conta aberta vinculada a esse fundo, às vezes só foi instituído mas nunca chegou a ser implementado, ou, enfim, de fato oficializado". E aí então foi uma primeira conversa da CNM com o Ministério da Economia para tentar convencer que seria bom o Ministério da Economia topar trabalhar com a Plataforma +Brasil para o recurso da Aldir Blanc. E num primeiro momento eles não quiseram... E aí foi um processo de convencimento, "não gente, mas vai ter que ser, porque como é que vai ser? E *nananã*..." e tá... Até que eles toparam. E isso, gente, significa assim muita coisa, não é assim "ah, alguém quis...", sabe assim? Isso significa que vai ter que ter Serpro [Serviço Federal de Processamento de Dados, do Ministério da Fazenda] trabalhando, vários servidores que vão ter que atuar... Não só na Secretaria Especial da Cultura [órgão federal que substituiu o Ministério da Cultura, extinto durante o governo Bolsonaro], mas dentro do Ministério da Economia, é toda uma coisa que tem que ser operada para isso ocorrer. E aí então após essa... esse ok na verdade não após, concomitante a isso... A CNM apresentou também essa sugestão para Secretaria Especial de Cultura, sinalizou "olha, a CNM compreende que a maneira mais adequada, mais rápida..." enfim tudo isso aí que eu já disse... "para conseguir fazer com que recurso chegue nos municípios é por meio da Plataforma +Brasil". E aí também a gente não

recebeu... um ok de primeira. Foi uma coisa assim que foi acontecendo até que um dia a CNM solicitou uma reunião com a Secretaria Especial da Cultura, reunião essa, que eu acho que é importante sinalizar, que não teve presença de Mário Frias... Era uma questão... era técnico, era com os técnicos, era com servidores, era "como é que a gente faz esse negócio, que foi aprovado e sancionado, acontecer?" Na verdade que ia ser sancionado, que essa atuação nossa, nesse sentido em específico, aconteceu antes do projeto ser sancionado, que a gente estava tentando antecipar aquilo que a gente já sabia, saberia... que seria uma questão. Então, enfim, até que aconteceu, houve convencimento, toparam tudo, tudo certo, então vai ser... Então aquele problema que poderia dar a gente já tinha conseguido de alguma maneira intervir. E aí tiveram outras ações também junto ao governo federal neste aspecto. Então chegou o momento depois da sanção do projeto, que tinha a questão da regularização daquela lei... Isso era uma questão que era posta para todos os atores... Havia essa necessidade de regulamentação. A legislação, por si só, como ela foi aprovada ela deixava ali algumas questões incertas, sobretudo, em termos jurídicos. Então era necessário alguns esclarecimentos, digamos assim, em relação a isso para os municípios. Aí esse grupo que eu sinalizei, parte dele também foi acionada nessa questão desse diálogo com a Secretaria Especial da Cultura. Entraram aí também outros dois grupos que também esqueci de mencionar, que também participaram desses processos, também anteriores, de alguma maneira... Que foi o Fórum dos Secretários dos estados que é... uma grande parte de estados brasileiros congrega dentro desse fórum, que na época tinha como presidente a secretária do Pará, que é a Úrsula Vidal e além disso também existe um outro grupo que era do Fórum de dirigentes municipais das capitais e municípios associados. Fórum esse que é vinculado à FNP [Frente Nacional de Prefeitos], que a FNP ela tem um, enfim uma outra organização interna, existem esses fóruns de

dirigentes vinculados aos setores, e tudo mais, enfim... E lá eles têm esse fórum específico dos gestores de Cultura das capitais e municípios associados, e eles também tiveram esse papel aí nesse processo da regulamentação. Então eram algumas agendas coletivas que eram feitas com a Secretaria Especial da Cultura, era muito engraçado porque cada agenda que acontecia e... era uns informes posteriores, então quer dizer... as pessoas estavam acompanhando isso também. Então era CNM, esse fórum dos Estados, o Fórum das Capitais, que nesse momento específico, eu esqueci de dizer, quem presidia era o Ney Carrasco e a Jandira [Feghali] também participou (acho que se não de todos os que tiveram, alguns) e vários servidores da Secretaria Especial da Cultura, do Ministério do Turismo e do Ministério da Economia. Então eram diálogos, assim... de horas e horas e horas para poder pensar questões operacionais e técnicas, então teve essa questão da... (como é que é o nome? Que eu estava falando agora, gente... Tanta coisa... Fico até cansada! [risada] Teve essa questão agora que eu estava falando, ah!) da Plataforma +Brasil, por exemplo, era uma das questões... outra questão também, só para vocês entenderem assim o teor da coisa... "Ah, na lei está escrito que os municípios têm um prazo de 60 dias para fazer o objeto de programação publicada..." O que que significa isso? A regulamentação vai ter que dizer... Aí a regulamentação disse que isso pro município cumprir esse prazo ele precisava fazer o que? Precisava fazer a... realizar a adequação orçamentária na sua LOA [Lei Orçamentária Anual], então assim, trazer alguns desses esclarecimentos que eram necessários e também tiveram, digamos assim, algumas disputas também... Então em algum momento se entendeu que o inciso II, que era o dos espaços culturais, esse grupo, fora do governo federal, entendia que pessoas físicas podiam ser representantes desses espaços e receber essa verba para o espaço. E aí chegou um momento que um órgão de controle, não vou lembrar... Não era o TCU [Tribunal de Contas da

União], era o CGU [Controladoria Geral da União]. Não lembro... Enfim, algum órgão de controle também entrou nisso daí e falou que não, que não podia pessoa física... Aí a Jandira deu cinco pulos pra cima [risada] e aí... e aquilo era... digamos assim, eram essas reuniões em torno de pensar regulamentação... Só que isso foi... Foram muitas... Acho que foram umas quatro reuniões, de muitas e muitas horas... E era assim, e no final das contas saiu a regulamentação, saiu uma regulamentação, mas não necessariamente a que era necessária, enfim, mas saiu ali. E a contar daquele dia que sai a regulamentação - que foi eu acho que cerca de dois meses depois que a legislação foi sancionada... Deixa eu ver aqui... Enquanto eu vou falando para vocês... É... Saiu, então iniciou aí o processo posterior de transferência do recurso e início da operacionalização dessa verba, tanto em âmbito local quanto estadual. É...

**P: Ana, desculpa, antes de você entrar na parte da operacionalização da verba, depois de ser tudo liberado, uma pergunta que o Luiz faz é se a conta... O Luiz fez uma pergunta pelo chat, se a conta pelo BB Ágil foi escolha da Confederação, ou se já era do +Brasil?**

E: O BB Gestão Ágil, na verdade ele aqui pouco importa porque ele se relaciona é com a prestação de contas dessa verba. No momento da transferência do recurso que aí... posso falar um pouco mais sobre isso assim, só para vocês terem uma noção um pouco melhor... A Plataforma ela trabalha com modalidades diferentes, a Lei Aldir Blanc ela foi operada através de uma modalidade específica que chama modalidade... “módulo fundo a fundo”, ou seja, esse módulo já existia anteriormente para outros tipos de transferência, que de fato são fundo a fundo, e ele, digamos assim, foi aperfeiçoado para poder dar conta daquele... na necessidade ali que havia urgente de operar o recurso de Aldir Blanc por ali... Então eles

foram, criaram lá, e tudo mais e os municípios tiveram um prazo de 60 dias, a contar do dia que a regulamentação foi publicada, para poder fazer o quê? Elaborar e enviar um plano de ação... Plano de ação esse que dava ali uma ideia de como aquele recurso ia ser utilizado, mas que não é, digamos assim, não impossibilitava que aquela verba fosse utilizada de maneira distinta daquilo que foi sinalizado originalmente. Aí quando eu digo distinta não é com qualquer coisa, era com aquilo que a legislação permitia, no âmbito da competência do ente. Então o município podia fazer 2 e 3 e o estado podia fazer inciso 1 e 3... Ah, isso também é uma coisa importante... Uma das... dos grandes debates que tinham nessas reuniões da regulamentação era a questão da competência dos entes... porque entre nós houve ali um consenso de que não existia a possibilidade dos municípios fazerem os três incisos e houve ali um diálogo onde todo mundo entendeu, compreendeu, achou que era mesmo necessário... da divisão das competências e aí... Ah, não só a CNM, esse grupo coletivo defendeu que fosse assim, 2 e 3 para os municípios e 1 e 3 para os estados e isso foi um caos, porque o governo federal não quis aceitar, é... colocavam várias questões assim, muito... descabidas, como por exemplo, a divisão das competências pode gerar guerra fiscal entre os entes, coisa assim... [risada] Mas esse foi um ponto de grande luta, assim, coisa nada a ver... Porque no final das contas quem ia operacionalizar eram os entes, e os próprios entes estavam dizendo então “a gente dá conta de fazer isso e isso... qual a diferença isso vai fazer pro governo federal...” Mas enfim, só para vocês saberem uma questão é... para além... mas aí voltando, BB Gestão Ágil e Plataforma +Brasil... Então os municípios iam lá, apresentavam esse Plano de ação, enviavam dentro de um determinado prazo. O Governo Federal, especificamente, a Secretaria Especial da Cultura, teve que deslocar diversos servidores, de vários lugares, para poder dar conta, porque, como a gente sabe, mais de quatro mil municípios fizeram a solicitação dessa

verba. E isso significa que num tempo... num intervalo de 60 dias houve necessidade que a secretaria analisasse, pelo menos, quatro mil planos de ação... E além dos vai e volta, porque o plano de ação era enviado, se havia algum problema, a análise do servidor apontava, aquele problema era colocado em complementação, o município tinha que fazer ali as alterações necessárias, para que aquilo dali ficasse nos moldes da Lei,... Não era uma análise, digamos assim, subjetiva, porque nem tinha tempo pra isso, era uma análise assim... "vamos ver se isso daqui está condizente com a lei... Se estiver, ok, se não estiver coloca em complementação. E o município vai fazendo alteração até que a gente consiga aprovar". E era então, assim, aprovado, e a partir disso o município com o Plano de ação aprovado ele tinha que assinar o termo de adesão que era o verdadeiro aceite... que é o município dizer "Sim, quero receber o recurso", aceitou o recurso... A partir daquilo ali, a própria plataforma, e aí isso foi uma solicitação nossa, da CNM no caso, que se tratava da necessidade da própria Plataforma criar a conta, a conta bancária, porque como eu sinalizei anteriormente, se fosse informar uma conta... esse recurso não saía em menos de 3 meses... Não saía... Porque ia voltar, ia mudar, e a conta o X e o 5 e o Y, e não sei o que... E ia ser uma doideira... Enfim, então no Plano de ação o município ele sinalizava se ele queria aquela conta, que fosse aberta, e específica para transferência, o que foi muito bom também, porque assim houve condições de fazer a rastreabilidade do uso do recurso. Se esse recurso entrasse em qualquer outra conta não necessariamente haveria essa possibilidade... Na verdade não haveria. Então o município ele sinalizava se aquele recurso ali, se aquela conta, seria uma conta vinculada ao CNPJ da Prefeitura ou CNPJ do órgão gestor de cultura ou CNPJ do fundo, se ele tivesse fundo. Então ele tinha essa possibilidade de associar aquela conta a uma dessas três frentes. E aí então essa conta era aberta, associada àquilo que o município sinalizou no seu

Plano de ação e o recurso era transferido, e a partir disso começavam as questões operacionais. Então só para esclarecer, o BB Gestão Ágil não entra nesse procedimento, o BB Gestão Ágil, ele só vai entrar agora no procedimento dos municípios que já executaram a verba, como primeira ação da prestação de contas do Município para com a União. Então ele precisa, classificar cada uma das transferências que ele realizou nesse chamado BB Gestão Ágil, e o BB Gestão Ágil ele é já vinculado a todo esse trâmite aí, da Plataforma. Só para vocês entenderem. Bem, e aí, o que mais [risada].

**P: E aí a gente [risada]... a gente vai falar da saga que é a execução da Lei nos municípios e qual foi o papel da Confederação aí, apoiando... dando suporte... Aí você entra na parte aí, da transferência dos recursos... E agora os recursos foram transferidos, bom, agora como foi o papel de vocês junto aos municípios?**

E: Deixa só eu ver se eu estou esquecendo alguma coisa, então... Ah, uma coisa que é importante dizer! Antes do recurso realmente chegar, além dessa atuação junto... mais de representação, que eu comentei aqui agora, em torno dessa coisa da regulamentação, das sugestões que a CNM fez em prol da operacionalização, e tal tal tal, a gente já começou a antecipar algumas ações mais técnicas com os gestores, e aí, gente, foi uma loucura... Porque como começou aquele momento, essa coisa das *lives*, dessa possibilidade dessas reuniões virtuais... Tudo era muita novidade... Então, vamos lá, vamos fazer, vamos experimentar... Está todo mundo topando então vamos lá. A gente começou uma ação junto com algumas entidades, que assim quiseram, municipalistas em nível estadual... Então, por exemplo, a gente começou a fazer reuniões com gestores para poder já sinalizar para eles que esse recurso seria oportunizado, como acessar esse recurso, como esse recurso poderia ser utilizado, para quê que ele

servia, questões mais técnicas e operacionais. Então a gente fez essas reuniões virtuais com várias entidades municipalistas, em alguns casos também incorporando as respectivas secretarias estaduais. Então eu lembro que a gente fez Espírito Santo, fez na Paraíba, fez no Goiás, fez no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Ceará... Vários estados. A gente fez isso, e aí esse trabalho mesmo do movimento entre eles podendo sinalizar pros gestores... "Olha, gente, vocês têm que se preparar, é assim, é assado..." Isso é anterior, de fato, à legislação começar a poder ser operacionalizada em âmbito local... É... que mais? Ah uma coisa importante, também, que a gente fez que despertou, comunicação entre os gestores... Quando a legislação, assim que ela foi aprovada no Senado... a CNM, ela preparou um documento que era estimativa do repasse porque muito se falava... "Ah, o dia lá... e não sei o quê, e *bababa*... Mas quanto é que vem de dinheiro? Para eu poder me organizar e saber como é que eu vou gastar esse negócio..." E aí a CNM foi e o *Estudos Técnicos* da CNM elaborou esse documento que dizia ali a estimativa em reais de quanto cada estado e cada município brasileiro poderia acessar. É... isso foi importante também para disseminação disso junto aos gestores, porque eles já tinham um documento para poder, de alguma maneira, provocar uns aos outros.. "Ah, você está sabendo que o seu município aí pode solicitar não sei quanto para fazer não sei o que? Então... atenção!", era uma coisa assim... É... que mais, gente, antes disso aí acontecer... Acho que é isso o principal. Aí vamos chegar a operacionalizar... a possibilidade da operacionalização propriamente dita... Foi um acompanhamento, gente, diário... Porque todo dia acontecia uma coisa, não tinha um dia tranquilo de paz... Não tinha, não existia, todo dia acontecia alguma coisa em termos assim de necessidade de esclarecimento, junto a outras instâncias, então a gente foi procurar o TCU, a gente foi procurar a Secretaria Especial da Cultura, a gente foi procurar o Fórum dos Estados... A gente

tinha que dialogar, a todo momento, com entidades, instituições de fora da Confederação, para poder esclarecer o que era necessário esclarecer pros municípios. Então assim a regulamentação, ela não deixou clara também muita coisa, a legislação não deixava clara, mas a regulamentação também teve coisa que ela não deu conta e às vezes nem podia dar também, mas enfim... É... então era necessário que a gente conseguisse estabelecer uma orientação técnica geral nacional, que é a forma como a CNM trabalha, mais restritiva possível, para que não induzisse ao erro o gestor. E quando a gente solta uma orientação, ela tem que ser, antes que ela venha a público, ela tem que ser lida, relida, conversada várias vezes, com vários agentes, internamente na CNM, enfim... para que, realmente, se tenha certeza de que aquilo dali é uma informação correta e que gestor não cometera nenhum erro se seguir aquilo dali. Então era um trabalho assim de verificação, de diálogo muito intenso, para que a gente conseguisse ter a informação, sem nenhum equivoco, para que o gestor não tivesse nenhum problema lá na frente. E aí a gente intensificou essas reuniões que eu sinalizei anteriormente, com essas entidades municipalistas estaduais, também, aí, trazendo agora informações, digamos assim, mais atualizadas, à luz da regulamentação, e a gente, além disso, realizou o chamado "CNM Qualifica", que foram edições do CNM Qualifica em todos os estados brasileiros, aonde os respectivos gestores se inscreviam e era uma capacitação de duas tardes por edição. Eu acho que a gente realizou mais de 20 edições do CNM Qualifica, isso pra conseguir dar conta de toda a demanda nacional. Porque uma coisa, também, é interessante dizer: houve, de fato, essa busca, essa demanda que foi colocada em termos aí nacional, não era... Claro, era uma coisa que CNM também provocou, em termos de compartilhar informação... Então quando a gente chama atenção do município, "ah, município tem isso aqui... é assim, faça *assim e assado e tal tal tal*", ele tem conhecimento de que aquilo ali existe, mas não

necessariamente ele vai topar fazer. Então existia esse interesse então, porque mais de quatro mil municípios em meio a uma pandemia, em meio à uma eleição municipal, e outras questões, toparam acessar esse recurso. Então também houve essa atuação muito efetiva com as entidades municipalistas que fazem parte do movimento, então a todo momento durante esse prazo de 60 dias da solicitação da verba que o município ele tinha que apresentar o Plano de ação, existia um acompanhamento diário de como isso estava sendo desenvolvido... Então era ali sinalizado para essas entidades também como é que está a situação do seu estado, como é, que tipo de informação você precisa ter para conseguir dialogar com seus respectivos municípios... Então era uma escadinha mesmo: a CNM ela ia e disseminava essa informação, as entidades municipalistas microrregionais e estaduais entravam em contato com seus respectivos municípios e levava essa informação, e sinalizava ali a orientação técnica... E concomitante a isso também a gente começou a fazer as chamadas... são *lives*, mas são as chamadas na CNM “Roda de conhecimento”, que é um formato que tem, que já tinha na Confederação. Só que, aí, em especial, eu entendi aí o nosso... a forma como a CNM normalmente faz as Rodas, é uma de 20 minutos, que pode ser mais, são orientações mais pontuais, e tudo o mais. Mas naquele momento eu entendi que o que eles precisavam em relação à operacionalização de uma legislação inédita era pegar na mão e ir passo a passo, de uma maneira muito esmiuçada, para que não restasse dúvida. Então a gente começou a fazer essas chamadas “Rodas de conhecimento”, mas num formato mais, assim, capacitação mesmo... tipo Telecurso 2000... Era sim, eu lembro que nessa coisa do Plano de ação, uma Roda de conhecimento que a gente fez que tem mais duas horas, aí a gente convidava quem a gente precisava convidar para ter orientação técnica correta,. Então nesse caso a gente chamou o pessoal do Ministério da Economia, chamou a Secretaria Especial da Cultura, a gente abriu a Plataforma

+Brasil... e foi campo por campo dizendo “aqui é assim, tem que escrever assim assim, assim, aqui você tem que fazer assim, aperta, aperta assim, dê duas cambalhotas, vai para frente, vai para trás... [risos]”. Então assim, explicando mesmo... Tanto que esse é um dos vídeos mais acessados do canal do YouTube da Confederação, tem mais de 20.000, da última vez que eu vi, tinha mais de 20 mil visualizações. Então assim é realmente porque aquilo dali foi um tutorial, então a gente começou, entendeu que aquilo dava certo, entendeu que era a demanda do gestor, e aí a gente começa a fazer essas Rodas de conhecimento de cada etapa operacional da legislação. Então, assim, a primeira foi essa de acessar o recurso, como envia o Plano de ação, Plataforma +Brasil, e não só... Aí a gente entendeu que também não era necessário apenas fazer a Roda, fazer um material audiovisual, era necessário fazer algum material escrito também... Então a gente elaborou “Notas técnicas” com cada um desses assuntos e também a consolidação dessas orientações... Porque os vídeos eram mais focados em um assunto específico, as Notas elas congregavam esses assuntos e deixavam consolidado tudo no mesmo documento. Então teve isso para cada necessidade de operacionalização da legislação. Então teve... Roda pra elaboração de plano, teve Roda para como faz o pagamento no autoatendimento setor público Banco do Brasil, como faz a prestação de contas iniciais no BB Gestão Ágil, como... como... Assim, todos os momentos de necessidade de informação operacional da lei, a gente fazia essas Rodas contando com participação de servidores dessas instâncias do governo federal, que no final das contas era quem estava na linha de frente fazendo a coisa acontecer. Então eles iam ali também participando com a gente, fazendo essa colaboração e como era a gente que puxava e realizava, era na linguagem do gestor. Isso era uma outra coisa também, uma preocupação que eu aprendi muito na CNM que foi falar, levar a informação, de maneira acessível para o gestor municipal... Que aí é um

grupo infinito de diversos tipos de pessoas, formações, atuações profissionais, e que a gente precisa comunicar com essa diversidade. Então essa era uma preocupação que a gente tinha também, e nesse aspecto essa atuação, ela foi fundamental para a possibilidade de operacionalização dessa legislação. É... Porque quem fez isso foi a CNM, em termos nacionais, em termos assim coletivos, de levar essa informação, buscar, averiguar, ver o que que era certo e o que que era errado, criar materiais acessíveis, na linguagem do gestor. Quem realizou isso foi a CNM, e foi muito importante para que os gestores conseguissem ter confiança de que aquilo ali poderia ser operacionalizado... É... Que mais que eu tenho pra dizer? Então eu acho que basicamente é isso, assim, em termos de atuação técnica. E assim, isso foi a todo momento, então, assim, até eu sair da CNM isso estava acontecendo... Então, por exemplo, uma coisa é a gente falar do início da legislação, quando ela foi elaborada pela primeira vez, mas várias necessidades ali foram apresentadas no percurso de alteração da legislação. Então a gente teve várias outras leis sendo aprovadas ao longo do processo que alteraram ou inseriram textos na versão original... Então a mais recente foi aquela que possibilitou a ampliação de prazos porque, no final das contas, muito recurso ainda se encontrava nas contas dos municípios e dos estados, e a passar do primeiro prazo que se deu para execução da verba que era até 31 de dezembro do ano passado [2020]. Então, a contar do dia que sai a regulamentação até a data limite na execução da verba que era 31 de dezembro, os municípios tiveram aí, os estados também, cerca de três, quatro meses para operacionalizar. E, obviamente, isso é um intervalo, aí, pequeno para a necessidade da operacionalização disso que vai... enfim, gente, tem muito desdobramento... Se vocês quiserem também, eu posso falar o que que o município tinha que fazer para operacionalizar esse recurso, toda a etapa por etapa, que não era pouco, mas, enfim, também a gente vai ficar uma hora

falando disso... Aí, só para vocês entenderem também, teve isso... (que mais que teve, Ana? É, eu acho que é isso, gente, mas eu já estou até perdida de tanta coisa. [risada]).

**P: É... eu imagino [risada]... É muita coisa, com certeza. Eu marquei essa coisa dessa questão mais técnica, mais operacional, talvez não seja o nosso foco aqui. Está terminando, viu, Ana? Mas uma questão é: desse processo que você relatou, de âmbito geral, você teria algum detalhe, alguma especificidade, em relação aos municípios do Rio de Janeiro, teve algum caso em específico que lhe chamou atenção, nessa relação sua?**

E: Teve um município que... é um município da Baixada, não vou falar qual que é o município, mas um município da Baixada que me chamou muita atenção que... O prefeito morreu. E quem era vice do prefeito, era a esposa do prefeito. E ele, se não me engano, morreu de Covid. E aí, vocês imaginam... Ela perdeu o marido dela, antes de tudo ela perdeu o marido dela. E aí... E não só bastasse isso, ela tinha que assumir a prefeitura. E nesse processo aí, em específico, desse município estava correndo os tais dos 60 dias que o município tinha pra poder solicitar o recurso. E acontecendo tudo que tinha pra acontecer era... Enfim, a Covid comendo solta, a loucura que foi isso em termos de gestão pública num contexto onde a gente tinha um governo federal mais ali atuando contra do que ajudando os outros entes, e... enfim, e as necessidades de uma população, em específico, é... em termos quantitativos bem grande, era uma população muito grande desse município em específico. E as demandas ali, dos agentes culturais, e assim... E a galera vindo pra cima da prefeitura, e isso é interessante também de dizer, porque todo esse processo que inicia lá atrás, em termos de comunicação e mobilização, subsidiou não só os gestores mas, em especial, os agentes. Então essas pessoas elas não atuaram só pra aprovação da lei, elas



estavam ali monitorando, porque isso é interessante também dizer. A plataforma, ela foi espelhada num portal específico que a Secretaria Especial da Cultura soltou, e através desse portal você conseguia monitorar qualquer pessoa... Conseguia monitorar em tempo, mais ou menos, real, se o seu município enviou o plano de ação, se o plano de ação tinha sido aprovado e o que tinha acontecido, então aquilo dali também foi uma espécie de ferramenta aonde as pessoas podiam acompanhar, e em algum termo fazer algum controle social. Então houve essas pessoas, esses grupos, a sociedade civil especificamente falando, que imbuídas dessas informações, foram pra cima, e foram pra cima mesmo. E aí a gente está falando do Rio, gente, que é um estado..., que faz parte do sudeste, que tem todas as especificidades que isso significa, em termos econômicos, em termos de acesso a “n” questões. Mas isso acontecendo assim, era muito engraçado de ver como que aquilo tomou a proporção que tomou. Era uma coisa assim, que era impressionante. E a gente via sim, nos interiores, os grupos assim, o pessoal indo pra cima “não... esse dinheiro é nosso, e o município tem que sim acessar”. E aí o município às vezes ia se dar conta que existia aquele recurso por conta daquela atuação da respectiva população, e se inteirava, e ia ali e corria atrás, ou então não corria atrás e não acontecia, enfim... (mas que que eu estava falando, gente? Olha, eu estou... hoje eu estou... avoada. Ah...) no município do Rio aquilo me chamou muita atenção, porque assim, os servidores de lá, o pessoal que trabalhava na Secretaria, quando já estava mais lá dos 40 dias, digamos assim o prazo terminava nos 60. E aí eles me ligaram, falaram assim, isso por intermédio de uma outra interlocutora que tem aqui no Rio que é uma pessoa que tem uma trajetória muito grande junto com os municípios (que eu nem sei se posso falar aqui, mas vou falar só... e aí qualquer coisa depois vocês tiram), que é a Cleise Campos, que é uma pessoa que tem essa trajetória aí... Que inclusive é de São Gonçalo mas tem essa atuação no

estado como um todo, e aí ela me procurou, fez essa intermediação, e falou “Ana, então, o pessoal lá está precisando... O pessoal eu acho que vai perder a verba, e a galera está vindo pra cima com razão, obviamente, e... tenta ajudar lá”. E aí... Você via, assim meu Deus, tantas coisas em algum nível caem por terra naquelas máximas: os municípios grandes têm capacidade técnica superior a municípios pequenos... Essa é uma coisa que eu sempre escutei na minha trajetória e nos meus diálogos externos à CNM e sempre a gente batia muito de frente com isso... E aí eu vi ali, um município, com milhões de habitantes, que era grande, e isso não quer dizer que estava preparado para receber esse recurso, não só pelo fato do contexto específico, era um contexto pandêmico, onde o prefeito morreu, onde a prefeita estava assumindo, e tudo ali se realinhando, mas... porque não necessariamente tinha uma equipe ali por “n” questões, que conseguiu desenvolver aquilo dali por si só, sem essa necessidade de ter um... talvez uma autorização da prefeita, e às vezes nem uma interlocução muito colocada politicamente com ela, enfim “n” coisas podem ser. E aí, assim, o desdobrar disso é que eles chegaram a fazer aquilo que era necessário fazer, no prazo de 60 dias, que era a tal lá da adequação orçamentária, que era para poder ficar com o recurso que eles já tinham recebido, mas o procedimento foi feito posteriormente ao prazo. Então, assim, eu nem sei no final das contas, se o recurso realmente ficou, se... Enfim se fizeram a reversão pro estado, mas só... Isso... Isso eu lembro que me chamou muita atenção pelo fato humano de que são gestores, são pessoas que têm família e essas pessoas morreram de Covid, e não só nesse município, mas em vários outros municípios brasileiros os prefeitos e as prefeitas morreram de Covid, muitos! Muitos prefeitos e prefeitas morreram de Covid. Muitos gestores municipais morreram de Covid, eu me lembro... Isso também foi outra... outro atendimento que eu fiz que me marcou esse ano... Ano passado eu fiz vários atendimentos com

determinado município, e aí chegou esse ano a gestora de cultura me ligou e falou "Então, Ana, as três pessoas aqui que me ajudavam... que me ajudaram na operacionalização da Lei, todas morreram de Covid, e agora eu tenho que prestar contas do recurso". Então assim, esse caso em específico, não só pela questão mais humana, de também lembrar que gestor é gente, mas também dessas questões, assim... Dessas máximas que existem. Não tem como a gente poder imaginar que na diversidade de país que a gente tem, máximas como essa podem ser estabelecidas como verdades absolutas. Porque, é isso, cada realidade é cada realidade, existem diversos prós e contras que podem ser trabalhados a partir daquela realidade. Então às vezes um município pequeno, que era pequeno, que nunca teve estrutura, às vezes nunca teve secretaria, por ele ser pequeno e por ele ter recebido uma verba ok... que foi 40 mil, 30 mil, diferente de um município grande que recebeu milhões para operacionalizar em quatro meses, deu conta de operacionalizar. E às vezes tirou ali um servidor de uma outra pasta, aquele servidor ali se encantou pela área, e desenvolveu, e ficou esse ano ali o servidor na área da cultura que, às vezes, anteriormente nem tinha antes da lei. Então a lei provocou aquilo dali naquele determinado território, mas eu acho que assim, em termos comparativos, o que é ruim também de fazer, mas já que a gente vai falar de Rio de Janeiro... O Rio de Janeiro em comparação com outros estados, ele teve aí uma atuação bem expressiva. Grande parte dos municípios aderiram, se eu não me engano, acho que quatro, cinco ou seis não acessaram a verba dos noventa e dois que têm no estado. E... acho que também isso graças a um acúmulo que o estado tem em relação a não só aos debates mas ao exercício mesmo, em torno da ideia do Sistema Nacional de Cultura. A gente tem aqui no estado, muitos municípios que instituíram seus sistemas, alguns, que em algum nível, conseguiram, de fato, operacionalizar. Mas existe um acúmulo aqui em relação a esses debates, digamos

assim, então acho que em algum nível existiam algumas realidades mais preparadas para poder lidar com esse momento, em uma circunstância emergencial. É... Mas a gente teve outros estados que às vezes no imaginário fossem estados que não dariam conta, ou que dariam conta, e que não necessariamente corresponderam às expectativas,. Mas é isso, assim acho que aqui no Rio muita coisa aconteceu. Acho que tiveram muitos municípios pequenos que conseguiram desenvolver, operacionalizar essa verba. Relatos, assim, enfim... Nossa... Muito bacana, assim, de realmente,... A legislação nesses determinados territórios conseguiu corresponder ao objetivo da lei. E muito aprendizados. Acho que fica aí não só pro Rio, mas também para os municípios em geral.

**P: Ok, Ana. Uma última questão, Ana. A Confederação, vocês na Confederação fizeram uma avaliação técnica depois da lei terminar, da lei ter sido aprovada, da lei ter sido implantada? Vocês fizeram uma avaliação técnica do formato da lei, desse processo? Se a Confederação não fez... Você tem uma análise sua, como Ana Clarissa Fernandes, desse processo, que você gostaria de nos passar?**

E: Não, a gente enquanto Confederação, a gente não realizou. Até porque, sobretudo porque a legislação ainda está em implementação, então a gente entendia que não era o momento ainda de fazer esses tipos de análises de como isso realmente se deu, se desenvolveu nos municípios de uma maneira nacional, mas... Estava muito focado, porque a demanda era muito grande em torno das orientações técnicas, então assim, gente, era bem pesado, era acordar de madrugada, dormir de madrugada, atendendo gestor municipal. Atendendo gestor municipal, fazendo *live*, fazendo reuniões técnicas, reuniões políticas, era escrevendo nota técnica, era

uma demanda muito grande para dar conta da necessidade naquele momento... que era ofertar sugestões de solução para problemas que apareciam e orientar tecnicamente os gestores que precisavam muito de... desde informações mais básicas, e que, com toda paciência do mundo, a gente tem que corresponder essa necessidade, até coisas mais complexas que era necessário que a gente buscasse a informação junto a outras instâncias. Então, não existia nem a possibilidade de ter mais algum tempo de energia que era o que a gente dormia... para conseguir dar conta de fazer uma análise em relação à implementação dessa legislação. Acho que isso também tem mais condições de acontecer, aí, a partir de... vou dizer de julho do ano que vem, porque... o que que acontece? Acho que é até importante dizer pra vocês enquanto pessoas que estão pesquisando operacionalmente, enfim, a implementação disso tudo. Os municípios esse ano... (que foi também uma conquista desse ano, da legislação que foi alterada...) tiveram a oportunidade de executar o que já se encontrava nas contas daqueles municípios que tinham recebido no ano passado, mas também outros municípios, e aí eu trago dados: são cerca de quinhentos, apresentaram plano de ação esse ano esses quinhentos que não tinham solicitado a verba ano passado. Então a gente está tendo aí muitos municípios operacionalizando esse recurso esse ano ainda, que têm esse prazo de até o dia 31 de dezembro. Mas isso é para transferência da verba aos respectivos beneficiários, não necessariamente as ações ali pactuadas por meio ali do certame, quaisquer que sejam. [As transferências] têm que ser realizadas até 31 de dezembro... Elas podem ser realizadas ano que vem, na data determinada por aquele edital... Então, vai ter coisa que vai estar acontecendo em janeiro, em fevereiro, em março, em abril... Tranquilamente... Agora, porque eu falo junho... julho, porque essa legislação, a última versão que teve, que é a que foi alterada esse ano, determinou que 30 de junho do ano que vem é a data que os municípios

têm pra ter feito a análise das prestações de contas dos beneficiários... Ou seja, eles vão ter que ir até no máximo esse determinado momento, ter recebido, o objeto sido realizado, o beneficiário ter entregue a prestação e o município ter feito a análise daquela prestação. Então o que tiver que acontecer, vai acontecer no máximo até meados do ano que vem, e aí o resto dos outros meses é de prestação de conta. Então eu acho que o segundo semestre é um momento, digamos assim, mais propício para, de fato, a gente ter pesquisas, enfim que consigam de alguma maneira ter uma dimensão mais concreta desse todo que realmente aconteceu, do início da transferência desse recurso até de fato as ações da ponta terem sido, de uma maneira geral, concretizadas. Então, é uma coisa aí que a gente ainda..., eu acho que é necessário a gente ter um pouquinho mais de tempo para conseguir dar conta de trazer, aí, um cenário mais... enfim mais coerente com todo o processo.

**P: Obrigada, Ana. Você queria colocar mais alguma questão, para encerrar? Queria acrescentar algo mais na sua fala, Ana?**

E: Eu acho que é importante registrar, desses anos todos que eu estive na CNM, eu sempre lidei com gestores municipais... Seja ele ali, específico de cultura, de outros setores de política pública, até prefeitos, prefeitas, vereadores, enfim... E eu acho que é importante sinalizar que o processo da Aldir Blanc, ele não foi só um processo de inovação, em termos daquilo que a gente experimentou em âmbito nacional, em relação à política pública na área da cultura. Eu acho que é importante sinalizar esse aspecto humano, aonde eu... aí eu falo Ana Clarissa, que atendi, fiz mais aí de cinco, seis mil atendimentos, tranquilo, durante esse processo inicial da Aldir Blanc, onde eu conversava o dia inteiro com gestores municipais de todo o Brasil... Eu acho que é importante a gente registrar que existia

uma energia em querer fazer a coisa acontecer que me impressionou. Era uma coisa assim que eu ficava realmente espantada como existia uma vontade de querer fazer as coisas acontecerem, e de querer fazer as coisas acontecerem corretamente, e uma grande preocupação que existe do gestor daquilo dali ser feito de acordo com a legislação. Era uma coisa assim impressionante. Isso é uma coisa aqui que eu gostaria de deixar registrada, porque desde o início, eu já tinha entendido que o meu papel, ele não seria um papel apenas de atender nesse aspecto da relação direta com eles, de atender uma ligação e responder uma dúvida técnica... Ela tinha que ser um apoio em algum nível psicológico, porque eles ligavam com um nível de ansiedade... era muito grande. E eles eram bombardeados, a todo momento, de informação. Porque tinha a informação da CNM, que eles podiam confiar, mas vinham diversas outras informações, de diversos outros lugares, com equívocos técnicos, e aquilo não vinha só para eles, aquilo vinha também para as respectivas populações. E esses agentes, enfim e tudo mais, que estavam ali na disputa de fazer as coisas acontecerem, de provocar a prefeitura em realizar essas ações, também eram imbuídas dessas informações equivocadas que circulavam então aquilo gerava muitos conflitos, digamos assim, desnecessários, por conta de informações equivocadas que estavam, aí, correndo. Então aquele gestor ali ele era bombardeado por muita coisa, ele era bombardeado pela pressão da população, que é o papel dele ali, ter que lidar com aquilo dali, ele era bombardeado com o contexto que ele estava vivendo, porque estava acontecendo uma pandemia em seu nível aí mais acentuado... Ainda está, mas no seu nível mais acentuado, em termos de insegurança, em termos de nervosismo, em termos de "eu posso pegar essa doença"... Porque assim, gente, era um nível... Eu vi coisas... Eram relatos, era assim, poxa... a Secretária de Cultura de um município do interior do Pará, a secretária pega o carro dela e vai conversar com as lideranças de todas as aldeias indígenas

que têm ali naquele município. Por exemplo, quem conhece o Pará sabe que as extensões territoriais são imensas então ela foi lá, pegou o carrinho dela, e foi lá conversar, porque ela acreditava naquilo dali, porque para aquilo dali fazia sentido, porque ela achava que aquilo dali podia apoiar a população dela, e ela foi... E as coisas assim, gente, mais sabe? E... além disso, a gente estava vivendo um contexto de eleição municipal e isso configura diversas disputas naquela localidade e para aquele gestor que é, em algum nível, uma figura política, seja ele um político, digamos, profissional, ou alguém que foi alocado ali naquele papel de gestor municipal... Ele está num contexto também delicado para ele, porque em certa medida, talvez o atual prefeito, prefeita, esteja concorrendo de novo a eleição. Então isso significa muitas coisas, ali, naquele cenário... Enfim, muitos colocaram a cara a tapa. É... acho que é importante sinalizar esse comprometimento que muitos gestores tiveram, sabe, em busca de informação e em busca de articulação. A gente viu uma coisa que sem dúvida é um legado da Aldir, e que é uma coisa que eu acho das mais bonitas desse processo... Que foi de um fortalecimento de uma relação entre os gestores municipais, então a gente viu, fóruns que já existiam se fortalecerem, de fóruns surgirem, de grupos de WhatsApp no país inteiro, gente, o que tem de grupo de WhatsApp da Aldir Blanc, vocês não tem noção, não... E eles se ajudando, e eles trocando informação "ih, que o inciso II é num sei o que, e num sei quem me ajudou, e num sei quem fez num sei o que, olha informação aqui, olha aqui a nota técnica da CNM, olha o vídeo, olha num sei que". Então, assim, era uma rede de interlocução, e que está viva. O dia inteiro eu recebo mensagem aqui no WhatsApp, desses grupos. E aí, isso virou também, na verdade, acrescentou outras coisas, porque, por exemplo, agora eles estão ali nesses grupos debatendo para entender como é que está no outro município "Vocês estão fazendo festejo de Natal? Como é que está o preparativo para isso aí? Que que está acontecendo? Que que

vocês tão desenvolvendo?", então é uma troca de ideias, de possibilidades de atuação, modelos... Assim, gente, uma coisa, realmente, fantástica. E em alguns estados em específico isso foi assim, para além do comum... Então, por exemplo, no Espírito Santo, por conta da Aldir Blanc, a gente teve provocado pela secretaria de estado, e por essa articulação natural que aconteceram entre os municípios capixabas, a criação institucional, formal, vinculada à associação de municípios do estado do Espírito Santo, da criação de um fórum de gestores... E aí a presidente é uma mulher, que é a Renata, que é municipalista, e que ela chega para quebrar, entendeu. Pessoal do Ceará, aí, Alexandre, a Bárbara... Nossa, a Bárbara assim, eu choro, entendeu? É uma coisa assim... O papel anterior que tinha do Michel assim também, era um cara muito, assim... Ele tem uma visão, assim, do papel dele ali, enquanto presidente daquele fórum, que não é denominado fórum no Espírito Santo, mas enfim, é Conselho de Dirigentes. Mas é isso, uma reunião de gestores, e a Bárbara é uma mulher do interior aí do Ceará, e que bota pra quebrar, e que chega e coloca, e chega o pessoal junto, e é isso aí... Então, assim, isso é muito interessante de ver, sabe? Como essa galera ganhou um capital político nas disputas, não só internas, porque agora os gestores de Cultura são, em aí muitos contextos, vistos de outra forma, porque eles tiveram acesso a recurso financeiro, eles se colocaram numa disputa interna numa eleição de um outro patamar, e isso de alguma maneira se perpetua ainda no ano de 2021, e eu acho que também é um dos legados que ficam, assim, de que isso oportunizou e de uma maneira, ao mesmo tempo urgente e necessária, que houvesse o diálogo com outras instâncias dentro da prefeitura. Então a gente teve, aí, gestores que pela primeira vez que falaram com as procuradorias, conversaram com suas contabilidades, conversaram com a Secretaria de Educação... Enfim, e criaram essa relação entre essas pessoas, e essas relações elas podem propiciar, aí, outros cenários de atuação

para esses gestores. Que mais que eu acho que é interessante sinalizar para vocês? Acho que também a gente teve nessa experiência aprendizados que não têm como a gente não incorporar nas próximas políticas públicas em termos federais. A gente viu também caminhos que deram errado e que a gente precisa criar outros tipos de solução para lidar com eles... Enfim, acho que a gente precisa ter esse comprometimento com o futuro. Acho que é interessante sinalizar, já que estamos aqui, vocês são pesquisadores, vinculados a universidades, e tudo o mais, acho que é legal também pontuar que eu tive conhecimento de algumas iniciativas numa perspectiva, digamos assim, mais de extensão, de algumas universidades que colaboraram com os gestores municipais no apoio técnico para que eles pudessem ter condições operacionais de desenvolver essa legislação. Eu me lembro aqui da UFRB, lá do Recôncavo Baiano, por exemplo... O professor Luciano, eu acho, o nome dele... Mas eu passo depois para vocês direitinho, se quiserem contato e tudo o mais. É... por exemplo, eles tiveram um papel fundamental, ali, com os municípios do Recôncavo Baiano para conseguir apoiar, então, assim, eu acho que é interessante pensar o papel da universidade, em políticas futuras nessa linha mais da extensão, e não apenas que obviamente é muito importante da pesquisa, e tudo mais, mas também desse caráter da extensão que eu acho que se retroalimentam. É... que mais que eu posso dizer? Eu acho que assim, ao mesmo tempo também de uma necessidade explícita que a gente tem de capacitação, que os gestores municipais, eles necessitam de capacitação em diversas frentes para poder lidar com legislações como essa. Então, assim, não se trata apenas de uma capacitação para entender as possibilidades de atuação da gestão pública de cultura, abrir a cabeça, entender que a atuação que o trabalho do gestor cultural vai para além de uma política de eventos, e tudo que a gente já sabe, já colocou tantas vezes... Mas não se trata apenas disso. A gente precisa ter capacitação operacional, entender orçamento,

entender legislações federais, outras estaduais, locais... Como elaborar um programa, uma política específica para a realidade X... Precisa de muitos níveis de capacitação para essas pessoas que de alguma maneira lidam no universo da gestão pública e municipal de cultura. Que mais? Acho que é isso, gente, é muita coisa, mas se eu for ficar aqui falando,... Já cansaram de me ouvir. [risada]

**P: Ótimo, Ana, muito obrigado! Você nessa fala trouxe questões que a gente nem tinha elaborado, você já vai nos ajudar aí no desdobramento.**

E: Ah, que bom, fico feliz!

**P: Agradeço aqui em nome da equipe, da pesquisa, liderada pelo professor Luiz Augusto. E encerramos aqui, formalmente, a nossa conversa.**



Universidade Federal Fluminense - UFF  
Laboratório de Ações Culturais - LABAC  
APOENA – Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações  
Culturais – foco RJ  
[pesquisa.apoena@gmail.com](mailto:pesquisa.apoena@gmail.com) – <https://apoenaredecultural.wordpress.com>

Projeto APOENA  
Entrevistado (E): **Célio Turino**  
Data: 28/01/2022

Pesquisador entrevistador (P):  
P: Lia Calabre

Transcrição/responsável: Lia Calabre - Data: 18/05/2022  
Ajuste da transcrição: Luiz Augusto Rodrigues - Data:  
30/05/2022  
Ajuste final da transcrição: Luiz Augusto Rodrigues –  
09/05/2023

**P: Bom, Rio de Janeiro, Niterói, Fortaleza, dezessete horas e oito minutos, do dia vinte e oito de janeiro de vinte e dois, depoimento do Célio Turino realizada pela plataforma meet para projeto Apoena, Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações Culturais, Foco Rio de Janeiro. Estão presentes na sala o coordenador do projeto Luiz Augusto, eu Lia Calabre, Alexandre Barbalho, pesquisador do projeto e os bolsistas. E a gente queria começar te agradecendo muito, Célio, por generosamente estar aqui compartilhando com a gente um pouco das memórias desse processo em curso, ainda em curso. Vamos ter dois bloquinhos, um bloquinho de trajetória pessoal, que a gente tem sempre algumas perguntas de trajetória e depois um bloco especificamente sobre a lei Aldir. Aí eu queria que você começasse falando**

**pra gente seu nome completo, lugar de nascimento e formação.**

E: Bom, boa tarde, é uma satisfação sempre. Quando tiver o convite da Lia, do Luiz Augusto, estou sempre disponível, até, desculpe esses contratempos aí, que foi depois de conseguir passar dois anos incólume pela covid, mas no final não deu. Tive agora no começo do ano então isso me desorganizou um pouco a vida nesse comecinho de ano, mas já está tudo em ordem. Então, meu nome é Célio Turino, sou historiador, escritor, servidor público aposentado, administrador o meu cargo na prefeitura de Campinas. Historiador, servidor de carreira. E, enfim, estou acompanhando aqui atendendo a entrevista e libero totalmente essa gravação para qualquer uso. Acadêmico ou onde vocês acharem que é o caso.

**P: Obrigada. E a primeira questão é assim: quando e como você começou a atuar, militar no campo cultural de uma maneira mais ampla assim uma síntese para que a gente. Para que depois o seu leitor posterior conheça um pouquinho.**

E: Bom, eu gosto de dizer que foi como gráfico, eu fui trabalhar como operário gráfico, na Secretaria de Cultura em Campinas. Eu sou de Campinas e aos dezesseis anos de idade - isso em mil novecentos e setenta e sete - foi algo muito bom para mim. Fui contratado por uma autarquia da prefeitura e depois, em mil novecentos e oitenta fui contratado pela prefeitura mesmo, como servidor público. Muito me honra essa condição de servidor público. A Secretaria de Cultura tinha sido recém-constituída. É no período de ditadura, não havia eleições diretas para capitais, nem para governos estaduais. Então, Campinas e era a maior cidade do Brasil ao lado de Nova Iguaçu em que havia eleição direta para prefeitura e foi eleito

um prefeito democrata que era até do grupo autêntico do MDB, o Chico Amaral, e fez uma composição dentro das condições da época. Pelo MDB, razoável em que coube a Secretaria de Cultura, até o secretário era o vice-prefeito, que depois veio a ser prefeito de Campinas, o José Roberto Magalhães Teixeira Grama, em que tinha uma proximidade com o PCB ou com movimentos um pouco mais à esquerda. Não que ele fosse, mas que abrigou pessoas com um pensamento mais avançado. Então, eu como garoto, fui contratado para operar essa pequena maquininha, era uma Ricoh dez dez<sup>9</sup> em que eu fazia, imprimia a programação cultural da cidade, que tinha dois teatros, uma orquestra sinfônica. Campinas passava por um bom momento na área cultural. Imprimia também os programas, o relatório do Observatório Astronômico, que eu gostava bastante, era um assunto que me interessava, eu fazia também alguns cartazes em Silk Screen e à medida que eu ia imprimindo esse material, eu fui me interessando a acompanhar a programação, cinema de arte também e alguns funcionários ali da secretaria, que eram pessoas mais avançadas, aí militantes, creio que alguns mais na clandestinidade. Mas, creio, nunca abriram, mas creio que talvez fossem do PCB, eu mesmo nem fui pro PCB, da minha militância, fui para outro caminho, mas enfim, eles viam ali um garoto interessado, começaram a me dar livros, recortes... tem o que eu guardo até hoje que é o Diário da Libertação, do Amílcar Cabral<sup>10</sup>. Inclusive tem um capítulo em que ele fala de uma Ricoh 1010, que era a única impressora em Guiné-Bissau.

---

<sup>9</sup> Nota da pesquisa: o entrevistado está se referindo à impressora offset de mesa RICOH modelo 1010.

<sup>10</sup> Nota da pesquisa: O entrevistado está se referindo à obra “Diário da Libertação. A Guiné-Bissau da Nova África”, de autoria de Amílcar Cabral, político e teórico marxista nascido em Bafatá, Guiné Portuguesa – atual Guiné-Bissau. O autor viveu de 1924 a 1973 e foi ligado ao movimento anticolonialismo.

Logo no período da pré-libertação da Guiné-Bissau, que eles usavam, e que eu também usava a mesma máquina. Então, isso abriu um caminho para mim. Eu entrei na Unicamp para fazer história, isso em setenta e nove, para estudar história, também nessa época eu já tinha uma atuação política na clandestinidade. Entrei no PCdoB e também em movimentos sociais, movimento contra a carestia, movimento pela anistia, as primeiras greves operárias que ocorreram e o movimento estudantil. Primeiro o secundarista, eu fui responsável pela criação da Associação Secundarista de Campinas isso em setenta e oito, que deu origem a reconstrução da União Campineira dos Estudantes Secundaristas e, logo em seguida, fui pra Unicamp. E aí eu venho de uma família também proletária, da Vila Industrial em Campinas, meu avô era confeitiro, minha mãe solo. Me criou sozinha, praticamente fui criado pela minha mãe, minha avó, no qual eu acho que devo muito do meu jeito de ser a este fato de ter sido criado sido criado por mulheres. E então, eu tinha que trabalhar, estudava na Unicamp, que era um curso diurno, militava muito, dormia quatro, cinco horas por dia, estava muito difícil, e aí em mil novecentos e oitenta eu fiz uma proposta para diretora de cultura, que era filha do prefeito, e ela gostava de mim, o pessoal gostava de mim, assim rapaz, que está atuando e tal. E eu não sabia direito o que eu fazia, mas achava interessante. Bem garoto, eu ainda era, com dezesseis anos, como eu disse. E aí em oitenta eu propus pra diretora de cultura pra ela me mudar de função, me tirar da gráfica, me colocar para organizar cineclubes e feiras de arte em bairros de periferia e favelas. O que era algo inusitado para época. Então, eu comecei a trabalhar como agente cultural da periferia, ganhando como operador de offset, que era o meu cargo, mesmo na prefeitura era isso, depois que eu mudei pra função de historiador, aí uns anos depois. E aí eu juntava o útil ao agradável, porque eu fazia... organizava os cineclubes, e ia na Rua Aurora, em São Paulo. Vinha, por eu estou falando de São Paulo agora. Vinha



pegar os filmes da Embrafilme, todos, sempre filmes nacionais: O cortiço, Vida Secas, vários filmes muito bons que havia na época ali, que eu conseguia pegar, a Prefeitura pagava o vídeo, o filme, naqueles rolos enormes! Peguei um projetor do centro acadêmico de engenharia que ficou comigo acho que uns dois anos praticamente. Era enorme! E eu levava nos lugares, na maioria das vezes de ônibus inclusive, era algo bem pesado mesmo, era sacrificado. Ia em alguns bairros em que não havia luz elétrica. E aí eu juntava, sendo bem objetivo, o interesse de mobilização popular, é... organização de grupos de juventude, até tínhamos um com um nome bem estranho assim e que era a Judepro - Juventude Democrática e Progressista. E que antecedeu que hoje é o UJS [União Juventude Socialista]. E organizava esses núcleos em favelas e bairros e enfim, foi assim que eu fui entrando. Depois já avançando, no curso de história também, um diretor de cultura que chegou na Secretaria, em oitenta e três, o Eliézer, professor da faculdade de educação, Ezequiel, desculpa! Ele me vê fazendo esses trabalhos, havia um museu, alguns museus da cidade que tinham só os guardas, do museu, do museu de história natural, de história, do folclore e do índio que ficavam no Bosque dos Jequitibás em Campinas. E ele me convida para trabalhar no museu, como diretor do museu. Eu ainda não era formado, e aí eu fui, lá no museu, eu comecei a reorganizar o museu também, sempre com essa ideia da cultura e uma ação militante. Então, por exemplo, primeira exposição que nós fizemos, a história do movimento negro em Campinas, e aí, ia desde as revoltas, nas senzalas depois passando por vários movimentos no século vinte até o movimento negro unificado que estava, que tinha sido recém surgido. Mas outros, dos povos indígenas, aí veio a Campanha das Diretas Já, em oitenta e quatro. Eu peguei em São Paulo, que o Governo também era progressista, era o Mário Covas o prefeito, eles fizeram uma exposição sobre história das eleições no Brasil, aí eu fui reproduzir essa exposição, inclusive

eu que fiz a ampliação fotográfica, no jornal lá da cidade. Eu juntava essa parte técnica. Fazia uns pôsteres grandes e levava para os atos, para as praças públicas, para as escolas. Contando sobre as eleições e isso no ambiente das eleições. E várias outras também, a história do movimento operário, história dos ferroviários, a greve de mil novecentos e dezessete, também sobre a bomba atômica, sobre o movimento da paz, sempre fazendo isso no Museu, nesse conjunto de museus que eu era o diretor. E daí eu fiz um projeto para reformular o museu, para criar o museu da cidade, esse projeto ganhou um prêmio, o melhor projeto museológico em oitenta e sete, do Governo do Estado. Depois eu vim a implantar esse museu, na condição de secretário de cultura em Campinas. Isso foi em noventa e um, e foi num prédio tombado, que eu mesmo assinei o tombamento, que é a primeira fábrica aqui em Campinas, que era a fundição Lidgerwood, uma fábrica de ferramentas agrícolas, de mil oitocentos e sessenta e oito. Uma fábrica bonita que ano antes, dois anos antes de ter tombado a fábrica, eu participei de um abraço que houve na fábrica que ela teria sido demolida para o alargamento de uma avenida, que foi algo coordenado até por um arquiteto, que veio a ser prefeito em Campinas também, o Antônio da Costa Santos, que ele era professor da PUC, muito vinculado a questão patrimonial. Fui nomeado secretário de cultura em Campinas em noventa, era bem jovem, tinha vinte e nove anos e antes disso eu tinha sido secretário de governo, mais jovem ainda, e detestava essa função. Isso porque à época eu era do Partido dos Trabalhadores, também fui candidato a vereador, fiquei ali na suplência, assumi mas acabei ficando mais no governo, e era bem ativo. Eu comecei bem cedo. E em noventa, o prefeito que era o Jacob Bittar, me nomeia para secretário de cultura. Foi uma época que eu fui muito feliz. Eu realizei muita coisa. É... foi uma gestão que teve uma..., tanto que Campinas virou uma referência cultural no país. Era o período do governo Collor que ele tinha

desestruturado o Ministério da Cultura recém-criado, também tinha a Lei Sarney à época, que também tinha acabado, enfim, era uma terra arrasada e em Campinas nós conseguimos fazer um contra movimento. Para vocês terem uma ideia, nós chegamos a um orçamento de dois e meio por cento do municipal que é o... eu acompanho bem, eu creio que até hoje eu não sei se alguma prefeitura chegou a um orçamento nesse patamar, que nós chegamos em noventa e dois. E aí, aumentou muito a programação cultural da cidade, foi quando nós desenvolvemos também uma série de casas de cultura. Não levava o nome de ponto de cultura, mas era um pouco nesse conceito do compartilhamento. Fizemos treze casas de cultura em comunidades de periferia, ao lado de um outro projeto também, que foi muito bacana, que eu gosto muito, eu falo pouco dele inclusive, mas é o recreio, recreio nas férias. Foi um recurso que veio do Governo Federal, em noventa, eu tinha assumido e no dia seguinte me chamaram para uma reunião lá de secretários. E veio um recurso lá, mais ou menos de cem mil dólares à época, um pouquinho mais, e que era para atividades de alimentação para as crianças durante as férias. Esse recurso veio do governo Collor, e deveria ir para Secretaria de Educação, mas o Secretário de Educação disse que não queria o recurso, enfim, aquela era uma fase bem acirrada. E eu falei, ah, manda para cultura - a gente não tinha recurso nenhum - e nós fazemos um projeto e aí nós fizemos. Abrimos polos de férias para as crianças e programas de visita a museus, tinha a Maria Fumaça também, e fomos abrindo assim. Só que eu fui fazendo. Tinha aquela energia de juventude, também acho que é uma característica minha, foi muito rápido. Eu assumi trinta e um de maio, e em julho estava acontecendo o recreio nas férias. Então, como nós não tínhamos muitos espaços formais para atividades, a gente pegava uma garagem, uma rua, uma casa cedida, para ser ali o polo de férias tal. E no final nós fizemos para noventa mil crianças, quando o recurso era para trinta mil, e contratamos

quinhentos agentes culturais, monitores - e muitos voluntários também. Isso com esse dinheiro que foi possível fazer. Mas nós tivemos mais três edições do recreio. E o recreio ele impulsionou essas casas de cultura que alguns desses fóruns depois viraram casas de cultura, algumas que duram até hoje. Eu recordo, inclusive outro dia eu até peguei, houve uma matéria na Veja em noventa e dois, em que Campinas foi capa: "Explosão nos palcos de Campinas!", se vocês querem, eu posso até pegar e mostrar. Foi uma matéria de seis, sete páginas falando sobretudo o que estava acontecendo em Campinas que era muito na contramão. Realmente para vocês terem uma ideia, quando eu assumi, o público pagante em teatro em Campinas era de trinta mil pessoas por semestre. Em um semestre pulou para cento e cinco mil pessoas, e fazíamos estreias nacionais, marketing, uma série de coisas, virou realmente um polo. Também não havia editais no Brasil à época. Primeira grande série de editais que houve no Brasil foi em Campinas, com o Prêmio Estímulo, para setenta e dois prêmios de cinema, literatura, difusão científica, artes visuais, teatro, no valor de quinhentos mil dólares à época. Então foi bem significativo também, tudo isso a gente foi criando, nesses dois anos lá como secretário de cultura. E aí teve essa matéria da Veja, eles me entrevistaram, ficaram também impressionados, ficamos circulado pela cidade e mostrando, falando dos projetos que a gente estava fazendo e abrindo e realmente era uma... para vocês terem uma ideia, a estreia nacional do Macbeth, com o Antônio Fagundes, Vera Fischer, foi em Campinas. Foram doze mil pessoas em duas semanas, eu tinha espetáculo três sessões num sábado, um no domingo... porque aí criou um élan na cidade. O assunto era ir para as atividades culturais que se desenvolvia, isso era: saía de uma, entrada em outra, e outra, e outra, e muita coisa. E, também, na periferia, com o recreio, que era um volume, a cidade tinha... não tinha novecentos mil habitantes, tinha perto disso à época. Hoje tem um milhão e duzentos. E aí a jornalista

da Veja, ela perguntou para mim: -Você não tem receio de que esse trabalho pode ser desfeito? Eu naquela, não diria arrogância, mas na autossuficiência, mais juvenil. Em noventa e dois, eu tinha trinta e um anos. Eu falei: -Não! Isso está consolidado na comunidade e tal ! E, eu tinha convicção de que estava, porque realmente não tinha paralelo ao que houve em Campinas e mesmo ao que acontecia no Brasil naquele período. Ledo engano! Ganhou, até ganhou justamente o Magalhães Teixeira, mas e num outro contexto, não é? Era do PSDB, e também o nosso governo foi muito atribulado. Jacob Bittar saiu do PT, teve muita crise interna e tal, foi muito desgastante. E, eu ficava muito concentrado na cultura, mas como a minha vida veio dessa ação política mais geral, então, foi desgastante. E aí tudo que a gente fez, foi sendo desfeito. Isso me pegou muito, continuei trabalhando como historiador, que era o meu cargo de carreira, estável. Sou servidor, como se diz...? Acho que deve ser a covid ou a idade! [sorriso] Enfim, servidor de carreira! Continuei lá, voltei pro museu, mas aí na condição de historiador, durante um tempo fui pra Unicamp também, para não ficar tão tensionada a coisa. E fui trabalhar como produtor cultural independente, também, fazendo concertos de jazz, de MPB, de música erudita. Houve um período bom aí, no fim dos anos noventa, nós chegamos a fazer uns cento e cinquenta concertos por ano, pelo interior de São Paulo, com o Banco do Brasil, uma série de concertos. Eu fazia essa frente assim, de produção. Algo bom também! Eu pude aprender muito a trabalhar nisso. Aí, em dois mil e um, fui convidado para trabalhar em São Paulo, como diretor de lazer, quando a Marta Suplicy assumiu como prefeita, a Nádia Campeão era secretária de esporte. Eu era filiado ao PCdoB, e o PCdoB não tinha experiência em governos, não é. Como eu tinha saído do PT, então voltei para o PCdoB, e aí, eles me convidaram para trabalhar como diretor. Era um departamento muito pequeno, eles até ficaram constrangidos, assim: “Olha, o departamento é pequeno, a verba é pouca!” Mas, eu topei na

hora. E, vim com a família para São Paulo. Nesse período trabalhei o lazer e a recreação nessa perspectiva cultural. Então daí pudemos refazer o “Recreio nas férias”, num volume bom aí, para duzentas mil crianças por edição. Eu gosto desses volumes, como a gente levar assim: quinze mil crianças para o SESC todo dia, e para o teatro municipal, contratava os ônibus, e as atividades no Ibirapuera. Enfim, a ideia era quebrar essas fronteiras invisíveis. Esse projeto a gente fez logo de início, como também as corridas de rua. Para vocês terem uma ideia, em dois mil e um havia doze corridas de rua com mais de mil pessoas em São Paulo. Em dois mil e quatro, quando eu saí, eram oitenta e várias com mais de dez mil pessoas, virou até um negócio, mesmo, da corrida de rua, não é. Foi nesse período! Antes, tinha a São Silvestre, a maratona de São Paulo, que tinha um circuito. Depois a gente foi criando muitos, também um programa de esporte comunitário, que até havia antes, foi criado no governo do [Paulo] Maluf. Eles contrataram, esses jogadores de futebol, alguns até da seleção brasileira, Félix, Clodoaldo, enfim grandes jogadores, Badeco, mas que funcionava mais para irem em atividades políticas, ali da prefeitura. Quando nós chegamos, essa área coube a mim também, nós reformulamos - até organizei um livro que trata disso, que é o “Mais Esporte” -, e ali nós fizemos polos para os demais esportes. Para trinta e cinco mil crianças, duzentos polos e, reorganizamos essa linha de esporte comunitário e fomos além do futebol. Tinha até xadrez, basquete, enfim. Sempre tendo uma referência muito da ideia do Griô, que depois foi aplicada com os pontos de cultura, veio dessa experiência com os jogadores de futebol nas periferias. E também o “Nossa Rua”, que é um programa de rua de lazer, que era antigo na cidade, mas estava meio abandonado, a Prefeitura só dava autorização e punha os cavaletes no final de semana, no domingo, para a comunidade fechar a rua para atividade de lazer. Aí a gente organizou kits de lazer, distribuímos, transformamos o Minhocão, que era fechado ao

domingo, aí a gente transformou em rua de lazer, também a Paulista. Foi quando usamos a Paulista como rua de lazer, aí também as brinquedotecas, os ônibus brinquedoteca, enfim, foi uma boa experiência. Para vocês terem uma ideia, em termos orçamentários, eu cheguei, tinha duzentos e sessenta e dois mil reais de orçamento no departamento para atividade; quando eu saí, o orçamento era de doze milhões e meio. E isso em dois, três anos assim. Então demos um impulso grande assim. Tem programas... sempre trabalhando com cultura, com lazer e recreação. Aí eu fui para o Ministério da Cultura, mas essa acho que é uma história mais conhecida. Fiquei até dois mil e dez. Então passo meio rápido, pensando ali no Cultura Viva, no Ponto de Cultura. A partir de dois mil e dez, eu revivi a sina que tive como secretário de cultura em Campinas. Só que aí com mais maturidade. É que eu vi sendo tudo desfeito. E foi algo muito, muito duro. Para mim, inclusive, pessoalmente. Foi muito duro, o ano de dois mil e onze, ver tudo sendo atacado, desfeito, desmontado, mas ao mesmo tempo o projeto ele ganhou uma projeção grande - Cultura Viva e os Pontos de Cultura -, e vários movimentos de cultura em comunidades pela América Latina conheciam a experiência, e foram me convidando para fora, para falar sobre o ponto de cultura. E assim foi! Isso foi bom inclusive, para mim pessoalmente, porque aqui no Brasil a coisa ficou muito ruim, houve muito ataque, foi muito, foi muito duro. Um dia eu gostaria de contar essa história inteira. Foi muito, muito pesado mesmo. E aí eu comecei a ter reuniões na Argentina com senadores, deputados. Fizemos a passeata na Casa Rosada, pela Cultura Viva com quinhentas pessoas. E pontos de cultura na Argentina, no Peru. A primeira Lei Cultura Viva na cidade de Medellín, e eu fui pra aprovação da lei, isso em dois mil e onze, e aí fui circulando dez anos por aí circulando pela América Latina. Está até nesse meu último livro, que é o “Por todos os caminhos: pontos de cultura na América Latina”. Eu conto essa história. Acho que foram umas cinquenta viagens. Dezenas. Eu

perdi a conta. Nisso o Papa Francisco conheceu e gostou muito dos pontos de cultura, quando ele ainda era arcebispo em Buenos Aires. Aí em dois mil e quinze ele me chama para abrir um congresso, que ele estava organizando, que era do “Scholas Ocurrentes”, escolas do Encontro, que ele criou com o conceito da cultura do encontro, que ele via como algo muito próximo com o conceito do ponto de cultura. Ele gostou muito mesmo, tanto que foram assessores dele que me encontraram, me convidaram pra ir lá para o Vaticano. E daí eu fui algumas vezes na Academia de Ciências do Vaticano, apresentar um outro projeto. E aí houve vários encontros e disso a gente - eu honro muito essa oportunidade -, até hoje a gente faz trabalhos com ele de uma forma independente, que eu e a minha esposa, Silvana - que me acompanhou em todas essas viagens pela América Latina também -, nós criamos o instituto, que é o Instituto Casa Comum e que hoje desenvolvemos uma série de ações... até a Rádio Novela. A gente produziu rádio novela, que você foi no lançamento! Você como especialista e vários podcasts, temáticos, enfim, cursos. Enfim... desculpe se foi longo, mas é que eu já estou com sessenta anos.

**P: Não, não perfeito, perfeito, sério, é isso. Compôs toda a trajetória. Agora a gente passa para o segundo bloco, que é o bloco sobre a Lei Aldir. E eu queria que você começasse contando para a gente, assim, rememorando com a gente como é que se deram as primeiras articulações em torno da defesa dos trabalhadores da cultura, logo no início da pandemia. Porque tem um “pré” que é muito rápido, e a memória da lei cobre tudo. Mas como é que são esses momentos iniciais?**

E: Bom, foi muito intenso tudo. Estava em janeiro, veio a notícia lá da China. E para você ter uma ideia, eu estava envolvido, e estou até hoje, num movimento chamado economia de

Francisco e Clara, que são novas economias, a gente que impulsionou aqui no Brasil, eu e a Silvana [Bragatto]. Hoje ele tem... caminha assim por si. Eu e a Silvana vamos ajudando assim a monitorar, como a gente gosta de fazer, sem ficar muito na frente. Mas foi um chamado também do Papa Francisco para jovens e novas economias. E a gente até teria o congresso em Assis, em março, e estávamos levando a maior delegação de fora da Itália para esse congresso, mais de duzentos jovens, arrecadando recursos, para eles irem, inscrição, jovens em várias áreas. Então eu estava assim! Era em março, de repente a coisa vem num ritmo, tudo vai sendo cancelado, desmarcado. Esse congresso mesmo foi adiado, depois transferido e tal. E eu estava num ritmo, como eu te falei, desde dois mil e onze, mais voltado para fora do Brasil do que no Brasil. Sempre morando aqui, mas teve ano que passei assim uns seis meses fora. Já estava aposentado também. E aí eu escrevi uma carta, me colocando à disposição, dessas que hoje em dia eu começo a fazer muito isso. Agora mesmo comecei uma série de parágrafos sintéticos conceituais. Não sei se você já viu, eu estou escrevendo isso, sobre cultura popular, um monte de temas que eu quero tratar. E jogo. Faço a frase e jogo, sem maior pretensão. Eu escrevi algo assim, me colocando à disposição, dizendo que a crise viria pesada, e atinge a cultura de uma forma intensa, e que era necessário pensar em alguma alternativa para as artes e a cultura. Isso lá para dez, quinze de março. A coisa ainda estava parando ali. Aí houve o retorno, mandei para algumas pessoas da Câmara dos Deputados tal, Jandira Feghali, um monte de gente aí. E aí houve retorno de alguns, nós criamos um pequeno grupo, que demos o nome de “Arte e Vida”, acho que nem tem mais esse grupo de WhatsApp. Era o que dava pra fazer. E ficamos ali uns dez dias confabulando um projeto de lei. Nesse processo avançou um pouco uma proposta da Benedita da Silva que era um projeto de lei que garantiria um salário mínimo para cada trabalhadora e trabalhador da cultura, por mês. Só que em

paralelo, estava tendo também o auxílio emergencial. E ele ficou consolidado em seiscentos reais. Na verdade, a câmara aprovou em quinhentos. E aí o Bolsonaro subiu para seiscentos porque ele queria dar acho que era duzentos, algo assim. A câmara subiu para seiscentos, quinhentos, aí ele subiu pra seiscentos. Então consolidou nisso. E teve uma emenda no Senado, isso tudo que eu estou falando é mês de março ainda de dois mil e vinte. Houve uma emenda no Senado, acho que foi do Humberto Costa, do PT, acho não, foi dele! Lá de Pernambuco, que incluiu trabalhadores da cultura e tinha minuta do projeto de lei da Benedita, que era desse salário mínimo. E a gente colocou, pela experiência que eu tinha da cultura enquanto coletividade, território, que devia ter a bolsa, mas devia ter algo pras coletividades e pros espaços culturais. Aí houve uma, houve até uma tensão nesse pequeno grupo. Hoje eu já até continuo tem o nome de “Convergência cultural”, mas está um grupo menos... mais de troca de informações. Aí é quando a Jandira, também eu fui conversando com a Jandira, ela incorporou mais essa ideia do território e dos coletivos e dos espaços. Ela começou a preparar isso. Eu estava negociando com a Benedita, até o que vou dizer aqui não é bem um problema, mas enfim, é dentro da lógica parlamentar. Aí a Jandira e a Benedita foram negociar para juntar os dois projetos. Acho que lá pra vinte e nove de março. Ocorre que elas conversaram em um dia, e no dia seguinte foi protocolado o projeto da Benedita. E aí com a questão da bolsa. De um salário mínimo e sem os espaços. Aí a Jandira ficou um pouco sentida com isso, que não incorporou os espaços, e ela queria também mandar a lei dos espaços. Aí aí eu conversei com ela, enfim, aqui a atividade acadêmica, então, tem que colocar bem como foi. Falei, Jandira, seria melhor... Vai acabar fundindo porque o seu projeto vai ser acoplado no primeiro que foi apresentado. Então seria melhor você não apresentar, ver outras pessoas para apresentarem e, mais adiante, a gente trabalhar para você ser a relatora. Aí ela deu pro... para fazer,

para dar uma força institucional dos espaços, que incorporava a ideia da bolsa e o espaço ela deu para o líder da oposição, que era o André Figueiredo e para o líder da minoria, que era o José Guimarães. Eu queria que vocês verificassem, eu não sei se o José Guimarães era da oposição e... uma troca aí, mas os dois que assinaram, como os líderes, era o André Figueiredo, que é do PDT, líder da maioria ou do da oposição e o José Guimarães, líder da maioria ou da oposição, não sei qual dos dois, das duas lideranças eles eram, mas é ambos eram dessas, um de cada uma. Ambos do Ceará<sup>11</sup>. E eles apresentaram no dia seguinte o projeto com os espaços. E aí, como que é o processo na Câmara? Você tem a apensa. E outros projetos também surgiram. Eram cinco no total. Mas, esses dois que eram os fundamentais. Ocorre que estava sendo tramitado, estava ajustando o auxílio emergencial. Teve a emenda do Humberto Costa, que jogava o auxílio para os trabalhadores da cultura e, dessa forma, ficou inviável um auxílio diferenciado pra cultura. Que a cultura estaria contida no emergencial. E o espaço e o território, esses conceitos de espaço e de território, que vem muito da experiência do Cultura Viva, do ponto de cultura, é que avançaram mais. Mas em abril a lei - em função dessa, dessa divergência, digamos assim de protagonismo que houve, com as leis, com a autoria das leis - o projeto ficou parado, ele não circulou. Foi quando em trinta de abril, a pedido... por articulação da Jandira Feghali, a líder do PCdoB na câmara, a Perpétua Almeida, deputada no Acre conseguiu uma reunião com o César Maia. César Maia não, o filho dele, Rodrigo Maia, presidente da Câmara. A Jandira liga para mim e me convida para participar, como um pensador da cultura, também liga - queria uma pessoa da área das artes -, aí ela convida a Zélia Duncan, que foi representando as artes e

---

<sup>11</sup> Nota da pesquisa: Na disputa pelas lideranças em 2020, coube ao deputado federal José Guimarães (PT-CE) a liderança da minoria e ao deputado André Figueiredo (PDT-CE) a liderança da oposição.

mais a Perpétua que mediou a reunião, o André Figueiredo, o José Guimarães e a Jandira. E era no dia seguinte, eu sei que foi trinta de abril. No trinta de abril, então nós fizemos a apresentação, fui lá como especialista - você sabe que eu gosto disso, sou historiador, mas eu me dou bem com contas, orçamento e tal. Aí o Rodrigo Maia, ele colocou: “Mas quanto que dá a dimensão do orçamento?” Aí eu peguei aqui nessa mesa, fiz ali uma conta e botei: - Olha, vai dar quatro mil! Conta “a la *Ciro Gomes*”, digamos vai dar quatro, você tem quatro mil pontos de cultura na auto regulamentação, tem mais seis mil espaços de cultura - os números eram meio aproximados porque não tinha número exato. É... oitocentos círculos, quatro meses, sei que dá treze mil espaços, aí eu arredondei pra quinze mil e coloquei se a gente der aí sessenta mil para cada um dá novecentos milhões, aí tem mais um recurso tal, tal, tal, tal... dá em torno de um milhão e duzentos a gente consegue atender. E, conta tímida também, da gente da cultura, não é! Mas era razoável, dava o equivalente a uma Lei Rouanet, a um ano de Lei Rouanet. Mas aí o Rodrigo Maia fala: “Só isso? Ah! Nós estamos aprovando tanta coisa e tal”, e eu: - Espera aí! Mas tem mais outras coisas e tal. E aí ele concordou. E nisso tem que fazer justiça, o Rodrigo Maia ele foi muito..., ele honrou o compromisso! Ele colocou urgência da lei, ele também nomeou a Jandira relatora. Foi fundamental! Sem a Jandira relatora, eu diria que a lei não teria acontecido da forma que ela aconteceu e topou que a coisa ocorresse. Acabou a reunião, eu gravei um áudio por WhatsApp falando: - Ó, acabou de ter uma reunião e foi assim, assim, assim... e esse áudio viralizou e aí várias pessoas foram ligando, dois dias depois a gente já ia ter reunião do Fórum do Secretário Estaduais de Cultura. O presidente do Fórum de Secretários de Capitais era de Campinas, era o Ney Carrasco, também ligou para mim, também marcou, e aí o movimento... aí foi um movimento muito de baixo para cima, bem na linha do Cultura Viva e dos pontos de cultura, tanto que se eu olhar o grosso dos protagonistas, da

mobilização social, são pessoas que vem dessa escola e dessa prática do Cultura Viva e do ponto de cultura. Aí vocês vão até entrevistar outros, não é? Você vai ver que é basicamente, você puxa e é tudo “escola Cultura Viva”. Aí nós começamos a fazer muitos encontros. Foram quarenta dias assim sem parar. Houve dias em que eu tive quatorze horas de videoconferência. Saia de Rondônia, para Alagoas, para o Amapá. A Jandira a mesma coisa, aliás ela como relatora, ela relatava ali na mão [fez o gesto da escrita manual]. E aí foi incorporando ideias, propostas, até que nós chegamos... tinha que fazer um cálculo mais preciso do recurso e enfim, foram milhares de pessoas, isso se vocês olharem lá pelo canal de Emergência Cultural tudo mais, vocês vão ver tudo o que houve. E aí também consultas e a gente foi incorporando outras propostas, conceitos, de repente uma menina lá do Pará falava sobre cultura alimentar, que não estava previsto na lei, a gente viu um jeito de incorporar. A ideia do território de identidade, que não é um espaço fechado, é uma aldeia indígena, é um quilombo, que é o território, então incorporamos isso. Aí chegou a necessidade de fechar o valor. O valor foi um cálculo que foi da assessoria da Jandira, comigo ajudando, e chegou a levantar todo passivo do Fundo Nacional de Cultura. Todos os saldos! Mas é, isso não foi muito divulgado. Dava dois oitocentos e setenta, dois bi, oitocentos e setenta milhões. Isso é saldo desde ano dois mil, desde o ano dois mil. Então, esse saldo de todos os governos que usaram muito menos do que era, não é! E aí a Jandira ali a dois oitocentos e setenta arredondou para três, fechou em uma conversa, foi com líder inclusive, sabe? O com esse presidente da câmara que foi que fechou os três bi. E que ele era meio..., o cara do centrão e tal. Ele que falou: “Ah está bom! Fecha três mil”. E eu sei disso porque enfim, acompanhamos muito próximo ali com a com a Jandira, e também era necessário ter um cálculo de distribuição do recurso. Pela Secretaria de Cultura era impossível, porque eles se colocavam como inimigos disso. Portanto tinha que ver uma

forma de tirar, colocar o dinheiro na conta rapidamente. Como fazer a distribuição, para estados, aí pra capitais, municípios grandes, primeiro de quinhentos mil, depois chegamos a cinquenta mil habitantes. Aí houve uma dessas reuniões que se arrastou até duas da madrugada, aí tinha gente de município menor, falaram que não podia excluir os pequenos municípios, aí eu com a Jandira, a agente ia conversando por WhatsApp, aí ela como relatora falou: “Eu vou abrir para todos os municípios”. Tirou a exigência do SNC, até porque era uma lei de emergência, e aí fechou assim. Daí depois teve um outro cálculo que era necessário, esse fui eu quem fez, fui eu que fiz aqui na mão até. Como fazer uma distribuição que fosse equilibrada? E que deu essa fórmula oitenta / vinte. Que é oitenta por cento população e vinte por cento de fundo de participação dos municípios. A ideia não era essa, a ideia era trabalhar mais com o fundo de participação de municípios, mas ela distorceria por demais o quadro. Porque municípios grandes eles teriam recurso muito pequeno. E municípios pequenos teriam recurso além da necessidade. Por outro lado, só a população não daria conta. Tem o custo amazônico, municípios remotos, tudo mais. Então aí fomos medindo, fui medindo aqui e tal, até chegar no equilíbrio. Ao ponto que ele dá uma proporção que ela vai de cinco e noventa, falando de cabeça aqui, talvez vocês pegarem exatamente “no lápis”, vocês vão ver um pouquinho diferente. Mas ele dá, municípios grandes do estado de São Paulo, deu um per capita de cinco e noventa, cinco reais e noventa por habitante. Até municípios da Amazônia e estados menores, como foi o caso Amapá, vinte e quatro reais. De um pra quatro. E, no meio, em média doze reais, dez a doze, entre municípios do Nordeste. Algo assim. Eu teria feito uma conta um pouquinho mais precisa, que era o que a gente usava com o Cultura Viva. Logo para o primeiro edital de dois mil e quatro, que a gente fazia uma equação de densidade, quantidade de projetos por unidade da federação, IDH, é, projetos. IDH e diversidade, tinha ali um outro cálculo

também que nós fazíamos, que poderia ser feito, áreas de preservação ambiental, tal, mas não tinha condição, porque foi feita aqui, na mesa de casa, na mão, quase como conta de padaria. E a gente não tinha governo. Não tinha técnicos para fazer algo mais preciso. Mas até foi uma boa equação, foi bem aceito, acho que ela até vai caminhar esse oitenta / vinte vai, espero que dure aí um tempo nas transferências. E, assim foi. Aí houve a mobilização final. Que foi o pessoal principalmente dos pontos. Que começaram a fazer o mapeamento, construção de consenso. Foi uma lei feita por consenso progressivo. Houve muitas reuniões, até com o Partido Novo, que votou contra. Mas, eu tive uma reunião com a Adriana Ventura e mais uns deputados do Novo, eles eram contra a lei. Essa Adriana Ventura é de São Paulo, ela é bailarina, sei lá. E então ela queria apoiar, mas era contra os princípios do Novo. Então, qual foi o acordo com o Novo? Eles não iriam pedir destaque para lei. Porque você sabe, que um partido pede destaque e tira de votação, então eles só iriam votar contra. Até isso houve, é um acordo de bastidor, mas foi importante, a gente tinha que correr contra o tempo. E houve uma construção do mapa do voto, muito grande que chegou aí, praticamente com unanimidade, tirando o Novo, e isso porque foi uma lei generosa. Não dá para tirar essa referência da Lei Aldir Blanc. Ela foi abarcativa. Tive uma reunião com o pessoal do circo, sertanejo, gospel, eu estou dizendo esses mais extremos, que não estão normalmente no campo das políticas culturais. E esse pessoal era mais da base, digamos, do Governo Federal, então eles também foram, ajudaram na costura. Ao ponto de que até o líder do governo na câmara, o Vitor Hugo, deu declaração que o governo apoiaria a lei, depois tem as dificuldades de aplicação, mas aí fica para outra pergunta. Mas ela... eu diria que foi uma lei talvez a primeira lei no Brasil exercitada de baixo para cima, de uma forma muito intensa. oram pelo menos trinta, quarenta mil pessoas que

participaram do processo e que exercitou a prática do consenso progressivo.

**P: Célio, eu queria que você voltasse um pouco porque assim, por esse processo.**

E: Não sei se está sendo muito longo, o que eu estou falando.

**P: Não, não, perfeito, eu acho que assim, tem a questão do encadeamento do pensamento. Então agora, eu queria que a gente vai que a gente voltasse um pouquinho, por exemplo ao processo das webconferências, e dos diversos grupos de participação. Você falou do tamanho, da importância, do volume a gente fica se perguntando assim: Quem organizava? Como é que as redes eram acionadas? Quer dizer, como é que era esse processo e as tomadas de decisões após a web, quer dizer como é que você processa esse volume de resultados e esse volume de discussões? Fala um pouco pra gente desse processo das webconferências?**

E: É algo que vai ser legal se vocês, ou alguém pegava, até um doutorado, para entender essa mobilização, porque foi muito inédito. Para ter uma ideia, a primeira reunião que eu tive na vida de Zoom foi nesse processo. Hoje já fiz centenas, até cursos. Então eu estava falando, março de vinte, não é. Dois anos atrás. Mesmo essa experiência, não é? Isso que nós estamos fazendo aqui e tal, eu não tinha feito. Tinha feito uma, até tinha umas que pegava Skype, no celular. Mas assim, com o computador e tal. Eu, fui a primeira vez e foi a partir daí, e acho que para muita gente, foi assim também. E é que estava começando mesmo, a ter o zoom, essas ferramentas estão surgindo naquela época. Então foi muito auto organizativo.



Havia um núcleo, mas que não foi eleito nem nada, foi o núcleo que pegou a frente. São pessoas fundamentais, você tem que conversar, o Marcelo [das Histórias], [Alexandre] Santini, Xaú [Peixoto], aquelas meninas do Ceará também, lá da Secretaria do Fabiano, mas eram mais umas meninas ali da diretoria e tal, tinha um monte de gente, pessoal. Alguns do Fora do Eixo também, que eles têm mais esse domínio. Muita gente de ponto de cultura e se é que foi algo... não foi espontâneo! Tanto que eu te passei assim os fatos. Teve que ter elaboração. Teve muita elaboração teórica. Muita experiência. Muita capacidade de articulação, não dá pra dizer que foi só de base, porque se não tivesse tido lá reunião com as articulações da Jandira, a reunião com o Rodrigo Maia, também o programa não prosperaria. Você veja, compare com a Lei Paulo Gustavo, que patina, não vai, não é! E que teve, montou comitês, montou um monte de coisa. Com a Aldir Blanc, que no começo a gente dava o nome de lei de emergência cultural, o Aldir Blanc, foi na véspera da votação, que ele tinha recém falecido, aí a Jandira ligou falou ó pensando em dar esse nome e tal. E você vê a diferença. Nós conseguimos fazer essa lei; efetivamente ela levou quarenta dias entre a concepção, porque foi uma lei nova, a partir da reunião com o Rodrigo Maia, ela foi uma nova lei, não é. A relatoria, ela construiu uma outra lei, não foi uma fusão de leis, foi uma outra. Em consulta pública eu diria que foram centenas, talvez milhares de webs encontros, em todo Brasil pulverizado, e que vinha nos acompanhamentos e eles iam, as pessoas iam chamando, o pessoal ia organizando. Muita gente mesmo de ponto de cultura, inclusive alguns já eram gestores também. Foi assim! Foi meio anárquico, mas que tinha uma unidade conceitual, tanto os princípios conceituais da lei inclusive, o da universalidade, que não foi tão bem compreendido, bem aplicado, mas que ele está muito bem expresso na lei, que é via cadastro. Não é por edital, não é por seleção! Se você comprova que você faz, você tem o direito – essa é a da universalidade, a descentralização e a

desburocratização. Conceito de espaço, avançou muito. Esse conceito, conceito de território de identidade. Tudo isso não dá pra dizer que foi geração espontânea. Isso é fruto e aí eu advogo que, sem compreender a cultura viva e os pontos de cultura, não se chegaria a Lei Aldir Blanc. Mas a mobilização em si, foi esse processo autônomo. A última semana, que foi essa do mapa do voto, não é? Todo mundo tinha que ir atrás de todos os deputados e deputadas e sem exceção, sem nada, de partido, tinha que ir e isso aconteceu. E era mapa, a gente ia calculando. Pessoal: fechou aqui! Fechou estado! Dois dias antes era assim: - fechou o Ceará! Tinha ali os grupos, de mobilização. Gente que nem se conhecia, e que criaram vínculos ali de amizades grandes. E também uma outra coisa, que teve esse movimento, eu diria que tem um tripé aí na mobilização. A mobilização de base, que foi essa muito por esse método ponto de cultura; a mobilização dos gestores, houve um papel muito grande do Fórum de Secretários Estaduais e dos secretários municipais; e, a articulação na Câmara que foi muito grande e foi muito abrangente também. E a Jandira ela foi a principal artífice, mas ao lado dela houve muitas pessoas que tiveram um trabalho muito grande mesmo. O José Guimarães, o André Figueiredo, houve muita conversa assim com o próprio [Arthur] Lira. Então teve reunião com todo mundo e isso criou esse consenso que se replicou depois no Senado. O Senado tinha observações até pertinentes para lei, mas não é fácil assim você mandar um projeto para o Senado e não ter nenhuma emenda e eles fizeram isso em respeito até; era o Jaques Wagner que foi, o Jaques Wagner chorou inclusive, quando ele estava falando com a gente, ele começou a chorar por isso, não é. Teve também muita, muita emoção. Outro choro que foi muito sentido assim, muito querido foi do [Sérgio] Mamberti. Não estou falando pelo choro em si, mas pela carne. Mamberti teve um papel grande também, aquele papel, aquele o jeito Mamberti, é ele, a figura dele é um, é um mobilizador assim. E aí ele quando acabou a votação, o mapa

do voto, ele junto conosco, já era tarde, ele começou a falar - eu fui lembrando dele, não é, já falecido -, ele começou a chorar assim falando, nossa são tantos anos de tantas derrotas, essa é a primeira vitória que a gente teve. Olha só, derrotamos um governo fascista, de extrema direita. Extrema direita que chegou ao poder pela estratégia da guerra cultural, quer dizer no ponto maior de destruição deles, o contra golpe vem pela cultura. Acho que eles nem perceberam direito o que que aconteceu. Então, e aí o Mamberti soltou assim, quase catártico. E aí na semana seguinte, que foi muito rápida a votação no Senado e todos os senadores toparam abrir mão de emendas, tal. O Jaques Wagner... Acho que se vocês procurarem o vídeo, vocês acham. O Jaques Wagner começando a falar com as pessoas e aí começou a chorar assim lágrimas tal, de ter conseguido. Porque a gente vê assim de - a gente que eu estou dizendo é esse campo progressista -, de uns cinco anos de muitas derrotas, só derrota, não teve uma vitória. Essa foi a primeira que houve e desse jeito, não é!

**P: Célio, fala um pouco das inovações da lei, eu acho que ela tem. Ela tem ou é um paradigma, mas o que que em termos de contribuição de inovações ? Para um caminho na verdade pensando em construção de novas políticas e um pouco dessa articulação também com o legislativo.**

E: Olha eu diria, primeiro esse tripé conceitual e o principal deles o da universalidade. Que não foi bem compreendido na aplicação, mas que ele está lá. E que é algo muito significativo, uma grande inovação. Esse também da aplicação, ela na prática foi a aplicação do Sistema Nacional de Cultura. Chegou a mais de quatro mil municípios. Coisa que se levou década falando, em questão de alguns meses se executou, sem ter existência de Ministério da Cultura, num governo de extrema direita, nós executamos o sistema, com cálculo de distribuição

de recursos também com princípio igualitário para todos. Isso também foi muito significativo. Tanto que nos primeiros quinze dias do pós-lei foram quatrocentos e cinquenta adesões ao Sistema Nacional de Cultura [SNC]. A lei até nem exigia isso, que até uma cláusula que desobrigava que é de emergência, mas se o pessoal achava que precisava, então pra você ver o volume da coisa. Também o sentido de ser uma lei de emergência, de desburocratização. Também na prática, foi mal compreendido, a maioria dos governos exigia, a maioria eu não sei, não posso afirmar. Mas um bom tanto exigia a lei 8666, quando na lei isso não está previsto que é de emergência. Mas, em todo caso, ela colocou esses ritos mais rápidos também de aplicação. Bom, talvez esses princípios. Um princípio que não está explicitado, mas que agora está na Aldir Blanc dois, e que na prática ele estava, é também o princípio da diversidade cultural. Você reconhecer um território de identidade como espaço cultural. Não é, não é pouco isso! Do ponto de vista conceitual. Um outro ganho nesse processo, é que no mínimo em quatro mil e tantos municípios, há uma pessoa preocupada em gestão de cultura. E foram realizados não sei quantos, não sei, mas acho que dá para compilar, dezenas de milhares de editais e que foram compartilhados entre municípios, consórcios. Mas que nunca houve! Então é um volume assim que não tem, não tem paralelo. Antes, o maior programa em transferência de recursos, em chegada em municípios, foi o Cultura Viva, que movimentou em seis anos oitocentos milhões em contrapartida e recurso do MinC. Chegou em mil e cem municípios. A Aldir Blanc em meses foi quatro vezes isso. Em quantidade de municípios e em volume de recurso três vezes e tanto esse volume. Então isso também é muito significativo como um marco assim de aplicação. Eu acho que seriam esses. O outro, que eu insisto, mas não sei se foi bem compreendido, foi o método do consenso progressivo, aplicado para construção da lei e para a mobilização. Eu digo que não foi bem compreendido que, por exemplo, na Paulo Gustavo não

se usou isso. Eu atribuo talvez a isso o fato dela estar ela não conseguir virar.

**P: Fala pra a gente um pouco mais sobre isso, o método de consenso progressivo.**

E: O método de consenso progressivo na verdade ele até é praticado. Assim, mas o consenso progressivo comunitário ele prevê principalmente uma relação de confiança muito grande. Tanto que é isso, você veja. Você perguntou, qual foi a mobilização? Não teve um comitê central? Claro que tinha! Tinha eu sei, eu não posso tirar o meu papel assim de coesão, do pessoal ali, Santini, Marcelo, as pessoas estavam ali nas mobilizações, claro que tinha, o pessoal ali que na hora H ia costurando. Mas ninguém votou, ninguém atribuiu nada. Perto tinha o papel da Jandira Feghali nessa história. Não estou diminuindo o papel da Benedita, mas a Benedita inclusive, acho que ela teve um problema particular, acho que perdeu um irmão ou um filho. Ela ficou, a fase aguda da mobilização, ela não conseguiu acompanhar assim no total. Então tinha, mas era uma relação de confiança, mais que de transferência de poder, de responsabilidade, não tinha uma amarração de poder, não tinha essa estrutura hierárquica de poder, isso é um consenso progressivo, ele pressupõe isso. A outra questão são as camadas. Você realmente estabeleceu uma escuta ativa. Então tinha, incorporava-se. Alguém falava: “olha, música gospel está fora! Poxa, mas a Folia de Reis também”. Seria uma música a gospel se você colocar por aí. Então será que, só tem o tempo, que é do patrimônio. Mas enfim, você está incorporando. Então a gente não fechou, não houve preconceito nas conversas. Cara lá do sertanejo que tinha um arranjo produtivo que era tocar em posto de gasolina em restaurante de estrada, levava o som dele, prensava os CDs dele em casa. Esse cara ele tinha resolvido a vida dele,

economicamente. Veio a pandemia ele ficou a zero. Então teve isso, esse processo de escuta como exemplo que eu dei, vai lá a menina fala: “ah, mas a cultura alimentar!” e como que é a cultura alimentar, é diferente de um restaurante. Como que você escuta, você incorpora. E tudo isso aconteceu de fato. Então não é uma lei assim que foi pensada, alguém escreveu toda ela. O eixo conceitual foi sim, mas a forma de construção foi pelo consenso progressivo. Isso deu um sentido de pertencimento muito grande e de descentralização e de autonomia, que é o que são princípios do consenso progressivo. Era uma secretária lá numa cidade falando com o deputado; prefeito, prefeito falar com o deputado; era não sei quem, de onde. As pessoas sabiam também, as regras ficaram muito claras. Então, quando a gente fechou o cálculo, rapidamente nós mandamos uma tabela de quanto ia pra cada município, então todo mundo sabia quanto ia, como seria, como poderia aplicar. A transparência é algo também muito importante, para o consenso progressivo para as pessoas terem de fato essa confiança. Sendo que eu acompanhei essa experiência na Bolívia, teve um movimento contra o parque, a estrada num parque Tipnis<sup>12</sup>, até no governo do Evo Morales, ele queria fazer uma estrada no Parque Nacional do Xingu de lá. Dinheiro do BNDES e a construtora a OAS. E os indígenas não queriam, e o presidente era indígena e eles fizeram todo um movimento. Foi uma época que eu estava indo à Bolívia e eu e eu fiquei observando, acompanhando, foram sessenta dias de reunião contínua sem uma votação. Aliás, o consenso progressivo não prevê votação. Até eles chegarem no ponto, mas quando eles chegaram um representava todos, todos representavam um e o Evo recuou, inclusive, da proposta.

---

<sup>12</sup> Nota da pesquisa: O entrevistado se refere ao Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore (Tipnis), que abrange 1,2 milhões de hectares do centro da Bolívia, entre os departamentos de Cochabamba e Beni, onde vivem 14 mil índios das etnias trinitaria-moxeña, yuracaré e chimán, no meio de um extraordinário habitat animal e vegetal.

Então isso é o consenso progressivo. Ele está muito associado a essas práticas ancestrais. Não é anárquico também, no sentido da perda da autoridade, porque tem a autoridade, ele tem, mas é uma autoridade momentânea assim, é quase que uma fusão do movimento com a representação. É isso, eu acho que é algo que pode ser experimentado aí em outras coisas no futuro.

**P: E fala também um pouquinho para nós, porque existem a algumas outras inovações quer dizer, tínhamos outros problemas, os problemas dos cadastros, os problemas das classificações, dos produtos, fala um pouco também desse miolo.**

E: Aí de novo a gente partiu pela experiência da Cultura Viva que tinha o auto registro. Era o único que tinha o auto registro é o cadastro dos pontos de cultura. Que foi com a Lei Cultura Viva, que também é da Jandira. De quatorze aí em quinze, dois mil e quinze que o MinC implantou o auto registro. Dava os quatro mil pontos. Então, na verdade esse foi o maior desafio, mas isso está totalmente desatualizado, o próprio MinC não havia mais. Os setores, o próprio pessoal da cultura também. Tanto que aí entrava a questão dos grupos informais. Eu particularmente achei que tudo bem, o pessoal colocou e tinha que colocar o grupo informal, mas eu penso que já havia muita experiência de processos coletivos, a ponto de os grupos informais terem se formalizado. Eu acho que foi um equívoco assim. Mas enfim, está tudo tudo ok. Porque é o que é! É o que funciona! Então foi feito assim na Aldir Blanc. Mas isso desorganizou um pouco a aplicação do recurso. Ter grupo informal, porque aí você tem a categorização, ela é muito difícil de ser feita e ela passou a ser muito subjetiva. Sendo bem honesto. E então eles foram também ganhos de aprendizado. Tem aqui acumulado. Tanto que houve também um outro

ganho é que essa lei teve muito curso. Acabou a lei, nós demos curso. Inventamos. Como não tinha método, o pessoal falou: “Então faz o seguinte, cada dia tem alguém que dá aula e o Célio comenta no final pra corrigir a coisa”. Não sei se você viu, mas teve um curso assim. O curso foi feito na hora e eu ficava, eu assistia, ouvia e eu falava lá uns quinze minutos no final, corrigi a coisa e tal. Houve muita, outra coisa, já que falei das diferenças assim na aplicação, muita tentativa de ir pra edital, o edital é mais fácil. Principalmente para quem é gestor em lugares mais organizados. E o problema é que o edital era pra ser uma parte. Porque o edital ele é importante, mas ele sempre será seletivo, meritocrático. Então o edital ele deveria ter ficado mais é para projetos, para trabalhos individuais, ideias de prospecção. Mas era muito mais fácil fazer edital pra tudo; foi assim. O próprio setor da cultura, apesar de criticar edital no fundo gosta, porque depois bota no currículo que ganhou o edital tal e tal. Então esse foi um problema assim na aplicação da lei. Ela foi... ela era para ser menos para edital, mas ela teve mais edital do que era o pensado originalmente e dos cursos, não é. O pessoal até brincava “poxa vocês deram até uma de pós-graduação de lei”, teve gente que meio aí começam as críticas: “Que absurdo! Nunca vi uma lei precisar de tanto curso”. Bom, talvez essa lei *pegou* porque teve curso, não fala que no Brasil tem lei que pega, tem lei que não pega? Essa lei pegou porque ela foi apropriada pela sociedade e foi porque o caminho era fazer os cursos e foram muitos, nossa, nem sei quantos. Teve com Itaú [Cultural], eu fiz uma curadoria num curso para o Itaú e eu te chamei não, você foi na luta. Não?

**P: Não, foi a Adélia [Zimbrão].**

E: Ah é? Mas era para ter te chamado, não sei. Poxa, bom, mas enfim, até o pessoal do Itaú deve ter ficado bravo comigo,

deu treze aulas. Mas tinha que falar, tinha que falar também da dimensão de museu, de patrimônio. Tem muitas dimensões. Poeta. Até nas minhas fases eu comecei assim a falar, não esqueço dos poetas, tal. Muito legal. Teve uma das coisas que eu mais gostei de receber de uma cidade do interior de Minas, aí o eles escreveram: *Olha! Nós ouvimos o senhor falar muito, não esqueça dos poetas, tá! Então estamos querendo mandar um presente para o senhor.* Mandaram sete livros de poesia que foram feitos pelo edital da Aldir Blanc. Achei superlegal, normalmente você esquece o poeta. O intangível também. Teve um conceito que foi até de uma deputada do Rio Grande do Sul, estadual, do PT que colocou, de ativo cultural. Aí a gente mexeu um pouquinho no que ela tinha posto... Aqui o conceito do ativo cultural é o que? Às vezes é uma poesia, é uma ideia. Não foi muito aplicado nos municípios, mas ele está lá dentro do da Aldir Blanc e ele permite isso. Você comprar uma poesia! Não é nem imprimir o livro de poesia, é comprar uma poesia e também são coisas que eu acho que numa prospecção futura assim pra políticas culturais mais adiante, talvez daqui a décadas, esse tipo de inovação seja mais sedimentado. Fique mais sedimentado assim no pensamento. Acho que são esses os saldos assim. Para não entrar nessa coisa do dinheiro, do recurso e tal, que é isso aí. Vocês até tem outros acessos assim de informação.

**P: De uma maneira geral, assim, como é que você avalia esse formato final e essa aplicação, a gente ainda está no processo, daqui a pouco começa o processo, ou melhor segue o processo de prestação de contas, que são outras complicações. Que a gente sabe, mas de uma maneira geral olhando assim como você acompanhou de perto com uma série de gestores, como é que assim essa questão do formato final, das dificuldades, ou não, da aplicação de uma maneira geral inclusive, pensando também na**

**necessidade ou não desses processos formativos, enfim fala um pouco pra gente desses desdobramentos.**

E: Até agora o que eu te falei foi como testemunho mesmo de quem viu, fez, refletiu. Eu gosto de refletir sobre o próprio trabalho. Essa etapa, Lia, eu decidi me ausentar. Por quê? Porque eu, bom, de repente eu fiz lá um textinho, comecinho de março, me pondo à disposição para ajudar. Dali, um mês e meio está num turbilhão e minha vida passou a ser isso. Quatorze horas, no meio da pandemia, sem sair de casa. E eu tenho dificuldade também de dizer não. Pessoal pegava me convidava, eu achava legal assim, uma cidadezinha, eu gosto. Você sabe disso, então eu acabava aceitando. Fechava um, sai outro, vem..., só que isso era, você sai arrebitado mentalmente. E eu não gosto nenhum desses encontros eu participava assim não prestando atenção no que os outros falavam. Quatorze horas, eram quatorze horas prestando atenção em cada fala, algumas podiam até ser coisas que eu já tinha ouvido várias vezes, mas não tinha jeito, é o meu jeito de ser, não sei ser diferente disso. Então, isso foi muito desgastante, e aí eu também, houve muita demanda assim. Aí houve um problema na aplicação, que alguns gestores queriam utilizar parte da verba para gestão da lei. Começou-se com quinze por cento. Quinze por cento de três bi dá quatrocentos e cinquenta milhões. Aí depois os mais moderados queriam cinco e tal. Quando eu soube disso, eu fiquei muito indignado. Você também me conhece assim, às vezes eu dou umas estouradinhas. Aí eu acabei fazendo, pareço calmo, mas gente muito calma, às vezes dá uma estourada. Porque foi um esforço assim de dezenas de milhares de pessoas. Voluntário assim! Esse recurso foi significativo, mas também não era, é alguém do que seria necessário. Não se pediu contrapartida de nenhum governo. O que, na minha opinião, eu inclusive, eu defendia que tivesse uma contrapartida de cinco a dez por cento do dinheiro recebido, para por um pouquinho mais. Se

fosse dez por cento daria mais trezentos milhões de cultura. Nos pontos de cultura nenhum município recebeu dinheiro limpo, recebia e tinha que pôr um pouquinho mais, pra aumentar, sempre foi assim, que eu raciocinei e não teve contrapartida. Tudo bem, era emergencial. Agora, o pessoal ainda queria tirar dinheiro para gestão, a contrapartida era gestão. O problema é que eu gravei o áudio e não, que eu gravei bravo assim. Mas eu coloquei as coisas como deveriam ser postas. Isso foi mal interpretado assim. Aí eu tive reunião com os gestores. Que eu de fato fiquei como foco, de referência e o pessoal ficou um pouco zangado também, e eu não tinha meios. Eu sou um cidadão, não tenho cargo político, não tenho representação da cultura, não tem nada, sou um indivíduo. Aí eu preferi ficar um pouco distante. De vez em quando, isso me chamava, eu dava algum palpite, mas muito discretamente. O que, que eu vejo? Então eu vou falar agora como um analista de fora. Tudo mais foi como um agente no processo, mas agora é como analista. Eu vejo que na hora da aplicação se negligenciou a dimensão de emergência em muitos lugares, não em todos, mas em vários, tanto exigência da [lei] 8666, que não cabia, a própria lei ela deixa claro que não é assim, mas enfim. Esse tipo de coisa, muitas medidas muito burocratizadas, muita incompreensão também na aplicação do recurso, sobretudo com movimentos comunitários, também na área cultural e artística, algumas incompreensões. Diminuiu a generosidade, o que houve uma generosidade na construção da lei, na aplicação ela foi menos generosa. Eu paro por aí assim, mas é o que eu vejo da aplicação. E em todo o caso é um saldo inigualável assim, que é aquele que eu coloquei no início. Você no mínimo, tem uma pessoa no município perdido aí lá do interior de algum estado uma área muito remota, com cinco mil habitantes, que uma pessoa teve a tarefa de pensar, de distribuir o recurso. Em muitos lugares se fez coisas muito lindas, eu recebi muita coisa, e muito inovadoras, muito próprias do lugar. Então se chegou pela

primeira vez, assim, a cultura, ela entrou numa capilaridade, com volume razoável de recursos, alternativas, houve muita troca. Ah! E teve um outro aspecto que foi muito bom, que foi a busca ativa. Alguns governos fizeram isso de uma forma muito boa, acho do Pará, fez de uma forma magnífica, do Espírito Santo. Eu fico citando é ruim, porque de repente se pode esquecer algumas. Esses eu vi! Também no Ceará, mas o Fabiano, aí a gente tira, que é mais dessa pegada nossa. Mas em alguns outros assim houve coisas muito, muito avançadas mesmo. E, isso eu entendo que é perene. Também houve uma categoria, eu não sei se uma classe, mas é, uma classe assim de gestores culturais jovens, novos, que foram jogados no caldeirão. “Oh, toma, faz”. Isso deve ter acelerado a formação deles, assim como nenhum outro processo formativo faria.

**P: Bom, Célio, só para terminar. Você indicaria, você diria para a gente assim, se a gente tivesse que pensar em pessoas indispensáveis com as quais se devesse conversar.**

E: Parlamentares, obrigatório, Jandira e Benedita, e, se puder estender um pouquinho mais, o José Figueiredo e até o Rodrigo Maia que eu acho que seria. Também ali pelo Senado, o Jaques Wagner. Também não vamos estender muito além. Mas esses eu acho que foram pessoas, Tadeu Alencar também, que é um deputado que foi bem ativo, ele inclusive trouxe muito dessa coisa do audiovisual, que é da frente do audiovisual, que é lá de Pernambuco. Acho que esse é o conjunto assim, indispensável. Outro, se vocês acharem, de assessoria parlamentar. A Cris Alves<sup>13</sup>, uma pessoa que também teve um papel muito importante, visível assim, de

---

<sup>13</sup> Nota da pesquisa: Aqui o entrevistado deve estar se referindo a Chris Ramirez, técnica assessora da deputada Benedita da Silva.

contribuição. No movimento de gestores, fórum de gestores. O Fabrício [Noronha], do Espírito Santo, a Úrsula [Vidal], do Pará, o Fabiano [Piúba], acho que eles três é o ideal, e, talvez pegar alguém aí do sul, mas eles três eu acho que indispensáveis. Alguém do Sul também sugeriria que pegasse porque até vai pegar alguém com uma outra concepção, um outro modo de ver assim, de outro segmento político. Não saberia dizer quem, mas acho que tem que pegar, tinha secretário do Rio Grande do Sul, do Paraná. Paraná eu soube que foi muito ruim a aplicação, agora que eles estão conseguindo aplicar e repassando para as universidades, para a UEL [Universidade Estadual de Londrina], inclusive. Aí me convidaram para um curso. Talvez valha a conversar com a do Paraná até para entender porque foi ruim, não é? Mas foi muito ruim, saiu matéria. Nos municípios acho uma pessoa que devia ser procurada é o Ney Carrasco, que era o presidente do Fórum das capitais e regiões metropolitanas, que era o secretário de Campinas, o secretário de Niterói. Niterói foi o município que mais agregou recurso próprio, foi um dos únicos, senão é o único que agregou mesmo o recurso - que era o que eu queria que todo mundo tivesse que fazer um pouquinho. Eles fizeram por iniciativa própria, também em termos de concepção, aí eu não vou entrar tanto, são tantos secretários. Tem a Isabella [Pessotti], lá de Ribeirão Preto também, que foi interessante. E, agora no movimento, que eu acho que é onde eu posso contribuir mais. Marcelo, Santini, Xauí, lá do Ceará. Tem umas meninas, Luiza, Carol, que é dali, a secretária adjunta, a Luiza do Ceará; Carol, do Espírito Santo, que acho meninas bem interessantes assim. Acho que seria bom também falar com o pessoal dos grãos, mas eu não sei se é o Márcio e a Lilian ou as meninas que faziam umas louvações, Penha, não sei se você viu umas assim. Pegar pelo singelo, pode até falar com o Márcio, com a Lilian, mas eu acho que você devia pegar um pouco essa singeleza. Ah, secretários municipais, eu passo depois, os que eu estou te falando, depois você pega por

WhatsApp e eu te dou. O Marcos Pardin que foi de uma cidade pequena, de São Paulo. O Binho [Perinotto], o Binho acho que também ele é diretor em Jacareí, ele é o menino que começou em ponto de cultura e estava como diretor em Jacareí. Então acho que você pode pegar muito essa evolução. Menina, eu o conheci ele tinha dezoito anos, agora tem uns trinta e pouco, acho que seria uma pessoa obrigatória de ser entrevistada também. De repente mais alguém eu posso... Mas eu acho que com eles eu acho que o Marcelo, o Santini, podem te dar outras sugestões.

**P: Está certo. Bom, se você depois tiver algum material, quiser mandar alguma coisa para a gente. Na verdade, estamos montando uma plataforma. O foco vai afunilando para o Rio de Janeiro, para o estado do Rio de Janeiro. O projeto está sendo implementado dentro da UFF, mas a ideia é que a gente realmente deixe um material e uma memória para ficar disponível também para os pesquisadores.**

E: Você sabe que o Canclini está coordenando um estudo sobre a Adir Blanc? Pela Cátedra Olavo Setúbal, lá da USP, é a Sharine [Melo].

**P: Sei sim, mas ele encerrou agora, eles fizeram a atividade de encerramento agora.**

E: É, eu até estava com covid até vi um pouquinho, mas estava até com dor de cabeça, nem vi. É, mas enfim, acho que às vezes também vale a pena conversar, para trocar, não é? Análises, tal...

**P: Sim. Eles fizeram várias entrevistas também, não sei como é que eles vão disponibilizar.**

E: Eles me entrevistaram, a Sharine acho que é da Funarte, não é?

**P: É da Funarte, conheço, conheço, até fiz mas já fiz uns trabalhos com ela também. Outros tempos. Mas, enfim Célio, super, super obrigada, queremos oficialmente agradecer. Eu acho que agora a gente encerra a gravação e assim muito obrigada.**





Universidade Federal Fluminense - UFF  
Laboratório de Ações Culturais - LABAC  
APOENA – Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações  
Culturais – foco RJ  
[pesquisa.apoena@gmail.com](mailto:pesquisa.apoena@gmail.com) – <https://apoenaredecultural.wordpress.com>

Projeto APOENA

Entrevistado (E): **Alexandre Santini**

Data: 21/01/2022

Pesquisador entrevistador (P):

P: Lia Calabre

Transcrição/responsável: Eri Alencar - Data: 02/05/2022

Ajuste da transcrição: Marcelo Correia - Data: 23/05/2022

Edição final: Luiz Augusto F. Rodrigues – Data: 08/05/2023

**P: Bom gente, Boa tarde na conexão Rio-Niterói-Fortaleza, hoje 21 de janeiro 2022 ,às 15 horas a gente vai dar inicio ao depoimento de Alexandre Santini realizado pela plataforma meet, para o Projeto Apoena, Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações Culturais com foco no Rio de Janeiro. Estão presentes na sala, eu Lia Calabre, Alexandre Barbalho e Luiz Augusto Rodrigues coordenador do projeto, também assistem ao depoimento dois bolsistas também do projeto: a Giullia Romeira e o Erisvelton Santana. Bom Santini, boa tarde! Primeiro muito obrigada por estar aqui colaborando com a gente, eu queria que você começasse se apresentando. Falando seu nome completo, lugar de nascimento, formação.**

E - Boa tarde Lia, Luiz, Alexandre Barbalho, Erisvelton e Giullia, toda equipe ai do projeto, maior satisfação estar participando aqui. Bom, meu nome é Alexandre Santini, minha formação ela

é em artes cênicas, em teatro, eu trabalhei muito tempo no teatro Tá na Rua no Rio de Janeiro, fiz minha graduação na Unirio e fiz mestrado em Cultura e territorialidades na UFF no PPCult orientado inclusive, com muito orgulho pelo professor Luiz Augusto. Mas entre a minha formação na graduação e a minha de mestrado, quer dizer ocorreu um bom período aonde eu durante um tempo trabalhando com o grupo do teatro *Tá na Rua* passei a ser uma espécie de gestor dos projetos, daquela instituição, na casa da Lapa. Então eu acabei me formando, vamos dizer assim, como gestor cultural, como produtor cultural trabalhando dentro do grupo. Trabalhando, fazendo os projetos, entrando nos editais, essas coisas todas. Eu brinco que assim ninguém nasce dizendo que é um gestor cultural: vou ser um gestor cultural, quando a gente era criança e não falava assim: quando eu crescer eu quero ser gestor cultural. Isso foi algo que foi acontecendo na vida. Na minha aconteceu dessa forma, inicialmente ainda 2005 o *Tá na Rua* se torna uma das primeiras organizações culturais do Brasil que se tornaram ponto de cultura no primeiro edital de pontos de cultura no governo Lula, na gestão do ministro Gil, lá com Célio Turino. E aí eu acho que isso deu uma virada na própria vida também, foi muito importante para mim a trajetória, porque a partir dessa situação, como ponteiro, como coordenador do projeto de ponto de cultura eu passei a atuar de forma mais nacional também, criando a Comissão - participei da criação da Comissão Nacional de Pontos de Cultura, do Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, depois no processo também em 2014, de 2011 a 2014 do processo de formulação e aprovação da Lei Cultura Viva; eu acho que tudo isso foi. Depois atuei no Ministério da Cultura em 2015 e 2016 como Diretor de Diversidade Cultural, na gestão do ministro Juca onde também junto a Lia [Calabre], que naquele momento também estava presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa. Acho que todo esse processo não só falando da minha trajetória pessoal, ao falar dela a gente fala também de toda uma história das

políticas culturais no Brasil das primeiras décadas do século 21. De certa maneira a partir de diversos lugares eu pude participar dessa trajetória e acho que essa trajetória, essa construção não só da minha vida, da minha trajetória, mas também o que se viveu, o que se construiu no Brasil nesse período, foi fundamental para que se chegasse a esse momento da Lei Aldir Blanc, eu acho que a Lei Aldir Blanc é uma vitória da Cultura em tempo de grave crise, crise política, cultural, civilizatória do Brasil, mas ela de uma certa maneira, ela é atravessada por todo esse processo que se construiu ao longo das duas últimas décadas no Brasil em torno das políticas culturais.

**P: Obrigado. Na verdade você já adiantou, eu ia fazer pergunta assim sobre a participação em movimentos políticos, sobre o envolvimento com política cultural, acho que você adiantou. Eu vou te dizer quais eram as questões e vê se você quer complementar, mas acho que você fez uma linha, uma trajetória assim bem bacana, porque as perguntas seriam: Se você participa ou participou de algum movimento político não necessariamente partidário? Quando você começou a se envolver com política cultural? Você conta logo a experiência no Tá na Rua que eu acho que é, assim, de alguma maneira você dessas suas passagens, se você falaria, você apontaria, enfim ressaltaria, alguma como mais relevante para sua trajetória como agente de política cultural para além. Você ressaltaria alguma dessas ou você acha que algumas delas na verdade têm um sentido de continuidade de complementaridade entre elas.**

E: Não, é interessante. Que nem uma cebola, tem várias camadas dessa história que estou contando aqui falando um pouco da minha trajetória e formação. Mas a verdade é que

sempre fui envolvido, mesmo assim desde antes da universidade e estudei no Colégio Pedro II, era do movimento secundarista e depois movimento Universitário, fui envolvido com movimento estudantil, e mais, sempre e eu também por exemplo quando eu estava no Pedro II, eu fiz... estudei lá na escola de teatro Martins Pena também. Então de uma certa forma, e eu era do Grêmio do Colégio Pedro II e fui estudar na Escola Martins Pena que era tudo ali no centro do Rio, então eu estava de dia no Pedro II e à noite na escola de teatro e eu era do movimento estudantil. Então eu passava o dia inteiro na escola e depois ia à noite para escola de teatro, mas de uma certa maneira ter feito a escola de teatro trouxe um monte de coisas para minha militância, vamos dizer assim, no movimento estudantil. Eu trazia sempre é um pouco essa coisa da cultura, da arte. Então a gente montou o *Liberdade, liberdade* do Flavio Rangel e Milôr Fernandes, contamos *O Terror e Miséria no Terceiro Reich* do [Bertolt] Brecht, tudo na escola, com alunos do colégio. Então e aí você, e até hoje eu sinto pouco, meio que eu falo assim: no campo da cultura as pessoas me consideram uma pessoa da política e no campo da política as pessoas me consideram uma pessoa da cultura! Então fica um pouco esse entre-lugar mesmo, assim, esse lugar atravessado. Na universidade é a mesma coisa. Era do movimento estudantil da universidade da Unirio, mas a gente era da área de Teatro, do diretório acadêmico do teatro, era da área do Centro de Letras e Artes, então sempre que a gente fazia tinha um componente, nossas intervenções nas esfera do movimento estudantil tinham um componente mais estético, mais performático, mas curiosamente até esse primeiro momento, embora tinha tido claro contato com correntes políticas partidárias, até esse momento, eu não vim a ter uma militância partidária, eu passo a ter uma militância partidária - isso é bastante curioso - com o movimento, a partir do movimento cultural, dos Pontos de Cultura. Quando eu soube que o Célio Turino era do PCdoB; meu pai, meu pai foi do partidão PCB,

era mais ou menos a orientação que eu tinha política era mais informado, eu tinha uma leitura marxista das coisas, mas era mais informado pela trajetória do Partidão, mas quando eu, quando eu ouvi o Célio Turino falar, eu achava muito interessante, muito inovador aquilo que ele falava e quando eu soube que ele era do PCdoB, e eu conhecia várias pessoas, eu tinha amigos e pessoas falavam que esse cara é para mim ir para referência política. Eu acho que se ele está nesse partido aí ele tem, tem a ver, tem a ver e te fato eu estou encontrando. Depois me aproximei da deputada Jandira [Feghali], eu fui encontrando nas pessoas também o PCdoB, pessoas que eu via que tinham uma contribuição importante para pensar as políticas culturais, embora eu ache que a nossa construção de política cultural no Brasil é muito mais ampla do que um partido, inclusive pessoas que não são de partido, ou mesmo vários partidos, por várias tendências de partido contribuíram de várias formas. Veja o Gilberto Gil e Juca [Ferreira] eram do Partido Verde, quando Gil se tornou ministro, e pessoas que eram também de outras correntes, mas eu acho que também é essa interface da política partidária, ela acontece também evidentemente na construção das políticas culturais e, de uma certa maneira, ela também atravessou e atravessa a minha, a minha trajetória. Mas mesmo dentro desses âmbitos da militância política mais estrita, mais partidária, eu me considero um cara mais da cultura do que propriamente do partido, vamos dizer, em termos assim dessa, dessa formação. Eu sempre procuro, na verdade, é pautar essas esferas da política mais estrita e mais partidária, em torno dos temas da política cultural, assim eu acho que tem também um pouco esse papel aí a longo do tempo.

**P: Então agora passamos para o segundo bloco, que é o bloco da lei Aldir. Eu queria que você falasse um pouco para gente quando, em que momento e como se deu seu envolvimento com todo esse processo que resultou na lei.**

**Conta para a gente um pouquinho do início do processo o teu envolvimento. Você está lá desde o início mas como é que isso vai se construindo.**

E: Eu acho que já falei um pouco, agora pouco, mas tem assim eu acho que tem um DNA da Aldir Blanc, que ela está muito no processo de construção da Lei Cultura Viva. Acho que quando vocês forem conversar com o Célio, ele também, porque ele também foi um cara que ele esteve presente nesses dois momentos, e acho interessante esse paralelo assim, para mim ele é um paralelo que ele, ele ajuda a dar um sentido histórico e uma coerência para essa história da Aldir Blanc. Pelo seguinte, a lei Cultura Viva ela não acontece, ela não surge, o projeto, ele não surge no momento, digamos assim, de auge da construção da política Cultura Viva, dos Pontos de Cultura no Ministério da Cultura, embora durante ali os anos 2008, 2009, 2010 havia uma intenção de até como iniciativa do governo do executivo, que se consolidasse aquela política como uma política de Estado e portanto houvesse um projeto de lei, chegou a se ter um grupo de trabalho atuando nisso, mas efetivamente não se apresentou um projeto de lei. O projeto de lei do Cultural Viva foi apresentado em 2011, a partir de uma iniciativa Legislativa da deputada Jandira Feghali, mas aonde ela procura, foi no momento da gestão da ex-ministra Ana de Hollanda aonde houve, e isso é algo mais ou menos pacífico, não tão pacífico assim, mas é mais ou menos várias pessoas têm essa mesma leitura, de que ali houve, naquele momento, um processo de um desvio de rumo em relação ao que vinha sendo construído no período imediatamente anterior, na gestão anterior dos ministros Gil e Juca e aonde havia um processo de “despriorização” da política do Cultura Viva, dos Pontos de Cultura. Então havia ali uma necessidade de inserir um projeto, uma ideia. E aí a Lei Cultura Viva surgiu nesse contexto como a iniciativa parlamentar, mas com apoio da sociedade, com o apoio do movimento daquele momento, desse movimento

nacional de Pontos de Cultura e ela entra 2011, em 2014 ela tramitou e ela foi aprovada no processo de intensa mobilização de participação social. Não tão intenso quanto o da Aldir Blanc, porque ela não era tão ampla assim, ela pegava uma base um pouco mais restrita, mas havia em cada momento que a lei do Cultura Viva teve votação nas comissões temáticas, na comissão de cultura, na comissão de finanças, da comissão de justiça, e depois votação na câmara, votação no Senado, volta para Câmara, houve um processo de intensa participação e mobilização mesmo assim do setor, naquele momento mais vinculado aos pontos de cultura no processo de mobilização aprovação da Lei Cultura Viva. E, depois, a gente participou também da regulamentação dela que esteve junto com a regulamentação do MROSC, que é o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil<sup>14</sup>, então ela foi um grande aprendizado, nesse sentido. Então se você pegar o texto final da lei Aldir Blanc por exemplo, no inciso 2, que é o inciso da manutenção, quando você for olhar ali as definições do que são os diversos segmentos que compõem a diversidade cultural, que são, que podem ser objeto do apoio, são basicamente no mesmo texto da Lei Cultura Viva, eles praticamente repetem o texto da lei Cultura Viva; então por aí você vê que há realmente uma relação entre os dois processos. Mas o processo da Aldir Blanc ele foi... ele teve as suas características. Primeiro, claro, a pandemia que é algo que é sem paralelo com outro momento anterior, num contexto absolutamente adverso para as políticas culturais. Aí estamos falando do Governo Bolsonaro, da extinção do Ministério da Cultura, de uma guerra cultural que agredia sistematicamente também as políticas culturais e uma “despriorização” e um desmonte, um retrocesso total das políticas culturais, durante esse período, durante o período do

---

<sup>14</sup> Nota da pesquisa: Regulamentado pela Lei nº 13.019, de 31/07/2014. Trata do estabelecimento do regime jurídico das parcerias entre administração pública e as organizações da Sociedade Civil.

governo Bolsonaro. E chega-se à pandemia sabendo-se que de antemão o governo não faria nenhum movimento, ou nenhuma ação, no sentido de apoiar o setor cultural nessa situação. Quando muito, quanto mais era o contrário, era um processo de criminalização, de uma certa guerra híbrida em torno do debate sobre a Lei Rouanet, que também nós sabemos que não é absolutamente suficiente para dar conta do que é diversidade e complexidade do setor cultural do Brasil, não contempla diversidade regional etc. Então aí havia naquele momento uma discussão sobre a necessidade da criação de um projeto, via legislativo, para o socorro, o auxílio, naquele momento se falava em auxílio emergencial ao setor cultural, depois a gente participando de umas discussões com agentes culturais de outros países da América Latina surge o termo emergência cultural que é um termo que já vinha sendo utilizado em outros países. A gente participou de um debate com pessoas de vários países que era a emergência cultural e covid 19 e aí aquele todo ficou na minha cabeça. Então, na verdade, apresentaram-se 4 ou 5 iniciativas parlamentares de auxílio emergencial ao setor cultural. A primeira apresentada foi o Projeto de Lei 1075, de iniciativa da deputada Benedita da Silva. Esse PL, era um PL que ele falava basicamente em auxílio emergencial na lógica do que era o auxílio emergencial dos R\$ 600, um valor nominal para agentes culturais, trabalhadores e trabalhadoras da cultura, num valor até um pouco maior do que o valor do auxílio emergencial geral que eram os 600 reais da Caixa Econômica etc. Só que vários deputados apresentaram, num tempo assim de duas a três semanas, vários projetos sobre isso. O José Guimarães que é outro deputado do PT do Ceará apresentou um projeto que era mais já manutenção de editais, já trazia outros elementos para o projeto. O deputado Tadeu Alencar, de Pernambuco, trazia um mais voltado para o setor audiovisual. Então teve 4 ou 5 iniciativas legislativas em torno desse tema do auxílio emergencial. Aí a Jandira é designada relatora, para pegar

esse conjunto de projetos e transformar num único projeto, que acabou sendo o projeto da Lei Aldir Blanc. Esse processo da relatoria foi um processo que aí foi muito interessante, porque de fato houve uma construção participativa desse texto final. Ele incorporou não só as diversas contribuições desses projetos que estavam sendo apresentados que foram apresentados por vários parlamentares, que foram então na rotina Legislativa apensados ao projeto original, o 1075, mas ele na realidade ele se transformou num outro projeto, porque ele incorporou manutenção, ele incorporou políticas de fomento, ele incorporou o próximo auxílio emergencial, mas que acabou sendo um mecanismo bastante bem menos utilizado do que os outros porque não podia conflitar com o auxílio emergencial; portanto quem já tinha recebido, não podia receber esse mecanismo, que é o inciso 1 da Aldir Blanc. E uma das coisas mais importantes dessa articulação da relatoria da Jandira, junto também com esse movimento cultural que acabou acontecendo, com as lives, com as webconferência, com aquilo que e Fabiano [Piúba] [Secretário de cultura] do Ceará chamava de *estado de Conferência Nacional de Cultura*, foi um momento que a gente viveu ali mais ou menos em abril, maio de 2020, que foi a articulação, junto naquele momento ao Rodrigo Maia que era presidente da Câmara, que chegou no valor de 3 bilhões de reais, e esse valor também não existia, em nenhum dos projetos e nem podia porque projeto de lei de iniciativa do Legislativo não pode colocar valor é inclusive inconstitucional. Só que nós estávamos na vigência do orçamento de guerra, estava na vigência do período do orçamento especial aonde o Congresso legislou sobre orçamento, que é algo que não também não tinha precedente.

**P: Alexandre queria voltar numa coisa, você começou toda essa fala dizendo assim: “falava-se”! Então você está falando de um grupo. Quem eram esses grupos, eram gestores, ponteiros. Você fala assim: “tinha um**

**movimento, é que era dos projetos individuais que vão sendo costurados, mas aquele momento inicial onde cada um corre para sua base” você usou essa expressão. Tinham vários grupos se articulando você conseguiria falar para a gente os principais grupos que estavam se articulando nesse pré-momento?**

E: Olha, eu vou falar mais ou menos da onde eu peguei a história também, porque também cada um que contar, pode contar de um jeito, mas assim, que eu vejo assim na época que criou-se um grupo no WhatsApp chamado *Convergência cultural*. Então esse grupo, ele tinha várias assessorias parlamentares, então tinha a Chris Ramirez que era assessoria da Benedita, o pessoal da assessoria Jose Guimarães, do Airton Faleiro do Pará, da Jandira, estava ali tinha o Célio Turino, depois chega o Augusto Marinho de São Paulo, aí tinha gente da Bahia e foi um grupo que foi juntando várias pessoas e alguns gestores de Cultura. Depois chegou o pessoal do Fórum de Secretários Estaduais de Cultura, uma grande contribuição. A Úrsula [Vidal] naquele momento que era Presidente [do Fórum de Secretários] da secretaria de cultura do Pará, o Fabiano [Piúba], o Pedro Vasconcelos, então foi juntando uma turma nesse grupo. Ali era um pouco aonde a discussão ia rolando, mas nem sempre a iniciativa saía dali. O PL 1075 já existia; um grupo e a gente ficou sabendo que foi apresentado depois foi 1089 que do José Guimarães também ali. Então tinha-se um grupo mais ou menos de diálogo, de debate desse tema; até foi muito provocado por um artigo que o Célio Turino escreveu na Revista Fórum também, então tinha, teve ali uma carga inicial, também onde ele também deu uma contribuição importante assim para falar da necessidade de ter uma política emergencial para o setor da cultura, dando um pouco esse nome de política emergencial de auxílio emergencial da cultura, então isso foi essa coisa ali. Mas eu penso que a partir da relatoria, e aí que estou falando de

março, que foi mais ou menos isso quando todos os projetos são apresentados. Pode ver que a maioria; [os projetos] são apresentados em março, em abril e maio começa o processo da relatoria, aí o processo da relatoria começam aquelas webconferências, aí eu acho que quando expande mesmo que aí começa todo mundo a participar de uma certa forma mais intensamente do processo, tanto de mobilização pela aprovação, desse que naquele momento se chamava lei Emergência cultural. O nome Aldir Blanc só aparece no dia da votação, no dia da votação no plenário da lei, naquele momento o Aldir Blanc morreu no meio do caminho já estava em processo na história da Lei naquele momento chamada-se lei de emergência cultural. Então eu identifico os dois momentos, para sintetizar. O *Convergência cultural* que foi esse grupo da onde emulou-se o debate e saíram várias iniciativas legislativas, e depois a *Articulação para Emergência cultural* e aí depois virou página no Instagram, Facebook, canal no YouTube, que é quando começa a ter uma... aí sim eu acho que virou um movimento nacional em torno da aprovação desta lei de emergência cultural.

**P: Santini, assim o grupo emergência cultural, historia ele um pouco para gente, assim como é que você acha que são os principais polos articuladores do grupo. Depois queria que você falasse da Escola de políticas que é desdobramento do processo, mas primeiro eu queria que você falasse do grupo porque tem, existem, as pessoas que vão vindo, mas existem alguns polos, algumas figuras, ou algumas ações ou alguns grupos que seriam aqueles os articuladores, aqueles que fazem com que o processo continue, e as pessoas se agregam.**

E: Eu nomeei alguns que eu acho que fazem parte disso, até porque isso teve também depois, teve várias continuidades.

Têm vários também caminhos que isso abriu. Mas eu acho que assim você tinha uma forte articulação de assessorias parlamentares, aonde dentro dessas assessorias têm pessoas ligadas a área da cultura. Então assim, porque você tem um deputado, o deputado cuida de um monte de temas, mas se você tem um cara ali que é uma espécie de ponto focal, que traz esse tema, isso ajuda. Então a gente teve essa sensibilidade por parte também de assessoria da comissão de cultura da Câmara, isso um bloco; você tem o bloco formado por gestores de cultura, gestores públicos e ex-gestores, pessoas que foram da gestão do Ministério da Cultura, que eu já nomeei, tem Pedro Vasconcelos, o Américo Córdula, o próprio Célio Turino, eu, e outras pessoas que participaram assim mais diretamente desse; e aí gestores estaduais e municipais que já estavam organizados, também, você tem o Fabiano Piuba, a Úrsula Vidal, o Gabriel Portela, o próprio Pedro Vasconcelos, então você vai pegando ali; e também junto à galera que já vinha atuando no movimento cultural através dos pontos de cultura ou de outras áreas também, o pessoal da Mídia Ninja, muita gente também aí do Ceará, articuladores o Xaui Peixoto. Nominar é sempre complicado, porque você vai sempre esquecendo de alguém, mais tinha muita gente também vindo, Marcelo de Campinas, enfim um montão de gente que já vinha também no processo de articulação do movimento cultural, da ideia das conferências de cultura. E, que naquele momento assim a pandemia meio que fez muito isso também Lia, fez com que muita gente que estava dispersa de repente começasse a se juntar, se reunir, a fazer reunião. Eu lembro que tinha reunião desse negócio mesmo da relatoria da Aldir Blanc, falou assim, vamos sentar aqui para poder, a Jandira entregou uma minuta inicial, falou assim “vamos sentar aqui para poder fazer uma contribuição para apresentar as sugestões e coisas”. Então você tinha aquelas webconferências que juntava 300, 400 pessoas, mais dali você tinha um núcleo sei lá de 10, 20 pessoas que se juntavam às

vezes 3, 4, 5 dias, reunia à noite, reunia, estava todo mundo em casa, então é para poder falar sobre aquilo, escrever, fazer proposta. Por exemplo, daí vieram contribuições da Tainá Marajoara, que é lá de Belém. Um dia ela faz uma reunião lá com o pessoal de Belém, uma galera do Pará e fala assim: “oh, o tema da cultura alimentar não está na lei!”. Tem que pensar em outros segmentos também que se organizavam. O circo se organizou muito, então falou o seguinte, tem que entrar o negócio do circo, a questão da cultura alimentar, você teve também essas articulações assim setoriais. Teatro de rua, por exemplo: “tem que estar a questão dos espaços culturais, tem que ter uma definição que seja abrangente para os espaços públicos!”, então você teve também nesse processo aí muitos segmentos que setorialmente se organizaram para incidir no processo da construção da Lei, muitos com êxito, com sucesso, conseguiram de certa forma posicionar os seus temas e as suas questões específicas também dentro da lei.

**E: E fala pra gente um pouco do processo, porque assim na construção e depois no desdobramento e na implementação a questão formativa ela teve um papel muito importante, fala pra gente do papel da ideia da construção da Escola de Políticas Culturais dentro desse processo.**

P: Esse foi uma coisa que foi surgindo assim porque a gente sentiu a necessidade. Porque assim, começava a vir uma quantidade enorme de dúvida, negócio de WhatsApp então. Como a gente começou a criar grupo de WhatsApp para poder mobilizar. A gente criou o primeiro, foi o negócio da mobilização para pautar o voto dos deputados no processo da votação da Lei. A gente criou uma lógica mesmo de grupos por estado, grupo por segmento, grupo por temas e até muitos desses grupos existem até hoje, chegando assim sei lá aos 3, 4 mil

pessoas que em um disparo você conseguia atingir nesses grupos. Mas você tinha mais ou menos os administradores desses grupos que éramos, sei lá, umas 4, 5 pessoas que administravam esse grupo que chegava e depois compartilhava para outros, então era uma progressão geométrica assim. Mas eram os nossos telefones que estavam lá e aí o pessoal começava a retornar com muita dúvida, com muitas coisas de como fazer, e tinha coisa que a gente também não sabia responder. Tinha coisa que nem tinha resposta ainda, porque dependia da regulamentação, que dependia de uma série de coisas, que dependia..., mas ao mesmo tempo a gente percebia o seguinte: poxa a gente tem aqui nesse grupo aqui dos 20 a 30 pessoas que a gente está reunido, nessa mobilização, envolvido nessa articulação um monte de gente que é uma massa crítica que pode falar sobre isso, pode falar como surgiu a lei. Então a gente começou com a ideia dos cursos online pelo, criou o canal do YouTube, que era o canal que já estava fazendo webconferências, que é o canal Emergência cultural e: “vamos montar um curso sobre isso!” Montar um curso sobre a implementação da Lei Aldir Blanc foi logo depois que foi aprovada, não tinha nem a regulamentação. “Ah! Vamos fazer! porque têm muitas pessoas, estão querendo saber, estão querendo ouvir, é muita dúvida”. E, então, o corpo docente foi se montando um pouco em torno dessas pessoas que tinham participado do processo. Então era o Célio Turino, a Silvana Meireles, porque a Silvana além de ter participado do processo de mobilização, ela tinha participado muito do processo das conferências nacionais de cultura e do Sistema Nacional de Cultura, ela foi Secretária de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. Então ela ajudou a montar um pouco essa estrutura também pedagógica, vamos dizer assim, como comunicar pedagogicamente esses conteúdos de forma muito didática. A gente também utilizou os elementos da pedagogia Griô que o pessoal do Grãos de Luz de Lençóis, da Bahia, veio com uma ideia de ter também uma

linguagem dessas formações que não fosse apenas a gente sentado na cadeira falando, juntar isso com a presença dos mestres, juntar isso com música, juntar isso com um certo encantamento também na forma de apresentar. Então eu acho que aí foi juntando um pouco essas inteligências e se a gente for parar e pensar, tem a ver com o Cultura Viva, tem a ver com todo o processo da articulação do próprio Ministério da Cultura, de certa maneira a gente foi trazendo de volta. Para poder chegar na Aldir Blanc tinha que trazer isso, acho que a Escola de Políticas Culturais, que existe até hoje, é um desdobramento disso. Mas têm muitos outros, por exemplo, tem a Ana Clarissa [Fernandes], nossa querida que foi também mestranda, orientanda do Luiz [Augusto Rodrigues], que foi minha colega na turma do mestrado. Ela estava naquele momento na Confederação Nacional dos Municípios, que também nesse processo todo tem uma contribuição importantíssima, técnica. Ela era uma assessora técnica para esse tema de cultura, então ela montou uma coisa de outra ordem também, mas assim focada..., porque a gente fazer é uma coisa, mas, digamos assim, geral que pegava desde o gestor até o cara que estava ali querendo saber como é que ele ia acessar recursos da lei, então a gente tinha que ter um conteúdo meio-médio, ele não podia ser altamente especializado, mas ele também não podia ser qualquer coisa, somente como [o que] há fazer no seu projeto para ganhar o edital. Tinha que tentar pegar uma média entre um conteúdo mais denso, mais histórico, que colocasse a demanda. E tem uma coisa, a Ana Clarissa já fazia uma coisa mais direcionada: “olha técnicos, gestores você têm que saber como é que vai fazer, como operar plataforma +Brasil você vai entrar etc..” Então eu acho que esse processo da Aldir Blanc também gerou uma dinâmica de formação de educação popular, eu diria, muito intensa até hoje. Eu estava outro dia participando de uma iniciativa do SENAC da Bahia, pessoal dali da região de Brejões, de Amargosa, e eles criaram o projeto, chamaram lá

para dar uma aula, para fazer uma fala, mas as pessoas entenderam que esse é um campo também. Então a Escola de Políticas Culturais ela é um exemplo, eu diria assim. Claro que ela acabou tendo, estava no meio desse processo aí na articulação nacional da emergência cultural, surgiu daí, surgiu com esse impulso mas eu acho que ela é um exemplo eloquente assim de um processo que aconteceu muito no Brasil. Assim, que o processo da Aldir Blanc gerou também uma dinâmica de formação livre no campo da gestão cultural que eu acho que é muito interessante. Por isso que acho que é muito bom que a universidade, vocês nesse projeto, estejam refletindo sobre isso também. Porque de fato é algo que precisa ser olhado também numa perspectiva assim de um registro de uma sistematização do que está sendo, porque eu não considero nem que acabou ou nem se concluiu. Eu acho que esse processo está em curso e por isso mesmo é interessante a gente estar refletindo sobre ele.

**E: Quando eu te interrompi lá, você estava montando na verdade uma espécie de passagem de acontecimentos e marcos mais importantes. E assim, eu queria que você pensasse, pode ser de uma forma mais sintética, como é que você, se você pudesse sintetizar quais os marcos mais importantes, momentos cruciais e articulações cruciais, se a gente tivesse que montar um fio de memória da lei, uma linha do tempo com os principais acontecimentos. Como é que você vê, que principais articulações, como a gente comporia esses marcos?**

P: Eu acho que você tem assim o momento inicial da origem do projeto, dos projetos, que é esse que eu falo assim fevereiro, março de 2020. Você tem ali a eclosão da pandemia e a necessidade de dar alguma sinalização para crise do setor cultural, a crise é de todas as ordens, mas como dar essa coisa



do setor cultural. Aí depois você tem o marco da construção do projeto mesmo, que vai partir da relatoria da Jandira. Colocaria assim, porque a relatoria foi um processo de construção participativa e de intensa mobilização, porque didaticamente ela também se colocou à disposição para participar das coisas, das lives, das webconferências. Então as pessoas iam para a relatoria para dizer: “olha eu quero que entre tal tema, quero que entre tal coisa”; aí se juntou, que foi a época dos diálogos nacionais - que tinha por segmento, a música, cultura popular, os pontos de cultura, o cinema, a fotografia, um monte de gente queria falar sobre, o circo, o que é que era aquela legislação relacionada ao seu seguimento, ou temas mais gerais, por exemplo os Conselhos de Cultura estaduais e municipais, aquele momento se rearticula também o “Conecta” que é o Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Cultura, então esse é o momento da formulação até a aprovação do projeto. Então seria o momento inicial do Emergência cultural, depois a construção do que se tornou o projeto da LAB até a sua aprovação na câmara do Senado, aí de agosto a..., porque aí tem o momento da regulamentação, tem uma janela, aí demorou para regulamentar. Mas aí de agosto a dezembro de 2020, de agosto a novembro 2020, você tem o processo da implementação da Lei, um processo duríssimo, difícilíssimo, porque em 6 meses os governos tinham que executar, fazer editais, repassar o recurso, empenhar. E aí quando chegou no final de 2020, já começou o seguinte: “Não, tem que prorrogar a lei!, Não tem que, não dará tempo, de executá-la em 2020”. Deu tempo de executar a maior parte do recurso, mas ficou um bilhão e tanto ainda que não tinha sido executado, então você teve um segundo momento de mobilização pela prorrogação. Aí tem que fazer um projeto de prorrogação da lei, um outro projeto. O governo Bolsonaro vetou o projeto, aí teve que derrubar o veto. Tudo isso foi acompanhado de um intenso processo também de mobilização e participação social, de incidência. Então eu acho que você tem ali o momento inicial, a

relatoria, a implementação, o primeiro ciclo da implementação, a luta pela prorrogação, o segundo ciclo da implementação, e agora você tem Inclusive a questão das perspectivas, porque são os projetos de lei que são colocados aí, tanto a Lei Paulo Gustavo quanto a Lei Aldir Blanc 2. A Paulo Gustavo de certa maneira repete o mecanismo emergencial, porque é necessário, porque também não só repete a lógica de uma política emergencial, como preserva os recursos hoje existentes no Fundo Nacional de Cultura e do Fundos Setorial do Audiovisual. E a lei Aldir Blanc 2 que é a perspectiva de construir isso de uma forma perene, que dizer de forma permanente você ter esse investimento. Acho que, no fundo, a Aldir Blanc revelou a necessidade de uma política nacional de fomento direto, descentralizado, porque nunca teve. Mesmo nos períodos do governo Lula, Dilma não chegou a ter uma política de descentralização de recursos no âmbito do Sistema Nacional de Cultura; a Aldir Blanc abriu essa chave, como política emergencial, mas demonstrou que é necessário que exista uma política dessa de forma mais permanente e não somente uma política emergencial.

**E: Que instrumentos e ferramentas você identificaria como aqueles que ajudaram na implementação da LAB, porque assim foi um momento bastante especial, você citou ferramentas mais burocráticas assim a toda ação que a confederação dos municípios fez criando manuais, enfim, formas e procedimentos, mas assim como é que isso é possível, existe uma pergunta inclusive lá dos colegas internacionais: que ferramentas, como é que você torna possível, que ferramentas e instrumentos tornaram possível todo esse processo e a própria implementação da lei?**

P: Eu acho que o Brasil já tinha referências de boas práticas nessa área. Acho que não na escala que foi feita porque é isso, embora a ideia do Sistema Nacional de Cultura, como conceito e como instrumentos, ele, ele já existia. De uma certa forma, ele já vinha sendo construído. A própria lógica do Cultura Viva, por isso que eu falei que a Lei Cultura Viva é uma lei que está no DNA da Aldir Blanc, porque com os Pontos de Cultura chegou-se a mil cento e poucos municípios do Brasil, só que a Aldir Blanc chega a 4170 e tantos, acho que agora vai chegar até mais 4.400 ou 4.500 municípios ao final de dois anos do ciclo de implementação. Só que já se havia ensaiado, já se havia construído no Brasil, pois de alguma forma uma cultura de editais, de fazer processos, mesmo que isso não tenha acontecido em todos os municípios, mas já tinha acontecido pelo menos em todos os estados. Todos os estados brasileiros já tinham feito de alguma forma, feito editais, celebrado convênios, da rede de pontos de cultura, existem os editais nacionais, o da Funarte, então assim você já tinha no Brasil de alguma forma, ao longo de 10, 12, 15 anos um processo de, vamos dizer assim de ir trabalhando essa experiência. Por exemplo, quando você fala, eu recentemente fiz uma conversa, e sempre converso também com gestores e outros países, com o pessoal do Chile porque eles estão agora com o novo governo do Chile, já estão pensando como que vão fazer, como que vão criar as políticas culturais, mas o que ele chama lá de fundos concursáveis, que é mais ou menos análogo ao que é a nossa experiência de editais, é muito diferente porque, por exemplo, eles não utilizam mecanismos de prêmio, que é um mecanismo que a gente já utiliza aqui para uma certa facilidade na área das culturas populares, pontos de cultura indígena. Eles não têm esse tipo de mecanismo, para eles lá colocar dinheiro no Museu Gabriela Mistral e colocar em uma organização cultural comunitária é o mesmo mecanismo. É algo que a gente em 2005/2006 já teve que enfrentar com a história dos pontos de cultura. Dez anos depois criou uma lei.

Então acho que o Brasil já vinha ensaiando processos de democratização da gestão cultural, que permitiu que quando houvesse a Aldir Blanc, que a gente já estava minimamente, vamos dizer assim, se não preparados porque eu acho que também havia, houve lacunas ali, insuficiência, mas pelo menos já tinha encontrado alguma, já tinha algum mecanismo, pelo menos alguma referência anterior, que poderia ser utilizada como exemplo para pensar a implementação da Lei.

**E: Diz uma coisa, olhando para o formato final como é que você avalia o formato você proporia, inclusive depois assistindo a implementação, pensando agora do futuro para o passado apesar de um passado muito curto assim. A questão do formato ou problemas ou modificações no formato que a lei acabou tendo que ter. Você teria alguma observação a esse respeito?**

P: Olha, eu acho que assim precisava. É muito complicado assim e é difícil mesmo assim, uma lei ela tem que ser acompanhada de uma boa regulamentação, uma lei..., ainda mais porque assim tem determinados detalhes que a lei não desce, não dá para você colocar tudo no texto de uma lei. Então, por exemplo, até agora na relatoria da Lei Aldir Blanc 2, na relatoria do deputado Tadeu Alencar, ela foi aprovada na comissão de cultura, de 2, ele incorporou um outro projeto que estava tramitando também, então ele apensou ao projeto da Lei Aldir Blanc 2, um projeto sobre simplificação da prestação de contas. A ideia é de que até um determinado valor o projeto pode ser a prestação de contas através de comprimento do objeto etc. Ele criou um mecanismo para isso, porque você tem muito problema na hora que a lei desce ao estado, desce ao município, que é submetida uma procuradoria municipal. Há municípios que não têm expertise, que não têm a experiência com trabalhar porque o cara fala “o edital”, ele acha que é

aquele edital de licitação de obra, que é aquele edital, sei lá, de licitação para construção de hospital e outro tipo de instrumento na verdade. A gente está falando de editais de cultura estamos falando de chamadas públicas, de premiações etc. só que isso não está tão traduzido assim para o conjunto do pensamento da gestão pública em geral. Então você tem muita dificuldade até em lugares avançados, por exemplo, como Niterói, a gente tem debate com a procuradoria do município. O edital de cultura não é igual ao edital da obra, não é igual ao edital da merenda. Aí você até vai vencendo, mas assim, é difícil fazer isso por uma lei, mas uma boa regulamentação ajudaria. Por exemplo, um bom acompanhamento do executivo ajudaria. E a gente sabe que na situação atual isso não ajudou, atrapalhou. Então eu acho que a nossa falta de uma gestão nacional, de um Ministério da Cultura, vamos falar assim, que desce conta de um acompanhamento de um processo de implementação da Lei, faz, faria muita diferença, teria feito muita diferença. E um bom texto de regulamentação, que não foi feito também. Então eu acho que isso ajudaria. E assim, e tentar o máximo possível no texto da lei tratar de mecanismos de simplificação e de controle social. A Paulo Gustavo, por exemplo, traz muito essa ideia do controle social, ela quase que ela já é uma lei auto regulamentadora, agora nesse sentido, porque ela fala de criação de, vamos dizer assim, instâncias de validação de participação social local que de uma certa forma validem também aquela política de edital, de transferência de recurso. Então de fato teria muita coisa a se avançar, mas eu acho que um mecanismo desse, para ele avançar, ele tem que ser permanente porque você vai ter que ter regra de transição, por exemplo. A maioria dos estados e municípios não conseguiram executar o recurso da LAB através dos fundos de cultura, ou porque os fundos não estavam regulamentados, ou a regulamentação dos Fundos era muito amarrada e impedia que fizesse o tipo de transferência através dos fundos. Então você vai ter que fazer uma regra de transição, se você tiver uma Lei

Aldir Blanc permanente, vai ter que estipular o seguinte: no primeiro ano para receber o recurso todo mundo tem que fazer o conselho, aí bota todo mundo para fazer o conselho, senão não recebe no outro ano; aí no segundo ano agora tem que regulamentar o plano... entendeu, até chegar no fundo porque senão para que possa ter de fato uma contrapartida também no desenvolvimento daquela gestão local a partir de um processo de que recurso começa a chegar mesmo na ponta.

**E: Vamos falar agora do estado do Rio de Janeiro, como você avalia a implementação da LAB aqui no estado. Você de alguma maneira estando na prefeitura de Niterói você acompanhou também um pouco mais as discussões, inclusive com o próprio estado e as dificuldades do conjunto dos municípios. Fala para a gente um pouco da implementação como é que você vê, como é que você sentiu a implementação da LAB no Rio de Janeiro?**

P: Olha, ao nível do governo estadual, eu acho até o Rio de Janeiro foi um lugar de uma implementação muito boa, do ponto de vista da execução, de ter pensado categorias diferentes. Eu acho que foi uma gestão que ela esteve empenhada em fazer a execução da Lei, entendeu a necessidade, entendeu a lógica. Se você parar e pensar, eu acho que primeiro assim, quer dizer você imagina o governo na conjuntura que o governo do Rio de Janeiro estava vivendo naquele momento do impeachment do Governador tal, uma gestão que não tinha nada que apontava para Cultura, como alguma coisa assim que tivesse um projeto. Não tinha um projeto, ou se tinha um projeto, era um projeto sei lá, Nefasto assim. Aí acontece a Aldir Blanc, acontece a coisa, a secretária Danielle Barros estava entrando, ela entrou praticamente no ano, ela entrou em janeiro, tinha saído o outro secretário, ela entrou e fevereiro, e março e em abril aconteceu a Aldir Blanc.

Ela tomou para si aquele negócio, ela se embandeirou de fato, ela sabia, ela falou: “de repente eu vou ter um recurso que eu nunca tive”. O gestor também independente da questão ideológica da questão da orientação em geral do governo, ele entendeu e falou o seguinte: “cara, isso aqui é uma grande oportunidade”. E acho que ela trabalhou, organizou a gestão dela para executar a Aldir Blanc. Tanto que, agora, os editais que ela está fazendo. Primeiro o seguinte, a Aldir Blanc empoderou ela dentro do governo, ela assim, a gestão dela, que ela conseguiu ampliar recursos, claro, aí teve o negócio da CEDAE, o Estado do Rio vive aí um negócio da janela aí de questão financeira, que a gente não sabe como vai ser o dia seguinte, mas hoje teve esse processo aí. Ela conseguiu manter mais ou menos um patamar de investimento esse ano com os recursos do estado através do Fundo Estadual de Cultura. Ela conseguiu manter um patamar de mais ou menos igual. Ela conseguiu ter recurso, mas eu tendo a achar que a Aldir Blanc ajudou a gestão dela a conseguir se posicionar junto ao governador, falou “é o seguinte, nós temos capacidade de execução. Coloca recurso aqui que a gente vai conseguir”. Aí e aqui então não pode deixar abaixar, pois teve esse negócio. Como é que vai baixar o sarrafo assim tão para baixo; vai partir de 104 milhões para 5, 6, 7 milhões como era o patamar de investimento dos anos anteriores? Então teve que equilibrar e vai chegar aos 60 / 70 milhões aí em 2021, acho que chegou a isso fora que vai vir o Fundo Estadual de Cultura. Então, acho que a Aldir Blanc ajudou muito a gestão estadual e no caso dos municípios foi muito desigual. É difícil fazer uma análise mais de conjunto, porque aí acho que a pesquisa de vocês vai trazer elementos para a gente poder avaliar melhor. Mas eu vejo que aonde já existia uma política cultural mais ou menos estabelecida ou havia pelo menos uma boa vontade por parte da gestão em fazer acontecer aconteceu, o próprio município do Rio, Niterói, algumas cidades do interior fizeram trabalhos importantes, Volta Redonda, Sul Fluminense onde

teve articulação dos gestores locais, é o caso do Sul Fluminense, é o caso da Baixada Litorânea, conseguiu-se chegar a um patamar legal de fazer coisas, mas o difícil também é o dia seguinte porque aí muitos municípios não têm fôlego para manter aquele patamar de investimento, então isso também é desigual, acho do ponto de vista dos municípios é algo muito desigual.

**E: Fala um pouco pra gente, na verdade é assim, do processo de mobilização e implementação da LAB em Niterói. Assim, a relação do conselho com a sociedade civil é a mesma da mobilização e dos sujeitos que se mobilizam e o próprio processo de implementação. Contando pra gente um pouco das experiências, você até já falou assim, mas a gente teve também problema com a procuradoria. Você falou um pouco dessas... dos ganhos e dos entraves, enfim das surpresas boas e más. Fala pra gente um pouco do processo de Niterói?**

P: Eu acho assim, ainda um pouco também aí, só uma última coisa sobre o estado, é que a gente também no processo da LAB conseguiu fazer, aí foi uma iniciativa também da Escola de Políticas Culturais, de criar um curso para a implementação da LAB no estado do Rio, isso foi muito legal, também foi parceria com SESC. E foi muito bacana porque assim, até hoje, tem retorno por parte de pessoas que participaram desse curso, que estavam na secretaria de cultura de Teresópolis, de Petrópolis, de Friburgo... que aquilo ali foi mais ou menos um ambiente de formação, de colaboração entre gestores e entre agentes culturais dos territórios, que ajudou muito. Então, por exemplo, hoje o Conselho Estadual de Cultura do Rio se fortaleceu muito nesse processo, articulações regionais, por exemplo, Fórum da Baixada Litorânea, Fórum do Sul Fluminense então isso tudo foi se fortalecendo também, acho

que isso é um legado da Aldir Blanc para o estado do Rio também que é interessante. No caso de Niterói eu acho que têm duas coisas que ajudaram. O primeiro era um patamar de investimento, 3 milhões de reais, no caso de Niterói, que foi o que a Aldir Blanc destinou para Niterói é algo que já estava mais ou menos equivalente ao que o município investiu. Município aliás, que até com recursos próprios já investiu até mais, eu estou falando, então não era um recurso que ele assim não era tudo que o município tinha para investir e não era nada assim muito fora do *standard*, do padrão, do que a cidade já conseguia executar de orçamento na área da cultura. Então isso foi uma coisa que facilitou o processo em Niterói, facilitou também o fato de que tanto, naquela época o secretário era o Vitor De Wolf, mas também a equipe. Está lá a Júlia [Pacheco], enfim todo mundo que participa da gestão, o conselho de cultura da cidade, os agentes culturais da cidade, em grande medida já estavam envolvidos também processo da Aldir Blanc, já tinha entendido a lógica da Aldir Blanc. Porque Niterói, o que ele fez, ele colocou pequenos valores para muita gente, em vez de fazer grandes projetos, categorias com valores altos contemplando proporcionalmente poucos beneficiários, a lógica da gestão de Niterói foi um pouquinho para todo mundo, é um pouquinho para todo mundo então basicamente praticamente o edital da Aldir Blanc em Niterói ele não tem uma grande concorrência, ele foi quase um processo de demanda espontânea, digamos assim, de universalização do processo, assim mais ou menos mensurou o tamanho que era a demanda porque Niterói como já teve política, tinha tido política da cidade também, de cadastramento de empreendedores, auxílio emergencial, a gente já tinha mais ou menos uma ideia de qual era a demanda do setor cultural dentro daquela, daquela lógica que basicamente assim: quem precisava de fato daquele recurso? Então a Aldir Blanc ela foi, ela teve uma dimensão de certa forma complementar também na lógica que se dá na cidade .

**E: Na verdade, eu vou fazer uma pergunta que você já respondeu. Aí você vê se você complementa, eu ia perguntar quais municípios se destacaram nesse processo e como você falou aqueles que se destacaram em grupo como o pessoal do Norte Fluminense, Macaé, eu queria, não sei se você quer destacar mais algum. E queria que você fechasse talvez até esse bloco de processo destacando que outros agentes você considera importantes, para nos ajudar nessa reconstrução da trajetória da LAB no Rio de Janeiro, que outras figuras, porque nos fóruns as articulações, na medida em que você pensa os fóruns e os núcleos se destacaram existem também - como nacionalmente - algumas pessoas que tiveram mais intensamente nas discussões. Essa é a última questão.**

P: Não até pegando, porque com isso dá para pegar para falar das pessoas e falar dos exemplos, os exemplos do que aconteceu. Assim, eu acho que têm pessoas que são absolutamente familiares aqui porque são pessoas que já vêm de um processo de construção de outros momentos também, nas políticas culturais, mas que deram uma contribuição. Acho que é muito importante ouvir a Cleise Campos ela estava no processo, além de todas as coisas anteriores que ela já fez do ComCultura, da história toda, ela estava na gestão de cultura do Rio, na gestão do Crivella, que era um negócio complicadíssimo, e ela conseguiu ao mesmo tempo ter um papel na articulação estadual e depois bateu escanteio e foi lá cabecear na execução que foi uma execução difícil, problemática, mas que ela foi uma pessoa importante, tem que ouvir. Eu acho que o [Marcelo] Bravo também, que representa o Fórum de Gestores Municipais de Cultura, que é secretário de cultura de Barra Mansa. Acho que o [José] Facury aqui do Leste Fluminense, do Leste Fluminense não, da Baixada Litorânea que é o cara que foi Secretário de Cultura de Cabo

Frio, então ele tem... ele traz também uma visão, enfim. Acho que as pessoas que participaram desses cursos mesmos, da turma de Maricá a Saquarema, Rosely Pellegrino. Aqui na região de Búzios, também da Baixada Litorânea teve muita gente que se envolveu bastante. Depois para não cometer nenhuma injustiça eu posso te passar alguns nomes e contatos porque algumas pessoas a gente se mantém em contato. Lá em Campos acho que a Kátia Macacu tem uma turma, que ela também fez a gestão do recurso lá, porque teve pessoas que foram gestores e acho muito importante, por óbvio, ouvir a Secretaria Estadual de Cultura com a Danielle [Barros], quanto o Vitor Correa que foi o subsecretario, a pessoa que esteve mais ali envolvido diretamente. Então acho que tem Rio de Janeiro, a própria Ana Clarissa [Fernandes] que agora está no Rio, ela estava pela CMN em Brasília mas ela está inclusive em Niterói, está fazendo um trabalho de consultoria para gestores municipais de cultura, então em acho que é uma pessoa que tem um olhar muito próprio e teve uma trajetória muito singular também nesse processo aí. Então acho que tem bastante gente que participou, a Diana [Iliescu] que agora é secretária de política de Petrópolis e era Presidente do Conselho. Então ela participou pela sociedade civil, agora está no lugar de gestão então é interessante também para olhar; eu acho que tem um panorama legal no estado, tomara que as pessoas estejam participando da pesquisa, porque aí eu tenho, eu mandei, eu compartilhei com um monte de gente eu acho que a partir da resposta também vocês vão poder identificar quem foram os atores assim, mas têm algumas que certamente a gente deveria, a Márcia Rodrigues do SESC, porque a Márcia foi a pessoa que pegou essa história da ideia de fazer o curso, ajudou a gente a desenvolver dentro da plataforma deles o curso para os agentes culturais do estado; também é bacana.



Universidade Federal Fluminense - UFF  
Laboratório de Ações Culturais - LABAC  
APOENA – Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações  
Culturais – foco RJ  
[pesquisa.apoena@gmail.com](mailto:pesquisa.apoena@gmail.com) – <https://apoenaredecultural.wordpress.com>

Projeto APOENA

Entrevistado (E): **Ana Lúcia Pardo**

Data: 11/11/2021

Pesquisador entrevistador (P):

P: Alexandre Barbalho

Transcrição/responsável: Ester Miranda Lemos - Data:  
29/03/2022

Conferência: Marcelo Correia - Data: 23/05/2022

Ajuste final: Luiz Augusto Rodrigues – Data: 12/09/2022

**P: Boa tarde. Fortaleza, Rio de Janeiro, dezesseis horas do dia onze de novembro de dois mil e vinte e um, depoimento de Ana Lúcia Pardo, realizado pela plataforma Meet para o projeto Apoena - Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações Culturais - Foco Rio de Janeiro. Estão presentes na sala: o entrevistador Alexandre Barbalho, Lia Calabre, o coordenador do projeto Luiz Augusto Rodrigues e a bolsista Giullia Romeira e o bolsista Erisvelton Santana. Então, vamos dar início a nossa conversa. Ana, a primeira questão é que você pudesse nos dizer seu nome completo, lugar de nascimento e formação, por favor.**

E: O nome completo é Ana Lúcia Ribeiro Pardo. Boa tarde, agradeço pela entrevista, nossa conversa, espero contribuir da melhor forma e muito feliz de fazer parte dessa rede Apoena.

Então é Ana Lúcia Ribeiro Pardo, eu sou atriz, minha trajetória de formação e trajetória pessoal estudantil, acadêmica e profissional está ligada ao campo das artes, mais fortemente ao teatro, na comunicação também, fui jornalista por muito tempo, e na cultura, nas políticas públicas. Nasci na cidade de Santa Maria no interior do Rio Grande do Sul e depois fui pro norte do país, fiquei vinte anos, depois vim pro Rio.

**P: Ok, Ana Lúcia. E quando e como você entrou para o campo cultural?**

E: Então, eu comecei desde pequena; eu escolhi o teatro, por ser uma forma de arte que pressupõe um olhar, uma escuta sensível, minha grande paixão é o teatro. Mas nessa longa trajetória, eu comecei a atuar desde pequena na garagem de casa com as crianças e no Amazonas eu atuei em alguns grupos, só que como não tinha escola de teatro eu acabei me tornando jornalista e quando eu vim pro Rio foi na intenção de fazer a escola de teatro Martins Pena e aprimorar minha criação e preparação como atriz, mas ao longo da trajetória a dificuldade de me manter como atriz me levou para eu me tornar, me reinventar em outras tantas frentes. Então eu acabei sendo jornalista muito tempo, depois eu fechei esse ciclo da comunicação, e nos movimentos artístico-culturais eu acabei trabalhando como gestora cultural na Funarte [Fundação Nacional de Artes, afiliada do Ministério da Cultura], Biblioteca Nacional e no Ministério [da Cultura]. No Amazonas também na Funai [Fundação Nacional do Índio], na Secretaria de Meio Ambiente, enfim. Acabei indo pra gestão e querendo entender um pouco mais as políticas públicas de cultura das quais eu nunca imaginava ter trabalhado e que eu fosse trabalhar diretamente, então eu acabei fazendo mestrado e doutorado

em políticas públicas<sup>15</sup> e quando saí do ministério... agora eu estou fazendo pós-doutorado na UFF, também como professora bolsista; e dando aula, nesse momento, de teatro para jovens na Baixada Fluminense. Então é o tempo todo a minha atuação é misturada nesses campos do teatro, jornalismo, cultura, políticas culturais.

**P: E Ana, você participa ou participou de algum movimento político? Não precisa ser necessariamente partidário, não é? Não estamos aqui querendo saber se você foi filiada ou não a um partido, mas se tiver sido é interessante dizer, mas se participou ou participa de algum movimento político, de maneira mais ampla.**

E: Sim, muitas... sempre... Porque a minha mãe vem da educação no campo, então ela acabou me trazendo para esse campo da política desde pequena, seja partidária ou não partidária, dos movimentos... o MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra] que ela atuou muito, na Escola Florestan Fernandes, os trabalhadores do campo, educação no campo e isso me inspirou muito a sempre abraçar as causas. Fórum das artes... ocupação do Ministério da Cultura quando se deu o golpe em 2016... Então nesse momento eu estou no Painel Científico contra a crise do capital<sup>16</sup>, a gente está fazendo um seminário internacional, essa semana inclusive, com vários países... Então eu sempre abracei essas causas. Estou também nesse diagnóstico de

---

<sup>15</sup> Nota da pesquisa: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, PPFH-UERJ.

<sup>16</sup> Nota da pesquisa: Painel Científico de Acompanhamento da Crise - <https://painelcientifico.org/> - um espaço de encontro virtual que objetiva acompanhar o desenvolvimento da Crise Orgânica do Capital.

políticas culturais junto à Fundação Perseu Abramo, para elaborar propostas e um diagnóstico da cultura no estado do Rio pra gente enfrentar essas dificuldades, essas que estamos nesse momento, então eu sempre estive nesses projetos, campanhas, movimentos culturais e artísticos. É continuo... Em muitas dessas mobilizações e em causas - digamos assim - que misturam educação, misturam o meio ambiente, a causa dos indígenas sempre. Desde que eu trabalhei na Funai, minha avó era indígena, então é uma causa muito importante que eu sempre abracei também. Essas políticas transversalizadas da cultura com outras áreas, direitos humanos, que eu trabalhei muitos anos com a população em situação de rua, com teatro com o Sem Terrinha, também no movimento MST, então como eu disse essas causas sempre me atravessaram.

**P: Mas em algum momento você foi filiada a partido ou é filiada a algum partido?**

E: Sim. Eu estou no Partido dos Trabalhadores desde a fundação, mais de quarenta anos. Trazida pela minha mãe que é uma das fundadoras. Exatamente porque eu havia... e sou da Secretaria Estadual de Cultura do Partido dos Trabalhadores, por entender que eu precisava abraçar causas, então estar em causas coletivas digamos assim partidárias ou suprapartidárias ou apartidárias.

**P: Ana, você um pouco já tocou nisso, mas se você pudesse sistematizar. Quando e como você começou a se envolver com a questão da política cultural? A questão anterior foi sobre o campo cultural como um todo. Mas especificamente com a questão da política cultural: quando e como você se envolveu com essa questão?**



E: Acho que tem um momento que foi marcante no meu entender porque eu sempre abracei os movimentos culturais e artísticos. Mas em 2003 nós tivemos muitas perdas no Rio de Janeiro, decisões que foram tomadas pelo César Maia naquele momento de perdas, a tentativa de trazer o Museu Guggenheim para cá, que houve reação principalmente dos artistas visuais, mas também de perdas de concentrar mais no audiovisual e não nas demais áreas, de mudar a lei do ISS, de fazer mudanças que atingiram profundamente toda a classe trabalhadora da cultura e ali a gente criou o Fórum das Artes. Eu sempre digo quando a gente reage, como no golpe, como uma ação a gente nunca tem a dimensão de que aquilo vai crescer como cresceu. E aí nós criamos esse Fórum das Artes em que juntamos todos os artistas naquele momento e foi um momento muito próximo de quando o Gilberto Gil assumiu o Ministério da Cultura; a gente fez muitas reuniões no Teatro Sérgio Porto para discutir as políticas culturais pra classe trabalhadora, as perdas dos direitos dos trabalhadores, não era só uma reação a uma tomada de decisão do prefeito naquele momento mas sim toda... toda... a gente criou GTs [Grupos de Trabalho] e tal e nós trouxemos Gilberto Gil, o presidente da Funarte, a secretária de cultura, enfim. E aí a gente, isso acabou impactando (como é que se diz?) inspirando o ministro Gil a criar os colegiados das artes, as políticas setoriais que nós não tínhamos, a criar uma previdência pra classe trabalhadora; naquele momento pela primeira vez nós tivemos o CulturaPrev. Claro que ele não deu continuidade nas gestões seguintes. Essa é uma questão que acontece, que nos incomoda muito, a descontinuidade de uma determinada ação ou política. E aí eu fui convidada a retornar pro Ministério da Cultura pela equipe de Gilberto Gil. Não imaginava eu também que isso ia acontecer, que eu iria voltar pro ministério. Então Gil me desafiou: “então, se vocês estão nesse Fórum propondo, se organizando, apresentando proposições para nós porque não você vir pra cá colaborar nesse sentido então”. E aí estando no

Ministério nesse desafio, ao me deparar com a elaboração e a implementação dessas políticas culturais eu abracei muito o sistema nacional, estadual e municipais de cultura, o Programa Cultura Viva ainda no início... o Cultura Viva começou de uma outra concepção inclusive naquele momento. Depois ele passa a ser Cultura Viva, mas ele tinha outro nome, uma outra concepção, enfim. Então aí eu acabei dizendo, eu preciso entender melhor essas políticas das quais eu estava brigando lá fora, lutando por elas, pleiteando nos movimentos artístico-culturais. Agora estou dentro do Ministério, eu preciso pesquisar. E aí é o papel da universidade quando eu decido fazer o mestrado, doutorado em políticas culturais para não só - como é que se diz - participar desse processo de construção, mas problematizar com olhar distanciado sobre essas mesmas políticas das quais eu abracei, para entender quais são os gargalos, que políticas são essas, em que medida o Cultura Viva... por exemplo, o mestrado foi sobre o Cultura Viva. Eu fiz um estudo de caso para entender que autonomia é essa que esses pontos de cultura... aquilo que Gil falava de baixo para cima, o *do-in* antropológico, como que de fato isso estava se dando. Em que medida nós gestores naquele momento não estávamos sendo ingerentes, hegemônicos, verticalizados. Se a gente estava falando de baixo para cima eu queria entender de que maneira esse de baixo para cima estava efetivamente se dando. E depois, no doutorado eu fui também abraçar e entender um pouco essas manifestações de 2013. Essa nova forma de fazer política, esse *ativismo* e até se deflagrar o golpe. Eu queria também entender porque, de novo, fiz parte do movimento da ocupação do Ministério da Cultura no qual eu trabalhei tantos anos, mas que decidi junto com o trabalhadores do teatro como eu e outros tantos que se somaram a ocupar o ministério por mais de setenta dias, a gente fez um movimento nacional de ocupação dos espaços do ministério em todo o país, nos vinte e sete estados brasileiros. E depois fomos pro Canecão, então também de novo eu queria

entender essa ação que eu havia abraçado e que golpe, por que o golpe? Por que extinção da pasta? Por que... e toda a potência dessa ocupação a qual a gente abraçou para tentar não só recuperar a pasta do ministério mas contra o golpe, que no meu entender a gente ainda está sobre os efeitos desse golpe. Dois mil e dezoito eu não considero que houve uma eleição, também foi um golpe. Na medida em que Lula [Luiz Inácio Lula da Silva] foi preso, sem provas e depois se comprovou que não tinha nada contra ele e nós estamos sob esses efeitos do golpe com a entrada de [Jair] Bolsonaro. Então eu sempre fico tentando na universidade, para além das causas que eu abraço ou na gestão que eu trabalho, tentar entender que políticas são essas? Onde elas estão chegando? Quais são suas fragilidades?

**P: Ana, então só para deixar mais claro. Porque a pergunta era o momento em que vocês começa a se envolver com política cultural, então sua entrada você considera que sua entrada foi em dois mil e três na política cultural, é isso?**

E: Não, não. Não.

**P: Qual o momento assim de entrada no campo da política cultural então que você acha que: eu entrei ali no campo naquele momento.**

E: Cara, eu não... eu nunca me fiz essa pergunta exatamente, o momento que eu entrei porque toda a minha trajetória... ah sei lá em oitenta [1980] acho que foi a primeira peça que eu fiz; a gente sempre... eu sempre abracei, eu não estava só atuando então como atriz, eu estava brigando por melhorias pra classe teatral. Eu não estava sendo só jornalista, estava brigando por melhorias pra comunicação, pro setor de

comunicação. No meio ambiente da mesma forma, então quando na hora que eu trabalhei na Secretaria de Meio Ambiente, na década de noventa e na Funai e que era essa... é uma luta eterna da demarcação das terras, naquele momento tinham oitenta grupos isolados, indígenas, a venda de madeiras ilegais e exploração das terras, genocídio; tudo isso para mim é política cultural. Então ali eu já estava abraçando digamos, eu acho, que minha vida toda eu abracei essa política cultural. Aonde eu estive, aonde eu estou, seja no Partido dos Trabalhadores, seja fora dele, seja nos movimentos. Sei lá, desde a minha juventude, eu acho. Eu sempre... sempre me atravessam as políticas. Eu nunca imaginei, como eu disse, que eu... nem estudar sobre isso, não me imaginava dentro da universidade, não me imaginava dentro da gestão pública, nunca desenhei isso para mim. Só queria atuar, mas isso acabou acontecendo porque eu sempre percebi que se eu não abraçasse junto com os meus pares essas causas e eu... mais do que brigar, que eu ir pros atos, que gritar fora isso, fora Temer [Michel Temer], fora Bolsonaro, contra a extinção do MinC [Ministério da Cultura] ou.... eu precisava qualificar a minha crítica. Eu precisava ser propositiva. Então eu sempre tentei usar o meu saber em prol dessas causas coletivas, minha vida inteira. Minha vida toda. Eu até hoje eu vou... já estou com quase sessenta anos eu vou... eu estou em muitas causas hoje. Se você me perguntar hoje eu estou em muitas causas. Muitas. Eu não estou dando conta às vezes.

**P: Ana, de uma certa maneira você já respondeu a pergunta seguinte, mas eu vou fazê-la caso você queira acrescentar mais uma questão, que é: quais as passagens que você considera mais relevantes na sua trajetória como agente da política cultural? Aí você um pouco já traçou isso, mas se você quiser acrescentar mais um, mais alguma passagem que você não tenha chamado atenção?**

E: Olha, foi muito, muito, muito forte. Eu fico emocionada quando eu lembro, eu tenho escrito sobre isso, meu memorial... quando eu fui conhecer o outro, um outro Rio de Janeiro pelas políticas culturais, pelo Ministério da Cultura. Quando fui a cada município mais de uma vez. Eu carrego comigo muitas vozes e olhares de toda essa gente que eu conheci nessa trajetória, que esperava nas cidades a chegada do governo como um alento, uma expectativa de mudança, de apoio. Seja lá o que seja. É simplesmente para sair do isolamento e do abandono, da solidão, da distância, da centralidade, decisões de um governo que cuidasse do povo. Eu saí de cada município... sobretudo eu chamaria atenção pra Região Noroeste que é a de mais baixo IDH e a mais distante, que era a mais difícil de... eu me lembro que eu ia pelo Ministério, mas eu ia sem condições, eu ia sem garantia de transporte, vale ressaltar que uma vez eu entrei com coisa dentro, minha... nisso, e sem garantia, às vezes de hospedagem também, então me virava, tinha lugares que eu ia que nem tinha muito hotel, não tinha nada, era muito pobre, uma pequena cidade então eu precisei alargar o meu olhar para entrar nessas subjetividades, nesses territórios, nesses coletivos, nesses saberes e fazeres, sabe? Para ampliar o meu campo sensório. Como essa cosmovisão, essa ancestralidade, quando eu via aquela potência eu voltava muito impactada [emoção]. Eu considero que é um mergulho profundo, por isso eu entendo quando o Gil fala desse *do-in*, eu voltava assim, cara mas eu me sentia um pouco impotente assim. Mas como é que eu chego no ministério e a gente consegue mudar essa realidade? O que eu, que eu estou atravessada, que eu... que eu vi com os meus olhos, que eu ouvi. Então ao mesmo tempo tem uma potência e tem carência, tem invisibilidade ou tem desigualdade ou tem exclusão. E isso carrego comigo até hoje. Tem uma coisa afetiva com essas pessoas, com esses lugares. E até hoje, e isso fortaleceu muito a minha caminhada. Assim, buscando uma governança, sabe? Solidária, comunitária, humanitária, é a minha luta eterna.

Eternamente isso. Eu acho que foi muito forte porque eu saí de uma metrópole, eu nasci numa pequena cidade, eu fui pro Norte que eu acho... até hoje considero o Norte um campo a parte no Brasil. Também percebi isso, me sentia isolada e as pessoas do Norte se sentem assim como eu, mas mais ainda quando eu fui pro interior, para determinadas cidades, eu voltava ao mesmo tempo muito carregada de afetos, com muitas narrativas, impregnada disso e eu disse como é que eu... que a gente consegue transformar isso? Eu trazia para mim essa demanda, digamos esse desafio. E isso carrego comigo.

**P: Ok, Ana e me diga uma coisa: saímos um pouco agora, e vamos entrar no tema que é a Lei Aldir Blanc. O que eu lhe perguntaria: quando e como se deu o seu envolvimento com o processo que resultou na Lei Aldir Blanc? Quando é que você começa a se envolver com essa questão? Quando é que você entra e como é que você entra? Quando e como você entra nesse processo de construção da lei?**

E: A primeira vez me chegou pelo Partido dos Trabalhadores, da Secretaria Estadual de Cultura do Partido dos Trabalhadores, da qual faço parte. Chegou uma minuta - acho que era da Benedita [da Silva, Deputada Federal pelo PT-RJ] - e foi colocado no grupo para quem pudesse contribuir e eu problematizei algumas questões ali pontualmente. E tempos depois, conversando com Célio Turino e com a Christiane Ramirez, assessora de Benedita, querendo colaborar e juntar e aproximar... Não sabia eu que já existia um grupo formado - o convergência cultural - que tem ali conformado assessores parlamentares, da Benedita e de outros dessa Comissão Nacional de Cultura da Câmara dos Deputados e também ex-gestores do Ministério da Cultura, como Célio Turino,

[Alexandre] Santini e outros tantos. E acabei sendo convocada para fazer parte do grupo e foi muito bom, eu estou até hoje, ali nesse grupo a gente tem GTs também e a gente continua dialogando, reunindo, construindo... foi dessa forma que aconteceu.

**P: E nessa trajetória, Ana, de construção da lei, quais as passagens que você considera mais relevantes da sua participação? No momento que você participou, dos momentos que você participou, quais os que você acha mais relevantes?**

E: Eu tenho... eu acho que... tem vários momentos que eu listo como potências, alguns paradoxos ou contradições que eu considero positivas digamos assim, mas é avaliando como um todo, não necessariamente Ana Lúcia, mas é um olhar distanciado; eu achei interessante ter um grupo diverso. O fato da Benedita ter convocado oito partidos ou mais, quatorze estados... que depois isso foi crescendo... entrar Jandira [Feghali] com seu papel como relatora, depois Jaques Wagner como relator no Senado, acho que foi uma conformação que eu me vi de novo retomando as políticas culturais das quais eu acredito e tanto trabalhei e me empenhei. Para ressaltar: eu me lembro que quando eu peguei essa primeira minuta lá na Secult PT [Secretaria estadual de cultura do Partido dos Trabalhadores] eu reiterei sempre, reforcei sempre porque o Cultura Viva foi uma das inspirações sem dúvida e também o Sistema Nacional de Cultura. Por quê? Porque eu disse: gente as nossas realidades no Brasil são muito diferentes e quando eu relatei que eu fui a cada cidade do Rio de Janeiro e já percebi isso, imagine se eu fosse do país inteiro. Então eu percebi isso *in loco*, essas diferentes realidades, então e também a autonomia deles. A garantia da autonomia desse ente federado. Então foi uma coisa que eu reiterei muito, e não

fui a única evidentemente, de que essa distribuição do recurso fosse de uma forma a garantir a autonomia desse ente federado para executar de acordo com sua realidade. Então assim também nos GTs que nós tínhamos. As reuniões... eu elaborava algumas coisas para contribuir nessa conformação e achei muito positivo também que eu me vi - digamos assim - que não era só uma lei... que às vezes você pega uma lei ninguém tem paciência às vezes de ler e acha chato, burocrático ler uma lei, um decreto tal mas eu considero que o processo foi muito rico porque a gente se debruçou muito sobre conceitos. Ressaltaria muito o Célio Turino, a Chris Ramirez e outros parceiros aí que ficaram todos debruçados, todo esse grupo nessas elaborações, nesses conceitos. Sobre quem são os fazedores de cultura, porque a gente chama trabalhadores da cultura, agentes culturais, fazedores, até as nomeações... às vezes você chama trabalhadores da cultura, nem todo mundo quer ser chamado assim, ou artistas. Às vezes se chamam só artistas. No inciso dois [referência ao inciso II da Lei Aldir Blanc], por exemplo, quarenta e dois itens. Mas de que a gente está falando? Manutenção de agentes, espaço, cooperativa, associações, coletivos, comunidades, museu, bibliotecas, livrarias, feiras, sebos, escolas, espaço independente, arte pública, cineclubes, ateliê, circos, é uma enormidade de coisas e a gente foi se deparar com isso: como é que vai caber todo mundo para não ficar ninguém de fora. Essa foi uma preocupação que eu considero muito importante. E têm algumas... eu não sei se é agora que você quer, eu ressaltaria algumas contradições que eu acho positivas. Não sei se eu... se há interesse que eu fale.

**P: A questão que eu vou fazer na sequência é exatamente as passagens, porque essa pergunta agora foi da sua participação. As passagens mais relevantes da sua participação na trajetória, da questão da lei, mas a próxima pergunta que você também já antecipou algumas**

**questões, eu acho que seria o caso de você trazer, eu acho que você está apontando já: quais são as passagens mais relevantes de uma maneira geral da trajetória de construção da lei, não que você tenha participado, mas do processo dentro de construção da lei que você como uma observadora participante como é que você avalia? Então você já trouxe isso um pouco, mas se você quiser avançar.**

E: Eu queria... só me esqueci aqui de mencionar na sua pergunta anterior é que a gente criou, esqueci de mencionar, nós criamos o comitê do Rio de Janeiro, da lei. Eu e Santini, Cleise Campos, que também foi da Secretaria Estadual de Cultura, foi do conselho e tal, para fazer essa escuta. Então eu esqueci de mencionar, fizemos vários encontros, portanto voltados para o Rio de Janeiro e não somente isso. Eu e a Cris Aguiar, que é da dança, nós criamos o Fórum Municipal do Rio e também naquele momento foi criado o Fórum Estadual do Rio de Janeiro com os fóruns regionais, com as dez regiões representadas e esses fóruns tão existindo até hoje e esses fóruns foram fundamentais pra gente pensar junto, elaborar, participar do processo todo de execução, de mobilização, esses fóruns foram fundamentais, eu esqueci de mencionar e eu não poderia esquecer. É sobre essa questão que eu ressalto. Então sobre a lei, eu faço algumas reflexões. Uma contradição é que eu chamei de “da tragédia à cultura humanitária”. É o elemento trágico, é o que vem do teatro que aparece com o surgimento de um vírus que se espalhou provocando essa pandemia, perdas humanas, contágio, necessidade de isolamento, um crescimento da nossa precariedade no setor cultural. Vale ressaltar que não foi com a pandemia. A gente já vinha num crescente desmonte das políticas culturais, extinção da pasta do Ministério da Cultura, perdas, cortes, censuras, profundas censuras, muito. No Rio de Janeiro, eu posso citar inúmeras delas... na Bienal do Livro, a

retirada da peça “Caranguejo overdrive”<sup>17</sup> do CCBB, filmes retirados de cartaz, ou seja, a gente já vinha num desmonte aí. E o sentimento de abandono, um sentimento de a gente se sentir à deriva, sem perspectiva no horizonte. E diante desse descompromisso de um governo que negou essa tal gravidade, esse coronavírus, não providenciou vacina, no meu entender resultou numa cultura humanitária solidária vinda de baixo para cima como dizia o Gil, porque era uma situação de emergência. Então da mesma forma que eu vejo que quando no início da pandemia chega à porta da Benedita da Silva como presidenta da comissão de cultura e esse impedimento, esse isolamento, essa pandemia, esse fechamento dos espaços, essa situação de gravidade, emergência chega na porta dela e ela se vê na emergência de juntar outros partidos e pensar um projeto de lei, nós também sociedade civil nos vimos obrigados a nos organizar. Então de naufragos à deriva sem perspectiva de futuro nos vimos diante de uma emergência de lutarmos em torno de uma cultura solidária afetiva, mais humanitária. Porque nós... eu vi várias campanhas solidárias de alimentos, de ajudas na Maré, na Rocinha, para dar o exemplo aqui do Rio; São Paulo, Paraisópolis, criaram até presidentes de rua, chamando médicos, então eu fiquei muito emocionada de ver. E a gente sentiu na veia a emergência de desculturalizarmos de fato a cultura e buscarmos esse oxigênio, um respiro para nossa gente. Então é uma referência que o professor Luiz Augusto [Rodrigues] faz muito do Víctor Vich que é: desculturalizar a cultura implica arrancá-la de uma suposta autonomia e estrita ligação com a arte para utilizá-la como recurso para intervir numa transformação social de fato. Eu vi isso acontecendo. Eu não estou dizendo que seja perfeito, que

---

<sup>17</sup> Nota da pesquisa: A peça *Caranguejo Overdrive*, escrita por Pedro Kosovski, acompanha a volta de Cosme, catador de caranguejos, ao Rio de Janeiro, cinco anos após ter sido convocado para lutar na Guerra do Paraguai.

não tenhamos erros, que não tenha fragilidades. Não. Mas eu vi isso, essa potência. Uma *contradição dois* que eu também vi foi que obrigou a gente a se despir dos nossos personagens e dos palcos. Saímos desse lugar de luz em que muitas vezes acho que a sociedade nos coloca ou a mídia ou a gente mesmo se coloca nesse lugar pra gente ver essência de vidro da nossa natureza humana que tem fragilidades, tem finitude e pode se quebrar. Então da exposição, da encenação das nossas artes e culturas, geralmente evidenciadas nessas luzes, aplausos, palcos, agora suspensas e paralisadas com a pandemia nós tivemos que nos juntar numa ágora, nesse espaço comum para expor à sociedade as vísceras da pele das vidas precárias de nossas culturas, ou seja eu vi a gente se despindo disso para falar de nós mesmos, coisa que só - eu que sou atriz - o estilo de Bertolt Brecht é que provoca, por isso sempre escolhi ser uma atriz brechtiana. Que se desloca desse personagem para ir pra boca de cena e dizer: olha, eu sou precária como você. A pandemia me atingiu. Eu estou passando fome. Eu estou, nós estamos à deriva. Se a gente não se juntar... e com muitas perdas humanas me atravessando, nos atravessando. Com muitas mortes no Amazonas, no Brasil todo. Então... e eu fiz uma pesquisa recente com trabalhadores da pintura, então... em que evidenciaram muito nas suas falas essa crescente precariedade em que se encontram, sem direito trabalhista, tributário, previdenciário; avaliaram essa fragilidade do mercado de trabalho na cultura e o fato de ser regulado de acordo com o interesse, modismo desse mercado empresarial capitalista neoliberal, centrado no entretenimento e cuja situação se agravou no governo Bolsonaro. E ressaltaram que a Lei Aldir Blanc foi uma enorme diferencial. Uma grande conquista resultante de uma intensa mobilização no país. A *contradição três* é que esse isolamento físico presencial nos aproximou. Apesar então... se eu venho de uma arte como teatro que é uma arte presencial que implica contato humano entre nós atores e nós com o público, a gente ficou impedido.

Isso nos impactou muito em todos os sentidos, psicológico, mental, sociológico, a gente só tinha disponível os meios digitais para expor essas urgências da pandemia e reverter os impactos do setor cultural. Nós conseguimos de certa forma reverter esse distanciamento numa ampla, intensa mobilização local e nacional. Que eu não vi tão cedo acontecer. Então nós conseguimos romper essas distâncias de um país de proporções continentais com essa enormidade e aproximamos pequenas e grandes cidades e regiões, estados no mesmo Brasil. Isso para mim foi um... e eu cito o exemplo da cidade de Cachoeira de Macacu, por exemplo, que passava com um carrinho para divulgar os editais da Lei Aldir Blanc pedindo que a vizinhança, o entorno avisasse para chegar... porque muita gente não tem acesso digital sabemos. Uma outra contradição é que no momento de desmonte da cultura, dessas censuras, guerra cultural, as políticas de cultura sendo... foram abraçadas e defendidas por todo o país. A gente colocou estado permanente de conferência, webinários, *lives* em defesa dos sistemas municipal, estadual e nacional de cultura, de fundo, plano, sendo muito reforçados os conselhos e os fóruns de cultura. Nossa campanha de mobilização, de debate, de conferência permanente. E um diálogo com o poder público executivo, legislativo e a sociedade civil. Então a lei expôs muitas diversas vozes, corpos, as nossas fragilidades, carências e potências apontando que só poderão ser corrigidas e consideradas a partir desse fortalecimento da política de Estado, através desses sistemas. Então eu... assim como a gente viu o sistema de saúde, o SUS, fazendo toda a diferença nesse combate à pandemia, então eu vi que essas questões que eu sempre lutei do sistema de cultura - eu e vocês e todos e muitos - eu vi acontecendo. Uma outra contradição é que a cultura ganhou a centralidade do parlamento com a Lei Aldir Blanc, do plenário da Câmara e do Senado até mesmo pela direita. A gente conseguiu barrar os vetos do Bolsonaro e aprovar também a prorrogação dos prazos de execução da lei.

Então a cultura foi... de alguma maneira ela foi abraçada por parlamentares de diversos partidos, estados que para além de suas diferenças ideológicas e políticas se juntaram, se debruçaram sobre as nossas necessidades, fragilidades do setor cultural. Uma outra questão também é que nós buscamos sair de uma cultura individualista, instigada pelo sistema neoliberal, concentrado no projeto pessoal, no mérito cultural, no chamado empreendedorismo para fazermos uma cultura de baixo para cima. Então, houve esse envolvimento direto de conselhos e fóruns municipais, regionais, estaduais, nacional de cultura, as comunidades tradicionais, pontos de cultura, técnicos, segmentos artístico-culturais, todo esse processo, o fórum nacional de secretários de cultura, os fóruns de secretários estaduais, municipais, pra gente (como é que se diz?) sair desse lugar... ao ponto das Cartas que nós mandamos, no caso do Rio de Janeiro, pros órgãos gestores municipal e estadual nós abrimos mão, no sentido de dizer: diminua o recurso dos editais para abrir para mais gente, para ampliar o atendimento de mais pessoas. Porque... e a gente disse isso pra secretária estadual: "se a senhora colocar esses valores, vai deixar gente de fora". Então era uma preocupação nossa também. Coisa que de alguma maneira a gente foi atendido em algumas coisas, mas - no caso do estado - ficaram mais de seiscentos suplentes; eu mesma fiquei na lista de suplentes, não fui atendida mesmo meu projeto tirando quase dez, não era nota, não era o mérito, não era nada disso. Nem teu histórico, nem o teu currículo, nem teu portfólio, nada disso. Então, de alguma maneira, nós não fomos atendidos aí e acabou deixando excluídos muitas pessoas (excluídas), de um projeto de lei cujo objeto principal é a emergência cultural. A outra contradição é que a Lei Aldir Blanc colocou em questão os conceitos centrados no mercado para uma cultura de inclusão em acesso. Nas Cartas dos fóruns - como eu disse - propomos diminuir esse valor e a gente chamou muita atenção pras cotas, pras mulheres que são maioria, para os indígenas,

para pessoas com deficiência, pros técnicos e pras comunidades tradicionais. Nas chamadas públicas e prêmios ressaltamos também a necessidade de repensar esse formato dos editais: que fosse em formato prêmio, que não fosse tão burocratizados para atender ao maior número de pessoas e principalmente mestres e mestras das comunidades tradicionais. Enfim, acho que um edital específico para técnicos e técnicas. E uma outra questão também é que a cadeia produtiva - a gente percebe que os editais em geral eles apóiam mais no foco na produção e no máximo na circulação de espetáculos; têm que ser inéditos, em geral, mas muito pouco, por exemplo, para formação. Eu que trabalho com a formação com ciclos de arte, cultura e pensamento, oficinas, e pesquisas raramente você tem editais assim, é outra coisa que nós ressaltamos, mas que muito pouco fomos atendidos.

**P: Ok Ana, deixa eu fazer uma pergunta (se você puder ser mais direta na resposta) no que diz o seguinte: como você avalia - você já tocou vários pontos que têm respeito a isso, mas eu queria uma formação mais clara em relação a isso mais - digamos - mais objetiva - é como você avalia o formato final da LAB? E eu poderia até já agregar a essa pergunta uma outra, porque tem a ver com isso. Você procuraria alguma modificação a esse formato? Se sim, quais modificações, então como é que você avalia esse formato, você proporia modificações a esse formato? E propondo, quais seriam?**

E: Bom, ao mesmo tempo que a Lei Aldir Blanc atendeu uma enormidade, trabalhadores, trabalhadoras da cultura, de forma ampla, diversa nos territórios, mas a execução não foi feita em todos os municípios. Seja por dificuldades técnicas, burocracias, questões políticas, situação de inadimplência e outros. Eu acho que dado que a gente passou por um processo

longo para aprovação e principalmente para que o Governo Federal sancionasse a lei, o prazo acabou sendo muito curto para execução da Lei Aldir Blanc. Essa é uma primeira questão: o prazo, tanto que a gente teve que lutar muito pra prorrogação dos prazos.

**P: Desculpe, mas não é bem a questão do prazo; eu queria do formato da lei, não é? O que e como a lei foi construída? Porque o prazo já foi uma coisa a posteriori da lei, mas do formato da lei o que é que você...**

E: Sim, mas o prazo estava dentro. [pausa] Cara, acho [que] eu não tenho muitas críticas a fazer à lei, porque ela passou por muitos substitutivos, por emendas, sabe? Ela foi muito atualizada, redimensionada, pensada... essa palavra fomento, foi uma discussão intensa sobre isso porque está na lei e ela ao mesmo tempo que ela tinha um foco na renda básica, um foco no inciso dois que era para ajuda aos equipamentos, espaço abertos, independentes, mas ela tinha um [inciso] pros editais de fomento isso gerou muitos debates. Com esse formato muitas vezes, como eu disse, excludentes de editais. A exemplo, como eu fiz a crítica à Secretaria de Estado da Cultura, que ainda implica repensar esse formato dos editais. Então isso foi uma ampla discussão, essa questão do fomento, mas eu não, eu não teria muitas críticas à lei não, eu tenho mais com relação à execução dela, a como que ela chegou. Porque ela permitia (como eu disse) essa autonomia para esse ente federado executar como melhor pudesse. Agora teve um excesso de burocracia de alguns órgãos gestores, suas procuradorias, na execução desses recursos, por desconhecimento, temor de serem enquadrados pelo TCU resultando numa devolução de recurso, de muitos dos municípios e prejudicando os fazedores de cultura de diversas cidades. Os formatos dos editais que seguiam, como eu disse,

esse fomento. Não foram tão inclusivos, muitos deles. Essa forma burocrática, essa exigência, tanto que agora no Projeto de lei Paulo Gustavo, a gente está - eu estou nesse comitê - a gente está reunindo, a gente estava, passou por um processo de construção, a gente procurou ser mais ainda incisivos daquilo que a gente foi, mas não foi tanto na Lei Aldir Blanc. Com essas comunidades tradicionais, pras culturas populares que só tem o CPF, que tiveram dificuldade de entrar na Lei Aldir Blanc, entendeu? Então a gente está sendo mais ainda, como é que se diz, reiterando, reforçando as cotas. Talvez isso... isso, que tivesse que ter entrado mais fortemente na lei. Entendeu? Uma coisa é o pleito nosso dos comitês e dos fóruns. A outra é isso estar na lei.

**P: Obrigado. Ana, vamos para outra parte da pesquisa, que é a questão da implementação. Também já trouxe alguma questão sobre isso, mas vamos reforçar e pensando mais a questão do Rio de Janeiro. Então eu vou fazer duas ordens de questões, uma sobre o Estado do Rio, outra sobre os municípios. Então a primeira é como você avalia a implementação da LAB a partir do âmbito estadual, ou seja da Secretaria de Cultura do Estado, não é? E quais momentos mais relevantes desse processo de estadualização da LAB? Depois eu vou fazer sobre os municípios. Então agora o foco é a questão no âmbito da política estadual de cultura.**

E: Acho que o ponto positivo é que foram feitas reuniões, o recurso foi cem por cento executado. A gente reforçava muito, eu digo a gente, os fóruns, estadual principalmente, mas fórum municipal e também os fóruns regionais de que a secretaria desse um atendimento pros municípios, acompanhasse e tal; agora como eu disse eu acho a renda básica foi um recurso maior inicialmente pra renda básica no estado do Rio, mas



como muitos que tinham Bolsa Família e não pudessem tal, sobrou recurso e foi jogado esse recurso da renda básica, foi jogado pros outros incisos. O que ocorre é que esse inciso que envolve os editais de fomento eu considero que eles foram excludentes de alguma maneira. Seja pelos valores - era de cem mil, cento e cinquenta mil para festivais e tal - não houve o atendimento muito pouco nessa cadeia produtiva como eu disse, no foco formação como a gente tanto pleiteou; eu não fui a única que fiquei de fora, esses seiscentos que ficaram suplentes... ficaram numa lista, continuaram excluídos; acho muito ruim esse resultado. Não sou contrária a ter apoiado cinco cinemas por exemplo, Cine Odeon, Cine Gávea, Cine São Luís com vinte e cinco mil cada um, mas no meu entendimento deveriam ter sido apoiados com dinheiro, com recurso direto da secretaria e não da Lei Aldir Blanc, que é uma lei emergencial. Ok, ah, você dirá: esses cinemas também precisavam? Sim. Mas acho que os fazedores de cultura têm uma emergência maior e acabaram ficando de fora. Então eu acho que o valor desses editais de fomento foram muito altos, então nem todas... muitas das nossas Cartas não foram respondidas e muitos dos nossos pleitos não foram portanto atendidos, deixando muita gente de fora. Isso no estado.

**P: Antes de entrar no município, Ana, você podia falar um pouco mais - só para deixar aqui mais claro pra gente – como é que foi a atuação do fórum estadual, o papel do fórum... falar um pouco mais sobre ele.**

E: O Fórum Estadual fazia muitas reuniões, nós temos um comitê no Fórum Estadual da qual faço parte, então tinha uma representatividade das dez regiões dentro desse comitê, tem. E aí esse comitê reunia, elaborava cartas, fazia mobilização de todo o fórum e para além do fórum. Pra gente “mobiliza já”, “sanciona já”, “aprova já”, e também as cartas junto aos órgãos

gestores. Com os nossos pleitos. “Olha, tem que ficar de olho para fazer um edital voltado pros técnicos, camareiras, técnicos, os cenógrafos, as pessoas que trabalham nos bastidores e que costumam ser desconsideradas. E pras comunidades tradicionais, pras mulheres, para os indígenas” e outros tantos pleitos. Então a gente formalizava, a gente participava das reuniões, a gente elaborava as cartas, a gente buscava assinaturas, a gente formalizava essas cartas para cada senador, para cada senadora, para cada um dos deputados, pra Confederação Nacional dos Municípios, pro TCU, ou seja, foi uma infinidade de cartas que nós fizemos e de campanhas de assinaturas pros secretários assinarem, pras instituições, a UFF foi uma que elaborou carta e assinou, a Associação Brasileira de Gestão Cultural, ou seja, de campanha, de elaboração, de formalização, de implementação, ou seja, esse fórum foi bastante atuante nesse sentido. É no grupo de Zap [whatsapp] também, tanto o Fórum Municipal do Rio quanto o Fórum Regional, Fórum Estadual, essas dúvidas, esses incômodos dos fazedores de cultura no dia a dia, “poxa, mas sou obrigado” outra coisa que foi uma reclamação durante o processo: “Ah, mas sou obrigado a abrir uma conta no Banco Bradesco”. “Ah, mas sou obrigado a criar um vídeo no meu fazer cultural aqui com esse pequeno recurso que recebi da Lei Aldir Blanc e deixar esse vídeo *ad eternum* à disposição”, ou seja, vários incômodos, dúvidas de prestação de conta, dúvidas, incômodos no dia a dia dessa sociedade civil ali iam acontecendo também. E que a gente procurava ali conversar, dialogar, botar nas cartas, fazer com que chegasse no órgão gestor. Mas a gente percebeu também durante esse processo que a pandemia não atingiu somente nós. Atingiu muito os técnicos e técnicas que trabalham nesses órgãos gestores. Isso aconteceu na Comissão Nacional de Cultura lá onde estava a Benedita e agora está a Alice Portugal. Isso aconteceu na Secretaria Municipal do Rio de Janeiro, ou seja, é um número reduzido de técnicos podendo trabalhar, alguns

adoecidos, alguns com pandemia, com Covid. Isso também fragilizou bastante o processo. Eu não sei se é já para entrar nos municípios...

**P: É, a pergunta seguinte seria essa, se ela quiser dar o gancho, ou seja, como é que foi esse processo no âmbito dos municípios? Como é que você avalia isso - obviamente não dá para falar de todos, mas se você quiser destacar algum processo específico?**

E: Esse prazo que eu mencionei que considero curto, a Secretaria Estadual mencionou que estava muito curto, mas mais ainda foi pros municípios. Por diferentes motivos; um deles é ausência de uma secretaria específica ou uma fundação, um órgão gestor de cultura fez toda a diferença, você não ter uma pessoa na linha de frente, técnicos, pessoas da área de cultura, você não ter um fundo, você não ter um órgão gestor, um medo tremendo desse gestor de cair no TCU, de exigência, de ter um curto tempo para executar e de não conseguir. E os formatos dos editais sim, a burocracia extrema. Então uma reclamação muito grande que a gente recebia da Baixada Fluminense, que a gente recebia de determinados municípios: "Poxa mas aqui o fórum não está sendo ouvido, o nosso conselho...". Então alguns municípios fizeram devolução desse recurso e mesmo com a prorrogação dos prazos, em treze municípios do estado do Rio de Janeiro os fazedores não acessaram os recursos, me chamou muito a atenção. Aperibé, Cambuci, Carapebus, Cardoso Moreira, Italva, Porto Real, São Fidélis, São José do Ubá, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Tanguá, Trajano de Moraes e Varre-Sai. Ou seja, você *está* dizendo então que nesses municípios fazedores ficaram prejudicados. Então eu considero cada vez mais que essa ausência de uma política de Estado, uma política de cultura, um órgão gestor, um conselho, um fundo, um plano, e uma

outra coisa: ausência de cadastros, essa questão eu diria que é uma das fragilidades do sistema no nosso estado do Rio de Janeiro e também na Secretaria Estadual. Ou seja, porque como é que você vai fazer chegar um recurso, os editais, uma emergência, ainda mais num momento de pandemia, isolamento, você só tem plataformas online, se você não tem um cadastro, quem é, o que faz, aonde faz e como faz, em que espaços. Então, cada vez mais o sistema de indicadores e informações culturais se torna, se já era importante, cada vez mais necessário. Eu acho que o que o Sistema Nacional parou em 2015 salvo engano. Ele não foi atualizado. Isso é uma outra coisa. Outra coisa é o cadastro dos fóruns de cultura também atualizado. Precisa. É necessário. Então essa foi uma fragilidade que eu também percebi.

**P: Ana, para encerrar que outros agentes que você considera como importantes pra trajetória da LAB tanto em contexto estadual quanto no contexto nacional. Que pessoas você destacaria como fundamentais, como imprescindíveis para uma pesquisa sobre esse tema.**

E: Sem dúvida alguma a deputada Benedita da Silva que tudo começou ali na comissão quando ela presidia, a Jandira Feghali que foi relatora e que participou profundamente dos substitutivos, da elaboração, da construção, então essas duas parlamentares sem dúvida alguma. Jaques Wagner como relator do Senado foi fundamental, me lembro que no Senado tinham umas emendas para serem feitas ali e a gente estava no desespero porque já tínhamos passado por todo aquele processo na câmara e ele fez um apelo aos senadores e disse: "Olha nós estamos num momento de emergência, o setor cultural está numa precariedade, precisa que vocês recolham suas emendas. Por favor." Ele fez um apelo e conseguiu ser ouvido. Então foi por unanimidade ali, na Câmara nós tivemos

um único voto contrário que foi do Partido Novo - não nos surpreende. Mas no Senado houve essa fundamental participação do Jaques Wagner, e tem uma deputada - Maria do Rosário - que participou dessa parte de... que eu me debrucei muito também, sobre o embasamento que ela fez para prorrogação dos prazos. E essa equipe que compôs aí e que compõe até hoje, estamos juntos até hoje. dialogando e construindo e continuando porque ela é o em execução, que é essa equipe do convergência, desse grupo: Célio Turino, Alexandre Santini, a Christiane Ramirez, e tantos outros que se somaram ali, nesse trabalho de elaboração, de formulação, de acompanhamento, de mobilização intensa.

**P: E a âmbito estadual Ana? Porque esses nomes aí que você citou, me parece estarem mais ligados à trajetória nacional. Em âmbito do estado do Rio, que figuras e pessoas você destacaria? Além daquelas que são, que você já citou que são do Rio. Que estão nessa, nesse cenário nacional, mas que teve uma atuação mais estadual mesmo.**

E: Nós tivemos com a Cleise Campos que estava na Secretaria Municipal naquele momento com Adolfo Konder que também não é da cultura é um advogado, o Cauã agora foi pro DETRAN... Acho que Cleise foi pra lá, acho que Cleise, possivelmente a secretária se for de interesse pegar os órgãos gestores e eu tenho muita vontade de ouvir os nossos fóruns. Desse comitê dos fóruns que como eu disse se empenharam muito nesse processo. Acho que o conselho, entendeu? Acho que... eu ia acabar falando dos fóruns nacionais, mas a gente está falando do estadual também.

**P: Isso, agora sim os personagens do estado.**

E: Inclusive esses fóruns nacional de dirigentes e secretários estaduais de cultura e o Fórum Nacional de Secretários de Gestores de Cultura recentemente fizeram uma carta. Porque agora tem no radar essa Lei Aldir Blanc dois - que é transformá-la numa política cultural -, tem o PL Paulo Gustavo, tem outras... a lei de fomento, a Loteria da Cultura, ou seja, têm outras pautas aí que estão atravessadas e que continuam no radar aí no Congresso Nacional.

**P: Dos fóruns e regionais você não gostaria... teria algum nome que você gostaria de... você está lembrando de algum nome que se destaca na questão dos fóruns? Assim que tenha mais relevância, que você identifique como lideranças e tal.**

E: Não, porque (como chama) nós tínhamos lideranças das dez regiões. Então um talvez, o Facury que é da Baixada Litorânea, houve o pessoal de Campos dos Goytacazes... mas eram dez regiões, como eu disse. Assim, mas se for o caso posso falar, se vocês assim entenderem...

**P: Não... é só o caso de na sua avaliação, não é uma coisa de se ficar citando as pessoas, é assim que é isso que você está apontando na sua avaliação tiveram essa proeminência aí, não é o caso de ficar se está todo mundo porque não é a questão de fato.**

E: Sim, sim.

**P: Na sua avaliação, você teria mais alguma questão, Ana?**

E: Eu ressalto sempre assim que essa lei sem dúvida alguma nos chegou como um respiro; usava uma metáfora como se

fosse um oxigênio, como um corpo que está desfalecido numa UTI e chegou um oxigênio. Um pequeno respiro para esse setor. Sem dúvida alguma. Mas a gente sabe que pode parecer muito três bilhões? Sim. É um grande recurso. Estavam parados. Ele estava parado no Fundo Nacional de Cultura. Retido. Mas se você considerar a enormidade desse país, a enormidade das regiões, a enormidade da grande quantidade de fazedores culturais, de grupos, acaba, né? Como eu disse, eu dei um exemplo aqui do estado do Rio: seiscentos e poucos suplentes. Eu chamaria “*excluídos*”, melhor dizendo. Então, a verdade é que veio dar um respiro, mas não salvou. Então, é preciso a gente sair e é uma lei de emergência, como já está dizendo o nome. Sempre eu destaquei a necessidade da gente ir além, sabe? Da gente... além de uma emergência cultural na direção da gente fortalecer as políticas públicas, criadas em leis, recuperar essa memória toda o que a gente já construiu para de fato consolidar uma política de Estado. Porque o que a gente vê é esse desmonte, esse desfazimento. Nesse momento eu estou no conselho, faço parte do Conselho Estadual de Política Cultural, sou relatora da Lei Aldir Blanc e também do Plano Estadual de Cultura. A gente não tem ainda essas metas e ações em execução, por exemplo. A gente não tem um Sistema de Indicadores e Informações Culturais, como eu disse. E aqui, ali a gente vê um mau uso do Fundo. Então assim essa fragilidade da política... por uma política mais... como chama? Isso foi muito ressaltado como eu disse nas entrevistas que fiz com os trabalhadores da cultura recentemente para uma cultura chamada “empreendedora”, uma cultura de visibilidade e tal. Isso não acabou. Isso está aí. Então assim acho que a luta nossa é bem maior. É recuperar essa pasta do Ministério da Cultura que foi extinta por [Fernando Collor de Melo, em 1990], Temer [durante dias em 2016] e por Bolsonaro [em 2019]. Esses cortes de recurso, censura, essa perseguição. Não é pequena a nossa tarefa, o nosso desafio, essa desinstitucionalização das políticas

culturais. Da Ancine, Fundação Palmares, Casa Rui Barbosa (Lia [Calabre] está aqui; é testemunha disso), Funarte, Iphan [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, autarquia vinculada ao Ministério da Cultura], demais instituições, agora a venda do Palácio Capanema recentemente e de outros históricos prédios e patrimônios culturais do país e do Rio colocaram a venda, ou seja, não é pequeno o tamanho do nosso desafio. Então acho que a gente tem que continuar mobilizado. A gente está exaurido, a gente está cansado desse processo, evidentemente, é muita *live*, muita audiência pública, muito debate, muita carta, muita... Mas... e tem que juntar isso com nossas demandas de sobrevivência. Que estão difíceis, a gente está se inscrevendo em um monte de editais e não está conseguindo. Não está cabendo. Nós conselheiros estaduais estamos nesse momento proibidos de nos inscrever nos editais do estado, isso é uma outra questão que está pegando no Conselho, ou seja, não é pequeno o tamanho desse desafio, portanto a Lei Aldir Blanc é de um enorme ganho, sem dúvida alguma, tanto que agora existe esse projeto de lei da lei se tornar uma política, mas a nossa tarefa é muito longa, é contínua entendeu? É só isso assim... eu parableno vocês aí o Ceará foi um exemplo, que bateu de frente quando não podia prorrogar, foi lá e brigou por isso. O Rio de Janeiro tentou pegar isso como exemplo também: “ah, se o Ceará fez, se o outro fez, nós vamos...” a gente falava pra secretária isso, enfim. Então, parabéns aí pelo envolvimento de todas, todos e todes.

**P: Obrigado Ana Lúcia pela entrevista, pelo depoimento. Encerramos então essa nossa conversa. Obrigado.**



Universidade Federal Fluminense - UFF  
Laboratório de Ações Culturais - LABAC  
APOENA – Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações  
Culturais – foco RJ  
[pesquisa.apoena@gmail.com](mailto:pesquisa.apoena@gmail.com) – <https://apoenaredecultural.wordpress.com>

Projeto APOENA  
Entrevistado (E): **Sandra Pedroso**  
Data: 06/09+/2022

Pesquisador entrevistador (P):  
P1: Marcelo Correia  
P2: Ana Lúcia Pardo  
P3: Luiz Augusto Rodrigues

Transcrição/responsável: Ester Miranda Lemos - Data:  
11/09/2022  
Ajuste da transcrição: Marcelo Correia - Data: 06/10/2022  
Ajuste final: Luiz Augusto Rodrigues – Data: 19/05/2023

**P3: Gente boa tarde! Então hoje são seis de setembro de dois mil e vinte e dois, são catorze horas e onze minutos. Vou me auto descrever rapidamente: Eu sou um homem branco, sessenta e quatro anos, grisalho, uso óculos, uso um cavanhaque também todo grisalho e estou aqui no escritório que tem alguns objetos ao fundo. Estamos aqui hoje numa entrevista pela plataforma Google Meet com Sandra Pedroso que é representante do Conselho Estadual de Cultura, representa a Capital, a região Metropolitana 1. Essa entrevista integra o projeto “Apoena: Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações Culturais com foco no estado do Rio”, é coordenado por mim junto ao Laboratório de Ações Culturais, o LABAC/UFF. Então aqui na sala quem vai estar conduzindo efetivamente a**

**entrevista: a Ana Lúcia Pardo e o Marcelo Correia. Eu vou fazendo essa abertura, eu volto só ao final, Sandra. Te agradeço a disponibilidade, e fique à vontade... Se momento algum - está sendo gravado e a gente pretende depois compor o corpus da pesquisa, podendo usar no todo ou em parte, tanto escrito quanto gravado - mas se em algum momento você quiser que alguma parte não conste, você nos avisa que a gente depois subtrai essa parte. Então muito obrigado, vou fechar minha câmera, vou passar pro Marcelo conduzir o primeiro bloco.**

**P1: Sandra é o seguinte... Primeiro, deixa eu me descrever, eu esqueço: sou um homem branco, cabelos castanhos, barba castanha, cinquenta e dois anos, uso óculos e ao meu fundo existem umas prateleiras e uns nichos com alguns objetos. Bom, vamos lá, boa tarde Sandra, bem-vinda. De antemão pela sua atenção. A gente vai ter aqui dois blocos. O primeiro bloco é sobre a sua trajetória pessoal com quatro perguntas e o segundo bloco é especificamente sobre a Lei Aldir Blanc. E aí a gente vai intercalar, eu e a Ana Lúcia Pardo. Bom, vamos lá. A primeira pergunta seria: nome completo, lugar de nascimento, formação e vinculação institucional.**

E: Então vamos lá. Eu sou Sandra Helena Gonzaga Pedroso, sou uma mulher parda, de cabelos grisalhos, uso óculos, estou com colete de frio preto (porque estou sentindo muito frio) e atrás de mim tenho várias máscaras africanas e dois quadros de cordel. Eu tenho sessenta e um anos, nasci em Niterói e hoje resido no Rio de Janeiro. E sou Bacharel em Ciências Contábeis. Sou mestre em Gestão de Projetos, Sistema de Gestão de Projetos com foco em responsabilidade social no qual fiz o meu mestrado na UFF e hoje estou fazendo

doutorado na Argentina, na Universidade de Ciências Empresariais e Sociais. O que mais você me perguntou?

**P1: Não foi isso mesmo. O nome completo, o lugar de nascimento, formação e vinculação institucional.**

E: Ah então, a minha vinculação é... eu sou aposentada, mas tenho uma empresa de consultoria de gestão de projetos e de empreendedorismo. Hoje estou Conselheira no Conselho Estadual de Políticas Culturais do Rio de Janeiro, representando a região Metropolitana, Capital.

**P1: Perfeito. Bom, você participa e/ou participou de algum movimento político e ou militância no campo cultural?**

E: Não, não porque eu estou presidente do Observatório Social do Brasil e do qual a obrigatoriedade é não estar vinculada a nenhum tipo de política partidária.

**P1: Entendi. Quando e como você começou a se envolver com política cultural, mais estritamente falando e que passagens você destacaria da sua trajetória como agente da política cultural?**

E: Bom, eu comecei a trabalhar na área em 1980 numa cooperativa de cinema. Então ali foi a minha primeira... vamos dizer assim... o primeiro encontro, vamos dizer melhor... o primeiro encontro com uma organização de forma diferenciada. Eu tinha vinte anos e dali para frente tenho participado muito dessa área porque trabalho nela, e desde lá trabalho nela, só tive pequenos períodos em que eu resolvi que eu ia ganhar dinheiro e fui trabalhar num banco, mas foi um período muito pequeno aí voltei para a produção cultural e estou na produção

cultural desde... efetivamente desde... esse período do banco de 82 a 87, 83 e 87 que fiquei fora e depois no final de 87 até hoje eu trabalho na área cultural.

**P1: Perfeito. Como você avalia os limites e as potencialidades da participação da sociedade civil e também numa perspectiva fora da gestão pública?**

E: Então... Eu sempre participei muito, porque acho que a participação social é fundamental. A minha primeira... encontro com a participação social foi quando eu tirei meu título de eleitor e fui ser cantadora de voto, porque aos 18 anos eu achava importante essa participação. Participo hoje ativamente e estimo a participação social das pessoas. Sei que é muito difícil porque quando a gente está nessa participação social a gente tem que estar imbuída de um espírito cívico e social, de sociedade em prol do outro e não de si mesmo e sei que isso é muito difícil. Outro dia um aluno falou pra mim que isso parecia mais uma coisa de marketing do que efetivamente... Mas eu acho muito importante. Sei que temos muitas barreiras para vencer sobre a participação social. E o estímulo - principalmente aos jovens - a terem uma participação social mais ativa na sociedade. Eu acho muito importante e tenho praticado isso como regra. E não como exceção.

**P1: Eu vou passar então para Ana Lúcia Pardo que é a parte da Lei Aldir Blanc, no bloco dois. Vou desligar a minha câmera para não ficar pesado. Daqui a pouco eu volto.**

E: Está bom.

**P2: Obrigada Marcelo, professor Luiz Augusto que coordena o nosso trabalho aqui. Agradeço à Sandra Pedroso por estar aqui nos concedendo essa entrevista a esse projeto “Apoena – Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações Sociais”, que nós estamos aí medindo, estudando e levantando os impactos com foco no estado do Rio de Janeiro. Eu sou Ana Lúcia Pardo, tenho cinquenta e nove anos, sou parda, uso óculos, estou com um brinco de indígena, cabelo comprido, também estou com frio, Sandra. Aqui no fundo tem meu computador com a marca do nosso boletim Apoena. E aí dando continuidade, Sandra, nesse segundo bloco... passando que o Marcelo já fez o primeiro bloco da sua trajetória pessoal, a gente entrando na Lei Aldir Blanc, como é que se deram as primeiras articulações no Rio de Janeiro, em sua região, no município... como você avalia essas primeiras articulações em torno da Lei Aldir Blanc?**

E: Eu acho que no primeiro momento foi muito confuso, no qual você não tinha informações muito claras sobre os acontecimentos e como seria a aplicação da lei. No caso do município do Rio, quando ele começou a fazer o mapeamento se entendeu que aquele mapeamento era só um mapeamento e que não estava claro que você só poderia participar se você tivesse participado do mapeamento. E isso então também... acho que foi um grande prejudicador de algumas pessoas... para participar. Então entendo que muitas pessoas não tiveram uma informação muito clara e objetiva de como aconteceria. Vi que... percebi que algumas pessoas conseguiram estar em muitos projetos ao mesmo tempo, então acho que isso foi um prejuízo um pouco e algumas pessoas não conseguiram entrar nada. Então acho que tínhamos que conseguir de alguma forma que essa ficha técnica fosse olhada e tivesse um cruzamento desses dados porque acho que isso a gente poderia verificar se você não tem pessoas que ficaram de fora.

**P2: E quanto às ações do Legislativo Estadual e Municipal em torno da defesa dos trabalhadores da cultura logo no início da pandemia, como que você avalia essas ações do legislativo estadual e municipal?**

E: Avalio que... assim... Acho que em torno de trinta por cento efetivamente foi defensor dos técnicos e dos artistas. Os demais, uns ficaram muito contra e outro foi depois na onda. Porque na verdade Ana, Luiz, Marcelo... Acho que tem um equívoco. E é uma coisa que eu tenho conversado muito e explicado muito pras pessoas: é que as pessoas não entendem que quando você tem um espetáculo, você tem um show, você tem um número de técnicos envolvidos que não só o artista. Então eu acho que a gente tem que começar a falar mais do técnico, e não só do artista. E eu acho que é importante isso, a gente falar e tenho visto que alguns produtores têm começado a falar isso e eu acho que a gente tem que fazer esse reforço nas salas de aula, mostrar e falando também nas nossas redes, “olha, olha o técnico”. Então, acho que assim, os políticos de maneira geral, eles entendem que é só o artista que está ali na frente, mas ele também não identifica. Então ao mesmo tempo ele não faz uma relação próxima e amigável com esses técnicos. Que na verdade são os que movimentam efetivamente a economia.

**P2: Certo. E como que você descreveria o papel do Conselho Estadual de Política Cultural nesse processo e que ações e articulações você destacaria dos fóruns também regionais, locais, temáticos ou seja o papel tanto do Conselho Estadual quanto dos fóruns.**

E: O Conselho Estadual acho que poderia ter tido uma atuação mais presente. Ocorre que 2020 não tinha Conselho. A gente tinha um Conselho que existia, mas não existia. Então a gente

efetivamente foi ter um Conselho Estadual de Políticas Culturais em 2021, mas com muitas restrições de atuação e com pouco engajamento nesse quesito. Acho que faltou uma força de vontade dos conselheiros, principalmente os do poder público. E acho que... sei lá... fico achando que poderia ter mais engajamento. Com relação aos fóruns, foi muito bom porque fizemos várias reuniões, mapeamentos, fizemos trocas, então eu acho que foi um movimento, mas que acho que meio que se perdeu agora nesse ano de 2022.

**P2: Ok. Como que você avalia - ainda é uma continuidade do que você já falou, meio que falou – você avalia os processos participativos de discussão, implementação, efetivação das ações resultantes da Lei Aldir Blanc no estado e no município? Como é que você avalia esses processos participativos, discussão, implementação e efetivação das ações resultantes da LAB no estado e no município?**

E: Então, Ana... eu acho que a gente tem que falar mais sobre a participação social porque os artistas...os técnicos, os artistas não... mas os técnicos ficam achando que eles são os coitados e que eles têm que ter privilégios porque eles não sabem. E com isso também eles ao mesmo tempo, parte não quer participar nem da discussão e nem da formação e implementação das políticas. Então quando você convida essas pessoas para um debate num fórum ou participar da votação do orçamento na Assembleia ou na Câmara, as pessoas não vão. Se convidar pro conselho “ah não, isso vai dar trabalho, não quero”. Então assim, eu hoje cada vez mais vejo que - e não é só na área da cultura, porque eu estou em outros dois conselhos - que a gente tem a mesma questão. As pessoas querem estar... querem ser, mas não querem estar. Ou ao contrário, quem quiser entender assim. Porque as

pessoas adoram dizer assim “Eu sou conselheiro de educação. Eu sou conselheiro de alimentação escolar. Eu sou conselheira de saúde. Eu sou conselheira de política.” Aí você pergunta assim, “Você foi na reunião? Você participou de ação? O que você fez?”, Aí a pessoa: “ah não. Eu sou conselheiro.” Então assim, Conselheiro ele tem que ir, ele tem que participar, ele tem que fomentar. Então eu entendo que falta a gente falar pras pessoas o que é participação social. E é muito impressionante que eu fui dar semana passada umas aulas em Boa Vista e lá é muito interessante o que os alunos me relataram... Setenta por cento da população lá é funcionário público. Então eles não participam... e lá a maior parte dos municípios não tem Conselho porque eles morrem de medo de sofrerem represália. E a outra parte é venezuelano, que já acham que estão no lucro de ter uma casa e uma comida dada, muito... para muitos uma benesse do Exército Brasileiro. Então, isso é muito... e aí eu fiquei pensando que aqui apesar da parte trabalhar, parte não se apropria desse trabalho. Ela sabe dizer o seguinte “ah eu trabalhei, mas eu ganhei super mal, eu não ganhei...”, mas o que você fez no passo seguinte? Você fez uma capacitação? Você participa dos movimentos? “Isso não é pra mim”. Então eu acho que a gente precisa fazer um movimento. Por exemplo, os alunos, cadê os alunos da universidade que não participam, só participam se tiver uma manifestação ou alguma coisa assim. Mas estar de livre e espontânea vontade num conselho, de ouvinte. Eu acho que a gente tinha que estimular mais aquelas pessoas a participarem.

**P2: Que caminhos e/ou antecedentes poderiam representar processos de aprendizagem da sociedade civil no campo das políticas culturais e das experiências participativas que as antecederam?**



E: É o que eu falei. Eu acho que falta uma capacitação porque, por exemplo, é... o meu trabalho do doutorado agora é olhar as políticas públicas de fomento à cultura no estado do Rio de Janeiro, para saber se elas estão sendo implementadas, como elas não estão, por que que não estão... E se as implementadas provocaram mudança nas suas localidades. Então, quando você pensa nisso... eu estou estudando o orçamento público que eu já conhecia, é uma coisa que eu lido bem, mas desculpa... um reles mortal não consegue ler aquilo ali... ele não consegue enxergar que ali tem então, de novo... Eu acho que tem que ter uma forma de explicar isso pra população, por isso estou no Observatório, que era um movimento que estava fazendo... que é movimento que a gente faz para fazer com que a população conheça o orçamento público, participe dessa decisão e diga aonde ele quer que o dinheiro dele seja investido. Mas eu não vejo isso, por mais que se faça... Então acho que assim... capacitação, falar mais sobre isso, eu acho que a gente tem que fazer um movimento das pessoas conhecerem orçamento público, falar sobre cidadania fiscal, pras pessoas entenderem aonde que vai o dinheiro dela. E que não adianta não pegar notinha.

**P2: Está bem. Eu vou passar pro Marcelo Correia que dará continuidade. Agradeço aqui. Marcelo dará continuidade às questões. Eu vou desligar a câmera para não pesar a conexão.**

**P1: Bom, vamos lá. Como se deram ações da Lei Aldir Blanc no seu município e se houve devolução do recurso, se houve, o porquê.**

E: No caso do município do Rio, vou começar de trás pra frente. Até onde sei não houve devolução. Posso estar equivocada. Eu acho que foi bem pulverizada nos segmentos.

Eu acho que os editais possibilitaram a vários segmentos a participação. E também as pessoas físicas. Mas efetivamente, não sei se mudou a realidade de muita gente. Que muitos usaram os recursos para pagar suas dívidas. Daí volto a falar, a grande questão nossa é que nós não ensinamos as pessoas a ter gestão financeira e a fazer cidadania fiscal. A gente tem que fazer.

**P1: Perfeito. Bom, você participou dos debates virtuais sobre a Lei Aldir Blanc no estado e no município? E se sim, qual a avaliação sobre os processos das lives e as webconferências?**

E: Participei acho que de umas três... umas três ou quatro. Acho importante. Eu acho que a gente tem que debater mesmo. Eu acho até que isso deveria estar nessa aprovação agora da Lei Paulo Gustavo e da Lei Aldir Blanc Dois, eu acho que a gente devia ter feito isso um pouquinho mais. Porque... eu acho que tinha que ser permanente isso, de alguma forma a gente ter canais que estimulassem mais esse debate mesmo, da leitura, da escuta... Eu acho que teve; participei; acho que foi bom, mas deveria ter dado continuidade. Até para mostrar como é que o dinheiro foi aplicado, como aplicou, e quantos projetos foram, o que aconteceu e tudo mais, mas isso também não houve, uma devolutiva tão clara assim.

**P1: Bom, então que processos formativos você poderia elencar sobre a execução da Lei Aldir Blanc, tanto em relação aos trabalhadores e artistas quanto em relação aos gestores governamentais. Como avalia tais ações?**

E: Bom, do gestor, de maneira geral, eu acho que os gestores também não estavam preparados para receber esse recurso e

muitos municípios não tinham trabalhador suficiente para poder fazer isso. Então acho que esse foi o grande... o grande prejuízo. Editais confusos, editais que poderiam ter sido melhor elaborados, muitas informações desencontradas... Acho que isso foi muito ruim. E ah, esqueci a outra coisa que você perguntou... isso e...

**P1: Quanto em relação com os trabalhadores e os artistas quanto à relação com os gestores governamentais.**

E: Os artistas e técnicos, é exatamente o que eu falei. Eles não conhecem nenhuma legislação. Só sabe que é burocracia. Não entende da questão dessa coisa do orçamento público, da gestão pública. Tanto os artistas quanto os técnicos “Eu odeio burocracia”. Então, com isso eu acho que se prejudicou muito. Então não teve... eu acho que tem que ter mais, tem que ter capacitação. E tem tanta capacitação legal sobre isso...

**P1: Perfeito Sandra. Eu vou passar para a parte final que é com a Ana Lúcia Pardo. Ana, é com você essa parte final.**

**P2: Obrigada Marcelinho. Então como é que você avalia... Chegando ao final, Sandra, como que você avalia o formato final da Lei Aldir Blanc? Eu vou juntar com a pergunta seguinte que é considerando a execução e as prestações de contas. Você pensaria em modificações nesse formato final? Se sim, quais seriam essas modificações?**

E: Olha Ana, eu acho que os editais podiam ser de forma mais simplificada, mais direta, sem tanta... sem tantos... sem tantos anexos, tanta coisa... nesse primeiro momento. E, entendo que é difícil porque quando você está falando do gestor público que

avalia isso, ele tem que ter certeza daquilo que vai ser feito. Então por isso tanto... mas eu acho que os editais podiam ser um pouco mais simples na entrada e depois você tivesse uma segunda avaliação de alguma forma, alguma coisa que fosse mais simples. Com relação à prestação de contas, eu sou radicalmente contra as pessoas não terem organização, não só financeira mas física de não saber assim...por exemplo, vamos pegar a parte física: faz uma oficina, não pega uma lista de presença, não tira uma foto direito. Se compromete a fazer não sei quantas e desiste e faz uma parte. Se compromete com várias... com número alto de pessoas e depois não tem e aí justifica porque... com mil e outras justificativas. A questão do financeiro, eu não me conformo, porque eu acho que assim... Está bom. Que você não precisasse entregar a documentação, mas que você tivesse. E que você não usasse o dinheiro daquele projeto para si próprio. E usar argumentos como tenho escutado, de argumentos assim “ah, mas é porque o político, o prefeito...”, cara, olha só, eu não tenho nada com um nem com outro, os dois também fizeram errado. Então, eu acho que a prestação de contas poderia ser simplificada na entrega, mas eu acho que o proponente tinha que entender que é o mesmo dinheiro que vai pra saúde, pra educação e que a gente exige uma prestação de contas do prefeito, é a mesma que ele está fazendo. Então, eu acho que pode ser mais simples, mas que as pessoas poderiam fazer. Acho que não precisaria entregar. Você poderia só dizer o seguinte, ter um gráfico lá, que gastou tanto de pré-produção, tanto de equipe, tanto disso, tanto daquilo e acabou, não precisava ter que entregar as notinhas em si, que é isso que as pessoas ficam “ah, tem que entregar as notas”...

**P2: Como última questão, você gostaria de abordar mais algum ponto que não foi levantado, indicar algum agente referencial que devêssemos entrevistar, algum ponto que**

**você gostaria de falar; as suas palavras finais na nossa entrevista... e desde já agradecer.**

E: Queria muito e espero que a pesquisa de vocês consiga mostrar o quanto esse dinheiro possibilitou novos... a entrada de novos empreendedores e fazedores de cultura e quantos efetivamente, se a gente consegue olhar quantos foram beneficiados. Eu acho que isso é importante. Beneficiados tanto diretamente quanto indiretamente. Por exemplo, quantas pessoas trabalharam nos projetos de maneira geral? Eu acho que era importante a gente conseguir enxergar isso. Indicar alguém?

**P2: Caso... Inclusive Sandra, só reforçando essa sugestão sua, você sabe que a gente postou... então queria pedir pra reforçar, compartilhar, a gente fez um questionário, uma entrevista voltada especificamente para trabalhadores e trabalhadoras da sociedade civil e uma específica para gestores e gestoras. Exatamente...**

E: Eu acho que respondi, mas não tenho certeza.

**P2: Então, exatamente tentando ver os impactos. Avaliar. Então só queria reforçar e passar pro professor Luiz Augusto, nosso coordenador, para finalizarmos e agradecer de minha parte por você nos conceder a entrevista.**

E: Eu que agradeço.

**P3: Então Sandra, eu também agradeço em nome... em meu nome primeiro, nome do Laboratório de Ações Culturais que coordena o projeto Apoena, em nome da**

**Universidade. É sempre bom fazer um registro que essa pesquisa só está sendo possível por conta de uma emenda parlamentar da deputada federal Benedita da Silva, por conta da ausência de políticas que a gente vem sofrendo nesse país e por causa da necessidade de, como você colocou, de criar novos indicadores, de consolidar informações, então... o site do projeto é o [apoenaredecultural.wordpress.com](http://apoenaredecultural.wordpress.com). Já temos alguns primeiros resultados, já temos alguns boletins. Acabamos de publicar um livro gratuito também, um livro digital pra download já com resultados parciais da pesquisa, uma linha do tempo interativa sobre a construção da LAB desde o seu início. É importante mesmo a gente estar consolidando essas informações, a pesquisa ainda tem mais um tempinho, a gente possivelmente ainda teremos outras publicações. Isso que você nos coloca é uma das outras coisas que a gente está quantificando sim: quantos editais, quantos foram os beneficiários, como é que se deu, como é que foi a tipologia dos editais. Acho que esse é o papel que a universidade pode estar tendo para contribuir com essa política e agora tem perspectiva de virar uma política mais continuada.**

E: É, se Deus quiser.

**P2: Bom, te agradeço, é muito importante. A gente fecha o nosso... estamos fechando, hoje a gente entrevista o último conselheiro regional, a gente fecha o ciclo com as dez regiões do estado. Te agradeço aí novamente.**

E: Eu que agradeço o convite e fico muito honrada de participar da pesquisa, porque eu acho que é importante a gente valorizar a pesquisa acadêmica. Estou aí batalhando também. Então eu que agradeço.



Universidade Federal Fluminense - UFF  
Laboratório de Ações Culturais - LABAC  
APOENA – Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações  
Culturais – foco RJ  
[pesquisa.apoena@gmail.com](mailto:pesquisa.apoena@gmail.com) – <https://apoenaredecultural.wordpress.com>

Projeto APOENA  
Entrevistado (E): **Wildson França**  
Data: 31/05/2022

Pesquisador entrevistador (P):  
P1: Marcelo Correia  
P2: Ana Lúcia Pardo  
P3: Luiz Augusto Rodrigues

Transcrição/responsável: Manuela Queiroz Beser - Data:  
18/07/2022  
Ajuste da transcrição: Marcelo Correia - Data: 07/10/2022  
Ajuste final: Luiz Augusto Rodrigues – Data: 19/05/2023

**P3: Bom dia, estamos aqui hoje, trinta e um de maio de dois mil e vinte e dois, numa entrevista pela plataforma Google Meet com Wildson França. Essa entrevista está sendo concedida pro projeto Apoena - Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações Culturais – com foco no Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, que é coordenado por mim, Luiz Augusto Rodrigues, junto ao Laboratório de Ações Culturais da UFF. Estão aqui e que vão conduzir a entrevista são dois pesquisadores desse projeto que são Ana Lúcia Pardo e Marcelo Correia; eles vão estar conduzindo Wildson, eu faço só essa abertura depois eu vou fechar meu som e minha imagem, mas vou estar aqui o tempo todo. A gente está gravando. Te peço o seguinte: se algum momento, alguma fala você**

**preferir que não seja publicizada, você nos avisa “essa parte não publica não, não publiciza não”, a gente, a ideia, depois a gente ter um corpus, tanto por escrito quanto em vídeo, com esse conjunto de entrevistas, então a gente vai retirando aquela parte que você quiser. Em nome do Labac, da UFF, em nome de toda a equipe já te agradeço. É isso. Então eu vou passar pra Ana Lúcia começar no nosso primeiro... não. Marcelo começa. Marcelo que vai começar o primeiro bloco. Beleza, eu vou fechar aqui e eu ouço vocês, acompanhando vocês o tempo todo. Um abraço.**

**P1: Bom, já digo de antemão que é um prazer estar tendo essa oportunidade de entrevista-lo. O primeiro bloco - a gente divide em dois blocos, Wilson - o primeiro bloco é mais uma trajetória pessoal e depois a gente vai falar um pouco sobre, no segundo bloco, a Lei Aldir Blanc. Então no primeiro bloco eu tenho quatro perguntinhas e depois eu passo para nossa querida Ana Lúcia para dar continuidade e depois eu volto. Com isso eu vou também fechar a minha câmera e o meu som por causa de conexão mesmo. Ainda mais que eu estou no celular. Bom, vamos lá, primeira pergunta é: seu nome completo, lugar de nascimento, formação e vinculação institucional.**

E: Eu me chamo Wildson de Andrade França, nasci no Jardim Jabor, Zona Oeste do Rio de Janeiro, tenho orgulho de dizer que nasci na zona oeste de dona Elza Soares, e como o pessoal fala, tem essa lembrança do velho oeste, eu sou do velho oeste. Minha formação é secundarista, eu sou formado em Técnico de processamento de dados o que me dá muita alegria de estar sendo entrevistado pela academia, já que eu não sou acadêmico, apesar de pesquisador. Eu hoje em dia sou, estou empresário também, então sou empresário e

produtor dos três marqueteiros de comunicação e eventos. Acho que isso é o que eu posso dizer que faço parte.

**P1: Perfeito. Bom, você participa ou participou de algum movimento político e/ou militância no campo cultural?**

E: Ah, eu só participei de movimentos políticos e de militância, culturalmente. Acho, são vinte anos de carreira e eu tive poucos momentos em que eu tive um trabalho comercial. E em trabalhos comerciais, todos eles foram com grupos de minha formação teatral artística, foi através das ONGs, grupos sociais e culturais, socioculturais. Aqui eu tive acesso e continuo dentro para estar militando aquilo que eu achava deles, como eu acredito, o meu fazer perpassa por uma discussão de racialidade, de discussão sobre o olhar desse corpo preto, ainda mais o meu corpo preto masculino dentro da cena. Enfim mais à frente a gente explica um pouco mais, mas de noventa e nove para cá vamos entre trabalhos formais de teatro e trabalhos não formais - artísticos, culturais foi sempre em cima de militâncias, de projetos ligados a militâncias e instituições militantes.

**P1: Entendi. Wildson, pode parecer que algumas perguntas elas vão se revelar redundantes, porque a gente tem um roteiro aqui. A gente tem que seguir esse roteiro. A gente segue esse roteiro para todos os entrevistados. Às vezes ele já falou, mas aí você pode estender um pouquinho mais aquela pergunta que pode parecer redundante e de fato às vezes até é. Quando e como você começou a se envolver com política cultural mais estritamente falando, e que passagens você destacaria da sua trajetória como agente da política cultural?**

E: Então, eu comecei dentro da (minha mãe é kardecista)... eu comecei fazendo teatro dentro do centro espírita e é assim que minha mãe também é formada como professora de faculdade e tudo mais e assim como ela recebia jornais e uma feita em noventa e nove tinham cursos de agente cultural que estava acontecendo no então centro comunitário no Instituto Psiquiátrico Pedro Segundo, então o Instituto Psiquiátrico Pedro Segundo, hoje o Instituto Psiquiátrico Nise da Silveira, e aí como acontece o centro do Rio havia um prédio das ONGs ali no Engenho de Dentro e várias ONGs aconteciam ali e tinha Rádio Revolução, que atualmente eu não sei como é que ela está, eu já estive após esses anos todos da Rádio Revolução que para mim foi emocionante mas eu notei porque é uma das poucas rádios comunitárias que tinha ficado de pé, o movimento da Rádio Comunitária, ali existia um programa de rádio que falava sobre cultura, a agenda era uma agenda cultural, fora os esportes de rádio que nós fazíamos ali do programa. Eu ali fui formado por... então eu tive acesso a animação de festa, teatro, dança, estudei teatro com Flávia Lopes, atualmente professora da Unirio, Denise Guerra me ensinou um pouco de atividades motoras, psicomotoras e brincadeiras, jogos brincantes, Denise Guerra que é também uma grande estudiosa da parte de assuntos afro-brasileiros dentro da área da educação, professora de Queimados e da rede pública do Rio, ótima dançarina de dança de salão também. Então Sônia Rosa estava conversando, era contadora de história; é triste falar sobre essas coisas, na verdade são vinte anos - já então a Sônia Rosa era conhecida como contadora de história ainda não tinha publicado tantos livros como publicou antes e ela [me perdoe eu estar um pouco afônico porque enfim a gripe, uma gripezinha está querendo pegar mas eu tomei vacina], então eu convivi com uma data de professores e pessoas - que é a época que eu estou falando - há vinte anos atrás, ainda era Fernando Henrique Cardoso, era começo das discussões sobre ONGs, já vi a política das cotas

que aconteceu no Rio de Janeiro, um detalhe que eu acho que é importante era que ali era o Fórum de Arte e Cultura do Rio e essa ONG que estava num espaço ocioso no município do Rio, então ali houve a oportunidade de estudar, eu fiz visita ao teatro municipal, fiz apresentações pra rede SESC, enfim, eu fiz muita coisa ainda estudando, esse estudo era de segunda a sexta durante seis meses. Nós recebemos uma bolsa e foi importante nesse processo já desse início. Quer dizer, eu não fui... apesar de eu querer muito estar dentro do meio comercial, eu já fui introduzido dentro da discussão político-cultural, nos quer dizer de olhar um espaço que não era convencional e que estava ocioso ou já estava uma nova discussão sobre aquele espaço naquela época e aprendendo cultura com os fazedores de cultura, não com as instituições estabelecidas, comerciais educacionais. Por isso eu estou falando... você não falava de surto, a gente nem chamava de bipolar na época, você não falava de surto, não falava de ansiedade na minha vida, ainda era tudo muito escondido ninguém conhecia Nise da Silveira naquela época. Eu não tive oportunidade de conhecer ela pessoalmente, conheci seus discípulos. Ela faleceu no final do ano quando me formei, mas eu estive na Casa das Palmeiras, que era a última instituição que ela tinha tido atividades, o Instituto saía da mão do Governo Federal para entrar para o município e hoje está como está. Então quando eu perpasso ou penso sobre militância da atividade cultural eu tenho isso. Os últimos cinco anos de atividade aí. Lá naquela época eu tinha estudado palhaçaria, mas como jovem, uma pessoa que fica no afã do teatro, do estudo do teatro, da beleza do teatro, da vontade do teatro e a gente não vai entendendo como funciona as regras dos jogos. Eu deixei a palhaçaria do lado e fui mexer com produção, um pouco mais de cinco, sete anos atrás, oito anos atrás eu volto a atuar no teatro e é assim que eu volto com palhaçaria e aí eu aprendi teatro de rua nesse espaço e então nesses últimos cinco anos a arte pública se torna, talvez, o meu meio de militância maior, de entender e discutir como

fazer, como se encontrar dentro do transporte público. Agora o mestre Milton Nascimento está encerrando a sua carreira de shows, mas eu fui seguir a máxima dele que diz que “todo artista tem que ir aonde o povo está”, entendendo uma nova economia, entendendo uma nova forma de mexer, de sair desse eixo distanciado e se colocar. Estou aqui de frente pro público e porque não o público, o povo não pode ter acesso a arte e o que é mais tocante e importante dizer: que nesses cinco anos de carreira que eu sempre estive nas praças, nas ruas e nos trens muito poucas vezes eu encho a mão de ver retaliação sobre a minha arte. O respeito de eu fazer, o respeito do público do que eu estava ali fazendo a minha ação cultural aquilo que eu propus de vida era sempre muito grande a coisa... é claro que na troca da moeda que você está falando do chapéu que é a fonte de renda - a época econômica nem sempre ele era farto mas o respeito ao trabalho, a atenção do público foi diminuído com esse governo que está aí atual, péssimo, que não discute, que não é... não nos representa, mas o respeito do público sempre foi muito forte.

**P1: Olha que bacana. Bom, como você avalia as limitações e as potencialidades da participação da sociedade civil e também [você acabou falando um pouquinho sobre isso agora, mas por isso que eu falei que parece ser um pouco redundante; você pode esticar se quiser] e também numa perspectiva fora da gestão pública.**

E: Então não tem quem possa me convencer, ninguém vai me convencer de que o povo não gosta de cultura (e gosta pra além da pandemia), que não gosta de arte, que não gosta de ter acesso à cultura, que não gosta de ter acesso à arte; é o jogo maquiavélico de poder de subjugação não oferecer arte pras pessoas, mais maquiavélico por exemplo uma pessoa como eu morador da Baixada Fluminense fazer três horas para

chegar na Zona Sul para poder trabalhar, servir, servir seis horas pra voltar, três horas em casa. E não oferecer o mínimo de conforto. Já não oferece conforto no transporte público, que dirá cultura para essas pessoas e essas pessoas não podem ter o direito mais humanitário ao preço que se paga, quer dizer uma passagem está quase custando dez reais é o cúmulo do absurdo isso, isso eu falo só por conta do transporte público que foi o meio a que eu mais tive acesso. Quanto tempo mais vai precisar demorar? Eu também faço parte de uma instituição que nós fazemos visita hospitalar e as pessoas sabem do potencial, mas ajudam muito pouco o nosso trabalho dos hospitais, as pessoas... é agonizante as pessoas estarem na condição que elas estão. Os médicos, os trabalhadores da saúde que ficaram aí durante a pandemia toda expostos e elas não terem direito num ambiente de alegria, de poder se divertir, imagina o transporte público, tem tanta gente doente ou mais doente até dentro do transporte público que não se percebe... A gente teve aí nesse processo todo as questões mentais e o que a gente visualiza é a pouca oferta ou interesse dos níveis escalonados do governo. Você entra dentro dos municípios... provavelmente aqui da Baixada Fluminense pouquíssimo ou nenhum pós a Lei Aldir Blanc fez uma ação própria, de apoio; e a verba que veio da CEDAE? Não caiu pra cultura? Não houve discussão sobre alimentação desses artistas. Abrirem os espaços, fortalecerem ações de vídeo, pouquíssimo, quase nada. Eu acho sempre o cúmulo do absurdo e aí você fica vendo pessoas de um talento imenso deixarem de fazer aquilo que escolheram, de que sabem fazer para ir para uma coisa que de repente não vão dar aquilo o mesmo trabalho porque desumaniza. É lembrar um pouco daquela cena dos Tempos Modernos do Chaplin. Fica tudo muito cinza, então eu acho que para além da discussão de um secretário de querer que a Lei Aldir Blanc... querer mostrar trabalho volte que a Lei Paulo Gustavo derrube, elas possam ser executadas devia se pensar das verbas próprias que eles têm para poder auxiliar os artistas

porque muita gente não teve o retorno, não que as casas de festa não estejam funcionando, o teatro não esteja funcionando. Às vezes até pior porque os artistas, por exemplo, que são da Baixada, os artistas do Rio também estão desesperados, saem do Rio e vão pra Baixada e os artistas da Baixada não podem trabalhar na Baixada e nessa circunstância: nos dedos os equipamentos culturais. Por exemplo, eu que moro em Belford Roxo, no domingo acaba o funcionamento do trem muito cedo, quer dizer o trem, a Super Via me diz que eu tenho direito de trabalhar que nem escravo mas eu não tenho direito a lazer na Capital num domingo, é o que ela fala, já está dizendo que eu não posso chegar direito ao meu trabalho porque está... é difícil acesso, superlota o metrô, os atrasos do horário do trem são muito grandes, então ela só fala... como é que falava meu Deus do céu? Como é que era aquela coisa? O Apartheid Cultural da Baixada Fluminense com a Capital, não nos oferecem teatros e equipamentos e não nos oferecem, nos permitem estar no meio, dentro do Rio de Janeiro. É absurdo.

**P1: Perfeito. Ana Lúcia eu vou chamar pro bloco dois. Queridona abre o seu som e abre a sua imagem e agora eu é que vou fechar o meu som e a minha imagem.**

**P2: É, Wildson só explicando a gente pactua nessas entrevistas de desligar as câmeras. Nós estamos evidentemente acompanhando. Primeiro para deixar o entrevistado/entrevistada mais à vontade. Não ficar tanta gente ali e segundo para facilitar a conexão. Eu quero também agradecer muito por você ter concordado em conceder essa entrevista ao projeto Apoena - como disse o professor Luiz Augusto que é o nosso coordenador, Marcelo Correia, toda a nossa equipe, tem mais outros professores e a gente está exatamente focado em entender**

**os impactos da Lei Aldir Blanc no estado do Rio de Janeiro. Aonde houve avanço, aonde houve, enfim, problemas, questões, gargalos pra gente até poder consertar no futuro nas próximas leis e políticas. A gente vai pro bloco dois, vale ressaltar uma questão que você ao se apresentar, mas é importante ressaltar que o Wildson França é conselheiro de cultura. Eu acho que ele mesmo pode dizer melhor do que eu, mas é importante para essa entrevista; a gente está entrevistando diversos conselheiros, conselheiras, das diferentes regiões do estado do Rio e o Wildson como ele disse é de Belford Roxo, e representa a Baixada Fluminense no Conselho Estadual de Políticas Culturais do Estado do Rio de Janeiro. Então, nós vamos pro bloco dois Wildson, com foco na Lei Aldir Blanc. Como é que se deram as primeiras articulações no seu entendimento, as articulações, as primeiras no Rio de Janeiro, em sua região, na Baixada Fluminense que você já começou a falar um pouco e no seu município de Belford Roxo?**

E: Eu até então estava com muito receio e volto a essa situação. Quando fala-se do município, foram formados fóruns e eu reconheço e vejo dificuldade dos pares - ainda da Baixada Fluminense - entenderem que nós estamos numa região. Se eu fosse “fazer praça”, as treze praças ou as onze praças da Baixada Fluminense, estarei fazendo onze praças de municípios diferentes para me apresentar como palhaço na rua e será que teriam praças para que eu pudesse me apresentar? Então, apesar dos fóruns terem discussão, eu acabei visualizando no final do processo uma individualização regionalizada pelos municípios, porque eu não entendo... não acho que poderia ser esse o caminho, pelo contrário eu acho que a região poderia estar mais fortalecida para poder dizer e por ser mais fortalecida dizer o que que impacta e o que não quer para dentro dos seus municípios, o que faz com que ela

por exemplo ela hoje não tem teatro, então todas as pessoas, todos os grupos de teatro da Baixada Fluminense deveriam estar juntos impactando para que pudesse mostrar Belford Roxo, a necessidade de ter um teatro, não só os artistas de Belford Roxo, porque se uma região fala isso para um prefeito tem muito mais, ecoa muito mais a voz do que os artistas locais e que muita das vezes aconteceram isso, né? E teve que acontecer de nós artistas... estavam nos colocando dentro do município quando a gestão da atual secretária estava colocando a necessidade de ter o conselho, o conselho estava então desarticulado, nós então começamos a levantar um fórum para que os artistas pudessem se colocar. O que lhe demandou naquele ano a secretaria: não elegeu o conselho, o conselho só foi eleito ano passado e foram... antecede o processo do seu último ano dessa sua gestão do conselho, tem aproximadamente três anos. Veio a pandemia, né? E porque parece que haveria a distribuição, a redemocratização da questão dos fundos onde o estado liberaria o fundo estadual de cultura para os municípios receberem, coisa que não aconteceu por conta da Lei Aldir Blanc e da das outras leis, né? A gente não viu essa distribuição porque havia necessidade de ter o CPF cultural ativado, né? O sistema. CPF - Conselho, Plano, Fundo. E como está parado o conselho..., então eu junto com outros artistas, pensamos nesse fórum pra discussão... O que houve: várias retaliações da parte do governo de achar que a proposta desse fórum era substituir o conselho, várias ações de uma maquiavelice incrível, o período do processo por uma... não por um não-diálogo, não-diálogo, o período e o processo da dada efetivação da Lei Aldir Blanc em Belford Roxo, quando foi o primeiro... a primeira em 2020 que recebeu e que, se teve os editais que eram pro município eles eram tão... estavam tão mal inscritos e tão desarticulados que poucas pessoas conseguiram escrever em tempo hábil. Muitas ações em plena pandemia, o governo exigia que fosse presencial, então nós tivemos que bater e ir batendo de frente, levantando



discussões e ações para que eu pudesse... as coisas mudarem um pouco desse processo. Quando foi o conselho também, foi eleito e aí o conselho há uma ruptura porque chega ao final do ano e a gente não aceita. Eu fiz uma loucura, não sei né? Fiz aquilo que era de direito, nós tivemos então acesso ao empenho e esse empenho foi divulgado, primeiro empenho onde que foi divulgado todos os artistas que tinham sido contemplados e aí valores e coisas que não tinham, não estavam batendo com os dos editais, então esse edital é cancelado para que no ano seguinte foi o ano passado pudesse ser feito um novo edital de que a inscrição foi online, onde tiveram mais pessoas para terem acesso - eu acho que poderia ter tido mais, teria tido mais pessoas contempladas, porque o valor para pessoa física era muito alto e a gente não teve a atenção que devia com relação a isso. Eu estive em contato com a secretária estadual de cultura, nós levamos - porque o único município da região metropolitana que não tinha ainda pagos os artistas foi Belford Roxo e a verba ia voltar, então pactuando junto a secretária estadual de cultura nós conseguimos marcar uma reunião e o secretário então disse que iria realizar o pagamento da Lei Aldir Blanc, o que aconteceu há pouco tempo. Quando todos os municípios da Baixada Fluminense estavam já na segunda edição do pagamento, segunda parcela, segunda fase da Lei Aldir Blanc, Belford Roxo ainda estava na primeira e agora por seus atrasos Belford Roxo então está realizando os eventos, as contrapartidas, os seus trabalhos audiovisuais e montagens dos seus projetos que alguns já foram montados, já foram executados, outros ainda estão em fase de execução, mas eu realmente eu fiquei impactado e aí em quase todos os municípios eu... em nenhum município da Baixada Fluminense eu consegui hoje como conselheiro dialogar com o secretário de cultura sobre a realidade, sobre a situação, sobre a fase em que vivemos. Nenhum, nenhum secretário teve, me deu acesso, eu pude estar em uma reunião com os gestores de

cultura da Baixada Fluminense, creio que isso seja por conta de ser um homem negro e um homem de origem humilde, um homem pobre, por ser um artista público, né? Apesar da minha família ter sangue azul no samba, “eu não sou uma pessoa”, estou correndo atrás e alavancando a minha carreira e seguindo como todos os outros artistas aos trancos e barrancos. Estar conselheiro, você bem sabe, não nos oferta nenhuma vantagem de ordem financeira, pelo contrário muito mais nos reunindo mais do que na conta para poder fazer com que aquilo que a gente acredita aconteça. Mas eu realmente acredito que existe uma “cavernice” da parte governamental porque secretários que não são da pasta, que não conhecem o assunto; mas existem também fazedores de cultura que olham pro próprio umbigo e não enxergam a importância de poder estar num momento como esse distribuindo, fazendo com que chegasse no máximo possível essa verba para quem é de direito.

**P2: Ok, Wildson. A próxima questão é quanto as ações do legislativo estadual, legislativo municipal em torno da defesa dos trabalhadores da cultura, logo no início da pandemia. Como que você avalia esse papel do legislativo nesse período no início da pandemia com relação aos trabalhadores da cultura?**

E: Houve o ação emergencial do legislativo, isso foi um pacto, mas eu realmente não vi vereadores com preocupação a nível regional nem todos os deputados estaduais que pudessem ofertar uma ação que fosse de auxílio maior pros trabalhadores da cultura. Tudo bem que a Lei Aldir Blanc está se falando de três bilhões e se auxiliou e se fez muita ação nesse processo, mas eu não vi os vereadores em Belford Roxo executar qualquer tipo de lei que pudesse favorecer e nem ouvi falar dentro dos municípios qualquer outro valor que viesse da fonte

do próprio município voltado para isso. Por mais que houvessem cestas básicas e aí até contemplassem artistas, mas qualquer outro tipo de subsídio ou auxílio, ou abrir uma discussão com o SEBRAE para que pudesse qualquer normativa de organização, de processo para que pudesse se organizar aos meios, talvez até ampliar o momento em que o MEI diminuiu a sua possibilidade, né? Caíram alguns CNAEs no meio para cultura, e se fala no momento pandêmico emergencial devia se pensar no processo inverso de aumentar para que pudesse estar facilitando a ação da cultura que é preocupante, continua preocupante, né? Continua sendo preocupante, têm pessoas que não estão aí. Inclusive havia artistas que - eu vi por participar de grupos em plena pandemia - se apresentavam nos trens, né? Se apresentavam porque sabiam que a Lei Aldir Blanc não ia chegar a eles. Não sabem montar o projeto, não sabem prestar conta, dar um plano de execução, como ainda têm aqueles que estiveram na Lei Aldir Blanc e que não sabem fazer isso, entendeu? Como é que fica? Porque muita gente é artista, não é? Só a gente sabe o que que é fazer as duas, três coisas, né? Não quisser você... [sic] Ana Lúcia, mas é uma dor de cabeça, imagina essas pessoas que não tem acesso, né? Eu acho que a burocracia para poder chegar e fazer com que a coisa acontecesse é muito maior do que o o valor, né? O acesso ao valor.

**P2: Então como você descreveria o papel do Conselho Estadual de Políticas Culturais, e também do seu Conselho Municipal nesse processo? Que ações, articulações você destacaria, e dos fóruns regionais, locais temáticos, você meio que já começou a falar, mas tem essa questão dada que era importante, então caso você ainda queira falar sobre esse papel do conselho, tanto estadual quanto municipal e dos fóruns.**

E: A gente... eu acho que o a ação do comitê da Lei Paulo Gustavo que foi criado dentro do Conselho Estadual de Cultura; a ação de acompanhar a Lei Adir Blanc na verdade, os editais que o Estado ofereceu se estão chegando na conta, né? Estão chegando até a mão das pessoas é muito importante para poder acompanhar o que é necessário, os fóruns regionais foram muito importantes e é como eu acho que esgarça e tal né? Nenhum dos nossos antepassados criou uma cartilha para poder explicar o que aconteceria se tivéssemos uma pandemia. E mais, a gente tem necessidade de estar com... precisava repor ou renovar um pouco os conceitos dentro dos fóruns, ampliar essa ação de mais capacitação com os patrocinadores de cultura, de tirar dessa marginalização e explicar mesmo, com mais encontros, como essas pessoas podem se organizar para terem mais acesso porque elas fazem, elas acabam tendo que... muito músico, acaba tendo que ser produtor musical, porque a gente que sabe como é que funciona a música, e... Quem tem pouco acesso ao seu trabalho vai poder pagar um grande produtor musical? Então ele acaba produzindo musicalmente. Então, por que não também dividir a função de estar administrando o seu próprio negócio, seu próprio serviço, né? É claro que não é nada fácil, daqui a pouco eu estou indo para um curso de empreendedorismo, estudar isso novamente, mas é... eu acho fundamental, independente da ação da pandemia ter fóruns que discutam e pensem a Baixada Fluminense, pensem o estado do Rio de Janeiro como um todo, é de extrema importância este conceito, de saber, manter isso vivo, atento, é muito importante. Muito importante.

**P2: Ok. Eu vou juntar essas duas perguntas, depois passar pro Marcelo, ele tem algumas perguntinhas. Como é que se deram a... também você meio que tocou assim, mas como é que se deram as ações da Lei Aldir Blanc no seu município e se houve devolução de recursos e se houve, por que? Então: como é que se deram as ações da Lei**

## **Aldir Blanc em Belford Roxo e se houve devolução de recurso e por que?**

E: Não houve devolução de recurso, como eu disse anteriormente e aí claro sem deboche nem nada, mas vocês entenderam como é que vocês tinham falado sobre o processo das perguntas houve uma dificuldade do governo em acessar, em querer dialogar com os artistas porque há uma preocupação muito grande. Nós somos a ameaça da esquerda, ameaça comunista, ameaça vermelha, ameaça de seja lá o que for e que ameaça de verdade é quem ainda tem poder, né? Então às vezes é difícil a pessoa ter que aceitar que ela não está certa e é esse o problema muita das vezes orgulho próprio, então teve que se refazer, foi um trabalho muito grande, uma demora imensa, um ano para poder receber... quando todas as cidades já estavam no segundo processo você está ainda no primeiro... Mas conseguiu-se não ter retornos, nenhum centavo sobre o valor que foi dado, agora está no diálogo das execuções, das prestações de conta, das contrapartidas dos projetos que foram aprovados, mas pela produção artística cultural de Belford Roxo. Me lembro da área histórica que ela tem, eu acho que a gestão precisava estar passando por isso, eu acho que o governo não oferta uma mão de obra capacitada de entender como é que gere, como que tem gestão. É um espaço dentro da casa de cultura que é num teatro que está lá quebrado e que não há a mínima preocupação de reforma, talvez construam algum outro teatro sabe, isso dá ódio e eu só acho que é a mesma história da volta de Roque Santeiro né? Mexendo Dias Gomes aí, com todo respeito que o senhor esteja, talvez isso, né? Um teatro que volte, que já tinha o nome de alguém que não existia né? Belford Roxo tinha o nome de um teatro que não existia, de alguém que nunca existiu e agora então para piorar eles então fecham o teatro e não se preocupam em dialogar, não sei como é que está essa questão da verba que era, que foi destinada à

cultura ligada à CEDAE [à privatização da CEDAE – Companhia Estadual de Água e Esgoto do RJ] e não há preocupação se a Lei Aldir Blanc; que está tudo bem acontecer se não tiver Lei Aldir Blanc, está tudo bem acontecer estão executando projetos aí talvez de ordem para eleição política, né? Enfim, eu acho de tremenda frieza e desrespeitar a quem faz cultura e tem gente aí com cinquenta anos de carreira, quarenta, mais de quarenta anos de carreira que não é respeitado, pessoas que já tocaram com artistas consagrados que decidiram morar em Belford Roxo e a cidade não dá uma devolutiva nem o direito desse artista que “eu quero me apresentar no Teatro Municipal mas eu quero me apresentar em Belford Roxo”, que faz com que eu não possa representar em Belford Roxo. Por que que eu não posso me apresentar no João Caetano, não me apresentar numa praça? De rua tem no Belford Roxo...

**P2: É grave! Eu vou passar pro Marcelo Corrêa, nosso bate bola aqui. Tem mais duas rodadas aí, não se preocupe, tem com o Marcelo, depois volta pra mim e a gente encerra; eu vou fechar a câmera então para não atrapalhar e focar aqui.**

E: Vamos lá.

**P1: Bom, vamos lá. Como você avalia os processos participativos? Discussão, implementação, efetivação das ações resultantes da LAB do estado e no município. Quer dizer, isso pode ser no município, depois no estado, como você avalia?**

E: É o que eu disse: não foi participativo. E aí chegam pensando... chega um momento que você esgarça porque, você imagina, mais da metade de um público de artistas que

ficam discutindo para poder ficar defendendo o governo a custa de que? Que não está preocupado com você, não está preocupado com nada, a balança de um salário e uma segurança? Não sei e fui aperrear mesmo, fui pra rua, me vesti de palhaço e levantei placa, bandeira... num outro momento eu saí numa matéria que até saiu na Globo: fiz com a boca fechada porque eu não podia falar né? E apesar do respeito me causou inimizade, ser mal visto dentro de uma cidade, mas é o preço que você paga por aquilo que você acredita, né? E é o preço que você paga por aquilo que você acredita, então eu preferi pagar esse preço por aquilo que eu acredito, eu achei que o processo do fazer da LAB no estado, da execução dos editais e aí eu falei... e quando eu olho pro PROAC em São Paulo e olho pros editais do Estado do Rio de Janeiro eu fico espantado: como que em pleno século 21 com a história do Rio de Janeiro, artística, cultural, você não tem um edital para arte LGBTQIA+, você não tem o edital antirracista, de arte antirracista. Você precisa olhar para o município da Capital que atenda essa demanda toda e o estado não consegue atender uma demanda como essa, existe uma lei que fala sobre arte, a questão dos negros e não tem nenhuma questão que for falar sobre cota durante todos os editais, não tem uma questão de arte afro-brasileira com toda a produção histórica afro-brasileira no estado do Rio de Janeiro, sancionados agora há pouco tempo, mas quando você fala dos editais que foram da LAB, você não tem isso, era “se vira aí, oh, está aqui, se vira”, “para você o que você faz”. Teve arte para circo dentro dos pontos de cultura, mas não tem com os artistas circenses, para as trupes, para os grupos, se vir um artista de rua, não tem para arte pública, para artista de rua; tem para músico vamos ter para quem faz malabarista do sinal, o dançarino, eu... aí eu estou falando da dúvida, ou o estado não tem pessoas que apalidades [sic] dentro do edital; começar isso mas como é que eles dão as costas para esses grupos minoritários? “Minorizante” minoria estão minoritários dentro de uma maioria

e é... eu acho que deveria ter sido pensado isso, o período da inscrição foi aterrorizante da Lei Aldir Blanc, aterrorizante, período muito curto, outra prestação de contas, período da execução... por conta do que foi do nível federal, mas foi para executar... foi aterrorizante, industrial de fábrica, né?! Para quem estava desde o primeiro processo... Por mais que o Paulo Freire diga que é no caminho... o caminho se faz caminhando, mas essa caminhada foi quase uma corrida de São Silvestre, qualquer coisa do tipo e foi difícil de você conseguir acompanhar o passo e chegar lá e saber que teve aproximadamente seiscentas pessoas ou seiscentos projetos que não conseguiram ser atendidos dentro do estado...

**P1: Entendi. Bom, já que você falou de caminhos, aí eu vou já emendar outra pergunta aqui. que caminhos, né? E o antecedente poderiam representar eh processos de aprendizagem da sociedade civil no campo das políticas culturais e das experiências participativas que as antecederam.**

E: Pois é, poderia se ter... os fóruns poderiam ter criado conferências, os conselhos, poderiam ter criado conferências pra poder dizer dentro de nível estado como queriam que pudessem ser oferecer os editais e uma coisa que não foi perguntado, foi executado e eu gosto do Cultura Presente nas redes, mas é como eu falei, eu vi muita lacuna, eu sou uma pessoa e eu sou organizado porque eu sou geminiano, impossível. Mas eu convivo com muita gente organizada, então trabalho com muita gente organizada, se não fosse isso não sei se teria as tarefa. Teria conseguido ter sido contemplado eh eu acho que sim tem que ter espaços e núcleos de estudos de produção cultural do que está acontecendo de novas tecnologias novos novas possibilidades né? eu lembro de ouvir falar da do dos pontos de cultura terem tido acessos a

materiais reciclados de computadores, novas tecnologias que eles recebiam kit multimídia utilização de materiais que não eram os convencionais, mas que possíveis para a utilização, aquilo que eles faziam, né? Eu acho que o IVST é a capacitação pra isso, né? Vamos criar um release, material de divulgação, de marketing digital pros artistas, como como se vender nesse momento ee aí você não tem eh eh não tem esse escoamento, né? Fica tudo preso a capital porque eu fico sempre muito preocupado com isso, não ver que há o escoamento daquilo que você está produzindo, né? Não sei se eu cheguei a responder tudo aquilo que você deseja se eu estou falando de forma concreta, mas.

**P1: Não, sim, sim. Você é está costurando com o que você já havia dito nas outras anteriores por isso que eu falei olha pode se estender aí no raciocínio pra complementar**

E: Eu acho que há essa necessidade agora quando é uma necessidade de dialogo mesmo né? Fazer com que o artista possa também ter acesso a sua aos seus aos seus clientes locais, hein? Vamos dialogar com o comércio, com a indústria local, vamos criar pontes pra que a indústria local possa tá querendo dialogar com quem produz, com quem faz, né? Eu faço pouco, tô fazendo pouco na baixada porque a Baixada num num tem espaço, então eu to fazendo na capital quase todo material de divulgação que você ou fala daquilo que eu faço eu falo aonde que eu moro né? E que eu sou artista da Baixada Fluminense, não tem um histórico muito forte de teatro e eu me coloco como um palhaço como artista de teatro da cena exatamente pra qualquer outra pessoa que possa falar assim eh não é fácil, mas tem quem faz.

**P1: Beleza. Bom, a gente já tá partindo pro final, essa é minha última pergunta, minha última participação, depois a**

**despedida evidente eh é redundante, mas participou dos debates virtuais, né? Sobre a LAB no Estado e no município? E se sim, qual avaliação sobre eh os processos das lives e webconferências?**

E: Pois é, eu achei isso tão tão difícil de acessar, a gente sabia, ouviu falar, mas teve tão tão pouco acesso às conferências, agora a procura por avaliação é um pouco maior, mas a conferência da execução, da implementação da lei Aldir Blanc, de como que isso estava chegando, né acho que tínhamos que pesquisar por conta própria qual era o valor de cada município, quanto que poderia chegar se estava se é verba ainda tinha porque tinha pessoas que achavam que era o governo poderia ter municipal poderia ter acesso a verba se não fosse por o processo que foi éé houve muita dúvida entre os fazedores de cultura sobre isso e como eu falei também pouca contribuição pra que talvez o que foi esse o que pudesse ser proposto pudesse ser de um novo caminho de uma nova possibilidade né. Eu eu senti falta ausência de de escalar, de poder fortalecer isso, sabe? De como classe mesmo olha nós estamos pensando dessa forma teremos a deixar isso como uma um apontamento uma uma possibilidade que acreditamos que isso pode ajudar no nosso fazer, talvez por ter sido emergencial tenha sido pra mim pouco participativo, né? Inegável necessidade inegável a necessidade nesses momentos. Mas eu achei pouco participativo aquilo que ela propôs talvez por sua emergencialidade, entendeu? As pessoas já estavam estudando como é como ela é funcionar, como ela acaba sendo proposta, mas não não estou conseguindo lançar propostas pra poder ajudar nessa implementação.

**P1: Entendi. Aninha.**

**P2: Oi querido. Quer ver? Desliguei, fui a pé, fui ligar no no som eentão, nós tamo chegando ao final, como disse o Marcelo, eh o Wildson tem questões evidentemente como ele disse que você já respondeu, mas tão aqui na nossa listinha, tá? E que processos formativos de aprendizado, de formação, você poderia elencar sobre a execução da lei Aldir Blanc tanto em relação aos trabalhadores e artistas quanto em relação aos gestores governamentais, como é que você avalia tais ações?**

E: Eu vou dar exemplo do da última vez que nos encontramos pessoalmente. Vou falar, vou lançar a mesma proposta que vocês devem se lembrar daquilo que eu falei na nosso último encontro, uma coisa que é simples e de fácil acesso tutorial, mas o tutorial eh exemplificado pra que a pessoa pudesse entender de forma exemplificada como ela vai poder fazer com que as coisas aconteçam. Porque como ela bateu o projeto, olha, você vai bater o projeto assim, assim, assim, assado, cê vai fazer assim assim assado. Olha, do que que é justificativa? Enquanto as vezes que ensinam o projeto, as pessoas às vezes nem falam já exemplificam o que que tem que ser colocado, mas não explica como não dá explicação do que que aquilo é. Então como é que você começa a prestação de contas já na execução? Já que você não tenha que ter dor de cabeça na hora da prestação de contas na no recolhimento das notas fiscais, quais são as notas fiscais, o que foi feito ao longo de cada processo, então isso que é o fundamental, as pessoas não não não deram muito isso eu acho que que o que foi ofertado foi muito pouco houve muito vídeo videoaula de de olhar geral generalizado mas talvez que que poderia ser? Daria trabalho, claro. Eh pra cada linha de projeto, linha de ação de um projeto, né? Existe um processo de um tutorial diferente. Como é que faria pra preencher isso tudo o edital? Como prestar conta? Em que período? Canais de comunicação são muito difíceis do estado, há pessoas que ainda falam por

telefone porque nem tudo se resolve por email né? Eu acho que poderia se ter telefone sim com pessoas que pudessem estar à disposição por telefone em casos e problemas. Vídeo conferência como está se fazendo agora e puder ser agendado personalizado para atender a demanda do artista, do produtor cultural, eu acho que são caminhos. O que não foram pensados durante esse processo.

**P2: Ok, eh eu acho que eu vou juntar as duas questões estamos chegando ao final mesmo. Como é que você avalia o formato final da lei Aldir Blanc e considerando a execução e prestação de contas se pensaria em modificações no formato final, quais? Você meio que já colocou aqui, mas né? Se você quiser ainda acrescentar alguma coisa sobre esse formato final, a execução e prestação de contas, enfim, alguma modificação.**

E: Eu sei que é uma necessidade de uma burocracia, mas nem todo mundo conhece as leis, né? Então ainda mais um artista, você imagina prestar conta, não tô dizendo que num seja ruim, mas tem um caminho no meio nessa história toda gente, pelo amor de Deus e o caminho do meio, né? Não é que ninguém quer roubar ninguém não, tem um caminho do meio e que é possível o caminho do meio, volto a dizer aí também tem os melindrosos da história, uma quer se acabar com a não, quer que ela continue, ela pode e deve ser melhorada. Leis de incentivo de âmbito federal, municipal, estadual, devem ser melhoradas que passam por isso. Por que que não pode passar pra cultura? Né? Agora eheh é preciso pensar sobre isso, é preciso repensar, porque nem todo mundo uma um artesão que faz um material que é muito personalizado que a prefeitura dele própria não sabe prestar conta, tem gente que não tem acesso aos meios de redes sociais, WhatsApp, Facebook direito, vejo com muita idade como é que ela presta

a conta? É muito complicado, há muita eu acho que é muita burocracia para eh o o final da história do processo, final do processo. Irei se pensar sobre isso, chegar a ponta na base e como se fortalece essa base. Equipes que possa estar ajudando a acompanhar o processo. Não sei, não sei.

**P2: Muito bom. Muito bom. Eh final mesmo como que a lei de Blanc auxiliou ou não a gestão pública posterior no seu e como que você avalia o papel do legislativo municipal no enfrentamento das políticas culturais. Eu acho que a gente pode aí é a pergunta final eu juntei, né? Que você já aqui e ali você falou disso,mas como são perguntas finais eu já juntei as duas, como que a lei Aldir Blanc auxiliou ou não a gestão pública posterior no município, né? Mas como você disse ela ainda está em execução, né? E como que você avalia o papel do legislativo municipal no enfrentamento das políticas culturais? O que que você vê então de possíveis mudanças, de auxílio, de do que que ficou aí de legado ou não.**

E: Belford Roxo... nunca na estrada de Belford Roxo teve uma discussão sobre cultura como teve com a Lei Aldir Blanc. É preciso ter o caos para poder chegar a uma nova ordem e a Lei Aldir Blanc foi a pandemia, foi a chegada dessa da bomba. Em trinta anos de uma cidade emancipada. Então é como eu estou dizendo, não é acabar com o mundo, né? É fortalecê-la para que ela possa ser mais executada, e isso exige que tenha realmente um corpo de trabalho público que possa pensar sobre esse assunto. Eu acho que o município não vai abrir essa discussão como tem essa dificuldade para discutir, mas eu não teria tido esse acesso e foi necessário, que é necessário... dignificou o artista, sem sombra de dúvida houve dignidade com a Lei Aldir Blanc, eu não conseguiria, nunca eu falei uma coisa que acabou acontecendo um pouco depois...

não imaginava que aconteceria mas aconteceu, eu não... eu teria muita dificuldade pela lei normal, a lei Rouanet, de montar o contra Benjamin de Oliveira, e talvez encontrar uma empresa que patrocinasse. Por um acaso, ano passado a gente teve diálogo, esse ano com o Itaú que patrocinou por ter ocupado, ter sido a primeira ocupação Benjamin de Oliveira. Sorte é uma coisa que acontece, né? Dizem que a sorte ela é dançarina que ela anda com um chumaço de cabelo assim bem na ponta da cabeça se você não segurar, ela sai dançando, se você não agarrar o cabelo... muito aconteceu por ter essa sorte, mas eu sei que isso não, isso não é o normal quando se fala de uma figura como o Benjamin de Oliveira que ainda muitas pessoas não conhecem e um artista da Baixada Fluminense como eu, né? E mais, eu não teria conseguido se não fosse a Lei Aldir Blanc. Eu acho que a Lei Aldir Blanc ela é o divisor de águas dentro da minha história de ter montado o espetáculo que eu queria e como sonhava, eu falava para alguém que eu achei que era necessário falar e que é necessário permanecer pós-pandemia, porque é a forma como os artistas de ordem municipal podem continuar fazendo seus fazeres sem sofrer os arroubos dos governos municipais que são obrigados a executar, se não o dinheiro volta, né? Então eu acho que é necessário pensar nisso: como é o FUNDEP, como são os fundos que existem pra saúde... É mais do que necessário isso.

**P2: Cara, muito obrigada. Acho que Luiz... Marcelo, passando a bola aqui de minha parte eu quero agradecer muito, muito rica sua fala. Tentei anotar o máximo aqui. E muito muito agradecida.. Gratidão total por você estar sempre com a gente aí ,na conferência popular da cidade participou também conosco então vou passar pros meus colegas aqui agradecendo mais uma vez.**

**P1: Olha em nome de todos que fazem parte do Apoena, foi uma satisfação tê-lo como entrevistado; é um processo, ainda, de pesquisa, tem muita gente, a gente já entrevistou muita gente e a cada participação - pelo menos da minha parte - eu me encanto mais ainda em estar podendo participar desse projeto. É gratidão, muita gratidão, obrigado.**

**P2: Bom, só uma coisa antes de passar pro Luiz, Wildson, que a gente já botou no conselho que é, mas o Luiz Augusto vai falar melhor do que eu, sobre os formulários que vocês acham que já preencheram, mas quanto mais colocar na região aqueles formulários pros trabalhadores e gestores da cultura será fundamental para nós que eles preencham, assim como a gente ouviu sua fala ouviremos mais falas, mais trabalhadores e trabalhadoras da cultura sobre se fazer cultural e a experiência de viver a Lei Aldir Blanc em sua região, seu município.**

**P3: Wildson quero reforçar o que a Ana acabou de dizer, e é importante porque são dois formulários, um pros trabalhadores e artistas contemplados ou não contemplados, a gente quer conseguir estar ouvindo os dois lados, os diferentes lados; e o formulário para gestoras e gestores, não é só o secretário de cultura não, é o pessoal envolvido na gestão. Às vezes eles têm mais a falar do que o próprio secretário, então ele não está mais na gestão mas estava na época de implantação da LAB, então é importante fazer circular esses formulários não só em Belford, você tem essa entrada na Baixada então ajuda a gente a divulgar e buscar as pessoas para preencherem de fato, que é uma maneira da gente fortalecer as políticas públicas. Ouvindo, ouvindo as distorções pra gente depois chegar e dizer: “olha aqui, é isso o que as pessoas de fato**

**acham e querem.” Então é importante já que é um bom espaço esse da universidade nesse sentido, é muito bom porque é um espaço neutro. Não é apologia de um governo A, B ou C. É ouvir a população e auxiliar na formulação de políticas públicas que sejam públicas de fato ou seja para todos. Então qualquer força no sentido de divulgar os formulários é super bem-vinda, tá? E rapaz, poxa, muito obrigado. A gente ouvir mais um pedacinho dessas histórias sobre a LAB é tudo que a gente quer, tá? Obrigado, de coração, gratidão.**

**E: Eu que agradeço. Fico muito feliz.**





Universidade Federal Fluminense - UFF  
Laboratório de Ações Culturais - LABAC  
APOENA – Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações  
Culturais – foco RJ  
[pesquisa.apoena@gmail.com](mailto:pesquisa.apoena@gmail.com) – <https://apoenaredecultural.wordpress.com>

Projeto APOENA  
Entrevistado (E): **Arethusa Doria**  
Data: 14/04/2022

Pesquisador entrevistador (P):  
P1: Marcelo Correia  
P2: Ana Lúcia Pardo  
P3: Luiz Augusto Rodrigues

Ajuste da transcrição: Manuela Queiroz Beser - Data: 29/06/2022  
Conferência: Alexandre Barbalho - Data: 02/12/2022  
Ajuste final: Luiz Augusto Rodrigues – Data: 22/05/2023

**P2: Boa tarde Arethusa Doria, conselheira do Conselho Estadual de Política Cultural do Rio de Janeiro. A gente agradece muito você ter concordado estar aqui com a gente para conceder essa entrevista pro projeto Apoena. É um projeto de Rede de diagnóstico e avaliação de políticas culturais com foco no estado do Rio de Janeiro, pra gente avaliar os impactos da Lei Aldir Blanc no nosso estado, nos municípios, nas regiões. A gente já está há alguns meses debruçado sobre isso, esta equipe de pesquisa coordenada pelo professor Luiz Augusto Rodrigues, através do LABAC - Laboratório de Ações Culturais da UFF. Tem uma equipe de pesquisadores professores, além de Marcelo Correia, professor Luiz Augusto, de eu estar inserida, tem também a Lia Calabre, o Alexandre Barbalho,**

**o Steven Dutt-Ross, a Clarissa Semensato, a Deborah Lima e vários alunos orientandos, alunos bolsistas. Enfim, então, a gente tem feito vários boletins, artigos, infográficos e a gente já queria, Arethusa, muito... Acho que você viu que eu até divulguei no nosso Conselho Estadual de Política Cultural os formulários, a gente elaborou os formulários, um voltado para as trabalhadoras e para os trabalhadores da cultura e outro para os gestores. A gente já está com 144 dos trabalhadores preenchidos. Mas é justamente pra gente identificar se essas pessoas acessaram, como acessaram, se não acessaram, quais são as questões, como avaliam essa execução e tal. Então, o professor Luiz Augusto colocou aqui no chat, a gente queria pedir muito encarecidamente, se você puder também divulgar pra sua região, pros municípios, pros conselhos e fóruns que você transita muito, é muito articulada, é uma pessoa que tem uma representatividade muito grande, então isso vai ser muito importante, essa devolutiva pra gente avaliar e fazer as correções necessárias, claro, mais pra frente, dessa política. Eu vou passar pro Marcelo Correia, a gente vai fazer esse bate-bola das perguntas pra você e nosso professor coordenador aqui está com a gente como sempre, acompanhando e, enfim, vamos seguindo. Muito obrigado.**

E: Imagina. Eu te agradeço.

**P1: Arethusa, bem-vinda, obrigado pelo aceite do convite. Antes de mais nada, deixar claro que, com a sua permissão, a gente vai gravar, para que... pode ser que posteriormente a gente tenha que retirar ou venha retirar algum trecho desta entrevista pro projeto Apoena. Mas se, em algum momento, você quiser parar a gravação, tipo**

**“esse trecho eu não quero que fique registrado, vamos ficar em off”, se sinta extremamente à vontade para interromper e falar “olha nesse momento a gente para a gravação, porque fica em off” porque a gente só vai utilizar, dentro da sua autorização, a gravação. É muito em função do projeto Apoena, que às vezes a gente precisa transcrever algo que foi preponderante, importante, para que colabore com a pesquisa. Seja bem-vinda novamente. Esse negócio de fazer entrevista com gente que a gente gosta, que se sente, assim, acolhido, para mim é uma dificuldade danada porque sou sorriso o tempo inteiro... A gente divide em dois blocos o nosso questionário da nossa entrevista, o nosso roteiro. O primeiro bloco, uma trajetória pessoal muito rapidamente, depois o bloco dois que fala especificamente sobre a Lei Aldir Blanc. Então eu vou começar e aí a gente faz um *pas de deux* mesmo, eu e a Ana Lúcia. Eu faço quatro, ela faz quatro, faço quatro... Vou tentar ser o mais breve possível. Eu sei que você está aí em plena campanha e essa sua agenda vai ficar enlouquecida. Bom, a primeira pergunta é o seguinte, você vai dizer o seu nome completo, o lugar de nascimento, a formação sua e vinculação institucional.**

E: Eu me chamo Arethusa Doria, também sou conhecida como Yalaxé [...]. Sou uma criança de axé, eu fui iniciada com cinco anos de idade, lá se vão 33 anos de iniciada no candomblé. Sou filha carnal da Mãe Márcia de Oxum, que é descendente do axé Gantois, iniciada também aos nove anos pela lendária Mãe Menininha, nessa instituição/terreiro. É uma instituição diferenciada porque minha mãe especial é o ialorixá, é à frente do tempo onde ela vem há anos, por anos, tentando deixar um legado de exemplo pra sociedade, tentando desmistificar e desconstruir essa cultura de ódio que fica sobre nós de racismo religioso. Eu acho que não é nem intolerância mais, é racismo mesmo. E nessa instituição, a gente tem um carro chefe de

trabalho sociocultural que se chama “Matrizes que fazem”. E esse “Matrizes que fazem” é um projeto que foi patrocinado por quatro anos... eu não vou aqui dizer a instituição para não fugir da LAB. E a gente atendia nessa época 700 famílias direta ao termo da instituição. A gente teve “Matrizes que brincam”, “Matrizes do futuro”. Em “Matrizes do futuro” a gente desenvolveu um trabalho para atender trinta casas direto com o intuito de colaborar com essas outras tantas instituições/terreiros, para ensinar a eles o caminho, como eles devem se formalizar, suas distribuições, ensinar a eles a escreverem projeto, como acessar, como prestar conta. Então, até hoje, essas instituições têm uma placa lá no [inaudível]. Além disso, nós somos o primeiro terreiro... eu fui a primeira pessoa a ter um casamento com legitimidade civil no terreiro, onde a minha certidão de casamento vem escrita nela, realizada pela ialorixá Mãe Márcia de Oxum, pelo Terreiro e quando me divorciei foi todo trâmite normal. Nós somos pioneiro, nosso terreiro é pioneiro de grandes tantos outros projetos. Ela foi a primeira ialorixá a escrever pra internet, a primeira ialorixá que produziu um vídeo cultural desse cunho pro canal do YouTube, onde na época ela ficou uma semana em primeiro lugar dos vídeos mais visitado do canal do YouTube. E aí eu venho de todo esse legado, acompanhando. E quando jovem, comecei a botar a mão na massa e isso me contaminou. Ela foi conselheira municipal, estadual, nacional e desenvolveu tantos outros projetos e aí eu entro nessa jornada após o meu divórcio, e começo a aparecer mais nesse cenário, minha mãe já com mais idade física, não que ela não continue ativa, mas hoje bem menos, e eu tento dar, honrar, todo esse compromisso que ela me ensinou a ter, essa empatia, esse sentimento até de reparação aos nossos ancestrais, de promover esse orgulho e tudo mais e eu me torno conselheira estadual com... Eu tinha já um sonho de realizar projetos que ela criou, que era mapear os terreiros, que isso é uma tentativa de vários governos e até o dia de hoje nunca ocorreu. Eles

mapeiam uma parte, uma parte mínima de terreno, porque é difícil acessar também, identificar os nossos povos. Eu tenho esse pertencimento porque, como disse, eu vivencio o terreno e aí surge a ideia de dar um olhar, como é que eu vou dizer, tecnológico, digamos assim. As tentativas sempre foram de mapear, de bater na porta, sempre partiu em sua maioria de instituições em conjunto com faculdades. E qual é a questão aí, nesse contexto, na minha opinião? A minha opinião é só minha opinião, não é a verdade única, é importante também que se diga isso. É que para você acessar esses povos, eu acredito que isso ocorra quando se fala de povos originários e dentre tantos outros povos, você tem que identificá-los, você tem que aprender que têm palavras que para nós são consideradas invasivas no nosso território. Então surgem grandes bloqueios para você ter determinados acessos. E aí, a partir disso, eu tinha um sonho de transformar esse sonho da minha mãe em realidade, mas de maneira tecnológica, que eu particularmente amo a tecnologia, e surge a ideia de criar o aplicativo IGBA. E esse aplicativo IGBA, porque eu falo não pra fazer propaganda, mas é para dizer que só foi possível graças à LAB. E aí isso é muito importante porque a LAB, para mim, ela não se trata especialmente de um fomento. Ela se trata de uma política pública, que para mim, particularmente, é para além de um simples fomento. A LAB, ela veio no meio desse caos nacional, desse massacre cultural, desse total desgoverno social, sociocultural, onde a gente tem um governo que acaba com o MinC, né?! E isso é importantíssimo, não dá pra falar da LAB sem trazer essa memória, porque a falta dessa memória é a falta do nosso povo e principalmente dos fazedores de culturas terem esse pertencimento é que nós estamos aonde estamos, é que muitas pessoas que recebem o benefício da cota dizem que tiveram acesso à faculdade por mérito deles, eles não entendem o que é política pública. E eles não têm culpa, a culpa é nossa que entendemos e não reproduzimos esse conhecimento. Então, o acesso tem que ampliar, a gente

precisa dialogar mais sobre a importância, a gente precisa literalmente, nem que seja desenhar para passar pros nossos o que é política pública. Porque a LAB para mim é política pública. Então, uma grande e necessária política pública no meio desse caos. Ela foi um canhão de luz, porque os fazedores de cultura num todo, não só os fazedores de cultura, porque o fazedor de cultura ele não é a empresa cultural. Também é outra coisa que é importante a gente dizer, porque os empresários culturais, eles precisam exclusivamente desse fomento para então eles produzirem a cultura, os fazedores de cultura com ou não fomento eles praticam. O fomento ele só ajuda, torna mais leve essa resistência porque é isso que a gente vive hoje. Hoje, um fazedor de cultura ele é resistente. Isso está na nossa genética. Pensando nesse contexto todo, o quê, o porquê da política pública, é um conjunto de pessoas que entendem o que é de fato o papel do político que é governar para o cidadão independente de sua etnia, de sua crença, de sua opção, de sua raça e ele une, eles resolvem valorizar o que é de melhor, eles largam suas diferenças e aí todo mundo ganha, que é o que eu acho que está faltando muito nesse país. Nesse momento não dá mais pra gente valorizar aquilo que nos separa. Nós, para salvar esse país desse desgoverno, nesse momento que a gente precisa valorizar o que nos une, né?! E o que nos une? É dar a volta por cima, é dar um basta no que está acontecendo nesse país e eu acho que isso aconteceu na LAB. E a LAB veio para além disso tudo, veio pra mostrar que é possível quando se há uma união, né?! As pessoas entendem uma única importância que era salvar vidas. Porque ela também não veio para deixar ninguém rico, ela veio para botar comida na mesa desses fazedores de cultura porque as pessoas vivem de arte. E a cultura, ela salva vidas, ela educa, ela dá proporção de vida para aqueles que muito descredita. Se você pega projetos sociais que são desenvolvidos dentro de comunidade, onde o poder público não acessa, não tem, não chega lá nessas

comunidades e esses projetos sociais eles tiveram acesso desse recurso da LAB, ele proporcionou para muitos jovens uma esperança de que esperar é possível sabe?!, que é possível chegar à maior idade, porque isso tudo a cultura promove, porque quando eu percebo... eu recebi um vídeo de uma criança que o policial, ele entra numa comunidade filmando e dizendo assim “olha a brincadeira do futuro marginal, olha os pivetinho aqui”, aí ele filma uma arma de madeira, uma mochila, um radinho de madeira, era tudo de madeira, uma representatividade de madeira, mas aí eu trago pra vocês o seguinte, como que pode numa única frase caber criança, brincadeira e bandido? Gente, isso é surreal, isso não existe, é óbvio. Toda criança, ela escolhe um super-herói, então isso quer dizer que naquela comunidade o super-herói, o único que foi apresentado pra ela, é o poder paralelo. Se tivesse um projeto sociocultural ali de um mestre de capoeira, um jongo, eu vou é dançar, dançar afro e tantas outras diversidades, vou aprender a costurar, tantos outros caminhos. Essa juventude precisa ter esperança de esperar... E isso está nas nossas mãos, essa escolha não é mais de um ou de outro, nós precisamos tomar pra si essa responsabilidade. Então, a LAB pra mim ela foi fundamental em vários aspectos na sua mais ampla atitude. Então ela traz isso, ela proporcionou grande política pública, porque esse aplicativo, ele gera essa política pública. E aí eu sou realizadora desse aplicativo, que depois eu vou explicar o porquê que ele gera política pública no segundo bloco aí que vocês falaram. E estou conselheira de políticas culturais, represento atualmente a [região] Leste Fluminense [no Conselho Estadual de Política Cultural do RJ], sou realizadora do primeiro etnoturismo em 3D de terreiro, também é importante. Bem legal, porque serve muito para aplicar principalmente nas faculdades, no colégio. Baseado na [Lei] 10.639, por exemplo, o professor ele pode acessar e desmistificar essa cultura de ódio, onde muitos acreditam que no terreiro vai ter lá um monte de diabo

flutuando. Ou quando você tem acesso a uma atitude, acesso a um espaço territorial físico de um terreiro, isso colabora muito para desconstruir esse olhar de imagem, até porque um terreiro de candomblé não cultua imagem, quem cultua imagem é um terreiro de umbanda, que são os nossos irmãos umbandista. Então isso colabora para o conhecimento, porque o conhecimento ele te livra da ignorância. E aí quando você vê um fazedor de cultura apoiando esse desgoverno o cara não sabe o que é uma política pública, ele não sabe que por esse governo ele morre de fome porque ele acha que cultura é coisa de gente que não tem o que fazer na vida. Ele não entende nada e um país sem cultura é um país sem história. Então, gente, eu falo demais se vocês... [risos]

**P1: É porque você já está respondendo muitas perguntas do outro bloco, viu? É normal, Arethusa, é normal. Todos os nossos entrevistados, eles... é por isso que a gente pontuou um pouco que vão ter perguntas que vão dialogar novamente com tudo que você falou. Embora possa parecer redundante, e às vezes é mesmo... É porque a gente segue um roteiro digamos que igual para todos os nossos entrevistados, sabe?! Não existe uma pergunta diferenciada, são todas as mesmas perguntas para todos vocês que estão no campo da nossa pesquisa empírica. Vamos lá, você participa ou participou de algum movimento político ou militância no campo cultural?**

E: Político não, estou agora nesse momento partidário pela primeira vez na vida, mas sempre produzi política, mas nunca fui partidária. Se for política, eu acho que viver é um ato político, eu acho que dialogar é um ato político, mas nunca fui partidário. É a primeira vez.

**P1: Quando e como você começou a se envolver com política cultural mais estritamente falando e que passagens você destacaria da sua trajetória como agente da política cultural?**

E: Eu acredito que foi agora nesse momento que ocupo esse lugar, que estou nesse lugar de conselheira, porque eu tenho na minha essência a mania, e aí eu aprendo com a minha mãe, de honrar a confiança que depositam em mim. Então, como eu fui eleita através de voto, e muitos foram por indicação, nem me conheciam na época diretamente, eu não podia fazer nada de diferente além do que eu fiz. Então, de fato, eu me dediquei no máximo possível, eu acessei pessoalmente toda a Leste Fluminense e, na verdade, eu também consegui colaborar muito com a minha meta pessoal. Qual é a minha meta pessoal? Defender toda e qualquer herança ancestral preta do país. Isso obviamente inclui os povos tradicionais de terreiro. Por que? Na LAB, eu recebi muitas ligações, muitas tristes ligações de grandes lideranças que eu conheço e me acompanham na rede social e ver toda essa movimentação e toda essa divulgação, que eles foram buscar acessar esse recurso nas secretarias locais municipais e esse recurso foi negado, porque o gestor ele é completamente despreparado do local onde ele está ocupando no momento e ele disse o seguinte: “o Estado é laico e não promove macumba”. Então, ele é completamente despreparado, ele não tem pertencimento, ele não entende de nada que ele está falando e isso prejudicou seriamente muito do meu povo a acessar esse recurso que tem o direito de acessar. Aí, a partir disso, dentro do Conselho, e aí a Ana sabe, a gente constrói uma carta e a gente pede para que todos os conselheiros... pena que essa carta só veio depois... distribua em todas as Secretarias com a finalidade de orientar, de colaborar, para ver se eles entendem de uma vez por todas que nós estamos garantido dentro da lei federal, nacional, e em vários âmbitos da lei que nós somos,

enquanto povos tradicionais, nós somos cultura e temos direito de estar ali, né?! E é muito engraçado que eu tenho evitado muito essa palavra de ocupar, porque quando você usa o termo ocupar parece que você está ocupando algo que algum grupo acha que você não deveria estar e eu não quero mais ocupar. Nós não queremos mais ocupar, nós queremos estar, estar porque está garantido dentro da legislação brasileira, dentro da instituição, dentro das leis. Então, eu tenho me policiado muito com esse termo, porque a gente não quer mais ocupar. Quando você fala “o Movimento Sem Terra ocupa tal terra” é porque alguém acha que ele não deve ocupar. Um grupo acha que ele está ocupando, que ele está tomando pra si, e nós não precisamos tomar pra si, nós temos direitos, né?! Então, a gente precisa estar nesses lugares e aí a colaboração que a gente também fez é construir essa carta com essa intenção, porque quando é uma Secretaria de Estado de Cultura ela tem a obrigatoriedade de ampliar e diversificar esse conhecimento e distribuir pros seus municípios. Então, essa foi a intenção da carta. E aí eu acho que com isso a gente conseguiu avançar bastante. A Ana também é testemunha de desde quando eu me assumi como conselheira, como eu vim batalhando todas as reuniões, construindo e desconstruindo também esse olhar que a própria secretária atual ela dizia “muita gente da sua religião foi contemplada” e eu pedi para que ela, por favor, repensasse aquele contexto porque ela não estava errada, foi isso que ela aprendeu, não é mesmo?! E aí eu disse pra ela “secretária, eu não peço um real de recurso pro meu pai Xangô, pra minha mãe Oxum. Eu não estou aqui falando de religião, eu estou falando de políticas públicas para povos tradicionais de terreiro, que é completamente diferente”. E aí a gente vem construindo, vem conversando, vem dizendo a importância e eu disse pra ela, “olha, hoje se tratando de Brasil...” e lógico, isso foi papo de mais de um ano de construção, não só pra secretária, mas para todos os outros conselheiros que têm essa dificuldade em entender o porquê

somos povos e o porquê, enquanto povos, temos direito de estar ocupando, né?! Porque os nossos irmãos povos originários também são povos, que são os indígenas. E aí, gente, vêm todas essas questões... toda hora eu tenho de negar aqui uma ligação, é um horror... mas enfim, a gente veio desconstruindo tudo isso até que surge esse primeiro edital, um edital inédito no estado do Rio de Janeiro que pra mim foi ótimo. Não foi o ideal, é importante que se diga, mas foi ótimo porque o importante na história, o difícil na história, é sempre acontecer a primeira vez, então isso já cria uma brecha suficiente para que se haja outras vezes e obviamente de maneira melhor e que se reproduza isso, que se torne um exemplo pros outros estados e obviamente para dentro dos municípios. E quando você pensa em política pública, se eu digo pra vocês que eu aprendi, que tem empatia, e cuidar das pessoas, eu sempre busco fazer a política pública que... Aí eu te respondo no estado, porque o estado ele reflete nos municípios e me dá a força que eu preciso e pros meus pares chegarem nos municípios e cobrar: “olha aqui, eu sou reconhecido no estado, quem é você que não vai me reconhecer?”. Então esse é o meu olhar, é sempre fazer o caminho que é mais difícil, que é abrir a porta para que os meus irmãos acessem esses lugares que é de direito, né? Que é importante que se saiba disso.

**P1: Vamos lá, já baseado nisso tudo que você já acabou de falar, como você avalia os limites e as potencialidades da participação da sociedade civil e numa perspectiva fora da gestão pública também.**

E: Você quer saber o que que eu acho da participação...

**P1: Isso, como você avalia... uma perspectiva fora de uma gestão pública, da participação realmente da sociedade civil dentro de um processo cultural, político-cultural.**

E: Sim, então, por exemplo, eu conheci muitas pessoas novas enquanto conselheira que estou nesse momento e pude ajudar muitos, principalmente com a questão de documentação que muitos estavam muito perdidos, com acesso. Eu cheguei ao ponto de ligar pra uma que tinha sido contemplada num projeto de 100 mil, era o último dia para mandar uma questão do banco, ela já estava dada como aquilo perdido, eu liguei, me fiz de advogada, consegui que ela liberasse o documento e ela foi contemplada. Isso pra mim não tem preço, né?! Porque é difícil, a pessoa está ali na porta e perder 100 mil não dá pra perder, 100 mil. O que eu acho é o seguinte, o que eu acho, não, o que eu vou afirmar, como eu disse, que a LAB, no meu ver, é uma grande política pública. Ela veio pra fazer história em nível de Brasil, não só em todo esse contexto já citado, mas porque ela permitiu, ela deu acesso a pessoas que nunca na vida acreditaram que havia possibilidade real de acessar recurso público. Eu desconheço historicamente, eu nunca ouvi, porque nós, povos tradicionais, a gente tem muita questão da oralidade. A gente escuta muitas coisas que os nossos mais velhos falam, e eu nunca vi nessa caminhada, eu crescendo com minha mãe e ouvindo os pares e tudo mais, um momento onde tanta gente acessou esse recurso, principalmente os meus. Eu nunca vi tantos irmãos meus, apesar de algumas Secretarias terem sim tomadas essas determinadas atitudes aqui citadas, mas eu nunca vi eles tão contemplados na possibilidade de que, assim, “olha, finalmente estão nos reconhecendo”, sabe?! Nesse sentido, em tantos outros aspectos, pessoas que muita das vezes foram vistas como, vista não, ela é colocada numa situação de minoria, né?! Porque é uma diferença entre você ser de fato uma minoria ou alguém te colocar naquela posição, não é mesmo?! As pessoas

falam muito de que nós, povos de terreiro, representamos 3%, que essas diversidades culturais representam a minoria, porém eles não são minoria, pelos simples fatos... Tem coisas que é matemática. Se a população, 56,10% da população, se declaram pretos e pretas é impossível ele ser a minoria, né? Isso é uma estratégia antiga política. É separar para enfraquecer, né?! Então eles vêm construindo isso diariamente, vendo eles separando, eles vão lá, reconhecem a baiana de acarajé, depois vai lá, reconhece a capoeira, o jongo e assim eles vão tratando a gente como a minoria, no entanto para ter a dificuldade de reconhecer que tudo veio da religião de matriz africana. Está garantido isso dentro do estatuto da igualdade racial. Inclusive eu fiz uma postagem essa semana falando sobre isso: “você sabe o que é matriz africana? É toda e qualquer cultura que vem da religião de matriz africana” e entrou uma pessoa lá que quase entende o porquê nós somos cultura e diz o seguinte “ah nem tudo é de axé”, não, na verdade todos vieram sim, existem culturas, as pessoas podem não ter essa prática pra si de religião, mas, por exemplo, o jongo ele tem toda uma ritualística religiosa, o afoxé ele tem toda uma ritualística religiosa, não significa que os componentes que acompanham, que ensaiam, são da religião de matriz africana, mas a gente não pode mais é permitir a “capoeira de Jesus”, não. A capoeira é do povo preto. Você pode e deve jogar capoeira, dançar capoeira. Beleza. Mas você não pode matar a história. Você não pode desconhecer que essa beleza que te conquistou vem de preta porque senão a gente cai no mesmo quadro de achar o seguinte “é de preto, não presta; e como eu posso me apaixonar pela capoeira?” Não, então tem que ser embranquiçada esse sistema, né? Então, isso é um sistema perverso. A gente não pode regredir, nós temos que avançar. Então, as pessoas precisam aceitar de uma vez por todas as origens dessa diversidade e o fato de você aceitar e entender não te torna pertencente à religião de matriz africana e está tudo bem, mas você não pode mais

negar suas origens, né?! E por que que eles gostam? Porque está na genética, está no nosso sangue. É difícil aceitar isso, mas essa é a realidade [risos].

**P1: Eu vou passar pro bloco número 2 que vai falar mais especificamente da Lei Blanc. Ana, é com você.**

**P2: Arethusa, antes de passar pro bloco 2 o professor Luiz Augusto, nosso coordenador, colocou ali no chat, que eu acho que é muito importante, se você puder nos passar o endereço do aplicativo. Ele tinha colocado anteriormente, só lembrando, porque é muito importante constar, a gente mencionar nessa entrevista, porque você mencionou a criação do aplicativo, acho que é muito importante...**

E: Eu só não tinha é falado antes porque eu não achei... não sabia se podia, por isso.

**P2: Não, só lembrando porque ele colocou aqui, eu acho que é muito importante...**

E: O aplicativo ele se chama IGBA, i g b a. Todas as pessoas que são iniciadas na religião de matriz africana, elas recebem, cada um iniciado, um recipiente que se chama IGBA. Esse recipiente, inclusive, ele é a própria logo desse aplicativo, ok?! E ali ele fica resguardado, o que a gente tem de mais valioso religiosamente pra nós que somos da religião de matriz africana. E por que IGBA? A palavra IGBA é uma palavra em lorubá e a tradução significa cabaça. Na Nigéria, em especial na Nigéria, que é onde ficam os cultos aos orixás, porque a África ela tem várias denominações, né?! Se tem o povo de [???-inaudível], se tem várias denominações, que é dessa maneira que a gente se identifica aqui no Brasil, como nações.

Você tem Queto, você tem Jê, você tem Angola, dentre tantas outras. Você tem Xambá, isso pelo Brasil, né?! Tem Nagô Egba, enfim, tantas outras, e a partir disso, como a minha mãe, como eu tinha dito, ela teve que viajar o Brasil todo para reconhecer e mapear toda essa diversidade, de todas as maneiras que cada uma dessas nações se identifica, isso me ajudou muito. Porque aí, dentro desse aplicativo, eu pude botar todas essas inúmeras nações que pertence espalhado no Brasil todo e o intuito da minha mãe era especificamente mapear os terreiros e eu ampliei, porque eu acredito que quando você... se a gente acha que... eu sou uma mulher socialmente branca, porém sou afrodescendente, certo?! O único racismo que sofro é por pertencer a uma religião de matriz africana. Então, assim como eu, tudo que você produz que é de preto, você sofre racismo. Porque é racismo, não é intolerância. Sabe por que é racismo? Porque se você for ver a história do próprio Jesus, do próprio Zeus, são deuses comprovados, contados por aqueles que os seguem que são Deuses, que são vaidosos aos olhos deles. São Deuses que possuem historicamente mulheres humanas, independente de conceitos, de princípios que a sociedade nos coloca supostamente do que é certo, do que é errado. Em que condições que Jesus vem à Terra, não é mesmo?! Ele é possuído, Deus vai lá, planta uma semente em uma mulher que era casada, virgem, comprometida, isso ninguém fala, né?! Mas essa é a realidade deles, e, no entanto, nos orixás não têm esses conceitos. O orixá, ele é muito próximo do humano. Em algum momento da história eles viveram no Aiyê, que a gente chama de Aiyê que é Terra. Então, tudo que a gente faz... no candomblé não existe pecado. O candomblé entende que nós somos, sim, feitos diferentes e que está tudo bem. E que a gente tem nossas particularidades. Imagina se todo mundo fosse igual? Se todo mundo fosse louro, azul, podia ser um saco. A gente tem que ter essa coisa é para crescer, para

ser desafiado, pra evoluir e é isso que eu aprendi na minha religião.

**P2: Qual é o endereço?**

E: Igba, IGBA.

**P2: Isso, IGBA, né?**

E: Isso, ele é gratuito. Ele está disponível nas duas plataformas iPhone e Android. Ele é português e inglês, que ele gera turismo. Ele tem toda essa parte de texto explicando o que é terreiro, o que é presente de lemanjá, o que é afoxé, então ele educa também. E ele tem toda uma dinâmica de você ficar divulgando e tem um mapa onde vocês conseguem acessar. Atualmente, a gente está com 5 mil pessoas se autodeclarando no estado do Rio de Janeiro como povos tradicionais e temos em média de 400 terreiros onde, todos os terreiros que ali estão, eles escrevem e dizem como ele se vê. Isso nunca foi colocado na história do Brasil antes, porque cada um de nós... você não pode falar por mim, eu é que tenho que dizer o que que eu pratico, como eu vejo a religião, então isso é maravilhoso. Cada um ali tem a liberdade de expressar como se vê. Como se enxerga nesse contexto. Qual é a sua nação. Quem é o fundador, quanto tempo, quem é o lalorixá que fundou aquele terreiro e quem é o Babalorixá ou a lalorixá que está no momento. O contato direto desses terreiros, o endereço direto. Eles podem botar ali as festas que eles reproduzem, as ações que eles reproduzem. Tudo isso é gratuito, né?! Então, isso vai dar visibilidade para todos eles. Imagine uma hora quantos desses terreiros são capazes de se autocadastrar? E aí, quando a gente gera dados, a gente sabe, aí vem a questão da política pública, e é por isso que eu falo que esse IGBA é



uma grande política pública porque tudo que acontece com a gente... a gente ainda é visto, quando pensa em fazer política pública pro nosso povo, a gente é visto como 3% da população porque é isso que o IBGE diz. Se a gente conseguir se autodeclarar no IGBA sem medo de perder vaga no emprego, sem medo de ser discriminado na escola, porque é isso que acontece também, porque é 3%, porque a pessoa se sente recuada, não vou dizer que eu sou candomecista porque eu posso perder meu emprego, então vocês nunca vão ter o dado real. Agora, quando é um aplicativo que não ameaça nada disso a essas pessoas, que isso aqui quem tem acesso somos nós, que não está ali exposto pra todo mundo ver, as pessoas podem se autodeclarar. A gente só aceita aqueles cadastros diante foto pra poder reduzir a possibilidade de *fake news* e quando a gente tiver lá 20 mil terreiros, 30 mil terreiros alcançados dentro do estado do Rio de Janeiro, aí a gente pede política pública. Aí a gente se tem dados...

**P2: Ok, seguindo pro bloco dois sobre a Lei Aldir Blanc. Como é que se deram as primeiras articulações no Rio de Janeiro, na sua região, no seu município, como que você avalia essas articulações?**

E: No meu município teve assim. Inicialmente, teve muito pouca articulação, a não ser eu e uma amiga, que eu também não sei se eu posso falar, mas é uma amiga que a gente começou a movimentar isso através do fórum de cultura e conscientizar. Em São Gonçalo, eu sou de São Gonçalo, eu não sei se eu falei, São Gonçalo é o segundo maior município do estado do Rio de Janeiro, ele tem muito pouco acesso a informações. Infelizmente, nós somos regidos por uma política que é - como é que eu vou dizer?! - de efeito de fumaça. Os políticos daqui nunca nos informam absolutamente de nada. Não é interessante trazer, acessar, que a população acesse

esses determinados benefícios, né?! Interessante que a gente continue ali, escondidinho, sem saber do que está acontecendo naquele mundo ali. E aí quando eu me torno conselheira, volto a dizer isso, tudo... que eu ando em tudo, o estado todo, eu não fico só em São Gonçalo, eu busco nos outros municípios para trazer essa informação para São Gonçalo. E aí a gente começa a reproduzir, começa a fazer um movimento forte dentro desse fórum que era a única coisa que era ativo. O Conselho estava sem força nenhuma e aí a gente começou a buscar vários diálogos, encontros *online* porque também estava em pandemia, tudo isso e todo mundo divulgando nas redes e a gente fazendo encontro e a gente convidando conselheiros, convidando outros amigos empoderado da causa. Eu fiz, só eu, fiz cinco cursos da LAB, cinco cursos da LAB, porque até o momento que ela foi criada, até o momento que ela de fato foi executada, ela teve algumas adaptações nessa transição, ela teve algumas modificações, digamos assim, atualizações, enfim, qualquer um desses percursos. Então, ficou algo muito confuso. Primeiro, quando eu assistia as *lives* da Jandira, da Bené, elas falavam uma questão, quando a gente conversava com o estado era uma outra questão, quando você ia pros municípios já era uma outra conversa. Então, aquilo me deixou um pouco confusa, eu falei “não, eu tenho que escutar a lei federal, porém eu tenho que entender o estado para cobrar que a minha religião nos municípios tente chegar o máximo possível próximo do que o estado está reproduzindo”. A Jandira, eu me lembro uma das *lives* que eu participei da Jandira que foi algo que me chamou atenção, que ela disse o seguinte “é emergencial, ela, a partir do momento que a lei existe, não que foi executada, mas que ela existe, você tinha o direito de botar nesse recurso, aquelas contas retroativas”, desde que seja... desde o mês que foi, suponhamos, “ah, a lei começou agora mas só foi executada daqui a quatro meses”, eu poderia incluir no inciso esses quatro meses de conta de luz gasto assim no espaço, digamos assim. Quando chegou aqui

em São Gonçalo, “não, é só aquele momento pra frente”. Aí chega o estado e diz “não!”, então, isso é muito importante. Porque eu cito isso? Porque isso atinge diretamente na prestação de conta. Então, isso é seríssimo. Porque aí na hora dos municípios prestarem conta da lei isso vai dar uma avalanche de erros imensa. Porque os municípios e o estado, eles ficaram pouco com essas particularidades que, sim, confunde, principalmente quando teve gente que acessou recurso no estado e no município. Então houve essa confusão que eu acho que isso é muito importante de se dizer. Outra coisa que também eu achei muito difícil e continuo achando é a obrigatoriedade de se abrir uma conta específica para acessar esse recurso, porque muitas pessoas passaram em todos os aspectos mas, no final... imagina você saber que você tem 100 mil, 50 mil, 10 mil, você não pode acessar esse recurso porque você não conseguiu cumprir a questão da conta bancária sendo que também não é culpa... eu mesma... aconteceu comigo, tá?! A gente passou no edital lá da instituição, do terreiro e eu fui lá, sem brincadeira, com cinquenta dias de antecedência para abrir a conta. A gerente lá do banco me disse assim: “quinze dias no máximo a gente abre a conta”. Cinquenta dias, ela disse quinze dias. Quando estavam faltando dois dias, a conta ainda não estava aberta, então não tinha desenrolado, você tinha que abrir a conta. Então isso é uma coisa que o estado, quando você pensa em lei federal, ele tem que botar isso bem fundamentado tirando essa obrigatoriedade, porque quando você garante isso no federal, nem o estado, nem o município pode mudar isso. Com isso foi muita gente prejudicada. Imagina, você sonha “oh, finalmente consegui” e, de repente, porque o banco não cumpriu o seu processo... aí quando a gente já tinha uma outra conta antiga, a gente conseguiu fazer com que o banco reativasse, aí a gente conseguiu salvar a gente, mas isso faltava assim tipo três horas para acabar o prazo, então isso é frustrante. E é humilhante também porque não é isso que tem impedir os nossos

companheiros, parceiros, a acessar esse recurso. Então, essa é a impressão que eu tenho assim do geral. E a importância também de garantir na federal... e aí, em um desses encontros que a Ana me convidou, eu também já disse isso referente a outra lei de que é muito importante até um meio de, na minha opinião tá?!, de reparo mesmo social, se baseando em todo esse racismo institucional estrutural que é comprovado com dados reais, que se garanta dentro do processo federal a obrigatoriedade de pelo menos promover política pública para esse público, para esse determinado público que sofre acesso declarado de pessoas que estão à frente, ocupando aquele determinado espaço, e ele é intolerante e ele é racista, ele é preconceituoso. Então, se isso está garantido na lei federal, você garante que ele, gostando ou não, ele é obrigado a promover a garantia X por cento daquele recurso de política pública pra esse povo, LGBTQI+, povos tradicionais de matriz africana. Quando eu falo povos, a gente está falando de terreiro, a gente está falando de índio, a gente está falando do contexto, afinal de contas são os donos do país. Você está vendo aí os índios aí sendo expulsos cada vez mais do próprio país deles. E aí isso tem que ficar amarrado na lei, na minha opinião. Que assim você obriga que, de fato, esse recurso seja uma grande política pública. Essas foram as minhas experiências de LAB.

**P2: Têm outras questões que você vai poder desenvolver, algumas que você já até tocou, mas que a gente vai seguir porque a gente vai aprofundando... A próxima é quanto às questões do Legislativo estadual e municipal em torno da defesa dos trabalhadores, trabalhadoras da cultura, logo no início da pandemia. Como que você avalia essas ações do Legislativo estadual e municipal?**

E: Eu acho que o estado [do Rio de Janeiro] apesar... não sei se a palavra é erro, porque não deixa de ser um erro, mas mesmo errando, tendo alguns erros na minha concepção, ele nunca parou de tentar, então eu prefiro que a pessoa erre tentando do que ela fique com medo de errar e não tente. Então, o estado ele teve alguns erros, erros até meio amadores, né?! A gente sabe disso, mas ele tentou levar essa informação ampla, a mais ampla possível. Eu parableno muito a secretária porque quando eu conheci a secretária ela tinha um discurso. Hoje, na minha opinião, ela evoluiu muito o olhar dela e o entendimento dela do que é a cultura. É fato que se começa a trabalhar com a reprodução desses editais, com esses recursos 60-40, onde você garante 40% pro município [Capital], 60% pro interior. E antes, lá em um dos primeiros encontros, porque eu ia em todos, que eu queria entender esse cenário político, era falar de noventa e dois municípios no estado do Rio de Janeiro, e aí eu trago dados do estado, se atingia quarenta municípios, né?! Então agora, por último, foram atendidos 91 municípios, isso pra mim é maravilhoso. Então eu acho que a gente tem que criticar o que a gente acha incorreto e trazer isso. É dado. Isso não é inverdade, isso é real. Então eu acho que o estado errou, mas nunca parou. Então, eu prefiro realmente que a pessoa insista em proporcionar acesso. Os municípios, eu acho que eles foram muito mais omissos. Eu acho que muitas secretarias não acreditaram que esse recurso ia chegar, muitos... eu conheço particularmente alguns secretários, eles não acreditavam que esse recurso ia chegar, isso impediu planejamento, isso impediu antecipação de planejamento e muitos foram pegos de surpresa, até por isso, eu acho, que ocorreu muita devolução desse recurso.

**P2: A pergunta está ligada não ao órgão gestor. Nesse caso é sobre as ações do Legislativo. Como que você avalia essas ações o papel do Legislativo, estadual e**

**municipal, entendeu? É que nesse caso aqui, a questão está ligada à tua avaliação sobre a quanto as ações do Legislativo. Ainda não do Executivo, entendeu? Não é do Poder Executivo e sim do Legislativo estadual e municipal em torno dessa defesa dos trabalhadores e trabalhadoras da cultura nesse período de pandemia. Nesse início de pandemia, no período de pandemia, como você avalia o Legislativo?**

E: Eu acho que na verdade... eu acho isso de tudo, na verdade... eu acho que tudo na vida a gente, quando a gente assume um papel, você tem que tentar executá-lo da maior forma, mas eu acho que o Legislativo, eu acho que ele poderia ter avançado mais, eu acho que ele poderia ter tomado mais a frente, atitudes, movimentos. Eu acho que ele foi mais - como é que eu vou dizer?! - imparcial, eu acho que ele deixou muito por conta de outras ocupações. Ele estava ali, mas eu acho que ele poderia ter feito, realizado mais, digamos assim... Eu acho.. não acho que foi assim.. poderia ter tido mais, eu acho, entendeu?

**P2: A próxima pergunta é como é que você descreveria o papel do Conselho Estadual de Política Cultural nesse processo? Que ações, articulações você destacaria nos fóruns também, regionais, locais, temáticos, ou seja, o papel desse Conselho da qual você faz parte e também dos fóruns, como que você descreveria o papel, as ações, com relação a esse momento.**

E: Então, o fórum hoje ele é composto paritário, na minha opinião, de todos os aspectos. Eu acho que ele está paritário duas vezes, por que? Ele tem a metade da sociedade civil, o poder público e existe um paritário dentro do próprio Conselho da sociedade civil. Em que sentido? Como assim? Existe uma

boa parte muito experiente e uma parte que é uma parte que está adentrando agora e tem todo aquele gás, aquela vontade. Isso, às vezes, te cria um pouco de ansiedade e de repente te atrapalha um pouco, digamos assim. Mas uma coisa eu acredito que este Conselho especial, principalmente no começo, não é o que eu vejo hoje tá?!, mas no começo, todos realmente tinham a sede de fazer uma diferença. Então, eu realmente escolho sempre ver o que todos têm de melhor, digamos assim, e de todos os encontros, o Conselho, cada um dentro da sua demanda, da sua diversidade, até mesmo das suas opiniões diversas, eles estavam tentando de fato ser ativos. Eu acho que eles realmente buscaram, ouviram a demanda de cada um de seu município, da sua região, trouxeram pra dentro, brigaram até por isso, para ter voz, para passar, para pedir, para implorar, para chorar, porque tudo isso eu presenciei no Conselho, então muito diálogo, né?! Muita construção e eu acho que valeu. Eu acho que mesmo a trancos e barrancos, eu acho que a gente conseguiu se movimentar bem. Eu digo isso porque eu conheço Conselhos que não têm expressão nenhuma e aí entra a importância da vivência, da sabedoria dos mais velhos, daqueles que têm mais estrada. Eu venho trazendo muito essa língua pro Conselho, porque os mais novos, eles têm um pouco de dificuldade... acha que às vezes a pessoa sabe muito pouco, às vezes arrogante, e eu venho dizendo isso, “olha, ninguém está inventando a roda, a gente está dando continuidade” e se a gente quer otimizar o caminho a gente precisa aprender com o caminho, por exemplo, da própria Ana que já caminhou até aqui. Porque que eu tenho que caminhar do zero de Ana pra eu, quando chegar na idade dela, saber o que ela tem? Não, eu já vou pegar pronto o que ela já pegou e vou avançar, isso é o que eu penso. Então é assim que eu trago pra minha vida, porque eu aprendi isso no candomblé, a respeitar sempre os mais velhos, a sabedoria do tempo. O candomblé, ele não reconhece você pela sua idade física, ele reconhece você pelo tempo que você

é iniciado porque ele acredita que esse tempo é o tempo que você tem de maturidade, de vivência. E se eu acredito em vivência eu tenho que acreditar na experiência, vivência é a experiência de vida da pessoa. Então o Conselho eu acho que mesmo em diálogos, calorosos ou não, esse Conselho eu acho que ele reproduziu e alcançou muito o objetivo. A Ana é uma conselheira e ela sugeriu lá a importância de um recurso público, por exemplo, para acessibilidade, não foi bem na LAB, mas está acontecendo, né?! Então, eu acho importante que a gente se diga isso. Eu acho que em geral, mesmo às vezes, “não, não é bem isso e tal”, eu acho que é em geral, nós conselheiros conseguimos de alguma forma ter uma voz para aquilo que de alguma forma chamou atenção, não é 100% mas é melhor alguma coisa do que nada, não é mesmo?! Ainda mais num desgoverno, é importante se dizer isso, quando você consegue, qualquer que seja um avanço, você conseguir um edital de povos tradicionais num desgoverno, num Estado que é racista, preconceituoso, não é mesmo?! Então, onde você está acostumado a ser massacrado, em especial, sim, pelos segmentos de igreja em geral e aí você tem uma política pública, gente, você tem que agradecer e dizer “cara, eu sou muito campeão”, então isso pra mim é ótimo. Eu acho que o Conselho do Estado do Rio de Janeiro em geral, tirando assim qualquer outra diferença, eu acho que eles trabalharam bem, eu acho que eles se esforçaram bem, se movimentaram bem, fizeram cartas, encontros, movimento, a Ana sempre muito também envolvida com tudo isso, chamando, chamando os conselheiros a participar e é isso, e eu acho que de uma certa forma todo mundo foi bastante participativo nesse contexto.

**P2: Essa próxima pergunta ela tem a muito a ver com o que você já está nos falando. Como é que você avalia esses processos participativos de discussão, implementação, efetivação das ações resultantes da Lei Aldir Blanc no estado e no município. Então, claro que você já nos disse**

**muito sobre isso, mas fica aqui a questão, caso você queira avançar, mencionar mais coisas sobre esse processo.**

E: Eu acho que foi muito boa, para te ser muito sincera, porque eu acho o seguinte... eu não sou dona de uma verdade única, nunca me coloquei num lugar de perfeição. Eu tenho meus defeitos e minhas falhas e está tudo bem e é sobre isso e está tudo bem. E se tratando de Conselho Estadual, eu entrei na condição de suplente, mas mesmo como suplente, assim como a Ana, eu nunca fui calada, sempre respeitaram a minha voz. Em menos de dois meses, eu me tornei titular. Naquele primeiro encontro, Marcelo, que eu te conheci e você nos convidou, ali eu era suplente, entende?! E quando eu me tornei titular, eu continuei tendo a mesma voz que eu já tinha como suplente. Nós temos outros amigos, colegas, conselheiros suplentes que têm voz no Conselho. Todo mundo tem sede de acertar, mesmo às vezes você dizendo “meu Deus, que surreal esse pensamento fora da casinha”, mesmo errando, não é um erro querendo errado, muita das vezes, é um erro de maturidade, é um erro de quem está chegando, é um erro querendo... alguém que quer muito, sabe?!, um certo “olha, estou fazendo” e, às vezes, é isso, se a gente não se cuidar isso engole um pouco a gente, mas eu acho que em geral esta gestão de Conselho, principalmente porque eu ouvi, provoquei muita das vezes lá no começo para entender o que que eu estava herdando... porque eu vejo isso como uma herança.. os últimos Conselhos no estado, onde nós temos conselheiros ali atuais no dia de hoje que participaram dos outros, dos últimos dois, três Conselhos. A gente está falando de seis anos atrás e os mesmo reconhecem que nós somos um Conselho muito mais ativo, muito mais presencial, participativo do que os outros últimos Conselhos. Então, pra mim, tenho uma honra imensa, uma felicidade imensa de ter podido... por exemplo, eu já conhecia a Ana antes do Conselho em relação a amizades da

minha mãe, mas hoje a Ana já não é mais pra mim uma amiga da minha mãe, hoje eu posso dizer que eu considero a Ana uma amiga, entende?! Porque eu tive essa vivência com ela, eu admiro, eu tinha já um voto, quando a Ana falou, “epa, eu vou ser concorrente”, então eu vou com você, porque eu já conheço mais a Ana. Então eu tenho de fato isso na minha vida, né?! Então, eu acho que o Conselho em geral é isso, perdi amigo, mas valeu. Não posso desconhecer que o amigo trabalha pra caramba dentro da concepção dele, do mundo dele é uma pessoa bastante ativa e é isso entendeu?! E é muito diverso mesmo e está tudo certo.

**P2: Somos mais, somos velinhos aí na geração, mas a gente está aí junto. Eu vou passar pro Marcelo essa próxima etapa de perguntas. Vou desligar um pouquinho a câmera, porque a gente sempre combina às vezes de desligar, mas estou aqui e vamos seguindo. Muito obrigado já reforçando meu agradecimento. Marcelinho é com você.**

E: Eu que agradeço.

**P1: Então vamos lá: que caminhos antecedentes poderiam representar processos de aprendizagem da sociedade civil no campo das políticas culturais e das experiências participativas que as antecederam? Quer dizer, como foi, na sua visão como é esse processo todo, desses caminhos antecedentes até o momento atual.**

E: Mas eu não consegui... eu não consegui pegar quando você fala esse caminho até o momento atual em relação a LAB. Eu não consegui entender a sua pergunta.

**P1: Não, não necessariamente a LAB, as políticas de cultura no geral. Porque a gente fala da LAB mas ao mesmo tempo você já acabou de colocar tantas coisas... que você fala foi através da LAB, que hoje eu tenho o aplicativo e através desse aplicativo reconhecemos quanto pares espalhados no Brasil inteiro. Quer dizer, isso é um processo de aprendizagem, né? Isso daí está dentro do campo da pergunta. Eu estou te falando, se quiser “olha essa passa porque eu já respondi”, não tem problema nenhum.**

E: Não, não, não é isso não, é porque eu realmente não tinha entendido a pergunta. Então, eu acho que esse recurso, ele promoveu “Ns” possibilidades de política pública, mas não foi uma política pública momentânea, isso também é importante. Através dessa política pública eu acredito que ele tenha promovido e matado a fome, mas também proporcionado outras tantas políticas públicas, porque tem trabalhos que a partir desse primeiro acesso a esse recurso, ele está sobrevivendo até hoje. Ele usou de alguma maneira, que ele consegue colher frutos até o dia de hoje, então isso é muito bom. Porque quando você fomenta a cultura também você mexe na economia do estado, você colabora com a economia do estado, você gera emprego, você não mata a fome só de um artista. Você está falando do cara do som, da iluminação, do faxineiro, de tantos outros movimentos que envolvem tudo até chegar àquela produção. Eu, para produzir o IGBA, eu tive que pagar um design, eu tive que pagar um ajudante, tive que pagar um contador, eu tive que pagar o próprio aplicativo na empresa, então olha tudo que eu circulei. E quando você traz esses recursos e divide ele nos municípios, você deixa também recursos naqueles municípios, você melhora a economia, você gera, colabora pra gerar emprego. Então, pra mim, ele foi um recurso que eu não sei se a pessoa que idealizou a LAB tinha noção ou proporção real de o quanto isso iria expandir, sabe?!

Porque eu realmente acho que o céu é o limite para uma política pública dessa. A LAB é algo que ela tem que existir e resistir. Ela proporcionou uma ampliação a esse acesso diverso em todo o Brasil. Então eu acho isso fantástico, muitas pessoas se projetaram através da LAB. Muitas pessoas que faziam política ali recuada no interior, sem oportunidade de ter voz, de ter vez, através desse recurso ela pôde projetar a sua cultura, ter mais visibilidade. Então, gente, o que mais que pode se esperar de uma política pública se pensando pra cultura?! Não tem nada maior. A gente precisa de mais recursos, a gente precisa que a LAB triplique o valor. É só isso! E que, claro, garanta na lei federal essas experiências vividas, vivenciadas, que é importante, na minha opinião mesmo constar na lei federal, porque quando você garante determinadas situações você evita de erros graves nos estados e obviamente nos municípios. Você evita que o recurso público seja direcionado através de uma opinião pessoal, de uma crença pessoal. Então é isso, porque isso existe de fato, a gente sabe que existe, não dá pra fingir que não existe, e a gente tem essa reparação, a gente deve isso, então a gente precisa garantir isso na lei federal.

**P1: Entendi. Bom, eu sei um pouco da resposta, mas vamos lá seguir o roteiro. Participou dos debates virtuais sobre a LAB no estado ou no município? E, se sim, qual avaliação sobre os processos das *lives*, das webconferências, webinários?**

E: Então, como eu disse, eu fiz cinco, eu fiz cinco cursos referente a LAB. Fora o curso, eu participei de inúmeros encontros virtuais. Eu acho que sempre há momentos trágicos da vida, minha mãe sempre diz muito isso pra mim, que provoca a gente a se reinventar. Porque todo ser humano ele tem sua essência, a natureza de resistir para sobreviver, a

gente precisa se reinventar porque quem não tem força na cabeça, no ori, ele morre afogado na depressão e não levanta. E quando veio a pandemia e a fome e a sede, o desespero e o desemprego e o desgoverno e tudo muito junto, o racismo e a intolerância e o preconceito, a gente teve que se inventar no meio daquele furacão e a LAB ela surge nesse momento como uma luz no fim do túnel para todos nós. Mas eu acho que a gente teve um grande aliado que já existe entre nós alguns anos e que a gente não sabia o poder que tinha e ele tem tanto poder e ele foi tão aliado que a gente está usando ele exatamente agora, a internet. Então eu gosto muito da tecnologia. A internet, as pessoas falam assim, “ah, vou trabalhar de casa”, inicialmente todo mundo gostou da ideia de trabalhar em casa, achou que isso seria o máximo. “Ah, nossa eu estou com roupa daqui pra cima. Estou em casa descalço”, a gente caiu nessa ilusão, nesse joguinho aí, achando o seguinte, “ah, vou tomar cafezinho, ninguém me aporriando, meu ar-condicionado”. Gente, isso foi uma furada porque, eu não sei vocês, mas eu fiquei sem vida. Porque a internet está na palma da sua mão. Então “ah, tem reunião”. Entra. Estou no carro. Entra na reunião. Estou não sei onde. Entro na reunião. Gente, se tornou uma loucura, uma coisa que a gente trabalhava de X horas até a X horas, aquilo triplicou vinte e quatro horas, já não estava mais dando conta da gente. Só que se não fosse a internet, se a gente não tivesse descoberto, redescoberto esse meio... do Meet, todo mundo conheceu o Meet, todo mundo conheceu o Zoom. É uma loucura tudo isso, se não fosse isso, nós nunca teríamos alcançado a quantidade de pessoas para acessar esse recurso, porque foram tantas *lives*, tantos encontros em tudo qualquer lugar que isso permitiu, colaborou fortemente, para que a gente entendesse esse processo... porque era tudo muito novo para todos. Como eu disse, do começo até a execução houve muitas atualizações. Então você tinha que ficar bem atento para não perder porque é isso: se erra a gente suja a nossa instituição,

isso é seríssimo. Então a gente precisava ter atenção para ajudar os nossos irmãos a sobreviverem também porque não bastava a gente garantir a nossa comida. A gente tem que ajudar aos outros, né?! E aí a responsabilidade que você tem de não errar com os outros... eu posso errar comigo, só não posso errar com os outros, né?! Então com isso, a internet acho que colaborou muito pra gente conseguir alcançar o máximo de pessoas possível para acessar esse recurso. Então, eu acho que foi bom nesses aspectos, entende?! Porque se a internet já existia, mas se a gente não tivesse pandemia, esse recurso ele ia ficar como sempre ficou na história do Brasil: pra famosa panelinha, só para aquelas pessoas que têm hábito de acessar. Pessoas que têm hábito de frequentar a Secretaria e mais ninguém, e o que ia ter de sobra de recurso ia ser uma loucura e aí, obviamente, o atual presidente ia dizer “está vendo? Não existe nem quase fazedores de cultura, pouquíssimas pessoas”. Então eu sempre dizia muito isso pros outros, a gente tem que gastar tudo porque a gente precisa mostrar na prática que nós existimos. Então me deu muita tristeza em ver alguns municípios devolverem esse recurso. Em plena pandemia, muita gente... e ainda tinha sobra também que a gente ainda não lembrou disso, né?! Porque teve um município, como o próprio Maricá, eu fui lá pessoalmente, conversei com o secretário, eu falei “poxa, o senhor não vai deixar as pessoas estão passando fome, o senhor não vai deixar essa sobra voltar”, “não, já estamos produzindo o edital” e esse edital não aconteceu e o recurso voltou e a classe precisando de ajuda. Então infelizmente... aliás, eu acho inclusive que o município que voltou o recurso todo, eu acho que ele deve ser multado, porque ele negou acesso à política pública, àquela classe que estava ali precisando muito daquele recurso, eu acho que ele deveria ser punido, porque se não está preparado pra fazer o papel dele que é promover política pública ele não tem que estar ali, né?! E aí com certeza não

tinha voltado o recurso se houvesse qualquer tipo de multa no bolsinho dos bonitos.

**P1: Beleza. Bom, isso daí vem muito ao encontro da pergunta que eu vou falar agora. Que processos formativos você poderia elencar sobre a execução da LAB, tanto em relação aos trabalhadores e artistas, quanto em relação aos gestores governamentais? Como você avalia essas ações? Vai ao encontro do que você acabou dizer, então você pode estender um pouquinho mais.**

E: Não, eu acho que é isso, eu acho que a LAB ela fez tudo isso, mas eu não, eu não estou vendo o pós-LAB. Eu acho que isso é um erro gravíssimo. E aí vocês vão cair no erro que, na minha opinião, o PT cai até hoje, de você proporcionar uma política pública, mas não ensinar a eles que isso é política pública. Eu acho que vocês deveriam, os gestores e todos vocês que estão à frente, que entendem a importância disso tudo, pegar um pouquinho, escolher determinado em todo o Brasil, um pouquinho “ah, isso que é legal”, bota ali um videozinho falando do aplicativo, “isso aqui gera uma economia”. A LAB que é uma política pública, gerou várias... tanta política pública, ele pega tudo, qualquer tipo de política pública que a LAB gerou, a LAB que é uma coisa... por quê? Porque isso fica esquecido na memória, eles só vão lembrar que choveu dinheiro pra eles, é isso que eles vão lembrar, porque o brasileiro tem memória curta. Vocês não tiveram, continua não tendo nenhum tipo de propaganda clara de que o resultado que a LAB alcançou, a LAB está passando batida na memória das pessoas. As pessoas já não falam mais quase tanto da LAB, eles ainda não entenderam que isso é uma política pública e eu te digo isso porque eu estou na base, porque eu estou conversando com as pessoas e as pessoas não têm esse olhar. Muitos não sabem nem o que é LAB, só

fala Lei Aldir Blanc. Ele não entende que LAB é a sigla da Lei Aldir Blanc. Eles não sabem o que é política pública, eles não sabem que se não tiver política pública eles vão morrer de fome e vocês também não educam nenhum deles. E aí eu digo vocês, eu não estou dizendo vocês três, tá?, eu digo em especial os políticos que se uniram e tiveram a grandeza e a inteligência de promover uma política como essa. Mas é aquela coisa que eu sempre digo, não adianta você dar ouro se você não ensina a manusear. O PT deu ouro para muitas pessoas, criou públicas imensas como a própria... - eu estava falando agora, como é que fala? - cota, e eu ainda escuto a pessoa dizer “Eu não devo nada a ninguém. Ele é ladrão. Se eu me formei na cota é mérito meu.” Cara, e é incrível como essa pessoa ainda se formou. E é incrível porque ela se formou sem saber o que é política pública. Mas a gente sabe que política não se ensina também na faculdade. Se vocês não se atentarem pra isso, vocês vão continuar no apagamento, no esquecimento. Daqui a pouco as pessoas não vão nem saber quem foi que promoveu. Daqui a pouco alguém vai se apropriar dessa lei, “eu que criei” e vai estar tudo certo, né?! Então eu acho que vocês poderiam fazer, hoje tudo é muito audiovisual, o vídeo. O brasileiro ele é muito audiovisual, o tempo está muito corrido, as pessoas não têm mais tempo de ficar lendo um textão. Textão não vai ter força pra juventude. Se fizesse uma propaganda forte, mostrando flashes que seja, e bombar, aí eu digo que você conquista porque vocês têm que ter é um trabalho de conscientização. E de valorização do resultado, porque cadê o resultado da LAB?! Vocês promoveram, vocês deram tudo isso, mas cadê o resultado da LAB?! Eu não vejo esse resultado da LAB, eu não sei o que que saiu de bom de fato da LAB, porque parece que a LAB só veio pra me dar dinheiro e aí a gente vai bater no desgoverno, que é isso que ele vai dizer, só dá dinheiro pros outros botar dinheiro na conta, não é assim o termo?! Vai ficar mamando na teta. É isso. E a gente precisa mostrar pra esse desgoverno o que é a cultura, o



porquê que a LAB tem que existir e resistir. Qual é a transformação? O que que transformou na vida da pessoa? Pega essas pessoas que ficavam na invisibilidade, passou a ter visibilidade, então essa é uma sugestão, eu sou assim, não consigo ser diferente, tá gente?!

**P1: Não, tranquilo, essa nossa pesquisa é para saber exatamente quais foram os caminhos percorridos, quais foram os nós, os desata-nós que deveriam ter acontecido, para diagnosticar o que foi bom, o que não foi, o que deu certo e o que não deu certo, para que a gente possa avançar em políticas públicas que alcancem a ponta. Do fiozinho que enrola aquele cordãozinho e que produz a cultura numa grande rede nacional. Claro que a gente está falando agora no recorte mais aqui do estado do Rio de Janeiro...**

E: Então, Marcelo, mas isso eu acredito que assim como eu e todos os tantos outros que vocês estão convidando, isso pessoas como nós, a gente tem essa consciência. O que eu trago é justamente as pessoas que não têm consciência alguma, essa pesquisa... eu te falei assim, "Marcelo, me manda aí mais ou menos um modelo do que vocês estão fazendo", aí você me mandou, eu li lá o texto que era representatividade, mas aí só não tem expressão na população, na massa, entende?! Você me mandou aquilo ali, mas eu não vi isso na minha *timeline*. Assim... não é uma crítica a uma pessoa específica, entende?! É porque vocês vão fazer uma pesquisa de dentro, vai passar ali para alguém que tem uma política pública, mas o povo que está na escuridão de informação, que é ignorante, ele vai continuar ignorante, porque ele não está vendo o que está acontecendo, entende?! Então é por isso que eu que eu estou falando. Eu vi que ele falou alguma coisa, mas não deu pra mim ler.

**P1: Mas você está absolutamente correta. Exatamente através dessas críticas desses entrevistados, além de você, tantos outros, é que a gente vai ter um olhar de aproximação do campo do conhecimento para que essa pessoa que você citou, essas pessoas que você vem citando se tornem empoderadas desse conhecimento. Não é só dar o peixe, você tem que saber pescar, mas você tem que saber onde é que está o peixe pra pescar. Vai lá pescar, mas onde é que está o peixe? Não é isso? "Ah, ali tem peixe, agora você me ensinou, agora eu sei onde tem o peixe, qual é a linha, qual é o anzol, qual é a isca...", bom, vamos lá porque senão a gente vai ficar... vamos lá como aí foi legal isso porque eu queria que você dissesse como você avalia formato final da LAB. Eu sei que você já falou tantas vezes que tem que ter uma LAB... quer dizer enfim opinião é sua. Como você avalia o formato da LAB?**

E: Bom, eu acho que eu já falei, resumindo de novo, né?! É ter certo tipo de garantias que na minha opinião é mais do que necessária sobretudo responsável de pertencimento porque se você fala que você tem pertencimento cultural; não dá pra falar de cultura se você não tem pertencimento das suas próprias origens, né?! Eu, por exemplo, falei chorando que eu acho surreal em pleno 2022 eu ainda estar implorando a uma Secretaria de Cultura do Estado, com uma cidade como o Rio de Janeiro a ter uma política direcionada pra os povos tradicionais, porque, gente, o Brasil - eu acho que já deu pra todo mundo aprender que o Brasil não foi descoberto por Pedro Alves Cabral, né?! - o Brasil, ele foi anunciado por esse cidadão mas ele não foi descoberto, quando ele chegou aqui já tinha os nossos irmãos originários. O Brasil tem uma dívida de reparação sociocultural impagável com os nossos ancestrais pretos que em que condições que o nosso Brasil foi construído literalmente com muito sangue derramado das piores maneiras possíveis. Então se o cara que está pensando em política

pública, em especial pra cultura, não é capaz de entender as suas próprias origens, aí, meu amigo, não tem como você avançar, não tem como você dizer que representa algo se você renega as suas próprias origens. Se você não tem esse pertencimento, se tem que ser assim bê-a-ba... Já não basta não ter isso nos livros, agora não ter isso numa gestão é um total despreparo. Então eu acho que essa coisa é importantíssimo conter dentro da lei federal, para garantir esse reflexo nos estados e nos municípios. E continuar com essa questão da internet que colabora bastante. Tem muita gente também que fica... até cadeirantes e tudo mais e a passagem está cara, a gasolina está inviável. Então em vez da pessoa, para ter direito ao acesso, ter que sair de São Gonçalo para ir pro Rio de Janeiro... a internet, legal. Eu acho, que no mínimo, de maneira híbrida que permite os dois acessos. Eu particularmente sempre que posso, opto pessoal, pessoalmente, porque eu acho que nada substitui o *tête-à-tête*. Porém, tem essas outras condições, então para que você tente alcançar o máximo de pessoas possíveis eu sempre acho que tudo tinha que ser de maneira híbrida, né?! Para você dar acesso às pessoas. E eu acho que é isso. Quando você tem esse pertencimento tudo flui, entendeu?!

**P1: Bom, vou passar agora, já está chegando pro final. Vou passar pra Ana.**

**P2: Na verdade nós temos duas questões, são três mas eu vou juntar a última porque você já falou bastante sobre essas questões, mas considerando a execução e a prestação de contas você pensaria em modificações no formato final? Se você pensa em modificações quais seriam essas modificações no caso da prestação de contas, Arethusa?**

E: Então, também botaria na lei federal, tá?! Justamente porque infelizmente a gente sabe que ocupações desses cargos públicos, políticos... eles são políticos. E, infelizmente, de novo, quando a pessoa ocupa, tudo bem ser político, mas eu por exemplo se eu ocupo alguma Secretaria a qual é um assunto que eu não vivencie, eu acho que o mínimo que eu posso fazer é buscar pertencimento daquele assunto para fazer a melhor gestão possível. Só que infelizmente isso não se reflete, em muitos municípios a pessoa não tem pertencimento nenhum daquela pauta e ele continua sem ter porque ele não tem interesse nenhum realmente de evoluir nada naquele sentido. Então por isso que eu sempre falo a importância da pessoa que tem a luz de produzir uma grande política pública em nível nacional pegar para si essas amarrações, né?! Essas pontuações necessárias pra lei federal. Eu me perdi. Ana, como é?! Eu fugi completamente, eu só sei que eu estava falando isso, mas eu fugi. É o que que você tinha me perguntado mesmo? Viajei agora.

**P2: Sobre a execução da prestação de contas.**

E: Isso, isso. E aí, pensando nisso, uma coisa que eu venho falando muito dentro do Conselho e tentando dar uma conscientização pra secretária é que quando você faz política pública para os povos e comunidades tradicionais em especiais, aí eu estou falando de jongo e também estou falando da capoeira, que apesar de não ser comunidade tradicional mas está englobada dentre outras tantas políticas, porque como eu disse há uma diferença entre fábrica e fazedores de cultura. A maioria dos fazedores de cultura, muitos até sabem que existe aquele recurso, mas ele se nega a acessá-lo porque ele tem medo da prestação de conta, a dificuldade que se tem, e aí eu falo no nível nacional da prestação de conta, a quantidade de exigência é desrespeitoso, é humilhante na

minha opinião por quê? Como é que funcionava antes? Para você acessar um recurso, principalmente em nível estadual você tinha lá um edital que ele não era segmentado, ele era um edital para todos, não era assim?! Aí você tinha lá edital de 50 mil, aí não era segmentado, então ele estava aberto para todo mundo concorrer, mas é humilhante você pegar uma instituição como terreiro, você pegar o povo originário, você pegar o grupo de capoeira, ele não tem nem CNPJ pra isso, já começa por aí, né?! Mas ele se inscreve para concorrer com os grandes teatros de cidade grande, com as grandes escolas de samba, como é que você vai pegar uma escola de samba que está começando pra concorrer com uma escola de samba que já está aí há quarenta anos? Então isso não é só tão surreal como é humilhante, porque é óbvio que um cara da escola de samba grande de cinquenta anos tem muito mais currículo, mais portfólio, mais amadurecimento, mais experiência, mais amparo em todos os aspectos e ele vai ganhar sempre que é o que sempre vem acontecendo por anos, para acessar esses recursos, né?! Quando você pensa nisso, se você pelo menos garantir na lei federal que políticas públicas têm que garantir pelo menos tantos por cento para esse determinado grupo.. quem são esses grupos? Essa cultura que é vista popularmente como minoria, né?! Que seja em formato de prêmio. Por que prêmio, tá gente? Eu enquanto terreiro, por que que eu sou cultura? Não é porque no meu terreiro a gente faz outubro rosa, porque a gente faz “Matrizes que fazem”, porque a gente faz etnoturismo no terreiro. Não, só o fato de eu ser de terreiro enquanto povos tradicionais isso já me faz um espaço de cultura. Por que cultura? Porque eu tenho uma língua própria, uma culinária própria, práticas, ritmos, dança, tudo isso é cultura, cultura ancestral. Eu pratico no meu terreiro diariamente essas memórias ancestrais de todo homem e mulher preta que trouxe suas memórias no tempo da escravidão. Além disso, eu tenho a minha parte religiosa que também dou seguimento à prática. Mas aqueles que não têm

essa participação direta na parte da religião devem ver o espaço de terreiro como um espaço de cultura. Eu respiro cultura porque eu pratico isso, é meu cotidiano, então enquanto espaço de cultura eu já tenho direito a acessar qualquer recurso, beleza?! Mas como as mães de santo em sua maioria elas vêm de uma história, e isso é comprovado, muito simples, de uma realidade muito sofrida... porque elas vêm nesse ritmo de herança, então como que você pode botar um terreiro pra concorrer com os grandes cinemas? Os grandes teatros? É óbvio que ele nunca vai ganhar, né?! E outra, essas grandes empresas precisam desse recurso para produzir, nós não. O que a gente tem que ser é premiada por aquilo que a gente já produz, porque essa premiação em formato de premiação vai nos permitir a continuar resistindo, essa memória, de maneira mais tranquila, menos sofrida. A gente vai continuar matando mais fome porque é isso que o terreiro faz. É impossível chegar dentro de um terreiro e ele não tiver um lanchinho, um almoço, uma janta pra você. Isso é o nosso costume. Isso faz parte das nossas práticas, né?! Então isso tudo não é comprado na fé, é comprado com dinheiro. A gente ajuda a dar um gás para um filho de santo, a gente paga passagem de outro, compra o chinelo de um, arranja emprego pra outro, arranja cirurgia, tudo isso, gente, é o que a gente faz na nossa comunidade, pela nossa comunidade. Então, o índio, por exemplo, cara, se ele for esperar um recurso público para promover a cultura dele, ele vai morrer de fome. Então o que a gente precisa é de reconhecimento. Por isso que era muito importante e isso é diferença. Nós somos fazedores de cultura, quem pratica uma capoeira é fazedor de cultura, quem faz afoxé é fazedor de cultura, então era preciso, se possível, garantir que seja em formato de premiação, não exigisse tantas certidões que no final das contas nem faz tanta diferença, tão grande... dependendo do formato do edital. “Ah, mas não pode ser de valores tão expressivos”, então, beleza, diminui, mas diminui a dificuldade porque você vai acessar, se não se você botar

muita dificuldade você vai humilhar como pessoas, você vai sair de um lugar onde você vem pra uma proposta boa, positiva, e você vai humilhar essas pessoas, porque se esse edital foi escolhido, por exemplo, de povos tradicionais, ele foi escolhido para o formato de premiação, você imagina o seguinte você ia ter lá quinhentas vagas e dez inscritos, porque ninguém, os outros tantos, não iam ter a quantidade de documento que eles exigem, ia ter medo de prestar contas, se prejudicar, fica com medo de polícia federal bater no terreiro deles, manchar o nome deles. Então, a gente precisa entender, de uma vez por todas, um fazedor de cultura, uma pessoa, um gestor de cultura que diz ser, que nós somos feitos de camadas culturais exatamente como camadas sociais. Quando você entende isso aí, você diminui a margem de erro e você direciona a política pública com mais maturidade e aí você amplia, aí você realmente cumpre o sentido da palavra de democratizar. E é essa a minha opinião.

**P2: Chegamos ao final. A pergunta final que lhe faríamos é se você gostaria de abordar algum ponto a mais que nós não levantamos. Se você também indica algum agente referencial que devêssemos entrevistar, enfim, é um fechamento, uma palavra final sua para nossa entrevista.**

E: Eu acho que eu falei até demais. Eu acho que eu falei muito porque eu me empolgo, ainda mais quando falo de algo que gosto, eu realmente me empolgo. Eu acho que tudo que eu podia falar, todos os meus apontamentos positivos e realmente se eu puder colaborar porque eu acho que isso é mais um intuito de colaboração, eu acho que é isso, pela experiência que vivi na base e tudo mais. Em relação a indicar, eu posso indicar algumas pessoas e aí eu passo depois pra vocês no WhatsApp tudo direitinho, pessoas que estão se beneficiando até os dias de hoje da LAB e eu acho que é isso. Eu queria

agradecer muito, porque quanto mais a gente puder ser ouvido, ter voz, eu acredito que qualquer política pública ela é construída num espaço de ouvir, respeitando a vivência da pessoa, então eu acho que isso é fundamental para se construir uma sociedade melhor e uma sociedade plural.

**P2: Muito obrigada querida, eu que agradeço pela disponibilidade, pelas palavras, sua atuação como conselheira, como cidadã, então muito axé.**

**P2: Eu vou passar pro querido Marcelo e pro nosso professor Luiz Augusto, nosso coordenador pra encerrar.**

**P1: Arethusa, minha querida obrigado pelo carinho. Obrigado pela sua disponibilidade, obrigado por você estar aqui, contribuindo para essa pesquisa que é uma pesquisa que vai ao encontro disso tudo que você relacionou. E assim, axé para todos nós. Muita luz sempre. Muito obrigada.**

E: Axé pra todos nós, obrigada vocês queridos.

**P3: Olha, tudo pelo contrário, a gente... poxa, aprendi muito. Então assim, super valeu e você a minha esperança de esperar... É um discurso, acho, que é necessário. [Necessário] até que se use alguns trechos depois que a gente editar algumas coisas; tem trechos belíssimos. Então, agradecer demais. E deixa eu te perguntar algumas coisas, eu concordo com você e a gente usa linguagens diferenciadas no nosso projeto. A gente está fazendo isso no instagram, a gente percebe que é outro alcance, os cards são curtinhos, tal a linguagem que a gente vem explorando e vem ampliando, porque a gente tem um**

**público que vai nessa perspectiva, a gente sabe também, quer dizer, a gente é academia, a gente tem outros compromissos, então a gente também tem que fazer texto acadêmico etc. faz parte, e a pesquisa, os formulários que a gente até pede que você divulgue nos municípios que você tem acesso e tal, a gente sabe que ele é mais chato, tá? Ele demora aí uns quinze minutos, mas também não é nada muito complexo, sabe? Que o trabalhador da cultura consegue estar preenchendo. O gestor, não é nem o secretário só não, quem estava na gestão, está ou estava na gestão, a gente quer ouvir todos esses lados. Acho que é importante a gente ter essa leitura multifacetada e por suas contribuições foram importantíssimas. Deixa eu te perguntar aqui uma coisa, eu já baixei o aplicativo do IGBA e eu quero, quero conhecer mais, mas só dá pra entrar se fizer o cadastro. Aí eu vou mascarar... eu não sou do grupo então eu vou me cadastrar e isso aí atrapalharia ou posso me cadastrar para conhecer mais?**

E: Olha só, existem pessoas que acessam como pessoa física, que não é pertencente a uma religião de matriz africana. Porém é uma pessoa que entende e respeita a diversidade. Você pode entrar como uma pessoa que quer, por exemplo, saber onde ficam os terreiros, você quer saber aonde fica o afoxé de repente mais próximo, ou só comer um acarajé... Você vai acessar ali, vai buscar onde é que tem a baiana de acarajé mais próximo. Então todo mundo tem direito de entrar.

**P3: Que ótimo! Que ótimo! Parabéns pela iniciativa. E é legal a gente ver que isso é um resultado da LAB. Acho que é isso também, que eu concordo com você, que a política pública tem que conseguir dizer isso. Ela tem que chegar na ponta de fato. E nossos gestores não estão**

**preparados para isso. Assim, noventa e nove por cento não estão...**



Universidade Federal Fluminense - UFF  
Laboratório de Ações Culturais - LABAC  
APOENA – Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações  
Culturais – foco RJ  
[pesquisa.apoena@gmail.com](mailto:pesquisa.apoena@gmail.com) – <https://apoenaredecultural.wordpress.com>

Projeto APOENA

Entrevistado (E): **Eliane Carreiro**

Data: 02/09/2022

Pesquisador entrevistador (P):

P1: Marcelo Correia

P2: Ana Lúcia Pardo

P3: Luiz Augusto Rodrigues

Ajuste da transcrição: Juliana Almeida Leite - Data: 05/09/2022

Conferência: Marcelo Correia - Data: 06/10/2022

Ajuste final: Luiz Augusto Rodrigues – Data: 30/05/2023

**P3: Gente, boa tarde! Nós estamos aqui hoje, dia dois de setembro de dois mil e vinte e dois, são quatro e vinte. A gente está aqui preparado para entrevistar Eliane Teixeira que é representante da região noroeste no Conselho Estadual de Cultura do Rio de Janeiro. Nessa entrevista está sendo concedida pelo plataforma Google Meet e ela integra o projeto Apoena. Projeto Apoena é uma rede de diagnóstico e avaliação de políticas e ações culturais com foco no estado do Rio de Janeiro que é coordenado por mim, Luiz Augusto Rodrigues, junto ao laboratório de ações culturais, o LABAC da UFF, Universidade Federal Fluminense, em Niterói. É uma equipe de vários pesquisadores que se integram... tão comigo aqui nesse momento dois deles: Ana Lúcia Pardo e Marcelo Correia. Eu vou pedir pra cada uma de vocês, na primeira fala, fazer**

**um áudio descrição. Vou fazer a minha, devia ter começado por isso. A gente quer também garantir ao máximo a acessibilidade a esse material. Então, eu sou um homem branco de cabelo e cavanhaque grisalho, uso óculos. Estou com a camisa clara e aqui numa parede também de fundo branco. Então, aqui... então, eu vou conduzir só esse início de reunião, tá? Eliane, eu já te agradeço no nome do LABAC, em nome da UFF. Quero que você fique bem à vontade. A gente depois pretende, ao final do projeto Apoena, poder disponibilizar tanto o texto das entrevistas, são pra mais de trinta, quanto também os vídeos, no todo ou em partes. Então, já peço assim... que você expresse assim a sua autorização pra gente divulgar esse material, e que você fique à vontade. Se alguma fala você quiser que não seja publicizada, fica tranquila e nos avise: "Nessa parte prefiro que não publique". Porque aí na edição do texto, ou do vídeo, a gente retira isso, está ok?**

E: Ok. Está autorizado sim.

**P3: Maravilha. Bem, agora em diante eu vou acompanhar em silêncio porque eu vou deixar a Ana Lúcia e o Marcelo conduzirem a reunião. Lúcia, passo para você. Não, pro Marcelo primeiro.**

**P1: Gente, boa tarde! Boa tarde a todos. Deixa eu me autodescrever rapidamente para gente começar a nossa entrevista. Homem, branco, cabelo castanho, barba castanha. Estou num escritório onde o fundo é branco com algumas prateleiras, com alguns enfeites. Pronto, já deixei a descrição. Eliane, a gente vai dividir a nossa entrevista em dois blocos. O primeiro bloco é sobre a sua trajetória pessoal. O segundo bloco é sobre especificamente a Lei Aldir Blanc. Então, a primeira pergunta do bloco, do**

**primeiro bloco é: seu nome completo, lugar de nascimento, formação e vinculação institucional.**

E: O meu nome é Eliane Teixeira Carreiro, tenho cinquenta e nove anos, sou carioca de nascimento, nasci na cidade do Rio de Janeiro, capital, no bairro de Marechal Hermes, no Hospital Carlos Chagas. Sou viúva e tenho um filho único, chamado João Pedro. Sou formada em técnica de enfermagem, é a minha profissão, na qual não estou atuando pós-pandemia. Vivo em Santo Antônio de Pádua, Noroeste Fluminense, na qual faço parte da cultura local como jongueira e eu sou um personagem do Mineiro Pau Boi Pintadinho de Santo Antônio de Pádua. Também faço parte das escolas de samba locais na ala das baianas. Faço parte da terceira idade aqui na minha cidade e sou... estou atualmente presidente do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Santo Antônio de Pádua, na qual estou no cargo de presidente e representando artes populares.

P1: Perfeito. Você participa ou participou de algum movimento político e/ou militância no campo cultural?

E: Olha, eu não gosto muito de mexer com política, entendeu? Mas quando fala em cultura eu apoio. Independente de partido. Para ajudar a cultura, eu apoio, entendeu? Eu não tenho partido específico não, não sou filiada a nenhum partido político, entendeu? Já fui candidata a vereadora, na minha cidade aqui para complementar, porque tinha que ter um certo número de mulheres, há muitos anos atrás ainda na minha fase mais adolescente. Mas eu não estou filiada a partido nenhum, mas quando o assunto é cultura eu apoio.

**P1: Quando e como você começou a se envolver com política cultural, mais estritamente falando. E que passagens você destacaria na sua trajetória como agente da política cultural?**

E: Olha, eu comecei a entender a cultura como um todo quando a UFF foi trazida para Santo Antônio de Pádua. Ela foi trazida primeiramente para o Colégio de Pádua. É um colégio bem tradicional, com mais de cem anos de fundação, veio para cá a faculdade de matemática. É da família Lavaquial esse colégio, é um colégio particular, então eu fui conhecer a UFF de Niterói que veio para cá. Veio um braço da UFF de Niterói para cá. E através da professora Eliane Monteiro é que eu fui saber essa parte da cultura que eu não entendia. Eu fazia cultura, mas eu não sabia o valor que eu fazia cultura. Eu não sabia os trâmites da cultura... como fazer um projeto, como fazer a minha cultura ter um valor, entendeu? Eu fazia cultura e não sabia. A minha mãe é artesã, a minha mãe era jongueira, eu sou a segunda geração de família. Então... a minha mãe fazia artesanato muito. A minha mãe fazia crochê, minha sobrinha faz crochê. Elas já mexem com o artesanato há muitos anos. E eu não sabia o valor disso. Eu não sabia que... a gente poderia dar uma autorização para uma imagem da gente ser vinculada... Eu não sabia nada disso. E através da faculdade de matemática e através da professora Elaine Monteiro e o pessoal do IPHAN, o pessoal do INEPAC, que veio para Pádua junto com essa faculdade, é que mostrou para a gente o que era a cultura além do espetáculo. Vamos dizer assim: por trás da cortina. Por trás daquela atuação da gente ali. Até então a gente só fazia o espetáculo e ganhava em troca um cachorro quente e um guaraná. Então, agregou. A gente fez cursos... a gente fez cursos de audiovisual, a gente fez curso de administração, de montagem de projeto, tudo que a UFF trouxe pra cá. E entramos, nosso grupo é o grupo de Caxambu Sebastião Segunda, é um grupo centenário. Nós entramos num

projeto chamado Pontão de Cultura, no qual nós fizemos parte durante vários anos. E todo ano tinha o encontro de jongueiros, na qual esse nosso grupo fazia parte, inclusive, no décimo encontro, nós sediamos... foi sediado aqui, em Santo Antônio de Pádua. Ele parou no décimo segundo encontro. O décimo encontro foi feito aqui em Pádua com várias gentes de todo o sudeste, vários grupos de outros lugares que foi... Pádua recebeu eles aqui. Foi feito no décimo encontro. Então, a partir daí eu venho fazendo parte e aprendi muita, muita coisa eu aprendi. Eu não sabia nem como fazer um vídeo, eu aprendi. Eu aprendi como elaborar um projeto, como fazer perguntas que eu nunca tinha feito na minha vida para um coordenador... por que ele estava fazendo aquilo, se ele tinha autorização de exibir a minha imagem, por que que ele estava ganhando aquele cachê. Inclusive, um funcionário do estado, que eu sei se hoje funciona... trabalha mais, mas não citar nomes para não me comprometer, falou para mim assim: “de agora em diante, a partir da hora que vocês viraram patrimônio imaterial do Brasil, vocês ganham cachê” e a gente nunca ganhou cachê. Então, a gente sempre dançava e ganhava pão com mortadela, cachorro quente, era assim. Então, tudo isso, graças a UFF vindo pra Pádua... hoje nós temos sede aqui, eu moro perto da UFF, moro quase em frente à UFF. Meu maior orgulho foi que a UFF veio para cá. A neta da minha irmã estuda na UFF, faz meio ambiente aqui, o campus é aqui colado na minha casa aqui. Eu tenho o maior orgulho de ter a UFF aqui, porque a UFF sempre ajudou a comunidade, porque a nossa cidade aqui, Santo Antônio de Pádua, é uma cidade tradicionalista, em matéria de cultura, eu estou falando de cultura. Em matéria de cultura. Para eles cultura é balé, teatro e carnaval, só. Cultura popular, não. Até hoje... agora está começando a amolecer a cabeça das pessoas sobre isso. Sobre o circo, sobre teatro amador, sobre a capoeira, sobre até inclusive os terreiros de candomblé que existem na minha cidade que são declarados assim... vamos dizer assim, que

ficam à margem da sociedade. Inclusive, eu sou umbandista. E... então, a gente sabe do preconceito que tem na nossa cidade, entendeu? E não é só na nossa cidade, em outras cidades também do Noroeste Fluminense também, porque aqui é uma puxada só. A gente conhece várias cidades que têm o mesmo problema, entendeu? Nós temos inclusive uma coisa que aconteceu aqui que eu fiquei muito chocada. Eu até acionei o conselho, porque um pai de santo me ligou me pedindo ajuda que uma igreja evangélica estava ameaçando ele de morte, ligando, fazendo ameaças e tudo, porque o terreiro era de uma... o terreiro dele era na casa dele própria e do lado tinha uma igreja evangélica pentecostal e o pastor estava ameaçando ele. Aí eu entrei em contato com o Wildson [França], que é um dos conselheiros nossos lá do Conselho Estadual, e ele me orientou a procurar a OAB. Aí eu orientei ele tudo, ele procurou a OAB, fez boletim de ocorrência de ameaça, né? E, infelizmente, o pai de santo faleceu de Covid, e o pastor ficou sem... vamos dizer assim, sem o castigo que merecia por mexer com esse... ter esse preconceito contra a religião afro-brasileira, entendeu? Esse é um pouco da minha cidade aí. Da minha região aqui.

**P1: Perfeito. Agora olha só, como você avalia as potencialidades ou os limites da participação da sociedade civil e também numa perspectiva fora da gestão pública? Quer dizer, como é que você avalia, enquanto conselheira, a participação da sociedade civil na construção da cultura dentro da região e automaticamente do município ao qual você vem representando.**

E: Olha, a gente aqui... até eu estava comentando essa semana hoje com a minha secretária, com a Cris, ela... a gente estava falando sobre isso. A sociedade civil aqui na minha cidade, dentro do meu conselho... vou começar por ele, nós



temos assim, aquelas pessoas que gostam do título de ser conselheira, mas não gosta de trabalhar como conselheiro. Porque o trabalho de conselheiro é um trabalho voluntário, você trabalha porque você gosta, não para ganhar dinheiro e nem para ganhar status. Então, o meu conselho... o conselho municipal de Pádua ficou parado durante vários anos. Só de figuração. Não tinha reunião, não tinha... tinha diretoria, tinha presidente e tal, eles resolviam e os conselheiros assinavam embaixo. Então, quando eu entrei... que me puseram esse desafio, que eu acho que isso é um desafio, eu falei “eu estou representando a sociedade civil, então a sociedade civil vai ter que se engajar”. Então, eu estou... eu consegui aprovar o regime interno do meu conselho, mudar algumas coisas, incluir algumas coisas no meu estatuto aqui. Por que? Porque não funcionava. A sociedade civil nossa ela ficava assim respaldada. Então, o poder público é que mandava. Aqui era sim. Agora está mudando aos poucos. Eu estou mudando aos poucos. A sociedade civil está tendo mais voz do que o poder público. Inclusive, eu estava até comentando que, pelo regime interno, um conselheiro que falte três vezes seguidas ou seis intercalados durante um ano, ele pode ser excluído do conselho. Mas, a gente como está em época eleitoral aqui, em todo país, a gente não pode nem fazer esse desligamento desses conselheiros que não vão indo na reunião presencial, e é presencial. Então, a gente não pode nem futucar muito ainda, mas muitos já acordaram pra vida da sociedade civil, muitos conselheiros. E a nossa cidade, o povo gosta de cultura. Só que agora que a nossa secretaria foi separada da educação, a Secretaria de Cultura, é que estão levando a arte popular para o distrito e para a cidade, entendeu? Então, agora o poder público está assim... começando a ficar mais maleável na questão cultural. Está abrindo espaços culturais, reativou uma banda marcial que estava parada há dez anos, reativou outras oficinas... aqui, municipal, estou falando no âmbito municipal. E agora no Noroeste Fluminense, a gente ainda tem aquele

negócio: o poder público ainda manda mais do que a sociedade civil. Têm cidades aqui em que nem existem conselho municipal, porque a cultura está atrelada à educação. É o caso de Itaocara, é o caso de Aperibé, é o caso de Miracema que tem... Miracema é um lugar muito ativo, que já foi distrito da minha cidade, já foi distrito de Pádua, mas é uma cidade que ferve de cultura e muitas vezes a gente tem que se unir, Pádua com Miracema, para apresentar uma coisa. Então, têm muitos miracemenses dentro de Pádua e muito paduano dentro de Miracema, na cultura, entendeu? E, nos restantes... nos demais é sempre educação mandando na cultura. E a sociedade civil... boquinha fechada. Poder público mandando mais. A minha região, ela é assim. É um mesclado... é um mesclado, mas quem manda mesmo na realidade, na minha cidade hoje em dia, é mais a sociedade civil, mas em outras cidades é mais o poder público, na parte cultural.

**P1: Entendi. Bom, vamos passar pro segundo bloco com a Ana, que é sobre a Lei Aldir Blanc, e eu vou fechar a minha câmera só para não ficar pesada a gravação.**

E: Está bom.

**P2: Boa tarde a todos, todas e todes. Eliane, agradecemos muito por você nos conceder a entrevista para esse projeto Apoená, como todos conselheiros e conselheiras, projeto de rede de diagnóstico e avaliação de políticas e ações culturais. A gente focou justamente para identificar os impactos no estado do Rio. Então, passando para esse bloco dois, a Lei Aldir Blanc, estamos aqui com o professor Luiz Augusto, nosso coordenador, e Marcelo Correia. Como é que se deram as primeiras articulações no Rio, em sua região, no município, como você avalia essas articulações em torno da Lei Aldir Blanc?**

E: A primeira vez que veio o recurso, Ana... primeiro, muito bom axé para você... A primeira vez que veio o recurso da Aldir Blanc foi em plena pandemia. Na minha cidade foram feitas escolhas, foram escolhidas as pessoas. E quando chegou no penúltimo dia que estava encerrando o prazo, porque a gente estava sob uma gestão aqui de um governo de... vamos dizer assim, militar... aqui, nós ficamos durante oito anos sobre um regime militar aqui na minha cidade, a gente... as pessoas foram escolhidas a dedo quem ia receber o recurso da Aldir Blanc. E calhou de eu ser escolhida, porque, como você sabe, eu perdi minha família toda na pandemia do Covid, só me restou eu e minha sobrinha e meu filho. Então, a gente... eu estava no luto e eu tinha que apresentar um projeto que até... o meu projeto se chama “Intensidade jongueira”, aí eu estava com Covid na época, eu fui... ligaram para mim, pediram para ir na Secretaria de Educação que, até então, a cultura era junto com a educação e eu fui lá. Assinei um papel no qual eu nem li, para te dizer a verdade. Eu estava passando mal, eu estava com máscara e aquele protocolo todo, né? Eu assinei sentada numa escada, porque eu estava doente. Num pude nem ir lá em cima conversar para ela me explicar o que que era a Aldir Blanc, e pegou assim pelo coisa... porque ela falou assim: “Eu lembrei de você, porque você estava... era um momento que você estava precisando muito.”. Eu falei: “Realmente. Eu parei de trabalhar para cuidar da minha família e acaba a minha família indo embora por causa do Covid, né?” Aí ela falou assim: “Eu vou te colocar, mas você tem que me dar uma contrapartida.” Que foi a filmagem da Identidade jongueira que hoje está no YouTube, se você procurar “Eliane Teixeira Carreiro Identidade Jongueira” que foi a minha contrapartida da Lei Aldir Blanc 1. Aí agora veio a 2 [em realidade, a reversão do recurso da LAB no ano de 2021], para nós aqui é dois, né? E levou o nome até em homenagem a minha mãe que faleceu, que era a jongueira. Ela levou... foi a Lei Eurídice Teixeira Carreiro. Que, aí sim, não foi escolhida a

dedo, foi escolhido por segmentos da cidade - Santo Antônio de Pádua. Foi escolhido por segmentos. Foi um valor menor, mas abrangeu muito mais gente. A primeira foi três mil reais pra cada pessoa, só que teve gente que não deu contrapartida até hoje. A segunda foi mil reais na qual foi contemplado um número maior de fazedores de cultura, sendo que alguns até hoje também está devendo. A gente está pegando em cima, está batendo em cima, o conselho está batendo em cima, a Secretaria está batendo em cima, e a gente está... até eu passei uma lista pra você, você lembra? Aquela é da... você viu a listagem lá, eu passei pra você... porque eu pedi ao diretor de cultura que me passasse essa lista porque eu precisava passar pra vocês sobre essa lei Aldir Blanc. Eu tenho todo... eles têm todas as documentações... como falar? O nosso conselho aqui ele fica dentro da Secretaria, nossa sala de reunião fica dentro da Secretaria Municipal de Cultura. Então, a gente não... nossos documentos estão todos lá dentro da Secretaria. A gente pode mexer em alguns e outros não. Mas a Lei Aldir Blanc eu estou batendo em cima, até a minha secretária está fazendo um levantamento, por causa da Paulo Gustavo. A gente está fazendo um levantamento de todos os fazedores de cultura, tanto da Aldir Blanc primeira vez que veio a verba e a segunda vez, que tinha que prestar conta. Então, a gente está fazendo um levantamento para quando vier a Paulo Gustavo e a Lei Aldir Blanc, esteja tudo certinho. A gente tem que estar com o conselho em ordem para poder receber essa verba. Agora vamos pro Noroeste Fluminense. Aperibé não deu conta... não conseguiu fazer o repasse da verba. Itaocara, deixou a desejar também. Miracema fez, mas fez assim a meia boca. Em outras cidades eu fui sabendo através dos próprios fazedores de cultura que teve gente que pegou e falou assim: “mas eu não sei fazer isso, eu não sei fazer, eu não sei fazer essa contrapartida.” Então muitas cidades deixaram a desejar, fizeram assim a toque de caixa. E muitos pediram ajuda à Pádua para poder terminar de fazer, tanto a *um* quanto a *dois*,

quanto a gente fala aqui, entendeu? Assim foi feita a Aldir Blanc na minha região aqui. É muito difícil trabalhar no Noroeste Fluminense, gente. Eu não pensei que fosse tão difícil. Porque aqui além de... posso usar um termo? Não é chulo não, pode deixar. Politicagem. Aqui muita gente não fala, porque tem algum político por trás. Então, essa politicagem... não é política não, política é uma coisa, politicagem pra mim é outra. São dois termos diferentes. Então a politicagem atrapalhou muito esse repasse. Na primeira vez, na segunda não foi tanto, mas na primeira vez foi bastante, bastante mesmo. E a gente tentou ajudar outros municípios na segunda vez. Mas muitos vieram aqui, aprenderam como faziam, como é que tinha que fazer, o que que tinha que falar, o que tinha que fazer, entendeu? Pediram ajuda à Pádua porque ficaram sem saber o que fazer. Aperibé foi uma cidade, que é uma cidade pequenininha que você já foi... já pertenceu à Pádua e se emancipou, e não sabia fazer porque a Secretaria de Cultura é junto com a Educação, aí o poder público não tem conselho, entendeu? Aí fica essa “salada”, essa é a verdade, é ingrediente que ninguém sabia definir qual é o gosto dessa saladinha. É assim que eu defino a Lei Aldir Blanc no Noroeste Fluminense.

**P2: Ok. Antes de passar pra próxima pergunta eu tenho que fazer minha autodescrição, que eu acabei não fazendo na primeira... Bom, eu Ana Lúcia Pardo, tenho cinquenta e nove anos, parda, tenho o cabelo comprido castanho. Estou com uma blusa cor terracota e um cachecol laranja com preto e um brinco de pena indígena que eu [remonto aos] meus ancestrais**

E: Ah, eu acho lindo.

**P2: E estou rodeada aqui de livros aqui no escritório. Vou passar, querida, pra próxima questão então. E quanto às ações do legislativo estadual e municipal em torno da defesa dos trabalhadores da cultura logo no início da pandemia? Como você avalia essa atuação, essas ações, o legislativo - tanto da sua cidade quanto ALERJ, o Legislativo Estadual?**

E: Olha, na minha cidade, nós tivemos a Câmara de Vereadores fazendo uma intervenção numa banda centenária chamada Sociedade Musical Lyra de Arion, porque ela estava abandonada e o espaço estava ocupado para outros fins, entendeu? E foi substituída a diretoria, aí a Câmara de Vereadores nossa aqui teve que intervir através do prefeito... junto com o prefeito para... vamos dizer assim, tomar posse do espaço cultural, desse aparelho cultural para poder fazer a nova eleição... a prefeitura teve que intervir. Inclusive, o conselho teve que intervir, para poder fazer essa “máquina” funcionar de novo. Só que agora está na esfera judicial, porque a prefeitura tentou entrar, mas o atual presidente não deixou. Tiveram que deixar para o judiciário resolver. Então, está na justiça já, entendeu? A prefeitura teve um prazo de noventa dias, tentou entrar, mas não conseguiu, o nosso conselho tentou ajudar e não conseguiu. Quanto às outras, aqui na nossa cidade, o poder público tem ajudado os fazedores de cultura. Através de quê? Através de oficinas que a Secretaria de Cultura aqui está fazendo nas escolas. Eles estão com um projeto aqui de cinema no bairro que aqui em Pádua não tem cinema. Existe uma sala de cinema que é o Teatro Municipal com capacidade para cento e cinquenta pessoas, mas que não é um cinema, é um teatro que pode ser usado como cinema. Mas não é pra todo mundo, entendeu? Aqui a classe assalariada não tem um divertimento, não tem um espaço cultural. E esse cinema era usado mais pra elite. Foi criado um cinema, mas só fizeram a estrutura e não foi inaugurado, foi na

outra gestão. Então, estão levando, aqui em Pádua, o cinema no bairro, a prefeitura está levando a custo zero nos bairros, nos distritos. Então, a população está tendo acesso a essa área do audiovisual. Está tendo acesso à arte popular que estão levando um... vamos dizer assim... um pouco da história do... como é o mesmo folclore, juntaram várias histórias, fizeram um teatro, que estão levando pra praça. Tem circo, entendeu? Estão levando... isso é o que o poder público que está fazendo aqui na minha cidade. Nas outras cidades, eles tão comemorando... (mês passado, né? no caso já estamos em setembro...) eles comemoraram o dia do folclore, mês do folclore, em agosto. Até a gente tem uma apresentação agora em Cambuci, dia dezessete, do meu grupo, para participar duma festa do folclore, porque foi todo mundo corrido, entendeu? Que eu saiba, Miracema o INEPAC está ajudando lá que reinaugurou uma sala de cinema lá em Miracema. Aperibé faz... tem um centro cultural lá que é muito ativo, Itaocara também, mas tudo agregado à educação. Aqui no interior é muito difícil, gente. O povo... o povo que eu estou falando é o povo assalariado, ter uns espaços que possam ter atração de graça... Agora que está tendo essas coisas, entendeu? Porque o prefeito que entrou gosta e está tendo, mas antes não tinha. Você só podia ir ao teatro se você pagasse para assistir um balé, uma peça. Então, só temos um teatro municipal aqui. Minha cidade é bem grande, ela não é pequena não, ela tem vários distritos, são nove distritos. E as outras cidades também têm o mesmo problema. Falta a cultura chegar lá no finalzinho, entendeu? Ela chega na elite, mas não chega lá no fazedor de cultura. Então... aqui nós temos folia de rei, nós estou falando agora do Noroeste, nós temos Folia de Reis, nós temos Carnaval, nós temos o Jongo - que aí pra vocês, aí no Rio é jongo, pra nós aqui é Caxambu, entendeu? Nós temos aqui em Pádua, Miracema, tem... Porciúncula, tem Natividade. Então, nós temos várias cidades aqui que têm muita coisa, muita cultura. Cultura popular principalmente, entendeu? Mas é

aquela coisa, quando o poder público ajuda é mais... bem mais difícil, eles ajudam, mas não ajudam tanto quanto deveriam, entendeu? É sempre em ocasiões especiais.

**P2: E como que você descreveria o papel do Conselho Estadual de Cultura nesse processo, que ações, articulações você destacaria e também dos fóruns regionais e locais. Como é que você avalia essa atuação tanto do Conselho Estadual... dos fóruns?**

E: Olha, Ana. Posso ser sincera? Posso? Eu não conto muito com o Conselho Estadual na minha área não, eu não tenho muita coisa com o Conselho Estadual aqui não. Eu represento o Noroeste Fluminense, eu era suplente, passei a titular, você sabe muito bem disso, e eu tenho uma pessoa aqui que me atrapalha no meu trabalho como conselheira estadual. Como municipal não, mas como estadual eu tenho tido muita dificuldade. Muita gente não me reconhece como conselheira estadual, entendeu? Porque tem sempre uma pessoa que entra na frente e representa o estado aqui na minha região. Então tem muita dificuldade para chegar num secretário de outra cidade, entendeu? Quando eu chego, chega uma pessoa na minha frente aí... como eu já participei de várias vezes, eu vou numa reunião de gestores, eu vou representar o estado, mas não sou reconhecido, igual teve agora, mês passado, em Aperibé. A secretária [estadual de cultura] esteve aqui em Aperibé, eu sendo conselheira estadual, eu não sabia que ela estava numa cidade na qual eu represento, que é Aperibé, entendeu? Então, ela já veio na minha cidade, eu estava no teatro fazendo *live*, trabalhando, ela esteve na minha cidade, e falou com outra pessoa e não falou comigo. Aí depois me convidaram para ir em Miracema, eu falei "também não vou", porque se uma secretária do Estado vem na minha cidade, não me chama, não me convida - igual a esse mês passado, esse

evento em Aperibé -, um projeto que eles lançaram, eu só fui saber à noite. Porque eu estava no Rio de Janeiro, numa viagem. Aí eu fui saber a noite que ela estava na cidade de Aperibé na qual meu grupo se apresentou e ela filmou e eu não fui, porque eu estava cansada. Aí que eu fui saber que ela estava lá e depois vi as fotos que ela estava. E tinha uma outra pessoa, que já foi conselheiro, representando o Conselho Estadual. Então, aqui na minha região, eu sou reconhecida como presidente do Conselho de Pádua. Eu sou uma conselheira. Então, eu represento a minha cidade. Agora quando é pra falar do estado, tem uma outra pessoa que fala pelo estado. Então, eu vou em alguns lugares, têm pessoas, igual Miracema e Itaocara, que me conhece como conselheira do estado, me reconhece. Mas não me chama pra sentar na mesa quando tem uma palestra, não me chama para falar dos projetos do estado... Por quê? Porque tem outra pessoa que está no meu lugar, entendeu? Eu já passei isso diversas vezes, inclusive ao lado do meu secretário que é o José Machado, e nós fomos a uma reunião em Miracema de gestores para explicar o projeto do Adir Blanc, da segunda etapa que veio, que veio funcionários do Rio de Janeiro, da SECEC [Secretaria Estadual de Cultura e Economia Criativa], explicar para fazedores de cultura, sendo que tem uma conselheira do estado aqui. Explicar uma coisa que eu já sabia, porque eu frequento a reunião. Então, meu secretário falou assim: “ué, por que que não te chamaram pra mesa? Chamou outra pessoa”. Falei: “Por que ele não me reconhece.” A SECEC não me reconhece como conselheira. Eu sou suplente, vou ser eternamente suplente, entendeu? Então, têm certos lugares que sabem que eu sou conselheira, têm certos lugares que passam na minha frente. É assim no Noroeste Fluminense, é assim. Agora na minha cidade não, na minha cidade todo mundo me reconhece. Essa semana eu dei uma entrevista na rádio falando sobre a semana do folclore. A minha rádio local aqui que tem FM, ela vai até no Rio de Janeiro... se escuta ela,

para falar sobre o folclore junto com o secretário, não sou partidária, como eu falei no começo, não faço parte de partido nenhum, mas sou a favor da cultura. Mexeu com a cultura, mexeu comigo, entendeu?

**P2: Você já falou de alguma forma, mas tem uma das perguntas que a gente tem aqui, caso você tenha mais... Como é que você avalia os processos participativos de discussão, de implementação, efetivação das ações resultantes da lei Aldir Blanc no estado e no seu município?**

E: Olha, no meu município a Lei Aldir Blanc, ela teve duas etapas, como eu falei. Ela foi... primeiro foi escolhido um número menor e não foi dividido igualmente para todos os fazedores de cultura. Um grupo ganhou seis mil, outros ganharam três mil, outros ganharam dois mil, a primeira vez. Na segunda vez foram colocados mais fazedores de cultura, isso eu estou falando na minha cidade, e foi dado um prêmio de mil reais, que muita gente falou assim: “Poxa, isso é uma mixaria”. Eu falei: “Gente, dá graças a Deus, porque pelo chegou um mil reais na sua mão.” Porque se fosse igual da outra vez não ia chegar nada, entendeu? Teve gente que recebeu doze, entendeu? Da segunda vez, já foi um prêmio mais justo. A primeira vez não. Na minha região noroeste essa divisão também eu achei que foi muito injusta, entendeu? Porque ficou gente que faz... principalmente o pessoal da matriz africana, entendeu? Ficou de fora. O preconceito ainda é muito grande. Então ficou de fora. Então... o pessoal reclamou comigo “Ah, você é secretária [sic] do estado, você tinha que...” Falei: “Eu não posso fazer nada. Eu não mando na Secretaria.”. Secretaria tem uma secretária lá do estado. Eu faço parte de um conselho estadual. Eu não consigo... eu posso fiscalizar, mas eu não posso mandar... falar para a secretária: “Olha, tem

que dar pra fulano, pra fulano, pra fulano”. Não posso fazer isso. A gente fica de pé e mão amarrada... a gente sabe disso, né? Como conselheira, a gente fica... a gente já fica horas discutindo... apesar de eu não falar muito, mas eu observo muito vocês, entendeu? E aplico no meu conselho. Eu estou pegando no pé dos conselheiros aqui, jogou um regime interno em cima dele, para eu conseguir aprovar meu regime interno, porque eu não quero que passe, outra vez... Tudo pela a Aldir Blanc já passou... nós já passamos, que a Paulo vem aí e seja injusto. Que não chegue lá no... as matrizes africanas... eu tenho medo desse recurso não chegar lá e sim chegar pro balé clássico, pro teatro, pro audiovisual e não chegar lá no fazedor, no berimbau no que toca a folia, no carnavalesco que faz a folia, entendeu? No jogador... Eu tenho muito medo, por isso que eu estou [lutando pela] Paulo Gustavo. Olha, comecei a sonhar com o Paulo Gustavo...

**P2: Tenha mais uma pergunta antes de passar pro Marcelo. Que caminhos ou antecedentes poderiam representar os processos de aprendizagem da sociedade civil nesse campo de políticas culturais, das experiências participativas que antecederam a Lei Aldir Blanc que você destacaria? Você já meio que falou aí...**

E: É, mas a gente está tentando levar pros criadores de cultura lá na pontinha, explicar a eles que eles têm valor. E que essa ajuda é uma ajuda para eles, e não para empresários, para outros fazedores de cultura em outros níveis. E sim para ajudar numa emergência, porque quem ficou sem trabalho foi o pequeno que não tinha um celular para fazer um vídeo, que não tinha uma câmera, que não tinha um computador, entendeu? É ali que a gente está tentando pensar, através do Conselho Municipal, que esses fazedores... a ver o valor deles,

ajudar na contrapartida, é isso que a gente está fazendo no nosso Conselho.

**P1: Então vamos dar continuidade. Você já falou um pouquinho, Ana também, a gente gostaria de saber se houve devolução de recursos da lei. Se sim, se houve, por quê?**

E: Do Noroeste Fluminense, eu soube que Aperibé devolveu. A cidade de Aperibé. Eu não sei o montante que ela devolveu, mas eu soube que Aperibé devolveu, porque o secretário, conversando com o meu secretário aqui, pediu ajuda para fazer a Aldir Blanc, mas eles não conseguiram a tempo. É a única cidade que eu sei que devolveu mesmo o recurso todo.

**P1: Entendi. Agora na sua opinião, como se deram os processos de participação, de discussão, de implementação, até de efetivação das ações resultantes da LAB no estado e no município?**

E: Olha, no município foram feitas as... como a gente fala aqui, as contrapartidas, os resultados finais da Aldir Blanc foram usados - esses vídeos que foram feitos - nas escolas. Uma parte está no arquivo da própria Secretaria, entendeu? Muitos fizeram essa *live* com ajuda do poder público, porque... essas gravações, com ajuda do poder público... as contrapartidas. Aqui, na nossa cidade, foi usado muito assim: da feira de artesanato foi feita a gravação; nas escolas... contando histórias, teve gente que contou a própria história e fez nas escolas... A Secretaria de Educação pegou alguns vídeos, e está sendo usado vídeos na escola para falar um pouco do folclore, da cultura em si. Em todos os segmentos, não é só um segmento, são vários segmentos. Agora, no Noroeste

Fluminense, cada um... cada cidade fez de um jeito, entendeu? A Secretaria mais próxima que eu tenho aqui, na qual eu tenho mais condição de chegar: Itaocara, Aperibé e Miracema, que são cidades mais próximas, eu soube que o recurso está imitando pouco a nossa cidade, passando pela Secretaria de Educação. Essa é a realidade... mais ou menos o que estou sabendo assim. O Duda de Miracema passou pra mim, o Eduardo de Itaocara passou pra mim e o secretário de Aperibé. Ele está sendo usado assim. Aperibé foi devolvido. Itaocara e Miracema é que foi usado na educação das contrapartidas entregues. E nas outras cidades parece ter feito assim... mais ou menos isso. Não tenho certeza, porque... como eu falei com a Ana, e estou a repetir, aqui é muito difícil de trabalhar, porque tem um pessoal que passa na frente da gente, né? A Lei Aldir Blanc, que seria pra mim, foi buscada por outra pessoa para os fazedor de cultura das outras cidades, entendeu? Então, como eu entrei na metade... como eu virei conselheira titular na metade do ano pra cá, ficou muito a desejar.

**P1: Entendi. Bom, você participou dos debates virtuais sobre a Lei Aldir Blanc no estado e no município? E se sim, qual a avaliação sobre os processos das lives e webconferências?**

E: Olha, só participei na minha cidade, no estado, não. Já te falei... tem sempre uma pessoa da Secretaria que participava, entre eles. Não me colocava, não me mandavam link, nada disso. Então a minha cidade foi feita essa... a segunda vez, né? Essa primeira vez não foi feita explicação nenhuma, simplesmente mandaram a gente assinar o documento... o fazedor de cultura assinava e pronto [...] depois fazia a contrapartida e entregava, era isso. A segunda vez, não. A segunda vez já foi... já teve reunião, que foi explicado, virtual, tudinho direitinho. Aí já foi a nova... foi a eleição do conselho

na qual foi eleita a presidente. Aí já foi... nós já fomos pra parte virtual explicando as coisas direitinho, como é que ia ser, como é que não ia ser, como que ele tinha que dar a contrapartida, tudinho direitinho. A minha vice-presidente, a Nelvira, foi quem cuidou dessa parte. Ela poderia até falar mais sobre isso, porque isso foi a parte que ela cuidou mais. Dessa explicação e desse debate. Foi ela quem encaminhou... tanto fez a Aldir Blanc parte um como a parte dois.

**P1: Entendi. Eu vou passar então pra última etapa, pra Ana Lúcia. Pra gente já chegar no processo final da nossa entrevista. De antemão já agradeço a sua presença, Eliane. Tem sido muito proveitoso estar conversando com vocês representantes da sociedade civil dentro do estado. Fica meu carinho, minha admiração, meus agradecimentos.**

**P2: Então, retomando aqui, eu vou juntar essas duas questões aqui. Tem duas questões finais. Como é que você avalia, Eliane, o formato final da Lei Aldir Blanc, considerando a execução e a prestação de contas; você pensaria em fazer alguma modificação nesse formato final? Se sim, quais seriam?**

E: A modificação que eu faria era simplificar. Simplificar um pouco, porque muita gente, os fazedores de cultura da minha cidade [...] então, a simplificação, só isso. Esmiuçar mais para poder saber o que eles deveriam fazer, como eles deveriam fazer, porque ficou muito assim... naquela linguagem mais universitária... vamos dizer assim, do que popular.... [Para algumas pessoas] a gente teve que esmiuçar muito, trocar muito miúdos para poder ela entender. Então a pessoa com oitenta anos e semianalfabeta, a pessoa fica em dúvida quando você vem com uma linguagem de projetos. O fazedor de cultura que ele não tem esse estudo, ele fica meio perdido. É

só isso, eu simplificaria só, porque no mais, pra mim estaria bom. Eu mesmo já tive dificuldades, mas...

**P2: Está certo. Querida, de minha parte... eu vou passar pro professor Luiz Augusto, nosso coordenador. Muito obrigada pela entrevista. A gente queria pedir... nós estamos com um questionário para trabalhadores e trabalhadoras da cultura e também para gestores, para termos muitas respostas... se puder... eu já coloquei no conselho anteriormente, se puder ajudar, disparar, divulgar, agradecemos já de antemão e pela sua entrevista aqui concedida está bom, querida?**

**P3: Eliane, muito obrigado em nome da instituição, do LABAC, em meu pessoal.**





Universidade Federal Fluminense - UFF  
Laboratório de Ações Culturais - LABAC  
APOENA – Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações  
Culturais – foco RJ  
[pesquisa.apoena@gmail.com](mailto:pesquisa.apoena@gmail.com) – <https://apoenaredecultural.wordpress.com>

Projeto APOENA  
Entrevistado (E): **Iara Lima**  
Data: 26/07/2022

Pesquisador entrevistador (P):  
P1: Luiz Augusto Rodrigues  
P2: Ana Lúcia Pardo

Ajuste da transcrição: Paula Roberta - Data: 19/09/2022  
Conferência: Marcelo Correia - Data: 07/10/2022  
Ajuste final: Luiz Augusto Rodrigues – Data: 30/05/2023

**P1: Boa tarde, estamos aqui hoje dia vinte e seis de julho de dois mil e vinte e dois, mais uma entrevista pela plataforma Google Meet pro projeto APOENA - Rede de diagnóstico e avaliação de políticas e ações culturais com foco no Rio de Janeiro, que é coordenado por mim Luiz Augusto Rodrigues junto ao Laboratório de Ações Culturais, LABAC, da Universidade Federal Fluminense. Te agradeço a participação. A gente vem fazendo um conjunto de entrevistas, desde os construtores nacionais da LAB, todas as representações do Conselho Estadual de Cultura sempre com foco na implantação da Lei Aldir Blanc. A gente vai estar gravando, mas se algum momento da conversa você... se algum registro que você prefira que não fique público você nos avisa que a gente depois da transcrição já identifica que aquilo ali não pode ser público. Fora isso a gente, a princípio pensa em usar no**

**todo ou em parte essas entrevistas, tanto a gravação quanto a transcrição depois para criar um *corpus* do projeto. Então a gente vai conduzir a entrevista, vamos estar aqui hoje eu e Ana Lúcia Pardo, a qual você conhece, pesquisadora junto ao projeto. E a gente divide em dois blocos, um bloco menorzinho, que eu vou começar fazendo, depois que eu passo para Ana Lúcia. Um bloco só para trajetória pessoal e depois a gente foca então em bloco maior sobre a Lei Aldir Blanc. A gente vai, sobretudo assim na hora que a gente não estiver falando, vou deixar o microfone fechado para não causar muitos ruídos. Mas fica a vontade... que você que é a depoente principal. Então vamos lá Iara, eu vou te pedir para você começar dizendo seu nome completo, lugar de nascimento, formação e vinculação institucional.**

E: Meu nome é Iara Souza Lima, nasci no Rio de Janeiro, moro em Campos dos Goytacazes há mais de trinta anos. Aí a formação você pediu, né? Então, minha formação acadêmica em bacharel de turismo, atualmente estou concluindo licenciatura em teatro, pós-graduação em contação de histórias; literatura, sociedade e memória, também fazendo essas duas pós, uma já concluí, só falta apresentar o TCC e a outra estou em processo ainda. Tenho um grupo de contação de histórias que já tem vinte e quatro anos, que atua aqui na região e todo território nacional, que é o grupo “Faz de conta”, que é pioneiro aqui na região e a principal proposta é trabalhar a contação de histórias como incentivo para a leitura e ser um agregador também nas artes. Aqui no município, eu sou conselheira na área de teatro, suplente e também sou segunda secretária no fórum Norte Fluminense e conselheira no Estado, de políticas públicas.

**P1: Maravilha. Iara. Você participa ou participou de algum movimento político ou militância no campo do cultural?**

E: Eu só participei e assim diretamente através das redes sociais. Fazendo a divulgação, esclarecendo dúvidas quando é possível, sobre a LAB, sobre outros projetos também que tem aqui na região, de editais. Como eu estou na área do conselho municipal, a gente tem essa atuação. Como a gente está no fórum também a gente entra em contato com os municípios aqui do Norte Fluminense, aí nessa parte a gente entra na parte de divulgar os editais, de falar sobre a questão do CPF [Conselho-Plano-Fundo] da cultura e de atualizar as pessoas sobre as informações.

**P1: Me desculpe se, em algum momento, alguma pergunta ficar redundante ou seguir em algum como uma conversa, algumas coisas você pode ter antecipado, mas aí eu perguntar pode ser que você queira avançar um pouquinho mais, você fique à vontade. Vamos seguindo. Quando e como você começou a se envolver com política cultural, mas estritamente falando, e que passagens você destacaria da sua trajetória como agente da política cultural?**

E: Ah tem uns dez, quinze anos que aqui na região teve um o presidente na época, que era presidente do Trianon e ele fez uma reunião com os artistas. Eu já fui também presidente da Arta que era uma Associação Regional de Teatro Amador, eu era secretária também, então desde essa época, que na verdade todo teatro ele é político - ou ele fala de política ou ele faz um ato político. Então eu já faço teatro há trinta anos, trinta e poucos anos. Então a gente sempre fez essas atuações pro despertar pra cultura o espaço para a cultura. Então tivemos aqui a invasão do teatro de bolso que estava fechado, então a

gente fez a apropriação do espaço, ficávamos lá de plantão fizemos também a Associação Regional do Teatro Amador para despertar para a questão das políticas realmente da região, ter esse cuidado não só fazer o apadrinhamento de contrato com aqueles preferidos, e sim ser uma coisa mais clara, transparente para que todos possam participar, que todos possam estar envolvidos e participar diretamente dessa área, principalmente da área de teatro.

**P1: Seguindo essa questão da participação da sociedade civil, como é que você avalia os limites e as potencialidades dessa participação da sociedade civil na pauta da cultura, na construção de políticas culturais?**

E: Então, a pandemia ela tem um lado muito negativo que é, claro... que foi as mortes das pessoas, que a gente não vai, elas não vão voltar nunca mais. Mas tivemos um avanço principalmente na organização, na interseção principalmente dos fazedores de culturas aqui da região. Que até esse nome surgiu também com a pandemia: "Os fazedores de cultura". Então as pessoas começaram a pensar, muitos não acreditaram muito quando veio o primeiro edital da LAB1, não acreditaram muito. Então foram até poucos inscritos, e na segunda tiveram mais fé, acreditaram mais, a inscrição foi maior, mas o primeiro foi meio com pé atrás. Em algumas regiões também até não participaram. Porque uma empresa quando vai fazer e ter que se organizar, colocar as ideias no papel às vezes é muito difícil quando você não tem um preparo. Se você não se preparar, aí você fica um pouco atrás, porque tudo que é público você tem que prestar contas, e ao prestar contas, você tem que ter o projeto, tem que saber quem está envolvido, quantas pessoas vão estar atuando, quantas pessoas vão estar realmente realizando aquele projeto. E muitas pessoas às vezes não tinham ideia de quantas pessoas

realmente estavam envolvidas em seus projetos. Achava que era só ele como um artesão ou então só como ator está envolvido, mas têm muito mais pessoas envolvidas quando se desenvolve o projeto. Então até tomar essa consciência foi muito após essa pandemia. Alguns grupos já eram organizados e saíram na frente. E os grupos que não eram organizados tiveram que aprender, buscar, buscar conhecimento. A prefeitura aqui na região, e nas outras regiões também, forneceram cursos, ajuda pra tentar inscrever. As pessoas não sabiam nem se inscrever nos projetos, teve que ter essa ajuda, e essa ajuda também a questão não é só de intelecto, mas também de ferramentas. Não tinha um celular pra fazer, o celular às vezes é difícil, tinha que ter computador, não tinha internet. Então foi um tempo muito difícil, mas nessa questão as pessoas começaram a ficar mais atentas, e se organizarem melhor nesse sentido.

**P1: Vou passar pra Ana Lúcia Pardo. Ela vai continuar e ela vai avançando mais nessa questão que você já começou a falar que é sobre a Lei Aldir Blanc.**

**P2: Obrigada professor Luiz Augusto. Obrigada Iara Lima por concordar em conceder essa entrevista pra gente. Como disse o professor, a gente está com esse projeto Apoena, uma rede de diagnóstico e avaliação de políticas e ações culturais com foco no estado do Rio. Entrando agora um pouco mais, você já mencionou, mas entrando mais profundamente na Lei Aldir Blanc, como é que se deram as primeiras articulações no seu município, na região, no estado, como é que você avalia essas articulações da Lei Aldir Blanc?**

E: Eu acho que essa Lei Aldir Blanc deu uma visibilidade à cultura que até então não tinha. A questão das palavras que

ficaram muito na internet “o primeiro a fechar e o último a abrir” acho que tocou um pouco as pessoas, principalmente aquelas que ficaram em casa, que não tinham como sair, que obedeciam. Então, quando veio falar sobre essa Lei Aldir Blanc - que foi uma pessoa que também faleceu na pandemia - e foi toda essa semente [que] começou a ser gerada, muitas expectativas foram geradas, mas muitos não acreditaram - como eu falei um pouco antes - muitos acharam que isso não ia acontecer, que ia ter panelinha porque sempre acha que tem panelinha e quando viu acontecer, que realmente na região teve municípios que nem se prepararam para receber, teve o dinheiro devolvido, mas depois viu que realmente funcionava. Então começou a se organizar melhor e a ver os resultados das apresentações... era como a gente sempre diz: a gente precisa às vezes de oportunidade. Porque a produção de qualquer trabalho que seja tem um custo e não é só receber o dinheiro, mas sim eu vi na hora da realização dos trabalhos... ficou tudo no canal direto da prefeitura, a gente percebia a alegria de compartilhar, de sempre fazer mais do que foi oferecido, entendeu? Do compromisso de alguns artistas, é claro que nem todos são assim cem por cento, mas eu acredito que noventa por cento se empenharam bastante em fazer o seu melhor. Não só fazer pelo cachê, que estava sendo pago, pelo projeto que estava sendo pago. Mas por saber que a sua arte ia ficar ali registrada e compartilhada e sendo visualizada. Então foram projetos que a Lei Aldir Blanc teve... aqui na região de Campos. Fez assim um presente, só para Campos dos Goytacazes, então a pessoa tinha que incluir no seu projeto a cidade de Campos dos Goytacazes, então foi valorizado a arte local, onde textos eram daqui da região, trabalho artístico era da região, representações era da região, e até o hino da cidade foi interpretado por um ator, o Carvalho que ele resgatou a poesia que foi inspirada no hino. Então foi um trabalho bem diferenciado. Poucas pessoas conheciam, então a gente viu renascer essa memória da cidade que estava um pouco

adormecida. Porque às vezes quando você vai fazer um trabalho você tem que ver a quem você quer alcançar, qual o objetivo que você realmente quer. Então com essa injeção, podemos dizer assim, esse olhar, esse cuidado na hora de elaborar os projetos para devolver para a cidade, a cidade respondeu muito bem também.

**P2: E quanto às ações do Legislativo Estadual e Municipal, em torno da defesa dos trabalhadores da cultura logo que se deu a pandemia? Como você avalia que se comportaram? Como essa instância legislativa se comportou, assim, deu retorno?**

E: Eu acho que é um grande problema, eu acho que sempre é um problema, a questão da comunicação. Às vezes o retorno, a gente enfrenta isso lá como conselheiros, às vezes o retorno não é muito claro, o canal de comunicação tem que ser mais rápido e objetivo. Só que a gente tem que também ponderar, que tanto o estado como o município não teve tantos braços assim para, como é que se diz?, alcançar todos esses editais. Foram editais atrás do outro, porque envolve avaliação, a conferência de documento, às vezes a pessoa passa por uma coisa despercebida, acha injusto. A questão é, quando você lança o edital você tenta alcançar aquele valor que foi determinado, para aquela quantidade X de pessoas. E se passar todo mundo não vai ter dinheiro para passar para todo mundo. Não é isso? Então esse próprio erro que às vezes acontece do fazedor de cultura que está participando, proponente, é justamente já para eliminar. Então, ficam zangados, ficam tristes, mas a gente tem que entender que é para atender uma camada que está dentro dos conformes que foi solicitado. Às vezes há erros, teve alguns erros que tiveram que suspender os projetos e depois voltar. Então essa questão da comunicação que às vezes não fica muito clara. Porque

essa questão online, por mais que a gente ache que facilite a questão online, só que ele não é inteligente. Quem tem que ser inteligente é quem desenvolve o sistema, o software, mas quem preenche vai preencher conforme está escrito ali, mas às vezes a linguagem não é muito clara. Pode ser assim? Não pode ser assim? Eu acho que teria que ter um tempo, uma margem de tempo para corrigir caso faça alguma coisa errada. E às vezes o erro é só porque esqueceu um número. Então às vezes fica injusto não atender esses fazedores que já estão nervosos, passando necessidade. Eu acho que foi um tempo muito difícil para quem só vive da cultura, já é difícil viver da cultura, ainda por cima nesse tempo em que nada foi aberto, difícil mesmo. Ainda não está totalmente recuperado, por mais que a gente ache “ah, está todo mundo na rua”, mas ainda não está totalmente recuperado. As pessoas perderam um pouco essa rotina, então é um costume diferente. Por mais que as pessoas estivessem em casa vendo teatro, vendo televisão, vendo coisa e tal, mas fazer essa rotina do dia a dia, ir ao cinema, ir ao teatro, é uma rotina difícil. E o comércio que quando você não tem o edital você procura o comércio, mas o comércio também ainda não está forte para conseguir patrocinar, para ajudar, para fazer parcerias. Então nada está cem por cento ainda. Eu falo muito da área de teatro porque é a área que eu sou mais próxima. Muitas das áreas também que eram feitas as apresentações ficaram abandonadas por dois anos. Então aí tiveram que fazer reparo. Eu tenho aqui uma empresa, é um teatro aqui que é o teatro SESI que ele está em manutenção porque ficou dois anos e de repente apareceu um cupim e destruiu quase parte do telhado, então teve que refazer essa parte, está lá em obra que é um espaço que tem bastante atenção, faz edital, divulga... o SESC também sempre está fazendo editais, mas tiveram tudo que fazer reforma nesse período que ficou afastado, então o pessoal também que faz teatro está sem espaço para se apresentar, é uma coisa meio assim difícil de entender, pelo menos aqui na região. Aí tem o

Norte Fluminense aqui, tem a cidade de São João da Barra que tem um teatro também, mas que também não está ainda efervescendo, é mais feito na rua. Em São Francisco [do Itabapoana] vai inaugurar um teatro esse ano, que é um novo espaço para região Norte Fluminense, Conceição de Macabu não tem teatro, é mais parte de música, teatro na rua mesmo, mas lá a linguagem não é teatro, é mais música e apresentações ao redor assim. E tem também a cidade de Quissamã que é mais envolvida na parte cultural que tem a Fazendinha, que está voltando aos poucos também porque era uma cidade que efervescia bastante cultura.

**P2: Ok, e como que você descreveria o papel do nosso Conselho Estadual de Políticas Culturais e do Conselho Municipal nesse processo? Que ações, articulações você destacaria e também dos fóruns regionais, locais, temáticos, ou seja, tanto dos fóruns, quanto dos conselhos, como você avalia, e o que você destacaria dessas articulações, posturas, comportamentos?**

E: Nosso conselho aqui é bem ativo, ele está sempre ligado junto com a Secretaria de Cultura e todas as reivindicações, todos os editais... sempre é passado pelo município pra gente olhar, sugerir. Às vezes a nossa sugestão não é acatada, porque também tudo tem que passar pelo procurador para ver se ele concorda ou não. Então a gente sugere e ficamos sempre atentos ao que é colocado quando a gente não concorda com alguma coisa, e nós já colocamos em pauta aqui na região municipal. Então o nosso conselho é bem ativo. Inclusive nós estreamos o dez anos de plano municipal e já se criou um GT para acompanhar esse plano municipal que vai ser desenvolvido durante dez anos e vamos colocar já no regimento também. Que isso faça parte de uma gestão de conselho, de três em três anos ou quatro em quatro anos, que

vai durar até dois mil e vinte... não é vinte e dois até 2022 . Esse plano foi aprovado pelo prefeito, inclusive o prefeito também criou uma lei pra o fundo de cultura, que possa recolher pelo ICMS um percentual e que vai ser colocado num fundo de cultura, então é mais verba que a gente pode conseguir, mas como eu falei o município ainda não está vendendo... o comércio ainda não está forte, todo mundo está sofrendo muito com essa alta de preço na alimentação, alta de preço no combustível, então tudo isso vem sendo assim como se fosse uma cascata. Tudo vai se desenvolvendo. Então, ainda não tem bastante dinheiro, mas sempre lançado edital, todas as contratações até o momento pela Secretaria de Cultura a gente fica sempre acompanhando o diário oficial da cidade e verifica que é sempre através de edital. Tudo é aberto, o edital para contratação, tanto da parte de quadrilha, na parte de artista, na parte de músico, edital para o teatro. Agora nós estamos envolvidos na reabertura do Teatro de Bolso, que também estava precisando de reforma como o Teatro Trianon também precisou de uma manutenção por causa desses dois anos, então o Trianon abriu primeiro, que é o maior, com 820 lugares e o Teatro de Bolso é 162 lugares, a reinauguração foi mês passado e a gente conseguiu, mas ainda não foi lançado como que vai ser a marcação de pauta, então a gente já está envolvido nisso. Inclusive vai ter uma reunião hoje, o conselho se reúne de quinze em quinze dias e nos outros municípios, a minha parte do fórum, nós tivemos encontro com todos os secretários e colocamos à disposição. Mas a gente percebeu, a gente lá do fórum [Fórum de Cultura do Norte Fluminense] percebeu que o secretário recebeu a gente muito bem, conseguiram colocar o fórum na sua agenda, mas não deram importância. Então agora o nosso segundo encontro... porque o fórum nasceu também na pandemia. Então o fórum é muito novinho. Nós acabamos até de elaborar o nosso regimento interno, que já vai vir agora a nova eleição. Então a gente já está elaborando o nosso próximo regimento interno, e a gente

percebeu que eles não deram muita pelota, a verdade é essa. Então receberam a gente muito bem, coisa e tal, mas... Nada. Então a gente está pensando agora em encontrar os conselhos dessas regiões. Tem conselho que não está ativo, tem conselho só uma ou duas pessoas que tomam conta, tem conselho que é o próprio secretário que é presidente do conselho, não é alternado. Aqui na nossa região, é alternado, um ano o poder público e um ano a sociedade civil, mas tem conselho que não funciona assim. Então a gente vai começar a sugerir como é que tem que ser feito para ter movimento realmente na cultura, ser um conselho, se é consultiva deliberativa, mas que ele possa atuar realmente na promoção da cultura da sua cidade, ter esse olhar atento. Então, nosso conselho aqui na cidade tem mais de 16 pessoas e todos estão sempre atentos, qualquer injúria que ocorra, qualquer coisa que a gente não concorde é sempre levada ao conselho através de solicitação de pauta e todos têm voz e só direito a voto os conselheiros titulares. Mas a participação de todos é bastante ativa. E acreditamos que o fórum vai se desenvolver, porque nessa primeira eleição só conseguimos, como está tudo na pandemia, pegar três regiões, três cidades da região norte fluminense, três cidades... Mas agora já colocamos nesse novo regimento interno que sejam mais pessoas para não ficar fechado só em três cidades, ter mais cidades envolvidas, porque quando você se envolve a coisa fica mais coerente...

**P2: Eu vou juntar essas duas outras questões aqui antes de passar pro professor Luiz Augusto. Você já meio que tocou no ponto, mas caso você tenha mais uma análise, como é que se deram as ações da Lei Aldir Blanc no seu município de Campos e se houve devolução de recursos? Se houve, por quê? Qual o motivo? Quer dizer, como você avalia a execução, o processo de execução, de articulação, enfim, da Lei Aldir Blanc no seu município e se houve devolução de recursos.**

E: Então, pelo que eu soube, na região de Campos teve uma devolução sim, porque a princípio a lei dizia que tinha que devolver até 31 de dezembro se não fosse utilizado o recurso. Então, a secretária prontamente devolveu. Mas assim que ela devolveu o dinheiro saiu no outro dia que não precisava devolver. Foi no outro dia que saiu. Foi num dia que ela mandou e no outro dia que não tinha. Aí entrou novamente com o recurso para utilizar, aí foi redistribuído o valor, ficou uma parte para uma região e ficou uma outra parte com as outras regiões que não tinham conseguido alcançar... para receber a verba. Então eram 996 mil, eu não lembro o valor certinho, mas era um valor significativo que aí foi distribuído, uma parte para outras regiões e para outros. Mas aqui funcionou bem, apesar de alguns, que tem sempre aquela reclamação dos formulários que era muita burocracia, mas prestação de conta a gente tem que prestar conta do dinheiro principalmente público... Então nessa parte nós tivemos ajuda do pessoal da cultura para fazer as inscrições, foi bem articulado, divulgamos bastante na medida do possível, tanto no site oficial da prefeitura, como também nas redes sociais, nos grupos do WhatsApp, Telegram, tanto toda mídia assim que a gente conseguia fazer espontânea, foi realizado. Então até assim, no interior, porque aqui nós temos o centro da cidade, os bairros, a periferia e a zona rural que nós temos que é bem distante, é coisa de trinta, quarenta quilômetros, até a essas pessoas a gente tentou conseguir chegar essas informações. E era essas que chegavam lá que não sabia como fazer, principalmente o pessoal do carnaval que é muita gente popular que às vezes não tem acesso à informação. Então acho que esse ponto foi bem divulgado. As pessoas podem reclamar, um ou outro que vai ter sempre alguém pra reclamar, mas a meu ver foi bem divulgado e as pessoas se envolveram bastante para ajudar essas pessoas.

**P2 Está bem, obrigada eu passei pro professor Luiz Augusto.**

**P1: Vamos lá, Iara. Eu vou voltar um pouco na questão da participação de novo. Como é que você avalia os processos participativos? Em diferentes momentos, seja na discussão, seja na implementação das ações resultantes da LAB. Tanto no estado quanto aí em Campos.**

E: Como é que eu avalio? Eu avalio assim de uma forma bem otimista, mas eu vejo que no modo geral, o estado do Rio de Janeiro ele ainda está meio um pouco atrás nessa questão da comunicação e de estruturar melhor o edital e principalmente os pareceristas que fazem a avaliação. Eu acho que tem que ser umas pessoas mais bem preparadas, conhecer um pouco mais da cultura, porque nós temos duas coisas preocupantes que eu penso: se você contrata uma pessoa que é boa para fazer avaliação ela vai deixar de produzir. Digamos que eu contrate a senhora lá que é Jongueira – hoje é até o dia do Jongo, por isso que eu estou dando esse exemplo - ela é Jongueira, mestre do saber, mas ela não tem conhecimentos, mas ela é a mestre naquela área, aí se eu tiro ela para avaliar, ela vai deixar de produzir. Você entendeu? Então, é uma coisa que a gente tem que pensar bem as pessoas que estão avaliando esse projeto, ter esse olhar sensível e compreender o que é essas artes dos mestres populares, que são os mais difíceis de avaliar. Então às vezes por ele não ter conhecimento das ferramentas, às vezes até não tem um grau de instrução muito elevado, mas eles têm o saber, que é o principal da cultura. Porque se a gente fosse barrar, a gente ia barrar vários artistas que não têm o seu grau de instrução. Então, tem que ter esse olhar sensível e fazer um formulário que consiga agregar a essas pessoas, não deixar elas de fora. Você entendeu? Então, acho que esse olhar sensível que tem que

ter. E às vezes a burocracia... certos documentos eu não vejo necessidade de ter e é pedido esses documentos. Então o que é realmente necessário? O que não é necessário? Acho que isso tem que ser resolvido. Uma questão que eu acho que pegou muito e está todo mundo reclamando, é a questão do banco com saldo zerado Bradesco, porque o banco não é parceiro, ele simplesmente fala que tem que esperar a vez que eles podem atender e as pessoas têm prazo, isso já foi destacado tanto nas nossas regiões aqui e todo mundo reclamava sobre isso. Porque o prazo pro banco pra pessoa abrir a conta ia demorar quatro, cinco dias. E tem que lembrar que têm cidades do interior que só tem um ou dois Bradesco, aqui eu tenho quatro Bradesco mas tem cidade que só tem um, você imagina abrir uma conta num banco do interior que só tem um e a pessoa demora a abrir. A pessoa deixa de participar por causa de uma burocracia? Então, o banco, a conta zerada, teria que ser uma outra conta ou poupança. E ficou muito assim, batido nisso, a questão da conta foi uma coisa que incomodou bastante pessoas, e eu acho que tem que se pensar uma forma mais fácil para conseguir atender todo mundo, desde que esteja dentro dos documentos certinhos também, não pode ser, “ah vou atender porque oh...”, não podemos ter pena nesse sentido assim, mas tem que ter compreensão que eu penso, compreensão pra poder ajudar. Resolver o problema. E o canal de comunicação que não existe. Nós os conselheiros éramos procurados para resolver problema que não era nosso. Entendeu? Porque quando eu digo, nosso... É claro que a gente não pode passar a mão na cabeça, eu acho que não pode ser paternalista. Não é nesse sentido, mas eu acho que o canal de comunicação para tirar dúvidas principalmente, esclarecer, eu acho que isso faltou na região, assim, do estado principalmente.

**P2: Agora vamos pensar um pouco em relação às políticas culturais e as experiências participativas. Tanto hoje**

**quanto anteriores. Que caminhos você acha que podem ter representado processos de aprendizagem da sociedade civil nesse exercício da participação nas políticas culturais?**

E: Eu acho que, assim, é interessante as pessoas se instrumentalizarem, fazerem cursos. Por exemplo, abriu o edital, o edital três da Lei Aldir Blanc, ter um treinamento sobre isso. Entendeu? Ter um esclarecimento. Nós aqui fizemos, gravamos uma aula online, ia explicando passo a passo, as pessoas tinham dúvida e iam tirando. Mas temos que lembrar que nem todos têm acesso à internet, mas como estava na pandemia foi feita através da internet. Mas esse curso para instrumentalizar deveria ser um ponto já para ganhar um ponto positivo. Por exemplo, quem participou do curso ganharia um ponto extra, porque assim incentivaria as pessoas a fazerem esse curso. Porque também pegar tudo de *mão beijada* eu não sou de acordo, entendeu? Eu acho que as pessoas também têm que se esforçar. Então o proponente teria que ser responsável em fazer esse curso e sairia com um ponto na frente. Como nós fizemos aqui também na região, por exemplo, a sugestão era falar sobre Campos. Quem fosse falar sobre Campos, que é a sugestão que eu tinha dado era utilizar a cultura local, entendeu? Se eu fosse fazer uma contação de história, um exemplo da minha área, eu utilizaria um pessoal que tem aqui, do Reisado, então, eu falaria a contação de história e o Reisado participaria. Então, era para agregar, já que essa pessoa não consegue se organizar e nem fazer, eu agregaria ao meu projeto, que eu sei fazer, você entendeu? Então, a ideia era somar, na apresentação da proposta e assim todos ganham, entendeu? Então, ao fazer a questão da proposta para o edital, teria que ter esse pontapé: ao fazer o curso você já ganharia uma pontuação. Porque assim ele aprenderia, teria esse incentivo e de querer realmente participar, entendeu? Eu acho que faltou um pouco essa

questão, dessa preparação, como foi tudo muito atropelado, editais... as pessoas às vezes não têm costume de participar. Visto que os editais, pelo levantamento que foi feito, a maioria, quantidade maior foi do estado do Rio de Janeiro. Eu até estava dando uma olhada aqui. A quantidade de projetos apresentados e os projetos que foram contemplados: muito poucos números. Têm cidades que só apresentaram dois projetos, um projeto que foi contemplado. Você imagina uma cidade inteira apresentar dois projetos, quatro projetos, então eu achei que isso poderia ser muito mais... porque ao você contemplar esses projetos você não só está contemplando as pessoas que tão realizando o projeto, mas sim toda uma cidade em torno em cima desses projetos. Quantas pessoas estão atingindo? Qual foi o objetivo atingido? Eu acompanhei um curso lá do pessoal de São Paulo onde o PROAC que acontece lá, e é uma verba que se destina o ano inteiro não é uma verba só momentânea, é um projeto que você faz pro ano inteiro, então você vai desenvolver durante o ano inteiro esse projeto. Então você já fica... como assim, entende o que você vai fazer e o que que você vai desenvolver durante o ano, entendeu? Ou aulas, ou apresentação, não é uma coisa estanque, entendeu? Acho que isso que tem que pensar. Qual é o projeto? Que que vai ser desenvolvido depois? Qual é a continuidade dele? Entendeu? Isso que eu acho que tem que ser avaliado na hora de fazer os editais, entendeu? Qual é o produto que vai resultar desse trabalho? Qual o impacto que ele vai ter na região? O que que vai resultar disso? Eu não vi isso nos projetos assim, nos editais falando sobre... Mais ou menos.

**P1: Iara, vou trazer a minha última questão e depois passar para Ana Lúcia fazer as últimas. Você participou dos debates virtuais sobre a LAB, tanto no estado quanto no município? E se participou, qual sua avaliação sobre os processos das *lives* e das webconferências?**



E: Eu participei de algumas sim, tanto no município como no estado. Tem até um grupo que foi criado no WhatsApp de políticas públicas, eu estou participando ainda. Eu participei junto com o [Alexandre] Santini que fazia também, participei lá de alguns projetos em Niterói que foi desenvolvido também, que foi um outro projeto que ele fez lá e conseguiu ganhar uma verba e fiz um curso todo online, e dentro dessa questão de produção cultural e falando sobre a LAB. Eu participei, teve umas convenções falando sobre, para fazer articulação, então eu participei. Teve um que pediram a opinião eu achei até cansativo porque em vez de ser mais objetivo ficava muito de saudações saudações saudações achei meio cansativo isso: “Saudação de não sei o quê. Saudação...” Eu acho que é importante fazer a efervescência cultural, mas eu achei cansativo porque tinha muita saudação e o objetivo final acabava ficando cansado e você não via o que que era realmente para se falar, então esse até coloquei essa crítica lá, não sei se foi bem recebida, mas eu tenho vontade de falar, eu falo.

**P2: Querida, dando continuidade, que processos formativos você poderia elencar sobre a execução da Lei Aldir Blanc, tanto em relação aos trabalhadores e artistas quanto em relação aos gestores governamentais? Como é que você avalia tais ações, os processos formativos, sobre essa execução?**

E: Eu acho que tem que ter uma preparação tanto da parte administrativa, da gestão pública, como da sociedade civil. Eu acho que têm que ser ambos os lados, porque tem que ter uma sensibilidade para receber essas pessoas, para tirar dúvida e também essas pessoas estarem mais preparadas para apresentar seu projeto, vender o seu projeto. Digamos que eu vou fazer uma roupa bordada com a linha X, então eu tenho

que dizer que essa linha X é diferente da linha Y. Por que esse trabalho meu é interessante pra cidade? E a pessoa que receber esse projeto entender isso. Porque às vezes coloca uma pessoa que está lá, não sabe de nada do projeto, não sabe da importância do impacto que esse projeto vai refletir e recusa seu projeto ou não entende: “acho que a linha X serve”, mas a linha X não serve, tem que ser a linha Y. Ou então o tipo de maquiagem que você vai utilizar, então o tipo de luz que você vai utilizar ou então a apresentação precise de um espaço fechado, a apresentação precise de um espaço aberto, o tipo de tinta se eu for fazer um mural, um tipo de tinta que eu não posso usar, então às vezes olha lá o orçamento, “ah essa tinta aqui está muito cara, corta”, mas não sabe o tipo de tinta, entendeu? Então acho que tem que ter esse cuidado. Acho que tanto a parte da gestão pública como os fazedores, eles têm que estar preparados para saber elaborar bem o seu projeto, porque senão acaba tendo prejuízo também.

**P2: Ok, eu vou juntar essas duas aqui. Como é que você avalia o formato final da Lei Aldir Blanc e considerando a execução e a prestação de contas, você pensaria em fazer algum tipo de modificação nesse formato final? E fazendo, quais seriam?**

E: Eu acho que a apresentação da prestação de contas ela deveria ter um acesso de um contador. Eu acho que a própria gestão pública poderia oferecer. Porque a matemática é o terror de todo mundo, da maioria das pessoas, mas eu acho que a questão da planilha de custo e apresentação do final do projeto, saber qual o documento que você tem que apresentar, se esse documento serve, se esse não serve eu acho que teria que ter uma consultoria. Acho: àqueles que tivessem dificuldade de apresentar, tem um contador disponível para orientar, para orientar esse serviço, porque aí a prestação de

contas ficava redondinha. Porque a dificuldade das pessoas é entender o que tem que prestar conta, o que que pode entrar, o que que não pode entrar, entendeu? Já que ele colocou no orçamento, ele vai ter que apresentar, senão ele vai ter que devolver dinheiro. Então, o grande temor agora é justamente esse banco Bradesco e o temor também de não entender o que que está sendo pedido e qual documento que não vai ser válido. Porque os documentos para apresentar numa contabilidade eles têm que ter autorização. Então qual que não serve? Qual que serve? Então isso tem que ser esclarecido, principalmente pras pessoas que vão prestar conta. Eu acho que isso faltou um pouco dessa parte.

**P2: Eu vou para uma pergunta final. Como que a Lei Aldir Blanc auxiliou ou não auxiliou a gestão pública posterior no seu município? E também aproveito para pedir, caso você tenha outra questão que a gente não abordou, já fazer as suas considerações finais.**

E: Ah, eu acho assim que a Lei Aldir Blanc, ela deu uma sacudida em toda a região aqui, esse olhar para a cultura, esse desenvolvimento da cultura. Muitas pessoas que estavam no subsolo saíram do subsolo, colocaram as suas ideias no papel, a importância de colocar essas ideias no papel, a prefeitura também, eu senti que ela começou a conhecer mais a cultura da região, a importância de trabalhar com a cultura do interior, a informação de acesso também foi muito difícil de entender, mas depois começaram a entender que essas pessoas precisavam dessas informações de estar trabalhando. Então, eu acho que a LAB ela foi um grande alívio no sentido não só financeiramente, mas também pelas apresentações, pela divulgação, pelo fazer cultural, pelas reuniões, só em estar participando das reuniões, você já estava trocando ideias, ampliando a sua mente e tendo esse cuidado e estar atento

aos editais. Então você pode até não ter passado, mas você aprendeu o que que você errou, o que você não errou, eu pelo menos acho que isso é importante na hora de participar de um edital, prestar atenção no que está escrito, fazer contatos, que é muito importante. Então essa união acho que houve mais, assim nesse sentido. E o que eu acho que poderia não ter, como não aconteceu, esse canal de comunicação e essa assessoria de um contador que eu acho que poderia ajudar mais as pessoas a tirar essa dúvida e o Banco Bradesco - serem outros bancos ou encontrar outra forma, que eu acho que isso está atrapalhando um pouco as pessoas. E a questão do canal de comunicação, tirar dúvidas, eu acho que isso às vezes não aconteceu, no estado principalmente, e ficava todo mundo sem saber para onde se comunicar, às vezes o site saía fora do ar, a internet ela ajuda, mas ela também atrapalha. E outra coisa que eu acho importante é: se deu um prazo e você prorroga o prazo, aquelas pessoas que entrarem na prorrogação elas deveriam ser descontadas um pouco a sua nota, porque eu não acho justo a pessoa que correu atrás, apresentou dentro do prazo e depois estendeu o prazo aí entrou mais pessoas, isso eu acho que é uma falta de respeito com aqueles que correram atrás para cumprir o prazo. Você lançou um prazo: dez de fevereiro, não importa se entrou mais ou menos, mas aqueles que entraram depois teria que ter "não uma punição", mas não ter um ponto assim, aqueles que entregaram na data já ter uma pontuação, e também aqueles que conseguiram, apresentar, fazer a sua prestação de contas, fazer tudo bem, ser também premiado com os dizeres de que foi bem apresentado, que foi, concluiu, fez a sua prestação de contas, que eu acho que isso também é um certificado, para você participar dos próximos editais. E dentro das considerações finais, eu quero agradecer, poder falar um pouco da região, de conhecer um pouco... aqui é uma terra bastante produtiva, a região aqui é bastante produtiva de cultura popular, de teatro, temos dois teatros públicos e mais dois teatros

particulares que é do SESI e do SESC e casa de espaço alternativo, temos três espaços alternativos aqui na área de teatro também e na baixada nós temos biblioteca que a biblioteca também aqui está reformando - eu falo da cidade de Campos. E na cidade de São Francisco vai inaugurar um teatro também, São José da Barra tem teatro, Quissamã tem Casa de Cultura, não tem teatro mas é bem efervescente a parte cultural também.

**P1: Eu vou complementar e você me corrige e complementa mais. Acho que faltou um pouquinho na apresentação inicial. Então olha só, você é conselheira do Conselho Estadual de Políticas Culturais do Rio de Janeiro. Titular da região Norte Fluminense.**

E: Isso.

**P1: E desde quando, lara?**

E: Esse é o primeiro mandato. Agora nós estamos em dois mil e vinte e dois, 2021/2022.

**P1: E, além de representar, você estar dentro do conselho, você foi eleita pra mesa diretora, é isso?**

E: Isso, isso. Eu sou presidente porque o presidente saiu, eu era vice, aí passei a ser presidente.

**P1: Então beleza, só porque eu acho que de repente ficou incompleto na qualificação inicial.**

E: Eu não coloquei isso, eu falo mais que sou conselho mesmo.

**P1: Vou te agradecer demais, a gente está com um formulário, a Ana Lúcia já te invocou bastante no conselho, mas se você puder ainda divulgar: um pros trabalhadores da cultura que foram agraciados ou não, que não conseguiram a LAB, também é importante ouvi-los. E o outro formulário pros gestores e ex-gestores. Sendo que os gestores é o pessoal que esteve envolvido na gestão. Não só apenas o secretário. Tanto em Campos quanto nos municípios que você representa, se puder dar uma força pra gente...**

**P2: Muito obrigada lara, também queria agradecer, acho muito importante as reflexões que você nos traz.**

E: Obrigada, gente. Até logo. Muito obrigada.



Universidade Federal Fluminense - UFF  
Laboratório de Ações Culturais - LABAC  
APOENA – Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações  
Culturais – foco RJ  
[pesquisa.apoena@gmail.com](mailto:pesquisa.apoena@gmail.com) – <https://apoenaredecultural.wordpress.com>

Projeto APOENA  
Entrevistado (E): **José Facury**  
Data: 04/03/2022

Pesquisador entrevistador (P):  
P1: Marcelo Correia  
P2: Ana Lúcia Pardo

Transcrição/responsável: Clarice Heringer - Data: 23/03/2022  
Ajuste da transcrição: Marcelo Correia - Data: 23/05/2022  
Conferência: Lia Calabre – Data: 12/06/2022

**P1: Oi gente, boa tarde. Estamos aqui juntos para a entrevista que vamos realizar para o projeto APOENA, que é uma Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações Culturais com foco no estado do Rio de Janeiro, coordenado pelo professor doutor Luiz Augusto Rodrigues. Hoje é dia quatro de março de 2022. Estão presentes na sala, eu, Marcelo Correia, Ana Lúcia Pardo e José Facury. De antemão, te pergunto Facury se podemos gravar essa nossa entrevista e utilizar, posteriormente, partes da mesma junto ao projeto?**

E: Sem dúvida, sem dúvida. A nossa contribuição ela tem que ser compartilhada para todos.

**P1: Então, vou começar. Eu vou fazer algumas perguntas e faz parte da dinâmica da nossa entrevista de hoje: - Quería que você informasse o seu nome completo, lugar de nascimento, formação e vinculação institucional ou comunitária dentro da cultura.**

E: Bem, eu me chamo José Facury Heluy, eu sou natural de São Luís do Maranhão, estou no Rio desde 1975, realizando uma série de situações e de ações ligadas à cultura e ao teatro. Minha formação é de arte-educador, eu sou o professor arte-educador da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, agora aposentado. Minha contribuição, ela tem sido muito efetiva muito mais no teatro, nas artes cênicas, na cenografia onde eu tenho também, um doutorado pós-graduação. Já fui presidente da Federação Estadual de Teatro. A periferia da cultura das artes cênicas é a minha paixão. Então eu sempre estive envolvido com o interior do estado do Rio de Janeiro, em Volta Redonda, Paty do Alferes e em Cabo Frio, onde moro há trinta e sete anos. Já fui secretário de cultura também daqui da minha cidade, e hoje sou conselheiro estadual de políticas públicas, eleito pela sociedade civil no Conselho Estadual de Cultura.

**P1: Bom, pergunta dois: você participa ou participou de algum movimento político e/ou militância no campo cultural?**

E: Sim, logicamente que quando nós criamos o PT a partir do núcleo de cultura, que acontecia no Sindicato dos bancários no estado do Rio de Janeiro - aliás, na cidade do Rio de Janeiro -, ali a gente já tinha um embrião de discussão política em torno da cultura. Isso foi crescendo, caiu para o campo da Universidade, onde nós começamos a nos reunir num núcleo na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E quando eu vim

morar em Cabo Frio logicamente que minha bandeira foi cultura. Eu casei com uma atriz do grupo de teatro, que já existia há uns quatro anos, e através desse grupo de teatro, a gente começou a realizar várias ações aqui de resistência cultural, da construção do teatro... Eu me lembro que a minha primeira briga por conselho de cultura, aqui em Cabo Frio, eleito pelos artistas foi em 1988 e ninguém entendia porque que eu queria um conselho de cultura eleito pelos segmentos de arte e cultura, se o conselho era conselho de notáveis. Aí, o prefeito que tinha convidado uma amiga nossa do grupo de teatro para ser a secretária de cultura, quando ela apresentou a proposta dos conselheiros eleitos pelos segmentos, o prefeito: - *“Ué, por que que Fulano de tal não está aqui?”* Aí nós dissemos, ela falou: - *“não, ele não está aqui porque ele não foi. Nós convidamos, mas ele não foi”*. - *“Ah não! Se esse fulano não está aqui isso pra mim não é conselho”* [revidou o prefeito]. Aí ela entregou o cargo! Então já foi o primeiro movimento político em torno de uma política pública numa cidade do interior; talvez... em 1988. E a partir daí... só briga. Aí imagina o que que apareceu depois. Inclusive vocês acompanharam uma parte dessa briga, Marcelo, Luiz.... Então é isso, briga eterna por aquilo que a gente considera que é a melhor forma da coisa ser representada. Principalmente na área de cultura, já que existem complicações em algumas outras áreas, na saúde por exemplo, na educação, complicação de logística, de domínio. Na cultura a gente quer que isso tenha uma representação autêntica. Então a gente está brigando por isso o tempo todo.

**P1: Você respondeu parte do que eu ia perguntar novamente. Mas eu vou colocar essa pergunta no ar. Quando e como você começou a se envolver com política cultural mais estritamente falando? E que passagens você destacaria da sua trajetória como agente da política cultural?**

E: Olha, eu acho que não dá para você ter uma experiência que eu posso dizer completa em termos da ação cultural, se você não pega o cargo da gestão. Eu acho que quando você pega o cargo da gestão, você começa a sentir os complicadores, que a gente brigava tanto, e via que muitas das vezes essa dificuldade não está na gestão em si. Ela tá em toda uma máquina que existe atrás da gestão pública que foi feita para emperrar. Então quando a gente traz nas leis do Sistema de Cultura, Sistema Nacional de Cultura, uma dinâmica, vamos dizer assim, que se pretende mais atuante e mais rápida, você esbarra em vários problemas provincianos mesmo, provincianos de ordem legal, provincianos de ordem moral e provincianos de uma certa morosidade de que existe na máquina pública e quanto mais o município tiver os seus coronéis, mais complicado é. Para você ter um exemplo disso, eu comecei a me sentir - em cima dessa tua pergunta - como militante. Eu estando na gestão e tentando convencer o prefeito de uma ação pública que ele tinha que fazer, porque o conselho assim exigiu. Então quando você se põe nessa situação tendo que explicar, e você saber que o prefeito não estava entendendo o que você estava falando ali, porque existe a política doméstica do balcão, e não tem sentido na política doméstica do balcão você não favorecer algumas pessoas que teriam que ser favorecidas na concepção dele. Então ali eu me senti um militante da política. Poxa, eu deveria estar aqui balançando a cabeça para o prefeito porque ele é meu patrão, ele que me escolheu e eu estou defendendo uma área e um segmento que briga comigo. Entendeu? Que briga comigo porque queria mais. Então ali foi que eu senti. Esse foi o momento. Nos momentos em que eu estou militando como sociedade civil, eu sempre trago a experiência que eu tive na gestão, para tentar comedir nos pedidos, por conta dessas dificuldades que eu sinto. E hoje eu tenho bem claro, bem claro que o que falta na nossa gestão pública nos municípios é a capacitação, é a formação. Porque só a formação é que vai

fazer com que a pessoa esteja imbuída de argumentar em todos os campos da administração pública que ele possa argumentar para poder ter efeito aquilo que se quer numa política pública de cultura.

**P1: Perfeito. Aí baseado nessa sua resposta, eu vou te fazer uma pergunta em cima dela. Você acha então que dentro das Secretarias de cultura dos municípios do estado do Rio de Janeiro, as pessoas que ali estão, elas deveriam então estar capacitadas para que essa engrenagem dentro dessa pasta, ela dê vazão às necessidades dos sujeitos culturais daquele município. Você poderia apontar alguns exemplos de como seria isso pra você?**

E: Olha só, presta atenção. Eu não tive assim, vamos dizer, uma formação profundamente acadêmica de doutorado em termos de políticas públicas de cultura. A minha formação foi muito mais em arte e eu sou professor de arte, de cenografia, de teatro e arte-educador. Então eu não enveredei por uma política de formação, de aprendizado, na questão pública, da administração pública, das ações culturais, isso eu aprendi na prática. Eu aprendi na prática, fiz muito cursos e muitos debates, e muitas convenções, e seminários. E quando eu peguei a gestão, eu passei praticamente um ano e meio para entender primeiro a máquina que estava à minha disposição. Já que eu tinha aquela que eu chamo a visão macro da política, eu não tinha visão micro provinciana da cidade, esse é o grande problema. Então por exemplo, a capacitação para todos os gestores, primeiro tem que passar pela visão mais simplista da micro situação da sua região. Como é que as coisas se dão, como é que os processos andam? E depois ele pegar aquilo possível parâmetro do sistema, e aí ver aonde aquelas coisas que estão ali se encaixam, e como ele pode avançar, e como

ele pode sedimentar algumas coisas que já foram criadas em forma de lei, e que não foram praticadas por conta da própria morosidade política no local. Então de qualquer forma um ano é razoável para você que tem uma digressão, para você que tem uma certa base de conhecimento, entender desse processo aí. Pelo menos um ano. Agora o que que acontece nas cidades? Geralmente o prefeito ele escolhe um amigo que tem um livro, escreveu um livro, um artista magnífico, artista plástico, magnífico, tem uma obra maravilhosa ou um ator que esteve na Globo, que brilhou... E essas pessoas chegam com o ego lá em cima achando que é tudo muito fácil. E isso a gente conviveu aqui na nossa região, porque o nosso Fórum Regional de Cultura, a gente o tem aqui desde 2013. A gente veio da conferência nacional, eu e o Pimentel<sup>18</sup> já com o desejo de fazer um fórum regional. E a gente fez e está vivo até hoje. Então as mudanças recorrentes que nós tivemos nos secretários foi nos indicando isso, e nós tivemos de tudo, desde a Globo, até o altamente estudioso de cultura com experiências no estado, na gestão pública etc. E todos, impressionante, caíram na rede daquilo que eu chamo da burocracia provinciana dos municípios. Então é quase que obrigatório que haja essa capacitação, porque se não vai ficar vendido ou então vai ficar quatro anos balançando a cabeça para o prefeito, brigando com a sociedade civil no conselho, ou então acabando com o conselho, fazendo por conta própria aquilo que possa fazer para poder agir. Então eu acho impossível não entrar. Nós estamos vivendo isso aí quase que anualmente nos nossos municípios, acho que do Brasil inteiro. Na LAB agora, na Lei Aldir Blanc, como eu participei de vários debates pelo Brasil afora com os conhecidos que me chamavam, eu vi isso. Às vezes o secretário, o diretor de cultura da cidade vizinha, lá

---

<sup>18</sup> Nota da pesquisa: O entrevistado está se referindo a Carlos Henrique Pimentel do Município de Rio das Ostras, também entrevistado pelo projeto APOENA.

no Amapá, angustiado porque não sabia o que fazer com aquilo tudo, nem com o dinheiro, nem com a forma, nem com nada. Agora mesmo, eu recebi agora mesmo, recebi um comunicado: “Aonde é que está escrito na Lei Aldir Blanc que precisa ter uma comissão de escolha de projeto?” Agora, antes de começar essa nossa entrevista o cara da gestão pergunta isso. Você está vendo, né? Então o desconhecimento ele é muito grande Marcelo, então quanto mais a gente puder ter isso... Logicamente que nós não podemos... até porque... Sabe o que acontece também? Os gestores, os prefeitos, eles têm medo das pessoas com conhecimento. Então eles não escolhem. Ele vai escolher o Marcelo, uma Ana Lúcia, um Luiz, para ter dor de cabeça? Ele quer o cara que balança a cabeça para ele, entendeu? Então essa é a grande dificuldade; enquanto a cultura for aquela lei da moça que borda, ou do rapaz que pinta bem ali do lado, aí vai ser isso.

**P1: Perfeito. Bom, aí eu vou aqui colocar: - Como você avalia os limites e as potencialidades da participação da sociedade civil, e numa perspectiva fora da gestão pública?**

E: Olha..., esse fórum que a gente criou aqui na região ele veio com essa perspectiva. Que a gente fizesse uma ação mensal, de debate, de discussão aberta. E a gente começou no primeiro ano fazendo da forma rotativa, indo em cada município, mas quando chegou em 2016 a gente chegou e disse assim: “*pô, vamos colocar num lugar central da região, num lugar que seja mais aberto possível, que todo mundo entre*”, aí a gente escolheu São Pedro da Aldeia que é basicamente o centro da região, vamos dizer assim. E em São Pedro da Aldeia, no Cineclubes que fica bem na Praça da Matriz, ou seja, lugar aberto para todo mundo entrar. As pessoas passavam na calçada e olhavam lá dentro aquela

reunião e com plaquinha lá na frente também dizendo o que que era aquilo. E anunciando nas redes, Facebook etc. em tudo que é lugar. Isso nas nossas reuniões regulares mensais. Nas conferências ou fórum era no teatro, aí era uma coisa grandiosa, iam umas duzentas pessoas. Nas nossas iam assim uma média de dez a doze, gente vindo de todos os lugares. São dez municípios na região e tu sabe quem é que a gente nunca viu lá? Nenhum membro da sociedade civil do conselho de São Pedro da Aldeia, nem convidando. Entendeu? Então, ali a gente teve que mexer e teve que ficar mais tempo. Sabe por quê? Porque a gente tem que mexer, porque não pode ser um fator de escolha do prefeito, das pessoas também no conselho porque acontece isso, além da gestão, tem também no conselho a autoridade do Prefeito tem que saber quem ele quer. Então isso é uma coisa que a gente vê recorrente aqui. Por exemplo, Maricá tem um exemplo que é sintomático, quer dizer, Maricá não é da nossa região, mas Maricá, por exemplo, é uma prefeitura do PT há vários anos. Que é quem criou as leis do sistema, o CPF da cultura. Deu uma mexida num conselho de cultura em 2011 e de lá pra cá parou. Está reativando agora o conselho, para você ver a dificuldade. Agora imagina você pegar numa cidade governada por bolsonaristas, pelo DEM, por não sei quem, etc. Ou aquele cara que nem tem a visão partidária, ele compra o partido para ir pra lá, entendeu? Então é mais difícil ainda. Quando eu uso o exemplo de Maricá, eu fico mostrando o seguinte, ali a única cidade do estado do Rio de Janeiro, de uma cidade, de uma prefeitura ao qual a gestão nacional criou esse esquema todo, esse sistema todo e essa morosidade. O Sady [Bianchin] que saiu em 2012, voltou agora, reativa de novo o Fórum<sup>19</sup> e meio que espantado porque as pessoas são da briga, não é nem

---

<sup>19</sup> Nota da pesquisa: Aqui há um equívoco do entrevistado. O Fórum Cultural de Maricá é uma criação da sociedade civil, portanto não foi reativado pelo secretário Sady Bianchin.

mais daquele Conselho cordato de 2011, já é o conselho de guerrilha, por quê? Porque também teve uma marca. Então você ter a sociedade civil interiorizada dentro dessa situação toda da cultura, primeiro você precisa fazer uma grande busca ativa de fazer com que a base venha para isso, que a base se aproxime. A Lei Aldir Blanc, ela conseguiu mexer com isso, mas mexeu por causa do recurso. A continuidade dela eu acho que ela vai dando essa consistência, essa organicidade que a ação cultural precisa para fazer com que a sociedade civil se aproxime. Porque, por exemplo, numa cidade reacionais e reacionárias, eles dizem que não tem sentido, por exemplo, os artistas. Porque eles não veem a ação cultural como o peão construindo no dia a dia, eles veem sempre como um artista, que está numa evidência, num palco brilhando lá. E nesse palco a brilhar eles não veem a necessidade nenhuma desse artista estar recebendo dinheiro público por exemplo. Mesmo numa pandemia. Então é um discurso recorrente que também está surgindo e que a gente tem que brigar no dia a dia. Talvez na capital, no Rio de Janeiro, as pessoas não veem muito isso, mas nas cidades do interior, a pessoa olha, lá vem o cara, daqui a pouco vai ter um povo me chamando “mamador” do dinheiro público. Só porque eu estou defendendo a história da recorrente, da LAB, da lei Paulo Gustavo e tudo mais. Então há um complicador no meio disso tudo que também interfere nessa atração que a sociedade civil pode entrar. Muitos acham que eu estou fazendo essa política até pra me dar bem, entendeu? Quer dizer, não conseguem ver o engajamento político-cultural. Eu quando deixei de militar partidariamente, isso foi lá por volta de 2008, eu disse assim, minha militância vai ser só cultural. Então qualquer coisa, qualquer ação da cultura que tiver agora, eu vou entrar desde que tenha uma base me escolhendo e fazendo que eu possa repercutir tudo que eles dizem. Então, é isso aí. Então, eu estou nessa ouvidoria e guerrilha ao mesmo tempo.

**P1: Beleza. Eu só quero colocar aqui a título de correção, Facury, que em realidade - e a Ana Lucia Pardo participou desse processo - que com relação ao conselho aqui, foi antes de 2011, se eu não me engano foi em 2009. Inclusive eu fiz parte da comissão e a Ana Lúcia veio enquanto convidada representando o Ministério da Cultura. Esse registro ele na memória da Secretaria de Cultura de Maricá ele foi apagado, infelizmente, mas eu tenho isso tudo documentado, fotografado e com a presença da nossa amiga aqui, que esteve lá em 2009. Então essa luta ela vem bem antes. Só pra registro histórico, porque as pessoas passam por cima desse registro, mas muito em função da não informação ou da falta da mesma, sabe? Ou da ausência da mesma.**

**Bom, eu vou passar pro segundo bloco, gente, pra participação da nossa querida Ana Lucia Pardo. Eu já vou deixar no ar algumas provocações, mas também vou deixar pro final. Ana Lúcia, é com você, minha querida.**

**P2: Oi, boa tarde, José Facury, queria reiterar o nosso agradecimento por estar aqui concedendo a entrevista, acho que é uma contribuição enorme para o nosso projeto APOENA, de pesquisas. Tem uma equipe junto conosco, outros professores e pesquisadores, coordenado pelo professor Luiz Augusto Rodrigues. E realmente é importantíssimo historicizar tudo isso, toda essa memória. Como disse Marcelo Correia. Eu vou após esse primeiro bloco, em torno da tua trajetória pessoal, da militância, do teu envolvimento na cultura, na gestão. Nós temos mais algumas perguntas - que eu vou dividir esse bate bola com o Marcelo Correia - para entrar mais profundamente agora na Lei Aldir Blanc. Porque nossa pesquisa ela tá muito concentrada nesses impactos da Lei Aldir Blanc,**



**sobretudo com foco principal no estado do Rio de Janeiro. Então eu te pergunto nesse sentido como é que se deram as primeiras articulações do Rio de Janeiro? Como é que você avalia? Como é que se deu? E em sua região e no seu município, como que foi? Na região das Baixadas Litorâneas, no seu município de Cabo Frio. Queria que você citasse, porque essa gravação a gente vai registrar o tempo todo qual é a região que a gente está tratando... que município, para enfim, para esse estudo, essa pesquisa. Muito obrigado.**

E: É, nós aqui na região [Baixada Litorânea], como eu falei antes, no início, nós temos o nosso fórum regional, o nosso fórum regional ele vinha reunindo presencialmente desde 2014. Eu estava na gestão da cultura aqui, o Henrique Pimentel, ele já não estava na gestão em Rio das Ostras, ele era da sociedade civil e quando a gente participou do encontro nacional da Conferência Nacional [de Cultura], a gente no caminho veio com essa coisa na cabeça: - *Olha, vamos construir o nosso fórum da região! São dez municípios. Eu preciso sair da minha solidão enquanto gestor.* Eu já estava aí praticamente... foi em novembro. A Conferência Nacional, eu já estava praticamente [há] um ano na gestão e sentindo uma imensa solidão, de não poder compartilhar nada, de não poder dizer nada e jogar nas dores dessa gestão complicada aí. Aí quando “arraiou” [sic.] 2014, a gente deixou passar o verão e já começamos em março de 2014 a formação desse fórum permanente de cultura. Este fórum permanente... já foi tirado o fórum permanente na conferência que elegeu os delegados. Então a gente tinha tanto a reverberação da base, como uma necessidade de fazer. E a gente começou a se reunir. E a gente seguiu... 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019. Eu me lembro que a última reunião presencial que nós fizemos foi em fevereiro de 2020. Foi a última reunião presencial que nós fizemos. Fizemos a última reunião, partimos para fazer a

segunda que seria em março. Anotando aí que é o seguinte, as nossas reuniões sempre variavam entre de dez a duzentas e cinquenta pessoas, nas conferências de fórum ia duzentos e cinquenta, cento e oitenta mas nas regulares ia assim dez, quinze, vinte. E a gente tirou mesmo sem o regimento interno, depois a gente criou, a gente tirou que nós tínhamos o quórum quando nós tivéssemos a metade dos municípios e mais um presentes na sala. E a gente conglomerou desde 2014 tanto gestão como sociedade civil. Então por exemplo, se a gestão chegasse lá e dissesse que está fazendo maravilhas na gestão, nas reuniões e não tivesse ninguém para contestar da sociedade civil, a verdade era aquela lá. Se a sociedade civil aparecesse e dissesse que a gestão só está fazendo porcaria, para nós a verdade era aquela lá. Então isso foi suscitando que tanto sociedade civil como gestão estivessem presentes na reunião para se defender. Então pegamos de árbitro, de várias pegadas entre gestão e sociedade civil e como era um campo neutro, não era só a cidade, nem os seus participantes dali, isso nos dava certa facilidade de mediar essa situação. Quando pintou a pandemia, o que é que aconteceu? A gente continuou fazendo de forma remota. Isso foi crescendo assim enorme, enormemente por conta de uma estratégia que a gente utilizou. Por exemplo, quando nós começamos o nosso Fórum permanente de Política Cultural nós tínhamos... nós não tínhamos nenhuma cidade com CPF<sup>20</sup> implantado. Todas estavam, a maioria estava em perfil “em curso”, outras mandaram para o Ministério da Cultura, mas caiu aquela exigência, se eu não me engano, em 2015 aí eles ficaram todos parados de 2015 até 2018, 2019. Nada andou. Por exemplo, na minha cidade de Cabo Frio, nós tínhamos tudo, só não tínhamos o plano. Marcelo, por exemplo, pelo PADEC foi o escolhido pra ir lá nos ajudar na construção do plano. Nós já

---

<sup>20</sup> Nota da pesquisa: O CPF se refere às institucionalidades exigidas pelo Sistema Nacional de Cultura, ou seja: Conselho, Plano e Fundo.

tínhamos todas as devolutivas, todas as propostas, tudo esquematizado, mas não tínhamos o plano construído. Para você ver como a dificuldade é tanta que aprovamos o plano na sua base e quando mudou o governo, o vereador da cultura engavetou o plano que nós fizemos em 2016, porque eles não estiveram fazendo esse plano. Você vê, até gente da área, um cineasta. Então quando entrou a LAB a gente teve essa facilidade. E qual foi a estratégia que a gente usou? Em lugares que não tem... não tem um conselho, a gente precisava criar uma base, no WhatsApp mesmo. Então a gente foi criando; chegava para um artista, por exemplo, vou dar um exemplo aqui, um artista de Arraial do Cabo, dizia “*aí vai ter a Lei Aldir Blanc aí, a sua cidade, vai receber tanto*”. “*Ah, já está*”, “*ainda não está, mas vai vir*”. Então naquele processo entre regular, entre a lei sair aprovada na câmara, aprovada no senado e depois a regulação que me parece que foram quatro meses aí de “banho maria”, nesses quatro meses a gente articulou todas as bases de todos os municípios da região para criar grupos de discussão, de debate. Na medida que o gestor ia sabendo que esse grupo ia se criando, ele sentiu interesse de participar também. Só que entrou um processo eleitoral, no meio desse processo eleitoral esses caras caíram, e aparecem outros candidatos a prefeito e outros se elegeram. O que foi uma perda. Mas mesmo assim a gente tinha o quê? A gente tinha base. Então eu posso citar por exemplo e agora como exemplo - São Pedro da Aldeia - que tinha um conselho de senhores idosos, os senhores que não puderam sair de casa porque estavam proibidos por conta da pandemia, mas que antes também não saíam, de celebridades da cidade. Através desses grupos do WhatsApp surge de lá o Fórum da cidade. Quando o novo prefeito elege e escolhe um artista, músico inclusive, para ser o secretário de cultura, ele já encontrou uma base pronta da sociedade civil ali para trabalhar junto com ele. E pegou uma chapa quente, porque tudo aquilo que não aconteceu lá atrás, começou a acontecer. E a coisa chegou a um ponto tal

que sabe quem é que está lá? Nossa companheira Cleise [Campos]. A Cleise está lá agora na gestão de São Pedro da Aldeia para auxiliar até porque uma base desse conselho são alunos da UFF. Alunos que foram alunos da Ana Lúcia, foram alunos da Cleise lá na UFF de Rio das Ostras de Produção Cultural. Então o que que aconteceu? Nós tivemos uma certa facilidade de fazer com que todos pudessem ter acesso, ampliar ao máximo que pudesse esse debate da Lei Aldir Blanc. Agora olha só, mesmo assim acontecem infelicidades, por exemplo, vou anotar uma coisa que eu anotei aqui, em 2020 o estado dedicou para região seis milhões de reais. Desses seis milhões de reais em que nós temos somados e levantados de forma assim bem periculosa, eu falo periculosa, porque a gente teve que andar em várias quebradas para poder levar esse quadro. Mais ou menos uns quatro mil trabalhadores da cultura numa região que você tem quatro mil trabalhadores da cultura que entram disponíveis ali seis milhões, sabe quantos grupos culturais foram beneficiados no estado? Apenas quinhentos e cinco, então é um universo muito pequeno que a gente considera que foi alcançado nessa história aí. O que nos leva a entender que a gente precisa de uma ação de busca ativa muito profunda, uma coisa que a gente já tinha criado lá atrás, já sabia disso. Que é o nosso... um curso de capacitação de diagnóstico cultural. Não é um mapeamento, ela chega a um mapeamento, mas é um curso para gestor e pra sociedade civil de diagnóstico cultural, ou seja, ir pra campo descobrir numa pesquisa-ação, quais são os nossos artistas, quais são os nossos agentes culturais que estão nas comunidades, que a gente desconhece, e capacitá-los o máximo que a gente puder. Ou seja, colocar eles em pleno acesso às coisas que estão aí da cultura que eles nem sabem. Na LAB a gente vive isso, as pessoas se reconhecendo como da cultura, pessoas não sabiam que eram da cultura. Então tivemos esse quadro. Então quando chegou nos municípios, a gente... do recurso que foi para os municípios,

foram quatro milhões e tanto, nós estamos devolvendo mais ou menos uns setecentos mil reais. Então fica aí na ordem dos quinze a dezesseis por cento mais ou menos de devolução. É uma devolução que tem que ser um exemplo nacional. A devolução do Arraial do Cabo é um exemplo nacional, que tem que ser dita e repercutida em todos os lugares. Porque a gestão de 2020 fez todo o processo; o prefeito perdeu a eleição fechou a Secretaria de Fazenda... e eu lá tentando falar com ele para abrir, só para resolver o problema do dinheiro que estava lá, não abriu a Secretaria de Fazenda; só para fazer o levantamento da entrega do cargo. O prefeito que entrou, colocou uma pessoa que estava totalmente afinada com todo o processo, até porque ele tinha sido um dos proponentes na gestão passada. Não era da gestão, mas era proponente. Aí fez tudo certinho, fez a escolha, foram cinquenta e nove projetos escolhidos na continuidade da Lei Aldir Blanc. Só que a secretária de educação como não é a secretaria de cultura, a secretária de educação pegou o recurso que estava ali, duzentos e setenta mil e foi usar para uma outra coisa. Quando ele descobriu, ele foi na Secretaria de Fazenda e disse que não poderia fazer aquilo porque esse dinheiro já estava ali destinado àqueles cinquenta e nove contemplados na Lei Aldir Blanc. A Secretaria de Fazenda mandou ele embora, foi verificar a veracidade, me ligou e disse, “*é... não pode mexer nessa grana não, isso vai dar cadeia pra vocês*”. Ela ficou apavorada, voltou tudo, chamou o secretário já com a carta de exoneração dele e devolveu tudo dizendo que nunca mais a cultura recebia nenhuma grana da Secretaria de Fazenda do Arraial do Cabo, e o dinheiro foi devolvido na sua integralidade. Então pra você ver como é que a coisa é complicada nessa questão provinciana desse entendimento de uma grana que chega. Como é que a coisa se dá. Por exemplo, agora eu estou ouvindo à boca miúda, que Saquarema como está nadando em royalties vai “cagar e andar”, desculpa a expressão para Lei Aldir Blanc, para Lei Paulo Gustavo. Dinheiro vai ter “a rodo”

para todo mundo feito pelo município. Não quer saber de compromisso com o governo federal. Então, são esses complicadores que nos apresentam que a gente tem que ter uma articulação estadual, nacional para que a coisa funcione na sua integralidade, não da forma improvisada que as pessoas estão fazendo. Então a facilidade que nós tivemos, e aí criou esses acidentes de percurso, como Arraial do Cabo. Mas nós saímos depois da Lei Aldir Blanc, nós saímos de praticamente nenhum município com o CPF pronto e hoje nós temos cinco municípios, ou seja, nós estamos trabalhando com a metade, com o CPF integralizado ali - o conselho, o plano e o fundo. O que para mim eu considero uma grande vitória. Esperamos que esse resultado que a Lei Aldir Blanc apresentou no primeiro ano mude agora já na retomada dois. Eu estava olhando lá mais ou menos os nossos vencedores, se eu colocar os que ficaram com pendência, e eles resolverem a pendência nós vamos passar dessa marca de 2020.

**P2: Ok, Facury. E quanto às ações do Legislativo Estadual e Municipal em torno dessa defesa dos trabalhadores da cultura no início da pandemia? Como que você avalia esse? Tem coisas que você já respondeu evidentemente, mas eu vou aprofundar, digamos assim, porque teve esse momento aí com o parlamento, com o legislativo, como que você avalia essas ações do legislativo no campo estadual e municipal?**

E: É, nas cidades da região que resolveram o seu problema do CPF, foi de vital importância a participação de vereadores em encampar essa luta e levar para frente, para que acontecesse da maior rapidez possível, para que resolvesse o problema e a grana pudesse ser deslançada. A gente não sabe aí se foi por conta de campanha política, porque essa ação de 2020 ela ficou muito entre o interesse eleitoral e a necessidade de gastar

uma grana que estava ali com as pessoas passando fome. Então a gente não tem um quadro assim bem exato de quem foi quem naquela disputa ali. Começamos a ter uma visão melhor a partir de 2021, quando já não tinha mais, tinham sobras a serem pagas, os compromissos que foram feitos e como isso se deu. No plano estadual, cara, impressionante, nós não vimos força nenhuma de assembleia legislativa. Por exemplo, eu posso situar aqui a presença do vereador que veio com uma caravana junto com Flávio Aniceto, que deu uma revigorada, mas isso foi antes da pandemia. Agora durante a pandemia nós ficamos muito voltados à escola da lei Aldir Blanc; aprender e repassando informação e o nosso fórum permanente que virou uma espécie de “assembleísmo” geral durante todo o tempo para não deixar ninguém sem informação. O que a gente sentiu que muita coisa deu errada é que as pessoas começaram também a copiar editais e processos de outros municípios e como as realidades são distintas o que aconteceu? Muita coisa no deu certo! Mas aqui nós tivemos uma parceria de Rio das Ostras, que eu considero a instituição mais orgânica no que diz respeito à cultura aqui da região e com ações assim proeminentes assim bem interessantes, eles repassaram todos seus modelos e nós repassamos todos os modelos de Rio das Ostras para todos os municípios da região e até de outras regiões também, para servir de modelo para que a coisa tivesse uma celeridade maior, não fosse tão lenta. Além dessa participação de Rio das Ostras, companheiros mesmo do conselho que vieram participar, deram informação, como era tudo remoto ficava muito fácil a gente ter essa participação integral. Agora em termos de Assembleia e Câmara, Câmara Federal então nem pensar. Aqui também é semidominado pelo governo federal, a cidade aqui de Cabo Frio e algumas cidades da região também. Estão se liberando agora. Então há esse complicador também.

**P2: Facury, como é que você descreveria o papel do Conselho Estadual de Política Cultural, o CPC-RJ, nesse processo e que ações, articulações você destacaria? Também dos fóruns você já começou um pouco a falar desses fóruns regionais, locais, temáticos, mas esse papel do Conselho Estadual.**

**P1: E só pra acrescentar, quais os fóruns você participa hoje?**

E: Bem, vamos lá, olha só, eu como participei praticamente de todas as gestões do Conselho Estadual, desde a sua criação; em 2015 eu fui a convite da gestão, então eu era relevância cultural, então praticamente eu era um representante do governo. Como o meu titular nunca ia, eu era suplente acabou eu ficando titular o tempo todo. Aí, a partir de 2018, eu já fui eleito. O histórico que a gente tem do Conselho Estadual de Cultura é de esvaziamento. É impressionante isso. É impressionante também porque a gente começa a ver em alguns momentos acontecer isso também na cidade. É como se fosse assim uma espécie de um contágio que quando o Conselho Estadual de Cultura está em plena ebulição e funcionando parece que os dos municípios estão também com essa mesma característica. E quando há um marasmo lá em cima ou uma coisa feita de uma forma equivocada, como por exemplo a eleição que se deu agora há pouco tempo, em que a gestão vota integralmente num candidato da sociedade civil, vota maciçamente, a gente começa a ver também um estado revelando uma coisa que acontece nos municípios. E aí nos municípios a coisa está mais honesta. Porque, por exemplo, eu não vi em nenhuma formação de conselho dos municípios da minha região, a gestão se mexendo pra eleger alguém da sociedade civil que seja afinado com ela. Sempre vi deixar livre, até porque esse era o norte que a gente dava. Quando isso

não acontece no estado, a gente fica sem discurso, porque os gestores veem que pode acontecer, estou falando dos gestores novos que chegaram agora, porque tem gente que diz: “*não, deixa rolar*” porque a gente tem uma visão bem simples na questão do conselho. O conselho é feito para sociedade civil; a gestão tem todo o poder que necessita na mão, ele tem recurso, funcionários, trabalha, sede, telefone, e-mail, dinheiro mesmo que seja pequeno tem mais do que o colegiado da sociedade civil. Então não tem sentido a gestão estar disputando com a sociedade civil. A sociedade civil pode disputar espaço de discurso com a gestão. Mas ao contrário não, porque você tem a máquina. Você tem toda a máquina na mão. Então, quando a gente tem isso como o nosso norte, a gente sabe até onde a gente pode ir, até na questão de discutir a paridade. O Conselho Estadual de Cultura ele não é tão paritário porque você tem ali o representante das universidades, você tem ali os representantes da relevância cultural, você tem ali o representante da Assembleia Legislativa. Então você tem pelo menos três representações ali que tiram essa paridade, vamos dizer equilibrada, a princípio equilibrada. Mas ela está... eu acho que ela está... quando ela pensou sair do amorfismo dela – a posição do conselho em termo de atuação -, quando pensou em sair aí, aconteceu esse processo eleitoral lá, que nos deixou a “espinha de peixe atravessada na goela” e estão querendo retomar agora. Vamos ver se a gente retoma acreditando que a gestão da sociedade civil possa estar mais engajada ou não. Então vamos ver. Porque eu não gostaria como um representante regional dizer para o meu fórum regional os procedimentos que não são de bom alvitre dentro do próprio conselho que eu participo. Não quero dizer isso. Porque a gente sabe que as gestões vão pegar pra si. E a sociedade civil vai se diluindo, vai se diluindo, vai se diluindo até a gente não ter mais ninguém. Então eu vejo esse complicador muito grande. E resta aos resistentes dentro do Conselho Estadual de colocar isso na pauta o tempo todo.

Para secretária, para os representantes que estão lá, para todo mundo... o exemplo aqui no caso tem que vir de cima.

**P2: Eu vou passar essas três próximas perguntas para o Marcelo Correia, as perguntas oito, nove e dez a gente tem ainda algumas questões, depois retomo pra gente fazer essa divisão equânime aqui entre nós.**

**P1: Vamos lá, bom, eu fiz uma perguntinha básica de quantos fóruns você hoje participa, Facury?**

E: Quantos fóruns?

**P1: É.**

E: Eu estou [me] reservando muito aos fóruns que têm muito a ver com a situação da minha representação no Conselho Estadual de Cultura. Então eu estou nesse fórum regional de cultura da Baixada Litorânea, eu estou no Fórum de Artes Cênicas, estou também na câmara setorial de artes cênicas aqui da minha cidade; não, não no fórum de artes cênicas não, no colegiado de artes cênicas do estado, basicamente nesses três, porque às vezes você participa de muitos e não tem condição de levar a frente aquela ideia que você quer construir. Eu logicamente em 2020 com o isolamento [que] nos permitiu participar de muita coisa. Mas quando entrou metade de 2021 para cá eu comecei a sair de vários fóruns, alguns até permaneci em termos de rede social. Mas assim de participação concreta, de estar lá presente...

**P2: Você está nesse Comitê, Facury? Desculpa interromper. Nesse comitê dos fóruns regionais que compunham o fórum estadual do Rio?**

E: Sim. Pois é. Esse também. Porque também ficou acéfalo por conta da própria atuação do conselho, quer dizer, às vezes a gente tem que tomar cuidado com... porque no momento em que não existiu o conselho, o comitê de fóruns ele teve uma representação enorme junto a gestão, fora dela, tentando mobilizar. Só que quando o conselho foi formado, o que que aconteceu? Como algumas pessoas - inclusive eu, Ana Lúcia -, como algumas pessoas do conselho são do fórum também, o que é que aconteceu? Aconteceu meio que um esvaziamento ali. E não pode acontecer isso. Porque as pessoas que não estão no conselho vão saindo e vão reclamando e a coisa não vai acontecendo. Então, por exemplo, eu me preservei muito aqui perto do meu fórum regional, porque é esse que eu não posso deixar cair. Porque esse aí é um compromisso que tem a ver com a cidade que eu moro, que tem a ver com a cultura onde eu realizo, tem a ver com toda a história que nós construímos aí. Então se eu puder representar, por exemplo, hoje a gente está discutindo no Fórum Regional que todos eles têm que ter o seu regimento interno. Para não ficar à mercê do nada. Então, se todos os fóruns regionais têm que ter o seu regimento interno, logicamente, que o comitê do estado também dos fóruns também tem que ter. Então, são mobilizações que às vezes nos impedem de agir com mais celeridade, por conta do excesso de tarefas que nos cabe aí nesse processo todo.

**P1: Beleza. Então vamos lá. Como você avalia os processos participativos de discussão, implementação, efetivação das ações resultantes da Lei Aldir Blanc no estado e no município? Qual a sua avaliação desses processos?**

E: Olha só, nós fizemos um documento aqui, eu fiz primeiro, apresentei aqui na nossa região, de alguns pontos em que

seria importante que as gestões tomassem muito cuidado e nós fizemos uma triagem para até diminuir o número pequeno para poder se aprofundar. Nós chegamos a algumas sugestões que são conclusivas. A primeira é a capacitação da gestão, é necessária a posse de gestores com formação mínima na área cultural e artística, não somente dos saberes específicos, mas conhecimentos, procedimentos e encaminhamentos da administração pública. Eu acho que sem isso aí, qualquer política nacional, estadual ou mesmo municipal pode sofrer danos irreversíveis aí pra frente. Uma outra é a infraestrutura administrativa das instituições culturais. Então, nós pensamos na criação de uma equipe de trabalho, para promover a gestão de cultura no município e pensar na infraestrutura administrativa. Por exemplo, na minha experiência particular, aqui, nós temos em Cabo Frio a Secretaria de Cultura com fundo. Temos os conselhos, temos o plano, plano que foi aprovado em 2018. Nós temos tudo isso, temos as metas, o alinhamento todo necessário, mas não seguem, por exemplo, o um por cento do orçamento municipal virou zero vírgula quatro por cento para 2022. Então não estão seguindo, então se não estão seguindo a gente tem que fazer uma política de pressão maior para que os governos municipais executem aquilo que lhes é devido. Na questão da infraestrutura administrativa, a gente tem equipamentos, em que o quadro funcional das prefeituras municipais não contemplam. Por exemplo, se você pensar na minha área, no teatro, por exemplo, você precisa ter um quadro de luminotécnico no corpo funcional de uma prefeitura que tem um teatro. Mas não existe luminotécnico, não existe cenógrafo, cenotécnico, não existe produção cultural, não existe administração cultural. Não existe praticamente nenhuma formação que possa estar no quadro das prefeituras municipais. A única possibilidade de ter é através de uma fundação. Então, por exemplo, na minha prática própria, eu comecei a lutar para que a Secretaria de Cultura permanecesse como a portadora das políticas públicas,

mas que a gestão dos espaços fosse uma fundação. Dividindo fundação com Secretaria de Cultura. Fiz a lei, fizemos tudo, fizemos toda a estrutura, mas não foi aprovado nem no governo que eu estava, nem no governo depois, nem agora. Então eu tenho impressão que essa é uma das lutas em termos da instituição, nós temos que ter, principalmente em cidades que tenham mais de dez equipamentos públicos, que tenha uma fundação para gerir esses equipamentos públicos. E a secretaria, um departamento, uma superintendência para gerir as políticas públicas do município. Uma outra coisa que é a terceira é que seria a comunicação, elaborar um programa de comunicação de cultura para com as outras pastas da administração pública e o legislativo objetivando alinhamento, conceitos e procedimentos. Nós consideramos isso aí, o conselho a princípio, com a sua representação dos gestores de outras pastas teria esse papel, mas alguma coisa acontece ali, me parece que os conselheiros da gestão pública escolhidos para estarem representando a gestão pública das secretarias, são aqueles ao meu ver mais incompetentes da secretaria que eles botam lá pra para ir para cultura, para essa reunião, presencial ou mesmo remota da cultura, porque não falam nada, não dizem nada, quando dizem alguma coisa é perguntando de coisas assim da alfabetização da cultura. Então a gente acha que falta também a questão da comunicação. E como o quarto ponto seria a criação e a implantação de caráter intermunicipal para a sociedade e gestores desse curso de diagnóstico presencial que eu falei para nos trazer indicadores e para o cadastro de todos os processos de editais que possam existir, tanto nacional, como estadual, como federal. Nacional, municipal e federal. Quando nós fizemos a..., só pra concluir meu pensamento sobre essa questão, nós colocamos esse último item do diagnóstico cultural na escola de cultura que a gestão pública da Secretaria Estadual de Cultura criou, a Escola de Cultura. Eu disse, poxa, escola de cultura podia ter também um curso de extensão

através de uma universidade desse diagnóstico cultural, seria interessante você ir para campo com gestores e sociedade civil se formando e aprendendo as linguagens, aprendendo as políticas públicas, etc. Na terceira reunião que nós tivemos com a diretora da escola de cultura, ela disse que a ideia, a secretária gostou tanto da ideia que ia ampliar para todas as regiões, todas as regiões teriam o seu curso de diagnóstico cultural. Mas eu acho que foi assim “botar um gelo” para gente parar de lutar, falou isso e parou e ficou no ar. Até agora não diz nada. E não vai dar tempo para fazer nada também porque esse é o ano final vamos dizer da gestão. Então esse é o outro problema. Assim como a Secretaria de Cultura do Estado criou a tal escola de cultura, em que nós nos arvoramos de trazer uma proposta que ficou no limbo, apenas como um aparato para discurso político eleitoral, as prefeituras fazem as mesmas coisas também. Então acaba sendo também a mesma história. Nós no conselho temos que arranjar uma forma de fazer com que essas coisas, que a princípio são ideias interessantes, que pelo menos o substrato delas possa seguir adiante. Que não fique só na campanha política eleitoral.

**P1: Bom, a nove era uma outra pergunta posterior, mas você já respondeu então eu vou pular ela dentro dessa sua resposta anterior. Aí eu vou te perguntar uma coisa que a gente sabe evidentemente que no processo pandêmico, a gente acabou se isolando e a gente utilizou muito de algumas ferramentas comunicacionais, utilizamos o maquinário do tipo celular, do tipo computador, tablet e tudo o tal. Isso acabou desencadeando aí uma série de debates virtuais utilizando um pouco o ciberespaço para que a gente pudesse utilizar de uma comunicação mais direta. Bom, a pergunta é, se você participou dos debates virtuais sobre a Lei Aldir Blanc (no estado, no município, enfim...)? E se sim (com certeza, mas), qual a avaliação**

## sobre os processos das *lives* e webconferências na sua visão?

E: É... A experiência foi muito grande, participei de várias... Como eu já participei de vários festivais de teatro pelo Brasil a fora, nesse meu afã periférico. Então, todo mundo que descobriu que eu era conselheiro estadual de cultura, e estava movimentando alguma coisa ligada a Lei Aldir Blanc, tanto na minha terra, no Piauí, no Amapá, no Acre, Pernambuco, todos os estados, eu participei de vários, vários momentos. E a gente pôde experimentar também umas coisas interessantes, por exemplo, em 2020, em novembro, um grupo da região sudeste resolveu fazer uma conferência virtual. Fizemos essa conferência virtual, convidamos um auditor do Tribunal de Contas da União, deu duzentas e tantas pessoas nessa conferência, e foi impressionante porque eu apresentei uma proposta para o rapaz lá da mídia ninja de fazer a divisão de grupos, na medida em que a gente fosse discutindo, dividir os grupos, depois voltava pra sala, depois caía nos grupos... Uma prática que eu fazia muito presencialmente e que acabou dando certo da forma remota através do Zoom. Então nós pudemos experimentar várias coisas interessantes feitas através do veículo virtual. E é impressionante porque aquilo que a gente era, eu principalmente era o analfabeto total, comecei a me avizinhar dessa experiência podendo fazer, agora mesmo nós estamos aqui trocando bola. Por exemplo, daqui a pouco eu estou entrando numa leitura dinâmica, de um estudo de unidades dramáticas de um trecho do texto de Sartre - *Entre quatro paredes* -, do projeto que a gente tem aqui "Filosocena". E que a gente está fazendo ele todo na forma virtual, todo o estudo de texto das unidades dramáticas a gente está fazendo da forma virtual. Porque você entra ali naquele programinha que tem de revisão de texto do Word, coloca ali do lado, e na coluna da revisão você vai fazendo os comentários, podendo dividir e vai fazendo tudo. Então é uma

ferramenta que nos caiu na mão, que foi providencial agora nesse momento da pandemia e vai ser cada vez mais importante nesse processo todo, por exemplo, as reuniões que nós tivemos nos nossos fóruns, nós vamos fazer uma outra agora dia oito, dia Internacional da Mulher, nós estaremos com uma reunião lá também do Fórum Regional. Por exemplo, eu convidei o [Victor] De Wolf, que foi o secretário de Niterói, para nos falar, porque uma das pautas é exatamente a relação da gestão com a sociedade civil nos conselhos, que estão todos em ebulição aqui na região. E o De Wolf viveu isso em dois grandes momentos, no momento antes da pandemia, através das câmaras setoriais e também no momento da pandemia, na aplicação da Lei Aldir Blanc. Então ele tem muita coisa a nos dizer como é que foi isso. Porque também existia o prefeito, que a princípio era reticente a tudo e daqui a pouco começou a mudar o jogo. Então você saber de um cara que teve essa experiência na mão, que juntou antes da pandemia e durante a pandemia e o prefeito, com as suas resistências... quer dizer, me parece um mediador interessante para nos assessorar nesse debate que nós vamos fazer no dia oito. Então eu acho de vital importância tudo isso. Eu falei aí tanto numa leitura dramática como nas questões das políticas públicas, e posso falar em outras situações também. Eu não sei como é que está se dando na educação, a minha mulher é professora do estado e ela reclama pra cacete, agora não sei... não sei como é que acontece assim na educação de forma assim bem... de vital importância para o processo pedagógico.

**P2: Querido Facury, retomando aqui esse bate-bola. Pergunta onze: Que processos formativos você poderia elencar sobre a execução da Lei Aldir Blanc, tanto na relação aos trabalhadores e artistas quanto em relação aos gestores governamentais? Como é que você elencaria essa execução da LAB e como que você avalia essas**



## **ações, tanto em relação aos trabalhadores da cultura como aos gestores, qual a sua avaliação?**

E: É, eu já falei mais ou menos de forma genérica isso tudo aí, mas o que acontece é o seguinte, como houve esse rompimento, eu vou citar o exemplo aqui, um exemplo da minha região. Por exemplo, nós tivemos gestores que saíram, que continuaram de 2020 e o seu prefeito foi eleito em 2021. Então eles continuaram no processo, os gestores. Então nesse processo aí houve muito desgaste dos que continuaram com as suas bases de conselho. Por quê? Porque algumas pessoas que não foram afastadas por conta da necessidade do aprender, foram afastadas quando houve um novo mandato desse novo prefeito. Ou seja, na medida que eu aprendi eu não preciso mais da pessoa que eu engoli durante o primeiro momento da pandemia. E isso criou uma cisão dentro dos procedimentos dos conselhos. Aquela pessoa que tinha uma característica de liderança da sociedade civil mesmo estando na gestão quando foi descartada aquilo cria uma cisão profunda ali dentro daquele meio, e a gestão não está conseguindo contornar isso. Então esse é um dos maiores problemas que aconteceu nesse processo. Que é uma gestão que continuou, ela continuou, mas quando o processo eleitoral entra, ele começa um processo de exclusão também. O descarte das pessoas ali do lado. Bem, nos que mudaram é como se estivesse começando tudo de novo. Eles não sabem absolutamente nada. Então a mesma coisa que a gente sofreu em março de 2020, a gente está sofrendo agora nesse ano de 2022. Sofreu no ano de 2021. Porque as pessoas ainda não entendem o procedimento, e olha que é um processo de continuidade, muitos de continuidade. Então, esperamos que para 2022, por exemplo, o 2022 com a Paulo Gustavo ou 2023 com a Lei Aldir Blanc [LAB 2] com a que essas pessoas já estejam um pouco mais afinadas com todo esse procedimento que vai rolar ali da dinâmica tanto da Lei Aldir Blanc... mas se a

pessoa não tem um estofo cultural, intelectual de entender esse processo ela não tem como levar à frente. Então ela vai... ela tem que ter uma equipe, por exemplo, é bem sintomático quando o nosso companheiro aqui de uma cidade chama nossa companheira para ir para lá. Por quê? Porque eu tenho que saber lidar com essa história. E aí é uma sabedoria você chamar alguém do naipe de uma Cleise [Campos], por exemplo, para ir lá ajudá-lo. Porque tem a questão da política pública, da conversa com a base, mas tem a dinâmica. Mas isso também causa um problema provinciano, porque é uma invasora. E na cultura nós temos esse problema, nós não gostamos dos invasores. Por exemplo, o Manoel Vieira que foi secretário em Cabo Frio e agora é secretário de Saquarema, que teve a experiência de ser diretor do INEPAC na gestão da Eva Doris, está lá em Saquarema e as pessoas estão olhando ele como invasor. Invasor dos nativos, por exemplo. Então você tem uma série de coisas ali e que acontece pela... verbe do provincianismo mesmo, que você tem que ter muita sabedoria para poder contornar e saber levar para frente. E às vezes você tem que ficar refém a um, ou dois mais ou menos, técnicos que estão ali do outro lado, para poder avançar naquilo. Então eu acho que em 2023, 2024, é capaz da LAB e da Paulo Gustavo<sup>21</sup> ainda conviverem com essa..., que está muito em cima desse negócio que eu falei aqui da capacitação e da formação. Quer dizer, volta e meia quando você vai, você cai nesse ponto aí. Você não tem uma busca ativa da base, você não tem uma capacitação, não tem uma formação, então como é que você vai aí, e ainda tem para emperrar o teu caminho, a política administrativa provinciana, que está muito travestida lá na postura do procurador. Porque quando o prefeito não quer,

---

<sup>21</sup> Nota da pesquisa. O entrevistado está se referindo aos projetos de lei ainda em tramitação: a Lei Aldir Blanc 2 e a Lei Paulo Gustavo. Os dois projetos foram aprovados pelo legislativo federal, mas vetados pela presidência da república, estão ainda aguardando – em 24/maio/2022 – serem pautados para possível derrubada aos vetos.

não quer dizer não, ele manda o procurador dizer não. Sempre que o procurador diz não para você, é o prefeito que quer que ele diga não. Quando o procurador diz “sim” é porque ele já fez o prefeito se interessar e dizer que sim e ele reverbera esse sim. Então nós temos um problema muito sério aí que temos que resolver. Lá no Conselho Estadual quando a gente tentou, tenta formar aquele grupo agora da regulação, até do orçamentário da Lei Aldir Blanc, para gente pensar em levar para a nacional um projeto de lei, que seja, que passe pela assembleia, que vá para constituinte, que seja uma PEC [Projeto de Emenda Constitucional], seja lá o que for, mas que regule, pelo menos em valores..., você não pode pegar a lei 8666 para quem está recebendo dez mil reais de ajuda, de custo de produção cultural. Se o cara recebeu um montante de cem mil aí é outra história entendeu? Então para mim tem que haver diferenciação aí de faixas nos recursos, para que não estejamos nós mesmo cavando a nossa dificuldade em receber recurso. Principalmente a cadeia produtiva da cultura que é amplamente de base, amplamente popular.

**P2: Facury, você já tocou mais ou menos nisso, mas a gente para chegar ao fim, estamos caminhando para o final: Se você tivesse que fazer alguma mudança, digamos assim, você já está colocando a questão da lei 8666, problematizando algumas questões que foram um pouco mais difíceis, digamos assim, mas você apontaria alguma mudança efetivamente nesse formato portanto da Lei Aldir Blanc para ela se adequar mais às realidades locais, como também considerando a execução, a prestação de contas, você pensaria, apontaria algumas modificações nesse formato?**

E: Eu acho que a Lei Aldir Blanc ela pecou num ponto. A nossa lei de fomento aqui de Cabo Frio, você tem um fundo, o fundo

municipal de cultura que se iguala ao fundo estadual de cultura também. Fundo municipal de cultura. Ela tem três fontes de recurso. Ela tem o auxílio, que é o auxílio imediato; lá está dito mais ou menos que é o auxílio para tratamento de saúde, auxílio para bolsa de estudo, auxílio para isso, aquilo, isso precisa ser ampliado; existe a subvenção, que é para entidades, entidades formadas, as associações; e, existe o prêmio. Então os fundos - pelo menos que eu conheço do estado do Rio de Janeiro e do município de Cabo Frio - eles têm três possibilidades de recursos aí através desses três vieses que eu coloquei aí. Quando você faz uma lei de incentivo ou uma lei de fomento o que é que você tem que fazer? Você tem que trazer do fundo aquela possibilidade de construir a lei em cima dele. Aqui por exemplo no PROEDI<sup>22</sup> que é o nosso edital de produção, eles trouxeram... eles trouxeram a subvenção, trouxeram o auxílio, dá para contemplar em faixa, mas não trouxeram a premiação. E eu apresentei na Câmara, quando fui secretário de cultura, não aprovaram e eu fiz mesmo assim. Entendeu? Então eu segui o trâmite normal. Como está lá no fundo eu criei dentro do PROEDI, que é o nosso edital, a premiação. Aí apresentei vinte nomes de singulares da cultura - principalmente de tradição de comunidades tradicionais -, apresentei para o conselho. O conselho aprovou, depois levei para câmara, a câmara aprovou e eles foram premiados. Foram premiados com um recurso aí de dez mil reais cada um, nas três sessões que nós fizemos do edital. Então eu não burlei, mas eu usei um subterfúgio da representação, para coisa poder acontecer. Então, a Lei Aldir Blanc ela já vem com isso, ela já vem com a premiação, ela já vem até com o emergencial que é aquela ajuda - que está muito ligado ao que eu falei, que é o auxílio. Então ela tem o

---

<sup>22</sup> Nota da pesquisa: Programa Municipal de Editais de Fomento e Difusão Cultural – PROEDI, programa regulamentado pela Lei Municipal nº 2.399, de 07 de dezembro de 2011.

auxílio, ela tem a premiação e tem o edital de concorrência para entidades representativas. Então os MEIs [microempreendedores individuais], por exemplo, eles contemplam essa representação de toda forma. Então, eu acho que a sociedade por um lado, uma grande parte da sociedade, está preparada para concorrer nos editais através das representações jurídicas que elas têm. Mas uma grande base que está aí, que é o nosso fazedor das periferias, que é aquele cara que tece a rede de pesca, que faz o barco, que trabalha no barro, nossos poetas... eles não têm esse conhecimento, eles não têm essa representação e eles precisam ser premiados. Antigamente você premiava as pessoas politicamente. Agora você tem um conselho, você tem uma representação, você tem a princípio gestores conscientes da inclusão, vamos dizer assim. Então você precisa entrar mais na premiação. A premiação precisa voltar ao que era, que os conselhos aprovelem os nomes e que fique restrita apenas a uma premiação sem prestação de conta. Porque esse é o outro entrave. Não tem como! Eu vou dar um exemplo, eu estava conversando ontem com um auditor de TCU, o Carlos. Aí eu falei pra ele: *“Tá, cara, me diz uma coisa, eu conheço um artesão aqui da minha cidade que ele mergulha pra buscar conchas específicas para colares, para fazer colar. Ele mergulha, ele passa cinco, seis dias mergulhando, encontra, não é pérola, é concha mesmo. Pérola é outra história. Ele encontra a concha, que é uma concha específica pra não arranhar o colo das meninas. Aí traz essas conchas aí vai fazer o polimento, bota não sei o que, bota aqui. A única coisa que ele tem fiscal é o polimento e o panozinho. O resto do dia é ralação dele. Aí quando ele vai vender, quem compra quer comprar o preço de bijuteria: cinco mil reais. E um colar daquele vale no mínimo como produção do trabalho, com uma relação no mínimo quarenta mil. Entendeu? Então subsidiar esse cara é de vital importância. Agora como é que ele vai prestar conta? Entendeu?”* Aí ele calou! *“- Pois é, são as*

*coisas...”* Pois é, eu estou dando um exemplo aqui da minha da minha cidade. Se você viajar por esse Brasil, você vai encontrar inúmeros exemplos parecidos com este. E o recurso é pequeno? É, às vezes é dez mil, vinte mil, cinco mil, entendeu! E esse cara tem que ser premiado, esse cara não pode entrar num processo de concorrer, para depois ter que prestar... fazer uma prestação de conta em que as notas eletrônicas apagam depois de dois anos no arquivo. Tem isso também. Eu aqui fui chamado como secretário de cultura por uma dívida de uma escola de samba daqui da minha cidade porque no TCE as notas fiscais do rapaz presidente apagaram, simplesmente apagaram. E ele brigou com a mulher, a mulher tocou fogo em tudo antes lá, ele não tinha as cópias. Aí sabe quem teve que pagar: eu. Porque ele estava desempregado inclusive. Então são os exemplos que a gente tem; esse não, esse aí foi o vacilo. Não é o exemplo igual da concha que eu dei. Mas são esses problemas. Então a premiação ela é de vital importância, olha que maravilha, a premiação pode, mas está em forma de lei? Muito *an passant*, né? Praticamente a gente descobriu que existia a possibilidade da premiação ali, eu nem me lembro se na regulação do governo federal falava alguma coisa sobre premiação. Acho que não também. Passou lá. Então são coisas que a gente tem que evidenciar.

**P2: Entendi. Ok. Facury, você gostaria de abordar algum ponto a mais e ao mesmo tempo também você indicaria algum agente referencial que nós devêssemos entrevistar? Enfim, agora a palavra é com você. A gente chegou ao final das questões que levantamos, mas caso você queira apontar mais alguma coisa que você considere fundamental, fique à vontade pra gente fechar.**

E: Eu acho que eu até falei coisas que eu não sabia nem que eu sabia [risos...]. E é interessante porque fica um *brain*

*storming*. Você começa a falar uma série de coisas e vão surgindo ideias interessantes. Então, mas eu acho que a gente pegou pelo rabo de uma ideia de propostas aí que podem ser feitas desde que a gente continue ralando. Eu tenho dito aqui para as pessoas, que eu particularmente não tenho mais interesse nenhum de projeção em absolutamente nada a não ser contribuir de uma forma efetiva para cultura, e eu acho que ela tem que ser alargada na sua base, essas informações que a gente tem - que não é fruto só de estudo, mas é fruto de prática também. As pessoas precisam ter um pouco disso, mas assim com o exercício da prática de concorrerem também. Não dá para entender que o rapaz desse colar, o Gilmar, não possa estar concorrendo. Não dá para entender que um outro aqui que é um escultor que esculpe com motosserra, que não entende dez por cento do que a gente está falando aqui, não entende, ele só entende muito o corriqueiro, o cotidiano das coisas, e a arte que ele faz. Se vocês chegarem em Búzios, vocês vão ver a cabeça do Zumbi dos Palmares perto de um quilombo lá, ele fez com uma rocha preta dura pra cacete está lá no meio da praça. É um escultor que está num processo de tuberculose aqui na cidade, entra nesse projeto, que a gente ajuda ele a fazer o projeto pelos detalhes, para ele entrar no projeto e de repente também não é contemplado... Então a gente quer que tudo chegue a essas pessoas. Quando eu falei nessas pessoas, Ana, eu acho que é legal você pegar uma pessoa assim, pegar uma pessoa assim que esteja mesmo alijado. Eu uma vez, num encontro de bonequeiros em Brasília, eu vi um marionetista, marionetista não, vi um mamulengueiro dizendo o seguinte, ele é de Olinda. Ele disse: *“eu nunca aprendi fazer esse negócio de edital que vocês fazem aí. Mas eu tenho um amigo, aliás eu nem sei se ele é meu amigo, mas ele fez pra mim, eu passei, eu ganhei e ele me dava cem reais por mês. Depois eu descobri, depois de dois anos, que ele ganhava mais ou menos uns trinta mil por mês, mas só me dava cem reais por mês. Aqueles cem reais serviam para mim”*,

e o [Sérgio] Manberti era o secretário de cultura, diretor de cultura do ministério estava do lado dele, saiu lágrima dos olhos dele, mas ninguém conseguiu fazer nada. Que são aqueles atravessadores que estão ali. Eu por exemplo, ajudei muita gente de quilombo, de folia de reis. Eu e minha mulher aqui, fazendo projeto para eles aqui do município. Eu fico pensando, pô se um cara malandro agarra um cara desse aí, suga a grana dele. E o cara querendo me trazer porco, galinha, não sei o que. Não, não precisa trazer nada não, cara. Isso aí é porque eu vou ficar feliz se você ganhar. E eles ganharam! Porque os atravessadores estão sempre presentes. Por exemplo, um deles: o cara fez o portfólio (que eu nem sabia o que que era), fez um portfólio lindo e depois só disse para ele o seguinte: - *“Não agora não, mas se você ganhar qualquer uma eu quero vinte por cento do que você ganhou”*. E fez ele assinar um documento, como ele precisava do portfólio para mandar, ele assinou o documento do cara. Entendeu? Então eu acho que é importante trazer esse tipo de pessoa para falar dessa dificuldade, porque a dificuldade é muito grande, eles não entendem, eles não entendem nada que a gente fala. Eles não entendem e não vão entender tão fácil, são senhores. Eu às vezes tenho dificuldade de entender o meu filho aqui - que é estudioso de cultura ele lê muito -, às vezes ele me fala uma coisa e tal: - *“vamos devagar cara que eu não estou entendendo aí”*, entendeu? Porque é um outro raciocínio, é uma outra configuração do pensamento. E tem que ter uma base; ele teve uma base que eu não tive. Este senhor ou estes senhores não tiveram base nenhuma, eles estão com sessenta, setenta anos, sem entender absolutamente nada como é que vão saber o que que é portfólio. Então é isso. Eu agradeço muito aí a deferência de você por participar, eu acho que foi muito interessante, mas acho que é interessante trazer alguém da base pra trazer esse pensamento aí pra vocês.

**P2: Olha Facury, acho muito boa a sua sugestão. Estamos abertos para, sem dúvida alguma, acho que são olhares de baixo pra cima, como a gente sempre diz. Sabemos o quanto foi, houve reação desse formato por parte de alguns dos gestores nessa formatação do prêmio, um temor muito grande, enfim. São bem-vindos, se você quiser passar o contato do Gilson... Enfim são muito bem-vindas as suas sugestões pra gente ampliar esse aspecto de olhares.**

E: É você tem que escolher uma pessoa que passe por isso, que tenha essa dificuldade, mas que saiba se expressar também, entendeu? E eu acho que esse aí que é interessante.

**P2: Sim, sim. Do jeito dele.**

E: É do jeito dele, justamente.

**P2: Sim, sim. Olha, quero agradecer muito José Facury de minha parte, vou passar para o Marcelo, saber que entre nós, estamos aqui, eu e Marcelo, mas o professor Luiz Augusto que a gente já falou, é o nosso coordenador dessa pesquisa. Mas tem muitos outros pesquisadores envolvidos aí, nesse caldo aí, nesse conjunto, nessa equipe. A Lia Calabre, o Alexandre Barbalho, o Steven Dutt-Ross, a Deborah Rebello, a Clarissa Semensato que é nossa parceira aí no Conselho Estadual, um grupo de estudantes bolsistas também, da UFF. Enfim, então a gente fica muito feliz e eu acho que esse é um processo para gente ir corrigindo, melhorando essas políticas públicas, afinando essas leis. Assim como a Lei Paulo Gustavo já procurou fazer uma escuta mais ampliada e corrigir essas questões no âmbito do processo. Então a gente agradece**

**muito a tua predisposição de estar aqui conosco, trazer tuas contribuições, por ter vivido todo esse processo dos trâmites da construção, da implementação, da execução da Lei Aldir Blanc, tá até agora ainda. Como você disse, recente agora, na sua região, estão ainda em processo, não acabou ainda.**

E: Não, vai continuar muito; já tem história para contar.

**P2: Muito obrigado e vou passar para o Marcelo, está bom querido? Muito obrigado e uma boa tarde.**

**P1: Olha, eu faço das suas palavras as minhas, você já fez o encerramento. Já contribuiu aqui com o que seria a minha ação final. Bom, agradecer Facury imensamente, pela sua participação. A gente está tendo aí uma série de rodadas de entrevistas até pra que a gente entenda esse mecanismo. A Lei Aldir Blanc ela veio como uma lei emergencial, uma coisa que até então não existia anteriormente, então a gente busca junto a esse projeto APOENA apontar algumas direções futuras e elencar aquilo que foi realizado com sucesso e aquilo que também, embora a intenção fosse a mesma, mas que também teve seus insucessos e através dessas entrevistas, desses bate-papos, dessas pesquisas é que a gente vai construindo, digamos que um diagnóstico como você mesmo já citou anteriormente, do que tem sido, do que foi, tem sido, o que provavelmente ainda vai ser a LAB 2. Bom, em nome de todos e todas e todes, eu agradeço a sua presença mais uma vez e eu encerro a gravação aqui.**



Universidade Federal Fluminense - UFF  
Laboratório de Ações Culturais - LABAC  
APOENA – Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações  
Culturais – foco RJ  
[pesquisa.apoena@gmail.com](mailto:pesquisa.apoena@gmail.com) – <https://apoenaredecultural.wordpress.com>

Projeto APOENA  
Entrevistado (E): **Renata Bezerril**  
Data: 06/05/2022

Pesquisador entrevistador (P):  
P1: Luiz Augusto Rodrigues  
P2: Marcelo Correia  
P3: Ana Lúcia Pardo

Ajuste da transcrição: Ester Miranda Lemos - Data: 12/07/2022  
Conferência: Marcelo Correia - Data: 10/10/2022  
Ajuste final: Luiz Augusto Rodrigues – Data: 03/06/2023

**P1: Então boa tarde, hoje são seis de maio de dois mil e vinte e dois. Estamos aqui numa entrevista pela plataforma Google Meet com Renata Bezerril. É uma entrevista concedida ao projeto Apoena - Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações Culturais - Foco Rio de Janeiro que é coordenado por mim Luiz Augusto Rodrigues junto ao Laboratório de Ações Culturais, o LABAC, da UFF. Renata, muito obrigado. A entrevista vai ser conduzida por outros dois pesquisadores desse projeto, que são a Ana Lucia Pardo e o Marcelo Correia. Eles vão revezar entre si. Eu vou ficar com a minha câmera fechada só acompanhando a conversa de vocês. No final eu entro só para me despedir e agradecer. Gente, então deixa eu só confirmar que você: nós estamos gravando, se em algum momento, alguma fala sua você não quiser que**

**seja publicizada... A gente depois ao longo do projeto vai tentar criar um *corpus*, tanto com os vídeos quanto com os textos. Então se tiver um algum trecho que não quiser que seja publicizado você nos avise. Essa parte fique só entre nós. Está Ok assim?**

**P2: Uma boa tarde Renata. A gente vai dividir em dois blocos o nosso questionário. A gente tem um roteiro aqui que a gente obedece para todos os entrevistados. O primeiro bloco é a trajetória pessoal, algumas poucas perguntas, e o segundo bloco a gente vai falar um pouquinho mais sobre a Lei Aldir Blanc. Então no primeiro bloco pode ser que no decorrer das perguntas você até ache redundante porque às vezes o entrevistado ele responde antecipadamente algumas das perguntas... mas como a gente tem que seguir o roteiro isso acaba sendo assim meio que de praxe mesmo. Obrigado pela sua presença mais uma vez. Nome completo, lugar de nascimento, formação e vinculação institucional?**

E: Então, nome completo é Renata Guia de Oliveira, Renata Bezerril é o meu nome artístico. Eu na verdade eu comecei como Renata Bezerril porque era casada e enfim não troquei. Então ficou Renata Bezerril direto, até porque está tudo em família. Sou da área artística, sou atriz e ativista cultural. Nesse momento eu estou como conselheira estadual da região Centro-Sul Fluminense e também sou membro do fundo gestor do estado. Fui eleita em setembro de 2021. Sou de Miguel Pereira.

**P2: Você participa ou participou de algum movimento político e/ou militância no campo cultural?**

E: Sim, eu participo. Eu sou também conselheira municipal de uma cidade do interior chamada Paty do Alferes, ao lado de Miguel Pereira, e é uma cidade que tem poucas atividades culturais. Mediante a essa baixa de cultura na cidade eu comecei a fazer esse movimento de colocar a cultura em atividade dentro da cidade. Me tornei conselheira do município. A demanda foi crescendo e aí virei uma conselheira da região mesmo, região centro-sul. Na verdade a minha atividade cultural de estar nesse ativismo cultural e hoje ser conselheira que é o resultado de tudo que eu venho fazendo ao longo dos anos nas políticas culturais, na construção de políticas culturais.

**P2: Perfeito. É quando e como você começou a se envolver com política cultural mais estritamente falando e que passagens você destacaria da sua trajetória como agente da política cultural?**

E: Então, eu acho que eu já até respondi na pergunta anterior. Foi exatamente na cidade que morei muitos anos, me casei. Vim morar no Rio de Janeiro, fiquei muitos anos aqui na cidade grande, mas quando eu voltei pro interior, para a minha cidade, há uns cinco anos atrás mais ou menos, a minha cidade, ela estava com a igreja que é histórica destruída, até hoje está em reforma, a gente está com uma Câmara Municipal que é um prédio é histórico também fechado com tatame, e Aldeia de Arcozelo<sup>23</sup> que é um centro de teatro. É através do Paschoal

<sup>23</sup> Nota da pesquisa: Pelas mãos do Embaixador Paschoal Carlos Magno, a antiga Fazenda da Freguesia transformou-se na Aldeia de Arcozelo, um complexo cultural com o objetivo de ser um centro permanente de realizações artísticas. Através do sonho de Paschoal Carlos Magno, um dos nomes de maior relevância na trajetória do teatro brasileiro, foram construídos o Anfiteatro Itália Fausta, o Teatro Renato Vianna, salas de exposições e oficinas, a Biblioteca, além de uma área reservada para hospedagem e alimentação de participantes de eventos lá realizados.

[Carlos Magno] que deixou pra gente, também estava tudo destruído. E a partir do que eu vi, eu comecei e daí não parei. E a gente conseguiu várias coisas. Bom, mas vamos deixar... Mais a frente que depois pode ser que a tenha uma outra pergunta e aí eu respondo. Tinha uma outra pergunta também casada com essa aqui...

**P2: Como você está falando de passagens, o que você destacaria da sua trajetória como agente da política cultural? A trajetória pessoal que você destacaria?**

E: Eu acho que foi o ativismo na democratização da Lei Aldir Blanc no município. Isso foi muito forte, foi muito novo, eu também antes da lei ser sancionada e tudo, eu também estava lá atrás, nas escutas, antes dela ser... quando ela estava sendo escrita... Eu participei de alguns cursos da escola de emergência cultural, fui uma das duzentas selecionadas para estar trabalhando na propagação do que que era a lei pros municípios. Então eu fui uma dessas duzentas pessoas que foi preparada pra isso.

**P2: Perfeito. Bom, como você avalia os limites e as potencialidades da participação da sociedade civil e também numa perspectiva fora da gestão pública?**

E: Eu... é imprescindível que a sociedade civil participe da construção das políticas culturais, que esteja participando ativamente, E a partir daí saem os representantes e que vão poder fazer essa ponte entre o estado, entre as secretarias tanto municipal como, enfim, estadual ou federal. Então é imprescindível que nós possamos, enfim, precisamos estarmos juntos na construção de políticas culturais porque é um setor que carece de tudo. Ele é carente em tudo. Se for pegar a

saúde você tem todo um esquema, você tem... você vai ser aposentado, ali o médico... uma enfermeira também tem seus direitos agora - foi votado e conseguiu agora mais um benefício pro setor da enfermagem. Então cada um precisa se colocar no sentido da gente estar construindo sólido, sair da marginalidade, porque somos trabalhadores, isso é muito muito necessário e importante.

**P2: Perfeito. Bom, a gente vai partir pro bloco dois, aonde eu vou deixar a continuação com a Ana Lúcia. Ana Lúcia, é com você.**

**P3: Oi Marcelo querido, Luiz Augusto... Quero agradecer então à Renata mais uma vez. A gente está nesse projeto Apoená - como disse o professor Luiz Augusto e o Marcelo - que é essa rede de diagnóstico e avaliação das políticas públicas, das políticas e ações culturais tentando entender, avaliar, pesquisar os impactos da Lei Aldir Blanc no estado do Rio. Nesse bloco dois, nós vamos então com as perguntas mais direcionadas à Lei Aldir Blanc. Como é que se deram as primeiras articulações no Rio de Janeiro, em sua região, no município? Como que se deram?**

E: Olha, na minha região, falando da região, do município, se deu pela sociedade civil. Então mediante a essa escuta... mediante o que estava acontecendo (a pandemia que ainda estamos, melhor, mas em um momento pandêmico), mediante ao setor ter parado e todos nós ficarmos sem trabalho e havendo essa possibilidade de construir essa lei, o que é que eu fiz? No município, eu fui informando as pessoas, então com as redes sociais, eu fui informando e a coisa foi crescendo. Era uma coisa... e as pessoas foram aderindo aos grupos, querendo saber do que se tratava... muitas pessoas não acreditavam muito que isso seria possível. Enfim, mas foi

construído e foi... até a própria secretaria, no caso municipal, ela não entendia, não tinha mecanismo para entender o que estava acontecendo ali. Então tivemos que ter várias conversas com o gestor da cultura a nível do município para explicar o que estava acontecendo e eu inclusive dei várias palestras em alguns municípios, ajudei a inscrever as pessoas porque essa lei, na construção, ela foi feita para que chegasse nos municípios que não tivessem nem secretaria. Foi pensado em tudo minuciosamente. É lógico que eu, enfim... minuciosamente... Então naquele cantão que não tem secretaria, longínquo ali a Lei Aldir Blanc tinha direito ali pros fazedores pra chegar na ponta, na pessoa de raiz ali. E quando essas comunicações começaram a chegar, os gestores não estavam preparados para isso. Então não foi dizer que foi fácil... E aí eles também entraram em vários cursos e para poder operacionalizar a lei, porque aí vinha toda essa demanda de administrativa, também a execução pelo BB ágil. Então tudo isso precisava ser entendido para poder passar pras pessoas e fazer a coisa dentro da lei. Foi muito rápido, foi dinâmico, foi acho que por mais erros que possa ter ocorrido foi positivo chegou sim, né, Em muitos fazedores de cultura, o que segurou a situação... não resolve a situação que agora que tem a vacina e tudo, mas não resolve... mas chegou sim e deu um suporte pras pessoas se manter dentro daquilo que elas fazem. eu não sei se eu respondi a pergunta, enfim.

**P3: E como que você avalia quanto às ações do legislativo estadual e também legislativo municipal em torno da defesa dos trabalhadores da cultura no início de uma pandemia? Qual avaliação que você faz nessa movimentação, nessas ações do legislativo estadual e municipal.**



E: Eu acho que foi uma barreira que todo mundo teve que ultrapassar, aprender ...enfim, não foi fácil nem para nós da sociedade civil como também não foi fácil para quem estava ali na gestão. Acho que poderia ter havido mais conversa com a sociedade civil na proposição dos editais, achei que faltou isso de ouvir os setores, de abrir pro diálogo. No meu município... eu vou falar sempre a nível municipal porque foi ali que eu peguei mais na na labuta. No meu município, por exemplo, foi meio que desagradável trabalhar com a gestão porque a gestão queria impor os editais sem ouvir a sociedade civil, então no município tem um conselho e o conselho levou muitas demandas também, algumas foram acatadas e outras não, mas sempre prevalecendo a gestão pública, sempre prevalecendo aquilo que o gestor achava correto fazer. Então acho que faltou um pouco de diálogo com a sociedade civil. E faltou também conhecimento das secretarias municipais sobre o que era a Lei Aldir Blanc, então quem seriam as pessoas que poderiam fazer parte dos editais, serem contemplados, proponentes... Então assim.. e uma coisa também que foi em caráter emergencial. Muita gente não entendeu isso. Então acho que a gente precisava pensar mais sobre isso.

**P3: Só insistindo nessa questão porque você falou mais da gestão. Eu perguntaria sobre o legislativo, elas são um pouco essa questão do Legislativo, você falou da relação com a gestão e a sociedade civil que pouco ouviu, que chegou com perfis já definidos desses editais e tal, você faz uma análise um pouco crítica, distanciada. E quanto a essas ações no legislativo, como você avalia? Participou, não participou, se envolveu, como que esse legislativo estadual e municipal...?**

E: Eu senti falta do legislativo, tanto o estadual quanto o municipal. Eu acho que poderia ter dado mais publicidade,

poderia ter feito ações que fossem maiores no sentido de propagar, de estar junto ali. Até porque precisava da legislação, precisa do legislativo para poder colocar os editais, enfim. Enfim, eu senti falta disso. Senti muita falta do legislativo. Tanto a nível municipal quanto do estadual.

**P3: E como que você descreveria, você como conselheira, o papel do Conselho Estadual de Cultura e também do Conselho Municipal - caso exista - nesse processo? Que ações, articulações você destacaria e também dos fóruns regionais, fórum local, enfim, o que você destacaria nesse papel, nesse caso do Conselho Estadual, Conselho Municipal e dos Fóruns?**

E: Então o que eu destaco é que nós conselheiros, é que a gente como essa ponte entre o gestor e a sociedade civil, nós fomos os multiplicadores das ações que ocorriam dentro da Lei Aldir Blanc. Então assim, e a escuta também dentro dos fóruns e das conferências... da Conferência Municipal no meu município. Agora saiu a nacional que vai deixar pro ano que vem. Mas acabou que enfim. Então eu acho que... eu avalio que foi positiva, que é lógico que carece de muita conversa ainda. Eu acho que sempre vai ser sempre um diálogo, um consenso, um diálogo, um consenso... porque não tem como o conselheiro, tanto ele municipal ou estadual, ele dar alguma informação que seja pra sociedade se não tiver ali aquela conversa com a gestão. Então... porque precisam ser informações corretas para chegar no fazedor de cultura lá. Então o que que eu avalio? Eu avalio que precisa sim empoderar mais os conselhos municipais e ter mais escuta dos conselheiros para a gestão e da gestão pros conselheiros, porque senão fica a coisa perdida. Eu acho que no meu ponto de vista e do que eu vivi, não foi fácil. Eu acho isso. Então o

que eu penso é que faltou um pouquinho de comunicação. Falta ainda. A gente está nesse trabalho.

**P3: Nessa rodada que está comigo, depois para passar pro Marcelo, eu tenho uma última questão aqui e depois em seguida passo para ele. Como é que se deram...? Você já falou um pouco, mas aprofundar um pouco mais, como que se deram essas ações da Lei Aldir Blanc no seu município? Vocês executaram todo o recurso? Sobrou alguma coisa? Que dificuldades vocês encontraram pelo caminho e como você avalia essa execução e ações da Lei Aldir Blanc em Miguel Pereira?**

E: Eu vou falar de Paty do Alferes, mas Miguel Pereira e Paty do Alferes... toda a região Centro-sul porque é onde eu militei mais assim porque a cidade de Paty do Alferes, para quem não conhece, (não sei se o senhor já conhece, Marcelo, seu Luiz...) é uma cidade agrícola. Então, a maioria das pessoas da nossa região, da nossa cidade, são agricultores. E os agricultores muita das vezes ele não tem a escolaridade, mas ele canta, ele toca uma sanfona, ele... sabe? Ele é um fazedor cultural nesse sentido. Então, por ser uma cidade com um nível de escolaridade baixo, eu penso que a gestão prejudicou muito nesse sentido, porque, eu vou dar um exemplo: eu tenho um vizinho que ele toca há mais de vinte anos, ele tem a banda de forró dele e está sempre fazendo forró, toca acordeon. E tem uma outra vizinha que dança e ela é dançarina. E eu orientei os dois como é que se daria a Lei Aldir Blanc e tudo. Só que a gestão não teve muito interesse em informar corretamente de que maneira, até porque eles não sabiam. Isso foi logo no início. E esse senhor, ele chegou na secretaria e falaram: “tem que mandar por e-mail, tem que mandar por e-mail”. Na verdade não era, a gente teve aquela coisa da busca ativa. Eu mesmo fui uma das pessoas que busquei muita gente, e no

que sabia que eram fazedores, que estavam passando por dificuldade tanto quanto eu, porque como atriz tudo parou. E aí eu fui na casa de algumas pessoas e as pessoas que seguiram a minha orientação elas conseguiram orientação. No sentido de que? Ir lá pegar parte, pegar foto, pegar tudo que fosse comprovante de material de dez, vinte anos, sei lá, cinco anos, levasse lá e comprovasse porque não existia um cadastro, um cadastro do fazedor e dos fazedores e artistas da cidade. Na verdade a nossa secretaria, ela agora está ativa, mas era só o secretário ali com as demandas de uma coisa e outra. Com a pandemia não existia nem nada. Nada. Absolutamente nada. E veio a LAB e fez eu movimentar todo mundo. Então até eu vi aqui que a parte da secretaria não estava muito afim de trabalhar com a lei, eu senti muito isso, porque era um trabalho que pelo que eu entendi que não ia dar nada para eles, mas aí era onde eu tive muitas questões no conselho, sabe? De até passar mal mesmo, sabe? Chegar com dor de cabeça coisas assim porque as pessoas estão paradas, tem uma pandemia, essa lei é para isso... tem que fazer com que esse dinheiro chegue, mas houve sim descaso com recurso, nesse município voltou e eles não quiseram ter o trabalho de fazer novos editais e devolveu pro Estado. Então, houve outros casos, como Levy Gasparian também que nem executou a lei, devolveu o recurso por falta de secretaria mesmo e de interesse. Então teve isso. Nono meu município [Na minha região] foram dois: acho que foi Areal e Levy Gasparian - só precisava confirmar se era Areal mesmo, tá gente?<sup>24</sup> Eu pedi um relatório e como não enviou, não posso dizer se é realmente o Areal. Mas Levy Gasparian com certeza não executou o recurso. Infelizmente. E eu tentei até conversar que depois teve uma segunda oportunidade, mas

---

<sup>24</sup> Nota da pesquisa: Na região Centro Sul apenas o município Comendador Levy Gasparian não aderiu à LAB. Em relação a Areal, este foi o município da região Centro Sul com menor percentual de execução dos recursos: 82,4% em 2020 e mais 4,2% em 2021.

aí também não quiseram. Acharam mais fácil devolver o recurso. Então assim, a gente precisa ainda abrir caminhos, enfim, ultrapassar essas coisas de que a cultura não é importante, que não é, não somos trabalhadores, entre elas.

**P3: Depois se quiser, Renata, passar o que quer de documentos... Como você falou esses arquivos são muito bem-vindos. Agradeço já de antemão. Vou passar aqui pro Marcelo aqui a terceira rodada. Vou desligar a câmera como eu disse para não pesar e voltar em seguida.**

**P2: Renata, como você avalia os processos participativos de discussão, de implementação, de efetivação das ações resultantes da LAB no estado e no município?**

E: Olha, de uma maneira geral, totalmente positiva. Com todos os pedregulhos, com tudo que a gente... Eu vou falando da minha experiência, então assim, do que eu vivi. Mas assim, no geral, no grande, foi maravilhoso, porque foi uma ação inédita que foi para cinco mil e poucos municípios de todo o país. E empoderando o setor cultural. Então não tem como não dizer que foi uma ação positiva.

**P2: Mas você avalia assim que teve participação nas discussões e nas implementações efetivamente sobre a questão da LAB, no município? Aí você pode falar do seu município, da sua experiência. Você até já tocou um pouquinho nesse assunto, um pouco antes... por isso eu falei para você que algumas perguntas vão parecer redundantes e até são mesmo... elas estão meio que interligadas. Os processos participativos e de discussões, e a implementação e a efetivação das ações resultantes da Lei Aldir Blanc. Como você avalia isso?**

E: Só foi possível com todo mundo junto. A sociedade civil, a gestão pública, um - por mais que houvesse desgaste, essas coisas - um ajudando o outro a construir e para entregar à sociedade o benefício de se manter num momento pandêmico. Então assim, eu avalio que é importante e foi importante essa construção conjunta, nova, inédita e com a gestão pública e com a sociedade civil. Então assim, sem isso a gente não teria conseguido executar a Lei Aldir Blanc. Eu não sei se eu respondi... Eu avalio que positiva nesse sentido, porque uma ação inédita e chegou sim, chegou nas pessoas, chegou em nós, em todos nós... e que não tínhamos... como é que ia pagar a conta, como é que ia pagar conta de luz? Como é que ia comer? Eu estou falando por mim não, não falo pelo outro não, porque como atriz e sociedade civil eu vivo disso, então fechou teatro e aí? Eu até fiz um trabalho chamado 2020 que fala sobre uma atriz que estava no camarim e ela estava ali porque o bilheteiro deixou ela ficar no camarim, vivia ali no momento da pandemia porque ela não tinha dinheiro para pagar aluguel. Eu cheguei a fazer um trabalho, está no YouTube, que ela fala dessas coisas que estava vivendo na pandemia. E é real. É o que todos nós vivenciamos. Então totalmente positivo e o quanto é importante ouvirmos cada pessoa, cada fazedor de cultura e isso foi feito, isso pela primeira vez assim de uma forma inédita em nível do federal foi feito.

**P2: Ah, então, vamos lá. Bom, participou dos debates virtuais sobre a LAB no estado e no município? E se sim, qual a avaliação sobre os processos das *lives* e webconferências na sua opinião?**

E: Sim, participei de muitas e nossa, teve reuniões de duas, três horas, chegou a ponto de serem quatro horas, enfim, foram reuniões bem longas e toda semana. Esse ativismo foi o tempo

todo e desde o início do processo. E que bom existe essa possibilidade, veio existir, essa possibilidade de fazermos essas reuniões online nesse momento, porque tudo foi construído online. Então não sei se seria possível dentro da pandemia se não houvesse essas plataformas que estão à disposição para essas articulações, para tudo, para estudo, para trabalho, para construção política. Participei de várias, muitas.

**P2: Perfeito, Ana Lúcia, eu vou passar para você na sequência das últimas perguntas.**

**P3: Tem questões aqui ainda, mas seremos breve, já estamos mais pro final, obrigada Marcelinho. Renata, que processos formativos você poderia elencar sobre a execução da Lei Aldir Blanc? Tanto em relação aos trabalhadores e artistas, quanto em relação aos gestores governamentais, como é que você avalia tais ações com relação aos processos formativos?**

E: Olha, é formativo de, no caso, eu acho que teve várias, vários cursos, é sobre isso que você está perguntando? Formativos de formação?

**P3: Isso, isso, de formação. Formativos de formação, que gerou alguma questão de formação durante o processo, se deixou alguma coisa, se formou, se executou alguma coisa de políticas públicas, de formação, de preparo, que avaliação você faria no campo de formação?**

E: Sim, foram... todo mundo se reuniu, todos nós nos reunimos, isso num país inteiro e se gerou muita formação de até no setor de políticas culturais houve várias demandas de

cursos, houve vários cursos de políticas, também como houve vários também dos setores setoriais, do teatro, teve da música, a gente teve várias... as pessoas passaram e puderam trabalhar, continuar seus trabalhos... e outras coisas também surgiram, surgiram escolas também de cultura no estado do Rio, por exemplo, tem uma escola agora de cultura que surgiu nesse processo todo. Então acho que enfim a própria escola de emergência cultural também veio nesse processo todo, que empoderou muitas pessoas. Eu sou uma dessas pessoas, mas não estou falando por mim, eu estou falando da importância da escola emergência cultural<sup>25</sup>, que foi uma distribuidora de ações. Teve tantas outras, recria, teve os próprios fazedores com essa oportunidade, puderam também formar, ensinar artesanato, ensinar tantas coisas, enfim... Eu não sei se eu respondi a pergunta, mas enfim, foram várias e muitas ações. Isso tanto pro nosso estado, como no país inteiro, e criou o empoderamento. Então teve toda uma conscientização que eu vou falar de formação pros setores que não era nem visto como cultura. E que na verdade é cultura raiz, enfim...

**P3: Como que você avalia o formato final da Lei Aldir Blanc? Qual avaliação que você faz?**

E: É uma política, a Lei Aldir Blanc é o no meu entendimento assim é o início de uma política pública que ela não veio para parar. Ela é uma política a nível de país e que deu essa abertura pras secretarias culturais, até os municípios que não tinham secretarias. Então eu acredito que ela vai disseminar mais ações culturais através dela, ela vai abrir outras várias ações culturais para que as movimentações, as feitura das

---

<sup>25</sup> Nota da pesquisa: Escola de Políticas Culturais, criada em junho de 2020, a partir da LAB, no âmbito do grupo Articulação Nacional de Emergência Cultural.

secretarias venham a se tornar uma política sólida. Eu não sei se eu estou sendo entendida, porque como o setor é muito ainda - eu vou usar essa palavra - “marginalizado”, ela veio dar um respeito aos fazedores culturais. Então assim ela totalmente, ela abre um caminho, ela abriu um caminho que não tem mais volta. Acho que é isso que a gente quer, a gente quer aprimorar isso e outra coisa ela mexe com uma coisa que a gente em momento algum falei aqui: na estrutura do Sistema Nacional de Cultura. Ela é importante para que a gente possa colocar esse CPF da cultura ativo em todos os municípios. Então já existe essa lei, e ela, a Lei Aldir Blanc veio abrir essa porta para que isso seja realmente um pilar de cada secretaria usar, fazer do seu conselho a escuta, entre a sociedade e a gestão. Do fundo, de ter o legislativo para poder, através de políticas, dentro do fundo para poder dentro das secretarias. E municipais, estaduais ela veio e ela mexeu muito com isso e é um caminho que a gente precisa continuar porque embora eu falei no conselho, e o plano municipal... O legislativo ali do município vai fazer com que... enfim ela veio dar vida a uma coisa que existia mas estava parada. E mesmo tendo a lei do Sistema Nacional de Cultura, muitas prefeituras ainda não aderem ao sistema, e isso é uma coisa que pra gente é ruim porque muitas prefeituras acham e preferem até que as verbas vão direto pro cofre público, sem passar pelo fundo de cultura. Então existem, enfim, coisas que a gente pode ainda melhorar e a lei vem, no meu entendimento, ela vem abrindo essa porta de colocar nesse lugar o que é de direito de se sistematizar tudo, enfim, ficar uma política bem sólida.

**P3: E indo pro final, considerando a execução e a prestação de contas você pensaria em modificar esse formato final? Se você pensar em sugerir alguma modificação, quais seriam? No caso da execução e prestação de contas, se você faria alguma mudança na lei?**

E: Sobre a prestação de contas, eu acredito que as pessoas devem... enfim, a gente recebeu muitas reclamações do tempo de entrega, e enfim... escutaria sempre a sociedade civil e juntos... porque a máquina pública ela que opera, então essa parte administrativa é com ela, mas é preciso escutar o proponente, precisa ouvir os fazedores, até para poder, para eles proporem como é que seria essa prestação de contas. É lógico tem que prestar conta de um dinheiro público, tem que fazer porque é para continuar trabalhando. Na verdade, é pra pessoa continuar a ter um meio para continuar trabalhando, mas também precisa escutar. É lógico que foram pensadas várias possibilidades de entrega da prestação de contas, mas isso ainda precisa aumentar esse diálogo aí. É o que eu penso.

**P3: Está Ok. Eu vou para uma pergunta final, a última tem a ver com o legislativo que você já falou. Então eu vou para uma pergunta final, como é que a Lei Aldir Blanc auxiliou ou não a gestão pública posterior no seu município? E aí, junto com isso quaisquer outras questões que você queira falar, então é a última questão, em seguida passo pra coordenação pra finalizarmos.**

E: Então ela deu vida aos fazedores culturais, ela mostrou uma classe que não era vista, ela mostrou que veio... esses os fazedores culturais eles vieram, eles participaram, eles existem... Então deu visibilidade aos trabalhadores da cultura. Porque é uma coisa você ter um show no final de semana, a pessoa está ali no restaurante nem dá para às vezes ver que eu tenho uma artista ali. Não dá importância como um trabalhador, como uma pessoa que está ali, que toca uma música. Então mostrou esse respeito, e os fazedores de cultura se sentiram muito... como que eu vou te dizer? Participativo não, também participativo, mas respeitados, por aquilo que ele faz, pelo trabalho dele, então deu essa visibilidade a essas

peças, que “Sou essa pessoa”, deu essa visibilidade dos problemas de uma classe. Então ela foi muito importante nesse sentido de mostrar aos fazedores de cultura que estavam ali, ali na margem dali. Não sei se eu estou... vocês me desculpem, senhores professores...

**P3: Não, que isso Renata, achei ótimo. Muito obrigada, viu? Vou passar para os meus colegas, eu já queria te agradecer de minha parte, o Luiz botou várias vezes ali no chat e ele vai falar melhor. E eu botei lá no conselho algumas vezes, você deve ter visto e a gente vai reforçar que você e demais pessoas da sua região e onde for para preencher esse formulário que a gente elaborou pros trabalhadores da cultura e pros gestores. É muito muito importante pra gente avaliar esses impactos, problemas, os gargalos para melhorar as próximas leis políticas. Então o Luiz vai falar melhor que eu, mas eu já quero de antemão agradecer, querida, por estar aqui com a gente. Eu sei que você está no meio de reunião, está no meio do caos aí, mas pôde participar aqui...**

**P2: Bom, eu também faço das palavras da Ana Lúcia as minhas, muito obrigado pela atenção, muito obrigado pela disposição. Você está em plena sexta-feira, mas a gente está trabalhando... É por aí, agradecido pela sua, pelo seu carinho, pela sua atenção.**

E: Eu que agradeço.

**P1: Rapidinho. É, divulga mesmo esse link do projeto, que tem esses formulários, é importante. A gente está ouvindo gestores, está ouvindo sociedade civil em entrevistas, mas precisa de ouvir também de uma forma mais sistêmica,**

**bem abrangente. Esses questionários são bem legais. Deixa eu te perguntar duas coisinhas. Você é do Conselho de Paty dos Alferes. Paty do Alferes tem um sistema? Tem um plano, tem fundo?**

E: Tem. Só que ele ainda está inoperante. É uma luta minha dentro do município, minha... porque como eu falei antes não existia, é a secretaria só... tem, existe secretaria, existe secretário e uma pessoa ali, só isso era a secretaria. Então quando veio a LAB movimentou tudo. E aí a coisa começou, teve que andar, andar... foi difícil pra gestão entender o que estava acontecendo. Então veio uma avalanche de informações que eles não sabiam operacionalizar, enfim, operar, operacionalizar a demanda, as coisas da lei e isso tudo foi... então eu passava muita informação, as pessoas também entravam em grupos, depois teve os grupos dos secretários, as pessoas estudando e tudo, mas tem sim, tem o conselho, tem o plano, tem o fundo, que também é como eu falei já é uma luta minha que isso ainda não está no sistema na secretaria quando se abre o Sistema Nacional... por isso que precisa muita conversa, muito diálogo. Quando se abre o sistema, você vai ver Paty do Alferes, tem lá só o número do secretário. Não tem como...

**P1: Tem plano inclusive, plano aprovado, tem as peças todas?**

E: Tem as peças todas, paritário, mas não existe...

**P1: Conselho deliberativo, paritário... a lei do sistema a princípio está implantada?**

E: Está implantado, mas a gente precisa pensar... Paty do Alferes é uma cidade que tem, outras nem têm... Então como a gente vai resolver essa questão em todo o estado? Porque é como eu falei, sair da marginalidade para entrar num sistema que já existe numa lei, que já tem e de colocar isso para funcionar. Então que que começou? Com a Lei Aldir Blanc como eu falei abriu a porta para essa política sólida, para ver os trabalhadores da cultura... Abriu esse canal. Se a gente tem, vamos usar isso aqui. E eu fui uma das pessoas que, no Conselho Municipal, falava “a gente tem o fundo, vamos receber pelo fundo”. Mas eles não sabiam do que se tratava, não sabiam que era para emergencial, que era para chegar na mão do trabalhador. Eu achei que também teve um descaso nesse ponto porque acha que foi dar o dinheiro... Entendeu? Tipo assim, eu ouvi uma coisa assim, mas isso é uma coisa meio pejorativa. “Ah, porque está todo mundo afim de pegar o dinheiro”. Aí eu tinha que corrigir o próprio procurador falei: “não é isso, é para fomento. É pra pessoa poder se manter, está tudo fechado”, porque o procurador ele tem o salário dele mas o fazedor de cultura não tem. No caso do procurador do meu município. ele também é muito uma pessoa muito ligada à cultura do município. Enfim, e precisa disso, por isso que é importante a gente estar ouvindo a sociedade civil e a gente estar nessa construção. Mas quem está com a máquina pública é a gestão e se a gestão não quiser, a coisa fica muito difícil. Teve dois editais de quinze mil que ganhou uma pessoa, enfim...

### **P1: Coisas que não fossem as mais precárias...**

E: É, pois é, então assim... e não quiseram, na verdade, não quiseram nem redirecionar o recurso que sobrou, que foi em torno de vinte mil, para dar os quinhentos mil [sic] para cada um, estava bom, ainda pagava a conta de luz, comprava o gás,

comprava, entendeu? É a boa vontade do fazer, eles não entenderam o que que se tratava o objetivo da LAB.

### **P3: Desculpa, você está representando a Aldeia de Arcozelo também?**

E: Sim, sim.

**P3: Sim, que a outra batalha, Luiz, só para situar, porque lá é muito importante, vocês sabem, a Aldeia de Arcozelo foi uma outra luta, porque ela estava com problemas e a Renata também representa aí essa, tem um fórum, tem um do qual eu estou lá também, eu vi que ela é uma liderança ali na batalha pela Aldeia de Arcozelo que tinha Funarte toda essa coisa. Só estou situando porque isso também no município é muito importante.**

E: É. Aldeia de Arcozelo, ela é histórica pelo movimento levante que aconteceu lá de Mariana Crioula e Manoel Congo, isso na época do café. Ela é histórica nesse sentido. Foi o maior levante de escravo daqui da região, mais horrível que teve do Senhor de Café. Então ali teve um levante, um motim que acabou fazendo com que os negros a partir dali viessem a abolir a escravidão, essas coisas todas... e o Manoel Congo ele foi decapitado em Vassouras e a partir dali vieram, começaram vários movimentos. Então ela é histórica nesse sentido e ela também é histórica porque depois ela foi doada ao Paschoal Carlos Magno e ele reconstruiu a aldeia, pro teatro de estudante, ele fez todo um movimento, levou grupos para fora do exterior na época dele e deixou a aldeia pras artes. Só que existia, a aldeia foi se deteriorando, se deteriorando... falava que era da Funarte, a Funarte falava que não era dela, mas estava aos cuidados da Funarte tanto que as obras que

estavam pelo INEPAC aos cuidados da Funarte. E aí a prefeitura não se responsabilizava e a coisa ia cada vez piorando mais. Então a casa... caiu a parte do telhado, até que caiu o teatro Renato Viana ano passado. Então a gente já vinha nesse movimento no Teatro Renato Viana. Caiu porque ali tem dois teatros, tem um de arena e tem o Teatro Renato Viana, que é o palco italiano. E com a chuva que teve desabou tudo. E a partir dali ficou mais notório a gravidade do problema. Então o que que eu fiz? Eu sugeri que “vamos fazer um grupo”, já estava dentro do conselho do estado tem muita gente que viveu essa época da Aldeia de Arcozelo como a gente tem em conselho. Tem várias pessoas que conheceram a própria importância da Aldeia e vamos fazer um grupo... Acabou que um colega fez o grupo. Soube o que eu ia fazer, fez dez minutos depois, quinze minutos depois. Não importa, fiquei feliz, teve resultado, entendeu? Essas coisa pequenininha a gente vai deixando para lá. Importante que quando ele soube que eu ia fazer... quinze minutos o grupo estava pronto. Aí tinha o link do grupo. Que que eu fiz? Eu peguei o link do grupo, passei pros meus conselheiros, meus amigos conselheiros e passei para a galera que se importava, e que enfim abraçou a causa. Num movimento extraordinário, conseguimos entregar a escritura que aí teve que todo mundo se manter o procurador, o prefeito e não sei o que, os conselheiros do estado só não estão ali, então tem o pessoal da UFRJ, tem o pessoal da UFF, tem não sei o que, tem tem é uma galera que entende, tem o INEPAC. A coisa só vai se a sociedade... E eu sou minhoca da terra. Então assim foi a igreja que... eu não sou católica, eu sou budista, mas foi a igreja que eu fui batizada, é a minha terra natal. Então assim, quando eu voltei, que eu vi tudo isso, tudo era triste de ver. Então, eu comecei nesse, nesse movimento e hoje o registro da Aldeia foi entregue à Funarte, e ela é realmente de fato hoje em dia da Funarte e agora começou já a restauração do prédio, a restauração começou a caminhar oficialmente. Então enfim, e

dentro do direito porque se não tem o registro, a Funarte também não poderia enviar verba. Ah, porque é de quem que é? É da família? É da família do Pascoal? É da prefeitura? Isso foi sanado rapidamente, num passe mágica, entendeu? Mas resolveu, isso que importa e está aí caminhando e a gente está conseguindo e vamos entregar essa Aldeia pra sociedade, para o país enfim, pela importância que ela tem.

**P1: A LAB provocou algum tipo de cadastro inicial em Paty do Alferes e se provocou esse cadastro, tem perspectiva de continuar avançando?**

E: Sim, tem, até porque não pode parar. Eu mando gente pra secretaria até hoje, “por favor, vai lá e se cadastra”. Não tinha, não existia, não existia absolutamente nada, não existia. E agora não, agora sempre que tem um fazedor de cultura que eu conheço, que chega até mim... e já existem grupos, os grupos do WhatsApp Paty do Alferes LAB e um da Aldeia... E também tem... Então um vai informando, a informação se multiplica e vai chegando nas pessoas e as pessoas vão sabendo e mesmo não tendo ela agora... enfim, ter passado e a gente está na expectativa de novas políticas públicas, Paulo Gustavo, a LAB 2, então, não vamos parar. Até dentro do próprio município, da gente ver editais dentro de políticas públicas dentro do próprio município. Que não existia. Era muito glamour para nada pro povo...

**P1: Poxa, super obrigado. Foi super legal, super importante e essa informalidade do final também contribui pra caramba.**

E: É, foi. Eu acho que eu fiquei meio assim um pouco tímida, eu sou tímida, sou do teatro, mas sou tímida na minha



essência, aí ficou... mas acho que bom. Estou feliz de estar aqui, de ter contribuído e obrigada pela oportunidade. E a escuta é sempre importante em todos os setores, tanto no conselho, como membro do fundo gestor (eu sou membro do fundo gestor do estado) e de ouvir. Então tem que ter a participação da sociedade civil e escuta. Isso é uma luta nossa dentro do Conselho Estadual, escutarmos, de nos escutarmos, nós conselheiros da sociedade civil e porque a gente que está lá, a gente que está com a galera e é isso, acho que o que precisa é escutar. Muita conversa para chegar num consenso.



Universidade Federal Fluminense - UFF  
Laboratório de Ações Culturais - LABAC  
APOENA – Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações  
Culturais – foco RJ

[pesquisa.apoena@gmail.com](mailto:pesquisa.apoena@gmail.com) –  
<https://apoenaredecultural.wordpress.com>

Projeto APOENA

Entrevistado (E): **Diana Iliescu**

Data: 06/09/2022

Pesquisador entrevistador (P):

P1: Marcelo Correia

P2: Ana Lúcia Pardo

P3: Luiz Augusto Rodrigues

Ajuste da transcrição: Clarice Heringer - Data: 09/10/2022

Conferência: Marcelo Correia - Data: 06/11/2022

Ajuste final: Luiz Augusto Rodrigues – Data: 02/06/2023

**P3: Gente, boa tarde, hoje são seis de setembro de dois mil e vinte e dois, são dezessete e trinta da tarde. Deixa eu iniciar me descrevendo, eu sou um homem branco, já idoso, vamos chamar assim, então eu tenho cabelo e cavanhaque grisalho, uso óculos, estou aqui no escritório, no fundo uma prateleira com alguns objetos. Bem, a gente está aqui hoje, mais uma entrevista pela plataforma Google Meet do projeto Apoena - Rede Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações Culturais com Foco no Rio de Janeiro. Hoje nossa entrevistada é Diana Iliescu, conselheira estadual da Região Serrana hoje atualmente secretária municipal de cultura de Nova Friburgo [Petrópolis], mas aí você complementa sua apresentação por gentileza. O Projeto Apoena é coordenado por mim, Luiz Augusto Rodrigues, junto ao Laboratório de Ações Culturais,**

**LABAC, da Universidade Federal Fluminense. Eu estou fazendo só essa introdução, a entrevista em si vai ser conduzida pelos dois pesquisadores do projeto, Ana Lucia Pardo e Marcelo Correia, que vão se revezando. Diana a gente vai estar gravando para depois poder usar no todo ou em parte, por escrito ou em vídeo. Se em algum momento algum trecho você preferir que não seja tornado público você nos avisa que depois, na edição, a gente já tira essa parte, ok?! Bem, te agradeço imensamente; no final eu volto de novo para agradecer mais um pouquinho. Vou fechar minha câmara e deixar agora com os nossos dois pesquisadores.**

**P1: Boa tarde Diana, de antemão já agradeço a sua atenção, sua gentileza, o carinho de estar aqui participando desse projeto através dessa entrevista. A gente dividiu a entrevista em dois blocos, o primeiro bloco é mais uma trajetória pessoal, o segundo bloco é mais especificamente a Lei Aldir Blanc. A primeira pergunta do primeiro bloco é seu nome completo, lugar de nascimento, formação e vinculação institucional ou comunitária.**

E: Bom eu que agradeço pela oportunidade de poder falar um pouco mais sobre políticas públicas de cultura que são tão importantes pra gente, ainda mais hoje em dia. Eu sou Diana Iliescu, eu nasci no Rio de Janeiro, mas cresci na cidade de Petrópolis, meus pais são do Rio e vieram morar em Petrópolis desde que eu nasci então, enfim, toda a minha infância e metade da adolescência eu passei na cidade de Petrópolis para qual eu voltei vinte anos depois e atualmente eu sou a presidente do Instituto Municipal de Cultura de Petrópolis, que é equivalente à Secretaria de Cultura, mas tem esse nome de Instituto *pro forma*, mas é uma entidade vinculada diretamente à Prefeitura. E você falou, desculpa, a formação. Ah, eu me

formei em Cinema na UFF, também sou da UFF, também tenho todo carinho aí pela nossa querida universidade, e estudei, fiz teatro na Martins Pena e estou terminando um mestrado na UNIRIO em Memória Social.

**P1: Perfeito. Agora só pra lembrar porque eu também esqueci de me descrever e peço que depois você se descreva também. Eu sou Marcelo Correia, cinquenta e dois anos, cabelo castanho escuro, barba castanho escuro. Hoje estou usando óculos. O meu fundo é cheio de prateleiras, de nichos com alguns objetos. É tudo branco. A gente esquece, desculpa.**

E: E eu sou uma mulher branca, cabelos castanhos com alguns fios mais claros com luzes, estou vestindo uma blusa listrada de preto e dourado, blazer preto, estou sentada numa cadeira preta e ao fundo da parede branca tem um quadro com uma mulher indígena fazendo uma pintura no rosto.

**P1: Perfeito. Segunda pergunta: você participa ou participou de algum movimento político ou militância no campo cultural?**

E: Sim, sim. Bom, vários. Eu diria que o mais importante que foi fundamental na minha formação foi um movimento que eu compartilhei com a própria Ana Lúcia [Pardo], que está aqui na pesquisa, que foi o Ocupa MinC, em dois mil e dezesseis, quando a gente teve aquele momento do golpe contra a Dilma, assim que o presidente Temer assumiu a presidência interina, ele extinguiu o Ministério da Cultura. Então, os artistas do Brasil inteiro se reuniram e fizeram ocupações culturais nos espaços públicos de cultura que tinham esse discurso oficial da cultura. No Rio de Janeiro foi na sede regional do MinC, da Funarte que

era no Palácio Capanema e em vários outros estados nas respectivas filiais, de IPHAN, de Funarte, as fundações e as regionais do Ministério da Cultura. Esse eu participei ativamente, além disso eu sou muito próxima do PCdoB, pelo qual também faço um trabalho político e cultural. Também participei de várias outras ações, mais voltadas inicialmente pro cinema, mas para também, sei lá, artes mais experimentais, enfim, que sempre tiveram uma correlação política de alguma forma, movimentos de Cineclubes e de produção audiovisual e artística em geral.

**P1: A terceira você praticamente respondeu. Embora seja redundante, faz parte do nosso cronograma a perguntar. Quando e como você começou a se envolver com política cultural mais estritamente falando, e que passagens você destacaria da sua trajetória como agente da política cultural?**

E: É, então, na verdade tem bastante tempo até que eu comecei a fazer isso, desde a faculdade, eu fiz a UFF entre noventa e sete e dois mil e três. Aí eu comecei a entrar em contato mais com a questão específica das políticas de cultura, as políticas públicas. Na época eu conheci a ABD, ABDeC em alguns estados, que é a Associação Brasileira de Documentaristas que também agregava aos curta-metragistas, que era uma associação de classe mas que também tinham atuação política e de ocupar espaço no audiovisual. Então, eu participei do terceiro congresso brasileiro de cinema, que foi no ano de dois mil, que onde se deliberou a criação da Ancine, por exemplo, e aí em dois mil e um de fato a classe cinematográfica conseguiu que o então presidente Fernando Henrique criasse a Ancine, que é a Agência Nacional de Cinema. Então ali teve um movimento político muito forte. Eu era muito jovem ainda, mas estava muito próxima,

acompanhava pessoas que estavam diretamente relacionadas a essa articulação, então acho que desde ali foi uma grande formação na política pública de cultura. Depois fui acompanhando várias políticas públicas como a criação do Fundo Setorial do Audiovisual, que foi em dois mil e onze. Não, foi antes, foi dois mil e sete o FSA. Em dois mil e onze foi a lei da TV a cabo que também abriu um grande mercado pra produção nacional de audiovisual. E teve um outro episódio importante também na minha vida que também me marcou muito, que foi o meu irmão, foi eleito presidente da União Nacional dos Estudantes, foi presidente de dois mil e onze a dois mil e treze. E aí eu atuei muito diretamente com ele, ele já tinha sido presidente da UEE [União Estadual dos Estudantes] do Rio, já tinha uma militância também grande na UJS [União da Juventude Socialista] no movimento estudantil. Ele propriamente é do movimento estudantil e eu sempre fui da cultura, mas ajudava; sempre produzia os eventos, participava de alguma forma dessas movimentações no movimento estudantil. Quando ele foi pra UNE eu fui junto, criei a TV UNE, era um canal de TV web, que fazia quando estava começando as transmissões ao vivo pela internet aí eu trabalhei bastante nesse sentido junto com a UNE, com o movimento estudantil como um todo, e aí enfim, aí depois quando eu voltei a morar em Petrópolis depois do golpe de dois mil e dezesseis eu comecei a me vincular muito com os conselhos, aí eu comecei a frequentar o Conselho Municipal de Petrópolis, aí virei vice-presidente, depois conselheira estadual no Conselho Estadual de Políticas Públicas de Cultura, aí comecei esse trabalho de sociedade civil junto com o poder público, até que no final do ano passado quando nosso atual prefeito conseguiu assumir, ele me chamou e eu passei a ser então a presidente do Instituto Municipal de Cultura de Petrópolis.

**P1: Perfeito. Como você avalia os limites e as potencialidades de participação da sociedade civil? E numa perspectiva fora da gestão pública também.**

E: Eu acho que os conselhos têm um papel fundamental nessa relação. De fato foi uma das minhas escolas e eu vejo como é importante quando a sociedade civil de fato quer participar e tem um trabalho organizado, como ele passa a ser factual, ele tem uma influência real sobre a política pública, e aí eu acho que tem uma diferenciação também entre cidades grandes, médias, pequenas, porque eu fui fazendo esse trabalho numa cidade média, que é Petrópolis - que é uma cidade de trezentos mil habitantes - e que aí tem condições ideais também para que a ação da sociedade civil seja mais determinante de fato, porque numa grande capital a gente entende que são muitas forças em jogo, têm muitos elementos e que é mais difícil que a sociedade consiga atuar de fato dentro da gestão, mas numa cidade média que tem uma articulação, tem um cosmopolitismo, as informações circulam, as pessoas têm acesso e ao mesmo tempo se organizam e conseguem cobrar e executar políticas públicas, eu acho que é um microcosmos ali bem favorável para que de fato haja essa relação entre sociedade civil e poder público. Então, aqui por exemplo eu escrevo pro jornal, a gente tem a Tribuna de Petrópolis e Diário de Petrópolis. Então, a gente quer tratar algum tema publicamente, a gente escreve artigos pro jornal, que são publicados. Então, você consegue influir de alguma forma nessa opinião pública, ainda que restrita ao campo cultural, intelectual, mas existem esses mecanismos que são mais efetivos. E o conselho é um local fundamental desses debates. E como o nosso conselho ele tem o papel deliberativo, por exemplo, então a gente consegue também de fato entrar realmente na execução das políticas, e aí vem dessa experiência, quer dizer, na cultura vem muito do Sistema Nacional de Cultura, que foi criado na gestão do Gilberto Gil, foi

muito determinante, assim, né? É uma pequena revolução na gestão pública, agora a gente tem essa segunda revolução que vai ser tema do segundo bloco, que é Aldir Blanc e companhia, que realmente também foi é muito incrível que isso esteja acontecendo, mas que garantiu essa interlocução, que parece que antes não havia dessa forma. Então, de fato criou, é claro que também p Portal da transparência, tem uma série de elementos que são fundamentais para garantir essa interlocução entre as instâncias, mas os conselhos são também, acho que são boas escolas, são locais realmente importantes para que haja esse diálogo.

**P1: Perfeito, bom agora a gente vai pro segundo bloco que é falando mais sobre a Lei Aldir Blanc, que eu vou chamar a Ana Lúcia que ela vai seguir daí.**

E: Está ótimo, obrigada.

**P2: Obrigada Marcelo, professor Luiz Augusto e Diana por estar aqui conosco, concedendo essa entrevista no Projeto APOENA, Rede Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações Culturais que nós estamos fazendo com foco no estado do Rio para fazer esse levantamento, medir quais são os impactos da execução dessa lei no estado do Rio. Me autodescrevendo. Sou Ana Lúcia Pardo, tenho cinquenta e nove anos, sou parda, tenho cabelo castanho e comprido, estou vestindo uma camiseta cinza e uma echarpe roxa e um brinco branco indígena, uso óculos de grau e ao fundo tem um uma estante branca e um computador com a imagem do nosso último boletim APOENA. Passando pro bloco dois. Diana, muito importante porque a gente sabe que você foi conselheira do Conselho Estadual de Política Cultural, e depois, como você disse, passou a assumir essa função na gestão**

**pública em Petrópolis. Vamos entrar então agora depois dessa primeira etapa da trajetória pessoal, na parte da Lei Aldir Blanc. Como que se deram, no seu entendimento, as primeiras articulações no Rio de Janeiro, em sua região, no município, em torno da Lei Aldir Blanc?**

E: Bom, eu lembro que a gente acompanhou com muito entusiasmo a aprovação ao longo de 2020, eu lembro que foi no dia vinte e seis de maio, que foi aprovado na Câmara. A primeira aprovação foi uma grande vitória de toda a classe, a gente tinha feito uma grande mobilização dos agentes culturais do Brasil inteiro. Foram dois meses de pandemia, então em mais ou menos em torno do dia quinze, dezesseis de março teve esse fechamento. o início do *lockdown*, quer dizer ainda tímido, mas um encerramento das atividades públicas por todo país e aí começou toda essa crise financeira, profissional, de vários agentes e aí a área cultural muito. Eu mesma tinha uma exposição marcada para abril no Sesc que eu já tinha começado a produzir, mas por acaso eu não tinha assinado o contrato ainda então também tive prejuízo... Uma série de coisas, todo mundo ficou naquela situação enlouquecida e aí rapidamente alguns dos nossos queridos deputados, senadores, se organizaram para criar uma solução para esse setor que foi a Aldir Blanc, muito vindo também da falta de ação do Governo Federal em executar os recursos que estavam no orçamento pra cultura. Então a gente tinha superávit, a gente tinha uma falta mesmo de políticas públicas, não havia mais nenhum tipo de edital, nem da Secretaria do Audiovisual, que é a minha área específica, sempre teve aquela lista de editais de BO, baixa orçamento, não tinha nada da Funarte, não tinha nenhum tipo de incentivo federal, então existia um recurso e aí os congressistas conseguiram direcionar então esses recursos para descentralização, para irem diretamente pros fundos municipais e estaduais de cultura. Então foi muito rápido essa aprovação da lei. Outro dia eu vi até a Jandira Feghali dizendo

que acha que foi a lei recorde de toda a história de aprovação, rapidamente ela conseguiu ser aprovada. Uma lei emergencial de fato. Então no final de maio a gente aprovou a Aldir Blanc 1 na Câmara, logo em seguida passou pro Senado que ratificou a lei, então a gente conseguiu. Aí começou esse processo de subir os planos de trabalho no portal Mais Brasil, enfim. E eu lembro que a sociedade, a cultura, a classe cultural, chamamos assim, nem sei se é bom esse nome classe cultural, mas o setor que trabalha com cultura no país já estava muito articulado nesse momento devido a sua grande dificuldade. Então, a gente usava até termos como “em estado de conferência”, porque estávamos todos muito mobilizados e fazendo *lives* gigantescas, eu lembro de uma *live* que tinha mais de quinhentas pessoas no Zoom. Teve assim vários encontros online pra gente debater essas soluções coletivas para o setor cultural do Brasil inteiro. Então a gente já estava muito agregado nessas soluções e tinham muitos debates, muitas questões, como que a gente vai executar, como que usa o inciso três, o inciso dois que vai ser, procuradoria, todas as questões técnicas burocráticas estavam sendo muito discutidas e eu lembro que no Rio de Janeiro não era diferente, quer dizer, a articulação ela era nacional, mas que nos estados também tinha. Na época eu também fazia parte do Fórum Serrano de Cultura representando Petrópolis, então a gente debatia com as outras cidades, principalmente Nova Friburgo, um pouco de Teresópolis e outras cidades menores, no Conselho Estadual, enfim, todas essas instâncias de representação da classe cultural que foram sendo tomadas por esse tema. Então eu lembro que aqui em Petrópolis eu era presidente do Conselho de Cultura e que num primeiro momento o secretário de cultura da época não estava muito por dentro, não estava acompanhando... e a gente enquanto sociedade civil ficou cobrando... como ele demorava para responder, a gente chegou aí no secretário de planejamento, entendeu? A gente foi provocando o poder público dizendo,

“olha, está chegando esse recurso na cidade, isso tem que passar, tem que ter, passar pela lei orçamentária, tem que ter suplementação”, a gente começou a entender todas as necessidades e foi insistindo para que o poder público de fato garantisse. E aí na hora que começou, aí foi uma loucura, né? Eu lembro que realmente até o dia trinta e um de dezembro tinha gente fazendo pagamento e até empenhar tudo, foi uma grande força tarefa, eu lembro das figurinhas de WhatsApp do final do ano, aí todo mundo “estou Aldir Blanc, só volto em janeiro”. Tinha aquelas coisas “não consigo nem falar nada porque agora eu só estou cuidando disso” e foi uma grande força tarefa no país inteiro e eu fiquei muito contente de saber depois que das cinco mil seiscentos e oitenta e nove cidades que a gente tem quatro mil e setecentas conseguiram contratar a lei. Porque também teve a prorrogação, né? Acabou que em 2020 mesmo nem se conseguiu, mas prorrogou e acabou que teve um acesso muito grande à lei. Então foi realmente quase um milagre nessa época de Bolsonaro a gente conseguir ter a Aldir Blanc, foi uma coisa assim sobrenatural.

**P2: É verdade. E quanto às ações do Legislativo Estadual e Municipal em torno da defesa dos trabalhadores da cultura logo no início da pandemia? Você já meio que tocou nisso, mas essa questão toca principalmente no legislativo, tanto estadual quanto municipal, como que você avalia?**

E: Ah, boa. Eu lembro que no início, logo antes de começaram a ter alguns editais online, se eu não me engano Espírito Santo e o Maranhão foram os primeiros estados a lançarem editais online e aí todo mundo falou “olha que ótimo”, aí foi genial, porque aí vários outros começaram a se inspirar nisso e já que não podia fazer nada, fizeram tipo edital para coisa assim, para poder ter esses pequenos recursos. E eu lembro que uma outra coisa fundamental foi uma lei aprovada na ALERJ, e aí o caso

do Rio de Janeiro permitiu que não fosse necessária garantir a regularidade fiscal dos proponentes para o uso da Lei Aldir Blanc. Isso também foi muito importante porque a gente, pela lei 8666, você não pode ter nenhuma contratação de poder público com nenhum ente que esteja devendo qualquer tipo de imposto, então, você sempre precisa garantir aquela todas as certidões, e essa lei da ALERJ ela abriu esse precedente, porque na verdade ela dizia que você podia utilizar, se eu não me engano, na verdade eu acho que ela num primeiro momento era pra você, você num precisava renovar a certidão, se você tivesse uma certidão de um ano atrás ela valeria, mas depois o fato é que a lei ela desobrigou qualquer apresentação de certidão, porque aí todas as pessoas estavam nesse estado de emergência, calamidade pública, tão calamidade pública, num estado de exceção, você não precisa cumprir então com essa regularidade fiscal. Isso foi muito importante porque de fato tinham muitas pessoas com dificuldade de regularizar. Tinham pessoas que... enfim as pessoas estavam muito mal, estavam com - até isso - dificuldade de ir num local conseguir financiar e de ir na Receita Federal, de ir não sei aonde, muitas pessoas deprimidas, enfim, com uma série de problemas. Então, a gente conseguiu que os editais da lei Aldir Blanc fossem muito simplificados, fossem todos online, chamadas públicas, que muitos eram por premiação, já entrava o recurso antes de cumprir o objeto, então... assim, facilitou muito, realmente, em função do estado de calamidade pública mundial, né?

**P2: E como que você descreveria o papel do Conselho Estadual de Política Cultural nesse processo, que ações articulações você destacaria e também dos fóruns porque você tanto compôs o conselho estadual quanto você compõe o fórum - Fóruns regionais ou locais ou temáticas - como você avalia o papel tanto do conselho quanto dos fóruns?**

E: Bom, eu acho que eles serviram como elos dessa grande cadeia de articulação nacional, porque existia uma articulação ainda maior, né? Quer dizer, aí foi criada a escola de emergência cultural, de políticas públicas de cultura, uma série de grandes conexões, de canais do YouTube. Teve o pessoal lá da Associação de Municípios, a Clarissa [Ana Clarissa Fernandes, da CNM – Confederação Nacional dos Municípios], outras pessoas que foram criando uma espécie de algumas consultorias de como aplicar essas leis, então assim, existiam vários pontos focais nessa grande rede e os fóruns e conselhos eram alguns desses pontos. Às vezes a informação ia além, mas era muito importante essas cadeias, esses pontos menores, porque eles ajudavam a trazer as informações da ponta. Então traziam dúvidas locais que chegavam até os fóruns, até os conselhos, eu lembro que por exemplo a gente aqui em Petrópolis acabou conseguindo resolver a nossa Aldir Blanc por conta dessa pressão da sociedade civil junto ao poder público, mas que a gente acabou ajudando outras cidades, eu lembro que tinha a conselheira de acho que de teatro ou de dança, que era de Paraíba do Sul, ela relatava no Conselho Estadual que tinha muita dificuldade com a Fundação de Cultura da cidade, que eles não queriam deixar o conselho participar, que tinham questões, e aí a gente se dizendo do *Observatório Nacional da Lei Aldir Blanc*, pessoas de Petrópolis conseguiram influir na política de Paraíba do Sul, que é uma cidade vizinha nossa, falamos com vereadores, mandamos cartas lá pra fundação para que [...] realmente convidaram, então assim, houve uma um grande intercâmbio de ações e de ajudas entre o os agentes culturais para irem se ajudando. Aí eu lembro também desses fóruns e dessas discussões, sempre tinha, “ah, em tal cidade aconteceu tal coisa”, aí todo mundo ficava sabendo, dava opinião, ajudava, ia lá na rede social de tal pessoa, pedir “libera prefeito”, tinha assim uma grande solidariedade para que todo mundo pudesse ter acesso aos recursos, me lembro bem disso.

**P2: Está certo, você já respondeu um pouco essa questão, mas ela está aqui pra nós que é: como que você avalia os processos participativos de execução, implementação e efetivação das ações resultantes da Lei Aldir Blanc no estado e no município. Esse processo todo.**

E: Na minha cidade ela deu muito certo. A gente executou quase dois milhões de reais em trezentos projetos, assim realmente foi incrível, salvou a vida do pessoal da cultura assim lindamente. Eu lembro que tinha uma época que como era muita coisa online, tinha uma época que não tinha profissionais de audiovisual para trabalhar. Estava todo mundo cheio de trabalho no meio da pandemia. Foi incrível, tipo, faltavam técnicos de audiovisual, porque todo mundo estava contratando os técnicos que tinham na cidade. Então, gerou um mercado de trabalho muito importante, realmente, para enfrentar esses grandes desafios. No Estado, no Governo Estadual também funcionou muito bem. Teve aquele grande edital que acabou que na verdade ainda ficou gente de fora, então você vê que ainda precisaria de mais recursos para de fato dar conta..., e aí a gente tem esse equilíbrio. Também têm cidades em que sobrou dinheiro porque tem menos agentes culturais, outros que concentram mais, mas eu acho que foi muito importante essa complementação entre estado e município, porque aí algumas pessoas ganhavam na cidade, ganhavam no estado e tudo mais. No estado eles tem a plataforma Desenvolve Cultura, que também ela já está bem construída, essa questão da plataforma de inscrição, de acesso ao recurso, isso tudo também foi muito importante, eu acho que o estado do Rio já conseguiu avançar bastante nessa questão tecnológica do acesso e da funcionalidade ali do edital, de como que você cadastra e recorre e presta contas e tudo mais. Eu sei que muitas cidades do estado acabaram tendo problemas. Eu fiquei sabendo recentemente que em São Francisco do Itabapoana o prefeito da época fez uma transferência do valor para uma

outra conta do Banco do Brasil e até hoje o gerente do Banco do Brasil ainda não informou à Prefeitura para que conta que foi o dinheiro, então o dinheiro sumiu e ninguém nem sabe aonde que o dinheiro está<sup>26</sup>. Outros casos como Arraial do Cabo também conseguiram fazer o edital só que parece que uma das pessoas que ganhou era parente de algum gestor da cultura e aí entraram com um processo, e aí em vez de eles só cancelarem esse processo eles cancelaram o edital todo e devolveram o recurso completo<sup>27</sup>. Então têm casos que são muito dramáticos assim, problemas brasileiros, de Brasil profundo. E têm cidades que não conseguiram, cidades que não têm Secretaria de Cultura, que as pessoas da gestão elas não têm esse entendimento ou às vezes não querem, como é uma política cultural muito nova... Quer dizer, é uma novidade, de fato nunca existiu essa descentralização de recursos fundo a fundo dessa forma. Muitas cidades nunca deviam ter recebido nenhum recurso de Ministério da Cultura, de Ministério do Turismo. Ou eventualmente através de um convênio específico, mas não dessa forma com fundo e através de uma deliberação ou por conselho ou por assembleia, que era muito com essa participação popular tão intensa que a lei previa, então acho que eles não sabiam lidar com isso. Então, é mais fácil você não querer aquele recurso do que você se

---

<sup>26</sup> Nota da pesquisa: De acordo com os levantamentos executados pelo projeto Apoena e publicados no livro “Métricas culturais municipais: o RJ a partir da pandemia” (2023), São Francisco do Itabapoana só aderiu à LAB em 2021, tendo executado apenas 73,2% dos R\$ 212.763,51 recebidos, e o restante devolvido ao governo em 10/01/2022.

<sup>27</sup> Nota da pesquisa: Os R\$ 223.756,62 depositados em favor de Arraial do Cabo em 1/10/2020 foram, ao final, 0% executados sob o argumento de “apuração de possíveis vícios no concurso que pretendeu classificar os candidatos a serem premiados” (cf. Relatório de Gestão disponível em <https://fundos.transferegov.sistema.gov.br/transferencia/plano-acao/detalhe/895/relatorio-gestao/detalhe/1845/relatorio-gestao-dados-basicos> Acesso em 28/03/2023).



preocupar em estudar, entender, ver se está fazendo correto, se não está..., de fato dá muito trabalho a instalação da lei. Agora na Paulo Gustavo, ela é mais trabalhosa ainda. Eu estou aqui já quebrando a cabeça, a lei ainda nem foi regulamentada, a gente está com essa dificuldade agora do prazo, que foi prorrogado, mas a gente já viu que tem uma série de questões que não estão claras e que a gente vai ter que descobrir como fazer... A Aldir Blanc ela era um pouco mais fácil, mas como era a primeira vez que isso estava acontecendo, então ela necessitava de uma série de questões que nem todos conseguiram atender, e quem não queria mesmo se debruçar sobre o assunto, achava melhor num cadastrar. Então, eu acho que assim, as cidades pequenas tiveram muita dificuldade, aí talvez a sociedade civil também não [...] para ter chegado nas instâncias de decisão de fato, orientar realmente deveria ser feito e o poder público por sua vez em alguns lugares não se interessou em garantir o recurso. Mas fora isso eu acho que foi um grande sucesso... Fora esses casos que não deram certo, na maioria das cidades foi muito importante. Aí eu vejo também, sei lá, vários exemplos, de artistas, de amigos, de pessoas em várias cidades que de fato sobreviveram com a Aldir Blanc, e vários projetos muito bonitos, desde filmes até livros, peças online, uma série de discos gravados, muitos, muitas coisas lindas que foram feitas pela Aldir Blanc. Então, de fato, ela não só salvou de fato os artistas, pagou os boletos e botou comida na mesa, mas também criou uma nova esperança, deu um incentivo para que a gente continue a fazer cultura porque viu que existem novas soluções e às vezes uma solução... não tem o Ministério da Cultura, mas aí a gente cria uma outra solução incrível que gera outras possibilidades.

**P2: É verdade. Que caminhos e/ou antecedentes poderiam representar processos de aprendizagem da sociedade civil no campo das políticas culturais e das experiências participativas que as antecederam nesse processo?**

E: Talvez eu falasse até das nossas ocupações culturais... Ocupa Minc, eu lembro que, eu estou fazendo o meu mestrado sobre o Ocupa Minc, ainda não consegui terminar de escrever, que eu virei Secretári de Cultura, mas tenho que terminar urgentemente. E eu sei que um, eu lembro que uma das coisas que eu conversei nas pesquisas, inclusive eu entrevistei a própria Ana Lúcia, era justamente o que que a gente poderia tirar de exemplos pras políticas públicas, é uma coisa que a Ivana Bentes também falou comigo algumas vezes, essa experiência mais horizontalizada que a gente criou ali nessas ocupações. Porque a gente não tinha nem lideranças, nem representações eleitas ou colocadas, a gente sempre tratava o coletivo de uma forma horizontal, então todos tinham voz e a gente só chegava a conclusões a partir do consenso. Então, um tema só se esgotava quando todos estivessem de acordo, isso fazia com que às vezes o tema demorasse dias e dias de reunião até que fosse deliberado de fato. Então isso é uma maneira muito democrática, talvez a mais democrática possível até agora que a gente encontre, que nem sempre é a mais fácil, a mais prática... Isso também necessita que as pessoas tenham disposição para viver aquele processo, até que o processo se conclua porque de fato não é muito prático no sentido de gestão ou de tempo, mas isso cria uma grande participação. As pessoas se sentiam muito representadas em viverem uma coisa que elas poderiam decidir relativamente coletivamente, é claro que aí tem outras questões como "ah, mas tinha uma galera que já era... que aí ficava debatendo juntas e acabava levando a questão para aquela direção". Claro que a gente é humano, tem uma série de questões das relações humanas, mas estava sempre aberta a discussão. Então eu acredito muito nessa vivência participativa assim no coletivo. Eu venho de escola de cinema, então no cinema a gente só faz coisas com muita gente, para qualquer coisa você precisa de uma equipe, têm pessoas especializadas, cada um faz uma parte, aí você junta tudo, você cria uma obra de arte,

mas você sempre depende de uma série de pessoas. Então eu venho muito dessa experiência coletiva e é algo que eu acredito muito. Também pelas experiências de conselho, de movimento, de tudo, então, eu acho que é por aí que a gente pode criar novas soluções. E essa experiência da Aldir Blanc, realmente, então, deixou explícito que as melhores soluções são as coletivas, porque você resolve o país, ao invés de você resolver o problema de um ou de esse artista, não sei o que... não, você resolve logo o problema do Brasil, da cultura brasileira, dividindo o que tem e algo que a gente também nem imaginava, pelo menos eu não imaginava que a verba anual do Ministério da Cultura fosse suficiente para garantir um projeto cultural para cada pessoa no Brasil inteiro. Para isso, talvez não tenha atendido a todos, todos, mas você conseguiu compartilhar aquilo com uma capilaridade... nunca imaginei que esse recurso daria para garantir a produção cultural, para que é muito pouco, assim, de fato, é pouco, mas ainda assim, o pouco que tem, você consegue espalhar e atender essa grande gama aí de agentes culturais. Então, foi, foi bem bonito ver isso e dá uma grande esperança que as soluções, elas podem resistir, se a gente conseguir criá-las de uma forma coletiva.

**P2: É verdade, foi um movimento lindo, histórico, bonito, participativo, coletivo. Eu vou passar pro Marcelo, a gente já está chegando ao final, eu sei que você tem horário, por isso começou mais cedo, vou passar pro Marcelo Correia e vou desligar aqui enquanto isso.**

**P1: Vamos lá, eu sei que você falou um pouquinho sobre, mas como a gente tem um script - falando um pouquinho na língua do cinema, do teatro. Você participou dos debates virtuais sobre a LAB no estado ou no município? E se sim, qual avaliação sobre os processos das *lives* e das webconferências?**

E: Sim, participei. Eu acho que elas foram excelentes, elas criaram essa conexão entre cada um isolado na sua casinha. Então, através da rede social, desses grandes debates, a gente conseguiu se conectar com o Brasil inteiro. Não é a toa que a gente falava que estamos em “estado de conferência de cultura”. A gente de fato fez conferências de cultura de uma forma virtual, isso foi muito importante, adensou muito a nossa experiência como agente político da cultura, porque havia essa troca muito intensa durante esse período e foi também esse momento de tirar as dúvidas, de construir juntos, de ouvir os outros, aí eu aprendi uma coisa: quando alguém perguntava eu já sabia, quer dizer, a informação ela conseguia se espalhar, circular, por conta dessas grandes conexões, dessas várias *lives* - e foram muitas, quase todo dia tinha alguma coisa acontecendo, se não era nacional, era estadual, era municipal, era temática, tinha muita coisa realmente, foi o grande momento das *lives* por todo o Brasil.

**P1: Que processos então formativos você poderia elencar sobre a execução da LAB tanto em relação aos trabalhadores e artistas quanto em relação aos gestores governamentais? E como você avalia essas ações?**

E: Sim, olha os processos formativos teve muitos debates e *lives*, como você falou, e houve também um instrumento que foi muito importante que foram as cartilhas. As cartilhas foram publicadas ou pelos gabinetes dos deputados e senadores que estavam aprovando as leis ou por essa, né? Eu esqueci a conferência dos municípios, Associação, como que é o nome gente? Que a Ana Clarissa participava? Desculpa, eu esqueci, mas seria tipo uma congregação dos municípios. Não lembro.

**P1: É Confederação Nacional dos Municípios.**

E: Talvez. Sim, tem uma sigla.

## **P2: CNM.**

E: CNM, isso. Quer dizer, essas agregações foram fazendo materiais de divulgação, eu acho que isso foram os instrumentos formativos mais importantes, e os debates, porque aí a gente ouvia alguém que já tinha pesquisado mais, que já trazia algumas informações e depois quem ouvia essas informações passava a ser multiplicador daquilo para outras instâncias. Então, realmente criou uma grande rede de circulação de informações sobre a aplicação da lei. E teve cursos também, eu lembro que eu participei, teve o curso do SESC, inclusive teve um, teve um curso que eu participei fazendo algum debate também, enfim, eu lembro que houve vários processos formativos. Foram importantes.

## **P1: Beleza. Bom, como se deu a Lei Aldir Blanc no seu município e como você avalia o formato final da lei?**

E: Eu acho que foi excepcional, ela foi muito bem aplicada, a gente conseguiu executar o recurso completo. A gente acabou devolvendo acho que mil e poucos reais que era algo que não dava pro último projeto... A gente conseguiu criar um edital municipal que permitia variação, tipo se sobrasse recurso no inciso dois ia pro inciso três. Então a gente criou todas as formas de aproveitar o recurso ao máximo. Eu lembro que foram em torno de trezentos projetos aprovados. Foram projetos de... eu acho que mil e quinhentos ou mil não, mil e novecentos reais que é o valor que fica abaixo do da cobrança do imposto de renda, então quem era pessoa física podia receber sem descontar o IR e tinham projetos também de dez mil e vinte mil, se eu não me engano, dez mil e vinte mil, que aí

poderiam ser CNPJs e se fosse pessoa física teria um desconto maior. Mais de cem na primeira categoria que eram esses valores mais baixos e vários outros projetos maiores que aí contratavam várias pessoas, acho que tinha também tipo... esse de vinte mil, tinha que contratar pelo menos cinco agentes culturais, tinha algumas regras que a gente criou pra tentar democratizar ao máximo. E fizemos um edital de pareceristas, para ficar o mais transparente possível, com toda uma pontuação, enfim. E aí conseguimos executar tudo naquela correria do tempo, correndo contra tempo de recurso, o tempo processual que pede que você tem que ter tantos dias de recurso, depois o recurso do recurso e aí garantir tudo para que saísse o resultado ainda em dezembro e desse tempo de empenhar todos os processos até dia trinta de dezembro. Então, a gente conseguiu, deu tudo certo, depois ao longo do ano seguinte, dois mil e vinte e um, foram tendo as prestações de conta, as contrapartidas. A equipe da secretaria que até antes de eu entrar, mas os concursados, eles sempre foram muito atenciosos, tiraram todas as dúvidas. Essa questão o que que podia comprovar do inciso dois, o que que não podia. Então, teve assim bastante. A gente fez oficinas de inscrição de projetos online, para que as pessoas pudessem trabalhar. Eu lembro que eu como presidente do conselho eu fiz modelos de projetos, tipo, justificativa, coloquei que tem que ter, aí tipo a gente realmente mergulhou muito para dar o máximo de acesso possível a quem nunca tinha ganho, a quem não costumava fazer edital, estava naquela situação, tipo o seu edital, você mora num sei aonde, você nunca fez isso, mas tipo, agora é a hora. Faça alguma coisa para você ganhar mil e novecentos reais e pagar sua conta de luz... Então, tinha muito essa preocupação de que as pessoas pudessem ter acesso e passar por aquela dificuldade toda de pandemia e governo Bolsonaro juntos. Foi isso.

**P1: Perfeito. A gente já está chegando na parte final e eu de minha parte novamente reitero os meus agradecimentos pelo seu carinho, pela sua atenção, enfim, e vou passar pra Ana para fazer as últimas perguntas.**

**P2: Querida, só mais duas perguntinhas finais. Considerando a execução e a prestação de contas. Você pensaria em fazer alguma modificação no formato final? E se fizesse que modificações seriam essas? No seu entendimento.**

E: Olha, nem sei, Ana, nesse momento. Eu acho que funcionou muito bem, eu teria que pensar melhor nessa pergunta para ponderar... Eu acho que é muito importante ter essa contrapartida dos incisos todos, acho que foi muito importante no inciso dois também de dar esse apoio para as produtoras, pras organizações terem essa verba administrativa e aí de fato é necessário que ela dê uma contrapartida pública, então fazer as oficinas ou levar coisas às escolas... Eu consegui pela minha produtora, eu peguei o inciso dois do Rio de Janeiro, que eu tenho uma produtora no Rio, com a minha sócia, enfim, aí a gente fez as oficinas online. Então, eu acho que é fundamental que tenha essa, sempre pensar nessa questão da contrapartida social, o que que você pode também oferecer pra população, compartilhar, ainda mais de forma gratuita. A prestação de contas, ela foi muito simplificada dos editais, quer dizer, não teve prestação de contas físico-financeira, não precisava apresentar as notas, então acho que isso também facilitou muito. Foram chamadas públicas e premiação. Então, com a premiação você não precisa ter uma prestação de contas detalhada, ao contrário de captação por lei de incentivo, que aí realmente você tem que fazer todo a questão dos extratos, das notas, que eu acho que é até justo, porque sendo verba pública a gente tem que ter todos esses cuidados, mas de fato com a

Aldir Blanc foi muito facilitada. O fato de não precisar da regularidade fiscal também ajudou muito na execução. Então eu acho que foi muito bem sucedido sim. Eu acho incrível que em pouco tempo tenha se pensado de fato em todas essas questões e quando a lei foi aprovada, em seguida regulamentada já estava bem definido esses caminhos. Então não vejo maiores dificuldades. É claro que pra Aldir Blanc 2 já avançou várias coisas. Uma das questões que eu vi que na Aldir Blanc 2 já foi resolvida é a contratação, que a entidade pública possa usar uma parte de recurso para contratar pessoal para executar a Lei. Quer dizer, você, às vezes o quadro interno da secretaria ele não contempla todas as necessidades ou todos os... Tipo: eu não tenho uma assessoria jurídica que realmente entenda ou não tem pessoas para fazer o cadastro, para fazer sei lá o que e aí você consegue agora uma pessoa externa para de fato ficar gerenciando a aplicação da lei; isso já foi resolvido agora na próxima. Eu acho que pequenas coisas assim, que de fato já foram pensadas. A Paulo Gustavo, ela abriu outras questões que eu ainda não sei como resolver, por exemplo, ela permite que você utilize recursos na manutenção de salas de cinema públicas. E aí eu fico em dúvida, será que essa sala é pública, ela vai passar por edital? Não, mas ela é pública. Então, quem vai definir: a secretaria? E aí é o mesmo inciso que pega salas públicas e privadas? Então quem que define quantos por cento do recurso vai pro público, vai pro privado? Algumas coisas assim que não estavam, enfim, não foi regulamentado e a gente ainda não sabe como fazer, quer dizer, acho que abriu novas questões que não tinham na Aldir Blanc, mas que são esses detalhes. Tipo, muitos detalhes a gente vai abrir o leque de aplicação prática, você vai lembrando de vários detalhes que foram surgindo e que ninguém pensou naquilo e aí depois vira uma questão, mas são coisas pontuais que vão se resolvendo também, não lembro assim de outras maiores agora não.

**P2: Está certo. Por fim, a nossa última questão, o professor Luiz Augusto colocou ali no chat o nosso link do Apoena porque nós fizemos um questionário e a gente pede até ajuda se você puder divulgar. A gente fez um questionário voltado pros trabalhadores e trabalhadoras da cultura e outros para gestores, exatamente para ver esses impactos, se conseguiu executar ou não e porquê. Por fim gostaria de abordar algum ponto a mais? Você indicaria alguém? , Algo referencial que nós devêssemos tocar ou abordar, enfim, algum ponto que nós não tocamos, é a nossa última questão, então, as suas palavras finais aqui pra entrevista e já agradecendo, querida.**

E: Sim, não sei, eu imagino que as pessoas que eu fosse indicar, vocês já pensaram, né? Quer dizer, são os gestores da época, os gestores atuais, a gente tem essa equipe lá da emergência cultural, as pessoas que estavam de fato muito ligadas na aplicação da lei, desde a Jandira [Feghali], da Benedita [da Silva], enfim dos deputados e senadores que participaram das articulações para aprovação e seus gabinetes, também os seus assessores, muitos assessores foram fundamentais, a Chris Ramirez, enfim, várias outras pessoas que eu sei que atuaram diretamente, os gestores estaduais, acho que o Fórum do dos secretários estaduais de cultura também foi muito importante... A gente tem lá a secretária do Pará, do Espírito Santo, do Ceará, foram muito atuantes nessa época e continuam sendo, acho que alguns mudaram, mas a maioria permaneceu no estado. Agora que vai ter eleição estadual, os gestores municipais foram, muitos trocaram, porque teve a eleição no final de 2020 para 2021 e já teve muita troca e aí tem isso também, talvez isso tenha sido uma dificuldade. Alguns executaram em vinte, quando entraram em vinte e um não entendiam o que que tinha acontecido, aí deixou de fazer, aí o outro tem que terminar ou talvez essa mudança de gestão tenha criado algumas complicações. Aqui

em Petrópolis como a gente estava acompanhando, isso muito pela sociedade civil, pelo coletivo da cultura, então não teve muita variação apesar de ter mudado o gestor. Tipo, estávamos todos acompanhando, não houve nenhum tipo de problema. Mas enfim, acho que o pessoal dos conselhos,.. O [Alexandre] Santini, que foi muito importante também, ajudou a Jandira na redação, o Marcelo das Histórias, esses parceiros nossos aí de luta cultural, de muito tempo e alguns secretários estaduais, eu lembro do Pedro Vasconcelos, lá do Sul, ele é de Novo Hamburgo, se eu não me engano. Enfim, algumas pessoas que eu lembro que na época eram muito atuantes e que debatiam muito essa questão da aplicação concreta da lei. Não sei se, talvez, até pessoas ligadas até tipo... procuradores ou juristas, algumas pessoas que possam ter um olhar para além da questão cultural também, que tenham participado dessa execução das leis, e acho que os artistas beneficiados também, são sempre a ponta, podem ter outras questões a levantar, talvez até tipo, o que que podia melhorar, talvez as pessoas possam dizer melhor, mas eu acho que é isso em geral.

**P2: Eu agradeço muito querida. Eu vou passar pro professor Luiz Augusto, acho que muitos dos nomes que você mencionou a gente entrevistou. A Úrsula Vidal, o Fabrício, o Santini, a Benedita, a gente está esperando somente a Jandira... Então a gente pede aí um reforço, a gente vem falando com ela, a gente está aguardando um retorno dela para poder entrevista-la. Mas professor Luiz Augusto que nos coordena aqui, vou passar pra ele e agradecendo muito pela entrevista Diana.**

E: Está ótimo, eu que agradeço.

**P3: Já vou começar a me desculpando que eu te apresentei como secretária de Nova Friburgo. Acho que eu estou com**

**a serra na cabeça. Me desculpe. Agradecer em meu nome pessoal, em nome do Laboratório de Ações Culturais que sedia essa pesquisa e em nome da Universidade Federal Fluminense. Foi excelente, foi ótimo e eu fiquei muito feliz porque as suas sugestões de nomes, tirando um ou dois, a gente já entrevistou e estamos assim seguindo isso ao longo desse ano inteiro. Então agradecer enormemente.**



Universidade Federal Fluminense - UFF  
Laboratório de Ações Culturais - LABAC  
APOENA – Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações  
Culturais – foco RJ  
[pesquisa.apoena@gmail.com](mailto:pesquisa.apoena@gmail.com) – <https://apoenaredecultural.wordpress.com>

Projeto APOENA  
Entrevistado (E): **Oswaldo Castro Junior**  
Data: 10/06/2022

Pesquisador entrevistador (P):  
P1: Marcelo Correia  
P2: Ana Lúcia Pardo  
P3: Luiz Augusto Rodrigues

Ajuste da transcrição: Erisvelton de Alencar - Data: 10/08/2022  
Conferência: Marcelo Correia - Data: 06/09/2022  
Ajuste final: Luiz Augusto Rodrigues – Data: 05/06/2023

**P3: Gente, boa tarde, então estamos aqui hoje, dia dez de junho de dois mil e vinte e dois, estamos aqui reunido fazendo entrevista pela plataforma Google Meet com Oswaldo Castro Junior, Conselheiro Estadual de Cultura representando a região do Médio Paraíba. Entrevista que está sendo concedida ao projeto Apoena – Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações Culturais - Foco Rio de Janeiro. Esse projeto é coordenado por mim Luiz Augusto Rodrigues junto ao Laboratório de Ações Culturais, o LABAC, da Universidade Federal Fluminense. Estamos aqui Oswaldo, mas na verdade que vão conduzir a entrevista são Ana Lucia Pardo e Marcelo Correia. Começo te agradecendo em meu nome, em nome da instituição e a gente já está gravando, se em algum momento, alguma fala você preferir que não seja**

**publicizada - porque a ideia depois e no final da pesquisa, criar um *corpus* com essas entrevistas, tanto escrita quanto e em vídeo - se tiver algum momento que você não queira que seja publicizada, você nos avisa. Olha essa parte fica só entre nós. Às vezes acontece na conversa escapar alguma coisa que não deva ser publicizada... Então, tirando isso se você não fizer nenhum comentário a gente fica com mais liberdade.**

E: Está bom.

**P3: E então, vou manter a câmera fechada. Eu estou aqui acompanhando, só pra não ficar pesando a sala a gente faz dessa maneira. Um abraço, nos vemos no sinal novamente. Vou passar pro Marcelo começar.**

E: Valeu.

**P1: Boa tarde Oswaldo, muito obrigado pela sua presença, sua disponibilidade de estar aqui na entrevista junto ao projeto Apoena. A gente divide a entrevista em dois blocos. O primeiro bloco sou eu e o segundo eu divido com Ana Lúcia Pardo. A gente segue um roteiro e em alguns momentos você vai perceber que existem perguntas que são até redundantes. E quando isso acontecer, você pode explanar um pouquinho mais e ampliar um pouquinho mais a sua fala. É só porque parece que é uma costura... Cultura ela é viva e ela se entrelaça e quando você vê as respostas as perguntas elas são muito parecidas. Então o primeiro bloco vem baseado na sua trajetória pessoal. São quatro perguntinhas. A primeira é nome completo, lugar de nascimento, formação e vinculação institucional.**

E: Pois é, posso falar de uma maneira geral assim, Marcelo?

**P1: Claro, se sinta à vontade.**

E: Cabelo branco assim, falar de trajetória pessoal vai levar uns dois dias... Mas brincadeiras a parte, meu nome é Oswaldo Castro Junior, eu sou nascido no Rio, sou carioca. A formação que você perguntou: eu sou graduado, eu sou engenheiro civil de graduação e tenho algumas especializações em gestão de negócios pela Dom Cabral, Fundação Dom Cabral. Sou engenheiro de segurança também, isso já num passado mais antigo, mais recentemente eu fiz gestão pública municipal pela própria UFF. E hoje eu faço parte do conselho deliberativo do Clube Finlândia, no qual era a presidente até dois meses atrás e estou conselheiro estadual de cultura do Rio de Janeiro. Acho que é isso.

**P1: Perfeito. Bom você participa ou participou de algum movimento político e ou militância no campo cultural?**

E: Olha, eu vou responder da seguinte forma, eu entendo que movimento político... nós todos participamos de movimentos políticos, independente da ideologia. Então sim, participei de movimentos políticos sim. Militância eu diria que não, mas político sim.

**P1: Bom, quando e como você começou a se envolver com a política cultural mais estritamente falando e que passagens você destacaria da sua trajetória como agente de política cultural?**

E: Olha, eu apesar dos cabelos brancos eu sou recente na política cultural, mas uma atuação eu diria bastante grande. Eu

comecei a me envolver com a política cultural em 2015 nessa entidade que eu comentei que eu fui presidente e hoje estou no conselho deliberativo que é o Clube Finlândia aqui em Penedo, Itatiaia. O Clube Finlândia ele tem como principal missão preservar e divulgar a cultura dos colonos finlandeses aqui em Penedo. Depois eu também participei do Conselho Municipal de Cultura de Itatiaia por quatro anos. Fui presidente em duas gestões. Participei do Conselho Municipal de Cultura de Resende, a cadeira do Patrimônio Histórico Participei do fórum, esse eu participo ainda, do Fórum Regional de Políticas Culturais do Médio Paraíba, que congrega doze municípios aqui da nossa região. E hoje ainda continuo como presidente não, desculpa, como conselheiro estadual de cultura.

**P1: Perfeito. Bom, como você avalia as limitações e as potencialidades da participação da sociedade civil? E também numa perspectiva fora da gestão pública.**

E: Olha, limitações e potencialidades. Bom, limitações a gente tem bastante, porque se for falar um pouco de conselho, que é essa experiência grande que a gente tem aí, mas o conselho é muito importante. Bom, primeiro é muito importante que a sociedade civil participe, se coloque, pressione, discuta porque nós somos quem recebemos todo o resultado das políticas. A gente tem o pessoal da gestão pública que é, vamos dizer, faz parte do viabilizador dessas políticas, a parte do fomento, mas quem faz e quem recebe o produto disso somos nós. Então, é muito importante. E a limitação a gente tem algumas sim porque, por exemplo, apesar dos conselhos alguns deles serem deliberativos se o grupo que está na gestão pública não encampar as nossas proposições nada sai do papel tudo fica no papel e pior ainda. Você perguntou a questão da militância e da política, se você pega um grupo que está na gestão pública e entende que o conselho é formado apenas - é porque existe



essa ideia - pelo pessoal de esquerda que está ali para atrapalhar, pra criar caso. Eu ouvi isso recentemente. E não entende que são profissionais de sucesso que estão ali. De uma maneira geral são líderes. Porque uma pessoa que vai participar de um conselho está dispondo do seu tempo e normalmente ele é um líder na sua área. Então que esse trabalho pode ser agregado. Se a gestão pública não entende isso está perdendo um grande potencial. Então essa é a maior limitação que eu vejo da nossa participação. O potencial é enorme. Que aí pegando até o mesmo gancho: a maioria de nós que participa de conselhos ou que tem esse trabalho voluntário são pessoas de sucesso com as suas profissões e que podem agregar muito na construção das políticas culturais. Na verdade as políticas de qualquer tipo de conselho. Os conselhos são muito importantes por causa disso. Eu também participei do conselho de turismo aqui de Itatiaia. Fui presidente também. Eu acredito muito na nossa participação e não só como aquele pessoal que existe essa ideia, eu escutei há três dias atrás: “conselheiro é o cara que está ali para dar muita ideia, dá trabalho, mas não faz nada”. Temos que mudar isso, essa ideia pré-concebida de quem está ali para criar caso e não fazer nada é antiga, desatualizada e não agrega. Quem pensa isso não tem nenhum valor agregado.

**P1: Perfeito, eu vou passar para o bloco dois que vai ser a Ana Lúcia e que vai falar um pouquinho mais, quer dizer as perguntas mais tensionadas em função da Lei Aldir Blanc. Ana minha linda com você.**

**P2: Obrigada Marcelo. Então Oswaldo eu também quero agradecer aqui por você nos conceder a entrevista, estar aqui conosco, para a rede Apoena com o professor Luiz Augusto que é o coordenador como ele disse junto ao LABAC da UFF e o Marcelo Correia. Tem uma equipe de**

**pesquisadores aí envolvidos e bolsistas também na UFF. Enfim, dando continuidade nessa segunda etapa: Oswaldo, como é que se deram as primeiras articulações no Rio de Janeiro em sua região e no seu município, como que se deram?**

E: Olha Ana, aqui eu posso falar um pouco sobre a região mesmo porque o fórum aqui ele foi muito ativo e a gente conversava direto sobre esse assunto até para ajudar os diversos municípios. Então a as primeiras articulações aconteceram através do Fórum Regional de Políticas Culturais do Médio Paraíba. Porque a gente recebeu essa série de informações na época e pôde divulgar isso nos municípios e montamos um grupo de trabalho para poder ajudar todos os municípios, porque nem sempre as secretarias de cultura ou superintendências de cultura ou assessorias de cultura - nem todos os municípios tem uma secretaria - recebia essa informação ou percebia a importância de participar dessa Lei Aldir Blanc.

**P2: E quanto às ações do legislativo estadual e municipal em torno da defesa dos trabalhadores da cultura logo no início da pandemia, como que você avalia essa atuação do legislativo estadual e municipal?**

E: Olha, eu acho que foi bastante importante viu Ana. Porque a Lei Aldir Blanc já diz isso, foi uma proposta do legislativo para nós a nível nacional e eu achei bastante importante isso, não só pela proposição do projeto, mas para convencer as diversas camadas de oposição que existiu esse projeto, por ter essa ideia, também, absurda de que o dinheiro para a cultura não é um dinheiro bem investido é um dinheiro que ele não vai dar, não vai trazer retorno para o país, ou para os municípios. Então, achei bastante intensa e importante, principalmente na

discussão e no convencimento dos outros parlamentares que não necessariamente estavam apoiando projetos desse tipo. Principalmente para a cultura.

**P2: Ok. Eu vou juntar essas duas perguntas aqui que é como se deram as ações da Lei Aldir Blanc no seu município e se houve devolução de recursos? E, se houve, por que, que motivo, quer dizer, como você avalia? Como é que se deram essas execuções da Lei Aldir Blanc no seu município e se houve devolução de recursos?**

E: Olha, Ana, aqui não houve devolução de recursos; e por que que aconteceu isso? Como eu falei a gente fez no Fórum do Médio Paraíba de Políticas Culturais, fez um trabalho bastante bom. Então a gente conversava quase que diariamente entre os doze municípios. Então em Itatiaia eu participei ativamente disso e nos outros municípios também, do planejamento da lei, dos editais, da distribuição da Lei Aldir Blanc. E o que a gente começou a perceber, alguns municípios saíram na frente, né? São municípios mais organizados, Itatiaia é um município ainda com trinta e poucos anos, é um município recente, não tão organizado, mas Volta Redonda, Barra Mansa, eles partiram um pouco na frente com um pouco mais de conhecimento. E nós começamos a perceber que o que acontecia nesses dois ou em vários municípios; aconteceu isso, você fazia um planejamento de distribuição dos recursos da Lei Aldir Blanc em função das pessoas que faziam o cadastro. A gente tinha que ter um cadastro para depois fazer o planejamento. E na hora que você planejava os editais as pessoas que estavam cadastradas nem todas se candidatavam nos editais. Então o que que acontecia? Sobrava recurso. Então nós como saímos um pouco atrás, o que foi bom nesse sentido, a gente aprendeu, percebeu com isso. Então quando a gente criou o edital a gente colocou uma cláusula possibilitando um

redirecionamento dos recursos se houvesse sobra dos mesmos. E aconteceu aqui em Itatiaia também. A gente teve uma determinada quantidade de entidades e profissionais cadastrados e na hora de se candidatarem nos editais, não apareceu todo mundo, sobrou um pouco do recurso, mas como nosso edital permitia isso, a gente redirecionou e acabou usando todo o recurso. Lembrando que o nosso prazo inicial era até o final de dezembro, depois é que ele foi prorrogado.

**P2: Ok, eu vou passar pro Marcelo Correia para essa segunda... a gente está fazendo esse bate bola nessa dupla, como foi dito no início. A gente está desligando a câmera primeiro para você ficar mais a vontade, não ficar três olhares aqui em cima do entrevistado, mas a gente está super ligado, participando, é só para deixar claro, então a gente entra só na hora da nossa intervenção, então eu desligo aqui e retorno em seguida. Vou passar pro Marcelo.**

E: Fique à vontade com as câmeras, não tem problema nenhum.

**P1: Faz parte desse novo mundo, né?**

E: É verdade.

**P1: Tecnologia está agora praticamente sendo usada vinte e quatro horas por dia.**

E: E que já estava a nossa disposição, Marcelo... e a gente não usava na verdade, né?!

**P1: Pela falta, talvez, de uma necessidade emergencial. Que foi o que aconteceu com a Lei Aldir Blanc. Isso daí provocou muito a comunicação virtual. O ciberespaço ele começou a ser utilizado de forma mais contundente. Bom, você já falou um pouquinho, mas como avalia, os processos participativos de discussão, implementação e efetivação das ações resultantes da LAB no seu município, na sua região, como é que você avalia isso?**

E: Olha Marcelo, assim, vamos separar porque realmente isso cada município implementou da sua forma, então, eu diria que foram as ações resultantes do planejamento da Aldir Blanc elas foram assim muito boas eu diria. Resende, Volta Redonda, Barra Mansa, houve um até um planejamento da divulgação das contrapartidas dos projetos que foram aprovados. Uma divulgação bastante grande da cultura em vários municípios informando, vou dizer lembrando, mas informando, por exemplo, Itatiaia, a gente nunca tinha feito editais para a cultura. A grana da cultura aqui sempre muito curtinha. Nunca tivemos tanto dinheiro na cultura aqui como através da lei Aldir Blanc. Itatiaia ela passou por um processo complicado porque agora recentemente que tivemos a eleição de um prefeito realmente definitivo. Nós tivemos aqui uns dois ou três prefeitos interinos o que começou... em seguida a Lei Aldir Blanc foi planejada, distribuída. Então Itatiaia, por exemplo, não fez uma boa divulgação das contrapartidas da Lei Aldir Blanc após o seu planejamento. Então hoje aqui em Itatiaia ninguém deve saber quem foram os seus agraciados e que projetos que foram contemplados, não houve uma divulgação dos projetos aqui, mas isso foi uma especificidade aqui de Itatiaia por conta de uma questão política. Não teve nenhuma, assim, a cultura que sempre teve uma grande parceria com os conselhos... O conselho participou ativamente do planejamento, não participou da execução, vamos dizer, daqui em Itatiaia, da Lei Aldir Blanc,

mas os outros municípios tiveram uma grande participação sim, com certeza.

**P1: Entendi. E que caminhos antecedentes poderiam representar processos de aprendizagem da sociedade civil no campo das políticas culturais e das experiências participativas que as antecederam. O que você pode falar?**

E: Bom, eu acho que a gente, como lição aprendida estava comentando exatamente das questões participativas do conselhos, eles são muito importante nisso e não é com isso nessas questões e nós temos que formar realmente uma parceria com a gestão pública e a parceria não significa que a gente tenha que abaixar a cabeça pra tudo, bater palma pra tudo feito. Não. Mas a gente não tem que também bater, dar pancada em tudo que a gestão pública faz. Então essa parceria tem que ser realmente uma troca de experiências e que principalmente nós da civil estamos sempre dispostos a isso, mas principalmente que a gestão pública entenda que a nossa contribuição é muito grande. Então, nós aqui em Itatiaia, nós passamos por um processo de grande aprendizado. Nós estamos em 2022. O ano passado e até 2020 nós tínhamos um conselho de cultura bastante participativo, eu era o presidente, entrou um uma gestão nova... Essas várias mudanças que aconteceram aqui... e essa gestão nova simplesmente não nomeou porque quando acontece uma mudança de gestão todos as pessoas da gestão pública são exoneradas dos conselhos para serem novamente nomeadas e esse gestor da cultura aqui ele simplesmente não indicou as novas pessoas da gestão pública. Então o conselho não pôde funcionar. Ficamos até agora, um mês atrás e eu quase semanalmente brigando por conta disso. Mas agora nós conseguimos, então que ele estivesse novamente funcionando. Então, um aprendizado é isso que eu estou falando. Se não houver uma parceria com

quem é da gestão pública, que no final das contas tem a caneta, eles conseguem inviabilizar de a sociedade civil participar dessas todas. Não sei se respondi tudo. Não sei se respondi tudo.

**P1: Respondeu sim, o principal aprendizado dentro das suas experiências em Itatiaia. Então é isso aí. Bom, vai ser redundante, mas necessário pelo nosso roteiro. Você participou dos debates virtuais sobre a LAB, no estado e no município? E se sim, qual avaliação sobre os processos das *lives* e das webconferências?**

E: Particpei bastante, tanto aqui na nossa região como no estado e as *lives* foram muito importantes, porque a LAB no início era uma caixa preta, vamos dizer assim. Era uma lei que a gente não conhecia, não conhecia realmente. Então houve um aprendizado muito grande pelas *lives* que foram disponibilizadas, semanalmente. A Ana participou de várias, nos ensinou muita coisa também, mas principalmente essa participação com vários cursos até que foram feitos... Isso foi muito importante, se não a gente não poderia aproveitar todo o potencial da LAB. Uma grande discussão que se instaurou aqui, acho que em todos os lugares: é fazer premiação para distribuir os recursos ou editais, onde houvesse realmente uma contrapartida e tal. Então, essa discussão com vários municípios, não só do estado do Rio, mas do Brasil inteiro foi muito importante também.

**P1: Perfeito. Ana, chegue-se. Agora é com você, meu amor.**

**P2: Seguindo. Então, obrigada Marcelinho. Sobre os processos formativos que você já começou a falar, uma**

**continuidade, o que você poderia elencar sobre a execução da lei tanto em relação aos trabalhadores e artistas quanto em relação aos gestores governamentais? Como é que você avalia tais ações, esses processos formativos? Que aprendizados, que formação, que ganhos, tanto para a sociedade civil, trabalhadores e artistas quanto para os gestores governamentais?**

E: Oh Ana, você defende muito essa questão no conselho. Eu acho que a questão dos processos formativos, da formação, da educação, da qualificação na área cultural é muito pequena. Eu acho que a gente precisa investir muito nisso. Como eu falei, eu sou egresso, eu sou engenheiro formado, trabalhei em engenharia, trabalhei com tecnologia da informação que são, assim, engenharia é uma área um pouco mais antiga, tecnologia da informação nem tão antiga assim. Mas tem processos de qualificação e formação mais bem estruturados. A cultura não, a área da cultura não tem muito isso. Então isso é fundamental para que a gente tenha qualidade nos nossos trabalhos. E eu não falo só na questão assim técnica, especialista, vamos formar artesãos, vamos formar especialistas em música, em teatro, não. Da parte de gestão, eu diria até que a gestão é mais importante hoje ou tem poucos cursos de gestão ou profissionais formados em gestão do que os especialistas. A gente já percebe hoje muita gente estudando, em pós-graduação e mestrado, em música vamos dizer, a parte especialista, mas a gestão eu acho que tem que, tem que ser valorizada um pouco mais. Eu não sou um artista. Eu sou uma pessoa da gestão e é dessa forma que eu posso e acredito que posso contribuir. Então assim, acho que a gente teve, tem e teve alguma coisa, nós precisamos investir bastante nessa área. Por exemplo, eu acredito muito nisso. Eu trabalhei, eu até não comentei no início, um ano na Fundação de Cultura de Resende e assim, eu nunca havia trabalhado no setor público, sempre trabalhei na iniciativa privada Primeira

coisa que eu fiz foi fazer o curso de gestão pública municipal que tinha na UFF. Eu me candidatei, fui selecionado para aprender, porque é uma área que eu não conhecia, então eu acho, acho não, a gente tem que aprender teoricamente para poder depois exercer. Então desculpa, só porque acho que era um complemento importante.

**P2: Não, não, sem dúvida, você é o nosso entrevistado... Nós inclusive, só lembrando, a gente fez um formulário nessa pesquisa - eu postei lá no nono nosso grupo do conselho - pra gente entender a execução tanto para trabalhadores da cultura quanto pra gestores. Vou até pedir um reforço para chegar na sua região, pra divulgar, porque é muito importante que todos respondam. Então tem um específico para gestores e outro para trabalhadores em geral, da sociedade civil. Eu vou juntar essas outras duas questões porque eu acho que você meio que já está tocando, que é: como você avalia o formato final da Lei Aldir Blanc e considerando a execução e a prestação de contas se você pensaria em modificações nesse formato final? Pensando em modificações, quais seriam? Então, é avaliar esse formato final considerando prestação de contas, execução e se você pensaria em modificações nesse formato.**

E: Olha, o formato da Lei Aldir Blanc é uma coisa que eu questionei um pouco e continuo questionando. E o que que eu estou chamando no formato? É porque a gente dividiu, a gente não, a legislação dividiu o dinheiro em duas partes iguais para estados e municípios. Eu sempre questionei muito isso, acho que devia estar o dinheiro todo para os municípios, porque é aqui que a gente faz tudo. Eu acho que dividir pelo estado teve um lado bom, vou dizer assim, depois a gente percebeu isso: que foi a questão de quando você começa a distribuir pelos

CPFs. Os municípios não estavam organizados para fazer aquela distribuição. Você tem que se organizar. Então, uma sugestão que eu daria - e falei isso bastante no fórum aqui na época - é que o dinheiro venha pros municípios. É um dinheiro emergencial que tem que ir pros municípios. O estado não agrega muita coisa. Acho que uma das dificuldades também é que o estado como abrange, por exemplo, o estado do Rio são noventa e dois municípios, você acaba fazendo editais com não só premiações, mas com verbas muito maiores e acaba você diminuindo a quantidade de pessoas que poderiam receber. E muita gente ficou de fora por conta disso. Então eu daria então duas sugestões. Vou lembrando: que viesse para os municípios e prêmios menores. Ou distribuição dos editais e valores menores pra gente aumentar a quantidade de pessoas que poderiam estar recebendo. E a prestação de contas, Ana, foi uma coisa que como eu comentei eu não acompanhei muito aqui em Itatiaia mas o que eu ouvi das pessoas é que primeiro você tinha que entrar... Bom primeiro, prestação de contas já é um fantasma para quem faz cultura, mas a gente tem que aprender a trabalhar com isso. Não tem jeito. Eu venho, como eu comentei, de uma outra área onde você tem que prestar conta de tudo que você faz. Independente se é poder público. Não importa. Tem que prestar conta. Então prestação de contas é um problema pra cultura. A gente tem muita gente informal, levantar recibos é uma dificuldade, mas o que eu percebi é que a execução do processo na plataforma foi muito complicada, o pessoal apanhou muito. E algumas prefeituras nem conheciam, o pessoal da cultura não conhecia, tinha que usar do recurso de outras pessoas que já estavam acostumadas dentro da prefeitura a prestar contas. E eu ia comentar mais uma coisa, mas eu me esqueci. Se eu lembrar depois eu falo, mas acho que é isso: a prestação de contas foi assim... não foi simples não. O pessoal apanhou muito na plataforma, muito.

**P2: Olha, caso você lembre... E ainda nessa avaliação sua sobre essa execução, sobre a Lei Aldir Blanc, no seu entendimento, como que a Lei Aldir Blanc auxiliou ou não auxiliou a gestão pública posteriormente no município?**

E: Auxiliou muito, Ana. Aqui em Itatiaia a gente nunca teve tanto dinheiro assim. E olha que nem foi tanto assim, porque são poucas pessoas. Quer dizer são trinta mil habitantes. A divisão foi feita por população. Mas foi um troço espetacular. Então auxiliou muito a gestão pública na difusão, no fomento da cultura nos nossos municípios. Evidentemente quem recebeu dinheiro e pôde usar disso para pagar suas contas principalmente. Mas auxiliou demais, demais.

**P2: E por último, nossa última questão. Como é que você avalia - você meio que já tocou também - o papel do legislativo municipal no enfrentamento das políticas culturais? E aproveitou para essa última questão caso você também queira fazer outras considerações, entendeu? Que não tenhamos perguntado, que você não tenha ainda falado... É a nossa última questão.**

E: Olha, o legislativo municipal vou falar um pouco aqui de Itatiaia, mas acho que vai valer pra todos tirando cidades grandes no Rio de Janeiro, capitais, eles são muito pobres ainda em relação a ações culturais. Eles falam da cultura como se fosse uma entidade assim que vem do outro mundo, mas eles não... realmente não fazem leis que apóiem, que ajudem, que auxiliem a nós que trabalhamos com cultura. É importante que a gente realmente comece a fazer um trabalho, eu diria isso, quase todos os municípios, com a Câmara dos Vereadores, porque a importância dada é a básica: educação, saúde, segurança. Cultura é aquilo que se um dia sobrar tempo... a cultura, que que é isso mesmo? Bom, então sim,

precisamos fazer um trabalho forte, tem um ou outro vereador que se diz o amigo da cultura e sempre são, mas aí por exemplo, Itatiaia são onze vereadores, então a gente tem que convencer onze pessoas de que a cultura é importante, de que tem que ter mais leis, criação dos fundos, esse tipo de coisa, que nem todos os municípios têm, como Itatiaia não tem ainda. Então a gente precisa ter um trabalho grande com os legislativos municipais, principalmente no interior.

**P2: Ok, Oswaldo, mais alguma coisa que você gostaria de acrescentar? Eu posso chamar de volta aqui o Marcelo Correia, o professor Luiz Augusto também... A gente quer reiterar o agradecimento nosso. E caso você queira acrescentar mais alguma coisa... eu passo a bola aqui pro nosso trio de professores.**

E: É uma coisa que foi o que me motivou a trabalhar em conselhos, esse tipo de coisa. Eu acho que o nosso país é um país muito desigual, ainda com muitas desigualdades. Então, como eu comentei, eu venho de uma outra área. Tive, pude estudar, tive bons empregos, coisas desse tipo e em certa fase da minha vida eu assim eu entendi e percebi que eu tinha que devolver isso de alguma forma pro nosso país então foi o que me motivou a fazer esse tipo de trabalho voluntário de conselhos e coisas desse tipo e isso é uma coisa que a gente devia também de alguma forma levar pras pessoas aqui no Brasil, é importante a nossa participação nesses trabalhos voluntários, porque são voluntários mas não deixam de ser um trabalho e nem de ser bastante comprometido, às vezes toma até mais tempo do que o nosso trabalho formal de um salário e tal e são de fundamental importância para quem não tem oportunidade. Eu tive, como eu estou falando. Graças a quer Deus, graças a Deus não porque ele já fez a parte dele, mas aos meus pais que me deram educação, eu trabalhei e tal, mas

a gente tem que assim - vocês que são professores de alguma forma enfatizar isso é muito importante - a gente devolver quem tem essa oportunidade de devolver isso especialmente num país como o nosso.

**P2: Espera aí. Muito obrigada viu, Oswaldo. É importante a gente saber que ele fez um curso na UFF, viu Luiz e Marcelo e é um dos grandes conselheiros que nós temos no Conselho Estadual de Políticas Culturais, é uma referência, o Oswaldo tem uma grande contribuição dentro do conselho na elaboração, no trabalho que ele tem prestado nesse conselho. Vale ressaltar. Muito obrigado de minha parte aqui, vou passar pros meus colegas.**

**P3: Espera aí só um pouquinho, Marcelo. Antes você Oswaldo, deixe eu te colocar mais uma questão. Pensando a LAB, o acontecimento da LAB ter existido, você acha que que ela transformou, iniciou uma transformação, se deixa algum legado para como vai acontecendo a gestão estadual e a gestão em alguns municípios, posterior à LAB? Se você acha que ficou algum legado que transforme a gestão.**

E: Eu acho que ficou sim Luiz. Porque, primeiro, a gente no início existia a proposição da LAB de ser transferência fundo a fundo. Então isso começou a movimentar a gestão como um todo, que é responsável por isso de criar fundos, de criar conselhos, então, de dialogar com a sociedade civil, coisa que não acontecia e não acontece ainda em alguns municípios. Então, isso que eu acho que foi um grande legado pra gestão estadual e municipal: esse diálogo com a sociedade civil. Porque, às vezes ou muitas vezes, a gestão fica assim nos seus escritórios, no seu ar-condicionado decidindo e nem sempre conhece os fazedores de cultura, a cultura, a realidade

dos municípios e sei lá, faz algumas coisas que não tem nada a ver. Então, acho que esse foi o grande legado, esse diálogo entre a gestão pública, tanto no nível estadual, quanto municipal e a sociedade civil principalmente através dos seus conselhos.

**P1: Bom, de antemão, agradeço a sua presença, sua disponibilidade. A gente sabe que trabalhar com cultura é vinte e quatro horas... porque o WhatsApp não para. Ainda mais quem trabalha com conselho, é sempre um probleminha a ser solucionado ou uma ideia que foi criada e enfim Então agradeço sua presença em nome de todos nós e dos outros que Ana Lúcia já elencou que é uma equipe grande que trabalha com esse projeto e espero que muito em breve a gente consiga reunir esses entrevistados... para fazer um encontro presencial, porque a gente já está um pouquinho pelo menos vulnerável com a terceira dose [da vacina contra a Covis-19] e eu acho que todos já estamos, então dá pra gente fazer aí um encontro social sem ser virtual, com todo o cuidado possível... Então é isso, muito obrigado.**

E: Desculpa, a sua sugestão é boa porque a gente está criando redes na verdade com esse trabalho todo e as redes são muito importantes pra gente, principalmente da sociedade civil, colaborar e criar situações e nos ajudar. Desculpa Ana.

**P3: Oswaldo eu quero também agradecer. Eu gostei da ideia Marcelo e vamos ver se a gente consegue construir isso, vai ser bom. Queria pedir para você uma gentileza de nos ajudar com a divulgação dos questionários. Que a gente está ouvindo gestores e alguns trabalhadores da cultura assim em entrevistas. Uma outra forma que a gente quer ouvir também as pessoas é através de um formulário,**

um questionário que a gente preparou e está disponível online pelo Google Forms e são dois formulários, um voltado aos trabalhadores contemplados ou não contemplados, a gente precisa ouvir a ponta e o outro voltado ao gestores, mas os gestores não é só o secretário de cultura não, pessoas envolvidas com a gestão na época, pode não estar na gestão mais, mas tiveram na época que o município implementou a LAB. Então são dois formulários, se você puder nos ajudar a divulgar nos municípios do Médio Paraíba vai ser uma gentileza, você mesmo eu acho que tem muito a dizer junto a esses formulários voltados aos gestores porque você acabou acompanhando esse olhar. A gente colocou o link no site do Apoena, mas também está direto pelo Zap [whatsapp] também se você preferir. Porque logo assim que abre o site no alto tem o link pros dois formulários - para um ou para o outro conforme a pessoa queira responder. Então divulgando o site a pessoa chega facilmente no formulário. Então vai ser muito importante para a gente ampliar um pouco mais. A gente já está com várias respostas, mas é um nível estadual então tem que chegar mesmo em todas as pontas desses diferentes municípios. Posso te agradecer muito novamente. Foi ótima essa contribuição, muito importante e a gente está produzindo informação sobre política cultural no estado e no país, porque está tudo muito parado em termos das ações da produção de informação. Então esse é um papel do projeto Apoena, do Labac, que a gente vem, a gente vem tocando com muito carinho, muito esforço, mas a gente acha que vai dar bons resultados. Quero te agradecer mesmo, muito.





Universidade Federal Fluminense - UFF  
Laboratório de Ações Culturais - LABAC  
APOENA – Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações  
Culturais – foco RJ  
[pesquisa.apoena@gmail.com](mailto:pesquisa.apoena@gmail.com) – <https://apoenaredecultural.wordpress.com>

Projeto APOENA  
Entrevistado (E): **Wolney Rocha**  
Data: 03/08/2022

Pesquisador entrevistador (P):  
P1: Luiz Augusto Rodrigues  
P2: Ana Lúcia Pardo

Ajuste da transcrição: Izabella Ladislau Campos - Data:  
29/08/2022  
Conferência: Marcelo Correia - Data: 07/10/2022  
Ajuste final: Luiz Augusto Rodrigues – Data: 06/06/2023

**P1: Gente então boa tarde a todos. estamos aqui em mais uma entrevista do projeto APOENA - Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações Culturais, com foco no Estado do Rio de Janeiro. Esse projeto é coordenado por mim, Luiz Augusto Rodrigues, junto ao Laboratório de Ações Culturais, o LABAC da UFF, Universidade Federal Fluminense. Estamos aqui hoje, eu e Ana Lúcia Pardo, também pesquisadora do projeto, para fazer entrevista com Wolney Rocha do Conselho Estadual de Cultura, representando a região da Costa Verde. Wolney, a gente vai estar gravando, mas se algum momento você fizer algum comentário que você prefira que não seja publicizado, você nos avisa que depois a gente corta aquela parte. Fora isso, fica então autorizado a utilização em parte ou no todo, tanto em vídeo, quanto depois**

**transcrito. Por que isso, Wolney, a gente pretende até o final do projeto construir um *corpus* para deixar público um conjunto de entrevistas. A gente tem entrevistado desde a Benedita da Silva até os artistas da ponta e a gente quer depois disponibilizar esse *corpus* ao final, editado, bonitinho, que acho que isso é um pouco o papel da universidade que é de ajudar, construir, consolidar dados para fomentar e instrumentalizar as políticas públicas de cultura. Então te agradecemos, te agradeço em meu nome, em nome da universidade e em nome dos pesquisadores do projeto APOENA. A entrevista é muito espontânea, quer dizer, a gente vai dividir em dois blocos, um bloco mais curtinho sobre a sua trajetória pessoal, depois um bloco maior com questões sobre a Lei Aldir Blanc, que é o nosso foco, e aí especificamente focando no Estado do Rio e em especial a região da Costa Verde a qual você representa e a sua cidade. Então vamos lá, eu vou conduzir uma parte e a Lúcia Pardo conduz a outra parte, a gente vai fazendo esse revezamento. Quando eu não tiver perguntando eu vou manter minha câmera fechada para não pesar muito a sala, mas estou aqui e abro sempre que necessário. Então vamos lá, vou pedir para você começar dizendo seu nome completo, lugar de nascimento, formação e vinculação institucional.**

E: Bom, em primeiro lugar quero agradecer pelo convite aí, a você, Luiz Augusto, à Ana Lúcia. Eu me chamo Wolney Célio Barreto da Rocha, estou transitando pela política cultural há três, quatro anos praticamente. Comecei em 2019, pensando pro Fórum de Cultura da Costa Verde. Tenho, vou fazer sessenta anos agora, dia treze de agosto e hoje sou, estou conselheiro estadual. Sou da área da música, faço a minha música até hoje ainda, com meus trabalhos. E sou profissional da área odontológica, sou protético dentário. E resido aqui na região da Costa Verde de onde eu sou representante no Fórum

da Costa Verde, no Fórum de Cultura do Estado. Sou de Mangaratiba.

**P1: Bem, alguns momentos podem parecer redundante as perguntas porque a gente vai seguir um roteiro, você pode já ter comentado, aí sinte-se a vontade de comentar mais um pouco, caso haja uma confluência de informações. Você participa ou participou de algum movimento político ou militância no campo cultural?**

E: É, eu sempre acompanhei na cidade, na época, na cidade de Angra dos Reis, quando a gente, a gente fazia ainda aquele projeto Hiroshima Nunca Mais, já fazendo essa, fazendo uma política cultural, buscando a orientação musical junto com a consciência também dos estudantes. E nessa ocasião a gente ainda tinha aquela repressão na cidade de Angra por conta do Colégio Naval, aquela coisa toda, e foi aí que começou o interesse pela música e também pela política cultural. Mas atuando mesmo, diretamente, eu estou a partir de 2019, quando eu entrei pro Fórum da Costa Verde.

**P1: Você já respondeu, mas vamos lá. Quando e como você começou a se envolver com política cultural, mais estritamente falando? E, sobretudo, que passagens você destacaria dessa sua trajetória como agente da política cultural?**

E: É, bom, a questão é... eu sempre estive do lado do fazedor de cultura, e sempre vi a dificuldade de alcançar um edital do estado, mesmo do município. As lutas sempre constante com relação a você ter uma oportunidade melhor no teu município, enquanto um músico da região. Falando da minha situação, um artista da região, você sempre naquela briga de não ter assim

aquele valor devido, sempre tendo que disputar com os artistas que vem de fora, sempre com relação a questão de melhores remuneração e tal. Quer dizer, enfim, a partir dessa visão de você... que eu tive de não se ter o reconhecimento como artista da terra, eu comecei a buscar esse contato mais próximo da política cultural, para poder tentar reverter isso de alguma forma, com essa minha indignação que eu sempre tive com relação a falta de reconhecimento pela autoridade, pelo gestor da cidade, entendeu? E a partir daí estou hoje no Conselho Estadual tentando buscar o melhor para minha região. Dialogando sempre com a nossa secretária, a secretaria de cultura.

**P1: Pensando um pouco na participação da sociedade civil, como é que você avalia os limites e as potencialidades dessa participação, tanto, quer dizer, sobretudo para as pessoas que estão fora da gestão? Possibilidades da participação da sociedade civil nas políticas públicas e cultura.**

E: É, a gente tenta buscar o... falando aqui agora como conselheiro, a gente tenta buscar o máximo de diálogo com os pontos de cultura, as localidades mais longínquas, na periferia, tentando até com os conselhos municipais. E a gente é... eu agora nesse, na última implementação, na primeira implementação da Aldir Blanc a gente tentou ajudar no máximo orientando os fazedores de cultura da ponta a construir seus portfólios e tal. Então agora a gente começou a ver que a Lei Aldir Blanc ela veio para fazer uma mudança com relação à política cultural dos municípios. Então a gente está até tendo, teve muita dificuldade com relação à implementação, muitos municípios sem até um fundo de cultura, com deficiência de conselho cultural. E com tudo isso, a gente dentro desse trabalho que a gente está fazendo, a gente está tentando

chegar ao máximo na sociedade civil, da questão do poder, da cultura, da política cultural. Tentando aproximar ao máximo através desse nosso trabalho como conselheiro. No fórum até, também no fórum de cultura da Costa Verde.

**P1: Ótimo, Wolney. Daqui a pouco eu volto, vou passar para Ana Lúcia agora, para ela seguir com algumas questões.**

**P2: Wolney, querido, boa tarde! Agradecemos por estar conosco aí concedendo essa entrevista, muito importante sua participação. Eu também estou desligando a câmera, como disse o professor Luiz Augusto, para não pesar na conexão. É, então, nós estamos com esse projeto APOENA, essa rede de diagnóstico e avaliação de políticas e ações culturais, com foco no Estado do Rio de Janeiro. E dando continuidade às nossas perguntas dessa entrevista, agora a gente vai mais diretamente pra Lei Aldir Blanc. Como é que se deram as primeiras articulações no Rio de Janeiro, em sua região, no seu município com relação à Lei Aldir Blanc?**

E: Bom, as primeiras articulações foram assim que a lei foi promulgada e já naquela correria, que foi natural, de implementação. Foi logo no início de 2020 e tal pra cá e o pessoal, a gente... não sei qual, tem quanto tempo que foi que tem o comitê?! Foi mais ou menos quando eu entrei pro comitê aqui, a gente já... entendeu, começou a articulação.

**P2: Está certo. O comitê tem cerca de, acho que mais de um ano.... E quanto às ações do legislativo estadual e municipal em torno da defesa dos trabalhadores da cultura**

**logo no início da pandemia, como você analisa esse papel, essas ações do legislativo estadual e municipal?**

E: É, eu acho que a força do legislativo é fundamental. A gente tem que... têm os prós e os contras. A gente tem aqueles que realmente estão trabalhando pela cultura e têm aqueles que a gente sabe que estão aí mas não... tudo é um jogo político. A gente gostaria de falar tudo que a gente pensa, mas em determinado momento a gente tem até que se calar. Infelizmente. Mas a gente está vivendo uma política difícil e a gente luta para que para 2023 a gente consiga um legislativo mais voltado, tanto no estado como no município e federalmente também, voltado para mais políticas culturais, entendeu?

**P2: Tudo bem. E como você descreveria o papel do Conselho Estadual de Política Cultural e do conselho municipal, caso exista, nesse processo? E que ações e articulações você destacaria, dos fóruns, tanto regionais, locais, temáticos, ou seja, papel do Conselho Estadual, municipal, como também dos fóruns. Que ações ou articulações você destacaria?**

E: É, a função do fórum, dos fóruns, eu acho que agora, principalmente, vai ser, quer dizer, é importantíssimo, porque tem que ter... tem que fazer esse intercâmbio com a sociedade civil e precisa estar afinado com o Conselho de Estado também. E no Conselho a gente tem aquela luta constante. A gente... o que eu gostaria de destacar, inclusive, é a vontade que o conselho tem de executar, de trazer pros municípios, no caso, uma melhor demanda, mas infelizmente é... eu tenho sei lá, eu acho que a gente não tem muito, a gente tem a nossa, nossa vontade, mas não tem como fazer o que a gente gostaria

de fazer realmente, entendeu? Gostaria de que fosse como a gente pretende, mas a gente está na luta aí...

**P2: Ok. Como se deram as ações da Lei Aldir Blanc no seu município, Mangaratiba, e se houve devolução de recursos?**

E: É, foi... eu tenho até um elogio, eu acho que não sei se todos os entrevistados vão ter a mesma fala minha, mas eu quero parabenizar a Costa Verde, os quatro municípios, pela execução praticamente quase cem por cento de todo o recurso. Inclusive, eu tomei como exemplo aqui o meu município que fez o que a gente está buscando agora, inclusive é contemplando a fala que é “faça mais premiações”. Foi exatamente o que o nosso município de Mangaratiba fez. Com apenas R\$ 325.998,94 ele fez premiações, eu vou... eu não sei se tenho a liberdade de compartilhar com você o relatório de execução, com todos os que... aí você vai poder analisar bem o que foi feito em Mangaratiba, que tomei como exemplo, que eu acho que é isso que a gente precisa trabalhar. Eu acho que a gente precisa fomentar mais a premiação para poder chegar esses recursos com mais facilidade a quem realmente está lá na ponta, o cara que não consegue fazer um portfólio, não consegue elaborar um projeto legal, mas é um grande fazedor de cultura, entendeu? Estou mandando pra você agora aí, porque eu não sei como compartilhar na tela, não sei nem se... estou mandando pra você no teu... [whatsapp]. Então eu tenho a destacar isso, a Costa Verde com certeza ela teve um papel de expressão na implementação da lei, embora eu até queria ver se conseguia... a gente conseguir revisão da 7035 [lei 7035/2015 – Sistema Estadual de Cultura do RJ], colocar como uma forma de você avaliar o CPF cultural [CPF – Conselho-Plano-Fundo], a cidade cultural, culturalmente tipo um exemplo de Mangaratiba, é... Angra e Paraty. Paraty teve aí

pouquíssimos projetos, pouquíssimos... contemplando pouquíssimos projetos com relação à quantidade de fazedores e de cultura que tem na cidade, que é patrimônio histórico da humanidade. A gente tem um Patrimônio que recebeu uma verba bem irrisória. Então o que a gente precisava mudar: esse sistema de avaliação para não ficar só com o populacional, mas também com o fator cultural do local, entendeu? E vamos ver se a gente, com essa implementação agora da [Lei] Paulo Gustavo, se der tempo, até final do ano e a [Lei] Aldir Blanc 2, a gente faça... consiga já, com o trabalho de vocês que eu acho que é importantíssimo, elaborar esse CPF cultural pra gente ter realmente aquele volume e aquela... todos, realmente atingindo a todos que estão na ponta, entendeu? Essa é a minha grande preocupação.

**P2: Ok, passo pro professor Luiz Augusto para dar continuidade, agradeço querido.**

E: Desculpa o meu nervoso porque é a primeira entrevista que eu estou dando assim para uma faculdade e eu estou aqui apavorado. Eu sou muito bom com violão e com o microfone, cantando. Agora quando se trata de falar, o nervosismo bate.

**P1: Wolney, só me tira aqui uma dúvida, até para depois facilitar a transcrição. Quando você fala da lei sete mil e trinta e cinco, você está falando da Lei do Sistema Estadual de Cultura, a lei de dois mil e quinze que está sendo revista, é isso?**

E: Que está sendo revisada. Não, parou! Inclusive está tudo parado por conta dessa eleição que está vindo por aí [eleição de novos representantes no Conselho Estadual de Política Cultural do RJ].. Então não vamos mexer com isso agora.

**P1: Maravilha. Olha, eu vou voltar à questão dos processos de participação, para você pensar junto com a gente a discussão, a implementação, a efetivação dos recursos e das ações resultantes da LAB, tanto no estado, quanto aí em Mangaratiba. Como é que você avalia esses canais de participação ou as possibilidades de participação da população nesses momentos, na definição das ações, na implementação das ações, na prestação de contas etc. etc.**

E: Bom, é... estou falando, se eu for falar pela minha região aqui, foi muito bem executado. Não tenho, inclusive foi feito, como foi feito premiação, a gente teve aquela preocupação de... é, eu falei dos portfólios, tudo feito dentro do que foi pedido para aprovação dos anos mínimos de cultura, mas também com a preocupação de validar o endereço da pessoa, porque se você tem uma premiação você vai ter pessoas de vários locais querendo tirar proveito daquela premiação do município. Então isso aí foi feito com todos esses critérios da comprovação de residência e eu vejo, vi mais dificuldade nos editais do Estado. Inclusive eu tenho, sou um dos que teve problema, eu fiquei como suplente aí nos editais aí do Estado pela dificuldade mesmo, viu? Ajudei a fazer, no município, portfólio para várias pessoas que a maioria foi contemplada com a minha ajuda mas eu mesmo não consegui fazer um portfólio que fosse aprovado pelo estado. Estou hoje como conselheiro, mas eu faço essa crítica porque eu acho que os editais do estado vêm apresentando muitos problemas e continuam apresentando ainda hoje. Não sei se por critérios de escolha de parecerista, enfim, tem alguma coisa que não está chegando, não está sendo bem feita para poder realmente contemplar com clareza quem realmente merece, enfim. É, eu estou falando por mim. Eu acho que eu tenho, vou fazer sessenta anos, tenho... comecei a tocar violão numa casa noturna em Angra, o Moita, com dezesseis anos, onde oficial de justiça chegava, e quando o oficial de justiça chegava o

dono da casa, gerente, me escondia lá e tal. Quer dizer, e eu não consegui comprovar nesse edital que eu... enfim, é complicado... Então a gente, eu não sei, eu acho que tem que... eu acho que ainda tem que seguir pelo fator premiação, porque tem muitas, muitos artistas, muitos fazedores de culturas que estão aí precisando muito, muito, muito dessa ajuda, dessa emergência, por conta da nossa situação de calamidade pública e de saúde, e não teve assim a oportunidade de receber. Enfim, eu acho que tem que ter uma melhor... melhor pensamento na distribuição dessa verba, tem que pensar mesmo assim é, tudo bem, vamos contemplar as grandes empresas tal, mas vamos fazer chegar lá na ponta realmente. Entendeu? Vamos, os gestores estaduais, municipais, com os fóruns, com os conselhos, unir as forças cobrando mesmo, entendeu? Todo mundo se ajudando nessa hora. Nessa hora tem que estar todo mundo unido, buscando o melhor para essa implementação, para que esse dinheiro não retorne lá pro Governo Federal.

**P1: Aí, pelo que você viu acontecendo, tanto nos municípios da Costa Verde, quanto nos próprios processos estaduais... Por que que eu te vou te perguntar? De alguma maneira, houve muita participação, pelo menos muita mobilização da sociedade para que houvesse participação. Tem alguns casos em que os municípios só aderiram ao plano de ação por conta de pressão dos artistas locais. Houve de tudo nesse Brasil e no próprio estado do Rio, situações muito diversas. E pensando, entendendo que de alguma maneira a LAB fortaleceu essa participação das pessoas ou pela questão da emergência, se você concordar com essa minha assertiva, você acha que tem alguma coisa dos antecedentes das políticas culturais, que possa estar ajudando a se construir esse formato mais participativo da sociedade na disputa pelas políticas culturais?**

E: Eu acho que a partir da Lei Aldir Blanc, eu acho que a partir desse momento a coisa mudou. Os gestores, enfim, não estavam preparados realmente para essa demanda. Teve os atropelos, sim, teve com certeza, teve pressões... a gente mesmo, de várias formas fazendo é... com esses vetos presidenciais, com todas, todo mundo fazendo a sua parte, pressionando, pressionando. Eu acho que a lei, a partir da, antes da lei eu acho que a coisa era diferente. Tinha, estava todo mundo naquela situação, acomodado, fazendo ali o seu, o seu trabalho ali, já tinha até os seus grupos ali, mas agora a coisa veio para ser pra maioria, para todos, entendeu? Então eu acho que nesse momento muitos, muitos municípios, enfim, não tinham preparo, não estavam preparados para isso. Mas agora, eu acredito que agora, para essa segunda, essa segunda etapa da Lei Aldir Blanc, a primeira foi um aprendizado para levá-los a fazer a coisa certa, entendeu? Espero assim, espero que o caminho seja esse. Sempre com a participação presente ali da sociedade civil cobrando, fiscalizando, porque a gente vive no Brasil, né, meu amigo?

**P1: Você chegou a participar desses debates virtuais sobre a LAB, audiências e debates? Tanto a partir do estado, quanto a partir de algumas regiões? Se participou, qual a sua avaliação sobre esses processos, essas *lives* e webconferências?**

E: É, foi um aprendizado para todos. Aprendizado para todos, claro que a gente juntando aí cada um com sua experiência, cada um com seu, com a sua visão, fomos construindo esse projeto, esse plano aí e eu acho que... nessa hora, como disse, tem que estar todo mundo junto. Participei sim, inclusive, participei juntamente com, no comitê Paulo Gustavo, juntamente com a minha querida conselheira Ana, que é assim uma grande mestra. Tenho aprendido muito com ela e enfim,

eu avalio que essas *lives*, todos esses debates, todos esses momentos de diálogo foram muito importantes, entendeu? Como um aprendizado para todos, para poder fazer a coisa realmente ser distribuída, conhecimento geral para todos, né Ana? Quantas brigas, quantos gritos, quantos tapas na mesa...

**P1: Falando dessa questão eu já passo para ela fazer o último bloco perguntas.**

**P2: Querido, você já meio que tocou nesse ponto, tem essa pergunta aqui, mas caso você queira... Enfim, que processos formativos você poderia elencar sobre a execução da Lei Aldir Blanc, tanto em relação aos trabalhadores e artistas, quanto em relação aos gestores governamentais? Como é que você avalia tais ações da Lei Aldir Blanc? Sobre a execução da lei com relação aos artistas e trabalhadores e também em relação aos gestores governamentais. Como você avalia esse comportamento tanto da classe trabalhadora da cultura quanto dos gestores? Você meio que já tocou um pouco, mas caso você queira, enfim....**

E: É, eu acho que até já cheguei a falar sobre isso, é realmente... o fazedor de cultura... Eu lembro da história do cara que teve que vender lá o instrumento dele naquela correria, nesse desespero todo que a gente passou aí, para poder comprar comida, para pagar aluguel e tal. E de repente o cara tem um edital do município, o edital do estado que tem que ter comprovação de dois anos e tal, e o cara... ou então o cara tem que ser, tem que ter um conhecimento de projetos. Eu só fui participar de... o primeiro projeto que eu participei de edital, que eu participei na minha vida, foi esse edital do Retomada Cultural, do mesmo que você também ficou como suplente. Foi a primeira vez que eu participei na minha vida de

um edital. Primeira vez que eu fiz um portfólio, entendeu? Buscando fotos lá... e depois eu ainda tive, ah quer dizer, mesmo assim não consegui ser aprovado pelos organizadores lá, os nossos pareceristas, e é difícil... Você tem muita gente querendo ajudar, querendo fazer, muitos artistas com vontade de ajudar, de mostrar o seu trabalho com projetos belíssimos, mas que está ali guardado na gaveta. Outros que conseguiram, bato palma, graças a Deus, para ele poder estar distribuindo através do projeto dele, levando mais artista, contratando mais fazedores de cultura. Enquanto trabalhando na cultura eu acho que se o estado, o município e os gestores pensarem na questão de um edital voltado pra cultura, não naquele edital de empresa, cheio de burocracia... Que eu acho que é tudo isso que está dificultando a verdadeira distribuição dessa verba da Lei Aldir Blanc.

**P2: Você já, de novo, você já tocou nessa questão, mas são perguntas que estão aqui então caso... eu vou até juntar essas duas e caso você queira acrescentar mais alguma coisa... Como você avalia o formato final da Lei Aldir Blanc e se - considerando a execução e a prestação de contas - você pensaria em fazer alguma modificação nesse formato final? E fazendo, quais seriam? Eu acho que você já tocou aí.**

E: É, eu acho que a questão da prestação de conta realmente é crucial, é cruel, é muito... você também com relação aos prazos... para quem já é difícil para quem tem contador, que o cara que tem toda uma empresa, imagina para aquele que não tem, tem que fazer aquela prestação de contas dentro de um prazo curtíssimo. Depois você no final, quando vai fazer a contrapartida, geralmente sempre tem um problema, com relação a notas fiscais, aquela coisa toda. Você tem que, você tem coisas que você não nunca precisou fazer. Você fazia o teu

trabalho, ia lá... O máximo que você podia, que você tinha era um contrato ali com a prefeitura ou com... estou vendo, falando por mim, mas é um aprendizado. Você tem que, as pessoas eu acho que precisam... o que precisa ser feito é um ensinamento, levar um ensinamento para quem não tem essa experiência, entendeu? Não sei se poderia ser feito no... diretamente por, nos municípios pela... não sei, pelas escolas municipais, é um jeito de já começar a doutrinar os futuros artistas a aprender a fazer projetos, editais, participar de editais, inscrever um projeto, isso aí pro futuro. Eu acho que o caminho seria esse porque aí facilitaria para todo mundo, para quem está gerindo aquele recurso e para quem... e para valorizar a arte em geral. Com essa, com esse ensinamento que seria passado para todos os novos artistas que virão.

**P2: Ok. Vamos pra última pergunta. Como é que a Lei Aldir Blanc auxiliou ou não a gestão pública posterior no seu município? Você já também tocou, é na execução da região, você até já nos enviou um documento, já recebi aqui, vou repassar para nossa equipe. Mas vou passar para você, caso você queira ainda acrescentar e já fazer suas considerações finais. Primeiro sobre, se no seu entendimento a Lei Aldir Blanc auxiliou a gestão posterior no seu município e se você quer acrescentar algo que a gente não levantou, não perguntou, enfim, para você fazer suas considerações.**

E: É, pra gente aqui foi tranquilo porque o nosso prefeito foi reeleito. Então isso também é muito importante, se você tem um município que você começa com um depois muda pra outro, isso aí já vai dar problema. E a gente teve essa sorte. Então até hoje têm pessoas ainda fazendo a contrapartida, aí a gente vê que tem uma produção, mudou aquela produção, o cara agora está fazendo... poxa, tem um instrumento novo, está

fazendo um trabalho, tu vê lá o quilombola, tu vai... poxa, vem o pessoal lá com coisas que não tinham. Na Marambaia, tu vê lá o pessoal... as reuniões, as festas, o que está acontecendo, já teve um recurso que melhorou aquela condição, a luz, que foi colocada, uma internet e tal. Então, para minha região aqui foi muito boa a Lei Aldir Blanc e eu acredito que agora com o aprendizado que a gente teve com essas leis, com a Lei Aldir Blanc vai ser muito mais fácil, e já conhecendo os novos fazedores de cultura, que até então ninguém sabia que existia, o cara que fazia cultura lá na Serra do Piloto, outro que fazia... entendeu? Então, essas pessoas agora já estão cadastradas, isso é que é legal. Então, a gente já tem esses cadastros, esse cadastro para poder até dar, a partir daí, com essa facilidade do CPF, fazer uma melhor distribuição. O que a gente, o que eu quero é ver se a gente consegue para cá é trazer uma verba maior para contemplar um maior número de pessoas ainda com um recurso melhor. Porque foram recursos pequenos, distribuídos para um número de pessoas que para o recurso, eu acho que foi pouco recurso para muita gente, entendeu? Então acredito que é... pras próximas leis eu acho que a gente vai ser muito, vai ser melhor para todos nós, entendeu? E conto com a participação contínua dos conselhos municipais, da sociedade civil ali é... de olho no que está acontecendo. Eu sou um que estou aqui, nem pisco.

**P2: Ok, agradecemos muito Wolney, pela sua disponibilidade de estar conosco, sua análise, sua participação, envolvimento com a Lei Aldir Blanc no seu município, na região, papel do conselheiro. Vou passar pro professor Luiz Augusto pra gente finalizar aí a nossa entrevista.**

E: Eu que agradeço.

**P2: É, antes de passar pro professor, eu queria só te dizer que a gente está passando de novo, você sabe que eu já botei lá no conselho, mas vou pedir novamente. O professor Luiz Augusto me reenviou aqui, que a gente tem uma pesquisa [formulários] que nós fizemos pros trabalhadores da cultura e uma separadamente para os gestores, pra gente avaliar exatamente, não só ouvir os conselheiros, secretários que a gente entrevistou, a Daniele e outros tantos secretários, os autores da lei, relator e tal, mas ouvir o trabalhador comum da sociedade civil e também os gestores, se executou, qual é a análise e tal, e todos esses impactos. Então queria te pedir para reforçar, se você pode repassar pra região, pro seu município, porque você está no fórum, você está no conselho, é bastante atuante.**

E: Eu repasso e ainda cobro e peço...

**P1: E aí, Wolney, só complementando o que a Lúcia falou, que às vezes a pessoa acha que “ah, não, eu não vou preencher esse questionário não, porque eu não fui contemplado”. A gente quer ouvir os dois lados. A gente quer ouvir vocês também que submeteram proposta e que não foram contemplados por conta de burocracia, ou seja, a gente quer ouvir as pontas. Então você mesmo responde lá como trabalhador que não recebeu, é isso, que a gente quer ouvir, todo mundo. E, em relação, aos gestores não é nem só o secretário, são as pessoas envolvidas na gestão dos processos de municípios ou no estado. Tanto gestores e ex-gestores, pessoas que agora já até nem estão mais na gestão, mas naquela época da LAB estavam lá têm muito a dizer. Às vezes o técnico tem muito mais a dizer do que o próprio secretário. Quem é que estava lá na ponta... Ele que entendeu os processos, as dificuldades. Então...**



E: É, então, exatamente. Agora encerrando com o que eu falei no início, na minha época de Angra, que você não tinha diálogo, você não tinha um conselho, você não tinha... você não tinha essa cobrança que você pode hoje ter direto com o gestor. Você fazia o teu trabalho, eles faziam os shows, traziam todo mundo de fora pagando fortunas e o artista da terra não era reconhecido, entendeu? Então hoje não, agora a partir da lei a gente tem aquele Wolney lá de, não sei o que em que tempo que era, mas hoje em dia ele já está ele já tem essa facilidade de chegar direto, cobrar ali e fiscalizar e tal, entendeu? Então eu acho que o caminho é esse aí, nesse momento todo mundo se unir, tanto a sociedade civil, como os gestores, os ex-gestores, que muitos, inclusive, eu tenho um exemplo aqui, que até conversei com ele ontem, ele era, ele sempre foi sociedade civil. Ele foi nomeado agora secretário de Paraty, o José Sérgio [Barros da Silva], então é um cara que a gente tem uma facilidade de... ele está lá como gestor, mas ele é sociedade. Ele é mais, a cabeça dele pensa mais pro lado da sociedade civil, então, eu até parablenizo sempre o trabalho dele e quero deixar isso registrado aqui. E agradeço pelo convite de vocês e sempre que precisar estarei às ordens aí.



Universidade Federal Fluminense - UFF  
Laboratório de Ações Culturais - LABAC  
APOENA – Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações  
Culturais – foco RJ  
[pesquisa.apoena@gmail.com](mailto:pesquisa.apoena@gmail.com) – <https://apoenaredecultural.wordpress.com>

Projeto APOENA  
Entrevistado (E): **Danielle Barros**  
Data: 03/05/2022

Pesquisador entrevistador (P):  
P1: Luiz Augusto F. Rodrigues  
P1: Marcelo Correia  
P2: Ana Lúcia Pardo

Transcrição/responsável: Izabella Ladislau Campos - Data:  
06/08/2022  
Ajuste/conferência da transcrição: Ana Lúcia Pardo - Data:  
16/04/2023  
Edição final: Luiz Augusto F. Rodrigues – Data: 05/05/2023

**P1: Começando agora, hoje, três de maio de 2022. Estamos aqui reunidos com alguns pesquisadores do projeto APOENA para entrevistar a Secretária de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro, Danielle Barros. A entrevista será conduzida, eu vou só fazer a abertura, eu sou Luiz Augusto Rodrigues, quem vai conduzir a entrevista em si vão ser os pesquisadores Ana Lúcia Pardo e Marcelo Correia. Secretária, estamos gravando e aí se houver algum trecho que você prefira que não seja publicizado, porque a ideia é a gente estar publicizando, no todo ou em partes, tanto em vídeo quanto por parte transcrita à medida que o projeto avance. Então, se tiver**

**algum trecho que você prefira que não seja publicizado é só nos avisar.**

E: Não tem problema nenhum, você pode gravar.

**P1: Aí você avisa na hora: “ah essa parte que eu falei, prefiro que não publicize”, que a gente faz os devidos recortes, está ok?**

E: Está ok.

**P1: Maravilha. O projeto APOENA - Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações Culturais com foco no Rio de Janeiro é coordenado a partir da Universidade Federal Fluminense pelo Laboratório de Ações Culturais. E agradecemos, em nome da universidade, em meu nome pessoal, em nome do LABAC, o qual eu coordeno, e do projeto APOENA, a sua estimada colaboração, a sua disponibilidade de perder aí alguns minutos com a gente. Imediatamente eu passo então para o Marcelo, você que começa, é isso?**

**P2: Isso.**

**P1: Secretária, eu vou fechar a minha câmera e o som só pra não ficar pesando o vídeo. Mas estou aqui acompanhando com o maior carinho.**

E: Está, eu acho que eu também vou fechar. Vai ficar aparecendo a foto do meu filho. Eu não sei porque está acontecendo isso, mas pra gente também evitar que a internet nos atrapalhe, está bom? Mas estou por aqui.

**P1: A sua câmera seria ruim fechar porque você vai ficar o tempo todo respondendo.**

E: Ah, então está bom.

**P1: A minha está fechada porque eu sou aqui só um acessório.**

**P2: A gente faz o seguinte...**

**P3: Eu posso desligar a minha câmera enquanto o Marcelo está fazendo as perguntas e entro em seguida.**

**P2: Perfeito, Ana Lúcia, porque aí eu faço a mesma coisa.**

E: Ótimo.

**P2: Bom, então vamos lá. A gente tem aqui dois blocos, secretária. O primeiro bloco é uma questão de trajetória pessoal. E o segundo bloco se estende um pouco mais, e aí a gente vai trabalhar algumas perguntas, falando especificamente da Lei Aldir Blanc. Bom, a primeira pergunta, e já coloco pra você que talvez algumas perguntas elas possam parecer redundantes, na medida em que você possa tencionar um pouquinho mais outras respostas. Mas é porque a gente tem um roteiro e respeita esse roteiro para todos os entrevistados.**

E: Não tem problema nenhum.

**P2: Você pode estender um pouquinho mais a sua resposta ou o seu pensamento. Vamos lá, a primeira pergunta é: nome completo, lugar de nascimento, formação e vinculação institucional.**

E: O meu nome é Danielle Christian Ribeiro Barros, Christian também é nome, então o sobrenome é só Ribeiro Barros. Eu nasci em Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro, uma cidade do estado do Rio de Janeiro. Eu sou professora, sou também psicomotricista, sou também especialista em educação infantil, em docência para educação infantil. Estou neste momento cursando o mestrado na área da educação agrícola na Universidade Rural, sou oriunda e toda a minha formação se deu em escolas públicas. E estou agora Secretária de Cultura e Economia Criativa do Estado do Rio de Janeiro, é uma segunda experiência nesse setor, já estive também como subsecretária da Prefeitura do Rio de Janeiro num curto espaço de tempo. Na minha trajetória, pra além de fazer cultura na sala de aula, eu sou uma estudante da agrariedade no estado do Rio de Janeiro, então conheço os noventa e dois municípios do estado. Conheço por dentro, conheço a zona rural desses municípios, porque em algum momento eu servi ao Ministério do Desenvolvimento Agrário quando ainda esse ministério existia. Então, toda a minha vinculação, do meu mestrado, se dá também por conta dessa experiência de serviço, à agrariedade e à ruralidade do estado do Rio de Janeiro. Fico feliz de estar hoje na Secretaria de Cultura, especialmente por conta dessa trajetória, por ser uma secretaria de estado e por poder conhecer o estado por dentro de todas as suas nuances, fico feliz porque eu que estudo agrariedade e ruralidade, sei que muito do que a gente tem hoje dos nossos movimentos culturais vem exatamente desse lugar. Os primeiros festejos se davam exatamente dentro desse contexto da celebração da terra, da celebração da vida a partir da colheita. De lá pra cá, a gente foi aprimorando o nosso fazer artístico, os nossos

festejos culturais, mas me sinto podendo devolver a essa parte da história, especialmente olhando pra os noventa e dois municípios, um pouco desse trabalho e dessa conexão.

**P2: Beleza. Você participou ou participa de algum movimento político e/ou militância no campo cultural?**

E: Sim, participo de um movimento político-partidário e que tem uma militância também no meio cultural. Sou filiada a um partido político, o Solidariedade. Lá tem uma cadeira de militância cultural, desenvolvo um trabalho também partidário nessa área.

**P2: Quando e como você começou a se envolver com política cultural, mais estritamente falando, e que passagens você destacaria da sua trajetória como agente da política cultural?**

E: Eu penso que há uns oito anos atrás quando eu comecei a trabalhar com as comunidades quilombolas no estado do Rio de Janeiro. As comunidades quilombolas têm um viés cultural muito forte, então eu fui me aproximando desse movimento a partir dessa realidade. Não tenho dúvida que o contato que eu tive com essas comunidades foi que exatamente me trouxe de forma mais forte pra dentro dessa pauta, pra além da trajetória da educação, e acho que foi exatamente isso. Há oito anos atrás, quando eu comecei a conviver de perto com as comunidades quilombolas do estado do Rio de Janeiro e do Brasil.

**P2: Beleza. Como avalia os limites e as potencialidades da participação da sociedade civil e também numa perspectiva fora da gestão pública?**

E: Eu acredito muito na participação civil que se dá pra além do controle social das ações de fiscalização da gestão pública. Acho que a Lei Aldir Blanc é exatamente um reflexo disso. É uma lei que se deu a partir da articulação desses movimentos, num momento muito difícil, num momento de pandemia onde as pessoas ou se juntavam ou se juntavam. Não se tinha muito pra onde correr, não se tinha muito o que escolher, e aí eu acho que exatamente a falta de opção gerou essa grande comoção que se deu, que se efetivou no grande resultado que foi a Lei Aldir Blanc. Então, isso está provado, quando a gente encontra o caminho da unidade, o quanto nós somos potentes nesse campo da articulação e na mobilização que produz resultados. Eu acredito muito nisso, eu venho de uma militância de conselho, o Conselho de Agroecologia, o Conselho da Alimentação Escolar, o Conselho Municipal de Educação da minha cidade. Eu tenho uma trajetória de conselho, a trajetória de conselho ensina muito isso pra gente, nos desafia o tempo inteiro a esse lugar de uma articulação propositiva de representação civil. E eu acredito muito nesse poder de articulação que a sociedade tem quando mobilizada estrategicamente pra atingir um objetivo.

**P2: Perfeito. Bom, a gente vai passar para o segundo bloco. Por favor, Ana Lúcia Pardo, apareça pra gente. Agora é com você o segundo bloco. Eu já volto.**

**P3: Ah está bem.**

E: Está ótimo.

**P3: Então, Secretária, queria também de minha parte agradecer, não só à senhora como também, agradecer a sua equipe, à Carol, que possibilitou esse agendamento. E**

**como disse o professor Luiz Augusto, já estamos faz algum tempo buscando avaliar os impactos da Lei Aldir Blanc no estado do Rio de Janeiro. A gente tem feito várias entrevistas, boletins, levantamento de dados, infográficos. E vamos agora para o bloco dois. Depois dessa primeira parte, que foi sobre a trajetória pessoal, agora vamos focar na Lei Aldir Blanc fundamentalmente. Como que a senhora avalia e como se deram essas primeiras articulações no estado do Rio de Janeiro?**

E: Bom, a gente se juntou. E aí eu falo isso com muita tranquilidade, com muito orgulho, a gente se juntou a uma articulação civil que já era muito forte no estado do Rio de Janeiro. Nós não fomos exatamente os protagonistas dessa ação, apesar de desejar muito, apesar de lutar muito pra que isso pudesse ser uma realidade, nós enquanto secretaria de cultura, nós nos juntamos aos outros movimentos que já estavam *startados*, que não foram *startados* exatamente pelo poder público, mas que foi abraçado pelo poder público e foi também impulsionado por nós. Então, existia uma ação parlamentar já muito estruturada, por conta de que era uma lei de uma deputada, que é a deputada Benedita, que foi complementada por um projeto de lei do deputado Áureo, que a gente teve muita condição de ajudar ele na escrita desse documento, que foi relatada por uma deputada também muito forte no estado, que é a deputada Jandira. Então, já existia uma movimentação muito favorável no estado do Rio de Janeiro por conta dessa ação parlamentar e por conta de uma sociedade que estava muito esperançosa desse acontecimento. E a Secretaria de Cultura se juntou a tudo isso, foi mais um nessa vontade de que a lei pudesse realmente se tornar uma realidade. E nós abrimos os nossos espaços públicos exatamente para esse nível de movimentação. Eu me lembro que era uma época que a gente ainda usava máscara, a gente ainda podia se encontrar muito pouco, a gente ainda

tinha muita insegurança com relação a essa questão sanitária, mas a Biblioteca Parque estava aberta. Ora, as pessoas ousavam se encontrar pra estabelecerem as suas estratégias pra organizar os processos de mobilização. Muitas dessas mobilizações eram online, mas que precisavam de duas ou três pessoas num presencial *startando* isso. A Biblioteca Parque foi palco disso. Então, eu vejo a Secretaria de Cultura exatamente como um ator importante nesse cenário, mas não mais importante que todos os outros, que em algum momento até protagonizaram as ações no sentido de saírem na frente das ações de mobilização.

**P3: Certo. Quanto às questões do Legislativo Estadual em torno da defesa dos trabalhadores e trabalhadoras da cultura, logo no início da pandemia, qual é a sua avaliação sobre essa ação ou ações, digamos assim, por parte desse legislativo estadual?**

E: É, tem o legislativo estadual, eu vejo que eles ficaram muito próximos à postura da Secretaria de Cultura, eles também foram grandes apoiadores. Apoiadores de um movimento que eles também não foram protagonistas, mas apoiaram. Apoiaram e complementaram, porque no meio de um processo de decisão que a Secretaria de Cultura precisava tomar com relação às prestações de conta, com relação a alguns aspectos que a própria Lei Aldir Blanc não trazia com clareza, o parlamento estadual nos ajudou em determinadas tomadas de decisão.

**P3: E como que você descreveria o papel do Conselho Estadual de Política Cultural do Rio nesse processo? Que ações, articulações você destacaria também dos fóruns regionais locais, temáticos? Então, tanto o papel do Conselho Estadual de Política Cultural, quanto dos fóruns**

**regionais ou do fórum estadual, como que a senhora avalia essas articulações e como que se deu?**

E: É, o Conselho Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, eu vejo que ele vem sofrendo um processo de amadurecimento, que a Lei Aldir Blanc também colaborou pra esse processo de amadurecimento. Especialmente porque ele vinha de uma situação muito complicada, onde ainda estava ressentido por conta de um mandato interrompido, por conta de uma posse que era questionada, uma data de posse, uma data de validade do conselho, então a gente ainda vinha amargando algumas questões não pacificadas por todo o grupo. E no meio disso a gente nem tinha exatamente um conselho completamente instituído, porque a gente levou um tempo pra vencer esse processo de institucionalização, e isso se deu no meio do caminho, numa eleição que foi muito difícil de ser realizada, porque era uma eleição online. Se uma eleição presencial de conselho já é algo trabalhoso, você imagina a gente fazer uma eleição online de conselho. Então, a gente vivenciou uma Lei Aldir Blanc e uma eleição online ao mesmo tempo. O que é muito bacana ressaltar é que por mais que esse conselho estivesse vivendo uma situação de desconforto com relação a essa questão de prazos, de posse, de nomeação, quando o assunto era a Lei Aldir Blanc nós tínhamos muito acordo. A Lei Aldir Blanc conseguiu ultrapassar essa relação institucional dos conselheiros. Então, as pessoas se posicionaram, as pessoas colaboraram, as pessoas se sentiram parte desse movimento, não instituído ou instituído, porque essa era a dúvida. Mas no momento da participação da Lei Aldir Blanc, a gente não estava participando só como conselheiro, a gente estava participando como militante, então isso é algo que precisa ser reconhecido. Quando o assunto era a Lei Aldir Blanc, não importava se eu estava nomeada ou se eu não estava nomeada, se o meu nome estava no diário oficial ou se não estava. As pessoas se sentiam militantes dessa pauta, portanto, participavam. E no

meio desse caminho, a gente conseguiu exatamente instituir o conselho e o conselho instituído de fato apoiou muito esse movimento, participou muito desse movimento, se colocou, os conselheiros se colocaram nesse processo de interlocução com as suas bases. A gente tem um estado do Rio de Janeiro que ainda não tem internet pra todo mundo, a informação não chega em todos os lugares, então é fundamental essa representação do conselheiro justamente pra minimizar e mitigar especialmente a falta de comunicação. Então, eu não tenho dúvidas de que foi muito importante contar com os conselheiros e com os seus campos de atuação, quer sejam eles no fórum, quer sejam nos segmentos ou nos territórios que eles estão atrelados.

**P3: Está certo. E como que se deram, secretária, as ações da Lei Aldir Blanc no estado do Rio de Janeiro? Como que a senhora avalia e como que se deram essas ações, execuções?**

E: Eu acho que tem algo que eu preciso falar Ana, até antes mesmo de entrar nesse assunto, porque ao mesmo tempo que a Secretaria de Cultura, a gente desejou muito viver a implementação da Lei Aldir Blanc, é preciso dizer que a Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro não tinha um histórico de execução de orçamento próprio de fomento, do fomento que a gente chama de fomento direto. Era muito pontual, nosso histórico era muito pontual com relação ao nível de execução de política pública voltada para o fomento direto. O que a Secretaria de Cultura tinha muita capacidade de realizar eram os fomentos indiretos, tudo que se dava no âmbito da Lei 8266/2018, que é a lei do ICMS. Que é um fomento, que é sempre uma renúncia fiscal, que tem um patrocinador e que a gente faz dentro desse ambiente do patrocínio, e outros tipos de fomento que se davam também

com parceiros, que talvez não estivesse abrigado na Lei 8266, mas que se davam nesse ambiente de parceria. Uma parceria como entidade, uma parceria como instituição. O fomento direto mesmo, a secretaria quando fazia era de forma muito pontual. Então, apesar da gente ter desejado viver isso, a Secretaria de Cultura não tinha exatamente uma estrutura definida e uma estrutura preparada para operacionalizar cento e cinco milhões de reais. E aí com que base eu digo isso? Primeiro, eu chego na Secretaria de Cultura no dia seis de dezembro de 2019. Quando a gente olha pra execução do orçamento desse ano, ela foi uma execução baixíssima. O que a Secretaria fez foi 101 milhões, da Lei 8266 em projetos incentivados, incentivando quarenta projetos no Estado do Rio de Janeiro todo. Desses 40 projetos, 96% deles concentrados na capital, que é uma única cidade, e 4% concentrados no interior. Em nenhum processo de descentralização do recurso dessa lei a Secretaria conseguia fazer chegar pra fora desse eixo capital e Região Metropolitana. De repente, a gente olha pra 105 milhões sendo depositados na nossa conta, com um prazo muito curto pra ser operacionalizado, e pior do que o prazo curto, com uma lei que apresentava muitas fragilidades de interpretação. Eu que participava de um Fórum Nacional de Secretários, e graças a Deus que esse fórum existia, e era instituído a partir de reuniões que a gente entrava madrugada adentro, fazendo pelo WhatsApp. A gente no Estado do Rio de Janeiro às vezes entendia alguma coisa, que São Paulo entendia igual, que o Pará entendia igual, mas que o Espírito Santo estava fazendo de um outro jeito, Minas Gerais de um outro jeito e a gente se perguntava: “meu Deus do céu, quem está certo nessa história? Somos nós três, somos outros dezenove, e os outros?” A gente, em algum momento, foi muito difícil porque faltou exatamente uma mediação entre os estados e entre o formulador da política pública, o formulador da lei. Então, isso foi um desafio difícil de ser superado e que eu acho que precisa ser sinalizado. Nós não tínhamos as

respostas de pronto atendimento que nos deixassem tranquilos para a efetivação da política pública. Isso é um dado. Uma outra coisa, é que a gente precisou reorganizar a Secretaria de Cultura num tempo de pandemia. Então, você imagine que a gente tinha uma Secretaria de Cultura e pode ser...

### **P3: Acho que caiu a conexão da Secretária.**

E: E não tinha uma comissão de editais porque não se fazia editais. E aí a gente precisava instituir uma comissão de editais. A gente institui essa comissão quando para a lei? A gente já tinha instituído antes por um edital que a gente fez do fundo e a gente valida essa comissão como a Comissão de Editais da Secretaria de Cultura. Assim, a gente valida exatamente com a política pública acontecendo. Então, isso é importante se a gente está fazendo um registro, que vai ser um registro que vai eternizar os nossos desafios, é preciso que se diga isso. A secretaria instituiu uma comissão para a operacionalização dos seus primeiros editais, um do fundo de cultura, que era um edital de 3 milhões e 750 mil, que era um edital infinitamente menor do que os 105 milhões que essa secretaria iria operacionalizar. E aí a gente falava com uma pessoa que tinha muita experiência na casa e falava assim: “olha, eu quero te convidar pra fazer parte da comissão”. “Ah, não me sinto preparada. Ah, não conte comigo. Ah não...”. Então, a gente precisou achar os corajosos do nosso meio, desafiar as pessoas, porque era preciso que tivesse disposição, era preciso que tivesse conforto com aquilo que estava fazendo, era preciso que tivesse paixão por aquilo que estavam fazendo, era preciso que se tivesse desprendimento. Então, por exemplo, a gente tinha gente muito boa mas que estava doente, a gente tinha gente muito boa mas que tinha uma saúde frágil, que não podia estar ali, a gente tinha gente muito boa mas que estava grávida. Então, a gente teve que

organizar a casa também entendendo que nós estávamos diante de uma crise sanitária e que nem todas as pessoas que habitualmente contaríamos, poderíamos contar pra aquele momento porque a gente não ia expor uma grávida ao risco, uma pessoa que tinha uma doença ao risco. Então, a gente foi obrigado a lidar com todas essas situações na formulação, na organização de uma equipe que iria operacionalizar esse recurso. Pois bem, organizamos a nossa casa, organizamos um setor tecnológico da casa também pra isso. Constituímos uma comissão, organizamos uma tecnologia do nosso setor da tecnologia de informação pra isso e fomos à luta. Fomos à luta pra operacionalizar os 105 milhões. Tínhamos uma expectativa, lá no início, de usar mais recurso. Nós imaginávamos que teríamos uma lesão maior do que no Inciso 1 na lei emergencial e aí tenho até uma colinha aqui. Na lei emergencial, nós tivemos quase 105 mil pessoas inscritas, foram 4 mil e 977 pessoas inscritas, mas nós só contemplamos 6 mil e 696 fazedores de cultura. Muitos daqueles que se inscreveram ficaram exatamente barrados por conta daquela condição de que eles não poderiam ter recebido aquele primeiro auxílio emergencial que o governo federal pagou. Essa era uma questão que causava muito desconforto aos artistas, porque a gente têm muitos artistas numa condição de não serem só artistas, de não viverem só da arte. Então, por exemplo, o porteiro da escola que canta no bar à noite ele falava: “não, eu recebi como porteiro da escola, eu recebi como alguém que perdeu o emprego porque a escola fechou. Trabalhava numa escola particular e eu abria e fechava o portão pra receber os alunos.” E eu me lembro dessa história, aí o porteiro falou assim: “a escola fechou, falou que só vai me recontratar quando tiver previsão de abrir, então eu fui mandado embora. Então eu recebi o recurso por conta desse ofício. Eu não recebi como músico, mas eu toco na noite e o restaurante também fechou”. E a gente tinha que dizer pra ele: “mas você não tem direito a um segundo auxílio”. Então,

tivemos esses casos e outros casos de não enquadramento. Para a realização desse cadastramento, nós contamos com o serviço de tecnologia da informação do governo federal. Nós fizemos uma parceria com o SERPRO, essa parceria foi bacana, foi muito bacana por conta de que nós pagamos aos quase mil e setecentos beneficiários e nós não tivemos problema nenhum com os órgãos de controle com relação a esses pagamentos. Nós não tivemos nenhuma inquietação. O que se tivéssemos responderíamos, não estávamos livres disso. De algum equívoco com relação ao credenciamento, porque toda hora o Bolsa Família tem, toda hora no Supera Rio aparece alguém que não deveria ter recebido. Porque os sistemas às vezes são frágeis mesmo, mas no nosso caso até hoje não apareceu nenhum beneficiário que recebeu recurso que não deveria receber. Então, a gente atrela o sucesso desse credenciamento a essa parceria que o Governo do Estado do Rio de Janeiro estabeleceu com o SERPRO, que condicionou o nosso pagamento à Plataforma Gov Br, que é uma plataforma de validação que se dá até através da íris, dos olhos, então tem uma tecnologia arrojada mesmo pra garantir que o beneficiário seja realmente aquela pessoa que merece receber o benefício. No meio desse caminho, muitas mulheres responsáveis pelas suas famílias, o que a gente teve um número de adesão baixo, mas nós pagamos mais de 5 milhões, um número de valor alto, por conta dessa condicionante de muitas mulheres receberem o recurso. Foram 5 milhões e 100 destinados ao pagamento do Inciso 1 nessa forma de credenciamento. Que também é importante dizer que a gente, a nossa sede da Secretaria de Cultura fica dentro de uma biblioteca que já dialoga muito com os fazedores de cultura. Então, o que eu considero muito exitoso nesse processo é que nós abrimos um atendimento presencial. Em algumas vezes, nós recebíamos muitas pessoas e cadastrávamos essas pessoas na própria Secretaria de Cultura. E também estabelecemos com algumas secretarias municipais esse polo



de atendimento presencial. Então, nós criamos os totens, nós criamos monitores pra esses totens, que ficavam ao lado do computador ajudando essas pessoas a se cadastrarem e que também iam aos municípios e ajudavam os fazedores de cultura a se cadastrarem nos municípios. E aí essa eu acho que foi uma iniciativa que nos aproximou exatamente desse público que já vivia um período, que já estava vivendo numa situação de fragilidade muito grande.

**P3: Ok. Houve devolução de recursos, secretária? E, se sim, por qual motivo?**

E: Sim, olha só, nós não devolvemos recurso, nós usamos é o valor, nós devolvemos alguma coisa. Eu posso te dizer exatamente quanto certinho, Ana. Mas eu sei que nós recebemos, eu tenho que fazer as contas aqui. Nós recebemos quase 106 milhões e nós usamos 104 milhões e 738.336 mil reais. Então assim, eu tenho que ver, que teve uma sobrinha sim, foi uma sobrinha muito pequenininha, mas teve uma sobrinha de recurso que foi a falta de suplentes em determinados editais que não nos permitiu exatamente utilizar o dinheiro.

**P3: A senhora mencionou o Inciso 1. Como que foi a execução do Inciso 2 e do Inciso 3? A gente percebeu essa lista de suplência. Nós tivemos mais de 600 suplentes inabilitados que ficaram nessa lista, com muita dificuldade, isso gerou cartas dos fóruns e do Conselho Estadual de Política Cultural RJ. Eu queria que a senhora falasse como que vê o fato de quase 700 proponentes fazedores de cultura não terem conseguido ser contemplados com essa lei emergencial ficando na lista de suplentes?**

E: Deixa eu dar um panorama pra vocês. O Inciso 2 ficou sob a responsabilidade dos municípios e nós tivemos no Inciso 3 o total de 4.082 projetos inscritos. Desses quatro mil e oitenta e dois projetos inscritos, nós tivemos dois mil trezentos e quarenta projetos contemplados. Nós chegamos a contemplar mais de 70 cidades fluminenses. Então, pelo menos, setenta cidades fluminenses tiveram um projeto contemplado. Nós somos noventa e duas, ainda ficamos distantes do total do estado do Rio de Janeiro. Entretanto, há de se considerar que existia uma possibilidade nos editais das pessoas se inscreverem, a partir dos seus CNPJs, em mais de um edital, embora só pudessem ser contemplados em um dos editais. Porque nós estávamos considerando isso como uma renda emergencial, e no caso de uma renda emergencial, o que a gente queria fazer é com que ela chegasse ao máximo de pessoas possíveis. Numa ideia de que era melhor dividir o bolo nas fatias. Desses quatro mil e oitenta e dois projetos, duzentos e quarenta foram projetos selecionados, contemplados. Mas desses quatro mil e oitenta e dois, é preciso que a gente faça uma ressalva que eu acho importante, é que muitos, os nossos editais garantiam que o mesmo CNPJ poderia se inscrever em todos. Porém, só seria contemplado em um, deu pra vocês entenderem? Então, desses quatro mil e oitenta e dois, nós tivemos muitos que não foram contemplados, por conta da duplicidade de CNPJs. Só pra que a gente entenda que a lista de suplentes também passa por esse lugar. Então, tem gente que não foi contemplado porque já tinha sido e tem gente que não foi contemplado mesmo. Mas a gente precisa considerar essa ideia da não contemplação em um dos editais em detrimento do outro. Nós chegamos a pouquinho mais de setenta cidades fluminenses. Foi um investimento em editais de noventa e nove milhões novecentos e setenta e cinco mil. Nós tivemos sete editais, nós tivemos um edital que foi o edital *Retomada Cultural 1*, porque nós achávamos que nesse momento a gente estaria vivendo o processo da retomada

cultural. E a gente acabou apoiando os projetos, mas ainda não vivendo aquela retomada que nós idealizamos que viveríamos ao fazer a formulação do edital, que era das atividades presenciais. Nesse edital, foram contemplados oitocentos e vinte e dois projetos. Foram quase sessenta e quatro milhões. Eram projetos de cinquenta mil e de cem mil. Nós tivemos o edital *Fomenta Festival*. No *Fomenta Festival* foram duzentos e dezenove projetos, vinte milhões trezentos e cinquenta mil reais. Nós fizemos um edital voltado para os Pontos de Cultura, e aí não era um edital, era um edital de credenciamento, não era exatamente um edital de seleção, era um edital pra credenciar esses fazedores de cultura, esse movimento da cultura popular e da cultura viva. Então, esse edital nós tivemos cento e trinta e sete contemplados, totalizando oito milhões e duzentos de investimento. Nós tivemos o edital *Cultura Presente RJ*, esse foi muito legal porque foi um edital voltado para os técnicos. Então, nós somos precursores na implementação dessa política e nós premiamos mil cento e sete técnicos no estado do Rio de Janeiro, um edital de quase seis milhões de reais. Nós fizemos o edital pra circo, isso também é bacana a gente dizer. Em algum momento, se o estado do Rio de Janeiro... vocês estão me ouvindo?

**P3: Sim. O segundo edital qual é o nome?**

E: Fomenta Festival RJ.

**P3: Está bem, Fomenta Festival. E esse último que a senhora disse foi mil cento e sete projetos, quase três milhões, correto? Esse dos técnicos.**

E: Não, seis milhões. Foram cinco milhões quinhentos e trinta e cinco mil, certinho. Cinco milhões quinhentos e trinta e cinco mil. O que é muito legal.

**P3: E um edital pra circo que a senhora disse no fim?**

E: É. O que é muito legal a gente dizer, esse edital de circo também foi de credenciamento, a gente usou a lista que a Funarte tinha de circos no estado do Rio de Janeiro. Mas o que é muito legal a gente dizer, com relação ao edital de circos, é que o tempo inteiro, nós que já identificávamos as nossas fragilidades na execução desse recurso, por conta do tempo, por conta da pandemia, por conta da falta de estrutura da Secretaria de Cultura no sentido de um histórico de implementação de políticas de apoio via editais. Nós vimos que, se nós tínhamos dificuldade, os municípios tinham essa dificuldade ao cubo. Então, nós ainda precisávamos apoiar os municípios. Esse edital de circo foi um edital que surgiu das nossas plenárias com o fórum de secretários municipais. Em algum momento o fórum falava assim: “eu não sei se eu posso pagar o circo, porque o circo tem o CNPJ de Casemiro de Abreu, mas está na cidade de Campos. De quem ele é responsabilidade? De Casimiro ou de Campos?” Como existiam perguntas que eram difíceis de responder nós chamávamos pra nós essa responsabilidade com determinados segmentos. A mesma coisa com os Pontos de Cultura, existia muito desconforto, no caso dos municípios, no pagamento por credenciamento aos Pontos de Cultura. Então, ao longo do caminho, nós fomos pactuando com os fóruns de secretários municipais aquilo que nós atenderíamos e aquilo que iria desonerando o município de atender. Nós temos plenárias gravadas, que depois vocês podem pedir a gravação e a gente pode disponibilizar, nós temos reuniões que fizemos com os secretários e que isso foi pactuado. Isso é bacana que seja

dito. Então, o *Juntos Pelo Circo* foi um pedido dos secretários pra que nós fizéssemos um edital de circo, pra que os municípios não precisassem exatamente fazer um edital atendendo esse segmento. E fizemos um edital de *Passaporte Cultural*, em que esse edital foi muito mais vinculado aos espaços de cultura, já que nós não poderíamos atender os espaços no inciso dois nós criamos uma linha pra atender os espaços através de uma política de apoio e de fomento e aí o *Passaporte Cultural* fala um pouco disso e muitos cinemas foram contemplados nesse edital. Cinemas esses que ainda passam por uma dificuldade muito grande, porque se tem algum segmento que ainda não conseguiu voltar é o cinema porque as pessoas ainda se sentem muito inseguras dentro daquela caixa preta.

**P3: Ok secretária. Essa é a primeira rodada aqui da Lei Aldir Blanc. Como a gente está fazendo esse bate bola, eu super agradeço e vou passar para o Marcelo Correia.**

E: Deixa eu te falar mais uma coisa, Ana. Nós temos um dado que eu acho que é expressivo demais, e que eu acho que merece ser colocado aqui. Nós já temos 82% de aprovação de projetos da Lei Aldir Blanc de prestação de contas.

**P3: Que bom! Então, oitenta e dois por cento de projetos já estão aprovados em suas prestações de conta, correto?**

E: É, com média de aprovação. Alguns deles respondendo uma diligência ou outra, mas se esforçando pra apresentar a prestação de contas. Isso eu acho muito bacana, a gente poder dizer porque a Lei Aldir Blanc também trouxe para as pessoas muito dessa responsabilidade com o dinheiro público. Assim, a gente recebeu muita gente preocupada no caminho, querendo

fazer direito, querendo aprender a prestar contas e dizendo: “pra mim é muito importante esse processo de prestação de contas porque eu quero ter no meu currículo dizendo fiz uma prestação de contas, dei conta de fazer”. Então, isso a gente tem ouvido demais, a gente já recebeu pessoas na Secretaria de Cultura que quando recebem a sua prestação de contas dada a baixa, chorando, dizendo pra gente. Pode ser engraçado, pode até ser pouco pra gente celebrar, mas quando a gente vê uma pessoa exatamente nessa situação, a gente vê o quanto esse processo foi importante, o quanto esse processo tem sido um divisor de água na vida de algumas pessoas da cultura.

**P3: Com certeza. Marcante. Eu vou passar então para o Marcelo pra dar continuidade e depois, em seguida, retorno.**

**P2: Vamos lá. Secretária Danielle, como avalia os processos participativos de discussões, implementações e efetivação das ações resultantes da Lei Aldir Blanc no estado?**

E: Eu vou ser muito sincera. Num primeiro momento foi muito cansativo. Muito cansativo porque a gente, a lei... e eu estou falando na situação de gestora mesmo. A lei nos estimulava a esse diálogo com toda a sociedade, diálogo este que pra nós era fundamental. Quanto mais escutávamos menos errávamos, em contrapartida, a gente tinha que fazer tudo isso cronometrando o tempo da execução da lei. Então, o tempo foi o nosso arqui-inimigo nesse processo. Então, nós escutamos muito, mas gostaríamos de escutar mais. Nós tínhamos que o tempo inteiro equilibrar esse tempo da escuta, esse tempo da devolutiva pra sociedade, porque não bastava escutar as pessoas que queriam ser escutadas e queriam que fossem

devolvidas explicações com relação às suas escolhas. E ao mesmo tempo que a gente estava fazendo isso, a gente estava organizando o time pra operacionalização, a gente estava escrevendo edital, o edital estava passando pelo jurídico e o jurídico queria de um jeito, e a gente entendia que aquele jeito não conectaria com aquilo que as pessoas desejavam, a partir das plenárias que a gente fazia. Então, foi um tempo muito cansativo por conta de que a gente fez tudo isso. Então assim, cento e vinte dias foi cruel pra operacionalização desse recurso foi cruel. Nós entrávamos de madrugada adentro conversando com as pessoas e foi de fato assim, em algum momento depois de ter trabalhado o dia inteiro. Então, aquele diálogo você estava ali, muitas vezes, de corpo presente, mas a sua cabeça já não conseguia se conectar com tudo que se estava fazendo. No meio desse caminho, aí eu vou te dar um relato pessoal. No meio desse caminho, eu perdi a minha avó de oitenta e seis anos, eu perdi um tio de sessenta anos. Dentro de quarenta e cinco dias, a minha mãe perdeu a mãe e o único irmão e tomou um tempo e ficou quatro meses sem poder botar o pé no chão, por conta dessa situação. Então assim, a minha situação, eu estou trazendo uma situação de uma gestora que é uma pessoa, não foi uma situação diferente de milhares de outras pessoas que tiveram que o tempo inteiro se equilibrar entre a razão, entre a operacionalização, a relação profissional com a vida, mas em algum momento todos nós estávamos vivendo uma situação que ninguém estava preparado pra viver. E que é impossível no meio desse processo isso não se misturar. Por que eu estou dizendo isso? A gente nem tinha tempo pra eu dizer assim: “hoje eu vou para o sepultamento da minha avó e não vou participar dessa plenária que eu tenho amanhã às treze horas”. Não tínhamos esse tempo, não tínhamos essa escolha, não tínhamos essa oportunidade. Por quê? Porque tínhamos cento e vinte dias. Porque o governo federal não nos dizia: “se não der pra fazer em cento e vinte dias a gente vai permitir que se pague”. Não se tinha, era um cenário de

incertezas e de falta de diálogo tão grande, que te projetava pra fazer naquele tempo, daquele jeito sem avaliar as questões que estão pra fora da relação profissional. Então, essa foi uma situação dura. Eu até brinco com as pessoas, falo: “gente, eu nem quero olhar”, que muitas das plenárias a gente gravou, “gente, eu nem quero olhar pra aquelas plenárias”, porque eu não sei nem em que estado eu consegui fazer aquilo. A gente estava vivendo um período de muita pressão. Então, isso é uma coisa que a gente precisa colocar, uma situação atípica pra muitas pessoas. Mas dentro de uma relação razoável, eu penso que o estado do Rio de Janeiro deu muita conta de *startar* essas plenárias, esses encontros que foram propositivos. Propositivos para a criação dos editais, para a divisão de responsabilidades, especialmente, quando nós estávamos falando com os municípios. Com os municípios nós falamos demais. E propositivo, no sentido de trazer as pessoas pra perto da gente, no sentido delas serem mobilizadoras dos nossos processos, dos processos *startados*. Então, por exemplo, quando a gente queria falar com os circos, a gente tinha lá três pessoas que falavam pra o circo, que reunia todo mundo e pra gente validar o edital. E os Pontos de Cultura, nós nos aliamos ao fórum do Cultura Viva, nós nos aliamos a um fórum de técnicos que mobilizavam os técnicos. Nós usamos muito, por demais os canais de WhatsApp. As redes sociais também foram fundamentais nesse processo, especialmente aquelas que promovem a interação, que a gente fala por elas né? Então pelo Instagram e o WhatsApp a gente tirava muita dúvida, a gente atendia muitas pessoas, a gente fazia muita chamada de vídeo, então também esse canal foi muito importante na difusão das estratégias dos editais, pra chegar à contemplação dos editais. Então é um pouco disso. Não sei se eu já não lembro mais da pergunta. Quer repetir? Porque eu acho que eu posso ter deixado de falar alguma coisa.

**P2: Não, eu acho que você já colocou sobre os processos participativos de discussão, implementação e efetivação. Você já destacou. Que caminhos e/ou antecedentes poderiam representar processos de aprendizagem da sociedade civil no campo das políticas culturais e das experiências participativas que as antecederam?**

E: Eu vou te falar, vou trazer um pouco do que eu penso. Não temos precedentes, temos uma situação muito pontual, que é a situação de um convênio com o governo federal que se chama PADEC, que até pode se considerar um precedente, que antecedeu a Lei Aldir Blanc e que motivou essa participação popular. O PADEC foi um movimento importante de articulação com os municípios fluminenses. Mas acho que ainda longe do que a Lei Aldir Blanc trouxe de aprendizado e de envolvimento. Porque era um convênio do governo federal que passava pela Secretaria Estadual que conveniava com os municípios, mas que não chegou a causar esse processo de mobilização que a Lei Aldir Blanc causou. Então, eu ainda considero esse movimento um movimento sem precedentes. Por que eu estou te dizendo isso? Porque é um movimento que estimulou que as pessoas se organizassem em conselhos da sociedade civil. É um movimento que estimulou que os prefeitos olhassem para as secretarias de cultura com mais seriedade. É um movimento que estimulou que os nossos secretários municipais entendessem quem eles são, independente do lugar que eles vieram, mesmo que ele tenha sido um candidato derrotado à vereança, ele precisava estudar, ele precisava conhecer os processos, ele precisava conhecer da técnica, da execução de um recurso público via edital. Esse recurso causou esse movimento no estado do Rio de Janeiro. As pessoas começaram a querer entender o que é um fundo, como institui um fundo e a gente ajudou muita gente a fazer isso no meio do caminho, a instituir os seus fundos. Nós fizemos modelo de lei pra pelo menos vinte municípios do estado do Rio de Janeiro, a

gente foi fazer defesa em câmara de vereadores, da importância do fundo, porque junto com isso a Secretaria de Cultura ainda comprou o desafio de aproveitar a oportunidade do recurso chegando pra *startar* algumas iniciativas que sem dinheiro é muito difícil *startar*. O tempo inteiro que a gente olhava pra o secretário a gente falava: “filho, passa essa lei, faz isso acontecer ou vai ser agora ou é nunca”. Então, a gente também ajudou muito os municípios com essa questão.

**P2: Perfeito. Bom, vai ser redundante essa pergunta porque você já colocou ela aí, já passou de certa maneira por essa resposta, mas seguindo o nosso roteiro: você participou dos debates virtuais sobre a Lei Aldir Blanc no Estado? E, se sim, qual a avaliação sobre os processos das lives e web conferências pra você?**

E: Filho, participei de todos que eu podia participar. Minha equipe me chamava até de inimiga do fim. Quando eu pensava que estava acabando, tinha uma outra começando. E eu acho que era o que a gente tinha para o momento, não acho que é o melhor modelo, mas eu acho que era o que a gente tinha pra o momento e era o que dava pra fazer. Em contrapartida, eu olho hoje e sei que a gente também não pode retroagir. Quando eu penso que eu estou, por exemplo, hoje eu tive uma agenda em Xerém, no Instituto do Zeca Pagodinho. Eu moro em Duque de Caxias. Aí a Ana Carolina já marcou essa agenda pra mim sabendo: “ela vai pra Xerém, não volta pra o Centro da cidade, dá conta de fazer essa agenda na casa dela”. Quando que a gente pensaria em viver isso? Eu tô conversando com vocês de dentro da minha casa. Então, esse modelo, ele veio pra ficar. A gente tem agora um conselho, eu tenho um conselho que tem representante do estado inteiro e que em algum momento esse conselho tem que se encontrar sim. Mas ele não precisa se encontrar todo mês. Porque a gente está falando de otimização

de recurso, a gente está falando de otimização de tempo. A gente está falando que existe um outro jeito de se encontrar, que não necessariamente tire a gente do nosso município, da nossa casa, da nossa atividade e que onera a pessoa e ao próprio poder público, muito menos, se a gente adotar esse modelo. Ou se a gente fizer híbrido né? A vida híbrida ela veio pra ficar. Então, nós nos adaptamos, em algum momento nós só fazíamos isso na vida, mas valeu a pena. Em algum momento era muito cansativo também né? Às vezes uma reunião presencial te cansa muito menos do que uma reunião on-line, especialmente quando você passa o dia nessa reunião on-line, fazendo com um grupo, fazendo com o outro, ela é menos prazerosa. A reunião presencial ela é muito mais prazerosa, mas era o que a gente tinha pra o momento e a gente embarcou nessa.

**P2: Perfeito. Eu vou passar pra Ana Lúcia, já estamos nos encaminhando pra etapa final do nosso questionário.**

**P3: É, não falta muito pra concluirmos e muitas coisas a senhora já até falou.**

E: Deixa eu falar uma coisa, até porque eu quero que fique gravado. O estado do Rio de Janeiro tem o privilégio de ter uma concentração de universidades. Universidades fortes, propositivas e que são grandes vias de pesquisa e extensão. Eu queria muito ver se a gente pode depois fazer uma apresentação dos dados dessa pesquisa, uma ampla divulgação num palco mesmo de um dos nossos equipamentos públicos. Chamando a sociedade, especialmente aquelas pessoas que participaram desse momento, porque posso até estar enganada, mas isso pode ser um grande momento de confraternização também, da gente poder olhar pra o que a gente viveu desse contexto histórico, entender que a gente está

fazendo parte dessa história que vai ser contada daqui a alguns anos, eternizada nas publicações dessa pesquisa. Eu acho que seria muito bacana se a gente conseguisse.

**P3: Perfeito secretária, porque nós justamente, a gente fez muitos boletins. Nós estamos, eu acho que o professor Luiz Augusto deverá ressaltar isso mais ainda no final, com certeza, mas estou meio que adiantando, como a senhora tocou no assunto. A gente fez um formulário para o trabalhador da cultura e um para o gestor, e a gente já tem uns cento e cinquenta formulários preenchidos, digamos assim, mais dos trabalhadores do que dos gestores. Exatamente pra mapear quais foram as dificuldades, como foi esse enfrentamento. Então, a gente está com muitos boletins, formulários, infográficos. A gente vai ter um seminário esse ano. Então, pra nós será muito importante, sem dúvida alguma fazer essa apresentação de pesquisa junto com a SECEC. E a gente está trabalhando também na formação, então são coisas que a gente pode conversar, e que sei que é sua preocupação aí também. Nesse sentido, a senhora queria falar? Sobre isso?**

E: Não, ótimo. Estou à disposição, a hora que vocês acharem que chegou o momento, me digam pra gente *startar* esse processo de diálogo com a ampla sociedade, na devolução disso, das conclusões da pesquisa.

**P3: Está certo, ótimo. Essa pergunta próxima aqui tem tudo a ver com essa questão da formação que nós aqui estamos falando. Que processos formativos você poderia elencar sobre a execução da Lei Aldir Blanc, tanto em relação aos trabalhadores, trabalhadoras da cultura e artistas, quanto em relação aos gestores? No poder**

**executivo, como que você avalia tais ações? Algumas das questões você já até mencionou, mas, enfim, essa é uma das perguntas que a gente considera importante.**

E: Essa pergunta é importantíssima, porque se tem algo que ficou revelado, em todo esse processo, é a necessidade que as pessoas têm de passar pelos processos de formação, especialmente para transformarem suas ideias em projetos. Então, todo mundo tem uma boa ideia, todo mundo sabe o que vai fazer, mas as pessoas têm muita dificuldade de transformarem suas ideias em projetos, por mais simples que eles sejam. E especialmente quando essas pessoas estão fora da capital. Ainda existe uma discrepância muito grande entre projetos da capital e projetos do interior do estado. E aí eu vou te dizer assim, a gente tem como apresentar isso em números. Pra que você tenha noção, a gente só conseguiu fazer com que a Lei Aldir Blanc chegasse em setenta municípios porque a gente distribuiu a Lei Aldir Blanc em cotas. Não tinha essa exigência, a lei não apresentava essa exigência, mas a gente adotou esse procedimento muito em função da nossa Lei 7035/2015. Nós fomos muito questionados por isso, por pessoas da capital, quando diziam: “você não precisa fazer isso, é um recurso do governo federal, não é um recurso do Estado, não é do Fundo de Cultura”. Mas nós replicamos o conceito da Lei 7035 na Lei Aldir Blanc. E aí nós premiamos projetos que receberam uma pontuação, cinquenta e três em Angra dos Reis, e deixamos do lado de fora projetos que tinham noventa e três da capital. O projeto de Angra só chegou a ser classificado porque ele estava dentro de uma cota. Se nós não tivéssemos essas cotas, esse recurso ficaria basicamente concentrado na capital do estado do Rio de Janeiro e na Região Metropolitana. Falta de competência do artista que está em Angra? Não. Ou do artista que está em Conservatória? Não! Não falta competência! Falta formação, falta condição de escrever um bom projeto, falta portfólio, falta

orientação. Foi por isso que no meio desse processo a gente também inaugurou uma escola da cultura, que hoje tem uma parceria com o SEBRAE. E que a gente está fazendo formação presencial e formação on-line, então ela é híbrida, em muitos municípios do estado, fazendo workshop, trazendo as pessoas pra perto desse lugar de materialização das suas ideias. Então, eu estou falando isso ao fazedor de cultura, mas a mesma fragilidade tem um gestor cultural, que teve que aprender no tranco, que nem sabia tramitar a questão do orçamento, que não sabia que tinha que ter uma lei, que tinha que ter um envolvimento com a casa legislativa. A gente teve que ensinar pra muitos deles o todo, o passo a passo. E a gente o tempo inteiro dizendo: “Agora eu já fiz isso, já pedi à Casa Civil a liberação do orçamento.” A gente foi fazendo esse passo a passo com todo mundo.

### **P3: E como você avalia o formato final da lei Aldir Blanc?**

E: Olha, eu entendo que a Lei Aldir Blanc foi um grande espaço de aprendizado, foi a execução... As secretarias municipais de cultura começaram a ser muito mais importantes nos municípios a partir da vinda desse recurso. Muitos fazedores de cultura entenderam a necessidade da formação. Então, isso também é bacana, a pessoa se reconhecer como aquela que precisa exatamente investir pra além da sua arte, também numa questão de formação de habilitação de projetos. Eu entendo que a gente tem hoje uma luta muito grande que é para a efetivação do sistema de cultura de verdade. Sistema demanda financiamento, a gente precisa de um financiamento pra que a gente seja um sistema de fato, e eu vejo que a gente não pode perder a capacidade de mobilização que a Lei Aldir Blanc gerou. E que a gente ainda precisa aproveitar esse processo de mobilização pra gente alcançar outros lugares com relação à pauta cultural nacional.

**P3: Sim. E como é que você avalia. Eu acho que você já está falando dessa pergunta aqui, que é como você avalia o formato final da LAB, da Lei Aldir Blanc. Então, você já está vendo essa potencialidade, o que essa lei gerou. Então, desculpa se eu interrompi, é porque como estava congelando a sua conexão, eu achei que você tinha concluído, mas aproveito então, pra pedir pra retomar o que você já está falando, sobre esse formato da Lei Aldir Blanc, como que você avalia?**

E: Não, é isso. Eu acho que ela trouxe uma visibilidade importante para as secretarias de cultura. Eu acho que ela ensinou o quanto a gente precisa se preparar pra operacionalização de grandes recursos, porque mesmo para uma cidade que recebeu, sei lá duzentos mil reais, essa cidade às vezes nunca tinha recebido nada, então foi muito. Apontou para uma necessidade de formação, que eu vejo que as pessoas agora estão correndo atrás. E demonstrou o potencial da cultura, revelou o potencial da cultura também pra além do movimento simbólico, como um potencial econômico. Ligado à economia criativa. Então, acho que nós temos muitos ganhos que precisam ser celebrados. Penso que a gente têm relações desconfortáveis que precisam ser olhadas como um aprendizado, como também, trazer essas para uma questão de melhoramento. Acho que mesmo as situações um pouco mais difíceis, e alguns municípios até mais desastrosos, não devem servir para nos esmorecer, mas devem servir para nos apontar o quanto a gente precisa melhorar. Então, é isso que eu falo quando chega lá um gestor que assumiu o lugar de um outro e que devolveu parte do recurso, eu falo: “absorve isso e diz: se eu tivesse aqui eu não faria, de uma próxima vez eu não vou fazer”, porque vem Lei Paulo Gustavo aí, vem Lei Aldir Blanc 2 aí, e isso precisa ser pedagógico na sua caminhada e não te colocar exatamente numa situação de desânimo. Eu tenho dito isso para as pessoas da importância da gente não perderem o

processo de mobilização que foi exatamente o que nos deu essa vitória.

**P3: Está certo. Considerando a execução e a prestação de contas, secretária, você pensaria em fazer modificações no formato final? Quais seriam as modificações, se assim entender que deveria e que seria apropriado fazer modificações?**

E: Ah, eu penso sim. Eu penso que a gente têm coisas que eu mudaria no processo. Não exatamente com relação àquilo que saiu da Secretaria de Cultura, mas no nível de organização da própria Secretaria de Cultura para a execução. Eu passei por muitos desafios nessa relação de comissão, elaboração dos editais e relação com o jurídico. E hoje, nos meus editais, eu já construo com a presença do jurídico. Apontando e construindo junto com a gente.

**P3: Só retomando sobre o que você estava falando, secretária, que você mudaria o processo, o nível de organização da SECEC na execução, em que você citou três etapas: comissão, elaboração de editais e a relação com o jurídico, só recuperando aqui o que você estava falando.**

E: Eu mudaria um pouco nesse sentido, uma organização interna mesmo pra gente, pra ser mais facilitador pra todo o processo. Envolveria também já de início algumas secretarias que acabaram sendo fundamentais no processo de execução, como a Secretaria de Fazenda. E a gente teve muito problema com o banco Bradesco, isso foi muito desgastante. O estado do Rio de Janeiro tem uma relação com esse agente financeiro que demanda uma situação contratual, de que demanda o



aceite do agente financeiro conveniado com o estado de abrir mão das contas, pra realização de qualquer tipo de apoio, de vinculação. A gente foi tendo que buscar isso, resolver esses enfrentamentos no meio do percurso, então isso também foi muito desgastante. Então, também melhoraria essas tratativas com as secretarias parceiras, trazendo elas pra dentro do processo desde o início. Não somente quando o problema tiver sido apontado, a gente já faz isso agora com as nossas políticas de editais. E já temos uma relação melhor. Eles também já entendem melhor como é que isso se dá. Então, são questões que eu acho que melhoraria no caminho.

**P3: Certo. Pergunta final! Como é que a Lei Aldir Blanc auxiliou, ou não, a gestão pública posterior no estado? Acho que você já apontou muitas coisas, de ganhos, que você acha que foi marcante e tal. Mas como que ela auxiliou, ou não, essa gestão pública no seu entender? Pra gente finalizar, é a última questão.**

E: Eu penso que, a partir da Lei Aldir Blanc, todo o gestor público tem muito mais compromisso com as políticas de fomento do que tinham. As pessoas descobriram que é possível realizar, com um pouco de autoestima também, é possível, a gente dá conta de fazer. O gestor público dá conta de fazer. E a sociedade também descobriu que existe um caminho de ser apoiada, independente de uma situação de crise sanitária. Então, nós vamos ter sempre uma cobrança por parte da sociedade desse apoio. E aí não dá mais pra chegar na Secretaria de Cultura uma pessoa, muitas das vezes, muito despreparada para a realização do trabalho, tem que ter um envolvimento cultural mesmo, tem que conhecer de gestão pública mesmo, tem que saber administrar processo mesmo, porque senão as coisas não andam. Então, as casas, as secretarias municipais não podem ser somente aquele lugar de

acomodação política, porque senão não realiza. Se a pessoa não transicionar não realiza. Então, eu acho que isso ficou muito claro e eu espero que isso venha a *startar* secretários muito mais comprometidos com a pauta e que tenham compromisso agora, que é um compromisso de manter aquecida essa relação com a sociedade, a partir da política de fomento. As pessoas estão aprendendo, as pessoas estão se preparando, as pessoas voltaram a acreditar na política pública cultural. Então, não dá mais pra voltar atrás, tem aí agora também sobre nós um peso da continuidade, que eu penso, e aí eu vou um pouco além, que é uma continuidade também emancipatória. Eu penso que em algum momento a lei cumpriu um papel de socorro, de emergência, de cuidar de quem talvez estivesse vivendo até uma situação de insegurança alimentar. Agora, a gente precisa também pensar em políticas mais estruturantes, que dê condição da pessoa que trabalha com fotografia ter o seu estúdio de fotografia, o seu material de fotografia. Pessoas que trabalham com música terem os seus instrumentos. Então, para além da emergência, trabalhar um pouco com políticas mais estruturantes pra que sejam emancipatórias, para que sejam sustentáveis, para que gerem renda, para além da competição que o edital tem. Eu acho que esse é um desafio.

**P3: Olha, muito obrigada. A gente encerra a entrevista então. Eu vou passar para o professor Luiz Augusto, que é o nosso coordenador dessa pesquisa do projeto Apoena, dizendo que Apoena significa, na língua indígena, “aquele que vê longe ou aquela”. Somos aqueles e aquelas aqui na equipe. Não somos os únicos, tem uma equipe aqui, têm estudantes bolsistas da UFF com a gente, outros professores, professoras, pesquisadores. E, como disse o professor Luiz Augusto, a gente entrevistou muita gente e vamos querer sim os documentos, arquivos que a senhora mencionou, serão muito importantes pra esse processo da**

pesquisa que nós estamos aí debruçados. Antes de passar para o professor Luiz Augusto, gostaria de adiantar que será muito importante fazermos esse encontro, esse seminário, a ser combinado e realizado junto com a SECEC-RJ, para gente apresentar os resultados dessa pesquisa Apoena, que vai até o fim do ano. Vou passar para o professor Luiz Augusto e finalizar aqui já agradecendo muito.

**P2:** Gente, bom, também deixo aqui os meus agradecimentos, foi um prazer. Sempre muito importante a gente ter essas respostas oriundas da prática. Você participou, você viu, você estava presente dentro desse processo junto à Lei Aldir Blanc, num desafio muito grande, porque estar na Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro é uma tarefa, e você melhor do que ninguém sabe disso. Então, muito obrigado pela sua presença, muito obrigado pela sua sinceridade e é isso, vou passar para o professor Luiz Augusto, já agradecendo à minha querida Ana Lúcia Pardo também.

**P1:** Danielle, mais um agradecimento. Vamos somar aqui agora, em nome da equipe como um todo, da instituição, do Laboratório de Ações Culturais que sedia essa pesquisa. Acho que a vantagem de ser a Universidade levando a cabo as pesquisas é a gente também conseguir construir dados que sejam mais perenes, que não terminam com o governo. Então, esse é um compromisso também, acho que é uma qualidade que a pesquisa tem. Nesse sentido, qualquer material que você acha que possa estar disponibilizando, é sempre interessante, que a gente está criando um corpus de documentos. Vou pedir pra Lúcia Pardo manter o mesmo em contato com a sua assessora, para passar o link do projeto, o projeto tem um

site. No site, a gente tem um formulário, tanto para artistas e trabalhadores, quanto para gestoras e gestores, e a gente entende o gestor, não apenas o gestor principal, não a secretária de cultura apenas, o secretário municipal de cultura, mas as equipes que estiveram envolvidas com a LAB, todos eles têm coisas a dizer. Então a gente vai passar o link para a sua assessora.

E: Me passa o e-mail, me passa o e-mail também da pesquisa, com quem a gente fala com o grupo, porque a gente pode também colocar, enviar por email os nossos relatórios, aí têm as áreas que mais se apresentaram, as regiões do estado, as cidades que mais foram contempladas, a gente têm os extratos disso, que vai ser acho que de grande valia. Eu escrevi também um artigo, não chegou a ser um artigo, um material pra uma revista, eu também posso mandar esse material que é um pouco de uma apreciação da LAB. E aí eu posso mandar esse material pra vocês, falando um pouco do Fundo de Cultura, porque eu não disse aqui, mas por exemplo, a gente só conseguiu receber esse recurso pelo Fundo de Cultura porque a gente conseguiu destravar o Fundo de Cultura poucos meses antes. Se não, o estado do Rio de Janeiro não receberia pelo fundo. Eu faço um pouco desse histórico nesse seminário que eu fui apresentar esse material e que depois virou uma publicação. Então, têm algumas coisas que eu posso compartilhar com vocês e que eu acho que podem colaborar com vocês aí e colabora comigo também, porque eu sou estudante, tudo que a gente participa conta também pra minha carreira acadêmica. E eu acho que vai ser bacana isso. Eu já estou participando de uma pesquisa super bacana, aí agora já com vistas ao doutorado, estudando um pouco sobre como que a arte pode impactar cidades com menos de cinquenta mil habitantes. E aí eu estou olhando para algumas cidades do estado do Rio de Janeiro, movimentos artísticos que mudam um pouco a lógica da cidade. Então, acho que tudo isso, essa

interação pra mim com a academia é fundamental. Então, isso aqui que eu estou fazendo não precisam me agradecer. Isso aqui que eu estou fazendo não é não é favor, é compromisso. Entendeu? Então assim, se existe algum favor desse lugar, não é da secretária pra vocês, é de vocês pra mim. Eu estou muito honrada de estar participando, então contém comigo. Super valorizo esse espaço, então fiquem à vontade. O que faltou, o que vocês acharem que precisa, vocês vão ter todo o apoio da Secretaria de Cultura pra poder melhorar os dados que vocês apresentarão. Inclusive, é isso que eu quero deixar muito claro. Nós falaremos sempre dos nossos potenciais, mas também das nossas mazelas. Porque a gente, nessa construção da história, é importante contar as dificuldades, as mazelas, eu não tenho problema nenhum com isso. Vocês podem ficar tranquilos porque o que foi dito aqui são as nossas verdades. É, vou mandar o que a gente tem de vídeo aqui pra vocês assistirem. Vou mandar um montão de coisa, porque a gente ainda não fez dos nossos vídeos, a gente ainda não colocou eles nos laboratórios. Então, talvez vocês vejam coisas que a gente não conseguiu ainda parar pra ver, tipo a expressão de alguns secretários com a notícia de que eles receberiam. Acho que isso pode ser bacana pra humanizar a pesquisa.

**P1: Certamente. O site do Apoena têm alguns documentos, ainda por enquanto pouca coisa. Talvez o terceiro boletim, que a gente está fazendo uns boletins quase que trimestrais, o terceiro já traz alguns dados das regiões do estado, ele focou muito sobre os planos de ação, já é uma primeira aproximação. A gente continua produzindo boletins que vão ter esse formato mais direto. Estamos escrevendo, a equipe como um todo, capítulos para um livro, que a gente deve estar publicizando no final de julho. A gente tem levado resultados parciais para alguns congressos pelo país fora, a gente está escrevendo e estamos levando alguns dados preliminares. É o intuito**

**também de estar produzindo material, produzindo dados. Então, quanto mais informação também a gente consegue recolher, além de constituir um corpus, nos dá a possibilidade de analisar essas determinadas realidades com mais profundidades. Então, nos interessa. Certamente a Ana vai reforçar esse contato com a Carol, com a sua assessora.**

E: E para além disso, a gente têm muitas experiências que não passam por essa relação da formalidade. Tem um rapaz que eu encontrei no meio do caminho que ele era mágico e eu terminei contando essa história. Ele era mágico de um circo, na cidade de São Gonçalo. E aí eu dei uma palestra lá e falei da importância das pessoas e da formação, eu não lembro exatamente qual foi o teor da palestra, eu só me lembro que esse rapaz chegou pra mim e falou assim: “secretária, eu era mágico de um circo e aí fechou e mandou todo mundo embora pra casa, ficou somente a família circense. Eu fiquei sem saber o que ia fazer e aí veio o edital”, que foi um edital do Fundo de Cultura, foi o nosso primeiro edital, “e eu ganhei dois mil e quinhentos reais. Secretária, a senhora não tem noção de como é que isso mudou a minha vida e eu fiz uma escola de mágico e eu comecei, e a partir da minha escola de mágico veio a pandemia e as pessoas faziam aquelas festinhas pra doze pessoas na casa mas eu estava lá, fazendo mágica de máscara, ensinando os meninos pequenininhos a cultura da mágica, que é uma coisa que está ficando esquecida e pouco valorizada”. Eu falei “poxa, que bacana”. Aí ele falou: “e depois veio a Lei Aldir Blanc. Aí eu, que quando apostei no edital de dois mil e quinhentos reais, não achei que ele fosse pra mim, já estava com o problema da minha autoestima resolvida. Falei assim, agora eu vou pra o edital de retomada. Eu consegui dois mil e quinhentos, eu vou conseguir cinquenta mil”. Fez o projeto, ganhou cinquenta mil. E aí a pandemia começou a acabar, ele recebeu o convite pra voltar para o circo. Ele: “não,

filho, agora ó, beijinho no ombro”, ele fez pra mim, “abri minha escola de circo lá em São Gonçalo, uma escola itinerante, não sei o que lá, eu vou para as escolas municipais”. Então, tem muita experiência bacana. Tem uma menina que ela escrevia projetos na lei de incentivo . Projetos incentivados. E aí ela ganhou dois mil e quinhentos reais, e ela que vivia sempre nos bastidores, foi pra frente de um telefone ensinar como fazia esses projetos culturais. Conclusão: no meio da pandemia, ela foi contratada pelo SEBRAE e ela não quer mais escrever projeto pra ninguém, ela quer dar formação, ensinar cada um e escrever os seus projetos, ela se encontrou como professora. Então, têm muitas histórias bacanas.

**P1: Posso dar uma sugestão? O Marcelo Correia que está aqui fez uma parte da entrevista, ele é presidente de uma ONG, o Instituto Grão, que é parceiro atualmente de uma produtora, a gente têm feito entrevistas, pequenas entrevistas que colhem relatos. Marcelo, você podia tentar planejar com a Danielle uma entrevista dessas, pra colher essas experiências desse dia a dia dos artistas. Ela como gestora nessa percepção, ficaria lindo.**

**P2: Seria maravilhoso, maravilhoso, porque a gente precisa desse relato como um incentivo humano. “Ele foi capaz e eu também sou”. Você como professora você sabe disso.**

E: É, e eu tenho pessoas que se a gente acionar topam dar esses relatos também, Marcelo.

**P2: Ah, seria fundamental. Eu sou professor também, formado pela UERJ. Na FFP, além disso. Então, a gente comunga muito da educação e cultura. Assim é que se**

**fortalecem as parcerias, de vez em quando existem umas intersecções e essa é uma das intersecções. Aonde até que ponto esse sujeito trabalhador da arte, encontrou informações que deram ali e *startaram* pra ele ter outro caminho enquanto sujeito da arte, enquanto trabalhador da arte? E foi através da informação, talvez muito também proveniente da educação. Então, isso seria pra gente maravilhoso, pra mim, para o instituto, para os parceiros. Inclusive a UERJ é parceira nossa também. Seria maravilhoso.**

**P3: A gente também tem entrevistado aqui alguns conselheiros. Eu acho que foi o Facury, um dos que a gente entrevistou, que mencionou uma história também pessoal, então aqui e ali a gente pensou em fazer grupos focais, entrevistar pessoas da sociedade civil para além dos conselheiros e conselheiras, secretários, para o projeto Apoena. E para o Instituto Grão também, que o Marcelo faz esse trabalho. Para nós será fundamental, porque não só olhar e entrevistar o gestor e o conselheiro.**

E: Especialmente, gente, por exemplo, eu conheço um menino de São Francisco de Itabapoana que ele conta, ele fala: “ó minha vida mudou, a Lei Aldir Blanc mudou a minha vida”. E ele fala isso muito emocionado e de lá pra cá, gente, ele nunca mais deixou de ganhar um edital da SECEC, tu crê nisso?



Universidade Federal Fluminense - UFF  
Laboratório de Ações Culturais - LABAC  
APOENA – Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações  
Culturais – foco RJ  
[pesquisa.apoena@gmail.com](mailto:pesquisa.apoena@gmail.com) – <https://apoenaredecultural.wordpress.com>

Projeto APOENA  
Entrevistado (E): **Marcelo Bravo**  
Data: 26/04/2022

Pesquisador entrevistador (P):  
P1: Luiz Augusto Rodrigues  
P2: Marcelo Correia  
P3: Ana Lúcia Pardo

Ajuste da transcrição: Clarice Heringer - Data: 13/07/2022  
Conferência: Ana Lúcia Pardo - Data: 08/02/2023  
Ajuste final: Luiz Augusto Rodrigues – Data: 27/05/2023

**P1: Gente bom dia, estamos aqui com mais uma entrevista do Projeto Apoena, hoje são vinte e seis de abril de dois mil e vinte e dois, dez horas, estamos pela plataforma Google meet com o secretário Marcelo Bravo, secretário e presidente do fórum, mas aí ele se apresenta daqui a pouquinho. O projeto Apoena - Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações Culturais com foco no estado do Rio de Janeiro é coordenado por mim, Luiz Augusto Rodrigues, junto ao Laboratório de Ações Culturais da UFF e a gente tem feito, Marcelo, uma sequência de entrevistas com pessoas referenciais na implantação da Lei Aldir Blanc. O foco do projeto tem sido a Lei Aldir Blanc. Vamos estar fazendo dois blocos, quem vai estar conduzindo a entrevista são os dois pesquisadores que estão aqui na sala, o Marcelo Correia e**

**a Lúcia Pardo, daqui a pouquinho vou fechar minha câmera e ficar acompanhando aqui em silêncio. Te agradeço em meu nome, em nome da instituição. Como está sendo gravado, se tiver algum momento de alguma fala sua que você prefira que não seja publicizada é só nos comunicar. Tirando isso, a princípio a ideia é estar utilizando isso no futuro, tanto em vídeo quanto em textos, esse conjunto de entrevistas que a gente vem fazendo. Então, eu te agradeço e passo, acho que é Marcelo que vai começar. Um bom dia para todos.**

**E: Bom dia, vamos ao trabalho.**

**P2: Bom dia, bom dia Marcelo, bom dia Ana Lúcia. Bom, vamos lá. Por mais que venha a aparecer algumas perguntas redundantes é porque a gente tem aqui um roteirinho a ser seguido. E aí normalmente o que acontece, às vezes aquela pergunta você até já respondeu, mas aí a gente pede para, digamos que, tensionar um pouquinho mais, se estender um pouquinho mais e tudo e tal, só para você, mas eu já respondi isso. É porque a gente segue um roteiro mesmo, tá Marcelo?**

**E: Tranquilo. Tranquilo. Não é a primeira vez que eu estou numa pesquisa acadêmica como essa, eu fico muito feliz de poder participar e contribuir e como eu gosto de falar sobre esse assunto, então eu estou com todo o tempo do mundo, tenho até a hora do almoço, a gente pode ir aprofundando em todas as questões que vocês quiserem.**

**P2: Perfeito. Bom, o primeiro bloco é uma trajetória pessoal, são quatro perguntas assim aonde você vai falar um pouquinho mais sobre você. No segundo bloco, é mais**

**especificamente sobre a Lei Aldir Blanc. A primeira pergunta é: seu nome completo, lugar de nascimento, formação e vinculação institucional?**

**E:** Vamos lá, eu sou o Marcelo Branco Cruz, mas conhecido como apenas Bravo. Há muitos anos, por ter muitos Marcelos no meu entorno, como aqui nessa sala, a gente passa a se chamar só pelos nomes artísticos e sobrenomes e aí eu me tornei apenas Bravo, e assim que fiquei conhecido, principalmente nas políticas culturais. Eu nasci em vinte e dois de maio de mil novecentos e oitenta e seis, em Barra Mansa. Aqui na cidade onde eu cresci, também me formei na graduação em Artes Visuais-Licenciatura, em dois mil e seis, e logo ingressei na especialização em Gestão de Produção Cultural na FGV [Fundação Getúlio Vargas] e, na sequência, em Teoria do Teatro, Linguagens e Interfaces, pelo UBM, que é o Centro Universitário de Barra Mansa. E anos depois concluí uma especialização pela Universidade de Girona em parceria com a Unesco e o Instituto Itaú Cultural em Políticas Culturais, mas vinculada à Cátedra de Cultura de Girona da Unesco. Entre essas formações concluídas, eu também tive formações que eu não concluí como mais da metade de uma faculdade de Comunicação Social, de Direito, um período de Administração e um semestre em mestrado de Políticas Culturais na FGV de São Paulo. Enfim, então além dessas informações incompletas que muito contribuíram para a elaboração desse pensamento, eu tive alguns cursos que eu concluí.

**P2: Perfeito. A gente sempre acaba assimilando muita coisa nessas disciplinas aí transversalizadas. Bom, a segunda pergunta é: você participa ou participou de algum movimento político e/ou militância no campo cultural?**

**E:** Bom, o maior impacto de articulação cultural que se politizou por meio da cultura, ou dentro da cultura, foi a minha atuação durante dez anos, nove anos no Coletivo Teatral Sala Preta, surgiu em Barra Mansa como um grupo de teatro de rua em dois mil e nove. Em janeiro de dois mil e dezenove, eu me desliguei desse grupo as vésperas de assumir a gestão pública aqui em Barra Mansa. Nesse período, foi um período de muita inserção na política cultural, na captação de recursos, no entendimento da política de editais e foi quando a gente começou a atuar em conselho de cultura municipal e os seus dobramentos em nível estadual nas conferências estaduais. Acho que essa militância ainda não era partidarizada, ela sempre teve uma pegada muito da esquerda, mas não era vinculada a um partido específico. Depois que eu entrei no governo, eu aceitei participar de um governo de um prefeito eleito pelo MDB e que depois passou pro DEM eu comecei a entrar na política eleitoral, partidária. Muito mais para entender que é uma estratégia de manutenção do cargo público do que necessariamente por uma ideologia necessária a ser expressada. Mas eu encontrei um partido que me representa muito e que eu fico muito à vontade, principalmente nesse centro, entre a minha atuação artística de décadas e um partido mais vinculado à direita que é o PV [Partido Verde]. O PV, eu que sou hoje o vice-presidente do PV de Barra Mansa, e só depois de ingressar na gestão pública é que eu me filiei a um partido. Antes disso, não tinha nenhuma relação partidária com um partido específico.

**P2: Perfeito. Bom, vai ser redundante, mas aí a gente vai dar aquela esticada. Quando e como você começou a se envolver com política cultural mais estritamente falando e que passagens você destacaria na sua trajetória como agente da política cultural?**

**E:** Bom, acho que o meu primeiro contato com política cultural foi nos anos dois mil, dois mil e um quando eu fiz um curso de captação de recursos pela Lei Rouanet com a Sônia Cavantan, eu tinha quinze anos de idade, então ali eu comecei a acender uma luz de que existia um poder público que falava de cultura e que tinha dinheiro público pra cultura. E aí eu fui me especializando nos anos seguintes, cheguei a atuar na Fundação CSN [Companhia Siderúrgica Nacional] como produtor, então eram onze milhões de reais por meio de Lei Rouanet, aí depois, ainda em dois mil e oito, eu fui elaborador de projetos pra lei de incentivo de uma produtora no Rio de Janeiro. E eu acho que os primeiros contatos com política pública foram por meio do manejo como proponente e captador de projetos em leis de incentivo. Foi aí que inevitavelmente eu comecei a acompanhar a construção do Sistema Nacional de Cultura, a partir de dois mil e cinco, mas muito mais como espectador. Em dois mil e nove, a partir da dinamização dos sistemas municipais de cultura, que surgiu um movimento mais de descentralização ou de levar para os municípios. O Conselho de Cultura de Barra Mansa se transformou em um conselho eleito e não nomeado pelo prefeito, até então era, até dois mil e nove em Barra Mansa era assim, quando eu comecei a participar. Nos anos seguintes, a principal discussão que pontuou o conselho foi a construção do Sistema Municipal de Cultura, então eu já entrei de cabeça no entendimento desse sistema, desse arcabouço legal todo que precisava ser elaborado e fiz alguns cursos do PADEC<sup>28</sup>, cursos livres, pequenos cursos com a Eliane Costa também, enfim, eu fui fazendo um monte de capacitação para entender sobre isso. Até que a parte acadêmica me levou a me interessar por isso

---

<sup>28</sup> Nota da pesquisa: PADEC, Programa de Apoio ao Desenvolvimento Cultural dos Municípios, foi, em sua edição de 2015, uma parceria entre a Secretaria de Estado de Cultura do RJ e o Ministério da Cultura, com apoio técnico do Laboratório de Ações Culturais da Universidade Federal Fluminense (LABAC-UFF).

de uma forma muito mais ampla, mas enfim, acho que eu comecei mesmo por meio das leis de incentivo e aprofundei no Conselho de Cultura. Desde que o Conselho virou democrático, eleito em 2009, eu nunca sai do conselho, porque depois que a gente teve um, dois, três mandatos, eu fui trocando de cadeira dentro do Conselho, eu já fui membro do conselho como professor de arte, pela minha formação em licenciatura em artes, como [representando o segmento do] teatro pela minha participação no Coletivo Sala Preta, como produtor que é o meu registro profissional atual e a minha especialização acadêmica. E aí, quando eu estava já fazendo um repeteço de mandato, eu fui para o poder público, que tem cadeira cativa. Então, há seis anos eu participo do conselho e transito e alterno a presidência pelo poder público. E aí eu acho que já não saí mais. Na Faculdade de Direito, um dos meus trabalhos acadêmicos foi uma pesquisa sobre a política cultural de Barra Mansa que a gente publicou no CONIDIR, no Congresso Internacional em Direito, em dois mil e quinze ou dezesseis, não me lembro bem. Então, eu comecei a aprofundar tanto na teoria quanto na prática, na atuação, e aí eu fui relator da Comissão do Sistema Municipal de Cultura. Foi quando eu conheci a professora Ana Lúcia [Pardo] que principalmente veio à Barra Mansa junto com Davy Alexandrinski para serem os *cutucadores* do Sistema Municipal de Cultura, isso ali nos idos de dois mil e treze. Foi a primeira vez que se falou em Sistema Municipal de Cultura, o Conselho de Cultura então constituiu uma comissão que teve como coordenador o professor Marcos Marques e eu fui o relator dessa comissão. Durante cinco anos, a gente fez reuniões setoriais, reuniões territoriais, até que em dois de maio de dois mil e dezesseis, a redação do sistema estava completa e aí eu já tinha, vamos dizer assim, aquela cartilha toda de política cultural, ou o novo marco de política cultural de Barra Mansa estabelecido. Que passa a ter vigência em janeiro de dois mil e dezessete. Aí eu assumo a Fundação de Cultura como presidente com aquele sistema, no primeiro

ano do sistema. Então, praticamente eu escrevi as regras do jogo que eu ia ser o árbitro, que eu ia ser o juiz, e isso aconteceu de uma forma muito orgânica, não foi muito planejado, mas eu me dei conta disso o tempo todo. Porque nas vésperas da eleição, o prefeito que ganhou em dois mil e dezessete ou dezesseis, para assumir em dois mil e dezessete, já tinha me convidado. Então, eu já estava enxergando aquela elaboração do Sistema Municipal de Cultura da forma que eu enxergava que uma gestão pública poderia ser e a que eu enfrentaria no futuro. Então, eu fui elaborador dessa lei como “ponto org” [.org], e executor dessa lei como “ponto gov” [.gov]. Hoje eu tenho mais tempo de ponto org do que ponto gov. Mas aí eu já estava completamente envolvido, e naquele lugar que eu já não sabia mais o quanto eu sabia sobre política cultural, porque eu me lembro do primeiro estalo de dizer aquele universo de política pública de cultura, de financiamento da cultura que estava muito distante no campo federal, e fui entrando, até enxergar a política do meu lado. E depois da política de dentro, e agora eu já não sei mais o que é dentro e o que é fora, porque eu estou completamente imerso nessa política cultural da cidade e do estado.

**P2: Ótima essa resposta. Olha só, vai corroborar muito com o que você está falando agora a quarta pergunta. Como avalia os limites e as potencialidades da participação da sociedade civil e também numa perspectiva fora da gestão pública?**

**E:** Eu acho que um dos grandes marcos da política cultural, do início do século vinte e um, é a participação popular, vários livros são dedicados a isso, eu também já escrevi muitos textos sobre isso. Estou elaborando, inclusive, um livro sobre a política cultural, em breve vocês vão ser convidados a revisar, a ler, mas um dos capítulos é a participação cultural. O título

desse livro é *Engrenagens do Sistema*. E a participação popular ela é uma das engrenagens do sistema de política cultural, a minha avaliação é que a construção de uma política cultural se deu por uma provocação do poder público e foi completamente apropriada pela sociedade civil, ou pelas instâncias de participação, como os conselhos, fóruns e conferências, e foi feita, elaborada pela participação popular. Não fosse essa abertura, as políticas culturais ainda estavam de forma dirigistas e impostas por um estado totalitário, de cima para baixo, como foi da década de trinta quando começa a se falar de política cultural no Brasil. Então, elas se transformam em nível federal e vão impulsionando os outros entes da federação. Em Barra Mansa, que aí eu faço um destaque, especialmente para pontuar como que eu avalio essa participação popular, eu vejo que o elemento participação popular ele é fundamental pra engrenagem girar, para o sistema funcionar. Nas cidades ou nos territórios, estado, ou regiões, em que têm uma participação da sociedade civil ou conselhos mais politizados e dominados pelo poder público, a política cultural não avança, os editais são menos democráticos, a aplicação dos recursos são menos transparentes e isso a gente pode perceber de forma empírica. Eu, como presidente do Fórum Estadual de Secretários Municipais de Cultura, tive a oportunidade, e ainda estou tendo, de viajar por todas as regiões e perceber aquelas que são as que a sociedade civil e o poder público se consideram num campo de batalha, numa disputa de protagonismos. Quando a gente entende, esse é o meu pensamento, que eu acho que eu estou conseguindo colocar para fora aqui como gestor público, é entender que poder público e sociedade civil são a sociedade, e quando a gente usa essas duas palavras de poder público e sociedade civil, a gente diferencia demais e por isso que há conflitos. Se a gente fala poder civil, ou poder social e poder público, a gente equilibra, mesmo que semanticamente, ou aponta uma ideia de que são os mesmos



agentes sentados à mesa. Ou então a gente fala sociedade política e sociedade civil, mas tem que equilibrar isso para entender que o poder público, ou o gestor público participando desses lugares, é também a participação popular sendo efetivada. Eu não consigo entender como saudável a separação da participação popular do poder público. Porque se o poder público também não participa desses lugares, a construção dessa política fica insuficiente, inválida, ela não se aplica. E aí chegamos à conclusão, que para mim foi, acho que a maior sacada, sobre o conceito de deliberativo. Eu refleti isso, sobre esse momento de participação popular, que o conselho de cultura, a maioria deles de qualquer nível, se diz deliberativo, como um conselheiro desavisado, ou como um cristão que faz uma leitura crua da palavra e do verbo da bíblia, o conselheiro lê aquilo e fala assim: é deliberativo, então nós deliberamos e que fique deliberado que o poder público fará o que eu disser. E não é isso, o conceito de deliberativo de uma participação popular se dá no tempo, naquele que constrói uma meta, naquele que constrói uma política, naquele que participa da implementação e que participa da fiscalização da sua implementação, até a sua prestação de contas ou conclusão de um processo. Aí sim, essa ideia de deliberativo, se aplica nessa participação popular. Então, na minha avaliação, é desde o momento que se concebe uma ideia sobre política cultural até o momento que se aplica e se enxerga o que foi feito, é a participação popular no sentido mais amplo da ideia, que não é só da sociedade civil, mas do poder público também que se faz. É aí que se faz.

**P2: Beleza, eu vou passar agora para minha querida Ana. Ana é com você.**

**P3: Querido Marcelo, Luiz Augusto, queria agradecer também ao Marcelo Bravo por estar aqui com a gente**

**nesse projeto de pesquisa Apoena - Rede Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações Culturais com o LABAC-UFF. Só corrigir, quando você falou em dois mil e treze, que você achava que eu tinha ido em Barra Mansa, eu saí em dois mil e doze do Ministério da Cultura, então não pode ter sido em dois mil e treze.**

**E:** Não foi treze, né? Foi antes, né?

**P3: Sim, foi bem antes. Acho que em dois mil e nove pode ser.**

**E:** Nove ou dez.

**P3: É, foi em dois mil e nove ou dez, exatamente. Eu queria lembrar também que a gente está fazendo esse projeto de pesquisa, contando com uma valiosa ajuda, apoio através da emenda parlamentar da deputada Benedita da Silva, que hoje é aniversário dela de oitenta anos, então, queria deixar registrado aqui. Bravo, a gente vai entrar no segundo bloco. Após o Marcelinho passar com você essa trajetória pessoal, no bloco um, a gente agora passa para o bloco dois, com o foco principalmente na Lei Aldir Blanc. Então, a gente pergunta a você como é que se deram essas primeiras articulações no Rio de Janeiro, no seu município, na região, e como que você avalia essas articulações em torno da Lei Aldir Blanc?**

**E:** O primeiro momento que eu tive conhecimento sobre as articulações foi ali no final de abril, começo de maio, quando começamos a ouvir entre grupos de secretários de cultura, de fóruns que se construíam propostas e se encaminhavam propostas pra Lei Aldir Blanc. Naquela ocasião, o Conselho de

Cultura em Barra Mansa já tinha uns dois ou três meses sem reuniões, e então a gente estava tentando implementar alguma sistemática virtual para isso, só que tinha muita resistência. Mas quanto às reuniões para falar sobre a lei, ou o conjunto de leis de emergência cultural que poderiam se transformar numa única lei, todas elas foram virtuais em nível federal, em nível estadual e aquilo teve um impacto muito grande. O Conselho de Cultura de Barra Mansa falou assim: “caramba, se a gente está participando do Brasil inteiro, porque que a gente não vai participar aqui dessa forma?” E a gente começou a discutir. O Fundo Municipal de Cultura de Barra Mansa já estava regulamentado, o Comitê Gestor já estava nomeado, o regimento interno do fundo já estava publicado, o conselho de cultura já estava eleito e ainda passava pela transição de uma transformação, um ajuste de cadeiras. E ali, a gente discutiu que Barra Mansa tinha um sistema todo prontinho para poder participar dessa política e que a gente só não executaria em Barra Mansa por mera negligência. E a gente não estava a fim de negligenciar isso. A gente fez uns encontros, no conselho de cultura e também no Fórum Regional do Médio Paraíba, para entender de forma genérica, até que eu tive contato ali nas primeiras e segundas semanas de maio de dois mil e vinte, com o texto da lei. E aí, eu (com a minha equipe aqui) fiz uma projeção do que isso está fazendo no país inteiro assim e o que a Jandira Feghali está falando sobre o índice de população combinado com o fundo de participação dos municípios, esses indicadores de Barra Mansa geram tanto. E a gente aplicou aquela fórmula prevista na lei e encontrou que Barra Mansa receberia um milhão e quinhentos mil reais, eu voltei com isso para o conselho e a gente disse assim: “olha, vamos lá, vamos ver quantas cadeiras têm no conselho, qual é o Cadastro Municipal de Cultura - que não tinha”. Então, a gente resolveu ali em abril, no começo das inscrições, abriu o cadastro, e enquanto estava discutindo, a gente foi cadastrando já. Enquanto estava discutindo a lei, o Conselho Municipal de

Cultura já estava desenhando quanto de dinheiro ia para cada setor, são onze setores no Conselho de Barra Mansa. E a gente começou a escrever editais com a Cris Ribeiro, que trabalhava na minha gerência de economia criativa, e com Ricardo Ramalho, que era o meu coordenador de cultura, um bem administrativo técnico, foi quem me ajudou a fazer o cálculo da lei, e outra bem entendida dos processos de cultura que é a Cris, que elaborou os textos conceituais dos editais. Em junho ou julho, todos os editais de Barra Mansa já estavam escritos, foram vinte e dois editais, a gente já tinha elaborado quantas vagas ia ter para cada cota de subsídio, em três linhas, isso tudo com discussões, reuniões quase que semanais com o conselho de cultura. Então, ficou só para esperar regulamentar, isso em Barra Mansa. Nesse contexto, e tudo acontecendo ao mesmo tempo praticamente, era uma reunião com o Fórum Estadual, uma reunião com o Fórum de Secretários de tarde, outra reunião com o Conselho de Cultura à noite, no dia seguinte era reunião com os fóruns estaduais, outro dia era a reunião com o Conselho Estadual, era tudo ao mesmo tempo. A gente começou a perceber que os municípios mais distantes da Capital, especialmente na Região Noroeste, Norte, alguma coisa das Baixadas Litorâneas e da Costa Verde, também estavam muito distantes do debate e os gestores com muita dificuldade de entender esse processo inteiro. E aí, junto com a Aline Ribeiro, que era Secretária de Volta Redonda e presidente do Fórum Regional do Médio Paraíba, a gente se lançou num grande desafio de falar assim: “olha, vamos fazer as nossas cidades funcionarem pra gente poder ajudar as outras cidades”. E a gente, então, resolveu os nossos editais, deixou tudo prontinho, cadastro de cultura aberto, compartilhamos muitas informações nesse momento. E passamos a nos dedicar aos outros municípios. Então, como a gente estava aqui em Barra Mansa nos três, quatro passos à frente, da própria lei que ainda nem tinha sido aprovada, a gente começou a ajudar Quatis, Porto Real, Itaguaí,

Teresópolis, Petrópolis, Rio das Ostras, trocamos muita ideia. Com Campos também, enfim, a Região Noroeste toda, de Miracema, Itaperuna, até no Mato Grosso a gente foi ajudar. Então, a gente não estava como um espectador, ou a gente não estava como um espectador de deputado, a gente nem estava assistindo somente, e nem estava lá dentro do gabinete do deputado. A gente estava fazendo um papel aqui, pelo menos eu e Aline, de intérpretes daquele movimento legislativo de alto nível, tramitando no Congresso, com discussões complexas, com informações e índices de medição de população, com fundo de participação dos municípios, que muitos secretários nunca nem tinham ouvido falar nisso, não sabiam nem o que era. E falando junto com os gestores e também com os conselhos, aquela grandíssima novidade que era a emergência cultural, auxílio emergencial de seiscentos reais e uma lei que era para tramitar por meio de fundos de cultura. Então, ficou aquele desespero entre os secretários que não tinham os seus fundos de cultura regulamentados, que precisavam resolver aquilo imediatamente e a gente entendendo: “calma, não é bem assim, vamos constituir, vamos construir”, a lei é a prova sancionada, em agosto regulamentada. Em setembro, dia nove de setembro, começam os repasses dos recursos para a gente, abre-se o cadastro do plano de ação, a gente já está com um plano de ação pronto. Cadastramos o nosso plano, certamente foi o primeiro, o segundo do estado. Eu me lembro que a gente estava muito em diálogo com Niterói. Tivemos a aprovação do plano, no dia nove de setembro começou a distribuição de recursos. Barra Mansa recebeu, acho que entre o dia oito e nove e abriu o edital, os vinte e dois editais, a gente publicou no dia onze de setembro, porque a nossa intenção era pagar três parcelas de subsídio, em outubro, novembro e dezembro. Então, a gente abriu o edital em setembro, para conseguir pagar ainda em outubro, as três parcelas de subsídio, de dez mil reais, de seis mil reais e de quatro mil reais, foram três

cotas para três grupos de despesas diferentes. A gente utilizou aqui um critério para subsídio de demonstração de despesas, a gente queria considerar que uma organização que tinha despesas superiores a trinta mil reais recebesse a cota maior, aquelas organizações que tinham despesas superiores a dez mil reais recebiam a cota do meio, e aquelas que não tinham condições de demonstrar despesas, ou que eram organizações informais, recebiam a cota menor de três parcelas de quatro mil. Isso serviu como um exemplo também, muita gente conversou sobre isso, aplicou de forma diferente mas teve como contato isso. E outra tecnologia criativa burocrática que a gente utilizou foi a questão da despriorização, um indivíduo que era aprovado em um edital, ele entrava no final da fila de outro edital. Então, ele podia até receber em dois editais, desde que houvesse vaga, para que dessa forma não sobrasse dinheiro, porque muita gente falou assim: “eu só posso pagar uma vez porque está escrito na lei que tem que focar na distribuição ampla para evitar sobreposição de pagamentos”. E a gente falou assim: “evitar é uma coisa, impedido é outra. A gente vai evitar a sobreposição com o critério de despriorização”. À medida que um proponente foi ganhando os editais de maior valor, ele foi entrando na fila dos menores valores, e teve gente que passou em três, quatro, cinco editais em Barra Mansa, e entregaram todos. No final das contas, foram trezentos e vinte e três pagamentos e cinco inadimplentes. Esse movimento todo, eu já estava muito tranquilo que em Barra Mansa estava fluindo, inscrições sendo feitas, a gente promoveu onze reuniões setoriais para elaborar os editais. Eu estou voltando um pouco no tempo, me lembrei que em julho a gente já tinha realizado onze reuniões, eu tenho todas essas atas incríveis que saíram textos setoriais muito legais, eu posso disponibilizar para vocês a pasta do Conselho de Cultura de Barra Mansa, que têm todas as atas, os documentos, os níveis de discussão, os setores que são mais organizados do que os outros. É muito legal ver esse material, que deu origem aos editais que

estavam sendo feitos. E aí eu fui como Fórum de Secretários para o estado inteiro ajudar. A gente percebeu, nesse contexto, um limbo do setor, o circo. O circo, no estado inteiro, estava sendo uma questão, porque os municípios não queriam pagar por um circo que estava na cidade, porque aquele município era da cidade e o circo era de outra cidade. Esse artista, então, voltava pra cidade em que era registrado o circo, só que aí aquela cidade disse que aquele circo nunca se apresentou lá, apesar de estar registrado lá, e então ele não era representativo. Então, ele voltava pra cidade que nasceu e aí ele não tinha portfólio local, e também não tinha ninguém que pagasse. O cara não estava recebendo na cidade que ele nasceu, nem na cidade que o circo estava registrado, nem na cidade que o circo estava montado, e a gente levou essa discussão pra Secretaria de Estado, fizemos três reuniões com todos os circos, foram vinte e cinco circos reunidos, vinte e quatro do Rio de Janeiro e um de Minas. Nunca tinha acontecido isso, foi incrível. Eles me nomearam embaixador do Circo Fluminense, e eu achei curioso porque eles estavam muito eufóricos, porque ninguém nunca tinha ouvido o que eles queriam, ou o que eles tinham como circo. E fomos eu e a Aline, ex-presidente do Fórum de Secretários, e a gente elaborou uma minuta de edital do circo e um conjunto de tamanhos, a correspondência desse circo no estado do Rio de Janeiro. Até que numa última reunião, com a secretária Danielle [Barros], chegou-se num consenso e ela apresentou como uma grande novidade, muito engraçado isso, eu tenho a sequência das mensagens que eu falava com o subsecretário Vitor [Corrêa] e falava com a Danielle, e eles não tinham ideia, não tinham proposta e eu falava com os circos, elaboramos. Aí eu antecipei para o Vitor e pra Danielle qual era a proposta do circo, eu disse assim: “Danielle e Vitor, essa aqui é a minuta da carta que o circo vai te entregar na semana que vem”. Aí eles, de posse disso, fizeram uma apresentação do plano da Secretaria de Estado de Cultura para a aplicação da Lei Aldir

Blanc: “e olha, Circo vocês terão cada um trinta mil reais porque nós somos...”. Eu ri pra caralho, porque deu certo cara, e eles apresentaram como ideia deles, e para mim não importava muito de quem tinha sido a ideia, para mim importava muito que a Secretaria de Estado se comprometeu com os circos, ali numa grande encenação, quase que num picadeiro, a Danielle e o Vitor falando aquilo ali, que eles iam acolher os circos. E depois que eles apresentaram, que a secretaria de estado apresentou, eu fui entregar o documento, que a gente elaborou junto com os circos. Era uma carta, junto com uma minuta de edital. A Danielle se recusou a receber da minha mão, porque até aquela ocasião eu era o presidente do Fórum de Secretários e estava distribuindo referências sobre a aplicação da Lei Aldir Blanc e o estado não. E todos os municípios estavam dizendo: “o estado não faz nada, quem está fazendo é o Bravo, Bravo para secretário de estado, na frente da Danielle”. Estava um desconforto tremendo aquilo, e ela se recusou a receber a carta, e o circo inteiro falou assim: “não Danielle, a senhora vai receber da mão do Bravo, que nos representa, ele é o embaixador do circo do Rio de Janeiro”. A Danielle, com uma cara amarela recebeu, e eu falei “não, tem que ter foto, tem que ter foto”. E ela aparece na foto assim falando ainda para alguém, ela não posa pra foto. Para mim, isso foi muito emblemático, porque foi uma vitória silenciosa, eu nunca tive, nunca falei assim abertamente em plenárias qual foi o resultado disso, ou os bastidores. E isso pode constar na pesquisa porque não tem problema nenhum, essa é uma narrativa que têm atas que narram essa história e é muito legal. Só é chato ficar lendo ata. Bater um papo aqui, igual a gente está, tomando café, é maneiro contar essa história. E, na mesma ocasião, paralelo a isso, a gente tramitou os Pontos de Cultura, que aí eu falei para ela que muitos municípios tinham quinze Pontos de Cultura, outros como Barra Mansa, tinham três, e que só o estado tinha o cadastro dos Pontos de Cultura para poder equilibrar isso para não haver sobreposição. O

município dá para o ponto de cultura e o estado também dá. Numa dessas, os Pontos de Cultura também receberam cinquenta mil reais, mas teve sobra de recurso, e acabou que cada Ponto de Cultura do estado recebeu setenta mil reais, e isso também foi um resultado do Fórum de Secretários. Então reparem, enquanto Barra Mansa estava acontecendo, já estava lá, os editais já estavam rolando, estavam sendo publicados, os recursos estavam sendo pagos, eu estava lá no estado também articulando, gerando vários pratinhos ao mesmo tempo. Foi muita coisa acontecendo ao mesmo tempo, como não dá pra gente falar junto e sobrepor, o discurso tem que ser um de cada vez, a história fica longa. Então, tem que contar, Barra Mansa, a região do Médio Paraíba e o Estado, e era tudo acontecendo ao mesmo tempo. Mas eu acho que, para concluir num resumo, o Fórum Estadual de Secretários cresceu muito com a aplicação da Lei Aldir Blanc, num elemento que para mim foi o mais bonito: a não partidização, a não politização, para não transformar o fórum em um palanque de políticas eleitorais ou partidárias. Os secretários precisavam conversar e se entender, para além das campanhas eleitorais que se seguiam naquele ano, a gente não podia deixar misturar o apoio ao deputado, ou o apoio ao governador, com a troca de informações fundamental, de ordem operacional, administrativa. A gente queria ajudar rapidamente as prefeituras e os municípios a se estruturarem, não dava tempo para discutir quem que a gente ia votar, quem que a gente estava apoiando. E isso para mim foi o mais bonito do fórum naquele período. A informação circulou rápido, o fórum explodiu. A gente trocou muita informação e amadureceu muito, o fórum apareceu naquele ocasião e ajudou muito.

**P3: Ok, querido. São várias perguntas ainda, como disse o Marcelo, é possível que você já tenha respondido, mas vou seguir. Como você avalia então quanto às ações do**

**legislativo, estadual e municipal, em torno da defesa dos trabalhadores e da cultura logo no início da pandemia?**

**E:** Eu acho que o estado foi bem melhor do que o município aqui. O município não fez, a gente não ocupou o legislativo, se bem que não dá para falar muito isso, porque o legislativo aprovou rapidamente a suplementação orçamentária, eu acho que eles nem leram na verdade do que se tratava. “É dinheiro que está vindo do campo federal, apoia, é dinheiro no município, é sempre bom. Parabéns Bravo pela captação de recursos. Aqueles que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Próxima pauta”. Eu acho que foi esse tempo que, aqui em Barra Mansa, a cultura ocupou o Legislativo como momento emergencial. Foi assim: “aqueles que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovados”. Bom, e foi. Mas isso não significa falta de apoio, claro que não, significa que a coisa foi muito rápida e fluida porque a única coisa que eu precisei de fato do legislativo foi a suplementação orçamentária. No campo do executivo, a gente conseguiu reunir os grandes personagens, vilões, algozes da cultura, os procuradores e controladores, a gente reuniu em duas reuniões, eles leram todo o material que a gente tinha, estava tudo muito bem alinhado, de acordo com a lei, eles deram pareceres rápidos e dinâmicos. Mas não é no campo do legislativo, mas contribuiu. No legislativo estadual, eu tive a oportunidade de acompanhar algumas sessões da Comissão de Cultura, e vi um movimento muito mais a reboque do movimento nacional e um pouco tardio do que um movimento protagonista no estado do Rio de Janeiro. Acho que o Estado do Rio fez muitas ações isoladas, que ficaram até difíceis de acompanhar todos os impactos que o legislativo fez para atender a cultura, foram leis picadinhas, benefícios, isenção fiscal, isenção de alguns benefícios e, enfim, bolsa. Mas eu acho que eu acompanhei um pouco distante a legislação estadual, diretamente, porque não afetou os municípios, e eu

estava muito focado como gestão de município. Eu acho que a regulamentação da lei do estado demorou muito, e até do executivo estadual demorou muito, a ponto de chegar ali as transferências e o finalzinho dos pagamentos do estado acontecerem em dezembro, dia trinta e um de dezembro, e está chegando o dinheiro do estado, sem nem saber o que ia fazer. Eu acho que o estado não teve, a ALERJ não teve tanta agilidade quanto o Congresso Nacional.

**P3: Ok. E como você descreveria o papel do Conselho Estadual de Cultura e do Conselho Municipal nesse processo? Que ações, articulações você destacaria dos fóruns também, regionais, locais, temáticos? De alguma maneira, você já falou um pouco do conselho, mas aqui a gente está focando no Conselho Estadual e nos fóruns e também no Conselho Municipal.**

**E:** O Conselho Municipal de Cultura, eu acho que foi o protagonista. Mas aí eu vou contar um segredo para vocês. É um protagonista que nenhum agente da sociedade civil de fato escreveu o edital no município. Foi a nossa equipe da cultura, e a gente trouxe os textos prontos para eles lerem e aprovarem, mas foi na sede do conselho e todos leram e aprovaram. E nas reuniões setoriais, emendaram esses editais, “acho que é melhor aqui... artesanato não paga coletivo, paga feira, paga isso, paga não sei o quê...”, eles ajustaram a partir de um texto-base, mas participaram o tempo todo. O Conselho Estadual, eu percebi muito boa, principalmente na conformação do conselho com seus representantes regionais. E aí eu posso dizer de experiência, que o conselheiro regional aqui, a conselheira regional à época estava meio bagunçada, mas a forma como depois o conselheiro Oswaldo [Castro Jr.] participou do conselho ajudou muito, porque a gente tinha uma ponte frequente, era praticamente a gente que fazia a reunião do

Fórum Regional, preparava as nossas ideias e o Oswaldo levava para o Conselho Estadual, voltava e a gente fazia uma outra reunião da regional, articulava aquilo tudo. O principal papel do conselho foi descentralizar muito rápido as informações oficiais do conselho para as nossas regionais. Acho que é o maior destaque desse processo para não ser repetitivo. O Fórum Regional do Médio Paraíba editou um Plano Regional de Cultura, que no Sistema Estadual de Cultura e no Sistema Nacional, aparece apenas como uma indicação de possibilidade que poderia ser feita se fosse, sabe, necessária, conveniente, não tem uma instituição normativa que incentiva a criação de planos regionais. Só que o Médio Paraíba entendeu que ia demorar tanto para algumas cidades fazerem os seus planos municipais, que a gente queria municiar as procuradorias do município porque a Lei Aldir Blanc precisava investir os recursos em planos de cultura e o procurador dos municípios falava assim: “mas nós não temos um plano do município”. Na hora que o secretário levava o Plano Regional e falava assim: “a cidade não tem, mas a região tem e o estado tem e nós estamos nesse território e temos condição de aplicar”. E eu achei o movimento do Fórum Regional do Médio Paraíba de uma contribuição que eu ainda não dei conta de medir o impacto, mas facilitou muito para municípios, como Porto Real, Quatis, Barra do Piraí, Piraí, que não tinham planos municipais, assim como Rio das Flores e Itatiaia. E se agarraram ao plano regional, todos os municípios da região publicaram esse plano regional nos seus diários oficiais para legitimarem, mas não conseguiram publicar no Diário Oficial do Estado. Foi de uma cooperação, de uma harmonia, de uma intenção de ajudar, de um altruísmo, assim, desconhecido, que até então eu não sentia entre gestões públicas. E eu não sentia isso, desde aquele momento em que eu comecei ao enxergar o movimento das conferências, aquelas primeiras conferências estaduais e a nacional, era uma disputa de Interior contra a Baixada, de Interior contra a

Capital, era muito mais sobre como conversar, fazer regimentos e normas. E, de dois mil e vinte para cá, virou de cooperação, de diplomacia, de troca de informações, de ajuda, de compartilhamento de informações e isso se deu nessas instâncias: conselho municipal, fórum regional, fórum estadual, conselho estadual. O conselho estadual foi resistente, né? Resistiu, resistiu, resistiu e passou para o processo de eleição, passou por um processo duro, de resistência e de legitimidade. Enquanto se discutia ou se garantia a legitimidade, a cooperação estava sendo feita.

**P3: Que bom que você está avaliando bem o Conselho Estadual. Você já tocou nesse ponto, mas faz parte aqui das questões, como é que se deram as ações da Lei Aldir Blanc no seu município?**

**E:** Mas antes, deixa eu então fazer só umas aspas aí, que eu não acho que estou avaliando o conselho Ana, eu acho que estou avaliando o conselheiro. Você vê que eu falei pouco do conselho, eu falei muito do conselheiro Oswaldo. As plenárias do Conselho Estadual, ou a participação efetiva do Conselho Estadual, eu não participei, tanto é que em algum momento eu sugeri que o Fórum Estadual dos Secretários tivesse uma cadeira no conselho para que a gente pudesse participar mais, como os secretários municipais... Aí o Filipe [Gonçalves] lá de Cachoeira de Macacu falou assim: “não Bravo, chega de poder público nesse conselho”. Naquele nítido campo de batalha entre o poder público e a sociedade civil. Eu falei assim: “Ok, então não me perguntem sobre o conselho, eu não tenho legitimidade para falar do conselho ou para enxergar o conselho de estado se eu não estou lá. Se o papel que eu ocupo hoje não tem voz lá, não tem vez, não tem fala, eu estou tramitando fora, de secretários, então boa discussão aí no conselho e vida que segue”. Eu acho que é por isso que eu

fiquei um pouco distante, eu só me envolvi quando o conselho produziu uma coisa interessante, quando o conselho estava naquela, se estapeando num processo eleitoral de eleição de mesa diretora, de nova eleição, eu dizia: “isso não é um assunto meu”. Então, eu avalei mais o Osvaldo como conselheiro da Região do Médio Paraíba, que era o meu representante regional no conselho. Eu me reportava a ele, uma excelente experiência. Acho que foi ótimo nesse ponto. Então, aí eu corrijo um pouco a minha avaliação. Eu avalei um conselheiro, eu não avalei o conselho. Mas pelo papel, quero dizer assim no momento, eu acho que é bem digno de nota, porque eu ainda sou um defensor de uma cadeira de secretários municipais no conselho, principalmente pela atual forma de transferência de recursos de fundo a fundo. É o conselho estadual o comitê gestor do fundo estadual, que repassa aos municípios, e que se o secretário de cultura não entende como é o critério de descentralização da aplicação dos recursos para os municípios, fica alijado do processo de forma a não saber o que fazer, fica esperando o que o estado, como executivo, vai fazer para o município como executivo. E isso é interessante, eu ainda sou um defensor de que o município tem que ter uma cadeira no Conselho Estadual para falar em nível estadual entre todos os municípios. Tudo bem que o fórum cumpre esse papel, mas o fórum cumpre um papel diplomático, de relacionamento, o conselho cumpre o papel deliberativo, propositivo, consultivo. É diferente. E como se deu no município? Bom, aí eu vou fazer um resumo, talvez tenha essa pergunta mais adiante, mas eu dou uns passinhos na frente. A gente fez os editais, a gente teve mais de seiscentas inscrições, foram... Em janeiro de dois mil e vinte, eram sete agentes culturais cadastrados no SIIC (Sistema de Informações e Indicadores Culturais), naqueles mapas do Instituto Team. Em outubro de dois mil e vinte, eram quase quatrocentos, e no Cadastro Municipal de Cultura foi mais ou menos isso. Não desculpa, no SIIC foram pouco mais de trezentos e, no

Cadastro Municipal de Cultura, quase que quinhentos agentes cadastrados. De inscrições nos editais, foram mais de seiscentas, e foram trezentas e sessenta vagas e a gente teve trezentos e vinte e três contemplados, significa que teve muitas vagas não preenchidas e que esse dinheiro foi redistribuído entre os aprovados. As ações da Lei Aldir Blanc se deram em etapas de elaboração, de plano de ação, abertura de escrever os editais e abrir os editais, em paralelo ao Cadastro Municipal de Cultura, a transferência dos recursos que se deu completamente até dia dezoito de dezembro de dois mil e vinte. Barra Mansa secou o pote da Aldir Blanc em dezoito de dezembro de dois mil e vinte. E o início das contrapartidas, alguns festivais, ou apresentações, já começaram a entregar em novembro e dezembro. Mas, assim, quase que duzentas propostas foram desenvolvidas em dois mil e vinte e um. O prazo nosso era até março, a gente prorrogou até setembro. E em meio às prorrogações de prazo da federal e da estadual, Barra Mansa não optou em prorrogar, junto com esse calendário nacional, que a gente entendeu que os artistas já tinham recebido em dezembro, e que duzentos artistas já tinham entregue, ainda com pandemia, então não fazia sentido só mais cinquenta ou trinta terem o prazo prorrogado se os outros já tinham condições de fazer. Então, o prazo se encerrou em setembro, quando a gente começou a notificar dezessete agentes culturais que não tinham entregue e realizado a contrapartida, doze responderam, ou entregaram, ou identificaram quando tinha realizado, e cinco não responderam, não fizeram. E ontem eu recebi da PGM a minuta para declaração de inidoneidade, de aplicação de sanção e essas coisas para poder resolver ou finalizar o processo desses artistas inadimplentes.

**P3: Ok Bravo, agradeço. Ainda temos perguntas. Vamos lá, vou passar esse bate bola para o Marcelo Correia para continuar com as perguntas.**

**P2: Então vamos lá. Bom, houve devolução dos recursos em algum nível? E, e se sim, por quê?**

**E:** Ah houve sim, só do rendimento, duzentos e cinquenta e sete reais, que foi o rendimento de um milhão e duzentos e quarenta e um mil trezentos e dezenove e cinquenta e seis centavos, durante três meses. Duzentos e cinquenta e sete reais renderam, e não dava nem para abrir um edital de duzentos e cinquenta e sete reais. Aí a gente devolveu, em sete de janeiro, sete ou oito de janeiro, e em dezesseis de janeiro, dezessete não me lembro bem, em meados de janeiro, o governo federal então autorizou a utilização dos rendimentos, mas aí já tinha devolvido. Aí eu fiz uma declaração para o estado dizendo que a gente não pretendia utilizar aquilo e renunciamos, porque de acordo com a política do estado, os municípios que retornaram poderiam participar de alguma forma daquela reaplicação. Mas aí eu renunciei duzentos e cinquenta e sete reais, ou duzentos e dezessete reais, eu não me lembro bem, mas foi isso, foi duzentos e poucos reais. Nosso menor prêmio foi mil reais.

**P2: Perfeito. Bom, como você avalia os processos participativos de discussão, implementação, efetivação das ações resultantes da Lei Aldir Blanc no estado e no município? Qual a sua avaliação?**

**E:** Bom, eu acho que no município foi muito mais positiva, eu acho que no estado a participação foi distante. Eu acho que a Secretária Danielle conseguiu demonstrar uma participação maior do que realmente foi. Eu acho que ela conseguiu convencer todos os agentes de que foi uma ampla participação, uma ampla escuta, mas não acho que foi tão ampla assim, de qualquer forma eu acho que funcionou. Eu avalio muito



positivamente todo o processo. Mas você falou várias etapas né? Então vamos lá. A primeira é implementação....

**E: Discussão, implementação e efetivação.**

**P2:** No município, a discussão foi muito aberta, tanto é que logo mais eu passo as atas, vocês vão poder verificar que tem agente de todos os setores falando, propondo e interferindo no processo. E nenhum edital foi feito sem passar antes por uma reunião setorial e uma plenária do conselho em Barra Mansa. Então, a discussão nesse nível foi excelente no município e eu acho que ela foi regular no estado. Eu acho que no estado não teve tanta escuta assim, teve, mas eu acho que foi muito mais uma encenação do tipo: “olha, estamos aqui ouvindo vocês, é muito importante a opinião de vocês, obrigado”, mas o que foi feito não foi bem aquilo que foi dito, entende? É nesse nível que eu digo. Eu achei que foi muito mais um protocolo de garantia de transparência, do que uma transparência e uma discussão efetiva. Na execução, que é o segundo ponto né? Execução, discussão ou execução?

**P2: Efetivação das ações.**

**E:** Efetivação das ações. A efetivação, eu considero que é publicar edital e inscrever, pagar e apresentar. Esses quatro subitens estão dentro de efetivação. Porque sem o edital você não efetiva, sem o resultado você não efetiva, sem o pagamento não é, e se o cara não faz aquele produto não está efetivado. Eu tive aqui em Barra Mansa noventa e sete por cento de sucesso e cinco artistas, cinco propostas foram inadimplentes, mas três são do mesmo agente cultural, não, foi noventa e nove, né? De trezentas propostas, três agentes culturais estão inadimplentes. Foi noventa e nove por cento de

sucesso de implementação. No estado, eu acredito que foi lento, então eu não vou dizer em porcentagem de aplicação, mas vamos dizer assim vamos dar uma nota? Uma nota para o Estado? Nota sete. Passou de ano. Mas tem muito o que melhorar na forma de implementar, mas por outro lado, também tem que reconhecer que o volume do estado foi muito grande. A Secretaria de Estado nunca viu tanto agente cultural conversando com a Secretaria de Estado ao mesmo tempo e nunca distribuiu tanto dinheiro. Então fez o que nunca foi feito e se tropeçou, apesar de ter tropeçado, eu acho que teve sucesso. Eu avalio muito positivo, acredito muito que o fórum regional, o fórum estadual e o conselho estadual não deixaram a gestão sair do eixo. Se estivessem adormecidas essas instâncias de participação, esse governo tinha tudo para sair do eixo, optou por não, optou por andar no eixo. Com esse desconhecido campo, terra vamos dizer assim é virgem. Nunca tinha sido aberto um edital do fundo estadual, nunca tinha aberto um fundo estadual, e eu acho que eles fizeram bem. Implementaram bem, né? Executaram bem.

**P2: Vamos lá. Que caminhos e/ou antecedentes poderiam representar processos de aprendizagem da sociedade civil no campo das políticas culturais e das experiências participativas que as antecederam?**

**E:** Corroborar um pouco isso, porque a gente está falando de um antecedente e pode ser redundante, mas é isso mesmo, anterior às discussões da Lei Aldir Blanc. Esse antecedente anterior, porque tem um antecedente da Lei Aldir Blanc que foram as discussões para Aldir Blanc. Isso eu acho que é o antecedente da Lei Aldir Blanc. Mas, o que veio antes disso, foi aquela insistência de arar uma terra seca, arar uma terra que não era irrigável e quando você irrigava você não tinha semente. Quando você tinha a semente você não tinha água. E

quando você tinha água e a semente você não tinha a terra. E quando você tinha água, a semente e a terra você não tinha o trabalhador, sabe? Faltava muito para germinar esse sistema de financiamento. Então, desde dois mil e dezesseis, quando entra no primeiro ano do Sistema Estadual de Cultura em Barra Mansa, em dois mil e dezessete, o primeiro ano do Sistema Municipal, eu repetia quase como um mantra que o Sistema Nacional de Cultura funciona, menos a parte do Sistema de Financiamento. Eu usava um termo que era a necrose do Sistema Nacional de Cultura, é o financiamento, porque só a lei de incentivo federal que funciona e a estadual de forma muito dirigista. Os repasses de fundo a fundo, não se tinha ideia nem de como fazer. Em abril, o fundo estadual tinha dinheiro lá, havia uma resistência enorme do fundo do ministério, do governo federal, para abrir o fundo nacional e tinha dinheiro lá. E aí as discussões que antecederam a ideia da Aldir Blanc, elas foram aquele momento em que agora a semente, a água, a terra e o trabalhador estão no mesmo lugar e tem sol. E aí a coisa se iluminou. E um corpo de parlamentares, e aí a gente tem também que entender que as assessorias desses parlamentares, infiltradas no bom sentido, nos conselhos e fóruns, promoveu respostas rápidas, muito rápidas, para consolidar tudo aquilo que vinha pensando numa Lei. E falava assim: “olha, isso tudo que a gente está há vinte anos conversando é para agora, era para isso”. Então, cresceu cinco anos em cinquenta, vamos dizer assim, aquele um ano, aqueles meses de tramitação da Lei Aldir Blanc, não foi original daquele momento, foi a partir de muitos anos de construção e de ideias sobre como manejar o sistema de financiamento, só que eu acho que isso foi o mais legal do setor da cultura, que foi o primeiro a criar uma lei setorial específica em nível federal. Depois vieram outras leis setoriais de emergência. Mas quem diria? A cultura foi a mais articulada e já vinha de articulações, já vinha de conversa, secretários de capitais estavam reunidos, secretários municipais estavam reunidos, conselheiros da

sociedade civil no estado e aquele conselho dos conselhos, que é aquela Associação de Conselhos Estaduais. Olha quantos níveis de troca de informações estavam postas antes da pandemia! Quando a pandemia chega, fala assim: “cara, a gente está reunido para quê?” É para resolver o problema, aí resolveu rápido. Então, o meu comentário sobre esse antecedente é de resiliência em arar a terra. Resiliência é insistência... uma hora vai chover. A semente tem que estar lá, a terra tem que estar lá. Uma hora vai chover, aí choveu. É isso.

**P2: Beleza. Bom, eu sei que você participou dos debates virtuais sobre a lei no estado e no município. Ou melhor, vou fazer isso como uma pergunta só para ser redundante mesmo. Sei que você vai dizer, sim participei, mas, e se sim, qual a sua avaliação sobre os processos das *lives* e webconferências? O que você achou desse momento?**

**E:** É como você dizer que as *lives* são o coração de um corpo vivo, a *live* pulsou e a informação é como o fluído do sangue que mantém um corpo vivo, eu quero dizer que é vital, foi vital para o processo, foi assim fundamental para que essa lei tivesse vida essas *lives*. Porque na impossibilidade de, não era nem impossível, mas conveniência, e acho que era mais do que conveniente, na impossibilidade de transitar pessoalmente, você apertar as mãos e fazer grandes encontros para deliberar. A gente se permitir a legitimar um processo virtual, foi um marco muito grande, porque a gente passou a oficializar aquilo que era virtual, a gente não teve mais melindre em desconsiderar o virtual; numa sociedade em que tudo estava sendo virtual, por que não? Não tinha mais justificativa para não considerar, então foi uma verdadeira escola. Eu te falei aí um pouco da minha formação de políticas culturais, a minha prática em política cultural, mas eu acho que eu nunca, eu não

tinha desenvolvido tanto conhecimento, tanta leitura, tanta troca de informação quanto nesses meses de debate sobre a construção da Lei Aldir Blanc. Aí teve um outro debate de regulamentação, tiveram outros tipos de debate de implementação, a todo momento a gente estava abrindo ciclos de debate e discussão a cada etapa, de desdobramento da Lei Aldir Blanc, se não fosse a tecnologia não seria tão rápido.

**P2: Beleza. Ana, vou passar para você.**

**P3: Ok, Marcelinho, vamos para nossa última etapa, já chegamos a umas quatro ou cinco aqui, mas são finais. Que processos formativos você poderia elencar sobre a execução da Lei Aldir Blanc, tanto em relação aos trabalhadores e artistas, quanto em relação aos gestores governamentais? Como você avalia tais ações? Você já meio que mencionou inclusive metáforas, que eu fui anotando, desse corpo, do coração.**

**E:** E eu acho o seguinte Ana, se eu falar muito termo técnico eu perco para acadêmicos tão técnicos. Eu tenho livros, quase todos os livros de vocês todos acadêmicos, que eu fico muito honrado de poder participar. Certamente, eu vou ter um livro de vocês na minha estante com uma fala minha. Então, por isso que eu acho que essas analogias, e essas metáforas mostram que quando a gente enxerga a coisa alegoricamente, ela ilustra e permite com que a gente enxergue de outras formas e tangencia, ou entra no que eu mais entendi como aprendizado, que é a criatividade burocrática. A gente utilizou a todo momento a criatividade burocrática, ora o criativo somos nós, os criativos somos nós. A gente é que precisa criar alternativas para entregar aos procuradores, aos legisladores, o que a gente quer que seja dito para o nosso setor. Então, os processos de formação foram informações informais, foram

formações informais, porque não teve uma escola, nenhum curso de graduação de aplicação da Lei Aldir Blanc, sabe? “Acesse aqui, aprenda. As primeiras matrículas têm dez por cento de desconto. E se você indicar mais um amigo, grande promoção de trinta por cento nesse curso”. Não existia isso, porque não existe ementa que dá conta de atrair um aluno que vai aprender isso. Muitas das vezes, o curso de capacitação, os alunos procuram porque eles querem aquele conhecimento para uma vida e quem está executando muita das vezes, executando os orçamentos do poder público, ele enxerga só quatro anos, só até o final da gestão. E foi isso que aconteceu, muita gente não se capacitou para executar a Lei Aldir Blanc porque já eram governos derrotados, ou não eleitos, e que no ano seguinte, o próximo prefeito que ia resolver, então à medida em que a gente ia entendendo que não havia interesse, ou que não havia condição de elaborar um curso sobre isso, a gente entendeu criativamente, da maneira mais ancestral de transferência de conhecimento que é a fala, a transmissão oral. A Benedita, a Jandira, os parlamentares todos, fizeram inúmeras cartilhas, mas estou para te falar que aquela instrumentação toda teve muita adesão de pessoas acadêmicas, de pessoas que estão no setor para além do mandato. Mas para aqueles gestores que foram os vereadores não eleitos que estão ocupando a cadeira da cultura aquilo não serviu, a pessoa queria dizer assim: “tá, me mostra aqui aonde que eu assino. Me dá um modelinho aí para eu fazer.” Foi o que mais a gente ouviu. “Me dá um modelinho de edital de arte urbana, me dá um modelinho de plano de ação”. A gente não tinha modelinho para fazer isso, então a gente tinha que conversar, falar assim: “olha, aqui em Barra Mansa funcionou assim, só que você não pode fazer um edital igual ao de Barra Mansa, você precisa ouvir o seu conselho”. Aí o indivíduo fala assim: “mas eu não tenho conselho”. E aí fala assim: “nossa, então e agora? Vem cá tomar um café comigo que a gente desenrola”. E aí era informalmente. “Participa dessa *live* aqui

que vai ter uma pessoa que vai falar uma coisa importante para você”. A informalidade ditou o ritmo da transferência de conhecimento. E olha, como se o Google Meet fosse uma fogueira de uma tribo ancestral em que todos os que estavam ali naquela sala estivessem ao redor dessa fogueira contando seus causos, se a gente estivesse há dez mil anos atrás, a gente ia transferir esse conhecimento por meio de uma fogueira. Eu quero entender que a gente não fez nada de original em transferir conhecimento e formar pessoas, informar as pessoas por meio da história oral. Eu acho que a gente não se reinventou, a gente ancestralizou a forma de transferir o conhecimento por meio da tecnologia mais avançada que se tem de comunicação atualmente, via satélite. É um satélite a nossa fogueira, do século vinte e um.

**P3: Você está inspirado, hein garoto.**

**E:** Ah, agora eu fui embora.

**P3: Ah, está incorporado. Como você avalia o formato final da Lei Aldir Blanc?**

**E:** Eu acho que ela não é perfeita. Eu acho que ela é ótima, ela foi ótima. E eu vou fazer uma avaliação agora um pouco mais acadêmica. Sem metáforas e analogias, sem alegorias. No curso da Unesco lá da Universidade de Girona, eu tive a oportunidade de conhecer as políticas culturais da Alemanha, da Suíça, da Suécia, a da Argentina é muito parecida com o Brasil, e dos Estados Unidos, da Espanha e de Portugal, a maioria deles vem de baixo para cima. Aqui, o Célio Turino e o Gilberto Gil chamaram “de baixo para cima”, lá eles chamam de antiestado totalitário, dando aos municípios a maior parcela do orçamento de execução dos recursos públicos daquele país.

Os estados são menores do que os municípios e a União só cuida de instituições e na área da cultura. E a Lei Aldir Blanc, num governo autoritário, centralizador, fez a maior ação de descentralização de recursos públicos da história, mas foi nesse governo que aconteceu, e só pôde ser feito porque o país estava completamente descentralizado na cultura. A gente está entendendo que quanto mais local, mais global, e esse já é um pensamento eurocêntrico. Mas esse é um pensamento que em políticas culturais, em nível internacional, especialmente em nível global que a Unesco enxerga, já existe há muito tempo. E a gente vinha tentando fazer isso, porque o Brasil dialoga com essas políticas internacionais obviamente, o Gilberto Gil não criou do nada essa forma *de baixo para cima*, ele viveu a opressão de um Estado totalitário que determina o que se pode dizer, o que se pode produzir. Então, ele já tinha a resposta de como não ser assim, ele viveu a política cultural descentralizada na Europa, que ele cheirou essa política, ele viveu aquele ar, respirou aquele ar. E a Lei Aldir Blanc não é perfeita, porque eu acho que ela ainda precisa melhorar entendimentos, como a tributação dos pagamentos, como a responsabilização das consequências burocráticas e administrativas da não execução. Eu cheguei a comentar contigo Ana, sobre a eventual penalização de prefeitos e secretários que não executam a Aldir Blanc, a espelho do SUS e do FUNDEB, que isso ainda pode ser melhorado e aprimorado para ampliar a carga imperativa de execução do recurso. Isso a Lei Aldir Blanc ainda não tem, nem a Lei Paulo Gustavo também, nem a Lei Aldir Blanc II tem também. Mas ela é ótima, porque ela realmente joga lá no município a capacidade, a autonomia de execução, e isso é histórico. Eu acho que isso é um marco fundamental de consolidação do Sistema Nacional de Cultura, que agora sim a tampa da panela fecha e fala-se assim: “está pronto, o caldo está pronto, está tudo direitinho. Agora é só manter aquecido e melhorar, jogar um temperinho, um salzinho de vez em quando”. Porque eu

acho que a gente destravou a chavinha que estava impedindo essa descentralização efetiva, que era o financiamento, era o problema da política cultural federal.

**P3: Considerando a execução, você pensaria em fazer alguma modificação no formato final? Se sim, qual ou quais modificações?**

**E:** Sim, sem dúvida. Porque não dá pra gente considerar que esses processos de aplicação da Lei Aldir Blanc são engessados e são para sempre. A cultura não é assim, o humano não é assim, a humanidade não é assim. Então, a gente precisa entender que sim, não só a Lei Aldir Blanc, mas as políticas culturais, precisam se adequar, se desenvolver naquele território tempo. O território tempo de Barra Mansa determinou que em dois mil e vinte fossem criados editais para cada setor, para deixar para o futuro a possibilidade de injetar recursos em cada setor, de acordo com aquele setor, naquele momento. Ok deu certo! Finalizamos e distribuímos para todos os setores, agora o que o conselho de cultura diz é que é necessário investir em intercâmbio e ações formativas, mais do que na produção e na difusão. Então, a gente vai criar uma coisa nova em Barra Mansa, que ainda não foi feito, que é um edital de intercâmbio, para possibilitar a troca de informações do barramansense entre o estado, o país e outros países. Uma coisa que se mantém é escutar o conselho, o que não deve mudar é a escuta do conselho. Isso eu acho que não vai, não deve, e não tem que mudar. Mas o que vai mudar são detalhes locais e temporais. Certamente que, em dois mil e vinte e três, vai mudar também o formato do edital e a prioridade daquele momento, então, o que muda é a efemeridade da conjuntura, é aquele momento, a conjuntura que significa o prefeito que está eleito, o secretário que está nomeado e o conselho que está atuando. A legislação tem que permitir enxergar essas

dinâmicas que se alteram, que se transformam. E aqui em Barra Mansa, certamente que o principal impacto vai ser esse lance do intercâmbio, que aí eles disseram que ganha três vezes. De Barra Mansa, o barramansense vai lá aprender alguma coisa em algum lugar, ele já aprendeu e voltou um barramansense diferente, lá Barra Mansa aparece, seja lá onde for, a cidade se enxerga e participa. E quando o indivíduo volta, ele multiplica esse conhecimento para o barramasense que ficou. Então, eu estou empolgado com a gestão de um edital de intercâmbio aqui na cidade que nunca aconteceu.

**P3: Ok, estamos chegando ao final. Como é que a lei auxiliou ou não a gestão pública posterior no município? Acho que você já começou a falar aí, mas se quiser acrescentar algo.**

**E:** Olha, eu acho que a principal colaboração foi a gestão do fundo, os fundos clássicos, idoso, criança, saúde e educação e também, o meio ambiente, eles têm estruturas muito robustas. Os fundos de cultura, não. E a gente aqui em Barra Mansa, o Conselho do Idoso tem um milhão de reais. O Conselho da Criança e do Adolescente tem um pouco mais de um milhão de reais. Em três meses, o Fundo de Cultura teve um milhão e quatrocentos e já executou, esses outros conselhos estão há uma década acumulando recurso e até hoje não executaram. Então, a expertise de executar um fundo municipal de cultura está afetando outras áreas que são clássicas e que são classicamente problemáticas de aplicação de recursos em todas as cidades. E eles têm nos requisitado: “A gente está aqui há tanto tempo tentando fazer, como é que você fez tão rápido? Como é que você fez isso?” Então, eu acho que para a política municipal de cultura ela destravou o fundo, assim como a Estadual, mas ela teve um impacto na cidade nos outros setores, como a expertise de aplicação de fundo. Eu destaco

muito mais uma contribuição exógena do que endógena pra política pública de cultura, aqui no município irradiou muito mais para outros setores na execução de política pública. Eu digo que a gente emprestou o *know-how* agora para execução, coisa que a cultura era mera executora de orçamentos em eventos, e agora passou a ser uma referência de gestão de fundo municipal. Acho que esse é o maior destaque, o maior impacto no município foi isso, foi alçar a cultura como uma referência de gestão, o que não era.

**P3: Estou anotando aqui. Última pergunta: como você avalia o papel do legislativo municipal no enfrentamento das políticas culturais? E, além dessa sua avaliação do legislativo municipal, pedimos uma fala final sua, sobre o que quer que você queira acrescentar, falar dessa longa análise importante e profunda que você fez.**

**E:** Deixa eu entender a pergunta. O legislativo no enfrentamento das políticas culturais, eu entendi que é o legislativo enfrentando a política cultural?

**P3: É sobre o papel do legislativo municipal nesse enfrentamento das políticas culturais?**

**E:** Bom, eu acho que a gente vive uma situação *sui generis* em Barra Mansa. Pode parecer um saudosismo, ou alguma coisa assim, mas é uma constatação que a gente enxerga, por meio de algumas cenas que eu vejo que são muito exclusivas daqui da cidade. No primeiro mandato, todas as leis que saíram da cultura, como a reforma do estatuto da fundação, a gente reformou a administração toda, a regulamentação do fundo de cultura, os decretos de regulamentação dos programas setoriais, tudo passou por unanimidade. Eu recebi duas

homenagens na Câmara que foram também assinadas, subscritas por todos os vereadores, foi unanimidade. E o prefeito tinha quatro ou cinco opositores ferrenhos, quer dizer, para qualquer pauta do prefeito, de dezenove ele tinha quatorze, treze votos. É a maioria, mas ele tinha treze. O Bravo tinha dezenove. E eu achava isso muito curioso, porque se tinha oposição na cidade não era na cultura. Isso no primeiro mandato, e eu acho que é muito dessa minha forma pessoal de lidar na política sem muito extremo. Eu dialogo com aquele que é opositor, com aquele que é super de esquerda, com o capitão, com o pastor evangélico, estou dialogando, estou aí. Quando a gente entra nesse segundo mandato, que muda o legislativo, até agora eu precisei pouco do legislativo. Então, eu não vou fazer uma análise muito precisa de como funciona, ou de qual é o impacto, mas eu percebo que a gente ainda tem um apreço pelo legislativo, um respeito. Todos se submetem à cultura para falar sobre um prédio histórico, que eles pretendem fazer alguma coisa, as obras do Palácio Barão de Guapi, para doação de obras para acervo de museu, ou para o livro, eles enxergam a cultura como técnica, agora como um setor técnico. A equipe é toda composta de técnicos e agentes culturais, produtores, advogado, contadores que têm experiência, não só em política e produção cultural. Então, acho que a gente conseguiu o respeito do legislativo ao executivo da cultura, por meio de um corpo técnico. Mas, eu acho que também, se ficar o conselho de cultura, que agora contribui ao invés de tacar pedra. A gente passou a considerar uma reclamação e uma queixa do conselho como proposta. Então, se o conselho estava falando lá: “o teatro está abandonado, sem manutenção, esse governo nunca fez nada para o teatro”, a gente anotava assim, proposta do setor de teatro: ampliar a manutenção estrutural do teatro. Eu passei a não discutir para ter razão, eu não quis mais ter razão, eu quis enxergar os problemas como propostas que são viáveis e efetivas para fazer, para resolver alguma coisa. Eu não quis

entrar em problema. Eu acho que isso reverberou nessa relação com o legislativo. Eu não estou avaliando o legislativo, eu estou avaliando a minha relação com o legislativo que foi super positiva. Bom, e por fim, eu acho, que eu quero dizer muito mais nesse lugar que agora a gente está batendo esse papo, é em sede de academia, a gente não está no conselho, a gente não está na Diretoria de Cultura de um partido, a gente não está num cafezinho, a gente está numa entrevista de uma pesquisa acadêmica sobre a aplicação de políticas culturais. A construção dessa informação não é recente, vocês pesquisam isso há muitos anos, e eu sou uma geração que leu as pesquisas que vocês produziram. Que esse núcleo produziu há quinze anos atrás, que a Lia Calabre produziu há vinte anos atrás, que o Teixeira Coelho, que é de outra linha, também produziu há muitos anos. E eu tenho uma frase que a Lia falou, especialmente num encontro meu com a Clarissa Semensato, de que ela já percebia essa nova geração de acadêmicos. Então, eu começo a enxergar pessoas mais novas, mais jovens na faculdade, na UFF, na UFRJ, e em outras faculdades também, outras universidades, a falarem e a pesquisarem sobre política cultural. E isso é muito lindo. Porque a gente começa a construir memória, referência, sobretudo referência, pontos de partida, discussão. E o meu desejo é que isso se amplie. Acho que é o maior desafio da cultura, ou das políticas culturais do momento, é fazer com a academia, com cursos de formação de gestão pública de cultura o que a gente conseguiu fazer com o sistema de financiamento, descentralizar, fazer isso chegar de forma líquida, fluída em todos os municípios, de todos os lugares, mais fáceis, mais acessíveis a um público jovem, que está crescendo e que está enxergando na política cultural carreira, sustentabilidade. Então, para mim é um momento gostoso de enxergar a academia chegando aqui. Acho que Barra Mansa ainda não tinha sido estudada dessa forma de política cultural, e aí chega num momento em que é a referência. A gente troca referências em política cultural.

Teixeira Coelho e o Patrice Meyer-Bisch falam: “não existe política cultural senão comparada”. E eu acho que isso é um divisor de águas na minha percepção sobre política cultural, não tem como falar de política de Barra Mansa sem localizá-la com Volta Redonda, com o Médio Paraíba, com o estado ou com o Brasil. E cada vez mais a gente percebe a academia se apropriando disso e chegando mais longe. Estamos chegando. Obrigado. Obrigado pela oportunidade de falar, de contribuir. Eu só agradeço, porque à medida que eu vou falando aqui eu também vou aprendendo com essa com essa troca.

**P3: Muito obrigada Bravo! Muito boa a sua análise! Profunda, acho que provoca muitas questões, a gente agradece muito. O professor Luiz Augusto, nosso coordenador, está aí com a gente chegando ao final.**



Universidade Federal Fluminense - UFF  
Laboratório de Ações Culturais - LABAC  
APOENA – Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações  
Culturais – foco RJ  
[pesquisa.apoena@gmail.com](mailto:pesquisa.apoena@gmail.com) – <https://apoenaredecultural.wordpress.com>

Projeto APOENA  
Entrevistado (E): **Sady Bianchin**  
Data: 12/04/2022

Pesquisador entrevistador (P):  
(P1): Ana Lúcia Pardo  
(P2): Marcelo Correia  
(P3): Luiz Augusto Fernandes

Ajuste da transcrição: Juliana Almeida Leite - Data: 15/05/2022  
Conferência: Lia Calabre – Data: 07/11/2022  
Ajuste final: Luiz Augusto Rodrigues – Data: 23/05/2023

**P1: Boa noite, Sady. Muito obrigada por estar aqui conosco, por ter concordado, por estar concedendo nossa entrevista. Nós abrimos aqui com o professor Luiz Augusto Rodrigues, é o nosso coordenador. Estou aqui com o Marcelo Correia, nosso parceiro, e têm outros pesquisadores, professores que estão conosco - que é Lia Calabre, Alexandre Barbalho, Steven Dutt-Ross, Clarissa Semensato, a Deborah Rebello... e vários alunos também bolsistas, nessa Rede de diagnóstico e avaliação de políticas e ações culturais com foco no estado do Rio de Janeiro para avaliar quais são os impactos da Lei Aldir Blanc no nosso estado, quem... Como foram executados, acionados, ou não, esses recursos? Como que se deu? E através do Laboratório de Ações Culturais, o LABAC da UFF, coordenado, como eu disse, pelo professor Luiz**

**Augusto e através de uma emenda parlamentar da Deputada Federal Benedita da Silva que foi presidenta da Comissão de Cultura da Câmara, como sabemos, e uma das principais autoras da Lei Aldir Blanc. Então, dito isso, a gente vem fazendo boletins, artigos, pesquisas, levantamentos e principalmente as entrevistas com gestores como você que é Secretário de Cultura de Maricá, Sady Bianchin. Então, eu vou passar para o Marcelo Correia e a gente vai fazer esse bate bola com você, querido. Muito obrigado.**

**P2: Gente, boa noite a todos! Bom, de antemão, Sady, faço das palavras da Lúcia e do Luiz as minhas. Se... estamos gravando a nossa entrevista, gravando porque poderemos utilizar parte do que foi conversado na entrevista junto ao projeto. Se em algum momento você quiser apontar para que não seja gravada alguma coisa que você... esteja aí fazendo dentro da sua dissertação, das suas respostas, é só você falar, que o Luiz está operando esse sistema. Então, em qualquer momento você se sentir desconfortável... ou então, olha, vou falar, mas isso eu não quero que seja gravado. Então fique aí à vontade com relação a esse procedimento, que é o procedimento de praxe. A gente apresenta dois blocos: o primeiro bloco, que é mais ou menos a trajetória pessoal do entrevistado. E o segundo é especificamente sobre a Lei Aldir Blanc. Bom, a gente pode parecer em alguns momentos que as nossas perguntas venham a ser redundantes. Mas, por quê? A gente tem um roteiro a ser seguido. E, às vezes, vocês, os entrevistados, antecipam algumas perguntas, muito natural que isso ocorra, e a gente acaba voltando numa pergunta que talvez você já tenha dado resposta, até na tentativa de se você quiser ampliar um pouco mais essa questão. Então, vai acontecer isso mesmo. A primeira pergunta eu gostaria que você dissesse: o seu nome**



**completo, lugar de nascimento, formação e vinculação institucional.**

E: Bem, boa noite! Queria saudar Luiz Augusto, queria saudar o Marcelo Silveira [Correia], saudar a Ana Lúcia, e dizer que é um prazer enorme estar com vocês. Eu nasci no Mato Grosso do Sul, fui registrado no Paraná, e estou há mais tempo no Rio de Janeiro. Mas a minha cidade de infância, lá no Mato Grosso do Sul, no meio dos índios Guarani, chamado Amambai. Aportuguesado, porque é Amambaí, a terra dos sonhos por lá. É o lugar que eu nasci, me criei. Como pequeno... e da parte de lá eu parti, com quatorze pra quinze anos, para estudar fora e vim parar aqui no Rio de Janeiro, depois de ter passado por uma incursão aí por Curitiba e pelo sul do Brasil, aonde eu tenho os parentes da minha origem aí que são gaúchos, mas eu estou mais tempo aqui no Rio de Janeiro, então nessa minha...

**P2: A formação e a vinculação institucional.**

E: É... eu sou... tenho uma formação aí na área de graduação, eu fiz Artes Cênicas na UNIRIO, eu fiz Ciências Sociais na UFF, com especialização em Antropologia, fiz Comunicação Social nas Faculdades Integradas Hélio Alonso e fiz mestrado em Ciência da Arte na UFF e Comunicação e Cultura na UFRJ. Fiz doutorado<sup>29</sup> na Sapienza Università di Roma e em aspecto da cena contemporânea, tive como orientador, o... Silvio (inaudível) e co-orientador Dario Fo. Estou vinculado à Secretaria de Cultura, nesse momento, de Maricá.

---

<sup>29</sup> Nota da pesquisa: Doutorado em Teatro e Sociedade.

**P2: Perfeito. Bom, você participa ou participou de algum movimento político e/ou militância no campo cultural?**

E: Eu estou desde a fundação do PT pela... do Partido dos Trabalhadores da década de oitenta. Eu fui militante secundarista aí no período da ditadura, fui vinculado ao movimento chamado alicerce, que depois virou a Convergência Socialista dentro do PT, a convergência socialista saiu, é uma corrente de origem trotskistas é... convergência saiu pra formar o PSTU, eu fiquei no PT. Dentro do PT eu tive várias militâncias, fui do DCE, tanto da Federal Fluminense como da FACHA, fui presidente do DCE, fui diretor da UNE em setenta... em oitenta e oito, e enfim... sempre tive aí na militância política cultural, sempre pela política cultural, né?

**P2: Quando e como você começou a se envolver com política cultural mais estritamente falando e que passagens você destacaria da sua trajetória como agente da política cultural?**

E: Eu comecei um pouco cedo assim... ainda na escola secundária, quando na formação, lá no Mato Grosso do Sul, principalmente naquelas incursões de artes que a gente fazia poesia, teatro e por lá nos festivais, entendeu, secundarista... A gente foi participando desses festivais e fazendo poesia. Eu fazia... escrevia texto para as bandas, as bandinhas assim carinhosamente falando, local e aí, descobri mais tarde, já aqui no Rio de Janeiro, que lá na minha cidade, o exército que exercia uma influência muito forte na região da fronteira com o Paraguai, que na cidade era o município que fazia fronteira na época, depois, hoje, alguns distritos se emanciparam, na fronteira com Ponta Porã, é... a minha cidadezinha tem exército por causa que era a cidade fronteiriça hoje já não é mais, os municípios se emanciparam e eu descobri que eu

estava fichado por causa de... exatamente por causa de aos quatorze anos de idade, por causa de um poema que eu fiz sobre a questão indígena, dos povos originários, então, que é a banda que ganhou o festival com essa poesia musicada, eu estava fichado, pelo período da ditadura. Eu descobri isso aí então desde os catorze anos eu considero então que essa seria a minha primeira grande incursão, aos quatorze anos, com essa poesia, porque eu tenho... descobri as fotos lá de perfil que eles tinham que eu nem sabia que era a foto da caderneta escolar que estava no exército, porque lá não tinha a Polícia Federal, era em Ponta Porã, mas era fraca na minha cidade, era no Exército que ele fazia uma espécie do DOI-CODI lá dentro. Mas eu nunca fui preso literalmente, só quando no final de setenta e nove pra oitenta, na abertura política, eu já estava no Rio de Janeiro quando algumas manifestações realmente... a gente teve algum enfrentamento maior, mas eu... de lá pra cá, eu vim pro Rio de Janeiro. Já fazia... comecei a fazer teatro, depois eu fui pra São Paulo, fiz o Antunes Filhos, depois eu fui pra Itália, fiz em Pontedera, o Centro Experimental de Teatro, o laboratório com Grotowski, e enfim, a minha vida sempre foi ligada... a vida inteira foi ligada a cultura, a poesia, ao teatro, a música. Também toquei por um bom tempo, acompanhei alguns artistas como baterista, mas aí entrei para escola de teatro e realmente mudou meu destino aí nesse período. Então, eu escrevi já cinco livros de poesia. Tem mais umas trezentas poesias pra ser publicadas. Então... escrevi alguns livros também na área de sociologia, mas minha praia mesmo é essa aí. E tive alguns momentos que é importante, que eu acho que é interessante, quando eu fui aí do Conselho Municipal de Cultura... fui Secretário de Cultura em Maricá em dois mil e nove, depois antes eu também já tinha sido do Projeto Especiais do governo do estado, depois eu tive um período rapidamente no MinC e... enfim, e voltei pra Secretaria de Maricá, depois de passar pelo Conselho também de Niterói. Foi um momento importante, porque a gente fez a

Lei de Incentivo Cultural que foi engavetada na época pelo ex-prefeito e aí quando chegou Rodrigo Neves, que eu, já não estávamos mais no Conselho, a lei foi sancionada então. Então... eu achei muito interessante, que é uma Lei que envolve não só o ISS, mas também o IPTU. Eu acho que isso é um importante marcante. Outras coisas marcantes foi a minha vida foi exatamente isso. Fazer um espetáculo dirigido pelo Antunes Filho. Estar com Dário Fo como co-orientador da minha dissertação tese de doutorado. Enfim, alguns momentos importantes assim no Festival de Veneza que eu tive, por mais de uma vez, cheguei a ser curador, enfim... teve alguns momentos bons aí que eu... na parte cultural, mas, como diz o Gilberto Gil, melhor lugar do mundo é aqui agora, então é aqui na Secretaria de Cultura de Maricá que é... talvez o meu grande momento agora como secretário.

**P2: Beleza. Como avalia os limites e as potencialidades da participação da sociedade civil? E numa perspectiva fora da gestão pública.**

E: Sim, eu entendo a sociedade civil como grande engrenagem do movimento das políticas culturais. É... principalmente através da organização dessa sociedade civil através de coletivos. De uma participação popular permanente, costume dizer que quem aprova qualquer gestão pública é a sociedade civil, é a população. Da organizada, e também não organizada, porque também é um direito de não estar organizada, mas é fundamental, porque só há possibilidade de construção de políticas públicas, serem autênticas, se elas forem espontâneas e partirem exatamente desse setor da sociedade civil. Eu costume até dizer que... em política, nós temos políticas de governo que não serve, porque sai governo, entra governo; temos as políticas de estado que elas são mais perene, duradouras, mas também não são suficientes, e aí eu até cito a

própria questão da universidade que ela não é pública, ela é estatal, porque se ela fosse pública os governos não tinham uma ingerência tão grande sobre ela de poder determinar, inclusive, rumos delas, de corte de verba, etc. Por isso que a sociedade civil é importante. Por isso que a universidade não deve ser estatal, ela deve ser pública na autenticidade da palavra. E o Brasil não tem a cultura do público. Você vê que o transporte público não é público, apesar de Maricá já ser público realmente no sentido da palavra. Então, temos alguns... caminhando em alguns passos ainda em Maricá, mas em quinhentos anos do Brasil, nós não temos essa questão da sociedade civil, da participação popular nos governos... é um desafio ser construído. A escuta... ser a participação com mais intimidade do poder público. Isso precisa ser construído no Brasil, não digo só nos municípios. Se a gente pegar isso como dados concretos na história do Brasil, nós não temos mais do que cinco conferências nacionais para discutir as políticas públicas no país. O Rio de Janeiro como capital latino-americana também, Maricá, onde eu estou, também. Então... a falta de cultura, da cultura, no campo das políticas públicas pra discutir, parar pra pensar com a sociedade civil, encurtar essa distância, é o grande desafio. Então... eu acho que o momento é para isso e aí nós estamos construindo esse processo em Maricá, pela primeira vez na história de Maricá, então... duzentos e oito anos, nós elegemos o Conselho, que estava previsto para ser empossado essa semana, mas com o decreto do prefeito, facultativo... a gente passou para o início do mês de maio. Então... aos poucos a gente tenta encurtar essa distância aí na história, que não é muito pródiga pra vida política da sociedade civil, das participações populares, históricas. São heranças coloniais que nós temos que desconstruir... essas... personalista, escravocrata, patriarcal que a gente vive até hoje com essas heranças aí... e a gente precisa desconstruir, descolonizar o próprio, na produção de

sentidos. Não só na questão objetiva, mas na subjetividade também.

**P2: Perfeito. Aninha, é com você.**

**P1: Ok, Marcelo. Obrigada, Sady. A gente está... entra agora no bloco dois, né? Depois de... dessa parte da trajetória pessoal, entrando diretamente na Lei Aldir Blanc. Como é que se deram as primeiras articulações no Estado do Rio, como é que você avalia a sua, na sua região, no município de Maricá, essas articulações em torno da Lei Aldir Blanc?**

E: No macro... na participação popular, correspondendo a sua pergunta... no macro, a gente tem um fórum de secretários estaduais de cultura e gestores públicos, porque nem todas cidades tem o órgão gestor, então são coordenadores e não secretários, a gente teve um processo de acompanhar isso muito próximo, discutir muito isso, os processos ali desde da PL, da discussão é... passo a passo pra que o processo chegasse de ponta a ponta. Foi muito rico, porque eu inclusive conto algumas histórias... fiquei encarregado de falar com alguns parlamentares de setor da direita, do setor mais conservador dizendo assim já, né? No plano... e foi muito engraçado, porque até estava contando outro dia lá pro pessoal de que nós sentamos do restaurante aí em Niterói eu falei: “nessa mesa que a gente sentou aqui eu falei com o deputado Felício Laterça, um deputado que é conservador”. Mas eu fiquei encarregado de pedir o voto pra ele e ele aqui na mesa depois de eu pedir três vezes, eu falei... ele falou pra mim que ia votar, a favor da lei, e aí foi engraçado, porque eu estava acompanhado do Maurício, um colega nosso, que acompanhou os votos, falei: “realmente eu vi como... eu vi que depois que você falou pra mim, num dia, no outro dia eu fui acompanhar o

voto e o Felício estava lá, votou”. Então, a gente... ficou muito orgânico com os secretários, porque a gente tinha pessoas no secretariado estadual que tinha experiência, como o nosso presidente do fórum de secretários que é o Marcelo Bravo de Barra Mansa. Ele tem experiência nesse campo da gestão pública, e aí a gente acompanhou muito nesse processo no macro, então... Praticamente quase que semanalmente nas nossas reuniões, desde a PL até a lei Aldir Blanc, ela foi sempre... estava em pauta ali. E em Maricá foi um grande desafio, porque na verdade a gente tem uma dificuldade muito grande, eu acho que não é só de Maricá, mas quando se volta pro interior do estado, tirando exceção de Niterói que foi capital, a gente tem uma dificuldade muito grande nas ferramentas que trabalham com essa questão da capacitação dos nossos artistas, dos nossos trabalhadores da cultura. Eu vejo isso até por questões, a ferramenta de marketing cultural, por exemplo, já é uma dificuldade grande também. Então, a gente teve uma dificuldade grande de chegar neles através da organização, que é a mesma que continua hoje. Talvez o desafio da gente é cada vez mais trabalhar a capacitação dos profissionais trabalhadores nessa área. Mas a gente formou a comissão conosco mesmo, recebendo o nosso valor lá que foi em torno de um milhão cento e noventa mil, ou cento e oitenta mil, por aí, aproximadamente. E a gente ficou então com os municípios ficaram encarregados daqueles inciso 2 e 3, já que o inciso 1 passou para o estado e eu achei super justo, porque foi uma discussão muito boa também com o secretariado nosso, porque tinha municípios que se ficasse com o inciso 1, ia ficar com uma dificuldade muito grande no repasse. A gente não achava justo isso com alguns municípios do interior que iam sofrer muito então com o inciso 2 e 3... no inciso 2 nós tivemos uma adesão bastante grande pelos coletivos na cidade, em torno de cento e cinquenta coletivos que pegou um bom número de profissionais, e no inciso 3, nós trabalhamos com dois editais: um edital que nós batizamos dois personagens da

cidade que tinham um recém falecidos que é o Claudinho Guimarães, nós fizemos um edital abrangente o chamado Claudinho Guimarães, e um edital para os baluartes, os grandes mestres, que tinham mais de sessenta anos, que foi o edital Sidney Santos. E aí colocamos um dos critérios que a pessoa deveria ter mais de trinta anos de serviço prestado à cultura, já que o Sidney Santos, quando faleceu, ele tinha trinta anos de música, de vida noturna na cidade, tocando pela cidade. Então, esse edital eu achei que foi um diferencial, porque a gente premiou grandes figuras importantes da nossa cultura como o nosso seresteiro Colatino. É um nome, é uma referência na seresta da cidade, e três meses depois dele ser contemplado ele veio a falecer. Então, a gente conseguiu ainda em vida fazer isso, porque eu acho que o grande barato dessa... dos incentivos das verbas públicas é poder reconhecer aqueles trabalhadores que abriram picadas, que tiveram um serviço prestado à cultura dos seus municípios, do seu estado e até do país. Então, esse patrimônio vivo deve ser referenciado ainda, né? Enquanto a gente respira e é isso... foi muito importante. Então, a gente pensou nesse edital no inciso 3 justamente pra premiar e a gente pretende continuar a partir de agora no município... com abrindo pela primeira vez, saindo do Aldir Blanc, mas só pra dizer que foi a Aldir Blanc que provocou isso, então isso foi interessante, porque a partir da Aldir Blanc, a gente viu um diagnóstico pro município que às vezes não tinha. Estamos fazendo pela primeira vez um censo mais contundente em Maricá. E aí foi uma coisa importante, porque a gente quer manter esse edital para o nosso baluarte e criar um prêmio também patrimônio vivo pra, através de editais, e agora abrindo o PROAC, que é em duzentos e oito anos da cidade de Maricá, nós temos... vamos ter a primeira lei de incentivo à cultura através... então do programa de arte e cultura que vai ficar anualmente premiando os artistas da cidade. Vamos começar com cento e vinte projetos. Então, através do PROAC, a gente quer criar uma série de editais, um

deles é pra esse dar continuidade a esse edital Sidney Santos que a Lei Aldir Blanc nos proporcionou.

**P1: Ok! E quanto às ações do legislativo estadual, municipal, em torno da defesa dos trabalhadores da cultura, logo no início da pandemia, como que você viu essa situação? Como você avalia?**

E: Eu... assim, eu tenho uma avaliação um pouco, bastante, crítica que é uma dificuldade muito grande que a gente tem, porque a gente não sabia lidar muito com essa questão das ferramentas e a situação de pandemia como foi... entrou na situação bastante complicada, porque a gente tem um município que é muito visado politicamente, então nós temos uma série de órgãos do rito sumário interno, como controladoria, procuradoria do município, muito exigente e sem a tradição como eu falei dessa questão de ter a cultura da cultura. Porque a gente não... tudo se baseava numa lei que tem que entregar o produto antes pra depois você pra fazer o retorno do fomento pra classe artista, trabalhadores e você está diante de uma pandemia onde, desesperadora, onde os artistas estão com problemas, inclusive, alguns complicado de fome e etc., e você ter uma controladoria e procuradoria. Eu lembro que na lei Aldir Blanc, eu fui mais de trinta e oito vezes, depois eu tinha até contado, mas quando chegou a trinta e oito vezes na procuradoria eu não... perdi a conta, então eu falo isso... estou bem a vontade... não é uma crítica aos órgãos do município, mas é uma realidade que talvez a gente precisa melhorar muito. O secretário de cultura tem que ir trinta e oito vezes. Fui mais. Mas trinta e oito vezes a procuradoria... a procuradoria fica até perto da gente, não fica longe, mas poxa tem que ir trinta e oito vezes pra você... desesperador, porque o prazo estava chegando ao final e nós só conseguimos com isso no último minuto do jogo, aos quarenta e cinco do segundo

tempo foi que a gente conseguiu que ele fosse liberado lá a verba pra pagar no ano seguinte, porque fechou... a gente conseguiu entrar no prazo mesmo ali aos quarenta e cinco do segundo tempo, entendeu? Mas depois de muita batalha, mesmo. É uma coisa que, pra nós, do entendimento cultural seria super fácil, porque a gente começou o processo bem organizado, com bastante tempo na secretaria, apesar da secretaria... a gente está com uma secretaria relativamente... eu entrei lá, na secretaria, tava... recém entrado na secretaria e tal, mas a gente conseguiu fazer todo um trabalho ali de organização super rápido, super fácil, e até de chegar, buscar documentos nas casas dos artistas, dos trabalhadores de cultura, fazer uma série de ações para poder facilitar a vida dos artistas e de repente ele tinha uma dificuldade desse rito sumário. Era muito complicado, e foi desesperador, porque teve horas que eu cheguei... chegava lá na comissão, a comissão falava: “não, o edital do Claudinho Guimarães, o edital Sidney Santos vai ser suspenso. Não vai ficar, não vai à frente.” Porque a procuradoria embarreirou, não vai ter mais tempo, e a prefeitura encerra suas atividades ali, uma semana antes do final do ano, aí tem que ter o planejamento, tem que ter... toda essa burocracia que eu realmente não entendo, mas tem um jurídico na secretaria pra isso, mas eu sei que estava assim. Era um ou dois dias pra a prefeitura entrar... encerrar suas atividades de final do ano e nós não tínhamos protocolado os editais, então a gente... foi uma situação assim, ao mesmo tempo foi um alívio depois, pra classe trabalhadora e pra nós da cidade, mas pra nós foi desesperador. Eu vou falar... eu costumo dizer ali que eu entrei na secretaria, eu tinha acho que seis fios de cabelo branco. Dava pra contar. Eu acho que aquele período da lei Aldir Blanc, é maravilhosa, toda a luta, tudo mais, mas a lei Aldir Blanc foi um processo que eu acho que eu envelheci uns dez anos ali, porque o desespero do rito sumário... Uma lei maravilhosa, que deve continuar, que deve virar, uma lei permanente, mas que pra nós, pela falta de

política, de cultura, da própria... do serviço público, das relações desse rito sumário, controladoria, procuradoria, secretaria de planejamento, até chegar o pagamento, quatro, cinco setores interno, passar pelo gabinete etc., isso aí é meio foi meio desesperador, eu diria assim. Até porque, poxa, eu não entendia... e imaginar que a gente não poderia, numa prefeitura como nós temos avançada, progressista, com grandes projetos populares como nós temos: moeda social, temos passaporte universitário, temos tarifa zero no transporte público, a gente não conseguir fazer um repasse de uma verba federal, entendeu? Tipo assim, dentro do prazo normal. Então, foi assim... uma experiência, mas assim, o saldo foi positivo, eu acho que a gente aprendeu muito ali. Quer dizer, vai continuar aprendendo, e o grande desafio, eu acho que, do poder público é exatamente isso: é criar uma cultura, da cultura, nesses ritos sumários pra que a gente possa cada vez mais desburocratizar. E aí, a gente descobriu que agora a saída realmente é criar outro projeto de lei. Então, esse PROAC, é fruto... é um filho da lei Aldir Blanc. Então, nós vamos ter agora um investimento de um milhão e duzentos, mais ou menos o valor que veio da Lei Aldir Blanc, que é mais um desdobramento dessa... do processo da Aldir Blanc. Nós aprendemos com a Lei Aldir Blanc, que a gente tem que criar essa cultura dos ritos internos e realmente trabalhar pra que cada vez mais a gente possa atender essas necessidades, principalmente em períodos que a gente está como esse de pandemia, e como outras situações também vão passar, porque nós temos as crises. Elas sempre vão existir e a gente tem que estar preparado pra essas crises, seja ela no campo sanitário, seja ela no campo financeiro, econômico, político, como nós estamos vivendo no âmbito federal, e aí a gestão pública tem que estar preparada pra isso. Eu acho que aí é fundamental. E, principalmente, essa preparação passa pela articulação com a sociedade civil. Uma sociedade civil, estando ao lado da gestão pública, não num sentido de apoiar e não ter

posturas críticas, mas está no sentido que onde deve caminhar junto e exigir os seus direitos e estar trabalhando... na possibilidade de acompanhar os processos, a gente vai avançar muito mais rápido do que ficar esperando que os gestores públicos seja aquele assistencialismo. Então, acho que, a organização social, mais uma vez, é importante. Vocês perguntaram no começo do nosso papo aqui, vai ser fundamental pra construção da... e até pra poder criar essa cultura da possibilidade desses projetos e essas leis caminharem mais rápido.

**P1: Obrigada, querido! Eu vou passar pro Marcelo, nesse bate-bola aqui. Agora é com ele as perguntas, temos algumas.**

**P2: Eu vou ampliar um pouquinho mais essa pergunta, embora você já tenha falado um pouco, mas é porque... como seria, quer dizer, como você descreveria os papéis do Conselho Estadual de Cultura, e o conselho municipal, caso haja. Quer dizer, como foi nesse processo e que ações ou articulações você destacaria? Incluindo aí alguns outros fóruns também que você queira falar: os fóruns locais, temáticos, enfim. Como que é? O que que você descreve desse processo junto aos conselhos?**

E: É, assim, o Conselho Estadual, eu vejo a cultura no âmbito do estado é... eu acho que a gente precisa discutir melhor as participações, porque eles têm uma base de forma que a gente pensa e começou com... é uma cultura muito recente, até a próprio a questão da cultura é muito recente, o Ministério da Cultura é de 1985, então ela é bem recente perto do processo histórico brasileiro. E o conselho... a questão do conselho estadual é uma coisa que a gente tem que discutir muito é a questão do repasse dos municípios, não é porque o município

não tem o CPF, o conselho, o plano municipal e um fundo, que ele tem que ficar alijado dos processos de transferência. Então, há uma discussão, que acho que é prioritária nessa questão, é discutir se os valores... e eu defendo sempre isso, defendia os que acho que os conselhos estaduais tinham que repensar essa questão, porque se o direito do repasse de verba X pra Maricá, ou pra Niterói, ou pra qualquer outro município no Estado, não é porque não há o conselho, o CPF ainda é organizado, a formatação dessa questão que o repasse não deve ir pra cidade, porque eles estão prejudicando os trabalhadores, os artistas da cidade que ainda não tiveram a capacidade junto com o poder público de se organizar melhor pra poder receber esse repasse de verba. Isso é a nível estadual. Quando eu falo no município, nós não tivemos essa experiência, porque eu cheguei na secretaria, apesar dele ter começado em dois mil e nove, quando eu fui rapidamente secretário por um ano, a gente começou lá a levantar a possibilidade da construção do conselho. Tive aí o auxílio luxuoso do Marcelo, que estava participando, o Luiz Augusto, a própria Ana Lúcia esteve lá no processo, mas aí eu saí rapidamente. Quando eu voltei, doze anos depois, aí estava já... tinha acontecido algumas discussões, claro, e bastante importante anteriormente, mas não tinha um conselho, e eu entendia que... nós entendíamos, que nós queremos conselho, nós queremos o CPF, mas a gente entendia que havia que esperar passar a pandemia pra recomençar a rediscussão. Então recuperar, visitar a memória das conferências que foram feitas, pra gente construir um conselho bastante forte, bastante crítico e com bastante consciência de experiência de ser... de ter um conselho. Infelizmente a gente não conseguiu, foi muito rápido o conselho formado e ainda não conseguimos empessar o conselho, apesar de ter feito eleições em dezembro. Mas houve vários problemas que não vou citar aqui, inclusive que não foi da alçada da secretaria, mas sim de outros setores que encaminharam e nós ficamos bem...

deixamos bem à vontade que as questões do conselho fosse... acontecesse como a sociedade civil estava querendo, apesar de a gente achar que deveria, poderia ser feito com maior discussão, com mais questão da política ser mais forte, revistando as conferência, refazendo nova conferência pra colocar em pauta a discussão. Enfim, então... Maricá nós não tivemos o conselho, porque não existia, nem ainda formado, mas tinha os fóruns, tinha as discussões. Algumas questões que eu acho que são fundamentais é que, às vezes, se nós que estamos no dia a dia da gestão, e eu tenho passado, eu estou pela terceira vez, eu sou secretário de cultura e fui do âmbito federal e fui estadual também da Secretaria de Projetos Especiais do Governo do Estado do Rio de Janeiro, e eu já tenho dificuldade de entendimento da gestão pública nos seus bastidores. Eu vejo que muitos setores da sociedade civil eles não têm muita noção e alguns fóruns, às vezes, é porque dá voz e tem que dar voz mesmo aos trabalhadores, a todos eles. Eu vi que eles não têm a mínima noção de como funcionam os bastidores da gestão pública. Só pra citar um exemplo, tinha trabalhadores da cultura em Maricá, que eles não entendiam que de repente a verba que estava transferida e que deveria estar no órgão da prefeitura no setor de convênio, opinião, eles entendiam que às vezes estava na secretaria, que era só abrir um cofre lá e tirar o dinheiro e dar pra eles, teve essa discussão. Teve gente que chegou lá... a ir pra lá, eu vi no... mandaram no *zap* pra mim: "libera a grana, tava segurando a grana aí, secretário", não sei o que. Como se a gente tivesse com dinheiro dentro da secretaria, pra você ver o grau da falta de uma espécie de ignorância, ignorância não é um palavrão, ignorar mesmo os processos internos. E nós também, ignoramos muitos processos internos ainda com... apesar de ter mais experiência já que passaram de conselho, de secretarias de governo de gestão. Então, isso não soma muito e isso não é muito... dificulta muito, porque os gestores estão aí e... não pra refazer o repasse de uma verba federal de uma

lei para o Sady, que é o secretário, para o alguém que é da comissão. Então, ninguém está ali na comissão que vai fazer um repasse pessoal, que nem pode isso. Não cabe. Então, tipo assim, e que a gente está ali pra tentar fazer o melhor e chegar mais até ponta, porque quanto melhor chegar de ponta a ponta do município, quanto mais o repasse for cem por cento feito pra sociedade civil da cidade, melhor vai ser o profissional do gestor, porque o papel nosso, como gestor, é ser um facilitador, um facilitador das políticas públicas dos trabalhadores e dos artistas da cidade, para poder proporcionar à população aquilo que somente a arte pode, que é uma economia afetiva, que é uma relação que nos diferencia em tempos de dificuldade, de pandemia, como foi a arte aí. Então... e esse entendimento de muitos profissionais da área... não tinha esse entendimento e como nós também, mesmo estamos no dia a dia, não temos, não tínhamos suficientemente, mas alguns com um alto grau que, às vezes, atrapalhava os processos, realmente atrapalhava os processos. Mas isso é normal, porque que a gente precisa fazer. Isso é um termômetro. Eu sempre uso isso como diagnóstico. Muito das questões. Quanto mais entrave que nós temos com a dificuldade, com alguns... com o campo do conhecimento, eu vejo isso sempre como uma possibilidade de a gente poder melhorar os processos nossos nessas relações. Outro dia até eu fui no médico. Eu tenho um problema de tomar muito café e com gastrite, aí o médico, muito meu amigo, vou usar essa metáfora, falou pra mim assim que isso era um bom sinal. E aí, como ele era muito amigo, eu falei: “poxa, puta que o pariu! Você... meu amigo, hein. Você imagina se não fosse, né?” Meu amigo falando que isso é um bom sinal. Ele falou: “é um bom sinal que você precisa melhorar muito a sua alimentação, seus processos”. Então quando eu vejo isso aí tudo que acontecia, estou falando isso pela primeira vez pra vocês aqui, porque eu nem nunca falei porque poderia ser mal interpretado, mas não tenho problema não de me salvar, eu estou aí pra isso mesmo. Então, o que

que a gente falava? Quando... cada caso que acontecia desse de falta de conhecimento, era mais um pontinho lá que eu falava pra equipe, falava exatamente como esse médico falou: “*mas isso é um bom sinal*”, aí eles vinham, a comissão vinha indignada: “poxa, está vendo aquele trabalho final de semana, trabalha feriado, a gente está aqui correndo tudo mais e os cara vão lá pra imprensa, vão lá pro fórum”... Um fórum lá que... aí bota isso e mostravam pra mim. Eu falei “isso é um bom sinal”. Aí ficava meio indignado: “Porra, como assim? Bom sinal?”. Bom sinal que a gente precisa melhorar. Poxa as pessoas precisam ter conhecimento, ter capacidade. Nós temos que dar... fazer curso de capacitação pra eles, profissionais, porque se a gente entende que eles estão observando coisas que não é bem assim por aí, a gente precisa trabalhar, melhorar. Então foi também um desafio pra que a gente pudesse fazer esse diagnóstico. Eu não sei se a gente melhorou, acho que a gente não melhorou muito ainda, a gente precisa melhorar muito, mas que a Lei Aldir Blanc nos deu um diagnóstico, como o Marcelo falou, dessas questões do termômetro da cidade. Ali do... claro, é claro que tem aqueles que são naturalmente, mesmo por de repente já se posicionar antecipadamente, sem muito conhecimento na superfície, naturalmente, e que também nós não invalidamos essas possibilidades deles do direito das suas expressões, mas têm aqueles que a gente vê que é tipicamente da falta mesmo de contato com gestão pública, pra poder imputar a diferença de capacitação e isso é um termômetro, foi muito bom. Até nisso a lei nos deu esse diagnóstico: nós precisamos melhorar muito. E aí, se nós não melhoramos na prática, pelo menos na teoria está mapeado lá na secretaria que nós precisamos melhorar, que a gente precisa chegar mais no dia a dia dos distritos da cidade, que nós precisamos estar presentes. A gente faz todo dia autocrítica que nós não chegamos em Jaconé, que nós não chegamos em Ponta Negra. Isso nós não temos problema de estar se posicionando com uma autocrítica bastante



contundente e profunda sobre que... a secretaria que nós queremos. Mas nós temos dificuldades. Dificuldades pra... nessa construção. E aí, aos pouquinhos, a gente vai encurtando. Eu acho que agora, com o conselho, eu acho que vai ser uma força maior e eu acredito que quando vir a Aldir Blanc novamente, a dois, eu acho que nós vamos estar bem melhor e bem mais tarimbados... pra preparado e com certeza com o conselho mais próximo. Acho que ouvir os gritos da sociedade é fundamental para o gestor público, porque aí nos... Esses vícios da sociedade fazem com que a gente ande, que se movimente e é isso que a gente precisa. Eu acho que a gestão pública precisa dos gritos da sociedade bem pertinho, e isso é fundamental. Eu acho que isso é importante: cada vez com mais consistência, cada vez valorizando mais o conhecimento, intelectualizando a vida artística cultural, porque a gente precisa intelectualizar cada vez mais, cada vez mais na sabedoria. E isso a gente não abre mão na secretaria, tanto é que todo nosso planejamento tem lá agora feito pra... pela, por uma consultoria que foi contratada aí pela CODEMAR. Quando a gente foi ter o contato com essa questão sobre o circuito de museus, essas coisas, aí eles tinham colocado uma... quando eles me entrevistaram eu falei: "*ó, uma das coisas que a gente não consegue separar é a questão a cultura do pensamento*". Então a gente não quer que... repetir processos históricos na história do Brasil, em âmbito nacional, em âmbito estadual, a gente não quer ficar repetindo os processos, a gente quer avançar. Então acho que a questão do pensamento, a cultura atrelada ao pensamento, vai fazer com que a gente vai avançar, que a gente vai caminhar. Aquela história do passinho à frente, a gente já não está no mesmo lugar. Então, eu acho que isso é fundamental pra que a gente possa avançar. E a Lei Aldir Blanc, ela foi uma espécie de Bombril. Aí ele já fazendo propaganda aí indevidamente mal colocada aí para os profissionais aí. Consumidores dos... desse produto. Mas enfim, como eles criaram aqui é "mil e uma utilidades", eu acho

que ela foi exatamente... serviu pra nós isso. Serviu pra mostrar que a gente precisa ter um diagnóstico melhor da cidade, que a gente precisa ter capacitação profissional, que a gente precisa abrir processo de editais, criar cultura disso... que a gente precisa trabalhar os nossos gestores e nós temos que ter isso. Então, essa... eu falo muito, você pode me cortar, Marcelo. A hora que você quiser.

**P2: Não, querido. Você... não... imagina! Você acabou respondendo a pergunta que vai vir, vai a seguir. De qualquer maneira, eu vou ter que seguir o roteiro. Foi o que eu te falei, pode ser redundante. Se você quiser ampliar... você já respondeu, mas eu sou obrigado pelo nosso roteiro a te perguntar. Porque eu não seria justo com os outros entrevistados. A gente fez um roteiro praticamente único pra todos vocês. Você respondeu, mas vamos lá. Como avalia os processos participativos de discussão, conseqüentemente, implementação, e efetivação das ações resultantes da LAB no estado e no município?**

E: Sim, era só pra acrescentar que algumas coisas que você falou, eu acho que é importante isso... a seguir a sua orientação, porque cada vez mais a gente sistematiza mais até o pensamento. E... uma coisa que foi muito importante, e eu vou dizer assim, aí pessoalmente, nós da secretaria, nós somos favoráveis à discussão plural da questão de institutos... e aí o Instituto Grão fez um papel... cumpriu um papel muito importante, fazendo discussões, debates a respeito da lei, eu acho que o fórum. Eu acho que quanto mais puder acontecer esses debates com autonomia da sociedade civil, eu vou ficar só... cada vez mais feliz, cada vez mais aplaudindo. Eu sou... a secretaria, nós pensamos numa secretaria de uma cultura do mais. Nunca nós queremos estar numa hegemonia da cultura da cidade. Eu acho que a hegemonia da cultura da cidade tem

que estar com a sociedade civil, tem que estar de... nos coletivos, nos institutos, nos fóruns adequados para estar discutindo isso. Eu acho que esse é o papel importante. Cada vez mais descentralizar. Agora, é claro que não é pra tirar a responsabilidade da secretaria. Ela tem uma responsabilidade muito grande, porque... como órgão gestor. Mas essa questão da diversidade, da pluralidade das opiniões, das ideias e também da construção coletiva, ela nos ajuda muito, porque se a gente pensa que a gente quer uma sociedade e quer intelectualizar a questão das políticas públicas culturais, a gente tem que pensar que quem tem que consumir isso é um coletivo maior. É os fóruns, é as comunidades, por isso que eu... outro dia até falei... o pessoal falou assim: “ah, não, mas tem um fórum”. Eu falei: “poderia ter dez fórum. Seria ótimo se tivesse dez, quinze, vinte fóruns na cidade”. Seria super bacana. Claro que não para ficar dividindo ou... mas sim multiplicando. Não vou falar nem somar, porque somar nós já temos no município. Tem que se multiplicar. Então eu acho muito importante. Eu acho assim, que em Maricá, nós tivemos instantes jubilosos. Eu acho assim... o Instituto Grão, eu participei de um... mas não foi porque eu participei, porque teve várias outras que eu não participei, mas mesmo que eu não tivesse participado da *live*, mas eu me senti muito lisonjeado de ser convidado como secretário, de estar lá. Eu achei super importante, porque é através dessas instantes de institutos, de fóruns, de coletivos organizados, pra poder discutir e proporcionar a capacidade cada vez mais com a questão da dimensão que nós temos hoje da comunicação, das redes sociais. A gente pode e deve construir uma política de cultura mais ampla, mais democrática, mais transparente e, sobretudo, mais solidária no processo, porque como eu já falei... os gestores públicos, ele não tem que ser... estar à frente, mas nem atrás, então ele tem que estar junto. E isso é fundamental, eu acho que isso foi muito importante. E nesse campo da avaliação, avalio que foi muito positivo. Eu acho que

tivesse uma lei Aldir Blanc por ano... eu sei que ia ser um trabalho danado pra gente se virar, mas seria... acho que três leis Aldir Blanc seguida assim, acho que a gente ia ter um... pegar um *know-how* ótimo. A sociedade civil, ela... os coletivos, a gente ia se organizar... acho que a gente ia avançar assim o que na história do Brasil a gente não avançou, acho que quase em quinhentos anos. Acho que seria um avanço enorme na cultura... fantástico. Então, essa é um ponto muito positivo.

**P2: Beleza. Aninha, vou passar pra você.**

**P1: Continuando, caso você já tenha respondido, mas a nossa próxima questão é: que caminhos ou antecedentes poderiam representar processos de aprendizagem da sociedade civil no campo das políticas culturais e das experiências participativas que as antecederam? Alguns você já meio que sinalizou, mas se quiser... enfim.**

E: Eu acho assim... que a gente fez ali, e essas questões que eu sinalizei, foi assim... muitas coisas que a necessidade nos fez construir assim. Agora, eu acho que isso deve ser planejamento. Eu acho que assim, a gente deve estar se planejando já pra essa construção de editais, de discutir políticas públicas com setores, independente se a gente tem uma prefeitura ou um setor de secretarias de cultura, ou ministério, que seja mais avançado politicamente. Isso não quer dizer que, necessariamente, a gente, por ter um processo político às vezes mais avançados e mais progressista, que a gente deve ficar acomodado. A gente tem que estar permanentemente fazendo um planejamento das nossas atividades, discutindo a questão de toda... a cadeia produtiva da cultura. No âmbito da gestão... trabalhando permanentemente essa capacitação profissional, colocando ao

alcance desses setores da classe artística, dos trabalhadores da cultura, e da própria população, pra que a gente possa ser cada vez mais... estar preparados, pra que essa construção coletiva ela tenha um processo meio que dessas táticas de futebol que eu costumo dizer, atacar em massa e defender em manada. Eu acho que isso é que a gente precisa estar atento. Eu olho pra você Ana Lúcia, e o próprio Luiz Augusto que está aqui nas fotos por bastidores, mas com essa foto com sempre um sorriso aí aparecendo nos seu olhar, atento ao que nós estamos fazendo aqui na frente, mas dizer que são profissionais como vocês que temos que estar sempre... e claro com o Marcelo aqui, lógico, também, mas estar sempre trabalhando essa questão da construção de seminários, discussões políticas... o Luiz Augusto apareceu agora, literalmente. Então, eu queria dizer que... são pra vocês, como estão aí, como temos... como vocês assim também, claro, grandes profissionais cada um com suas questões específicas. Nós temos que estar assim... permanentemente preparando esses cursos. Não precisamos ficar nesses períodos, como vem a Lei Aldir Blanc, esperar... claro que isso é uma questão emergencial, caiu de para... em cima da gente uma bomba, a gente tem que criar a necessidade de sobreviver a essa bomba. Mas a gente pode estar na gestão pública se preparando desde os processos, pra que a gente possa ter um cada dia melhor. Então, é um desafio. E aí, eu penso na secretaria, permanentemente, essa questão da gente estar trabalhando do seminário, discussões... Hoje, por exemplo, nós temos na construção do nosso polo lá, mas não queria sair do tema da lei, mas só pra dizer, porque nós vamos falar de seminário, nós estamos fazendo um seminário que é a voz do cinema brasileiro, às dezenove horas. E nós estamos fazendo um seminário, começamos pelos ciclos regionais, começamos pela etimologia da origem do cinema. Então, eu acho que... seminários como esse, a origem do teatro, a origem das artes plásticas, a origem de todas as linguagens

artísticas; A gente deve estar permanentemente fazendo... botando em pauta pra discutir isso. A capacitação, como é que esses profissionais enxergam os seus setores... e aí articulado com o conselho que está vindo aí, agora, organizado, pra que nossas setoriais, cada vez mais, tenham capacidade suficientemente de organização populares, que a gente pode ter ser democrático, colocar ao alcance, ter uma casa de cultura que até agora a gente não abriu. E pra botar os próprios projetos da Lei Aldir Blanc lá, por causa da questão da pandemia, mas estamos preparando, vamos abrir dia primeiro de maio, um dia simbólico, dia do trabalhador. Eu acho que isso é fundamental, porque você vai também mostrar esse trabalho que muitos setores conservadores querem nos colocar, como a cultura dos trabalhadores de cultura são questões menores perto de outras secretarias e tudo mais. Então, isso é fundamental. Essa transparência, a forma da contrapartida, eu acho importantíssimo... a gente estar preparado pra trabalhar essa contrapartida desses projetos, dessas leis pra que a gente possa mostrar pra população... cada vez mais ampliar esse leque de apoio pra que esses setores de alguns setores políticos, que ainda tratam a cultura como algo menor, algo que seja em segundo plano, como acontece agora na conjuntura nacional do Ministério da Cultura, [isso] tem que desaparecer. Como temos município no estado do Rio, dos noventa e dois, que acho que não temos nem cinquenta por cento que temos órgão gestor. Isso não pode acontecer. Nós temos que tratar a população, os trabalhadores da cultura e os artistas têm que estar permanentemente preparados através desse processo de capacitação, de conhecimento, de sabedoria para que a gente possa defender a cultura, porque é a cultura... eles falam muito em economia e orçamento, a cultura é uma economia infinita. Os processos mais rápidos para qualquer forma de desenvolvimento. Então, eu acho que a Lei Aldir Blanc, até nisso, a Lei Aldir Blanc neste... foi fundamental de alavancar o processo. Eu lembro

assim... que Maricá, no período que nós estávamos com a Lei Aldir Blanc, nós estávamos colocando no mercado da economia da cidade um milhão de reais. Você vê... os artistas podendo consumir no município praticamente um milhão de reais na cidade, isso aí gera a economia da cidade. Ainda mais num setor como o nosso que temos a economia da afetividade, aquilo que na pandemia, pessoal falava que nós seríamos os últimos a voltar, pelo contrário, nós trabalhamos permanentemente, só que o nosso trabalho nunca foi reconhecido. A Lei Aldir Blanc, ela foi uma forma de... um paliativo, muito interessante, e fundamental pra nós, mas foi uma espécie... assim que eu costumo dizer, que foi o nosso cafezinho, porque nós trabalhamos permanentemente nessa pandemia. Os artistas plásticos, todas as linguagens artísticas, os teatro, a música, o cinema, todo nós... poesia, todo nós estamos trabalhando permanentemente Não fomos... não paramos nunca, porque a questão digital está aí. E aí os caras estavam dentro de casa assistindo filme, lendo livros, etc., as performances, as... enfim, todos os trabalhadores, nós continuamos trabalhando, só que a gente não era remunerado. Nós não tínhamos o retorno, como não temos, então eu acho que a Lei Aldir Blanc, que, às vezes, parece pra muitos parlamentares... como eu vi agora a questão da PL Paulo Gustavo, até a questão da volta Lei Aldir Blanc, ela parece que é uma enormidade, que é uma questão de valores aviltados para a classe artística, mas no fundo, se for pegar os municípios brasileiros, vamos dizer... Maricá... um milhão pra três, quatro, cinco mil artistas e trabalhadores da cultura de uma cidade, ela não... virou uma questão que é fundamental, que é essencial sim, mas ela é um verdadeiro cafezinho perto de que... aquilo que os artista trabalharam e merecem. Então, eu acho que esse é um mito pra desconstruir pra alguns setores. Agora eu vejo aí o pessoal negando a PL do Paulo Gustavo e algumas declarações assim... completamente complicada pra nós que somos temos uma responsabilidade

muito grande que temos um respeito muito grande com outras profissões e que, às vezes, com a gente não chega a altura dessa troca simbólica.

**P1: É verdade! Sady, você participou dos debates virtuais sobre a Lei Aldir Blanc no estado e no município? E, se sim, qual avaliação que você faz sobre esses processos das *lives*, das webconferências, webinários? Como que você avalia, se você participou, como que você avalia esse processo?**

E: Sim, eu participei de alguns. Tanto aqui em nível estadual, como nacional, a gente vem acompanhando alguns parlamentares. A gente acompanhou. Eu acho que é importante, é muito importante a gente estar no dia a dia, eu acho até pra gente como gestores públicos a gente com a sociedade civil, a gente está aproximando esses parlamentares do dia a dia da população é fundamental, e principalmente da classe artística segmentada. É muito importante, porque a cultura no país está pra ser construída uma cultura da cultura e é por processo político, porque falta espaço pro debate, as conferências são poucas perto da existência histórica da invenção do próprio país. Então, eu acho, assim, que é fundamental. Eu acho que a gente deveria não só nesses processos da Lei Aldir Blanc, mas, fundamentalmente, servir como exemplo da lei Aldir Blanc pra gente fazer permanentemente, sei lá, ser mensalmente, bimestralmente. Mas a gente está sempre fazendo discussões nesse âmbito, tanto estadual como nacional, com vários parlamentares pra gente poder ampliar essa discussão, além daqueles parlamentares que são já cúmplices e aliados na caminhada da gente no campo da cultura, mas principalmente com aqueles que não são, pra gente não precisar naquele... no momento de emergência trazer um esforço enorme pra que eles possam

estar caminhando junto e estar votando a favor dos trabalhadores da cultura. Então, eu acho que também nesse sentido foi importante esse trabalho, essas... participar dessas conferências. E, eu acho, que essa experiência também é uma experiência que deve ficar mais permanentemente em contato com esses parlamentares mesmo depois que a gente conquiste a nossas... nossos avanços de algumas leis, mas acho que é fundamental. Acho que isso foi muito bacana e é por aí mesmo o caminho, acho que é o caminho da... de encurtar essa distância entre a gestão pública, os setores do executivo, do legislativo e, enfim, dos segmentos políticos e da sociedade civil cada vez melhor nos fóruns, das gestões, vai ser fundamental pra que a gente avance aí.

**P1: Olha, eu vou juntar essas duas questões. Talvez, possivelmente, você já tocou bastante nessas questões, mas vou fazê-las porque está dentro do nosso escopo aqui, pra que você acrescente o que quer que você considere importante. Que processos formativos você poderia elencar sobre a execução da lei Aldir Blanc tanto em relação aos trabalhadores e artistas, quanto em relação aos gestores governamentais? Como é que você avalia tais questões e como que você avalia esse formato final da lei Aldir Blanc? Já juntei a onze e a doze, depois vou passar pro Marcelo.**

E: É... diria assim que, eu acho que eu começar pelo formato. Eu acho que o formato da lei ela é interessante, porque realmente tem que ser distribuído proporcionalmente a verba para os estados, os municípios. Eu só tenho alguma questão é com esse repasse para os governos estaduais. Eu acho que o repasse, na minha opinião, deveria ser direto para os municípios, para aqueles aonde tã na ponta. Então, eu vejo que é... o estado seria uma espécie de intermediário desse

processo. Então, eu acho que a verba não deveria ser feita o repasse para o estado, e sim direto para os municípios. Então, acho que essa forma, é uma forma que é uma experiência que a gente viu que o estado concentrava a verba, né? Não vou entrar nem se a metodologia do estado foi boa ou ruim, porque eu não tenho conhecimento mais profundo desse... porque, principalmente no inciso um, ficou mais distanciado pra gente. Eu acho que aí os artistas da classe vão poder avaliar melhor, mas como gestor, eu entendi que a gente poderia ter feito um trabalho bem melhor para os artistas do município de Maricá, se a gente tivesse o repasse direto, porque a gente aumentaria os valores e as possibilidades dentro do limite que nós temos de artista na cidade. A gente podia atender muito melhor e, mais abrangente, com mais intensidade, todos nossos trabalhadores e os artistas da cidade da área da cultura. Então, eu acho que a forma da lei, ela poderia repensar essa questão, no âmbito estadual. Eu acho que o estado cumpriria uma importante função no campo da organização, mas... e daí de dar suporte para a questão que melhora o andamento dos processos dos municípios, mas sem ficar como a gestão da maior parte da verba que vem destinada ao estado, no caso, nós do Rio de Janeiro. Eu acho que fica um pouco, principalmente, pros municípios que são mais interioranos pra nós, eu acho que a gente fica mais prejudicado com esse processo, porque a gente está no município, a gente pode fazer isso ao chegar a ponta dos trabalhadores mais fácil do que o estado. Dificulta muito. Até pelo processo mesmo, que a gente já falou aqui, que é o processo de capacitação desses profissionais e tal. Você entrar no município, como a gente fez lá em Maricá, pela experiência, a gente estava em contato direto, então se eu queria falar com o artista, os próprios institutos... está aí, eu vendo o Marcelo com o Instituto Grão, tipo assim, ele dava orientações, era fácil de falar com os artistas e aí chegava mais rápido. Quando vai pro estado, não é que a gente não possa dar, mas fica... dificulta mais, porque

se tem um município, tem o estado. Já são... você tem dois órgãos gestor pra fazer o repasse da verba, eu acho que se concentrar nos municípios, no formato da lei, eu acho que vai ser um ganho maior pra que os trabalhadores da cultura e os artistas tenha essa possibilidade do repasse de ponta a ponta. É uma opinião minha. Não sei... não pensei melhor, mas eu fui agora... que você me perguntou sobre essa questão da forma, eu imaginei que aqueles editais do estado poderiam ser melhor aproveitados pelos municípios de ponta a ponta, até mesmo porque o Rio de Janeiro já tem um repasse privilegiado da cidade. E aí, quando que você vai pro estado, aí muitos... concentra muito no Rio de Janeiro ainda, porque, claro, tem mais possibilidade de capacitação profissional, tem vários outros motivos que a gente não vai enumerar aqui, mas é no campo da forma. As outras experiências eu... que você perguntou eu acho que já teve uma abordagem mais geral. Eu acho que essa questão da forma aí a gente podia pensar em discutir melhor. Eu sempre vou defender o repasse direto pros municípios.

**P1: Agradeço! Passo pro Marcelo. A gente está chegando ao final, viu?**

**P2: Estamos chegando ao final.**

E: Ah, que pena. Não é porque eu estou falando não, porque estar com os amigos aí é sempre bom... Temos que tomar um café.

**P2: Menino, não! É porque, às vezes, fica um pouco cansativo, porque é muita coisa pra se falar... E, assim, a gente normalmente procura colocar assim... um horário que o entrevistado tem uma disponibilidade melhor. E nem**

**sempre é o nosso caso, e o caso de vocês, porque às vezes junta tudo ao mesmo tempo. Então, vamos lá. Eu tenho duas perguntas que são de fundamental importância pro diagnóstico, pra avaliação do projeto Apoena, que é a seguinte: considerando o fato que o município ganhou o repasse, o município conseguiu gastar todo o dinheiro, se conseguiu... se não conseguiu o motivo pelo qual. E se devolveu o motivo pelo qual. Essa é uma pergunta.**

E: O município... de mil cento e noventa voltou em torno de, acho que, oitenta e dois reais não foi. Por quê? Porque no inciso três, no edital Claudinho Guimarães, vários artistas de Maricá tinham sido contemplados em outros municípios, porque eles têm dupla residência. E aí, eles esperaram o prazo de avaliar, como teve no estado, então teve a devolução de verbas. Então, esses em torno de oitenta mil, foi de uma devolução de verbas. O que aconteceu na prorrogação, que essa verba não foi aplicada, a gente fez um edital de artes cênicas. A gente fez um edital de artes cênicas e aí, o processo, como já tinha emperrado no próprio processo normal, quando chegou no processo dessa prorrogação, a controladoria não conseguiu sair de lá, é... avançar lá. Então ficou retido lá. E aí expirou o prazo do reinvestimento desses oitenta e poucos mil. Mas o motivo mesmo foi a devolução do Claudinho Guimarães, porque estava previsto cento e cinquenta projetos, cento e quarenta projetos, e uns vinte, trinta projetos que foram. Alguns... não foi todos por questões de ter dupla cidade não. Dupla cidade até ficou interessante, né? Dupla cidade. Os caras entrar em duas cidades né? Niterói, principalmente, Niterói e Maricá, Niterói e Rio de Janeiro. Mas foram por alguns que não cumpriram algumas... eles mesmos alguma exigência, eles resolveram e devolveram. Que eu não sei qual os motivos exatamente, mas seria bom. A gente fez até uma pesquisa lá de balanço, que depois podia... ter pensado melhor, mas é... par dar esses dados mais exatos.

Mas foi... ocorreu isso. Então, na verdade, de um milhão cento e noventa, a gente tinha um milhão cento e dez ou cento e vinte mil, a gente repassou para os artistas. Esses... retornou esses oitenta e poucos que foi do edital Claudinho Guimarães, porque no edital do Sidney Santos, que era para os artistas com mais de sessenta anos, com mais de trinta anos de trabalho na cidade, nessa inclusive faltou verba. Então foi assim... a gente deveria ter invertido os editais. Foi uma coisa que a gente aprendeu também, porque a gente esperava que deveria ter um número X maior no Claudinho Guimarães, que ela tava mais livre de tal... era pra todas as expressões artísticas, como era também o Sidney Santos, porém ali tinha um limite de idade que a gente queria para os baluartes. Então, muita gente que estava com em torno de sessenta anos, mas ficou de fora porque teve mais gente inscrito e a gente não pôde contemplar. E aí, a gente aprendeu isso também. Então, quer dizer, porque... você vê como é que é importante a questão dos dados, do censo do município, como isso é importante! Então, a gente aprendeu com a Lei Aldir Blanc também com esses dados, o censo... e aí, quando tem essas questões de pesquisa, acho que isso é fundamental o que vocês estão fazendo aqui, é exatamente isso. É fundamental, porque dá um... norteia os processos dos investimentos em políticas públicas, e como o gestor público trabalhar. Então, a gente... isso também a gente aprendeu que, no curto tempo, na velocidade de fazer as coisas com a adversidade que nós tínhamos dos setores de controladoria, de controle ali dos processos dos ritos sumários internos da gestão pública, a gente citando os dados e um diagnóstico mais claro do município, isso facilitaria a vida da gente. Então, eu acho que... eu acredito que isso também foi um bom aprendizado, porque, na realidade, a gente não queria que voltasse nem um real de volta. Até fizemos esse discurso: nem um real pra voltar. Mas ali emperrou mesmo a questão da... administrativa.

**P2: Beleza. Bom, eu vou fazer duas perguntas que está tudo ali, tudo junto e misturado, não tem jeito. Como você avalia o formato final da LAB, mas antes disso, considerando a execução e prestação de contas, você pensaria em modificações ao formato final e quais?**

E: Sim, eu acho assim... que já que a verba é repassada, eu acho que deveria vim como um prêmio. Eu acho que a grande questão da prestação de contas seria pra sociedade civil com retorno de contrapartida. E aí sim, a gente... ser exigente e intransigente como deve ser mesmo e colocar ao alcance da população, porque eu só entendo que... tem sentido os artistas trabalhadores, se a população chegar ao alcance desse investimento. E se não chegar ao alcance deles, então, às vezes, fica uma burocracia muito grande para os artistas, pra fazer a questão, que eu acho que podia desburocratizar bastante muitas questões ali ligadas às coisas. É claro, eu acho que tem que ser transparência, tem que ter a prestação de contas, sem dúvida isso tem, mas ele tem que fazer isso com... se colocar isso mais como um prêmio. A lei como um prêmio, como a gente está fazendo agora com o PROAC. O PROAC é um prêmio, aí agora se recebe lá o valor, o prêmio, você vai ter que fazer uma contrapartida, mas a contrapartida nossa, ela vai... tem que ser um investimento nos territórios. Então, a gente... um artista vai receber... eu acho que a Lei Aldir Blanc poderia ser mais ou menos assim, o artista recebe o prêmio, mas a própria gestão pública, aliado com conselho, com várias questões ali dos coletivos, distribui isso pra que a população... chega também de ponta a ponta pra população, porque nós temos um discurso no campo artístico do qual nós estamos inserido e dos trabalhadores da cultura, que tem que chegar a ponto a ponto, mas a contrapartida também tem que ser. Tem que chegar no ponto a ponto. Então, nossos setores menos privilegiados da sociedade, setores mais excluídos, que são carta fora do baralho para o sistema da cultura, ele tem que ser

contemplado nessa hora, com o dinheiro público. Então, as comunidades nossa teriam que ser prioritárias nessa contrapartida da lei Aldir Blanc. Então, eu penso que desburocratizar a questão de prestações de contas, nesse setor de burocracia, e cobrar mais a possibilidade de um planejamento onde os setores menos privilegiados da sociedade possam ter a verdadeira prestação de contas, que é ter acesso aos produtos, né, culturais que são das linguagens artística no seu território. Então, eu vejo que nós tivemos esse investimento na cidade e estamos tentando fazer essa... uma aproximação cada vez mais de setores da nossas... mais... das nossas comunidades menos privilegiadas, mas há uma dificuldade nesse campo também. Então, eu acho que o formato da lei, já pensando também no campo de forma, eu acho que podia priorizar mais a questão de um prêmio e a contrapartida ser cada vez mais forte realmente através da arte, é... que é o que nós temos pra entregar pra população. Então, eu penso que a gente podia melhorar a possibilidade aí nessa...

**P2: Nessa área. Beleza! Olha só, Aninha, eu vou te passar para as duas últimas perguntinhas, meu amor.**

**P1: Está bom querido. É... chegando ao final mesmo, Sady. Você gostaria de abordar algum ponto a mais? Indicaria alguém, algum referencial que devêssemos entrevistar? Alguma questão que não foi abordada por nós e que você considere essencial? Indicações, sugestões. Eu acho que é com você, Luiz, retorno aí... nosso coordenador está aí. Então a gente está chegando ao final com essas duas questões.**

E: Eu acho assim... eu vejo assim que... eu não sei como é que vocês estão usando a metodologia aí, mas eu acho que a

gestão pública é importante ouvir, porque, como eu falei pra nós, assim... é um aprendizado. Na gestão pública, eu acho que pra todas as secretarias, a não ser aquelas que têm uma experiência maior já com projetos de editais e que foram capitais. As cidades que são capitais elas têm uma tradição cultural muito mais forte em relação aos municípios do interior. Então, pra nós, está sendo um aprendizado. Eu acho que o gestor público é importante, mas eu acho que poderia ser pensado assim, quando o município, como nós fizemos o inciso dois e o inciso três, se a gente pudesse ter o olhar desse setor da sociedade civil nas entrevistas, talvez... não sei se vocês estão contemplando, mas talvez já esteja contemplando, porque eu estou falando... mas seria interessante. Você viu um, por exemplo, um inciso três que nós colocamos nossos mestres com mais de sessenta anos, com mais de trinta anos de atividades culturais, sendo contemplados, eles falaram talvez seja importante, porque tem muito município, eu dei uma pesquisada no estado do Rio pelo secretariado, eu não achei nenhum município que fez isso especificamente. Então, eu acho que assim é uma coisa no campo da memorialista, reconhecer aqueles profissionais que deram uma vida inteira pra cultura. Entendeu? E aí, como tem... e isso virar um projeto de estruturante de lei, porque todo mundo vai passar com exceção, claro, que a gente os tropeços pelo caminho, mas se aí tiver um processo natural, todo mundo vai passar por seus trinta anos de cultura, chegar aos seus sessenta anos. Primeiro que a gente deseja que todos os artistas tenham uma vida longa. E aí, eles terão... seriam contemplados. Teria uma... sempre um processo de contemplação. Eu acho que ouvir também o campo, esses setores... como vocês falaram, mas acredito que você já deve estar pensando nisso, fazendo isso com metodologia... fazendo a escuta com os setores do outro lado que foram beneficiados até pra ele ver as dores e as delícias daqui deles. Porque a gente aqui está falando aqui das nossas dores e também, claro, que a delícia. Existir a lei já é



uma delícia maravilhosa. Brigar pela lei ficar permanente vai ser uma delícia maior ainda. Agora, os setores que chegam lá na ponta, os trabalhadores da cultura e os artistas, eles também... acho que eles são importantes eles se manifestarem, porque... tirar essa coisa do assistencialismo, que nós gestores temos que fazer como quase que uma obrigação desse papel de fazer. Eu acho que eles estão num... cada vez mais próximos, consciente, de que juntos é que se caminha, eu acho que vai ser fundamental. Eu acho que você tem um papel muito grande. Eu vejo esse trabalho que vocês estão fazendo aqui, é... eu acho assim, é um trabalho extremamente relevante, essencial como pra ferramenta, pra ter memória do dos projetos. Nós temos um país que é... tem uma dificuldade do campo da memorialística. É muito difícil. Então, eu acho que ter uma memória da Lei Aldir Blanc, isso aqui que vocês estão fazendo, é uma memória da Lei Aldir Blanc. Fazer... como é que o diagnóstico de município dos pontos positivos, dos pontos a melhorar, isso é fundamental. Acho que isso é importante mesmo. E eu queria agradecer vocês por estarem fazendo esse processo mesmo e esses dados. Queria ver como é que a gente poderia depois ter acesso. A possibilidade de ter acesso mais plural do que vocês fizeram, se há a possibilidade disso, acho que isso aí vai ser fundamental.

**P2: Gente, espera aí. Faltou uma perguntinha. Erro meu. Como você avalia, vem avaliando, o papel do legislativo municipal no enfrentamento das políticas culturais? Como é que é esse papel do legislativo aqui em Maricá? Junto às políticas culturais.**

E: Bom, a gente... temos um... ali o legislativo hoje nós temos uma vereadora da cultura, especificamente. Isso eu acho que foi um avanço já, porque tanto ser vereadora e mulher, nós

temos... ganhamos duas vezes. Agora o que não basta você ser daquele setor, eu acho que precisa ter a vontade e a coragem política para que possa... os projetos ligados à cultura serem encaminhados, serem avançados. E aí, eu vejo com a Câmara de Vereadores, a gente precisa também fazer o mesmo processo que a secretaria precisa passar hoje. A gente precisa fazer uma construção, acho que coletiva da sociedade desde a sociedade civil, a gestão pública e o legislativo, pra que a gente possa ter uma aproximação maior, ter uma possibilidade de diálogo mais próximo possível para que a gente possa, não só quando... nas necessidades, mas construir um projeto político de um calendário para o município para que a gente possa ter os projetos estruturantes da cultura passados como projetos de lei pra que a gente não fique à mercê de políticas de governo, que sejam políticas mais duradouras, mais perenes, como se está querendo construir. Então, eu acho que pra isso, precisamos hoje ainda fazer um trabalho muito maior de que seja com um vereador, ou com dois vereadores, precisa fazer um trabalho mais coletivo, mais ampliado, independente se só um vereador da situação ou até mesmo da oposição, mas a gente precisa estar muito... se aproximar, pensar nisso, não só com a gestão pública do município, mas também com a sociedade. Os municípios do interior e municípios é... como nós temos, como característica como nosso de população, nós temos uma possibilidade de... em pleno desenvolvimento, nós temos assim... não temos uma aproximação. As secretarias, elas parecem que elas caminham como quase um governo independente. E isso não... fazendo nenhuma crítica especial a nenhuma secretaria. Eu acho que também estou nesse contexto dessa secretaria. Acho que esse desafio é a gente tentar cada vez mais unificar, se aproximar, não só no campo dos gestores públicos, mas... com a sociedade civil, mas principalmente com o legislativo. Um legislativo que seja atuante, um legislativo que possa colocar a escuta permanentemente ali, não só da Secretaria de Cultura

através de audiências públicas, mas principalmente que possa ouvir os setores da sociedade organizada como forma de construir as políticas e projetos de lei. E eu acho que isso é fundamental, porque se a gente fala tanto na secretaria de fazer escuta com os setores, eu acho que não adianta a gente só fazer a escuta ali pra gente botar uma política de contagotas, de instante em projeto, acho que a gente precisa fazer isso com o legislativo junto pra que isso vire projetos de lei, porque não adianta a gente pensar: vamos fazer isso, aquilo, esse projeto A, B, C e etc. aqui, se a gente não tiver um projeto de lei que fique mais algo perene, duradouro, estruturante para o município. Porque chegam os períodos que a gente tem dificuldades, que são os períodos eleitorais, e praticamente os processos que já não são tão... já são complicados, diria eu, no processo normal, chegar ali nos ritos sumários, a gente sofre mais, porque vai parar, as possibilidades de um movimento, porque são períodos eleitorais. Como nós temos... praticamente de quatro anos, nós temos dois períodos, praticamente, quase dois anos a gente fica meio que parado pelos processos. Eu acho que temos que construir então, com o Legislativo, uma forma de ouvir essa sociedade cada vez mais, de construir um projeto, um alicerce para cada município ter a sua... um calendário unificado, um calendário da cultura que tem que ser cumprido independente de períodos, de que a gente vive de ressaca ou de períodos áridos para a cultura, que são os períodos, geralmente, eleitorais, que aí não pode avançar nos projetos em funções de legislações. Eu acho que temos que criar a anti-legislação então desse processo. Antes do tempo aí. O antes do antes tudo aí das burocracias.

**P2: Bom gente, olha só, eu já vou encerrar aqui. Primeiro agradecer. Muito obrigado, Sady Bianchin, por você ter disponibilizado o seu tempo, a sua experiência, a sua cultura, os seus saberes, nos respondendo aqui junto ao projeto Apoená. De qualquer maneira, Luiz colocou no**

**chat, o link aonde você pode clicar e ver até onde a gente já avançou dentro da pesquisa. E, é claro, que a gente ainda tem muito trabalho pela frente, isso é só uma pontinha do iceberg. Bom, gratidão, querido! Muito obrigado, valeu, valeu, valeu.**

E: Valeu, Marcelo!

**P1: Sady, muito obrigado. Obrigada, viu? Eu acho que foi muito esclarecedor, eu acho que você está vivendo por dentro da gestão e sem dúvida é um aprendizado, todo o processo dessa lei, a sua análise. Como disse o Marcelo, vou passar para o Luiz. A gente está com vários boletins, artigos, mesas, debates, com formulário pra trabalhadores, formulário pra gestores. A gente aproveita pra pedir para se puder divulgar, a gente já tem... hoje o Luiz Augusto estava dizendo, são cento e quarenta e quatro já preenchidos de trabalhadores pra gente entender como que chegou, aonde chegou, por que não chegou. A gente também está entrevistando conselheiros e conselheiras. Então, a gente está assim, com sociedade civil, mas o Luiz pode falar melhor, a gente está chegando, estamos aí no final, e a gente quer agradecer muito a sua disponibilidade, a sua análise, o seu olhar, o seu empenho aí nessa execução da Lei Aldir Blanc, que a gente vai seguir com esse diagnóstico, essa avaliação das políticas públicas, que como você disse, de fato, eu acho que é um comprometimento desses observatórios que a gente está vendo, não somos o único, mas esse com a UFF, com o LABAC, e é uma contribuição concreta também que a gente pode... daqui a pouco a gente fazer nesses seminários, esses debates, pra amplificar ainda mais os resultados do que a gente está identificando, os mapas, os infográficos, as entrevistas, os levantamentos que aqui**

estamos fazendo. Vou passar pro professor Luiz Augusto, nosso coordenador, pra eu chegar ao final. Muito obrigado, secretário Sady.

**P3: Sady, vou agradecer também. Desculpa o tempo, mas a gente só demora muito quando a gente tem muita coisa pra ouvir, então, te agradeço. Marcelo e Ana já falaram, mas só reafirmar: é uma preocupação mesmo do projeto ouvir os dois lados, os gestores e os trabalhadores. E a gente está fazendo isso sobre duas metodologias principais: as entrevistas, com os gestores, os militantes, mas também com os trabalhadores da cultura; e através de um questionário, aí uma coisa mais padronizada, que fica disponibilizado no site do projeto, que está no link ali apoenaredecultural.wordpress.com. Eu te mandei também pelo WhatsApp o flyer, e aí eu te peço até pra nos ajudar a divulgar, que também são dois questionários: um dos gestores e ex-gestores... e aí não é nem necessariamente apenas o secretário municipal não, outras pessoas da equipe que atuaram diretamente junto a LAB; e o outro formulário são pros trabalhadores e artistas da cultura, que a gente quer ouvir, tanto em entrevista, quanto em formulários, mas mais quantitativos, vamos chamar assim, os dois lados da moeda. E, lógico, concordo com você, com o compromisso do projeto é dar uma devolutiva dos seus resultados. E a gente vem fazendo isso já com alguns resultados intermediários. Como eles falaram: os boletins, tem uma linha do tempo da construção da LAB, participações de seminários etc., e, ao final, a gente vai... porque a gente quer que o site do Apoena seja um grande banco de dados de todo esse material que a gente está levantando dos noventa e dois municípios do Estado do Rio. Então, de fato, pra que essa memória não se apague, porque a gente sabe que as memórias vão se apagando.**

**Nesse sentido, a universidade ela é mais perene do que as gestões públicas...**

E: Sim.

**P3: Não temos mais ministério, a Secretaria Estadual já ficou um embate saiu, ou não saiu nos anos atrás. Nesse sentido, essas instâncias universitárias da universidade pública, elas podem ser mais perenes. Então, além do site do LABAC, eles têm um site do projeto. A gente quer deixar isso tudo depositado lá. Então, ajude a divulgar os questionários... você mesmo responda. Vai ser muito importante pra gente. E olha, gratidão enorme essas suas... essas quase duas horas que você cedeu sua pra gente.**

E: Obrigado, viu? Queria agradecer muito a vocês e já fazer um convite. Brevemente, a gente queria fazer isso, e eu acho que o conselho também que vai ser empossado, vai se sentir bastante feliz se a gente fizer com vocês um seminário, se não der pra fazer pelo menos um seminário, uma palestra, sobre todo esse processo que vocês tão fazendo dessa metodologia, é... pra poder a gente aproveitar esse trabalho de vocês pra gente criar uma conscientização cada vez maior, ampliar, democratizar cada vez mais esse processo. Nós, como na secretaria, nós pensamos sempre essa arte como instrumento entre outro pra transformação da nossa realidade. E, estamos sempre abertos, somos transparente, não temos nenhum problema de ter coragem, de admitir os nossos problemas, as nossas dificuldades. Nós temos sempre uma autocrítica muito profunda sobre aquilo que a gente faz, e a gente quer ter essa possibilidade de ferramenta mesmo e essa parceria de vocês pra nos orientar, pra nos dar a direção. Cada vez mais eu acho que é fundamental ter esses dados pra que a gente possa, na

gestão que a gente está desenvolvendo, pensar cada vez mais na possibilidade de ter uma... avançar e ter... democratizar, chegar as ponta. O município tem que estar cada vez mais preparado pra isso. Eu acho que esse é um papel importante, e vocês estão fazendo. Fica aí o meu convite, se a gente puder ampliar ou vocês receber, me enviar um projeto, qualquer coisa que possa contemplar. Eu gostaria muito de contar com... sempre com o LABAC nos nossos projetos lá de possibilidade de capacitação cada vez mais. Eu acho que se você tiver alguma possibilidade, fica aí Luiz, Marcelo e a Ana Lúcia, o convite pra que a gente tenha esses diagnósticos e essas possibilidades, e algumas ideias que vocês possam nos brindar pra que a gente possa estar prestando cada vez melhor um serviço da nossa gestão pública. Acho que isso é prioritário pra nós pensarmos na possibilidade da melhor utilização dessas verbas públicas. Está bom? Muito obrigado. Estamos sempre à disposição. É um prazer enorme estar com vocês.



Universidade Federal Fluminense - UFF  
Laboratório de Ações Culturais - LABAC  
APOENA – Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações  
Culturais – foco RJ  
[pesquisa.apoena@gmail.com](mailto:pesquisa.apoena@gmail.com) – <https://apoenaredecultural.wordpress.com>

Projeto APOENA  
Entrevistado (E): **Victor De Wolf**  
Data: 16/02/2022

Pesquisador entrevistador (P):  
P1: Luiz Augusto F. Rodrigues  
P2: Marcelo Correia

Transcrição/responsável: Izabella Ladislau Campos - Data:  
21/03/2022  
Ajuste da transcrição: Clarissa Semensato - Data: 16/04/2022  
Conferência: Lia Calabre – Data: 29/08/2022  
Ajuste final: Luiz Augusto F. Rodrigues – Data: 05/05/2023

**P1: Iniciando essa conversa sobre a LAB e outras questões de Niterói. Aqui pela plataforma Google Meet, hoje são dezesseis de fevereiro de dois mil e vinte e dois. Victor, você me autoriza a usar trechos dessa conversa?**

E: Sim.

**P1: Beleza. Mas se quiser depois eu te passo antes o trecho que for usar ou você no final “tal coisa prefiro que não publicize”. Você fique a vontade para isso.**

E: Está bom.

**P1: Vamos lá. Tem algumas questões... é uma conversa. Mas como não é uma conversa, é uma entrevista, é um roteiro que é para não me perder, não deixar de pegar algumas questões. Está me acompanhando aqui o Marcelo, que você também conhece e vem pesquisando comigo coisas sobre a gestão pública de cultura de Niterói etc. Aí nós vamos ficar aqui, aí a gente pode fazer um bate-papo mesmo, não tem nada muito fixo. Marcelo vai entrando sempre que você quiser também. Talvez eu só feche o som quando você estiver falando, Victor, para não ficar muito ruim. A gente vai abrir e fechar o som dentro do necessário. Vou pedir para você começar dizendo seu nome completo, seu local de nascimento, sua formação e suas vinculações institucionais.**

E: Meu nome completo é Victor De Wolf Rodrigues Martins, mas gosto de ser chamado de Victor De Wolf, enfim, Rodrigues Martins não é muito como as pessoas me conhecem. Tenho quarenta anos, nasci em Niterói, trabalho, moro em Niterói, cidade do Rio de Janeiro, sou formado em Produção Cultural pela Universidade Federal Fluminense, atualmente mestrando no programa de Cultura e territorialidade também da Universidade Federal Fluminense e atualmente estou trabalhando na direção do Museu de Arte Contemporânea de Niterói, na época da LAB eu estava como secretário de cultura aqui da cidade de Niterói.

**P1: Maravilha, Victor. Aí eu queria ter com você uma avaliação sobre as ações do LAB em Niterói, pensei de fazer isso sob a perspectiva da gestão pública, sob a perspectiva dos artistas e trabalhadores e sobre a perspectiva dos grupos e espaços. Se você puder construir dessa maneira, está bom?**

E: Está. Então, sempre gosto de começar a dizer, quando eu falo da LAB, aqui na cidade. Porque é... eu acho que a gente precisa contextualizar a cidade, não é? O momento que a cidade estava vivendo. Então eu chego na secretaria como secretário no meio de dois mil e dezenove. Niterói estava vivendo já umas gestões culturais que estabeleciam o Sistema Municipal de Cultura, o fundo, o conselho deliberativo, já tinha um arcabouço legal construído nos últimos anos e quando eu chego na secretaria como secretário, eu apresento um conjunto de ideias e ações que passa fortemente pela ideia da participação popular. Então, quando a gente vai pra LAB, a gente vai transpondo, também, bastante do que estava sendo a gestão até aquele momento. Então, eu entro no meio de dois mil e dezenove. A pandemia começa em março. A LAB vem logo depois. Na sequência, uns dois meses depois, três meses, ou pelo menos o debate dela começa logo na sequência. Ela demora um pouco mais para o orçamento chegar, mas a gente toma as ações baseadas naquilo que já estava vindo, vinha sendo a gestão. Então isso nos, em parte, facilitou porque tinha um caminho sendo já traçado que também nos guiou. Então facilitou no sentido de ser o fio condutor do que a gente estava fazendo. Então quando a gente... além disso também é importante dizer que Niterói é uma cidade extremamente rica hoje em dia. Comparado com o nosso, com o nosso país. Então, é uma cidade que tem royalties de petróleo, bastante. Só perde para Maricá e Rio de Janeiro, mas proporcionalmente só perde para Maricá pelo número de habitantes. Uma cidade que tem um orçamento elevado e tem orçamento para a pasta da cultura, um dos mais altos do Brasil. Acho que é o oitavo maior orçamento, oitavo maior orçamento ou sexto, o maior do estado do Rio de Janeiro, sem dúvida nenhuma, proporcional, dentro do orçamento municipal. E também você tem uma cidade que tinha uma administração que tinha se preparado.

Estava na mesma gestão há duas vezes, o mesmo Prefeito<sup>30</sup>. E uma administração que tinha compromisso com celeridade, com pagar em dia, com você fazer os processos. Fazer com que a máquina pública andasse. Isso tudo faz sentido quando você vai vendo, lá na frente, como ela foi executada e a forma de implementar e o resultado que a gente conseguiu alcançar. Então, quando a gente chega na pandemia e chega na Lei Aldir Blanc a gente já tem um arcabouço administrativo, jurídico e de ações pensadas. Então quando chega na Lei Aldir Blanc a gente tem inclusive já ações na pandemia pensadas. A gente já estava fazendo ações de pandemia. Então a Lei Aldir Blanc ela vem mais como um complemento ao que a gente já vinha fazendo. Então, quando você pega... assim que começa a pandemia, a gente no início de março, acho que é dia doze, quinze, eu não tenho agora a data certa, a gente determina o fechamento das unidades é... automaticamente a gente apresenta... A gente fechou as unidades num sábado. A gente anuncia no sábado que vai fechar os teatros da cidade e no domingo a gente anuncia que vai fechar os museus e centros culturais também a partir daquela semana. Na quarta-feira a gente apresenta o primeiro edital já em época de pandemia, que a gente pega o Arte na Rua, que era um programa que eu tocava na Fundação de Artes antes de ir para a secretaria, e a gente transforma em Arte na Rede e lança o edital quarta-feira. Então o edital super rápido. Acho que é, possivelmente, a primeira ação em época de pandemia na área da cultura no país, deve ter sido a gente que fez. É isso que eu falei! Como a gente tinha uma expertise em fazer editais, a gente tinha uma celeridade em processos e tal, a gente conseguia fazer isso. A gente tomou a decisão no sábado, tomei a decisão com o Prefeito no sábado, e na quarta a gente já lança o programa de transformar o *Arte na Rua* em *Arte na Rede*, lançando edital, contemplando um monte de gente para fazer programas

---

<sup>30</sup> Refere-se às gestões do prefeito Rodrigo Neves (2013-2016 e 2017-2020).

virtuais. Então, quando a gente estabelece a discussão da Lei Aldir Blanc, a gente começa já com algumas questões sendo colocadas. Então a cidade já tinha uma política específica sendo tocada, que era o Arte na Rede. A Prefeitura apresentou um conjunto de ações que incluíam a cultura, então a ideia da cidade de Niterói era fazer ações que não fossem somente específicas, que elas fossem ações que do ponto de vista econômico e de saúde caminhassem juntas e fossem feitos conjuntamente. Então foram feitos, especialmente, três principais programas: o Busca Ativa, que a gente fez, e aí com especificidade, então na área da cultura foi especificamente o setor do artesanato, as pessoas que trabalhavam em feiras de artesanato. Todas as pessoas que trabalhavam em feira de artesanato, artesãos cadastrados pela Secretaria de Cultura e trabalhadores em feiras, receberam um auxílio de quinhentos reais por mês através de um cartão, que podia ser gasto em farmácia, mercados etc. E alguns outros setores também da economia da cidade. A gente, especificamente, só trata o artesanato porque ele é ligado oficialmente à Secretaria de Cultura, ele estava ligado, naquela época, à Secretaria de Cultura. Mas outros setores correlatos. Então o povo, o do pessoal da economia solidária também que fazia feira de economia solidária, não é oficialmente ligado a cultura, então não está no nosso registro, mas tem sentido. Os jornaleiros da cidade, embora não sejam ligados a Secretaria de Cultura, está no desenvolvimento econômico, têm sentido no campo da cultura e outros setores que tinham. Tem taxistas também, camelôs etc. e tal. Embora você vai ver, o camelô obviamente não é do campo exatamente da cultura, mas tem sinergia no campo da cultura e alguns camelôs são especificamente trabalhadores e vendedores de artefatos culturais. Mas não é taxado como trabalhador da cultura. Além disso, a gente fez um programa de auxiliar as empresas, chamado Empresa Cidadã, se eu não me engano o nome, que a gente pagava o salário dos funcionários, até três salários mínimos, para funcionários

de empresas de pequeno porte, se não me engano, que tivesse o compromisso de manter os trabalhadores, depois do período de pandemia. A Prefeitura ajudava por um período de um ano e depois a empresa não poderia demitir por um período igual de um ano. E a gente fez o levantamento de que mil e sessenta trabalhadores tiveram seus salários, mil e sessenta trabalhadores da cultura, especificamente de empresa com CNAEs<sup>31</sup> da cultura, recebessem seus salários pagos pela prefeitura de Niterói. Então, nós pagamos três salários mínimos para cada um desses trabalhadores durante todo o período da pandemia, no ano de dois mil e vinte. Então, também é um dado de manter empregos no setor da cultura, empregos formais e também dos microempreendedores individuais, que a gente sabe que o campo da cultura, é tomado pelos MEIs<sup>32</sup>. Cada vez mais, os MEIs foram ganhando espaço dentro do setor da cultura. A gente também pagou o auxílio de quinhentos reais por mês para todo mundo que era microempreendedor individual, independente se era da cultura ou não, só que o levantamento que a gente faz logo após, que a gente vai fazendo o levantamento a partir dos CNAEs, a gente vê que praticamente metade desses microempreendedores eram CNAEs ligados ao setor cultural. Então isso é um volume de dinheiro muito grande que a gente coloca. Então quando a gente faz o levantamento, se eu não estou... E tem mais um programa também que é o empréstimo. A gente também fez empréstimo para empresa, só que esse a gente não tem o dado, eu não consegui terminar a gestão com um dado desse porque isso era uma questão de empréstimo bancário, a gente não sabia quais bancos tinham conseguido, e até o final de dois mil e vinte e a gente não tinha o dado para poder tabular. Depois, como saí da secretaria, eu acabei não

---

<sup>31</sup> CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas, um código para identificar as atividades econômicas exercidas pela empresa.

<sup>32</sup> Microempreendedor Individual.

tendo acesso mais a esse dado. Também não tive interesse de acessá-lo. Mas esses três primeiros, a gente é... depois eu posso te passar, Luiz, se você quiser os dados corretos também. Eu tenho eles aqui tabuladinhos certinho, mas o... se eu não me engano são vinte seis, vinte e sete milhões de reais com esses três programas que a gente fez, mais o Arte na Rede e também a compra de máscaras. A gente comprou, mandou fabricar máscaras de proteção facial nas indústrias da cidade, na indústria do campo da moda na cidade, então as confecções da cidade venderam dois milhões de reais em máscaras para prefeitura de Niterói também. Isso movimentou a economia da moda. Esse outro, esse outro setor também que é do campo da cultura. Então, quando a gente chega na Lei Aldir Blanc a gente chega já com esse arcabouço de ações tendo sido feitas. Se eu estou falando que a Lei de Blanc é três milhões cento e vinte e seis mil, se eu não estou errado no número exato para Niterói, a gente já tinha é quase vinte e cinco milhões sendo colocados no campo da cultura e por isso que eu falo que a Lei Aldir Blanc veio mais como um auxílio a mais do que aquilo que a prefeitura faz e não é a realidade do Brasil, a gente sabe obviamente disso. Então, óbvio que tudo que eu falei antes, é uma prefeitura rica, que obviamente conseguiu ter essas ações, conseguiu além de ter dinheiro, ter boas ações. Ter uma ação inteligente, no nosso ponto de vista, na nossa avaliação, mas a Lei Aldir Blanc, aqui, para o nosso caso, para muitos municípios que a gente conversava, ela era a única, o único auxílio que existia para o setor cultural e aqui foi mais um dos auxílios para o setor cultural. Então a gente pode discutir ele a partir de outra perspectiva. E não na perspectiva única e exclusiva. A prefeitura também distribuiu cestas básicas... Então, você vai pegar, por exemplo, as associações culturais da cidade receberam, os pontos de cultura receberam cesta básica, Associação dos Trabalhadores de Arte Cênica recebeu cesta básica, enfim. Teve também uma outra política de assistência social forte na cidade. E quando a gente chegou

na Aldir Blanc, a gente, primeiro: assim que começou a pandemia a gente tinha estabelecido um grupo de trabalho com a sociedade civil para debater, para discutir e implementar ações do período da pandemia. Essa era mais ampla que o conselho de cultura então ela teve, os conselheiros de cultura que quiseram participar, participaram, eu fazia parte, o presidente da Fundação de Arte de Niterói fazia parte, algumas outras pessoas do governo. A Júlia [Pacheco] e outras pessoas que trabalhavam comigo estavam juntos nesse grupo de trabalho. Os conselheiros da sociedade civil que quiseram, entraram nesse grupo de trabalho. Nós convidamos a rede de pontos de cultura e convidamos também alguns setores da sociedade. Então o Leonardo Guelman pelo Centro de Artes UFF foi convidado pela Universidade Federal Fluminense, para fazer parte. Alguns equipamentos privados de cultura foram convidados, então a “Scuola di Cultura” fazia parte. A gente foi convidando algumas pessoas do setor também privado da cidade para poder pensar ações pro campo. Quando a gente vai na Aldir Blanc, especificamente, a gente dá uma reduzida nesse grupo para ser um grupo com o Conselho Municipal de Cultura, entendendo que ali já era uma ação mais específica que ele podia ser debatido, mais afunilado. Então esse grupo de trabalho inicial ele faz um monte de propostas, são quarenta e poucas propostas, das quais a gente consegue executar trinta, uma coisa por aí, se eu não estou equivocado nisso, mas é mais ou menos por aí o número. E depois quando a gente vai pra Aldir Blanc a gente afunila no conselho, então a gente faz um grupo de trabalho oficial, publicado no diário oficial direitinho, com três pessoas do governo e três pessoas da sociedade civil indicadas pelo Conselho Municipal de Política Cultural e ali a gente debate como seria a execução da Aldir Blanc. E a gente faz isso, como a gente tinha essa perspectiva de já ter auxílios, de já ter debate, já ter participação etc. e tal, a gente se adianta naquilo que muitos municípios acabaram também é... assim, óbvio que a desconfiança do Governo



Federal era grande em todo mundo e continua sendo. Esse governo não há, não exala confiança em ninguém. Então, todo mundo ficou com muito medo de começar a debater, começar a gerar expectativa e não conseguir implementar, não receber, todos aqueles dilemas que a gente foi vivenciando na Aldir Blanc. A gente tomou uma... como é... novamente aquilo. Como pra nós isso era mais uma ação, a gente conseguia também, embora tivesse o risco de gerar expectativa, de não conseguir, a gente ainda conseguia ter mais tranquilidade. Então, a gente falou para o pessoal “olha, pode até ser que não aconteça, mas vamos deixar tudo preparado caso aconteça”. Então, a gente quando chega o dinheiro da Aldir Blanc, a gente já tinha a política deliberada pelo conselho, a gente já tinha tudo tramitado do ponto de vista da participação popular, que para nós era, sempre foi muito caro na gestão. Então, esse grupo de trabalho faz a deliberação de como deveria ser usado o orçamento, a gente leva para o conselho, tem a ida e vinda, o conselho concorda com parte, volta pro grupo de trabalho, volta para mais uma reunião do conselho e a gente delibera a ação. Se eu não me engano, a gente deliberou no conselho, no dia seguinte ou ali muito junto do período que abriu pra gente poder escrever como ia ser a divisão exata do orçamento. E ainda, especificamente no que você me perguntou, contei toda a história. Contextualizei primeiro é... daquilo que você me perguntou especificamente, a gente fez uma divisão inicial, de beneficiar os coletivos de cultura, então a linha, se eu não me engano, a linha dois<sup>33</sup>. Se eu não estou errado, que era a questão dos coletivos. A gente fez um levantamento, também é uma coisa interessante, que eu acho que é um dado bom, que a Aldir Blanc conseguiu gerar pelo menos para nós aqui em Niterói, e eu conversando com outros municípios também senti

---

<sup>33</sup> Nota da pesquisa: Referência ao Inciso II da Lei Aldir Blanc, voltada à manutenção de espaços culturais. O inciso III foi voltado aos editais de fomento.

isso em vários outros municípios. A gente não tem dados efetivos dentro da gestão cultural. Isso é, em certa parte uma tragédia em parte da política pública, ou um lamento que a gente todos os gestores acabam fazendo. Porque você vai girando a máquina, vai vivenciando ali dentro e não para pra fazer um levantamento, uma sistematização, indicadores, a gente não tem isso normalmente na política cultural, isso é difícil de fazer. A gente acaba bebendo numa pesquisa que a universidade faz ou alguém faz uma pesquisa ou outra. Então a gente conseguiu criar um sistema, a gente pegou o que a lei do Sistema Municipal de Cultura falava que era o Sistema de Indicadores Culturais e conseguiu pela primeira vez botar ele pra funcionar. A Júlia, que trabalhou comigo, ela foi a pessoa que cuidou desse setor dos indicadores culturais. Então a gente pegou tudo que... e aí tinha um jeito que a gente criou, foi uma orientação jurídica, que quando a gente fez o nosso primeiro edital há dez anos atrás na Fundação de Arte e todos os editais que a gente foi fazendo, ele tinha um artigo que dizia o seguinte: quando a pessoa se inscrevia, ela aceitava fazer parte de um banco de dados da fundação. Isso foi um gatilho criado pelo jurídico da Fundação de Arte para que a gente pudesse sempre cadastrar as pessoas dentro do serviço público. Foi uma ideia formulada pelo jurídico há dez anos atrás e a gente usou isso em todos os editais. Então, quando a gente resolveu criar o sistema de indicadores, a gente pegou esse gatilho criado pela fundação e acessou todo o banco de dados de todos os editais. Logicamente foi um trabalho do caramba, porque você imagina que estava tudo em papel dentro de caixas arquivadas. Então, acessar isso não foi fácil, do ponto de vista do trabalho burocrático. Não era um sistema informatizado, mas a gente conseguiu acessar. Então quando a gente leva para o conselho, leva para o GT a proposta de deliberação do que seria a Lei Aldir Blanc a gente leva com dados pela primeira vez, a gente consegue fazer uma política pública baseada em algum dado. A gente fez o levantamento

dos MEIs, a gente fez o levantamento das pessoas que se inscreveram em editais. Então, a gente passa a ter algum, embora não é obviamente cem por cento correto, porque tem desatualização no meio desse caminho, mas ele passa a estar baseado em algum entendimento de dados para você poder apresentar ao conselho. E aí, portanto, a gente faz uma leitura de que tinham muitos coletivos em Niterói que não estavam sendo... a princípio a gente imaginava que não estavam sendo beneficiados por nenhum dos outros auxílios. Não era uma empresa formalmente constituída muitas vezes e tal, então a gente faz uma opção por destinar a maior parte do recurso para os coletivos, grupos, manutenção de atividades dessa população e a gente tem um entendimento também, que a gente conversava muito conselho, que no pós-pandemia esses eram os setores que a gente teria mais... porque como tinha uma... Voltando, novamente, como a gente tinha uma política de assistência, de não deixar as pessoas passarem fome, de ter o pagamento dos quinhentos reais por mês, para quem era MEI etc. tal, tinha uma leitura de que o que que poderia estar desestruturado da cadeia criativa? Os coletivos. O que que provavelmente teria sido, teria sido rompido, porque as pessoas não se encontrariam mais, não estariam produzindo. Os coletivos, os grupos, essa forma de fazer cultura que também é muito cara. Dificilmente no trabalho artístico ele não é um trabalho individualizado totalmente. Ele é coletivizado, em grande parte. Então a gente imaginava que isso podia ser uma ruptura da cadeia, a gente precisava, portanto, fomentar essa cadeia. Qual a nossa percepção e o que acontece ao longo do caminho? A gente vai vendo que isso não foi uma realidade. A gente teve sobra de dinheiro na linha dois e teve um pedido gigantesco de dinheiro para a linha três que eram os editais. Então nos editais que a gente faz o financiamento, que é, especialmente, o Prêmio Erika Ferreira que foi nosso carro chefe dos editais, que era um prêmio pra criatividade, que também era uma ideia da gente poder... Que que a gente fez,

então? A gente divide é... para botar na linha do tempo correto. A gente divide a maior parte, sessenta por cento do orçamento, se não estou errado ou setenta, agora eu estou nessa dúvida, sessenta ou setenta, vai pra linha dois e o restante vai pro edital que é o prêmio Erika Ferreira. E a gente resolve também financiar uma parte da cadeia da produção cultural que não é financiada normalmente, que é a criatividade, é o pensamento. Então, quando a gente resolve fazer esse prêmio a gente está dizendo para as pessoas, “olha, o artista na ponta, o músico que está tocando, o ator que está no palco, todos são importantes. A gente reconhece toda a cadeia, mas existe um outro trabalho que vem antes que nunca é beneficiado”. E no momento pandêmico, já que as pessoas não estão exatamente no palco, exatamente tocando, embora o mundo virtual em parte auxiliou nisso, mas as pessoas tão pensando, as pessoas não pararam de pensar, as pessoas não pararam de ser criativas, as pessoas não pararam de ter ideias nesse momento. Então, era uma ideia de financiar essa parte do trabalho da cultura que nunca, que normalmente, quase nunca é financiado, que é a criatividade, o pensamento, o projeto, a ideia que a pessoa teve. Então, a gente faz o prêmio Erika Ferreira, que foi uma homenagem a uma atriz, diretora da cidade, uma mulher negra que faleceu logo no início da pandemia por causa da covid e usando essa imagem da Erika para mostrar para as pessoas como é importante também essa parte do setor, da cadeia produtiva da cultura. Só que depois a gente vai percebendo que a linha dois ela não teve inscrições. Então todo mundo que se inscreveu na linha dois, que foi habilitado obviamente, que passava pelos critérios que o Governo Federal estabeleceu, o município estabeleceu, foram beneficiados. A gente inicialmente previu uma parcela, a gente beneficiou todo mundo com duas parcelas, então a gente dobrou o orçamento para quem solicitou e foi habilitado, então cem por cento de quem se inscreveu e foi habilitado foi contemplado com duas parcelas, porém sobrou orçamento e a

gente repassou pra linha três e praticamente todo mundo também que se inscreveu na linha três foi beneficiado. Foi uma parcela muito pequena de quem não conseguiu ganhar o prêmio Erika Ferreira porque acabou tendo uma sobra de dinheiro daquilo que a gente previu originalmente. Em parte a gente tem uma avaliação de que isso se decorreu dos impeditivos que foram criados pela procuradoria do município. Então é uma leitura que a gente tem, e a gente não tem absoluta certeza se é isso, porque esse é um dado que a gente não consegue perguntar “porque que você não se inscreveu”. A gente não conseguiu chegar a esse ponto, mas uma leitura breve que a gente fez dentro da gestão era de que parte desse problema se dava, porque quem já tinha recebido auxílio do MEI, quem já tinha recebido auxílio do artesanato, quem já tinha recebido auxílio da empresa ou fosse empregado da empresa que recebia etc. não poderia acessar a Lei Aldir Blanc. Teria esse impeditivo. Como ela era uma política complementar, ela ficava vedada, da pessoa acessar duas vezes os recursos públicos de auxílio emergencial. E aí então a gente entendeu que em parte pode ter sido este um dos problemas do não acesso à linha dois, do financiamento. E nos editais isso acabava não acontecendo, uma vez que como era pessoa física nos editais e não tinha tido auxílio diretamente a pessoa física, exceto as cestas básicas, mas essa não entrava como auxílio emergencial financeiro da Prefeitura, não havia esse impedimento à linha três nos editais, então as pessoas acabaram é acessando também a linha três. É uma leitura, a gente não tem absoluta certeza se está correto, mas uma leitura que a gente fez interna na gestão, conversa interna da gestão. E aí junto a isso, para finalizar e aí não sei se eu consegui te responder tudo ou não, a gente também, junto a isso, acrescentou mais um milhão em auxílio emergencial. Então a gente pegou aquilo que a gente já tinha feito como linha geral do Governo que dava vinte tantos milhões que eu falei, mas esses três milhões e cem e complementou no fim do

ano com mais um milhão para mais um edital que era a ideia da retomada econômica da cidade. A gente imaginava que o ano seguinte já fosse um ano de retomada, que a gente viu na prática acabou de fato não sendo uma retomada, uma vez que a pandemia se prolongou mais ainda, mas nós criamos um edital de um milhão de reais para retomada. Então, como na Aldir Blanc era também, eram pequenos valores, a ideia era que no ano seguinte a gente começasse a produzir novamente. Então ele tinha linha de financiamento para equipar os equipamentos privados, pontos de cultura, para se quisesse comprar computador para fazer coisa de online, se quisesse comprar totem de álcool em gel, máscara ou quiser se adaptar a fazer obra e tudo mais pra adaptar aos seus espaços para ainda um período pandêmico, do que demandava aí de ventilação, de saúde etc. e tal... E também para produção, para quem quisesse produzir atividades artísticas especificamente também teria um financiamento, um valor um pouco maior. Esse edital ainda está em execução, por exemplo. As pessoas não conseguiram executar todo ele em dois mil e vinte e um, logicamente, a pandemia seguiu, mas ele era já uma ideia inicial de retomar a economia do campo da cultura. Eu respondi tudo, Luiz? Não sei.

**P1: Eu acho que sim, me tira uma dúvida, aí é a questão do entendimento meu. Então é esse um milhão que o município complementou - que acho que foi o único município do Brasil que complementou recursos locais aos recursos que vieram pela LAB - esse um milhão ficou então para esse edital de retomada econômica. O prêmio Erika Ferreira ficou dentro dos recursos oriundos da LAB em si.**

E: Sim.

**P1: Beleza. E o inciso três ele ficou resumido ao edital do Prêmio Erika Ferreira ou teve algum outro edital também no inciso três?**

E: Erika Ferreira.

**P1: Somente, beleza. Então está. E foi só pessoa física? Foi o edital para pessoa física.**

E: Sim. Pessoa física. Era... podia ser pessoa física individual ou coletivo também. Mas representado por uma pessoa física.

**P1: Maravilha. É... tudo que você tiver de documento, de informação, envia sim. Nos interessa. Aquilo que for público a gente depois a gente vai ter pelo APOENA um lócus... É, legal... Então manda sim. Nos interessa certamente. Deixa, antes de passar para outra pergunta, te perguntar uma coisa, se você enquanto pelo GDN - quer dizer, enquanto pelo coletivo - ou enquanto trabalhador da cultura, se você complementar, gostaria de complementar alguma coisa a mais sob essa avaliação da LAB em Niterói. Que o gestor Victor não tenha colocado.**

E: Eu acho, primeiro assim eu falei parte dessa avaliação. Eu acho que esse impeditivo que a procuradoria colocou, foi um problema. Eu acho que ele é um problema colocado pela procuradoria. Inclusive até, alguém me perguntou assim: “se você conseguisse voltar um pouquinho”. Eu não gosto muito dessa história do que seria feito diferente não, porque acho que a história é contada dos jeitos que a gente vai fazendo, certos e errados... Mas talvez eu tivesse enfrentado mais a procuradoria. Se for pra dizer uma coisa que eu pudesse voltar pra fazer, seria ter enfrentado um pouco mais a procuradoria,

porque eu acho que, de fato, os coletivos eles ainda estão desestruturados. Então quando eu vou vendo, o GDN por exemplo que é um grupo que eu participo, ajudei a criar o ponto de cultura, é muito difícil a retomada da coletividade. A gente ainda está vivendo esse problema. Posso pegar o exemplo de dois grupos que eu ajudo, ou participo, faço parte, sou integrante, que é Grupo Diversidade Niterói [GDN] e os trabalhadores de artes cênicas da cidade. Dois setores das artes aqui que eu tenho relação. É muito difícil, Luiz. No teatro, por exemplo, que tem uma produção mais organizada, do ponto de vista de criar um espetáculo, ter que ensaiar etc., as relações humanas tão absolutamente esgarçadas e eu acho que era muito necessário que a gente conseguisse fazer os coletivos manterem sua vida orgânica, mesmo que tivesse sido de forma virtual... Eu acho que essa história que a pandemia colocou do esgarçamento da relação humana de as pessoas não se verem, não se encontrarem, que seja para ir no bar beber, que seja para ensaiar, que seja para estar numa reunião, seja para se encontrar e se abraçar, eu acho que isso, como a gente teve essas dificuldades na Lei Aldir Blanc aqui, eu acho que isso a gente não conseguiu vencer. Acho que esse, e talvez esse seja um desafio ainda do ponto de vista artístico, estrutural de coletivo cultural. Do ponto de vista de organização coletiva. Acho que do ponto de vista da organização individual, não. Acho que os artistas, pelo menos por aqui na cidade, a gente conseguiu ter um... salvar é uma palavra meio doida... não é salvar as pessoas, porque ninguém salvou ninguém. Mas as pessoas não passaram fome, e isso é uma questão. As pessoas passaram necessidade, obviamente, porque as pessoas não estão trabalhando e quem é trabalhador da cultura, da arte, especificamente, que sobrevive disso, não teve fonte de renda. Então atrasou a conta, né? Todos esses dilemas que foram feitos. Mas, minimamente, as pessoas não precisaram se “uberizar”. Não precisaram passar uma necessidade maior do que aquela que parte da sociedade

já estava passando junto. Mas a coletividade eu acho que ela está muito, muito destruída. Está... é muito difícil. A gente agora estava debatendo... Particpei de uma reunião do setorial de teatro semana passada pra debater edital, retomada, o que a gente gostaria, o que os trabalhadores gostariam e até mesmo o pensamento coletivo estava difícil, foi difícil. A gente precisou fazer duas reuniões, cada uma de três horas, pra conseguir tirar uma proposta de um edital, de uma linha de como seria. Porque a gente não conseguia se entender, coisa que era tão óbvia, alguns anos atrás a setorial de teatro era óbvio que ela já se entendia, já sabia a política que queria, já tinha... você olhava pro outro, você sabia o que que as pessoas estavam ali refletindo. A gente não conseguiu, foram seis horas de reunião para conseguir tirar uma linha de um edital, um negócio que obviamente a gente teria feito muito mais rápido e já teria resolvido isso. É... está difícil, não está... ainda não está, eu acho que esse elo está um pouco quebrado.

**P1: Maravilha, muito legal isso, Victor. Ainda na perspectiva da gestão da cidade como um todo em relação à LAB, me confirma se você teve a mesma percepção, e como é que você vê, da questão de Niterói ter sido referência pra outros municípios, não só do estado do Rio, como de fora do estado, referências de possibilidades que a gestão alavancou aqui, acionaram meio que processos de capacitação mais informais, que Niterói tem alavancado e nessa leva de questões eu acionaria, por exemplo, o próprio seminário de boas práticas que a cidade fez. Então nessa perspectiva o que que você comentaria?**

E: Foi eu acho que uma das grandes, uma das coisas boas da LAB... Que eu acho que a gente fala, vai falar obviamente, sempre muito do auxílio direto ao setor, de como que as pessoas também conseguiram produzir, conseguiram manter

vivas, é incrível a produtividade do setor artístico com a LAB assim, como aquilo ali auxiliou de fato, na ponta. Acho que quando você vai olhando, pelos menos aqui, obviamente, na nossa realidade, depois que eu fui pro MAC, por exemplo, que a gente acabou recebendo muita coisa que foi financiada pela LAB do estado e tudo mais, foi muito incrível, para mim ver como ela foi potente nisso. Mas há uma outra potência que eu acho que não é muito evidente para o mundo, que é como ela criou relações entre as secretarias, mesmo aquelas que não concordam politicamente, que não tem a mesma visão partidária, política, estruturante etc. Então a gente, por exemplo, aqui da parte do meu ponto lá da secretaria a gente teve dois grupos que a gente participou, um que é o Fórum Estadual de Gestores de Cultura. Então, se você pegasse o fórum antes da Lei Aldir Blanc, ele tinha trinta secretários de cultura que participavam. Então, trinta, trinta e dois, por aí. Depois da Lei Aldir Blanc, praticamente todos os municípios participaram do fórum, porque era um espaço de auxílio entre... primeiro, de auxílio entre os gestores. Então a gente compartilhava parecer de procuradoria, compartilhava parecer de Secretaria de Planejamento, como cada um estava conseguindo fazer. E até mesmo existe um suporte que ele é... ele não é objetivo, ele é um pouco mais... ele é qual a opção de subjetivo? Lógico, não consegui achar a palavra correta... que é quando um gestor fala assim “eu estou fazendo aqui e está saindo”. Outro gestor ali do lado fala assim “poxa, então é possível fazer”. Isso é muito doido, mas aconteceu muito assim. As pessoas, como eu falei antes, as pessoas tinham muito receio do governo não pagar, as pessoas tinham muito receio do setor e aí imagina, no ano eleitoral, o gestor fala assim, alguns que falam assim “poxa, eu vou ser candidato, vou ser candidata, aí eu faço um negócio desse, e não pago as pessoas? Como que eu vou ser candidato? Não vou ser mais, acabou minha vida eleitoral”. O outro fala assim “olha, eu estou aqui com o meu Prefeito e sendo um candidato a reeleição, e

aí? Eu não pago o centro cultural, vou tomar pau, vou ser demitido”. Então, tem esse receio obviamente dos gestores, ainda mais em ano eleitoral. E ao mesmo tempo... aí quando você faz uma junção e você fala assim “olha, vamos nos ajudar e não vamos discutir quem é candidato a vereador, quem não é. Não vamos discutir qual partido cada um está, nós vamos fazer esse negócio dar certo”. E é um pouco do, eu imagino que seja um pouco daquilo que previa o Sistema Nacional de Cultura. Um auxílio entre entes, independente de qual é a coloração partidária. E aí a gente teve também um outro grupo de ajuda mútua, um grupo de se auxiliar foi com as Secretarias de Cultura das capitais. Niterói, embora não seja oficialmente capital, a gente se acha capital até hoje e a gente, eu fiquei muito lisonjeado de ser convidado para esse grupo, porque participava, você imagina, participava, Secretaria de Cultura de Salvador, que é do ACM Neto, então você tem uma coloração partidária específica. BH, participava, a de Natal participava, nós, São Paulo participou, o Rio participou mas não foi a nenhuma reunião, mas estava oficialmente, nesse grupo de trabalho... é, Crivella. Então estou falando de cidades muito díspares. Se não me engano mais se era Rio Branco, Fortaleza, Porto Alegre, não sei se já citei, enfim, diversas capitais, não eram todas mas bastante capitais. Dois terços provavelmente participaram dessas reuniões e isso fez com que inclusive... já que é óbvio, você está falando de capital, você está falando de orçamentos muito maiores do que os três milhões e cem de Niterói, logicamente. Falando de São Paulo, você imagina o volume que foi em São Paulo, o volume que foi em Salvador, cidades gigantescas, BH... mas esse grupo foi o que conseguiu fazer muitas vezes andar parecer... então eu lembro que Natal estava com uma dificuldade, e foi um parecer, se eu não me engano, de São Paulo que fez o de Natal andar. Posso estar equivocado se é exatamente a cidade. Mas isso auxiliava um ao outro. Então a gente, o parecer da procuradoria de Niterói auxiliou Salvador. Sempre brincava, o Felipe de

Salvador ele tinha medo de tudo, ele falava, pelo amor de Deus vai dar tudo errado e tal, e ele falava, Victor, cada vez que eu venho na reunião a sua confiança que vai dar certo é tão boa que eu volto para a secretaria e digo para todo mundo que vai dar certo. Eu era o mais maluco de todos porque eu tinha uma vontade pelo menos que... Eu não ligava. Assim, eu não sou candidato, não ligava para... que eu tenho uma forma de ver que eu não me importo muito com o parecer jurídico, eu quero executar e vai dar certo, aí depois o jurídico que se resolva como ele vai justificar aquilo lá. E muita gente não é assim. Tem uns receios maiores. Mas então a gente tinha uma rede de auxílios e eu acho que isso é uma coisa que a Lei Aldir Blanc conseguiu garantir, que os secretários de cultura desse país se falassem, se conhecessem, se encontrassem, mesmo que fosse virtual. Então, quando a Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro apresenta uma proposta para a sociedade, ela não pode ignorar os secretários municipais, o que ela tentou fazer. Ela tentou ignorar os secretários municipais, mas a organização que a gente já tinha feito a partir da LAB, quando a secretaria chega um pouco atrasada já nesse debate. Chega, porque o estado acabou vindo um pouquinho depois dos municípios nesse debate, ela já chega e quando ela chega ela fala “temos uma política”. [E os secretários:] “Não, não, não, volta a política e nós vamos pactuar, nós vamos conversar primeiro a política”. E a Daniele secretária, embora... foi um momento de tensão, disputa, mas aquilo influenciou e mudou a decisão dela. Você pega, por exemplo, a questão do circo, que ela tinha uma posição, o fórum de secretários ficou do lado do povo do circo, ela muda a posição dela no decorrer do tempo. Embora naquele momento ela tivesse ficado P. da vida, reclamado muito da gente, que a gente tinha batido muito nela, é parte da disputa política, mas ela depois recua e muda, ela vê que estava certo a posição que secretários municipais estavam colocando. Então, isso só foi possível com a Lei Aldir Blanc, se eu não tivesse tido essa

formulação de que os municípios recebiam direto do Governo Federal, tinha lá na lei, que tinha que ter pactuação para executar no estado, estava escrito isso na lei. Se não tivesse escrito na lei, provavelmente isso não teria acontecido, porque isso fez com que os municípios sentassem, dialogassem e olhassem para aquilo com “oh, está todo mundo ferrado, ou a gente se ajuda ou não é Brasília que vai ajudar a gente.”

**P1: Maravilha, Victor. Victor, agora vamos puxar o olhar para a questão dos territórios. Deixa eu contextualizar primeiro e depois a gente volta em separado se você preferir. Assim, Niterói já vinha antes mesmo da LAB provocando uma maior articulação, uma conjuntura, com as conferências, mobilização dos territórios. A LAB pega esse processo de alguma maneira no caminho e, as etapas virtuais da conferência, como é que você avalia essa coisa nesse entroncamento? E se as repercussões destas políticas na ativação dos territórios e se a LAB, o que a LAB pode representar no fortalecimento do território? Ou seja, se precisar eu volto um pouco nas colocações.**

E: Entendi.

**P2: Espera aí, Luiz. A gente... é porque é, antes de você, depois ele volta, eu queria que você me respondesse assim duas perguntas. Bom, primeiro, com relação ao grupo de gestores. Se você tem contato com eles, tem noção, se ele continua ativo, quanto a sua, o quantitativo de gestores e se ele tem tido encontros, porque eu me lembro muito bem dessa formação, inclusive se queria criar uma cooperativa, enfim. É, eu quero saber se você tem ainda contato, se ele está ativo, se... ou agora que digamos que o grande “boom”, todos esses entendimentos estão um pouco mais claros é... esse**

**pessoal deu uma sumida, se você tem essa resposta e outra, com relação a rede de auxílios para o sujeito cultural, para o trabalhador cultural, se em Niterói foi pensado ou se pensa ainda (uma vez que você também está dentro desse contexto de gestores) um auxílio pro CNPJ, pra pessoa física... um auxílio, pessoa jurídica ou CPF pessoa física no sentido é... por exemplo, vou te dar um exemplo, Angra dos Reis tinha um setor dentro da secretaria de cultura, que auxiliava o trabalhador de cultura com relação ao planejamento de um projeto, sabe? Então às vezes a pessoa era um artista mas ele não era um gestor, ele não tinha noção de como aquilo dali, aquela máquina burocrática funcionava. Então, Angra há uns anos atrás montou o setor que era pra facilitar a vida desse sujeito que tinha em tempo e em tese é... direcionado pra fabricação ou confecção daquilo que era a sua produção cultural. Então essas duas perguntas que eu queria que você, se você pudesse falar antes de responder as do Luiz.**

E: Da coisa da articulação, a do Estado do Rio de Janeiro, assim que eu saí da secretaria eu saí do fórum, porque a gente lá fez uma mudança inclusive... que existem alguns fóruns de secretários que a direção está ocupada pela pessoa física. E aí quando a pessoa sai da secretaria continua no fórum, continua dirigindo um fórum que ele não é mais secretário. Então, aqui no Rio de Janeiro a gente mudou isso. Então, eu era secretário do fórum, primeiro secretário, mas era a Secretaria de Cultura de Niterói, que era a primeira secretaria do fórum. Então, quando eu saio da secretaria, o novo secretário que tem que assumir essa função. Então, me retirei de toda essa..., óbvio que eu conheço as pessoas e falo com elas pessoalmente. Na personalidade. Mas do ponto de vista da articulação desse fórum, eu não sei como ele está, não tenho a mínima ideia de como ele se configura. A outra que era com os secretários de cultura das capitais, o grupo do WhatsApp continua existindo.

Então a gente ainda se fala no grupo do WhatsApp. Então, como ele não é um fórum instituído, assim existe o Fórum Nacional de Secretários de Cultura e ele continua funcionando. Esse eu sei que tem reuniões e tal. Mas esse fórum não era exatamente isso, ele era um paralelo. Ele não era só dos secretários, ele tinha secretários, mas também tinha os trabalhadores que executavam a LAB, tinha procuradores, ele era uma coisa mais ampla do que só as secretarias, então ele continua, se falando, teve reuniões. Mas bem mais desarticulado, com toda certeza ele não é articulado como estava na época da execução, porque muitas inclusive muitos gestores mudaram. A eleição das cidades mudou muito as secretarias e aí as pessoas que se falavam antes passaram a não ser mais as pessoas que estavam na gestão. Mas, voltando ao que era interessante, é porque criou-se as relações. Essas relações humanas que, mesmo que não sejam mais institucionais, você mantém. Você sabe quem é quem em cada lugar, você conseguiu conhecer quem era. Teve uma, por exemplo a ideia do prêmio de criatividade surgiu num encontro daquela Escola de Políticas Culturais, se não me engano, escola que Santini tocava muito... Alexandre Santini<sup>34</sup> que era subsecretário aqui de cultura de Niterói, e foi num debate que eu estava participando que uma pessoa do Recôncavo Baiano, a Lilian, falou sobre isso e falou, “poxa, a criatividade...” ela que falou isso, eu não inventei isso, ela disse num debate e eu ouvi aquilo e eu falei assim “isso é sensacional, Lilian, que você está falando”. Aí ela falou “ah Vitor, eu já ouvi isso trezentas vezes, mas ninguém faz nada, sempre falam isso, ninguém faz nada”. Eu falei “mas eu vou fazer, eu tenho certeza, eu não sei o que, mas eu vou fazer”. Aquela ideia ficou na minha cabeça muito tempo. Mas você vê como é importante você encontrar pessoas de outros lugares, dividir essas experiências. Mesmo

---

<sup>34</sup> Alexandre Santini é um dos depoentes do Projeto Apoena, Secretário de Cultura de Niterói (posse 04/2022)

que não seja só com gestores. Então a Escola também continuou, ela teve muitos desdobramentos depois, passou a ter uma rede que foi articulada. A Jandira Feghali articulou muito a rede nessa época também. Então, existe, por exemplo, um grupo também de artistas, produtores que a gente já se encontrou algumas vezes que surgiu a partir das experiências de organização e de mobilização pró Aldir Blanc. Então a Jandira conseguiu reunir um grupo de artistas e produtores e pessoas da área na época para pressionar a aprovação da Lei Aldir Blanc e esse grupo se manteve até hoje. Virou um coletivo, tem pessoas das mais diversas dentro desse lugar, dos vários lugares do Brasil. Então foi bem legal. E a coisa do auxílio, sempre tem uma ideia de fazer escritório de projetos. Isso é o que todo mundo adora dizer que vai fazer um escritório de projetos. É... eu não sei como... enfim, acho que a gestão atual, não sei exatamente como ela está tocando aqui essa área. Quando a gente estava lá, quando eu estava na FAN antes de ir para a Secretaria, a gente tentava fazer muito isso lá pelo sistema de financiamento. Então, existia um auxílio. Eu tenho uma leitura de que o Estado do Rio de Janeiro é super paternalista, acho que desde Brizola a gente tem uma relação paternalista com os setores e tem uma galera interna que brigava muito comigo isso. Porque a gente passou... e a Lei Aldir Blanc... isso era cruel com os funcionários porque tudo era online. Só que o WhatsApp que é um instrumento pessoal virou um instrumento do trabalho. Então as pessoas uma hora da manhã, duas horas da manhã, cinco horas da manhã mandavam mensagem para Júlia, para Luciana, para o Mateus, para mim, tirando dúvidas de como se inscrevia, de como participava de tal ação, era uma coisa maluca que acontecia no nosso WhatsApp. Então de fato é muito importante ter os instrumentos de governo para auxiliar, porque senão vira as pessoas físicas usando seus instrumentos pessoais para dentro do governo. Isso vira uma maluquice. E inclusive também no auxílio aos outros municípios, porque, embora eu



não acredite nessa história de você pegar uma política, implementar exatamente igual em outros lugares, isso para mim não existe. Cada lugar é um lugar, cada território, como essa territorialidade do Luiz, vai ter suas especificidades, não adianta, eu vou reproduzir a lei Erika Ferreira em Maricá, vai dar certo? Pode dar, pode não dar, pode dar, pode não dar em BH, em Salvador, sei lá, entendeu? Pode dar e pode não dar. É, eu não gosto muito desse negócio de modelos de gestão. As pessoas têm que pegar ideias e adaptar as suas ideias. Mas essas ideias de escritório, de redes de auxílio, elas são sempre importantes, porque o nosso setor...ele é um setor, eu não vou falar carente de formação, porque é a expressão que a gente usa, mas não é verdade assim, carente de formação. Ele é carente do Estado entender ele como parte do processo artístico. A gente não entende o trabalhador da cultura como trabalhador normalmente, aquilo ali é quase um hobby. O estado olha “claro, está bom, ele faz tal coisa e também é artista, ele é outra coisa que também toca e também”... o artesanato talvez seja o que a gente consiga ver mais fácil, porque como o artesanato virou, na verdade, a feira de artesanato, a venda, o comércio, isso virou mais fácil de entender. Para o estado, pelo menos, na forma de organização do estado. A gente está falando de Niterói. Óbvio que nem todos... se você olhar artesanato em Pernambuco é outra coisa, não é a mesma coisa que a gente olha aqui. Estamos falando do artesanato niteroiense. É, e é muito difícil você entender. O músico ele tem isso mais forte em Niterói do que outras áreas artísticas também. Enfim, são setores diferentes. Mas eu acho que o estado não entende. Aí vira um negócio de “bota todo mundo para ser MEI”, aí depois não sabe o que faz com os MEIs... e depois virou... todo mundo é MEI e agora o que que faz. Então também não resolve o problema. A gente chegou a fazer isso... a Casa do Empreendedor, auxiliava as pessoas a tirarem MEI, e aí depois você faz o que com os MEIs? É estranho então eu concordo pouco com o que você

falou. Acho que é preciso pensar uma política, eu acho que não tem pensada hoje, acho que não está pensado. E aí do ponto de vista da territorialidade, Luiz... como eu falei antes, acho que quando a gente chega na história da LAB, a gente carrega junto essa história que estava antes na cidade. A gente estava num processo de Conferência, a gente tinha tomado uma decisão na cidade de que a Conferência ela ia ser territorializada. Então ela também tinha algumas reuniões de linguagens, então, ela tem uma reunião de juventude e cultura. Teve uma reunião de cultura LGBT, tiveram algumas reuniões de pontos de cultura. Mas ela foi pensada para ser conferência territorial, etapas territoriais. Que a ideia é que a gente debatesse a política cultural como uma política que não fosse somente dos artistas e dos agentes tradicionais da cultura. Aquilo que a gente reconhece: o ator, o músico, o artesão, enfim, toda a cadeia aí que a gente... o mestre de capoeira, o cara do ponto de cultura, o produtor cultural, normalmente a gente, quando fala de conferência, a gente fala com essas pessoas. É o mais natural que a gente faz, porque é um pouco do campo onde a política cultural dialoga mais facilmente e se entende do mesmo campo. E a gente achou que a gente precisava dar um outro passo, que era debater com a população como um todo. Como eu acredito bastante na teoria do [Víctor] Vich, de que a política cultural não é tocada somente pela Secretaria de Cultura, eu tentei fazer um pouco isso também no debate do plano de cultura, debate com a sociedade. Então a gente pegou as praças públicas e começou a ir para as praças públicas chamando as pessoas que frequentam a praça, que moram no entorno da praça, que não são pessoas que são artistas, nem agentes artísticos, mas são usuários da cultura obviamente, se cultura é o hábito, é o fazer. Não preciso te dizer isso logicamente, é óbvio que a gente pode debater com essas pessoas também, elas sabem o que que elas desejam, elas sabem o que elas querem mudar, elas sabem o que elas querem influenciar. Se a cultura precisa

operar no sentido de desconstruir preconceitos, essas pessoas sofrem os preconceitos também. Então, elas sabem dizer pra gente o que que a cultura precisa agir, na ponta. E foi muito legal, assim, foi um processo que estava sendo muito, muito, interessante. Eu lembro de uma, que eu sempre cito. Na praça do Ingá, que é um território que nem é periférico, dentro de um bairro elitizado onde estão uma parte dos equipamentos culturais da cidade, por exemplo. Mas quando a gente chegou na praça do Ingá, uma senhorinha veio de cadeira de rodas até a praça e pediu para participar e pediu para falar. Ela falou: “ah, o que que está acontecendo aqui?” Ah gente falou: “ah, uma conferência de cultura para ver o que as pessoas...” Ela falou assim: “nossa que incrível, ninguém me chamou para conversar nada nessa cidade, eu virei uma velha, eu fico ali na varanda da minha casa, eu fico olhando a praça todo dia, vejo os meninos jogando bola e tal e ninguém me chama para opinar o que que tem que fazer com essa praça”. E ela foi dar opinião dela sobre o que tinha que fazer com a praça. Isso é muito legal. E óbvio, assim, eu estou falando de uma senhora que teria todas as condições de opinar na política pública da cidade. Imagina quando você vai lá no Viradouro fazer a mesma coisa, quando você vai lá na Engenhoca fazer a mesma coisa, quando você vai em outros territórios que não estão incluídos tradicionalmente nas políticas culturais, que não têm equipamentos culturais, que têm os fazeres artísticos que não são reconhecidos pelo Estado, em sua grande parte. Que você vai ter muitas vezes o funk, todo preconceito que nós temos em cima disso, o samba etc. e tal. Além dos outros fazeres que a gente sequer entende aquelas pessoas que conseguem produzir. Então é um processo muito difícil. E quando você transporta isso para o mundo digital fica piorado. Porque ir no território da pessoa, você consegue encontrar a pessoa. No campo do virtual você não sabe exatamente em qual território você está. É um outro território. Embora as pessoas morem nos seus territórios, estão naquele campo

virtual. Então isso foi muito difícil de conseguir fazer. Eu acho que esse foi um desafio daqueles homéricos que você tinha. Porque você tem que entender que a pessoa não tem, muitas vezes, o wi-fi em casa, ela está usando no celular dela, então está usando o 4G, o pacote de dados dela. Por que a pessoa vai, ao invés de jogar o seu jogo, ao invés de falar no WhatsApp, por que que ela vai entrar na reunião? Por que que ela vai gastar pacote de dados delas discutindo a política cultural da cidade, e ela nem sabe o que aquilo ali significa para a vida dela. Então é um processo que não é bem resolvido. Quando você vira a chave para o mundo digital; óbvio que com a pandemia como as pessoas passaram a ter que usar o mundo digital, isso modificou, logicamente. Mas é um desafio muito grande, porque não dá para passar cem por cento. Não consegue, não é possível. Então eu acho que esse desafio a gente não conseguiu é..., a gente conseguiu lidar porque a gente botava isso como uma questão, mas não conseguiu resolver porque eu acho que não tinha uma resolução fácil e rápida pra chegar. Mas o que que a gente faz? A gente coloca dentro dos nossos editais políticas de bonificação, políticas de territorialização. Então quando você pega, por exemplo, o Prêmio Erika Ferreira, a gente bonifica proponentes que estão de Zonas de Especiais Interesses, que são em grande parte das comunidades da cidade. Óbvio que nas ZEIs entram também os territórios históricos e arqueológicos e tudo mais, mas verdadeiramente, noventa e oito por cento são favelas, comunidades da cidade. Então isso tinha prioridade, tinha bonificação de quem era proponente de ZEI. Daí a gente também faz uma política de reserva de vagas para pessoas negras. A gente sabe que no estado do Rio de Janeiro e Niterói, a maior parte dos moradores de ZEIs são pessoas negras. Obviamente que a exclusão racial do Brasil está inscrita nos territórios, está permeada dentro do território periférico da cidade. A gente bonifica também, faz um pedido, para mulheres, para pessoas trans, enfim, a gente vai tendo

uma política de cota. Essa é uma ação afirmativa e a gente faz muito parecido com o que o PPCULT<sup>35</sup> na UFF fez. A gente usou o mesmo modelo, exemplo de política de bonificação. Então, se a pessoa tivesse o ponto para passar na categoria sem a bonificação, ela não entrava na bonificação. Então você fazia, que ao invés de você reservar e dizer “oh, cinquenta por cento vai ser para negros” e fica ali nos cinquenta por cento? Não. Isso é ver a maioria absoluta. Todo mundo que era trans, que era negro e negra e mulheres foram beneficiadas. Todas, todas as pessoas que eram. Porque como tinha, como eu falei, como transferir o dinheiro, você passou a ter essa bonificação, todo mundo que era de ZEI, acabou sendo beneficiado também. Então, uma política que ela conseguiu atingir, dessa forma que a gente criou, eu acho que ela conseguiu, óbvio que assim, ela conseguiu atingir mais a ponta. Ela conseguiu atingir mais essa ponta, esse território mais periférico. Obviamente que você não consegue atingir cem por cento, porque você vai ter a limitação de como a pessoa te acessou. Então só quem conseguiu acessar é que foi atingido. E aí muitas vezes a gente faz isso na política pública, fala que cem por cento dos territórios foram atingidos. Não é bem verdade, porque você não vai conseguir ter falado com cem por cento dos agentes culturais desses territórios, logicamente. Se pegar um exemplo, quando a gente faz a política, a gente fez a política de pontos de cultura e é... esqueci o nome que... que a gente fez antes, enfim.

### **P1: Ação local.**

E: Ação local, isso. O que a gente faz? A gente contratou mobilizadores locais para poderem falar com as pessoas,

---

<sup>35</sup> Nota da pesquisa: PPCULT, Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidade da Universidade Federal Fluminense (UFF).

panfletar, ir bater de porta em porta e ir nos coletivos comunitários. E aí tinha uma parte que era auditiva, que a pessoa contava para você o que ela fazia. Que é um outro jeito de você entender o que as pessoas... porque não adianta, a pessoa tem uma linguagem sua, que usa no seu território. Aí você quer que ela transforme isso num processo burocrático de edital? Não vai fazer, não vai conseguir. Obviamente. Ela não está... O Estado tem que entender como é a forma dela de lidar com o Estado. As pessoas muitas vezes são analfabetas e não vão conseguir escrever e não vão. E se o estado... A menos que o estado diga que essas pessoas não vão mesmo participar da política cultural, o que não era o que a gente queria, logicamente. Então quando você faz essa escuta, quando você vai no território, você consegue achar essas outras pessoas. Quando você está no mundo virtual, não adianta. Só quem acessou seu Instagram, seu Facebook, o Colab<sup>36</sup> da prefeitura. A gente foi tentando os instrumentos que a gente tinha. Mas ele é um instrumento deficitário, obviamente. Como a gente tinha passado parte da conferência, e tudo mais, a gente conseguiu chegar em pessoas que a gente não chegaria se não tivesse passado por isso. Então foi muito importante ter tido esse passo anterior. Mas como a pandemia parou esse passo no meio, a gente só conseguiu falar com metade dos territórios que a gente queria falar na cidade. Na outra metade a gente não conseguiu chegar.

**P1: Vou pegar mais uma ponta ligada a essa perspectiva de território. Fala um pouquinho sobre as formas de comunicação, divulgação etc. etc. com os territórios, entre os territórios e interterritorialmente. Perspectiva da comunicação entre os sujeitos, da divulgação das políticas.**

---

<sup>36</sup> O Colab App é um aplicativo em formato de rede social, gratuito, utilizado para serviços de cidadania em gestão pública.

E: Luiz, eu acho que assim... Isso é algo, como eu estava falando já antes, é difícil, é muito difícil. Primeiro porque eu acho que o Estado não sabe e não quer falar a língua de todas essas pessoas. Então, a política cultural de Niterói, especificamente – é a minha leitura, um pouco do que eu escrevo lá no meu mestrado – ela foi, da década de setenta, especialmente, para cá ela foi sendo guiada por um caminho de falar somente com um tipo de pessoa. Os equipamentos culturais não estão todos localizados no mesmo território à toa. Eles não estão localizados no bairro de Icaraí, Ingá, São Domingos e Gragoatá à toa. Que, por um acaso, também é onde está localizada a Universidade Federal Fluminense. E a gente sabe que foram criadas as universidades no Brasil para um tipo de pessoa, ela não foi criada para o povo brasileiro, o povo pobre, povo preto, o povo... não foi, ela está tentando se ressignificar, mas ela não foi originalmente criada, então é... Imagina, se obviamente, se a UFF fosse pensar, esse território que a UFF ocupa foi, hegemonicamente, de pessoas mais pobres, pessoas periféricas, pessoas pretas, travestis, os equipamentos culturais nesses territórios estariam obviamente com outro significado. Mas não é. Eles estão numa junção. O Museu do Ingá que é a antiga sede do Estado do Estado do Rio (que a Guanabara era um outro estado) era lá... Ele não está localizado naquele bairro à toa. Junto está ali a casa do Antônio Parreiras... Enfim, eu estou numa junção de como a cidade foi sendo formulada. E aí quando você tenta romper com isso, é tudo muito difícil, porque os processos de higienizar, de tirar pessoas para outros lugares, [ironia] joga para cima da favela e resolve o problema, jogando para longe. Deixa a praia que está perto dele poluída, porque aí eu não preciso conviver com aquela pessoa ali na frente da minha casa. É muito difícil. Então quando você vai falar da comunicação você vai tendo outros problemas porque como você fazer uma comunicação que mude isso? Então na secretaria lá, por exemplo, a gente tomou uma... na Lei Aldir

Blanc, especificamente, pra dar um exemplo concreto pra LAB, a gente optou, por exemplo, se você pegar todos os vídeos que a gente produziu, os vídeos não foram feitos por pessoas brancas. Uma decisão. Os vídeos seriam feitos por pessoas pretas, porque a gente queria falar com essas pessoas. A gente sabia que seria na ponta que seria o mais difícil da gente chegar. Se a pessoa olha um vídeo institucional e só tem pessoas brancas no vídeo institucional, ela vai olhar e falar assim “não é pra mim, de novo”. Então foi uma decisão de comunicar a partir... A gente tinha uma comunicação que eu acho que foi bem montada na secretaria, então uma das coisas que eu quando virei secretário que eu pedi ao prefeito era a comunicação. Porque eu sabia que eu precisava falar com pessoas diversas, eu precisava ter um outro jeito de falar com as pessoas. Porque na disputa de Secretaria e Fundação, a comunicação era indicada pela presidência da Fundação, não era pela Secretaria e aí quando eu virei o secretário eu falei para o prefeito: “eu quero indicar a comunicação! É uma das minhas das minhas questões para eu ser secretário”. E ele permitiu e aí a pessoa que eu trago para dirigir a comunicação é a pessoa que ajudou a criar o Mídia Ninja. Eu estou falando de outra comunicação, de outra forma de chegar nas pessoas, falando de outro pensamento de comunicação. Eu tentei, um pouco, sair daquela lógica, que obviamente não ia deixar de acontecer, de falar com o Fluminense, A Tribuna, de distribuir a agenda cultural impressa em Icaraí, para dizer o seguinte: “nós precisamos falar com outras pessoas, de outros modos, de outras linguagens”, aí eu trago o Junior, passo a coordenar as redes sociais da secretaria, que é o menino que mora no Morro do Palácio. Estou falando de um outro corpo que está ali dentro ocupando aquela forma de comunicar. Então, a gente foi tentando. E eu falo assim “a gente conseguiu resolver o problema?” Não, não vai resolver o problema, mas vai mudar a forma de enxergar o problema. Vai mudar a forma de tentar resolver ou de tentar chegar nesse lugar problemático.

Desafios, lógico! Você falou da comunicação interterritorial... Isso não adianta o Estado querer fazer, eu acho que isso, por exemplo, são as políticas de base comunitária, os pontos de cultura, as ações locais, isso a gente tem que estimular que as pessoas conversem. Logicamente que você vai ter ainda dificuldades. Niterói tem menos que o Rio, por exemplo, questão de brigas de facção, de um território que não entra no outro e coisas desse tipo que aqui acontece menos do que na cidade do Rio de Janeiro, mas acontece. Tem gente que não entra em outro território, porque não pode. Você às vezes vai subir de camisa vermelha, a pessoa já diz: “Olha, não sobe hoje aqui de camisa vermelha não, porque isso não é um bom dia pra você subir de camisa vermelha”. Isso acontece nos territórios periféricos da cidade. E é um termo louco, não é? A gente fala do território periférico e nem sempre o território é periférico. É periférico de Icaraí, mas ele está ali do lado, o Morro do Estado está grudado, o Morro do Palácio está grudado. Qual a diferença do Palácio...

**P1: Oficialmente periférico, não territorialmente periférico.**

E: É, exato. Ele não está está empurrado pra lá. Não é igual Paris, que empurrou todo mundo para longe e fez os arruamentos em volta, periféricos. Aqui, não. Aqui está dentro do mesmo solo. Mas eu acho que a gente... A política de ação comunitária, especialmente pontos de cultura e coisas do tipo, é um caminho que eu acho que o Estado tem que buscar. Não é o único, porque não adianta, também, você estimula a rede dos pontos de cultura, depois a institucionalidade fica lá, está bom. Eu mantenho todos os meus equipamentos culturais no mesmo eixo. E para ele está tranquilo. Ou você faz diferente. Aí você cria o centro cultural na zona norte, uma das ideias que a gente estava desenvolvendo, e diz que quem vai dirigir vai ser um homem branco que mora em Icaraí. Aí também não

adiantou de nada. Aí tu está chovendo no molhado. Tem que ter esses, eu acho que tem que ter essas pequenas mudanças, que são pequenas rupturas.

**P2: É... eu vou, baseado nisso que a gente está falando de comunicação... houve uma comunicação junto a Secretaria de Cultura direto com as rádios comunitárias e com as tevês e as mídias alternativas também comunitárias nesse processo de comunicação, dessa ligação?**

E: Não. A gente acessou a rede dos pontos de culturas e ações locais. Essa rede a gente acessou. Então, por exemplo, a Bem TV, que é um ponto de cultura e desenvolve um trabalho de mídia, a gente acessou. Mas o pensamento não foi a partir da... porque eu tinha respondido... tentar formular aqui direito. O pensamento não era “nós vamos trabalhar com as mídias comunitárias, vamos trabalhar com as rádios comunitárias, vamos trabalhar com jornais comunitários, vamos trabalhar com as rádio poste”, não, o pensamento não era esse. Nós olhamos e a Bem TV que se ofereceu para auxiliar no processo com a gente, foi um pouco ao contrário, a Bem é que vem no caminho de juntar e falar assim “olha, eu posso ajudar nisso aqui. Eu posso chegar com vocês nisso aqui”. Então, é um caminho que não veio da gestão, veio da sociedade civil para gestão. E a Bem TV foi o nosso melhor canal para conseguir chegar mais na ponta, que eles têm um trabalho absolutamente incrível.

**P1: Victor, agora olha só, vamos de novo dar outras guinadas. Então, não falta demais não. É, pensando assim, não sei se a gente pode dizer, queria ouvir você sobre isso. Mas que a LAB trouxe algumas novas formas de fazer gestão governamental? Os gestores tiveram que chegar nos sujeitos de outras formas etc.? E também, pelo lado**

**contrário as pessoas começaram a se articular e demandar mais claramente ou mais diretamente certas políticas? A cultura, acho que a gente possa visualizar isso com a própria construção da Lei, a própria construção da LAB se deu nessa direção, de ver legisladores conversando com a sociedade, a sociedade pautando alguns municípios, alguns estados sobre as suas demandas. Como é que você avalia se houve repercussões, ou não, da LAB sobre outras políticas da cidade? Considerando essas estratégias e essas táticas para pensar no setor.**

E: Só pra dialogar com essa primeira parte da sua fala, eu não tenho certeza se a LAB, se é ela exatamente, se é a LAB que coloca o desafio de chegar a outras pessoas, porque isso não está, exatamente, previsto. Ela dá a possibilidade ao gestor dele fazer isso. Isso é uma coisa que eu achei interessante. Porque, por exemplo, quando a procuradoria, quando a gente falou aqui de fazer fomento diretamente a coletivos ou diretamente a grupos territoriais, do jeito que a gente conseguiu descrever, a procuradoria dizia o seguinte aqui para gente, o parecer da procuradoria de Niterói era “isso que vocês tão propondo é ilegal, a gente não concordaria. Mas como está na lei federal a gente não tem o que falar”. Entende? Então assim, se a gente quisesse fazer uma lei própria nossa da cidade, eles não deixariam. Mas como estava na lei federal, eles não podiam opinar contrário. Então esse foi um arcabouço jurídico que a LAB deu para o gestor. Mas se eu dissesse assim “não quero fazer desse jeito”, também não era um problema. A LAB ela não é impositiva nesse sentido. Então ela dava margem para gestores poderem pensar. Eu acho que a mobilização da sociedade que foi feita, que você falou, dos parlamentares, das escolas de políticas culturais, os secretários e tal, isso acabou dando essa liga de pensar um pouco fora desse eixo tradicional. Mas você vai pegar municípios pelo Brasil, que eu fui olhando nessa coisa das reuniões, que fizeram mais do

mesmo. Não inventaram nada, pegaram suas próprias políticas que faziam, e pegaram a LAB, e só transportaram para a LAB. Isso num era impeditivo. Também não sei se é para ser, Luiz. Num sei se é para ser impeditivo, se... Até porque, não dá para considerar o Brasil como uma coisa só. É um país bizarramente gigantesco e diverso. Então, acho até que, pensando aqui agora, que a formulação da LAB era muito generosa com os gestores na ponta, porque acho que, aquilo que a gente fala da vontade do legislador, quando você vai dizer o que era a vontade original... Eu acho que ela foi generosa de entender a diversidade do Brasil e não amarrar cem por cento das coisas, ela tinha caminhos para você poder usá-los dentro da gestão. Isso para algumas procuradorias era um inferno, porque algumas procuradorias falavam “não, isso está errado”, algumas procuradoras, como a nossa, “está na lei, está na lei, cumpra-se a lei”. E passa é... você perguntou o que exatamente? Desculpa, agora eu me perdi, porque eu falei um monte de coisa.

**P1: Não, legal isso. Só te perguntando, você acredita, é lógico que é “achismo”, que esse novo olhar, esse novo posicionamento do jurídico tende a ficar flexibilizado independente da LAB em outros editais, em outras leis? Como aprendizado para o jurídico?**

E: Eu acho que do ponto de vista federal, sim. Eu acho que a LAB inaugurou um negócio federal que está dado, está lá, executou. Então, por exemplo, se o Ministério da Cultura tinha muito receio das coisas dos repasses de fundo a fundo, fazer repasse para os municípios etc. e tal. Está instaurado. Não tem o que dizer, que tem “ah, não posso fazer. Ah, tenho medo jurídico”. Não. Está lá. Tem uma legislação. Do ponto de vista municipal, menos. Porque você... é isso. A gente, por exemplo, nosso, no meu caso específico aqui de Niterói, os nossos

pareces eram baseados na lei federal. Se você não tem mais uma lei federal, muda o argumento jurídico. Então, por exemplo, na retomada econômica, que eu citei que a gente fez um novo edital, a gente fez uma lei própria em Niterói para poder fazê-lo. Porque o jurídico nosso dizia o seguinte “não é possível, não é possível colocar o dinheiro dentro da LAB, porque se não você vai ter que prestar contas do jeito que está escrito na lei federal”. Aí falava “não façam isso. Vamos fazer uma lei própria na cidade, de retomada econômica da cultura, que a gente possa fazer editais dentro dessa lei”. Mas ao mesmo tempo também, é isso que você acabou de perguntar, o pontapé da LAB é que nos fez poder fazer essa lei. Senão, talvez, a gente nunca tivesse pensado em fazer uma lei, e o jurídico ia dizer “não pode. Não pode e não faz sentido o que vocês estão querendo fazer”. Mas eu acho que outras experiências, a de Natal eu acho que foi muito rica também porque eu lembro de trocar muito com o pessoal de Natal. E que lá, a procuradoria era totalmente contrária a tudo. Tinha uma de “não pode, não pode, não pode”. Acho que São Paulo também tinha muito problema dessa história da procuradoria, mas eles resolveram e eu acho que talvez essa resolução deles, por exemplo, vá ficar institucionalmente para gestão. No nosso caso, uma coisa que foi muito boa, é que para a Secretaria de Cultura, por exemplo, a secretaria que nunca tinha feito...você perguntou também sobre outras secretarias. Então, por exemplo, para a gente aqui a Secretaria de Cultura nunca tinha sido é... como é que é a palavra certa? Ela nunca tinha feito a política fim (é não sei se é essa a palavra, deixa eu tentar me entender). Aqui a operacionalização do orçamento é sempre feita pela Fundação de Arte, nunca feita pela secretaria, secretaria mais é o arcabouço teórico e a FAN executa. Na Lei Aldir Blanc não, quem executou foi a secretaria, não foi a FAN. Executamos diretamente pelo orçamento municipal, pela administração direta. E foi a primeira vez da história da cidade que um edital e uma ação de

execução orçamentária foi feita diretamente pela secretaria. Você vê que a gestão seguinte, que é a atual gestão, todos os editais atuais da gestão são feitos pela secretaria, não são feitos mais pela FAN. E quem instaurou isso foi a Lei Aldir Blanc. E inclusive uma coisa que é bacana, que talvez eu não possa afirmar se isso advém ou não da Lei Aldir Blanc, mas, por exemplo, os editais que a FAN fazia tinham um parecer jurídico que dizia que só podia pagar depois de executado, objeto executado. A Aldir Blanc a gente paga antes de executar, você paga primeiro e depois presta contas. Todos os editais da secretaria que vieram depois, todos, paga primeiro e executa depois. Isso é uma mudança de você fazer política cultural da cidade, uma vez que você pressupõe que o Estado está financiando e que a pessoa não precisa ter a grana. Então a gente estava falando antes de territórios, de pessoas periféricas, de outros corpos estarem ocupando esse espaço. Se você quer que essas pessoas ocupem, não adianta dizer pra elas que elas têm que executar primeiro, porque elas não têm a grana para executar. Óbvio que elas não têm o dinheiro pra executar. Ou acaba sendo aquelas coisas que ficam, entre aspas, mal feitas. Porque a pessoa executa de um jeito, não tem a grana para executar, e depois você fala “está vendo, era uma bosta? Está vendo? A galera da capoeira não sabe fazer...”. Porque também é um pouco isso, o Estado joga com isso. Porque vira um Estado somente para pessoas que têm a grana para botar na frente. E isso, eu não sei se eu posso falar se os pareceres jurídicos depois, porque eu não li nenhum deles, se basearam ou não nisso ter sido feito antes, mas é fato que todos os editais depois são pela secretaria e todos são pagos antes de serem executados. Na Aldir Blanc foi muito bacana, que a gente executou a Aldir Blanc junto com a Secretaria de Planejamento e de Fazenda e isso foi um negócio que facilitou a vida de uma forma... e eu acho que isso foi muito generoso por parte do prefeito. Porque como a secretaria nunca tinha executado, a decisão foi gerenciar pela

secretaria, o Rodrigo na época, falou “Victor, vai dar errado”. Ele falou assim “esse negócio aí, a chance de dar errado, de você não conseguir executar, você não ter funcionário, é grande”. Ele falou “não faça isso da cabeça, não faça sozinho”. Aí ele pegou a Ellen [Benedetti], que era secretária de planejamento a época, e continua sendo na atual gestão também, e chamou uma reunião comigo e ela e falou assim “Ellen, ajude o Victor. É, estou pedindo, eles não vão conseguir, pode dar errado, não deixa dar errado”. E a Ellen que foi, que era Secretária de Planejamento, ajudou muito, ajudou muito. A SEPLAG ficou toda ela voltada, vou fazer um exagero, toda ela voltada... Mas eles destinaram funcionários para acompanhar todo o processo, eles foram para junto com a gente. Não foram fisicamente porque era online, mas a gente abria um chat de reunião e a gente mostrava, é assim que começa a inicial, é assim que faz o segundo parecer, é assim... E eles iam vendo com a gente, lendo e dizendo “oh, corrige aqui, muda ali, isso é muito importante”. Isso foi muito importante para o processo de estabelecer que a Secretaria de Cultura poderia executar a política fim. E na Fazenda a mesma coisa. Porque como a decisão de executar na cultura foi feita pela Fazenda, foi a Secretaria de Fazenda, Giovanna [Victor], secretária na época, que virou para mim e falou assim: “Victor, vamos instaurar que a Secretaria de Cultura possa fazer, não vamos fazer pela FAN, não faz sentido você não executar o orçamento. Executa pela Secretaria, eu vou te ajudar”. Você vê... nós fomos a primeira cidade a executar pagamento da Lei Aldir Blanc no Brasil. Isso só se deu porque foi a Fazenda que ajudou a executar. Se não fosse a Fazenda, tanto que...

**P1: Victor, agora pra acabar. Agora para acabar eu vou botar uma pergunta que inclui três. Olha só, fala um pouco da sua vinculação partidária, da sua militância política anterior ao cargo de secretário, fala um pouco desse Victor De Wolf anterior a esse ponto. Depois fala um pouco do**

**Victor De Wolf atual, ou seja, como é que no MAC [Museu de Arte Contemporânea] você está conseguindo trabalhar a questão territorial e a questão interseccional? E por fim se você quiser dar alguma sugestão de possível outro entrevistado para a gente estar fazendo... três perguntas em uma, para fechar.**

E: Acho que quando eu chego na secretaria, eu chego como uma pessoa que teve um percurso no setor cultural da cidade, especificamente. Eu sou, eu sou uma pessoa que gosta muito da vida da cidade. Eu sou um niteroiense totalmente bairrista. Eu nasci aqui, estudei aqui, fiz UFF que é aqui, porque eu falei que eu não queria sair daqui nem pra estudar. Trabalhei um ano só na cidade do Rio de Janeiro e achei um negócio horróroso e voltei para cá correndo, pedi demissão, não tinha nem emprego aqui. Eu falei: “eu não quero ficar nesse negócio de cidade do Rio de Janeiro, esse negócio horróroso. Uma coisa grande, difícil de lidar, é um negócio maluco, umas cidades... a gente fica criando as cidades gigantescas, malucas”. E voltei para cá e aí fui ser ponteiro de cultura. Tinha aberto o edital do ponto de cultura, organizei o ponto de cultura aqui nosso e fui ser ponteiro de cultura. E fui resolver minha vida. Eu fiquei, eu fiquei alguns anos fora da gestão pública e resolvendo a minha vida por editais. Sou produtor cultural, por formação, então eu olhei o meu mundo assim a partir da minha visão de produtor cultural e de que eu precisava criar meu caminho. Então eu fui militar no campo das artes, me achar um pouco no mundo das artes. Obviamente que a cultura LGBT, que é um pouco da minha militância de vida pessoal, ajudei a fundar o Grupo Diversidade de Niterói, organizei as paradas do Orgulho LGBT da cidade, acabei fazendo o ponto de cultura LGBT, logicamente. Fiz o Centro de Cultura LGBT, foi o primeiro ponto de cultura LGBT do Estado do Rio de Janeiro, acho que segundo do país, acho que só São Paulo tinha um que era específico de lésbicas e a gente fez o segundo do país,



o primeiro do Rio, especialmente com essa temática. Então eu fui organizando por aí. E fui me achando dentro do mundo da galera de qual setor artístico eu me encaixava e fui me achando com o pessoal do teatro. Acabou sendo um pouco... Era uma vontade que eu tinha já na graduação, então meu trabalho de conclusão de curso de graduação é na área do teatro. Foi o Gilberto Gouma que foi meu orientador, que é professor de teatro da faculdade. Então eu tinha uma vontade de trabalhar com a área do teatro, produzir um teatro e eu fui me encontrando ali. Então fui me organizar junto com os trabalhadores de artes cênicas, fui para dentro da Associação dos Trabalhadores de Artes Cênica, a ATACEN, acho que é a Associação antiga da cidade e fui militar nessa área, com os com os trabalhadores de teatro e com a comunidade LGBT. Então, parte da minha militância na área da cultura é nesses dois setores, se é possível chamar de setores. Aí eu fiz parte do conselho de cultura, quando ele ainda era consultivo, na gestão seguinte a sua, quando você foi presidente, na gestão seguinte eu fui conselheiro e dali depois quando o Rodrigo assumiu a prefeitura ele me convidou para ir para o governo. Mas inicialmente ele me convida não para ir para a Secretaria de Cultura, ele me convida para ir para coordenadoria de políticas LGBTs da cidade e eu não aceito. Eu falo “não, muito obrigado, eu sou gay, eu tenho uma militância na área, mas eu tenho uma profissão e eu só quero trabalhar se for na minha profissão”. A minha militância é minha militância. O meu trabalho eu quero que seja na minha na minha área profissional. Então, eu falei “oh, se você quiser me oferecer algum espaço na cultura, eu vou, eu posso discutir. Nesse espaço que você me ofereceu eu agradeço, posso oferecer - se tiver outro militante do Grupo de Diversidade de Niterói que possa assumir o espaço -, a gente indica, mas eu não tenho interesse nenhum em assumir essa pauta”. Ele levou um susto. Porque era meio óbvio, eu estava no Ponto de Cultura LGBT, eu fazia a parada, era meio óbvio que eu ia aceitar esse cargo,

mas eu não quis, eu acho que não era meu caminho. Eu não queria, na verdade, voltar pro governo, eu estava reticente em voltar para gestão pública, porque eu já estava três anos. Um ano eu tinha ficado num Centro Cultural no Rio, não é gestão pública, mas tinha ficado três anos fora, eu estava com a minha empresa, com a minha produtora, eu estava no ponto de cultura, eu falei “não, eu não quero voltar a essa vida de governo, negócio de ficar enchendo meu saco de campanha e tal, não estava muito afim disso”. Mas aí ele me ofereceu a Superintendência de Cultura da FAN e aí o presidente da FAN era o André Diniz, que era um cara que eu tinha boa relação, não tinha problemas. Embora eu não concorde com ele, a gente tinha boa relação. O outro superintendente era o Fernando Cruz, que é um cara que eu gosto também, tenho boas relações. Eu falei “ah, talvez possa sair coisa boa daí”. E aí eu aceitei ir para o Governo e fiquei ali seis anos e meio até assumir a Secretaria de Cultura. Me foi uma boa experiência, porque quando eu cheguei na secretaria eu tinha passado por parte desse trabalho que a secretaria acaba... um pouco acho que, eu acho que a minha gestão não concretiza cem por cento, porque não dá tempo, lógico, eu sabia que não daria tempo; mas ela aprofunda o Sistema Municipal de Cultura. Eu acho que ela pega aquilo que estava previsto. Porque eu estou dizendo, o Sistema Municipal de Cultura de Niterói foi feito na gestão quando eu estava na FAN e foi a Superintendência de Cultura que tocou esse processo. Foi a gente que organizou e eu participei do conselho de cultura, obviamente a FAN não tinha assento no conselho de cultura naquela época, mas eu era o secretário executivo do conselho, então eu fiquei no conselho ajudando a organizar o conselho. Aí quando eu chego na Secretaria, eu pego a experiência que o Mateus [Lima] tinha tido em Cabo Frio, de organização do conselho de lá, e trago o Mateus e falo “Mateus, vem trabalhar comigo aqui”, que é um cara da área do teatro também, “vem trabalhar comigo aqui, vamos fazer aquele processo de organização parecido com o

que você fez, ativar a Câmara setorial e tal”. E a gente começa a executar dentro do conselho uma coisa que eu gostei bastante que era executar a partir... é muito difícil explicar... porque o normal é que a secretaria leva a política para o conselho, o conselho delibera, discute e tal, mas eu achava que a gente tinha que começar a fazer um pouco do contrário. Dá mais trabalho, é um pouco mais lento, e você paga o preço por fazer uma política mais lenta, mas você, eu acho que ela é mais efetiva, quando você estimula os debates a partir de GTs [grupos de trabalho], a partir das câmaras setoriais, começa a debater lá de baixo, vem construindo o passo a passo. Dá muito mais trabalho, demora muito mais. E você às vezes em um ano e meio não consegue executar. Mas acho que é um pouco desse meu processo de ter sido conselheiro, de ter sido oposição da gestão anterior, de ter brigado com o secretário anterior muito. E ter sido ponteiro, eu acho que é um pouco da minha formação. E agora no MAC, é eu vou, um pouco, transpondo essas minhas ideias para dentro do museu. Eu não sou da área da museologia. Eu acho que eu caí um pouco de paraquedas no museu. Assim, museu não é exatamente a minha área, não é o que eu pretendia fazer da minha vida, não é o que eu pretendo fazer da minha vida, não pretendo ficar ali muitos anos, embora na vida às vezes a gente vai ficando. Mas não é minha pretensão. Minha pretensão é estar ali, eu falei isso para o prefeito, falei isso para o secretário, minha pretensão é estar ali ajudando a entender como esse museu precisa ter uma gestão baseada em algo que eu acredito. Como é possível um museu ter a sua própria origem, não ignorar o seu passado, porque eu acho que também essa história que as pessoas entram na gestão e dizem que são as primeiras a fazer tudo, eu acho um negócio que... [ironia] “eu sou o primeiro a fazer, não sei o que”. Não, bicho, você não é o primeiro, você é o primeiro porque alguém fez alguma coisa antes que deixou você ser o primeiro, até... A política tem isso. As pessoas querem ser o primeiro, querem inventar a roda em

tudo. Então eu não estou inventando a roda em lugar nenhum. Eu estou apenas fazendo a roda acontecer e é baseada em alguns princípios do que eu acredito. Então, por exemplo, a gente montou um conselho deliberativo do museu, mas esse conselho não foi inventado por mim, esse conselho foi inventado por João Sampaio quando foi prefeito. Ele decretou o conselho há vinte e cinco anos atrás. Nenhum diretor acionou o conselho. Nenhum diretor... o primeiro conselho teve uma reunião. Depois nunca mais. Em vinte e cinco anos ninguém acionou o conselho. Eu fui ao prefeito, propus “Prefeito, tem o conselho. Por que a gente não faz ele funcionar? Por que a gente não ouve as pessoas?” Aí obviamente que a gente, aí eu aproveito também e falo “oh, esse conselho não pode ser um conselho de notáveis, homens, brancos, héteros. Ele tem que ter uma diversidade”. Então, a gente muda. A gente mantém as mesmas vinte e uma pessoas, assim, o mesmo o número de pessoas, mas não é mais Oscar Niemeyer, Jorge Roberto Silveira e do Ítalo Campofiorito no conselho. Ele passa a ser um conselho que tem duas pessoas indicadas por pontos de cultura. Para ter uma política comunitária dentro do museu. Ele passa, o diretor do museu indica umas pessoas. Então, por exemplo, indiquei o cara da Associação de Moradores do Morro do Palácio para estar. Eu indiquei um coletivo de pessoas de cultura negra, porque eu acho que essas pessoas que precisam estar, um ponto de cultura, o Centro de Cultura LGBT. O GDN indica uma pessoa trans para dentro desse conselho. Então a gente foi montando um conselho, uma tentativa dele ter uma diversidade de linguagens, de corpos. Então é uma política pensada para discutir as questões territoriais, as questões dos corpos que não ocupam o museu tradicionalmente. E eu propus ao Prefeito, mas isso eu ainda estou com problema de executar, porque a procuradoria é contra, criar um fundo museológico, fundo de amparo aos museus da cidade de Niterói, com pouco daquilo que a gente fez: conselho, plano e fundo. E fizemos o plano museológico. E

aí, óbvio, quando a gente faz o plano museológico, se eu fiz uma gestão de secretário que acredita na participação, que teve isso como um mote muito forte, eu não posso fazer um plano museológico fechado dentro do museu. Então a gente faz o plano museológico baseado no princípio da participação. Nesse caso, mais difícil do que foi fazer as coisas da secretaria, porque embora o MAC seja um símbolo, todo mundo da cidade reconhece o MAC como da sua cidade. Você vai ver foto do MAC e fala “minha cidade”, o turista vem aqui você leva no MAC. Mas as pessoas não têm relação real com o museu, elas têm relação com a arquitetura do prédio, com o prédio, com o símbolo daquilo que foi colocado. Quase uma nave que pousou ali e depois um dia quem sabe pode levantar o voo. Então as pessoas não têm relação real, então é mais difícil porque é um processo a ser construído. Então eu tenho tentado. Eu acho que precisa repensar o horário de funcionamento do museu, o museu que se pretende conversar com seu cidadão, não pode funcionar de dez às seis. Trabalhador não vai nesse museu. Trabalhador está trabalhando de dez às seis. Então precisa repensar o horário, precisa repensar os eventos do museu, porque senão a pessoa não vai, a pessoa não vai para ver só a arte contemporânea que está ali dentro, não adianta, não vai. A pessoa não vai para ver a coleção [João] Sattamini, ela vai uma vez, mas ela não vai uma segunda, ela não vai terceira, por que que ela vai voltar no museu? Qual é o atrativo desse museu? Então acho que essas questões têm que ser melhor pensadas. Um pouco do que eu estou tentando fazer por lá. Mas é mais difícil do que a secretaria. Por incrível que pareça.

**P1: É mais sagrado.**

E: É.

**P1: O MAC tem uma sacralização diferente.**

E: Total, total.

**P1: Filiação partidária.**

E: Filiação?

**P1: Sua filiação partidária.**

E: Sou filiado ao PCdoB.

**P1: Pois é.**

E: Eu venho da... a minha história é no PT. Eu fui muitos anos, com dezesseis anos, não sei bem, dezesseis, dezessete anos, não sei bem quanto, mas eu me filiei ao PT. Passei uma longa vida dentro do PT, ajudei a fazer os programas de governo de todos os prefeitos que vieram aqui do PT, inclusive do Rodrigo [Neves] quando entrou no PT, mas depois eu e o meu grupo político, vereador na cidade que é o Leonardo [Giordano], tudo mais. Então a gente migra para o PCdoB entendendo... e o meu entendimento é que o PT não consegue mais é... ser aquilo que eu almejo do ponto de vista do projeto político geral, não político cultural, mas político geral, por outros motivos. Mas a gente hoje, eu e outras pessoas que militamos juntos há anos aqui na cidade, somos filiados ao PCdoB.

**P1: Quando você migrou, Victor?**

E: Ih, Luiz, não sei se tem uns cinco anos, deve ter uns cinco anos já, isso.

**P1: Então está bom.**

E: Já não sei mais, eu estou ficando... é muito tempo já, de tudo aí já. Eu estava me dando conta que está fazendo, fez agora em janeiro, dia cinco de janeiro, fez dez anos que eu fui nomeado no governo de volta. Falei gente eu não acredito que eu estou, que eu vou ficar dez anos numa gestão municipal, e eu não queria nem ter voltado.

**P1: Vou interromper a gravação.**

E: É muito tempo. Dez anos em algum lugar...



Universidade Federal Fluminense - UFF  
Laboratório de Ações Culturais - LABAC  
APOENA – Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações  
Culturais – foco RJ  
[pesquisa.apoena@gmail.com](mailto:pesquisa.apoena@gmail.com) – <https://apoenaredecultural.wordpress.com>

Projeto APOENA  
Entrevistado (E): **Leonardo Giordano**  
Data: 06/04/2022

Pesquisador entrevistador (P):  
P1: Marcelo Correia  
P2: Ana Lúcia Pardo  
P3: Luiz Augusto Rodrigues

Ajuste da transcrição: Izabella Ladislau Campos - Data:  
04/08/2022  
Conferência: Marcelo Correia - Data: 16/08/2022  
Ajuste final: Luiz Augusto Rodrigues – Data: 19/06/2023

**P1: Bom gente, boa noite, a gente está abrindo hoje a entrevista no dia seis do quatro de 2022, com a Ana Lúcia Pardo e eu que vos falo, Marcelo Correia, através do projeto Apoena, que é uma rede de diagnóstico e avaliação de políticas e ações culturais. Especificamente com foco no Rio de Janeiro. É com a coordenação do professor Luiz Augusto Fernandes Rodrigues e o nosso convidado de hoje, ele vai se apresentar, que é o Leonardo Giordano, que fez parte, digamos, de parte da trajetória da Lei Aldir Blanc em Niterói. Bem-vindo, obrigado Leonardo em nome do Apoena pela sua presença, sabemos que você tem, hoje... o seu tempo está curto pro muito que você tem que fazer, porque são agendas e de antemão eu agradeço a sua presença e já lembrando que estamos gravando para que a**

**gente possa usar posteriormente partes ou tudo da nossa entrevista. Bem-vindo Leonardo.**

E: Obrigado pelo convite e deixo o registro que não tem nenhum problema com o uso da gravação e seu conteúdo, está super facultado aí para qualquer uso, sessão, publicação que vocês desejarem, deixar isso registrado aqui na gravação. Agradecer a vocês pela oportunidade. Dizer a vocês, como o Marcelo falou, só rapidamente é porque na verdade não é por nada tão difícil. É porque é a semana de transição, eu estou retornando à Câmara [dos Vereadores] e está assumindo o novo secretário. Então a gente está fazendo as reuniões de transição ao mesmo tempo em que eu estou fazendo as reuniões para tomar o pé da questão legislativa. Então isso está me atrapalhando, essa semana especialmente foi delicada e aí eu estava aqui com a Júlia [Pacheco] e com outros companheiros que estão aqui na minha frente acompanhando a entrevista também fazendo um papo aqui sobre a Câmara no fim do dia, sobre a volta da gente para lá, mas eu estou à disposição de vocês, super feliz pelo convite.

**P1: Bom, então vamos, a gente tem dividido em dois blocos, o primeiro bloco é mais assim a sua trajetória pessoal. Então gostaria que você me informasse o seu nome completo, lugar de nascimento, movimento político e não, perdão, ainda não. Nascimento, formação e vinculação institucional.**

E: O meu nome, meu nome é Leonardo Soares Giordano, mas geralmente eu uso o Leonardo Giordano mesmo. Minha origem de vinculação com os movimentos sociais se deu ainda muito novo através do movimento estudantil e depois disso o engajamento na militância cultural aqui na minha cidade. Eu fui vereador da cidade em cinco legislaturas, duas delas como

suplente e depois em três mandatos consecutivos. Nessas ocasiões eu presidi a comissão de cultura do legislativo municipal. Eu sou autor aqui na cidade de sessenta e cinco leis que estão em vigor. Muitas delas são relevantes pra área da cultura, exemplos, a lei do artista de rua, a lei do cultura viva, dos pontos de cultura aqui da cidade, de todo o programa Cultura Viva, a lei do grafite que é uma legislação interessante que a gente tem aqui em Niterói também de arte pública, livre, sem tutela ou consulta ao governo para aplicação nos logradouros da cidade, entre outras legislações que são legislações atinentes da cultura. Eu também tenho uma atuação na política eleitoral como candidato a vice-governador do Estado do Rio. Na ocasião, com a Márcia Tiburi como a nossa candidata. E mais recentemente eu fui convidado para ser Secretário Municipal das Culturas aqui em Niterói e estou terminando nessa fase de gestão que a gente executou aqui no governo do prefeito Axel Grael. Isso é mais ou menos um resumo, as balizas principais assim da trajetória da gente até aqui.

**P1: Bom aí, claro, pode parecer um pouco redundante, mas a gente está seguindo um roteiro. Você participa ou participa de algum movimento político e ou militância no campo cultural?**

E: Sim, e aqui a gente teve diversos momentos em que a gente teve situações pontuais de protesto, mas de maneira estruturante eu me vincularia ao movimento cultural da cidade de forma permanente. Então, por exemplo, eu já fui conselheiro de cultura da cidade, eu articulei e participei de momentos assim que foram decisivos, como foi o caso da reabertura dos equipamentos culturais de Niterói - que houve um período aqui que essa foi a luta principal da cidade; o Teatro Popular de Niterói ele chegou a ficar fechado três anos, a companhia

pública de balé da cidade ameaçada de extinção. Então são movimentos que no plano local ganharam destaque, relevância... E que, digam, de alguma forma eu tive participação, eu estava participando de maneira bastante ativa. Então sim, eu me traduziria inclusive como um militante da cultura antes de qualquer outra coisa.

**P1: Vamos lá. Quando e como você começou a se envolver com política cultural mais estritamente falando e que passagens você destacaria é sua trajetória como agente cultural no município?**

E: Bom, algumas dessas questões, eu havia abordado antes, mas se eu fosse vincular um momento, eu acho que ele se dá de maneira mais orgânica a partir da constituição aqui na cidade do Sistema Municipal de Cultura. É um momento em que a gente, essa discussão ela ganha um relevo importante e o engajamento a partir dali foi um engajamento integral na pauta. Nesse momento eu estava como vereador e eu assumi a presidência da comissão de cultura. Então essa vinculação ficou facilitada por essa posição. Eu acho que isso é a soma das questões que eu abordei anteriormente, elas dão um pouco do contexto geral dessa vinculação.

**P1: É foi o que eu te falei: pode parecer redundante, mas a gente está seguindo um roteirinho para que a gente depois possa fazer as nossas anotações de forma mais tranquila. Bom, como você avalia...**

E: Pra gente não ficar, Marcelo, hein Marcelo? Pra gente não ficar depois com respostas muito incompletas, você edita, puxa de lá que eu antecipei para cá, me ajuda aí.

**P1: A proposta é um pouco essa, porque na edição é complexo mesmo. Bom, vamos lá. Eu já vou partir pra última pergunta desse bloco, desse primeiro bloco, que é mais uma trajetória pessoal. Como você avalia os limites e as potencialidades da participação da sociedade civil, e numa perspectiva fora da gestão pública? São duas perguntas.**

E: Não, eu penso que... engraçado, eu até conversava agora mesmo com meus amigos sobre isso. Eu penso que o nosso papel, a cultura tem um grande potencial de transversalizar as demais discussões da cidade e acredito que a gente pode ter na construção da política cultural, das suas demandas, um engajamento que nos permita elevar a participação social cidadã do povo ao status de participação política no sentido da disputa pelo poder. No sentido da construção de uma possibilidade crítica em relação aos temas todos da sociedade para que a gente possa, usando esse potencial transformador, essa característica transversal da discussão cultural, fazer com que a gente tenha uma possibilidade de pensar a cidade como um todo, pensar o espaço urbano, pensar as desigualdades das situações injustas dos territórios, e conseguir a partir da cultura constituir uma fala crítica mudancista em relação a esses temas que nos incomodam. Eu acho que esse é esse potencial do discurso cultural, da discussão das políticas culturais, ele está presente e está presente nos territórios, nos fazeres, na maneira que a gente vai afirmar a liberdade de criar, de fruir, de proteger as identidades, a memória, e o fazer cultural em si e ao mesmo tempo na possibilidade que a gente tem de traduzir esses temas todos. Como eu havia aqui antes num próprio projeto de cidade que carregue essas críticas para o campo de um plano de construção mudancista

**P1: Beleza, Ana, é com você.**

**P2: Boa noite, Leonardo, Leo. Agradeço de antemão aqui junto com a equipe do projeto Apoena - tem outros pesquisadores que aqui não estão, mas fazem parte do conjunto. E quero agradecer também ao seu assessor Márcio Filho que é muito querido, com quem venho falando. Entrando agora no bloco dois sobre a emergência cultural, Lei Aldir Blanc, no seu entendimento como é que se deram essas primeiras articulações do Estado do Rio, na sua região, no município de Niterói, como é que você avalia essas primeiras articulações em torno da Lei Aldir Blanc?**

E: Eu penso que foi um dos principais e mais bonitos movimentos de mobilização no setor cultural que a gente já viveu. Era um momento muito duro e se tornou lugar comum dizer que o setor mais afetado ou um dos setores mais afetados pela pandemia era a cultura. Ainda assim pouca gente nota que foi um dos setores mais mobilizados e uma das mais belas lutas de toda sua longa tradição, exatamente a cultura, para que se conseguisse a Lei Aldir Blanc com uma junção de forças diversas... Eu acho que a gente teve uma mobilização muito linda da cultura. Eu acho, o que estou tentando enfatizar é que a gente teve um momento muito importante, muito bonito da mobilização cultural em o maior inverno político, intelectual, civilizacional, um dos maiores invernos que o Brasil já passou com Bolsonaro no Governo Federal e uma das mais difíceis pra cultura, porque a pandemia, todo mundo dizia isso, afetou o setor cultural em cheio. Então, que tenha conseguido realizar essa ampla junção de forças e mobilização em direção da Lei Aldir Blanc, é excepcional, é uma questão que a gente deve anotar com qualidade na história futura do nosso país. A gente fez história ali. Então esse movimento de mobilização, de junção de múltiplos parlamentares. A Lei Aldir Blanc não foi uma lei só da esquerda não, embora ela tenha tido a Benedita [da Silva] como autora, a Jandira [Feghali] como relatora, grandes

parlamentares da cultura, ela ganhou votações decisivas. Para além da... ela se espalhou muito além do campo popular ou do campo progressista. E ela é um dos grandes feitos, na minha opinião de militância também do setor cultural na história do Brasil. Eu acho que isso, essa percepção ela é importante que a gente tenha, porque foi um grande desafio e ao mesmo tempo foi uma grande resposta histórica do setor cultural. Numa terceira dimensão, que é a última que eu analisaria, num momento de forte disputa de valores culturais no Brasil, porque do mesmo jeito que a gente tem a cultura com as suas características positivas - que a gente sempre usa assim. A gente tem também a cultura do racismo, a cultura da xenofobia, a cultura da misoginia. A cultura é elitista. E esses valores estavam muito sendo disputados nesse momento histórico do povo brasileiro. A cultura estava atacada inclusive como fazedoras e fazedores de cultura sendo vagabundos, subversivos... Pessoas que não mereciam... é um lugar econômico na sociedade, a dimensão da cadeia produtiva da cultura estava sendo aviltada, destruída. E a lei Aldir Blanc, a mobilização por ela, o processo político que leva à ela, é um processo de uma grande resposta nacional a isso tudo, e uma enorme derrota para esse outro campo que pensa essas coisas que eu estou aqui descrevendo.

**P2: Léo, você meio que já respondeu, mas de qualquer maneira está aqui na nossa lista e se quiser acrescentar nessa outra questão aqui sobre a Lei Aldir Blanc: quanto às questões do legislativo estadual e municipal em torno da defesa dos trabalhadores da cultura logo no início da pandemia, como que você avalia esse momento, esse avanço, essa questão?**

E: Então, eu vou introduzir um elemento novo, Ana, nessa discussão, que é o que eu queria pelo menos deixar listado,

que foi algo que eu senti muita falta. A nossa experiência em Niterói foi uma experiência de múltiplos auxílios e editais com recursos próprios do município em paralelo à Aldir Blanc. Senti falta de uma Aldir Blanc estadual. Senti falta de uma mobilização. Eu acho que ficou um buraco. Mesmo que a gente tenha tido uma gestão cultural no estado interessada em promover ações, ficou uma... a gente tem muita dificuldade de pensar o Rio, a gente tem muita dificuldade de fazer articulação no Rio. Isso é histórico no nosso estado. E acho que a mobilização dos municípios, dos parlamentares municipais e estaduais foi fundamental pra Aldir Blanc, mas ao mesmo tempo é digno de nota que a gente não tenha tido auxílios municipais em tudo quanto é cidade e não tenha tido ações decisivas do governo do estado naquilo que eu considero um certo buraco de uma mobilização que dirigiu o Plano Nacional corretamente, mas que teve dificuldade em se traduzir em políticas públicas na esfera estadual e em diversos municípios. Não penso que seja o caso de Niterói. A gente fez aqui 13 milhões em editais. Imagina, a nossa Aldir Blanc era 3.2 milhões, a gente fez 13 em editais e chamadas públicas de alto alcance, com centenas de contempladas e contemplados. Ou seja, na mesma perspectiva, no mesmo tom da Aldir Blanc. Mas isso não aconteceu em outra cidade e no estado do Rio de Janeiro também ficou esse buraco. Então eu apontaria isso: brilhante mobilização na direção da luta nacional e há que se fazer uma análise com certa autocrítica sobre os nossos movimentos, sobre termos conseguido articular e vencer no estado e nos municípios temas correlatos. Eu acho que esse buraco é visível. Ele existe, ele é importante numa análise agora mais teórica, mais profunda, num balanço político de tudo o que aconteceu, eu senti falta disso. A gente não conseguiu pressionar os prefeitos e teve muita dificuldade de enredar o Governo do Estado e fazer uma pressão na ALERJ para que tivesse voz própria, uma espécie de Lei Aldir Blanc Estadual, eu senti falta disso na nossa articulação. Embora eu



veja muitas virtudes dessa mobilização dos municípios e do estado, quando a gente está discutindo a Aldir Blanc federal. A mobilização do Rio foi linda então sobre isso, nenhum senão, mas acho que tem essa questão que a gente pode ter como balanço, que eu acho que ela joga uma luz interessante no debate.

**P2: Ótimo. E como que, se tratando de participação social, sociedade civil, como que você descreveria o papel do Conselho Estadual de Cultura, do Conselho Municipal nesse processo. Que ações, articulações você destacaria? Dos fóruns regionais, locais, temáticos e essa participação da sociedade civil, tanto no conselho estadual, municipal, quanto nos fóruns?**

E: Eu julgo que foi fundamental. Eu penso que foram centros de organização da luta. Os fóruns, coletivos e papel destacado naturalmente aos conselhos, tanto os municipais, quanto o estadual. Mas ao mesmo tempo eu acho que essa mobilização ela não ficou estritamente... ela não ficou restrita a esses ambientes. Eu acho que ela transbordou e por isso ela teve tanto sucesso. Então eu acho que eles foram centrais como núcleos dirigentes, centros organizativos da luta, mas acho que a luta vence porque a gente conseguiu transbordar isso de uma maneira interessante, comunicar de uma maneira mais ampla que esses espaços, que são os espaços corriqueiros da participação social, os temas da emergência, da luta cultural naquele momento.

**P2: Ótimo, vou passar pro Marcelo dar continuidade, aí a gente vai fazendo esse bate bola.**

**P1: Vamos lá. Como você avalia os processos participativos de discussão, implementação, efetivação das ações resultantes da LAB no estado e no município? Você já falou um pouquinho que houve aí uma lacuna, existe uma lacuna nesse movimento então...**

E: É, eu posso falar mais nesse caso, descer um pouquinho mais pra experiência municipal. Aqui em Niterói a gente teve amplo debate sobre a aplicação dos recursos, então teve ampla divulgação, a gente já falou bastante disso. E depois um amplo debate bem democrático sobre a forma de gerir, a forma de fazer a coisa acontecer. Então o nosso conselho ele discutiu em pautas sucessivas a modelagem dos editais lançados, a maneira de trabalhar com eles, que tipo de alvo eles deveriam ter, qual a modelagem mesmo. Como fazer com que eles pudessem ser o mais simplificados possíveis. E ao mesmo tempo a gente teve um grande engajamento de todo mundo nas campanhas de divulgação e garantia de acesso ao direito cultural, no caso. Porque outro problema também que a gente sempre tem, sempre enfrentou na cultura, é das pessoas acessarem os editais públicos, das pessoas conseguirem vencer essa barreira da burocracia. Então, eu acho que duas mobilizações são muito importantes aqui, a seguir da grande mobilização pela aprovação. A primeira delas é uma discussão ampla e democrática sobre o que fazer com os recursos e de que forma. Isto aconteceu, no caso niteroiense, pelo menos. E o segundo tema é como dar ampla publicidade, facilitar e assessorar as pessoas e coletivos culturais para que tivessem acesso. E eu acho que isso também aconteceu. A gente teve um recorde de inscrições e uma participação amplíssima das pessoas. A Aldir Blanc virou uma... os seus editais viraram um grande chamamento público muito além da turma que geralmente disputa os editais, que geralmente se apresenta pras políticas culturais. E ela conseguiu assim vazar muito essas barreiras anteriores aqui.

**P1: Vamos lá, para você que caminhos e/ou antecedentes poderiam representar processos de aprendizagem da sociedade civil no campo das políticas culturais e das experiências participativas que as antecederam?**

E: Eu acho que Aldir Blanc é um divisor de águas, uma coisa que eu tenho dito, é que ela não pode ser entendida só como uma legislação emergencial, embora era isso que ela foi naquele momento. Eu acho que a gente tem com a Lei Aldir Blanc - e existe essa potência também que deve ser mencionada da possibilidade da Lei Aldir Blanc 2 - a gente tem uma ruptura de vários elementos que se apresentam em novidade pra gente a partir de agora, que é: recurso chegando na ponta em muitos municípios do Brasil e isso nunca aconteceu antes. Se a gente faz uma interpretação como militante da cultura, como fazedores e fazedoras da cultura, de que isso foi uma experiência meramente emergencial, a gente vai jogar fora uma imensa potência de fazer com que essa experiência emergencial se torne, seja incorporada à nossa formulação de política cultural, por exemplo, nos sistemas de cultura. Eu acho que fazer esse elo, tirar a Aldir Blanc desse lugar onde ela foi uma experiência emergencial e ponto, e incorporar ela e suas experiências, seus desdobramentos, para uma visão onde ela tem um lugar importantíssimo na estrutura de concepção das políticas culturais no Brasil vai traduzir o fenômeno que a gente viveu. Vai ser o melhor pra política cultural, vai ser o melhor para nossa posição de militantes da cultura. Então eu acho que a gente tem esse desafio. A pesquisa de vocês ela é muito importante por isso também, porque ela está mexendo com algo valioso. Pelo que eu compreendo aqui do trabalho que vocês estão fazendo é um trabalho de perceber, analisar, tirar saldo dessa experiência geral, para que a gente possa, inclusive, não permitir que ela se limite, na história do Brasil, a uma experiência pontual, emergencial que estava atrelada à pandemia. A gente

aprendeu algo novo, a gente tem uma nova tecnologia, a gente descobriu um continente novo na Lei Aldir Blanc. Ela não nega, refuta ou diminui a importância de tudo que a gente já defendeu até aqui, sejam os pontos de cultura, o sistema, o sistema de cultura, o CPF da cultura que a gente sempre discutiu, as políticas culturais como um todo. Ela acrescenta uma potência nova e traduzir isso é decisivo para que a gente não perca ela, para que não seja um momento que acende e apaga na história das políticas culturais brasileiras.

**P1: Entendi. Vamos lá, você participou dos debates virtuais sobre a LAB no estado e no município? E se sim, qual avaliação sobre os processos das lives e webconferências? Qual é a sua avaliação sobre?**

E: Eu tenho uma avaliação positiva. Eu acho que a gente se adaptou muito rapidamente, até na forma de participar, de fazer é democracia. E isso é foi um, cara, um grande avanço da cultura, a gente não percebe. O movimento sindical - com o meu máximo respeito como comunista ao movimento sindical - não conseguiu. Não conseguiu traduzir para as mobilizações, a sua articulação, sua discussão de qualidade para o ambiente virtual naquele momento em que isto era necessário, de maneira emergencial, tática. A cultura conseguiu. E talvez seja o exemplo mais visível de um movimento do povo que tenha conseguido rapidamente se organizar pela internet, realizar atividades cheias e ter boas participações. Bom saldo, boa qualidade naquilo que estava fazendo. Então, eu participei das atividades virtuais e eu penso que elas foram assim... é claro que pode melhorar aqui acolá e tal, mas no geral o balanço é extremamente positivo. Tanto assim que a gente venceu, tanto assim que a gente conseguiu se articular, tanto assim que a gente não ficou atomizados nos municípios, cada um olhando para um lado, cada um vivendo sua vida. A gente conseguiu se

juntar e conseguiu uma enorme vitória. Eu acho que essa experiência, também aqui pensando, de como a cultura conseguiu construir uma mobilização virtual muito rapidamente, é uma experiência muito importante para os movimentos sociais e populares do Brasil.

**P2: Beleza, eu vou passar de novo, bate bola, vou passar pra Aninha novamente.**

**P1: Querido, coisas que você já falou, mas a gente vai seguir. Que processos formativos você poderia elencar sobre a execução da Lei Aldir Blanc, tanto em relação aos trabalhadores e artistas, que você já meio que falou, mas quanto em relação aos gestores governamentais? Como que você avalia essas ações? Na verdade, eu vou juntar com essa outra questão, que é: como é que você avalia o formato final da Lei Aldir Blanc também?**

E: Eu acho que a gente teve ganhos. Os gestores municipais tiveram que se adaptar. Os municípios socorreram uns aos outros. O intercâmbio aumentou. Aqui em Niterói a gente fez um webinar que teve dezessete estados, não foi? Dezessete estados do Brasil participando. Teve um monte de gente que fez um monte de coisas legais para ajudar uns aos outros. O Fórum e tantas outras iniciativas, e eu penso que teve saldo positivo. Em ganho de tecnologias, muitos gestores locais. Esse ganho do intercâmbio e da melhoria da qualidade das gestoras e dos gestores. Além disso, teve um ganho de consciência de gestores públicos municipais em muitas cidades. Tinha prefeito que não dava nada pela cultura. Tinha prefeito que não queria saber disso porque não tinha dinheiro. Tinha prefeito que esse debate jamais tinha chegado na porta dele. Que ele não tinha sido apresentado a um monte de gente que estava reclamando que aquilo era uma questão importante.

Então tem um saldo também, que é um ganho de percepção, um ganho político da percepção da importância do tema cultural para muitas gestoras e gestores. E a Aldir Blanc fortaleceu os nossos gestores e gestoras Brasil a fora, porque eles tiveram que liberar alguma coisa porque tinha repasse federal, que tinha importância e que foi decisiva. E mesmo os municípios que não fizeram e que ficaram com acumulado, você teve cobrança em cima dos gestores. Então você também tem um ganho aí de consciência, de mobilização da sociedade civil com solidariedade dos demais municípios, gestores e organizações populares para que pudessem fazer. Então, eu acho que esse saldo é um saldo bastante positivo que aconteceu, sim, com as gestoras e gestores públicos.

**P2: Vou fazer mais uma questão aqui, nós estamos chegando ao final, depois vou passar pro Marcelo com as perguntas, enfim, últimas perguntinhas finais. Vou uma questão aqui é, a essa pergunta. Primeiro, assim, sem dúvida alguma você ressaltou bastante, é verdade, a potencialidade dessa Lei, o que ela representou, significou, chegou a tal. Você identifica identificaria fragilidades? Problemas que você modificaria? E, considerando a execução e a prestação de contas, você pensaria em modificações, no formato final o que você faria, enfim. Mas aí eu não traria só para prestação de contas. Um olhar seu sobre que questões você considera que precisariam ser melhorados, que você identifica.**

E: Eu penso que sim, eu acho que têm muitas coisas para aperfeiçoar. Eu vou citar, mas se a gente fizesse um debate mais aprofundado a gente ia encontrar outras. A primeira diz respeito a isso que a Ana Lúcia falou, a questão da prestação de contas. Já existe a tecnologia no Brasil de prestação de contas por finalização ou por realização do objeto. Aqui em

Niterói a gente conseguiu atingir isso finalmente. Os nossos editais agora são todos assim. Eles não têm uma prestação de contas minuciosa obrigatória. É pela realização do objeto contratado no edital. Isso já existia quando a gente formulou a Lei Aldir Blanc, isso não era uma “jabuticaba”, não era uma coisa nova e a gente, pela correria naquele momento, pela luta e tal, a gente não fez assim, mas era uma coisa para melhorar. A gente tem que sempre tomar cuidado com esse negócio de prestação ser uma fábrica de mastigar o CNPJ e os fazedores e fazedores de cultura. Eu acho que esta é uma questão, prestação de contas por objeto contratado e realizado, ou seja, só ter prestação de contas de quem não realizar a ação cultural contratada. E a segunda coisa, é que a Lei Aldir Blanc não pensou, não previa pesquisa. Eu acho que isso também é um elemento que... linha própria pra pesquisa. Eu acho que isso é um elemento que pode ser reforçado, poderia ser valorizado em experiências futuras, você ter dentro da Lei Aldir Blanc essa discussão, essa possibilidade de financiamento pra pesquisa, para aumentar a qualidade da nossa formulação de políticas culturais, e temas que possam nem ser de políticas culturais, mas que podem ter a ver com a cultura em si. É... são duas coisas que eu apontaria assim de pronto, mas eu acho que a gente vai ter tempo de aperfeiçoar. Elas não tiram a grandeza, a importância da Lei Aldir Blanc em nada, que eu acho que é uma das maiores experiências de política cultural da história do Brasil por certo, se não for a maior, em relevância.

**P2: Muito bom. De minha parte, muito obrigada Léo. Maravilhoso, muito boas as respostas para nós, vou passar pro Marcelo, que já tem as perguntinhas finais aqui. Chegando no final... avisa a tua galera aí que a gente está acabando.**

**P1: Agora é rápido. Você já respondeu parte, mas eu gostaria que você acrescentasse um pouquinho mais. Como a Lei Aldir Blanc auxiliou ou não a gestão pública posterior no município?**

E: Bom, eu vou voltar para minha casinha então, e falar de Niterói. Ela foi muito importante, eu acho que nunca mais a gente vai modelar editais da mesma forma. A gente vai seguir tendo editais que são mais concentrados, que tem a ver com produções maiores e tal, mas eu acho que nunca mais a gente vai abandonar os editais, pelo menos eu defendo isso, nunca mais a gente vai abandonar os editais que sejam para centenas e centenas de contempladas e contemplados. Eu acho que isto é uma pequena tecnologia decisiva que chegou para ficar. Ter editais que sejam de fácil acesso, de gatilho rápido, de execução veloz. Aqui em Niterói, por exemplo, a gente, vou mostrar, a gente fez um prêmio de criatividade na gestão de Vitor De Wolf, que foi o prêmio Erika Ferreira com Aldir Blanc e o município repetiu, fez o Prêmio Ideias Criativas depois com recursos próprios municipais quando já não tinha mais Aldir Blanc. Então é um exemplo de... era um prêmio de criatividade sem execução de objeto, não tinha objeto contratado, a gente estava remunerando pelos processos criativos das fazedoras e fazedores de cultura da cidade. A gente fez um outro edital esse ano, o Ideias Criativas já foi na minha gestão. A segunda versão que já foi com recursos próprios municipais, a gente fez aqui a compra de toda produção cultural local niteroiense com licenciamento de todo mundo pagando trezentos e quarenta produções culturais locais que já estavam realizadas num edital que pagava a centenas de fazedores de cultura e licenciava seus produtos pra gente fazer difusão dos produtos culturais. Esse edital ele está muito influenciado pela Aldir Blanc, ele está com uma ideia de espalhamento de recurso, ele está com uma ideia de... e aí a gente juntou outras ideias, outra concepções, a concepção de que o governo deveria fazer a difusão. Então a

gente está pagando o licenciamento para difundir a produção cultural local, comprando a produção cultural local de alguma maneira. E fazendo um desdobramento, fazendo algo com ela. Então, esse edital ele está coberto de cheiro de Aldir Blanc, porque ele tem características que são largas na sua intenção de atingir, numa cidade como Niterói, um edital cultural que você paga trezentos e cinquenta pessoas, fazedores de cultura ou coletivos. E você pegou aí, sei lá, dois para um dos inscritos. É um negócio alto, entendeu? Aqui é altamente mobilizado o setor cultural, tem muita inscrição. Então, você tem um edital que é ele tudo a ver, ele está influenciadíssimo pela Aldir Blanc. Então são alguns exemplos. Eu acho que não se fará política pública cultural sem considerar repercussões do que foi Aldir Blanc pra gente. Perfeito.

**P1: Bom, vamos lá, como você avalia o papel do legislativo municipal no enfrentamento das políticas culturais?**

E: Eu sou suspeito para falar porque como eu estava lá... A gente aprovou tudo sem emenda, muito rápido. Aí eu estava lá brigando então... Mas assim, no geral aqui na nossa cidade a gente teve paz, a gente conseguiu fazer as coisas, os caras não encheram o saco, a gente conseguiu trabalhar bem e tal, embora sempre é preocupante, porque esse negócio da disputa cultural com o bolsonarismo ele rondou sempre. Sempre teve movimentos, articulações para impedir, atrapalhar, criticar, mas aqui a gente venceu bem. Eu penso que o papel do poder legislativo no geral é positivo porque quando eu olho pro plano federal a gente conseguiu uma articulação amplíssima com muitos partidos e a gente venceu o veto, conseguiu vencer tudo e quando eu olho, pelo menos na minha cidade - que é a experiência que eu tenho -, a gente não teve obstáculo no poder legislativo e conseguiu fazer. Então, tenho uma visão de que foi bom.

**P1: Beleza. Bom, eu vou juntar as duas últimas perguntinhas e passar pro Luiz. Bom, gostaria de abordar algum ponto a mais que de repente você acha relevante dentro dessa entrevista? E se você indica alguém, alguém referencial que a gente pudesse entrevistar?**

E: Não, eu acho que vocês foram super completos assim na discussão. Júlia [Pacheco], você tem, acha que tem alguma coisa que eu não falei, que seria legal? Acho que não, foi super legal assim, vocês foram... conduziram super bem, eu não tenho nada especial. Eu acho que era legal vocês falarem com [Alexandre] Santini, ele está assumindo como Secretário das Culturas, mas ele teve um papel muito legal na coisa da Aldir Blanc. Ele foi um cara muito interessado, muito firme nessa discussão toda. Vocês conhecem o papel que ele teve, se fosse indicar alguém indicaria a ele, ele foi uma pessoa que, assim, ele vai ter como contribuir, eu acho que é relevante a fala com vocês também. No mais é agradecer muito a vocês pela paciência e pelo atraso aqui, peço desculpas novamente.

**P1: Bom, da minha parte eu já deixo os meus agradecimentos. Sou seu fã. Enfim, vou passar aqui pra Ana e posteriormente pro Luiz Augusto.**

**P2: Leo, a gente já foi entrevistar, realmente o Santini participou muito do processo, e ainda está com a gente, enfim, então o professor Luiz Augusto pode até falar. A gente quer agradecer muito, em nome do Projeto Apoena e passar pro professor Luiz Augusto que vai finalizar e muito obrigada, acho muito boas as suas análises e, enfim, esperamos que nosso projeto contribua com esse processo das políticas e do legado deixado pela Lei Aldir Blanc. Muito obrigada.**

**P3: Leonardo, mais um agradecimento. Mais um a agradecer. Como a Ana já falou, a gente já entrevistou Santini. Estamos em processo de entrevistas. Um conjunto de agentes importantes na esfera federal, estamos avançando agora com a esfera estadual e Niterói, obviamente por proximidade, por afetividade, a gente acaba tendo um recorte ainda maior. A gente já fez entrevistas com várias pessoas da sua equipe, da sua ex-equipe agora. A própria Júlia que está do seu lado já foi entrevistada por nós também. Então a gente só tem a agradecer e Niterói - além de estar no coração e estar no foco da pesquisa por sermos UFF, sermos Niterói -. Niterói tem um protagonismo muito grande em relação à LAB no processo formativo, de seguidor de experiência. Então, mais uma contribuição. Muito obrigado, a gente agradece aí sua generosa...**

E: Não, eu que agradeço Luiz, Marcelo, Ana, muito obrigado e estou à disposição aqui para qualquer coisa.



Universidade Federal Fluminense - UFF  
Laboratório de Ações Culturais - LABAC  
APOENA – Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações  
Culturais – foco RJ  
[pesquisa.apoena@gmail.com](mailto:pesquisa.apoena@gmail.com) – <https://apoenaredecultural.wordpress.com>

Projeto APOENA  
Entrevistado (E): **Cleise Campos**  
Data: 17/02/2022

Pesquisador entrevistador (P):  
P1: Marcelo Correia  
P2: Ana Lúcia Pardo  
P3: Luiz Augusto Rodrigues

Ajuste da transcrição: Ester Miranda Lemos - Data: 10/05/2022  
Conferência: Ana Lúcia Pardo - Data: 06/02/2023  
Ajuste final: Luiz Augusto Rodrigues – Data: 29/05/2023

**P1: Gente bom dia, hoje são vinte e oito de março de dois mil e vinte e dois e a gente está aqui através do projeto Apoena, está buscando entrevistar algumas pessoas dentro da nossa proposta de pesquisa. O projeto Apoena - Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações Culturais com foco no estado do Rio de Janeiro, coordenado pelo professor Luiz Augusto Rodrigo Rodrigues junto ao Laboratório de Ações Culturais - LABAC UFF. De antemão, pedimos a permissão para que a gente possa gravar a sua entrevista. E, como já foi dito anteriormente, caso você não se sinta à vontade de que isso seja divulgado, pode nos interromper e questionar a sua fala. Só pra gente deixar isso assim bem claro. Bom, a gente está com a Cleise Campos. Eu queria que logo de**

**primeira você nos dissesse o seu nome completo, lugar de nascimento, formação e vinculação institucional.**

**E:** Bom dia, agradecendo o convite, muito generoso do Marcelo, Ana Lúcia, professor Luiz Augusto, uma satisfação estar aqui colaborando e nesse exercício saudável da comunicação cultural nessas trocas. Eu sou Cleisemery Campos da Costa, tenho cinquenta e sete anos. Nasci em São Gonçalo, na área rural de São Gonçalo, no Largo da Ideia. Atualmente estou residindo em São Pedro da Aldeia, recém-chegada em São Pedro da Aldeia, na Baixada Litorânea, onde estou exercendo a função de assessora técnica de políticas culturais na Secretaria Municipal de Cultura. Estou indo para o último ano do doutorado na FFP UERJ [Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro], com muita satisfação retornei a minha faculdade do início, da minha formação acadêmica onde eu cursei a faculdade de História em oitenta e três. Então, depois de quase quarenta anos mais ou menos, retorno à UERJ-FFP, onde estou doutoranda do programa de História Social. E justamente fazendo uma análise com relação aos conselhos de cultura. A participação dos conselhos de cultura e a formação de políticas culturais, estabelecendo uma relação comparativa entre São Gonçalo, no Rio de Janeiro, Brasil e Mar del Plata na Argentina. Um recorte histórico de dois mil e quatro a dois mil e quatorze. E sou atriz bonequeira. E faço teatro de bonecos há mais de quarenta anos. Gosto sempre de registrar o teatro de bonecos porque foi ele que me levou para esse lugar da gestão cultural. Uma satisfação estar aqui com vocês.

**P1: Obrigado Cleise. A segunda pergunta é se você participa ou participou de algum movimento e ou militância no campo cultural?**

**E:** Bom, deixa eu ver, eu acho que de marcante eu destaco a Comcultura, que foi uma ação que reuniu vários gestores de cultura e agentes culturais ao cabo de onze anos, de 2001 a 2012, aqui no nosso estado. Onde nós entendemos naquele momento que era importantíssimo o investimento na área de capacitação. Então a Comcultura se deu a partir dessa necessidade, meio que caminhando com aquele momento do Brasil, a partir da gestão de Gilberto Gil nos governos Lula, quando a gente teve toda uma movimentação, começando pelo seminário Cultura Para Todos que percorreu o Brasil. Faço referência à Lúcia Pardo, aqui presente, que já naquele momento a gente estabeleceu uma parceria muito grande. Acho que esse período de parceria com a UERJ, que resultou em dez anos de curso do Seminário Permanente de Políticas de Cultura, foi palco de muitas ações já nessa seara da militância. Foi por conta do Seminário, por exemplo, que eu me envolvi muito na discussão dos conselhos de cultura, organização de sistemas de cultura. Tive a oportunidade de estar delegada das três conferências nacionais de cultura eleita pela sociedade civil. Para mim foi um grande aprendizado, porque o Brasil todo se voltava para essa discussão de políticas culturais. Impulsionado e estimulado pelo próprio Ministério da Cultura. Quando estabelece todo esse arcabouço da legislação cultural e da institucionalização da cultura. Depois dessa passagem na Comcultura e muito pela nossa presença ali e no investimento constante da formação, eu fui convidada para compor a equipe da Secretaria de Estado de Cultura quando a gente abraçou a tarefa de estabelecer a aprovação do nosso sistema estadual. E aí coordenei durante cinco anos o setor de políticas culturais que não existia na Secretaria de Cultura do Estado que tinha um caráter muito de produção cultural, de eventos. Na época eu fui convidada pela então secretária Adriana Rattes e já vinha de uma discussão para elaboração do Plano Estadual de Cultura. A secretária entendeu que além do plano era necessário estabelecer as

outras peças e instrumentos de gestão até culminar com a organização do Sistema Estadual de Cultura. Também faço referência ao professor Luiz Augusto, que teve um papel muito interessante nesse período quando a gente emplacou no nosso estado, através desse setor de políticas culturais, o trabalho da dinamização que estimulou aí a organização de vários sistemas municipais de cultura no nosso estado, já fazendo frente aos recursos do PADEC que era um programa de desenvolvimento cultural<sup>37</sup>. E, por incrível que pareça com o dinheiro que voltava pra secretaria, por conta da não efetivação de projetos na competência dos municípios, a gente transformou esse dinheiro, a gente revitalizou esse dinheiro de volta para os municípios na aplicação de cursos. E aqui, a Ana Lúcia Pardo e o Marcelo [Correia] participaram também como instrutores, como professores, e também esse grupo de especialistas que abraçou a tarefa de estabelecer nos municípios os seus sistemas de cultura. E ainda na secretaria de estado, eu tive a satisfação e a honra de ser eleita presidente do conselho estadual na sua primeira composição, depois de anos de um conselho repetindo o modelo da época da ditadura quando os conselheiros eram indicados. E pelo governador, pelo secretário de estado o Rio de Janeiro compõe o seu primeiro conselho em dois mil e dezesseis, a partir da aprovação da lei 7035 de 2015 na ALERJ. E aí a gente tem uma composição de dezesseis nomes eleitos e dezesseis nomes indicados. Eu ocupava na época uma cadeira pelo poder público e para minha surpresa houve uma composição e eu tabulei aí a condição de presidente junto com o saudoso e querido Ecio Salles<sup>38</sup>. E ficou na minha dupla na vice-presidência. Ecio

---

<sup>37</sup> Nota da pesquisa: O PADEC – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Cultural dos Municípios – estabeleceu na edição de 2015 pareceria técnica com o Laboratório de Ações Culturais (LABAC-UFF), sob coordenação do professor Luiz Augusto Rodrigues.

<sup>38</sup> Nota da pesquisa: Ecio Salles foi responsável por dar visibilidade e democratizar o acesso à criação literária das periferias. Ao lado do escritor e



ocupando uma função muito importante como um articulador e porta voz natural da cidade carioca, organizador da Flup. Hoje a gente tem a memória do Ecio Salles como um grande presente, porque ele nos deixou há pouco tempo. Mas foi também um momento de muito aprendizado quando eu estive no conselho porque a gente abraçou uma pauta militante muito grande. No mesmo ano que o conselho é instituído, a gente foi surpreendido por um decreto do governador para extinguir a Secretaria de Estado de Cultura. Na véspera do dia da cultura. E o conselho teve um papel gigantesco pra manutenção da pasta. Entendendo a importância da unidade exclusiva da cultura para tudo que a gente estava movimentando no mapa fluminense do próprio sistema estadual. Eu acho que esse é um bom resumo, não é? E eu posso assim estabelecer como grande referência da minha militância no nosso estado esse papel insistente pela formação e pela qualificação e na sequência a organização dos nossos sistemas de cultura. Bom dia. Eu acho que é isso, né?

**P2: Bom dia Cleise Campos, de minha parte eu agradeço também, juntamente com o Marcelo Correia e o professor Luiz Augusto que nos coordena aqui, a sua importante contribuição com a entrevista ao Projeto Apoena. Essa Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações Culturais pelo LABAC-UFF. Dando continuidade nessa primeira leva de perguntas da sua trajetória pessoal, a nossa terceira pergunta vai um pouco na direção do que você já falou, mas caso queira acrescentar, seria: quando e como você começou a se envolver com a política cultural, mais exatamente falando que passagens você destacaria da sua trajetória como agente da política cultural?**

---

produtor cultural Julio Ludemir criou, em 2012, a Festa Literária das Periferias (Flup), evento que promove oficinas, debates e saraus nas favelas do Rio.

**E:** Bom, eu fiz uma citação do meu papel, da minha condição de atriz bonequeira. Eu chego na gestão cultural, por incrível que pareça, por conta do teatro de bonecos. Na minha cidade de origem, em São Gonçalo, em 2000 ganha lá a prefeitura. A gente fala que foi uma zebra porque o candidato favorito perde e aí ganha lá a prefeitura a eleição doutor Charles. Era um médico que me conhecia já de alguns anos como atriz bonequeira. E o Charles abraçou a nossa proposta de organizar em São Gonçalo uma secretaria de cultura, que não tinha. Apesar de ser a segunda maior cidade do estado, nós tínhamos um departamento de cultura ligado à educação e a gente tinha na época movimentado o Fórum Gonçalense de Cultura. Isso nos anos de 1999 olhando para trás. Tem tempo à beça e a gente de cara propõe aos candidatos que se organizasse uma secretaria de cultura. Nós, os artistas da cidade, fizemos uma série de plantões num bar muito famoso em São Gonçalo, o Tô tonto, organizando uma carta, chamando os artistas. E ao cabo do final da eleição a gente apresentou a nossa carta e cobrou ao vencedor a promessa de campanha de organizar a Secretaria de Cultura. Para nossa surpresa, o Charles organiza a secretaria, cria a secretaria e a Fundação de Artes de São Gonçalo. E convida os artistas que tinham levado aquela carta para compor a equipe. O meu nome era um nome que encabeçava lá o grupo junto com o Randal Farah, que era um ator também da cidade. E o Charles na verdade endossou o convite pelo que ele já tinha de referência na minha passagem como atriz bonequeira. Eu fazia vários espetáculos para o Charles, porque ele organizava festa para as crianças, ele era um médico pediatra. E volta e meia eu fazia espetáculos lá para as festas do então médico que virou prefeito. Então, no resumo da ópera, eu chego à gestão cultural muito por conta da minha presença de artista, de atriz bonequeira na cidade. E chegando na prefeitura, Lúcia e Marcelo, eu me dei conta que não sabia absolutamente nada de gestão. Estava longe da condição de uma atriz bonequeira,

de uma artista dar conta da burocracia, dos meandros da gestão, e a gente era sempre enrolado lá pelo pessoal da Fazenda, da administração porque a gente não sabia nada. Então a nossa condição de inexperiência nos obrigou a aprender. Eu gosto de frisar muito isso porque não bastava ser artista. Não bastava ser ator, ser músico, ser dançarino, ser escritor, ser um talentoso pintor ou uma desenhista. Ou um cordelista fantástico ou um palhaço maravilhoso sem entender de gestão. E aí uma vez gestores a gente se viu obrigado a aprender. Esse é o resumo.

**P2: Agradecemos Cleise. A nossa próxima pergunta é como você avalia os limites e as potencialidades da participação da sociedade civil numa perspectiva fora da gestão pública?**

**E:** Nossa!! Isso é uma pergunta que dá quase uma plenária. Isso é quase uma conferência. Eu vou fazer citação às nossas conferências nacionais de cultura, quando o número maior de delegados era explicitamente estabelecido em maior número pra sociedade civil. Eu acho que aquilo foi muito emblemático. O Ministério da Cultura estava dando um aviso. Olha, sociedade civil vocês têm que se mexer. Olha, vocês têm que parar para pensar. Vocês têm que pensar em políticas públicas de cultura no médio e no longo prazo. Porque vocês é que têm a maioria disso aqui no lugar da decisão e vocês precisam se organizar. Eu acho que quando a gente se deu conta, daquela conta que na maioria dos delegados a sociedade civil era em maior número que os gestores públicos, e estava claro o papel da sociedade civil nesses passos de decisão e que era um espaço muito novo. Porque a gente tem aí o professor Albino Rubim, um colega de longa data da academia, mas que é um militante, é um atuante, foi presidente do Conselho Estadual de Cultura da Bahia, que sempre nos alertou pra realidade da

história cultural brasileira, muito fundida com a própria história brasileira quando coloca a gente nesse lugar da exclusão, do autoritarismo. E que a sociedade civil sempre esteve de fora, nós vamos enxergar dois momentos da história brasileira, por incrível que pareça quando a política cultural é mais estimulada na época do Getúlio Vargas e na própria ditadura militar. Quando a gente vê as bases do Ministério da Cultura se estabelecendo, mas de uma política de cultura é claro que voltada para o interesse então de quem estava no poder. Aí a gente vê o tamanho da importância da cultura na própria linha dessa ou daquela política de Estado. Nesse caso, servindo para os ideais e interesses de dois momentos de ditadura no Brasil. Então, eu acho que o papel da sociedade civil, Lúcia, em especial a partir da Constituição Brasileira de 1988, vai ser justamente de estabelecer o marco que a Constituição Brasileira traz pra gente. Da cultura como direito. E como que nós estamos num processo... considerando aquela história de trocar o pneu do carro em movimento, quando a sociedade civil precisa entender o seu papel nesse lugar da cultura como direito. E, claro, assumir também um papel protagonista nesse lugar que eu acredito ser um dos principais da articulação, da discussão, da política, que são os conselhos de cultura. Eu acho que é a sociedade civil participando desse lugar, estabelecendo o seu assento nos fóruns de cultura e dialogando com o poder público, estabelecendo um novo marco da prática democrática. Quando a gente vai estimular o diálogo entre o poder público e sociedade civil é um lugar de destaque, de participação da sociedade civil. A questão é a sociedade civil assimilar esse lugar, estabelecer o seu tamanho de importância neste lugar e fazer essa discussão de modo maduro, de modo republicano. Não é fazer desse lugar um palco de briga, um ringue de mocinha e bandido. Porque há uma tendência natural às vezes de alguns colegas da sociedade civil estabelecerem um lugar de briga. Um lugar ainda muito desconfiado, muito ressabiado desse papel de

definidor da política de cultura que tem a gestão pública porque ela executa a política pública e vendo a sociedade civil como inimigo que não é, que não é isso. Eu acho que as nossas três conferências nacionais de cultura, e agora eu estou vendo aí os informes do Davy [Alexandrinski], o nosso conselheiro nacional já trazendo pra gente a pauta da quarta conferência nacional de cultura. Pra gente poder ter também esse lugar maduro da discussão da política cultural. Acho que para nós nesse caminhar de história, a sociedade civil identificar o seu lugar protagonista é importantíssimo, mas é claro também, tendo junto com a assimilação desse lugar, estabelecer a sua própria condição de discernimento, de maior contribuição, até mesmo de capacitação para estar ocupando esse lugar. Não sei se eu me enrolei, mas é mais ou menos isso aí que eu queria frisar.

**P1: Bom, a gente vai partir agora, Cleise, assim, para um campo mais específico, que é a nossa segunda etapa da entrevista. A primeira etapa foi muito em função da sua trajetória pessoal, da sua importância dentro do sistema cultural. E agora a gente vai digamos que estreitar um pouquinho com relação à Lei Aldir Blanc. Então, como se deram as primeiras articulações no Rio de Janeiro e também em sua região ou no município no qual você estava naquele momento em que surgiu a Lei Aldir Blanc?**

**E:** É muito importante aqui essa iniciativa do projeto Apoena. Gostei de ver aí o significado do *Apoena*: “aquele que enxerga longe”, muito bacana isso. Porque uma das coisas que eu destaco na LAB, para além do caráter que ela teve de socorrer o artista do setor cultural nesse lugar da emergência quando a gente estava vivendo aquele impacto que foi a pandemia, mas como que no caminhar da Lei Aldir Blanc a gente foi vendo que para além do emergencial ela trouxe toda uma discussão e uma necessidade de se pensar no médio e no longo prazo. Eu

parabenizo a iniciativa de vocês com o Apoena, realmente há necessidade do mapeamento cultural, dos indicadores culturais. O que a Lei Aldir Blanc trouxe de necessidade de estabelecer diagnósticos tem sido fundamental. Não foi não, tem sido. Eu faço essa referência considerando a minha própria primeira impressão quando eu li o texto ainda do projeto de lei. Eu recebi um WhatsApp, eu estava no interior aqui mesmo na Região Litorânea, em Araruama onde resido com meus pais. Eu fiquei instalada naquele primeiro momento, em março, abril e maio na casa dos meus pais que têm idade, são um casal de idosos e eu fiquei lá cuidando dos dois, e eu lembro demais de um sábado quando Alexandre Santini me mandou o texto do projeto de lei e falava de uma reunião com a deputada federal Jandira Feghali com o grupo também de assessores da Benedita da Silva que a gente ia ter no estado uma reunião. E eu recebi o projeto de lei, lembro muito disso. No mesmo dia eu me dei conta. E da minha amiga Jo Grassini, é uma escultora fantástica gonçalense. A Jô inaugurou agora há pouco tempo em São João, em Niterói, as duas estátuas, do Paulo Gustavo e da dona Hermínia, em homenagem ao Paulo Gustavo que morou, viveu em Niterói. E eu lembro da Jo Grassini arrasada que já ia para um mês sem trabalho. Ela é professora de escultura, tem um ateliê na casa dela no Laranjal em São Gonçalo. E foi tudo no mesmo dia. A Jo falando que ia para um mês sem dinheiro porque não estava dando aula. O texto do projeto de lei que o Santini tinha enviado pelo WhatsApp e aquela história de uma reunião embrionária pra gente entender o que era aquilo. Quando eu li o texto de madrugada, Marcelo, eu fiquei assim... gente, isso não vai ser aprovado no Congresso, foi a minha primeira impressão. Isso não vai ser aprovado no Congresso com Bolsonaro presidente, porque se for aprovado ele não vai assinar nunca, não vai sancionar nunca. Eu lembro muito disso. E no domingo de manhã, conversando com Santini e mais dois colegas, um da Bahia, outro do Espírito Santo e também com a Silvana Meireles, de

Pernambuco. Eu lembro muito disso. Não, vamos conversar, nós vamos fazer uma articulação em vários estados e vamos começar a convencer os deputados e o Rio de Janeiro tem que entrar nessa porque aí é o estado da Benedita, da Jandira e tal e a ideia era fazer uma reunião aqui no estado do Rio de Janeiro convidando lideranças, artistas, deputados, a Bancada Fluminense. Quarenta e cinco deputados federais, uma bancada grande, deputados estaduais e aí eu entrei de sola nessa movimentação. Tive a honra e a satisfação de coordenar essa primeira reunião. Fui mestre de cerimônia, dinamizadora, não sei qual foi o papel. Lembro muito que foi uma reunião que durou horas, quase cinco horas de reunião, eu estava na casa da minha mãe e a gente reuniu uma sala gigantesca, com muita gente, muitos deputados justamente para apresentar o texto da Lei Aldir Blanc. Contamos com a maestria e a paixão obstinada da Jandira Feghali, eu fiquei impressionada de ver como que a Jandira abraçou o PL [projeto de lei] que tinha sido uma iniciativa da Benedita da Silva que apresentou de cara na mesa diretora o primeiro projeto e depois teve aquela reunião de mais de trinta e oito deputados federais se transformando num super PL. Eu acho que a Bené e a Jandira tiveram um papel muito fantástico, duas mulheres do Rio de Janeiro, que é claro, teve a participação de outros deputados, outras deputadas, mas a gente sabe a participação das duas, quantas noites, quantas madrugadas, quantas reuniões pela internet naquele momento da pandemia que já vinha ceifando a vida de tanta gente. Foi um momento muito emblemático para nós. Nós brasileiros, nós brasileiras, nós artistas, nós pesquisadores. E eu entrei de sola nisso. Eu nem tinha tanta intimidade assim com rede social, com internet, mas vi o papel fundamental da internet, naquele momento compreendi como que a gente precisava fazer da internet a nossa praça, a nossa sala de reunião e olha eu comecei a participar de reunião todo dia de manhã, de tarde e de noite e aí equilibrava com as minhas atividades na casa da mamãe porque eu entrei de sola como

cuidadora. Eu me vi inclusive cozinhando que eu não cozinhava... mas enfim foi uma mistura de vida doméstica com vida de pesquisadora e também fazendo doutorado que passou por uma mudança instantânea também fazendo uso da internet. E foi tudo junto. E para nós ter conseguido fazer o placar que a gente fez, de conseguir adesão dos nossos deputados federais para aprovar a Lei Aldir Blanc E depois com os senadores. Eu lembro muito da Lúcia Pardo. A gente fez aquele placar, aquela colega de Petrópolis. Diana [Iliescu], não foi Lúcia? A Diana apresentou um documento pra gente com um *xizinho* dos deputados que já tinham dado o sim. E aí a gente pegou aquele placarzinho da Diana e transformamos num superplacar do estado do Rio de Janeiro, a cada deputado a gente ia lá e colocava o nosso sim e partimos para cima dos deputados. Conversava com a avó, com a mãe, com a amante, com a namorada, com o pai de deputado para poder ganhar o deputado para o nosso placar. E a cada sim que a gente colocava no placar era uma festa. Era uma vitória. E com o dia da votação se aproximando, o mesmo a gente repetiu no Senado. Eram poucos senadores, o que podia conversar com o senador tal, com o senador tal e assim a gente foi buscando também outros comunicadores/pontes para chegar nos senadores. Eu lembro bem do André Lazaroni que tinha passado pela cultura para convencer o Flávio Bolsonaro, o Adolfo Konder que estava Secretário de Cultura do Rio, para convencer aquele senador evangélico que até faleceu agora há pouco tempo. E a gente emplacar também nossos votos no Senado. Mas assim, eu quero registrar o meu contentamento e surpresa quando eu li o primeiro PL da Lei Aldir Blanc e como que essa lei foi sendo mudada, alterada a partir da escuta atenta e extremamente generosa das parlamentares, em especial Jandira e Benedita, que ficaram a Jandira relatora e a Benedita autora do PL, para mudar a cada reunião: acolhendo propostas, ouvindo os agentes culturais e os artistas. Então, se tem uma fala que define bem o PL que gerou o projeto de lei foi

o compartilhamento e a adesão, a escuta sensível e apaixonada dessas parlamentares. E, claro, o que isso gerou de movimentação como uma pauta nacional que virou a cultura. Quando a gente emplacou, não só a discussão no Congresso, mas também nas câmaras municipais, nas assembleias, porque eu vi muito artista procurando vereador, procurando deputado estadual para ir lá convencer o deputado federal e convencer o senador. Então o projeto de lei estabeleceu um marco para nós da cultura. Porque colocou a cultura na pauta nacional. E o vereador que nunca tinha ouvido falar do artista na sua cidade parou para prestar a atenção. Principalmente pelo volume de dinheiro que estava em jogo. Três bilhões, com todo esse dinheiro pra cultura foi um rebulção e considerando o lugar que a gente estava vivendo da nossa política nacional com Jair Bolsonaro, que passou aí logo de cara uma nítida perseguição para o setor cultural. Extinguindo o Ministério da Cultura, colocando pessoas nas áreas da cultura sem formação, sem qualificação já numa demonstração muito clara do que se pretendia fazer naquele governo e para desvalorizar a pauta da cultura. Então, foi uma surpresa muito grande o Congresso Nacional aprovar a Lei Aldir Blanc. O Senador aprovar a lei de Aldir Blanc nesse contexto Brasil.

**P1: Beleza, você já acabou me respondendo a pergunta subsequente. Então, eu vou passar para uma outra. Como você descreveria o papel do Conselho Estadual de Cultura e do Conselho Municipal? E - caso houve esse movimento nesse processo - que ações, articulações você destacaria? E dos fóruns? (vamos colocar num pacote geral, tanto regionais como locais, como temáticos) O que você consegue descrever do papel dessas instâncias?**

**E:** Eu acho que foi muito emblemático porque nós tivemos aí, e principalmente por conta do advento da presença da internet

naqueles meses iniciais da pandemia, a nossa grande comunicação. Era o WhatsApp, o aplicativo de celular, o Facebook, o Instagram, as redes sociais. Então, os fóruns eles tiveram um uma movimentação instantânea. Eu lembro bem a página lá do Fórum Estadual no Facebook... e um grupo que a gente tinha criado no aplicativo de celular para discutir a formação do Conselho Estadual, que teve aí um secretário que não deu a menor bola, já no governo do WW, do Wilson Witzel, que acabou impeachmentado, afastado. Tão rápido subiu o governador, tão rápido desceu... nós usamos aquele grupo de WhatsApp para estabelecer comunicação com as dez regiões do estado. E aí a gente vê como que aquele grupo foi um grande local de encontro para mobilizar a nossa articulação em favor da aprovação da lei. E depois de aprovada a lei, o passo seguinte que foi a sua aplicação. A sanção que a gente esperou tanto tempo, mais de dois meses, e a execução da lei que foi outra etapa. Eu costumo dizer que a Lei Aldir Blanc movimentou tanto a gestão pública quanto o próprio setor cultural, a sociedade civil. Porque exigiu da gestão pública uma alteração de roteiro gigantesca. A gente viu infelizmente algumas prefeituras devolvendo dinheiro porque não tinha gestor apto para dar conta da execução da lei. Faço referência aqui à Ana Clarissa [Fernandes], uma super querida da Confederação Nacional dos Municípios, que teve um papel imenso auxiliando municípios, esclarecendo e justamente instruindo gestores públicos que se viram numa situação inédita, em que nunca tiveram dinheiro pra cultura e receberam recursos da cultura que nunca tinham visto e que tinham que executar ali na condição de prêmio, de edital, e de ajuda para os grupos, para os coletivos. Então, o papel dos fóruns e dos conselhos foi fundamental na fiscalização depois da lei aprovada e antes, na sua própria campanha para ver ela aprovada. A gente teve esse papel sintomático da sociedade civil representada nos fóruns e nos conselhos pra que a Lei Aldir Blanc saísse do papel. E a gente claro que vai ver muito

gestor público extremamente comprometido e enxergando a necessidade do dinheiro chegar na ponta. E aí se mexendo para dar conta do seu papel de gestor público, mas a gente viu que teve cidade e teve aí secretaria de estado que só se movimentou na pressão, porque a sociedade civil, o fórum de cultura municipal, regional, estadual, o Conselho de Cultura Municipal e Estadual se mexeu. Então, eu acredito muito que foi uma simbiose, um trabalho aí de peso para que a lei se efetivasse de verdade.

**P2: Querida, dando continuidade aqui junto com o Marcelinho, como é que você avalia, Cleise, esses processos participativos de discussão, implementação, efetivação das ações resultantes da Lei Aldir Blanc - LAB no estado e no município? Qual a sua avaliação sobre isso?**

**E:** Olha, eu acho que a gente teve um primeiro momento que, pelo que a pandemia trouxe de diferente até mesmo na questão da sobrevivência, eu vi muito artista fazendo o uso dos recursos da Lei Aldir Blanc para comprar comida. Isso foi uma realidade. Então, a gente estava falando de gente que estava sem dinheiro para comprar comida, para pagar conta de telefone celular, para pagar conta de internet. Que se reorganizou domesticamente, foi viver com a mãe, com a avó, com o namorado, com a namorada, porque não tinha dinheiro para pagar o aluguel. Então, teve um primeiro momento em que as pessoas precisavam do dinheiro para isso. Pra questão emergencial instantânea. Depois que isso foi sendo equacionado, depois que aquele primeiro momento de impacto se deu, a gente vai começar a ver uma movimentação lenta, que no meu entender foi lenta no lugar mais do médio e do longo prazo. Por isso que eu fico muito satisfeita aqui, parabênzo a iniciativa com o Apoena, porque justamente vocês

estão vendo nesse projeto, como quando estabelecem essa necessidade de diagnóstico, tanto na gestão pública quanto da sociedade civil, com um olhar de futuro. E aí nesse aspecto, eu acho ainda que o setor cultural, a sociedade civil, ela ainda está digamos que, não vou dizer, não vou chamar de atraso porque parece uma fala que desqualifica hoje o papel da sociedade civil. Mas eu acho que a sociedade civil precisa ainda enxergar com mais qualidade, com mais atenção, esse lugar do médio e do longo prazo. Mesmo que ela esteja vivendo e tenha vivido esse lugar do impacto, da emergência e que a Lei Aldir Blanc veio e supriu. A própria aprovação agora da Lei Paulo Gustavo e da Lei Aldir Blanc 2 exige da sociedade civil... e aí eu vou colocar esse verbo aí, essa expressão do *exige*. Exige da sociedade civil essa preocupação com o médio e com o longo prazo, porque justamente quando a gente vê o Congresso se ocupando de prover recursos para mais tempo... Não vai ser só esse dinheiro desse ano que a Lei Paulo Gustavo garante, mas a Lei Aldir Blanc 2 garante, numa resposta clara dos sistemas de cultura... E aí faço referência à importância dos sistemas de cultura. Acho muito difícil que o Congresso Nacional, que os senadores, deputados federais, tivessem aprovado a Lei Aldir Blanc 1, a Paulo Gustavo e a Lei Aldir Blanc 2, sem que o Brasil tivesse passado pela discussão que passou dos sistemas de cultura, quando a gente vê aí os planos municipais, estaduais, o plano nacional sendo discutidos envolvendo a sociedade, envolvendo o gestor. Acho muito difícil que a gente tivesse essas leis aprovadas em socorro ao artista brasileiro sem que essa discussão nacional, que foi impulsionada, estimulada lá no governo Lula pelo Gilberto Gil, pelo Juca, pela nossa grande parcela da sociedade civil que é como uma realidade brasileira. A gente sabe, no ano que vem, por exemplo, que os fundos municipais de cultura, os fundos estaduais vão ter um papel fundamental para receberem o dinheiro da Lei Aldir Blanc 2. E a gente só tem fundo municipal, fundo estadual hoje porque a gente teve essa discussão de

fundo lá atrás, de plano lá atrás, de sistema de cultura lá atrás. Então a sociedade civil, Ana Lúcia Pardo, precisa muito enxergar hoje essa discussão de médio e de longo prazo. Que às vezes a gente vê ainda um pouco incipiente. Há uma discussão, e muito mais do urgente, do atual, do emergencial, mas que precisa estar no mesmo patamar de preocupação da sociedade civil. Quando a gente vê um projeto como esse de vocês, que justifica essa entrevista do Apoena, que é aquele que enxerga longe, é justamente para entender como que nós carecemos de políticas de médio e de longo prazo para ver institucionalizado todo esse arcabouço da cultura que a gente vem implementando desde 2003. E aí fazer valer a nossa Constituição Brasileira nessa máxima da Cultura é um Direito. Eu acho que se a gente pegar a Lei Aldir Blanc um, dois e a Lei Paulo Gustavo, a gente vai ver aí toda aquela cartilha da cidadania cultural da querida Marilena Chauí colocada em prática. Quando a gente vive o nosso advento da cidadania cultural e ainda enrola na mesma colcha, no mesmo mosaico Gil emplaca no discurso dele de posse, quando traz pra gente a dimensão antropológica da cultura juntando o simbólico, o econômico e a dimensão cidadã. A Lei Aldir Blanc um e dois e a Lei Paulo Gustavo são isso por excelência. E a gente precisa abraçar mais, envolver mais a sociedade civil nesse grande arcabouço. Para além do que a pandemia trouxe de triste, de pesado, de impacto, de dor pelas mortes por tanta gente que partiu, ela trouxe um momento auspicioso que a cultura está vivendo com essas leis aprovadas e o que isso pode trazer pra gente de divisor de águas de médio e de longo prazo.

**P2: Cleise, a nossa próxima questão tem muito a ver com o que você já adiantou, mas caso você queira acrescentar mais alguma coisa, seria em torno de que caminhos e/ou antecedentes poderiam representar processos de aprendizagem da sociedade civil no campo das políticas**

**culturais e das experiências participativas que as antecederam?**

**E:** Eu acrescento Lúcia e Marcelo, e repito a necessidade de qualificação, de investir na capacitação. Porque eu vi artista ainda em São Gonçalo, em Rio Bonito, Itaboraí, em Maricá, em Tanguá, e em Niterói, que tem hoje um modelo de gestão que se estabelece já num patamar bem à frente de vários outros municípios, não só na prática do seu orçamento pra cultura, mas numa ação contínua de editais. Mas eu vi artista, que apesar de todo o esforço que a gente teve envolvendo a academia, eu vi aí o professor Luiz Augusto e muitos colegas da academia, num esforço muito grande auxiliando artista para apresentar o seu projeto, para participar de edital, para dar conta de inscrição de inciso um, inciso dois, inciso três, e que ficou de fora. Ficou de fora porque não tinha condições mínimas de participar do processo. Eu tive oportunidade, no momento da Lei Aldir Blanc da execução, de estar coordenadora de fomento da prefeitura carioca na Secretaria de Cultura, foi uma surpresa para mim, tive ali uma passagem curta com o secretário Adolfo Konder, era o último ano do prefeito Crivella. Uma gestão complicada, difícil, que a cultura foi bastante atingida, várias mudanças de titular da pasta. E não por acaso da vida, fica secretário um gestor que eu conhecia de muitos anos, que me convida para auxiliar ali na sua equipe porque justamente ele tinha conseguido emplacar com os vereadores a aprovação do orçamento municipal de cultura do Rio. Eu fico lá na equipe da Cultura Carioca. Era início do ano 2020 e a gente vai ver a pandemia estourando em março, e a cidade do Rio com 39 milhões da Lei Aldir Blanc para ser executada. Nós tivemos um tempo mínimo para organizar uma equipe. Eu lembro que a coordenação de Fomento tinha cinco pessoas. E aí eu sentei com o secretário e também com o Carlos Correia, um funcionário de carreira, uma pessoa fantástica que entendeu a necessidade da cultura

carioca se esforçar, num momento inédito para dar conta da execução dos 39 milhões. E eu lembro que a coordenação de fomento saiu de cinco pessoas para trinta e quatro, numa ação gigantesca montamos um quartelzinho general, quase pegamos toda a metade lá de um salão enorme com equipamentos, contamos com a ajuda da Educação, da Assistência Social para equipar a coordenação de fomento e dar conta da execução da Lei Aldir Blanc na capital do estado com a cultura carioca. E apesar de tudo que a gente fez, mil reuniões pela internet, Conselho de Cultura que fazia reunião dia sim, dia não, no outro também, faço referência à Rosa Perdigão, que estava vice-presidente do conselho, representando a sociedade civil. A gente tinha conversas com a Rosa de manhã, de madrugada, vereadores que eram do PSOL, o Reimont do PT, o Tarcísio do PSOL, e que tinham um papel tremendo para que aquela lei fosse aplicada no tempo e na hora de atender o artista carioca. E estou fazendo esse registro da cultura carioca porque a gente teve uma soma de esforços na Câmara de Vereadores, mesmo os vereadores de oposição não estavam aí pensando no Crivella ou em quem estava como secretário, queriam ver o dinheiro chegar lá na ponta. Queriam ver o artista da cultura do Rio recebendo o seu dinheiro. E eram reuniões com a Secretaria de Estado de Cultura para tentar fazer a combinação do que a gente aplicava e o que o estado aplicava, e o nosso movimento que foi intenso com vários serões, com vários plantões para garantir que o artista se inscrevesse a tempo e a hora, dentro dos prazos que eram estabelecidos porque nós tínhamos prazo pra cumprir na gestão. Mesmo que a gente quisesse muito ajudar o artista, a gente tinha prazo para cumprir com a Secretaria de Fazenda, a gente tinha prazo para cumprir com o ministério. A cultura estava mudando de pasta no governo federal, com uma interlocução difícil à beça. E a gente queria ver esse dinheiro saindo. E mesmo com todo o esforço, a gente viu colega que não conseguiu receber o dinheiro. Então, a capacitação, a

gestão ela se mostrou uma necessidade. Eu lembro que na cultura carioca, a gente fez plantões nas lonas culturais e equipamentos que estavam fechados por conta da pandemia porque a gente ainda tinha que fazer tudo com a pandemia vigorando. Com aqueles boletins de falecimento que desestimulavam e muito a presença, o caminho ao vivo, então a gente tinha que pensar a solução pelo virtual, mas cumprindo os prazos. Então, eu acho que respondendo aí ao seu questionamento Ana Lúcia Pardo, você que é agente cultural, você que é professora, você que é pesquisadora, passou pelo Ministério da Cultura, teve um papel imenso também na nossa efetivação dos sistemas de cultura, tem agora um assento no Conselho Estadual. Acompanhei agora a recente movimentação pela eleição da presidência. Via que seu nome era um nome superqualificado para estar na presidência do Conselho do Rio, pelo seu compromisso, inclusive com essa pauta da qualificação e da capacitação, que eu acho que ainda é para nós com a Lei Aldir Blanc aí vigorando, um desafio. Como que a gente amplia, como que a gente intensifica esse lugar da qualificação, tanto da gestão pública quanto do setor cultural, do agente, do artista, para ele entender a necessidade dele estar mais inserido nesse nosso novo universo hoje? Que exige sim o preenchimento de uma planilha, que exige sim a elaboração de um projeto, que exige sim ele se apoderar dessas leis que vieram socorrê-lo, para beneficiá-lo, mas também, para dar um sacode nele. Para ele entender mais desse arcabouço da política pública de cultura, da política cultural.

**P2: Obrigada, inclusive por mencionar aí o nosso trabalho, viu Cleise? Muito agradecida. E eu tinha até uma questão que é em relação às cartas que a gente como conselho em que acompanhamos todo esse processo de reuniões com vocês e com o secretário Adolfo Konder e formalizamos alguns desses pleitos da sociedade civil para vocês. Enfim,**



**eu teria até uma questão sobre isso, mas como a gente já tem várias perguntas aqui... Você participou dos debates virtuais sobre a Lei Aldir Blanc no estado e no município? E se sim, qual avaliação que você faria sobre os processos das *lives*, dessas webconferências, desses debates que aconteceram em torno da Lei Aldir Blanc?**

**E:** Eu acho não, eu tenho certeza que foram fundamentais porque justamente garantiram a circulação da informação, a gente tinha muita preocupação com isso para envolver o artista, para ele entender o que era aquilo. Era tudo sendo aplicado num tempo recorde, então, garantir a informação era ultra necessário. Então, tanto a gente movimentava o artista, o colega que estava lá na base, como também, dava uma sacudida no gestor público. E, pelo diagnóstico que vocês estão levantando agora através do Apoena, vocês vão começar a identificar que infelizmente teve gestor que não se mexeu. A informação chegou, ele ficou ciente, mas ele cruzou os braços. Mas a gente não queria ver ninguém perdendo recurso, ninguém ausente do processo pela falta de informação. Então, Ana Lúcia Pardo, eu acredito que cada webconferência, cada uma das horas e horas de reunião foi fundamental para garantir a circulação da informação e garantir que os artistas se apoderassem da informação e pudessem estar fazendo o seu dever de casa. E eu vi muita gente aí se arrumando, estava em casa, estava na cozinha, estava na sala onde estava seu computador e aí se arrumava, se ajeitava, fazia até aquela cena de um localzinho, para poder estar participando das reuniões porque entendeu esse local da importância que foi esse lugar que a internet ocupou para circular e para garantir que as pessoas se apoderassem do processo. E pelo pouco tempo que tinha, a gente tinha que se valer desse lugar da internet, da webconferência, eu lembro que a Escola de Políticas Culturais, da Articulação Nacional da Emergência Cultural, teve um papel muito grande. O famoso grupo de

WhatsApp teve um papel tremendo. Vi agora aí a Ana Lúcia super movimentando os aplicativos de WhatsApp, catucando todo mundo com as informações a tempo e a hora, mandando boletins. Então, a gente meio que assimilou esse lugar novo da comunicação. E como que a gente agora se adapta a ele nesse novo normal que a gente está vivendo, que tem um pouco de presencial e um pouco de internet. Que eu acho que agora a gente não vai perder mais esse lugar da internet. É o que eu estou acreditando. Não sei como é que nós, com um pouco mais de idade, vamos nos comportar, a juventude se apoderou disso. Eu sou uma senhora de meia idade, eu estou com cinquenta e sete anos, às vezes quebro a cabeça aqui ainda nesse canal da internet, mas estou tentando me adaptar um pouquinho porque eu reconheço a importância desse lugar.

**P2:** Cleise, eu estou levantando aqui muito rapidamente uma questão por considerá-la importante, depois vou passar para o Marcelo dar continuidade às demais questões. Durante o processo das reuniões nas áreas de planejamento, que você e a Secretaria Municipal de Cultura, com o secretário Adolfo Konder, com Carlos Correa e toda a equipe fizeram. E nós, quando eu digo nós naquele momento o Fórum Estadual e principalmente o Conselho Estadual de Políticas Culturais – CEPC-RJ, participamos, a gente formalizou cartas com esses pleitos. Eu gostaria de ouvir a sua opinião. E só para citar alguns dos pleitos, referiam-se às cotas para indígenas, povos originários, LGBTQA+, para pessoas com deficiência, para os técnicos, pois a gente ressaltava essa importância das cotas e também com relação ao formato dos editais. Enfim, estou aqui recuperando alguns dos pleitos que nós formalizamos para a Secretaria, a fim de ouvirmos qual a sua avaliação? E, acerca desses pleitos, qual a leitura que você faz, se vocês conseguiram em alguma medida

**atender, como que você avalia essa chegada das cartas na Secretária? Qual a avaliação que você faz desse processo?**

**E:** Muito bom essa referência porque eu lembro que teve uma minuta de edital que já tinha subido pra procuradoria, lá no famoso Piranhão, que é o prédio da prefeitura carioca. Nós trabalhávamos no terceiro andar, ficava a cultura, e aí a gente vivia indo e vindo, nem pegava o elevador porque pela escada era mais rápido. E aí eu lembro que teve uma reunião e a noite que a gente teve aquelas várias reuniões. E nós mudamos um edital de madrugada, porque teve aí o encaminhamento, tiveram as cartas. A correria era tão grande que às vezes a gente não tinha tempo de ler e-mail, e eu lembro muito do edital dos técnicos, foi uma coisa bem emblemática. E teve outro também, aquele das escolas, que a gente fez junto com as escolas e que foi todo mudado a partir das reuniões, a partir das cartas que foram enviadas para Secretaria de Cultura, inclusive algumas até que, claro, tiveram a participação, eu acredito muito, de gente bastante experiente, que já tinha até um modelo de edital pronto para facilitar a vida lá dos gestores da prefeitura. E a gente alterou. Eu lembro muito disso, o edital estava lá na mesa do procurador porque tudo tinha que passar pela procuradoria. Era um volume de dinheiro muito grande e eu lembro do Adolfo fazendo plantão na porta do procurador com nova minuta na mão que tinha sido alterada na reunião da noite anterior. Então, antes de ir para publicação a gente fez um serão lá na porta do procurador, do jurídico para alterar. Sim, teve muita participação, até porque a sociedade civil entrava com um olhar que às vezes a gente na gestão não tinha. E claro que os grupos, a cada grupo que chegava para as reuniões, às vezes um pouquinho atrasado, eu tenho que fazer essa referência porque anunciava, anunciava, anunciava e aí tinham os colégios que chegavam na prorrogação do segundo tempo. Com o documento já pronto na gestão. Mas a gente acolhia porque nós entendíamos, inclusive, que o que

vinha de sugestão era legítimo. Era legítimo e tinha que ser garantido. É claro que se exigia de quem estava na gestão um esforço duplo, às vezes triplo, que aí você tinha que falar com o secretário de outra pasta, com procurador, com o jurídico, que a gente estava mudando pela terceira vez aquela minuta de edital. E teve uma inclusive que a gente cancelou, tornou sem efeito, a partir da intervenção direta do Conselho Municipal de Cultura, que teve um papel muito grande na execução da Lei Aldir Blanc Carioca. Muito grande. Gostaria também de fazer uma referência à generosidade do secretário do Rio. Eu gosto sempre de repetir isso. O Rio tinha uma equipe jurídica muito forte. Na prefeitura, a própria secretaria tinha o jurídico. Então tudo que a gente publicava em D.O. já tinha passado exaustivamente por uma análise jurídica. Então, o que a gente publicou no Rio foi referência para muitas cidades. Muita gente fez cola, copia. Eu sei de uma cidade que, inclusive, esqueceu até de tirar o nome da Secretaria de Cultura do Rio, publicou no seu Diário Oficial. Foi uma novela isso! É claro que aí fazia a sua adaptação, valor e tal, mas eu vi muitas cidades, pelo menos dezoito cidades do nosso mapa do Rio de Janeiro, que se valeram do material que a gente produziu, que já tinha passado por exaustivas reuniões com a Câmara Municipal, com o Conselho de Cultura, com a nossa assessoria jurídica, com a procuradoria até ser publicado. Eu acho que isso foi uma contribuição bacana para auxiliar muito a prefeitura que não tinha esse corpo. E, inclusive, infelizmente nem tinha conselho de cultura. Aí faço referência a algumas cidades que os fóruns de cultura tiveram um papel muito bacana, porque na ausência de conselho os fóruns faziam lá o papel de representantes da sociedade civil no diálogo com o poder público.

**P1: Então Cleise, meio que contribuindo com essa sua linha de raciocínio, eu tenho uma pergunta aqui que é a seguinte: que processos formativos você poderia elencar sobre a execução da Lei Aldir Blanc, tanto em relação aos**

**trabalhadores e artistas quanto em relação aos gestores governamentais? E como você avalia esse processo e essas ações?**

**E:** Olha, eu já falei um pouco disso nas falas anteriores. Uma coisa que eu acho que podia ser garantida, até cheguei a mencionar isso em alguns lugares, é quando a gente fala de formação, de capacitação, você acaba criando jeitinhos para garantir esse curso, aquele curso. Eu vejo agora a Ana Clarissa [Fernandes] aí se colocando à disposição para auxiliar municípios, eu esqueci agora o nome lá do laboratório dela, mas eu estou vendo como que ela está se colocando à disposição para auxiliar justamente os colegas da gestão pública que não têm ainda embasamento suficiente para aplicar, para executar a lei. E aí, Marcelo, eu acho que uma necessidade que muitas prefeituras têm, e aí vou falar das prefeituras. Acho que a secretaria, por exemplo, do nosso estado hoje já tem canal para dar conta disso, mas eu vejo muitas prefeituras que precisam investir na formação, mas não têm recurso. Vale. Você pode contar às vezes com a boa vontade de uma parceria com a academia. Hoje eu estou aqui na Prefeitura de São Pedro, a Secretaria de Cultura de São Pedro da Aldeia, o secretário aqui Thiago Marques, ele já está avaliando como que a gente cria condições de trazer aqui para nossa cidade, que vai acabar atendendo a região, um curso de capacitação, de qualificação. Aí a gente tem o curso da UFF aqui pertinho, em Rio das Ostras, de produção cultural, em que o professor Luiz Augusto conhece bem. Mas isso aqui é uma excepcionalidade. A gente tem várias prefeituras que não têm ligação próxima com faculdade nenhuma, com universidade nenhuma. Então, eu acho que a Lei Aldir Blanc podia ter estabelecido um canal formal para garantir esse expediente da formação, de modo a beneficiar as gestões públicas para garantir isso, nas duas frentes. Primeiro que você valoriza uma mão de obra que é rara, que não tem muita gente que está aí

no mercado que pode oferecer isso. A gente sabe disso. Eu lembro bem quando a gente abriu lá a seleção simplificada para montar uma equipe de dinamizadores, foram pouquíssimas as pessoas que atendiam às exigências do nosso edital lá na Secretaria de Estado de Cultura. Nós tínhamos tantas vagas de dinamizadores e foram poucas as pessoas que se habilitaram preenchendo os pré-requisitos. Eu acho que essa mão de obra tem que ser valorizada, ela tem que ter o seu pró-labore, o seu pagamento, porque o colega que se especializa nisso ele ocupou o seu tempo, ele fez um investimento pessoal, acadêmico muito grande para estar nesse lugar. Não é? E é aquela história tão certa, a gente não pode ficar contratando artista sem pagar o seu cachê, eu acho isso horrível. Algumas prefeituras ainda usam esse expediente de chamar um artista para uma apresentação, ou para alguma participação, e vai lá dar um folheto como pagamento. O artista tem que ser pago, ele tem que ser valorizado no seu trabalho, porque artista nenhum paga a gasolina sem dinheiro, compra comida sem dinheiro, paga aluguel sem dinheiro, ele precisa de cachê, ele precisa de pró-labore. Tão certo os nossos colegas especialistas atuarem também nesse lugar da capacitação e que precisam de pagamento. Então eu cheguei a comentar isso com alguns deputados federais e deputados estaduais. Faço citação aqui, eu esqueci e até me desculpo, à Comissão de Cultura da ALERJ, que teve um papel fantástico aqui no Rio em vários momentos. Eliomar Coelho, o nosso presidente da Comissão de Cultura da ALERJ, com aquela idade toda, é um guerreiro, um defensor da pauta cultural. E o Flavinho Aniceto, a Morgana [Eneile] que estão lá auxiliando na Comissão de Cultura, a gente sabe que tem que ter aí uma necessidade nesse investimento da capacitação, mas o ISS precisa de recurso. A própria ALERJ, na sua escola legislativa, podia oferecer para os municípios uma ação que priorizasse a formação, a capacitação. A gente sabe que a ALERJ hoje tem um fundo, tem dinheiro, a escola legislativa tem orçamento, eu

acho que podia ser um grande canal, em parceria com as prefeituras, pra gente alastrar essa iniciativa da capacitação, da formação, que é uma necessidade. Continua sendo uma necessidade. Dos noventa e dois municípios do estado, a gente pode contar aí nos dedos, considerando as dez regiões: Noroeste, Norte, Serrana, Baixada Litorânea, e Baixada Fluminense, Capital, Costa Verde, Médio Paraíba, Sul Fluminense, como que a gente precisa de mais gestores públicos qualificados, porque a gente ainda encontra em pleno século 21 muitas prefeituras com suas unidades de cultura, quer seja coordenação, diretoria, subsecretaria ou secretaria ou fundação cultural, com muita gente que não tem qualificação técnica. E, é claro, isso vai resultar numa dificuldade na gestão, na aplicação. Se a gente está falando da Lei Aldir Blanc, se tem um gestor que não tem condição técnica, vai obviamente respingar na execução da Lei Aldir Blanc. Então, eu acho que ainda precisamos garantir soluções para que a qualificação, a capacitação seja uma realidade em todos os municípios do nosso mapa do Brasil e quiçá no mapa estadual do Rio de Janeiro e quiçá no nosso Brasil.

**P1: Beleza. Bom, vamos lá, vamos dar seguimento. A gente já está partindo para a parte final. Enfim, eu queria saber como você avalia o formato final da Lei Aldir Blanc, assim como, a sua execução e a prestação de contas? E o que você pensa com relação às modificações ao formato final? E quais seriam as suas sugestões?**

**E:** Ah, que interessante. Bom, o meu já dei. Eu acho que tinha que garantir recursos para municiar as prefeituras desse expediente da formação. Eu acho que isso já tinha que ser garantido na lei. Porque, é claro, a lei atende o artista, isso é indiscutível, que bom, maravilhoso! Mas as prefeituras ficam muito engessadas no pouco recurso que elas têm pra tudo. Eu

citei aqui a prefeitura carioca, que a gente contou com a ajuda, com o socorro da Educação e da Assistência Social. A Lei Aldir Blanc, por exemplo, ela mandava a gente executar, mas a gente que tinha que se virar. E aí como é que a gente consegue trinta e cinco computadores de uma hora para outra? Não tinha dinheiro. A Cultura não tinha rubrica para isso. Muito menos para pagar mão de obra. Então, a gente lançou mão de ajuda externa. Dentro da própria prefeitura. Então eu acho que a Lei Aldir Blanc devia prever uma ajuda mínima de operacionalidade para as prefeituras, para garantir a sua execução, porque têm municípios, inclusive, que ficam muito limitados. Bastante limitados. Então, acho que esse é outro aspecto. O primeiro é garantir recurso para a formação, para qualificação. O segundo, garantir recursos para operacionalização ali no dia a dia, porque têm colegas, gestores que a sua estrutura é muito precária e fica muito limitado para garantir a execução da lei. E, por fim, eu acho que tinha que ter também, a lei podia prever um outro aspecto que eu acho que nós da cultura devemos dar atenção, eu acho que uma das coisas que a Lei Aldir Blanc promoveu pra gente, e eu citei aqui a escultora gonçalense que fez lá as obras, as esculturas do Paulo Gustavo e da dona Hermínia que estão lá no campo de São Bento. E aí você vê uma porção de gente tirando o retrato lá no campo de São Bento. Família, pai, mãe, avó, adoram o Paulo Gustavo. Marcelo, eu acho que a gente precisa envolver mais a população. Eu acho que a gente roda, roda a roda e nós do setor cultural não envolvemos muito a população. A população vê muito a cultura como uma condição de consumidora. Não é? Você monta um show na praça, aí vai lá o pessoal. Aqui em São Pedro, há pouco tempo teve um cinema ali na praça, na orla. É um lugar muito bonito, São Pedro é muito bonita. E lotou. O telão lá, o pessoal aqui da equipe virou porque teve um problema na tela, o secretário subiu, desceu escada e conseguiu um caminhão para projetar, lotou! A população levou sua cadeirinha e estava lá, mas eu

acho que a gente precisava ter também alguns elementos, alguns expedientes para envolver a população no marco da cultura no seu conceito do direito à cultura. Eu gosto muito de lembrar, eu gosto com tristeza. A Biblioteca Parque ficou fechada anos e anos. Eu estava lá como funcionária, eu sou servidora do estado, sou professora de História e Filosofia. Hoje, estou dando aula aqui já caminhando para minha aposentadoria. No número dos colégios principais de São Pedro, o Colégio Estadual Feliciano Sodré e também aqui na Secretaria de Estado de Cultura, eu me divido nesses dois expedientes. Dou aula à noite no colégio estadual e aqui na Cultura assessorando o secretário Tiago Marques e a diretora de cultura Gisele Ruiz. Mas eu vejo que a gente precisa muito envolver mais a população neste marco do direito, porque eu lembro muito quando eu estava lá na secretaria de estado e a gente ficou com a biblioteca fechada por anos e anos. E aí se você fecha um hospital, a população vai pra porta do hospital para exigir que ele seja aberto, se fecham uma escola a população vai pra porta da escola exigir que ela seja aberta. Aí fecha uma biblioteca, e a população não abraça aquele equipamento cultural que foi fechado. Fecham o cinema e a população não vai pra porta do cinema para exigir que ele seja aberto. Então, a gente tinha que pensar também no mecanismo de envolver mais a população para nossa prática da cultura. Para o exercício da cidadania cultural e mudar um pouco esse lugar da população só como consumidora, só como espectadora. E como que a gente vai fazer isso? Eu não sei, eu estou só trazendo o meu incômodo, a minha angústia, eu acredito muito que a gente avançaria nesse conceito da cultura como direito lavrado na Constituição Brasileira. O Bernardo Mata Machado, pesquisador querido lá de Minas Gerais, trabalhou muito com Roberto Peixe para ver esse nosso sistema nacional implantado, a Silvana Meirelles, o Márcio Meirelles, ele faz uma fala ótima. É considerando esse lugar da cultura no nosso dia a dia, como que a gente vê os sistemas de

cultura como resposta a execução do que está na Constituição brasileira, porque cultura é direito. Mas e aí? Como é que você vive esse direito? Os sistemas de cultura vêm para isso, para que a cultura se estabeleça como direito. Cada plano de cultura que a gente vê executado é uma resposta à indagação do Bernardo Mata Machado. É o que a gente tem, o que a gente quer ter e como é que a gente faz para ter? Então, como que a gente pode trazer mais a população para esse lugar da cultura como direito eu acho que é uma pergunta, uma angústia, um incômodo pra gente estabelecer entre nós. Uma coisa que me chamou muito a atenção na pandemia, e que eu achei que foi de um antagonismo muito grande, quase uma coisa sem cabimento, na maioria das prefeituras na sua totalidade teve lá aqueles serviços essenciais que foram estabelecidos. Quem tinha que trabalhar aquelas medidas todas de segurança que foram garantidas e aí teve o recolhimento de todo mundo ter que ficar em casa e tal. E a cultura não foi considerada um serviço essencial. Como que a cultura não foi considerada um serviço essencial se foi a cultura que garantiu que as pessoas em casa pudessem ter um filme para assistir, uma *live* para apreciar, uma música para ouvir? O artista teve um papel fundamental naquele momento de isolamento social para atenuar tudo que a pandemia trouxe de impacto na nossa vida diária, no nosso confinamento. Eu me lembro de gente que atravessava horas e horas cantando para garantir que quem tivesse lá ouvindo tivesse seu coração aliviado, tivesse aquela tensão um pouco distensionada. E aí nas nossas prefeituras, a cultura não era um serviço essencial! Eu achei aquilo tão estranho, eu lembro muito que a ponte Rio-Niterói ficou fechada. Eu, na época, morava em São Gonçalo, tinha que ir para o Rio porque eu estava lá responsável pela execução da LAB junto com o Carlos Correia, e aí não tinha nem passagem pela ponte de Niterói nem pelas barcas, porque a cultura não era essencial. E aí eu vi o Adolfo, numa manobra gigantesca para conseguir uma autorização para o nosso carro passar. E

porque a cultura não era essencial, olha que maluquice. A gente tinha que dar conta da execução da LAB, a gente tinha que estar lá naquele quartel general onde tudo se deu, e a gente não conseguia chegar na prefeitura, porque que a cultura não era um serviço essencial. Então, a gente não tinha passagem nem pelas barcas e nem pela Ponte Rio-Niterói. Aquilo me chamou muito a atenção. Muito. Então, eu acho que isso tem a ver com esse lugar de importância da cultura na sociedade. Isso tem a ver como a população vê e enxerga a cultura na sua própria vida. Porque é certo que as pessoas têm que comer, que as pessoas têm que ter atendimento de saúde, é certo que as pessoas têm que ter escola, mas vai chegar o dia em que as pessoas também vão assimilar que a cultura, na sua dimensão enorme, nesse lugar da felicidade, do bem-estar, também ocupa um lugar essencial.

**P1: Perfeito, deixa eu só destacar que você falou da execução. O que você avalia sobre a prestação de contas?**

**E:** Bom, a prestação de contas eu vou fazer a minha cantilena de volta com relação à capacitação e à formação. E a assimilação do artista de entender, de compreender hoje a necessidade de estar mais envolvido na burocracia. Ele pode ser um excepcional cantor, ela pode ela ser uma bordadeira, uma desenhista fantástica, mas ela precisa também começar a assimilar um pouco dessa parte, que é chata, que é enfadonha da burocracia. A gente vê gente pendurada hoje na prestação de contas. Eu estou aqui em São Pedro da Aldeia e estou vendo o secretário e também o Augusto Azevedo, que foi um dos técnicos aqui responsáveis pela execução da lei na cidade, temerosos de ver artistas daqui tendo que se entender com a tomada de conta, com o auditor porque não prestou conta. Fez uma foto de um lugar e pronto e não mandou mais nada, ou não cumpriu o prazo ou não mandou os documentos

necessários. Então, eu acho Marcelo que a prestação de contas é uma necessidade. Eu estou aí orando, rezando, pedindo prece, pedindo proteção aos orixás, para que todos os processos da Lei Aldir Blanc lá na cultura carioca resguardem o meu CPF, porque está lá o meu CPF em uma opção de processo. E o que a gente precisa ter no papel e comprovar para onde foi aplicado o dinheiro. E o artista, por sua conta, precisa estabelecer formalmente como é que ele usou, o que ele fez, quem ganhou o edital, quem recebeu o inciso. E aí, sem dúvida nenhuma, essa assimilação da necessidade do cumprimento da burocracia tem muito a ver com esse lugar da capacitação, da qualificação que o artista precisa se situar, o agente cultural, o produtor cultural, o animador cultural precisam se situar nesse local. Não é só o gestor público hoje, não é só quem está na prefeitura que tem que prestar conta no papel, tem que se ligar na burocracia, o artista hoje também precisa disso.

**P2: Cleise, estamos indo para o final. Acho que a maior parte das coisas a gente percebe que você já respondeu, mas como a gente elaborou essas questões vou aqui trazê-las. E caso você tenha algo a acrescentar... Como é que a Lei Aldir Blanc auxiliou, ou não, a gestão pública posterior no município no seu entendimento?**

**E:** Olha, eu acredito muito que tenha auxiliado e está auxiliando porque movimentou, como eu disse lá atrás, tanto o setor cultural, a sociedade civil, como também, movimentou a gestão pública. Eu acho que para quem atua nas secretarias estaduais, um dos grandes ganhos da Lei Aldir Blanc foi a promoção do mapeamento cultural. Eu tenho certeza que quem atua hoje na cultura nos municípios, se é coordenador, diretor, superintendente, subsecretário, está vendo um novo olhar no tamanho da cultura na sua cidade. Até porque a necessidade

do mapeamento cultural trouxe para ele informação que ele não tinha antes. Então, sem dúvida nenhuma, a partir dos mapeamentos, desse olhar, desse lugar amplo que foi aberto nas cidades graças à Lei Aldir Blanc, o gestor passou a se mexer mais, passou, inclusive, a estabelecer novas metas de gestão. Então, sem dúvida nenhuma teve uma contribuição gigantesca. E quem não tinha condição técnica, quem não se sentia muito seguro para executar a lei, procurou aprender, procurou se informar. Eu acho que esse ganho é indiscutível. Quando eu disse lá no início que a Lei Aldir Blanc colocou a cultura na pauta nacional nas cidades, ela também colocou a cultura no gabinete do prefeito, porque os prefeitos começaram a enxergar, com a Lei Aldir Blanc, até mesmo esse lugar de importância, quando o Fundo Nacional de Cultura encaminha para sua cidade um X de dinheiro, uns milhares de dinheiro que a cultura nunca tinha visto. Então, eu acho que quando a gente fala de dinheiro sempre tem um olhar diferente, eu vi algumas cidades durante a aplicação da Lei Aldir Blanc onde os vereadores descobriram a cultura, passaram a se interessar até pelos espaços de cultura, querendo indicar gente para estar lá na cultura. “Ah não, a cultura está com dinheiro”. Ah não, a cultura está lá. Com uma porção de artista agora que apareceu, e aí teve vereador que começou, assim de imediato a se interessar por aquele lugar da cultura, a coordenação, a subsecretaria, a ponto de querer ganhar lá o prefeito para indicar gente. Você vê que houve um redescobrir da cultura de modo geral. E aquele lugar meio parado que a gente estava vivendo, meio amorfo, de 2019, ainda impactados com as mudanças que a gente sofreu depois da extinção do Ministério da Cultura, a Lei Aldir Blanc deu uma guinada, levantou a cultura, ainda que nesse lugar difícil da pandemia, que a gente viveu e ainda está vivendo. E a gente sabe, professor Luiz Augusto, que trabalha com projeção, com futuro, a pandemia ainda vai deixar muitos impactos negativos. A gente ainda vai

precisar de um tempo do setor cultural para se refazer desses anos aí que a gente atravessou agora recentemente.

**P2: Cleise, obrigada. E, de fato, a gente viu esse legislativo, no bom e no mau sentido, envolvido aí entrando na cultura. É justamente sobre isso a nossa penúltima questão. Como é que você avalia o papel do legislativo municipal no enfrentamento das políticas?**

**E:** Olha, eu acho que tímido, bem tímido. Acho que a Lei Aldir Blanc deu uma provocada, porque eu vi artistas se mexendo lá com a sua Câmara Municipal de Vereadores, mas que nem conhecia os vereadores. Então, para o vereador catucar o deputado estadual, para o deputado estadual catucar o deputado federal e o senador, a gente viu como que os artistas começaram a procurar suas casas legislativas municipais. E aí você vê, pelo menos aqui no estado do Rio de Janeiro, vamos ficar aqui no nosso mapa RJ, muitas cidades que ainda não têm a sua Comissão Municipal de Cultura nas câmaras municipais, elas estão agregadas na naquele combo, junto com o turismo, com a educação, com lazer. Quando tem. E a Comissão de Cultura, por exemplo, do Rio, teve um papel fundamental. Cheguei a destacar aqui o nome de alguns vereadores que tiveram um papel de peso para garantir a discussão da execução da Lei Aldir Blanc Carioca. Mas a gente já teve outras cidades de total omissão. Aí falo aqui da minha cidade de origem, em São Gonçalo, em que a comissão de cultura tinha um papel completamente omissa. O vereador, não apenas desprezou a discussão, como não desempenhou papel nenhum. A sociedade civil batia na porta lá e não tinha eco. Então, claro que cada Câmara Municipal é um caso diferente. A gente viu, por exemplo, que teve cidade que a gestão pública não se mexeu e foi o legislativo que estabeleceu o encaminhamento pra execução da lei. Num trampolim direto

com o gabinete do prefeito, aplausos para essa Câmara de Vereadores. Mas aí você vê um papel meio que excepcional que não se repetiu em muitas cidades. Então, no geral, se a gente for considerar os 92 municípios, nós ainda precisamos incentivar mais os nossos vereadores, a sociedade civil precisa ter um papel mais audacioso, quem tem fórum, quem tem conselho, para envolver mais os vereadores nessa discussão das políticas de cultura.

**P2: Quase vinte questões, mas você gostaria de abordar algum ponto a mais querida?**

**E:** Olha, eu acho que é legal, acho que conseguimos envolver muitos temas, e de tudo eu acho que a gente precisa insistir no diálogo sempre. Em alguns momentos, a gente assistiu, apesar do que nos movimentou durante a pandemia para execução da Lei Aldir Blanc, além da tarefa como funcionário público, como trabalhador, eu acho que a gente teve um envolvimento fraterno. Eu acho que a gente estabeleceu um olhar para essa nova unidade do tempo que a pandemia nos trouxe, eu mesma vinha de uma questão pessoal muito particular, administrando um luto que não foi fácil, na verdade não tem sido fácil. Mas a Lei Aldir Blanc, a pandemia me envolveu fraternalmente. Então para além do meu papel de servidora pública, eu acho que a gente também se envolveu num grande conagraçamento cidadão porque nós todos vivemos uma nova unidade do tempo. Eu lembro muito, ali na cultura carioca, de uma campanha que a gente fez e foi muito emocionante, para conseguir quentinha. Eu fiquei na casa dos meus pais, eu tinha comida, eu tinha almoço, eu tinha janta, mas eu vi muito artista que precisava de comida. Eu lembro de um domingo em que eu fui extremamente massacrada, que não chegava quentinha, eu sabia de gente que estava esperando quentinha para comer. Eu lembro muito, a gente atrasou o almoço de domingo,

senão eu não vou comer porque tem gente esperando aí comida, e a gente não conseguia a logística pra comida chegar. Lembro de uma campanha assim, enorme, catando dinheiro, foi um momento muito emblemático. Então, eu acho que passar pela pandemia é garantir que a lei chegasse para ter esse lugar da emergência, do dinheiro para comer. Para nós que estamos na gestão, que temos essa responsabilidade da gestão, a gente tem muito compromisso com o futuro. Eu gosto muito de frisar isso. Quem trabalha com cultura tem compromisso com o futuro. Eu lembro de um episódio, já terminando aqui, que até me desculpei com o Luiz Augusto e com o Marcelo, na ocasião, mas eu lembro que na 4ª Conferência Estadual de Cultura no Rio que a gente organizou que só saiu porque o Conselho Estadual de Cultura bancou. Nós tínhamos um secretário que não queria que a conferência fosse realizada, e eu lembro muito lá da Biblioteca Parque cheia, lotada, veio delegado de tudo quanto é lugar e tinham três guardas na porta da biblioteca impedindo a entrada do teto limite, e a gente não tinha mais onde colocar delegado, literalmente. E a gente teve o dissabor e a tristeza de ver alguns convidados sem ter como entrar na Biblioteca Parque porque os bombeiros queriam fechar o auditório porque a gente tinha extrapolado o limite de gente. E eu lembro muito daquilo, a gente começou aquela conferência com uma frase do Santo Agostinho, porque foi muito difícil realizar aquela quarta conferência, e quando a gente realizou a gente nem imaginava numa pandemia, em 2020, 2021, que ia levar tanta gente. Nós tivemos várias pessoas, que participaram daquela quarta conferência, que morreram, que partiram. E eu lembro que a gente, antes da burocracia toda de regimento, e tudo no telão, aí colocamos telão e cadeiras do lado de fora, negociamos com os bombeiros para que as pessoas pudessem ficar do lado de fora. E é com essa frase que eu me despeço aqui de vocês agradecendo essa super oportunidade. Mas a gente teve tanto trabalho para botar aquela conferência para acontecer e aí de



madrugada eu pensei nessa frase do Santo Agostinho, que é um filósofo, e ele trazia pra gente essa aula. E eu me lembro muito dessa frase do Santo Agostinho, nesse tempo de pandemia, para que a gente se mantenha atuante na nossa militância, quer seja na gestão pública, quer seja na prática cotidiana da sociedade civil. Ele diz que a esperança ela têm duas irmãs gêmeas, e que é com elas que a gente se movimenta, que a gente não pode perder de vista, que é a indignação e a coragem. Eu acho que a Lei Aldir Blanc ela casa bem com essa fala do Santo Agostinho, ela nos trouxe esperança, porque apesar de toda indignação que a gente viveu, que a gente vive, a gente não pode perder a coragem. É isso.

**P2: Muito obrigada Cleise, de minha parte agradeço pela entrevista, com uma fala muito potente, forte, emocionada para nossa Rede Apoena. E por você ter essa disponibilidade de estar aqui com a gente e conceder essa entrevista, eu vou passar para o Marcelo Correia e o professor Luiz Augusto, o nosso coordenador.**

**P1: Muito obrigada Cleise, eu faço minhas as palavras da Ana Lúcia Pardo, eu acho que foi uma excelente entrevista, foi uma abordagem para além até do que a gente colocou enquanto roteiro, enquanto pauta, você trouxe além da sua visão das práticas culturais nas quais você vem vivenciando desde bonequeira. Com o relato de que gente eu não sabia de nada, e, em realidade esse processo é sempre um processo, tal qual o Cultura Viva, está sempre em movimento, a gente está sempre aprendendo com o outro e assimilando e automaticamente distribuindo um pouquinho do saber, da cultura que a gente vai carregando nas nossas experiências e expectativas. O Projeto Apoena vem agradecer a sua participação imensamente. Antes de**

**terminar e passar para o Luiz, eu gostaria que você nos indicasse uma outra pessoa que a gente pudesse estar entrevistando, que você acha que vale a pena, claro que dentro do contexto da Lei Aldir Blanc. E já, de antemão, antes de passar para o Luiz, meu beijo, muito obrigado pela sua participação, foi maravilhosa a entrevista.**

**P3: Agradecer de novo seria redundância. Foi excelente, excelente. Pensa se você autoriza, no devido momento, a gente usar a sua entrevista, no todo ou em parte, tanto por escrito quanto em vídeo. A gente está construindo, a gente vai no final ter um *corpus* com essas principais entrevistas, sabe Cleise, que tem exatamente isso, o objetivo de deixar uma memória do processo, uma memória da lei. Então, se você nos autoriza a estar disponibilizando, publicizando isso... Eu vou te pedir para você divulgar o formulário da pesquisa que está no site do Apoena, tanto para artistas, trabalhadores, tanto do Rio, quanto de São Pedro da Aldeia também. E pedir para você preencher como ex-gestora do município do Rio, vai ser vai ser muito necessário, interessante. Eu vou interromper a gravação porque já estamos no final.**

**E:** Então tá Luiz Augusto, quarta-feira tem reunião aqui dos gestores da Região Litorânea, eu já vou de imediato passar para todos. Vou fazer aqui até um textinho. Esse negócio de ser professora, vou passar um textinho pequenininho falando de você, falando da Lúcia e do Marcelo e obviamente registro aqui o site e encaminhado. Para além deles, também posso fazer o mesmo com a minha rede. Se tem uma coisa boa nesses quase trinta anos de assunto da cultura, trinta não, são vinte e seis, eu montei um Excel ótimo Luiz Augusto, de A a Z, de Areal à Volta Redonda. Fiz um, isso eu devo, inclusive, por incrível que pareça ao André Lazzaroni, porque eu tinha muito

papel, mas não conseguia sistematizar. E aí eu falei com ele desse material que eu queria muito fazer esse mapeamento e tive dois estagiários ótimos. Juventude é um espetáculo, eles organizaram uma papelada que eu peguei coisas do teatro de bonecos, da Comcultura e da própria secretaria. E aí montei um Excel poderoso, com gente de todos os noventa e dois municípios. Ex-gestores, agentes culturais, artistas, ex-alunos dos cursos, ficou muito legal. E os dois atualizaram tudo, que era um trabalho artesanal, telefonar, procurar em rede social, pessoa muda de telefone, muda de e-mail. E aí ficou um material muito potente. Quando me convidaram para fazer aquele papel lá de articuladora no início daquela reunião primeira, é claro que o pessoal sabia desse excel aí poderoso que seria um grande caminho também de comunicação. E assim, o que tem de interessante, o que tem de substancial na nossa área, eu sempre uso esse material para fazer o encaminhamento, é importante. Os informes da Lúcia Pardo várias vezes eu reproduzia o material, porque claro, a gente tem que manter esse trabalho da comunicação cultural, sempre eu acho que isso é uma carência que a gente tem. Com certeza eu vou divulgar, pode estar certo disso. E para os nomes que vocês poderiam entrevistar, não sei como é que vocês se dividiram aí, mas eu acho que vocês podiam fazer até umas falas de comparação. Eu falei um pouco do Rio, vocês podiam pensar em ver um município da Baixada, um município da Região Norte, da Noroeste, da Sul Fluminense, do Médio Paraíba e pegar um colega de cada região. Eu não sei se vocês já fizeram, porque eu acho que isso seria interessante. Me ocorreu aqui agora assim alguns gestores e alguns agentes culturais, eu posso mandar pelo WhatsApp, para o Luiz, ou para o Marcelo, ou pra Ana Lúcia, porque eu acho que poderiam ter uma contribuição legal. Por exemplo, o secretário de Magé - não é secretário, lá é uma diretoria de cultura - é um rapaz, o Alexander, ele fez um trabalho fantástico em Magé. O garoto se desdobrou sabe? Pra Lei Aldir Blanc que está lá

agora sendo executada, teve resto a pagar e não sei o quê. Eu não sei se vocês lembram do Leandro Santana, de Queimados. O Leandro se matou muito para o pagamento da Lei Aldir Blanc, em Queimados. Não sei se isso para vocês seria interessante. Não sei se a Rosa Perdigão já foi entrevistada, ela é da sociedade civil e teve um papel muito marcante no Rio pra Lei Aldir Blanc ser aplicada. O vereador Tarcísio, eu não sei se vocês pensaram em parlamentares, mas o Tarcísio estudou a lei. Ele estudou a lei para ele poder ter uma qualificada fala durante a execução da lei. Não sei até onde vocês teriam interesse de entrevistá-lo. E, em Campos, o Luiz Augusto deve lembrar da Kátia Macabu. A Kátia teve um papel muito bacana, ela estava na transição, saindo da academia, saindo do Instituto Federal Fluminense e se situando lá no lugar da sociedade civil, porque ela se aposentou durante a pandemia. Ela também era um nome que eu acho que valia a pena conversar, e agora ela está gestora em Campos, que é uma fundação poderosa na Região Norte. E tem o Duda Tostes, eu não sei se vocês conhecem, o Duda é de Miracema, ele teve um papel muito bacana no Noroeste, porque ele tanto estava na sociedade civil, mas depois ele voltou pra gestão, pegou isso no meio do caminho. O Duda pode ser um nome também interessante aí para conversar. De São Gonçalo, tem uma menina chamada Marilyn, eu não sei se vocês conhecem a Marilyn Pires. A Marilyn teve um papel muito legal pra execução da Lei Aldir Blanc numa cidade difícil que é São Gonçalo. Muito difícil. Eu acho que também podia ser um nome interessante para ser conversado. São alguns nomes que eu estou lembrando agora, de cara, posso pensar em outros também e sugerir para vocês, está bom? Tenho o e-mail e telefone de todos eles.

**P3: Não, maravilha. A gente quer sim, tá? A gente já fez algumas entrevistas, até no escopo nacional, conversamos tanto com legisladores, como com pessoas que estavam**

**na construção da lei, está vindo de cima para baixo nesse sentido, pegando as referências nacionais, as referências mais influentes, as referências estaduais e vamos entrevistar os conselheiros das regionais, alguns gestores e alguns membros da sociedade civil sim. Então, as indicações já estão sendo ótimas. Fique à vontade mesmo para nos indicar o que quiser, e mesmo Cleise, para nos mandar o que você achar que você tem de importante de documentos etc. Os alunos estão mapeando os editais, os contemplados, dos noventa e dois municípios e do estado, mas sempre fica às vezes faltando alguma coisa. Então, se você tiver documentos, seus períodos de gestão, que você acha que possam contribuir, porque a gente quer mesmo que o Apoena depois deixe como herança também um *corpus* de documentos condensado no mesmo lugar porque a gente sabe que as memórias se perdem. Não só as nacionais, as memórias municipais também se perdem. Por isso, a gente quer deixar esse material também com uma contribuição do projeto.**

**E:** Muito bom, isso é muito bom. Eu posso mandar um artigo que eu fiz, foi uma tarefa do doutorado que eu usei a LAB como um assunto, até gostei do resultado, vou mandar. Aqui em São Pedro, eu estou preparando um material da execução da primeira, até pra municiar o secretário para algumas coisas e aí eu posso mandar também. Do Rio, eu lembro que o Carlos Correia escreveu mais coisas porque quando o Adolfo saiu eu saí e não quis continuar e entrar num grupo político ligado a um deputado, aí eu achei que não seria interessante eu continuar, não tinha nada a ver com o deputado. E pra mim foi mais produtivo sair, mas o Carlos Correia, eu lembro que a gente começou um documento e ele ficou de concluir. Até estive com o Carlos Correia outro dia porque a gente se reuniu aí para resolver algumas coisas lá, ele está com muita atenção para nos proteger, o CPF dele e o meu. E eu tive com ele já em

duas ocasiões, vou perguntar se ele terminou esse documento porque ele é um funcionário de carreira e tinha um olhar inclusive muito atento pra várias questões cem por cento burocráticas, mas eu vou ver com ele, tá? E a doutora Zilmar também preparou um documento que era a advogada que nos acompanhava. A Zilmar voltou pra ALERJ porque ela era da ALERJ e estava cedida lá pra gente. Vou ver com ela também. Mas é uma grande iniciativa, esse lugar da memória, isso é importantíssimo. Estou vendo aí o Conselho Estadual sem memória de quase nada. Eu já mandei uma porção de coisa, uma porção de documento, estão me pedindo e estou mandando. Agora tem uma menina que pediu mais uma porção de coisa, que está assessorando o conselho na secretaria executiva. É importantíssimo esse lugar da memória, com certeza. Eu vou ver se consigo um tempinho aqui e reúno pelo menos os que eu tenho para mandar pra vocês, está bom?



Universidade Federal Fluminense - UFF  
Laboratório de Ações Culturais - LABAC  
APOENA – Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações  
Culturais – foco RJ  
[pesquisa.apoena@gmail.com](mailto:pesquisa.apoena@gmail.com) – <https://apoenaredecultural.wordpress.com>

Projeto APOENA  
Entrevistado (E): **Raphael Moreira**  
Data: 01/03/2023

Pesquisador entrevistador (P):  
P1: Marcelo Correia  
P2: Deborah Rebello Lima  
P3: Luiz Augusto Rodrigues

Ajuste da transcrição: Marcelo Correia - Data: 16/06/2023  
Ajuste final: Luiz Augusto Rodrigues – Data: 23/06/2023

**P3: Gente, boa tarde, estamos aqui hoje, dia primeiro de março de 2023, às dezesseis e quarenta fazendo essa entrevista pela plataforma Google Meet com o Raphael Moreira. Essa entrevista está sendo concedida para o projeto Apoena - Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações Culturais no foco no estado do Rio de Janeiro, pesquisa coordenada por mim Luiz Augusto Rodrigues junto ao Laboratório de Ações Culturais, o LABAC da UFF. Vão estar participando aqui, conduzindo a entrevista, o Marcelo Correia e a Deborah Rebello Lima, todos os dois pesquisadores ligados ao projeto. Raphael, a gente vai estar gravando e depois... a gente pede a permissão pra estar usando no todo ou em parte, em áudio ou por transcrição essa nossa entrevista de hoje, tudo bem?. Vou passar pro Marcelo, o Marcelo vai fazer o primeiro bloco de perguntas. Depois ele passa pra Deborah**

**dar sequência. Nesse meio tempo vou manter minha câmera fechada para não ficar pesando a conexão, som e áudio. Então vou fazer isso.**

**P1: Raphael, se em algum momento você não quiser que seja publicizada alguma parte da entrevista é só você falar “O que eu vou falar agora eu não quero que seja publicizado”. Na realidade a gente tem dois blocos. O primeiro bloco é um pouco sobre a sua trajetória pessoal e o segundo é mais especificamente sobre a Lei Aldir Blanc. A gente tem mantido esse roteiro para todos os entrevistados, porque é uma questão de pesquisa, e a gente tenta manter ali o questionário igualitário para que a gente possa estar trabalhando essas respostas de maneira mais coesa. Bom, eu queria que você dissesse nome completo, lugar de nascimento, formação e vinculação institucional.**

E: Bom, meu nome completo é Raphael Pereira Moreira, minha data de nascimento, vinte e oito do sete de 1982, eu sou formado em Comunicação social com habilitação em Publicidade e propaganda e o vínculo institucional: atualmente eu sou Superintendente do Audiovisual da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio [de Janeiro].

**P1: Perfeito. Quando e como você começou a se envolver com política cultural e sua gestão? E que passagens destacaria da sua trajetória como agente da política cultural?**

E: Eu comecei no ano de 2013 quando eu fui convidado a integrar a Comissão Carioca de Promoção Cultural que é a comissão que faz a operacionalização da lei municipal de

incentivo à cultura, que é a lei do ISS do município do Rio [de Janeiro]. Integrei a comissão durante oito anos e meio de 2013 a 2021. Nesse período, no ano de 2020 mais especificamente, a parte que eu gostaria de destacar foi quando justamente eu coordenei, fui coordenador de fomento cultural na Secretaria Municipal de Cultura no ano de 2020 coordenando a operacionalização da Lei Aldir Blanc na ocasião.

**P1: Perfeito. Como você avalia os limites e as potencialidades da participação da sociedade civil? Tanto sob o olhar da gestão pública quanto fora dela.**

E: Os limites que você diz, que você se refere são os limites disponibilizados para ativação das ações culturais? Os recursos. O volume de recurso, é isso?

**P1: Não só isso, é um todo. Quais foram os limites que fizeram com que a sociedade civil não fosse potencializada, no que se refere tanto à gestão como fora dela. Quer dizer, a participação da sociedade civil, dentro desse processo da lei. Você tem algumas limitações e algumas potencialidades. O que você observa, tanto dentro do olhar da gestão pública - você enquanto gestor olhando essa sociedade civil - e fora dela: enquanto sociedade civil também?**

E: Então, maravilha. Bom, eu acho que um grande gargalo da gestão pública relacionada principalmente ao setor cultural é justamente o reconhecimento do fazedor de cultura como efetivamente um ente apto, uma pessoa física ou jurídica apta a receber um recurso para poder operacionalizar e às vezes poder ativar a arte que ele faz. Eu costumo dizer que o setor cultural ele tem um grande desafio aí - que eu acho que em

todas as esferas a gente enfrenta esse desafio - que é justamente o fazedor de cultura. Às vezes você vai pegar um fazedor de cultura de um determinado segmento, se você perguntar a ele o que ele faz talvez ele não saiba te explicar, não saiba responder. Se você colocar ele dentro de uma sala e pedir que ele execute a obra que ele está acostumado a executar, ele vai executar e vai ser maravilhoso. Então eu acho que o grande desafio, o grande limite que os fazedores encontram, a grande barreira que eles precisam superar é justamente conseguir fazer com que eles consigam se expressar formalmente. Formalmente que eu digo é colocar também no papel, poder enquadrar determinado projeto, determinada ação que ele faça num determinado edital, num determinado instrumento e formalmente também na questão da formalização. A gente sabe que dentro da administração pública a gente tem uma grande burocracia. Se ela é necessária, se ela é adequada, se ela exigente demais, isso aí a gente nem entra no mérito, mas a gente sabe que existe uma burocracia que ela precisa ser seguida. A gente não pode... principalmente com a Lei Aldir Blanc foi um grande desafio que a gente enfrentou, foi conseguir remunerar e fazer com que esse recurso - que era o recurso emergencial para aqueles fazedores de cultura não parassem de produzir, não parassem de fazer e pudessem inclusive sobreviver - um grande desafio da gente [da gestão pública] poder fazer chegar o dinheiro nessas pessoas... o desafio que elas enfrentaram foi como que elas poderiam comprovar que elas eram fazedoras de cultura, relevantes, que tivesse uma história para que a gente pudesse dentro das normas da administração pública, repassar aquele recurso a ela. Então, eu acho que a maior parte, o maior gargalo dessa relação da gestão pública com o fazedor de cultura é justamente a formalização, seja ela da parte literal mesmo dele escrever e enquadrar o projeto, como também da parte - como é que eu posso dizer? - a parte operacional que

eu quero dizer na parte empresarial, dele se formalizar e ser reconhecido como um profissional, um fazedor de cultura.

**P1: Entendi. Bom, a gente vai partir pro bloco dois, que é mais específico, que é sobre a Lei Aldir Blanc, embora isso tudo aqui seja sobre, a proposta é essa E aí vamos lá: como se deram as primeiras articulações da Lei Aldir Blanc no Rio? Tanto em relação à população quanto ao executivo municipal, outras secretarias etc. e mesmo o executivo estadual.**

E: Bom, na ocasião eu participei da operação na esfera municipal. Agora eu estou aqui no estado, mas na época eu estava na esfera municipal. Quando lá eu cheguei para essa função os trâmites eles já estavam avançados em relação à transferência do recurso e o recurso vem do Governo Federal se eu tiver equivocado em algo vocês por favor me corrijam. Mas o recurso ele veio da esfera federal pra estadual, da estadual pra municipal, correto? Acho que esse o caminho e quando ele chega na esfera municipal o grande desafio, voltando até o bloco um pouquinho ao bloco anterior, o grande desafio era com que nós conseguíssemos num curto período de tempo repassar aqueles recursos, fazer esses recursos chegarem na ponta. Só que para isso a lei já previa um trabalho mínimo - e com uma velocidade excepcional - de pesquisa, ou seja, a gente abriu o cadastro municipal de cultura, nesse tempo enfrentou-se além da questão da pandemia, muito problema relacionado à parte - como é que eu posso dizer - à parte de maquinário, na parte tecnológica. Então não está... ninguém estava preparado para poder ter uma plataforma que conseguisse atender na plenitude aquela demanda daquele momento. Então foi realmente uma grande dificuldade, mas conseguimos estabelecer o cadastro municipal de cultura para a partir desse cadastro municipal de cultura a

gente ter isso como base de dados para que posteriormente pudéssemos fazer os processos de escuta, fizemos inúmeras *lives* para entender o que que a sociedade civil estava demandando etc. e tal para aí sim, posteriormente, propor os editais. E essa construção desses editais ela também teve do lado da parte do executivo a gente precisou articular com diversas outras secretarias, como por exemplo Controladoria Geral do Município, Procuradoria Geral do Município pra gente conseguir fazer com que esse processo de desembolso acontecesse na velocidade que se tinha necessidade naquele momento. Então tipo, o empenhos coletivos, as transferências feitas pros contemplados num período bem menor do que naturalmente seria feito, entendeu? Foi isso.

**P1: Bom, então como você avalia - você até já falou um pouquinho, mas como você avalia os processos participativos de discussão, implementação, efetivação das ações resultantes da Lei Aldir Blanc do município? As ações, resultantes, o processo participativo da sociedade civil. Na realidade participação, de discussões de implementação e efetivação dessas ações resultantes dentro desse processo que, inclusive, você acabou de citar.**

E: Está bom. Ah, um outro grande entrave que foi enfrentado pela Lei Aldir Blanc foi a falta de uma referência de um mecanismo como esse para a operacionalização dela. Então, alguns desdobramentos, alguns regramentos que precisaram ser estabelecidos ao longo desse processo, além deles precisarem ter decisões quase que do dia pra noite, a gente por mais que precisasse dessa velocidade, a gente precisava consultar esferas superiores. E, às vezes, o estado não tinha esse retorno e o Governo Federal também não tinha. Então foi um grande entrave. A sociedade civil por outro lado que era

justamente o público alvo, era justamente quem estava aguardando pra receber aquele recurso e por mais que tivesse, por mais que compreendesse a dificuldade dessa operação ela, a sociedade civil atendida, estava vivendo um momento inimaginável no planeta, certo? E precisava daquele recurso. Por mais que a sociedade civil naquele momento entendesse a dificuldade dos desdobramentos da administração pública, ela vivia um momento de extrema necessidade. E por outro lado o poder público tinha dificuldade de não se ter uma orientação de esferas superiores a contento em relação ao período, em relação à devolutiva para eles. Então eu acho que, a minha avaliação em relação à entrega final desse recurso da Lei Aldir Blanc ele - como eu poderia dizer - eu acho que ele foi entregue como naquele momento - por mais que soe mal, mas talvez o termo talvez não seja o mais adequado -, mas foi como foi possível entregar naquele momento inimaginável, certo? Considerando todo regramento que já estava sendo praticado dentro de uma excepcionalidade, porque muitas etapas do processo de pagamento, do processo de tramitação interna da administração pública ela conseguiu ser superada por conta do momento de emergência, de calamidade pública. Então eu acho que num resultado geral, falando muito especificamente do município do Rio de Janeiro, a gente com toda dificuldade que nós tivemos a gente teve um índice de efetivo pagamento de 99,9%. Então a gente conseguiu do recurso que o município do Rio de Janeiro recebeu para entregar pra sociedade civil, a gente conseguiu executar 99,9%.

**P1: Perfeito. Bom dando continuação, continuidade aqui eu passo pra Deborah.**

**P2: Raphael, eu vou continuar aqui, mas a gente vai um pouco na mesma, toada, para entender um pouco esse**

**processo interno, assim, essa vivência da gestão. No processo de implementação no âmbito municipal houve algum tipo de embate entre posturas do executivo municipal e do legislativo municipal? Houve algum tipo de enfrentamento, alguma questão?**

E: Então, na verdade não foi tanto enfrentamento. Mas foram esses percalços causados, na minha na minha concepção, por conta da falta de referência de instrumento semelhante a esse. E aí era uma tecla que a gente vinha batendo sempre, a nossa gestão à época era justamente essa falta de referência. Vou trazer um exemplo prático no inciso dois que a gente tinha - que era o benefício mensal destinado a grupos, coletivos no município do Rio. A gente, ora, a gente abriu o edital, um exemplo, no mês de agosto, eles fizeram o cadastro, enfim, remeteram as propostas deles para poder serem contemplados e a gente foi pagá-los, sei lá, outubro, novembro. Do momento em que eles em agosto quando a gente abriu o edital, a lei ela já estava tramitando, porque pra gente abrir o edital em agosto, ela deveria ter tramitado anteriormente, certamente. Um exemplo prático dessa talvez pode se considerar uma divergência e uma dificuldade de entendimento comum era justamente a questão do reembolso. O contemplado, o atendido nesse subsídio ele precisava receber esse subsídio que a gente lá dividiu em três faixas - foi seis, oito e dez mil - ele receberia esse recurso para poder manter as atividades do grupo, coletivo ou espaço cultural que ele tivesse. Mas aí se você parar pra considerar que ele fez a inscrição para poder receber esse recurso para pagar as despesas daquele momento pra frente, de agosto pra frente e ele recebeu esse recurso só em outubro, mais na frente ainda, e o próprio edital e a própria lei consideravam que o período atendido pelo mecanismo deveria ser a partir do momento do decreto de calamidade pública - que acho que se eu não me engano ela acho que era trinta de março, algum dia de março de 2020, a

gente vê aí um período enorme que ele estava sem, que ele não tinha recebido ainda o recurso e ele recebeu recurso lá na frente, ele precisava gastar o recurso até trinta e um de dezembro de 2020, como que ele não ia pagar as coisas que ele pagou lá pra trás? Então era um grande entrave que a gente teve não somente com o legislativo, como também com o poder executivo mesmo. Com o ministério, até mesmo com os outros estados, embate um pouco por essa falta de referência, de esclarecimento também. Porque como não existia aí - já é mais uma impressão muito minha - como não existia algum mecanismo semelhante para servir de referência... Diferente de hoje que a gente está trabalhando na [Lei] Paulo Gustavo e na Lei Aldir Blanc 2 a gente tem uma referência, nelas duas - por mais que a gente não esteja mais no período daquele do olho do furacão da pandemia -, a gente tem pra onde olhar e saber e ter uma média dos desdobramentos, enfim, das dificuldades que a gente pode vir a ter com a operacionalização dessas outras duas, com essas outras duas leis.

**P2: Vou pedir licença, fazer um adendo no roteiro até para retomar um pouco isso que você falou e uma pergunta anterior, você falou um pouco dessas dificuldades de operacionalização do recurso num espaço muito curto de tempo e que apesar dos entraves burocráticos que tinham sido retirados por questão dos decretos de calamidade você fala um pouco dessa falta de referência de como proceder como um grande entrave, tem alguma outra coisa que você possa destacar como um entrave nessa operacionalização, seja entrave político, seja enfim, algum alguma coisa que tornou difícil esse processo de gestão financeira do recurso da LAB?**

E: É... o político ele... a questão política ela sempre pesa. Não somente pro lado positivo como também pro lado negativo. A

gente vem vendo isso também com a Lei Paulo Gustavo. Às vezes diversos movimentos feitos, reuniões, enfim, que não parecem muito produtivos, como se rodasse, rodasse, rodasse, e não saísse do mesmo lugar, eu acho que a questão política ela sempre está... até porque só o fato da lei existir a gente já sabe que tem um grande viés político em torno dela. Então o ar político ele está ali em todo momento. Não considero que ele tenha sido um entrave de peso, negativo, um entrave negativo, não considero a questão política negativa, mas ela em alguns momentos ela pesou. Em alguns momentos ela pesou.

**P3: Ok. Queria que você destacasse um pouco o processo e o papel da sociedade civil, especificamente do Conselho Municipal de Cultura nesse percurso de estabelecer ações, de articulações, que ações você destacaria desse lugar da sociedade civil na operacionalização do recurso seja via conselho, seja por fóruns regionais, temáticos - se é que houve algum pro circuito do Rio de Janeiro -, enfim, como é que foi essa interação entre gestão pública e sociedade civil local?**

E: No município do Rio de Janeiro eu considero que a operacionalização da Lei Aldir Blanc ela cumpriu a função que deveria cumprir, que na minha visão a função da política pública é atender a demanda da sociedade civil. Então, mas pra gente atender a demanda da sociedade civil não adianta: eu sou ou não servidor de carreira, sento na cadeira, olho, tenho a minha impressão, da minha vivência, da minha experiência e vou aplicar esse... vou por esse caminho. Pode ser, é isso também. Mas é além disso. Eu preciso entender a demanda, eu preciso estudar o ambiente para saber como que eu consigo, que ferramentas eu vou utilizar para conseguir atender aquela demanda. No município do Rio, o Conselho Municipal de Cultura teve uma participação muito ativa, a gente



chegou a fazer *lives* assim diárias durante semanas, tipo dia sim dia não a gente fazia a partir das dezenove horas e varava a noite até onze horas da noite para conseguir atender ao máximo aquela necessidade. É claro que nenhum outro mecanismo, nenhuma outra política pública ela vai atender plenamente a demanda da sociedade civil, mas também não serei irresponsável a ponto de dizer que a gente chegou tão perto da plenitude, não, mas eu considero que a gente não mediu esforços para conseguir nos aproximar ao máximo dessa meta, que era atender a demanda que, a partir desse processo todo de escuta constante com a sociedade civil muito principalmente por meio do Conselho Municipal de Cultura, a gente foi fazendo. Para além disso, a gente na época - como no outro bloco a gente falou a respeito dos limites e das dificuldades que os fazedores de cultura encontram para conseguir vamos dizer assim beber na fonte do dinheiro público, a questão da formalização, a questão da comprovação dele como fazedor cultural,- a gente enfrentou uma grande dificuldade na hora de contemplar esses fazedores quando eles, por exemplo, um exemplo prático, quando eles não tinham nem mesmo o portfólio e aí eles nem tinham e não tinham nem como fazer, porque ele não tinha computador, ele não tinha internet, ele sequer tinha conta em banco então foi um momento em que a gente montou tipo uma central de atendimento presencial - por mais que estivéssemos com a maior dificuldade, com todas as indicações de protocolos de segurança, complicado porque a nossa equipe toda da coordenadoria de fomento, toda a equipe, a única pessoa da equipe da coordenadoria de fomento da subsecretaria de cultura do município que não pegou Covid foi o subsecretário que foi o Tiago Salles. Não porque ele não estivesse lá. Ele era um que estava todos os dias. [risos] Mas assim talvez ele já tivesse descoberto a vacina, já tivesse tomado. Brincando. Mas ele foi o único que não pegou. De resto, toda a equipe pegou, porque a gente estava diretamente no *front* atendendo as

pessoas. Então, foi um processo de escuta constante e até mesmo físico, para que a gente conseguisse, sei lá, com a meta colocada tentar ao máximo se aproximar dela.

**P3: Muito interessante. Quería que você falasse um pouco mais detalhadamente Raphael, por favor, como é que como foi, como você descreveria a operacionalização da LAB no município do Rio de Janeiro? Se houve cadastro de entidades e quais os desafios de realizar esse tipo de cadastro, como foram pensados os editais, se houve enfim essa interlocução com a sociedade civil, que você fizesse um panorama maior da operacionalização da LAB no município do Rio.**

E: Bom, eu acho que muitas análises elas, se a gente olhar pro resultado, eu acho que a gente consegue ter um grande parâmetro. Considerando que a operacionalização da Lei Aldir Blanc pelo município do Rio de Janeiro, considerando o recurso que a gente recebeu, considerando o percentual executado desse recurso que foi 99,9% - isso não foi uma pesquisa e nem um dado nosso não, isso foi um relatório do Ministério do Turismo na época, da Secretaria Especial de Cultura que está até disponível no site, eu considero bem vitorioso. Principalmente por nós fazermos essa construção dos editais. Ela não foi feita, ela não foi elaborada considerando somente o histórico de política pública dessa instituição, Secretaria Municipal de Cultura. Foi muito também daquele momento, então por mais que se considerasse - a gente estava naquele momento em 2020 a gente estava vivendo uma gestão na Prefeitura que já estava vindo dezessete, dezoito, dezenove, vinte, a gente estava, foi isso?, dezessete, dezoito, dezenove e vinte, exatamente. A gente já estava no quarto ano de um governo que não previu fomento direto para o setor cultural. Então a gente já vem de uma grande necessidade, de uma

grande demanda da sociedade civil pra dali sair algum tipo de recurso. E potencializando essa necessidade tornando essa necessidade muito mais latente cai um meteoro, vamos dizer assim, que é a Covid-19. Então quando ela vem ela acaba... para o ponto negativo é ela mesma, né?, todas as dificuldades e as mortes, enfim toda a dificuldade e os sofrimentos que viveram com ela. Mas a parte boa foi a questão do recurso, que a gente teve um recurso pra operacionalizar naquele ano porque se não fosse a Lei Aldir Blanc naquele ano, pelo menos o município do Rio de Janeiro, não executaria nenhum recurso nessa prática de mecanismo de fomento direto. E de novo, esse processo de escuta do município do Rio de Janeiro ele foi constante. Primeiro já existia a demanda como eu já disse, e a gente a partir do momento em que a Lei Aldir Blanc foi regulamentada, a gente abriu o cadastro municipal de cultura e a gente abriu todos os canais possíveis - até mesmo os presenciais como eu disse anteriormente - para conseguir entender a demanda da sociedade civil. A gente não podia fazer tipo um fórum presencial, mas a gente fez inúmeras *lives* com participação... tiveram *lives* tipo, no instagram da SMC o subsecretário falando, as pessoas mandando as perguntas, sugestões, críticas e reclamações no chat, mas nós tivemos também diversas reuniões por meio da plataforma Zoom, Meet, enfim, com participação de várias outras pessoas. Então o processo de escuta constante, na minha visão, ela pôde garantir a execução desse mecanismo de forma responsável. Como eu acho que devem ser, acho não, tenho certeza, que devem ser as políticas públicas.

**P3: A realização desse cadastro de entidades teve alguma particularidade?**

E: Ah, sim, sim, você falou disso, eu esqueci de mencionar. A particularidade foi justamente a dificuldade que se enfrenta -

que pela minha experiência dentro da gestão pública a gente encontra em diversas esferas, em diversos segmentos, seja cultura, seja saúde, seja educação, seja transporte - que é a questão da tecnologia. Por mais que a gente esteja em 2023, na época 2020 ainda, mas assim, a tecnologia cada vez mais avançada, a gente ainda tem dificuldade dentro da administração pública de conseguir ter plataformas que nos atendam de forma, assim... as plataformas elas nos atendem, mas esse atendimento ele é muito aquém do que deveria ser. Entendeu? O exemplo prático. Um, se eu não me engano, um dos regramentos da Lei Aldir Blanc na relação estado/município era que um proponente contemplado num determinado edital do estado não poderia ser contemplado no edital do município ou vice-versa, algo parecido. Aí vem aí uma questão, como que a gente vai fazer trabalhar essa relação para conseguir fazer esse controle? Existe um sistema unificado? Não. O sistema do estado ele consegue fazer uma interface com o sistema do município? “Ah não, o estado não tem sistema. Ah não, o município não tem sistema”. Então eu acho que a questão da infraestrutura, essa era a palavra que faltou eu falar no outro bloco, eu acho que a questão da infraestrutura principalmente ligada à tecnologia por mais que pareça absurdo ela ainda é, dentro da gestão pública, um grande desafio aí, um grande tabu, um grande entrave que precisa muito ser tratado e cuidado, porque ele, para além desses regramentos como esse - como esse exemplo do contemplado, do proponente não poder receber de duas esferas -, além disso, ainda tem a questão da prestação de contas, porque quando a gente fala para não haver recursos pagos de forma dupla, ou seja, a mesma nota [fiscal] que eu que eu prestei conta no município apresentar pro estado e por aí vai. Como que a gente vai cruzar essas informações? Então eu acho que é um desafio assim tremendo de todas as esferas da administração pública.

**P3: Você já chegou a comentar sobre o nível de execução do município do Rio que é bastante alto, mas queria que você falasse enfim, vocês praticamente não devolveram o recurso, enfim chegaram num nível que poucos municípios conseguiram - a gente tem alguns exemplos bastante evidentes de devolução integral de recursos e tal. Analisando todos esses entraves que você já citou, seja a questão infraestrutural enfim, a que você atribui entre aspas, esse “sucesso”, esse alcance de execução de recursos que o município conseguiu? E por curiosidade, qual o tamanho dessa equipe que estava diretamente vinculada à execução desse recurso?**

E: Então, eu acho que principalmente o que a gente pode trazer como um grande elemento que fez com que o resultado dessa operacionalização tivesse esse percentual alto eu acho que foi justamente o fato da experiência das pessoas envolvidas em administrar o mecanismo. A gente sabe que dentro da gestão pública, a gestão pública ela - como também já disse aqui - ela respira política, então a gente sabe que muitos movimentos eles acontecem principalmente motivados pela parte política, mas na minha visão em tudo na vida a gente necessita de um equilíbrio. Não adianta eu ter que o órgão que seja, eu ter alguém só técnico e não adianta eu também ter alguém só político. Eu preciso ter um servidor que ele possa transitar de forma – como é que eu posso dizer? - de forma habilidosa nas duas esferas, nos dois caminhos, nas duas estradas. Então eu acho que a articulação política e a qualificação técnica elas foram primordiais para essa boa execução. Toda a equipe que estava, que fez essa operação da lei no município do Rio de Janeiro ela já estava junta já tinha algum tempo, a maioria da equipe. E na verdade a gente só... eu fui um que me somei, eu cheguei para completar o time, metade já estava formado e eu fui um dos que chegou para complementar, mas eu em toda a humildade do mundo eu acho

que eu contribuí bastante principalmente também pela entrega, foi um período assim... foi o período que eu mais trabalhei na minha vida toda [risos]. A gente entrava na secretaria às oito, nove horas e de verdade não descia, nem saía do prédio da Prefeitura, a gente saía de lá onze, dez e meia, já chegamos a sair de lá duas horas da manhã para conseguir dar conta de todas as tarefas que tinham. Tipo, era uma quantidade absurda de e-mails que chegavam todos os dias. Era uma quantidade absurda de pessoas que chegavam presencialmente porque não tinham e-mail, porque não tinham telefone, não tinham como ligar e a gente precisava atender todos os dias e não é um comércio que “ah, hoje eu vou fechar, não quero vender”, não, função do servidor público é servir ao público, é atender a demanda da sociedade civil. Então o camarada vai ser o último a chegar, fechou seis horas... (igual banco, quando o banco fecha, às dezesseis horas, mas se você estiver lá dentro... até a última pessoa lá vai ser atendida, mesmo que isso vare até oito horas da noite). Então a gente trabalhou muito com foco, com essa meta de conseguir atender ao máximo, não deixar ninguém sem resposta. Um exemplo prático disso foi que no dia trinta de dezembro - isso eu nunca vou esquecer - no dia trinta de dezembro de 2020 eu lembro eu fui o último a sair lá da secretaria eu saí de lá dez e meia da noite tentando executar, empenhar ou liquidar, acho que a gente já tinha empenhado, precisava, na verdade, a gente... isso mesmo, precisava liquidar o pagamento de uns quatro ou seis proponentes. É, foi isso mesmo, olhando aqui o relatório que está aqui na minha mão, no dia vinte de dezembro de 2020 tinha pendente quatro processos para liquidar. A gente não conseguiu liquidar esses quatro processos na virada de 2020 para 2021. Mesmo a gente saindo de lá no dia trinta de dezembro, e isso aí foi dia vinte, o relatório foi emitido no dia vinte mas no dia trinta de dezembro eu saí de lá tentando fazer a liquidação desses quatro proponentes. Entendeu? Então eu acho que não só minha, mas todo mundo que trabalhou ali em

conjunto a entrega foi extrema, a dedicação e principalmente o entendimento de que a gente estava ali como um representante da sociedade civil fazendo com que aquele recurso... que se nós não estivéssemos ali, poderia alimentar justamente a gente, entendeu? Então eu considero muito a escolha da secretária, à época Roseli [Duarte], eu acho que ela fez uma escolha muito assertiva. Na hora, não é puxando o saco não, mas ao subsecretário que na época era o Tiago Salles e sou grato demais por terem confiado a mim uma parte dessa missão, entendeu? E fico feliz demais da gente saber que conseguiu dos três mil... (só para vocês terem uma ideia, cadê? quantos foram os contemplados? total, espera aí, costuma estar aqui...) mas sei lá, dos três mil e pouco proponentes contemplados a gente tipo na virada de 2020 para 2021 a gente precisava pagar uns sessenta e quatro entendeu e pagamos depois, em 2021. Foi difícil, demorou, tal, mas enfim. Problemas diversos da administração pública, enfrentamos muito problema relacionado a cadastro de conta corrente, aquele problema operacional da parte da infraestrutura tecnológica.

**P3: Queria só complementar essa pergunta: quantas pessoas estavam vinculadas a essa equipe direta de implementações? e fazer um adendo. É uma equipe que já tinha experiência no fomento direto ou como você, no fomento indireto? Ou é um misto das duas coisas, enfim... Se você puder...**

E: Está bom. A equipe era composta por aproximadamente... deixa eu fazer uma conta rápida aqui: umas vinte pessoas, de vinte a vinte e cinco pessoas. Era exatamente um misto de profissionais, tinham pessoas que já estavam na administração pública há muito tempo, tinham pessoas que tinham chegado naquele momento, tinham pessoas que estavam na

administração pública mas não especificamente no fomento direto, não especificamente na cultura. Teve muita participação de... a Cultura, ela conversa muito com a Educação, então nas secretarias em que eu passei, que foram no município e no estado, sempre teve muita relação com a educação e servidores da educação. Servidores da Educação servindo a Cultura. Então a gente tinha servidores da Educação nesse processo de atendimento, de escuta e... a própria secretária, a própria secretária Roseli ela era uma servidora de carreira da Educação. Então esse olhar de atender, por exemplo, as pessoas mandavam uma mensagem para ela, ela me ligava "Raphael, atende, por favor, fulano de tal, explica pra ele...", sabe? Ela não deixava de atender, ela tratava, ela recebia, falava "filho, não vai dar para te atender, quem vai tratar contigo é fulano de tal..." Eu falava, o Tiago falava, outro servidor falava. O fato é que a gente tinha a meta de não deixar de atender ninguém, sendo uma equipe de aproximadamente vinte a vinte cinco pessoas.

**P3: Você já falou um pouco das reuniões virtuais que foram feitas para discussão da LAB, queria que você falasse um pouco mais sobre isso, dessas *lives* que vocês fizeram, de formato e qual a avaliação desse processo de *lives* e webconferências nesse trânsito do recurso pela administração.**

E: Então, a gente entrou num período em que as pessoas precisavam muito, que foi justamente quando os proponentes receberam os recursos e eles precisavam usar e, assim, tinham regramentos em que a própria lei e os instrumentos que regulamentavam ela não eram tão claros a ponto de alcançar a essa utilização dos recursos por eles. Então a quantidade de e-mails era imensa, a quantidade de pessoas que chegavam lá presencialmente era grande também e aí a gente viu nesse

mecanismo que era o YouTube, o canal da SMC no YouTube, as *lives* inclusive estão lá até hoje. A gente viu nessa ferramenta, nesse meio de comunicação, uma ferramenta muito eficaz pra gente conseguir atender essas demandas quase que em tempo real. Então chegou a época, como eu disse, da gente fazer *live* durante uma semana todos os dias. A *live* começando às sete horas... O prédio da prefeitura é um prédio público, mas ele não fica aceso a noite toda. Então tipo oito horas da noite a luz do prédio da Prefeitura apaga. Então inúmeras vezes a gente no meio da *live* a luz... mesmo a gente ligando lá pra manutenção “opa, hoje a gente vai ficar até mais tarde”, mesmo assim no meio da *live* a luz apagava, aí tinha que esperar, acender de novo para que a gente voltasse, porque assim, podia apagar e falar “gente, hoje não dá mais, apagou a luz, a gente tem que ir” ou se apegar nessa questão “olha, o prédio da prefeitura apaga a luz às oito, a *live* só pode ser até às oito”, não. A gente pediu para ligar de novo, no dia seguinte insistia e reforçava “Olha, a gente fez ontem, a gente comunicou ontem. Ontem apagou, será que hoje vai pagar de novo?” Não, hoje não vai apagar não”, apagava... pedia, religavam. Enfim, a gente chegou a fazer reuniões *online* em finais de semana. Tinha o prédio da prefeitura fechado, a gente entrou, nem o ar condicionado na época não estava ligado, porque no sábado não faria sentido ligar o ar condicionado do prédio inteiro, central, por causa de um andar. Então aí, ainda assim, a gente foi lá para fazer reunião com a equipe de pareceristas, que foi um dos editais que a gente abriu foi para selecionar pareceristas para fazerem análise dos projetos remetidos aos outros editais. Tem mais alguma coisa que tu me perguntou que eu não...

**P3: Eu queria que você falasse um pouco sobre esse processo assim das *lives*, no que elas foram importantes, se você tem algum balanço sobre isso?**

E: Teve uma outra coisa que você falou que eu acho que eu não respondi, ainda dessa pergunta. Sobre o balanço das *lives*... teve uma outra coisa, mas tudo bem, eu vou continuar falando... se você lembrar você pode me interromper. Esses processos da *live*, como a gente usou esse canal que era o YouTube para fazer essas *lives* a gente tinha um contato direto com os proponentes diário. Diário e ao vivo, literalmente ao vivo. Então as dúvidas surgiam, se a gente não conseguisse tratar aquela dúvida ali, responder aquela dúvida na hora, a gente literalmente anotava para que na *live* do dia seguinte nós tratássemos e levássemos. Um dos pontos de mais polêmica foi justamente essa questão do reembolso. Desse... principalmente do inciso dois. Principalmente não, especificamente do inciso dois porque os outros todos a gente conseguiu... até uma outra coisa interessante que eu não falei. A gente, a SMC construiu os editais muito, muito não, sempre com respaldo da PGM que é a Procuradoria Geral do Município, com interface com a controladoria também, a Controladoria Geral do Município para que nós pudéssemos executar os pagamentos de forma mais rápida e também fazer com que a prestação de contas desses prêmios, desses repasses, elas não fossem pra “esganar”, vamos dizer assim, o proponente. Não adianta eu dar o dinheiro e fazer com que o cara tenha que se virar em um milhão para conseguir prestar conta desse dinheiro. Não vou inviabilizar, vou dar um dinheiro pra ele e vou inviabilizar a utilização e a prestação de contas desse dinheiro. Então a gente trabalhou com bastante flexibilidade nessa questão - quando eu trago a palavra flexibilidade ela não é uma flexibilidade que se aproxima da irresponsabilidade, como eu disse tudo pactuado com a Procuradoria Geral do Município. Então a gente trabalhou com o prêmio. Tiveram dois editais que o prêmio foi de quinze mil, espera aí acho que dezessete mil e pouco, porque foi um valor quebrado porque a gente considerou o desconto... o valor do prêmio Arte Escola, por exemplo, treze mil cento e setenta e

oito reais e vinte e nove centavos. Por que que foi esse valor quebrado? Porque a gente já considerou o desconto de impostos sobre esse valor. Então era pro proponente receber tipo doze mil. Então esse mil cento e setenta e oito e vinte e nove já era o valor do imposto. Então a gente estava considerando isso. A gente queria fazer com que o dinheiro chegasse na mão dele no montante de doze, calculamos o imposto em cima. E a prestação de contas disso, na verdade não era bem uma prestação de contas, não era uma prestação de contas financeira. Nesse inciso três, que eram esses editais, era uma comprovação da execução do objeto porque a gente nos nossos editais a gente tratou não como editais e sim como regulamentos de premiações. Então tivemos o Prêmio Arte Escola, o Prêmio Ações Locais, o Prêmio Memória Técnica e o Prêmio Fomento a todas as artes. Então você premiava aquele proponente por uma ação que ele já tinha executado, pela trajetória dele, história dele, pela relevância do que ele já tinha feito e pedia para ele apresentar alguma nova ação que tivesse um valor mensurado próximo do valor do prêmio, e aí para ele comprovar a execução disso ele apresentava, ele preenchia um relatório e apresentava, comprovava a execução dessa... a gente chamava de contrapartida, dessa contrapartida. Então, sendo assim, a gente conseguiu dispensar uma prestação de contas financeira, que como a gente falou no início é um dos grandes entraves, na minha visão, dessa questão da cultura, quando se fala em recurso público para a cultura.

**P3: Houve algum tipo de dificuldade com o órgão de controle para esse tipo de procedimento de flexibilização da prestação de contas físico-financeira e mais para esse olhar pro objeto ou essa interlocução foi facilitada, foi tranquila?**

E: Naquele momento teve um excelente entendimento, até muito por conta das figuras habilidosas que estavam tocando a situação e aí não estou falando nem de mim, não estou falando nem do Tiago, eu estou falando de, por exemplo, o Carlos Corrêa que é um servidor de carreira da Controladoria Geral do Município e que durante muito tempo atuou na Cultura, ele na ocasião estava como chefe de gabinete da secretária Roseli e foi o grande, vamos dizer assim, o grande mago da Lei Aldir Blanc no município do Rio. O Carlos, ele conseguiu com todo o conhecimento, o Carlos é o grande exemplo, na minha visão, é um grande exemplo do servidor que é o equilíbrio daquele servidor, daquele exemplo de servidor que tem a questão da articulação política e que tem o conhecimento técnico. Então o Carlos Correia, a Ana Paula [Teixeira] que era subsecretária de gestão a época, hoje ela até voltou, está lá na Secretaria de volta, eles foram pessoas que realmente foram os maestros assim do time. Entendeu? Posso dizer isso.

**P3: Para encerrar, gostaria que - eu não sei você ficou até depois da execução da finalização da execução da LAB na secretaria ainda, se você viu o pós-LAB na secretaria? Queria que você falasse um pouco então como é que na sua visão se você entende que a LAB auxiliou ou não a gestão pública municipal posterior do município? Se teve algum tipo de legado, digamos, da experiência de gestão da LAB para a política local?**

E: Então, eu fiquei na secretaria, mas não na coordenadoria de fomento. Na ocasião eu estava na Lei do ISS e fui lá pra Coordenadoria de Fomento e na virada do ano de 2020 para 2021 eu volto pra Lei do ISS, mas acompanho de tabela a execução. O legado ele fica, com toda certeza, porque precisa-se do acompanhamento daquela execução. A Lei Aldir Blanc ela já previa que a prestação de contas de todo o recurso

aportado nessas ações elas acontecessem num determinado período, por mais que tivessem prorrogações tinha um prazo para se fazer isso, então houve um esforço tremendo, houve inclusive uma sobrecarga na virada do ano, a gente ainda teve um outro peso tremendo que - aí olha, o peso político - eu considero a mudança, a mudança da gestão positiva. Da figura dos prefeitos, no caso, mas o movimento de mudança de gestão eu avalio como ruim. Poderia ter a mudança de gestão num outro momento deveria ser um ano depois, para ser aquela mesma gestão a acompanhar a execução daquilo que foi construído. A gente sabe que quando se tem mudança de gestão muitos não se preocupam tanto com a continuidade, não sabem nem procuram saber como as coisas foram executadas, então eu acho que isso no final das contas quem paga por tudo isso não é o servidor que de repente criou um manual, um exemplo prático, que de repente criou um manual de prestação de contas e que no ano seguinte, na virada do ano a nova gestão mudou a regra desse manual. Não é tipo "ah, poxa, o Raphael fez o manual, fulano de tal entrou lá, mudou a regra do manual e poxa não foi legal com ele", não, o mais afetado desse movimento ruim foi o proponente, porque quando a gente fez o manual lá atrás, a gente fez pra atender plenamente a ele, explicar detalhadamente a ele e fazer com que ele operasse de maneira mais saudável, utilizasse de maneira mais responsável aquele recurso para que ele não tivesse problemas posteriores. Até porque o ano seguinte estava com... já era um novo ano, a pandemia já tinha melhorado, a nova gestão ela já previa um recurso de fomento direto, então assim eu vou pegar, vou contemplar um camarada com uma lei emergencial num ano e vou torná-lo inadimplente e vou inviabilizá-lo de continuar. Eu não deixo ele morrer ano passado mas eu deixo ele morrer esse ano... Então assim, nesse caso aí a questão política eu acho que desfavoreceu o desdobramento desse legado, mas não comprometeu - embora tenha dificultado, enfim tenha tido os entraves - eu não

considero que tenha comprometido essa execução e tenha comprometido o efetivo legado que foi a Lei Aldir Blanc.

**P3: Para finalizar tem alguma questão, alguma observação sobre o processo dessa vivência de gestão da LAB local que você queira ressaltar?**

E: Eu acho assim que vivendo agora nesse período, eu agora aqui no estado - eu estou na Superintendência do Audiovisual e a gente está às vésperas aí de ter a execução de um recurso volumoso e que é muito direcionado justamente a esse setor do audiovisual - eu considero a Lei Aldir Blanc não um cometa, mas um meteoro. Um meteoro que veio pra abrir um grande portal, porque se nós não tivéssemos a Lei Aldir Blanc 1, certamente não teríamos a 2 [LAB 2] e se não tivéssemos a Lei Aldir Blanc 1, na minha visão não teríamos a Lei Paulo Gustavo. É claro que não precisava nem o Aldir Blanc morrer e muito menos o Paulo Gustavo morrer para que esses mecanismos existissem, eles poderiam... eu preferia que os dois estivessem aqui ainda e a gente executando esses dois mecanismos aí com o nome de qualquer outra coisa, sabe? Mas infelizmente nenhum dos dois está, mas esses dois mecanismos por carregar o nome deles e a história de cada um deles, a representatividade de cada um deles dentro da cultura eu acho que já se torna um legado indireto dos dois e como eu disse eu acho que o fato da Lei Aldir Blanc ter vindo é um trabalho conjunto, é um grande exemplo de um trabalho conjunto da sociedade civil com a gestão pública, a pressão da sociedade civil ao poder público. Ao poder público entendendo com toda dificuldade como sempre é, mas em algum momento entendendo assim como agora na Lei Paulo Gustavo. Então eu considero que o maior destaque que eu acho da Lei Aldir Blanc é que ela veio abrir realmente um portal de possibilidades, que

por mais que o momento não tenha sido melhor sabe, o portal de possibilidades que ela abriu depois que ela foi executada...

**P3: Vou pegar a palavra só pra encerrar e agradecer a disponibilidade sua Raphael. Agradeço em meu nome, em nome do Laboratório de Ações Culturais e em nome do próprio projeto Apoena, projeto que vem sendo desenvolvido, estamos na reta final, mas com o apoio do mandato da deputada federal Benedita da Silva uma das protagonistas da LAB, que entendeu, que apoiou muito a universidade como o espaço que precisa estar avaliando as políticas, indexando as informações. Então o mandato dela apostou na gente e o projeto Apoena está entregando, estamos entregando alguns resultados, já temos quatro boletins disponibilizados no site, já temos um livro disponibilizado no site, estamos na reta final com mais três livros sendo organizados, então todo esse material e esses vídeos todos, as entrevistas, é esses materiais estão sendo disponibilizados no Instagram em pequenas pílulas, mas que vão ficar disponíveis depois no canal do YouTube na sua completude. Foram mais de trinta entrevistas ao todo e uma contribuição muito importante, porque a gente entrevistou alguns técnicos de alguns municípios e ter essa fala sobre o município do Rio, quer dizer, a Capital, o emblema do estado do Rio, foi muito importante. Então eu agradeço sua gentileza, disponibilidade e é isso.**

E: Poxa eu que agradeço assim, de verdade mesmo, o reconhecimento, o respeito a troca porque eu acho que todas as relações pessoais elas são trocas de conhecimento. E assim, tudo isso que eu vivi, toda essa experiência que eu vivi eu não vivi sozinho, eu vivi com inúmeras pessoas ao meu lado então tudo que eu aprendi, que também não é tudo... o que eu aprendi até aqui foi ensinado por um monte de gente, várias

pessoas inclusive principalmente que eu citei o nome aqui. E enfim, só tenho realmente a agradecer.





Universidade Federal Fluminense - UFF  
Laboratório de Ações Culturais - LABAC  
APOENA – Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações  
Culturais – foco RJ  
[pesquisa.apoena@gmail.com](mailto:pesquisa.apoena@gmail.com) – <https://apoenaredecultural.wordpress.com>

Projeto APOENA

Entrevistado (E): **Carlos Henrique Pimentel**

Data: 06/06/2022

Pesquisador entrevistador (P):

P1: Luiz Augusto Rodrigues

P2: Ana Lúcia Pardo

Ajuste da transcrição: Giullia Romeira - Data: 15/07/2022

Conferência: Marcelo Correia - Data: 06/08/2022

Ajuste final: Luiz Augusto Rodrigues – Data: 19/06/2023

**P1: Bom dia gente, estamos aqui hoje, dia seis de junho de 2022, entrevistando Carlos Henrique Pimentel pela plataforma Google Meet. É uma entrevista que a gente está concedendo ao projeto Apoena, Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações Culturais com foco no estado do Rio de Janeiro, que é coordenado por mim, Luiz Augusto Rodrigues, junto ao Laboratório de Ações Culturais, LABAC, da Universidade Federal Femininas. Vão estar aqui conduzindo a entrevista eu e Ana Lúcia Pardo, que é também pesquisadora ligada ao projeto Rede Apoena e já começamos assim te agradecendo, Carlos. E explicando que a gente vai estar gravando, mas ser algum momento, alguma fala sua se preferir que não seja publicizada você nos avise, junto ao momento: “Ah, essa parte podemos ficar mais entre nós” e depois na edição, seja do vídeo, seja do texto da entrevista, quando for**

**publicizado isso mais a frente, a gente corta essas partes. Fique bem à vontade. A entrevista em si tem dois blocos, um focando mais na sua trajetória pessoal e o outro sobre a Lei Aldir Blanc, aí sim um bloco um pouco mais longo... A gente vai estar dividindo as questões aqui, uma parte eu faço, outra parte Ana Lúcia faz. Para não ficar pesando a conexão, à medida que não estivermos lançando as perguntas vamos estar com a câmera e o som fechado, mas nós estamos aqui nós dois bem atentos o tempo todo. Então vou começar pedindo para você nos dizer seu nome completo, lugar de nascimento, formação e vinculação institucional.**

E: Então, meu nome é Carlos Henrique Pimentel. Eu nasci em doze de agosto de 1963, tenho cinquenta e oito anos. Sou formado em Letras pela UFRJ, também tenho formação em ator, DRT [registro profissional emitido pela Delegacia Regional do Trabalho de cada Estado] como ator... Fiz especialização em Tecnologia da comunicação e informação para o ensino fundamental e fiz também uma especialização de pós em Gestão cultural, economia criativa, empreendedorismo pelo SENAC São Paulo. Então essa é a minha formação, atuei diversos anos, quer dizer, vinte anos atuei, na gestão da cidade de Rio das Ostras na Fundação Rio das Ostras de Cultura e atualmente há um ano e meio eu estou aqui trabalhando na Secretaria de Cultura de Saquarema. Então basicamente é isso, acho que a minha formação, essa é a minha atuação enquanto profissional e militante e gestor de cultura.

**P1: Você vai perceber que ao longo da entrevista algumas questões se replicam. Não tem importância... Aproveita para ou avançar um pouco mais ou se achar que já está respondido, a gente... Você participa ou participou de algum movimento político ou militância no campo cultural?**

E: Sim. A gente vem aqui na Baixada Litorânea que é uma região formada por dez cidades. Em Cabo Frio, Rio das Ostras, Araruama, São Pedro [da Aldeia], [Armação dos] Búzios, Arraial [do Cabo], Saquarema, Silva Jardim, [Casimiro de Abreu e Iguaba Grande] enfim, dez cidades e desde 2013 a gente vem trabalhando no Fórum da Baixada Litorânea, que é um fórum misto, onde abraça, acolhe tanto os gestores quanto a sociedade civil, e a gente vem trabalhando nisso desde 2013 com participação na terceira conferência de 2013 nacional, as conferências estaduais... Enfim, e nos nossos territórios. A gente... eu trabalhei muito efetivamente para implementação e implantação do Sistema Municipal de Cultura de Rio das Ostras e estou agora atuando nessa situação em Saquarema e a gente não... Obviamente que todo mundo atuou bastante, efetivamente, no momento da pandemia, nas articulações para termos a Lei Aldir Blanc.

**P1: Maravilha, acho que você já respondeu a três inteira, mas vou fazer, fazê-la assim mesmo. Quando e como você começou a se envolver com política cultural mais estritamente falando e que passagens você destacaria da sua trajetória como um agente da política cultural?**

E: Sim. Na verdade, assim, eu trabalhava no Rio de Janeiro, que eu nasci no Rio de Janeiro e aí quando foi finalzinho de 1999 eu fui convidado para dirigir um áudio de Natal em Rio das Ostras. E dali eu continuei e fiquei trabalhando na Fundação Rio das Ostras de Cultura até 2020, isso, até 2020. Foram 20 anos de atuação e aí tem dois momentos muito específicos, porque Rio das Ostras é uma cidade muito nova, foi emancipada em 1992, a fundação foi criada em 1997, eu cheguei lá com dois anos de criação de fundação e ali é um momento em que a cidade recebeu um morro de royalties e a gente fazer uma construção do equipamento cultural de Rio

das Ostras. Então, eu cheguei para trabalhar um dia, eu vi uma mesa de reunião cheia de papel e eu tenho TOC [transtorno obsessivo-compulsivo] com as coisas arrumadas e aí eu comecei a dizer assim: gente, isso aqui num muita bagunça, vamos arrumar isso aqui. Que que é isso aqui? Né? Até então, a minha atuação estava muito voltada pra questão artística. Dirigindo teatro, atuando em teatro, fazendo, elaborando projetos de formação e capacitação em teatro e aí foi me dizer “não, isso aqui é a licitação da construção do teatro de Rio das Ostras e a licitação que... são os documentos que... não deu certo”. “-É mesmo? Mas como é que arruma isso?” “-Ah, tem uma lei, a 8666/93, você pega a lei e aí a lei orienta pra você se guiar e arrumar esse processo”. Quando me falaram que era a construção de um teatro, já me interessou obviamente e eu peguei a lei 8666 e arrumei aquela papelada toda que era o processo de licitação que tinha dado ruim e aí arrumei tudo e aí... como é que a gente constrói esse teatro? O processo está arrumado, como é que... que eu queria ver o teatro construído, obviamente. “Ah, agora tem que abrir outro processo, aí você tem que copiar esse...” fui, copieei, processo todo, um calhamaço de folhas, e aí, bom, resumo da história, quando eu me via, eu estava dentro de uma comissão de licitação, dentro da licitação da construção do Teatro Popular de Rio das Ostras. E, dali eu fui engrenando, engrenando, entrando por essa área de gestão e administração e burocracia pública e 8666 na cultura, como é que faz isso, trabalhando numa fundação que me dê toda a estrutura da máquina pública dentro. É controladoria, procuradoria tudo dentro da fundação, os processos não rodam com outras secretarias, com outras pastas, fica rodando ali dentro e ali a gente começou e daí construímos, conseguimos construir o teatro em cima da biblioteca, que já estava construída, construímos o centro de formação artística, construímos uma fundição em Rio das Ostras e foi todo equipamento cultural sendo construído e aproveitando esse momento de oferta de recursos financeiros

vindo de royalties, e ali eu fui trabalhando, trabalhando. Chega um momento que - aí a gente conhece - a gente começa a ter o contato com a questão de sistema [Sistema Nacional de Cultura], de montagem de sistema, de conselho, de fundo, de plano... E aí a partir de dez anos... quando é lei de dez anos, que essa questão começa a ser conversada no Brasil em 2003, em 2013 a gente começa um movimento, a Fundação Rio das Ostras de Cultura tinha uma gestão que não dialogava muito bem com a sociedade civil e nesse momento eu estava na sociedade civil, não estava na gestão... E a gente começa a articular e a estudar e a elaborar inclusive com a Clarissa [Semensato], que ajudou muito naquele momento, a implantação do Sistema Municipal de Cultura de Rio das Ostras. Trabalhamos muito, comissões, estudos, propostas de minutas de lei, de criação de sistema. Em 2016 a gente consegue que chegue até a Câmara Municipal de Rio das Ostras a proposta de lei e foi uma coisa, a criação do Sistema Municipal de Cultura de Rio das Ostras foi uma coisa muito interessante quando nós fomos avisados que ia ser votada a lei, e quando a gente observa tinha erros incríveis, tipo, conselho era só consultivo, aí nós fizemos uma mobilização e interrompemos duas sessões da Câmara porque a lei não era satisfatória. E aí entrou em recesso, isso era um julho e aí fizeram uma extraordinária, conversamos com o Prefeito, negociamos, chegamos a um lugar comum e aí a Câmara fez uma extraordinária em julho para votar o sistema e o sistema foi votado, isso em 2016. Em 2017 eu sou convidado a voltar à gestão e aí nós criamos uma superintendência dentro da fundação de políticas públicas, fizemos uma conferência, elegemos conselho, aprovamos plano pra câmara, mandamos pra câmara, e regulamentamos o fundo e aí mudamos o PPA [Plano Plurianual], LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias] e LOA [Lei Orçamentária Anual], para ter o fundo como maior unidade orçamentária. E aí 2019 a gente consegue lançar o primeiro edital de fomento da cidade de Rio das Ostras. Daí

então a gente emenda com a movimentação da Aldir Blanc, que aí chega 2020, chega a pandemia. E aí Rio das Ostras recebe um milhão e quarenta e um mil e Rio das Ostras executou em 2020 todo o dinheiro, sem devolver nada. Foram no inciso dois, foram duzentos e trinta espaços culturais atendidos, e no inciso três fizemos um prêmio chamado Prêmio Rio das Ostras de Cultura Nego Dé e premiamos trinta projetos de cultura e aí com isso se destinou todo o dinheiro sem devolver um centavo pro Governo Federal, e é isso. E aí teve eleição de 2020 e daí eu votei na oposição, fui exonerado. Saquarema aí que me convida, e estou em Saquarema. [risada]

**P1: Maravilha a gente volta na LAB daqui a pouquinho. Deixa eu te fazer mais uma pergunta, ainda nesse bloco, sobre a participação da sociedade civil, você já vinha falando. Como é que você avalia os limites e as potencialidades da participação da sociedade civil, tanto na perspectiva interna da gestão, quanto na perspectiva de quem está fora da gestão?**

E: Olha, na verdade, eu penso o seguinte: nós somos da sociedade civil e, em um determinado momento nas nossas vidas, nós estamos dentro da gestão pública, do setor público. Eu particularmente não mudo a minha visão, a minha militância é a mesma, dentro daquilo que eu acredito que tenha que acontecer para que a gente tenha políticas efetivas de cultura e que os recursos cheguem lá na ponta, para atender à produção ou à emergência, o que quer que seja, certo? A participação da sociedade civil para mim ela é fundamental. Sem a sociedade civil estar ali promovendo um diálogo, promovendo um acerto, uma harmonização daquilo que ela deseja, daquilo que são intencionalidades e de programas de governo, se a gente não harmoniza, isso nada acontece. Eu não acredito que aconteça,

entendeu? Então a sociedade civil ela tem esse papel que eu acho fundamental, para que se tenha políticas públicas de cultura que vão ao encontro dos desejos... E aí eu posso dizer dos desejos da sociedade civil e da gestão daquele momento, daquela situação, entende? Porque eu acho que tem que haver um encontro. Tem que haver essa negociação. Agora, se a sociedade civil não se coloca, eu acho que fica complicado e a gente fica numa roleta russa daquilo que possa ou não acontecer, enquanto políticas públicas de cultura. Eu acho que a gente ficou um pouco “vendido” nisso, e ficar nessa situação muito passiva não é muito produtivo não... Acho fundamental, e penso que nós que somos militantes, nós que somos artistas, somos fazedores de arte, de cultura ao sermos convidados não devemos assumir outro personagem, o personagem deve ser o mesmo, né? Nós só vamos ter a visão de dentro e... porque também a sociedade civil às vezes tem algumas lacunas do que tem legalidade, do que não tem legalidade, como pode ser feito, como não pode ser feito. A máquina pública ela tem uma amarração, ela tem uns parâmetros complicados e às vezes você tem vontade política, mas não tem legalidade para você ter aquela ação. Então para a gente encontrar esses caminhos é fundamental, por exemplo, que a gente comece mesmo a discutir marcos legais pra cultura. Para que as leis tenham, venham mais ao encontro e que viabilizem mais que o poder público dê chance dentro da legalidade, que o gestor não se coloque em risco para atender aos desejos da sociedade civil. Acho isso importante também.

**P1: Maravilha, vou inverter a câmera pra Lúcia Pardo começar então o bloco dois. Me aguarde.**

**P2: Querido Carlos Pimentel, tudo bem? Agradeço também você nos conceder essa entrevista, muito importante. A gente vai entrar então no bloco dois, como disse o Luiz**

**Augusto, a primeira pergunta seria: como que se deram as primeiras articulações no Rio de Janeiro e em sua região, no seu município, aonde que você mais atuou considerando essas primeiras articulações?**

E: Bom, na verdade a gente estava em pandemia, a gente começa a articular regionalmente, foi o Fórum da Baixada Litorânea, ele não parou... Ele se adaptou a essa questão do virtual e até hoje utiliza essa ferramenta. Eu acho difícil também abrir mão dessa ferramenta dos encontros virtuais. A gente começou na internet, nos fóruns, nos encontros, o pessoal da emergência cultural a trazer informação pro município e aí eu estava no momento em Rio das Ostras, uma cidade que tem conselho e começa a articular o conselho, começa, inclusive, a adaptar o regimento interno do conselho para admitir reuniões deliberativas em ferramenta remota, que isso não era previsto no regimento interno, então nós colocamos... e tem uma coisa muito preocupante na época porque na verdade os regimento internos de conselho têm uma coisa que eu acho muito perigosa, que é se o conselheiro não comparecer a três reuniões consecutivas ou a cinco alternadas, ele é afastado da sua missão. E eu acho isso assim um perigo total, qualquer coisa que começa com você entender que tem um percentual incrível de voluntariado na questão, na atuação de um conselheiro, principalmente da sociedade civil. E ainda ele ser penalizado porque... por essas questões, eu acho que é determinar, de repente, um regimento de suicídio, porque você começa a esvaziar o conselho daquelas pessoas inclusive da sociedade civil que foram eleitas, entende? E aí como é que a gente vai fazer isso remotamente, enfim.... E aí a gente encontrou um caminho, e aí a gente mudou o regimento interno do Conselho Municipal de Cultura de Rio das Ostras (e lá é esse nome, Conselho Municipal de Cultura, não conselho de políticas públicas, porque a lei orgânica determinava isso no município, entendeu? Já tinha um título na lei orgânica do

município, desse conselho, a gente encaminhou pra Lei Orgânica para não ter problemas, enfim...). E aí, por exemplo, as reuniões remotas elas não têm um caráter de punição caso o conselheiro não possa comparecer porque a gente entende que determinados conselheiros não têm acesso. A gente teve esse entendimento, enfim, e foi assim que a gente conseguiu ir se mobilizando, tendo informações através de redes sociais, através de fóruns, através de webinários, através de webconferências, de *lives*... E foram essas ferramentas que foram utilizadas para que a gente se mantivesse articulado e levasse as necessidades adiante até a conquista, porque eu acho que a Lei Aldir Blanc é uma conquista incrível, e eu torço muito pela 2 [LAB 2], que ela seja estrutural e não emergencial.

**P2: Ok. A pergunta seguinte é: E quanto às ações do legislativo estadual e municipal em torno da defesa dos trabalhadores e da cultura logo no início da pandemia? Como que você viu essa questão?**

E: Eu vi assim: foi um espanto, né? A gente foi pego de surpresa e a gente começa a observar... a gente em Rio das Ostras lançou um projeto, não era o “Cultura na rede” do estado, mas era um projeto muito similar através de vídeos. Era muito... Inclusive foi anterior ao “Cultura na rede” do estado, até o [José] Facury no momento - que é nosso parceiro, nosso conselheiro aqui, estava em contato, a gente foi trocando informações e tudo mais - ele pediu projeto nosso de Rio das Ostras, a gente mandava, aliás, Rio das Ostras compartilhou tudo no fórum. Todas as minutas de leis, de decretos, os decretos financeiros para admitir a Aldir Blanc, enfim, minutas de editais, minutas de chamamento de cadastro, a gente compartilhou tudo no Fórum da Baixada para todos os municípios, toda documentação que a gente elaborava a gente botava no fórum, compartilhando no fórum. E agora depois,

agora em 2021 quando a gente tem a prorrogação da Lei Aldir Blanc, aí Saquarema também compartilhou todas as minutas de documentos para prorrogação. Enfim, a gente naquele momento - era um ano de política, era um ano de eleição: 2020 – a gente tinha alguns impedimentos por período eleitoral. O prefeito de Rio das Ostras estava concorrendo a reeleição, então ele estava muito referenciado de tudo que podia, e o que não podia fazer, então ele consultava toda hora juiz eleitoral para não blindar a candidatura dele, eu acho que enfim, é um direito dele. E foi bem tenso, bem tenso. Eu levantei a ideia, por exemplo, nós temos fundo em Rio das Ostras, Fundo de Cultura de Rio das Ostras e aí eu falei, vamos fazer um... nem que seja um empréstimo, vamos conseguir um dinheiro, botar no fundo, vamos fazer um empréstimo, entendeu? “Pro povo, os artistas, vamos...” Aí o conselho também de cultura Rio das Ostras fez uma campanha de doação de remédios, de cesta básica, não sei o que, que a gente, a gente fez essa campanha e fez uma distribuição pra sociedade civil, pros artistas que estavam em situação muito precária. Enfim, e foi isso, então eu avalio que foram iniciativas um pouco tímidas, um pouco, mas era também pelo fator surpresa. Eu por exemplo fui trabalhar numa quarta-feira, dia doze de março de 2020, no dia treze eu não saí mais e fiquei cinquenta e cinco dias em casa. Entendeu? Assim, “o que que está acontecendo, como é que é isso”. E a gente na verdade não tinha a valoração, não tinha o impacto que isso ia causar, dessa parada. E aí a gente começa a observar naquele momento o quanto de dados estavam nos faltando, principalmente nós que estávamos trabalhando na gestão pública. Então a gente não sabia a consequência. Nós não sabíamos o tamanho da porrada, entendeu? [risada] Isso é uma questão que ficou muito clara naquele momento, eu acho, que a questão de cadastros. Quer dizer, é fundamental pra coleta de dados, cadastros, mapeamentos, é fundamental de ser uma política permanente. Principalmente nessa amplitude, nessa visão muito antropológica que a gente está trabalhando

Cultura hoje. Então eu, por exemplo, comecei a fazer um trabalho de consolidar os dados de todos os cadastros realizados pela ocasião da Aldir Blanc, das dez cidades da Baixada Litorânea, e não consegui chegar a uma conclusão porque as nomenclaturas, cada cidade se vê, se identifica de um modo diferente, não tem um ponto referencial, para que a gente possa pautar... É complicadíssimo... É bem complicado. Aí você fala assim “ah, isso é complicado por conta da área da cultura que está ampla.” Não, na área da arte também é bem complicado porque hoje você tem uma diversificação enorme, entende? Então, por exemplo, a área de formação nos municípios, escola de arte que você vai ver uma escola de música, aí você vai ver que não é uma escola porque não está regulamentada, ainda é um espaço de estudo ainda, entende? Então, há uma loucura e aí é muito difícil para quem, por exemplo, está na gestão implementar uma política pública, porque que mapa é esse? Com quem você está dialogando? Enfim, mas voltando a questão das primeiras ações de início de março de 2020, e isso perdurou tranquilamente até agosto, setembro, inclusive a gente tinha a sensação de que era o mês, vamos ficar um mês em casa, depois tudo volta ao normal, entendeu? Foi bem complicado e eram discussões e todo mundo tentando dominar as ferramentas de Google Meet, as ferramentas de Skype, era uma loucura. Enfim, mas foi o que se pode fazer.

**P2: Como é que você descreveria o papel do Conselho Estadual de Políticas Culturais e do Conselho Municipal, caso exista, nesse processo... Que ações, articulações você destacaria, um pouco já falou, seja dos fóruns regionais, locais, temáticos, você meio que já tocou um pouco, principalmente no papel do fórum, mas como é que você descreveria o papel do Conselho estadual, municipal, fóruns assim e essas articulações?**

E: Olha... Bom, eu vou fazer a minha fala em dois momentos, um momento sem a pandemia e um momento com a pandemia, certo? Eu, por exemplo, não acredito... - já bati até um papo a respeito disso com Clarissa - eu não acredito em gestão pública que não tenha ao seu lado, o auxílio de um conselho, eu não acredito. A solidão de um gestor sem ter um conselho para dialogar é muito nocivo, entende? Então, eu acho que o conselho tira esse o gestor dessa solidão, é um elemento importantíssimo para que tenha atitudes e políticas assertivas, que vá ao encontro daquilo que se tem necessidade de fazer. E não uma especulação apenas, “ah eu acho que isso é bom, acho que...”, entende? Eu acho que o conselho ele é uma ferramenta fundamental para que a gente possa dar conta do plano de cultura, enquanto planejamento, de dar conta de boas aplicações dos recursos do fundo, esse diálogo é muito rico e deve ser. Eu lamento às vezes quando os gestores pensam que o conselho é uma oposição, pensam que o conselho é um “chefe”. E eu acho isso um equívoco, para mim o conselho é um aliado, chefe é toda a sociedade civil pra gente que trabalha no poder público porque é ela que nos paga, entende, nossos salários. Então, é uma ferramenta que, como aliado ele é muito... muito poderoso e muito rico. No momento da pandemia, as cidades que não tinham o conselho encontraram dificuldades absurdas para fazer a aplicação dos recursos. Absurda. E o estado naquele momento estava em transição de conceito. Houve lá uma procuradoria que terminou com o mandato precocemente de uma galera [referência aos conselheiros estaduais de cultura no RJ]. E aí entrou em processo eleitoral para construir um novo colegiado e eu achei aquilo, assim, falei “gente, que loucura. Que loucura”. E aí a gente fica... Num momento que a gente precisava de ideias criativas, que era pandemia... dando ênfase em legalidades... E o povo passando fome e o povo... E aí, que medida é essa? Eu ficava me perguntando: gente como é que isso funciona? Como é que um procurador chega do nada, destitui o conselho e diz

“não, o mandato de vocês acabou”. Gente, eu sei, é tudo bem, dentro da legalidade, pode até ser... Mas olha o momento que nós estamos passando. Será que a gente não consegue ser criativo dentro da legalidade sem botar ninguém em posição de risco? Para que as coisas sejam menos traumáticas e tem uma necessidade maior aí acontecendo. Nós estamos numa pandemia, a gente precisa... A gente está batalhando, a gente conseguiu recursos e aí? Como é que a gente faz isso? Enfim, então ressalto que na pandemia os conselhos são... foram ímpares, eles foram a ferramenta, facilitou, não me impediu nada, facilitou que os recursos chegassem a quem de direito com pertencimento, com empoderamento, muito bom.

**P2: Sem dúvida... Como é que se deram as ações a Lei Aldir Blanc no seu município? Você já tocou bastante coisa, mas caso essa pergunta seja repetida: você queira acrescentar algo? Como é que se deram essas ações, como foram executadas, como que se deu?**

E: Olha, foi assim... Nós já tínhamos todo o sistema implementado, implantado, todo. Estou falando isso de Rio das Ostras. Meu contemporâneo, minha Aldir Blanc ela começa em Rio das Ostras em 2020. Então tinha tudo, nós tínhamos fundo, nós tínhamos lançado os editais, um edital do fundo, um edital de produção. Então a gente já tinha essa expertise, a gente já tinha essa experimentação. Quando chegou o recurso da Aldir Blanc, nós fizemos as adaptações orçamentárias necessárias. E, enfim, e começa acionar o conselho, como falei do início. Revendo, revisitando o regimento interno, adaptando aquela realidade e nós, na verdade... [perdão, gente, que eu estou no trabalho e aí a gente está mandando para publicação o resultado de um edital de música e eu vou assinar aqui agora. Pronto. Desculpa.] E enfim, a gente [tinha] o cadastro. Aí nós... o Tribunal de Contas do Estado já havia colocado uma

determinação para a Fundação Rio das Ostras de Cultura de ter um portal de transparência. E aí que já tinha sido feita a licitação, esse portal já estava funcionando há um ano. E aí essa empresa ela começa... que ela é uma empresa muito especializada em saúde, por exemplo. Em transparências do Fundo Municipal de Saúde e de outras questões, foi uma das primeiras vezes que ela trabalhou com cultura, a empresa. E aí elas começam, ela começa a se interessar em desenvolver ferramentas de transparências voltadas à cultura. A gente começa a ter contato com o sistema, ele começa a ter contato com conselho, coisas que para eles ainda eram um pouco... na cultura, era um cenário que eles não conheciam. Quando chega a Aldir Blanc, que a gente está com a questão de cadastro e tudo mais, eles desenvolveram pra gente uma plataforma de cadastro fantástico... dentro do portal, entende? Então, e aí ele está dizendo, ofertaram para Rio das Ostras essa ferramenta de cadastro que é [fundacaorioidasostrasdecultura.rj.gov.br](http://fundacaorioidasostrasdecultura.rj.gov.br) [fundacao rio das ostras de cultura *ponto* RJ *ponto* GOV *ponto* BR]. É esse o endereço. E enfim, e nos facilitou muito, muito. Nesse sentido a gente começa a ter um mapa da cultura de Rio das Ostras muito rico. E a gente vai e atende a duzentos e trinta espaços culturais no inciso II. Artesãos da área rural, nós fomos até a área rural fazer cadastro dessas pessoas, buscando elas lá dentro da sua comunidade. A gente imaginava que a internet... - e a gente estava em pandemia - que a internet não ia dar conta, se arriscou, mas foi lá cadastrar esses espaços e foi incrível, incrível, incrível. Nós fizemos exatamente o que a lei mandou. Destinamos vinte por cento pro inciso três e oitenta por cento pro inciso dois, dividimos o dinheiro nos centavos, entende? Fizemos a diferença de CNPJ e não CNPJ. CNPJ recebeu cinco mil reais e não CNPJ recebeu três mil e pouco porque no universo duzentos e trinta... Foi um processo gigantesco de dez caixas box, assim, uma loucura, pegou... foram duzentos e trinta termos de compromissos assinados,

para que a gente pudesse depois prestar contas. E a gente lançou o edital do inciso três depois do período eleitoral, entende? Depois de quinze de novembro, mas a gente já vinha divulgando o edital bem antes da eleição, já estava pronto. Então a gente divulgou, a gente abriu a inscrição depois da eleição (a gente foi impedido de abrir a inscrição no período eleitoral), mas todo mundo já sabia do edital, que a gente aproveitou esse momento para divulgar, entendeu? E aí atendemos trinta projetos, foram atendidos trinta projetos. Então, ao todo, somados inciso dois e três, a Lei Aldir Blanc Rio das Ostras atendeu duzentos e sessenta pessoas. E ainda teve casos do inciso dois, assim, de falecimento, no meio do processo, foi uma loucura, porque era uma pandemia. Então assim, teve propriamente quem faleceu e uma loucura em ver a gente tentando resolver essas questões todas. Trabalhou-se muito, muito, muito e a gente em área de risco, a gente de frente ali, né? E, por incrível que pareça vou pegar covid agora em 2022. Depois de tomar a terceira vacina, a terceira dose, eu peguei covid.

**P2: Houve devolução de recursos no caso de vocês? Se sim, por quê?**

E: Em Rio das Ostras nem um centavo, nem um centavo, nem um centavo... Rio das Ostras. Aqui em Saquarema, quando a gente chegou aqui para trabalhar em janeiro de 2021, onde foi criada aqui a Secretaria de Cultura de Saquarema tinha não aplicado quase cinquenta por cento do valor. Aqui recebeu seiscentos e quarenta e um mil e trezentos e seis não tinham sido aplicados. Mas aí a gente trabalhou a prorrogação, aplicou tudo, não vai devolver nada. Entendeu?

**P2: Vou passar pro professor Luiz Augusto que vai continuar... dar continuidade e a gente volta já, já... Eu volto.**

**P1: Vamos lá, vou fazer mais um bloquinho aqui de três questões antes de voltar pra Lúcia. Como é que você avalia os processos participativos? Na discussão, na implementação, na efetivação das ações da LAB. Tanto a nível estadual, quanto a nível municipal. Aí, se quiser abordar os dois municípios pode pensar em todo esse processo. Discussão, implementação, efetivação.**

E: Olha, as discussões... Por incrível que pareça, embora a gente enfrentasse um processo pandêmico, um período pandêmico... eu achei que a participação foi muito boa, muito boa da sociedade civil ali, discutindo, através de ferramentas remotas, de internet, enfim... Eu achei muito boa. Mas nós tínhamos um dado muito impulsionador que era a pandemia, entende? Então eu sempre vejo que a mobilização e as discussões elas são oscilantes. Ela sempre tem um período assim forte quando você tem uma conferência, quando você tem uma eleição de conselho, aí ela vai e esfria. Aí depois vem outro pico, enfim, e a pandemia promoveu um pico gigantesco até porque tinha, avalio eu, tinha recursos financeiros aí envolvidos e isso atrai muito... muita coisa. Então eu achei que nesse momento também foi muito, muito boa, muito, muito interessante, foi muito ampla, muita adesão, certo? Espero que se mantenha isso, espero que isso continue apesar de avaliar que já deu uma queda. A gente observa que discussões da Aldir Blanc elas têm uma adesão; quando chega a [Lei] Paulo Gustavo e a Aldir Blanc 2 já é diferente. Já tem uma queda e já tem não sei se é um cansaço, não sei se é, enfim... Não... não cheguei ainda a uma conclusão, ainda me questiono a respeito disso. É... desculpa que eu me desconcentrei por causa do



trabalho, perdi meu discurso. [risada] Você pode repetir a pergunta? Desculpa.

**P1: Não, beleza, eu acho que a questão seguinte, quer dizer... a gente estava conversando sobre os processos de participação. Na discussão, na implementação, na efetivação da LAB, tanto a nível estadual se quiser complementar alguma coisa...**

E: É, eu quero complementar sim... Porque eu acho que teve uma diferença entre os municípios e o estado, entende? Eu acho que os municípios deram banho no estado nesse diálogo, sabe? Eu acho que o estado ainda é uma... uma ferramenta, ainda é uma instância que se a Secretaria de Cultura Estadual minimamente não colocar representantes rolantes ali nas regiões, para se ter uma via de diálogo, de acesso, ela fica muito isolada, muito encapsulada lá no seu gabinete, sem entender. Por exemplo, a Baixada Litorânea propunha, estava propondo que no “Cultura na Rede”... que a gente observa no resultado, que era uma questão emergencial e muitas pessoas que tinham emprego, que tinham cargos, foram contempladas, entende? E que a gente, por exemplo, eu particularmente, olha que isso não era para acontecer, o que era para acontecer que a gente estava sem fonte de renda, quem tinha renda não era para ser contemplado. E a gente coloca pro estado “olha, passa pra regional que a gente vai fazer esse apontamento, a gente conhece as pessoas. Vocês não conhecem as pessoas. A gente vai sinalizar: olha, essa pessoa tem trabalho, essa pessoa está com renda, essa pessoa não tem”. E o estado não dá a atenção devida pra isso, eu acho ruim, entende? Eu acho ruim, eu acho muito pretensioso por parte do estado achar que vai conhecer o estado inteiro, noventa e dois municípios, isso aí nem humano é, entende? Então, assim, eu acho que o estado tem que promover descentralização mesmo... sabe? Não é

descentralização figurativa não. “Ah, nós temos um conselho, nós temos um conselho regional”. “Sim, você tem um conselho. Você tem representantes no conselho das dez regiões do estado, mas como eles são acionados?” Se eles não são acionados... nem com conselheiro eu vejo que tem um diálogo efetivo de credibilidade, de parceria... Eu fico acompanhando através do Facury as discussões do Conselho Estadual. Eu fico: “mas Facury, como? Como que isso está acontecendo. Como que não está acontecendo?” Agora mesmo, tem toda uma discussão em torno da presidência, enfim. É... eu acho que o estado utiliza mal a ferramenta que tem na mão, que é o conselho. Nesse diálogo, entendeu?

**P1: Beleza... Pimentel, que caminhos e/ou antecedentes poderão representar processos de aprendizagem da sociedade civil no campo das políticas culturais e das experiências participativas que antecederam esse processo da LAB?**

E: Olha, eu acho que... A experiência é uma questão de formação que você estava tocando. A gente está indo para o campo da formação e da capacitação, enfim, da sociedade civil. Nós tínhamos um curso muito importante no estado com a UERJ<sup>39</sup>, de agentes culturais, muito interessante. Nós temos o curso de Produção Cultural da UFF. Eu acho que ainda são atitudes tímidas, eu acho que os municípios têm que trazer pro seu colo, entendeu? Fazer esse chamamento para que as pessoas tenham uma capacitação, para que elas efetivamente

---

<sup>39</sup> Nota da pesquisa: Trata-se dos Seminários Permanentes Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, que aconteceram ao longo dos anos 2000, desenvolvido em parceria entre o Comcultura/RJ (Comissão Estadual de gestores municipais de cultura, fundada em 2001), a UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e a Fundação Casa de Rui Barbosa (uma das afiliadas do Ministério da Cultura).

dominem as ferramentas que são propostas pelo poder público. Aqui em Saquarema, por exemplo, nós lançamos, no final de 2021, o Saquarema Cultural 2 que era com os recursos da LAB, com dinheiro próprio nós lançamos um de artes cênicas, de circulação de espetáculos de balé, teatro e circo lançamos um de artes plásticas que era uma parceria... A gente estava dando um prêmio para exposições que iam acontecer em espaços do poder privado. Inclusive tinha uma destinação de dinheiro para esse espaço e para o artista, para o artista entrar no posicionamento de negociador e não de pedinte. E, ao lançar esses editais, nós fizemos um calendário de oficinas de como se inscrever nesses editais. Então, olha, a ferramenta que a gente está usando é Google Forms, tem que fazer isso, ver isso, o documento tem que ser elaborado, baixar antes de abrir a inscrição deles, desses editais, nós fizemos esses encontros, nós tivemos encontros com mais de cento e cinquenta pessoas e foram encontros assim, olha, esse Saquarema Cultural dois, ele é amplo. Atende a todas as linguagens e manifestações culturais e artísticas, e fizemos só de Saquarema Cultural dois. Aí veio artes cênicas, aí fizemos com o pessoal de Artes Cênicas, aí veio de artes plásticas, fizemos com o pessoal de artes plásticas, fizemos vários encontros numa oficina, na intenção de capacitar. Hoje aqui na Baixada Litorânea nós, inclusive, temos uma comissão formada da Baixada Litorânea discutindo um projeto, um projeto de capacitação. De conselheiros, de sociedade civil e para que possam estar utilizando bem a ferramenta. Com pertencimento. E era uma coisa que eu sinalizava... que eu quando 2017, quando eu percebi, por exemplo, em Rio das Ostras estava avançando na implementação do sistema, eu comecei a observar que a sociedade civil estava num *delay*. Falei “olha só, poder público está fazendo fundo, está preparando isso aqui e a sociedade civil está lá... Daqui a pouco nós estamos aqui”. O gabinete lançando o edital e a sociedade civil não tem capacidade, não tem competência para botar os documentos

necessários que são exigidos e tudo mais. Então está tendo um *delay*. Há de se fazer uma ação, uma política pública para capacitar esse pessoal para que eles possam estar fazendo suas inscrições, preparando seus documentos. Então, acredito que as ações de políticas públicas de formação, elas devem ser permanentes... permanente. Nós estamos aqui conversando. Nessa comissão para as dez cidades, representação das dez cidades, para ver um projeto, nós desde 2013 discutimos um projeto muito interessante que é o diagnóstico cultural, um formato muito interessante de agentes culturais visitando as cidades. E com olhar de fora para fazer um diagnóstico de como procede, quais são os fazeres, saberes que estão ali, daquele território. Enfim, estamos juntando todas as ideias e fazendo, elaborando um projeto para que a gente possa levar pras dez cidades. Como vai ser essa participação? Quem... qual cidade vai abraçar isso, qual cidade vai abraçar aquilo? Então eu não vejo que tenhamos sucesso sem ter um procedimento de formação permanente. Tanto que eu estou propondo, por exemplo, que a gente faça, como a gente está fazendo aqui nessa entrevista, que a gente faça isso e deixe *ad aeternum* vídeos no YouTube num canal específico e vá discutindo, que as pessoas vão sempre tendo oportunidade de consultar e estar se “refrescando” e se atualizando nesse sentido.

**P1: Depois a Ana vai retomar nas últimas questões essa questão dos processos formativos. Deixa eu te lançar a última questão antes de passar para ela. Avançando um pouco nesses caminhos comunicativos: você participou dos debates virtuais sobre a LAB? Seja no estado, seja nos municípios. E se sim, qual a sua avaliação sobre os processos das *lives* e das *webconferências*?**

E: É, eu participei dos encontros nacionais, estaduais, municipais, porque participei de tudo, tudo que eu podia participar eu participei. O que eu avalio de verdade é que esses encontros a gente tem que tomar cuidado com a validade. Porque as pessoas hoje, por exemplo, pedem fala para dar uma fala igual, repetida, não avança, simplesmente para ter os seus quinze minutos de fama para ter seus quinze minutos ali de atenção para si. Eu acho isso é uma questão humana, eu acho que tem que caminhar muito para resolver isso, mas isso atrapalhou demais. Porque a gente teve encontro que foi até duas horas da manhã, começando oito horas da noite. Enfim, acho que a gente poderia... a gente não tem essa inteligência emocional para lidar com esse momento que a gente tem que avançar nas coisas e falas repetitivas demais, demais da conta. Que eu acredito que venha pelo caminho, por um lugar da vaidade. Penso que a gente deveria ter um... porque era muito, enfim, tudo muito de surpresa. Experiências quase que inéditas e a gente deveria ter uma organização melhor. Um calendário melhor. E aí você tinha um... um Encontro Nacional Setorial de Circo e aí você... enfim... foi uma overdose, foi bem poluído para que a gente pudesse minimamente participar escutando, recebendo informação. Eu acho que a escola de emergência cultural fez um trabalho brilhante. Um trabalho bem interessante de esclarecimento e era um momento que não somente a sociedade civil estava precisando de formação. O gestor público também estava precisando de formação. A gente... tanto que quando eu organizei um dicionário a partir da LAB<sup>40</sup>, foi nesse sentido de observar essa carência. Quando a gente tinha os encontros e que se falava de PPA, as pessoas não sabiam o que era. Muito gestor nunca tinha falado isso.

---

<sup>40</sup> Nota da pesquisa: Trata-se do DICIOLAB, organizado pelo entrevistado – Carlos Henrique Pimentel, e disponibilizado para o site do LABAC-UFF o tornasse público e disponível em:

<https://labacuff.files.wordpress.com/2022/06/diciolab.pdf>

“Ah, você tem que falar com o procurador”, eu acho que ao longo da história cultural de determinadas localidades, o gestor nunca conversou com o procurador, nunca tinha conversado com o controlador e na Aldir Blanc teve que fazer. As pessoas, o gestor não sabia constituir o processo, fazer um memorando de abertura, fazer... e ali quais são... Vou entrar num processo físico para que você tenha um processo administrativo para dar conta da ação. As nomenclaturas. A gente falava em decreto orçamentário, falava em PPA, em LOA, em LDO, falava programa de trabalho, elemento de despesa, procuradoria, controladoria, fomento... E eu observava que esses nomes... Não... As pessoas não sabiam de que se estava falando, parecia que ela estava falando uma outra língua. Foi nesse sentido, inclusive, que eu organizei um dicionário, só sou organizador não escrevi dicionário nenhum. Não é isso, entende? Ele tem a intenção de ser colaborativo, aberto, quem discordar do que está ali refaça, acrescente, enfim. Eu estou deixando ele rodar, eu não fiz nem correção de língua portuguesa, não fiz nada. Eu botei... e assim, eu queria despertar nesse caso as pessoas porque na questão pública, dentro da gestão pública, um nome muda tudo. Você fazer uma chamada pública é diferente de você fazer um edital de concurso. Muda todo o procedimento, prazos, datas, tudo, muda tudo. E, às vezes, confundem essas palavras, as palavras são mal utilizadas, o que é cadastro, o que é mapeamento, o que... Enfim, então eu acho que formação é primordial. Não sei se eu respondi ou se me afastei da sua pergunta. Ai, desculpa...

**P2: Dando continuidade aí no bate bola, aqui na dupla, eu e o professor Luiz Augusto, ainda nos processos formativos. Que processos formativos você poderia elencar sobre a execução da Lei Aldir Blanc tanto em relação aos trabalhadores e artistas quanto em relação aos gestores**

**governamentais? Como você avalia tais ações? Você meio que começou a falar sobre isso...**

E: Olha, é... é aquilo. A gente começa assim, por exemplo, em quantos webinários, quantos encontros, a gente falou de cadastro, entender o que era o cadastro... entender que, de repente, o cadastro ele não é uma coisa específica da Lei Aldir Blanc, é uma atitude permanente, que tem que ficar aberto. Nós paramos, nós fechamos o cadastro, num breve momento, porque a gente tinha um dinheiro finito e a gente tinha que dividir, a gente tinha que fazer o que a matemática diz, por isso que a gente fecha e logo reabre. E aí o chamamento do cadastro que determinou isso, mas o cadastro ele é aberto permanentemente. Então assim, você começa a observar que não se tinha domínio nem sequer de nomenclatura, do linguajar técnico. Na Aldir Blanc ficou muito claro, pelo menos para mim, que as pessoas pairavam assim quando se falava, por exemplo, em plano de ação, tem que botar o plano de ação, quantas e quantas reuniões a gente teve para se explicar o que que era um plano de ação. Aí, quando abre a plataforma Mais Brasil, aí diz assim: Qual é o programa de trabalho (que é aquele número gigante); de orçamento; pessoas perdidas... Elementos de despesa, ninguém sabia. Esse dinheiro vai chegar e como é que vai botar o dinheiro para funcionar? Ah, tem que fazer um decreto ou uma lei para mudar o orçamento. O orçamento? É, esse dinheiro chegou de repente a lei do orçamento foi votada no final de 2019. Esse dinheiro não está previsto no orçamento, tem que se conversar com a Câmara ou tem que botar com o decreto extraordinário?, enfim, foi bem confuso. A operacionalização foi extremamente confusa nesse meio, porque as pessoas não estavam habituadas. E eu acredito que em determinados municípios a cultura era tratada como evento, aí só fazia aquele evento, aquele evento tinha remendos ainda, porque estava ligado à educação, ficava uma loucura e aí eles foram, todo mundo, obrigados a despertar

para fazer política pública de cultura, de repente, de repente assim... Eu acordei, entendeu? Então, e eu achei, por exemplo, aqui, por exemplo, no exemplo da Baixada Litorânea, o fórum foi fundamental, porque o que a gente trocou de experiência, o que a gente fez de reunião e dizendo “olha, e aí?” Por exemplo, Rio das Ostras botou o contador para falar pros outros municípios, Cabo Frio botou o contador, em outra cidade o camarada que trabalhava na plataforma Mais Brasil deu uma aulinha de plataforma Mais Brasil, a gente foi se resolvendo, e programando para dar conta da situação para começar a operacionalizar o dinheiro que chegou, que a gente também não acreditava que o dinheiro ia chegar não. Vamos combinar [risada] que a gente... era o sonho do repasse fundo a fundo que estava prestes a acontecer. Enfim... que discutiram desde 2003, olha... olha a loucura, quase vinte anos depois, e então eu não vejo até hoje. Eu não vejo que as coisas tenham uma certa progressão, que vão progredir se os municípios não adotarem enquanto um programa de política pública a questão da formação. Acho que tem tanto chamado pras pessoas, vamos lá, vamos fazer um curso disso, fazer um curso aquilo, aqui em Saquarema nós estamos com o SEBRAE. Uma parceria com o SEBRAE, que está trabalhando na questão do artesanato. Nós estamos agora contratando aqui, um curso, um workshop de elaboração de projetos para a sociedade civil e nós estamos começando a implementar um monte de ação de formação de gestão. Formação de elaboração de documentos, de fechamento dos projetos, de prestação de contas, dessas coisas todas porque a formação artística ela já está aí acontecendo, tem aqui vários organismos, de academias e grupos, que fazem isso também. Mas essa questão de administração de carreira, administração, diálogo com o poder público é que a gente tem que fazer permanentemente.

**P2: Ok. Eu vou juntar essas duas perguntas porque você já muito falou delas, sobre essas questões que estão aqui.**

**Como você avalia o formato final da Lei Aldir Blanc? E, considerando a execução e a prestação de contas, se você pensaria em modificações no formato final? E, em pensando em modificações, quais seriam? Então é esse: o formato final e também sobre a execução e prestação de contas se, no seu entender, precisaria fazer alguma modificação no formato?**

E: A aplicação do dinheiro... alguma coisa que eu tenho a dizer assim da questão da aplicação do dinheiro. É... sinceramente eu acho que o inciso dois, aquele auxílio que vai para o espaço cultural, eu não queria eliminá-lo de modo algum, mas eu acho que ele deveria ser um subsídio e ele deveria entrar na linha de fomento. Deveria ter aqui o caráter de prêmio, para não ter prestação de contas a partir de nota fiscal, entendeu? Eu acho que deveria migrar, sabe? A linha de fomento ela deveria ser a maior, mais robusta, entendeu? E o que eu acho que facilita bastante e aí não ser encarado como subsídio, e sim como prêmio, como prêmio. Eu teria isso a dizer a respeito dessas coisas de inciso um, dois e três. É que inciso um, eu não participei porque estava por conta do estado, eu não sei nem avaliar como isso se deu de perto. Acho também que o inciso três deveria ficar por conta dos municípios, entendeu? Eu não acho que tenha que ficar essa coisa de um inciso ser lançado tanto pelo estado quanto pelo município, eu acho muito complicado, muito complicado. Eu acho que tem que ficar... a capilaridade é do município, entendeu? O conhecimento é do município, eu acho que não tinha que ficar por conta do estado não. Prestações de contas é o fator que eu acho complicado, porque “ah, o inciso três não tem prestação de contas”. Tem sim, tem apresentação de relatório, cumprimento de objeto, para que a gente possa botar no relatório final para apresentar lá pro Ministério do Turismo. Agora quando chegou o inciso dois, de nota fiscal, e aí você tem que entender, por exemplo, ah você coloca aqui o aluguel do seu espaço, aí o pessoal

disse assim para mim: “não, mas meu aluguel é de boca. Eu não tenho documento ainda”. Falei “mas você não dá um recibo?” “Não, eu deposito”. É uma outra real... entende? A gente tem um nível de informalidade, um trabalho da cultura e da arte gigante, a gente tem que assumir isso. A gente tem que, de uma vez por todas, dizer “é assim gente, é assim que acontece” e para mudar esse cenário num é uma lei que vai mudar, entendeu? Porque é complicado, o país é muito burocrático, o país tem uma taxa administrativa de impostos gigante, ninguém sobrevive. Então, assim, eu acho que temos que dar atenção a isso, porque está tendo “rolo” nessa prestação de contas do inciso dois a partir de nota fiscal, porque é uma loucura, porque aí o proponente lá, o responsável pelo espaço é um, aí chega nota fiscal com o nome de outro, mas ele é componente; como é que eu vou resolver isso? Não está no seu nome, está no nome de outro, é complicadíssimo. Então eu acho que se a gente fizesse como linha de fomento, a situação ia ser muito mais fluida, muito mais, muito mais tranquila, entendeu? E aí eu tinha... eu direi essas sugestões.

**P2: Eu vou juntar as duas perguntas finais também, da mesma forma você já tocou bastante. Como que a Lei Aldir Blanc auxiliou ou não a gestão pública posterior no município e como é que você avalia esse papel legislativo municipal no enfrentamento das políticas culturais?**

E: Eu vou começar pela legislação, pelo legislativo, porque eu vim de duas, eu estou com duas cidades que têm relações executivo-legislativo completamente diferente. Rio das Ostras não tem um diálogo harmonioso entre o executivo e o legislativo. Legislativo entende tudo, tanto que para o Prefeito fazer remanejamento orçamentário, só pode fazer até cinco por cento do orçamento do município, todo o resto tem que passar

pela Câmara se ele quiser movimentar o dinheiro dentro do orçamento para fazer a execução do mesmo. Então a gente observa que é um diálogo não harmonioso, é conflituoso. E quando chegou a Aldir Blanc, a gente teve que fazer um apelo bem... bem pro sentimento, eu tive que chorar na frente dos caras, entendeu? Não tenha dúvida, entende? [risada] dentro desse cenário, complicado... Aí eu chego para trabalhar em Saquarema, aonde na verdade oitenta por cento da Câmara é da “situação”. Então, Saquarema já pode mexer em oitenta por cento do orçamento sem incomodar a Câmara. Então é outra realidade, é outra conversa, entende? Então assim... o diálogo que tem do executivo com o legislativo em Saquarema, por exemplo, é tranquilíssimo, tudo o que o executivo propõe passa e tudo que o legislativo propõe, passa. Isso aí é muito ar que se respira, não tem problema nenhum. Então, você observa o seguinte, o cenário político vai determinar os esforços que você vai ter que fazer para ter algumas conquistas. E os caminhos. Quer dizer, quando você observa que o diálogo não é muito harmonioso, vai ter que fazer um determinado caminho estratégico para chegar a algum lugar. Quando é harmonioso você tem a oportunidade, o compromisso de fazer muito mais, porque você não tem obstáculo. Então você está ali numa outra velocidade e a Lei Aldir Blanc pós... O pós-Aldir Blanc eu vou te dizer... eu acho que o legado que a Aldir Blanc deixa, eu acho que os setores a estrutura municipal de cultura, ela cresce, ela desperta... Eu não posso ter um único funcionário, que é uma professora que foi deslocada para um departamento de cultura dentro de uma Secretaria de Educação... Eu acho que a cultura começa a aparecer no seio administrativo, ela estava muito escondidinha ali no cantinho. Eu acho que as pessoas da gestão pública e a sociedade civil dizem assim “gente tem uma ferramenta muito legal, nós temos editais, olha que bacana, é possível, vamos fazer”. Eu tenho assim a sensação que com a Aldir Blanc a palavra edital era uma palavra... o que que é isso, entendeu? Está se falando de que? E a Aldir Blanc

avançou bastante nessa ação. Penso que para mim o ruim é que o estado dialoga ainda pouco com os municípios... Pouco. Nós estamos agora com problema sério na “Retomada cultural 2” de resultados que foram complicados e tudo mais. “ah... nós estamos com poucos funcionários, nós estamos com funcionários de licença de Covid”. Caramba, utiliza os municípios, faz consultoria pros municípios, pede aos municípios para certificar se aquele camarada é dali ou não é, o município conhece. Vai lá, manda: “Eu tenho esses inscritos...” Você não quer falar com o município? Utiliza o conselheiro estadual, o conselheiro regional, pelo amor de Deus... Passa pros caras: “olha, nós temos esses proponentes. Quais são da região? Quais não são?” A gente aqui teve projetos contemplados de Três Rios, entende? Loucura. Então assim, eu acho que o estado aproveita pouco da oportunidade que tem de, de fato, descentralizar, entendeu? As informações e as decisões. Eu acho que o estado caminha... caminharia muito, mas avançaria muito, se tivesse essa coragem, que é uma coragem política, entendeu? De realmente perguntar: quem sabe? Entendeu? E não ficar especulando de gabinete, através de documento. É isso.

**P2: Muito obrigada, Pimentel. A gente... o professor Luiz Augusto, que é nosso coordenador, está retomando aí, pra gente finalizar. Já de minha parte agradeço muito, ele colocou ali no chat também nossos formulários desse projeto Apoena. A gente entrevistou vários conselheiros, secretários, a secretária estadual e a gente fez esses formulários; já temos muitos respondidos, mas se puder ajudar a divulgar para responder esses formulários para trabalhadores e para gestores, o professor Luiz Augusto vai explicar melhor.**

**P1: Muito obrigado. Em nome da instituição, em meu nome pessoal. Você destacou a ausência de dados e o projeto Apoena, que é um projeto que só está existindo por conta de um apoio a deputada Benedita da Silva, ele tem essa ideia de sistematizar informações e produzir outras. Então entrevistas é um desses caminhos e os formulários é um outro caminho. Aí mais quantitativo. E são dois formulários. Um direcionado aos gestores que atuaram durante a LAB para a gestão, de uma forma muito ampla. Não é só o secretário de cultura, são pessoas que estavam ligadas à gestão em qualquer momento desse processo. Você vai ter muito a nos informar através daquele formulário, por exemplo. E um segundo formulário que são pros trabalhadores e artistas, tantos contemplados e também os não contemplados. A gente precisa entender como é que esse processo chega na ponta. Então, se você puder nos ajudar, divulgar o link para esses formulários e tanto não só você responder, mas incentivar pessoas dos municípios com os quais você tenha contato. Vai ser muito importante. Logo no alto do site tem a chamada pros meus formulários. Cara, quero te parabenizar pela iniciativa do Diciolab.**

E: Eu agora estou querendo fazer um outro glossário, um glossário de atividade, de ocupação. Eu estou querendo fazer, eu estou querendo fazer porque eu acho que a gente precisa. Porque, por exemplo, a gente já teve uma situação aqui em que uma pessoa se identificava como uma fazedora de cultura, uma trabalhadora de cultura, e a gestão entendia que aquilo não era cultura. Então eu acho que a gente precisa arrumar os nomes. Batizar direitinho, identificar e fazer esse glossário. Eu me posiciono sempre como organizador, não me considero um autor, entende? Não é essa a intenção. Eu queria... Eu quero sempre que o Diciolab seja um rascunho, sempre. Para que ele

tenha vida, para que ele... Entende? Então assim... É isso, eu estava um carnaval em casa, angustiado, e aí fiz. [risada]



Universidade Federal Fluminense - UFF  
Laboratório de Ações Culturais - LABAC  
APOENA – Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações  
Culturais – foco RJ  
[pesquisa.apoena@gmail.com](mailto:pesquisa.apoena@gmail.com) – <https://apoenaredecultural.wordpress.com>

Projeto APOENA  
Entrevistada (E): **Roberta Martins**  
Data: 17/02/2022

Pesquisador entrevistador (P): Luiz Augusto F. Rodrigues

Transcrição/responsável: Luiz Augusto F. Rodrigues - Data:  
23/03/2022

Ajuste da transcrição: Marcelo Correia - Data: 03/10/2022

Conferência: Luiz Augusto F. Rodrigues – Data: 05/05/2023

**P: Dezesete de fevereiro de dois mil e vinte e dois. Estou aqui no bate-papo com a Roberta Martins. E aí eu vou encaminhando algumas perguntas: Roberta, eu posso usar esse material no todo ou em parte?**

E: Pode.

**E: Então eu vou pedir para você começar seu nome completo, local de nascimento, formação e vinculação institucional.**

E: Então, eu sou Roberta Martins e eu sou a diretora na Fundação de Artes de Niterói; cuidei durante o tempo da área de cidadania e diversidade, coordenando a área, iniciando o trabalho da gente com os territórios na Fundação de Arte em Niterói. É uma instituição bastante grande. Eu sou socióloga.

Fiz Ciências sociais na UERJ, e hoje trabalho mais na área da administração pública. Essa é a perspectiva da minha formação, aí fazendo uma pós nessa área e observando bastante esta relação entre a cultura e as possibilidades de execução de gestão; que são novas para todos nós aí na área. E ah! Eu sou paulista, eu sou de Guarulhos, mas moro no Rio de Janeiro há muito tempo. Morei em Niterói nesse tempo. Moro no Rio de Janeiro há muito tempo.

**P: Maravilha. Vou para uma pergunta desmembrada em três. Como é que você avalia as ações do LAB em Niterói? Por uma perspectiva da gestão pública, dos artistas e dos trabalhadores, e dos grupos e espaços.**

E: Então para gestão pública eu acho que foi uma experiência muito importante. Não apenas porque ela teve um incentivo financeiro - o cash - mas porque ela compreendeu uma lógica que é importante de... é como se estabelecesse na realidade o Sistema Nacional de Cultura. À revelia do governo, a partir obviamente da mobilização social. A gente sabe que a orientação para a construção da LAB foi dos parlamentares, em especial da deputada Benedita que teve centralidade no debate e da deputada Jandira, mas para o poder público foi fundamental; no contexto de Niterói, por fazer com que a gente ainda mais compreendesse a lógica do Sistema Nacional de Cultura - talvez essa seja a minha pontuação. E num segundo momento, porque possibilitou, lógico, o financiamento, a vinda de recursos para que fosse alocado. Também foi um esforço bastante interessante de estabelecer como se daria essa execução dos recursos. O apontar de políticas foi bastante bom, teve um diálogo com a comunidade, aí orientada pela Secretaria de Cultura à época. E a Fundação de Arte participou muito menos. A secretaria tomou as rédeas aí da execução dos editais. E também no contexto da municipalidade ela inaugura,



ela abre uma porta importante que é a da Secretaria executora de Políticas de Editais. Então, quando a gente olha aí o estatuto e a divisão, que é uma divisão que eu nem sei se é tão interessante por parte do poder público, entre secretaria e fundação, aqui tem - no campo municipal que eu digo - aqui tem, Belo Horizonte ainda tem, talvez em Curitiba, mas eu não estou lembrando, e nos lugares onde você tem, você tem uma confusão de execução. Você tem uma confusão ali de papéis, de atribuições e a Lei Aldir Blanc também possibilitou que Niterói tivesse uma clareza da relação do papel da Secretaria de Cultura na execução das políticas de editais. Isso foi muito importante e isso se deu em continuidade. Então eu acho - nunca fiz essa avaliação com o ex-secretário nem com o atual - mas eu acho que o período da pandemia (e a Lei Aldir Blanc) levou a secretaria a uma maturidade e ao encontro do seu papel. Acho que foi bastante importante, eu teria essas três observações a fazer. Em relação aos artistas, aos contemplados, tem tido a necessidade de ter uma maturidade dos grupos culturais para lidarem com o edital na cidade. A gente migra de balcão para edital, edital contínuo, há nove anos atrás. Desde dois mil e treze a gente tem editais contínuos por áreas. Então tem tido uma maturidade do campo artístico cultural para concorrer a esses editais. Eu esqueci de dizer que também e por parte do poder público que não era... o município ele buscou editais simplificados, o menos difíceis possíveis - acho que o simplificado, eu acho, se traduz em menos difícil possível para pessoas que nunca concorreram . E isso foi bastante interessante e os artistas eu acho que eles identificaram que o recurso da Lei Aldir Blanc chegou na sua cidade. Acho que tem uma identificação, que foi muito interessante. Porque a Lei Aldir Blanc ela é mobilizada por artistas organizados, artistas que são... artistas, grupos culturais, pessoas que são organizadas no movimento cultural social. Existe um movimento social específico da área da cultura. E aqui é nítido que muitas pessoas que não são ligadas

ao movimento social da cultura conseguiram compreender que existia uma lei, que destinou um recurso, isso é muito muito importante. De que existiu essa alocação que foi específica. Isso é muito nítido na fala das pessoas. Eu não sei se nas observações aí que você... que você tem encontrado com a própria secretaria que tenha quem tem a memória. Em relação aos territórios foi barbaramente importante. Os números são muito positivos. No sentido da diversidade de linguagem, apesar da gente ter tido o prêmio Erika [Ferreira] que carrou bastante recurso, então a diversidade da linguagem para padrões niteroienses (estou falando da cidade), então você tem aí um campo com espectro bastante amplo, mais amplo sempre mais amplo, eu acho que é crescente isso e a gente ver também uma diversidade étnica e territorial bastante boa. A Julinha [Júlia Pacheco] vai te dar com certeza os números, ela tem isso mapeado, então a gente observa que é um crescente da apropriação de muitos artistas de outros lugares da cidade e a Lei Aldir Blanc foi muito boa nesse sentido assim. Foi bastante boa nesse sentido. Deixa eu pensar. Os grupos territoriais... acabou não aparecendo o território na execução da LAB porque a maioria das coisas foi virtual. Uma pena a gente não ter conseguido estender a execução desse prazo para período que a gente estivesse funcionando fisicamente, porque o movimento social cultural ele funcionou na perspectiva da solidariedade, eu tenho até uma tabela - eu vou eu te mande depois - dos Pontos de cultura e Ações locais que fizeram ações sociais de arrecadação, solidariedade no aspecto múltiplo, inclusive de ligar pessoas da relação do Ponto de cultura ou da Ação local com postos de saúde, com médico de família por exemplo. Então é uma coisa que o cara botava no fórum... sim acontecia direto. O cara da Vila Ipiranga botava no fórum “estou doente, preciso ir ao médico”. Antes de eu conseguir falar com alguém da Secretaria de Saúde, o cara da Ação local já tinha ido: “Me encontra na padaria ou não sei aonde que a gente vai lá no Médico de família”. Muita

mobilização em relação às cestas básicas, muito. Principalmente das Ações locais, mais do que dos Pontos de cultura. Muito mais. E uma necessidade de reinvenção deles. Grupos que têm uma trajetória e uma militância cultural social muito tradicional conseguiram - alguns deles - se adaptar à realidade... alguns, mas é um percentual relativamente baixo, conseguiram se adaptar à realidade virtual. Conseguiu executar as ações, com baixa qualidade técnica, mas conseguiu executar algumas ações. Que mais? Que mais que eu observo ... Enfim é isso. E também tem uma coisa muito interessante que você não perguntou, mas eu vou te dizer: teve uma pequena polêmica na rede de pontos de cultura. Um dos grupos, que é da Engenhoca, localizada numa Casa de santo: “Vou começar”. Aí mandaram a mensagem: “Roberta o que que você acha? A gente começa?” Como é que é aí? “Roberta, as crianças ficam naquelas casas... pequenas... de três por três, quatro por quatro”. “Se o cara está aqui, se a criança está aqui, ela está de máscara. Ela vai lanchar. Eu tenho dinheiro. Eu quero usar. Eu vou fazer. E aí, eu tenho os vídeos, eu te mando. O povo lá fazendo aula de dança, de dança afro, de máscara. Fazendo aula de batuque, de máscara”. talvez esse seja um dos grupos que eu gostaria que você conhecesse, - se você ainda não conhece - o da Bartira. Ela tem uma relação muito interessante ali na comunidade dela. Uma relação comunitária de verdade. Uma presença no território. É uma liderança local. Não só ela como a mãe, tem aí uma trajetória, mas adensou, teve a possibilidade de adensar o trabalho com o recurso da LAB. Porque juntou dois recursos. O do município, que saiu durante a pandemia, e o do governo do estado. Então eles ficaram *millionários* durante um tempo, executando as ações. Assim foi muito interessante mesmo. Acho que era isso. Não sei se eu te respondi.

**P: Deixa eu ver... respondeu sim. Deixa eu ver se eu entendi, Roberta. Você acha que a LAB ajudou a politizar**

**um pouco os artistas da cidade, os trabalhadores da cidade? No sentido deles verem a questão da importância do edital para acionar os recursos... é isso?**

E: Sim. Eu acho que já vinha numa caminhada, mas como... como nunca num período onde eles não conseguiriam recursos de outra forma, como nunca – para mim - foi um momento politizador das redes. De identificar, de falar “o edital não abriu”, “O edital tem que abrir...”, “o governo do estado...” e não sei o que... a fala... era uma fala: “o Bolsonaro...”; o período de mobilização anterior à lei – ... grupos que você não imaginava como grupos que tinham uma relação com a política cultural em geral passaram a participar. Isso eu achei muito bom. Mas Niterói eu considero como um outro caso porque a gente vinha num crescente de afirmação da política de edital como política de acesso a recurso público na área da cultura. Há nove anos. Mas o período da LAB foi um período bastante importante nesse sentido. Politizador.

**P: Como você vê as interações, a implementação da LAB Niterói, entre a gestão pública da cidade e outros municípios e entre a gestão e outros agentes da cidade. Como é que você vê isso?**

E: Na gestão, já dizendo aí que tem uma... - não sei se é isso que você me perguntou -, mas na relação da gestão a gente teve uma liderança na construção da LAB na cidade. Uma das lideranças e um dos elaboradores. Então acho que esta relação do ponto de vista da gestão com outros municípios ela se deu sim. Tem uma liderança aí a partir de pessoas que são ligadas à secretaria e que tem uma liderança no movimento. Não enxergo que sejam dos artistas. Enxergo do ponto de vista da gestão. A gestão tem uma relação importante. Conversou com outros gestores de município, inclusive no período da

execução, da montagem do processo de recebimento do recurso, teve uma relação intensa com o movimento de outras cidades. Acho que é por conta da liderança que a secretaria de cultura passa a exercer ou busca exercer junto ao grupo de gestores do estado e é bem perceptível. Principalmente na figura do [Alexandre] Santini, que é um mobilizador nacional, e de alguns outros que passaram, que voltaram a se relacionar com o movimento social cultural da cidade, com intensidade; o Leo [Leonardo Giordano] como secretário, principalmente. Acho que ele tem aí uma liderança quando ele assume ele passa a ter uma liderança ali. Já tinha meio que passado a LAB, já estava na execução. Mas o Leo tem aí uma figura bastante importante, eles são bastante executores. São bastante movimentadores nesse sentido. Mas do que a gente tinha na gestão anterior. Bem mais.

**P: Maravilha. Olha só, só pensando agora as formas de ação comunicativa...**

E: Ah só falei da gestão. Eu esqueci da outra pergunta.

**P: Então complemento. Eu estava pensando as formas de interação na gestão mesmo, sejam com outros municípios, seja com a população como um todo, outros agentes da cidade para a construção da lei, para o formato que essa lei teria em Niterói, coisas assim.**

E: Com os outros órgãos da prefeitura, eu acho que menos na LAB. A gente teve mais em outros momentos da gestão pública. Não teve tanto, não foi tão evidente na LAB, até porque não precisava articular a necessidade de ocupação de espaço público etc. E a FAN [Fundação de Arte de Niterói] tem uma comunicação própria. A secretaria, a FAN, a Cultura

Niterói tem uma comunicação própria; também não se relacionou. Então eu acho menos com os outros órgãos públicos. Mas a relação com a Secretaria de Estado de Cultura foi bastante intensa. Até por conta da possibilidade aí da vinda dos recursos ou não. Em relação à comunicação com a população eu acho que é muito direcionado, talvez essa seja a grande barreira: como se comunicar com grupos culturais, em especial populares ou artistas que não estejam ligados a esse movimento social cultural organizado, que a gente consegue e observa de cara; existe a barreira da comunicação com o conjunto da cidade. A política pública de cultura no sentido do financiamento, do acesso ao recurso, o recurso, o crédito direto na conta... se fosse uma escola ela é limitada, ela é limitada a esta raia que está no entorno do que já está organizado. Mas existe a necessidade de se construir uma relação mais próxima. No território, eu acho que a chave é a articulação local. A gente usou articuladores locais em outros editais anteriores à LAB. Que que é um articulador local? É o cara que vai; é um cara que vai, e vai no posto de gasolina vê o menino tocar e conversa com o menino. Pega o Uber e vai na Vila Ipiranga, e no barbeiro..., essa articulação local falta e na LAB não teve, mas foi bastante divulgado pelas redes, pela forma que hoje a gente tem - que é mais ampla do que uma mídia tradicional - mas não houve uma mobilização e articulação territorial. Até porque estava em pandemia. Então ficava mais difícil fazer essa articulação.

**P: Agora pega os pontos de cultura, os atuais, os expostos e pontões. Como é a avaliação sua: a LAB e os pontos? De que maneira isso se complementou ou não? Como é que você vê isso? Tanto em relação aos pontos, como você pode pensar também em relação à ação local também. E essa tradição da cidade nos territórios. Nesse contexto da LAB, como é que você entende isso?**

E: Foi uma experiência muito interessante para eles. Por quê? Os nossos pontos - você conhece bem a rede, a gente tinha seis pontos mais o Pontão. O pontão era territorial e não articulador de política. A gente, a banca quando escolheu (no período que eu cuidei), a gente optou por um Pontão que tivesse articulação territorial. No primeiro momento. No período anterior. No período que a gente tem a LAB e que coincide com os pontos de cultura, com a vinda dos recursos dos pontos de cultura municipal..., então eles receberam dois recursos praticamente no mesmo período, estava em pandemia. Então as articulações territoriais elas foram muito poucas. São exceções. Ah Quilombo do Grotão - que não poderia deixar de ser porque você está falando da de um pedaço ali de uma região e de defesa e de afirmação de um lugar - eu acho que essa talvez seja a maior importância do Quilombo do Grotão para a rede. Você tem esse ponto da Engenhoca que se depara com a realidade de estar numa região de vulnerabilidade social, numa área totalmente cercada por favelas, ela está ali dentro, então ela não podia deixar de realizar as ações físicas então manteve essa relação isso do ponto do ponto de vista da execução da ação. Quem mais teve uma relação com o seu território? Não sei se é isso que você quer saber, com o seu território: o Preventório teve. Enfim, teve muita dificuldade para execução das ações territoriais. Porque não existiam ações físicas, a não ser pelo ponto de cultura da Engenhoca. Durante o período da LAB. Existiu também a dificuldade de ação, de execução em lugares públicos. Fazer atividades, ações no Horto do Fonseca - que é uma das bases -, no Horto do Barreto... não foi possível. Porque estavam fechados. Então essa relação foi muito difícil para eles. Mas existiram, foram coisas, realizaram ações... mas foi bastante difícil. E assim. Acho que os nossos pontos de cultura têm que fazer uma boa leitura do que é a ação no território. Voltar essa relação para o território. Realmente. E repensar um pouco das suas ações. A gente estava fazendo esse trabalho e agora com

certeza a Secretaria de Cultura vai apontar isso. Outra coisa são as Ações locais. As Ações locais receberam um pequeno fomento num período anterior e passaram a ser uma rede. É uma rede que existe, eles dialogam, eles têm ações, até porque são grupos que já existiam antes. Tem Os Meninos do Viradouro - se relacionaram à CUFA no período da LAB e que portanto fizeram muitas arrecadações de mantimentos, trabalharam nessa perspectiva da ajuda das ações humanitárias. Você tem ali a dona Sônia, que está ali na Ititioca; dona Sônia é ótima (é que eu esqueci o nome da Ação local, esqueci mesmo). A Ititioca é um lugar dos mais empobrecidos de Niterói... o funcionamento ali era fundamental para arrecadação de alimentos, para articulações sociais... O grupo que tem de circo: a mesma coisa, porque eles estão no alto do Fonseca. Ah... mãe Edinaide - que é uma Ação local (eu vou lembrando o nome; é que eu estou com saudade deles). Mãe Edinaide, que também é uma Casa de Santo, com dificuldade, ela perde base social com avanço do neopentecostalismo. É uma discussão que a gente também tem que fazer na cidade: essa relação do território e o avanço da união pentecostalismo. Durante a pandemia ela foi muito importante ali para aquele entorno da casa de santo dela que é comunitária: subida de São Januário. Ela está ali encrustada numa favela. Então acho que tem uma diferença bastante grande do que são esses grupos que trabalham a lógica do território e que não tem uma formalização por CNPJ, uma formalização mais antiga, mas que são existência e que fincam o seu pé no território. Todos eles concorreram a editais durante o período da LAB, muitos deles conseguiram porque já tinham uma experiência anterior, por terem concorrido ao prêmio Ações locais e conseguiram realizar algumas ações. Muito interessante foi um dos grupos, uma das ações locais. Eles são aqui do... é um dos filhinhos da Grotão. Esqueci o nome da ação. É uma orquestra, de escola. A escola está fechada. Aí durante a LAB fechada sobrou um recurso da ação local. Não

sei como. Sobrar quatro mil reais da ação. Aí eles resolveram utilizar em ações solidárias. Isso. É prêmio. Foram ações fundamentais para aqueles grupos. Foi muito bonito ver, muito emocionante ver como é que houve aí essa dimensão da solidariedade. E aí já vai Marx. Não crítica, mas uma avaliação: a LAB não conseguia dialogar com as necessidades do entorno dos trabalhos culturais e artísticos. Essa é a minha crítica. Na condução da execução dos recursos da LAB. Fazer virtual não significa ter adesão da sua comunidade, do seu entorno, até porque a maioria das pessoas não tava nem com internet, não tava pagando... Você tem a dificuldade do acesso, a gente não produz, não faz produtos virtuais para WhatsApp que é mais fácil de baixar e que consome menos dados, é uma forma de consumir menos dados, então assim essa talvez fosse uma crítica à LAB. Não pensar na dimensão territorial da execução de recursos. Ah... foi tudo tão rápido que eu acho que nem dava para pensar isso na construção da política.

**P: Eu ia de perguntar isso: que legados você acha que a LAB deixou para cidade? Se é que deixou.**

E: Eu acho que a LAB não deixou legado. Eu acho que a LAB não deixa legado. Talvez o legado que a LAB deixe seja uma marca institucional. Institucional governamental, no sentido que os agentes do poder instituído, no sentido mais geral, mais no conjunto da questão política que é a possibilidade de repasse de recurso através do Sistema [Nacional de Cultura] que está apontado. Todo mundo tem que organizar o seu Fundo, organizar as suas questões para poder receber o recurso. E a necessidade de uma maturidade na cidade. Lembrando que não é o caso de Niterói. Niterói não tem Fundo – portanto se fosse repassado não poderia receber - mas Niterói tem uma maturidade grande na execução de recurso público. Então pode prestar conta, executar todo recurso, prestar conta; ter aí

uma análise da execução etc. Eu avalio que a LAB não deixa legado. É uma avaliação que algumas pessoas também espero que tenham. Você tem que fazer aí uma análise crítica do que vem. Ela foi pensada mesmo na vinda do recurso, como vitamina. Ela é um instrumento. Na minha avaliação.

**P: Pensando agora numa conjuntura que está começando a sair de um contexto pandêmico pior, como é que você vê as ações públicas de cultura em Niterói no sentido de fortalecimento dos territórios e no sentido de fortalecimento da participação. Que acho que eram coisas que estavam colocadas antes, a própria conferência, as conferências. Apontavam uma coisa territorializada e mais participativa. Isso fica meio que abortado, vamos chamar assim pelo contexto pandêmico. Agora as coisas tendendo a melhorar um pouco, que políticas que ações você acha que o governo estaria envidando nessa perspectiva territorial e participativa?**

E: Luiz, eu acho que a cultura é claro que vai ser mais tranquilo pra gente do setor dos governos progressistas trabalhar dessa forma, mas eu acho que essa é uma nova entonação para o conjunto da política pública no geral. Há a necessidade de observar o território. A lógica de cidades resilientes não é uma coisa só do Brasil. A lógica de cidade resiliente, porque aí você tem um uma mistura de necessidade de observar mais do que localmente, territorialmente. Zonas de produção. Porque a textura social brasileira está completamente esgarçada. Então acho que esta é uma discussão para o conjunto da execução do poder público. Ela é geral, porque a lógica são cidades resilientes. Se as cidades não forem resilientes elas não... elas são o caos. Vendedor de bala sendo morto na porta da Barca. Ontem eu falei numa reunião do governo. A pessoa perguntou: “você vai de Barcas, Roberta? Quer carona?” “Não sei, porque

tem gente preta sendo morta na Barca. Não sei se eu quero pegar Barca”. O povo ficou assim... E é claro que ninguém vai me matar na Barca. Óbvio, mas tem gente preta sendo uma morta na Barca. Esta é uma fala importante para se falar numa reunião de governo. Uma cidade resiliente ela enxerga os seus territórios e as suas dificuldades. A cultura necessariamente tem que se enxergar dessa forma. Necessariamente. Você que foi ponteiro durante muito tempo, que é um estudioso dessa área... quando eu observo hoje os pontos de cultura eu enxergo uma necessidade de modificação da relação de investimento, da relação do poder público com setores com a cultura nos territórios, não só pelo instrumento, você poder financiar quem tem CNPJ e quem não tem CNPJ. Não é esta lógica. É fazer uma análise real, concreta, madura que o movimento... esses movimentos sociais enxerguem o que é esta construção que está sendo feita nos territórios. Acho que é muito necessário que a gente se observe hoje, do contrário a gente continua executando políticas como o primeiro olhar para os setores organizados - social, culturais organizados - e para os artistas. Eu acho que a observação do que é a cidade, de que é a necessidade, a oitiva desses territórios. Tem que ter oitiva. Se a gente observar Niterói aquela região você observa claramente se estudar; isso vocês queriam . Você precisa fazer uma leitura do território, você tem territórios criativos claros em Niterói. Tem o eixo UFF-Centro, você tem ali o outro lado que é o eixo [Morro do] Estado para lá, rumo ao Fonseca que tem comunidade que são produtoras, com grupos casas de santo, isso tem mapeamento da cultura pode ajudar muito a enxergar isso. Você tem essa região da Engenhoca, que é uma região extremamente potente em grupos, casas de santo; o mapeamento mostra, o mapeamento da cultura ajuda muito a enxergar isso, muitos grupos de capoeira na cidade que são pequenos grupos de capoeira, de mestres que fazem os seus trabalhos; enfim a oitiva desses grupos tem que caminhar muito para poder ser realizada e poder serem realizadas aí políticas

culturais concretas para um incentivo nos territórios assim. Acho que elas estão ligadas, mas mais uma vez acho que isso não é uma questão exclusiva da cultura ou essa é uma questão dos governos. No geral. A forma como você enxerga o Estado e as relações no município.

**P: Maravilha, fechando agora, fala um pouco da Roberta, filiação partidária, Roberta militante nesses últimos tempos, fala um pouquinho de você.**

E: Ah, gente, que difícil isso. Eu sou uma pessoa muito otimista. Eu sou insuportável no otimismo. Como eu moro em Vila Isabel, fico recitando Martinho da Vila o dia inteiro. Porque o otimismo, a carga militante ela tem que ser colocada no sentido de que é construtora, é possível que a gente consolide ações à frente. Eu tenho uma origem popular. A pessoa nasceu em Guarulhos, foi criada entre o Jardim América e Brás de Pina, a pessoa é pobre, essa origem popular acho que ela aponta muito a observação de que a ausência de pessoas que são de origem popular dos cargos diretivos e orientando as políticas. Talvez essa seja uma forte necessidade minha como pessoa, de incentivar que estas pessoas estejam na ponta de lança do apontamento das políticas públicas de cultura. Inacreditavelmente a política indica, a política pública de cultura no Brasil é invariavelmente branca, de classe média. É vergonhoso, vergonhosa a forma com que a gente tem observado isso. E não é uma questão de observar lugar de fala; é uma questão de o setor cultural compreender que é fundamental que a gente mude esse corte etário, esse corte étnico e esse corte de gênero porque a maioria são homens, e principalmente observando que mensagem o setor cultural quer passar. Mas não foi isso que você me perguntou. Eu estou muito otimista. Eu estou filiada ao PT ainda e durante muito tempo; agora então me jogando aí com força na construção

dos comitês Lula, a gente está avançando na construção de comitês de cultura e luta do Lula, e focando nessa questão da existência no território para que seja orgânico, a militância cultural do Partido dos Trabalhadores também tem essa cara que é uma cara de classe média e que se liga pela superestrutura, mais do ponto de vista institucional, governamental ou legislativo. E a gente está se jogando muito nessa ideia. Quero te convidar, dia vinte e seis a gente lança o comitê cultura e luta da Mangueira. Vai ser lá no alto da Mangueira. Vou te mandar o convite. Acho que vai ser um momento interessante assim.

**P: . Eu não estou saindo de casa. Ai. Muito medo de covid. Eu peguei covid sem sair de casa. Fraquinho, por causa de um monte de vacina, mas peguei cara... Estou acompanhando um pouco alguns desses núcleos, o NEPP do Rio...**

E: Você está no NEPP [Núcleo de Estudos em políticas Públicas]? Eu não estou no NEPP. Acho que o NEPP tem um problema que é um vício de origem. Primeiro você pergunta, depois você diz; a gente propôs isso. No momento anterior eu estou lá, assisto. Não vou criticar, as pessoas estão fazendo muito esforço para a construção do NEPP, é superlouvável você montar aí o mapa, mas qualquer Partido que se pressuponha democrático começa pela pergunta; não diz... não responde primeiro . Então essa é uma avaliação, uma crítica. A fiz para o Bittar na vez anterior, fiquei lá proscrita do ponto de vista lá da lógica deles. Não, mas nós vamos consultar. Não é assim. Não é assim mais, a gente aprendeu. E ah estou na campanha do Rodrigo [Neves] formalmente na campanha do Rodrigo, apontando isso, o Partido provavelmente vai ter dois palanques. E as pessoas, a gente vai se dividir, não tem candidato próprio do PT, acho que o

Rodrigo aponta... seria muito importante que a gente tivesse aí uma outra perspectiva para o Estado. E... que mais? É isso. Tentando aí contribuir no coletivo. Com esperança, com muita esperança.

**P: Roberta eu te agradeço sim, foi ótimo. Talvez eu use alguns trechos de falas então. Eu estou escrevendo tanto pelo APOENA quanto alguns congressos e tal, e essas entrevistas estão sendo muito interessantes, como é que as coisas vão se complementando?**

E: Ah, bacana.

**P: Agora que você fala, é muito legal. Amanhã eu vou explorar a Júlia com a questão dos cadastros, esses dados...**

E: A Júlia [Pacheco] tem tudo muito organizado. Eu acho que os números de Niterói são muito importantes. Uma coisa que eu esqueci de falar foi que a LAB contribuiu - que eu acho que é muito importante, está aí uma coisa que é um legado para a LAB, legado da LAB pra cidade: enxergar o setor produtivo que não é o setor social. Se eu observar essa lógica de qual a forma que as pessoas se organizam, tributariamente, não é trabalhisticamente, é tributariamente. O MEI [microempreendedor individual] é uma forma de arrecadação de tributo, ela não é de organização social, ela não é de organização do mundo do trabalho, ela é uma forma de contribuição - na minha humilde opinião - e observar este setor produtivo que Niterói praticamente não enxergava. Acho que em outros lugares tinha, mas Niterói não tinha. Está aí um legado da LAB. Está vendo? Sempre tem... valeu Luiz. Gostei.



Universidade Federal Fluminense - UFF  
Laboratório de Ações Culturais - LABAC  
APOENA – Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações  
Culturais – foco RJ  
[pesquisa.apoena@gmail.com](mailto:pesquisa.apoena@gmail.com) – <https://apoenaredecultural.wordpress.com>

Projeto APOENA  
Entrevistado (E): **Júlia Pacheco**  
Data: 18/02/2022

Pesquisador entrevistador (P):  
P: Luiz Augusto Rodrigues

Ajuste da transcrição: Izabella Ladislau Campos - Data:  
04/04/2022

Conferência: Marcelo Correia - Data: 01/02/2023

Ajuste final: Luiz Augusto Rodrigues – Data: 20/06/2023

**P: Vou pedir para você começar dizendo seu nome completo, sua data de nascimento, formação e vinculação institucional.**

E: Júlia Corrêa Pacheco, data de nascimento 02/11/1990. Eu sou formada em Produção Cultural pela Universidade Federal Fluminense e atualmente ocupo o cargo de chefe de gabinete da Secretaria das Culturas de Niterói. Eu sou friburguense. Vim para fazer UFF e nunca mais voltei.

**P: Olha só, queria uma avaliação sua sobre a LAB em Niterói... Pensa na perspectiva de três segmentos: pelo viés da gestão pública, pelo viés dos trabalhadores e artistas e pelo viés dos espaços e coletivos. Como é que você avalia a LAB na cidade?**

E: Pelo viés da gestão pública acho que um dos maiores desafios, assim, da Secretaria das Culturas [foi a execução em si]. Até porque historicamente em Niterói a Secretaria das Culturas, ela não executava financeiramente nenhuma ação da cultura de Niterói. Historicamente a Fundação de Arte [de Niterói] que sempre executou os editais e todas as políticas culturais; em tese a secretaria formulava para a FAN executar. Era o órgão executor e a LAB foi a primeira experiência de execução da secretaria sem o apoio da fundação, sem ter a fundação para executar, então foi um mega desafio num cenário de pandemia, fazendo tudo remoto, enfim... Numa lei federal também, que já era super problemática com uma regulamentação difícil, cheia de problemas. Então, acho que a LAB foi um dos maiores desafios. E um marco também, eu acho, pra Secretaria, porque a partir da LAB a secretaria passou a executar o orçamento. Então esse foi o primeiro, a primeira execução financeira da Secretaria e no ano passado a gente já executou treze milhões, o histórico era de só pagamento de folha pela Secretaria. Então acho que é, pelo viés da gestão pública acho que é um pouco isso, um desafio enorme, mas também acho que a Prefeitura de Niterói (como o município de Niterói realizou muito auxílio emergencial ao longo de toda a pandemia), a Prefeitura também tinha os mecanismos, o que facilitou pra gente. A gente conversava com outros municípios, a gente fez muito fórum, participou de muito fórum, participei com o Victor [De Wolf], que era o secretário da época, a gente participou de muita coisa e a gente via também assim como que o município de Niterói era estruturado com as outras secretarias, com os órgãos de controle, com a Secretaria de Fazenda, a Secretaria de Planejamento, isso foi fundamental também pra execução da LAB. É... acho que um outro ponto no campo da gestão pública que eu destaco pra LAB foi uma integração entre os municípios, então acho que naquele momento os municípios criaram uma rede mesmo de apoio, todo mundo desesperado,



todo mundo sem saber como executar, uma regulamentação difícil pra todo mundo. Foi bem legal a troca que aconteceu naquele momento: a gente fazia reunião constante com várias secretarias de cultura, de estado, de município... A gente fez uma pelo Rio que era só com os municípios capitais dos estados e aí o município do Rio de Janeiro na época não foi. Estava lá na gestão do [Marcelo] Crivella e aí Niterói foi convidado para estar nesse lugar. Então, foi uma troca muito rica também, acho que no campo da gestão pública foi muito legal ter essa troca entre os gestores durante aquele período. Claro que era no cenário de desespero, todo mundo com medo de fazer as coisas, sem saber muito bem a forma, mas eu acho que foi bem importante, acho que isso ativou uma coisa que... ainda hoje a gente está nesses grupos, a gente troca informação, acho que isso foi um ganho pra gestão. Pra população de Niterói eu acho que também; acho que tem uma coisa que eu acho muito curiosa da LAB que eu tenho tentado debater na Secretaria. Acho que, como a LAB teve uma visibilidade muito grande, eu percebo que a gente tem um acesso da população na Secretaria de Cultura muito maior depois da LAB. É, a LAB foi o nosso edital com o maior número de... quer dizer, depois da LAB a gente já teve edital com mais inscritos, mas até aquele momento, os editais que a gente fazia, as ações que a gente fazia, assim, acho que o edital com mais gente que a gente tinha inscrito era o de audiovisual, que era aberto pro estado inteiro e bateu trezentos e dez inscritos; a LAB bateu novecentos. E aí, como era um caráter de auxílio emergencial, era tudo muito simplificado. Tinha todo um caráter emergencial. Muitas das pessoas que se inscreveram entraram. E eu percebo que as pessoas... como em Niterói, depois da LAB a gente continua fazendo uma série de editais, uma série de... desenvolvendo uma série de ações, as pessoas entenderam que era para elas, entenderam que elas podiam acessar o recurso da Secretaria de Cultura, e o nosso número de proponentes que a gente atende hoje quando a

gente abre um edital é um negócio enlouquecedor, a gente saltou de editais que tinham uma média de cem inscritos para novecentos inscritos... assim em 2022 todos os nossos editais batiam setecentos, novecentos. E que é um desafio também, porque uma coisa é você se inscrever no edital de auxílio emergencial que tem um... ele é simplificado, porque ele é um auxílio emergencial. E aí a gente abre o ISS e as pessoas se inscrevem pro edital de ISS achando que é igual ao edital de auxílio emergencial, e aí na hora de apresentar a planilha orçamentária não sabe apresentar planilha orçamentária. Assim, pra gente está sendo o maior desafio, porque eu acho que é... eu percebo esse momento, assim, que a LAB é como você abrir uma porteira... Só que é isso, tem políticas diferentes para públicos diferentes, para segmentos diferentes, para... enfim. Mas acho que pra população... a gente tentou na LAB primeiro, que aqui em Niterói a gente construiu muito com participação da sociedade civil. O conselho aqui que já era muito estruturado, participou com a gente de todo o processo, então a gente fez muitas reuniões públicas online, porque era o que dava para fazer naquele momento, mas ela foi muito construída com a sociedade civil, então eu acho que foi um ganho mesmo assim. Teve muita participação, teve muita gente contemplada também. Com o valor que a gente fez... a gente decidiu fazer prêmios mais baixos para atingir um número maior de pessoas e a gente teve, sei lá, setecentos (não tenho de cabeça, posso passar depois mas mais de setecentas) pessoas contempladas na Lei Aldir Blanc em Niterói. Então acho que, assim, de fato o dinheiro chegou. Claro que a gente sabe que ainda teve gente que não tem acesso, ainda tem gente que tem dificuldade de internet e a LAB, especialmente naquele momento, não tinha outra forma porque era no auge da pandemia, isolamento, tudo fechado, então limitou a quem tinha acesso à internet e a gente sabe que não é a população toda que tem ainda. Então tem isso, mas eu acho que num geral eu acho que espalhou bem... É isso, também acho que

esse momento de mais gente se inscrever, mais gente ser selecionado, vira depois um desafio pra gente dar continuidade, porque as pessoas se acostumam com uma lógica, hoje eu tenho debatido muito isso com o Vitor [De Wolf]. A gente está num momento de... eu acho que um pouco de transição, tem com o avanço da vacina, uma lógica de retomada na cidade que já dá para fazer coisas maiores, mas a gente ainda tem artista passando fome... Então a gente está tentando aqui na Secretaria compor, fazendo um edital que ainda tem um caráter de auxílio emergencial entendendo que a gente ainda está numa pandemia, que esse cenário pro setor da cultura ainda é um cenário bem duro e difícil, e ao mesmo tempo tentando fazer políticas de fomento para retomar de fato, com um investimento maior para retomar a produção cultural da cidade. Então, acho que é um pouco isso. E a questão dos espaços culturais eu acho que foi a parte mais difícil assim pra gente aqui, porque eu acho que o entendimento de espaço cultural com a regulamentação da lei, as pessoas não entenderam assim que a gente tentou, e aí pode ter sido também uma falha nossa de comunicação obviamente, que a gente tentou dar o sentido mais amplo pro espaço cultural. Podia ser um coletivo, podia ser... enfim, vários tipos de formação ser considerado espaço cultural, mas a gente só teve, só não, mas a maior parte das inscrições que a gente teve pra Espaço Cultural foi pra Espaço Cultural formal, pra quem tinha sede, pra quem tinha... Então a gente teve um quantitativo muito abaixo do que a gente esperava para essa linha de espaço cultural. Tanto que a gente depois remanejou o orçamento do inciso que era inciso dois, se eu não me engano, pro inciso três, que foi o prêmio Erika Ferreira - que a gente fez um prêmio também o mais simplificado possível. Então acho que essa linha assim não... Como a gente tinha esses fóruns com os outros municípios, eu acho que foi um gargalo pra todo mundo no geral, pelo que eu me lembro na época de conversar assim, depois eu até não acompanhei, não sei se isso de fato aconteceu, mas o que

parecia era que a maioria dos municípios depois iam remanejar recurso dessa linha do auxílio emergencial para espaço cultural pra linha de edital, porque tinha mais inscrito e menos vaga, e no outro sobrando vaga. Então, aqui em Niterói isso aconteceu muito assim: parte grande do nosso orçamento depois teve que ser deslocada de espaço cultural e aí eu acho que é isso. A gente não tem mapeamento. Hoje a gente já tem um pouco, mas naquela época a gente tinha menos mapeamento da cidade e aí também se reflete: como que você faz política pública se você não tem mapeamento? A gente não sabia quantos espaços culturais formais tinham, quantos não tinham; tinha uma noção, mas a gente não tem isso mapeado, então acho que também reforça um pouco que eu acho que a gente deve ter mapeamentos constantes pra gente entender e fazer política pública mais assertiva... e aí naquele momento a gente não tinha mapeamento do setor assim da cidade, um mapeamento atualizado... E eu até estava desenvolvendo na época com a Secretaria de Fazenda, mas não estava finalizado.

**P: A gente volta nisso, na questão dos cadastros... Deixa eu perguntar uma coisa, conversando com o Vitor, ele apontou que a princípio a expectativa era de sessenta a setenta por cento pro inciso dois, dos espaços. E depois, vocês têm uma avaliação do resultado final? Como é que ficou esse total dos recursos do [inciso] dois e pro [inciso] três no final?**

E: Eu tenho, mas eu não estou segura de falar de cabeça, Luiz, porque é tanto número, tanta coisa, mas eu consigo te passar pelo WhatsApp depois que a gente desligar aqui. A gente tem um relatóriozinho até te passo o relatório completo com essa informação organizada, só que de cabeça eu não sei - mas é

isso, a gente passou muito recurso do inciso dois pro três. A gente quase que dobrou o valor do inciso três.

**P: Então. Você já falou um pouco, mas fala um pouco mais se der. Pensando nas três conjunturas antes da LAB, durante a LAB e agora pós-LAB (mas ainda não é nem pós-covid exatamente), como é que a secretaria vem conseguindo implementar ação comunicativa entre a gestão e a população de Niterói pensando aí os diferentes formatos: suportes materiais, virtuais etc.**

E: Antes da LAB a gente estava num processo de construção da conferência, que foi interrompido. E tinha uma tentativa ali da gestão do Victor ser também um momento que a Secretaria de Cultura executasse orçamento [territorializado]. Como teve a pandemia, isso foi interrompido. Então a Conferência de Cultura foi interrompida e aí foi um desafio fazer tudo remoto, [conferência], Aldir Blanc... foi o caos. Assim, pandemia acho que pra gente foi muito, foi muito difícil, porque eu ainda acho (vou até voltar assim)... acho que o problema muito recorrente da gestão pública em Niterói e em outros lugares que eu já trabalhei é a comunicação com a população. Assim, acho que a gente tem sempre esse problema, a gente tem dificuldade de comunicar o que a gente faz. A gente tem dificuldade de que as pessoas tenham acesso mesmo, que as pessoas conheçam. Acho que isso é um problema recorrente na gestão pública, imagino eu que não seja só na cultura. Mas acho que no nosso caso, com certeza, é. Aí, antes da pandemia isso já era uma questão, mas a gente tem o conselho que pelo menos é uma camada da sociedade civil organizada que é bem atuante em Niterói, a gente tem o Departamento de Participação Popular [DePaPo] que foi criado na gestão do Victor e que tentava dar conta também um pouco dessa ponta com a com a sociedade civil. E aí durante a Lei Aldir Blanc foi o desafio de transformar

isso tudo pra remoto. Niterói ainda é um município, comparativo com os outros, que menos gente não tem recurso e acesso à internet; ainda tem muita gente, mas se a gente comparar com os outros municípios Niterói ainda está privilegiado em relação a outros municípios. E aí foi super difícil, a gente tentava achar formas, a gente tentava... mas não tinha como fugir de *live*, não tinha como fugir de tudo online... e aí acho esse momento agora depois da pandemia muito louco, porque acho que é isso que eu falei: a gente virou... abriu um novo ciclo na Secretaria de Cultura, a gente teve orçamento pra executar, a gente está fazendo uma experiência de orçamento participativo (não sei se você acompanhou isso): a gente disponibilizou pra esse ano de 2022 setecentos mil reais pra orçamento participativo [OP]. Então a gente teve etapas de escuta em todas as regiões da cidade, reuniões públicas em todas as regiões da cidade pra que a sociedade civil decidisse como executar, como gastar esse dinheiro ao longo desse ano de 2022. Ontem teve a posse do conselho do OP. Então a gente vai fazer essa experiência, é um projeto piloto, aí a ideia é que esse ano a gente aumente um pouquinho o recurso participativo, faça novas conversas com a sociedade civil para decidir como gastar uma parcela dos recursos da secretaria pro ano de 2023. E aí sempre nessa lógica, no ano anterior decide como gasta no ano passado e no ano seguinte. Ano passado a gente fez a primeira experiência de escuta e aí é isso: desafio de como fazer as pessoas... como fazer essa informação chegar pras pessoas, como fazer as pessoas participarem. Então a gente... é constante o nosso... a gente quebrando a cabeça com isso.. que ainda está longe do que precisa, mas a gente tem tentado. Então agora... acho que é muito desafio, acho que esse período que a gente vive de transição de ser presencial e ser online pra gente isso é difícil. As pessoas já não aguentam mais *live*, mas aí também nem todo mundo se sente confortável com o presencial, então a gente está tentando também compor assim com isso... e é isso acho que o Departamento de Participação Popular (você

falou que vai entrevistar o Mateus [Lima]) é fundamental, acho que mudou muito também desde que esse departamento foi criado - como eu já estava na gestão antes, eu acho que tem melhorado, mas falta muito, eu acho que ainda a gente tem que melhorar muito, mas eu acho que tem uma tentativa e tem sido efetivo pra alguns casos, assim, a experiência do orçamento participativo ampliou ainda mais, então acho que cada ação que a gente vai fazendo nesse sentido a gente vai conseguindo chegar em mais gente, e fazer com que a comunicação seja um pouco melhor.

**P: Deixa eu acrescentar duas questões que não estão no meu roteiro. Uma é: Niterói acabou de finalizar o Plano Municipal de Cultura. Já encaminhou?... duas perguntas: já encaminhou esse Plano pro legislativo? e se o OP tem dialogado com o que está previsto no Plano?**

E: Sim. Então, eu hoje de manhã mandei uma mensagem pro Léo [Leonardo Giordano], pro secretário falando isso, que o processo agora está pronto, do Plano, porque a gente já tinha um processo de encaminhamento que enfim não andou, ficou parado. A gente finalizou o Plano e eu finalizei ontem e no fim do dia todos os despachos, procuradoria pra lá, procuradoria pra cá... Ele está pronto agora para ir pro Legislativo, aí hoje de manhã encaminhei uma mensagem pro secretário, porque ele vai ter um encontro com o prefeito para eles validarem essa operacionalização. Como que vai fazer? Se eu já posso despachar pro gabinete do Prefeito? Porque obrigatoriamente vai pro gabinete do Prefeito, pro gabinete fazer a mensagem executiva pra Câmara. Então, a gente está nesse momento de decidir qual vai ser a estratégia de envio pra Câmara e qual é o melhor momento de envio pra Câmara.

**P: Júlia, você falou sobre essa ainda não capacitação plena dos trabalhadores da cultura pra esses... para essa perspectiva de editais, de se sentirem confiantes, de terem as suas agências etc. etc. Tem alguma ação atual sendo implementada para capacitar esses sujeitos?**

E: Tem, tem... Cara, eu vou falar “isso é uma parada muito doida”, especialmente para mim que sou Produtora Cultural, enfim, da minha formação, porque ao mesmo tempo é um dilema... eu estou falando assim... eu também não sei ainda porque às vezes tem uma ação (e eu vou explicar a ação, mas antes eu vou compartilhar um uma angústia) que... Por um lado eu acho que a gente tem que capacitar as pessoas, é o que a gente tem feito para que elas consigam ter acesso aos editais, consigam inscrever projetos, e ao mesmo tempo eu fico pensando como isso também às vezes não enfraquece... existe a figura do produtor cultural que pode ser para fazer isso. Então às vezes quando a gente faz a capacitação a gente capacita um artista para que ele inscreva um projeto no edital. Quando na verdade a gente deveria dar condições para que ele contrate um produtor para escrever o projeto, porque é uma profissão [também] para isso. Então a gente... mas não. Na área da cultura é tão precária a nossa realidade que o artista escreve o projeto, faz a ação, presta contas... Então, isso, eu confesso que pra mim, isso é um dilema. Ao mesmo tempo que a gente tem desenvolvido ações para capacitar as pessoas para que elas escrevam, eu me preocupo com o produtor cultural porque eu penso, cara, a gente está estimulando o artista a fazer etapa que não era dele, mas o nosso setor é tão precário... e eu acho, assim, que é um processo, acho que a gente... Para um dia a cadeia completa ter o produtor, ter o não sei o que, a gente ainda é muito distante da nossa realidade, então, assim, isso é uma angústia minha enquanto produtora, sempre que a gente pensa em estratégia pra capacitação... Mas a gente tem feito assim na Lei Aldir Blanc, a gente teve o

edital de Ideias Criativas. Naquele nosso a pessoa precisava escrever a ideia e depois lá na frente apresentar só um relatório de como que ela desenvolveu a ideia; não precisava nem desenvolver a ideia, era só como que aquele prêmio ajudou ela a pensar sobre aquilo e de uma forma muito... pode ser qualquer coisa. Para aquele momento, pra lógica do auxílio emergencial a gente compreendeu que era isso mesmo. Aí, depois, em 2022 a gente fez uma ação semelhante, um edital semelhante que foi o Prêmio de Ideias Criativas. E aí no prêmio de ideias criativas, a gente manteve a ideia da pessoa escrever uma ideia, só que a ideia é que agora ela tenha uma consultoria disponibilizada pela Secretaria de Cultura para ela aprender a desenvolver aquela ideia e transformar aquela ideia num projeto, que ela possa pegar esse projeto e se inscrever num edital, conseguir captar recurso. Então, a gente premiou a ideia, assim como na Lei Aldir Blanc, só que ele vai ter um desdobramento. A gente vai fazer um ciclo de capacitação com aqueles selecionados. A gente dividiu em alguns módulos e aí tem um módulo para desenvolver o projeto cultural, um módulo para desenvolver, sei lá, orçamento e cronograma, porque, de fato, quando a gente recebe o projeto, a gente vê que as pessoas não sabem mesmo, é uma deficiência muito grande. Então, a gente está... essa é uma das ações, por exemplo, que a gente pensou para manter a lógica da ideia, pra pessoa ser premiada para desenvolver um projeto, porque também é uma parte do setor da cultura que nunca é remunerado. Quando você vai se inscrever num edital, você tem que ter um projeto pronto e você não é remunerado pelo tempo que você perdeu para fazer aquele projeto e isso é um trabalho. Só que é um trabalho que, na lógica dos editais, ele quando você ganha você não pode remunerar o que você já fez e fica perdido ali. Então, acho que foi uma forma que a gente encontrou para remunerar uma parte do trabalho que não costuma ser remunerada e ao mesmo tempo capacitar as pessoas para que elas saibam fazer. Então, nossa ideia premiou, a gente está

terminando de pagar esse prêmio. A ideia era, na sequência, a gente oferecer um ciclo de consultoria para ela conseguir desenvolver - como se fosse uma incubadora. Conseguir desenvolver aquela ideia num projetinho cultural mesmo e, ainda mais pra frente, você inscreve nos nossos editais e por aí vai...

**P: Olha só, agora eu vou focar naquilo que eu sei que você vai ter mais a nos ensinar.**

E: Deixa eu só falar uma coisa rapidinho assim, que eu acho que tem a ver um pouco com isso. É que eu falei, acho que como a gente percebeu que depois da LAB todo mundo começou a se inscrever nos editais, que muita gente começou a ganhar nossos editais, que a gente teve uma ampliação mesmo no acesso aos editais depois da Lei Aldir Blanc, ano passado e no começo do ano a gente fez uma série de editais que ainda tinham um pouco caráter de auxílio emergencial e conforme a vacina foi aumentando, foi sendo efetivada, a gente foi transformando esses editais pequenininhos que era tipo valores baixos para contemplar muita gente e editais menores numa lógica de retomada. Então a gente teve o fomento do ISS e teve o Fomento que foi o edital de fomento direto de maior investimento por projeto. E aí eu debati muito isso com a Procuradoria. Primeiro com o Leonardo [o Secretário] obviamente, depois com a Procuradoria: que se a gente estava nessa lógica de ampliação e muita gente chegando... eu lembrei porque você falou disso de Ponto de Cultura poderia muito acontecer de muita gente se inscrever pela primeira vez, ganhar e ter problema na prestação de contas e ficar inadimplente e poxa, pra gente é muito ruim, a gente não quer isso, é ruim pro proponente, é ruim pra gente também, pros gestores... Então, a gente conseguiu fazer a primeira prestação de contas simplificada, que foi uma luta minha com a

Procuradoria, muita briga. Hoje em Niterói todos os nossos editais eles têm prestação de contas pela execução do objeto. Então, a princípio, a pessoa não precisa apresentar nota fiscal. Entendendo isso que a gente passou mesmo, porque senão a gente ia ter um monte de inadimplente com o governo municipal. Então é: se o cara fala que vai fazer um filme e ele só apresenta o filme, tudo bem, ele não precisa apresentar nota fiscal desde que ele cumpra o objeto. Assim, foi uma forma que eu encontrei com a Procuradoria de tentar flexibilizar para não deixar as pessoas inadimplentes. Acho que foi uma conquista também que a gente conseguiu no ano passado e acho que um pouco nesse reflexo aí.

**P: Vou pedir pra você falar um pouco dois assuntos, mas vamos primeiro um seguindo nessa lógica. Como é que se dão as relações entre o executivo e o legislativo, mas sobretudo entre o executivo e as esferas de controladoria e procuradoria. Por que como era antes, como pôde ser com a LAB e que resultados, que legados isso deixa? Ensina pra gente um pouquinho sobre isso.**

E: Então é, como no caso de Niterói, aqui eu falei que a Secretaria não executava antes Orçamento, os editais eram todos feitos pela Fundação e a Fundação ela tem uma controladoria própria, órgão de controle próprio, ela tem mais flexibilidade do que administração direta. Quando... ano passado, quando o Leonardo [Giordano] assumiu a gestão, a gente foi fazer... decidi que a lógica dos editais, que a política dos editais passariam pela Secretaria de Cultura. Logo no começo do ano eu fiz alguns editais e encaminhei pra Procuradoria. Até então o único edital que a gente tinha feito por aqui era o edital da LAB, que aí tinha uma regulamentação federal e a gente tinha feito um edital que era o de Retomada cultural que foi uma lei municipal da pandemia. Porque na LAB

a gente queria colocar, a Prefeitura de Niterói quis colocar um aporte de mais um milhão além do valor do Governo Federal, mas como a gente estava em período eleitoral a gente não pôde colocar um milhão a mais, ele teve que virar uma lei para poder o dinheiro entrar no orçamento da Secretaria de Cultura. Então, a gente fez uma lei municipal quando o Victor era secretário, teve uma lei municipal de retomada econômica que a gente executou pela secretaria e era um edital. Então tanto a LAB quanto essa lei de retomada eram leis, tinham regulamentações específicas, não teve problema nenhum com a Controladoria, Procuradoria, porque eles seguiam a regulamentação da lei. Quando a gente foi trabalhar os primeiros editais aqui pela Secretaria de Cultura ano passado e mandar pra Procuradoria, aí não tinha uma regulamentação de lei, era baseado na 8666 [lei 8666/93], que nossos editais são, que é a lei de licitação. Eu mandei três editais pra Procuradoria e aí um dia o procurador me ligou e falou “Júlia, acho que é melhor a gente marcar uma reunião que eu não estou entendendo nada aí”, eu: “como assim”, ele: “cara, por mim eu não vou deixar você fazer nada disso, você tem que transformar isso tudo em licitação”. Eu falei “não, pelo amor de Deus segura aí, marca uma agenda que eu vou aí”. Eu fui lá na Procuradoria com o secretário e aí, assim, Luiz, foi tipo começar do zero; explicar a lógica de editais, explicar que na Cultura não dá porque a gente não tem uma legislação específica pra cultura, a gente usa a mesma lei que compra pó de café da Prefeitura, que compra seringa, que compra, enfim, tudo . Usa a mesma lei e aí foi tipo, acho que eu passei uma tarde lá na Procuradoria. Abri vários editais e fui explicar, assim, como Niterói não tinha tradição. Ele falou “Por que que vocês nunca fizeram isso em Niterói?” “Não, a gente fazia mas fazia pela Fundação, administração direta a gente nunca fez” e os órgãos de controle da administração direta são muito mais rígidos. Então tipo eu comecei... eu brinco isso assim: que a gente começou o ano passado tendo essa conversa com a

Procuradoria explicando pra ele que contratar cultura não era igual comprar caneta. E aí assim... mas foi ótima a conversa, eu mostrei vários editais, levei vários exemplos, levei até o que a gente já fazia em Niterói, que a gente fazia, já tinha feito em outros lugares. Enfim, foi uma conversa longa, no final o Procurador ainda falou pra mim “cara, eu vou te contar uma coisa, eu entendo tudo que você está falando, porque eu sou do interior de Minas, a minha família tem um grupo de teatro lá e eu entendo esse drama que você está vivendo”. Eu falei “então, me ajuda, pelo amor de Deus”. Aí a gente construiu assim ao longo do ano passado uma relação muito próxima com a Procuradoria, porque no primeiro passo os editais passam por lá, tem a aprovação pra gente poder publicar e depois são os outros órgãos de controle financeiro, fiscal, que aí é um outro trâmite, mais simples. É chato, burocrático, administrativo, mas assim não tem... é muito análise de mérito do edital, do que a gente quer contratar, enfim, porque já passou pelo procurador e ele já aprovou. Então a gente construiu foi um trabalho assim ao longo do ano passado, de construir uma relação muito próxima assim com a Procuradoria. Eles foram muito parceiros, entenderam, depois dessa reunião a gente teve muito edital aprovado. A gente fez... ano passado a gente estava executando onze editais ao mesmo tempo assim em dezembro. E aí todos aprovados pela Procuradoria, tudo, e aí eu brinco que o começo do ano foi isso: a Procuradoria dizendo que não, pelo amor de Deus não vai contratar, vamos fazer licitação e o último edital que a gente fez foi esse que ele aprovou a prestação de contas pela execução do objeto. Então acho que foi um trabalho mesmo de construção com a Procuradoria para entendimento mesmo, porque o setor é um setor muito específico e a gente não tem legislação pra isso. Então é bem difícil assim no geral, mas eu acho que a gente conseguiu avançar bem, assim hoje a gente tem que pouco problema com a Procuradoria. Acho que a maioria, a maior parte a gente fez edital de prêmio, a gente fez

edital por reconhecimento de trajetória, mas a cada um que a gente fazia era assim, tinha que construir junto todo um argumento, eu tentava pegar exemplos de outros lugares que eram semelhantes para embasar a Procuradoria, eles ficarem com mais segurança jurídica, então foi um trabalho assim bem de formiguinha. E os órgãos de controle fiscais hoje, por exemplo, a gente está fazendo, eu estou fazendo junto com a Controladoria Geral um plano de integridade da Secretaria Municipal de Cultura com os órgãos de controle. Então a gente vai ter um plano próprio da Secretaria de Cultura para integridade fiscal, enfim, de contratos da secretaria. A gente tem avançado muito assim com isso aqui. E para mim, assim, é super difícil, porque também tem uma série de coisas que a gente está aprendendo junto, assim, que a gente está... Eu pelo menos estou aprendendo, mas está sendo legal, acho que a gente está conseguindo construir uma relação legal com esses órgãos.

**P: Primeiro um comentário, depois uma dúvida. A Lei Cultura Viva a partir de 2014, com um novo Marco Regulatório das relações da sociedade civil - MROSC - pôde haver essa transição pelos Pontos de Cultura em vez de serem regidos pela 8666 passaram a ser esse novo marco e priorizou o cumprimento do objeto. Pois é, isso aí deve ter dado um gancho, né?**

E: Sim, eu até coloquei isso porque quando eu, quando a gente faz o processo para mandar lá pra Procuradoria eu coloquei tudo isso já assim num texto justificando para tentar... a gente também no ano passado fez um MROSC aqui pela secretaria, o primeiro MROSC da secretaria também fez e aí é legal assim, porque a gente está tendo experiência de vários tipos de processo e de contratações diferentes, a gente fez um MROSC também. Então acho que isso também foi um processo mesmo,

ao longo, a cada coisa que a gente fazia a Procuradoria também ia entendendo como que a gente funcionava, qual que é a nossa demanda, a nossa especificidade, mas é isso assim, acho que está avançando bem assim.

**P: Júlia, essas limitações quando encaminhado pela Secretaria são muito diversas, é isso? Que os órgãos de controle são outros?**

E: Então, é na verdade assim: a FAN tem um controle interno, ele não é pra tudo, mas alguns tipos de contratação pela FAN não passam pela Procuradoria Geral do Município, não passam pela Controladoria, eles tem uma autonomia. As fundações têm uma autonomia maior do que a administração direta. O que acontece estranhamente em Niterói é que apesar dos nossos órgãos de controle serem mais rígidos com a administração direta e a gente ter mais etapas pra seguir, a nossa execução é mais rápida que a execução da FAN. Então, é. Mas enfim, são muitas questões aí envolvidas, mas a nossa execução tem sido bem rápida. E a execução da FAN por outro lado não... porque, assim, pela lógica era para ser da FAN. Não era pros editais estarem na secretaria. Por uma lógica operacional mesmo fazia sentido que tivesse lá. Mas aí são outras questões, questões políticas que estão envolvidas, então a gente tem sido mais rápido, mesmo com mais etapas para cumprir.

**P: Júlia, fala pra gente dos cadastros, sistema de indicadores, é uma construção que Niterói vem tentando avançar, fala sobre isso.**

E: Falo. Os cadastros... a gente a partir dos editais acho que é uma maior forma da gente colher informações, porque é um acesso que as pessoas têm, já fazem, já preenchem um

formulário para se inscrever no edital e a gente tem tentado colocar ali informações que servem pra gente gerar indicadores pra secretaria. Então a gente tem trabalhado muito nisso. Hoje a gente tem um cadastro organizado, como a gente está fazendo tudo digitalizado agora, todos os nossos editais são online, uma plataforma digital, a gente consegue ter isso de uma maneira melhor. Porque quando era em papel era muito difícil. Então a gente tem trabalhado nessa lógica. A gente no ano passado lançou um portal que é o *Cultura É Um Direito* - não sei se você chegou a abrir- e o portal ele tem um uma parte que é para cadastro de artista e enfim, qualquer agente cultural que queira se cadastrar, fazer um autocadastramento ali, é uma parte que a gente ainda tem que melhorar no sistema, mas a gente fez também, acho que é mais uma forma de tentar colher esses cadastros e ali o cara pode se divulgar, pode divulgar seu trabalho, então a gente tem esse sistema também, pelo site. O próprio DePaPo faz muito, gera muito cadastro em todas as ações que eles fazem, não só pelo conselho, mas também pelo conselho e a gente tem tentado organizar isso de uma forma... tem tentado organizar isso para disponibilizar então nesse site, ele ainda tem uma parte do sistema de indicadores que ainda está em construção, a gente está juntando todos esses cadastros, dando uma organizada, tem os próprios projetos do PDPA [Programa de Desenvolvimento de Projetos Aplicados – que tem parcerias com a UFF], que são de mapeamento e acho que também depois pra gente vai ser super importante. Todos, dos nossos três [três projetos com a UFF junto ao PDPA que são na área cultural], os três são de mapeamento, de focos diferentes. Tem o de vocês [ECO A Niterói – Mapeamento do potencial econômico de setores culturais de Niterói ], o do Jorge Barbosa [na área de Geografia cultural e tem um do audiovisual. Eu estou em construção com esse com um pouco menos “gás”, mais devagar pelo quantitativo mesmo, pelo volume de trabalho mas a gente está com a secretaria, eu estou construindo com a



Secretaria de Fazenda. A Secretaria de Fazenda, a secretária de Fazenda de Niterói, ela é uma pessoa muito próxima da cultura, não sei se você conhece ela, Marília [Ortiz]. O mestrado dela é em cultura, é na área da cultura e ela é Secretária de Fazenda de Niterói, ela é super sensível assim ao nosso tema e aí eu tinha feito na pandemia um mapeamento das empresas de Niterói junto com a Secretaria de Fazenda. A gente tinha levantado... eu tinha passado alguns CNAEs [Classificação Nacional de Atividade Econômica] da cultura pra Secretaria de Fazenda e eles tinham me devolvido com todas as empresas que tinham CNAEs abertos em Niterói naquela classificação e aí a gente tem um mapeamento de dezesseis mil empresas e considera MEI [Microempreendedor Individual] e tal, que é de atividade ligada à atividade da cultura. E aí tem uma divisão que é serviço finalístico e também de vendas, de comércio... e aí agora a gente está tentando atualizar esse cadastro, estou tentando atualizar com a Secretaria de Fazenda, o cadastro de... ainda das empresas, mas também tentar uma parte a frente que é como que esses nossos editais, como que a nossa política pública retorna pra cidade. Então, a gente está tentando gerar alguns indicadores a partir dos editais, especialmente do edital do ISS e de Fomentação que são os editais maiores, então a gente está tentando desenvolver um... algumas ações pra gente conseguir gerar indicador a partir das políticas que a gente está desenvolvendo. Assim... está mais devagar do que eu gostaria, porque eu acho que essa é a parte que eu mais gosto, mas hoje é a parte também que eu tenho menos, assim, do meu dia a dia, acaba que isso não está, não é a principal atividade que eu estou desenvolvendo, né? Mas a gente segue, assim, tem a minha equipe lá que cuida especialmente dos cadastros dos editais, dos indicadores, a gente está gerando bastante coisa, a gente está conseguindo fazer umas coisas legais e aí, a cada vez aprimorando mais também, tentando ajustar uma coisa ou

outra. Mas essa é a minha parte que eu mais gosto. Não consigo...

**P: Olha só, depois se você tiver algum material que você acha que possa ser legal me manda sim. Pelo Apoen a gente vai, a gente está coletando dos noventa e dois municípios do estado, a gente pretende depois ter o portal com os trabalhos. De Niterói algumas coisas eu já tinha, porque quando você passou pra Marina no ECOA eu já coleí pra gente algumas coisas. Agora, os relatórios também que o Victor chegou a fazer, os relatórios de gestão eu também já tenho.**

E: Vou te passar o relatório de gestão do ano passado que eu fiz assim que também está bem...

**P: Ah legal. Pois é. As coisas mais atuais se você quiser me passar é bom, aquilo que puder ficar publicizado, a gente publiciza, se não também nas pesquisas, também em seminários que vou até mesmo ter focado em Niterói. Niterói tem sido mesmo um pouco referência pro estado e até mesmo fora do estado, vocês sabem disso. Com a LAB, Niterói ganhou uma abrangência pelas políticas que o Victor também já vinha fazendo, que vocês da equipe... E não é uma ruptura, é uma certa transição de equipe, então o que você quiser mandar pode mandar, vai ser super legal.**

E: Luiz, você conhece o material que o João Leiva produziu agora, é bem recente, de mapeamento? Você conhece? Cara, foi bem legal. Eles fizeram um mapeamento, é até financiado pela Ecoponte. São de vários lugares, não é só Niterói e aí ele... mas inclui Niterói e aí Niterói foi super legal. Tem uns

índices de Niterói muito interessantes que eles levantaram, eu vou te mandar porque eu tenho uma versão digital e eles ficaram de me encaminhar umas físicas também, quando ele encaminhar a física até combino de deixar uma com você.

**P: Separa pra mim... Beleza. Ah, mas manda digital mesmo. De quem é, qual o nome da pessoa que você falou?**

E: João Leiva. Ele é de São Paulo. Ele tem um trabalho legal de mapeamento. Eu não sei se você lembra... ele fez um mapeamento que é *Perfil Cultural Carioca*, já tem um tempo. Ele trabalha com mapeamento mesmo assim é... empresa, uma outra lógica mas é bem interessante o trabalho dele... Te mando.

**P: Olha só, que legado você acha que a LAB deixa ou que formato ela poderia ter diferente para ela avançar mais? A gente fechando a conversa.**

E: Poxa, legados... vários. Eu acho que essa questão da articulação entre os municípios, entre as cidades, de troca, de criar uma rede mesmo assim dos gestores da cultura, eu acho que foi um legado da LAB. Até hoje eu percebo isso, a gente vive isso, a gente tem os grupos, a gente troca, a gente compartilha. Acho que isso foi uma coisa muito legal, assim, pensando entre os gestores, eu acho que isso é um legado da LAB. Pra sociedade civil, acho que essa coisa de pra muita gente ter sido o primeiro acesso, me parece, assim, de ter sido uma forma de publicizar um pouco o trabalho, via editais, via chamada pública, eu acho que isso também é uma coisa que não volta atrás; assim, a gente percebeu isso em Niterói no ano seguinte, o quantitativo de pessoas que procuram a gente, que se inscreveram nos nossos editais, aumentou muito... fora que

é isso, um auxílio que foi super importante para aquele momento. Deveria ser mais, deveria ter mais auxílios, a gente está aí na luta da LAB 2, mas acho que, cara, esse Governo Federal é surreal, assim, foi muito difícil, a execução foi muito difícil, a regulamentação muito frágil. Em alguns momentos parece que é para prejudicar o gestor, é muita falta de informação, muita informação era muito difícil acessar. O Governo Federal durante a execução da Lei Aldir Blanc, a gente fazia pergunta, não tinha resposta, a resposta às vezes piorava, atrapalhava mais do que ajudava, assim, acho que melhora pra LAB eu poderia ficar falando aqui até amanhã, porque... mas é isso, governo de Bolsonaro. É isso. Mas acho que tem muita coisa positiva assim pros municípios e pros estados e obviamente para quem acessou o recurso, mas eu tenho medo, assim, eu acho que a LAB... que a gente ainda não prestou contas e gente está num momento de prestação de contas dos proponentes com o município e eu tenho medo assim de... em Niterói, é óbvio, que a gente tem aqui um, a gente não quer prejudicar ninguém, a gente tem feito reunião, tem umas prestações de contas que chegam pra gente, assim, que não tem, que é, que é muito difícil, aí a gente chama o proponente, senta pra conversar, tentar achar solução pra não prejudicar... óbvio, dentro da legalidade, dentro do mínimo pra fazer tudo pra ajudar a pessoa e pra não ter problema porque eu realmente não acho que que... desaproveitar, reprovar a prestação de contas é ruim pro proponente, mas é muito ruim pra gente também, pra gestão. Então, acho que o que a gente pode fazer pra ajustar, a gente tem feito. E aqui, eu acho que a gente vai ter muito menos problema do que muito lugar, porque a gente, de fato, fez um acompanhamento o tempo todo com os proponentes, a gente teve esse cuidado e fez uma regulamentação da lei, regulamentação municipal que permitia tudo, que era muito flexível. Então, assim, a gente dentro da nossa regulamentação, a gente pode permitir um monte de coisa que eu sei que outros municípios não permitem. A gente

debateu muito isso assim, então eu tenho uma preocupação - e não falando de Niterói, falando da LAB como um todo -, eu acho que vai ter muita gente prejudicada depois da LAB, porque eu acho que os Municípios e Estados não vão aprovar muito do que chega, e aí como faz então? Vai ficar um monte de gente inadimplente? Porque eu acho assim, eu acho que vai ser um mega desafio. Não pro nosso caso, porque eu acho que no nosso caso a gente tem achado soluções, a gente já fez uma regulamentação pensando nisso mas assim pelo que eu percebo eu tenho medo dela... prestação de contas da LAB eu acho que vai ser uma pegadinha, espero que não fique muita gente prejudicada, tipo o Ponto de Cultura no começo...

**P: Sim. Niterói chegou a precisar, recorreu à CNM [Confederação Nacional dos Municípios] como capacitação, como auxílio? Ana Clarissa [Fernandes] interagiu com vocês, como é que foi essa coisa?**

E: Cara, a gente participou de quase todos os... [processos de capacitação, webnários etc.] porque eles [CNM] fizeram muita geral, divulgavam pra todos os municípios e a gente assistiu, eu assistia muitas, algumas assisti depois, não no dia, e tal. Então a gente, dessa forma a gente acessou sim, a gente não fez muita coisa individualizada assim com eles, a gente foi... mas assim, a gente participou de muita *live* com a Ana Clarissa, de muito, ouviu muito assim, eu acho que ajudou bastante. Eu não sei se ela ainda está lá ou se ela está de volta em Niterói.

**P: Está de volta. Ela, pelo que eu entendi, ela criou como se fosse uma empresa, mas não sei se a empresa formal ou não, em que ela está dando consultoria aos municípios e ela passou a compartilhar lá no Instagram que ela criou... Tem um nome que eu não vou lembrar agora.**

E: É, ela compartilhou comigo. A gente deu muita consultoria também na LAB e eu sempre começava falando, aí o trabalho do trabalhador, gestor público de cultura é um trabalho de militante, tipo, a gente escolhe a cultura, já sabe que... na LAB isso ficou potencializado, muito doido.

**P: Minha linda, muito obrigado. Depois preenche, lá no formulário da pesquisa Apoena. Rapidinho, dez minutos.**



Universidade Federal Fluminense - UFF  
Laboratório de Ações Culturais - LABAC  
APOENA – Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações  
Culturais – foco RJ  
[pesquisa.apoena@gmail.com](mailto:pesquisa.apoena@gmail.com) – <https://apoenaredecultural.wordpress.com>

Projeto APOENA  
Entrevistado (E): **Mateus Lima**  
Data: 24/02/2022

Pesquisador entrevistador (P):  
P1: Luiz Augusto Rodrigues

Ajuste da transcrição: Izabella Ladislau Campos - Data:  
26/04/2022

Conferência: Marcelo Correia - Data: 06/09/2022

Ajuste final: Luiz Augusto Rodrigues – Data: 22/06/2023

**P1: Hoje são vinte e quatro de fevereiro, dois mil e vinte e dois. Entrevista com Mateus Lima. Mateus, você me permite usar partes dessa conversa. E se sim... Mas durante a conversa, se tiver alguma parte que você prefira que não seja publicizada, você me avisa na hora. Olha, isso aqui eu prefiro que não seja...**

E: Beleza, beleza.

**P1: Eu queria começar te pedindo pra você dizer seu nome completo, local de nascimento, formação e vinculação institucional.**

E: Bom, eu sou o Mateus Lima Cavalcante, eu sou natural de Cabo Frio, mas moro em Niterói desde 2006. Então vai fazer aí

quase quatorze, quinze anos mais ou menos. Eu sou ator, sou formado em artes cênicas pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, que é a Unirio, bacharelado em artes cênicas e tenho especialização na LISPA que é a *London International School of Performing Arts* que é uma escola de artes cênicas de Londres. A minha vinculação hoje, hoje eu coordeno o Departamento de Participação Popular [DePaPo], que é um departamento que existe na Secretaria Municipal das Culturas de Niterói desde 2019, agosto de 2019. Então entrei sendo inclusive o primeiro coordenador desse departamento que é um departamento novo aqui em Niterói. Eu sou artista. Sou ator, sou diretor, sou palhaço, trabalho com teatro também, com palhaçaria, há muitos anos mas estou nessa experiência da gestão pública agora em Niterói. Estive uns anos em Cabo Frio também na gestão e agora estou por aqui.

**P1: Maravilha. É, vou fazer uma pergunta que é desdobrada em três se você achar conveniente. É uma avaliação sobre a LAB, a Lei Aldir Blanc, em Niterói. Numa perspectiva da gestão pública, numa perspectiva dos artistas e trabalhadores da cultura e numa perspectiva dos grupos e espaços, para ter uma leitura diferenciada.**

E: É, eu acho Luiz que a LAB ela é um marco pra gente, assim pra política pública de cultura assim, tanto no sentido conceitual da LAB e do uso do Fundo Nacional de Cultura. A forma como ela foi conduzida para esse repasse aos estados e municípios, eu acho que isso é histórico aqui no nosso país. É... eu acho que foi um grande aprendizado para esses três recortes que você fala. Da gestão, os artistas e grupos. Eu acho que pra gestão aí falando obviamente especificamente aqui em Niterói e eu acho que foi um aprendizado muito grande, muito importante pra gestão pública aqui. A gente não tinha feito uma operação desse tamanho nesse espaço de tempo ainda. Foi

um curto espaço de tempo para uma verba considerável. Três milhões, cento e vinte e pouquinhos mil pra cidade de Niterói. E da forma como foi implementado. Eu acho que a gente foi muito feliz na forma de implementação seguindo um pouco o que era o guia para implementação que a própria legislação estava propondo. A gente teve um amplo processo de participação popular na definição do uso da verba, eu acho que isso foi um ganho muito grande e aí a gente vai e esse ganho acaba espalhando pra todo mundo. Pra gestão, pros artistas, pros grupos, mas eu acho que a forma de implementação da verba, a forma do uso da verba ter sido com participação e com a escuta da gestão, acho que foi de grande aprendizado e a operação em si. A operação da distribuição, da criação dos editais e a forma como a verba foi distribuída na cidade. Eu estou falando administrativamente mesmo, então acho que tem o ganho pra gestão, foi um ganho grande da política pro uso dessa verba. De que maneira vamos implementar a verba, como, quais são os agentes que tem que ser contemplados, quanto, como é alinhar a aplicação da verba ao contexto em que ela chega pra cidade? Acho que a gente foi feliz nisso e também um avanço grande pra administração pública no sentido operacional. De abertura de processo, de empenho, de enfim até essa verba chegar na ponta, pros agentes culturais. Eu acho que pros artistas, aí falando como... até falando como artista também. Eu milito no campo da cultura porque venho do campo das artes. Do teatro e tal. Eu acho que ela deixa um mais do que o legado. Eu acho que ela, a LAB, pra mim é uma provocação de que isso precisa ser uma política de Estado. Ela precisa ter uma continuidade. Ela se inicia como uma lei emergencial diante de um recorte de um contexto muito específico mas ele abre os olhos de que a gente precisa manter isso como uma política de Estado. Então, acho que foi importante pros artistas tanto no sentido muito prático e objetivo: eram pessoas que estavam... tinham deixado de trabalhar por conta da pandemia e tiveram aí algum... a LAB

não resolveu a vida desses artistas e dos agentes de cultura mas a LAB permitiu, deu uma sobrevivida. Diante do cenário que era muito complicado naquele contexto, que era quase um contexto inicial ali de pandemia. Então, acho que tem, foi importante pros agentes culturais, pros trabalhadores da cultura e pros artistas, para um socorro mesmo emergencial. Mas pensando no médio prazo acho que tem o ganho e a possibilidade de abrir os olhos de que é preciso a gente ter uma política de Estado mais consolidada pra cultura a nível federal. Tanto que a gente está aí hoje lutando pela LAB 2, pela [Lei] Paulo Gustavo que é um desdobramento dessa LAB. Então eu achei que foi importante pros artistas, não entender que aquilo foi aquilo, ponto e acabou. Mas aquilo despertou... e não especificamente despertou para que tenhamos só a LAB mas desperta pra uma visão mais estruturante da política cultural. Eu acho que a articulação dos artistas, dos trabalhadores, dos fazedores está se encaminhando pra essa forma e eu acho que foi uma grande conquista da LAB que é a gente parar pra pensar que a gente precisa ter políticas mais estruturantes especialmente nesse momento delicado do governo federal e do desmonte à cultura, então acho que fica esse legado que pra mim foi importante. Para grupos e coletivos eu acho que acaba sendo parecido, né Luiz? Assim, teve um fortalecimento ali emergencial que foi muito importante pra impedir que alguns grupos, coletivos deixassem de existir, alguns espaços culturais fechassem. Então acho que a LAB foi importante também nesse sentido e também nesse pensamento mais estruturante. E aí vale destacar também, Luiz, que aqui em Niterói a gente fez o uso, a gente suplementou a verba com verba municipal, isso foi importante também. Não só um milhão a mais que a gente colocou na LAB pro programa de retomada econômica do setor cultural mas também os programas de auxílio. Provavelmente aí outras pessoas que você entrevistou aqui de Niterói falaram também: Empresa Cidadã, o auxílio aos MEIs, aos artesãos e artesãs.

É... acho que isso acabou entrando junto com o pacote da LAB, sendo importante para esse pacote emergencial.

**P1: Maravilha, Mateus. Mateus só um comentário extra. Eu achei durante muito tempo (eu estou pesquisando a LAB, né!?) que os recursos tinham vindo do Fundo - que era a pauta inicial. Você sabe que acabou não sendo... Acabou sendo orçamento de guerra tanto que os recursos do Fundo Nacional de Cultura não foram usados pra LAB, tanto que a disputa pela Paulo Gustavo que eu espero que seja aprovada hoje é de usar o que está no Fundo Nacional e no Fundo Setorial do Audiovisual, que acabou não sendo usado.**

E: Não foi, a primeira LAB, não foi do fundo? Olha aí...

**P1: Não, foi do orçamento de guerra, extra e tal... Eu também de início não tinha entendido assim, fui aprender agora há pouco por conta dessas entrevistas também que eu estou fazendo... No geral, porque o projeto Apoena trata a LAB no estado do Rio e a construção nacional. Nessa sequência, Niterói é o recorte que eu estou fazendo específico dentro do projeto Apoena, de pensar essa questão mais focada em Niterói que é a minha praia de pesquisa.**

E: Aham. Mas essa é uma pesquisa específica sobre a LAB?

**P1: É. Eu estou coordenando uma pesquisa específica sobre a LAB no Estado do Rio que é financiada por um fomento parlamentar da Benedita da Silva. Então, tem um grupo grande. Nem sei se você preencheu o formulário que a gente está buscando respostas de gestores e ex-**

**gestores, não é só secretário não, também gente envolvida na gestão. Eu vou colocar aqui o site do projeto Apoena que aí nele tem também o chamado para o link pra pesquisa. E tem outras coisas que a gente vem fazendo: publicações intermediárias e tal... Vale a pena olhar, não está ruim não. Clica aqui no chat. Aí tanto tem essas publicações que já estão lá, que falam um pouco do projeto e tem o link das entrevistas. Do formulário de pesquisa, com gestores e com trabalhadores.**

E: Chegou aqui. Legal.

**P1: Olha só, então vamos seguir aqui nós. Como é que você vê as interações na implementação da LAB entre a gestão pública de Niterói e outros municípios, e entre a gestão e os agentes da cidade: sejam outras secretarias, seja a população como um todo.**

E: É, vamos lá, a gente teve um movimento até um pouco anterior à pandemia de reestruturação, de rearticulação do Fórum Estadual de Secretários Municipais de Cultura do Estado do Rio. Eu não sei se você lembra, quando a gente puxou a quinta conferência de cultura, isso em novembro de 2019, um dos encontros era o encontro dos gestores das secretarias municipais de cultura do estado do Rio, a gente iniciou uma articulação ali exatamente para estreitar a relação, para estabelecer algumas pontes, acordos, parcerias e mal a gente sabia que isso, o quanto seria importante no processo da LAB que veio aí três, quatro, cinco meses depois. A gente começou a reestruturação em novembro de 2019, o fórum estava parado acho que desde 2017, 18, ele acontecia, mas tinha pouca força, a gente iniciou esse trabalho junto com o presidente do fórum, que é o Marcelo Bravo de Barra Mansa. Secretário, presidente da Fundação de Barra Mansa de cultura

e em 2019 teve um primeiro encontro com alguns gestores e esse grupo foi muito importante para essa articulação estadual, para implementação da LAB. A pandemia veio em março, abril ali de 2020 e aí a partir do momento tanto na militância para aprovação da lei e depois para execução eu lembro que tinha um fórum um fórum mesmo de WhatsApp assim dos secretários, dirigentes de cultura do estado e acabava sendo um espaço muito fértil para trocar figurinha, para tirar dúvida, mandar parecer e ver como é que está o edital, então é, ali foi um movimento de articulação importante e que foi importante para alguns municípios menores, que tinham menos referência do uso da verba. Óbvio que assim foi longe de ser o ideal, muito também porque a partir do momento em que a verba chegou até a gente conseguir executar foi um corre. Foi tudo muito corrido. Então não foi feita, talvez, a articulação formal oficial da forma que a gente gostaria ou tendo o auxílio mais direto a alguns municípios. A gente ficou sabendo - até pesquisando você provavelmente sabe mais do que a gente - de alguns municípios que devolveram a verba. E a gente sabe que devolveram ou porque não tinha o conhecimento pleno da forma de utilização, muitos devolveram por medo, medo de ser usado da forma errada e aí ter que prestar conta. Então eu acho que, assim talvez, se tivesse tido um pouquinho mais de tempo, a gente tivesse feito uma articulação para um auxílio mais efetivo para alguns municípios que acabaram não conseguindo usar. Mas ao mesmo tempo, foi muito... eu estou nesse grupo de gestores do estado e eu acompanhei, assim, de perto que de fato rolou uma rede de apoio ali importante. Isso para os municípios. Você tinha falado mais uma também, não foi? Você falou a importância...

**P1: Da perspectiva das interações entre a Secretaria das Culturas de Niterói e outras secretarias da cidade e com a população de uma maneira geral.**

E: Sim, eu posso falar um pouco mais com a população. Pelo recorte até do departamento que eu coordeno. A gente iniciou a LAB, abriu quando a gente recebeu a lei e viu que precisava fazer a formulação de editais, enfim, de que maneira fazer a utilização. A primeira coisa que a gente pensou foi de fazer uma convocação pros agentes de cultura, pra gente debater de que maneira que a gente poderia utilizar. E acho que a gente foi feliz nessa interação com o público local, com a população, com os agentes de cultura porque a gente convocou, a gente puxou uma webconferência exatamente para fazer o debate da utilização da verba. E foi bacana, foi representativo assim, a gente teve mais de duzentos, duzentos e cinquenta inscrições. Foi uma etapa virtual, porque a gente estava no auge da pandemia e nessa etapa virtual a gente teve acho que cento e vinte, cento e trinta participantes, eu posso até procurar aqui depois esses números exatamente pra passar é de cento e vinte, cento e trinta; tinha aí oitenta, noventa representantes de coletivos, de grupos culturais, de espaços culturais, então ele foi amplo em quantidade e em representatividade e a gente fez um canal aberto assim, a webconferência era “o que você acha, de que maneira você acha que essa verba deve ser implementada?” E a gente abriu uma escuta ativa, a secretaria não se posicionou, não sugeriu, não disse como tinha que fazer; a gente abriu o canal pra ouvir. Dessa reunião de cento e vinte, com cento e vinte, cento e trinta participações aí oitenta, noventa coletivos, saíram dali oitenta e três propostas pra execução da verba. Aí a gente trouxe, devolveu isso, trouxe de volta pra gestão da secretaria e aí iniciou um trabalho de sistematização. Das oitenta e três propostas tinham propostas repetidas, não cabia à webconferência a gente debater se era parecido ou não, a gente fez um espaço aberto pras pessoas colocarem. Até porque metodologicamente era importante pra gente que as pessoas se sentissem pertencentes ao processo. Então não cabia ali. Aquele não era espaço pra dizer “Ah! Mas isso é inexecutável por causa da lei. Ah! Isso está muito

parecido com o outro”. Não era, o exercício não era de sistematizar, de entregar já. A gente queria ouvir. Então gerou aí esse amplo leque aí, cardápio de possibilidade. A gente retornou pra secretaria as oitenta e três propostas, fazendo uma sistematização entre propostas que eram parecidas e agrupar ou outras que eram inexecutáveis, a gente chegou em trinta e quatro, trinta e cinco propostas. E aí a gente formulou um documento consolidando essas propostas e também explicando, “a, mas eram oitenta e três, como é que chegou nas trinta e cinco?” Fazendo uma explicação. “Olha, essas são inexecutáveis porque é uma lei federal e a lei não permite fazer isso, isso, isso, isso e isso. Essa a gente juntou com essa”. Enfim, a gente fez uma prestação de contas, um documento em cima dessas propostas originais. E levamos pro conselho de cultura para fazer, para bater o martelo com a participação também da sociedade civil, agora via conselho. O conselho você sabe aí muito melhor do que eu. Instância legal de participação popular. Então essas trinta e cinco propostas foram levadas ao conselho e lá a gente fez... [interrupção da conexão]. Então só retomando um pouco. Dessas propostas sistematizadas a gente levou para o Conselho Municipal de Política Cultural que é a instância legal de participação da sociedade civil na construção das políticas de cultura da cidade e lá a gente fez o debate e formulou todas as linhas de editais a partir do acúmulo desse documento e do debate com o Conselho Municipal de Política Cultural. Então todos os editais que saíram eles passaram por esse caminho. Praticamente todas as trinta e cinco propostas entraram de alguma forma nesses editais, ou como diretriz compartilhada em todos os editais ou como uma linha específica de algum edital, mas praticamente todas as trinta e cinco propostas entraram, e entraram porque foram deliberadas em reunião exclusiva do conselho de cultura para formulação. Então acho que assim, a interação com os artistas eu acho que foi muito positiva porque a gente conseguiu construir de baixo pra cima, a partir da

demanda da população, obviamente com uma atenção da gestão pras questões técnicas, administrativas, legais, mas ela foi uma construção de baixo pra cima, acho que foi isso fez a diferença pra gente conseguir ser assertivo na construção dos editais e, conseqüentemente, nas contemplações. Nos artistas, nos produtores, nos fazedores que foram contemplados.

**P1: Me tira aqui uma dúvida sobre essas trinta e cinco propostas consolidadas: entrou no plano de cultura ou foi uma coisa focada na LAB e entrou nos editais?**

E: Foi focada na LAB, foi focada pra construção dos editais para uso dessa verba da LAB.

**P1: Se você puder me enviar isso, depois envia?**

E: Envio, envio.

**P1: Porque o plano eu tenho. Outra coisa é sobre esse fórum, esse encontro de fórum de gestores lá em 2019. Você tem ideia de quantos secretários participaram, quantos gestores participaram?**

E: Eu não, eu não tenho de cabeça, mas você pode me cobrar isso tudo.

**P1: Tem alguma ata disso? Algum registro?**

E: Tem, tem registro. Você pode me pedir isso tudo depois pelo WhatsApp. Mandar uma listinha. Porque acho que está na secretaria, mas eu recuperei, não tem problema.



**P1: Tem algum outro registro específico sobre as *lives* e webconferências específicas da LAB?**

E: Tem o relatório da Webconferência, que foi isso que eu falei, das propostas, posso te mandar também. É... de registro da LAB é basicamente essa webconferência.

**P1: Está consolidado nesse documento?**

E: Sim, sim. Eu te mando isso tudo.

**P1: Outra coisa você falou aí que alguns municípios não executaram então se quiser ter um espelho disso exato sobre o estado do Rio, no Apoena a gente publicou agora o Boletim 3, foi focado nisso. Nos planos de ação, quem executou quantos por cento... No estado, por região, é bem legal... Vamos seguir, você já falou um pouco sobre as ações comunicativas. Como é em diferente suporte, vamos falar mais um pouquinho das formas de ação comunicativa, sejam por materiais, sejam virtuais etc., midiáticas ou não. Como elas acontecem entre a gestão e os grupos sociais? No sentido, como elas se davam antes da LAB, como elas tiveram que ser por conta da LAB e agora se isso deixou algum resíduo, como a gente ainda está meio em pandemia, se ainda tem resíduos desse momento ou, em suma, como era antes, como foi, como está agora a relação comunicativa entre gestão e grupos sociais, territórios etc.**

E: É, eu acho que assim, independente da LAB esse é um, pra gente sempre foi um grande desafio. Como é que a gente estabelece uma relação de diálogo com os grupos, com os agentes, com os coletivos que estão espalhados pela cidade?

É, uma postagem no Cultura Niterói [site da Secretaria] não resolve, as pessoas não acompanham totalmente por lá, é um recorte ali também. É, pra gente sempre foi um desafio assim: Como chegar às pessoas? E aí chegar no sentido de não necessariamente que as ações cheguem, mas como é que a gente envolve os agentes culturais no processo de participação, no processo de construção das políticas de cultura aqui da cidade. A gente... e aí na pandemia, por conta, isso se agravou muito, porque a gente deixou de conseguir ir às localidades. É, a gente estava num processo de quinta conferência de cultura antes da pandemia que a gente ia fazer cinquenta etapas de conferência espalhada em cinquenta territórios diferentes. Isso era, por exemplo, uma estratégia nossa da Secretaria de Culturas para afinar, aprimorar os canais de escuta e de interação com os agentes culturais que estão espalhados nos territórios. Quando a gente fala de participação popular, a gente tenta também sempre fazer uma corresponsabilização. Fazer uma divisão da responsabilidade. É responsabilidade da gestão pública, mas é também responsabilidade da sociedade civil mobilizar, replicar, multiplicar as ações ou as informações que estão sendo colocadas. Então, quando a gente abre uma consulta pública, quando a gente faz uma reunião pública, a nossa convocação é pros agentes culturais da cidade, a gente pede para que os agentes culturais também repliquem, multipliquem, repassem para outros agentes culturais a informação. Mas isso é um grande desafio pra gente. Com a LAB foi muito, porque a gente trabalhava basicamente no virtual. Quando a gente foi iniciar o processo de escuta para formulação da utilização da verba, a gente tentou também muito acionar o histórico que a gente tem aqui de construção participativa. Então, de que maneira que a gente precisava, então assim para começar a divulgação, ok, vamos fazer a divulgação padrão, rede social, site, informe, mas de que maneira que a gente vai chegar nessas pessoas também de forma mais assertiva? E aí a gente fez um mapa

da... fez não, já tem esse mapa da cidade aqui. Do que que tem que a gente sabe: de grupo, de coletivo, de associação, de liderança e começou a acionar diretamente também esses coletivos, esses grupos, essas pessoas, essas lideranças para que eles tivessem ciência das ações que a gente ia passar a fazer de participação para formulação do uso da verba e para que eles fossem agentes multiplicadores da informação também, pra gente abrir o processo de escuta. Além da webconferência que foi, acho que foi um dia só, e de forma virtual, a gente também abriu a possibilidade das pessoas enviarem e-mails com propostas porque poderia ter alguém que não pudesse participar da reunião no dia e que então era mais um canal - infelizmente podia fazer nenhum canal presencial, descentralizado em outros eixos, a gente sabe que têm muitas pessoas que não têm condição de acessar a internet, que não têm banda larga, que não têm como participar, mas a gente estava no auge da pandemia, era impossível a gente fazer de outra forma. Então a gente tentou essa forma analógica mesmo, do boca a boca e a possibilidade, além da reunião, do envio por e-mail de propostas para que tivesse outro canal também de recebimento dessas ideias. Acho que a LAB trouxe, e aí não só em Niterói, um pouco que a gente interagiu também com outros municípios, trouxe... e você provavelmente sabe muito mais do que eu também, é... evidenciou um problema, uma questão que é a gente acabou descobrindo que é uma questão não só municipal, mas estadual e talvez nacional também, dos cadastros. Dos nossos sistemas de indicadores, de informações. A gente foi vendo que muitos municípios não tinham seus sistemas de indicadores, de informações da cultura, não tinham seus cadastros de artistas, não tinham seus mapeamentos ou se tinham eram precários, enfim. Isso acabou ficando muito latente e eu acho que é inclusive um legado da LAB que ainda está em construção. Que não diria que ele foi totalmente sucesso, mas acho que ele abriu o olho pra

importância desse tipo de mapeamento, mas que ele deixa como legado que muitas cidades passaram a ter mesmo não sendo perfeitos ideais, mas conseguiram construir alguma... pelo menos uma pedra fundamental aí do mapeamento do setor, não só artístico mas técnico também, enfim, do campo da cultura. É, e pra gente foi importante também nesse sentido, a gente conseguiu dar mais um passo pro nosso SMIC - que é o Sistema Municipal de Informações e Indicadores da Cultura. Eu acho que a gente consegue fazer um antes da LAB e um depois da LAB, esse ponto que a gente amadureceu nesse sentido. Ainda falta muito, muito. Mas eu acho que a LAB trouxe... essa semana a gente esteve até em Cabo Frio conversando com alguns secretários da Baixada Litorânea e isso acabou entrando em assunto, assim, como que foi importante, a LAB deu um chute pra que a gente corresse atrás desse mapeamento e hoje se a gente, se antes a gente tinha zero, a gente já tem uma primeira... um primeiro tijolinho aí. E o mapeamento a gente sabe como ele é importante inclusive pra construção das políticas de cultura, porque ele dá uma diretriz, ele ajuda a gente a guiar, a entender e pensar a política de cultura na cidade. Não sei se eu respondi, Luiz.

**P1: Respondeu sim e eu concordo plenamente com você. Eu acho que a inexistência de cadastro, de mapeamentos era um nó das políticas públicas de cultura. Nacionalmente estava sendo construído, paralisou com essa queda de gestão federal. Acho que a LAB trouxe, pautou isso aí como a necessidade dos municípios, estados etc. Deixa eu te perguntar uma coisa, esse mapeamento da cidade de Niterói, dos grupos, espaços etc. isso está disponível em algum lugar? Isso está georreferenciado?**

E: É, isso a Júlia vai saber te responder com propriedade. Eu acho que não está georreferenciado ainda. Existe um sistema

nosso de informações e indicadores que está, inclusive estou até abrindo aqui, está no portal Cultura É Um Direito, acho que dá pra ter uma ideia lá. É... ele ainda é, a Júlia [Pacheco] vai saber, eu posso estar falando, acabar falando alguma besteira. A Júlia e o Victor [De Wolf] participaram ativamente desse processo. Uma coisa que eu acho que eu posso dizer, Luiz, hoje existe também alguns mapeamentos na cidade. É uma coisa que o próprio Leonardo Giordano tem pautado e a gente tem tentado pensar de que maneira que é, como que a gente consegue também com o tempo consolidando, agrupando, aglutinando esses mapeamentos. Existe o sistema de informações que ele ainda está num esqueleto, vamos dizer assim, mas que ele já tem as informações básicas e tem uma capilaridade grande assim do setor, tem um bom quantitativo, a gente não tem talvez tanto desenvolvido qualitativo, não está georreferenciado mas já é um início de trabalho e a gente tem alguns outros mapeamentos na cidade. Seja motivados pela sociedade civil ou pela gestão pública ou pela própria universidade. É... e hoje a gente sente talvez uma vontade de, um desejo de entender melhor de que maneira que a gente vai consolidar isso. Então você tem o sistema de informações e indicadores da secretaria. Você tem, por exemplo, a região oceânica: tem um movimento muito forte da sociedade civil e eles tem um mapeamento também da Região Oceânica do setor cultural que é o Arte em Rede RO, não sei se você conhece, mas até tem um site, eles tem um site. Também propõe o mapeamento do setor daquela região específica. É... e os da própria universidade federal, a UFF, a Universidade Federal Fluminense a gente tem três programas em parceria com a prefeitura, que são programas de mapeamento também. De cartografia territorial, o próprio ECOA Niterói [um desses três projetos], que é também um mapeamento quantitativo e qualitativo. Então a gente tem alguns projetos, algumas ideias, alguns mapeamentos, eu acho que do curto pro médio prazo vai caber aí um exercício talvez até da gestão pública de juntar

esses mapeamentos e consolidar, mesmo que um puxe pro outro, não precisa ser o mesmo portal, o mesmo, mas que um leve ao outro, que o outro puxe pra um, que não fiquem tão soltos e tão espaçados, mas que tenham uma inter-relação. Porque são... tem a mesma origem do setor cultural, às vezes com recorte, perspectivas diferentes, mas que eu acho que eles precisam... eles de alguma maneira aglutinados ou pensados ou atravessados eles vão ficar mais potentes.

**P1: Fico na torcida que isso aconteça.**

E: Poxa, eu também, isso é um desejo pessoal aqui que eu fico não é tão simples, mas é um desejo pessoal, fico todo dia eu tento bater duas vezes por semana, eu bato nessa teclinha aqui.

**P1: Mateus, olha só, essa mobilização das pessoas e sobretudo dos territórios, que era o que vocês já vinham fazendo sobretudo a partir de 2019, me diz assim, se isso favoreceu a gestão da LAB e se a LAB, se a existência da LAB tende a fortalecer essa mobilização, essa territorialização. Entendeu a pergunta?**

E: Entendi. Eu acho que é uma mão dupla, Luiz. Eu acho que é uma mão dupla. Eu acho que assim o trabalho que a gente estava fazendo e que a gente seguiu mesmo nas condições pandêmicas favoreceu muito pra gente ter, ampliar a dimensão do setor cultural da cidade, de agentes coletivos, grupos que historicamente tinham menos acesso às políticas públicas de cultura, eram menos visibilizados. Eu acho que a gente conseguiu ampliar um pouco esse mapeamento desse setor, a gente chegou em territórios que o estado historicamente não chega tanto e a gente - e aí a visita de campo ela é

fundamental nesse processo, e mesmo com a pandemia - antes da pandemia a gente conseguiu realizar por exemplo vinte e sete etapas de conferência de cultura, estavam previstos cinquenta, mas a gente conseguiu fazer vinte e sete, muitas eram em territórios que, por exemplo, nunca tinham recebido uma conferência de cultura. Então, acho que isso foi importante pra LAB, porque quando a gente foi convocar a galera pra debater a LAB, pra dizer como tinha que ser a LAB, a gente relacionou esses agentes, esses grupos, esses coletivos; e aí eu como coordenei esse processo também e estava ativamente nessas reuniões, estava em todas essas reuniões aí eu posso te dizer por ter visto. Não por ter ouvido, mas por ter visto. Grupos, coletivos falando “caramba, vocês nunca vieram aqui. Primeira vez que a que a gestão pública de cultura está chegando aqui. É a primeira vez que eu sou ouvido, é a primeira vez que...”, então assim objetivamente houve uma ampliação desse mapeamento. E aí eu acho que foi importante pra LAB porque quando a gente vai executar a verba, executar a legislação, a gente consegue chegar na ponta como a gente fala tanto. Então acho que foi importante pros coletivos porque passaram a ser visibilizados e participaram do processo da construção da LAB e eu acho que a LAB foi muito importante para esses coletivos também, até para uma recuperação de autoestima... a gente estava iniciando um processo de escuta, e aí vem uma pandemia. O setor cultural todo para. E aí a gente convidar essa galera não só pro debate de formulação de uma política de cultura mas também para uma política de fomento também, estimula para que esses agentes participem. Porque eles estavam numa situação muito complicada e aí a gente também não puxa só pra um debate de formulação de documento, enfim, que também é muito importante. Eu sempre brinco com o Leo que... e ele fala muito com a gente, a gente também se preocupa muito como que a participação e a política de fomento precisam andar casadas também. Porque é importante

convidar a população para debater a política estruturante de cultura. Quando você fala aí da participação popular especificamente, a gente trabalha basicamente não só com a escuta ao conselho, mas pensar a conferência de cultura que formula o documento ou avalia o documento que é o do Plano Municipal de Cultura. Então a gente está falando de estruturar a política de cultura, mas como também a escuta da participação popular ela precisa respingar na gestão pública, na política que a gente está executando. Então os onze editais públicos que foram lançados ano passado eles têm uma relação direta com a escuta da participação popular. Quando a gente lança o *Cultura e Território* coloca uma linha inédita pro circo, uma pro Carnaval e uma pro... são três. Circo, carnaval e capoeira. São linhas inéditas que nunca tiveram linha própria, não é porque a gente criou da nossa cabeça, não é porque a gente acha que é legal, a gente acha também, mas não é só por isso. É porque o Fórum de Capoeira é extremamente representativo na cidade, ocupa vários territórios no município, está em várias regiões da cidade. É uma demanda do Fórum de Capoeira. A gente ouviu isso, não em uma, nem duas, nem três, mas em diversas regiões, reuniões de participação popular, o quanto que era importante o fortalecimento da capoeira. Então quando a gente formula a política de fomento ela está atrelada à política de participação. A política de fomento ela é um reflexo, é um resultado política de participação. Obviamente também não só isso. A gestão ela também tem o pensamento da política de cultura. Quando o Leonardo entra é uma política de continuidade em relação à gestão do Victor. Então a gente também tem o nosso, a nossa impressão digital. Mas a gente precisa construir isso não de cima pra baixo, mas a partir da participação. Então quando eu falo que é mão dupla, que eu acho que os coletivos, os agentes foram importantes pra formulação da LAB para que ela fosse, inclusive para que a gente pudesse hoje dizer que a gente teve uma experiência de sucesso, e é por isso que a gente quer a

LAB 2. Isso nos dá força também. Olha, a gente conseguiu fazer, fez da melhor forma possível como foi, pelo tempo, pela né? Pela maneira como foi. A gente quer que isso seja estruturante. Então foi importante nesse sentido e a LAB foi importante pro setor porque ela reaqueceu. Não diria nem que reaqueceu, mas tirou a gente do “menos dois”. Botou a gente pra respirar um pouco e voltar a pensar...

**P1: Maravilha. Estou quase chegando no final, tá?**

E: Não, tranquilo.

**P1: Deixa eu te perguntar uma coisa que surgiu assim. Você acha que essa territorialização das ações e das políticas, ela amplia a autopercepção dos agentes de que o que eles fazem é cultura? Seja a sua inserção na cultura, seja compreender melhor que eles estão nesse universo?**

E: Sim, total Luiz, total. Isso foi uma coisa que a gente foi percebendo, óbvio, está em construção, tem muito trabalho, muito trabalho pela frente, mas assim a gente vê alguns resultados. Por exemplo, os editais de cultura... por exemplo, a gente ao final do, a gente faz um mapeamento tanto de inscrição quanto de resultado e a gente conseguiu, por exemplo, na maioria dos editais, todos ou 90% dos bairros se inscreveram nos editais. Isso é histórico, isso é histórico. A gente tem editais passados de se ter aí de cinquenta e dois bairros, quinze bairros que se inscrevem. A gente conseguiu, sei lá, quarenta e cinco, cinquenta, a Júlia vai ter esse dado preciso também. Tem edital que todos os bairros da cidade se inscreveram. É... a ocupação do Conselho Municipal de Política Cultural também está descentralizada, a gente tem conselheiros, conselheiras de cultura em todas as regiões, de

todas as regiões da cidade, obviamente não de todos os bairros, mas das cinco macrorregiões a gente tem representação, a gente tem historicamente uma concentração muito grande de conselheiros [da região] das Praias da Baía, isso diminuiu, o conselho do Orçamento Participativo, também todas as regiões... obviamente porque a gente fez reunião em todas as regiões. Mas você tem, por exemplo, 48% são pessoas negras. E isso também é uma conquista que a gente quer aumentar muito mais isso, mas isso já é um número expressivo em relação a outras experiências. Sessenta por cento de mulheres são conselheiras do orçamento participativo. Aí eu fugi um pouco a pergunta, mas só pra dar a dimensão que pra gente é importante da concretude da política de descentralização. E tem resultado concreto já mesmo sendo uma... a gente está falando aí de um espaço curto para uma gestão pública pensando ali o início ali da gestão do Victor De Wolf, no meio de 2019. Essa... como a política de continuidade, mas você já consegue ver alguns resultados. E de fato, Luiz, foi muito importante pro entendimento... eu acho que a LAB, a própria LAB trouxe isso... Galera, quem faz cultura não é só o artista, o pipoqueiro ele é um agente de cultura. E aí eu não estou falando nem só dos técnicos. Iluminador, técnico de som, de luz, de estrutura. A gente está falando do pipoqueiro, a gente está falando do serralheiro. A gente está falando do marceneiro. São agentes de cultura. É, então eu acho que tanto a política de descentralização e também a LAB possibilitaram sim a gente ampliar o entendimento da engrenagem que a cultura move. E aí especialmente pro setor cultural, sim, muitas pessoas que trabalham no Carnaval e achavam que não é. “Não... ih, esse edital, cultura, isso não é pra mim”. “Sim, isso é pra você, é você que...” e aí quando a gente faz a visita aos territórios, eu sou um cara, vou fugir um pouquinho, mas eu sou apaixonado pela Lei do Cultura Viva e pela ideia dos pontos de cultura, pela política do Cultura Viva, porque é isso. Tu vai na região, você vê assim, cara, essa

galera que está segurando a nossa identidade no braço, no osso, no sangue porque assim os obstáculos são muitos, né Luiz? Uma coisa é você ir para um teatro com caixa preta, conseguir a pauta (e não estou desmerecendo, mas assim) outra coisa é você fazer numa praça que você não tem apoio do Estado, que desligam a luz no meio da parada para acabar mesmo, que muitas vezes as forças do próprio Estado chegam de forma violenta para acabar com o negócio. E essas pessoas... que para mim são as pessoas que estão segurando a nossa identidade no braço, no sangue. A gente chega lá, as pessoas acham que elas não fazem cultura, que elas não são do campo da cultura. Não, espera aí. “Vocês é que são, vocês que estão segurando isso”. E acho que foi importante. E a LAB traz uma concretude, porque uma coisa é só eu dizer, uma coisa é a gente debater. A outra coisa é a gente chamar essa galera para debater e quando esse edital ficar pronto a gente institucionalmente auxiliar: “olha, isso é para você, toma aqui um passo a passo”. Eu não posso inscrever pela pessoa, mas eu posso dar um guia, um passo a passo e eu posso me esforçar aqui para fazer um o processo menos burocratizado possível, mais facilitado possível e acho que essa gestão trabalhou, batalha muito pra isso. E aí a LAB traz a concretude: essa pessoa ganhou. “Caraca, se eu ganhei é porque eu sou mesmo...” Então a gente conseguiu dar a noção de pertencimento, de identidade, dessa pessoa saber que ela é, né? A gente fala assim e fica tudo muito lindo, né Luiz? É muito trabalho pela frente, mas uma coisa que o Leonardo fala muito que eu achei maneiro assim, a gente não está, a gente não vai construir o prédio inteiro mas a gente botou um tijolo. Acho que a gente está colocando alguns tijolos, pra essa construção. Mas é isso. A gente não vai resolver em dois, três, quatro anos. Mas a gente deixa alguns tijolos ainda.

**P1: Certamente. Também acho que é por aí... Deixa eu te perguntar, você falou, Niterói fez algum tipo de cartilha, de**

**capacitação, de algum instrumento facilitador pras pessoas conseguirem acessar os recursos? Pra LAB e pra outros editais fora LAB, como é que vocês estão encaminhando isso, se é que estão?**

E: Isso, Luiz, e talvez eu tenha dúvida cara, eu não lembro se a gente chegou a fazer tipo uma cartilha, um manual de inscrição, eu não lembro. Eu fiquei muito na parte da consulta pra formulação do edital e aí depois que a gente chegou no formato que foi aprovado pelo conselho isso ficou muito na mão do Victor De Wolf, da Júlia Pacheco e da Luciana Moreno, que era chefe de gabinete do Victor na época. Eles três fizeram a operação “no braço”, assim praticamente sozinhos da LAB. Eu não tenho, eu não recordo, Luiz, posso acabar falando alguma besteira. Eu não lembro, eu sei que hoje a gente tem o passo a passo pros editais que a gente lança, tem um “PDFzinho”. Com a cartilha do que que tem que fazer, tem canal de WhatsApp para tirar dúvida, eu não lembro se pros editais da LAB isso aconteceu também. Se quiser perguntar à Júlia, pode até me perguntar, eu daqui a pouco tenho uma reunião com ela, eu posso, se quiser botar naquela lista de pedidos, eu posso fazer essa consulta a ela também só pra não falar nenhuma besteira aqui.

**P1: Não, beleza. Na verdade, a minha última questão eu acho que você de alguma maneira respondeu, mas deixa eu reformular. Se você quiser complementar alguma coisa... Como estão se dando as atuais ações da secretaria, considerando os territórios, seus agentes, suas mobilizações e os processos participativos, inclusive do OP, do Orçamento Participativo? Ou seja, como é que vocês estão tocando e conseguindo tocar essa demanda de mobilização, de territorialização no hoje?**

E: É, espera aí, vamos lá. Eu acho que a gente hoje está atuando com bastante força, assim especialmente nessa gestão, nessas duas políticas. Na política de fomento - que ela é traduzida aí através dos editais, mas é a política de fomento da gestão; e a política de participação. Isso que você até falou que eu já falei. De que maneira elas se cruzam também, elas interagem. Mas é, a política de fomento, a política dos editais, a gente caminhou pra dois momentos assim. O primeiro momento que foi o momento LAB e pós-LAB, aí 2021 que a gente a partir de uma escuta da demanda da sociedade civil a gente formulou editais que pudessem ser capilarizados assim... pensando uma lógica de distribuição mais ampla possível pro setor cultural entendendo que a gente ainda estava num momento de pandemia, que tinham muitos agentes, grupos, coletivos... em situações muito delicadas. Sem poder atuar, então uma política não assistencialista, mas o mais ampla possível que a gente pudesse alcançar a maior quantidade de agentes, de pessoas, de grupos, de coletivos culturais possível. É, pensando essa ideia de tentar evitar com que esses grupos, esses artistas, esses coletivos, esses técnicos abandonassem suas áreas. Então, a gente tem aí o edital de ativos culturais que vai contemplar aí trezentos e trinta e oito proponentes. O Ideias Criativas que também é, acho que são duzentos agentes culturais. Então assim você vê uma ampliação de contemplados; valores menores, mas alcançando uma maior quantidade de agentes. O segundo momento - que é o que a gente começa a virar há alguns meses aí - a gente retoma a ideia da política de cultura menos, assistencialista (não é um nome muito... não é um nome ideal, mas é para você conseguir entender). Porque é preciso não deixar com que esses coletivos, grupos, agentes deixam de existir, mas é preciso também investir na política de cultura. Não, a gente não faz assistência social e aí não é julgamento disso mas é nós somos uma Secretaria das Culturas, a importância do fomento à cultura, da gente visibilizar e fomentar as produções culturais

locais. Então nesse segundo momento a gente começa a tentar fazer uma ideia de retomada mesmo do setor cultural, pensando no fomento às linguagens culturais da cidade. Então a gente tem, por exemplo aí o edital, o próprio edital do Cultura Viva, o “Cultura e Território” que é uma continuidade de uma política que já existe, mas aí o fortalecimento dos pontos de cultura, das ações locais; e o edital do Fomento - aí já é edital pra montagem de espetáculos, exposição, então a gente começa a ter uma retomada inclusive das ações culturais na cidade e fortalecimento desses coletivos para que eles voltem a produzir cultura com verba municipal. Então, do ponto de vista da política de fomento, acho que a gente tem esses dois momentos, esses dois caminhos e agora a gente já está nesse segundo momento, nesse segundo, segunda etapa aí de retomada do setor cultural na cidade. Pela política de participação, a gente teve no ano passado e agora o desdobramento para esse ano [2022], acho que três, três experiências bacanas. A política de participação ela não só vai dar aí insumo pras outras políticas que são implementadas na gestão, mas tem um compromisso também de consolidação das políticas de cultura. Então ano passado a gente formulou a “Carta de Direitos Culturais de Niterói”, foi um documento importante também, que ele é complementar ao Sistema Municipal de Cultura, ao Plano, no sentido de ser um documento de garantia de direitos, eu acho que com a carta de direitos e depois o OP - eu vou falar também um pouco mais do OP -, a gente conseguiu ter um debate que foi importante que é o debate do direito cultural, que é um debate para toda a população, que é um pouco o mote que a gente tem puxado: “Cultura é um direito”. É, uma vez que a gente tem relativamente bem organizado o setor cultural na cidade através do Conselho Municipal de Política Cultural, as câmaras setoriais, os movimentos que já rolam, os fóruns que já rolam do setor: como que a gente amplia o debate e coloca o tema da cultura no centro do debate da cidade? A gente quer debater

cultura não só com a atriz, o ator, o bailarino, o músico, instrumentista. A gente quer debater cultura com a população. Porque é de direito da população. A cultura é um direito. É direito das pessoas participarem da vida cultural. Participar da vida cultural não é só criar um espetáculo ou assistir um show. Quando você compartilha a sua cultura no seu território você está participando da vida cultural. Até a “Carta de Roma” usa cinco verbos que eu acho muito legais para ampliar essa dimensão do participar da vida cultural. Vamos ver se eu vou lembrar, que é criar: criar, compartilhar, desfrutar, descobrir e mais um que eu vou esquecer... e proteger. É, proteger a tua cultura do território é participar da vida cultural. Para mim esses cinco verbo eles ampliam o sentido da a dona Maria direito à cultura, é direito dela participar da vida cultural, não necessariamente fazendo, um criando um show mas protegendo a tua cultura local. Então eu acho que a gente com a Carta de Direitos Culturais e com a experiência do Orçamento Participativo, a gente conseguiu ampliar o debate da cultura, o debate estruturante da política cultural e inserir a população é, na discussão do debate da cultura. Cultura e aí falando a cultura nos três campos. No no campo simbólico, na dimensão simbólica, na dimensão econômica e na dimensão cidadã. E aí a gente amplia esse debate. Né? E eu acho que a gente com a carta de direitos a gente formula um documento de garantia de direitos e com experiência do orçamento participativo da cultura a gente consegue inserir, de fato, a população no processo de decisão. Que que foi o orçamento participativo da cultura? É uma experiência piloto, pequena pra gente ver se vai dar certo. É uma verba pequena de setecentos mil mas ela é didática. Ela é importante como marco, como símbolo. A gente foi nas regiões da cidade entrou, foi pra uma praça pública, convocou a população pra debater. Ó, vocês tem cem mil reais pra essa região. De que maneira que a gente vai implementar? Ah, a gente quer isso, isso, isso, isso. Beleza. Agora a gente vai eleger um conselho, a gente precisa de

representantes dessa região. Elegemos lá trinta conselheiras e conselheiros divididos nas cinco macrorregiões da cidade e esse ano a gente vai não vai só é... implementar o que foi decidido na praça mas fazer um processo de formação dessas conselheiras e conselheiros, eles vão acompanhar o processo de implementação da das propostas que foram feitas no ano passado, a implementação em suas regiões. Então a gente vai ter um processo de formação em gestão pública, em orçamento, em LOA, em PPA, é, como que faz pra que que serve, pra que que serve um plano? Ah, pra gente executar isso. E espera aí, a praça escolheu um festival. E com essa verba aqui não dá pra fazer o festival. O que que a gente vai fazer então? Reunião com a Secretaria de Fazenda, reunião com a Secretaria de Planejamento Cultural pra entender como uma verba. Como que abre um processo? Como que é o processo de licitação? Então é uma formação da população em política pública. E aí nesse caso de cultura. É... o apelo é importante realizar o festival que eles escolheram no ano passado realizar esse ano é um dos objetivos, mas formar essa população, formar essas lideranças é, pra nos fiscalizar também é um objetivo. E é um objetivo muito importante pra gente. Com isso a gente inicia o processo de formação da população também. E, pra finalizar porque eu falo pra caramba, eu acho que outro instrumento muito importante é... minha filha está aqui embaixo tentando falar comigo. Maravilhoso. Passando fingindo que não está sendo vista mas me desconcentrando totalmente. É... outro instrumento que eu acho que consolida é o plano municipal de cultura. É... eu sei até que teve uma reunião do conselho que você vibrou muito né? E falou pelo amor de Deus vamos aprovar isso gente. A gente estava no processo da quinta conferência né? Que começou em novembro de dois mil e dezenove terminou terminou não foi suspensa em março de dois mil e vinte por conta da pandemia, a gente conseguiu em decisão do conselho de política cultural o retorno do processo de quinta conferência,



a gente conseguiu finalizar o processo em dezembro de dois mil e vinte e um é... aqui a secretaria pegou as propostas frutos da plenária final da conferência e a gente conseguiu terminar agora a notícia fresquinha de última mão é, de primeira mão última mão ótima primeira mão a gente acabou de escrever a última versão do plano municipal de cultura. A gestão terminou agora é, dei um informe ontem pra presidenta do conselho e ela deve enviar aí entre hoje e amanhã o documento pro Conselho Municipal de Política Cultural então a gente tem o plano na nossa mão e a gente deve em breve provavelmente semana que vem fazer uma entrega oficial ao prefeito de Niterói pra que ele envie como mensagem executiva pra Câmara de Vereadores e a gente tem a aprovação desse plano. Vou falar algo que você sabe, mais do que eu, mas a importância do plano. Com, tendo o plano aprovado a gente aí finalmente é... completa aí o nosso CPF da cultura né? A gente tem o sistema municipal de cultura que é a nossa lei guarda-chuva, a gente tem o Conselho Municipal de Cultura que já é atuante, o plano municipal de cultura que é o que a gente quer fazer a aprovação e o Fundo Municipal de Cultura que apesar de existir ele está atrelado à aprovação do plano. Então a aprovação do plano nos dá de presente aí de brinde também poder fazer a utilização do fundo municipal de cultura. Com isso a gente fica com a nossa arquitetura. De política de cultura completa. O sistema, Conselho, Plano e o Fundo e ainda tem como complemento a carta de direitos culturais que é mais um instrumento aí que nos dá a garantia do direito cultural. Então, a gente tem pensa muito nisso é algo que a gente debate muito internamente como que a gente caminha no avanço da estruturação da política de cultura, então se a gente sair daqui amanhã com esse plano aprovado a gente tem um instrumento legal de luta pelos direitos né? Ah mas isso é só mais um papel. É, isso é mais um papel, mas isso é um é um papel que é uma lei. Ele é a arma da população pra brigar pela continuidade da política de cultura. Hoje, essa gestão acredita

nessa forma de implementação da política de cultura, mas se chegar uma outra gestão que não acredite, que queira ignorar isso tudo, com um plano aprovado a gente tem uma arma na mão pra brigar pelos direitos. Se a gente não tem o plano, a a gente tem menos força legal. A gente tem menos força. Então a gente sempre debate isso, como que a gente aqui como gestão contribui pra consolidação, pro legado mesmo. E pra estruturação da política de cultura e ao mesmo tempo que a gente cria uma política que seja é... de fomento ao setor. Eu falei, ah é muito bom, importante ter o documento, mas a gente precisa fomentar também. Então isso tem sido muito carro-chefe pra gente assim, andar de mãos dadas nesse sentido e um um com o outro, outro com um. Ó, peraí, tamo fazendo muita reunião com a formulação de documentos, a gente precisa ter alguma política de fomento direto que o povo não não adianta o povo só formular, o povo precisa agir, fazer ah o povo está fazendo mas espera aí o que que do fazer é, está sendo estruturante? Então como que a gente caminha equilibrando esses dois esses dois campos?

**P1: Mateus, só me tira aqui uma dúvida. A carta dos direitos culturais ela é um protocolo, é uma carta ou ela teve alguma formalização além que dê legitimidade, tipo um plano que tem que ser aprovado pelo executivo e municipal. A carta também teve um procedimento assim ou não?**

E: Eu acho que isso depende de alguns municípios. Por exemplo, San Luis Potosí<sup>41</sup> ele não tinha, que é uma inspiração

---

<sup>41</sup> Nota da pesquisa: Referência à “Carta da Cidade de San Luis Potosí pelos Direitos Culturais”, publicada em junho de 2021 e que foi construída de forma participativa no município mexicano por meio de um processo público inédito de inovação, desenvolvimento institucional e governança iniciado em outubro de 2018 pela Diretoria de Cultura do Governo Municipal. Disponível em

nossa pra formulação da carta, a cidade não tinha ainda a sua arquitetura, o seu sistema de cultura, o seu conselho, o plano. Então a Carta lá ela funciona como o instrumento guarda-chuva. Aqui em Niterói como a gente já tem. Não, não em Niterói, no Brasil. A gente já tem uma estrutura que já existe do Sistema Nacional, Sistema Estadual, Sistema Municipal. Isso está inclusive está na nossa Constituição Federal, o sistema de cultura<sup>42</sup>. A gente, o que que a gente fez? A gente pegou, porque o que que é a carta de direitos? Ela começa com um manifesto, ela tem algumas políticas de cultura que já são implementadas... já são realizadas pelas gestões de cultura, mas que não são ainda formalizadas, não são leis mas que são políticas (que já tem o projeto Aprendiz, a política de gratuidade nos espaços culturais para quem é residente em Niterói, enfim algumas políticas), então ela tem um momento que ela descreve essas políticas e tem um capítulo que é o capítulo que a gente abriu pra sociedade civil que foi até a parte que eu, pelo Departamento de Participação Popular toquei mais, que era os coletivos culturais ou os recortes da sociedade civil formularem propostas, metas, estratégias para garantia dos direitos culturais. Esse capítulo, a gente incluiu, todo o capítulo tem metas e estratégias... a gente jogou para o Plano Municipal de Cultura. Isso foi uma proposta da gestão que foi aprovada no conselho de cultura da gente pegar todas as metas e estratégias e passar pro Plano. Então quando a gente aprova o Plano a gente aprova parte da Carta de Direitos Culturais<sup>43</sup>

---

[https://iberkulturaviva.org/wp-content/uploads/2021/06/Reglamento Municipal de Cultura y Derechos Culturales de San Luis Potosi%CC%81-3.pdf](https://iberkulturaviva.org/wp-content/uploads/2021/06/Reglamento_Municipal_de_Cultura_y_Derechos_Culturales_de_San_Luis_Potosi%CC%81-3.pdf)

<sup>42</sup> Nota da pesquisa: Referência à inclusão, em 2012, do Artigo 216-A na Constituição Federal de 1988. Ver:

<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/27996471/artigo-216a-da-constituicao-federal-de-1988>

<sup>43</sup> Nota da pesquisa: A Carta dos Direitos Culturais de Niterói pode ser acessada em

também. Existe uma proposta também, mas que não vai ser nesse curto prazo agora, um capítulo da carta de direitos também, é um capítulo de consolidação das leis da cultura. Eu acho um dos capítulos mais interessantes da Carta de direitos: que ele pega todas as legislações relacionadas à cultura, tanto as leis federais, estaduais e municipais e faz um capítulo consolidando todas essas leis. E isso, para mim, eu acho um instrumento poderosíssimo porque a gente... primeiro que a gente às vezes não tem, a galera do setor cultural não tem a dimensão de quais são as leis que nos protegem do âmbito federal, estadual, municipal e quando sabemos a gente não tem dimensão de quantas são, quais são e a gente tem que procurar, a gente vai na internet e acha uma, depois cata outra, entendeu? Então a gente fica sem a dimensão, a gente fica sem esse mapa de todas as leis que nos guiam. E eu acho que esse capítulo foi muito feliz, porque ele é num documento unificado, você consegue ter acesso e não são só as leis tão diretamente, tipo a lei do artista de rua. Mas você tem as legislações que atravessam, que a cultura ela está atravessada pela lei e elas estão lá também. Eu acho um capítulo muito especial. E aí existe uma ideia da gente, talvez no médio prazo, aí lançar, jogar lá pra Câmara de Vereadores também, para fazer uma aprovação em bloco para que a gente tenha uma lei. Um documento só, com todas essas legislações. Mas aí já é um processo mais difícil, um processo não tão simples porque aí você tem autoria. Vereadores, legisladores querem autoria das suas leis, aí você tem que fazer um trabalho político, que eles têm é que revogar as outras leis para passar a valer só essa e como não é... ela é mais um instrumento de organização. Mas as leis já existem então assim “espera um pouquinho, vamos aprovar o Plano, a Carta já está lá também,

---

[https://culturaeumdireito.niteroi.rj.gov.br/cms/uploads/CARTA\\_DE\\_DIREITOS\\_CULTURAIS\\_NITEROI\\_415b56f2f1.pdf](https://culturaeumdireito.niteroi.rj.gov.br/cms/uploads/CARTA_DE_DIREITOS_CULTURAIS_NITEROI_415b56f2f1.pdf)

a gente consolida e aí talvez num próximo momento a gente avance nessa organização também”.

**P1: Maravilha. Deixa eu te perguntar, duas coisas ainda. Existe um documento com essas demandas do OP tiradas para esse ano?**

E: Tem, tem o documento.

**P1: Posso pedir também isso?**

E: Pode, pode botar lá na lista.

**P1: Outra coisa, essa versão final do plano, posso te pedir isso ou tem que esperar mais um pouco?**

E: Pode. Eu te peço só pra não publicizar, assim, porque hoje quem tem é a gestão e o que os conselheiros de cultura estão recebendo. Acho que entre hoje e amanhã. Se não o Axel [Grael, o prefeito] vai ficar chateado com você.

**P1: Lógico, lógico. Deixa eu te perguntar, foi inaugurado agora recentemente, uma espécie de sala dos direitos culturais, espécie de escritório. Ele vai ter essa função de ser um ouvidor e também um capacitador pros agentes que tiverem dúvidas sobre editais etc. também?**

E: Sim, a ideia é que seja ali - a “Casa Cultura é um Direito” - a ideia é que seja um centro de referência para garantia dos direitos culturais. Então ele é um espaço administrativo. Existem departamentos que funcionam lá, a secretaria você deve ter acompanhado e saber a gente aumentou a nossa

capacidade administrativa de final de 2020 pra cá. Tanto que a gente, a Secretaria historicamente não operava muito seus orçamentos. A gente saiu aí de um histórico de 2020, acho que a gente operou oitocentos mil, 2021 a gente operou treze milhões<sup>44</sup>. Então aumentou muito a capacidade administrativa nossa e para isso a gente precisa de espaço porque a gente, a Júlia pode até te mandar aí gráfico, a gente abria [menos] processos, passou a abrir novecentos processos, uma coisa enlouquecedora, mas positiva. É, e aí com isso tem um aumento concreto. De gente, de computador, de trabalho, de papel, de processo. Então é uma Casa que tem a função administrativa, o próprio Departamento de Participação Popular funciona lá, outros departamentos também, as subsecretarias e tal. Então é um espaço também administrativo, mas é também um espaço poroso, aberto à população. Tem um salão no térreo que é também um salão pra reuniões públicas, reunião do conselho de cultura, reunião das câmaras setoriais, reunião do OP, com os conselheiros do OP, para formulação de documentos, enfim, um espaço também para debate... Então a gente tem a possibilidade na Casa tanto de receber visitas, e aí o Departamento de Participação Popular fica responsável aí pelas visitas (então quem chegar na casa vai receber provavelmente algum funcionário, alguma pessoa da secretaria vai apresentar a casa, dizer o que que é a casa, para serve, o salão principal, os departamentos e explicar um pouco a estrutura da secretaria, os outros departamentos também, as principais políticas, as políticas de fomento, o próprio portal Cultura do Direito, enfim, fazer um overview assim, um panorama da gestão), e ela funciona também para ações como

---

<sup>44</sup> Nota da pesquisa: Detalhamento sobre tais dados podem ser acessados no artigo de Luiz Augusto F. Rodrigues apresentado XVIII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura - ENECULT (CULT/UFBA) sob o título “Financiamento cultural e apoio aos trabalhadores da cultura em Niterói-RJ: 2019-2021”, disponível em <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-607/139071.pdf>

essas, reuniões públicas, “ah vai lançar um edital, a gente precisa de tira dúvida” é um espaço também que podem tirar dúvidas. Existe um projeto nosso também de um estúdio público municipal para que seja sediado lá também. Existe uma ideia nossa de que a gente tenha no espaço, receba as demandas também da sociedade civil: “Ah! Quero fazer ensaio, eu quero fazer uma reunião, preciso me reunir com meu coletivo, ah, preciso ir aí trabalhar, quero trabalhar”, a gente tem duas, três mesas, com ar condicionado, com Wi-Fi. Enfim, isso está em formulação, a gente está construindo, já existe, existem algumas diretrizes, já começa, a gente já vai ter, já tem reuniões públicas, já tem uma reunião marcada agora pro início de março da Câmara Setorial Teatro e Circo. Enfim, é um espaço que vai transitar aí entre um espaço da gestão, mas que esteja aberto à população também.

**P1: Mas isso tudo é naquele mesmo casarão onde já funcionava a secretaria?**

E: Não, não, é uma outra casa. É uma outra casa próxima. O casarão que é a SMC e a FAN continua também com parte da equipe, o gabinete continua lá, o secretário continua atendendo lá. É um endereço novo, no Ingá também, na Visconde de Moraes, bem pertinho. A ideia é inclusive ser perto para que a gente possa interagir, possa ter.

**P1: Ah, eu quando vi a foto eu achei que era meio que um anexo, usou assim uma entrada lateral, mas que era uma coisa pequena. Não, é um aporte mesmo.**

E: É. É uma outra casa específica pra isso. Aliás, está super convidado, se quiser. E a gente tem também agendando visitas, que às vezes é melhor. Se a pessoa for lá, sempre vai

ter alguém para receber, explicar e tal. Mas a gente também agenda visita.

**P1: Eu estou mais remoto, eu estou evitando ainda... questões de idade.**

E: Total, total. Não, eu também estou um pouco nessa. Mas quando quiser, fica à vontade.

**P1: Maravilha. Então, super, super obrigado. Se tiver possibilidade preenche lá a pesquisa do Apoena, como gestor que acho que é legal. E nessa roda de conversa que eu estou fazendo sobre Niterói, eu conversei com o Victor, com a Roberta [Martins], com a Júlia e com você. Você sugere alguém que eu devesse conversar também, para ampliar esse leque, para ter uma visão mais multifacetada ou você acha que assim deu conta?**

E: Não, quem você conversou é a galera da pesada, boa pra caramba. Eu acho assim, o Leonardo tem muita dimensão de tudo que ele está fazendo, assim tem muita propriedade, é um cara...

**P1: É, o Leo a gente vai entrevistar aí pelo Apoena, pra além... a gente, o Leo já está no nosso radar. Não, não queremos demorar muito, e pegá-lo ainda na secretaria.**

E: É verdade. É verdade. O Leo, isso pra LAB especificamente ou pra gestão como um todo?

**P1: Pra LAB e mais esse recorte em Niterói, territorializado etc.**

E: Sim, olha, quem é uma pessoa muito bacana também que participou ativamente, é o Alexandre Santini. Que participou inclusive da construção nacional.

**P1: O Alexandre a gente já entrevistou numa perspectiva nacional. O Alexandre coincidiu de ser também Niterói, mas a gente pegou aí numa perspectiva do nacional. Cara, super parabéns, super parabéns pelo trabalho, super obrigado pela gentileza.**

E: Valeu.



Universidade Federal Fluminense - UFF  
Laboratório de Ações Culturais - LABAC  
APOENA – Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações  
Culturais – foco RJ  
[pesquisa.apoena@gmail.com](mailto:pesquisa.apoena@gmail.com) – <https://apoenaredecultural.wordpress.com>

Projeto APOENA  
**Grupo focal de Belford Roxo**  
Data: 04/07/2022

Participantes (Entrevistados):

E1: **Charles Queiróz**  
E2: **Dida Nascimento**  
E3: **Gaby Benvindo**  
E4: **Paula Roberta Correia**  
E5: **Renata Cobre**  
E6: **Willdson França**

Pesquisador entrevistador (P):

P1: Luiz Augusto Rodrigues  
P2: Ana Lúcia Pardo  
P3: Alexandre Barbalho

Ajuste da transcrição: Renato Costa - Data: 26/09/2022

Conferência: Marcelo Correia - Data: 10/10/2022

Ajuste final: Luiz Augusto Rodrigues – Data: 06/06/2023

**P1: Gente, boa noite. A gente está aqui hoje, dia quatro de julho de 2022 com mais um registro de uma reunião aqui pelo Google Meet pro projeto Apoena que vem investigando impactos da Lei Aldir Blanc no estado do Rio de Janeiro, sobretudo no estado do Rio de Janeiro e a gente tem feito diferentes metodologias. Eu sou o Luiz Augusto Rodrigues, sou professor da Federal Fluminense.**

**Estão aqui acompanhando e vão estar estimulando essa conversa entre nós, também mais dois pesquisadores do projeto Apoena, Ana Lúcia Pardo e Alexandre Barbalho. Mas somos oito pesquisadores de diferentes instituições que encabeçam essa pesquisa, além de um conjunto grande também de alunos de Produção Cultural, então começo agradecendo a vocês. Na verdade o Apoena vive agradecendo a todo mundo, porque a gente só consegue fazer essa pesquisa por conta de um apoio, uma Emenda parlamentar da deputada federal Benedita da Silva, uma das pessoas atuantes na construção da Lei Aldir Blanc e a gente tem contado aí com a generosidade de um conjunto de pessoas envolvidas no processo. Sobretudo, a gente quer muito ouvir a ponta do processo, ou seja, os artistas em si, os trabalhadores da cultura. E a gente tem feito isso a partir de algumas metodologias. Uma delas eu já aponto a vocês, depois mais tarde eu coloco aqui no chat o endereço do link, que é um link do projeto Apoena – <https://apoenaredecultural.wordpress.com> - eu coloco ali com calma que a gente tem lá dois dois formulários de pesquisa. Pode ser que alguns de vocês já tenham respondido, senão vai ser um grande prazer contar com a participação de vocês também naquela metodologia: um voltado aos trabalhadores e artistas da cultura contemplados ou não com recursos da LAB, sempre no foco do estado do Rio de Janeiro; e o outro, gestores e ex-gestores - sendo que a ideia de gestores não é só o gestor público não, também a sua equipe, o pessoal que esteve envolvido com a gestão. Então se vocês conhecerem pessoas nessas duas tipologias podem nos ajudar a divulgar lá esses formulários que a gente precisa, e com isso a gente quer ouvir os diferentes segmentos envolvidos para contribuir aí de alguma maneira pras futuras políticas públicas de cultura etc. A gente vai estar gravando para poder estar utilizando isso em parte e tal.**

Então eu peço a vocês: se na conversa, algum de vocês falar algo que prefira que não seja publicizado nos avise em seguida “gente olha só essa parte aqui fica só entre nós” que a gente já vai ter o cuidado de na hora que for reproduzir em parte algumas das falas ter o cuidado de não estar publicizando coisas que cada um de vocês possa não querer. Também como a gente está aqui gravando e depois tem uma transcrição desse nosso encontro, eu sei que nem sempre a gente consegue mas evitar um pouco falas concomitantes pra que não haja muita dificuldade depois da gente fazer a transcrição. E vou pedir pra logo de início, bem a gente vai dividir as questões, quer dizer têm questões que são estimuladoras, a gente vai lançar uma provocação para então vocês naturalmente irem comentando sobre (o recurso de levantar uma mãozinha não é ruim não, já que eu estou pedindo pra gente evitar muitas falas concomitantes a gente pode ir buscando alguma coisa assim... embora eu sei que tem momentos que isso é meio incontrollável, entendo que isso possa acontecer). Farei algumas provocações, depois Alexandre Barbalho fará mais umas outras e eu também e qualquer outra coisa aí, isso a gente vai sentindo... Eu quero que a gente fique bem informal também ao mesmo tempo. Seja um pouco uma conversa. Eu vou pedir pra cada um de vocês fazer uma apresentação dizendo o nome, vinculação institucional, segmento da cultura em que atua, nome artístico ou nome social que prefira que se utilize. Aí como é que a gente pode passar? Vamos fazer por ordem alfabética, a gente podia começar (me desculpe se eu não anotei, acho que anotei: a Gaby foi a última que entrou), a gente começa com o Dida, não, começa com o Charles, passava pro Dida, seguia com a Gaby, depois vinha com a Paula e fechava com o Willdson. Pode ser assim, para a gente ficar mais organizado? Então em havendo concordância, Charles, começa você se apresentando:

**nome, vinculação, institucional, segmento que atua na cultura, nome artístico ou social. Depois dessa apresentação a gente vai passando então. Segue com Dida, depois Gaby, Paula e Will.**

E1: Uma boa noite a todos. Está dando pra todo mundo me ouvir bem, alto e claro? Beleza. Então uma boa noite a todos. Eu sou Charles, Charles Queiroz ou Charles Dread – como conhecido aqui na cidade - ou CH, que é como a galera me conhece no grafite. Eu sou do segmento do grafite e faço parte da nação Hip Hop Brasil desde 2005. Então tenho uma longa data de discussão por dentro do meio do hip-hop. Minha vida toda foi traçada a partir do hip hop e pautada a partir do hip hop, inclusive minha pesquisa de faculdade, minha faculdade inteira, meu estágio, tudo foi pautando o hip hop, a rua e maneiras de modificar através da rua. Da rua... A rua sempre foi o debate.

E2: Bem, me chamo Dida Nascimento, sou músico, artista plástico, artista visual. Sou capoeirista. Sou filho de Donana onde dirijo um centro cultural que homenageia a Donana, que é uma rezadeira, é minha mãe, foi minha mãe aqui... e já trabalhamos com esse centro cultural, a gente fica contando mas deve ter mais ou menos quarenta anos de existência com ela, ela trabalhando isso naturalmente aqui no lugar junto com meus irmãos mais velhos, que era ligado à educação minhas irmãs, e meus irmãos à música Então o quintal de Donana sempre foi um lugar de muitas pessoas, a comunidade sempre ia no quintal. Na época não tinha muro. Era um quintal, era um lugar bem rural e enfim eu dirijo esse Centro Cultural, mas trabalho com cenografia e busco através da cultura e da arte um posicionamento de esclarecer, clarear algum momento e as pessoas que moram em torno do centro cultural. Então eu utilizo de unificar pessoas, e num pensamento único de arte e

cultura pra poder fazer com que as pessoas saiam do lugar mais acomodado ou de não querer evoluir. Então a gente usa isso no Donana, de forma que a gente tenta através da cultura e da arte fazer com que as pessoas se modifiquem e queiram crescer no seu lugar e assim melhorar a sua família através da arte. É se reconhecer como artista. Então esse lugar é de encontro de pessoas. Eu dirijo esse lugar e faço arte. Na verdade eu faço isso. Tenho disco, já gravei dois discos com minha banda chamada Negril. O KMD5 foi a primeira banda de reggae aqui de Belford Roxo. E tivemos... esse quintal favoreceu um grande encontro de vários músicos talentosos que surgiram como Cidade Negra, uma metade do Rappa com Marcelo Yuca, tudo saiu desse quintal aqui e a gente tem um privilégio de ter essas pessoas por perto. E no sentido de encontro. E é isso e tento melhorar aqui a minha vida e a vida das pessoas em torno do Donana, do Centro Cultural. É isso.

E3: Oi gente vocês estão me escutando? Então perfeito, boa noite. Eu não estou em casa então se acontecer algum barulho por conta disso... e o meu nome é Gaby Benvindo tenho vinte e cinco anos, eu sou produtora cultural, psicóloga e poeta também, principalmente poeta e participo, primeiramente participo do coletivo pós-poesia, que faz parte também da produção do sarau Donana, que o Dida está aí representando. O Centro Cultural Donana foi um dos espaços assim primordiais onde eu comecei a estar em contato com a arte, com a cultura, desde 2016 e a partir de então eu comecei a me conectar com alguns projetos, coletivos e também estou desenvolvendo... desenvolvo também a Sessão Damana com mais outras duas mulheres e já participei de algumas produções de filmes também na Baixada Fluminense. Participei de algumas antologias poéticas e, enfim, a gente vai misturando algumas coisas. Agora também estou fazendo uma pós-graduação na ENSP/Fiocruz [Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca] e tentando sempre interligar a questão

da promoção da saúde com a cultura. Vendo e articulando a cultura enquanto promoção da saúde, o cinema e audiovisual também. Enfim, é um pouco disso que a gente vai fazendo, acaba misturando muitas coisas, porque a cultura é bastante ampla e a gente vai se encantando com muita coisa. Eu acho que é um pouco disso, com a poesia, com as artes visuais, com o cinema, com a música. A música eu não tenho muito contato, mas eu sou apaixonada por música, é isso. E fico feliz de estar aqui nesse encontro.

E4: Sou eu agora. Boa noite gente, me chamo Paula, Paula Roberta, eu sou fotógrafa, sou artista visual dentro da fotografia e do grafite, sou produtora, arte educadora, e também faço parte da Nação Hip Hop e tenho um coletivo aqui na Baixada que é o Clica BXD que é o coletivo de mulheres fotógrafas da Baixada Fluminense. Recentemente estou abrindo a minha casa como espaço cultural porque eu acredito muito nas ações de arte e educação, que são multiplicativas principalmente com crianças e as outras ações lúdicas, assim como funciona o Donana, o Donana inclusive me inspira muito, é minha fonte de inspiração mesmo pra existir esse espaço que está começando agora, e é isso. No grafite eu sou Toma-tinta e é isso. E aí, outra coisa que eu queria falar professor é que no dia no dia dezesseis de julho a minha casa vai estar aberta - como o Charles estava falando - e vocês estão todos convidados, que é o dia do meu aniversário, que é o dia das outras ações que vão acontecer, vai acontecer a roda de conversa, vai acontecer mutirão de grafite e é isso.

E6: Eu acabou de chegar a Renata Cobre, e hum só pra avisar porque... o pessoal está se apresentando, dizendo segmento cultural rapidamente, Renata, porque na hora...



E5: Oi, gente. Tudo bem? Tudo bem? Já vou ligar a câmera, eu acabei, eu cheguei em casa agora catando cavaco, aí para não perder eu já botei o áudio, mas já vou botar a cara... E aí, tudo bem, gente? Tudo bem e vocês já estão pedindo o que pra se apresentar? Então show. Então, sou Renata Cobre, produtora cultural daqui do município que nem vocês, e sou mais focada na música. Mas trabalho em outras áreas também, sou participante do coletivo Baixada Nunca Se Rende, que é o coletivo de músicos de Belford Roxo, de municípios da Baixada e estamos aí partindo pra Lei Aldir Blanc 2 e esse processo... eu vou ligar aqui, estou ligando a câmera, estou aparecendo? Não? Ué... Agora Rolou. Agora foi. Espera aí. Opa. Estou aparecendo... Então, esse processo mesmo tendo sido complicado pra mim, em alguns momentos eu achei que foi muito positivo porque a gente conheceu um monte de gente da mesma área do município de Belford Roxo, que a gente não conhecia, não sabia do trabalho e com isso a gente viu a diversidade que tem. São várias áreas, pessoas que trabalham com o público infantil, gente do audiovisual, da dança, da música, e produtores, vários produtores, então essa continuidade dessa corrente aí vai ser... está sendo muito boa. Isso aí.

E6: E fazer a apresentação de sempre Eu sou o “palhaço Will Will, o mais amado do Brasil”. Ainda bem que todo mundo riu... na verdade sou eu que sou Willdson França, tenho essa alcunha do palhaço Will Will e tenho, nesses últimos cinco anos, uma pesquisa de palhaçaria. Estive participando de um coletivo que agora eu não sei bem como está que é o grupo Confraria de Palhaços da Baixada Fluminense. Estivemos em oito cidades, fora as apresentações que eu fazia nos trens da Supervia diariamente durante três anos consecutivos. Atualmente eu estou fazendo apresentações e intervenções em hospitais das redes públicas do estado, mais na Capital do que aqui na Baixada. Eu sou formado de meio de esquina então é

meu segundo grau completo, o ensino médio completo, não tenho formação superior, ainda, um desejo, mas enfim... A vida de um homem preto da Baixada Fluminense é complicada pra caramba, ainda mais quando você quer ser artista, ainda mais quando você é artista preto. E estamos - como Ana Lúcia - no Conselho Estadual de Cultura representando a Baixada Fluminense. E fizemos parte agora há pouco da ocupação Benjamin de Oliveira no Itaú Cultural, ano passado matéria lá do Expedição Rio, enfim e estivemos acompanhando bem de perto pra que o município pudesse estar, o que gerou pra algumas pessoas que eu fosse persona não grata ou que o povo não quisesse me ver, mas a gente precisa resistir às situações então a gente teve aí bem de perto acompanhando toda a situação da lei pra que pudesse chegar ao máximo de pessoas possíveis no município e questionando com que a ação do governo, do poder público, enfim. Entendendo que essa verba é pública não é de escolha de ninguém. Então, no mais pra somar sempre. À disposição.

**P2: Agradecemos. Boa noite a todas, todos e todes, Eu sou Ana Lúcia Pardo, sou atriz, gestora cultural, professora e pós-doutoranda bolsista do PPCULT da UFF - Programa de pós-graduação em Cultura e Territorialidades -, conselheira no Conselho Estadual de Políticas Culturais do Rio de Janeiro e pesquisadora do projeto Apoena – essa rede de diagnóstico e avaliação de políticas e ações culturais com foco no estado do Rio de Janeiro, aqui com meus colegas, professor Luiz Augusto Rodrigues que nos coordena nesse projeto através do Laboratório de Ações Culturais LABAC-UFF e o professor Alexandre Barbalho e outros tantos pesquisadores que se somam com nosso grupo e também bolsistas, estudantes bolsistas da UFF. Gente, agradecemos por vocês aceitarem e estarem aqui conosco nesse grupo focal de Belford Roxo: Charles, o Dida Nascimento, a Gaby Benvindo, Paula Roberta, Renata**

**Cobre e Willdson França. Então, vamos passar às perguntas. A primeira pergunta que fazemos nesse grupo focal de Belford Roxo é: como foram pra vocês os debates sobre a aplicação da Lei Aldir Blanc no município? O Luiz Augusto está pedindo aqui no chat pra avisar que quando tiver uma fala pra levantar a mão; porque como se está dizendo: um grupo focal, então pra gente não perder o foco é óbvio. Vou pedir vou reiterar o que o professor Luiz Augusto fez esse pedido aqui no chat pra colocar lá, avisar. Vou pedir também que a gente desligue os microfones. Só ligue na hora de falar, porque às vezes dá ruído... Então, repetindo aqui a pergunta-provação primeira pra vocês: Como é que foram os debates sobre a aplicação da Lei Aldir Blanc no município de Belford Roxo? Qual a atuação do conselho? Houve espaço para que os representantes da sociedade civil se colocassem, inclusive em posição contrária ao poder municipal? Quem quiser começar já responder, a pergunta está lançada.**

E1: Posso começar. Que assim, eu estava acompanhando e assim estava no meio da pandemia quando começou a discussão porque assim, chegou a lei, a lei foi sancionada, os artistas ficaram sabendo, a gente pressionou pra poder acontecer e precisava fazer uma nova eleição de conselho porque o conselho já estava defasado, já tinha passado o tempo de conselho, precisava fazer essa eleição, organizar o conselho, então precisava fazer todo aquele critério que a gente já conhece: chamar os artistas, fazer as chamadas, inscrição de chapa, abrir a eleição, tirar tantos dias, só que nada disso aconteceu... O que aconteceu foi que a própria Secretaria de Cultura organizou algumas pessoas que ela escolheu a dedo montou uma chapa única e fez tudo num dia só. Assim, da manhã até a tarde. Com algumas apresentações e lá, lá, lá. E aí foi em meio à pandemia, em meio a gente pedindo para que fosse feito online. E ele disse que não, que

isso poderia ser feito presencial. E a gente tinha um quórum porque a gente criou o grupo pra poder legitimar o que a gente está falando enquanto artista porque o grupo tem cem pessoas, cem pessoas que são artistas então já é, assim, ainda é um número pequeno em comparação ao tanto de artistas que existe em Belford Roxo, mas já é alguma representatividade maior do que sete pessoas escolhidas a dedo que estavam participando do processo eleitoral na Casa de Cultura. Então a gente chamou reuniões e aí começou-se a criar um murmurinho, como se o grupo do fórum fosse um grupo formado para desestabilizar a gestão da Casa de Cultura. Só que, mano, ninguém do grupo do fórum ou dos representantes - que não existe uma representação grupo do fórum, que a gente lutou pra que não existisse, pra que fosse uma articulação mais laica, que todo mundo tivesse representatividade, que a cada momento que um tivesse se sentindo bem tomasse a frente da discussão, então a gente foi construindo um grupo dessa forma. Mas algumas figuras foram sendo colocadas de forma a serem lideranças como eu, como o Will, como o Johnny, como a Renata também foi como outras pessoas que passaram nesse processo de discussão mais intensa, por entender, por estar acompanhando o processo da lei e por entender que a gestão municipal não estava acompanhando da mesma forma ou da forma devida e não estava muito bem preocupada se ia fazer ou não; no entanto a gente demorou mais de um ano pra poder chegar próximo desse dinheiro que era emergencial e essa era a pauta que a gente mais batia dentro do grupo do fórum e dentro das reuniões que a gente teve junto à Secretaria de Cultura. Porque não faltou reunião, não faltou o diálogo, esses diálogos estão gravados, a gente tem essa reunião gravada no grupo do Facebook. As duas reuniões que a gente fez com a gestão pública da cidade, a gente tem gravado, a gente tem gravado as respostas deles, a gente tem gravado o comprometimento dele não foi feito, a gente tem gravado as piadas que a gente

ouviu, a gente tem gravado o subsecretário falando que se a gente não fizer aquilo que a gente estava fazendo eles realmente não trabalham, a gente tem esse tipo pérola gravada enquanto a gente estava num processo sério que estava atrasado durante um ano. E a gente sabe que por currículo eleitoral foi que esse processo saiu. Esse processo não saiu porque tudo que acontece de política cultural aqui não necessariamente é para os artistas. A gente já está cansado de saber aqui na cidade que é simplesmente um currículo eleitoral da pessoa que está dentro da gestão daquele momento ou só está captando o recurso que foi gasto em campanha, porque a gente já ouviu todos esses processos e a gente tem uma dificuldade de ter pessoas especializadas dentro dos processos legislativos, dentro dessas casas, se aproximando dessa discussão que precisava ser mais técnica e popular. A gente só tem a galera populista que quer formar o currículo pro próximo voto e é isso. A gente está à frente a um governo que está passando por cima de muitas coisas e fazendo do jeito que quer, porque até portfólio impresso a gente teve que entregar dentro do questionamento de que o procurador ia precisar do portfólio impresso e a gente falava “mano, não faz nenhum o portfólio impresso porque o procurador não quer olhar um monte de papel na mão dele, mano”. Ele não quer o portfólio impresso de trezentas pessoa, cada um com cinquenta páginas de portfólio porque tem uma galera de quarenta anos de carreira, cinquenta anos de carreira então você imagina o portfólio de uma pessoa dessa e o procurador não quer essa merda, mano. E todo esse processo foi invalidado mesmo perante nossas reuniões, mesmo perante a gente teve que fazer ato em meio a pandemia, a gente teve que parar na porta da prefeitura, a gente teve que pedir pra poder resolver, a gente teve que pedir pra parar o processo que estava acontecendo porque o processo estava errado e porque estava faltando gente que era necessário estar dentro do processo e tinha gente duvidosa, tinha nome duplicado, tinham muitas

coisas duvidosas que foi a gente mesmo que olhou, não foi... não veio uma outra pessoa, uma lei superior, um juiz pra poder ver essa parada. A gente que estava acompanhando o processo errado e a gente dentro desse grupo do fórum que a gente foi discutindo esses processos e caminhando e fazendo reunião e buscando as pessoas e buscando informação e discutir isso com o Governo do Estado porque a gente teve que levar isso a reunião extraordinária com a secretária de cultura do Governo do Estado pra gente poder resolver a cidade de Belford Roxo, pra ela poder vir aqui ou mandar alguém aqui pra poder puxar a orelha do secretário de cultura pra ele conseguir fazer o processo. E aí a gente sabe que tudo isso que a gente faz tem um vínculo eleitoral porque nada disso teria acontecido se não tivesse o interesse e a gente sabendo desse interesse é a única arma que a gente tem pra lutar é através desses interesses que a gente consegue dar um passo de cada vez aqui na política cultural de Belford Roxo. Mas é muito difícil porque a gente encontra gestões muito atrasadas enquanto a gente tem uma pauta muito avançada e que precisa ter cuidado e precisa ter uma determinação, uma vontade de fazer e de procurar os artistas da cidade. Porque como nosso bem secretário diz que “os artistas da cidade não procuram a Casa de Cultura” e eu bem disse pra ele, “mano você que recebe pra isso, quem devia procurar os artistas é você, não é a gente que recebe pra isso”. Vou deixar aí que o Will acho que tem umas outras partes muito importantes também pra falar.

E6: A gente ficou sabendo em 2020 com a chegada da secretária Danielle Barros que ela ia botar a mão no fundo e que ao botar - olha que coisa mais polêmica, desculpe, mas é porque enfim... - ia finalmente desencravar o fundo de cultura do estado. E pra isso a exigência do CPF, Conselho-Plano-Fundo. Como não haveria ainda um conselho, que essa não era a busca do estado, então criamos o Fórum e aí pessoas focais foram adicionando esses artistas, como aconteceu com

a *dona aranha que subiu pela parede...* Veio a chuva forte da pandemia que quase derrubou muita gente, e começou então a discussão da Lei Aldir Blanc. Belford Roxo acompanhou todo o processo da Lei Aldir Blanc e durante essa tramitação a gente foi observando material para os primeiros editais - um amadorismo imenso, um modelo de edital escrito [onde] as datas da inscrição estavam confusas, não batiam quando as pessoas queriam se inscrever, ela ficou aberta pra além da data e não ligaram pra nossa informação exigindo, como falou o Charles, que nós estivéssemos presentes inclusive com documentação do nosso registro eleitoral, a carteira de título de eleitor. Isso tudo aconteceu num papelzinho que solicitava que você tinha que botar um protocolo pra entregar esse material. Ao final do ano de 2020 conseguimos, em janeiro de 2021, lançar o empenho que era criminosíssimo aquele empenho. E foi divulgado pra todos os cantos esse empenho porque muita gente não tinha sido inscrita. Pessoas de outros lugares da cidade estavam lá dentro, valores que eram desproporcionais ao que regia o próprio edital. Então, sabendo dessas informações todas, eles foram vendo e a gente foi tendo que pressionar buscando informações de forma vexatória, tendo que divulgar pra todas as cidades, pra toda a região, pra todo o estado, o que estava acontecendo em Belford Roxo. Belford Roxo foi a última cidade da região metropolitana, a última a pagar na região metropolitana e a última a pagar na Baixada Fluminense a Lei Aldir Blanc. Quando todos estavam no ano passado, final do ano passado, início desse ano ganhando a segunda parte da Lei Aldir Blanc, nós ainda fomos receber a primeira parte e sob muita ameaça e muito auxílio, como falou o Charles, um dos outros e ter que ver “Fulano como é que está, você precisa de ajuda, vamos fazer o teu portfólio, vem cá como é que está a sua conta...” Pessoas que têm histórico e que não sabiam, eu ainda encontrei pessoas hoje em dia que não sabiam da Lei Aldir Blanc, outras que souberam e que não quiseram se inscrever porque acharam a bagunça que era... e

que não dá pra tirar a razão dessas pessoas porque é essa questão. Quando foi eleito então o conselho, após muita pressão é que eles aceitaram fazer a inscrição online e ainda assim tendo que entregar o portfólio pessoalmente e eles ainda estavam se vangloriando dizendo que “já liberaram que a inscrição fosse online porque que não poderia entregar o portfólio fisicamente”... em plena pandemia. Em plena pandemia. E nós tivemos que fazer dois encontros, um primeiro encontro que fizemos com a secretária e eu então como conselheiro fui ter, e com o Bruno e a secretária, o então secretário Bruno Nunes [Secretário de Cultura de Belford Roxo], fui ter com eles pra poder pressionar, pra saber o que que aconteceria com relação à Lei Aldir Blanc, porque tudo foi muito estressante, tudo foi muito triste... acusações, assédio moral, de todas as ordens possíveis, e com medo e a ameaça de qualquer possibilidade até da integridade física, aquele medo de alguém poder fazer qualquer coisa ou covardia conosco. Quando nós estamos com aquilo que é nosso de direito. Um direito. É sempre muito triste, eu hoje em dia sei lá... cresci vendo minha mãe sendo funcionária pública no auge da década de oitenta como era funcionalismo público do estado e dos municípios sempre me passa uma coisa engraçada que é pra poder também não entrar questões traumáticas. Hoje eu fiquei ouvindo o Charles falando, até rindo talvez, porque não sei se era de vitória ou que tipo de riso que é esse, esquizofrênico... porque conseguimos resolver na medida do possível e tentar salvar o máximo possível de pessoas que pudessem receber aquilo que era da lei pra chegar. Sabemos que não foi cumprido. Tem pessoas que não eram do município que estão dentro da lista, mas se acontecer de a gente reclamar por uma segunda vez ia ser pior porque aí ia ter que impugnar edital e talvez tenha que passar pela mão do estado e isso poderia causar mais um desconforto, também da falácia de que o fórum tinha criado... foi criado pra acabar com o conselho e aí colocavam o conselho contra o fórum. Enfim... eu

sempre me questioneei também o entendimento de que, como dizia o senhor Charles Chaplin, as pessoas podem falar qualquer coisa sobre a minha pessoa mas eu acho que é preciso ver o que eu faço. Eu sempre falo dentro do município que eu sou de Belford Roxo aonde que eu estou, independente de qualquer situação. E é triste porque você não tem um espaço de cultura pra se apresentar, você não tem o cinema dentro de uma cidade com mais de trinta anos de gestão, de emancipação que é o óbvio pra você ser artista. Então você é reconhecido fora da tua cidade, é reconhecido fora do teu estado e você não consegue ser reconhecido dentro do seu próprio ambiente. E dizer que isso é uma coisa maravilhosa, é o cúmulo do absurdo. Tem que estar falando do óbvio, como dizia o Brecht, de reconhecer que a gestão pública não tem capacidade atender as necessidades do município. É claro que por ter sido a primeira lei do município isso gerou muita coisa, mas compra que não se atende às necessidades do município, não se tem grupo técnico o suficiente pra atender, e de sistemas corruptos, é absurdo isso. Foi traumatizante.

**P2: Obrigada. Gente, nessa primeira questão então que nós levantamos a gente já teve uma intervenção, uma resposta do Charles -, do Wildson alguém mais gostaria de se pronunciar, responder, falar.**

E5: Eles deram uma boa resumida assim do processo que foi meio difícil. E agora a gente está tendo essa chance aí de tentar mais uma vez com eles de dar uma continuidade no processo de uma forma menos traumática. Porque aqui a gente está poupando dos detalhes mas foi muito traumático, teve muita gente chorando, muita gente chorando pelos distratos públicos, até no grupo. Um grupo de umas, sei lá, cem pessoas, quantas vezes o secretário entrou ali e ofendeu várias pessoas? E sei lá... eu acho que o processo pode... a riqueza

cultural de Belford Roxo que é muito rica...assim, aqui no município a gente vê pessoas levando o trabalho pro mundo inteiro, o tempo inteiro já há décadas. E é uma pena que ainda não houve uma secretaria de cultura que visse realmente como a cultura, como a menina dos olhos de Belford Roxo, porque no momento que enxergar isso vai ver que a matéria prima de Belford Roxo é essa. E a gente vai pras cabeças. Então o que a gente quer não é um segundo round... Lei Aldir Blanc Segundo round... A gente quer que seja tudo mais pacífico e fácil. A gente até teve o pessoal da IFRJ que se ofereceu pra acompanhar todo o processo e ajudar a Secretaria de Cultura no processo de elaboração e aplicação da lei, mas eles não quiseram. O [João] Guerreiro - esqueci o primeiro nome...

E2: João Guerreiro.

E5: João Guerreiro. Se ofereceu pra fazer tutoriais não só com a secretaria, mas aberto pra todos. E a secretaria não esteve aberta pra isso e a gente gostaria que isso fluísse melhor agora. E só. Porque foi traumático até o último minuto...

E2: Bem, eu saí aqui pra atender um amigo que veio aqui rapidinho e não peguei a fala toda da Renata, mas eu vou aproveitar esse momento pra dizer assim: tiveram muitos guerreiros no Fórum de Cultura que eu dou meus parabéns porque eu mesmo não estava muito bem de saúde e preferi não me envolver por inteiro. Eu estava ali, na hora de apoiar eu estava apoiando, mas na discussão eu não pude entrar porque aquilo estava me acelerando e eu estava nos cuidados que eu precisava, ainda estou me recuperando mas estou muito muito melhor. E acompanhei todos esses guerreiros pra essa luta, tanto que o Charles falou, o Willil falou e agora a Renata que eu não peguei a fala dela toda, mas estavam ali na discussão. Eu estava acompanhando porém a minha visão de

que quando uma secretaria ela fala que sabe fazer e não sabe e não pede ajuda e não está de acordo com as outras pessoas pra dialogar é complicado de lidar com ela. A Ana Lúcia sabe muito bem o que eu vou falar aqui, todos vocês sabem, sem ser os amigos professores que talvez não tenham ouvido falar, mas eles aqui falaram que estavam fazendo um conselho, que nunca teve o conselho em Belford Roxo. Olha, desde 2009 que a gente batalha por isso e Ana Lúcia Pardo esteve na nossa conferência, na nossa primeira conferência e vocês acreditam que governo, o secretário insiste em dizer que ele fez isso na cidade... E tem uma cultura aqui de apagamento, a pessoa acaba com a memória do outro e esse governo me parece que está insistindo nessa forma cruel. Eu acho que isso não é bacana, não é nada legal... Não é nem a palavra bacana, é assim é um equívoco muito grande de exploração e isso não foi diferente na Lei Aldir Blanc aqui. Foi muito conturbado e sem experiência, e sem também, assim “poxa, espera aí, eu posso me unir a esse fórum, tem pessoas ali que estão... que têm conhecimento pra dialogar e encontrar um caminho pra que eu possa fazer melhor” e eles não entraram nessa, acharam que era realmente, que nós artistas éramos adversários e isso eu acho que todos nós aqui de Belford Roxo concordamos porque nós não éramos e nem queríamos ser. Nós queríamos o que era de direito. Aldir Blanc funcionando e que os artistas recebessem por isso. E que tivesse prêmio fosse realmente prêmio. Que edital fosse edital. Ajuda para os espaços etc. poderia ser pra quem se inscreveu. tinha condição. Então eu vi ali, por mais que eu... eu intervi muito pouco, eu estive nessa passeata pra ajudar, pra dar força, pra dar quórum - que o Charles falou no início - e porque eu vi assim “caramba, eu tenho que estar lá, eu tenho que estar junto com a juventude, tenho que estar com a galera”. A gente é mais cascudo, mais sabe o quanto a gente está igual nesse momento porque não tem nada em Belford Roxo. O Willl disse muito bem. A gente tem mais de seiscentos mil habitantes e a gente não tem uma

sala de cinema na cidade, a gente não tem um teatro. Então essa luta é de muitos anos atrás que eu já acompanho há muito tempo e os governos não têm esse interesse de colocar, e a visão da Renata quando fala da música... Renata é uma das pessoas também assim que vem pro Donana no momento de juventude, que conhece todo o movimento de música daqui, que agrega isso e começa a produzir, produzir e ver de perto o potencial musical que Belford Roxo tem. E eu tenho assim maior orgulho de dizer que esse movimento de música é desse quarteirão. Eu estou falando de música pop reggae. Lógico que a Baixada Fluminense e Belford Roxo tem vários estilos de músicas e excelente artistas. a gente tem uma riqueza imensa. E a secretaria não vê isso como um valor estético para a cidade. A gente não tem aqui, por exemplo, lugar pra visitaçao. Principalmente por quê? Essa gestão acabou com que se tinha, até de trinta, vinte e poucos anos atrás, vamos botar quase trinta anos, e o que foi feito: ele acabou. O prefeito derrubou. Além do mais assim, o que fica difícil pra gente entender porque esse município, a gestão atual, tira tantas árvores. Aí você começa a entender, “poxa, se se trata assim do ambiente, está um pouco claro que eles não vão tratar a gente bem porque a gente não é a favor disso”. Então é necessário que tenhamos reforços, pessoas pra poder... como o Willl falou, a gente teve que pedir ao estado pra intervir porque a coisa estava se perdendo, a gente podia perder essa ajuda da Lei Aldir Blanc aqui pra Belford Roxo e isso é incabível. Não tem como a gente mensurar o prejuízo que seria pra essas famílias... Então a gente para de produzir, de sair, quem tocava... O Donana fechou por dois anos e pouco e a gente tentou ajudar as pessoas mais carentes entregando cestas básicas, mas é uma coisa que eu não divulguei porque o Centro Cultural não tem essa... nosso papel principal é arte, cultura e educação. a gente entra adentro do esporte mas a gente não trabalha essa parte social. A gente, na verdade, não tem essa experiência. E voltando pra Lei Aldir Blanc que é o

nosso foco, a Lei Aldir Blanc ela auxiliou muitos artistas depois dela executada. Então é necessário agora a gente trabalhar e reconhecer todos esses problemas e eles também. E a gente tentar daqui pra frente - sendo aprovada amanhã, que vai ser aprovada [a Lei Paulo Gustavo] - a gente melhorar esse diálogo com o poder público, de forma que a gente não fique em segundo plano. A gente precisa se colocar como primeiro plano ativo da Lei Aldir Blanc que é o alvo. Nós somos o alvo de auxílio dessa Lei Aldir Blanc. Então eles tem que entender isso e que a gente não tem que ficar a mercê do poder público, entende? E eles sabem que nós sabemos que o quanto é difícil trabalhar no poder público quando não se tem experiência porque quando não se tem experiência a pessoa fica com medo do outro que sabe um pouco, mais isso acontece muito nas cidades pequenas como a nossa e como eu disse antes quero elogiar os meus amigos companheiros aqui de Belford Roxo porque foram resistentes até o final, a gente conseguiu fazer aos trancos e barrancos, realizamos, agora teve realmente esses problemas que Charles e Willl colocaram e isso é muito grave, a gente precisa melhorar isso.

**P2: Ok, agradeço. Eu tenho mais duas perguntas de minha parte para depois passar pros meus colegas pesquisadores e eu vou tentar juntar essas duas questões embora de alguma maneira vocês já tenham tocado nelas. Nós vamos aprofundar. Como é que se deu a atuação do Fórum Permanente de Cultura de Belford Roxo em relação à Lei Aldir Blanc e se vocês avaliam que a Secretaria de Cultura e Turismo implementou o que foi deliberado pelo conselho em relação à LAB? Em caso negativo, o que que não foi implementado na opinião de vocês e por quê? Deixo aqui pra vocês quem quiser tomar palavra e aí responder.**

E1: Pensa numa criança com pirraça. Foi exatamente isso. Porque nada que o fórum sugeria eles aceitaram como colaboração. A gente chegou a fazer antes deles, antes da gestão, a gente estava preocupado, porque a verba ia chegar, tudo ia chegar e eles não tinham se organizado. A gente criou um formulário pra gente começar a fazer o mapa cultural da cidade, o mapa dos artistas. E aí a gente começou a divulgar aquilo, propor meio do Facebook e tal, começou a fomentar, porque a gente tinha sugerido para eles que em meio à pandemia não tinha a menor noção as pessoas terem que ir presencialmente fazer essa ficha porque não era só fazer a inscrição da Lei Aldir Blanc tinha que fazer o mapa cultural, tinha que fazer o mapa dos artistas e para o mapa também era obrigatório que se fosse até a casa de cultura - porque existia um projeto dessa gestão, assim no meio da pandemia, que é o pior porque, na moral, o projeto já era ruim antes... de pensar que pras pessoas poderem conhecer a Casa de Cultura... porque os artistas, porque a gente já ouviu esse tipo de fala "Os artistas não conhecem a Casa de Cultura de Belford Roxo", e aí como uma forma de conhecer era obrigatório que fosse até lá... que por conta de um dinheiro ele acreditava que isso ia motivar as pessoas a chegar até a casa de cultura pra conhecer. Então dentro desse projeto bosta é que ele fez todo o acontecimento da lei. E contra tudo que a gente ia dizendo sobre a OMS [Organização Mundial de Saúde] estar dizendo que a gente não pode se reunir, estar dizendo que não pode abrir. Ele abriu a Casa de Cultura pra fazer esse mapa. Só pra vocês terem uma ideia como que aqui funciona de uma forma muito autoritária e diferente. A Casa de Cultura estava aberta fazendo inscrição mesmo antes do governo do estado liberar que as coisas pudessem funcionar. Ou seja, a Casa de Cultura já estava fazendo inscrição antes de poder, não podia nem estar aberto, não podia estar nem funcionando por lei federal. E estava funcionando pra poder fazer a inscrição do mapa cultural. A gente criou o mapa cultural online. Começamos a

circular o mapa cultural online. Conforme eles foram sendo pressionados pela Secretaria do Estado a fazer essas paradas, eles não quiseram aproveitar o que a gente já tinha iniciado. Porque a gente ofereceu, “você podem ficar, está aberto, é uma plataforma do Google. E a gente vai fornecer tudo pra vocês”. O fórum sempre se colocou a ser um braço, um braço da gestão, o fórum sempre se colocou a auxiliar porque são muitas pessoas, são muitos artistas, cada um entende um pouquinho de alguma coisa. Então mano, pra gente poder preparar um edital, pra gente poder pensar melhor a gestão, pra gente pensar melhor a política cultural pra cidade, nada mais importante do que ouvir os artistas. Só que a gente pensou assim, “a gestão acha que isso é um bater de frente”. A todo momento a gente sentiu que a gente estava tentando fazer uma coisa e a gestão do município colocando a gente numa posição de ataque. No entanto hoje em dia a gente está recuado do grupo, quase não falando nada no grupo porque o senhor secretário está lá no grupo. A princípio era uma boa ideia pra gente questionar, bater e aí a gente viu quem ele era. Só que a falta de política cultural que existe na cidade faz com que as pessoas fiquem refém. Porque as pessoas conseguiram e aí ele agora voltou a fazer evento. E aí ele está obrigando as pessoas irem participar do evento pra poder fazer a contrapartida de uma premiação que dentro da própria lei diz que você não precisa fazer exatamente uma contrapartida se o caso for premiação. E é dentro desses critérios que a gente lutou, ou seja, nada que o fórum colocou pra se ajudar, mesmo que eles viessem a fazer depois a mesma coisa que a gente estava fazendo, eles não aceitaram nada nosso, nada. E assim como o Dida falou, quando eles fizeram o mapa dos artistas, pra mapear os artistas eles ainda culpavam que o nosso mapa atrapalhou o processo de mapeamento deles, porque as pessoas que se inscreveram no nosso acharam que já tinham se inscrito e acabaram não se inscrevendo no deles o que fez atrapalhar... Então, a todo momento, eles colocaram em

reunião falando pra outras pessoas, criando fofoca porque... as pessoas se conhecem, então o fulano falou pra cicrano, cicrano vem e fala pra nós. Então a gente sabia das fofocas. É uma cidade que é grande mas os artistas são conhecidos. Porque como disse o Dida, a gente já tem movimento cultural que ele quer passar por cima como uma mensagem de apagamento da história que a gente já tem esse movimento que funciona há muitos anos. Em 2009 a gente estava na discussão e formou o primeiro conselho. Então a gente já tem mais ou menos uma política organizacional, cultural na cidade acontecendo há alguns anos e essa gestão está passando por cima disso tentando montar uma outra história. Dá pra dizer que isso não é um projeto? Não dá. Isso é um projeto. É um projeto dessa gestão é um projeto desse governo, a gente sabe que Belford Roxo foi a cidade que mais votou, uma das cidades que ajudaram a eleger o Eduardo Cunha, uma cidade que ajudou a eleger o Bolsonaro, uma cidade megaconservadora, uma cidade que hoje em dia não existe mais nenhuma área neutra, todas estão dominadas por algum tipo de bandido..., está ligado? Ou seja o tráfico, ou seja a milícia. Não existe mais área neutra em Belford Roxo E assim, quando a gente não tem a cultura também..., porque a cultura é a única que pode, tocar nas pessoas, fazer pensar, questionar, modificar. É, a gente sabe que é um projeto e esse projeto de fazer um fórum também não funcionar, também está existindo e é isso, a gente está passando por essa situação no momento.

## **P2: Agradecemos Charles, quem mais gente?**

E2: Bem, eu percebo que num momento tão difícil de pandemia é incabível o a secretaria ter exigido que a gente se inscrevesse presencialmente e levasse toda a cópia de um portfólio, que às vezes tem uma história gigante que é o caso do Donana, tinha muita coisa pra levar. A minha história



também, o meu portfólio não é tão pequeno, eu tinha que tirar cópia de tudo pra levar pra lá. Gastei um dinheiro que não tinha, num momento que não podia gastar... Eu acho que isso tem que mudar, eles não podem falar que eles não têm computador pra trabalhar na secretaria, sabe? Eu acho que o poder público aqui - se tiver alguma possibilidade de alguém falar isso pra eles: que eles precisam tratar a gente melhor e no momento pandêmico não tem como ser desta maneira porque... E tem uma coisa, um detalhe: todos nós passamos por dois problemas aí graves em termos financeiros. Portfólio na primeira vez, depois portfólio tudo de novo na segunda vez... a gente gastou quatro vezes e pra quem estava fazendo, tipo assim como artista, e eu como instituição eu gastei quatro vezes, gastei um dinheiro que eu não sabia se eu ia recuperar ou não. Porque ainda corri o risco de perder. Eu acho que se mudar isso, já ajuda muita gente que não tem nenhum dinheiro em caixa pra fazer esse tipo de trabalho. E eu acho que fazer pela internet é muito melhor, muito mais econômico porque você manda lá o drive e pronto, está tudo lá. Muito mais organizado. E eles têm que passar pra essa fase aí. Eu reclamei com ele especialmente e falei, “cara, isso não existe. Eu estou fazendo porque eu estou precisando e vocês estão errados”. Eu falei isso com eles lá. Porque isso não é cabível, sabe? E a demora... eu acho que a demora da resolução de uma coisa já estabelecida. Olha, existe a Lei Aldir Blanc, entrou no caixa da Prefeitura tanto, execução na hora, não pode demorar, sabe? Eu acho que a política ela anda realmente - esse tipo de política que fazem é de realmente de minar as pessoas, de enfraquecer, continua isso aqui no Brasil e nos nossos municípios pequenos. As pessoas enfraquecem a gente. Como o Charles falou, a gente não tem força pra se unir porque os cara batem direto. Então eu acho que tem que melhorar isso. Pra Lei Aldir Blanc 2, isso tem que ser melhorado. Parece ser uma besteira o que estou falando,

pequeno. Pequeno não é. Porque tem muita gente que não tem dinheiro pra tirar dez cópias do teu portfólio pra levar. É isso.

## **P2: Acho que a Paula levantou a mão.**

E4: Sim, eu ia falar exatamente sobre essa situação da gente ser acho que é quase que humilhado na Secretaria de Cultura toda vez que a gente frequenta, todo esse processo da implementação, desde a gente não ser ouvido, não ser nem recebido, nem quando a gente fez o ato não teve... Eu me lembro que a gente estava lá na rua esperando, aonde que o Prefeito está? e a gente estava e a gente nem sabia, o Prefeito nem estava em Belford Roxo. Acho que, estou rindo mas dá vontade de chorar... porque a gente não teve nem com quem brigar, porque a gente não era recebido em nenhum momento. Então é tão traumático, é tão tenso que quando chega alguma coisa já passou tanto tempo... e aí você vai contando todo aquele tempo que você trabalhou de graça pro município, sabe? Que a gente fez alguma coisa de graça. E aí a gente ainda tem que gastar mais e a gente chega na Secretaria de Cultura, eles não têm internet. Eles não tem internet, eles têm computador, e aí tem impressora mas não funciona... e quando a gente chega lá as pessoas não têm informação sobre o que é o edital, sobre o que são editais. Eles não sabem, as pessoas que trabalham dentro da Secretaria de Cultura não têm informação pra passar quando a gente vai tirar dúvida. Se eles não respondem nem e-mail, quando a gente vai lá pelo menos a gente tinha que saber, mas ninguém que trabalha ali sabe informar qualquer coisa que seja sobre... e quando tem alguma coisa é bem assim, não... É diferente de todo lugar, porque aqui é Belford Roxo. É desse jeito. Como sobre contas, banco... eles questionam umas coisas sobre os próprios projetos, por exemplo, falaram pra gente que a gente tinha que ir lá - sobre os projetos - pra poder conversar com o gestor, um

dos gestores, eu acho que é o vice-secretário, ele é vice não é? E eu não vou, não vou falar nome não. E aí ele pegou o meu projeto, abriu já em tom de deboche, olhou pra planilha orçamentária e falou assim, “que que é desprodução? Desprodução é o quê?” Bom, como assim? “Você não é produtor também? No seu currículo está”. *Falei nada não*. Mas aí eu expliquei pra ele o que eu entendia como desproduzir. Talvez não seria o melhor termo, correto pra estar num edital, numa planilha orçamentária, mas eu já tinha visto outras planilhas orçamentárias com esse nome “a desprodução”. E aí tinha um valor lá e aí pra poder recolher. Era uma exposição que eu ia fazer no centro de Belford Roxo. Aí ele falou assim: “e você já viu se vai chover ou não? Você já viu se vai chover? Ah, depois a gente vê isso junto”. Como assim? Você vai fazer o projeto junto comigo? Não estava sabendo. Mas que bacana... E ele não foi aprovado, ele diminuiu o valor e foi totalmente assim hostil esse tratamento, sabe? E a gente não tem como fazer com que o fórum, o conselho faça essa ponte porque não foi democrático. As escolhas dos conselheiros não têm essa proximidade assim com... pra gente poder ter essa ponte entre a Secretaria de Cultura e os outros artistas. É bem complexo dessa maneira.

**P2: Agradecemos Paula, Dida, Charles, alguém mais quer responder ou comentar?**

E6: Eu realmente vi durante esse processo - como eu falei no início ao me apresentar - eu nem vou dizer que é marginalização... Hoje em dia me colocar como marginal pra mim é um orgulho, um elogio estar a marginal a um desgoverno, a pessoas que não respeitam aquilo que eu fiz, o que eu faço E pra além do que eu fiz e que faço, o que os meus pares carregam. A gente tem uma outra questão muito complicada, que é a questão do conhecimento de classe. A

classe, infelizmente, artística de Belford Roxo é muito desunida. Então, se por um acaso a gente tem pessoas aqui que estão no fórum, foram pro fórum, mas estavam no conselho e estavam falando mal e estavam assinando e concordando com as atitudes, mesmo sabendo que estavam sendo prejudicadas. Mesmo sabendo que não era daquela forma que deveriam pensar. Ou de fazer, de executar. E isso esvazia, isso cansa. Então eu fui chamado de chato. Eu fui chamado de chato, eu não estou dizendo, eu não sei, adivinha o Espírito Santo, o poder espiritual seja lá o que for, que me faça ter sido... que o que eu vi de perseguição que eu passei, de ter sido mal visto, ter falado mal, minha orelha ardeu de tanto que falaram mal da minha pessoa, de tanto que fui mal quisto durante essa gestão por aquilo que é direito, era fora do gibi. Eu fiquei em momentos preocupado da minha integridade realmente Porque era muito ofensivo. Era muito forte porque é o poder que estava na mão. Então assim, as pessoas acham, não... como é que você elege um conselho e está na pandemia e as pessoas que estão dentro do conselho, essas que fizeram, fazem parte da chapa, não questionaram que estava num momento pandêmico, quando isso é normal de tudo. Como é que as pessoas não observaram que o mínimo - em várias outras cidades estavam acontecendo os editais - e o mínimo que precisava de lisura era não ter o comparecimento. O estado fez um edital todo eletrônico, realiza os editais todos eletrônicos. Por que que o município não pode seguir? Esse foi meu questionamento que até hoje eu não tive resposta. Então quando a gente observa que há essas questões e aí também olhar para o futuro é olhar assim que realmente a gente não pode ter. Se é esse governo que está aí e se é dessa forma ao ser aprovado as leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc vai voltar pro município é quase que acreditar quando tem o *revival* dessas dores de cabeça, dessas faltas de respeito, sabe, de um bando de coisa que desmerece a figura humana. Que desmerecem o artista, sabe? E eu não sei se isso faz com que nós queiramos

ficar, nos manter fazendo o edital no município quando tem do estado por exemplo. Eu não conto com o município. E tem cidades como Niterói que a verba pública... que liberou a verba dela, pública, para os munícipes em plena pandemia. Em Belford Roxo, com mais de seiscentos mil habitantes – que é um número mais ou menos das pessoas que foram mortas pela covid - não consegui ter sensibilidade de pensar que pra além do estado, do governo federal havia artistas que mereciam ser contemplados, auxiliados. A gente não teve, poucas pessoas... poucas pessoas, assim como dito, poucas pessoas ou quase ninguém doou cesta básica pros artistas da cidade. Têm pessoas até hoje que eu sei que não conseguiram vagas de trabalho e isso tudo fica assim como se não fosse nada. Agora pra época da eleição a gente sabe que eles vão pedir todo auxílio, todo apoio, todas as predicações [sic], com figuras aí que estão no poder que vão se candidatar pra que pudesse conversar porque estava auxiliando a Lei Aldir Blanc, mas em momento nenhum conversou conosco pelo fórum, em momento nenhum deu informação nenhuma que poderia auxiliar a cidade com os artistas do município. Eu faço questão de não tirar foto com pessoas assim. Porque minha imagem hoje em dia está muito cara pra ficar tirando foto com politicagem de quinta categoria, pra não falar outras coisas.

**P2: Ok. Gaby, que levantou a mão.**

E3: Sim, vocês estão... eu não sei se vocês conseguem me ouvir bem. Se eu trocar de fone, assim, ah então está bom, perfeito. Eu não estou falando muita coisa porque na verdade eu não estive de frente, não participei das reuniões igual o Will participou, o Dida, Renata, acho que Charles também. Eu acompanhei mais os grupos do WhatsApp. Era um grupo especialmente, do fórum. Tentei acompanhar na medida do possível e cheguei a ir lá algumas vezes, o que eu achei...

assim que a galera já falou, o Will já falou, o Charles, todo mundo já falou, Dida, Renata, eu achei muito bizarro a questão de a gente ter que ir. Não foi só uma vez, tivemos que ir várias vezes lá na Casa da Cultura, em época de pandemia, muita gente morrendo. Aí os hospitais lotados e assim eu acho que na época também estava sendo realizado até edital do estado “Cultura presente nas redes, 1”. Agora a gente teve também o “Cultura presente nas redes 2”, totalmente online assim, poxa, se um edital do estado que abarca muito mais pessoas pode ser online, por que que um edital da prefeitura de Belford Roxo não poderia ser também. Então assim, aí eles falam que era muito complexo e o tempo todo o secretário de cultura de Belford Roxo... - quando ele entrava no nosso grupo, pra mim, eu via como uma violência psicológica porque teve um áudio dele que eu fiquei assim... não foi especialmente comigo, exatamente comigo mas foi com uma outra pessoa... assim ele praticamente humilhando a pessoa, então em alguns momentos que ele entrava ele humilhava, sabe? Como se a gente fosse analfabeto. E isso mexia muito comigo, assim, ele não sabe as pessoas que ele estava lidando e tratando a gente assim, sabe?, com um total descaso. Acho que a Paula falou um pouco também, o pessoal falou, era realmente muito humilhante a forma que ele tratava. Não tinha um espaço mesmo pra capacitação. A gente não está acostumado com editais. Quer dizer, eu acho que a gente não estava acostumado. Eu especialmente, eu acho que a gente aqui na Baixada Fluminense, Belford Roxo a gente está muito acostumado a fazer tudo independente, tem o espaço Donana, é tudo de forma independente, é um ajudando o outro em coletivos e assim não tinha esse espaço de capacitar pra gente entender os editais, pra entendermos o que precisa ser feito, os documentos necessários, então é o jeito que ele tratava também, eu acho que afastava. Acho não, tenho certeza que afastava muitas pessoas e é isso também que o pessoal falou que ele entrava e falava “ah vocês tem que ir até a Casa da

Cultura” não eles irem aos espaços que a gente fazia acontecer, né? Então, vários eventos rolando ele podia estar presente também, se comunicar, fazer contato porque muita gente deixou de participar. Eu vi que muita gente descobriu depois que existiram esses editais, algumas amizades também falando “caramba, isso aconteceu? Teve esse edital de premiação, teve?” Então, acho que é isso assim, foi muito foi muito pesado mesmo esse processo, até da gente ter que ir pra rua, se manifestar, falar com alguns jornais também, está em alguns jornais, enfim... Acho que é isso. Ah, e também tem a parte de você chegar lá e parece sim, que ninguém sabe de nada. É a cada hora uma informação diferente. Então, “ah não, vocês têm que vir aqui amanhã. Ah não, é semana que vem. Então... poxa, não sei, tem que ver”. Calma, como assim sabe? Eles não têm informação, eles não sabem nem o que eles estão fazendo lá. Sei lá. Gente é absurdo, é isso. Eu estou rindo, mas é aquele riso desespero, que você fica “meu Deus do céu”.

**P2: Agradecemos e entendemos que, eu acho que todos que queriam fazer suas considerações de resposta nessas duas questões já o fizeram. Vou passar pro professor Alexandre Barbalho, ele compõe também essa equipe de pesquisa da rede Apoena e as próximas questões serão levantadas por ele. Agradeço de antemão aqui, estou junto, continuamos aqui.**

**P3: Boa noite pessoal, obrigado Ana. E bom, pelo sotaque você já deve ter percebido que eu não sou carioca, não sou fluminense, sou professor da Universidade Estadual do Ceará, mas faço parte do LABAC e estou junto com essa turma comandada pelo professor Luiz. Eu sou uma espécie de olhar estrangeiro, aquele estrangeiro que vai tirando a naturalidade do olhar do pesquisador nativo. Bom, então**

**eu vou pedir desculpas a vocês que eu vou fazer as minhas duas questões, eu vou juntar duas questões porque uma tem um dado muito objetivo e eu já faço junto com a seguinte, porque vocês podem já respondê-las conjuntamente, mas eu vou fazer a questão, mas vou ter que sair, porque eu tenho compromisso agora às sete e meia. Então Ana ou Luiz, não sei se você Ana ou se o Luiz aí vocês conduzem, mas eu queria de fato então pelo menos participar, deixar aqui essa minha questão. Ah bom então a pergunta é, a pergunta objetiva é você foi contemplado contemplada por algum inciso da Lei Aldir Blanc no seu município? Em caso afirmativo, qual o projeto? E a segunda questão, que é uma questão mais avaliativa é exatamente como vocês avaliam as ações implementadas da Lei Aldir Blanc no município e sobre as contrapartidas solicitadas. Fui claro? Está claro pessoal esse conjunto de questões está com alguma dúvida? Então fiquem à vontade para quem quiser começar a responder e mais uma vez eu agradeço e mais uma vez já peço desculpas pela minha saída aí durante já o processo de resposta, está bem?**

E6: Vou me adiantar porque eu também vou ficar só um pouquinho a mais, hoje também estou com uma outra reunião então... A gente teve que ser obrigado a... poucas foram os resultados que poucas pessoas conseguiram fazer as contrapartidas no município. Por incrível que pareça houve um índice muito grande de pessoas que não fizeram a contrapartida, talvez até porque - como falou a Paula - a desvalorização do valor que foi recebido ao longo do processo e todo o estresse que foi gerado e até a estrutura do diálogo com o governo pra que isso acontecesse. Eu, por exemplo, fui chamado pra participar de um dia de brincar. E como existe o *dia do brincar* eu fui pra rua fazer apresentação, que não era a minha proposta, mas é apresentação do dia de brincar na rua.

Eu até fiz um vídeo depois, maravilhoso diga-se de passagem, falando sobre o dia de brincar na cidade. E aí a gente soube que isso tinha uma ligação com politicagem, de uma campanha que está sendo feita e foi acionado isso. E outras pessoas também, pelo que eu fiquei sabendo, com alguns eventos porque o que estava planejado era ter um circuito. Circuito Rafael Diamante, que foi uma pessoa que faleceu no município, um artista que faleceu no município e que as ações iam acontecer aos finais de semana, na programação que ia ser criada junto, um calendário junto ao governo, coisa que eu não ouvi falar que aconteceu e após isso houve um outro artista que faleceu agora (não lembro o nome) que era músico que ia ser criado pra ele no caso das premiações que foi o que eu fui contemplado. Então... mas eu não ouvi falar da execução desses circuitos. Em momento algum noticiaram que o circuito tinha sido executado, com as apresentações aos finais de semana, nos lugares, pensando como falou o Charles, o mapa cultural da cidade, e que pudesse fortalecer... foi muito falado e pouco ou nada executado. Eu tinha sido premiado, eu fui premiado, mas realmente foi fora o que o que eu gerei porque é uma premiação de oito mil reais. Então foi descontado na lei do imposto de renda o valor, porque éramos pessoas físicas o que se tivesse sido mais inteligentes em pensar como é o “Cultura presente nas redes” botaria o valor que fosse menor, mas que pudesse abarcar mais artistas quando se faz premiação. Que não aconteceu. Quer dizer oito mil reais, você tem que prestar conta ao governo federal por conta do valor que foi feito no imposto de renda, eles vão dar um documento que eu nem próprio recebi até hoje, do Imposto de Renda, tem que ir lá pra poder retirar esse documento, quando poderia ter tido mais artistas recebido numa premiação que pudesse contemplar... Que oito mil reais é um valor muito grande pra uma pessoa só receber. Nem isso de sensibilidade que foi contabilizado o número de do valor que foi dado do auxílio emergencial primeiro pelo número de meses que as pessoas

estavam sem receber que era aproximadamente doze meses. E aí gerou esse valor de oito mil reais. Então era um pouco mais de trezentas pessoas que estavam pra ganhar oito mil reais, que foram três milhões, cento e um cinquenta, cento e setenta mil reais que foi dado pro município que o dinheiro rendeu. E as pessoas até ficavam também na polêmica de que “ah, esse dinheiro ele botou a mão, esse dinheiro ele botou a mão”, mas não podia porque tinha um sistema, ele sabia, da Lei Aldir Blanc que era diferenciado para que pudesse receber. Agora também teve pessoas que são do governo, que trabalham pro governo e receberam o valor com total cara de pau. Se você perguntar, vão falar que está tudo certo. Funcionárias públicas.

### **P3: Obrigado, Willdson. Na sequência, Paula.**

E4: Então, eu também fui contemplada na premiação do município, mas foi esse processo bem estranho que a gente teve, foi selecionado mais de uma vez, aí teve valor, foi descontado e tal, muita gente ficou de fora... foi bem difícil pra se concretizar, tanto desde as dúvidas e teve... mas teve muita ajuda entre os artistas, isso foi muito importante e a gente nessa premiação a gente também tinha que escrever um projeto, nesse edital de premiação. Esse projeto, ele quer a contrapartida. Enfim, tem que dar a contrapartida. Essa contrapartida ela não tem uma abertura de fato pra ela acontecer. Ela é obrigatória... tinha que ser obrigatoriamente feita na Secretaria de Cultura, na Casa de Cultura, só que a gente não tem essa abertura. A última vez que eu fui lá, que era pra pegar um papel - que a gente sempre tem que ir lá pra fazer alguma coisa, nada pode ser lá ser online - e depois ele simplesmente, o secretário diz “ah, vou botar online”, mandou depois e fui lá pegar um papel, não me lembro o que que era, acho que era pra alguma coisa de imposto de renda.

E3: Fui lá contigo. É, foi isso mesmo. Pra declarar no Imposto de Renda.

E4: Isso, aí tinha um papel que tinha que pegar lá, eu fui lá e aí um uma pessoa de lá perguntou assim “você estão pensando em fazer a contrapartida?” E eu: “lógico, só que a gente ainda não teve essa abertura, a gente não tem nada, nenhuma informação, nada”. E aí, “ah, então, vocês poderiam fazer em junho”. “Está bom” [a artista respondeu]. “Deixa o nome de vocês aí que a gente, sei lá, vai mandar um e-mail, entrar em contato...”. Foi algo assim muito subjetivo, deixei meu nome lá, e está lá até hoje, ninguém falou nada. Então não tem contrapartida. Eu também percebo que até o pessoal que foi contemplado com projeto também não tem todas as contrapartida acontecendo não. Acho que não teve nem prazo disso. Assim tinha no edital, mas é tudo muito aberto. E eu acho que o Alexandre ele perguntou sobre outros editais da Lei Aldir Blanc, né? Incisos, né? E aí que eu fui contemplado também na “Cultura Presente nas redes 2” e no auxílio emergencial a artistas também. Deixa eu ver, acho que foi isso.

#### **P1: Passar pro Charles, depois em seguida o Dida.**

E1: É então, eu também fui contemplado com a premiação, mas a gente também escreveu um projeto que *bateu na trave e foi pra fora* por falta de conhecimento, depois a gente veio a saber. Porque, como eu disse, a gente também sobrevive de fofoca nesse lugar e aí tem um amiguinho que conseguiu e que teve que ir... porque, assim, muitas coisas se resolvem pessoalmente... O Dida chegou a falar isso “Reclamei pessoalmente com a galera lá” e a galera da gestão pública daqui tem essa *vibe* aí de resolver pessoalmente, você tem que ir lá olhar no olho, tocar na pessoa e resolver pessoalmente. É assim, de outra forma não funciona. De forma legal, de forma

jurídica, de forma de forma correta não funciona. Tem que resolver pessoalmente. Então, nesse resolver pessoalmente porque, assim, a gente escreveu um projeto auxiliado por um contador, por uma contadora amiga nossa pra ajudar a gente porque era um projeto detalhado, era um projeto difícil e a gente queria fazer um projeto que passasse; a gente fez um projeto com a verba que estava proposta pro edital de projetos e usamos esse auxílio dessa amiga contadora pra poder fazer a prestação de contas, pra poder acompanhar a distribuição do dinheiro, tudo, fazer a planilha orçamentária (é esse o nome) e simplesmente por um equívoco que uma outra pessoa (não vou colocar o nome das pessoas, mas a fofoca que chegou até mim) que o nosso projeto não tinha passado porque a pessoa que avaliou o projeto cujo eles não deram o nome (porque, assim, qualquer edital que a gente está acostumado a participar aparece o nome da banca, os nomes das pessoas que saem como banca: “Fulano de tal, professor lá lá lá... a banca julgadora, vai ser feita por três pessoas... mas a gente sempre sabe quem é a banca), aqui a gente não sabia quem era a banca... Não existia uma banca, depois a gente veio a saber que a banca era o próprio secretário, o próprio outro lá que trabalha junto com ele e que fizeram essa banca julgadora dos projetos. No entanto se deparamos com o senhor Marcelo Cavalcante que trancava a gente numa salinha pra perguntar o que que a gente ia fazer com o dinheiro do projeto - que já que estava tudo escrito na planilha orçamentária... Não fazia nem sentido esse tipo de reunião, sabe?, porque está tudo escrito num documento mano, está tudo pronto num documento... a todo momento a gente se sentia tirado como criança, como infantil, como uma pessoa que não sabe do que está falando... porque a gente vai com toda a certeza do mundo perante a lei, com os documentos tudo certinho pra chegar lá a pessoa falar “não é assim. Aqui é Belford Roxo você vai fazer do jeito que a gente está falando. Aí você vai sentar aí e vai trocar uma ideia e vai me explicar porque que está aqui oh, pagamento mensal

do produtor”, e esse é um projeto que ao decorrer de seis meses de duração. Aí tinha seis vezes o valor tal que ia dar o valor tal. E aí um outro projeto que não passou e que foi recorrer a essa forma de “vou lá conversar, vou lá fazer essa parada pessoal, vou lá entender porque que meu processo não passou”, essa pessoa conseguiu fazer com que o projeto dela passasse e me ligou em seguida “olha só Charles, eu acho que você precisa ir lá porque pelo que eu entendi eles não entenderam o projeto e eles estavam me questionando por que eu estava duplicando o valor de produção por que estavam lá três X. E aí eles acharam que eu estava triplicando o valor que devia ser pago uma vez só. Eles não entenderam que significava que era pra pagar por mês o processo de pagamento mensal do dinheiro”, ou seja, existiu umas coisas assim muito... e que a galera não tem nenhuma humildade pra falar “porra, a gente não sabe. A gente não sabe, a gente deu mole, a gente errou com vocês. A gente, real, a gente não soube fazer o processo...” não existe isso, existe o se fazer de maluco, existe aquele livro “1984” [romance de George Orwell], existe essa maluquice aí, você fala uma parada que está certa o cara fala que você está errado e que você tem que aceitar que o errado é o que está certo e fora isso você vai ser tratado de maluco. E é nesse quesito que a gente passou o nosso processo. Então a gente só conseguiu mesmo a premiação, a gente sabe porque que foi o valor que foi, e a gente sabe o quanto que está refém também essa mesma galera do conselho que a gente não tem proximidade a gente consegue entender, mas o a gente tem raiva porque é uma galera que não toma a posição, que não se colocou, tipo “Ah, porra é pandemia... não vamos fazer o caralho desse bagulho aí nem vamos aparecer na casa de cultura, vamos fopar essa parada...” a gente sabe porque também a galera não fez isso, e porque que a gente não é unido, não tem aparelho, equipamento cultural, não tem, não tem, não tem... na cidade, então como é que a gente se encontra? A gente não se

encontra nunca. Não tem um teatro pra gente se encontrar. Não tem um cinema pra gente se encontrar. Não tem uma casa de cultura que funcione pra gente se encontrar. A gente se encontra muito mal no Donana. e aí também não são todos que se encontram sempre. Não existe uma discussão. Minha luta agora é fazer com que o fórum se realize, o fórum presencial. Que a gente saia daquele ambiente virtual e comece a trazer as questões pro mundo real. Pro mundo da discussão do cara a cara. Não é isso que a gestão quer - o cara a cara. Então é isso que a gente precisa fazer. Trazer os artista porque a gente tem muita fala que precisa ser exclamada pras outras pessoas. Que eu acho que precisa a gente dar essa força pras pessoas que estão sendo reféns. Porque esse conselho é refém. Refém. Porque existem pessoas que são boas, pessoas que eu conheço há um maior tempão, de carreira cultural e que simplesmente ficam reféns e fazendo aquela parada que a gente chama de *baba ovo*, está ligado? Baba ovo da pessoa errada, baba ovo do projeto errado, baba ovo achando que está fazendo uma conversa política que vai resultar em algum futuro que não é possível, que nunca vai ser possível porque você está dentro de uma aceitação e não dentro de uma evolução cultural da cidade que seja. Enfim, é isso.

## **P2: Dida e Renata depois.**

E2: É bem difícil a situação que a gente se encontra no município da falta de esclarecimento das pessoas que estão exercendo cargo lá, trabalhando. Pra gente no caso a Secretaria de Cultura ela trabalha pra gente e eles tentam inverter isso. Respondendo à pergunta: Aqui o que que aconteceu? A gente tinha três linhas no edital. Uma que seria o prêmio, o edital de projeto, e o outro seria de auxílio aos espaços culturais. O Donana não se inscreveu no auxílio porque a gente não tinha, a gente até agora não tem nenhuma

conta em nome do Centro Cultural. Então eu resolvi assim junto com toda a equipe do Donana não colocar. E aí que vem um detalhe que é complicado. Por que que não auxiliaram? Não podia. Teve gente que falou aqui. Por que que não auxiliaram de forma correta as informações? “Ah! Olha! É possível que você coloque pra frente”. Não foi falado isso. Eles fecharam o tempo e tipo assim cara faz lá. Ninguém deu a informação correta. Então pela gente aqui a gente falou “nós não vamos escrever pedindo dinheiro pro espaço porque eu não tenho como comprovar”, já que eu teria que comprovar aquele uso, mas eu descobri depois que passou o tempo de colocar que poderia colocar pra frente, eu poderia pagar da Lei Aldir Blanc pra frente e aí eu falei assim “poxa, perdemos uma ajuda valiosa pro Centro Cultural Donana”. Ponto. Não colocamos. Ah, outro assim agravamento que eu passei também aqui no Donana: a gente já existe há muitos anos e eu sou artista também. Então teria que colocar, eu tenho minha empresa, Olhares híbridos, Artes híbridas. Eu inscrevi - como o próprio secretário disse no grupo que poderia inscrever o MEI - eu fui e inscrevi um projeto no meu MEI. Coloquei premiação pro Donana como instituição e pro artista Dida um projeto pelo meu MEI. Bateu lá o nome Severino Rosa do Nascimento que sou eu. Quando bateu lá eles cortaram o meu projeto e cortaram também o prêmio do Donana. Porque eu sou o presidente da instituição. Até aí eu falei assim “poxa, está lá no edital? Está. Bem, então vou ficar na minha”. Só que como o Charles mesmo falou, teve muitas outras coisas muito piores, mas eu não ando pelas coisas piores. Eu quero andar pelo melhor e pelo certo. Então eu ganhei uma premiação como artista, pelo meu MEI, pelo trabalho que faço na cidade e, pra mim, a premiação, também acho que foi um grande erro da secretaria colocar por obrigação você ter que fazer alguma coisa pela premiação que ganhou. Muito errado. Eu acho que eles devem ter aprendido isso, eu espero. Porque premiação é pelo que você faz, é pelo que você já fez, o que você é e isso não foi

avaliado, eles queriam uma contrapartida. Se botaram a premiação até muito generosa, mas o que que acontece? Deveria ser livre. “Olha, você está ganhando isso aqui como prêmio, você é artista da cidade. Poxa, se você quiser fazer uma apresentação na praça, se você quiser colocar um projeto aqui na Casa da Cultura...” Se fosse livre eu tenho certeza que as pessoas iriam lá fazer o trabalho. Mas foi obrigatório. Isso não me agradou porque está fora de premiação, do quesito premiação. Então assim, respondendo à pergunta: eu tive alguns percalços no meio do caminho. A gente levou o maior tempo escrevendo o projeto. Nós passamos aqui o Reggae Donana Festival, festival de reggae que colocamos todo online gravado, colocando pelo canal do Donana e eles ainda tentaram também falar “poxa Dida, dá pra fazer numa praça?” Eu falei: “Não irmão, a gente está numa pandemia e nós escrevemos o projeto pra ser gravado e a gente vai colocar no canal do Donana. Não tem público, é só as bandas e mesmo assim todos com máscara, todos em horários diferentes, vieram gravar em horários diferentes, obedecemos certinho o que pedia a parte da saúde, do covid” e a premiação, também fui contemplado pela lei e por ser ponto de cultura teve um auxílio. E que a gente também botou tudo pelo canal do Donana que foram as aulas, aí eu mostrei a capoeira, um pouco do samba de roda, um pouco do que a gente faz de moda, de dança, então a gente fez esse trabalho e depois agora a gente foi contemplado, recentemente, pela verba do estado. A gente foi pelo edital RUA que a gente vai colocar agora, pra executar agora. E o Reggae Donana também passou pelo estado que a gente já executou. Não, eu falei o contrário, desculpa. O do estado a gente fez dentro do Donana o como aqui atrasou e saiu um ano depois a gente pode fazer ao vivo aqui na rua o Reggae Donana Festival que foi um festival assim pra mim muito legal com uma qualidade incrível de som e luz e palco, de artista, de pessoas, de encontro, foi muito bacana e eu fico feliz por ter saído essa lei. Por mais que



tenhamos luta por pessoas que estão no poder público que às vezes realmente não sabem fazer e estão desenvolvendo também, eu prefiro falar assim “espero que eles não prejudiquem outras pessoas e a gente também continue nesse caminhar, espero que eles consertem e que façam uma gestão melhor para as pessoas”. É isso que eu desejo e que agora a Lei Aldir Blanc 2 a gente consiga fazer mais coisas pra cidade, pras pessoas que moram aqui. Porque são poucas as oportunidades que a gente tem pra mostrar. E agora com a pandemia eu espero que a gente consiga controlá-la, né?, pra gente fazer realmente prum público maior. E não cabia pra mim fazer uma execução de um projeto em outro lugar que eles pediram. Eu falei assim “não, a gente escreveu pra fazer na comunidade do Donana porque a gente está há dois anos e meio parado. A gente não está atuando com as oficinas, com as coisas. Então a gente vai fazer na nossa comunidade. Escrevemos um projeto pra fazer na nossa comunidade, porque em primeiro lugar a gente teria que fazer pra essas pessoas que estão aqui necessitadas e fizemos.” Foi muito legal e que bom que saiu isso do papel, no caso da Lei Aldir Blanc 1., que é uma luta já de muitos anos ter dinheiro para a cultura e pela primeira vez foi usada. E eu espero que agora seja uma coisa contínua, como o [Gilberto] Gil implementou: essa coisa dos pontos de cultura. Eu espero até que a gente consiga que as pessoas enxerguem isso e dêem continuidade, é isso. Só tenho isso a falar.

**P1: Gaby só um instantinho que a gente logo tinha levantado a mão ela caiu, mas eu acho que ela já conseguiu retornar.**

E3: Ah, então eu só vou falar dos editais que eu fui porque minha bateria também está pra acabar, estou com quinze por cento de bateria. Enfim, eu fui contemplada só nos editais de

premiação mesmo, que foi da prefeitura e do “Cultura Presente nas Redes, um e dois”, mas também participei de alguns editais do Donana, que eu ficava na parte da comunicação, na produção, no Reggae cheguei a participar também, cheguei a pegar essa parte assim da comunicação e produção em alguns eventos. E é isso. Eu vou ter que sair porque minha bateria está acabando, não sei se já vai finalizar. Vou tentar ficar até pedir pra carregar mesmo.

**P1: É só uma questão final que eu vou colocar e quem quiser comentar e comentar alguma coisa a mais que a gente não tenha provocado, vocês fiquem à vontade... Só pra vocês pensarem um pouquinho como é que se dão as relações do Legislativo Municipal com as pautas da cultura de Belford Roxo de uma maneira geral. Com a LAB ou pra além da LAB. Como é que essas relações existem ou não existem?**

E1: Eu não compreendi muito bem, pode repetir a pergunta?

**P1: Como é que se dão as relações entre a Câmara de Vereadores, entre o Legislativo Municipal e as pautas da cultura? Como é que isso foi construído em relação à Lei Aldir Blanc ou pra além da Aldir Blanc? Existe uma relação entre vocês da cultura e os vereadores e a ação do legislativo? E outras coisas que se a gente não provocou vocês fiquem à vontade pra gente finalizar com elas...**

E1: Olha, essa relação com o Legislativo de Belford Roxo, eu acho que só particular. Não existe um vereador que lute pela causa assim específica da cultura. Está todo mundo envolvido com obra, fazer obra, voto e obra e voto e cultura não traz voto. A gente já tentou jogar por esse game já uma vez, falando em

formação de público lá em 2013 quando a gente estava lidando com uma galera que estava começando a votar, ainda com dezesseis anos e a gente foi engolido na cidade. Então teve um vereador que nos dava assim... não dá pra dizer que ele apoiou a gente com o que ele fazia ou que ele pegou a causa pra poder lutar pela gente. Ninguém fez isso. Nenhum vereador fez isso. Mas a gente recebia algumas algumas informações, algumas informações importantíssimas do processo a partir de um vereador de esquerda daqui do município. Mas também não dá pra dizer que ele botou a mão pra ajudar em nada não, porque também está cercado. Ele sozinho na cidade e assim acho que por estratégia também ele precisa se manter na dele porque senão ele vai ser cortado. E aí é melhor ter ele lá desse jeito assim nos dando aí pelo menos a informação privilegiada e tentando fazer a gente caminhar ali com as nossas próprias pernas do que também ficar abandonado de vez. Então ajuda legislativa legal não existe. Existe essa ajuda assim que nos ajuda a caminhar.

E4: Olha, eu acredito que alguns eventos eles têm um diálogo com os vereadores, alguns vereadores, mas é tudo questão de voto mesmo. Mas são eventos que são pra promover o prefeito, mas não são como acho que é a feira, que está tendo obra. A feira lá do centro, eu esqueci da feira. É uma feira que não é uma feira de final de semana. Feira de artesanato também. E a gente tem um vereador que está aberto ao diálogo que eu acho que é o Igor mas não está próximo da gente, acho que é isso.

**P1: Desculpa Dida vou te passar a palavra. Só vou agradecer já que eu abri o som aqui. Agradecer e dizer assim como foi ótimo ouvir vocês na ponta dos processos. Foram riquíssimos as falas de vocês, assim super super super agradecido. A gente passa a palavra, Dida.**

E2: A gente já teve mais aproximação com o poder legislativo há alguns anos atrás, mas as conversas eram muito atravessadas, muito difícil acesso e a gente acaba desenvolvendo uma coisa assim, vamos fazer por nós mesmos. Porque não tem visão artística, uma vivência cultural, as pessoas que atuam e que infelizmente são as que pegam essas cadeiras, que estão lá e na atualidade está bem difícil - como o Charles bem disse. Está todo mundo ligado em obra e ligado ao prefeito. Dificilmente tem um opositor. Então a gente está num lugar muito difícil pra conversa. Não quer dizer que não tenha. Pode ser que tenha. Alguém tenha. Mas não a nossa rapaziada que está na luta já há muito tempo. Não há uma conversa de via dupla sabe? Eles só querem então... pra mim, por exemplo, é muito difícil. Eles vêm aqui, me ligam - não os vereadores, mas outras pessoas que querem envolver a política partidária. E eu falo "olha gente, eu vou estar lutando pelo melhor possível pra todos. Eu vou indicar as pessoas que eu acredito. Sim, vou falar. Mas eu não vou me envolver com política, de fazer campanha, com ninguém. Eu nunca me envolvi com campanha partidária e nem tenho partido, assim, eu não sou filiado em nenhum partido. Eu sou artista, então quando me chamam, me chamam como artista e assim é importante até dizer nessa reunião que a gente precisa buscar futuramente... futuros candidatos sim, que a gente possa dialogar sobre cultura com eles. Ainda há esperança de que isso vire, mas nesse momento está bem complicada a nossa cidade em termos de diálogo. É isso. E eu queria também agradecer, desculpe eu vou estar entrando numa reunião agora, oito horas também e eu não vou conseguir ficar mais tempo.

**P1: Nós estamos fechando mesmo, vou até interromper a gravação, mas de novo como foi bom gente, como foi proveitoso...**

E2: Eu queria agradecer a vocês. Vou adiante, posso, Ana? Muito obrigado por me convidar, Paula, e rever vocês que são todos companheiros e a Ana, Ana Lúcia que a gente fez muitas coisas. Ela esteve na nossa conferência e nós fomos também pra Brasília defender lá, estivemos nessa luta lá, então prazer estar com você. Espero em breve a gente se encontrar pra gente conversar. Prazer aí aos companheiros que eu não conheço. Grande abraço, saúde pra todos.



Universidade Federal Fluminense - UFF  
Laboratório de Ações Culturais - LABAC  
APOENA – Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações  
Culturais – foco RJ  
[pesquisa.apoena@gmail.com](mailto:pesquisa.apoena@gmail.com) – <https://apoenaredecultural.wordpress.com>

Projeto APOENA  
**Grupo focal da Dança**  
Data: 03/10/2022

Participantes (Entrevistados):  
E1: **Hebe Rachel** (Teresópolis)  
E2: **Neiva Voigt** (Petrópolis)  
E3: **Edson Luiz** (Miracema)  
E4: **Marianne Mockdece** (Três Rios)

Pesquisador entrevistador (P):  
P1: Deborah Rebello Lima  
P2: Luiz Augusto Rodrigues

Outros pesquisadores do projeto acompanhando:  
Marcelo Correia  
Paula Roberta Correia  
Eri Alencar

Ajuste da transcrição: Renato Costa dos Santos - Data:  
02/11/2022  
Conferência: Marcelo Correia - Data: 16/11/2022  
Ajuste final: Luiz Augusto Rodrigues – Data: 13/06/2023

**P1: Bom, eu sou Deborah Rebello Lima, sou integrante da pesquisa Apoena, que é uma pesquisa vinculada à Universidade Federal Fluminense sobre a Lei Aldir Blanc. Nessa fase a gente está fazendo alguns grupos focais com**

contemplados do Estado do Rio de Janeiro. Esse é o primeiro grupo focal, o grupo focal da setorial de dança. A gente está fazendo com as principais setoriais contempladas. A ideia um pouco do debate é que a gente fale um pouco da percepção de vocês de como é que foi o uso da Aldir Blanc, seja no estado, seja no município, porque eu já vi que alguns não foram contemplados pelo estado, foram apenas pelo município. Falar um pouco da experiência, das percepções etc. pra gente discutir e ter um pouco o olhar de quem está na ponta e como foi usar esse recurso, se foi importante, se teve problema etc. e aí eu vou fazer alguns informes específicos. Como é um grupo focal a ideia é que a gente faça um debate, um debate respeitoso entre todos nós. Então alguns acordos: pedir pra manter o áudio fechado quando não estiver falando para poder não ecoar no outro; possamos discordar, mas discordar democraticamente, sempre respeitando as visões distintas sejam quaisquer elas sejam. É enfim pra gente poder trocar. Essa é a ideia. Não tem resposta certa, não tem resposta errada, não tem primeiro, não tem segunda, enfim, todo a ideia é que todo mundo fale. Mas o que eu vou pedir é sempre que a gente faça reflexões curtas. Eu vou propor uma questão e aí todo mundo que se quiser fala, quem quiser contrapor ou trazer alguma coisa em relação a fala do outro, fale também, isso é livre, mas que sejam sempre falas curtas, que não sejam falas muito longas porque aí isso vai... a gente faz o debate ter mais fôlego. Eu peço autorização de todos para uso dessa gravação, para fins de pesquisa, seja em vídeo, seja em áudio ou seja em texto, em todo ou em partes. E aí quem for contrário a isso que se manifeste. E todo mundo também tem a opção de repente ao longo do processo estar falando alguma coisa e uma coisa específica não quiser publicizar. Quiser que não seja, pedir para ser suprimido a fala se a gente for usar como questão de

**pesquisa, então que reporte isso no momento que estiver falando. Por exemplo, a minha experiência foi ruim por isso, mas essa parte eu não quero que apareça, eu não gostaria que fosse reportado na pesquisa. Então que indique especificamente o que, se por acaso falar alguma coisa que não gostaria que fosse sinalizado. Está bem? Vou começar com uma breve... já me apresentei brevemente, mas vou fazer uma brevíssima audiodescrição de mim e do meu ambiente pra gente ter isso mais acessível possível. Sou Deborah Rebello Lima, sou uma mulher de trinta e sete anos, branca, cabelos lisos num quarto majoritariamente branco e com uma estante com livros diversos à minha esquerda de quem está aqui comigo na tela. Vou pedir gentilmente, como a gente teve uma adesão um pouquinho menor, que todo mundo faça o mesmo. Que se apresente brevemente e faça essa audiodescrição. Além desses três participantes Hebe, Neiva e Edson que gentilmente cederam o tempo para estar aqui conosco, a gente tem quatro participantes do projeto - o Marcelo, a Paula, o Eri e o Luiz que eu também vou pedir pra se apresentarem muito brevemente para vocês verem o rostinho e perceberem que não estão falando só pra “fotinha” [alusão à tela do Google Meet quando a pessoa está com a câmera fechada]. Está bem? Quem quiser começar...**

E2: Posso começar. Eu sou Neiva Voigt e estou em Petrópolis, estou na minha casa. Estou de camisa vermelha com a blusa quadriculada quase indo pra festa junina, pena que não ultrapassou o tempo. E acho que é isso.

E1: Olá, olá, eu sou Hebe, eu estou, sou de Teresópolis, tenho cinquenta e seis anos. Eu acho que eu vivo da dança e pra dança, estou aqui na sala da minha casa, numa tarde cinzenta,

também estou de cinza e pensando nessas questões todas de dança aí. Bacana de ver Neiva e Edson aí, bacana.

E3: Boa tarde, eu sou o Edson. Obrigada. Sou professor bailarino daqui de Miracema, região do interior do estado do Rio. Estou de cabelo preso, camisa preta no corredor da minha casa, o céu está nublado aqui também e é isso, estamos na batalha aí, gente.

**P2: Sou Luiz Augusto Rodrigues eu sou um homem branco, sessenta e quatro anos também grisalho no cabelo, eu uso cavanhaque também grisalho, estou com a blusa preta e estou aqui no meu escritório ao fundo a prateleira e uma estante com alguns objetos. Vou aproveitar esse momento de fala para agradecer  *muitíssimamente*  vocês três que estão aí. A a pesquisa, gente, só faz sentido ouvindo quem está na ponta, que são os artistas. Então, muito obrigado.**

Eri: Eu sou o Eri, eu sou estudante de produção cultural, estou de camisa preta e branca e eu vim resolver um problema aqui do meu óculos e estou no shopping, mas eu estou conseguindo acompanhar vocês ao vivo bem.

**Paula: Olá, boa tarde. Eu sou a Paula, sou uma mulher de cabelo cacheado, parte castanho escuro parte claro, de pele clara, uso óculos laranja, estou vestindo uma camisa vermelha com estampa de alguns desenhos em branco. No meu fundo aparece a laje ainda exposta da minha casa, trinta e dois anos e sou estudante de produção cultural da UFF, mas já trabalho com produção já há algum tempo, sou fotógrafa e artista plástica, artista visual.**

**Marcelo:** Boa tarde, o meu nome é Marcelo Silveira Correia, faço parte do grupo do projeto Apoena. Branco, uso óculos, barba e cabelo castanho, e estou num ambiente com algumas prateleiras, também branco, e usando o moletom cinza e preto.

E2: Posso complementar uns dados meus que faltaram, que eu vi? Se vocês repararam, eu tenho cabelos brancos e óculos, tenho sessenta e sete anos e estou no segmento da dança a vida inteira, no conselho de cultura da cidade desde... ajudei na criação e todo o processo desde 2010. Atualmente sou suplente na cadeira de dança, mas estou mais lá do que na minha casa, e é isso.

**P1:** Bom pessoal muito obrigada. É uma honra ter vocês aqui. Como o Luiz já sinalizou, assim é muito importante para nós que estamos fazendo a pesquisa e é muito importante, eu acho que pra essa política, para experiências como o que ocorreu com a LAB, com a Lei Aldir Blanc e para o setor de cultura como um todo. Eu vou começar fazendo uma pergunta bem geral, perguntando como é que foi a utilização de recursos da LAB. Aqui a gente está entendendo - pelos dados inclusive que vocês reportaram no formulário - que todo mundo teve contato com recursos via Lei Aldir Blanc, seja direta ou indiretamente, seja do estado ou seja do município. Então a gente está entendendo que pelas respostas a gente teve que isso é positivo pra todo mundo. Se alguém não... a gente pode corrigir. E nesse primeiro momento queria que vocês falassem como é que foi a utilização de recursos da LAB, se houve dificuldades, se houve ganhos, quais os enfrentamentos, enfim, uma fala um pouco mais geral de como é que foi essa experiência de usar a LAB? Só vou fazer uma ressalva, gente, por vício a área chama a Lei

**Aldir Blanc de LAB, só porque pode não ficar claro pra todo mundo, mas a gente encurta.**

E2: Ah, então vamos começar. Já comecei antes, começo de novo eu. Para mim foi muito importante porque quando começou a pandemia eu fui retirada da minha cidade pelos meus filhos. Fui... me "jogaram" numa fazenda maravilhosa. Eu tenho só que agradecer. Foi ótimo. Praticamente sem internet então eu peguei as coisas muito assim, o "bonde andando". Depois de quatro meses de exílio eu voltei para Petrópolis e aí a coisa, o bonde já estava andando... Já tinha uma galera já fazendo, participando do inciso um [recebendo recursos como renda emergencial], mas a minha academia ficou fechada nesses quatro meses então eu usei o inciso dois. Com muita facilidade eu consegui sete mil reais na época, que eu usei para comprar, pagar todas as despesas da academia tipo água, luz, contador, IPTU. Foi um salvo. Foi realmente assim de muita importância porque, para vocês terem uma ideia, a água já estava com uma dívida de mil e duzentos. Contador já estava com estava uma dívida de não sei quanto. Então, assim, o dinheiro que a gente tinha no momento a gente guardou porque a gente já não sabia se ia precisar para comer, né? Precisava viver então a gente não pagou nada. Pelo menos eu não paguei nada e então esse dinheiro foi assim muito bem usado. Para mim a contrapartida foi muito tranquila, porque eu fiz apresentação de dança dentro dos colégios públicos aqui da cidade. Agora, foi agora, esse ano que eu dei conta da minha da minha contrapartida. Enfim, a Lei Aldir Blanc ela é realmente de extrema importância, ela foi de extrema importância. Eu vejo aqui os amigos da minha cidade e muitos deles usaram o inciso dois, todo mundo assim tirou, "tirou o pé da lama" a princípio. Então eu só tenho que dizer que muito obrigado que isso, que a lei foi criada. E é isso.

E1: Vou contar um pouquinho da minha experiência. Eu fui contemplada com o projeto aqui em Teresópolis. Eu realizei uma apresentação chamada *Solos de Natal* num jardim cercado, os bailarinos pra dentro e as pessoas andavam na rua e viam; num prédio histórico aqui em Teresópolis. O total do meu projeto, do meu recurso foi de trinta mil reais, então eu consegui dessa forma pagar cachê pros bailarinos, entendeu? E movimentar também um pouco essa cadeia cultural, que estava todo mundo desesperado. Iluminador, desesperado, todo mundo. Então foi muito bacana, foi numa época também que eu acho que eu fui feliz na temática, que foi uma coisa de Natal. Tinha todo aquele peso, aquele medo, aquela maluquice toda da pandemia, então foi muito legal. E funcionou muito bem aqui em Teresópolis. Na realidade eu nem pensava nisso, eu estava num marasmo, desânimo também, como a Neiva falou a gente ficou numa situação que a gente não sabia o que que ia acontecer: se ia abrir, se não ia abrir, um hiato muito ruim aí de criação também, né? A gente poxa, a gente não vende batata. A gente quer produzir, a gente quer criar, a gente quer encantar, a gente quer plateia, a gente quer dar oportunidade pras pessoas continuarem com a dança e tal. Então, foi muito legal. Aqui, aqui em Teresópolis eu achei que eles organizaram muito bem, sabe? A gente – eu, a Neiva e o Edson - a gente também faz parte de um colegiado que a gente tem contato com depoimentos de pessoas do estado todo. Então houve grandes dificuldades, cidades com grandes dificuldades e eu achei que a minha cidade, ela trabalhou muito bem. É lógico que têm projetos que atenderam, que as pessoas gostaram mais, existem projetos que não atenderam tão bem, existem projetos que deram mais certo, outros que não deram mais certo, mas foi uma injeção de recurso importante. Como várias outras academias ganharam outros editais aqui e tal e eu acho que a minha cidade se organizou bem, porque eles fizeram como se fosse um minicurso, sabe assim importante, de como escrever o projeto. Tanto que foi meu primeiro projeto esse

dentro da dessa lei, apesar de trabalhar muitos anos. E eu tive toda a assessoria da prefeitura também de tirar dúvida e... Porque, assim, eu na minha avaliação essa coisa de edital é uma coisa democrática, mas também é excludente, porque a gente tem Folia de Reis aqui que as pessoas são muito simples, entendeu?, são do que a gente chama aqui “da roça, lá do interior”, entendeu? E contato com internet, com plataforma, com escrever o projeto, ainda é uma coisa meio “E.T.” [referência à extraterrestre, ou seja uma coisa muito estranha, alheia ao cotidiano] assim, sabe? Então tem esse fator também que é muito forte, que é excludente. Agora, para mim eu avalio perfeitamente, acho que é o que a Neiva falou “nós estamos preparados para”, mas... E, assim, é muito bom você também conseguir realizar um trabalho com profissionais, sabe? Você pagar um cachê digno. Porque a gente vive de dança passando chapéu sempre. Mais ou menos assim, a gente nunca tem muita condição e tal. Então foi muito bacana isso tudo, muita gratidão também.

**P1: Obrigada, Hebe. Só vou fazer um parêntese, Marianne entrou e a Neiva acho que ainda estava falando... A gente já iniciou um pouco, eu faço uma retomada depois. O Edson está falando, vai falar um pouco agora da experiência dele de uso da LAB.**

E4: Tudo bem, Deborah. Obrigada.

E3: Então, eu não tenho academia, eu sempre trabalhei como coreógrafo em academias de terceiros e sempre trabalhei como bailarino intérprete. Meu dinheiro, meu salário sempre foi assim. Quando a pandemia veio eu fiquei ilhado sem saber o que fazer. Quando apareceu a Aldir Blanc eu fui correr atrás, eu até então nunca tinha me filiado à Secretaria de Cultura daqui. Sabiam que eu era produtor de cultura, mas eu não

tinha, eu não era participante. Na pandemia eles criaram um fórum de cultura, criaram conselho eu virei membro do conselho como representante da dança e daí, como a Hebe mesmo disse, eu acabei indo pro colegiado que virou um rolê político meu ali pra poder estar mais dentro da política e entender como que as políticas públicas funcionam. O que a Hebe falou eu quero ressaltar também, aqui na minha cidade - Miracema - existem muitos foliões, muitos mestres de capoeiras, muitas pessoas antigas. Para mim é fácil pegar um celular, ler um edital, criar... Uma das grandes dificuldades que a gente teve aqui foi literalmente educar essas pessoas a participar dos editais, porque para elas o fácil acesso pra isso não é tão fácil assim. E o que eu gostei também muito foi que o edital - é uma piada até - mas o edital parece que ele ultrapassou a fronteira de Teresópolis para cá... porque aqui é interior, todos os editais que vinham antes parece que só ia até ali e voltava pro centro do Rio. Agora eu sinto mais que interior está tendo mais acesso e mais informação em relação a editais de cultura e políticas públicas. Mas pra mim a Aldir Blanc foi uma benção, um presente que me ajudou muito. Eu criei um projeto social. Atualmente eu estou com ele, fez um ano agora em setembro de projeto social que eu criei com a ajuda da Aldir Blanc.

**P1: Excelente Edson. Marianne, a gente iniciou eu vou só fazer um breve resumo e vou pedir se você puder participar conosco, a gente agradece muito. Vou pedir sua autorização, te informar que essa reunião está sendo gravada, você já deve ter percebido isso quando entrou e te pedir autorização para usar em parte ou no todo, em vídeo ou áudio ou em texto as falas que forem reportadas aqui. Quando você falar alguma coisa ao longo da entrevista que você gostaria que não fosse publicada, algum alguma coisa muito específica ou particular que você mencione na hora. “Isso eu não gostaria que fosse**

**que fosse publicado. Isso eu estou falando em off”. É isso. Essa é a primeira pergunta que todo mundo estava respondendo, é um pouco sobre a experiência de como é que foi usar a Lei Aldir Blanc - que a gente aqui vai chamar de LAB. E quais foram os ganhos, quais foram os impedimentos, quais foram, se houve entraves, se não houve, como é que foi a sua experiência?**

E4: Já posso responder agora? Tem mais alguém? Pode ser? Eu tive uma participação na minha cidade. Bom, primeiramente meu nome é Marianne, eu sou aqui de Três Rios. Estou vendo vários parceiros meus aí do colegiado. Um beijo a todos. Deborah, obrigada você ter me convidado pra participar. Deborah, eu aqui na minha cidade a gente, eu e mais três pessoas, criamos um grupo coletivo independente e assessoramos a Secretaria de Cultura para fazer um edital da LAB que fosse realmente atender à população inteira, porque a gente entendeu que se alguém não tomasse a frente não ia acontecer nada. Apesar do nosso secretário na época estava muito atuante. Sem dúvida nenhuma eu tenho que agradecer a ele também. Ele foi uma pessoa fundamental. Foi graças a ele. Mas eu digo é que não dependia apenas da vontade dele. Então eu e esses três amigos nos unimos e fizemos reuniões periódicas. Isso começou porque eu era do conselho de cultura e chamei a presidente do conselho de cultura (posteriormente ela até saiu) e a gente achou melhor fazer um conselho, um coletivo que não fosse ligado à parte pública. Que fosse realmente independente e não tivesse ligado ao conselho. Porque realmente a gente teria mais autonomia para tomar algumas decisões. E fico muito feliz e grata de ter participado disso porque a gente foi, esse grupo foi fundamental para fazer o edital acontecer aqui e como eu disse a grande dificuldade era que esse edital realmente acolhesse as pessoas que não tinham acesso à internet etc. Todos os grupos mesmo. Então a gente convocou, contratamos uma pessoa com o auxílio do



secretário, de fora para nos ajudar depois a ficar isento, né? O edital, a ter jurados isentos mas na montagem desse edital, das regras nós é que participamos. E uma dessas regras importantes é que a gente dividiu a cidade em bairros e que o edital tinha que atender a todos os bairros uma quantidade X, relativo ao número de moradores desse bairro. Foi uma das formas que a gente achou de tentar contemplar todo mundo. A gente também contou com carros lá para a inscrição, com carro de chamada para essas pessoas terem acesso às informações... A gente sentou com essas pessoas humildes para fazer esse edital... para preencher... Deborah infelizmente eu vou ter que interromper minha fala, daqui a pouco eu volto, está gente?

**P1: Está bem Marianne, sem problemas. E então a gente vai tocando daqui. E pessoal, muito obrigada pelas falas de início. Vou pegar um pouco o que vocês já disseram pra gente continuar o debate. Vocês acharam que na experiência de vocês pra setorial de dança, pras especificidades do trabalho de vocês - seja de pesquisa, seja pra quem é gestor de academia, pra quem é coreógrafo, pra quem é bailarina, enfim, pra multiplicidade da cadeia -, o edital, os editais que estiveram acessíveis pra vocês enxergavam a especificidade da setorial de vocês ou não, assim, houve algum problema, houve alguma questão?**

E2: Aqui foi tranquilo, eu achei que o poder público ajudou muito. E como Petrópolis tem a estrutura do conselho municipal já há muito tempo - e é isso que a Hebe falou, sabe? - foi bem estruturado e um ficou ajudando o outro e assim a dificuldade estava na própria situação, que era isso que a Hebe falou, você não tinha direito aonde se apresentar, você tinha que fazer as coisas de forma... inventando, né? Você tinha que recriar

situações, recriar lugares e eu acho que toda coisa ruim tem um lado muito bom, sabe? e fez com que a gente se tornasse mais criativo. Mais esperto, entendeu? E eu entendo que muita gente... que eu fiz com os meus professores? Já que eu não ia inscrever, porque eu estava entrando no inciso dois, eu ajudei a todos a fazer os seus particulares daquele de mil e novecentos, lembra que não tinha, que era tipo prêmio? Então assim, todos eles conseguiram, todos eles passaram a entender a importância deles aprenderem a fazer aquilo, que viriam outros, que daqui pra frente virão outros. Então assim você tem que estar sabendo como é que isso faz. Então, eu acho que o poder público fez aqui, pelo menos na medida do que era possível também pra eles. Mas eu acho que a gente foi bem atendido. Apesar do momento tão difícil, né? Que Petrópolis viria depois passar por mais momentos difíceis, né? A coisa só complicou, complicou e complicou. Mas tudo bem. Estamos respirando. É isso aí.

**P1: Alguém quer incluir? Hebe?**

E1: É aqui é mais ou menos a fala da Neiva. Vários outros projetos também foram contemplados que tinham coisas de dança, desde oficinas, entendeu? Não teve uma especificidade para dança. Mas o edital ele contemplou bem as diversas formas que a gente poderia colocar nos projetos, entendeu? Foi bacana. E realmente com a pandemia a gente ficou aqui sem saber de coisa nenhuma, nem de continuidade, nem de nada, né? Foi realmente uma coisa muito boa, um fresco... Marianne, você é maravilhosa, entendeu? Eu sei do empenho, porque participei também de tudo, aqui em Teresópolis nós temos todo o CPF da cultura todo estabelecido [CPF: Conselho-Plano-Fundo], eu participo desde a primeira reunião em dois mil e sei lá quando, nem falo mais entendeu? E realmente é uma construção... eu ainda acho que é um desafio

a participação das pessoas, em todas as instâncias, entendeu? Difícil...

E2: Então, posso complementar uma coisa que eles fizeram na época que agora eu lembrei? Teve um valor que é a gente não precisava nem ser executado. Era a ideia. Era só a ideia. Porque como a dificuldade era tanta que não... Então assim, “vende pra nós a sua ideia”. E isso foi bem bacana. Isso também ajudou bastante. Isso foi legal.

E1: Eu realizei o projeto, a gente teve uma vigência aqui em Teresópolis, teve recebimento pra tudo não sei o que. Eu realizei o projeto um mês e meio depois de conseguir, de se contemplar o projeto, entendeu? Os projetos foram todos realizados dentro do período de até o final do ano, trinta e um de dezembro. Alguns ficaram pra frente, bom, mas é isso.

E3: Aqui em Miracema tudo deu meio que certo também, porque o conselho de cultura conseguiu fazer uma divisão. Não era só exatamente pra dança, tinha pra música, tinha pros foliões, tinha pros produtores artesãos, então foi dividido pra cada setor como seria entregue e como que iria o dinheiro, aí por causa disso foi bem dividido. Eu acho que foi bem, o resultado foi bom em relação a isso. E foi o que a Hebe falou ali agora também, eu concordo. Eu acho que um grande problema, não vou falar que é preguiça... mas as pessoas têm um pouco de medo de encarar esse rolê de fazer o edital, de preparar, foi tanto que foi uma das... não vou falar que brigaram, mas uma das grandes discussões que tivemos aqui era em relação à documentação, porque pedia muitos documentos repetitivamente, pediam muitas papeladas e quem não tem a cabeça pra poder tocar, achava “ah vou desistir, deixar isso pra lá, não quero fazer”, isso foi uma coisa que aconteceu que a Hebe até falou, acho que a participação foi um

dos grandes problemas, agora a divisão de como que seria pra cada setor, seja da dança, da música foi bem feita.

E2: Deborah, isso que o Edson está falando de documentação, pessoas que não conseguiram estar com as certidões em dia, e aí precisavam das certidões e aí gente que não... pessoas que nunca lidaram com isso e mesmo as que lidam sempre estavam numa condição onde elas não tinham como estar com as certidões em dia. O cara falou “não, então você vai lá faz um parcelamento...”, mas a pessoa não tem dinheiro nem pro parcelamento, entendeu? Então esse tipo de situação foi bem complicado para algumas pessoas.

E3: Eu quero até fazer... eu vou dar um, vou fazer como a Deborah, eu vou jogar uma pergunta. Eu não sei se aconteceu com vocês, mas tiveram dificuldade na comprovação de tempo de exercício de profissão? Porque pediu, pelo menos aqui, no mínimo dois anos pra comprovar que estivesse há dois anos fazendo o que eu faço. Teve muita gente que teve a dificuldade porque eles não pensavam que as redes sociais contam como comprovação. Teve muita gente que teve muita dificuldade para poder comprovar, vocês tiveram essa mesma dificuldade também ou não?

E1: Não eu, eu percebia que assim, a parte documental é uma parte que dá uma preguiça. Por exemplo, eu tenho uma grande amiga que é uma professora maravilhosa de flamenco, entendeu? Toda condição, uma carreira lindíssima. E eu falava pra ela “eh, vamos sentar, eu te ajudo a escrever o projeto”, “ai eu não tenho saco com esse negócio de documento...”

E3: Passei, passei pela mesma coisa aqui.

E1: ...eu estou enrolada, entendeu? É aí realmente um pouco complicado isso. Eu acho que a gente vai fazendo, vai também ganhando uma canja, né? Então, eu já tenho um portfólio todo arrumadinho, bonitinho no computador, prum próximo edital, entendeu? A gente vai pegando a manha.

E3: Então, uma das coisas que a secretaria aqui apoiou, fizemos reuniões pra isso, foi pra ajudar as pessoas a fazer um portfólio bonitinho, fazer uma entrega legal e isso pra mim já é muito bom porque agora eu tenho um portfólio digitalizado que você clica, vai pro meu link, vai pra apresentação que eu fiz, mostra o projeto. E isso é muito bom pra gente que é da arte, seja da dança, seja o que for, ter... porque contratações.... Igual, uma coisa que eu não tinha, a Lei Aldir Blanc me fez ter, meu MEI<sup>45</sup>, todo mundo aqui deve ter MEI. O MEI pra mim ele é ótimo pra poder trabalhar hoje em dia, porque ele é como se fosse a minha contratação, é o método que eu tenho da pessoa me pagar o que eu mereço receber pelo meu trabalho porque senão eu ia receber cinquentinha, cem realinhos e “obrigado pela dancinha”, dancinha, é sempre assim que tratam as pessoas da arte muitas vezes.

**P1: No geral então, em termos de contrapartidas e de prestação de contas vocês não tiveram grandes... vocês tiveram algum entrave mais significativo na gestão, no contato com a com a Aldir Blanc? Não? Ninguém reporta nada? Ok. Então, acho que Marianne quer colocar alguma coisa, a gente está falando ainda desse.... Pode ir lá.**

E4: Eu acho que não diretamente com a prestação de conta, mas até para ter acesso ao dinheiro a gente teve muita

---

<sup>45</sup> Nota da pesquisa: CNPJ registrado como MEI, Microempreendedor individual.

dificuldade com os meios burocráticos dentro da prefeitura. O que eles puderam breicar, atrasar eles fizeram. É porque a gente estava muito em cima. A gente estava ameaçando ir pras redes sociais. Porque senão realmente não ia sair.

**P1: E no que você avalia que foram esses entraves? O que você acha que foi dificuldade de entendimento do gestor público da própria importância da LAB? Dificuldade de operação porque o gestor que estava lá, não sabia o que fazer porque era novo? A quem você atribui essa dificuldade, por exemplo?**

E4: Olha, eu acho até partido político, sabe? O que eles puderam dizer que não dava, não tinha jeito... Eu não sei se eles achavam que eles iam ficar com dinheiro pra eles. Eu acho que é um pouco de tudo e isso que você falou, um pouco também de não entender e também de não querer.

E3: Ah, eu como líder... eu não sou líder, mas eu sou um dos representantes aqui na região Noroeste e eu acompanho um pouco as cidades. O que a Marianne falou ali, eu senti muito isso em Itaperuna. Itaperuna ninguém recebeu, ninguém foi atrás e quando iam tinha esse viés político, sendo que não tinha nada a ver com política mas eles conseguiram distorcer pra política e esse dinheiro simplesmente sumiu. Lá ninguém recebeu e ninguém teve acesso. Eu acho que é um pouco disso que a Mariana está falando também<sup>46</sup>.

---

<sup>46</sup> Nota da pesquisa: Em realidade, não foi exatamente desta forma, de em Itaperuna ninguém ter recebido, mas é importante destacar como as execuções municipais são muito desiguais e toda a carga de imaginários que rondam a gestão pública de cultura. Itaperuna executou 31,9% dos recursos em 2020 e mais 45,5% em 2021 (após a possibilidade de reversão dos

E2: Eu percebo que as coisas funcionam quando o poder público quer. Você consegue criar o conselho de cultura quando o poder público está a fim, ele está a fim de colaborar. Porque se ele não estiver a fim de colaborar você não consegue realizar nada. Essa é uma grande verdade. Então eu imagino que nesses lugares aí “terra de pistoleiro” que o cara deve achar que é “o dinheiro é meu”; ai ai coitado.

**P1: Desculpa Marianne, com base só nessa fala da Neiva e um pouco nas experiências que vocês tiveram, como é que vocês avaliam a experiência da pressão popular? Seja pelos conselhos já instituídos, por esses coletivos como a Marianne reportou que organizou um coletivo para pressionar o governo, ou essas outras formas de associação que o Edson falou que começou a participar mais a partir desse processo da Aldir Blanc. Como é que vocês avaliam essa participação popular na pressão? Quando teve essa inércia ou essa falta de operação do poder público?**

E2: É, aqui não houve. Aqui houve uma vontade da secretária e de toda a equipe, de fazer um bom projeto, de fazer uma boa adaptação da lei, por um bom edital, entendeu? Então aqui foi muito tranquilo. É lógico que houve logo um frenesi, todo mundo querendo... e eu acho isso muito bom porque realmente - é algo que a Neiva falou - essa pandemia fez a gente pensar

---

recursos devolvidos aos governos estaduais), mas mesmo assim foi o município da região Noroeste Fluminense com menor performance executiva (77,5%), muito próximo a Bom Jesus do Itabapoana (78%); todos os demais 9 municípios da região (exceto São José de Ubá que não aderiu à Lei Aldir Blanc) executaram mais de 90% dos recursos recebidos. Detalhamento de toda a execução da LAB no RJ encontra-se disponível no terceiro livro do projeto Apoena – “Métricas culturais municipais: o RJ a partir da pandemia”, acessível em: <https://apoenaredecultural.wordpress.com/boletins-etc/>

também um pouco fora da caixa, entendeu? Eu achei bom. Agora, ainda acho que há uma falta, por exemplo, eu participo de todos os grupos aqui de Teresópolis, de fundo de cultura, de GT, de artes cênicas, de não sei o que, de secretaria de cultura, de tudo. Há uma falta de adesão efetiva das pessoas, dos artistas, entendeu? Então, de certa forma, até o edital fez com que essas pessoas se mobilizassem até pelo bem próprio, entendeu? E se unissem mais e se mobilizassem de outra forma - como o Edson está falando. Mas assim, eu não tenho nada pra falar daqui, eu achei que a prefeitura agiu de forma super super correta e foi muito boa a assistência desde o primeiro momento, um bom edital, pagamento... tudo ocorreu... é lógico que a primeira vez a gente não sabe, nem meu contador sabia direito a nota... entendeu que tinha dar uma... é o que eu estou falando: a gente também vai fazendo, vai aprendendo no processo todo, né? Então daí eu não tenho, não houve essa interferência, graças a Deus, que a Marianne relata, que o Edson relata, não houve, entendeu? Mas é a cabeça realmente da secretária, entendeu?, que vai fazer essa roda girar ou não.

E1: Mas isso que a Marianne falou. Como é difícil mobilizar as pessoas, gente eu estou há tantos anos aqui nessa cultura e em sindicato e não sei mais o que lá e como é difícil, sabe, o que que começa a acontecer? Os teus pares começam a ter preguiça e acham que como você está lá você vai ouvir, vai resolver, vai passar a mensagem pra eles e vai resolver tudo pra eles, entendeu? “Ah não, a Neiva está lá, ela conta pra gente depois como é que aconteceu”. Não é isso? Não é isso, Edson?

E3: Concordo demais. Na pandemia eu cheguei a passar um pouco de raiva com isso. Porque eu falo: gente, querendo ou não o edital você tem que estudar. Você tem que ler ele. Você

tem que entender ele. Muitas pessoas por mais que elas sejam minhas amigas elas queriam que eu mastigasse e desse pra elas. Eu falei assim “não gente, vai lá, lê, pesquisa como é que é.” As pessoas têm um pouco de preguiça - igual a Neiva está falando - as pessoas têm um pouco de preguiça. Mas em relação a sua pergunta Deborah, digo o mesmo que a Hebe: o conselho de cultura daqui e secretaria daqui, todos os líderes eles foram muito muito eficientes na preparação de como que seria a distribuição e como que seria feito. Então eu tenho uma reclamação, mas é em direção ao “Cultura nas redes 2” [edital do governo estadual]. Eu não sei se você vai tocar nesse assunto.

**P1: Eu não vou tocar em especificidades, mas se você quiser reportar fica à vontade.**

E3: O que aconteceu comigo em relação ao “Cultura nas redes 2” foi o seguinte, eles deram o site, o site era a forma de você botar o Edital, postar as reclamações e tudo mais. Eles me pediram a conta, fiz todo o processo, enviei documentação, papelada, envio edital, envio documentação, papelada, envio alguma coisa. No final de tudo me pediram a conta bancária que já era pra eu receber e ficar tudo certo. Infelizmente, eu não sei se vocês sabem mas a Caixa há um tempo atrás eles mudaram todos os números de todos, todas as pessoas, todo mundo que tem conta na Caixa o número mudou; eu não sabia eu passei a minha conta pra eles e a conta não bateu, a conta não não bateu. Aí eu falei “poxa, simples. Vou na Caixa pego minha conta nova”. Passo no site, *bugou*, o site deu erro; eu tive que ir no Rio, eu conversei com a Danielle [Barros, secretária estadual] conversei com todo mundo que eu poderia conversar não tinha como, porque o site não estava cem por cento preparado para poder fazer aquilo, de atender, tipo assim, as minhas reclamações. Aí eu descobri que não só eu,

mas como muitas pessoas também tiveram o mesmo problema.

E4: Edson, aconteceu exatamente a mesma coisa comigo.

E3: Mandaram a conta bancária, conta bancária bateu números diferentes e aí deu esse erro porque eu vejo que o “Cultura nas redes 2” ele é uma tentativa, uma ação de continuar a Lei Aldir Blanc só que tem esses pequenos defeitos. Pra mim foi um edital bom, mas na hora de receber eu não consegui receber.

**P1: Marianne você quer falar?**

E4: Deborah, qual que foi a sua pergunta?

**P1: A gente está falando um pouco dos entraves na verdade. A gente está falando das dificuldades de operação. Cada um reportou um pouco disso na pergunta anterior. Nesse de agora a gente estava falando de como é que foi esse processo em lugares que tiveram, digamos, uma inércia do poder público; se o engajamento da sociedade civil seja pelos conselhos que já existem ou outras formas de associação, se isso surtiu efeito, se isso foi uma pressão popular importante?**

E4: Eu acredito que sim, Deborah. Acho que nós fizemos duas *lives* e mobilizamos muitas pessoas. É claro que todo mundo também estava muito interessado em ter um pouco dessa emergência, com dinheiro emergencial. E eu nunca vi a cultura daqui tão mobilizada, tão unida em prol de uma ação. Lamentavelmente isso não durou muito tempo. Só um tempo. E eu gostaria de falar só mais uma coisa sobre os entraves que assim agora você me fazendo essa pergunta fiquei me

lembrando o nosso entrave. Foi uma pessoa da tesouraria dentro da prefeitura. Todos os outros estavam tentando ajudar. Mas você vê, se tem uma pessoa nessa engrenagem que está do contra... Se não fosse esse movimento popular eu acho que a gente não conseguiria. A gente ficou muito em cima. Nós tínhamos uma pessoa que ia na prefeitura, na tesouraria todos os dias. Aquela “encheção” de saco mesmo. Eu acho que se não fosse assim a gente não ia conseguir.

E2: E sabe aquele - não sei se tem a ver também com essa parte de vocês - mas eu percebi que as pessoas que usavam MEI tinham mais dificuldade, quem usava o MEI. O micro, o microempreendedor. Tinha um caminho mais fácil para microempreendedor do que para empreendedor individual, entendeu? [sic] Nessas questões de certidões numa série de questões da Caixa, um monte de coisa que eu via, vi uma galera penando. A minha contadora ela consegue, ela transita mais pelo mundo da dança... ela conseguiu ajudar até algumas pessoas por ter esse olhar já mais assim do trabalhador da arte. Mas eu acho que é isso, Edson: quem está, tem o MEI naquela época. Hoje em dia acho que as pessoas já estão se entendendo melhor em cima disso. Nessas questões da Caixa, de uma melequinha de um documentozinho que travou todo mundo, MEI. Umas coisas de doido gente, mas foi um aprendizado. Vou dizer...

**P1: Quero entender um pouco melhor, gente, como é que é essa questão da participação. Todos vocês fazem parte do colegiado do metropolitano de dança? Acho que sim.**

E2: Há mil anos.

E1: O colegiado estadual.

**P1: Está. Quería entender um pouco de vocês como é que foi essa interação do colegiado estadual e essa interação de participação via canal estado e participações mais localizadas. Por exemplo, o que vocês debatiam no colegiado estadual refletia ou ajudava de alguma maneira nos debates municipais ou o debate municipal ia, ganhava força no estadual, queria que vocês falassem um pouco sobre esse processo, se alguém quiser.**

E2: Eu acho que o colegiado, como a gente tem problemas em comuns e muitas coisas em comuns quando a gente ia pras situações a gente ia amarrado, entendeu? Amarrado, o que eu digo o coletivo ia amarrado e quando alguém conseguia saber de alguma coisa sempre tudo era comunicado e a Denise Acquarone, por ser uma pessoa muito atuante e muito ligada às questões políticas ela criou um barulho bem bacana. Não foi gente?

E3: Então, eu conheci Denise e a Cris [Aguiar] logo assim que começou 2020, por causa da pandemia e tal, por causa dos editais, por causa da Lei Aldir Blanc. Elas sempre... eu, claro, eu fui atrás, eu fui ver vídeo, ler, mas elas sempre chegavam pra mim com a informação exata do que eu deveria fazer, a quem eu deveria recorrer. Então o colegiado ajudou, pelo menos pra mim, muito em certas caminhadas. Eu não estava meio que caminhando na cega, eu já estava caminhando com alguém falando assim “não vai por esse caminho que vai ser assim, assim, assim”. E como como a Neiva disse, a Denise vive nisso há anos na... ela é da dança, mas ela vive na política há anos. Eu tenho vinte e nove aninhos, comecei a lidar com política agora. É isso, o colegiado ajudou muito nessas informações sobre as políticas públicas que estão acontecendo.

E1: É, eu acho muito importante o colegiado, sabe? Faço parte há algum tempo, às vezes também passa por momentos que eu quero sair, que eu... porque é difícil mobilizar pessoas. É, cara. Eu vivo meio querendo e não querendo mais, sabe? Uma coisa assim. Mas por missão ou teimosia, ainda não sei. Entendeu?

E2: Ou vício...

E1: Ou vício ou sei lá o que. Ainda estou por aqui debatendo, mas é muito interessante, sabe? É o contato que se tem, por exemplo o Rio de Janeiro é muito diverso, muitos sotaques aí também, né? Então, foi uma rede de apoio importante, sabe? De aconselhamento, de foi muito importante. A figura da Denise realmente ela é uma pessoa com uma liderança, com uma atuação muito importante e ela é permeável pra todos nós. Então é importante isso, muito bacana, foi muito importante, entendeu? No caso da dança, porque os outros coletivos de arte aqui da cidade, por exemplo, têm tudo, mas não tem muito mais especificidade para dança. A gente tem essas coisas, a gente tem demandas específicas pra dança, a gente tem questões muito específicas da dança, que são diferentes da música, das artes plásticas, do teatro, tudo mais, entendeu? Então eu tenho muito orgulho de fazer parte do colegiado. Por teimosia seguimos, mas foi uma rede muito importante de apoio, apoio de informação, apoio também pessoal, apoio sabe?, de saber, saber que aquilo que está acontecendo com você está acontecendo com outras pessoas também, o que que elas estão fazendo, sabe? Então na pandemia, na Lei Aldir Blanc e até hoje. Só gratidão.

E4: Sem dúvida foi um grande ponto de apoio, de troca de informação e de apoio. A maioria das pessoas fazem parte do conselho de cultura da cidade. Então a gente trocava muito as

informações do que estava acontecendo em cada município. Foi muito boa a troca, foi fundamental eu diria, pelo menos pra mim. Como entendimento.

E3: Como a própria Denise fala, acho que o colegiado foi uma corrente que a gente fez durante a pandemia. Porque estava todo mundo em casa. Ninguém estava trabalhando, mas mesmo em casa a gente estava se comunicando. Todo mundo. Pelo menos acho que rolava a reunião pelo menos umas duas vezes no mês. Então a gente sempre estava conversando. A gente sempre estava se atualizando. E isso era muito bom naquele problema naquela época. Até hoje é muito bom ainda. Pode não parecer, mas o nosso setor ele é unido, e às vezes ele é meio desunido, a Hebe falou ali de mobilizar pessoas, eu entendo perfeitamente. Tem hora que dá vontade de jogar tudo pra cima.

E2: É assim mesmo, a gente sai, respira um pouco e volta, entendeu?

**P1: Democracia não é não é algo, não é algo trivial, né?**

E2: Ainda tem que aturar o Bolsonaro... aí, a gente tem vontade de morrer.

**P1: Vamos lá.**

E2: Gente, a região Serrana, desculpa, eu vou fugir um pouquinho, eu estou na região Serrana, foi a cidade, as três cidades, Teresópolis, Friburgo e Petrópolis, onde o Bolsonaro mais fez pontos! Mais teve votos, sabiam? Sabiam? Quero morrer. Quero morrer.

**P1: Vou voltar aqui.**

E2: Desculpa.

**P1: Obrigada, que isso. A gente falou um pouco até pegando o gancho do debate federal. A gente falou, vocês falaram, deu pra sentir um pouco na fala de vocês as experiências locais das secretarias municipais mais diretamente, alguns bem mais tranquilos outros com mais entraves por questões políticas ou não. Enfim, queria que vocês falassem como é que é a percepção de vocês da Secretaria Estadual de Cultura em relação à gestão da Aldir Blanc e a Secretaria Especial de Cultura, o nível federal de cultura, o que que vocês viram dessas duas esferas? Vocês já falaram da local, o que que vocês já viram dessas outras duas esferas - de estado e governo federal - em relação à Aldir Blanc? Seja uma postura propositiva, colaborativa ou uma postura para frear, para tentar impedir, qual foi a percepção de vocês desses dois níveis de política?**

E1: Olha eu, assim municipal: excelente; estadual: eu acho bacana a gestão da Danielle porque ela tem um pensamento que eu acho que vai muito pro meu pensamento de levar a cultura pro interior. Entendeu? O Rio de Janeiro é diverso, então nessa coisa dos editais ela tem esse pensamento. Então eu gosto. A esfera federal não tem muito o que falar, né? Assim, sei que o dinheiro veio de lá. Vamos dizer assim, de alguma forma mas...

E2: Mas ele foi sofrido, né? Para ele sair lá de cima [ou seja, da esfera federal], foi uma luta, né gente?

E1: Foi movimento de pressão, né Neiva? Não foi porque era do pensamento deles, entendeu? Foi uma pressão dos artistas e da sociedade também como um todo, mas posso falar mais no âmbito municipal e um pouco também... fui contemplado pelo Cultura nas Redes 2, um pouco do âmbito estadual, acima disso não sei o que dizer.

E4: Oh, Deborah eu posso falar sobre o estadual, a minha concepção. Eles têm vontade. Muita vontade. Mas quanto à questão desse edital que aconteceu com o Edson, que aconteceu comigo também, com várias pessoas aqui, eu achei despreparado esse edital. Porque essa questão de mudarem o site no meio do processo me causou assim desorganização e despreparo pro que era. É isso que eu acho.

E2: Mas também olha quem estava, olha quem estava lá em cima...

E3: Mas em parâmetro governamental eu também sinto que rolou um pouco de pressão para não acontecer nada. Isso na minha opinião.

E2: Sim, sim.

E3: Rolou muito de “ah, nenhum artista não tem que receber dinheiro não”.

E2: Gente Mario Frias, Mário Frias estava lá, não era ele? E acabou de ser eleito [deputado federal].

E3: Por mais que tenha acontecido é aquela coisa... Tem pressões de outros lugares vindo, mas por mais que tenha



acontecido, em relação ao governo não queria não - mas isso é minha opinião gente, minha opinião, vamos lá.

E4: Deborah, vou terei que me retirar eu queria só deixar pra você assim: me sinto muito privilegiada em relação à LAB, em relação à minha cidade, porque as do interior aqui no entorno foi um caos, sabe? Eu gostaria muito de conseguir uma pessoa pra você de Paraíba do Sul, pra te contar o que aconteceu lá e de outros lugares daqui que realmente a história foi outra. Então, até quando a gente conversa e que fala que foi ótimo eu me sinto numa bolha. Porque em muitos outros lugares isso não aconteceu. Gente, um abraço, um prazer.

E2: Eu acho que seria interessante a Deborah ter contato com essas pessoas.

**P1: Tem sim Marianne e depois até vou entrar em contato com você pra gente conversar. Aqui no chat, o Luiz (que é o nosso coordenador) deixou o link do nosso projeto, do projeto Apoena. Se alguém quiser entrar depois, também se quiser me perguntar posteriormente no WhatsApp, todo mundo tem meu contato, está bem? Eu vi que a Marianne vai ter que sair, eu agradeço desde já Marianne porque você participou conosco. Eu vou lançar uma última pergunta pra gente, que eu imagino que pra não ocupar muito mais o tempo de vocês. Queria que vocês pensassem junto comigo se o a experiência da LAB localmente nas prefeituras de vocês, se vocês viram que a partir dela, a partir da gestão dos editais dela, os governos fizeram outras políticas semelhantes ou fizeram outras políticas, outras ações na mesma direção pro campo cultural? Vocês viram uma mobilização maior para pensar a política cultural pelas prefeituras, ou não? Ou é a mesma coisa? Como é que é a percepção de vocês?**

E2: Aqui em Petrópolis a gente já vem há muitos anos trabalhando com edital de cultura do fundo municipal de cultura, então a nossa experiência em cima disso já tem um bom tempo e a gente tocou junto a nosso, o nosso municipal com esse da Lei Aldir Blanc. E estamos caminhando assim.

**P1: Mas você acha que após a LAB isso mudou a postura ou não? É a mesma coisa. Ok. Obrigada.**

E2: Sim. Sim.

E1: Ah por aqui, depois da Aldir Blanc tiveram alguns editais com fomento menor promovidos aqui pela prefeitura, mas nada com o volume da Aldir Blanc, isso com certeza. Nem como aporte financeiro nem como abrangência. Nós estamos sempre aqui, no interior do estado, não sei vocês, mas nós aqui em Teresópolis também temos os editais do SESC. Entendeu? Que acaba sendo também uma via segunda de realização, embora seja bastante complicado todo o processo. Mas aqui em Teresópolis depois disso acho que houve outros editais, entendeu? A classe artística se une pra malhar todo mundo e só malham-se entre uns os outros, os outros dos outros, os outros, entendeu? E a coisa toda... por isso que eu falo muito sobre, mas eu acho que sem educação é um reflexo também do tempo que a gente vive. Esse ódio, esse desacerto, essa falta de respeito da opinião diversa, sabe? Tempos estranhos, muito estranhos, então eu acho que isso mexe também na cabeça das pessoas de ter um comportamento pouco agregador, sabe? Entendeu? Mas é isso, é meu diagnóstico.

E2: Oh Hebe, vocês não têm edital do fundo de cultura de vocês?

E1: Tem, tiveram alguns, Neiva. Depois da Aldir Blanc, entendeu? Pequenos. Entendeu?

E2: Aham.

E1: Pequenos. Houve também um desacerto. Há uma questão aqui do fundo de cultura, o conselho de cultura e o fundo atualmente eles estão... Depois da Aldir Blanc eu acho que houve uma mobilização maior de as pessoas aderiram mais, se inscreveram mais, pra ter mais participação. Essa participação ainda é uma participação só de reclamação, entendeu?, umas coisas que quando alguém sugere, levanta uma bandeira, na realidade ninguém vai muito atrás, vai ficar malhando o outro... que o outro, que o outro, que o outro, entendeu?

E2: Então eu vi que eles lançaram...

E1: ... questões aqui até de... coisas de projetos também da prefeitura que não deram certo entendeu? Mas houve alguns editais locais.

E2: Hebe, tu sabe que eles estão naquele... lançaram o edital de parecerista de Teresópolis, né? Foi, foi. Eu vou me inscrever, não sei. Vai que eu consigo passar.

E1: É, bacana, bacana, bacana, bacana. Eu não quero porque eu quero fazer projeto aqui, né? Então, de repente eu posso ser parecerista em Petrópolis.

E2: Lógico, abriu ano passado.

E1: É, aqui eu é realizar, cara. Quero, é por isso que eu estou por aqui.

E2: Está certo.

E3: Aqui em Miracema como a Hebe mesmo usou de exemplo aqui também aconteceram alguns editais depois daqueles. Mas os editais aqui são mais voltados pra canção. Aqui em Miracema tem isso. Não estou falando que o meu setor não foi abraçado, mas aconteceram mais editais, mas aconteceram editais pra outros setores da cultura daqui. Entende?

**P1: Entendi. Está bem pessoal. Alguém quer fazer uma fala final? Quer pontuar alguma coisa que achou que não foi dita que seja importante sobre esse processo da LAB? Até algum dos pesquisadores se quiser fazer alguma pergunta pontual também, vou deixar aberta.**

**P2: É pergunta não, eu quero convidar vocês a preencherem o questionário que está no nosso site, eu botei aqui no chat. Tem dois formulários um pra gestores, não necessariamente o secretário não, o pessoal que esteve envolvido com a gestão; e outro que é pros trabalhadores e artistas. E aí me ajudem. Você, Hebe, que tem uma rede aí em Itaperuna e outros municípios do entorno divulga o link pra gente que é importante a gente ouvir massivamente os trabalhadores. Acho que é isso, que a gente está precisando também entender as política pelo olhar e pelo viés da gente que está na ponta: os trabalhadores, os artistas etc. Quero agradecer, foi ótimo. Foi bem legal ouvir vocês. Só tenho a agradecer.**



Universidade Federal Fluminense - UFF  
Laboratório de Ações Culturais - LABAC  
APOENA – Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações  
Culturais – foco RJ  
[pesquisa.apoena@gmail.com](mailto:pesquisa.apoena@gmail.com) – <https://apoenaredecultural.wordpress.com>

Projeto APOENA  
**Grupo focal do Audiovisual**  
Data: 11/11/2022

Participantes (Entrevistados):  
E1: **Cíntia Lima** (Nilópolis)  
E2: **Luciano Andrade** (Maricá)  
E3: **Thiago Tavares** (Rio de Janeiro)

Pesquisador entrevistador (P):  
P1: Deborah Rebello Lima  
P2: Luiz Augusto Rodrigues

Ajuste da transcrição: Ana Lúcia Pardo - Data: 28/04/2023  
Conferência: Ana Lúcia Pardo - Data: 15/05/2023  
Ajuste final: Luiz Augusto Rodrigues – Data: 12/06/2023

**P1: Primeiro já agradeço a presença de vocês, a disponibilidade de tempo de estar aqui para conversar conosco. Vou fazer alguns informes antes da gente começar a fazer uma rodada de apresentação. Eu sou Deborah Rebello Lima, sou uma das pesquisadoras da Rede Apoena, que é uma rede de pesquisa em político-cultural, coordenada pela Universidade Federal Fluminense. [Manter o áudio fechado] para ajudar a gente depois na gravação, porque a transcrição fica um pouquinho mais fácil. Agradeço. Esse é um grupo focal, a gente está fazendo alguns ao longo da nossa pesquisa**

**para que a gente consiga avaliar melhor a percepção e o uso da Lei Aldir Blanc no estado do Rio de Janeiro. A percepção de uso, a experiência, o olhar de quem está na ponta e teve algum contato com a lei, via algum tipo de edital, seja edital municipal, seja edital estadual. Então vou fazer alguns informes para vocês entenderem como vai ser a nossa dinâmica. Eu faço parte da pesquisa, o Eri - vocês provavelmente tiveram contato com ele por mensagem - também faz parte da pesquisa, o professor Luiz Augusto é o nosso coordenador. Oi, Thiago. Seja bem-vindo. Eu estou começando agora só fazendo a apresentação, falando dos informes e aí já abro para todo mundo poder se apresentar, está bem? Muito obrigada também pelo seu tempo em estar aqui conosco. É como eu disse brevemente isso é um grupo focal sobre quem usou a Lei Aldir Blanc para a gente poder sentir um pouco a experiência. Vou falar dos nossos acordos. Número um: pedir, se possível que vocês mantenham o áudio fechado quando não estiver falando porque isso nos ajuda na transcrição depois. Número dois, é um debate, enfim, entre pares, não tem certo, não tem errado. Então, peço que a gente discorde democraticamente, mesmo que um discorde totalmente da fala do outro, mas que possamos ter um diálogo saudável, importante e frutífero para o campo. Vou pedir também, se possível, que a gente faça reflexões um pouco mais curtas, falas não muito longas porque isso nos ajuda a ter uma dinâmica maior e a gente poder interagir melhor. Faço uma ressalva importante, essa é uma reunião gravada, a gente grava em vídeo, em áudio é para fins de pesquisa. A gente pede autorização de vocês para utilizar o texto, o áudio ou o vídeo em todo ou em parte para fins da nossa pesquisa, seja em divulgação, seja em trabalhos, etc. Se alguém discordar que se manifeste explicitamente. Não? Então entendo que todo mundo concordou. Ao longo dos debates, sempre pode**

**existir em alguma situação alguém está contando alguma coisa, lembrando, lembrando de alguma questão que falou, mas que não gostaria que isso ficasse registrado na nossa pesquisa, que não gostaria que isso fosse divulgado. Isso é possível, é só no momento em que a pessoa falar esse trecho e falar: olha, essa parte eu não gostaria que fosse divulgada. Por exemplo, eu me lembrei que atuação X não foi bacana, mas eu não gostaria de divulgar isso. Então, se existir e não aconteceu nos anteriores, mas às vezes isso pode acontecer é só informar imediatamente depois que falar. Bom, para iniciar formalmente os trabalhos eu vou me apresentar e fazer uma pequena audiodescrição do nosso ambiente porque a gente também divulga parte dessas conversas nas mídias sociais. Meu nome é Deborah Rebello Lima, sou uma mulher branca, cabelos pintados de louro, com uma blusa azul marinho, com bolinhas brancas, atrás de mim tem uma estante de livros preta. Vou convidar cada um de vocês também a se apresentar, a falar se possível inclusive de qual município está falando, porque a gente teve interlocução com gente do estado inteiro. Então fala seu nome, faz a sua descrição e diz de onde está falando, por gentileza. Depois de vocês três falarem, também vou pedir para os participantes da equipe se apresentarem.**

E1: Posso começar? Eu sou Cíntia Lima, eu sou uma mulher negra de pele clara, eu uso óculos vermelhos, uma parede verde ao fundo. Eu sou de Nilópolis, na Baixada Fluminense, eu faço audiovisual aqui na baixada há alguns anos, faço parte de um coletivo de cinema de Belford Roxo, tenho uma produtora de audiovisual aqui em Nilópolis, na minha cidade. Acho que é isso. Ah, eu faço mestrado na UFF, faço mestrado em Cultura e Territorialidade no PPCULT [Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades, vinculado ao Instituto

de Artes e Comunicação Social da UFF], sou orientanda da Ana Paula Ribeiro. Acho que é isso.

E2: É, posso falar? Não sei se o áudio está ruim, porque eu estou dentro de uma feira. Me isolei aqui; espero que esteja bom. Então está bom. Eu sou Luciano Andrade Costa, eu sou ator formado em Artes cênicas. Além disso, desde que eu me formei eu me envolvi com audiovisual e eu sou um produtor de audiovisual, já tive locadora, já tive produtora, já fiz filme com o meu irmão e até então eu sempre toco em paralelo o audiovisual com a minha carreira de ator. Eu sou um homem negro, eu nasci em Belém do Pará, eu acredito que eu tenho alguma coisa indígena misturada com o negro que eu sou e, no meu aprendizado de vida, eu sou mais negro porque a sociedade me fez assim. Ela trata e determina o que você é a partir da sua convivência. Então, mais do que a minha escolha, eu fui tratado como negro, apesar de eu citar essa questão indígena. Eu tenho cabelo comprido, estou de barba, minha barba está grisalha, eu tenho quarenta e seis anos, tenho dois filhos. Sobre a pesquisa, não sei se posso adiantar, mas eu participei da Aldir Blanc, ganhei pelo Governo do Estado e no meu município, eu moro em Maricá desde 2017. Eu ganhei com um coletivo e um projeto individual. E, além disso, eu fui convidado de uma companhia de teatro para participar também como, pelo audiovisual, fui eu quem fez a filmagem de dois projetos contemplados. Então eu fui convidado, fui autor e coletivo, estado e município. Eu fui quase tudo e essa pessoa que me convidou ela trabalhou num projeto contemplado pela Prefeitura do Rio e outra pelo Governo do Estado. É isso.

**P1: Muito obrigada. Thiago.**

**E3: Olá, pessoal, eu sou o homem branco, uso óculos branco, tenho cabelos castanhos, ficando grisalhos. A idade que vai**

passando, é inexorável, e estou usando camiseta preta. Eu sou produtor cultural, também trabalho com produção audiovisual, bastante produção executiva, captação de recursos para projetos culturais também, trabalho em comissão de avaliação de projetos tanto em editais públicos quanto privados. Na Lei Aldir Blanc, por exemplo, eu analisei mais de trezentos projetos assim do Brasil inteiro. Fiz o mestrado no PPCULT, o professor Luiz foi da minha banca, Luiz Augusto, e Deborah foi minha orientadora também na especialização em Produção cultural. Saudades. É isso gente. Ah, do Rio de Janeiro.

**P1: Beleza. É agradeço mais uma vez todo mundo, Eri?** [Eri Alencar, aluno pesquisador participante do projeto Apoena]

E2 (Thiago): Deborah, mas eu queria deixar gravado que eu sou de São Gonçalo. Recentemente que eu fui para a Capital. Mas sempre fazendo esse trânsito: periferia, porque na organização que eu atuo hoje é no Complexo da Maré, então também estou sempre circulando nesses espaços.

**Erisvelton de Alencar Santana:** Eu sou Eri, estou me graduando em Produção cultural, terminando o TCC. Me considero pardo, porque tenho sangue indígena pela parte da minha mãe e meu pai é branco. É estou me graduando em Produção Cultural como eu falei. Sou membro da pesquisa Apoena. Sou de São Gonçalo. Acho que é isso. Estou de camiseta preta e estou no meu quarto que é o lugar mais silencioso da casa.

**P2: Eu sou o Luiz Augusto Rodrigues, sou um homem velho, barba, cavanhaque, uso óculos, estou aqui em casa, no meu escritório, uma camisa amarela clarinho. Eu vou acompanhar vocês de vídeo e áudio fechado com a função**

**de estar gravando e acompanhando e aprendendo com o debate. Muito feliz de estar especificamente nesse grupo por conta da Cintia do PPCULT, embora eu não a conheça, do Thiago também por ter passado por lá e eu ter estado na banca e o Luciano que é de Maricá e eu também atualmente moro em Maricá - já o conheço de algumas interações. Então estou aqui muito à vontade por serem parceiros de pesquisa. Brincadeira, eu vou ficar aqui quietinho só acompanhando.**

**P1: Muito obrigada pessoal. Bom, vamos lá. Então como eu disse, não há certo ou errado. Eu vou lançar algumas perguntas, vocês vão respondendo, não tem uma ordem de escrita, se quiserem também lançar perguntas para os outros, fiquem à vontade. Primeiro eu queria que vocês fizessem uma fala, uma análise de como que foi a utilização dos recursos da Lei Aldir Blanc. Vale uma ressalva. A gente usa a sigla LAB como Lei Aldir Blanc. Não sei se isso é familiar para todo mundo, mas vale sempre enfatizar, toda vez que a gente disser LAB a gente está falando da Aldir Blanc. Como que foi a utilização da LAB para vocês? Teve dificuldades? Foi fácil? Quais os ganhos? Quais enfrentamentos? Dificuldade com contrapartida? Vale qualquer coisa na análise da experiência. Como é que foi como proponente? Nesse primeiro momento o edital foi contemplado, recebeu recurso, teve que executar, executou? Enfim, falar um pouco desse processo...**

E1: Então, aqui em Nilópolis a gente teve muitos problemas. Para o dinheiro, para eles conseguirem empenhar esse dinheiro. Vamos falar a verdade. A Secretaria de Cultura de Nilópolis não é feita por pessoas de cultura, as pessoas não sabem lidar com leis, não sabem lidar com o dinheiro porque a

gente não tem costume de ter verba pública para cultura aqui na Baixada. Quando chegou a Aldir Blanc, muito dinheiro, uma cidade que tem é 117 mil habitantes só em Nilópolis, é uma das menores cidades da Baixada Fluminense. Então, a gente teve muita dificuldade de executar, a gente teve que chamar jornal, veio o RJTV aqui na Prefeitura, foi um “barraco”, uma briga com os realizadores, com os produtores daqui, porque Nilópolis é muito forte no teatro principalmente. Tem muitos atores aqui na Baixada, em Nilópolis tem muitos atores. Eu vim do teatro. Hoje eu atuo no audiovisual, fico mais com teatro e música, mais como produtora, que eu sou produtora cultural. Eu vim da IFRJ [Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RJ] de Nilópolis, fiz Produção Cultural lá, mas minha casa é a UERJ ressaltando, fiz Letras na UERJ [Universidade do Estado do Rio de Janeiro]. Então, quando esse dinheiro chegou aqui foi uma burocracia muito grande porque eles não conseguiam administrar. Eles abriram editais e não conseguiam responder as demandas, não conseguiam fazer e aquilo foi se arrastando, se arrastando até que depois de muita briga eles conseguiram empenhar esse dinheiro, só que esse dinheiro sobrou; por quê? Apesar de ter muitos produtores culturais em Nilópolis, as pessoas tiveram muita dificuldade nesse acesso, foi uma inscrição online e tal, e foi e essa questão foi muito dificultosa para os realizadores, então acabou sobrando dinheiro. A gente tem em Belford Roxo o que a gente chama de oficina de periferia que é oficina de cinema de periferia que a gente dá, a gente já deu com parceria com a Casa Fluminense, com o Carrefour. E a gente tem parceria com o Donana que é um centro cultural lá de Belford Roxo do Dida [Nascimento]. Então a gente tem parceria com Dida e a gente faz nossas oficinas lá e tal, a gente está criando uma escola de cinema em Belford Roxo, só que lá no Lote XV. Nós somos o coletivo de nove pessoas “baixadenses”, pessoas de Belford Roxo, Nilópolis, Nova Iguaçu, que mais? Seropédica, Caxias. Então, a gente movimenta essa cena assim, além da questão da produção que

a gente produz filmes, a gente difunde. A gente divulga. Belford Roxo é uma das maiores cidades do Brasil que não tem uma sala de cinema. Então, é muito através do Cineclube essa luta, dessa busca. E a questão do ensino. Então, toda essa questão assim, que a gente já tem uma história aqui. A gente tem um coletivo já consolidado e tal e a gente teve muitos problemas. Assim, a primeira parte em Nilópolis eu consegui pegar inciso dois e três [incisos da LAB<sup>47</sup>] que uma era manutenção do espaço e o outro (eu nem lembro o que era o outro mas era de auxílio, aí tinha que dar as contras partidas) eu consegui resolver tranquilamente, eu fiz, eu executei, eu prestei contas... eu consegui prestar contas, que eu ajetei o espaço aqui, comprei equipamento, consegui prestar conta, consegui executar contrapartida, não foi um problema assim. Só que a segunda etapa [quando, em 2021, da reversão dos recursos não utilizados pelos municípios em 2020] eu não consegui pegar, porque... mas a gente conhece como Nilópolis é um ovinho, a gente conhece todos os produtores culturais daqui. Então a gente viu nomes na listagem que nunca produziram cultura aqui em Nilópolis, nunca. Projetos que a gente sabe que... Então, assim, muito triste e eu fico preocupada porque vai chegar mais Aldir Blanc, vai chegar Paulo Gustavo e a gente vai ter as mesmas questões aqui em Nilópolis que a gente teve, entendeu? E que não tem no estado, que eu sinto o estado muito mais idôneo, assim, eu ganhei “Cultura presente nas redes”, esses editais pequenininhos do estado, amigos meus ganharam aquele que era maior (que eu esqueci o nome agora), que vinha de cinquenta, cem mil e foi um processo mais

---

<sup>47</sup> Nota da pesquisa: A LAB teve três incisos. O inciso 1 (renda básica) ficou por conta dos governos estaduais, o inciso 2 (manutenção de espaço culturais) por conta dos governos municipais, e o inciso 3 (fomento cultural) foi gerido com recursos concedidos tanto aos estados, quanto aos municípios. Detalhamento da Lei Aldir Blanc disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.017-de-29-de-junho-de-2020-264166628>

idôneo, assim, então estou muito preocupada com essa chegada desse dinheiro aqui em Nilópolis que vai seguir nesse processo de... não só aqui, em Belford Roxo teve muito problema para executar, São João [de Meriti]... as melhores execuções, assim, que eu acompanhei foi Nova Iguaçu e Mesquita aqui na Baixada.

**P1: Obrigada Cíntia, a gente vai voltar mais na frente nessa interlocução com o estado nesse momento e entender um pouco como é que foi esse processo de pegar o dinheiro, a contrapartida, mas a gente vai voltar nisso. Não vamos encerrar esse assunto. Luciano, Thiago, quem quiser falar sobre a experiência.**

E2: Você falou que é para não citar o estado no momento, falando só do município?

**P1: Se vocês puderem, só nesse momento, só para... em termos de condução, mas se vocês puderem agora só dizerem: quando eu usei a lei, falei que foi fácil, foi difícil, não consegui fazer a contrapartida, eu consegui, prestei contas ou não consegui, ou não prestei, qual foi a percepção de vocês sobre o uso da lei? Foi uma lei fácil de operar ou foi uma lei difícil para caramba de operar?**

E2: O uso da lei quando eu me escrevi pelo Governo do Estado eu achei que foi muito boa. A assistência, o retorno ao Governo do Estado foi fácil de fazer, mas à medida que eu achei fácil de fazer, eu como tenho um envolvimento mais amplo com os fazedores de cultura, por causa da minha rede de relação, eu percebi que era fácil para mim, na hora, assim, eu falei “poxa, eu estou tendo... as dificuldades que eu tenho eu tenho capacidade de superar, porque eu tenho envolvimento com

tecnologia”. Coisas simples como fazer um PDF, eu falei “cara, tem fazedor de cultura aí que tem tudo para pegar o fomento, o edital e isso vai dar dificuldade para ele. Quem é que vai ajudar ele?” Entendeu? Era fácil, mas ao mesmo tempo, aos meus olhos, estava nítido que um monte de gente estava fora com essa questão de ter que aprender na marra as questões tecnológicas. Então o Governo do Estado foi fácil, foi interessante e ele foi - para mim - foi particionado [sic] e eles me deram sempre um retorno muito bom. No meu município foi bem mais complicado, porque eu fui provocado a fazer o edital dos coletivos e logicamente eu fiz também o individual; aqui eram três editais, um você fazia um projeto individual, era para o artista fazer uma coisa totalmente sozinho, claro que ela podia convidar pessoas para trabalhar para ele, mas o proponente fazer um trabalho individual, não era coletivo. Um dos grupos, que é essa coisa dos espaços, eu fiz esse e esse foi o que eu tive problema, e o terceiro era a premiação para pessoas que tinham idade, esse claro que eu não entrei. Esse dos coletivos, eu posso dizer que o primeiro problema foi porque as pessoas estavam nesse desespero de participar e integrantes do meu coletivo, eles simplesmente saíram fora e depois eu tive que concluir o projeto; nós éramos quatro, eu concluí eu e mais um. Um saiu completamente fora desde o início, porque ele se viu comprometido porque ele já tinha um espaço dele e ele queria participar do coletivo como artista, e aí ele viu que era comprometedor e aí pulou fora, mas ele já estava inscrito. O quarto integrante ele ficou junto com a gente e o uso da verba que você também falou sobre, como foi para gente, a gente sempre usou a verba e, eu acho que a maioria das pessoas, sempre usou a verba como uma questão de necessidade, porque a gente tinha um futuro muito incerto, a gente não sabia o que ia acontecer. As pessoas precisavam para pagar dívida, para comer. Era coisa básica; tinha gente que, no meu coletivo era certo que a gente recuperou equipamentos que a gente perdeu, teve gente que vendeu o

equipamento, aí teve que comparar de novo. Aí aproveitou aquele momento porque o tempo foi pelo espaço de tempo para ele é já tinha vendido há bastante tempo, aí já era bateu certinho com o tempo aí “poxa, eu preciso adquirir o equipamento de novo” e esse quarto integrante é esse caso, ele estava com o projeto dele pessoal e ele duvidou de mim, eu era o proponente, o representante do coletivo, ele duvidava de mim, da minha idoneidade de dar para ele a parte que lhe cabia, porque ele seria dividido em quatro, mesmo sendo uma questão de espaço... a gente entendeu que aqui foi uma questão do espaço ela teve... o município ele criou uma regra específica é aí deu liberdade... liberdade não, deu capacitação pras pessoas assumirem um quadro de CNPJ sendo CPF. Eles acreditavam que no município não ia ter CNPJ suficiente para ser contemplado. E foi justamente o que aconteceu, só que foi um basicamente um tiro no pé. E teve gente que se enrolou, não cumpriu. E às vezes casos como esse que eu estou falando do meu. Essa pessoa, ela ficou comigo até ela conseguir toda a parte dela, porque eu era o representante, então eu consegui o equipamento para ela e fui entregando para ela aos poucos que eu ia recebendo os equipamentos que ela me pediu, e os nossos prazos também eles foram se estendendo, a gente sempre ia jogando para frente. Tanto na necessidade pessoal de cada um quanto o próprio município e estendendo o prazo para frente. Nessa que foi deixando para frente foi fortalecendo a vontade deles não se comprometer mais. O primeiro logicamente já pulou fora rápido, ele foi bem claro na questão dele ter pulado de fora, mas essa pessoa em específico ela simplesmente abandonou. Ela não fez o trabalho e ficou com recurso para ela, porque eu comprei equipamento pra ele, entende? E aí eu fechei com essa outra pessoa que era comprometida. Aí a gente fez o trabalho. E fechando em relação ao município, também teve muita dificuldade pra gente combinar com ele se estava Ok a nossa contrapartida. Eu falava com eles por e-mail, tentava entrar em contato para

poder saber se era assim, eles falaram... eles deram liberdade para gente fazer produções de vídeo por causa da questão da contaminação, era fazer sempre um trabalho filmado ou um relato. Eu fiz o meu pessoal e o do coletivo a gente fez assim, entregou, mas o retorno não aconteceu como deveria. A gente concluiu, mas ficou uma coisa assim muito suspensa. Eles acabaram dando atenção para uma parte das pessoas. O município ele conseguiu fazer essa contrapartida por eventos específicos na cidade com a chancela da prefeitura, mas eles foram lá e procuraram pessoas específicas, mas não deram atenção a todos. Meu caso foi uma pessoa que não teve retorno. E eu procurando o retorno deles. Sabe? É, eu acho que o aquele meu convidado eu não preciso dizer porque foi bem tranqüilo. A outra que fui proponente na lei, mas eu fui convidado pela lei, foi uma experiência de extremo valor. Não sei se as perguntas na frente vão poder... de acordo com essa minha participação de rodar o estado, porque essa experiência ela foi de campo. É um grupo de teatro de rua e a gente vivia essa situação de contaminação e eles foram muito pressionados que eles não podiam fazer a apresentação e aí se as perguntas na frente se fazerem valer, vale a pena vocês saberem a minha opinião em relação a isso: o quanto foi valioso o líder da equipe seguir com o projeto e a gente passar pelos estados fazendo as apresentações de teatro, mesmo em pandemia, mas seguindo todos os protocolos de segurança e tal e eu recebi deles bem, assim, foi tudo tranqüilo, eu acho que... eu acho que é isso.

**P1: Obrigada Luciano. Você teve experiências diferentes em relação ao uso da lei. Interessante isso. É Thiago, conte-nos.**

E3: Minha participação nesse processo com a LAB foi curiosa porque eu ganhei dois editais com o mesmo projeto. E isso me



implicou ter esse desafio de gestão, com o mesmo projeto fazer a gestão de dois dinheiros diferentes. Mas vou começar do início. Eu acho que foi fundamental as informações que eram divulgadas pela Jandira [Feghali], toda essa equipe política que estava de frente na formulação da lei foi importante, pelo menos para mim, estar acompanhando desde o início desse processo. De modo que isso me ajudou lá depois, na hora dos editais, a saber mais ou menos como que ia ser. A dinâmica de implementação da lei, como funcionavam as linhas. E mais, eu percebi, eu acompanhei bastante de São Gonçalo, na época eu estava em São Gonçalo e eu participei do processo lá com o outro edital, mas também aqui no Rio. Porque era um edital de artistas, e aí a empresa que eu estava atuando era aqui no Rio. Aí por isso que tenho essa dimensão. Eu percebi o pessoal assim, é aquela velha história do setor, um pessoal que falta uma formação em projeto, em modelagem de projeto. Por exemplo, em São Gonçalo as pessoas não sabiam fazer o portfólio, fazer a juntada dessas informações. Então coisas básicas. Itens básicos de um produtor cultural as pessoas ainda não sabiam como fazer. Imagina, fico pensando, imagina fazer um orçamento? Nesse processo de avaliação desses projetos assim pelo Brasil percebia-se como realmente faltava tanto uma formação - acho que posso dizer técnica; a gente pode dizer que é técnica: mexer numa planilha orçamentária por exemplo, tanto dos proponentes - os produtores - quanto dessas secretarias que também estavam completamente despreparadas para lidar com esse volume de recursos, para lidar com o que não vinha ali da secretaria mesmo. Vinha de fora. Então assim, eu vi coisas grotescas, gestores públicos batendo cabeça, porque não sabiam nada e aí fica flagrante que algumas secretarias, o secretário de cultura não é do setor cultural e o que prejudica a dinâmica. A pessoa nunca ouviu falar em política cultural. Imagina gerir um valor de um município. Entende a gravidade? Os problemas chegam nesse nível, de um gestor que não sabe o que é política cultural, não

sabe nada sobre o assunto e aí tem que lidar com isso. De modo que, o que às vezes vem como benefício acaba virando um monstro, esse recurso acaba virando um monstro. Mas do ponto de vista pessoal, essa minha investigação prévia no que estava rolando, facilitou bastante e a minha atuação prévia, toda uma formação, que nem todo mundo tem e é a maioria das pessoas, até me ajudou bastante nesse processo de construir um projeto, que foram muitos. E todos nós que estamos aqui, que fomos contemplados, eu acredito que a gente tem que se sentir vitoriosos porque foram muitos projetos e um processo seletivo extremamente competitivo. Com uma galera sedenta de vontade de produzir e sem grana. Do ponto de vista... a gente vai falar do estado depois. Eu ganhei do município do Rio e ganhei do estado, da SECEC [Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa], do município do Rio: houve bastante "bateção" de cabeça por parte da secretaria, sobretudo no cumprimento dos prazos, houve bateção de cabeça... e era prefeitura do Rio... mas era Crivella, tudo faz sentido um pouco. Apesar de ter bons quadros lá dentro, funcionários públicos estavam colocando para funcionar, mas bateção de cabeça do cumprimento dos prazos, assinatura de contratos, eles chegaram a depositar a grana do aporte numa conta errada, que a gente tinha captado na empresa em 2016 uma grana do ISS. E aquela conta estava ativa, mas a gente não estava usando. No edital eles pediram a conta, mas conseguiram errar até nisso. Depositaram a grana do aporte na conta errada, foi um perrengue depois, do ponto de vista fiscal e contratual, como é que o que a gente ia fazer nesse sentido? O que facilitou bastante, no caso do município, como era cinquenta mil - é uma coisa que até eu vou apontar depois, quando a gente entrar essa coisa da SECEC - a nossa sorte que a prestação de contas no caso da do município é que para aportes até cinquenta mil a gente não precisa fazer aquela prestação de contas financeira. Nota a nota ali. Isso facilitou bastante para quem ganhou aporte no município do Rio. Assim,

é porque nos demandava menos do ponto de vista de gestão, de comprovação e aí, por exemplo uma função, uma rubrica que a gente colocou lá no orçamento e na hora que foi executar cadê, qual é o CNAE<sup>48</sup> que cumpre função? Não tem. E qual é esse desafio? Então se a gente tinha... percebemos que tínhamos, e eu não sou administrador. Eu não venho da Administração e nem da Contabilidade. Então assim tive que ter noções de contabilidade para saber CNAEs, para saber se as características fiscais... para poder bater tudo direitinho. Assim, a gente tentou fazer isso para os dois, mas no município, pra nossa sorte não tínhamos essa obrigatoriedade de mandar prestação de contas financeira. Mas tinha que ter essa dimensão de gestão sim. Eles atrasaram o pagamento também e até hoje eles não confirmaram a aprovação do cumprimento do objeto do projeto. Até hoje eu não sei se está aprovado. A minha prestação de contas tinha cento e sessenta páginas, mas até hoje eu não sei se eu estou idôneo lá na SMC [Secretaria Municipal de Cultura] ou não, porque eu não sei como é que está isso lá dentro. Gostaria de saber. Ter essa aprovação, até porque o governo Bolsonaro nos ensinou uma coisa, com esse processo de Ancine [Agência Nacional do Cinema], de pessoas na Ancine tendo que prestar conta de figurino que alugou há vinte anos atrás, entendeu? Aí a gente não pode confiar nisso. A gente tem que estar seguro ali, portanto eu gostaria que a SMC me fornecesse algum tipo de aprovação para que a gente, sei lá, vai que entra um Crivella daqui a quatro anos, Deborah, e faz uma devassa? O projeto que eu fiz foi LGBT, entendeu? Se Bolsonaro ganhasse os quatro anos como é que ia ser? Eles iam fazer uma devassa para quem faz projetos LGBT. Tenho certeza. Era um governo homofóbico. Crivella também. Então gostaria de ter essa

---

<sup>48</sup> Nota da pesquisa: CNAE significa Classificação Nacional de Atividades Econômicas. Trata-se de um código utilizado para identificar quais são as atividades econômicas exercidas por uma empresa.

comprovação para futuramente, se acontecer uma outra guinada à direita e fizerem devassa na LAB, com certeza vai haver, tenho certeza que eles vão fazer essa devassa... é que eu gostaria: “está aqui oh, a secretaria aprovou o meu projeto e não devo nada ao estado etc.” Eu acho que é isso, eu não sei se eu consegui contemplar, mas para mim teve uma certa facilidade tanto de compreender o mecanismo, compreender os editais, modelar o projeto e enfim executá-lo. Tive essa facilidade sim.

**P1: Obrigada Thiago. Na experiência de vocês, no olhar da setorial, nas especificidades do audiovisual, ainda que vocês gravitem em outras áreas, mas é o que os une aqui, vocês acham que os editais contemplaram as especificidades da setorial de vocês, no que diz respeito a aceitar contrapartidas ou mesmo ao tipo de projeto que vocês desenvolveram, teve algum tipo de problema em relação à percepção governamental da setorial de vocês ou isso não aconteceu?**

E1: Não, aqui em Nilópolis não tive problema em relação a isso na primeira remessa não.

**P1: Alguém reporta alguma?**

E3: Eu acho que é impossível para a LAB, no caso do audiovisual por exemplo, fomentar longas. Portanto eu acho que a setorial de audiovisual, eu acho que ficou um campo um pouco: “manda aí tudo e as comissões de avaliação, vêem...”, porque já tinham um teto. Tinha liberdade. Eu consigo levantar esse filme por cinquenta mil. Tinha essa dimensão, então foi um pouco...vai tudo, sem entender essas particularidades do setor. O que eu acho que vai ser um desafio para Paulo

Gustavo, por exemplo. Não é toda cidade do Brasil que vai ter longa-metragem. Por exemplo, não vai ser toda cidade do Brasil que vai ter curta-metragem. Concordam? Eu acho que esse desafio dessas particularidades, pensando o audiovisual, eu acho que vai vir a partir da Paulo Gustavo, porque aí as secretarias de cultura vão ter que entender isso. Quais são as demandas que esses territórios têm específicos aí?

E2: Para mim também não teve muito problema não, assim, em relação a isso. Eu fui contemplado tranquilo em relação ao tipo de projeto.

**P1: Em relação à experiência de interlocução com o Estado, como é que vocês avaliam qual o papel do órgão de cultura, seja a Secretaria Municipal, a Secretaria Estadual ou mesmo a Secretaria Especial de Cultura do Governo Federal, na implementação da LAB? Seja o Governo Federal da forma como ele se colocou, seja o Governo Estadual nas interlocuções com os editais estaduais que vocês tenham tido, seja os governos municipais, seja do município vizinho que vocês perceberam de diferente, de positivo, de negativo. A Cíntia já apontou uma parte, Luciano outra parte, Thiago outra parte, mas eu queria que a gente falasse um pouco da percepção de vocês do Estado, do Governo, Estado entendendo como Governo, não só o governo do estado, município, Estado e Governo Federal.**

E3: Eu acho que tem muito a evoluir a articulação das secretarias de cultura com a população. Eu por exemplo, ganhei o edital da SECEC que até hoje eu estou com questões da prestação de contas, porque a SECEC não responde. Eu ligo para eles, eu mando mensagem, eu mando e-mail, ligo para lá, pedem para mandar e-mail, eu mando um e-mail, não

respondem, eu não consigo, eu estou há um ano querendo resolver, tem dinheiro sobrando do projeto na minha conta e o banco já está querendo congelar a conta porque não está sendo usado, e a SECEC não me ajuda a devolver esse dinheiro pro estado. Então, assim, muito ruim. Dia 31/12/2020, às 3 da tarde, eu estava ligando para SECEC para assinar o contrato do aporte e “bateção de cabeças”, e pessoas que não têm a formação, estão despreparadas. Sabe o que que eu acho? Que, às vezes, fico pensando e aí isso é uma velha tradição, que às vezes algumas figuras que trabalham nessas secretarias, de fato não sabem lidar com a cultura, parece que foi indicado por alguém, sei lá, fez um curso de administração e acha que está tudo bem. Muitas pessoas não sabem nem a lei de licitações, não vão saber. Enfim, eu acho que foi falha, descumpriram prazos, a comunicação é truncada, a comunicação às vezes é inexistente. E eu acho que tem muito a melhorar. Às vezes parece que o estado fala uma coisa e a gente não tem muito direito de questionar, não tem muito um diálogo. Eu senti também um pouco isso, porque, por exemplo, o desenho de financiamento da LAB da SECEC foi bastante criticado ali em algum momento. *Lives* foram feitas, pessoas como a secretária Danielle [Barros – Secretária de Cultura do Governo de Estado] falando isso na *live* e nada disso foi ouvido, entende? Inclusive é mais um outro desafio na Paulo Gustavo. Como que vão usar dinheiro do FSA [Fundo Setorial do Audiovisual<sup>49</sup>] como é que isso vai atingir os entes do setor? Pessoas que a gente está falando que não ganham esse... não é uma pessoa que vai ganhar PRODECINE 1 [programa destinado à produção e comercialização de cinema]. Assim,

---

<sup>49</sup> Nota da pesquisa: Os recursos do FSA são oriundos de contribuições recolhidas pelos agentes do mercado, principalmente da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (CONDECINE) e do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL). - <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/fundos-governamentais/fundo-setorial-do-audiovisual>

esse dinheiro vai vir viciado a partir dessa interpretação? Acredito eu, uma hipótese, que esse dinheiro vá vir viciado para contemplar esses grandes produtores... Não! Eu acho que a função é outra. Portanto, eu acho que tem que haver bem mais diálogo com os agentes da classe e comunicações, ensinar mesmo a fazer prestação de contas, fazer um caderno, fazer um manual de prestação de contas, um manual de modelagem, um manual de como funciona a lei, são *lives*, oficinas, é trazer o setor de contabilidade, que certamente tem nessas secretarias para fazer uma *live* para esses produtores, como prestar contas. É fazer assessorias, enfim, trabalhar. E trabalhar mesmo, atender essa população nesse momento que era fundamental, quer dizer, é um marco, a história das políticas culturais, acho, vai dizer isso “é um marco no setor”. E as secretarias não estavam prontas para atender o produtor cultural como um todo, assim. São pessoas que estão aí na luta, que não têm uma formação às vezes na área, que vão fazendo e vão fazendo, aos trancos e barrancos e aí tem essa possibilidade de ter esse aporte, muita gente pela primeira vez teve que lidar com isso, com gestões culturais desses projetos. E eu acho que faltou a secretaria dar um apoio nesse sentido. Nem que usasse recursos do fundo, da própria LAB para isso. Que eu acho que não, seria um absurdo se não fosse uma porcentagem da LAB para esse caráter, esse caráter de ajuda para o setor. Eu acho que só teria a ganhar esse processo.

E1: Então, a comunicação com a SECEC, com a secretaria aqui de Nilópolis foi muito difícil. Essa questão da comunicação é muito difícil porque eles realmente não respondem email, você liga, eles mandam enviar e-mail, eles não respondem. Aí você tem dificuldade, você quer tirar dúvidas e as pessoas lá não são capacitadas para responder e eu fico com ódio, porque eu não tenho trabalho e esse povo que não sabe fazer porra nenhuma trabalhando em secretaria. E não só eu, na minha turma, da minha faculdade, muita gente formada em Produção

cultural que é capacitada e habilitada para estar lá, fazendo esse tipo trabalho, não consegue o trabalho, um monte de gente desempregada, com formação em Produção cultural, que sabe lidar com isso e um monte de gente lá que é só indicação, que não sabe fazer. Bom, o secretário de Nilópolis não entende porra nenhuma de cultura. Eu gosto dele, ele é maravilhoso. Adoro tomar cerveja com ele. Mas ele não sabe nada de cultura. Entendeu? Não entende. E isso me deixa muito aflita e angustiada porque a quantidade de pessoas que trabalham com cultura em Nilópolis, que são da área de produção cultural, formadas inclusive pelo IFRJ<sup>50</sup> entendeu? Que são moradores daqui que poderiam assumir um cargo desse tipo, entendeu? E eles... a gente fica batendo cabeça com o edital porque eles não sabem aplicar, eles não sabem usar a lei, por isso que a questão que eu falei da Paulo Gustavo, a gente está muito preocupada, a gente que é da área do audiovisual aqui da Baixada, a gente está muito preocupada porque a gente sabe que vai ter muitos problemas de execução. Porque eles mandam verba de acordo com o tamanho do município. Nilópolis é um ovinho. Eu duvido que a gente consiga fazer algo muito relevante aqui com o valor que vai vir da Paulo Gustavo para cá. Então esse tipo de situação que vai desmotivando assim em relação às leis, porque a gente tem essas questões e é realmente a comunicação com a SECEC é o Ó [sic], eles não respondam, não adianta. É uma coisa que não é pontual assim, o município do Rio é a mesma coisa assim, eles não respondem. A gente com dificuldade agora com FOCA [O Programa de Fomento Carioca – Foca consiste no apoio financeiro a projetos culturais a serem realizados na cidade do Rio de Janeiro], eles não respondem, eles não... a gente tenta tirar dúvida e liga e nada, nada é horrível, horrível.

---

<sup>50</sup> Nota da pesquisa: IFRJ – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, que oferece a graduação em Produção Cultural em seu campus de Nilópolis.

**P1: Luciano, já voltou? Acho que não. Não tem problema, então vou fazer um pedido tanto para Cíntia quanto para Thiago, eu não sei se o Luciano vai ter a oportunidade de voltar ainda nessa rodada. Se vocês tivessem que classificar com uma palavra, um adjetivo, essa postura governamental na hora de execução da LAB, seja inclusiva, segregadora, enfim citei dois exemplos, mas citem o exemplo que vocês... se vocês tivessem que definir com um adjetivo, qual seria?**

E1: Para mim foi decepcionante assim.

E3: Eu fico pensando... eu acho que no caso da SECEC, que é um governo, uma gestão, todo esse dinheiro veio e foi distribuído com muita desconfiança. Tudo a gente tinha que fazer vídeo, tudo a gente tinha que fazer uma *live*. Parece que eles não sabem que, assim, a gente tem um projeto para realizar, essa é a comprovação. Por que que a gente tem que fazer *live* e vídeo, entende? Assim, então para mim - no que pensa no Rio, pensando estado do Rio de Janeiro, pensando no município desconfiança. É aquele eterno preconceito com o produtor cultural. Que parece que vai roubar, uma coisa que não rola com outros subsídios em outros setores econômicos, sabe. Setor automobilístico, por exemplo, de construção de carro, sofre o mesmo preconceito? Precisa prestar contas assim como a gente presta? Então, eu acho, eu senti um tom de desconfiança da gestão que encarou a implementação da LAB aqui no estado do Rio e no município.

**P1: É queria que a gente falasse agora sobre participação e engajamento. O Thiago já comentou brevemente que participou das *Lives* ainda de discussão e elaboração LAB, que isso teve alguma reverberação no momento em que ele teve que é propor um projeto... queria que vocês**

**falassem como é que é a interlocução de vocês. Vocês participam de coletivos? Participam dos conselhos? Participam de colegiados? Se participam, se não participam diretamente... como é que vocês viram esses espaços de participação e a interlocução com os governos na hora de executar a LAB?**

E3: Eu não participo diretamente, mas estou sempre acompanhando de forma indireta, estou sempre acompanhando as movimentações do conselho estadual, do conselho municipal, acompanhei bastante aqui, no Conselho Municipal de São Gonçalo. Naquela época ali que houve uma grande mobilização. Eu senti que os conselhos, um pouco... cada um tinha o seu direcionamento. Muitas vezes... por exemplo, lá em São Gonçalo é bastante forte as academias de dança. Coisa que acaba entrando nesse *hall* cultural ali, aí tinha uma primazia da galera de dança dentro do conselho. Tinha uma força maior. Ee isso acabava influenciando as diretrizes, os encaminhamentos do conselho. Às vezes eu sentia que tinha essa impressão ali que, às vezes não necessariamente estava compreendendo um todo, mas havia uma forte influência de uma da força de cada segmento ali.

**P1: Cíntia, você sentiu alguma coisa em relação à participação, em relação ao conselho, você sentiu se a sociedade foi ouvida no momento da elaboração dos editais? Qual foi a sua experiência?**

E1: Não, eles não consultaram ninguém, eles simplesmente fizeram o edital todo cagado aqui em Nilópolis, pelo menos, assim, que foi que eu tive um contato mais direto que a gente brigou muito para conseguir. A gente teve, eles não consultaram ninguém, eles fizeram o edital super burocrático que, no geral as pessoas não conseguiam lidar, tanto que a

primeira remessa de dinheiro assim, sobrou muito dinheiro porque não teve inscrição suficiente para usar todo dinheiro e eles colocaram por exemplo edital para CNPJ. Sendo que assim sobrou muita vaga porque aqui não tem... aqui são muitos produtores independentes. Eu conto nos dedos quantos produtores culturais são formalizados aqui em Nilópolis, além da minha. Então assim, a gente tem muita dificuldade, teve muita dificuldade com esse diálogo esse edital muito burocrático, que não chegou nas pontas, assim, não chegou. Quem conseguiu escrever, quem conseguiu inscrever foram as pessoas que tinham um acesso maior à internet, acesso a essas coisas de editais, a gente que é da produção cultural que já trabalha com isso, que já tinha noção de lei, que já tinha trabalhado com outras leis - que seja ICMS, Rouanet, porque ISS Nilópolis não existe, a gente paga, mas não existe. Então tem toda, não sei para onde vai esse dinheiro, deve ser pra bunda deles, porque isso aqui não existe aqui. Então funciona todas as questões que a gente teve essa dificuldade de lidar aqui muito grande e Belford Roxo, que foi as que eu tive mais contato também foi muito difícil.

E3: Eu ouvi dizer também que, por exemplo, em São Gonçalo foi, parece que foi o conselho que foi a comissão ou pelo menos decidiu quem seria a comissão de avaliação dos editais. Assim, eu achei isso extremamente preocupante. Que não fizeram uma chamada pública para eleger, de fora da cidade, é importante, para fazer essa avaliação desses projetos assim. Então é, aí tipo é quem ganhou quando você vai ver os contemplados parece coincidência demais. Foi outra coisa que me chamou atenção assim alguns conselhos tiveram um poder decisório em quem ia receber o aporte isso é preocupante. Acho que isso tem que ser totalmente pessoas de fora do território, enfim. Totalmente fora deles. A sociedade civil mesmo ali, pessoas do setor decidindo, vendo o que os

projetos têm a ver com os territórios ali, os mais eficientes. E isso eu achei bastante preocupante.

E2: Eu queria ter conseguido escutar essas respostas, mas foi justamente na hora que eu tive que me ausentar, não escutei.

**P1: Sem problemas. A gente está na fase só para te, a gente está falando nesse momento, da experiência da participação, de como é que foi? Se participam de conselho, de coletivo e tal, se querem só alguma coisa, como é que foi esse processo de escuta do governo dessas instâncias? Se na experiência de vocês, o Governo Municipal ou o Governo Estadual ouviu o conselho, se teve algum tipo de interlocução mais direta de participação da sociedade civil.**

E2: É, aqui em Maricá, nessa época quem tinha a participação de colaboração e a secretaria ouvia era o fórum a gente não tinha conselho de cultura, por isso que eu queria ter escutado dos outros como era a experiência. Se eles tiveram a influência do conselho de cultura, porque o nosso conselho de cultura o primeiro foi eleito agora no final de 2021 e eu sou conselheiro de cultura de Maricá. Então por isso que eu queria ter escutado, Maricá está no seu primeiro conselho de cultura.

**P1: Mas como é que foi a interlocução com esse fórum? Esse fórum foi ouvido pela Prefeitura, não foi ouvido, como é que foi?**

E2: Foi, razoavelmente foi bem, a relação foi boa sim, o fórum foi boa, é até recente teve uma fala aqui dentro do conselho de uma conselheira de dança, que eu vi isso de outros fazedores de cultura que é inegável que a secretaria daqui ela fez um

esforço muito grande para conseguir não falhar, mas teve suas falhas, teve seus vacilos, devolveu dinheiro, teve uma parte de grana que foi devolvida, que se tivesse sido consultado, tivesse um conselho e tinha uma sugestão de solução rápida para isso que eu me lembro que nas conversas que nós tivemos com pessoas aqui influentes do município, a verba podia ter sido resolvida na hora que viu que, não conseguiu concluir, foi alguma coisa em relação a inscrição ou alguém que se inscreveu e não terminou e aí voltou lá uma fatia pequena de grana, mas não precisava ter voltado. Por quê? Porque no incisivo [sic] três que era premiação existia uma lista de pessoas com idade que não conseguiam preencher, por exemplo, eles iam contemplar com premiação, quinze fazedores de cultura antigos daqui do município e foram inscritos sei lá trinta então, quinze estava na lista não recebeu pegava o dinheiro que sobrou e dava pro resto da lista desses que era só receber, não precisava criar, não precisava fazer, não precisava dar comprovação porque já estavam inscritos, já estavam todos do processo contemplado e o município, a secretaria não conseguiu resolver dessa forma simples por exemplo. E infelizmente o nosso conselho mesmo não existindo conselho nesse momento da Lei Aldir Blanc a gente ainda está com muita dificuldade aqui com o conselho. Conselho é uma coisa muito nova nos municípios e é um aprendizado constante e erros que se repetem de forma muito parecida. Os municípios repetem modelos parecidos, claro que cada um com o seu problema específico, às vezes tem uma coisa absurda, uma coisa de destaque dentro do município, mas parece que são sempre as mesmas questões dentro desse emparelhamento que dificulta essa relação que deveria ser fácil. Ainda mais num emergencial. A Paulo Gustavo, eu como conselheiro, aqui estava mapeando e claro que não tem a ver com o que a gente está falando, estava mapeando um a um. Falando com as pessoas que estavam dentro da setorial só do grupo do WhatsApp que é pela internet, a gente sabe

que existem outras pessoas que não estão incluídas dentro desse grupo e quando veio aqueles vetos, aquela coisa toda eu simplesmente parei, as pessoas elas se veem muito cansadas, nessa resistência permanente, da falta de organização, tanto da estrutura pública e às vezes, até mesmo de nós enquanto sociedade civil estar desorganizada para poder estar cobrando de forma legítima, de forma válida. A sociedade civil sempre se ferra mais. Ela mesmo... você não pode só culpar a desorganização da sociedade civil porque aí é uma outra discussão que eu sempre pauto e tento lembrar dentro do conceito de cultura, que a cultura não é só quem faz arte, às vezes a gente esquece, porque a forma mais fácil da gente ter alcance do fazer cultural são os artistas, mas existe uma outra coisa que é cultura também que não está dentro da arte. Cultura é uma discussão muito ampla e isso eu posso até desabafar e finalizar a minha fala - porque eu acabo me perdendo, porque são tantas questões: quando eu fui contemplado pelo Governo do Estado me questionei muito, porque eu sou formado desde 2003, foi quando me profissionalizei e comecei a ter um envolvimento muito forte com a arte e com a cultura, e a Lei Aldir Blanc e o momento em que eu tive esse dinheiro de verba mais fácil eu questionei todo meu entendimento sobre cultura e todo o meu entendimento sobre o direito à cultura. O direito a ter a verba, saber que isso deveria ser mais fácil e não é, ainda, já passou da hora, muito da hora, mas graças a Deus 2023 está aí, a gente vai voltar a ter Ministério da Cultura, isso tudo muda.

**P1: É Luciano eu vou só fazer um pequeno pedido para você, eu já fiz isso para Cíntia, para o Thiago, só para gente alinhar, vou pedir se você pode classificar a experiência governamental no uso da LAB. Sei que você que você teve experiências diversas, mas por exemplo: a Cíntia se não me engano, classificou a experiência dela como decepcionante. Acho que sim se minha memória não**

**me falha. Thiago é classificou a experiência com desconfiança. Tratou os artistas com desconfiança. No seu caso o que que você acha que caracteriza a postura governamental no uso da LAB? Uma palavra!**

E2: Uma palavra? É uma postura excludente, ainda.

**P1: Perfeito, está bom. É por último para gente encerrar o último, o quarto, último e quarto bloco, eu queria que vocês pensassem um pouco pós LAB, depois que a LAB, tudo bem que ainda têm pessoas que conseguiram prestar contas, não conseguiram, têm problemas na resolução, conseguiram fazer contrapartida, não conseguiram, isso no Brasil inteiro. Mas pensando nas realidades de cada local, principalmente nos municípios. Na interface com os municípios, na opinião de vocês, a experiência da LAB mudou de alguma maneira a postura do governo local? Em que sentido? O governo local passou a fazer outras políticas depois da experiência de ter executado editais na LAB ou não? Continua igual ou até pior; teve mudanças governamentais ao longo desse tempo, enfim, como é que vocês avaliam a atual postura dos governos locais, dos municípios depois da experiência da LAB?**

E3: Eu acho que primeiro falar que a postura dos governos diante da LAB também tem que demandar, tipo, uma mudança também não só no sentido propositivo de novos editais, mas também de uma nova tratativa com esses produtores, que eu acho que foi a Lia Calabre que falou isso, a gente conversando uma vez, ela falou que o dinheiro da LAB se volta, o que parecia ser uma glorificação do produtor, o dinheiro da LAB se volta contra ele, porque ele vai ficar totalmente igual na teia de aranha. Com essa coisa da prestação de contas financeira o produtor por desconhecimento, não é má fé, isso que é que a

SECEC tem que perceber não é má fé nossa. De que a pessoa não tem essa expertise em contabilidade... emitir uma nota, às vezes é o fornecedor que está com a nota emitida errada, como foi o meu caso. Eu não tinha passado por isso e aí a SECEC vai: "você vai ter que devolver". E pior, que eu acho pior, você ser reprovado. Você fica com esse estigma terrível. Por um valor que sei lá, cinquenta mil, produtor feliz, tal, a primeira... muita gente jovem. Eu vi muita gente jovem ser contemplada, ganhar cinquenta mil para fazer um projeto, isso é histórico. Imagina! você em São Gonçalo, você em Nilópolis, na Baixada ganha cinquenta mil. Um cara da favela lá da Maré onde eu trabalho, ele ganhou do município cinquenta mil, foi a primeira vez assim, uma emoção e aí você vê que esse dinheiro se volta contra essas pessoas, eu acho que o Estado tem que fazer alguma coisa nesse sentido. Assim, valores até cinquenta mil, não cobrar prestação de contas financeira, ou desvincular, não sei se isso é possível, é hipótese - posso estar falando absurdos aqui, não sou do campo do direito - desvincular sei lá alguns aportes culturais da lei de licitações ou simplificar de alguma forma. Uma coisa que a Ancine tentou fazer e depois o próprio TCU, enfim, condenou, foi uma loucura, tem a ver com o governo Bolsonaro, certamente, para atacar a Ancine, mas a Ancine tentou fazer uma maneira ali, uma prestação de prestação de contas em grandes itens, de uma outra..., enfim, pensar em modelo de prestação de contas porque a gente já é obrigado a ter a formação em produção cultural, ter a formação, uma iniciação em administração, contabilidade, caramba, leis de incentivo, direito... eu acho que é um pouco pesado isso. Então eu acho que é esse o papel dos gestores, dos secretários, do ponto de que são também agentes políticos, é também fornecer um ambiente mais facilitado, sabe? Porque a gente está falando de pessoas que nunca tiveram essa experiência. Nunca prestaram conta financeira. Às vezes a quantidade de nota que eu emiti pros outros por conta dessa LAB pessoas que... atores, realizadores, produtores que estão



aí mas não tem um MEI e aí, sabe? Acho que isso precisa ser pensado.

**P1: Muito boa a sua reflexão Thiago, mas em relação a sua realidade você acha que mudou alguma coisa? Você acha que a postura governamental mudou de alguma maneira ou não?**

E3: Eu acho que é cedo para dizer no ponto de vista geral. É fazer o que vocês estão fazendo, você, o professor Luiz.... Ouvindo a galera. É cedo para dizer. Se isso vai representar de fato uma postura. O que eu vi por conta da LAB: São Gonçalo finalmente criou seu primeiro edital pela primeira vez. Um ano depois com o dinheiro direto da pasta eles lançaram o segundo edital. Achei bacana e assim, não consigo afirmar e teria que perguntar pro gestor, mas me parece ser uma influência da presença da LAB ali, entendeu? Que ocasionou esse segundo edital, já que é muito parecido inclusive etc. Então pode-se dizer que pode haver inúmeros exemplos de mudança ali de postura.

E2: Eu acho que a postura ela mudou, mas isso é relativo porque basta sair o secretário, entrar uma nova prefeitura e a preocupação maior é o que está sendo tentado se implementar com a Lei Aldir Blanc de ser uma coisa continuada, a partir do momento que for uma coisa permanente aí vai mudar a postura deles. É, eu acho que a gente não tem o exemplo ideal ainda em função da gente ter vivido isso dentro da pandemia e talvez a pandemia tenha sido o momento ideal pra gente poder, para quem viveu a Lei Aldir Blanc, a gente poder ter um verdadeiro estágio, foi um verdadeiro estágio, a coisa não começou, não tem como dizer que vai mudar a postura deles, porque a nossa postura também tem que mudar e ao mesmo tempo mudar com isso que o Thiago falou sabendo que a gente tem que mudar a

nossa postura de saber que o que é o nosso direito, o nosso direito também de não ser tão burocrático. Foi o que ele falou e a gente continuar pautando e sabendo dividir que determinadas pessoas não precisam aprender a ser produtores, eles só têm que executar a peça. É muito cruel o momento que a gente vive hoje de aceleração até mesmo de você criar um CNPJ, de você ter esse entendimento de que você é uma empresa, a cultura ela não precisa ser mercantilizada, sabe? E apesar disso ela precisa ser sustentada, ela precisa ter o seu sustento. Então, nem sempre o fazer cultural, uma Secretaria de Cultura precisa fazer disso um produto. O produto a ser contemplado, porque ele vai ser disseminado para muitas pessoas. Porque na hora que você transforma ele em um produto e você vai apresentar isso para uma série de pessoas e aí que é válido, é aí que ganha ponto no edital. “Ah, você vai apresentar isso para trezentas pessoas” você está segmentando, você está excluindo. Tem gente que tem uma função cultural, histórica dentro do município e como é que a gente faz para ela ser contemplada? Aqui no meu município, eu vou citar um exemplo, porque ele é meu amigo e eu posso dizer isso, ele é um... (o meu Deus do céu, Literatura de cordel), ele é um cordelista. Eu sempre falo para ele que ele é um cordel ambulante. Ele é a cultura em si. Ele é um cara que veio do Nordeste, viveu aqui no Rio, viveu em Maricá, ele tem todo o aspecto, ele tem essa coisa cultural, ele vive o tempo todo se virando nos trinta dentro dos projetos para poder ter essa organização burocrática. E aí vem alguém e abraça ele, dá uma ajuda a ele, produz ele..., ele não precisa fazer isso, mas ele tem que fazer, aí ele tem uma companheira que ajuda muito ele, ele devia estar correndo as escolas e as escolas estarem fazendo reverência a ele. O nível de conhecimento dele de literatura de cordel e de história que ele carrega quando ele conta as histórias de quando ele era novo lá, a questão da notícia do cordel ser uma coisa que era a única coisa que a população acreditava no local, *piriri e pororó* é um intercâmbio

cultural sem precedentes, ele traz de lá uma realidade que será que isso transforma quem está gerenciando a LAB? Eu acredito que não, e vou finalizar aqui senão não paro de falar gente.

**P1: Alguém levantou a mão? A Cíntia. Ah está bom. É você quer se despedir ou....**

E1: Não, é porque eu tenho uma reunião daqui a pouco e eu não vou conseguir ficar. Eu tinha até falado com o Eri que eu estava enrolada hoje, porque eu estou em jornada acadêmica do mestrado também e estou toda embolada, mas acho que não tenho muito mais o que falar, Eu acho que falei tão mal deles, mas é isso assim, a dificuldade que a gente viu. De toda a gestão, da execução, a dificuldade com questão de notas, como o Thiago falou, entendeu? Foi muito complicado. Eu emito muita nota para amigos meus que precisam em editais, porque passa por essa dificuldade, agora no FOCA, também tem acontecido muito isso de amigos que trabalham com a gente, que não têm CNPJ, não têm como manter esse valor mensal para manter um CNPJ, então a gente acaba fazendo essas notas. Querendo ou não são notas frias, né? A gente não trabalhou no projeto, mas se a gente não fizer isso as pessoas não trabalham, as pessoas não conseguem, porque eles acham... e é até uma fala de uma amiga minha ontem que estava comigo, eles acham que pessoa física não trabalha mais, é meio que isso. Eles não querem ter o trabalho de fazer um pagamento como pessoa física, até porque é muito mais difícil, é mais custoso, contador, a gente sabe a burocracia, a gente faz projeto com cinquenta mil, cem mil, é muito difícil pagar pessoa física, porque a burocracia é muito grande. Aí cada nota do contador, aí o contador cobra e é caro e a gente não tem como inserir esse valor. Então assim, são muitas burocracias assim... é muita, não é só a Aldir Blanc. O Brasil é

muito burocrático, as leis no Brasil são muito burocráticas, não só da cultura, eu vim da educação, a educação também é assim: você quer uma caneta, você tem que abrir um memorando para pedir uma caneta, sabe? Então, são coisas assim que a gente passa muito sufoco. E eu sei como é que é essa burocracia. Na educação tem muito isso também. Então assim, para gente conseguir desburocratizar isso é um processo muito grande, muito longo, não vai ser tão fácil, tão simples, entendeu?

**P1: É isso, muito obrigada Cíntia, agradeço muito sua participação.**

**P2: Se você tivesse dois minutinhos? Bem, eu queria saber de vocês três e pegar você antes de sair. É assim, porque o inciso dois ele demandava um cadastro, que os municípios deveriam fazer. Se isso aí gerou alguma articulação entre os espaços, alguns grupos cadastrados pós-LAB: Nova Iguaçu, mesmo em Belford, Caxias, essa região. Você sente que ao ter que ter cadastrado os grupos passam a se conhecer e se articular de alguma maneira?**

E1: Não, os grupos que já se conheciam, já se conheciam porque a cultura aqui na Baixada é bem ligada. Alguns municípios. Mas assim, esse intercâmbio de pessoas que se cadastraram - que a gente teve que fazer o cadastro prévio aqui, realmente, em Nilópolis, em vários municípios -, mas a gente não consegue ter esse acesso, eu não tenho acesso a esse mapeamento, eles não liberam, eu não sei, eu não sei se teria como ter acesso, mas eu nunca procurei esse acesso na real assim, se eu tenho, se eu tenho acesso para conhecer outros lugares, tipo assim, pontos de cultura, têm vários pontos de cultura em Belford Roxo, inclusive o terreiro da minha mãe de santo, é um ponto de cultura. Então, isso é da época de

antigamente, não é nem de agora. Então, eu só descobri isso há pouco tempo quando eu fui entrevistar ela com um documentário, entendeu? Aí eu descobri, entrei pra o terreiro, falei nesse meio período, então a gente vai descobrindo as coisas... a gente não sabe, às vezes tem um trabalho bacana pra caramba e a gente não tem essa divulgação da prefeitura, a gente não tem essa divulgação da Secretaria de Cultura, a gente não tem o cadastro, o mapeamento dos realizadores, que tenha essa divulgação pra gente poder acessar e a gente vai se conhecendo mesmo no boca a boca, como sempre foi aqui na Baixada.

**P1: Perfeito Cíntia, obrigada, sei que você tem que sair, muito obrigada, já agradeço. É depois por mensagem, eu já reforço, a gente vai mandar para vocês pra o WhatsApp o link do Apoena, para vocês conhecerem e terem acesso a um formulário que a gente também tem uma outra pesquisa que é um formulário dos trabalhadores da cultura, dos gestores públicos e dos trabalhadores. Seria maravilhoso se vocês pudessem também preencher o formulário em algum momento no tempo de vocês. Vou convocar, se vocês querem fazer alguma fala final, alguma reflexão final, acham que alguma coisa não foi tocada, que seria importante reportar?**

E2: Eu vou contar a experiência final de eu ter sido convidado para uma um projeto da Lei Aldir Blanc. É uma companhia de teatro de rua, se chama CHAP, Companhia Horizontal de Arte Pública, ela é sediada aqui em Maricá, mas ela tem um plano, o projeto dela em si, essa coisa de ser horizontal é que ela têm artistas pelo país inteiro. Então em outros estados, em outros municípios e aí ela faz os projetos e vai até eles para fazer o projeto lá nesse lugar ou então a pessoa vem até onde ela foi contemplada. Então, o que eu quero dizer? Que a gente acaba

esquecendo que determinadas coisas que a gente passou dentro da Lei Aldir Blanc está diretamente ligado à pandemia. Eu disse antes a questão deles serem criticados sobre ir para a rua, para apresentar o espetáculo. Gente, depois que passou tudo isso, a quantidade de gente que a gente apresentou, o projeto se chamava *Palhaçaria*, eram projetos de circo que tinham malabarismo e fazia-se um workshop também de perna de pau. Sempre orientado por um produtor local. Tinha uma contratação de um produtor local para orientar e direcionar a participação dentro da apresentação. A quantidade de máscara que foi distribuída e o hábito de exigir das crianças e do público que fosse assistir, passar o álcool gel na mão, isso foi antes da gente ter a vacina, talvez, talvez, os lugares eram tão inóspitos, tão carentes essas máscaras tenham protegido essas crianças e essas comunidades que a gente chegava lá no lugar e eram pessoas que não usavam ou se não usavam, não tinham acesso, a essa coisa de ter a máscara, de comparar a máscara. Então, foi um projeto muito interessante, muito valioso, de pessoas que quando a gente chegava lá elas estavam há meses sem ter nada. Teve uma comunidade que a gente foi e o cara falou “tem um ano que ninguém vem aqui a esse espaço, aqui onde vocês vão se apresentar, sempre tem uma festa, uma capoeira, um show, não sei o que... vocês são os primeiros a virem depois da pandemia”. Isso foi, a gente abriu nossas apresentações no início de 2021 e, aí eu estou aqui teorizando, não querendo afirmar que, graças a vontade de fazer, levar a cultura para quem não tinha a possibilidade de estar confinado com televisão, com internet, com distração, talvez essas apresentações elas tenham levado saúde para essas pessoas, só de participar, ver. Além disso, essa distribuição de máscaras. Então a Lei Aldir Blanc deve ter muita história guardada da força da cultura, da força que a Lei Aldir Blanc teve de proteger e propiciar coisas que precisam ser contadas. As pessoas precisam saber! A minha vontade é retornar lá para ouvir dessas pessoas, desses municípios. O

que foi isso? O retorno disso. Tinha muita comunidade que tinha gente que nunca tinha pegado covid. Ninguém tinha pegado covid. E aí depois a gente contactou e falaram que pegaram covid. É isso que eu estou querendo dividir com vocês. É a força da cultura, é a força de um projeto da Lei Aldir Blanc. Nesse momento, talvez, seja o estágio para a Lei Aldir Blanc, futuramente, ser uma grande força para poder a cultura ser tratada como deve, encontrar essas suas forças, as forças menos burocráticas e salvar as pessoas. Também é um outro ponto de discussão permanente que às vezes a saúde não é só ir ao hospital, tomar um remédio, isso é saúde. A cultura leva saúde para as pessoas. E essa experiência da Lei Aldir Blanc tinha convidado foi a mais impactante e muita história para contar, gente. Assim, é uma coisa assim, muito impressionante. Depois de lembrar e resgatar um passado e fazer essa pesquisa aqui é bom para não esquecer.

**P1: Legal Luciano, muito obrigada. Obrigada por reportar, é uma perspectiva interessante. Thiago quer fazer uma fala final, quer fazer pontuar alguma coisa que acha que enfim, deve ser lembrada, a gente não tocou?**

E3: Eu acho que eu me sinto satisfeito. Acho que como um todo é tentar cuidar para que haja um desenvolvimento mesmo. Acho que a LAB foi fundamental para história da cultura brasileira, e, de novo, a discussão do Fundo Nacional de Cultura como um grande vetor da cultura brasileira. Fica flagrante. Mais uma vez um fundo e não as leis de incentivo, apesar de terem o seu papel cada vez menor, mas tem o papel do Fundo Nacional de Cultura como uma grande política cultural ali de fomento. No Brasil. E eu acho que é tentar aperfeiçoar para o programa que virá aí para os próximos anos que, sobretudo, também, essa experiência, tem que ficar para a Lei Paulo Gustavo que eu acho que é o que virá primeiro e virar

mais complexa com recurso do fundo setorial, então a gente tem que cuidar muito para que seja atendida de fato de uma maneira democrática que alcance aquele pequeno produtor e também você tem esse caráter formativo que represente pra o setor um progresso do ponto de vista formativo de que o setor saia disso tudo bem mais preparado aí para os investimentos, que espero eu, venham no Lula três.

E2: O Conselho de Cultura ajudou você Thiago?

E3: Eu acho que é preciso investigar, aí fica uma dica para o pessoal da pesquisa de investigar melhor o papel dos conselhos de cultura na implementação da LAB. A priori me parece um pouco distante, tiveram um papel fundamental, mas não um papel... eu não senti uma preponderância assim...para a ponta sabe? Mas eles tiveram um papel sim na implementação da LAB e resta saber como.

**P1: Então está bem pessoal. Agradeço mais uma vez a disponibilidade de vocês, a generosidade de dividir a experiência que tiveram e o tempo tão precioso de estar aqui. Como eu disse isso é uma ação de pesquisa feita pela Universidade Federal Fluminense. Nosso objetivo é que a gente tenha materialidade, ou tenha indícios da importância da experiência da LAB. O Luiz acabou de colocar ali o link do nosso site no chat, a gente também vai mandar para vocês pelo WhatsApp para ficar fácil e neles, como eu disse, vocês têm acesso a tudo que a gente já fez até agora, as publicações, o que a gente vem fazendo na pesquisa, ela está em fase final e também tem acesso ao formulário que se vocês puderem responder em algum tempinho, a gente agradece muito. É isso, muito, muito, muito obrigada. Esperamos que a experiência da LAB seja**

**uma base importante para LAB 2, para Paulo Gustavo e para as outras políticas do setor.**



Universidade Federal Fluminense - UFF  
Laboratório de Ações Culturais - LABAC  
APOENA – Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações  
Culturais – foco RJ  
[pesquisa.apoena@gmail.com](mailto:pesquisa.apoena@gmail.com) – <https://apoenaredecultural.wordpress.com>

Projeto APOENA  
**Grupo focal Circo de Iona**  
Data: 07/11/2022

Participantes (Entrevistados):

E1: **Adriano Sampaio**  
E2: **Aline Barbosa**  
E3: **Jonatas Lopes**  
E4: **Jonathan Cericola**  
E5: **Letícia Lisboa**

Pesquisador entrevistador (P):

P1: Lia Calabre  
P2: Luiz Augusto Rodrigues

Ajuste da transcrição: Ana Lúcia Pardo - Data: 28/05/2023

Conferência: Ana Lúcia Pardo – Data: 07/06/2023

Ajuste final: Luiz Augusto Rodrigues – Data: 11/06/2023

**P1: Bom, gente, boa tarde. Hoje, sete de novembro de 2022. Eu quero começar agradecendo muito à Aline que vai falar um pouco mais sobre isso de nós estarmos aqui. Primeiro eu quero agradecer à Aline e quero... [lendo uma mensagem] “está no bloqueio da Dutra”, tudo bem a hora que conseguir chega. Perfeito. Então, eu quero começar formalmente, agradecendo muito à Aline, pelo contato que ela fez, Aline, minha querida orientanda. Então foi assim de um trabalho inestimável e até porque sei que a Aline tem**

**uma rede de relações, então a gente conversou sobre a possibilidade dela fazer o contato com vocês, na verdade esse conjunto de entrevistas que a gente está fazendo e os grupos focais integram o projeto Apoena. É um projeto coordenado pelo professor Luiz Augusto da Universidade Federal Fluminense. É uma rede de diagnósticos sobre a aplicação da Lei Aldir Blanc (LAB) no estado do Rio de Janeiro, que tem o apoio de uma emenda parlamentar da deputada Benedita da Silva. E acho que nesse momento quando a gente está prestes positivamente a conseguir a liberação dos recursos da Lei Aldir Blanc dois e da Lei Paulo Gustavo e que são desdobramentos desse aprendizado da Lei Aldir Blanc, trabalhos como esse são fundamentais porque na verdade a gente está querendo entender e registrar como é que foi efetivamente a implementação, o uso, o impacto da lei, tanto no que diz respeito às dificuldades do poder público quanto os embaraços, os nós ou as efetividades para aqueles que estavam na ponta usando. Então, a gente está ouvindo grupos variados, estamos ouvindo gestores nacionais, gestores locais e a ideia na verdade é que a gente produza. A gente já tem um site, a gente já tem boletins sendo produzidos com as informações estaduais, agora a gente quer ouvir um pouco, a gente precisa ouvir também quem está na ponta como é que foi essa execução. Todo o trabalho está sendo gravado. A gente tem na sala a presença do professor Luiz Augusto, que é coordenador do projeto, do professor Alexandre Barbalho, que integra a equipe, da professora Deborah Lima, que também está aqui com a gente e eu, Lia Calabre. Depois a gente vai fazer uma pequena rodada rápida assim pra só vocês falarem nome e enfim instituição, organização, coletivo. Esse material está sendo gravado, a prática é que depois ele seja transcrito e seja disponibilizado. Então eu quero na hora que vocês se apresentem também. O Luiz colocou aí**

pra gente o link do Apoena. Caso vocês, em algum momento, ao terminar numa fala e dizer assim: “não, acho que não ficou bom, não queria que isso fosse disponibilizado”... Vocês avisem que a gente pode retirar. Mas isso na verdade é um relato de experiência. A gente está aqui para olhar como é que foi, na verdade, a utilização da LAB e a gente ainda tem um questionário para os artistas e os trabalhadores lá naquele link para ser preenchido. Então, divulguem! Inclusive com os que conseguiram, os que acessaram e também com os que não acessaram. A gente também queria poder entender - e é mais difícil entender – por que as pessoas não acessaram? Elas não acessaram por conta da burocracia, elas não acessaram porque elas já tinham acessado outro recurso, porque é complexo, porque elas não acreditavam no projeto, a gente têm várias narrativas que no começo não acreditavam nos projetos. Enfim, então a ideia na verdade é uma conversa, as questões são para as rodadas. É por vocês e os diálogos podem ser intercalados, não tem uma ordem necessária. Primeiro, na verdade eu só vou pedir para a gente fazer uma rodada de apresentação. Que vocês digam o nome, cidade. Cada um está vindo de uma cidade diferente do estado e assim: a instituição, coletivo, organização que representam, pode ser? Então rodamos? Vai Aline, você vai ser sempre a primeira não tem jeito.

E2: Eu sou Aline Barbosa, estou falando aqui de Macaé, no Norte Fluminense e estou representando a Cia. Chirulico, que é uma companhia de palhaçaria e arte pública aqui de Macaé.

**P1: E vamos indo, pode ser, vamos, Jonathan.**

E4: É, me chamo Jonathan Cericola, eu sou da quinta geração de artistas de circo da família Cericola. Comecei como palhaço

aos sete anos de idade em circo do meu avô. De lá para cá passei por um monte de circos até montar a minha própria companhia que é o Circo Teatro Saltimbanco. Atualmente aqui em Niterói, Rio de Janeiro.

**P1: Jonatas, você que está quietinho aí.**

E3: Consegue me ouvir?

**P1: Sim.**

E3: Pessoal, boa tarde. Eu sou o Jonatas Lopes,

**P1: Jonatas, ficou baixinho.**

E3: Está conseguindo me ouvir? Melhorou?

**P1: Melhorou,**

E3: Falo aqui de Búzios, sou já...

**P1: Está irregular, está sumindo.**

E3: Deixa-me ver...

**P1: Ficou baixo... [problema técnico com a conexão] Letícia! Vamos passar para Letícia, a gente volta para você, Jonatas.**

E5: Vou lá então. Eu sou Letícia, sou da companhia Sol Sem Dó de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, também sou embaixadora dos palhaços Sem Fronteira Brasil, aqui no Rio de Janeiro e sou conselheira de cultura na cadeira de teatro e circo aqui em Caxias.

**P1: Vamos Jonatas, vê se a gente consegue te ouvir.**

E3: Melhorou?

**P1: Melhorou.**

E3: Então, o que acontece? Sou o Jonatas Lopes... [problema técnico com a conexão]

**P1: Jonatas está acontecendo alguma coisa, você começa a falar, falha.**

E3: Ah, eu imagino que seja a rede então. Vou colocar escrito... [problema técnico com a conexão]

**P1: Está. Eu acho que não vai funcionar muito. Vai. Vamos ficar com o que a gente conseguir. Vai falando.**

E3: Está bem. Então, eu sou do projeto Circolo Social. É um projeto social em Búzios. Do circo... [problema técnico com a conexão]

**P1: É, a rede está instável. Sim, vamos ver se melhora. A gente vai inserindo... Eu vou passar para as questões, a gente vai tentando, porque realmente está claro que é na**

**sua rede. Então, a gente começa te ouvindo e aí cai. Mas bom, vamos lá. Bom, eu queria ouvir de vocês como é que foi a utilização do recurso da LAB? Se houve dificuldades e quais os enfrentamentos que vocês tiveram ou não tiveram, enfim, e que de alguma maneira vocês inserissem nessa discussão sobre o recurso. Sobre a importância do recurso da LAB para a atividade de vocês, para o setorial de vocês. Adriano, olá, boa tarde!**

E1: Boa tarde, desculpa gente o atraso, peço desculpa aí, boa tarde alunos.

**P1: Então assim, você aproveita e se apresenta.**

E1: Ai meu Deus, mas já assim? Bom, é boa tarde a todos, Adriano Didi, sou ator, palhaço, a gente tem um grupo aqui, Turma em Cena... Aqui na cidade de Itaguaí, na Costa Verde, e a gente também tem um espaço aqui. A gente tem a felicidade de ter um espaço próprio, dentro de um território popular no bairro da Mangueira aqui em Itaguaí. É o espaço cultural Casa do Palhaço. A gente trabalha dentro da linguagem do circo, do teatro, palhaçaria etc. E também um trabalho muito ligado às comunidades tradicionais aqui da região, tanto quilombola, quanto rural, quanto caiçara.

**P1: Bacana. Bom que você está aqui com a gente. Então, isso é uma gravação para o projeto Apoena, que é um projeto que está tentando entender como é que foi a aplicação e a efetivação da Lei Aldir Blanc (LAB) no estado do Rio de Janeiro, que tem coordenação do professor Luiz Augusto que está, na verdade, lotado na Universidade Federal Fluminense e teve um apoio da deputada Benedita. E como eu disse no começo, eu acho que, nesse momento**



**é mais importante ainda a gente entender o que aconteceu, porque a gente está em processo, muito bom, de aprimoramento de políticas, creio eu, nos preparando para uma virada com a Lei Aldir Blanc dois e com a Lei Paulo Gustavo. Então, é importante a gente entender também onde que as coisas deram certo, onde que as coisas não deram certo, porque que elas deram certo para uns e não deram certo para outros. Então vocês vão contribuir nesse diagnóstico. Eu tinha colocado uma questão. Não tem uma ordem, viu, Adriano? Na verdade, é uma conversa, cada um fala um pouco do seu ponto de vista e pode inclusive intercalar as respostas entre uma e outra. Quando alguém falar você pode lembrar de alguma coisa e em seguida pedir para falar. A gente pode fazer o sistema de levantar a mão, abrir o microfone... Bom, as duas primeiras questões que eu tinha colocado primeiro: como é que foi a utilização do recurso da LAB? Se houve dificuldades, como é que foram os ganhos, os enfrentamentos ou as facilidades, no que esse recurso é importante para sua atividade, para o coletivo e, também, para o setorial? Então a gente, são as duas primeiras questões para vocês contarem um pouco como é que é isso.**

E1: Eu posso falar um pouquinho se quiserem. Obrigado gente, acho que é mais um espaço de encontro, de potencialidade nessa nova trajetória na questão das políticas públicas, principalmente para o nosso setor do circo. Na verdade, durante a pandemia a gente trabalhou de forma incansável, principalmente na época da implementação da Aldir Blanc... estou vendo aqui alguns companheiros e companheiras, Aline que trabalhou incansável, Letícia que eu me lembre aqui dentro da AGICIRCO, dentro do movimento do MAR, pra mim teve uma particularidade porque no início da pandemia eu já tinha sido escolhido pelo fórum de cultura aqui da região da Costa Verde, que é de Paraty, Angra,

Mangaratiba, Itaguaí, e acabei sendo escolhido aqui pela comunidade pra assumir a presidência, quer dizer, acompanhei muito de perto o trabalho depois que foi implementado e chegou aqui nas cidades da Costa Verde. Para além do setor do circo. É, realmente foi muito difícil, mas assim cada cidadezinha aqui da Costa Verde tem a sua particularidade na implementação. A cidade de Paraty, apesar que dentro do sistema dos indicadores terem muitos artistas cadastrados, a cidade - com a pandemia - sofreu uma evasão porque é uma cidade que tem uma característica cosmopolita, a cidade de Paraty e ao mesmo tempo em função dessa divisão de recursos que não é pelo sistema, é pela quantidade de habitantes, receberam um recurso muito pequeno, foi de trezentos mil reais e a prefeitura entrou com mais o restante. Da cidade da Costa Verde, acho que foi a única cidade que entrou com recurso próprio, dando cem por cento do valor, botando mais trezentos mil e eles conseguiram fazer editais. E nas outras cidades aconteceu também, na época que o recurso chegou para as cidades, estava em época de campanha eleitoral tiveram diversas restrições, por causa disso, os artistas indo pra rua de Paraty. Eu cheguei a conversar com vereadores, fazer contato direto, por fim a Câmara de Vereadores assim, em função dessa particularidade da Prefeitura, estar injetando recurso também, conseguiu ser liberado. Angra foi a cidade mais feliz, que recebeu mais de um milhão em recursos, eles conseguiram executar os valores. Angra dos Reis tem um conselho de cultura muito forte, com setores muito fortalecidos e grandes. O conselho inclusive quando tem conferência ou alguma coisa maior demora dez, quinze, vinte, trinta, sessenta dias pra se reorganizar. Mangaratiba foi a cidade que tomou uma decisão, eu acho que mais diferente de todas. Ela lançou um edital como premiação e não exigiu que os fazedores de cultura fizessem a contrapartida de projetos. Ela simplesmente lançou o edital de pontuação e premiou. Fechou o ano assim. Itaguaí, que é a

minha cidade, lançou o edital com um arcabouço muito gigante, com muitas especificidades, acabou sendo bem complexa e houve problemas na questão da recepção do recurso financeiro que chegou no fundo [municipal de cultura] e depois teve dificuldades operacionais. Houve manifestação aqui, o dinheiro virou um ano que a gente ficava com aquela pressão, que se o dinheiro não chegasse no artista no final do ano, foi da passagem de 2021 para 2022, a gente não poderia aplicar o recurso, depois houve uma prorrogação. Na verdade, o dinheiro só foi chegar em janeiro e fevereiro na mão de alguns artistas. Foi bem complexo. Mas apesar de todos os desafios aqui na Costa Verde, a gente teve a felicidade de ter cem por cento dos recursos da Aldir Blanc aplicados e executados no setor<sup>51</sup>. Ainda a gente ainda está com a dificuldade de ter resposta da comunicação das secretarias de cultura desses artistas que executaram, que já prestaram conta, de terem o retorno sobre a prestação de contas dos seus projetos. Eu acho que isso agora - como a gente estava num período eleitoral, estava muito difícil o diálogo - a gente está aqui na região começando a trabalhar nisso. Não adianta agora trabalhar na nova lei, que a gente precisa trabalhar de caráter emergencial, claro, mas também esses artistas, ora, como pessoa física, ora como pessoa jurídica ou os espaços que receberam também o recurso lá do inciso dois, eles precisam ter essa resposta sobre a aprovação da prestação de contas. Eu acho que isso meio que é prioridade zero. Eu não sei como é que está funcionando nas outras cidades que eu não tenho

---

<sup>51</sup> Nota da pesquisa: Os municípios da região Costa Verde tiveram êxito na execução de recursos, distribuindo mais de 90% dos valores recebidos. Angra dos Reis e Mangaratiba executaram a maior parte ainda em 2020, enquanto Itaguaí e Paraty o fizeram ao início de 2021. Dados detalhados disponíveis num dos livros do projeto Apoena - *Métricas culturais municipais – o RJ a partir da pandemia* – em especial às p. 47-52. Acesso digital: <https://apoenaredecultural.wordpress.com/boletins-etc/>

acompanhado. Assim, acho que mais ou menos esse é o panorama, de repente se tiver alguma outra...

**P1: Especificamente para o coletivo e para o setorial, eu acho que você deu para gente um panorama superbacana da Costa Verde e assim: como é que foi essa experiência de receber para o coletivo e nessa relação que você tem para o setorial? Como é que você avalia? Porque cada setorial tem acesso a recursos de uma maneira diferente. Como é que foi para o setorial e como é que foi para o coletivo, alguns setoriais têm sempre recursos públicos, alguns acessam raramente, enfim, como é que foi isso?**

E1: Então, para o setor do circo aqui na Costa Verde a gente tem pouca gente dentro desse outro setor. A gente tem Angra, que tem a galera de circo, Mangaratiba são pouquíssimos e em Paraty quase nenhum fazendo atividade declaradamente, dentro do sistema, como circo. Na medida do possível, a gente conseguiu executar vários projetos aqui dentro do município. Aqui o nosso grupo mesmo, a gente fez uns três ou quatro projetos assim: eu fiz um, o outro fez outro, o outro fez outro. E na medida do possível a gente conseguiu, inclusive porque a gente também teve uma mobilização entre a gente, de um ajudar o outro em consultoria, acho que esse foi o braço forte da pandemia, foi de um dar a mão para o outro.

**P1: Ei Letícia, fala um pouquinho dessa experiência, da dificuldade, da chegada dos recursos. A questão do coletivo e do setorial.**

E5: Bom, aqui em Caxias foi um abacaxi, mas algumas coisas dialogam com a Baixada de uma maneira geral, mas aqui em Caxias, por exemplo, a gente nunca tinha tido um edital. Nunca

tinha tido um financiamento público vindo na esfera municipal. E aí a gente conseguiu com o conselho pouco antes dos recursos da Aldir Blanc, pela primeira vez usar o dinheiro do fundo. Então a gente fez tipo um piloto, com muita briga que foi o Prêmio Paulo Ramos e aí foi um valor de mil e duzentos reais, numa espécie de premiação. Aqui eu senti que a lei funcionou muito pelo esforço da sociedade civil pela articulação do conselho de cultura na cidade, a gente conseguiu executar toda a verba, o município executou toda a verba, o que foi diferente em outros municípios da Baixada Fluminense, por exemplo, Belford Roxo quase devolveu todo o dinheiro<sup>52</sup>. Então, aqui a gente acabou tendo esse esforço muito do conselho, foram inúmeras reuniões, muito cansativas porque a gente basicamente construiu o edital, a gente fez várias reuniões com a secretaria pra dizer como a gente queria o edital, qual seria a melhor forma e aí teve uma dificuldade no sentido de que a secretaria não estava preparada, então a gente quase fez o serviço, de ir lá e pegar um edital de outra cidade, mostrar que é possível, eles diziam que era juridicamente impossível, por exemplo, fazer uma premiação, a gente tinha que pegar, mostrar que era e foi um pouco nesse sentido, recorreremos ao MP [Ministério Público] algumas vezes, mas no fim a gente conseguiu um edital que contemplasse, acho que a maior gama de artistas possíveis da cidade. Eu sinto que pensando assim no circo, a gente, por exemplo, não abarcou nenhum circo itinerante de lona aqui, por exemplo, acho que não tinha um circo instalado em Caxias, mas eles receberam o recurso da lei federal, tinha um que estava no Gramacho, mas eles tinham recebido. Acabou que a lei federal favoreceu mais os circos de lona... federal não, estadual, favoreceu um pouco mais os circos de lona. Então,

---

<sup>52</sup> Nota da pesquisa: Por fim, no segundo ano, com a reversão dos valores em 2021, Belford Roxo conseguiu executar. Dados detalhados também constam do livro apontado, especialmente às p. 56-70.

eles pegaram esse recurso, mas acho que era só um que estava aqui em Caxias no período da pandemia, mas aí e eu sinto que a coisa do circo ela fica muito ligada ainda à lógica das artes cênicas. Até a minha cadeira no conselho, é circo e teatro. Então, ela está ali meio junto nessa lógica das artes cênicas e aí sinto que tem essa dificuldade de diálogo com os circos itinerantes que às vezes a gente até tem um trabalho com cidade. Por exemplo, o circo do Marcos Frota, ele tem uma atuação aqui na cidade, mas é ligado à Secretaria de Educação, não dialoga muito com os artistas locais, então acaba havendo um pouco esse distanciamento. Falando individualmente do meu grupo, foi muito importante no sentido de subsistência mesmo, de sobreviver em algum momento, porque eu acho que a gente... eu passei um tempo no circo de lona também em São Paulo e aí tinha quase tipo assim... estava um momento de nossa! Já tinha um pouco isso, por ser artista da Baixada Fluminense. Então, a gente nunca contou muito com recursos públicos e aí depois que você descobre o circo de lona você descobre que você tem um público. Depois de ser artista de rua, você tem o público. Então, não tem nada, mas tem o povo. Aí, de repente você não tem o povo. O que aconteceu na pandemia foi muito complexo assim para mim, por exemplo, que sou uma companhia familiar: eu, meu marido, minha filha. Então, foi difícil nesse sentido e aí a lei ajudou um pouco a dar essa organizada. E aí gerou também, o que eu sinto que foi um impasse em algum sentido, é que depois a gente tinha um impasse individual assim, porque a gente se pagou, mas ao mesmo tempo a gente tinha que elaborar alguns projetos. Algumas coisas e aí depois quando chega na hora do projeto, aí você fala assim: “poxa, mas eu queria essa cortina tão bonita!” E daqui a pouco você está gastando o seu dinheiro de novo. Na execução do projeto. Então, foi um pouco isso que aconteceu assim, foi meio comprar o almoço para vender o jantar, eu não sei se é esse ditado, mas foi isso, mas ao mesmo tempo foi importante. Acho que agora a gente vive

um segundo problema que é aí falando do município, não só no setorial de circo, que é como a gente não tinha esse histórico de política pública na cidade, foi um primeiro, então a gente tem hoje uma secretaria que ela fez, eu reconheço os esforços que fez, criou um site, chamou as pessoas pra consultoria, enfim, para poder fazer a prestação de contas. Mas acho que foi insuficiente e agora a gente tem uma quantidade de pessoas aí considerável que estão com dificuldade na prestação de conta do inciso dois, algumas até na prestação de conta do inciso três, que era uma coisa bastante simples que era preencher um formulário quase um Google Forms. Mas eu sinto que tem um abismo aí, um certo medo da prestação de contas, que às vezes a pessoa fez, mas ela sabe, tem gente também que não fez. Mas eu sinto que essa vai ser uma segunda dificuldade de como avaliar esses casos, porque aqui hoje em dia tem uma secretaria que já está fazendo a solicitação de tomada. Já entrou com o processo para pedir o dinheiro de volta. Diferente panorama do Didi, que já houve essa coisa da prestação de contas, e aí agora a gente está tentando entender como é que vai lidar com essas pessoas que obviamente não terão como devolver esse recurso.

**P1: Jonathan, passo para você agora, inclusive você já tem uma outra, na verdade é um circo-circo e queria que você acrescentasse essas questões e nos ajudasse a refletir sobre a questão, especificamente do inciso dois. Como é que ficou essa questão? Acho que a Letícia já colocou um pouquinho ali, sobre a questão do inciso dois. Aline eu estava agradecendo ao Jonatas, mas acabou que não deu tempo nem de mandar. Depois você agradece a ele por favor. Realmente a transmissão dele estava muito complicada. E Jonathan então...**

E4: Eu ou o outro jovem?

**P1: Não, você, o outro precisou sair.**

E4: Para começar, eu queria falar como que a Lei Aldir Blanc chegou para a gente de circo de lona... Será que eu vou falando enquanto ele volta? De repente eu acho que ele deu uma travada. Ah ele saiu e entrou de novo. [de fato a conexão do Jonatas só permitiu que ele se colocasse um pouco depois...]

E4: Isso, eu acho que caí. A Aldir Blanc para o circo de lona, que eu estava falando... Quando começou a organização da lei, o [Alexandre] Santini aqui de Niterói, com o Leonardo Giordano, que era secretário de cultura da época, a gente começou a conversar, outro professor que ajudou muito cara, eu não vou lembrar o nome dele. Ele é secretário de cultura de uma cidade não vou lembrar... É o Bravo [Marcelo Bravo, secretário de Barra Mansa]. Conversando com ele, o que acontece? Toda vez que rola um edital, não existe historicamente nenhuma cidade, no Rio de Janeiro, que deu dinheiro para o circo de lona. Não estou falando referente à Lei Aldir Blanc não, eu estou falando para sempre, nunca teve. Porque o circo acaba não sendo de ninguém, ele só está passando por ali, então ele “não é um barulho meu”. Então quando começou a organizar a lei, eu juntei o Bravo, juntei o Leonardo, juntei o Santini e falei: “cara, a gente precisa correr para o estado senão a gente vai se lascar de novo. A gente vai se arrebrantar, porque ninguém vai assumir, a gente não é de ninguém! Ninguém vai querer!” E aí rolou um ponto positivo do estado que foi o seguinte: que todos os vinte seis [circos] que estavam no estado, na época, ganharam! Todos os vinte e seis ganharam o mesmo valor. O circo grande, que era o maior no estado na época, era o Babilônia, que é um circo de oito mastros, enorme, ganhou o mesmo dinheiro que o American City, que é um circo de doze metros de diâmetro, ganhou.

Ganharam a mesma verba, esse foi o único ponto positivo. Aí começou o desespero, porque o edital, o estado não conhece o fazer circense de lona, ele não sabe como funciona, então no meio de uma pandemia você dá o dinheiro, foi sessenta mil que cada circo ganhou. Você tinha que pegar esse dinheiro, montar seu circo e fazer um espetáculo. Está, mas como que monta? Se estava proibido de montar. Aí você ia brigar com o município. Não, mas eu tenho que montar porque está dizendo aqui o município. Não, você não pode montar, aí vou estar para o estado. Olha, o município não está deixando montar não. Ah, faz online. Beleza, cara eu consigo, o Babilônia consegue, a realidade circense, gente, é que tem artista de circo no estado que mal sabe ler e escrever. Quando a gente fala que essa pessoa tem que fazer o canal no YouTube, transmitir o vídeo online, a pessoa vai se atrapalhar. Então o poder público da cultura no Brasil todo, ele é tão afastado do fazer de circo de lona, que ele não compreende o nosso dia a dia. Ele não compreende o nosso fazer. Então, ele acaba pedindo coisas a você que você não vai conseguir entregar. Sabe o que aconteceu? Dos vinte e seis circos que receberam dinheiro, vinte e três tiveram sua prestação de conta negada, vinte e três dos vinte e seis. A galera comprou comida bicho. O circense ele vive única e exclusivamente de bilheteria, o circo de lona. Isso é uma coisa que o meu avô falava quando eu era pequeno. Quando eu falei para ele que eu queria ser palhaço. Ele falou: “você vai querer ser palhaço? Está bom, mas bota uma coisa na sua cabeça: Se você não for engraçado na sexta, o público não vai voltar no sábado. E se eles não voltarem no sábado, vai faltar comida na segunda. Então, a responsabilidade vai passar a ser sua”. Então, a gente sempre viveu de bilheteria. Sempre quando fecha o circo, acabou nossa fonte de renda. Acabou a única renda maneira que entrava. Entendeu? E aí quando pego esse dinheiro, você vai pagar conta que está atrasada, você vai comprar comida. Você vai ajudar os seus artistas que estão trabalhando, todo mundo

parado ali. Então, até agora o estado não respondeu à gente, definitivamente, como é que ficou isso, mas a gente está super pessimista. A gente sabe que é assim, a Letícia falou uma coisa que até eu tenho dificuldade. Eu sou de circo de lona e eu tenho dificuldade em conversar com a minha própria classe. Uma grande dificuldade. Os caras pensam muito, eu não sei explicar, eu não sei se o circo de lona precisa passar por um desenvolvimento, uma potencialização de ensino. Porque a gente percebe muita dificuldade, isso me entristece muito. O meu avô, ele só armava o circo próximo à escola, que era para a gente poder estudar e se não tivesse um terreno próximo à alguma escola ele não parava naquela cidade. Ele ia embora até achar um terreno próximo à escola pra gente poder estudar. E eu agradeço muito porque hoje isso faz falta. Hoje eu, meus irmãos, a gente conseguiu se formar, a gente conseguiu estudar. A gente conseguiu continuar nossa vida no circo, mas a gente pensa um pouco diferente. Isso faz falta para outra galera de circo. É um diálogo muito difícil, não é à toa que esses caras... há pouco tempo todo mundo apertou 22, não é, não é coincidência [referência ao candidato 22: Jair Bolsonaro, eleito presidente em 2018]. Uma classe mal informada e mal formada ela é muito mais fácil de ser manipulada e infelizmente passa por aí. E desculpa. Eu me enrolei se fosse sobre inciso dois, não é isso? É prestação de conta, não é isso?

**P1: Do uso e da prestação de contas. E como é que na verdade assim você inclusive enfrenta a dificuldade por ter de ser formal, não ser formal ou essas coisas assim?**

E4: Primeiro, a dificuldade que o circo teve foi de uma maneira geral ter o CNPJ. Olha só como a gente ainda está com o fazer super arcaico, numa parada muito atrasada. Eu tenho, outros circos têm. Cara, mas repito tem circo que é muito pequenino, muito orgânico ainda. É pai, mãe, filho, é avô, sabe? No

interior. Essa gente mal tem documento, mal tem identidade e a gente se preocupou, eu falei com o Bravo, falei com o Santini, falei com o Leonardo, a gente vai ter que dar um jeito de premiar todo mundo, de ir atrás de todo mundo. Só que agora a gente está em dúvida, se acabou ajudando, atrapalhando, porque agora o Estado está pedindo para pessoa comprovar e a pessoa manda a nota do mercado, a pessoa manda nota do Guanabara, do hortifruti, do pneu do caminhão que furou, que ele precisava ir embora da cidade, que o prefeito estava mandando ele ir embora da cidade, ele tinha que ir embora dali. Entendeu? Então, eu torço para que a LAB 2 e a Paulo Gustavo elas entendam um pouco que o circo de lona, ele tem alguns princípios que são muito específicos. Há pouco tempo atrás, quando a Funarte lançou o Prêmio Carequinha para estimular o circo e pedia comprovante de residência para o artista, muito artista de circo não tinha. Porque o cara não tem comprovante de residência. Como é que ele vai fazer? Muito artista de circo hoje em dia é mais fácil, mas na época eu não tinha cartão de crédito, cartão de débito não tinha, não tinha endereço fixo. Isso só aí, vocês partem do princípio de que a pessoa não tem endereço fixo, é engessado, a pessoa é nômade, é uma pegada ultra diferente, tem que olhar, tem que se debruçar, arrumar caminho, fazer e ver como é que faz. Para resumo, foi o lado bom: é que todos os circos ganharam; o lado ruim é que vinte e três não conseguiram prestar conta da maneira que o estado achava que tinha que prestar. Muitos nem armaram o circo, ou porque era proibido armar... eu armei, mesmo contra a vontade. O município não deixou, eu armei. Eu preferi pagar a multa ao município. Eu paguei a multa do município com o dinheiro da Aldir Blanc porque o município falou que eu falei: “dos males o menor. Ou eu devolvo o dinheiro ou eu monto, cumpro o que o estado está me pedindo e pago a multa”. Paguei a multa ao município e armei o circo. Como é que a gente faz? Entendeu? Então, o resumo é esse: vinte e três circos não conseguiram ter suas contas aprovadas.

#### **P1: Aline.**

E2: Falando um pouquinho aqui sobre o município... é o Jonathan tem esse poder de fala muito bom [lendo uma mensagem no *chat*]. Aqui no município de Macaé foi muito difícil. Vou falar primeiro do município e depois no estado. Foi muito difícil porque, assim como lá em Caxias, a gente tinha uma equipe porque eu estava no Conselho Municipal de Cultura na cadeira de teatro, porque a gente não tem uma cadeira de circo aqui, nem está junto com o teatro, nem existe a cadeira de circo, nem separado nem junto com nenhuma outra linguagem, e aí eu acabei me elegendo, representando o teatro e foi muito difícil porque a gente nunca tinha tido edital também. E a gente como era secretaria, a secretaria está interligada com as outras, com licitação não tem autonomia no caso de alguns municípios que são fundação. Então, a gente tinha uma equipe na secretaria que não era uma equipe técnica. Na secretaria de Macaé eu acho que são sessenta funcionários, uma coisa assim, na época, só tinha uma pessoa formada em Produção Cultural com uma carga horária de vinte horas semanais e não tinha mais ninguém com qualquer tipo de formação na área cultural, na área de gestão pública para a cultura. Então, era uma equipe que nunca tinha feito edital e a gente tinha na licitação uma equipe que não entendia o que era edital de cultura, quando eles viram, por exemplo, a contrapartida no inciso dois, eles mandaram um ofício para a Secretaria de Cultura questionando, porque eles entendiam que contrapartida era quem fosse contemplado teria que devolver parte do dinheiro para a prefeitura. E aí eles falaram: Como assim? Vocês vão premiar e eles vão pegar o dinheiro de volta? Eles vão dar o dinheiro de volta? A secretaria teve que explicar que a contrapartida não era devolver o dinheiro, era fazer uma ação como estava previsto na lei. Então, o nível de precisar desenhar era nesse sentido e eles eram super rígidos nas regras, colocando mil vetos de pessoas que não

poderiam se inscrever, cônjuge de servidor não poderia se inscrever, servidor aposentado não poderia se inscrever, servidor inativo não poderia se inscrever, a gente conseguiu com muita luta derrubar alguns vetos. Por exemplo, eles não queriam que o conselho participasse da feitura dos editais, mas mesmo assim eles queriam vetar que os conselheiros participassem, não iam fazer os editais e não iam poder participar. Esse foi um veto importante que na época a gente conseguiu derrubar. Os únicos vetos que foram mantidos foram para cônjuge de servidor e para servidor aposentado. E realmente a gente entendeu que esses eram de fato mais difíceis de conseguir derrubar historicamente, mas foi bem difícil. A gente tentava trazer exemplos de outros municípios que conseguiam flexibilizar e eles não aceitavam, no primeiro ano eles só conseguiram executar trinta por cento do valor que Macaé recebeu. E aí, no ano passado, quando teve a segunda chance de executar, já tinha uma equipe que mudou muito, porque já estavam dois gestores na frente, já tinham tido dois gestores entre um ano e outro, mas aí parte da equipe continuou. Como a gente tinha uma equipe que já tinha passado por aquilo, já tinha uma curva de aprendizado, então foi menos sofrido. E a gente já tinha na licitação pessoas que já tinham participado do processo anterior, porque mesmo tendo trocado a gestão da prefeitura quem é servidor continuou. Só trocaram os cargos de confiança, então foi um pouco mais fácil e a gente conseguiu executar cem por cento da verba e a prefeitura ainda suplementou quase quatrocentos mil reais. Então, todo mundo que habilitou levou, a gente conseguiu construir isso. A gente teve, por exemplo, pessoas do circo que conseguiram receber o inciso dois, mas assim como em Caxias, a gente não conseguiu abarcar quem era itinerante, tanto do circo de lona quanto outras formas de itinerância artística. Tem a galera da arte de rua também, que não necessariamente é do circo e também sofre muito com essa questão do comprovante de residência. Ainda mais que era

exigido comprovar a atuação de dois anos. Então, por exemplo, a gente teve artistas que eram daqui, mas que estavam morando fora e por causa da pandemia voltaram, mas aí não conseguiam comprovar a atuação, aí não conseguiam se inscrever. E aí foi bastante complexa essa questão do tempo da comprovação do tempo de residência. Aqui no município também a gente não conseguiu abarcar a galera itinerante que de alguma forma “itinerável”. No estado, muita gente quando os editais do estado foram lançados eles estavam exigindo, foram seis editais se eu não me engano. Só um era pra pessoa física, era o edital dos técnicos, que era o pessoal da área técnica e a princípio os editais de pessoa jurídica, eles exigiam aquelas certidões. Exigiam que as empresas estivessem regulares e a lei do Eliomar [Coelho], que dispensava essas exigências, só foi sancionada quando o período de inscrição já tinha encerrado. Então, muita gente não se inscreveu, porque a gente já estava há um ano em pandemia e muita gente não conseguiu manter os CNPJs regulares. Eu conheço muita gente, não só aqui da região como do estado todo que acabou não se inscrevendo porque tinha essa vedação. Aí a pessoa falou: “ah não vou nem me inscrever”... foi um período de inscrição muito curto, se eu não me engano ficou aberto dez dias, catorze dias, ficou aberto muito pouco tempo e aí e não era tão trivial assim se inscrever. Tinha que ter planilha orçamentária, tinha que ter plano de comunicação, tinha que ter cronograma que tem um detalhamento que para quem não está habituado a se inscrever não era algo trivial de fazer e a pessoa falou assim: “ah! Não vou investir meu tempo fazendo isso e depois não vou levar porque meu CNPJ não está regular, eu não vou...”. A pandemia não está melhorando, não tem previsão de entrar dinheiro, então muita gente nem tentou. E aí, depois que o edital já estava rolando a avaliação, foi sancionada a lei do Eliomar que dispensava essa exigência [certidões negativas], mas muita gente rodou antes de conseguir ser salvo. Mais uma coisa muito importante pra gente

que está fora da capital foi eles fazerem valer a regra do sessenta/ quarenta, isso aqui para nossa região foi muito importante. A gente teve no estado, só aqui no Norte Fluminense eu acho que foram três projetos de circo aprovados e muita gente acessando, a minha companhia pelo menos. E, por exemplo, foi a primeira vez que a gente conseguiu acessar um edital público e com certeza, foi graças a essa regionalização dos recursos [40% voltado a projetos na capital e os 60% restantes voltados aos municípios do interior]. A garantia de que ia ficar recurso por aqui para muitos grupos e também de outros segmentos artísticos que conseguiram acessar pela primeira vez graças a isso. Porque o que a gente tinha antes é que tudo ficava muito concentrado na Capital. Então, essa descentralização dos recursos foi muito importante, os prós e contras do estado, eu acho que foi mais ou menos isso.

**P1: Alguns de vocês já tocaram nessas questões, mas eu queria que vocês avaliassem um pouquinho. Na verdade, assim: a secretaria, a implementação, o que a secretaria implementou em diálogo com o Conselho de Cultura local, se teve discussão e escuta para o desenho do que, por exemplo, a Letícia colocou um pouco: “a gente fez junto e quase que fizemos por eles”. Se teve, na verdade, processo de escuta dos grupos da sociedade porque durante o período de implementação vocês colocaram que teve webconferência, discussões e aí? Quando isso baixa para o município, os municípios discutiram? Eu sei que o tempo era muito curto, mas teve algum tipo de ação que tenha permitido diálogos, encontros, fóruns, consultas, desenhos para que de alguma maneira a lei, quando ela baixa no território, ela pudesse responder melhor então assim... sei lá: *lives*, fórum, formas de implementação, diálogo e as contrapartidas em diálogo com respostas dessas conversas? Como é que foi isso? Vai, Adriano.**

E1: Então, aqui no caso de Itaguaí a gente teve um prefeito que foi derrubado, impeachment, que era o Charlinho [Carlo Busatto Júnior] e assumiu uma nova gestão. Essa nova gestão a gente começou a conseguir dialogar com eles que, na verdade foi igual ao que falou Aline: também nunca teve um edital, sempre foi uma política de balcão. Eu lembro que na época ele falou do Bravo, o Bravo ajudou também muito a gente aqui, o José Sérgio [Barros], o Secretário de Cultura de Paraty em função do Fórum de Gestores do Estado do Rio de Janeiro, o Xerém também me ligou várias vezes e me pediu ajuda para o circo que estava parado aqui no pátio mix, o Circo Estoril. Eu tive lá diversas vezes com o Nivaldo, com a Margareth. E saber, o pessoal fala assim: “poxa, será que eles conseguem ser contemplados com Aldir Blanc do município?” Eu acho até que foi nesse momento que surgiu aquela discussão de estar levando para o estado pra saber de que forma que os circos de lonas podiam ser contemplados. Acho que o Bravo falou que, inclusive, gente, acho que foi o primeiro a fazer essa discussão coletiva. E aqui a gente estava em Itaguaí, mas em Santa Cruz estava o Raduan, os dois circos se uniram muito pois estavam próximos. Eu lembro que o Jonatas, que tinha acabado de desmontar o circo, acho que tinha um circo aqui, tinha acabado de desmontar e de sair aqui do território, aí a gente acabou não tendo esse envolvimento. E aí cara, a gente chegou num momento de discutir com as prefeituras, que o recurso já era tão pouco. E como vai dividir com a comunidade artística local, com a galera de palhaçaria, principalmente do circo sem lona e ainda dividir com o circo grande? Por exemplo, no circo, no caso do circo de Estoril é um grande circo, que tem uma megaestrutura. E muita gente trabalhando. Felizmente o circo Estoril foi muito bem acolhido aqui na região. Realmente não passou dificuldade é com relação, eu acho que, social sim, mas a questão da alimentação conseguiu fazer arrecadação de várias iniciativas. Acho que foi um dos primeiros circos que conseguiu



implementar o *drive-thru* enfim, e também quando chegou a discussão, eu acho que foi a primeira pessoa que a gente falou do estado foi o Rômulo, que a gente conseguiu ter um diálogo pra falar com a Danielle [Barros, secretária estadual], para poder falar sobre um possível edital do Circo de Lona no primeiro momento, ele te falou até que tinha que ter esse mapeamento, com diferenciamento dos circos de grande porte e pequeno porte. Que por exemplo, sessenta mil, no caso específico para o circo de Estoril praticamente não dá para nada, o circo nem em trinta, quarenta dias conseguiria sobreviver com esse recurso. E assim, só voltando atrás da questão da prestação de contas, na verdade, em geral, aqui na Costa Verde, todo mundo enviou, fez a prestação de contas, o problema operacional é das prefeituras e das secretarias de cultura em dar um retorno ao artista se foi aprovado ou não. A gente não consegue nem ter esse diagnóstico preciso, como o Jonathan falou de circo de lona, um diagnóstico preciso porque o estado conseguiu retornar. Ah, foi reprovado. Precisa justificar melhor e tal. Nem isso a gente tem aqui na região. E a gente ainda teve um caso mais sério que é dos artistas de rua. Principalmente malabaristas, palhaços que nem tiveram *know-how* para se inscrever em nenhum edital. Que a gente conseguiu aqui em diversas vezes ou por intermédio do SESC, do Mesa Brasil ter uma mobilização de fazer busca ativa para pegar cesta básica para poder conseguir entregar. Foi bem complexo assim mesmo. Uma questão é vital que é a fome, durante a pandemia a galera que estava na rua, que não estava arrecadando absolutamente nada no sinal. Eu acho que tem esse recorte assim que a gente precisa ter esse cuidado também, como o Jonathan falou do circo de lona, o cara de rua não quer escrever nada. Normalmente o cara já está com o nome sujo no SPC, já está negativado, já está vivendo assim é um dia após o outro. É para pagar comida, é para pagar hospedagem, quando consegue, quando não dorme na rua mesmo.

**P1: Adriano fala um pouco dessa relação do conselho, da participação que você começou a falar e aí você acabou... dessa mobilização de vocês, da comunidade como um todo, artística com conselho, com a secretaria aqui.**

E1: Sim, eu não sei se é boa ou não, a gente conseguiu fazer uma coisa muito importante que era o diálogo. Aqui no Conselho de Cultura de Itaguaí, a gente tem uma cadeira de circo que é ligada ao teatro. A gente tem no sistema cadastrado mais gente das artes cênicas, do teatro do que do circo, eu acho que é por uma questão do processo histórico. Às vezes a gente tem um grupo muito grande de palhaçaria aqui, muita gente que faz, mas aí na hora de se cadastrar, até pela insuficiência do sistema operacional. Por exemplo: “ah eu sou ator, também sou palhaço, sou malabarista”. Às vezes só consegue deixar o artista se cadastrar num determinado setor. E às vezes o artista, o fazedor de cultura, ele cumpre como a gente historicamente no circo, a gente faz um pouco de tudo. Faz a técnica, faz divulgação, às vezes é palhaço, às vezes é malabarista, às vezes é isso, aquilo outro. E aí o próprio sistema, a gente conversou sobre isso, acho que agora conseguiu avançar, quando a gente fizer o cadastro o artista poder se cadastrar em mais de uma função para justamente quando for homologado. A gente propôs o edital separado para o circo. Eu acho que a gente ainda está engatinhando, mas eu acho que o grande presente que a gente ganhou da Aldir Blanc foi o diálogo pra gente construir esse mapeamento e identificar isso sistemicamente. Eu acho que não só no município quanto para o estado. É porque assim cada caso é um caso. A gente tem aqui em Itaguaí, acho que é um dos únicos municípios do estado que a gente tem uma lei do circo que ampara os circos de lona. Com um arcabouço de políticas públicas, tanto ligadas à assistência, educação, saúde e etc. e tal, que facilitam e desburocratizam a instalação dos circos de lona. Acho que o Jonathan teve conhecimento sobre a lei que a gente conseguiu

implementar aqui praticamente cem por cento do que foi proposto, tanto pela iniciativa do SATED, quanto o que já tinha nos movimentos coletivos do circo de Iona. A gente conseguiu fazer uma mobilização aqui muito interessante, eu acho que talvez sirva de exemplo aí para as outras cidades para ter a lei do circo implementada.

#### **P1: Jonathan.**

E4: Itaguaí é a única cidade, Adriano, do Brasil, na verdade Belo Horizonte também aprovou há pouco tempo também, que o mais importante dessa lei é o alvará anual. Para vocês terem uma ideia, o circo quando se instala num lugar, você monta o circo na rua aqui e o circo vai mal tem que mudar o circo de lugar. Se for armar do outro lado da rua, eu tenho que pagar todas as licenças de novo. Eu tenho que pagar o novo alvará, eu tenho que pagar uma nova taxa de bombeiro e vai tudo de novo. São dezoito licenças para montar um circo. Dezoito! Em Itaguaí, você tem esse alvará de um ano, ou seja, você pode voltar na cidade se quiser, que já está valendo, você vai ter uma nova vistoria de bombeiro, mas você não vai pagar novamente se você já pagou. Isso a gente está tentando aqui em Niterói aprovar essa lei, mas é complicado. Por mais que eu acredite na boa fé, que eu tenho no Alexandre, no Léo, na galera da cultura daqui que eu admiro os caras, Niterói tem um passado de circo meio cabuloso, na década de cinquenta quando o circo pegou fogo. Não, pegou fogo não, vou refazer minha frase. Quando tacaram fogo no circo. Quando tacaram fogo no circo nessa época, todos os circos foram expulsos daqui. Niterói ficou mais de quinze anos como uma cidade proibida de receber atos de essência, era proibido ter circo em Niterói. A gente tem isso no nosso passado. O circo da minha família, na época o Circo Trapézio, ele estava armado em Niterói na porta da areia. A minha mãe, meu pai niteroiense,

meus irmãos niteroienses, meus tios, foi todo mundo expulso da cidade. Onde nasceram, onde moravam, onde eles estudavam. Foram expulsos sem ter nada a ver com aquilo, porque todos os circos da cidade foram expulsos, aí outro dia falando com o Santini, que é o secretário de cultura, cara, eu perturbo muito o Santini, ele sabe disso. E eu falei, “Santini, o meu bisavô nasceu aqui, foi expulso e não viu o circo voltar. O meu avô foi expulso, não viu o circo voltar. A minha mãe nasceu aqui e foi expulsa e não viu o circo voltar. Vocês não vão fazer isso comigo, mano. Eu vou ficar perturbando vocês até isso mudar. Até a política de circo mudar em Niterói.” E ainda é muito pouco, o circo ainda é marginalizado em Niterói, ainda tem muito pouco investimento. Eu acredito nos projetos do ano que vem, que Niterói faz aniversário da cidade, então estou com uma ideia de fazer uma coisa maior e incluir o circo nesse desenvolvimento. Voltando um pouquinho ao que o Adriano falou. Lá do circo do Estoril. Realmente sessenta...

**P1: Só um minutinho, deixa eu aproveitar... fala um pouco também dessa coisa da participação. Eu sei que você já falou um pouco desse ativamento, o quanto vocês se reuniram, se vocês fizeram a pressão da sociedade, a relação de vocês com o conselho, com é que o conselho apoia o setorial ou não, um pouco dessa mobilização, dessa participação social. Que aí você já insere...**

E4: Na verdade a gente criou um conselho paralelo, porque só agora com a Ângela, que está no colegiado de circo do estado, é que o circo tem um pouco de representatividade, porque a classe circense de Iona é muito desorganizada. É muito afastada um do outro. Então a gente teve que se reunir, se organizar e aí o Bravo ajudou nisso, o Victor De Wolf, porque era secretário de cultura da cidade [de Niterói, no início da pandemia], ajudou muito nisso. A gente teve que organizar todo

mundo e a gente teve que fazer um conselho paralelo, o grupo do WhatsApp, aquilo foi o conselho de circo do estado, sabe? O colegiado nosso foi ali, porque era o que a gente se reunia uma vez por semana. E foi muito difícil porque o circo grande não aceitava receber a mesma coisa que o circo pequenino recebia. Aí é aquilo que eu falo “acontece que o Circo Estoril têm oito Camaros na frente do circo, carro, então ele vende um Camaro e ele consegue se manter. Ele vende uma carreta daquela, super cara e consegue, o pequeno não”. O pequeno, ele precisava da grana pra se manter... uma coisa que eu sempre falo, eu não consigo entender a iniciativa pública que é pensada, o fazer dela, a origem dela já exclui o menor. Se a gente não garantir equidade, é o mínimo que a gente tem que garantir, equidade, essa é a palavra mágica das leis de cultura que tem que acontecer, você tem que garantir o acesso ao menor, que ele consiga participar. Em Niterói tem um ditado que diz que em *Niterói a cultura é um direito*. Beleza, então eu não abro mão de direito nenhum meu e nem dos meus companheiros. A gente quer se olhar, a gente quer ser justo. Entendeu? E a gente criou, foi isso que a gente fez. A gente criou um conselho de cultura paralelo, a gente criou um grupo pra organizar, e se não fosse o Bravo... o nosso diálogo com a Secretaria de Cultura do Estado é horrível gente, é muito ruim. Eu não sei como é para vocês, mas pra gente do circo é muito ruim. Teve uma cidade do Rio que pediu porta giratória para o circo armar. No meio da pandemia você pode armar, tem que ter porta giratória. Eu falo: “senhora, quem segura essa porta? Circo não tem nem parede. Vou botar o quê? Dois palhaços segurando a porta, não vai funcionar.” Eu não sei se faz de propósito, se faz para não armar, mas, enfim, acaba atrapalhando.

**P1: Letícia.**

E5: Oi gente, bom aqui, pensando no setorial, acho que a gente teve um movimento importante que foi AGICIRCO<sup>53</sup> e aí a gente estava também, Didi, foi nessa reunião de artistas de circo itinerantes, de famílias de circo que não são de lonas e de circenses de rua que a gente tentou também se reunir. Porque eu acho que de uma maneira geral, esse mesmo problema que, por exemplo, os circenses de lona têm, de comunicação, a gente que é artista de família, mas sem lona, ou artista de rua, o cara do sinal, a gente tem essa dificuldade também. Então acho que esse é um grande problema do setorial, ele é muito diverso e é ótimo que seja diverso, mas às vezes é difícil a gente se encontrar para pensar uma política pública que vai nortear. Porque isso assim é muito... você vai pensar o circo de lona, realmente, você vai levantar um mastro, só de você... o pneu da carreta estourou, são oitocentos reais no mínimo, se eu tiver que trocar os dois, os custos eles são muito elevados, mas pra gente também a entrada quando entra é mais elevada, para gente que não tem hora essas são outras dificuldades pra fazer girar, entendeu? Aí você vai passar o chapéu, o valor que você recebe no chapéu comparado à bilheteria... Enfim, são muitas questões difíceis de você balizar pra pensar a política pública e aí acaba que principalmente na hora do desespero rola muito essa coisa: “farinha pouca, meu pirão primeiro, então o meu precisa mais que o seu...” Então eu sinto que existe essa tensão dentro do setorial de circo. Na Secretaria de Estado a pessoa com quem eu vejo que chama o diálogo com o conselho de estado, que é a Denise, é uma um pouco afastada assim, ela é da dança, ela não é do circo. Então, isso se torna ainda mais difícil porque ficam muito incompreensíveis essas dinâmicas, e fica muito afastado das pessoas, até fazer esse mapeamento para chamar, por exemplo, para articular,

---

<sup>53</sup> Nota da pesquisa: Aline Barbosa, participante aqui deste grupo focal, é criadora e articuladora do AGICIRCO (Movimento dos Artistas, Grupos Independentes e Coletivos de Circo do estado do Rio de Janeiro).

ele é complexo. Aqui na cidade de Caxias, eu sinto que a gente deu uma, eu não vou dizer *sorte* mesmo porque eu acho que é uma construção, eu sinto que pelo fato da gente não ter historicamente esse aparato da política pública, mas ter uma comunidade de cultura assim de artistas muito efervescente que produz, a gente até fala que o pessoal é *ativista*. Não é artista só, tem que ser artista e tem que ser é *ativista* também, é impossível não cruzar. A gente estava muito ligado no cenário nacional e aí as pessoas estavam no conselho. A gente teve duas pessoas especificamente, uma foi a Clara de Deus e outra foi o Edson que estavam em todas as reuniões. O Edson é até ligado ao Glauber [Braga, deputado estadual do RJ pelo PSOL] e aí, enfim, tinham essas articulações que também estavam em todas as reuniões. E aí, por exemplo, eu estava na AGICIRCO, estava participando das outras setoriais e aí a gente puxou o Fórum Municipal de Cultura. A gente reavivou esse fórum. Então, a gente criou esse grupo no WhatsApp chamando todos os artistas, fazendo reuniões online com essas reuniões de Zoom de mil horas assim para todo mundo falar, então isso foi muito comum, tanto na AGICIRCO como a gente teve bastante reunião aqui no Fórum Municipal de Cultura. Então assim, eu acho que para que a lei tivesse funcionado aqui em Caxias, não teria funcionado se não fosse esse conselho. Porque nesse momento em que aconteceu a gente estava com o secretário que era zero ligado à cultura, a subsecretaria ela é da Grande Rio, mas a gente brinca que a Simone [Sangelis, ligada ao G.R.E.S. Acadêmicos do Grande Rio] é super simpática, é super querida, mas ela entende de política pública está muito no sorriso ali. Nessa posição, então a gente não tinha e aí foi também um movimento de tensão, porque a gente tinha uma pessoa que não era nem a secretaria, mas que estava cumprindo esse papel mais técnico. Mas aí a gente tem um outro lugar na Baixada Fluminense, que é o lugar de subestimar os artistas locais. Essa questão da precariedade do território ela recai muito sobre a gente. Então

tinha muito um lugar no começo de dizer assim: “você não sabem o que vocês estão falando, vocês não entendem, vocês não sabem como é que é uma gestão pública, como é que é gerir dinheiro.” Então, eram colocados uns empecilhos no sentido de tipo, se você não prestar conta, sou eu que vou responder no meu nome. Umas coisas assim quase para inviabilizar a ação. Então, a gente precisou muito ter esses encontros e essa proposição muito ativa: “Não, dá para fazer, vai fazer desta forma, dá para fazer, olha aqui, tem um, vamos acionar o MP se não fizer, vai”. Então, foi uma relação tensa, mas sinto que construiu no final o que a gente precisava.

### **P1: Aline?**

E2: Sim, aqui a gente conseguiu ser ouvido em algumas solicitações, mas a gente teve que brigar muito. Inclusive porque 2020 foi um ano particularmente difícil, porque logo no início da pandemia ainda, em março, o gestor que estava à frente da pasta saiu porque ele iria ser candidato a vereador e a gente ficou quase cinco meses sem secretário de cultura. Então, durante todo o início de mobilização da Lei Aldir Blanc a gente ficou sem gestão de cultura em Macaé. A gente tem o Conselho Municipal de Cultura, mas a gente não tem um secretário na frente da pasta. A gente fez uma mobilização intensa de meses para conseguir que o prefeito indicasse um novo gestor para pasta, porque a gente não tinha nem gestor para a pasta, não tinha quem pudesse fazer solicitações. A gente chegou a fazer uma webconferência junto com a Comissão de Cultura da Câmara de Vereadores, a gente conseguiu que eles puxassem uma audiência pública para tentar pressionar a Prefeitura para gente ter um gestor na frente da pasta porque a gente estava vendo os municípios se mobilizando, se reunindo, fazendo o cadastro municipal de cultura e a gente não tinha nem secretaria, secretário de cultura

na frente da pasta. Não tinha ninguém respondendo pela pasta, a gente mandava ofício, mas não tinha quem responder. A gente estava no meio do caos da pandemia e sem gestão na pasta. E aí a gente só conseguiu marcar uma reunião com o prefeito pelo Twitter, a gente mandou ofício para a comissão para Câmara de Vereadores, a gente mandou um ofício para o gabinete do Prefeito durante semanas, a gente foi ignorado, a gente um dia puxa um twitaço, porque ele era um prefeito bem ativo no Twitter, a gente puxou um twitaço da galera da cultura da cidade e conseguiu uma hora com o prefeito. E aí a gente falou assim: “e aí? A gente vai continuar sem secretário, a gente vai devolver um milhão de reais que poderia estar vindo pra Macaé no meio da pandemia?” E ele disse: “não, eu vou nomear alguém amanhã! Vai ser Fulano! Aí apontou assim para pessoa que era a responsável pelo jurídico da secretaria! Ela já estava na secretaria já há algum tempo. Não era alguém completamente externo! Mas a gente não sabe por que ele demorou cinco meses para nomear alguém. Então a gente chega muito atrasado em todos os procedimentos por causa dessa falta de uma pessoa à frente da pasta. A gente não consegue contribuir em nada nos editais, porque eles falam que se discutirem os editais com o conselho o conselho não vai poder se inscrever, mas a gente consegue participar da redação da regulamentação. Foi uma outra grande briga. Porque eles mandam um texto, a gente consegue que seja feito um comitê gestor, eles mandam o texto da regulamentação para o conselho e dão menos de vinte e quatro horas para gente aprovar. Era um texto de quinze páginas, cheio de termos jurídicos que é impossível... Como que a gente ia mobilizar e ouvir a galera? Porque mesmo a gente estando lá enquanto representante do conselho, não dá pra gente aprovar representando um segmento sem consultar o segmento baseado na nossa opinião pessoal. A gente teve uma reunião muito tensa do conselho, com a secretaria pressionando: “a gente está com tempo curto, se vocês não aprovarem hoje e

depois Macaé tiver que devolver o dinheiro a culpa vai ser do conselho.” E eles jogam esse peso na gente. E aí a gente fala assim: “a gente não vai aprovar esse texto. Se vocês quiserem publiquem sem o aval do conselho. O conselho não vai aprovar sem analisar.” E aí a gente briga muito e consegue e eles falam assim: “não, se vocês não derem o aval a gente também não vai publicar. Então, a gente vai dar uma semana para vocês.” A gente pega uma semana e puxa uma maratona de fóruns, a gente faz pré-fóruns por segmento, cada cadeira, cada dupla de conselheiros, que tem o titular e o, suplente puxa um fórum de segmento para discutir, para sentar junto e ler a regulamentação, fazer os apontamentos e depois a gente faz um fórum com todos os segmentos para juntar os apontamentos de cada pré-fórum. Então assim, foram onze pré-fóruns em seis dias, no sétimo dia a gente teve um fórum geral e no oitavo dia a gente mandou as nossas considerações para a secretaria, não foram todas atendidas, mas a gente conseguiu, foi uma coisa assim de quase quarenta horas de reunião em seis, sete dias, foi uma maratona mas a gente conseguiu. Só que a gente teve que brigar e teve que *comprar* todas. As reuniões sendo transmitidas no YouTube e a secretaria claramente falando que se tivesse atraso seria culpa nossa. Se Macaé tivesse que devolver o dinheiro a culpa era nossa porque a gente não aprovou uma regulamentação que a gente teve vinte e quatro horas para analisar... Nessa época, Macaé estava vindo de um histórico de um conselho bem desmobilizado e toda essa mobilização, e essa coisa toda que gerou na época da Aldir Blanc, fez com que o conselho tivesse um respaldo muito grande, tanto que nas eleições, que aconteceram no final dessa gestão, a gente teve um recorde de participação do público para votar. Tanto de inscrição quanto de eleitores, candidatos. E isso foi uma coisa bem legal que está se mantendo assim, isso foi bem bacana. Mas a gente teve que brigar muito e para os editais a gente não conseguiu participar, a gente só conseguiu participar da regulamentação.

No estado, rolaram umas reuniões com a Danielle [Barros], tiveram umas reuniões setoriais e tiveram umas reuniões também, eu lembro de uma reunião, via Zoom que tinha sei lá, quatrocentos participantes e a Danielle ficou lá quatro horas ouvindo a galera, eu até consegui me inscrever e falar. Eu não sei até que ponto, de fato, as sugestões foram implementadas. Eu lembro que tinha muito isso de só empresa poder se inscrever, de ter que exigir a regularidade das empresas, mas foi uma briga...

**P1: Pra gente fazer uma rodada de fechamento, eu queria que vocês fizessem assim um pouco da percepção pessoal da gestão da LAB. Falasse um pouquinho do ponto de vista pessoal. Se vocês consideram que ela possibilitou o surgimento de outras políticas locais, outros editais, que vocês já falaram um pouco, e a gente soma isso à observação do Luiz sobre os processos de mobilização. Se eles ficaram restritos ao momento, se eles na verdade se desdobraram, ainda estão ativos, se de alguma maneira vocês não consideram que isso teve algum desdobramento em termos dos movimentos? O Adriano que falou que tem que sair cinco e meia em ponto, a gente começa com ele.**

E1: Então, eu só esqueci de falar sobre a questão dos editais, a gente tentou travar esse diálogo, para que pudesse abrir para o MEI e a gente teve a dificuldade aqui da procuradoria do município porque eles não liberaram. E aí os editais foram todos de pessoa física e aquele rombo no imposto de renda, no desconto do valor do projeto quando você foi contemplado. Eu e mais uns três ou quatro artistas, inclusive palhaços aqui da cidade de Itaguaí, sofremos uma questão, a gente entrou na malha fina apesar de declarar o imposto de renda certinho, dentro do prazo. Eu, por exemplo, eu entrei na malha fina do

imposto de renda e a Secretaria de Fazenda... Educação e Cultura não sabiam responder, o sistema da prefeitura também não sabia responder, foi uma luta. Há trinta dias que conseguimos fazer, quase que um raio X, para identificar essa ausência de cuidados dos técnicos da prefeitura, ora da secretaria, que é gestora operante do recurso e ora da Secretaria de Fazenda da cidade que acabou cadastrando a gente como se a gente fosse servidor. Eu fui impedido de receber a restituição do imposto de renda, que já não era muito dinheiro. Eu acho assim, eu não sei, acho que é a minha opinião. Eu acho que a LAB foi um divisor de águas nacional, sem dúvida, eu acho que pra gente aumentou a capacidade de mobilização dos artistas. A gente teve conferência municipal, a gente ficou tão preocupado com a ausência de divulgação que nós fizemos, uma semana antes da conferência municipal, uma conferência popular para construir uma mobilização maior para que a gente pudesse agora ter um conselho de cultura mais forte e com maior participação da sociedade civil. Eu acho que a LAB, também aqui, conseguiu tirar Itaguaí do século dezoito, da época de colônia e conseguiu aqui a Prefeitura aprovar um PPA para quatro anos, colocando as rubricas para a utilização de recursos que ainda não estão sendo utilizados. A gente tinha as rubricas para manutenção e operacionalização, ora da Casa de Cultura, ora da casa CEU, que infelizmente trocaram o nome para Pracinha da Cultura, menorizaram essa política pública, de praça CEU, do teatro, ora de escola de música. E aí eu acho que hoje a gente tem pelo menos as rubricas dentro do organograma da prefeitura pra gente lutar por recursos, tendo em vista que a cidade de Itaguaí é uma cidade rica, em função da questão portuária. Nós somos uma subsecretaria, que tem um orçamento de uma super secretaria, e esse recurso ainda não é operacionalizado. Eu fico assustado quando a gente fala da Baixada, que é muito próxima da gente conversar, é uma subsecretaria que tem quase sete, oito milhões de recursos por ano, um absurdo esse recurso não chegar pra quem mais

precisa, para pequenos projetos. O quadro de Itaguaí ainda é um quadro muito difícil, de uma cidade que tem recurso como outras aqui no estado, que tem o royalty do petróleo, acho que Macaé também está nesse circuito. Caxias também, que tem um recurso gigante e não chega na ponta. A gente precisa estudar esses trâmites para que a gente tenha propriedade para estar conversando com quem assume a gestão na ponta que realmente não sabe absolutamente nada dos nossos recortes de política pública, de cultura, de circo principalmente. O Jonathan falou muito do circo de lona, mas como o circo está crescendo aqui no estado do Rio de Janeiro, é um potencial gigante de economia. A minha consideração final é que a gente precisa ter um olhar mais diferenciado para isso, como que a gente transforma o território, como que a gente com o circo consegue identificar as possibilidades do território. Eu acho que a gente é de uma única linguagem, a gente não fica só olhando pra gente. A gente observa o dia a dia do nosso território, do nosso entorno e tenta levar isso para o espetáculo e transformar a vida das pessoas. E isso não tem preço. Quando a gente vai dar oficina de circo todo mundo quer fazer circo, todo mundo quer andar na perna de pau, todo mundo quer pular, quer brincar... Um prazer estar com vocês. Desculpe se eu me alonguei muito, mas eu acho que é sempre muito potente a gente estar se ouvindo, se falando enfim.

**P1: É tão boa que normalmente se leva uma hora, a gente daqui a pouco está em uma hora e meia, o povo vai brigar comigo, assim, parece que eu sou a faladora, mas eu que estou mais quietinha, mas a discussão está muito boa, mas porque enfim... todo mundo tem que sair também para os seus compromissos e eu prometi para fulano em uma hora a gente termina isso. Eu só estou olhando falar ai meu Deus... Jonathan.**

E4: Eu acho que o caminho é longo, recentemente eu fiz uma reunião com o SESC para fazer um levantamento da atividade de circo do estado e para vocês terem uma ideia, o último edital do SESC, por exemplo, lançado... Eu sempre falo do circo de lona, gente, é porque é de onde eu vim, entendeu? É o que eu conheço, eu não sei fazer nada na minha vida se não for palhaço, nada, nada. A única coisa que eu sei fazer na minha vida é isso. E eu faço com muito orgulho, com muito amor. Mas não acho o circo de lona melhor, mais importante, eu acho que tudo é circo. Não interessa onde você está, se você está no trem, se você está na rua, se você está... tudo é difícil. Eu acho muito mais difícil trabalhar na rua do que no picadeiro, por exemplo. No picadeiro o cara paga o ingresso para te assistir, na rua não. Você tem que cativar o cara pra parar, pra te assistir e na festa de aniversário é pior ainda. O palhaço que trabalha em festa de aniversário tem que ganhar uma medalha, porque é do demônio, desculpa falar assim, não é que é ruim não, é horrível. Enfim, o caminho, mais uma vez falando do circo de lona, para gente é bem longo. Nos últimos editais lançados pela Prefeitura para circo, nenhum circo de lona ganhou. O último edital lançado pelo Governo do Estado para circo, ninguém ganhou. O último edital da cidade do Rio para circo, ninguém ganhou. Os últimos três editais do SESC, nenhum circo de lona ganhou. O circo pode estar crescendo no estado, mas a marginalização da lona está indo para o buraco. Isso é culpa da própria classe. Eu falo isso, por isso que muita galera... O Nivaldo Adriano que é do Circo Estoril, ele não gosta de mim porque eu falo isso quando a gente se encontra. Eu falo que o circense não se preocupou em crescer fora da lona. Ele é inteligentíssimo dentro do circo, no picadeiro, tirou ele daí de dentro se atrapalha todo. Entendeu? Então a nossa classe não se preocupou em ocupar os nossos espaços por direito fora da lona, aí a gente perdeu o diálogo. A gente perdeu o diálogo com quem não é de lona. A gente não conversa, isso é horrível. A gente não ajuda um ao outro, a

gente não se conhece, a gente não desenvolve o diálogo. A Escola Nacional de Circo, na última formatura, não formou trapezista, ela não formou palhaço, ela não formou mágico, ela não formou equilibrista, ela formou acrobata. Por quê? Quem dá aula na Escola Nacional de Circo são ginastas. Sabe, o que a ginástica entende de circo? Entende tanto quanto eu entendo de astrofísica. Com todo respeito, a Escola Nacional de Circo se aproximou mais do esporte e deixou a cênica de lado. Está fadada... andando a passo largo para acabar, tiraram a lona da Escola Nacional de Circo para lavar e ninguém sabe onde botou, sumiu a lona na escola. “Ah vamos fazer um galpão”... Legal, agora a Escola Nacional de Circo não tem mais um circo, não tem mais a lona, era para ser o contrário, a escola de circo ter várias lonas, fazia uma lona itinerante para os alunos poderem estudar rodando pelo estado. Enfim, isso é um assunto longo. Eu acho que o caminho do circo é longo. A gente tem que conversar sobre a Lei Aldir Blanc 2 que está vindo e a Lei Paulo Gustavo, a gente tem que achar uma maneira dessa grana chegar na ponta, no cara que está agora que nem o Palhaço Will Will, que é o cara que eu conheço, que eu gosto muito, que está agora dentro de um trem da Supervia pintado de palhaço, fazendo o povo rir. Como é que essa grana vai chegar nesse cara? Como é que essa grana vai chegar no Miguel que está a menos de cem metros daqui de onde eu moro jogando malabares no sinal? Como é que vai chegar nele? Ele tem que ter o CNPJ? Espera um pouquinho, se é uma coisa emergencial a gente tem que se organizar. Eu sei que a gente tem que se preparar para receber esse recurso. Mas antes da gente se preparar, o Estado tem que olhar pra gente e entender como a gente funciona porque foram anos de marginalização. Não adianta você me ignorar durante cem anos depois querer que eu esteja organizado para receber um dinheiro, porque não faz sentido. Então, o caminho pra gente, principalmente da lona, ele é longo. Ele é longo e a classe não ajuda.

E1: Desculpa, só cortando, só para contribuir com o que o Jonathan falou, uma coisa que eu falei muito nas nossas discussões coletivas e que a Secretaria de Cultura falava: “- ah o pessoal não se inscreve.” Eu acho que tem o compromisso de quem é gestor público de fazer a busca ativa. Eu acho que eles têm que ir *in loco* e também identificarem e homologarem os fazeres culturais e artísticos. E uma outra questão que a gente acabou falando pouco é que a gente precisa pensar em “áudiotal”. É edital por áudio simples, fácil de fazer, desburocratizar isso. Eu acho que é uma palavra, não sei se o nome, a ordem, mas busca ativa é o compromisso do poder público de estar *in loco* reconhecendo e fazendo o raio X para sistematizar isso. Eu eles não têm que ficar botando Google Forms. É compromisso de ir *in loco* também, qual o papel do poder público? Tem recurso! Tem tudo! Enfim, desculpa. Só manifesto.

E2: Didi, uma coisa importante que teve aqui em Macaé que eu não pontuei que teve - e o que você falou agora me lembrou -, que durante os editais abertos a equipe da Secretaria de Cultura, e aí isso é uma coisa que é muito positiva, fizeram mesmo durante aquela parte mais grave da pandemia, em 2020. Eles fizeram atendimento ao público presencial para tirar dúvida dos editais. E aí lá tinham os editais impressos para quem fosse levar o edital impresso pra casa. Tinham os anexos que a galera tinha que preencher impressos para levar para casa, para poder preencher. Então isso foi uma coisa que eu acho que facilitou muita gente que não teria condições de se inscrever sozinho. Eles não faziam a inscrição por ninguém, mas tinham uma equipe lá que lia o edital com a pessoa explicando ponto a ponto. Eu acho que isso assim, eu meti o malho, mas isso é uma coisa que eu acho que é um ponto muito positivo e que eu acho que realmente ajudou muita gente a se inscrever. Só que eu acho que tanto aconteceu aqui como aconteceu de um modo geral com a galera do circo, é que eu



acho que é isso, quando você passa décadas sendo ignorado pela gestão pública, você não dá crédito, você não acredita que vai acontecer. Então a gente vê muita gente falando assim: “ih eu não vou me inscrever não, esse dinheiro não vai chegar”. Ou então: “ah não, eles não vão pagar, a gente vai levar golpe, a lei não vai sair.” Eu lembro que muito no início das mobilizações, antes da Lei Aldir Blanc ser votada e ser aprovada, tiveram os diálogos nacionais de circo que eu participei, a gente da AGCIRCO ajudou a puxar os diálogos nacionais dos artistas de rua e a gente tinha muita dificuldade de ter a adesão da galera porque as pessoas não acreditavam que ia acontecer. Ainda mais durante o governo Bolsonaro. “Não vai acontecer, vocês estão perdendo o tempo de vocês, vocês têm que estar investindo em fazer outras coisas, em procurar trabalho, em gravar vídeo para o YouTube. Não vai gente, não vai sair.” As pessoas falavam isso, elas não acreditavam que a lei ia sair, tanto que em Macaé sobrou dinheiro porque as pessoas não se inscreveram. Nos dois editais que abriram no primeiro ano tiveram menos inscritos do que vagas para serem contemplados. A gente só usou trinta por cento da grana e quando as pessoas viram que a lei aconteceu, que quem foi contemplado recebeu, muita gente ficou arrependida. Foi isso viu galera, mesmo os valores pequenos dos editais municipais, de repente você vê quem está próximo de você, recebendo você fala assim: “cara eu dancei, eu não me inscrevi, porque eu não acreditei que ia acontecer e aí no ano passado a gente, a Prefeitura suplementou em quatrocentos mil reais. Foi quase o valor do primeiro ano todo. Então, eu acho que se tem um legado importante que a Lei Aldir Blanc vai deixar é das pessoas entenderem o poder que a mobilização social tem, porque a gente viu essa mobilização surtindo efeito no nível federal, mesmo num governo de Bolsonaro, mesmo num governo sem Ministério da Cultura, a gente conseguiu aprovar a lei, a lei foi vetada, a gente conseguiu derrubar o veto. Então, foi em cima

de muita pressão social. No estado, mesmo não conseguindo ser atendido em tudo numa certa medida, a gente conseguiu pressionar. Aqui no Rio, a gente teve o edital, que como o Jonathan falou, teve um edital para o circo de lona, que contemplou todos os circos que estavam no estado. Então, eu acho que a gente teve diferentes níveis de dificuldades, nas esferas federal, estadual e municipal, mas eu acho que agora está acreditando muito mais no poder da mobilização social. E na organização. A gente sai dessa primeira LAB com a AGCIRCO, que era uma coisa que não tinha antes. A gente está falando da AGCIRCO aqui porque todo mundo sabe o que é. Não sei se vocês sabem. AGCIRCO, porque a gente percebeu em determinado ponto que estava tendo um diálogo dos circos de lona com o estado, mas não estava tendo da galera de fora da lona. E aí a gente falou, não, a gente precisa se organizar e em alguma medida ser ouvido também. AGCIRCO é Artistas e Grupos Independentes de Circo do Estado do Rio de Janeiro. AGCIRCO tem a galera que é do transporte público, tem a galera que é da rua, tem a galera que é dos espaços fechados de circo, tem todo mundo que é do circo, mas que não está na lona. E inclusive o Jonathan está na lona, mas também está lá na AGCIRCO. É, acho que se tem um legado que a Lei Aldir Blanc deixa para além dessa grana, que permitiu que a gente tivesse a nossa subsistência garantida, é essa questão de valorizar a mobilização social e entender que, mesmo tendo diferentes possibilidades, particularidades, valores, custos e tudo isso em alguma medida, a gente entendeu que se a gente se organizar, se a gente estiver organizado, a gente consegue pressionar. Então, eu acho que isso é que é o legado impalpável da Aldir Blanc.

**P1: Fala Jonathan e depois que a gente passa para a Letícia.**

E4: Um legado que eu acho que eu ajudei a deixar e eu durmo mal com isso todo dia, porque não sei se foi positivo. Que agora a gente não sabe se vai ficar todo mundo endividado por conta dessa grana ou não, porque com essas vinte e três prestações de contas negadas, como é que vai fazer? O estado não respondeu ainda. Eu repito, teve circo.... Eu vou fazer questão... eu tenho que escrever um livro. É pegar as notas, porque o circo eles mandam para mim, coitados, pra eu mandar para o estado. Tem nota de remédio, filho recém-nascido, o cara gastou dinheiro! Precisava comprar remédio pra criança. E segundo o edital para circo do estado não podia, você tinha que investir só no seu circo. A pessoa passando fome, você tem que investir só no circo, foi um erro grosso. Eu falei tanto com a Danielle, mas não adiantou, parecia que o estado estava mais preocupado em mostrar: “olha, nós estamos fazendo isso, vamos dar isso”, do que realmente querer ajudar. Agora vamos ver como é que vão ficar essas companhias, porque pode ser que venha mais a Lei Aldir Blanc e ninguém possa participar porque está em débito com o estado.

### **P1: Letícia?**

E5: Olha Lia, primeiro quero dizer que é muito injusto esse tempo. Como vão cobrar isso de você? Não dá! (P1: Se eu pudesse ficaria uma hora, eu concordo.) São muitas coisas para serem tocadas. Muito sensíveis, tenho que anotar aqui, para mim mesmo, não me confundir. Pessoal, essa coisa da continuidade da mobilização, eu acho que tem um ponto assim que fica muito evidente para mim depois da LAB aqui. O investimento financeiro estimula a mobilização social. Porque é muito custoso de tempo você ficar um tempão numa reunião vocês efetivamente, por exemplo, se transportarem até a reunião. Você investe o seu tempo ali e quando você não

acredita que aquilo ali vai te render nada, pessoas como eu, por exemplo, que vivem disso, você não vai conseguir dedicar o seu tempo a aquilo ali. Então eu sinto que a LAB trouxe esse lugar das pessoas “vale a pena eu ir para reunião, eu preciso estar por dentro, vale a pena eu ir pra reunião porque em algum momento isso vai virar alguma coisa, isso vai reverberar em alguma coisa”. E aí, por conta disso, uma questão que aqui aconteceu, que eu acho que no município foi uma confusão. O que é responsabilidade da sociedade civil e o que é responsabilidade do poder público, que em algum momento o conselho, a sociedade civil do conselho estava apanhando mais do que o poder público, porque parecia que tudo era tipo assim: “mas vocês não estão fazendo, mas gente, a caneta não é nossa, a gente está aqui mobilizando, a gente está...” Então, o conselho se colocou tão à frente que em algum momento gerou essa confusão dentro do próprio fórum, de cobrar coisas que eram questões pertinentes ao poder público, da esfera municipal. Uma outra questão que eu coloco, que eu acho que tem a ver, e a LAB também deixa pra mim e aí para o Rio de Janeiro como um todo, que eu acho que a gente aqui em Caxias, na esfera municipal a gente tem essa coisa dos editais como a primeira vez, mas para o Rio de Janeiro como um todo, em termos de política pública, o estado, a gente estava muito tempo sem mobilizar nada, muito desarticulado e os editais do estado do Rio de Janeiro são vergonhosos. O fundo que nunca foi tocado, e aí eu venho de uma temporada em São Paulo antes da pandemia, e não que seja uma maravilha, mas fazendo essa comparação, por exemplo quando eu olho para o PROAC eu vejo quantas linhas têm, inclusive pensando no setorial de circo: tem de circo grande, tem circo médio, tem circo que está no interior, tem de números de circenses, tem de primeiros artistas, justamente pra tentar evitar essas competições injustas. E aí eu vejo também que o circense de lona lá em São Paulo, talvez por isso também já esteja mais preparado pra lidar com esses mecanismos. Mesmo que seja

através da associação que não tem o próprio CNPJ, mas então, de uma maneira geral, eu quero dizer que eu acho muito injusto a gente falar assim, do ponto de vista do poder público, querer cobrar apenas essas pessoas que elas tivessem entregue uma prestação de contas sabe? Super legal que elas tivessem realizado uma coisa super legal quando a gente tem uma defasagem pública de muitos anos, principalmente para esse setor, mas de uma maneira geral. A gente não tem como cobrar isso das pessoas, sabe? E aí eu fico muito preocupada com essas dívidas que ficarão, por exemplo aqui a senhorinha no Império do Gramacho, a pressão subiu, passou mal, eu não sei porque faltou um documento pra subir e aí rolou também esse “júridiquês” muito exagerado Fazendo assim um pente fino, até como uma forma de controle. Então isso é uma coisa que eu acho que a gente tem que rever como facilitar, mas não dá para pensar a continuidade sem pensar essas articulações sabe? Sem pensar nessa formação. Aqui em Caxias, acho que teve a continuidade da articulação, de uma maneira muito sintomática, na segunda eleição do conselho. A eleição do conselho com a LAB foi super movimentada, a gente não tinha muita gente inscrita para assumir as cadeiras, nem todo mundo queria pegar as cadeiras porque sabia que viria uma grande responsabilidade com a LAB 2 e a Lei Paulo Gustavo. Mas a gente tinha muita gente querendo votar e a gente tinha também uma secretaria muito preocupada querendo impedir essas eleições. Realmente foi uma coisa conturbada. Pra vocês terem uma ideia, na primeira a gente teve que dividir a eleição porque no dia que foi marcada a votação, na hora já era para começar às oito, meio-dia eles conseguiram acabar de fazer o credenciamento, porque eles não esperavam a quantidade de pessoas. Então não tinha crachá, não tinha ficha, teve que correr na secretaria para pegar a impressora, e aí quando acabou meio-dia o credenciamento que foi abrir a mesa, eles se deram conta de que o regimento não estava lá. O regimento, só o regimento da conferência, então teve que cancelar. Quase

trezentas pessoas mobilizadas a gente percebeu que tinha aí já uma preocupação, a partir da mobilização que foi gerada e das leis que viriam depois. Mas a gente tem visto o fórum muito ativo e acho que destaco também a importância das setoriais nacionais e estaduais porque isso ajudou muito a gente, por exemplo, na esfera municipal a ter argumento, sabe? A ter compreensão, porque às vezes você pega a lei, mesmo eu que vim da Produção Cultural [a graduação da UFF], fiz o mestrado, que estou estudando, às vezes você pega a lei e você fica com dúvida, aí você imagina a senhora lá do Império do Gramacho, sabe? Então, é importante a gente ter esses espaços que ajudam a gente a se preparar, às vezes na esfera municipal precisa fazer esse esforço didático e na esfera política. Acho que é isso gente, muitas coisas aí, acho que a mobilização rolou. Ah uma outra coisa que eu achei muito importante da LAB, como um ponto positivo, foi a rede de trabalho que foi criada, porque mesmo quando eu não ganhei um projeto, eu trabalhei no projeto de um amigo e vice-versa, então a gente se empregou muito. Caiu mil reais aqui, caiu quinhentos lá e não sei o que, então a gente vê o quanto o investimento fez a roda dessa economia girar mesmo quando não era você o proponente. Assim é isso.

**P1: Bom, a gente está terminando e se vocês quiserem pontuar mais alguma coisa, alguma observação, alguma coisa que não foi dita. Esse material vai ser na verdade transcrito com parte das imagens e vai ao ar, alguns recortes do gravado, e vão ficar disponíveis todas as transcrições. Então, eu já conto com a autorização de vocês. Vai estar lá no site do Apoena para depois ser consultado, inclusive para vocês usarem também como material para os desdobramentos, para as próximas gestões. Então agradeço muito. Obrigado Jonathan, obrigada Adriano, obrigada Aline que reuniu essa turma, obrigada Letícia. Foi muito bom estar aqui com vocês e**

**realmente Letícia daria mais tempo. Eu não sou boa condutora dessas coisas, por mim a gente fica conversando horas, entendeu? Eu sou terrível...**

E1: Eu só queria afirmar aqui que a Aline e a Letícia falaram muito da AGICIRCO, são quase cento e noventa. É um número bastante expressivo.

**P1: É isso Luiz, se você quiser fazer um fechamento mais formal, então.**

**P2: Não. Gente, eu vou agradecer muito, dizer a vocês que a gente vem produzindo alguns materiais, o nosso site, a gente tem feito aqui pequenos videozinhos soltando no Instagram do projeto à medida que a gente faz também algumas edições com essas gravações. Agradecemos demais a vocês. Foi muito bom, foi excelente.**

**P1: E você pode deixar Letícia que a gente também sai com um monte de questões, às vezes a gente gostaria de continuar perguntando uma série de coisas, pode ter certeza, da mesma forma que assim a inquietação é geral.**



Universidade Federal Fluminense - UFF  
Laboratório de Ações Culturais - LABAC  
APOENA – Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações  
Culturais – foco RJ  
[pesquisa.apoena@gmail.com](mailto:pesquisa.apoena@gmail.com) – <https://apoenaredecultural.wordpress.com>

Projeto APOENA  
**Grupo focal Artistas de rua**  
Data: 14/11/2022

Participantes (Entrevistados):

E1: **Aline Barbosa**  
E2: **Carla Wending**  
E3: **Eduardo Duwal**  
E4: **Fabiano Freitas**  
E5: **Fernanda Gomes da Rocha**  
E6: **Vinicius Longo**  
E7: **Wildson França**

**Pesquisador entrevistador (P):**

P1: Alexandre Barbalho  
P2: Luiz Augusto Rodrigues

Ajuste da transcrição: Ana Lúcia Pardo - Data: 15/06/2023

Conferência: Ana Lúcia Pardo - Data: 02/07/2023

Ajuste final: Luiz Augusto Rodrigues – Data: 03/07/2023

**P2: Gente, boa tarde, hoje são quatorze de novembro de dois mil e vinte e dois. Então aqui pela plataforma Google Meet fazendo mais uma conversa com o grupo focal de artistas de rua. É uma atividade do projeto Apoena – Rede**

**de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações Culturais com foco no Rio de Janeiro, que é um projeto que vem acontecendo por conta de uma emenda parlamentar da deputada Benedita da Silva do PT junto ao LABAC da UFF - Laboratório de Ações Culturais da Universidade Federal Fluminense. Eu coordeno o LABAC e coordeno o projeto. O projeto envolve vários pesquisadores, a gente vai estar aqui, com alguns de nós, eu, Alexandre Barbalho para conduzir esse processo, a Lia Calabre, mas tem mais um outro conjunto de pessoas. Eu vou ficar escondidinho, eu vou só ficar gerenciando. Mas estou aqui. Vou acompanhar vocês com maior interesse. A gente está gravando. Se algum momento vocês não quiserem, algum trecho, às vezes a gente fala de bobeira, fala alguma coisa que prefere que não publicize. Avisem à gente, “essa parte aí fica mais entre nós”. A gente vai editar depois e vai deixar então o solo mais limpo. Já peço a vocês que autorizem a gente usar em parte ou no todo, em áudio, vídeo ou transcrição. A gente está fazendo com um conjunto de materiais que está fazendo corpus sobre a Lei Aldir Blanc no Estado do Rio. Alexandre passo para você, então agradeço em meu nome, em nome do LABAC, da UFF, de todo mundo, vocês estarem aqui com essa disponibilidade. O Wildson já é a segunda vez. Entrevistamos como conselheiro. Agora como palhaço, que ótimo. Gente, muito obrigado.**

**P1: Obrigado Luiz, boa tarde, pessoal, é como o Luiz falou, meu nome é Alexandre Barbalho, faço parte da equipe, que está trabalhando em Apoena, e a ideia é o seguinte, não sei se alguém já participou de grupo focal, então a gente tem algumas questões e aí eu vou fazer uma rodada de questões, vou fazer perguntar e vou direcionar inicialmente a pergunta para um de vocês, mas a ideia de que na medida que a pessoa que está conversando, começando a**

**falar sobre o tema e se vocês quiserem intervir a intervenção é bem-vinda. Levante aí a mãozinha que aí eu vou controlando a entrada, porque a ideia do focal, ao contrário de uma entrevista, é que haja de fato interação entre nós que estamos aqui na conversa. Então não há problema algum se alguém estiver falando, tocar no ponto que vocês gostariam muito de comentar, que diz respeito, alguma questão que chamou a atenção de vocês, que possam também participar naquele momento. Então eu vou pedir que cada um e cada uma se apresente, diga a sua filiação institucional, o seu lugar de trabalho e tal e aí depois a gente começa de fato com as perguntas. Se alguém quiser... Carla, se quiser começar se apresentando, depois eu começo as perguntas.**

E2: Boa tarde para todos, todas e todes. Um prazer estar aqui, muito obrigada, Aline, pelo convite. Sempre bom a gente dividir experiências e trocas. Bom eu sou Carla Wending, eu sou funcionária pública municipal, mas a minha paixão é o carnaval. Eu organizo dois blocos de carnaval que é o bloco carnavalesco *Largo do Machado Mas Não Largo do Copo*. E o bloco infantil *Largo do Machadinho Mas Não Largo do Suquinho*, com o meu parceiro Lula. Faço parte também da Associação Folia Carioca que é uma associação onde nós somos doze blocos e bandas também. E faço parte do coletivo *A Esquerda da Praça*, que é um coletivo desde a primeira eleição da Dilma que a gente faz debate na Praça São Salvador.

E7: Eu sou o Wildson França, também conhecido pela alcunha de palhaço Will Will das Candongas, artista dos trens, das praças, da Baixada Fluminense, dos transportes públicos, sou da produtora Os Três Marqueteiros de Comunicação e Eventos. É eu sou o *Palhaço Will Will mais amado do Brasil*,

obrigado por me lembrar [lendo um comentário no chat], e estava aí, rolou uma confusãozinha, mas estava aí, ainda estou meio que retirado como conselheiro estadual de cultura, representando a Baixada, por alguns motivos aí da coisa... Faço parte do movimento *Arte no vagão*, onde existem artistas que se apresentam nas estações dos trens enfim... faço parte também da rede *Baixada em Cena*, ganhador do Prêmio Shell de Inovação em 2017.

E3: Boa tarde a todas, todos, todos eu sou Eduardo Duwal, integrante do coletivo da CHAP - Companhia Horizontal de Arte Pública e sou um dos articuladores do MAR - Movimento dos Artistas de Rua do Estado do Rio de Janeiro e da Rede Brasileira de Teatro de Rua. É uma companhia de rua, de multilinguagem, onde a gente trabalha circo, teatro, música e cultura popular. Basicamente é isso. Estou muito feliz de estar com vocês aqui.

E4: Eu sou Fernanda Rocha e do meu lado Vinicius Longo [E5]. Nós somos palhaços artistas de rua. A gente coordena a Cia 2 Banquinhos, que é uma companhia de palhaçaria, arte de rua e cultura popular. Além disso, a gente tem um Ponto de Cultura Viva Zona Oeste, que é um ponto de cultura que luta pela descentralização dos recursos públicos e de mais políticas públicas para a Zona Oeste do Rio de Janeiro com prioridade nas periferias da cidade. Além disso, a gente está trabalhando em articulação também com Quilombo Aquilah, que é um quilombo da região da Zona Oeste do Rio de Janeiro também. Então, a gente atua muito nessa região e estamos fazendo quatorze anos nesse ano, mandando convite de aniversário para vários de vocês aí que devem receber já. E é isso. Espero poder trocarmos juntos.

E1: Eu sou Aline, estou falando aqui de Macaé, no Norte Fluminense, integro a Companhia Chirulico, que é uma companhia de arte pública, palhaçaria, música e teatro de bonecos. A gente atua aqui em Macaé desde 2013. Ano que vem faremos dez anos e aqui em Macaé a gente tem uma sede pública que é um local que a gente ocupa há oito anos fazendo espetáculos semanais e recebendo espetáculos de amigos, é basicamente isso.

**P1: Obrigado. Eu vou lançar a primeira questão, eu vou pedir, até porque está participando de dupla, aí já fica mais animado, eu vou pedir à Fernanda e ao Vinicius para fazer essa primeira rodada de conversa. E uma questão que eu gostaria de lançar é a seguinte: Como a LAB impactou no trabalho de vocês, pensando no trabalho individual ou da sua companhia, mas também pensando no setor, artistas de rua, do setor dos de quem trabalha com encenação na rua. Então, tanto no contexto individual e também, no contexto coletivo. Eu volto a dizer, quando vocês quiserem intervir é só levantar a mãozinha que eu vou controlando aqui as entradas.**

E5: No nosso fazer particular, da Cia 2 Banquinhos, foi extremamente motivador a LAB porque a gente estava vivendo um momento de totalmente desânimo de fomento, de editais públicos, porque nós nunca fomos contemplados no município do Rio de Janeiro por fomento nenhum e a primeira vez que isso aconteceu foi em 2016 no calote<sup>54</sup>, muito conhecido por todos aqui, acredito eu. Então, como foi a primeira vez que nós ganhamos o fomento na cidade - a gente já atua há catorze

---

<sup>54</sup> Nota da pesquisa: A Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro não pagou os espetáculos, artistas e agentes culturais selecionados nos editais do Programa de Fomento às Artes, referente aos anos de 2016 e 2017.

anos com CNPJ e mais de vinte sem CNPJ -, a gente ficou muito feliz e nós ganhamos e não levamos, aquilo deixou a gente muito mal no sentido de entender que nosso direito foi negado enquanto cidadão. Então a gente se desanimou, não queria mais inscrever em edital nenhum e só foi durante a LAB; na verdade, nem Vinicius estava motivado para fazer isso na companhia, nem os outros meninos e meninas, mulheres que acompanham aqui a companhia também. Eu puxei um pouco essa motivação e aí acabou que a galera veio junto, então isso deu um ânimo um pouco interno para nós enquanto Cia 2 Banquinhos. Mas para o coletivo o que eu percebo, para além do impacto na nossa vida da Cia 2 Banquinhos, a gente funcionou muito como uma base que ancorou muitos artistas de rua, mas não só artistas de rua que a gente tinha certeza de que não iriam acessar esse recurso municipal e também estadual. A gente conseguiu, por exemplo, eu me lembro de ficar tão exausta numa mesma semana de atender professores de dança de Santa Cruz, de Sepetiba, que não se entendiam nem como fazedores de cultura e não achavam que esse orçamento era para eles, por mais que a Secretaria Municipal de Cultura tenha feito um formulário facilitado com Google Forms e tudo mais, muitas dessas pessoas não sabiam nem fazer uma conta do Gmail. Então, a gente ficava trabalhando diariamente, fazendo conta de Gmail para as pessoas, inscrevendo em formulários do inciso dois, por exemplo, da Lei Aldir Blanc. Então, a gente percebeu trabalhando na base que por mais que sejamos formiguinhas, se nós não tivéssemos feito esse trabalho... Carla nos ajudou muito também mandando para gente pessoas que estavam perdidas, a gente para ela também... se a gente não tivesse feito esse trabalho a gente tem total noção de que não chegaria para muitas pessoas esse recurso que conseguia chegar. Então, claro que além de nós muitos outros e outras fizeram isso também. Mas eu percebi que isso impactou na vida demais da Zona Oeste. E que isso ainda até hoje impacta porque a gente percebeu um

crescimento expressivo de fazedores de cultura, produtoras, grupos e coletivos começaram através da Lei Aldir Blanc, a primeira, e começaram a inscrever projetos culturais, viram que aquilo não era um bicho de sete cabeças e hoje estão inclusive ganhando fomentos municipais e conseguindo fazer desse trabalho um trabalho com mais dignidade. Então acredito que é um pouco por aí, Vini quer completar aqui.

E6: Eu acho que a gente tem realidades muito divergentes. Uma é a realidade da política pública do estado do Rio e outra é a política do município do Rio de Janeiro. Eu não sei dos municípios de vocês. A política do estado, pelo menos aqui do município do Rio de Janeiro, ela tem sido muito boa porque ela tem entendido diferentes territórios que o município tem. Quando a gente fala a cidade do Rio de Janeiro a gente fala o Centro, a Zona Sul e os territórios populares que são a Zona Norte, Paquetá e a Zona Oeste. Esses praticamente 80% desses recursos ficam concentrados no Centro e Zona Sul e não vem para a Zona Oeste. Eu costumo dizer, inclusive, que essa política pública tem sido um grande construtor de desigualdade social na nossa cidade. A gente fala sobre a questão dessa construção da desigualdade, mas se a gente olha para os dados da concentração de recurso nos territórios e nos proponentes, é a política pública que está construindo essa desigualdade. No município do Rio de Janeiro, por exemplo, teve um ponto muito legal da LAB, digo, dois pontos: um foi o inciso dois e três, o dois era o inciso de inscrição dos grupos. Era um apoio, dependendo do número de inscritos esse valor era compartilhado e dividido entre todos. Isso é muito legal porque a gente está falando de direito e a gente trabalha há catorze anos aqui na cidade do Rio de Janeiro e nunca foi contemplado, enquanto na realidade que a gente conhece e acompanhou ao longo desses quatorze anos, sempre são os mesmos grupos e esses mesmos grupos ganham mais de uma vez, muitas vezes. Então, é uma realidade que enquanto

política pública a gente precisa entender e aí quando eu falo “a gente”, inclusive são as pessoas que ganham, que isso é construtor da desigualdade social, construtor desse parâmetro que na verdade a política pública não é um modelo de negócio, é um modelo de fomento para todos. E no estado a gente conseguiu construir isso na LAB com os pontos de esporte e cultura. A gente fez o mapeamento e diagnosticou que éramos quatrocentos e quinze Pontos de Cultura e a gente fez um aporte que seria para quatrocentos e quinze. Sem competição, se inscrevia e era contemplado, a gente teve cento e noventa e seis Pontos de Cultura escritos só. E desses noventa e seis houve um erro administrativo da secretaria de estado que desqualificou noventa e seis Pontos de Cultura por conta de um erro no edital. A gente foi ter uma longa conversa e uma longa tratativa, com a ajuda do fórum e com a ajuda da Comissão de Cultura que a gente conseguiu reverter e incluir esses noventa e seis pontos de cultura. Então assim, a gente devolveu recurso do Ponto de Cultura e a gente não está falando de valores muito grandes, a gente está falando de valores pontuais que permitam atingir toda a cadeia e todo território. A LAB possibilitou isso no estado e eu acho que isso foi bacana e se a gente tivesse que tratar os próximos passos, eu trataria nessa linha porque a gente fala de inclusão e política pública. A gente tem que ter esse desafio de incluir a todos. Então é isso basicamente não vou me alongar muito não, obrigado.

**P1: Antes de passar pra Carla e pra Aline, eu vou pedir... Eu ia pedir, mas eu acho que o Cabelo [Fabiano Freitas] caiu... Cabelo voltou, vamos só integrá-lo na conversa. Fabiano, boa tarde, nos escuta, está comum garoto dormindo no braço. Acho que está ruim para ele, está com o um filho, uma filha no braço ali dormindo. Bom, vamos lá, Carla, desculpa, vamos lá.**



E2: Sem problemas. Eu acho que é importante e eu senti (enquanto na época nós estávamos no conselho), quando a LAB chegou, uma dificuldade que nós percebemos muito em relação ao poder público, tanto no estado quanto no município foi fazê-los entender que a LAB não era um fomento. A LAB veio para ajudar, era um auxílio de certa forma, era uma outra estrutura, era um outro entendimento. Esse dinheiro tinha uma outra proposta. Isso nós conseguimos fazer com que o município entendesse, mas não conseguimos fazer o mesmo com o estado. Nós tivemos, até enquanto Conselho Municipal, tivemos até uma reunião com a Danielle [Barros – secretária estadual de cultura] pedindo que ela colocasse CPF [pessoa física], que era uma coisa que nós tivemos bastante contemplados dentro do município, na LAB do município. E no estado ele não conseguiu. Ainda existe essa construção da ideia do fomento. Mas eu entendo que o fomento tem que ser desconstruído porque o fomento vem como dinheiro que é nosso. Por que a LAB, que é um dinheiro nosso também, foi tão bem trabalhada, tão bem dividida? Por que o fomento tem sempre que ficar nessa coisa de seleção, mas uma seleção cruel? Então acho que é uma guerra que a gente tem que travar e que façam que essas pessoas entendam aí o já falaram: “- ah porque o Ministério Público vem em cima da gente.” Então a gente vai em cima do Ministério Público. Porque não tem como a gente continuar achando que é normal um fomento que é bancado pelo dinheiro do estado que somos nós que colocamos, somos nós que depositamos de certa forma com o nosso trabalho ou através de uma compra. Enfim, mas nós estamos ali contribuindo, a gente fica à mercê de não ter autonomia sobre isso. Ah, é interessante que na LAB do município nós tivemos três mil e poucos contemplados. Se você pegar o FOCA<sup>55</sup>, o número é muito menor. E olha que nós

---

<sup>55</sup> Nota da pesquisa: FOCA – Fomento à Cultura Carioca – Programa de Apoio Financeiro promovido pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

estávamos num momento de pandemia, num momento de eleição que nós não podíamos fazer propaganda, não podia sair no jornal, não podia sair na televisão, foi um trabalho de formiguinha, de boca a boca, a gente tentando mobilizar as pessoas. Então eu acho que são duas coisas: a LAB e o fomento. A LAB veio para mostrar que dá para fazer uma diferença, tanto que a gente vê hoje dentro do município o FOCA. O Eduardo Paes já esteve oito anos no governo. A LAB foi territorializada, ela teve cota, ela teve CPF. Quando ele voltou agora com o FOCA, ele trouxe algumas linhas da LAB. Mas por quê? Ele não poderia voltar a fazer o que ele fazia nos oito anos porque seria uma vergonha. Como é que o [Marcelo] Crivella consegue fazer uma LAB tão democrática e no governo dele ele continua com aquele modelo arcaico e destrutivo, de visionário, entendeu? Então eu acho que a gente enquanto sociedade, essa sociedade cultural principalmente, a gente tem que se mobilizar e fazer pressão, porque senão a gente não vai conseguir desconstruir, vai continuar pessoalmente o que a gente vê no município: a coisa do balcão. Queria fazer essa fala, obrigada.

**P1: Obrigado Carla. Antes de passar pra Aline e para o Eduardo, Fabiano se você puder, já tiver se organizado e quiser se apresentar, a gente está fazendo aqui uma primeira rodada de conversa, a partir de uma questão chave que é como a LAB impactou na sua vida como artista, pertencente ao coletivo, mas também pensando no setor como um todo. Se você puder se apresentar rapidamente depois eu vou passar a palavra para a Aline, que ela está aqui na sequência de intervenções.**

E4: Boa tarde para todo mundo. É eu me chamo Fabiano Freitas para quem me conhece. Para quem não me conhece, eu continuo sendo esse mesmo, velho. Pessoal, obrigado aí.

Aline convidou um toque, falando sobre essa reunião. Valeu, Aline. Nós somos do mesmo município, representamos aqui a parte da palhaçaria de rua. Aqui no Sana, que é o distrito de Macaé, no município de Macaé, nós temos todo o final de semana o tradicional circo que acontece aqui nos espaços de rua pra área de performance artística “palhaçística”. E depois de um bom tempo a gente agregando muita gente aqui no Sana me veio a ideia de criar *O incrível encontro de palhaços de circo* que agrega pessoas de tudo que é lugar devido a essa tradição de circo que a gente tem aqui de palhaço na cidade do Sana. Então essa é a minha função social dentro da comunidade onde eu vivo. E essa foi a minha apresentação para poder dar continuidade à reunião e seguimos o barco. Está bom?

**P1: Valeu Fabiano, obrigado. Aline?**

E1: Eu me sinto muito contemplada pela fala da Fernanda no início, porque a gente também tem um pouco menos de atuação do que a Cia 2 Banquinhos, assim a gente tem menos atuação, mas a gente também nunca tinha sido contemplado em nenhum edital. Aqui no município a gente não tinha editais, não era um hábito do município fazer edital e no estado a gente já vinha também num período muito longo sem editais... e os editais de fomento direto de empresas, de governo federal a gente sempre se inscrevia e a gente nunca tinha conseguido levar nada. E no nicho do circo, que era onde a gente normalmente se inscrevia, a gente sempre acabava identificando isso. Muitas vezes as mesmas pessoas ganhavam os mesmos editais repetidamente. Tem o “Carequinha”, que é o edital da Funarte que têm grupos que já ganharam cinco, seis vezes o Carequinha ao longo do tempo. Então, e isso também traz uma angústia porque a gente se sente incapaz. Para onde a gente mira se as únicas opções

disponíveis são inalcançáveis? Então, a LAB também foi a primeira vez que a gente foi contemplado. Primeiro a gente foi contemplado no “Cultura Presente Nas Redes”, foi o primeiro o edital emergencial pra CPF que a SECEC [Secretaria Estadual de Cultura e Economia Criativa] fez antes até e depois a gente conseguiu ser contemplado na LAB. E com certeza isso só foi possível por causa da prática do 60/40 [60% para as cidades do interior e 40% para a Capital] que o estado praticou de regionalizar as premiações e tudo mais. É claro que é isso que a Carla falou também, dos seis editais que tiveram no estado só um foi para CPF. E esse era só pra galera da área técnica, e eu entendo total que a galera da área técnica é uma galera também que está no funil, eles tão um pouco mais abaixo, tem um pouco mais de dificuldade até por não terem o hábito de se inscreverem em edital antes da pandemia. Então, quem tinha CNPJ eram muito menos, mas no caso dos artistas de rua eu nem sei se a gente está tão diferente da galera da técnica porque é isso, comparando com alguns segmentos artísticos, tem uma galera que já está mais organizada, mais formalizada, mas a gente que está na rua a grande maioria não tem formalização. Eu acho que se a gente for “chorar as pitangas” e comparar a gente está no mesmo lugar. Inclusive eu lembro que no primeiro semestre, eu não lembro se foi no primeiro semestre ou no segundo, acho que foi no segundo semestre do ano passado, a Danielle fez uma rodada... viajando pelo estado inteiro, por todas as regiões do estado para começar a falar que vinha o Pacto Cultural, que foi lançado no ano passado. E aí quando ela falou do Pacto Cultural, eu fiz um uma fala, ela veio aqui em Carapebus, que é uma cidade próxima de Macaé, e eu fui, participei, pedi fala e aí eu falei “por que que a gente não faz...?”. Porque ela falou: “vai ter edital disso, vai ter edital daquilo, vai ter edital de não sei o que”. Aí eu falei: “poxa, por que que a gente não faz um edital para a galera da arte de rua...? Se a gente está num momento de retomada, de sair da pandemia, a gente sabe que as ações ao ar livre em espaços

abertos são muito mais seguras do que as ações possibilitadas, por exemplo, pelo Passaporte Cultural, que foi um edital que o estado fez que era a compra de ingressos para locais fechados. Por que não fomentar as atividades desses artistas que a gente sabe que estão mais na ponta, que têm mais dificuldade, que estão menos formalizados?” Aí ela falou, “não, mas não dá para fazer edital tão específico assim, a gente tem que pensar editais mais abertos” e aí logo depois veio o Edital Rua Cultural, que era para a galera da rua, mas era só para a galera das artes visuais. Então por que que o Rua Cultural não foi para todo mundo que faz rua? E naquele momento ela falou que não dava para fazer um recorte tão específico, mas ela fez um recorte específico dentro da rua. O Rua Cultural tinha que ter sido para todo mundo que está na rua e não só para quem está nas artes visuais. Então eu acho que tem essa parte muito positiva do estado de ter regionalizado os recursos, mas realmente ficou..., e ainda teve aquela questão, que eu falei na semana passada também<sup>56</sup>, que foi a questão da lei do Eliomar [Coelho, deputado estadual do RJ], que tirava a obrigatoriedade das certidões de regularidade das empresas só ter sido sancionada depois que já tinha acabado o prazo de inscrição. Muita gente, que estava com a empresa inadimplente nem se inscreveu. Os editais do estado ficaram abertos bem pouco tempo. Acho que foram catorze dias, vinte dias, foi muito pouco. Eu não lembro agora, mas eu lembro que foi uma janela de tempo pequena e a lei só foi sancionada, só foi aprovada depois que já tinha acabado o prazo de inscrição. Então eu conheço muita gente que estava inadimplente porque obviamente a gente já vinha de um período longo de pandemia e que as pessoas nem tentaram acessar porque sabiam que não iam conseguir receber porque o edital previa essa obrigatoriedade de estar regular com a empresa.

---

<sup>56</sup> Nota da pesquisa: A entrevistada fez referência a sua participação no *Grupo focal Circo de Iona* realizado pelo projeto Apoena em 07/11/2022.

**P1: Está ótimo. Eu vou passar para o Eduardo, eu vou voltar a falar para você, eu vou pedir para passar primeiro para o Wildson que ele não falou ainda, depois eu volto a falar pra você, está bom Eduardo?**

E3: Falar depois da Fernanda, da Carla e da Aline é ser redundante. Essas mulheres são pontuais. Fala o que é preciso. Vou tentar aqui colaborar com o que foi dito. E aí eu vou num ponto otimista. Eu acho que a LAB 1 é um grande passo pra democratização do acesso à cultura, corroboro com a fala das amigas aí, também nunca fomos contemplados, eu acho que nós artistas de rua nas suas múltiplas expressões, somos de alguma maneira marginalizados pelo poder público, pelo setor privado, eles não entendem a nossa arte como uma arte democrática, uma arte plural, uma arte acessível, principalmente os artistas solos que estão nos sinais, os artistas populares que estão nas ruas, os artistas populares, os mestres de capoeira, os mestres jongueiros, esses que estão fora dos grandes centros. Eles não são vistos como os fazedores de cultura, esses que estão na periferia, nas favelas, nos morros, esses que tiram as crianças do tráfico que estão ali, esses são artistas. Como é que a gente faz para que essas pessoas tenham reconhecimento e consigam ser contempladas. E aí a LAB ela fez com que reacendesse o movimento que é o MAR - Movimento dos Artistas de Rua do Estado do Rio de Janeiro, muito idealizado anteriormente pelo André Garcia, da Companhia Será o Benedito e nessa provocação ele falou: - “Edu, vamos juntar a galera, vamos conectar com todo mundo, com todos os artistas, vamos tentar ajudar as pessoas que estão fora desse eixo.” Porque alguns artistas aqui, quase todos nós que estamos aqui, de alguma maneira, temos a sistematização, entendemos um pouquinho, conseguimos produzir, se autoproduzir. Então, a gente consegue ter acesso a alguns mecanismos. Eu acho, assim como foi a Fernanda e o Vinícius, que foi uma grande rede de

apoio. Isso me estimula muito, como eu falei, eu acho que me deixa muito esperançoso, muito otimista e essa LAB 2, que vem aí agora com o governo o Lula na presidência, a gente tem a oportunidade de fazer esses ajustes aí que a Carla falou, que a Aline falou e que a gente consegue vislumbrar para cada vez tornar essa lei ainda mais democrática. Porque a LAB para mim foi um divisor de águas, ela foi extremamente importante, inclusive para eu ficar ainda mais atento às questões das políticas públicas. A LAB surge num movimento de arte pública, onde a própria Jandira Feghali tinha *proibido* [sic] a gente de ir para a rua. Numa gestão do Eduardo, primeira gestão do Eduardo Paes, aí surge um movimento de arte pública para lutar, vem a lei do artista de rua e aí nesse movimento a CHAP surge junto com centenas de artistas e a gente atua tanto no Rio de Janeiro quanto em Maricá, principalmente nesse tempo de pandemia a gente estava muito atuante em Maricá, muito presente nas questões um pouco antes já na verdade. E o mais curioso é que Maricá está na quarta gestão do partido de esquerda, do PT e nós estamos indo para quatro, oito, dezesseis anos de PT na cidade e até agora nós não temos políticas públicas para os artistas da cidade. Isso é uma situação muito séria. A cidade devolveu noventa e seis mil reais da Lei Aldir Blanc, por incompetência porque as cidades, os municípios não estão preparados para receber e direcionar esses recursos. Então, como é que a gente pode auxiliar, acho que a palavra seria auxiliar, os gestores públicos, pressionar, tensionar e corroborar com a construção de políticas públicas? Eu acho que na verdade assim, ao invés de falar eu deixo essa questão, como é que a gente pode seguir nesse desenvolvimento?

**P1: Isso está reverberando o tempo todo aqui. Wildson, por favor.**

E7: Então, falar com um pouco de lógica e desmistificando a conversa interna já que a Aline estava colocando sobre o edital Rua, eu fui o primeiro a me posicionar da necessidade de ter, lá dentro do conselho, porque infelizmente com a gestão estadual, o Conselho Estadual de Cultura não participa e nem todos os conselheiros participam da elaboração dos editais, isso é formado por um grupo que está ligado ao fundo. E como eu soube desse edital, falei sobre a importância, mas aí é uma ligação comercial, como dizia o velho centenário [Leonel] Brizola, que mexe com os interesses das empresas, da indústria de tintas. Então, por detrás de uma ação que está se falando das pessoas, os artistas de rua, vai se falar sobre a questão da arte pública, mas a indústria de tintas que está ali conseguiu faturar muito a partir desse edital. Nós também tivemos ligados à Aline, lá nos primórdios, do movimento também da AGICIRCO. Eu mais pessoalmente, a Aline ainda continua, eu estou lá mais como fantasma ultimamente pra dar uma saudadezinha de aparecer, me cutuca também que eu dou uma provocada, viu Aline? Que eu sou desse, você sabe disso. E a gente se posicionou junto à Danielle nos primórdios antes da pandemia sobre a necessidade dessas pessoas. Nós conseguimos umas doações de cestas básicas, e foi fotografado e foi falado. E está se esquecendo de falar que o grupo de pessoas do circo conseguiu um edital só pra eles e não houve edital pra essas pessoas que são artistas de rua, são artistas públicos, que são palhaços, mas houve uma galera que é do circo de lona, que está na lona, que está com as coisas. O que não é para desmerecer não porque a gente sabe também da precariedade que vivem as pessoas que trabalham na área de circo e do circo como geral, das famílias circenses, mas realmente havia uma necessidade de poder olhar para essa galera como um todo. Já foi falado sobre a questão toda de uma necessidade de instrumentalização também, porque ao ver essa dificuldade, a gente conseguiu dar um auxílio à galera da Arte do Vagão, mas há uma dificuldade das artistas se

instrumentalizarem, de entenderem com é que se faz um projeto, de entenderem com é que são as prerrogativas disso. Nós tivemos com uma conhecida, por exemplo, que é daqui da Baixada Fluminense, que estava sendo julgada pra devolver a verba do fomento ao festival porque não sabia prestar conta. Agora como é que presta conta quando você está falando de um valor emergencial? E a pessoa recebeu cinquenta mil, teria que devolver sessenta, uma pessoa que quase não tinha... o esgoto na porta da casa dela. A gente está falando desse tipo de gente, está falando de gente que não tem internet, nem sempre tem celular, internet, como estamos aqui e que receberam uma graninha como foi o Cultura Presente nas Redes, estão recebendo algumas coisas. Nem... como é que fala? Faturamento para entendimento de MEI [microempreendedor individual] a pessoa sabe. Então, o estado dificultou realmente muita possibilidade. Meu fórum pessoal da coisa, talvez porque a vida tinha me dado, desculpa o mal termo, mas eu estava na merda e aí quando a gente está na merda a vida te faz o contrário, então eu ressurgiu com a palhaçaria num momento de muita dificuldade, eu estava talvez num caminho diferente da maioria das pessoas, porque eu consigo no momento como a Aline também. E eu ainda falei isso depois, no momento que está todo mundo numa grande dificuldade eu consegui ser contemplado com uma obra, que é o “Will contra Benjamin de Oliveira”, e o espetáculo causa toda uma comoção a partir disso. Nós conseguimos chegar em 2020 fazendo uma homenagem ao Benjamin nos seus cento e cinquenta anos, juntando aí trinta artistas pretos num vídeo, artistas palhaços, palhaças, gente até de fora do Brasil. E montamos o espetáculo que consegue ter divulgação para fora do Rio é e até pouco tempo quando eu não imaginava... (um pouquinho de macumba não faz mal, né gente?) a gente não imaginava que um espetáculo desse, porque realmente nunca conseguiria ser patrocinado por uma instituição por aí fora pela Rouanet, pelo menos até 2019 não era. Eu tentei até

ensaiar lá dentro da Biblioteca Parque e não consegui e aí de repente quando eu estou vendo no final de 2020, início de 2021 eu estou no Itaú Cultural. Agora eu que estava na merda passando chapéu no trem e daqui a pouco eu estou me vendo em São Paulo na Avenida Paulista com o espetáculo, porque eu estava falando sobre o Benjamin de Oliveira, e isso foi porque em 2021 a Lei Aldir Blanc me deu essa possibilidade, porque eu tenho certeza de que dentro desse processo que a Aline falou do Carequinha e todas as outras coisas, eu não conseguiria ter montado um espetáculo como esse. Então, a lei propiciou essa possibilidade. A gente não conseguiu fazer essa remontagem, mas ela está propondo para 2023 a remontagem do espetáculo. Então o SESC me procurou e ninguém me conhecia. Então isso tudo aconteceu pela lei. A gente conseguiu com essa situação do Fomenta Festival RJ trazer artistas da Baixada Fluminense e até de fora pra se apresentarem no festival de artes aqui da Baixada Fluminense. O próprio espetáculo fomentava que no final artistas pretos pudessem estar, então a gente, para além de ficar pensando em nós mesmos, eu mesmo estar recebendo a grana toda, a gente trazia um artista preto para poder mostrar sua arte, dando essa ideia de ubuntu, de olhar para o irmão mesmo. Porque acho que tem coisa que fica com essas ideias, só para poder, “Wakanda Forever” não sei o que, mas na hora do vamos ver é “foreves”, como dizia o Mussum. Então, a gente, o espetáculo conseguiu fomentar que artistas pudessem estar pisando nesse... dividindo brincadeira para mostrar a sua arte para dizer que não é só a nossa, poder dar um auxílio para os nossos parceiros nesse sentido. Eu acho que é fundamental, quando penso para o futuro na Lei Aldir Blanc e na Lei Paulo Gustavo para 2023, é exatamente instrumentalizar, dar capacidade para que todos os artistas públicos e não públicos possam olhar como a gente vai olhar o nosso trabalho, nossa função. Quem nasceu primeiro se é o ovo é galinha, a gente entende com toda tecnologia, com todas as funções, que nós

oferecemos um produto e esse produto é interessante para o público, é interessante pra empresa, seja lá o que for, ou não, isso não é produto, isso é arte, isso é o processo que tem que ser diferente, ficamos à mercê do poder público porque só aconteceu essa lei emergencial porque aconteceu uma catástrofe com a gente. Porque se dependesse dos quatro anos desse belo nome “*Pachocoto, vai pra lá pra nunca mais voltar, pelo amor de Deus de tudo quanto é mais sagrado*” [gestual de afastar coisas ruins, em referência a determinados políticos], não teria nenhum fomento, nenhuma discussão, pelo contrário, a gente viu que a secretaria federal de cultura nos tirou todos os valores, a Cinemateca do Brasil foi queimada, então nós perdemos muita coisa nesses 4 anos. Em contrapartida, quando se olha a Lei Aldir Blanc, eu acho que o caminho é ter instrumentalização, é se preparar para que a gente possa também estar preparado para qualquer situação, para que a gente não tenha que ficar passando o pires e que a gente tem alguma coisa potencial para oferecer em todos os aspectos estadual, municipal e federal.

E5: Bom, eu só queria complementar uma coisa que minha amiga Carla falou, lembrou brilhantemente assim, que também me considero uma pessoa otimista como o Edu falou, sobre o ponto de vista de termos uma Lei Aldir Blanc 2, mas ao mesmo tempo acho que a gente tem que ter essa lucidez que a Carla nos coloca, que é muito importante porque se a gente permitir que isso aconteça a Lei Aldir Blanc pode se transformar numa lei de mercado, como hoje é a lei de incentivo, como hoje é o fomento. Então concordo com a Carlinha quando ela diz: “gente, fomento é uma coisa Lei Aldir Blanc é outra”. Mas é isso que o Vinícius citou sobre a questão de um edital específico dos fóruns dos pontos de cultura com pressão, não foi porque o estado é legal e a Danielle Barros gosta dos pontos de cultura e vamos fazer, foi pressão para fazer um edital, o que para mim eu considero uma das melhores políticas

públicas de cultura que esse país já teve. E agora com o governo Lula, a gente precisa, e costumo brincar nisso, eu fui agora no Ilumina Zona Oeste convidada para ser palestrante, eu falei isso, eu senti que deixei um clima meio *down* no lugar. Mas a gente precisa falar sobre isso, não adianta achar que a gente não quer fazer o dever de casa, porque quando a gente fica aqui fazendo essas reuniões, desenvolvimento de política pública, a gente está deixando de fazer nossa aula de canto, de teatro, de dança, desenvolvendo artisticamente, fazendo milhares de coisas e a gente não é funcionário público, não ganha nada para fazer isso... Mas, enquanto isso, tem muita gente que está construindo e continuando a perpetuar o que o Vinícius sempre fala, e eu concordo, da desigualdade social que as políticas públicas se não bem implementadas estão aumentando. Então, costuma ter seu ponto radical e se é para continuar tendo um fomento dessa natureza é melhor não ter fomento, se é para continuar tendo leis de incentivo do jeito que têm, melhor não continuar tendo. A gente precisa pensar em outro tipo de política, mas isso também é culpa nossa, é a nossa falta de organização, de trabalho de verdade, junto, de saber de verdade parceria, articulação territorial, municipal, estadual, porque senão a gente participa até a página três e está todo mundo cansado. Mas agora nesse governo de esquerda que a gente vai ter, e aí foi a minha fala um pouco lá no fórum, falei “gente, ou a gente vai fazer esse dever de casa urgente ou a gente está muito ferrado porque eu não duvido de termos Bolsonaro eleito prefeito do Rio de Janeiro daqui a 4 anos, no estado do Rio de Janeiro também como governador e o crescimento da extrema direita que só cresce e o bolsonarismo que está mais vivo do que nunca”. Esse trabalho que a gente, entre aspas, enquanto “esquerda”, fez ou não fez ou não quer fazer ou deixa pra depois, eu concordo com a Carlinha que são duas coisas diferentes, mas como que elas se retroalimentam, se passam entre umas e outras. Então, tudo o que a gente está falando aqui pode parecer que não tem nada

a ver, mas tem tudo a ver esse lugar de como é que eu vou olhar para esse tipo de fomento que a minha cidade tem, que só aglutina os mesmos, que dá 2 prêmios, 3 prêmios para os grupos de sempre e eu vou deixar uma lei que é emergencial, como bem disse a Carlinha, que grupos também, iguais ao governo, não entendiam que era um recurso emergencial e também o tratavam como fomento, assim como os governantes, também tinham grupos que queriam dar, queriam fazer um projeto cultural, quando na verdade o edital só previu uma contrapartida, tinham pontos de cultura que eu ajudei aqui: “gente, são 4 vídeos; vocês têm que fazer 4 vídeos e mandar”; o cidadão, a cidadã fez um projeto de 4 dias na praça, num momento que você está ganhando esse recurso porque o seu ponto de cultura já existe há 10 anos sem recurso nenhum, então assim o entendimento é difícil da política pública para o cidadão. para a sociedade civil e para a gestão também. Então, a gente tem muito dever de casa para fazer, só que está todo mundo no seu “corre” querendo sobreviver e a gente entende tudo isso, só que eu não sou tão mais otimista assim. A gente não vai ter mais esse tempo de construir, a destruição já vai estar no nível que a gente só vai empurrando com a barriga. Então, eu estou chamando os meus, a galera, dizendo: “gente nós vamos, mas vamos mesmo, na pressão, porque se não for na pressão não vai rolar”.

**P1: Antes de passar a palavra para o Eduardo e os que levantaram a mão, eu queria perguntar se o Fabiano não gostaria de intervir, fazer alguma colocação. Você chegou depois Fabiano, se você quiser fazer alguma intervenção...**

E4: Olha, eu estou aqui no momento super apreensivo, que eu estou com duas crianças dormindo, consegui fazer uma proeza aqui, botar duas crianças para dormir ao mesmo tempo. Estou aqui de pai, estou pai sozinho hoje. Pai herói, é isso aí Aline.

Então, se eu cair, se eu sair vou ficar escutando vocês, porque eu vou ter que dar conta aqui do recado daqui de casa. É como acabaram de citar nessa coisa que está todo mundo nos seus “corres”. E nesse momento o corre é muito sério porque são dois pequenos que realmente precisam do auxílio do pai ou da mãe ali muito presente. Mas paralelo a isso, eu acho muito importante as políticas públicas como facilitadoras remunerando artistas e seus ofícios para a realização, principalmente das funções nas ruas. Mas eu tenho uma coisa que eu coloco muito na minha cabeça, que essa porra toda não é pra mim, não é emprego, não é uma coisa assim que eu tenho que focar tanto, justamente por conta de uma coisa que as pessoas colocam que estão ali pra poder inscrever seus projetos e aí muita das vezes a gente não é contemplado. Isso dá uma decepção incrível na gente. Então eu olho assim e parece que a minha vida, eu coloco de uma forma muito direta, eu sou uma pessoa muito realizadora das coisas, independentemente se existe essa função de ter algum edital por trás de mim. E algumas pessoas por verem esta minha movimentação elas me pegam e falam assim: “eu quero te colocar no edital para você se apresentar tal dia, pra dar oficina e pra fazer o que for. E dentro da minha concepção, eu vou colocar junto as minhas ideias criativas tentando o máximo possível agregar outros artistas fazendo com que isso tudo gire pra nós mesmos”. É claro que isso é um dinheiro que a gente não está sendo pago, a gente está sendo reembolsado porque são tudo dinheiro nosso mesmo. Eu fico muito nessa função assim de realizador com o intuito de ser mais direto. Então quando o Will fala assim: “eu estava na merda quando eu estava passando o chapéu dentro de um trem”, eu vou ser sincero pra vocês, a parte que me traz mais sentido na minha vida é quando eu estou diretamente dedicado ao chapéu. Aqui na cidade onde eu vivo, no Sana, é um lugar que eu consigo agregar outros artistas pra vir pra cá e conseguir fazer bom chapéu. Isso para mim significa economia direta, eu não

preciso sentar... (é claro que é muito importante ter os meus parceiros de trabalho, o Nando, a Mimi, que são os produtores) sentar junto comigo e falar: “Fabi você precisa fazer isso, isso e isso”. Eu tendo essa informação, esse auxílio dessas pessoas, consigo fazer realmente com que os meus projetos vão para a frente, mas sempre com o intuito de querer agregar outros artistas pra poder dividir, somar e multiplicar tudo isso que já está ali dentro, que já é nosso. Então, eu acho muito importante a gente ficar ligado que o chapéu para mim é como se fosse um edital muito direto, muito vivo, muito verdadeiro. Eu tenho como tradição de vinte e três anos fazendo a arte democrática do acesso à cultura através do chapéu aqui na Região Serrana, em São Pedro da Serra, Lumiar e aqui no Sana. Aqui no Sana são quinze anos. Devido a essa tradição de manter no mesmo lugar, claro que eu me fodi pra cacete, porque pra ser pioneiro toma muito tropeço, pra ser pioneiro tu toma muita bolacha na cara, mas depois as consequências são favoráveis. É claro que eu não quero viver numa casa extraordinariamente enorme, viver com um conforto exacerbado, eu quero viver com o necessário, não com o extraordinário. Então, para mim o que eu ganho com o chapéu, com as oficinas, e pensando estrategicamente, sendo mais direto e com o intuito cada vez mais de poder agregar outros artistas, isso para mim é um grande edital chamado... é como se fosse a vida realmente acontecendo. Eu fiquei muito decepcionado durante um período da minha vida que eu via muitos amigos sempre ganhando e eu nunca estava ganhando. Até que um dia uma pessoa chegou pra mim e falou: “vai numa reunião tal e se expressa lá”. Nossa parece... é a mesma coisa que a amiga falou sobre a posição dela, parece que a parada foi pra baixo, sabe assim? Mas eu estava colocando a minha realidade, no sentido que a realidade daqui onde eu vivo é muito diferente da realidade de onde outras pessoas moram, Arraial do Cabo, Rio de Janeiro, são tudo cidades muito grandes, em que há uma competitividade muito maior. Eu não quero competir com nada,

com ninguém, eu só quero é promover a paz, promover o bem. Então, através dessa minha função social que eu tenho dentro dessa comunidade, que independentemente de qualquer edital, de qualquer porra que fica manipulando a gente, eu sou muito mais direto ao assunto. É claro que eu não descarto a possibilidade, junto com os meus parceiros, Nando e a Mimi que são os produtores, de sentar e colocar as minhas ideias em prol do acontecimento, da realização principalmente da arte de rua. Aqui na cidade onde eu vivo eu sou muito respeitado, eu espero que todo mundo tenha esse mesmo intuito, cada um no seu lugar, porque eu acho que, independentemente de ser um leão, um beija-flor, o importante é a gente sempre estar praticando, sempre estar colocando em prática independentemente de qualquer coisa que esteja por trás. A única coisa que pode nos deter é a falta de saúde, agora fora isso, nós estamos na luta sempre, é o dia a dia. Não interessa se é o governo que vai fazer com que a gente faça as nossas realizações ou não. Eu sou esse cara aí, gente. Então, eu espero que eu tenha me apresentado de uma maneira muito mais direta, de uma forma que esteja acrescentando na cabeça e nas ações de vocês, de cada município, de cada distrito. E também trazendo as informações de vocês para me acrescentar e seguir com essas informações de cada um aqui, porque cada um aqui pra mim são pessoas que são muito sábias, são pessoas que são muito inteligentes, são pessoas que me acrescentam, mas a minha forma de realizar as ações aqui na cidade onde eu vivo e nas proximidades são todas assim. Então, eu sou aquele cara que de tanto eu fazer essas ações aqui na cidade onde eu vivo eu ganhei um respeito, que quando chego nos finais de semana, se eu chegar e bater na porta de cada um, como eu disse que a realidade daqui é diferente da cidade grande, todos eles, a maioria vai falar assim: “porra cara, eu estava esperando você chegar aqui pra me pedir o apoio”. É tipo isso que eu acredito, de uma forma mais direta. Então, eu em vez de gastar muito tempo tentando



escrever, porque já me decepcionei muito de não ser contemplado por editais e vendo de muitas formas... eu fico feliz de ver meus amigos sendo contemplados todo ano porque eles também têm filho. Eles também têm conta para pagar. Mas eu acho que isso faz com que exista uma competitividade entre nós mesmos que não deve existir. Isso aqui não é esporte não gente, isso aqui é arte. A arte a gente torce pelo outro, a arte a gente não compete com o outro. Então, é por falar e não ser esporte, que quando eu vejo o Edu falando, quando eu vejo a Aline falando, que são pessoas mais próximas de mim, nossa cara eu me sinto fortalecido, eu me sinto informado por coisas que eu realmente deveria estar ali disponibilizando o meu tempo para poder estar me informando. Mas eu sou muito esse cara aí, eu sou muito direto, sabe? Mas sem descartar a possibilidade da suma importância desses editais para ter uma estrutura para os artistas de rua que, como diz aí o Edu, nós somos marginais, mas marginal significa estar à margem da atenção. Então, principalmente a cidade onde eu vivo aqui, que é uma cidade pequenininha, a gente é muito marginalizado. Acaba de ter um evento aqui onde ninguém procura quem é o artista local pra fazer parte de uma curadoria de artistas, que aqui no Sana se tu sacode uma árvore caem uns dez artistas mano. É poeta, é pintor, é músico, é escritor. Então às vezes eu fico olhando e eu tenho que me meter porque aqui dentro dessa comunidade eu me sinto como uma referência cultural dentro desse distrito aqui, então toda coisa que passa por aqui deve passar por mim, porque eu tenho que saber o que a minha comunidade está absorvendo, porque já veio coisas aqui para o Sana que não foi muito legal. E aí eu estou indo no caminho da Cachoeira na trilha e vem uma pessoa e fala para mim: “olha, tu é foda meu irmão, teu trabalho é incrível. Mas aquela merda que eu vi ontem eu não quero nunca mais aqui”. Você sabe o que que foi isso? Foi um grupo não sei de onde, lá de Machu Picchu, não sei o lugar, ganhou o edital da Funarte e entrou em contato com a

Secretaria de Cultura daqui e por ser um espetáculo de bufão, mandou o espetáculo para o Sana e aí isso assustou muito a comunidade onde a gente vive por falta da informação do que é uma técnica da bufonaria. Então, assustou e isso fez com que eu compromettesse o meu trabalho para poder fazer com que eu realizasse e as pessoas acreditassem. Ao mesmo tempo, me fez esclarecer dentro da comunidade a potência que nós somos como palhaço, de estar principalmente como referência dentro dessa comunidade aqui que eu vivo como uma função social dentro da comunidade. De trazer qualitativamente artistas que podem acrescentar através do humor uma sanidade para essa comunidade, trazendo para essa comunidade aqui onde eu vivo estímulo para ela estar indo para o trabalho, pra começar a segunda-feira com bastante garra pra ir pra o teu trabalho. Independentemente da função que ele tem. Então tipo assim, o meu posicionamento é sempre estar me alimentando de informações com o Edu. Eu adoro ver o Edu falando, dando as falas dele, adoro ver a Aline dando as falas dela sabe? Isso tudo me acrescenta muito. Mas a minha forma de realizar é assim, eu sou muito direto justamente por conta disso, por eu entender que depois de vinte e três anos, a realidade daqui da cidade pequena é muito diferente da cidade grande. Sem descartar a possibilidade de fazer com que eu tenha acesso, junto com esses meus parceiros de trabalho, que é o de estar sendo contemplado por editais. Mas eu acho que dou muito mais valor à arte mais direta. É... pronto, falei que eu levo. E desculpa metralhar as informações, de falar... porque segunda e terça para mim não são bons dias de estar em reunião porque é o dia que eu mais estou como pai. Então, eu me sinto muito feliz de estar aqui na reunião e mesmo falando acelerado eu gostaria de degustar um pouco mais as minhas palavras, os meus pensamentos, mas esta foi a forma de tentar colaborar com toda essa galera incrível que está aqui hoje. Está bom?

**P1: Valeu Fabiano, obrigado meu querido. Obrigado. Antes de passar para o Eduardo e para a Aline a gente vai fechar essa, depois da fala de vocês dois, a gente fecha essa pergunta e eu vou lançar uma outra, está bem? Eu vou porque já está arrastando umas cinco horas, eu vou juntar as outras duas em uma só, porque aí vocês podem se alongar um pouco mais, mas a gente faz só mais uma rodada, porque senão a gente vai ficar entrando para noite adentro. Então Eduardo, depois Aline.**

E3: Fabiano chacoalhou a roseira. Deixou a gente ó... desbaratinado com as ideias. Irmão, sempre bom te ouvir. Eu ia falar em cima, ia trazer uma fala em cima da Fernanda, quando ela fala da questão do balcão de negócios, dos editais e tudo mais, mas eu fiquei muito impactado com toda a tua fala, acho que eu vou começar pelo que você disse, depois eu volto no balcão de negócios. É, somos múltiplos, somos diferentes, somos uma comunidade colorida, polifônica e cada um de nós tem uma habilidade, uma potência e cada um de nós tem uma importância nessa grande comunidade da arte pública, da arte de rua. Cada qual no seu fazer, na sua maneira de se expressar, de se posicionar, de inserir, interferir na vida do outro. E eu fiquei pensando, irmão, vou direto para você dessa sua importância do seu próprio fazer nesse território. Como você mesmo já se reconhece, isso é muito bom, você é uma referência, e como referência como é que você interfere na vida de todos esses artistas que estão próximos a você, como é que é, talvez, com esse seu privilégio, não sei se é privilégio porque você construiu tudo isso. Cada um de nós, tudo que nós temos é uma construção, assim como a Cia 2 Banquinhos na Zona Oeste, um projeto incrível, vários projetos de centralização e tantas outras coisas que a gente faz, a galera do AGIRCIRCO, enfim. Quando a Lei Aldir Blanc chega, esse recurso que muitos artistas que estão aí escondidos nesse pomar plural das artes, eles não sabem o que é isso, eles não têm acesso a

essas informações. E como é que a gente faz para que eles tenham um conhecimento dos seus direitos? Que eles possam também ser contemplados, qual é a nossa função social de dar luz, trazer luz a esse conhecimento, a esse "fomento" - que não é fomento, como você bem falou, é retribuição ao nosso próprio pagamento. Como é que a gente faz? Eu acho que a gente tem essa função social de querer estabelecer essa rede, de informar, transformar e potencializar todos esses artistas que talvez não tenham essa habilidade e essa característica de autogestão. Essa característica da coragem de ir lá e fazer e do próprio fazer se transformar num grande festival de céu aberto, e eu falo isso até por mim porque eu tenho uma característica de autogestão, eu sou produtor e tudo mais. Então eu consigo me organizar minimamente para fazer e eu trabalho em teatro de grupo, é bem mais difícil do que eu sozinho ir para a rua e fazer. Eu estou sempre com muita gente e uma das coisas que eu consegui fazer com esse edital foi circular e descentralizar esse recurso. Cada lugar que eu ia eu destinava um recurso para aquela pessoa que me acolhia e produzia e fazia. Enfim, abrir o leque de uma ficha técnica maior para que também esses artistas das suas múltiplas expressões pudessem estar inseridos dentro desse fomento, esses artistas que às vezes não tinham acesso a isso tudo. Então, eu fico pensando que de fato a Lei Aldir Blanc foi um divisor de águas também nesse sentido. Mas o que me preocupa, aí eu vou diretamente ligar aí à Fernanda na questão do balcão de negócios, foi esse edital que saiu agora pela SECEC, o Retomada RJ 2 (caramba que esqueci qual foi a retomada de hoje? Que saiu agora?) Que eu vi amigos e amigas, pessoas, grupos e coletivos sendo contemplados porque eles estavam fazendo uma contrapartida extremamente exagerada, com pessoas que, ao invés de fazerem cinco apresentações que estavam dentro de um escopo de uma estrutura orçamentária justa, estavam fazendo vinte apresentações. E aqueles projetos, que eram mais justos e estava dentro de um escopo orçamentário adequado, justo,

não eram contemplados porque lá a pontuação ficava maior pra quantidade de contrapartidas que você oferecia no seu projeto. E isso me deixou muito preocupado, então eu concordo com você Fernanda, quando fala da questão do balcão de negócios. Como é que a gente faz? Tudo bem que não era uma lei emergencial, assim como eu acho que a LAB 2 não será uma lei emergencial. Eu acho que é uma política pública perene que a gente precisa nesse momento ajustar, promover, fazer proposições para que a gente construa essa lei, que ela fique bem adequada a nós fazedores de cultura que estamos na ponta. Que somos nós esses marginais. Na margem é que está o acesso diretamente com a população. Então, acho que o que eu queria falar era sobre isso, sobre a fala do Fabiano e sobre a fala da Fernanda e agradecer a vocês, vamos para a próxima. Ah não, tem a fala da Aline antes.

#### **P1: Aline...**

E1: Ei, eu queria fazer uma fala... é não dá pra comentar as falas de todo mundo, senão eu fico aqui até amanhã. Eu queria fazer uma fala, que é uma reflexão importante que eu fiz principalmente na época do início da mobilização da Aldir Blanc, que é quando a Fernanda fala sobre essa questão da nossa mea-culpa, usando o termo que fala da nossa autocrítica da falta de organização enquanto categoria. Eu faço essa autocrítica também, eu acho que quando a gente começou a se articular, pensando regionalmente aqui no estado, quando veio essa mobilização a gente começou a conversar e ver, surgiu essa necessidade da gente procurar os nossos pares para ir conversando, ver o que estava rolando no município de um que estava dando certo, ver o que estava rolando no município do outro. E aí quando a gente começa a fazer isso surge tanto a AGICIRCO quanto o MAR, de forma mais institucionalizada, digamos assim. Claro que são coletivos que não tem CNPJ,

nem nada do tipo, mas a gente começa de alguma forma a dialogar, de uma forma mais sistematizada e mais organizada. E eu acho que isso vai ser um legado muito positivo, porque é isso, aí a vida foi voltando à dinâmica um pouco mais parecida com o que era antes da pandemia, a vida de todo mundo vai ficando uma loucura, a gente não consegue mais conversar com a mesma frequência. E eu acho que é algo natural porque naquele momento que está todo mundo cem por cento isolado dentro de casa, ou quase isso, é mais fácil a gente organizar dinâmicas de diálogo. Mas a gente que está na rua a gente tem uma itinerância muito forte. Dependendo de quem... então tem muito esse fluxo e está em trânsito, está viajando e está na rua na hora que começa a reunião e consegue entrar, não consegue entrar, aquela coisa toda. Mas eu fico muito pensando assim, quem está mais na ponta, que é o cara, o solo, o artista solo, que está no trem, que está no ônibus, que está no semáforo, que está “vendendo almoço para comprar a janta”, ele precisa daquele chapéu naquele dia para a próxima refeição dele ou para comprar passagem para chegar em outra cidade. É uma coisa imediata, vai vivendo, não consegue ter um... Qual foi a nossa grande questão da pandemia: a maioria dos grupos não tinha fluxo de caixa pra ficar parado. Você trabalha, você tem uma organização financeira de sobrevivência imediata. (Exatamente isso, Fabi.) Então, a gente tem uma organização financeira... eu lembro que aqui em Macaé a gente tentou fazer um levantamento, aí não foi só para a artista de rua, foi pra todo mundo, mas a gente no Conselho Municipal de Cultura, no primeiro mês da pandemia, a gente solta um Google Forms para tentar mapear o nível de impacto, porque como a gente não tinha um cadastro municipal de cultura, nós não sabíamos quantos éramos, onde estávamos distribuídos, quanto a gente movimentava financeiramente na cidade, isso era um dado que a gente não tinha. E aí a gente tenta descobrir isso. Quem somos, onde estamos geograficamente, em quais linguagens a gente atua?

Pensando os trabalhadores da cultura de um modo geral, mais de oitenta por cento fala que quando começa a pandemia a renda cai a zero e é uma galera que declara que a renda anterior à pandemia era um salário mínimo. Então, quando você vive com uma renda até de um salário-mínimo você não tem poupança, você não tem o mínimo de segurança, de moradia, segurança alimentar, você está no corre trabalhando e aí é isso. É o caso da gente da rua, é o caso da galera que faz técnica, é o caso daquele músico do barzinho que vive do *couvert*, essa galera toda a renda foi a zero. E aí eu acho que a gente vive num nível de emergência. Eu lembro que até quando a gente fez o Diálogos Nacionais dos Artistas de Rua, tem uma palhaça lá de Pernambuco que se chama Raquel Querobino, ela usou um termo que para mim ficou marcado. Todo mundo falava assim, “ah, porque a emergência cultural”. Aí ela falou, “cara, a gente já vivia numa emergência cultural antes da pandemia, os artistas de rua, então a gente está na emergência da emergência, a gente já vivia numa condição que era insalubre artisticamente falando”. Porque é isso, como que você cria artisticamente, que tempo você dedica pra quando você precisa rodar o chapéu hoje de manhã para ter o almoço? Hoje de tarde para ter a janta? Como que você se organiza enquanto categoria? E aí eu faço essa autocrítica de que a gente precisa se organizar, mas ao mesmo tempo eu sei que tem uma parte da galera aqui... E como que a gente traz essa galera para dialogar com a gente? Essa galera que não tem tempo, que está no corre, que não tem internet no celular? As que estão vendendo almoço para comprar a janta, como que a gente traz essa galera pra dialogar? Como que a gente faz com que esses fomentos cheguem até eles? Como que a gente facilita esse acesso? Como que a gente pensa um edital que atenda a eles? Como que a gente pensa uma prestação de contas que seja viável para não ter essa situação? Aí está inadimplente e devolve o dinheiro, recebeu cinquenta, mas tem que devolver sessenta, vai ser processado, vai entrar na dívida

ativa da União... Eu acho que é quase colocar um artista desse numa situação que ele está sujeito a entrar na dívida ativa da União, é criminoso. Coloca que a única possibilidade de ele ter um uma estrutura um pouco maior de trabalho, mas não é isso. A gente está muito acostumado a trabalhar em rede, a fazer um ajudar o outro com o que sabe, com o que pode, emprestar o equipamento. A LAB foi a primeira vez que a gente conseguiu pagar um cachê para as pessoas que trabalhavam pra gente de graça, pela amizade, por considerar que o que a gente faz é importante, as pessoas trabalhavam em frente de graça ou por valores simbólicos. Através do edital da LAB, foi a primeira vez que a gente conseguiu remunerar de maneira justa a nossa ficha técnica – que sempre existiu, mas que não era oficial porque é isso, a gente não tinha dinheiro para pagar. E sei lá, é muito isso, quando a gente fala, sempre que surge esse ponto de articulação eu fico tentando me equilibrar nessa... eu sei que a gente está desorganizada. Eu sei que a gente precisa se organizar. Mas como que a gente faz pra se organizar? Eu fico nesse vai e vem.

**P1: Está bom Aline. Deixa-me tentar colocar a próxima questão, como eu vou juntar aqui na realidade um conjunto de reflexões pra gente fazer aqui, vou tentar ser sintético. A ideia é o seguinte: eu queria que vocês comentassem como é que vocês avaliam a atuação do poder executivo, da secretaria ou da fundação de cultura do município na execução da LAB. E ao mesmo tempo, se vocês participaram ou acompanharam a atuação da sociedade civil ou não. Não precisa ser necessariamente da sociedade civil, mas do Conselho Municipal de Cultura na condução do processo de pensamento sobre as políticas ligadas a LAB. A ideia é essa, como que o poder executivo atuou e o Conselho Municipal? E aí como o Wildson é conselheiro. Wildson, se você quiser começar aí essa reflexão aqui com a gente...**

E7: É, eu não sei porque posso chamar que eu estou no limbo. Houve uma grande confusão dentro do estado, como estava falando agora o Edu, que é a questão do Retomada 2. Número 1, porque eu procuro, mas não compreendi: a temática era duzentos anos de independência. Se eu falar dos duzentos anos de independência da minha avó, que construiu a casa onde que eu residio junto com meu avô e todos os meus antepassados, que eu não sei de onde que vem nessa essa história desses duzentos anos, seria bem diferente desses duzentos anos de dependência que estão aí e que eu não preferia falar... Mas até trouxeram “o coração do Pedro” [ironia]. E numa das falas, há uma reclamação de que quem é conselheiro não poderia participar de edital, e aí como é que uma pessoa que trabalha na área de cultura, que não sabe do procedimento de um edital, mas mesmo assim não pode participar da inscrição de um edital, se não recebe como conselheiro por essa função que está acompanhando. Então, como não podia, eu pedi minha carta de retiro do Conselho Estadual de Cultura. Mas aqui em Belford Roxo... o Fabiano falou e aí vou fazer minha ressalva, eu não estava falando que eu estava na merda, mas é porque também quando você fala do transporte público ali dentro todo mundo fala que estava achando que a gente era comunista. E eu sou do Partido Comunista. Então, o chapéu foi rareando, rareando, rareando, rareando, até que você não conseguia mais sobreviver com um valor, uma coisa que você fazia em três horas e tirava cento e vinte reais chega no ponto que você estava tirando trinta, vinte. Teve gente que eu já ouvi a história de que pegou, voltou para casa e ainda foi andando, exatamente por essa conta de contar com o chapéu. A economia mudou nos quatro anos, agora é diferente o Sana do que Belford Roxo, Japeri, Duque de Caxias e dos seus vinte e três anos que afinal de contas são diferentes do meu ciclo de atividade. É, mas aqui em Belford Roxo - quase que o Luiz Augusto conheceu um pouco, a gente conversou anteriormente

- aqui em Belford Roxo eu não sei como que eu estou vivo, porque chegaram três milhões cento e cacetada para cá, e aí num primeiro momento no município a verba ficou de entrar com um edital que a gente não está conseguindo entender... Eu fiz a maluca, baixei o empenho, divulguei para todo mundo da cidade o empenho. Aí eu falei, eu sou bêbado danado para não xingar palavrão, para não ficar muito feio isso, mas eu sou, “eu sou do capeta”. Eu sou do troço ruim, porque eu que enviei o empenho pra todo mundo do grupo do WhatsApp, daqui a pouco o povo estava me devolvendo o empenho que eu divulguei... No dia cinco de janeiro do ano passado, porque o secretário tinha dito que não tinha, nós criamos o Fórum Permanente de Cultura de Belford Roxo e o secretário falou que não tinha como saber das coisas pelo empenho, então me informaram que tinha o empenho para poder dizer o que estava acontecendo e o sistema era criminoso naquele processo do edital. Aí cancelaram os ganhadores aqui do município e refizeram o edital de forma mais democrática que chegassem a mais pessoas. Então, aqui na cidade a única pessoa que batia de frente com o secretário era eu. E em Belford Roxo vocês sabem como que é... “Os sinistros são de Bel” [referência ao funk “Baixada é cruel os Sinistros são de Bel”]. É, eu estou vivo pela graça do divino Espírito Santo, pela macumba que a gente faz, não precisei matar galinha, mas a gente vai na fé de Exu, dos nossos ancestrais para poder ter essas resistências num momento como esse, porque a gente sabe que está tudo escalonado. Todo o sistema que está acontecendo aqui é escalonado. E aqui na Baixada Fluminense o nível de informação influencia na cultura. Por isso que eu estava falando da questão do trem, da questão das igrejas neopentecostais e da visão que você tem de pessoas olhando para a cultura como algo tão maldito, como algo tão perverso, como algo que vai estar subvertendo, como algo - como disse o Edu inicialmente - da marginalidade, faz com que essas pessoas não queiram atividades culturais, de nenhuma forma.

Você tem um equipamento cultural, se você contabiliza na região da Baixada Fluminense dois ou três equipamentos culturais é muito, funcionário vai lá pra casa de cultura trabalhar e se tem um teatro ele não quer ficar depois das cinco horas da tarde porque já recebe o salário e não é de cultura. Como coloca a Fernanda, aí a gente também está falando da instrumentalização. Como é que você lida com isso? Então, o processo foi muito complicado dentro do município, nós conseguimos com isso pegando no pé, a galera também indo correr atrás, e aí ficava uma barganha de quem estava do lado de quem, quem não estava do lado de ninguém, como é que ficava com a história. Chegamos a mais de trezentas pessoas contempladas no município de Belford Roxo para o edital, ainda nos quarenta e cinco do segundo tempo com gente que estava com problema pra poder receber. E todo mundo ali na cidade torcendo pra que fulano, beltrano, gente que já está fazendo aquele artista muito conhecido que estava com problema pra poder receber uma parte dessa verba, porque uma boa parte foi premiação. Você vai entendendo que as pessoas precisam dialogar com o secretário de cultura, mas que não é da pasta, não entende, não tem noção de gestão, não tem noção de absolutamente nada e te olha com uma cara feia, parece até que você é esquizofrênico ou qualquer coisa do tipo, ou seja, de um outro planeta, quando você está falando de Cultura. Então, bota tapete vermelho para chegar as celebridades televisivas e musicais e tudo mais, enquanto a gente que é do setor, do município, do entorno, da região é desconhecido ou desmerecido. Por conta das confusões todas que aconteceram na minha imagem, por ter me tornado conselheiro, o assunto mudou um pouco dentro do meu fazer, do meu olhar. Foi ao ponto de eu ter que marcar com a Danielle para poder ter uma conversa com o secretário de Belford Roxo pra entender como é que era. Ela não é uma santa, eu não acho que seja, tem suas dificuldades, suas sensibilidades, mas a secretária de cultura do estado, nesse

momento conseguiu ajudar pensando nos artistas aqui de Belford Roxo, mas eu acho que a relação foi muito complicada dentro de municípios porque nunca tinha acontecido a Lei Aldir Blanc. Nilópolis também fez uma revolta danada dentro da questão do edital, porque nunca chegou verba, dotação orçamentária para a Baixada Fluminense e de cultura, nunca chegou verba de dotação orçamentária para as Secretarias de Cultura do Brasil inteiro como aconteceu nesse momento. Então, para uma discussão ampla isso foi uma ação inédita. E aí como é que você lida com gente que inclusive dentro de uma Secretaria de Cultura nunca lidou ou imaginou que ia ter que montar um edital? Também tinha isso, gente que não era nem dotado de formação técnica para construir um edital. E aí também quando fala que teve premiação, porque premiação é um dispositivo (a gente olha pra essa pergunta que foi feita anteriormente) em que você não tem necessariamente que ter contrapartida, não nos mesmos moldes de um grande edital que exige aquilo tudo. E acho que é muito mais de boa vontade do que aquilo que eles realmente querem. Temos que construir diálogo, bater de frente, ser resistência é um caminho. Desculpa a fala longa.

**P1: Nada Wildson, muito importante essas reflexões, até porque pela sua experiência como conselheiro, mesmo que esteja aí no vácuo, não interessa, mas tem experiência, muito importante trazer esse ponto de vista. Alguém queria na sequência aí falar, desenvolver mais esse plano.**

E1: Na época da primeira LAB aqui em Macaé, eu estava como conselheira pela sociedade civil, então eu acompanhei bem de perto, foi uma articulação muito difícil, histórica como eu falei no início. Historicamente Macaé é uma cidade que não tem políticas públicas, não tem uma construção de políticas públicas voltadas para a cultura, não tem um histórico de

realizar editais. O Fabi falou aqui da Paixão de Cristo e do carnaval, mas nem isso é edital, é um pregão que uma pessoa leva. Normalmente é feito dessa forma, é um pregão, nem é um edital que de alguma forma contempla uma série de grupos, é um pregão e, dependendo do ano, nem é artista da cidade que leva, é quem cobrar menos na hora do leilão. Mas enfim, a gente vem de um processo, em 2020 a gente estava no último ano de uma gestão de oito anos de um prefeito, e nessa gestão dele de oito anos passaram nove secretários na pasta da cultura. Então, foram nove secretários em oito anos e durante a mobilização da Lei Aldir Blanc a gente ficou cinco meses sem secretário. No início de março, o gestor que estava na pasta se afasta porque ele ia se candidatar a vereador e o prefeito simplesmente não nomeia ninguém para a pasta. A gente ficou quase cinco meses sem secretário e não conseguia dialogar com o prefeito. A gente conseguiu marcar uma reunião com o prefeito quando a gente mobilizou um tuitaço, porque ele ignorou mais de dez ofícios do Conselho Municipal de Cultura. E aí a gente organiza um tuitaço e pelo Twitter a gente consegue marcar uma reunião e é recebido pelo prefeito. E aí a gente fala: “então, Macaé vai devolver um milhão?” Aí ele disse: “um milhão?” A gente falou “é, que tem uma lei, Aldir Blanc...” e ele não estava sabendo, ele não fazia a menor ideia do que a gente estava falando. Só que quando a gente usa o termo devolver um milhão, ele codifica e no dia seguinte nomeia uma pessoa para a pasta. Então foi assim que aconteceu, durante a maior parte do tempo a gente tentou que alguém assumisse a pasta porque não tinha ninguém, não existia o cargo de subsecretário. E a gente fazia as reuniões do conselho, mas meio que no desespero de tentar se articular enquanto sociedade civil, porque ninguém da Secretaria de Cultura participava das reuniões porque não tinha ninguém para responder pela pasta. E aí a gente faz o webconferência de cultura e traz Victor De Wolf representando Niterói que naquele momento da articulação é um secretário municipal aqui

do estado que tem um destaque maior. E a gente traz tenta trazer a Comissão de Cultura da Câmara de Vereadores, mas foi uma construção difícilíssima e quando a gente consegue que alguém assuma a pasta e que as coisas comecem a andar a gente se depara com uma equipe na Secretaria de Cultura que nunca fez um edital, que até então só tinha feito o pregão de licitação ou dispensa de licitação, que era a forma como eram feitas a maior parte das contratações. A gente tem uma procuradoria do município que não sabe o que é, não faz a menor ideia do que é fomento à cultura, quando eles leem a lei e percebem que no Inciso 2 fala de contrapartida, eles pedem esclarecimento pra Secretaria Municipal de Cultura para saber porque quem for contemplado vai ter que devolver uma parte do dinheiro, porque eles entendem contrapartida como uma devolução financeira, eles não conseguem nem codificar que a contrapartida era uma ação do espaço cultural. É um diálogo difícilíssimo, eles não aceitam flexibilizar os prazos, eles fazem tudo pela lei de licitação. Então, naquele momento de correria, de todo mundo com medo de não dar tempo, eles exigem que o edital fique quarenta e cinco dias aberto, que tenha prazo de recurso, que tenha prazo de contrarrecurso, é uma loucura. A gente consegue no processo sensibilizar a equipe da Secretaria de Cultura e eles colocam pontos presenciais pra tirar dúvidas do edital. Mesmo durante a pandemia, se disponibilizam fazendo uma escala que fica durante um tempo aberta, eles têm lá um “kitzinho”, um edital impresso com os anexos impressos pra orientar a galera, um computador pra abrir lá o sistema, mostrar o passo a passo da inscrição. Então, a gente consegue que isso seja feito, o que é um ganho porque a gente consegue trazer muita gente para se inscrever, pessoas que até então provavelmente não se inscreviam. Mas a gente teve também um descrédito enorme de parte da galera dos trabalhadores da cultura. Porque como isso nunca tinha acontecido, e só acontecia a tal política de balcão de contratação por dispensa de licitação, e a gente já

estava de muito tempo que nem isso estava acontecendo, nem a Paixão de Cristo e nem o carnaval estavam acontecendo, já tinha uns quatro anos que não tinha nada disso, as pessoas simplesmente não acreditaram que ia acontecer. E teve também isso, uma parte da galera que até poderia ter se inscrito, poderia ter sido contemplada, sabia, tinha acesso à informação, mas as pessoas falaram: “não vou perder meu tempo fazendo isso”. Porque aqui a gente tinha que entregar o produto para o produto ser avaliado, tinha que fazer antes para receber depois, no edital daqui, porque as pessoas sentiram a maior segurança jurídica nisso. Então tinha o Inciso dois que tinha contrapartida, mas o edital do Inciso três você tinha que mandar o produto que era um vídeo e aí o vídeo seria analisado. E aí muita gente não quis se dar ao trabalho de fazer a coisa porque não acreditava que as pessoas iriam conseguir operacionalizar, não acreditava que o dinheiro ia chegar em Macaé, tudo isso. Quando a gente usa, a gente consegue usar, sobra vaga em todos os editais. E a gente consegue usar trinta por cento do valor no primeiro ano da LAB e isso foi muito ruim, porque a gente sabia que a galera estava passando fome. É isso que eu falei. Se vocês lembrarem do que eu falei, oitenta por cento da galera que respondeu ao questionário falou que estava com a renda zerada. E aí a gente tem que basicamente quem habilitou levou, mas a gente tem um número muito grande de inabilitados e muita gente que nem se inscreveu. Mesmo que todos os inscritos tivessem conseguido habilitar, ainda sim sobraria muito dinheiro. No segundo ano, a gente tem uma galera mais articulada que já acredita mais no processo, acredita que é possível, acredita que a prefeitura vai conseguir pagar e a gente consegue, com a equipe que já fez no ano anterior e parte da equipe segue na gestão seguinte, então a gente consegue fazer com que as pessoas acreditem mais no processo e tem mais inscritos do que a possibilidade de pagar e a gente consegue que a prefeitura complemente. A gente tem um complemento de

quase quatrocentos mil reais da prefeitura e um índice de inabilitados muito menor. Aí vem de uma curva de aprendizagem de todo mundo, tanto da sociedade civil quanto da equipe da prefeitura. E a gente consegue que todos os habilitados recebam a partir desse complemento da prefeitura. Então é meio que isso, falei um monte. Mas eu acho que têm algumas coisas que são importantes de registrar no processo. Não sei se o Fabi queria complementar alguma coisa de Macaé, não sei o recorte porque o Fabinho está no distrito da Região Serrana e eu estou na cidade.

**P1: A Carla está inscrita, Aline. Eu vou passar pra Carla, está bem? Carla?**

E2: (Mas se o Fabi quiser falar para completar, vai, depois eu falo. Não?) Bom, na época da LAB eu estava como conselheira representando a Associação a qual eu faço parte, que é a Folia Carioca. Mas queria deixar registrado uma coisa muito importante para vocês saberem: quando eu soube que a LAB ia acontecer eu liguei pra o Caíque, que é o assessor da Jandira, e pedi para ele pelo amor dos deuses que ele colocasse o carnaval, pedisse pra Jandira na hora que ela redigisse a LAB, e aí eles começaram a pontuar, que colocassem o carnaval, porque acho que vocês não sabem, mas o carnaval nunca teve edital próprio, nem pelo município e nem pelo estado. Nunca teve edital aonde o carnaval tivesse lá escrito ou um edital próprio para o carnaval. E foi com a LAB que a gente conseguiu citar o carnaval, quando chegou aqui no município a assessoria do [Adolfo] Konder não queria, eu quase me ajoelhei e falei: “cara, tem que colocar”. E o conselho fez pressão e aí conseguimos colocar. Assim como conversamos com a Danielle e ela colocou também. Na época nós tivemos a sorte, apesar de ser o governo [Marcelo] Crivella. Nós já tínhamos passado pela Nilcemar que ela fez uma eleição



maravilhosa, territorializada e o Konder assumiu. O Konder pra gente foi uma pessoa, foi um secretário, sabe? Foi um secretário que ouvia, que comprava as nossas ideias, na qual nós colocamos, levávamos a demanda e a equipe dele vinha dizendo: “não, não é bem assim”. E a gente partia para o Konder e falava: “Konder, vamos fazer escuta no território”. Aí foi muito bom pra gente porque todas as demandas que a gente levava o território falava aquilo. Então, quer dizer a gente não estava tirando de uma cartola nada, não estava inventando nada e era importante trazer a questão da Zona Oeste. Praticamente quando era contemplado era uma coisa. E a questão das cotas que nós colocamos, a questão do CPF que foi extremamente importante, porque volto a dizer quem faz cultura na sociedade não é CNPJ, quem faz cultura nessa cidade é CPF, a maioria. Então, são pessoas que nunca, nunca, nunca têm espaço. Enfim, houve essa questão também que o Wildson passou. O que nós fizemos dentro da LAB, dentro do conselho: nós criamos um grupo, eu até participei desse grupo, que nós podíamos ir até um determinado momento nessa construção da LAB, porque também não adiantava ir mais porque já poderia comprometer também o processo. Então, a gente foi até um determinado momento nessa construção, fazendo as amarras da construção da LAB, construindo aquele questionário, batendo em relação aos valores. E esse grupo se desfez em determinado momento. A folia não poderia participar e eu, apesar de ser do carnaval, não posso participar de edital, primeiro que eu sou funcionária pública, não posso participar, não posso ter MEI por ser funcionária pública e para mim CNPJ é muito caro. Eu me sinto uma pessoa que faço cultura, contribuo, mas em nenhum momento posso ser beneficiada. A LAB do município do Rio de Janeiro pra gente foi de uma democracia, tão democrática que a gente se sentiu muito contemplado. Em todos os estados nós tivemos muitas... Houve um estudo que até Jandira apontou e diz que o Rio de Janeiro foi o município mais democrático, isso

para gente foi muito bom. E é importante aí quando a gente fala de conselho, ocupar os conselhos. Eu sei que não é fácil, é cansativo, é estressante, a gente não ganha nada, mas é um espaço que tem que ser ocupado. Exige que a gente ocupe, porque senão gente, e olha que a gente briga, hein? Briga muito e mesmo com esse grupo, que foi a última eleição do conselho, que dizia que a gente era muito encrenqueira, mesmo assim a gente levou muita pernada, está levando muito hoje com o seu Eduardo Paes, porque ele não respeita, não estão nem aí pro conselho, a gente tem que botar dedo na cara, é muito ruim. Teve umas falas antes que alguém falou em relação ao mapeamento, acho que foi a Aline. Em relação ao mapeamento, é muito ruim escutar a sua fala, mas no sentido de que a gente que tem que fazer um mapeamento, sabe? É um absurdo isso, uma Secretaria de Cultura que não se preocupa em ter isso como registro, a gente que tem que se preocupar com isso aí demonstra muito o que nós representamos para essas secretarias: nada, infelizmente nada. Mas aí eu acho que também nós temos um pouco de culpa porque a gente tem que se entender e tem que se respeitar no sentido daquilo que nós fazemos, porque se a gente permite que eles façam com a gente, a gente está colaborando com eles. A gente tem que se impor enquanto fazedores de cultura, porque se não há união também não adianta, sozinho ninguém vai conseguir nada. Mas se a gente não começar a se conscientizar do poder que nós somos, eu me entendo como fazedora de cultura e sei o que eu represento quando eu faço o carnaval, quando eu coloco o bloco na rua, eu sei o que eu sou. Eu tive no penúltimo carnaval, uma TV alemã filmando o tempo todo o bloquinho. Eu quando eu estou ali, eu abro a Fátima Bernardes, nós éramos quase que íntimas. O Encontro [com Fátima Bernardes] quem abria era o bloquinho, então eu não sou nada? Eu sirvo para o prefeito fazer um apanhado de quantos blocos têm e me vender por mercadoria, me botar no outdoor dentro do metrô?

Eu lembro uma vez que um amigo nosso, vocês devem conhecer o Reinaldo Santana, na gestão do Eduardo Paes, a primeira lá daqueles oito anos, ele me ligou, era assim tipo dezembro. E a gente se falando pelo Zap e ele falando: “- Carlinha eu estou te vendo aqui. - Está me vendo onde? - No bloco, aonde? - Eu estou na França”. Eu falei: “- está louco?” Eu não estava conseguindo entender aí ele falando que era uma chamada da prefeitura aonde o “blocão” estava fazendo propaganda para chamar o pessoal para vim para cá. Quer dizer, eu sirvo pra fazer propaganda, eu sirvo pra ser número, eu sirvo pra um monte de coisa, mas não sirvo pra receber um auxílio. Quer dizer, não é nem um auxílio porque é o reconhecimento do meu trabalho. Então, tem muita coisa errada nessa história que eu acho que a gente tem que tentar desconstruir isso e não eles que têm que dizer “olha, nós vamos lhe dar”. Não é isso. É meu por direito, a gente tem que começar a tomar consciência que o dinheiro que a gente produz é muita coisa, sabe? Enquanto fazedor de cultura, até o mendigo que está ali tomando a sua cachaça ele está pagando imposto. A gente também faz a economia girar, uns mais outros menos. Mas sim, nós fazemos a economia girar e voltando um pouquinho na LAB, como conselheira a gente tentou se mobilizar porque na época não podia se fazer propaganda da Lei Aldir Blanc, não podia ter jornal, não podia nada, porque também estava num momento de eleição, propaganda política e entrar em eleição. O que acontece? A gente começou a se mobilizar e conseguiu atender as folias de reis na cidade do Rio, que nós só temos nove folias de reis infelizmente hoje, um Caxambu do Salgueiro, que eu tenho a honra de ter conseguido, lá em 2007, trazer o Caxambu de volta, blocos e bandas dos amigos que a gente foi fazendo uma rede. Fernanda, a gente ia tentando passar informação, Fernanda trazia mais gente. E com isso a gente conseguiu contemplar três mil e poucas pessoas, uma coisa que nenhum fomento conseguiu até hoje. Isso é bom deixar registrado. Está se

discutindo hoje na prefeitura - eu não pude participar dessa última reunião, mas vou participar da próxima - aonde estava se falando dos inadimplentes, que o pessoal não prestou conta. “Ah, a gente tem que saber o nome”. Eu sou totalmente contra em saber nome de quem está devendo, a prefeitura tem que tomar uma decisão e negociar essa dívida com o governo federal, não tem essa de que vai cobrar nada de ninguém, eles não cobram de quem deve no fomento, eles não cobram de quem deve imposto, aí se fala muito do compromisso jurídico que eles ficam preocupados. Eu não vejo um jurídico da prefeitura cobrar IPTU de grande empresa, cobrar imposto de grandes empresas que estão devendo. Ah, então isso daí pra mim é uma hipocrisia, mas eu acho que a gente tem que se unir e se impor em relação a isso sabe? A gente não é bobo, eles vêm com uma, a gente tem que cortar a deles na hora, porque não tem como, a Lei Aldir Blanc ela foi uma lei estudada, foi elaborada pra suprir uma necessidade das pessoas que não tinham da onde tirar recurso e agora vai tirar esse recurso delas de novo? Elas não podem ser penalizadas por um erro, porque eles não sabem fazer edital. Então, a prefeitura, o estado ou o federal tem que ensinar, tem que ter uma contrapartida nisso. Essa pessoa não pode só dar o seu trabalho em prol do governo, ajudar de alguma forma a contribuir. Se ela está contribuindo, o governo tem responsabilidade sim de tentar ajudar essa pessoa a cumprir com as exigências, ela não pode ser penalizada por isso, por um erro que é do governo. Gente, volto a finalizar por aqui.

**P1: Obrigado. Carla, antes de passar a palavra - se tiver mais alguém interessado em fazer alguma consideração - você citou, fez referência a um estudo que colocou a execução da LAB no Rio de Janeiro como a mais democrática?**

E2: A Jandira que apresentou isso uma vez pra gente. Lembro que foi aonde foi mais empenhado os recursos. E o Rio de Janeiro teve um alto índice de pessoas inscritas. E como foi feito o processo, tentando tirar toda a desburocratização do processo, podendo ser poupança, conta, sabe? A gente tentou...

**P1: Entendi. Mas isso estava impresso Carla ou foi apresentado por ela?**

E2: Foi apresentado por ela uma vez pra gente, eu posso tentar ver para você.

**P1: Se conseguir passar pra Aline ou para o Luíz seria muito interessante a gente acessar esses dados.**

E2: Foi uma luta, mas foi gratificante todo o processo dado a contribuição, sabe? Essa construção da LAB, a gente ficou muito feliz (Eu não lembro, mas a Fê pode tentar me ajudar. Eu acho que ela está aí) e eu lembro que no primeiro era uma forma, mas no segundo eram cinco linhas e quatro foram com CPF, só uma que foi com CNPJ; quatro com CPF de cinco. E a realidade é essa gente, é CPF mesmo e a gente não pode obrigar uma pessoa, sabe? Não pode. É diferente, existe cultura, eu acho que tem que entender a cultura como um instrumento, como ela não é moldada assim, sabe? Não pode se transformar para o mercado como foi com as escolas de samba hoje. Hoje você vê a escola de samba de uma outra forma, aquela coisa mais... eu lembro que eu desfilava, gente, era um bloco de carnaval, hoje você tem que fazer coreografia. Enfim, eu tinha uma mais uma coisa pra falar, mas eu acabei. Acho que eu pulei alguma coisa enfim.

**P1: Mas está ótimo. Obrigado. Pessoal, nós estamos com quase duas horas, se alguém quiser ainda fazer algum comentário, quem está aqui ainda, Fabiano, Wludson já falou. Fernanda se quiser fazer algum rápido comentário ainda em relação a essa segunda questão?**

E2: Posso fazer só um adendo rapidinho que eu esqueci? Eu botei até ali na escrita que o pessoal foi falando o negócio do circo, que teve uma LAB específica. Um grupo do carnaval não foi contemplado pela lei no estado, eles conseguiram com a Danielle um valor igual ao da Lei Aldir Blanc pra que eles fossem contemplados. Aí a gente até estava na discussão com ela na LAB, nem fui eu, foi o presidente da associação que estava e falou: "Não, então a gente vai se inscrever". E respondeu: "não, vocês não podem porque já foram contemplados". Mas foi de tanto que eles gritaram que conseguiram e na verdade quem foi contemplado foram os que gritaram. E quem se inscreveu praticamente já estava tipo carta marcada, infelizmente.

**P1: Está joia, Carla. Então Fernanda, Fabiano querem comentar mais alguma coisa ou se sentem contemplados aí nas falas, tem alguma coisa que vocês queiram acrescentar aí rapidinho, nós temos ainda uns dez minutos.**

E5: Estou contemplada porque eu acho que os colegas que são, foram conselheiros, podem dizer melhor do que nós, porque acaba que a gente fica muito com uma sensação de sociedade civil. O que se ouve falar, das relações que os próprios colegas que são conselheiros nos contam internamente, mas no município do Rio de Janeiro, o que a gente tem historicamente é uma falta de legitimação do conselho por parte dos todos os prefeitos e dos secretários. E

hoje está na boca do nosso secretário de cultura atual que o modelo de orçamento de modo territorial foi influenciado pelo modo como a economia criativa está sendo distribuída em Londres. É um absurdo o cara falar uma coisa dessa, visto que o movimento, bem dito pela Carla aqui sobre o Reinaldo Santana, um querido amigo andou lá junto com muitos outros e com a gente que também participava, o Movimento Visão Suburbana na periferia da Zona Oeste, contribuiu para a criação de ações locais, pensando na questão de uma participação das periferias, como que o conselho fez uma participação nesse sentido de pensar território e o orçamento dividido. Então assim, não se legitima um trabalho de base onde a sociedade civil fez e faz sem toda essa construção. Continua se utilizando os modelos de fora. Como o nosso olhar é muito colonizador muitas vezes cita sempre o que é de fora, que é melhor e tudo mais. Então eu acho que a Carla foi maravilhosa na sua fala, o amigo Will também, porque eles estavam dentro da maca, eles sabem como é toda essa dificuldade de não poder participar de edital e ainda tem isso: não ganham pra fazer isso. Então eu acho que é triste demais, mas só quero reiterar a importância da fala do nosso amigo Fabiano, que não foi sobre esse assunto, mas sobre o anterior, quando ele diz que a cultura precisa pensar... e eu concordo muito. Inclusive eu tenho amigos que não são do campo cultural, que falam isso pra mim o tempo todo: “você precisam pensar no modelo de negócio de vocês, na vida de vocês independente desses fomentos”. Sim, a Cia 2 Banquinhos existe há catorze anos, é independente disso. Como eu posso imaginar, pelo corre do Fabiano que ele conta também e todos nós que estamos aqui, mas claro, sem abrir mão desse direito que nos é negado também enquanto sociedade. Então, a gente não vai esperar editais públicos para fazer o nosso ofício, mas também a gente entende que o que a gente faz de possibilitar acesso às linguagens artísticas e tudo mais é um direito constitucional negado à grande parte da população e

principalmente aos territórios com a qual estamos, periferias, região da Baixada Fluminense, como disse o meu amigo de Belford Roxo. Então, nenhuma luta deslegitima a outra, eu achei essa fala do Fabiano muito feliz, eu quero ressaltar isso também aqui. Gratidão meu irmão por isso. Por todos vocês aqui. Obrigado pelo papo maravilhoso.

**P1: Obrigado Fernanda. Luiz, passo a palavra para você encaminhar aí o fechamento, o encerramento.**

**P2: Gente, eu vou agradecer a disponibilidade aí dos nossos cento e vinte minutos quase, agradeço muito. É isso, eu vou encerrando aqui a gravação para a gente poder ficar com o fechamento oficial.**

## Sobre os organizadores e demais pesquisadores do projeto Apoena:



**Luiz Augusto F. Rodrigues** é professor Titular do Departamento de Arte da UFF, vinculado à graduação em Produção Cultural e à pós-graduação em Cultura e Territorialidades. Coordena o Laboratório de Ações Culturais - LABAC /UFF. É associado a diversas redes internacionais no campo da cultura. É editor de PragMATIZES - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura, e coorganizador da coleção Mirante (e-books gratuitos, parceria Instituto Grão e LABAC-UFF).



**Ana Lúcia Pardo** é gestora cultural, pesquisadora, pós-doutoranda e professora bolsista do PPCULT-UFF. Atriz, conselheira no Conselho Estadual de Políticas Culturais do Rio de Janeiro. Foi ouvidora e coordenadora da Divisão de Políticas Culturais da Representação do MinC RJ/ES, assessora da Funai, da Funarte e da Fundação Biblioteca Nacional. É integrante da diretoria da Associação Brasileira de Gestão Cultural (ABGC).



**Marcelo Silveira Correia** é doutorando em Mídia e Cotidiano pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Cultura e Territorialidades pela UFF. Professor de Letras/Português e Literaturas de Língua Portuguesa formado pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ), artista plástico e arte-educador. Preside a organização social Instituto Grão - programas ambientais e ações culturais. Coorganizador da coleção Mirante.



**Alexandre Barbalho** é doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA. Estágio pós-doutoral em Comunicação na Universidade Nova de Lisboa. É professor adjunto do curso de História e professor permanente dos PPGs em Sociologia e em Políticas Públicas da UECE e em Comunicação da UFC. Tem experiências nas áreas de Política, Cultura e Comunicação, atuando e publicando principalmente nos seguintes temas: política cultural, política de comunicação, mídia e cidadania, mídia e minorias, mídia e política, elites.



**Clarissa Semensato** é doutora em Políticas Públicas, pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Mestre em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Membro da Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Gestão. Pesquisa e atua na gestão pública de cultura, sobretudo nas temáticas dos Sistemas Nacional e Municipais de Cultura.



**Deborah Rebello Lima** é produtora e gestora cultural. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História, Política e bens Culturais pelo CPDOC/FGV e doutora em Comunicação e Cultura pela ECO/UFRJ. Foi assessora técnica do Setor de Estudos em Políticas culturais da Fundação casa de Rui Barbosa (MinC) e integrou a equipe do Sistema de Museus, Acervo e Patrimônio Cultural, SIMAP/UFRJ. É professora da Universidade Federal do Paraná/UFPR.



**Lia Calabre** é Doutora em história pela UFF, professora do PPGMA/FRCB, do PPCULT/UFF e professora colaboradora da Maestria em Políticas Culturales da Universidad de la República - CURE (Uruguai). Integrante da Cátedra UNESCO de Políticas Culturais e Gestão, do LABAC-UFF e do CULT – UFBA. Pesquisadora de políticas culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa (2002-2019), Presidente da FCRB (2015-2016). Autora de diversos artigos e de livros sobre políticas culturais.



**Steven Dutt-Ross** é Professor Adjunto do Departamento de Métodos Quantitativos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO onde realiza pesquisas sobre Métodos Quantitativos Aplicados às Ciências Sociais. Focado nesses métodos aplicados ao setor público, trabalha com estatística, cultura, ciência política, gestão pública, design e economia. Entusiasta do R e do Python. Faço palestras e cursos sobre essas linguagens.

### Sobre a obra:

***A VEZ E A VOZ DO CAMPO CULTURAL A PARTIR DA LEI ALDIR BLANC*** apresenta parte dos resultados do projeto ***APOENA - Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações Culturais - foco RJ***<sup>57</sup>.

O trabalho do APOENA teve como foco sistematizar a construção, implantação e impactos da Lei Aldir Blanc, em especial no estado do Rio de Janeiro. Este livro é composto pela totalidade das entrevistas e grupos focais realizados, que foram tratados e aqui disponibilizados em suas transcrições e links para acesso das gravações no canal youtube LABAC UFF.

O nome APOENA vem do tupi-guarani, e significa "aquele que enxerga longe". As ações do projeto foram centralizadas no Laboratório de Ações Culturais da Universidade Federal Fluminense (LABAC-UFF)<sup>58</sup>.

---

<sup>57</sup> <https://apoenaredecultural.wordpress.com>

<sup>58</sup> <https://labacuff.wordpress.com>

## Sobre a coleção

**MIRANTE** é mais uma parceria entre o LABAC-UFF e o INSTITUTO GRÃO. Nosso objetivo é criar uma expressiva coleção com títulos disponibilizados gratuitamente, abrangendo livros de natureza científica, ensaística, artística e acadêmica. Nosso recorte temático abarca as áreas Sociais e das Humanidades, das Artes e do Meio Ambiente. A coleção **MIRANTE** tem em sua gestão um Conselho Editorial integrado por pesquisadores de instituições e universidades diferenciadas, que abarcam diversas regiões do país e de fora.

Desejamos que a coleção alcance boa receptividade.

INSTITUTO GRÃO - Programas ambientais e Ações culturais

LABAC-UFF - Laboratório de Ações Culturais da  
Universidade Federal Fluminense

